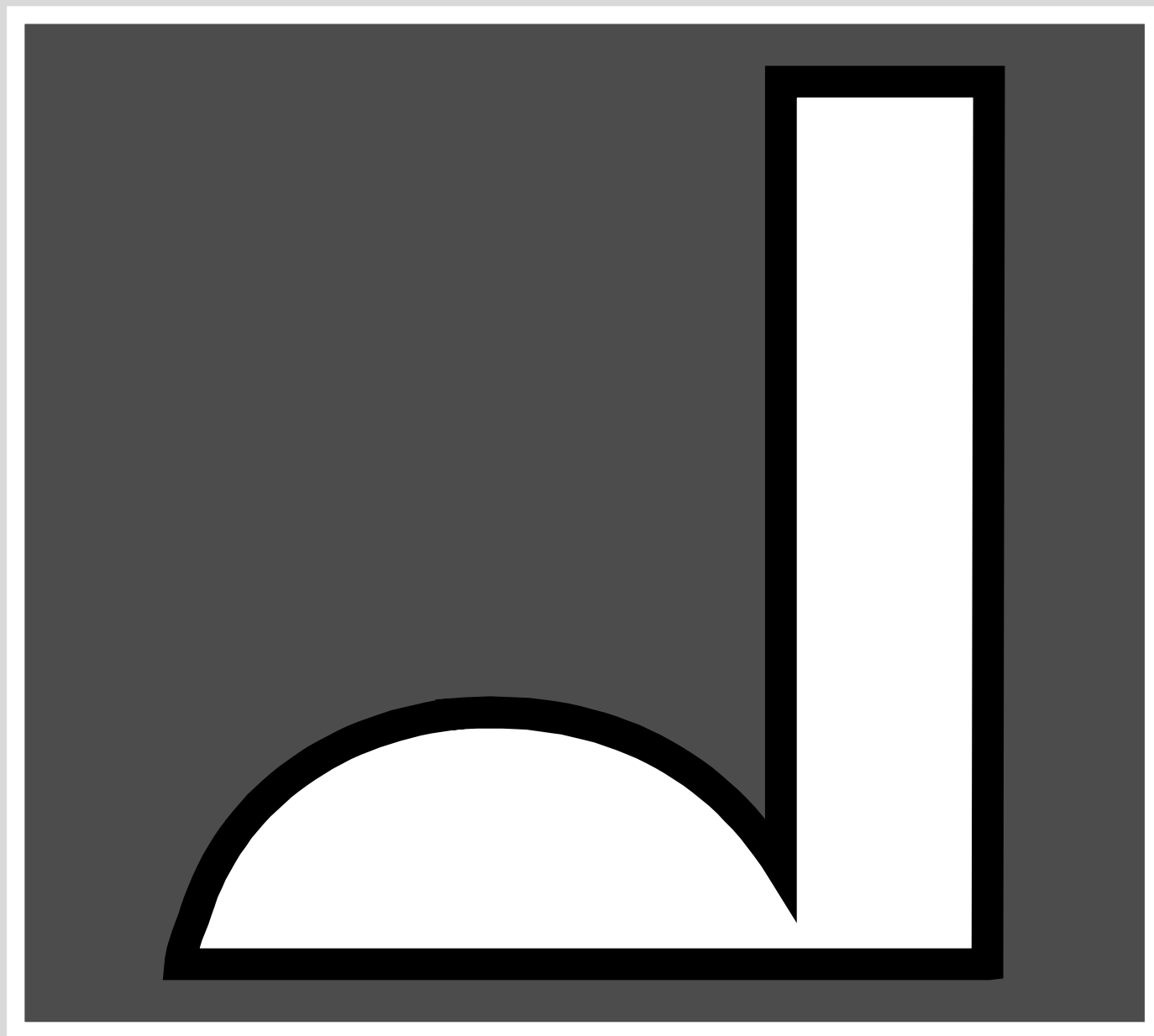




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 114 - SÁBADO, 1º DE SETEMBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA A REALIZAR-SE NO DIA 5 DE SETEMBRO, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS E DOS PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL NºS 8, 17, 22, 27 E 29, DE 2001.

SUMÁRIO

1 – DECRETO LEGISLATIVO

Nº 300, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Maximino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo. 19090

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 105ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 31 DE AGOSTO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 591, de 2001-CN (nº 934/2001, na origem), de 31 do corrente, encaminhando o Projeto de Lei nº 32, de 2001 – CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002 (A íntegra da Mensagem, do Projeto, Quadros e Anexos encontram-se publicados em suplementos a este Diário). Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 19091

2.2.2 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2001 (nº 97/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Fundação Casper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação..... 19095

Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2001 (nº 104/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Stéreo Som Especial Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação..... 19097

Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2001 (nº 289/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.....	19102	que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Seabrense de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seabra, Estado da Bahia. À Comissão de Educação.	19137
Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2001 (nº 375/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí. À Comissão de Educação.	19103	Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2001 (nº 668/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Antártida FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação.	19138
Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2001 (nº 536/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Pantaneira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coxim, Estado Mato Grosso do Sul. À Comissão de Educação.	19107	Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2001 (nº 703/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.....	19140
Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2001 (nº 553/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção de Gurguéia, Estado do Piauí. À Comissão de Educação.	19110	Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2001 (nº 744/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo. À Comissão de Educação.	19143
Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2001 (nº 581/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Odilon Rezende Andrade para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação.	19114	Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2001 (nº 734/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Delta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo. À Comissão de Educação.....	19146
Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2001 (nº 599/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Matrinchã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matrinchã, Estado de Goiás. À Comissão de Educação.....	19116	Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2001 (nº 748/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão à Fundação Padre Libério para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação.	19148
Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2001 (nº 600/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Cidade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia. À Comissão de Educação.	19122	2.2.3 – Pareceres	
Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2001 (nº 616/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária Novos Tempos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul. À Comissão de Educação.....	19133	Nº 898, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 4-A, de 2000 (nº 1.381/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 305, de 1999 (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado da Saúde do Acre, Funasa/AC, Escritório de Negócios da CEF/AC, Instância Colegiada Estadual de Saneamento, Comissão Intergestores Bipartite, Gerência Estadual do Ministério da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho de Saúde de Cruzeiro do Sul, todos no Estado do Acre (TC nº 11.006/99-4).	19150
Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2001 (nº 636/2000, na Câmara dos Deputados),			

Nº 899, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 16, de 2000 (nº 226/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 20, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre a Prestação de Contas da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM/RN (TC nº 600.184/98-6)..... 19151

Nº 900, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 40, de 2000 (nº 1.042/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 182, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras inacabadas da Adutora do Agreste/Trairi – RN e de três unidades hospitalares no Município de Natal (TC nº 600.042/96-0) ... 19154

Nº 901, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 99, de 2000 (nº 2.698/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 383, de 2000 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Relatório de Auditoria Operacional realizada no Sistema de Arrecadação de Tributos Federais, no período de 4 de abril a 7 de julho de 1994, abrangendo a Secretaria da Receita Federal, Bancos (rede arrecadadora), Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, Banco Central – BACEN, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – CEF (TC nº 17.787/94-7)..... 19155

Nº 902, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 60, de 2001 (nº 1.033/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 129, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria efetuada nas contas do FGTS, considerando a posição atual e detalhada das contas, segundo o titular e as instituições financeiras responsáveis pela movimentação, antes da centralização na Caixa Econômica Federal, realizada em atendimento à solicitação formulada pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados (TC nº 19.773/95-1)..... 19156

Nº 903, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 88, de 2001 (nº 2.191/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 323, de 2001 (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal nos processos licitatórios e dispensas de licitação referentes aos serviços de publicidade e vigilância, abrangendo o período de 1990 a 1995 (TC nº 16.304/95-0) 19157

Nº 904, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 103, de 2001 (nº 2.722/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 371, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado na construção de contornos ferroviários no Corredor Metropolitano de Araraquara – SP (TC nº 12.234/2000-2). 19158

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 222 a 237, de 2001, lidos anteriormente..... 19158

Recebimento do Aviso nº 155, de 2001 (nº 4.510/2001, na origem), de 10 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 169, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à inspeção realizada na Administração Regional do Serviço Social do Comércio – SESC/RS, sobre irregularidades ocorridas em duas de suas obras (TC nº 625.194/96-9). À Comissão de Fiscalização e Controle. 19159

Recebimento do Aviso nº 156, de 2001 (nº 4.583/2001, na origem), de 15 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 559, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada na obra de extensão do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte – MG, sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU (TC nº 3.547/2001-6). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 19159

Recebimento do Aviso nº 157, de 2001 (nº 4.610/2001, na origem), de 15 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 560, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação de pontes em trechos rodoviários no corredor Nordeste, BR-304/CE, no Rio Jaguaribe em Aracati, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC nº 4.089/2001-3). À Comissão de Fiscalização e Controle. 19159

Recebimento do Aviso nº 158, de 2001 (nº 4.637/2001, na origem), de 15 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 562, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levanta-

mento de auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, BR-222/PA, compreendendo o trecho Dom Eliseu – Entroncamento – BR-158/PA, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC nº 4.405/2001-5). À Comissão de Fiscalização e Controle.	19159	Inquérito com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.	19159
Recebimento do Aviso nº 159, de 2001 (nº 4.691/2001, na origem), de 15 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 572, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Hospital Universitário Getúlio Vargas vinculado à Universidade Federal do Amazonas (TC nº 12.935/2000-8). À Comissão de Fiscalização e Controle.	19159	Nº 237/2001, de 29 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONG.	19160
Recebimento do Aviso nº 160, de 2001 (nº 4.718/2001, na origem), de 17 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 463, de 2001 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras da adutora Agreste Trairi – RN, sob a responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (TC nº 600.394/97-2). À Comissão de Fiscalização e Controle.	19159	Nº 238/2001, de 29 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as demarcações de áreas indígenas na Amazônia, notadamente na Faixa de Fronteiras.	19160
Recebimento do Aviso nº 161, de 2001 (nº 4.749/2001, na origem), de 17 do corrente, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 585, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre denúncia de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil S.A., no Estado do Ceará, em processo de cessão de crédito para Companhia Agroindustrial Vale do Curu, e por sonegação das informações solicitadas sob alegação de sigilo bancário (TC nº 9.538/2001-4). À Comissão de Fiscalização e Controle.	19159	2.2.6 – Discursos do Expediente	
Recebimento do Aviso nº 162, de 2001 (nºs 1.027 e 1.029/2001, na origem), de 28 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao 2º trimestre de 2001. À Comissão de Fiscalização e Controle.	19159	SENADOR CARLOS WILSON – Indignação ante o desperdício de recursos públicos em obras de irrigação e abastecimento de água que estão paralisadas ou abandonadas.	19160
2.2.5 – Ofícios		SENADOR BERNARDO CABRAL – Realização, no dia 12 de setembro próximo, de reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a Comissão de Assuntos Econômicos, para apreciar o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2001, que trata da Lei das Sociedades por Ações.	19161
Nº 235/2001, de 29 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.	19159	SENADOR FRANCELENO PEREIRA – Registro da abertura de Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerância, promovida pela ONU, na África do Sul. Comentários às propostas do Governo Federal para o desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira.	19162
Nº 236/2001, de 29 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de		SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Considerações sobre o aproveitamento sustentável do patrimônio biogenético da floresta amazônica. Transcrição de artigo publicado na revista Veja, edição do dia 22 do corrente, intitulado “A Floresta Dá Dinheiro”, subtítulo “Os xiitas da ecologia estão errados. A Amazônia pode e deve ser explorada”.	19164
		2.2.7 – Discursos encaminhados à publicação	
		SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Análise do discurso do Ministro Raul Jungmann, proferido na sede da FAO, em Roma, a convite do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura.	19168
		SENADOR ROMERO JUCÁ – Importância do desenvolvimento do comércio exterior brasileiro no contexto da globalização.	19170

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Descaso do Governo Federal em relação ao Projeto Agro-industrial Canavieiro Abrahan Lincon – Pacal, localizado em Medicilândia, Estado do Pará.....	19171
2.3 – ENCERRAMENTO	
3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Convocação da 16ª Reunião do Conselho, a realizar-se no dia 4 de setembro de 2001, terça-feira, às 18 horas e 30 minutos, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a dar conhecimento do pedido de prorrogação do prazo concedido à Comissão de Inquérito instituída pelo Conselho em sua 15ª Reunião, nos autos das Denúncias nºs 7 e 8, de 2001.....	19173
4 – MESA DO SENADO FEDERAL	
Ata da 16ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2001.....	19173
5 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Resenhadas matérias apreciadas pelo Senado Federal, no período de 1º a 31 de agosto de 2001, e correspondência expedida.	19174
6 – EMENDAS	
Nºs 126 a 128, adicionadas à Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001.	19217
Nºs 4 a 11, adicionadas à Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001.....	19227

7 – ATAS DE COMISSÕES	
4ª, 7ª a 13ª, 15ª e 16ª Reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizadas em 3, 18, 24 e 25 de abril, 2, 15 e 22 de maio, 5, 19 e 26 de junho de 2001, respectivamente.	19250
16ª a 18ª Reuniões (extraordinárias) da Comissão de Educação, realizadas em 19 e 26 de junho, e 7 de agosto de 2001, respectivamente.....	19437
5ª Reunião (extraordinária) da Subcomissão do Cinema da Comissão de Educação, realizada em 28 de junho de 2001.	19494
22ª a 24ª Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 7 e 14 de agosto de 2001.....	19516
8 – ATO DO PRESIDENTE	
Nº 226, de 2001.	19618
9 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 300, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Maximino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 89, de 21 de março de 2000, que autoriza a

Associação Comunitária Padre Maximino a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 31 de agosto de 2001. – Senador Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino.

SENADO FEDERAL

Ata da 105ª Sessão Não Deliberativa em 31 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Carlos Wilson, Mozarildo Cavalcanti e Francelino Pereira

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(*) MENSAGEM Nº 591, DE 2001-CN
(Nº 934/2001, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002”, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 5º, da Constituição, e no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O projeto compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto. O projeto anexo foi elaborado de acordo com a Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (LDO – 2002), que fixou as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002, e em conformidade com a Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, que dispõe sobre o Plano Plurianual relativo ao período 2000-2003 (PPA).

Brasília, 31 de agosto de 2001. – Fernando Henrique Cardoso.

(*) PROJETO DE LEI Nº 32, DE 2001-CN

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Das Disposições Comuns

Art. 1º Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III – o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

TÍTULO II

Dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CAPÍTULO I

Da Estimativa da Receita da Receita Total

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada em R\$637.974.327.960,00 (seiscentos e trinta sete bilhões, novecentos e setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e sessenta reais), sendo, em observância ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, desdobrada em:

I – R\$267.802.452.688,00 (duzentos e sessenta e sete bilhões, oitocentos e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito

(*) A íntegra da Mensagem, do Projeto, Quadros e Anexos encontram-se publicados em suplementos à presente edição.

reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as receitas de que trata o inciso III deste artigo;

II – R\$149.704.181.199,00 (cento e quarenta e nove bilhões, sete centos e quatro milhões, cento e oitenta e um mil, cento e noventa e nove reais) do Orçamento da Seguridade Social; e

III – R\$220.467.694.073,00 (duzentos e vinte bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setenta e três reais), correspondentes à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, inclusive mobiliária.

Art. 3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminada em anexo a esta lei, são estimadas com o desdobramento discriminado no Quadro I em anexo a esta lei.

CAPÍTULO II

Da Fixação da Despesa

SEÇÃO I

Da Despesa Total

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$637.974.327.960,00 (seiscentos e trinta sete bilhões, novecentos e setenta e quatro milhões, trezentos e vinte e sete mil, novecentos e sessenta reais), desdobrada, em observância ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.266, de 2001, nos seguintes agregados:

I – R\$252.903.081.997,00 (duzentos e cinquenta e dois bilhões, novecentos e três milhões, oitenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea a, deste artigo;

II – R\$164.603.551.890,00 (cento e sessenta e quatro bilhões, seiscentos e três milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa reais) do Orçamento da Seguridade Social, excluídas as despesas de que trata o inciso III, alínea b, deste artigo; e

III – R\$220.467.694.073,00 (duzentos e vinte bilhões, quatrocentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setenta e três reais), correspondentes ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, inclusive mobiliária, sendo:

a) R\$220.178.617.902,00 (duzentos e vinte bilhões, cento e setenta e oito milhões, seiscentos e dezessete mil, novecentos e dois reais) constantes do Orçamento Fiscal; e

b) R\$289.076.171,00 (duzentos e oitenta e nove milhões, setenta e seis mil, cento e setenta e um reais) constantes do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Dos montantes fixados nos incisos II e III, alínea b, deste artigo, para o Orçamento da Seguridade Social, parcela de R\$15.188.446.862,00 (quinze bilhões, cento e oitenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e dois reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

SEÇÃO II

Da Distribuição da Despesa por Órgãos

Art. 5º A despesa fixada à conta dos recursos previstos no presente Título, observada a programação constante do Detalhamento das Ações, em anexo, apresenta, por órgão, o desdobramento de que trata o Quadro II, anexo a esta lei.

CAPÍTULO III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I – para cada subtítulo, até o limite de vinte por cento de seu valor total, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que não ultrapasse o equivalente a vinte por cento do valor total de cada subtítulo objeto da anulação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

c) de excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas; e

d) de operações de crédito contratadas, ou cuja contratação tenha sido autorizada por esta lei, nos termos do inciso I do art. 8º;

II – até o limite de quarenta por cento das dotações consignadas aos grupos de despesas “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras”, constantes do subtítulo objeto da suplementação, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas aos mencionados grupos de despesas, no âmbito do mesmo subtítulo;

III – com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com:

a) o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive aquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente, me-

diantes a utilização de recursos da Reserva de Contingência ou provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito do mesmo subtítulo, ou ainda, com esta finalidade em outra unidade orçamentária; e

b) amortização e encargos da dívida pública federal, mediante a utilização dos recursos a seguir relacionados, obedecidas as vinculações previstas na legislação vigente:

1. excesso de arrecadação de receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

2. superávit financeiro da União, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2001, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2001;

3. anulação de dotações orçamentárias consignadas às finalidades definidas nesta alínea;

4. resultado positivo do Banco Central do Brasil, observado o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

5. operações de crédito externas aprovadas pelo Senado Federal e destinadas ao atendimento das despesas previstas nesta alínea;

c) o cumprimento do disposto no Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, alterado pela Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional;

d) pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo de despesa no âmbito de cada Poder;

e) o refinanciamento da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional; e

f) o pagamento de benefícios ao servidor público admitido no exercício de 2002, mediante a utilização de recursos alocados com esta finalidade no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

IV – mediante a utilização de recursos:

a) decorrentes de variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta lei, desde que para alocação nos mesmos subtítulos em que os recursos dessa fonte tenham sido originalmente programados;

b) resultantes da incorporação de superávit financeiro, inclusive dos fundos, das autarquias, das fundações, das empresas públicas e das sociedades

de economia mista integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, para atender às mesmas ações em execução em 2001, observados os saldos orçamentários dos respectivos subtítulos e grupos de despesa, aprovados no exercício anterior;

c) de doações; e

d) de convênios, observada a destinação prevista no respectivo instrumento.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares à conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, e §§ 3º e 4º, da Lei nº 4.320, de 1964, destinados:

a) a transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais;

b) aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e

c) ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, mediante a utilização de recursos originários das contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e o de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, inclusive da parcela destinada nos termos do § 1º do art. 239 da Constituição.

CAPÍTULO IV

Da Autorização para Contratação de Operações de Crédito e Emissão de Títulos da Dívida Agrária

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – contratar as operações de crédito internas e externas constantes desta lei que não se tenha verificado até a data de sua publicação, sem prejuízo do disposto no art. 52, inciso V, da Constituição, no que se refere às operações de crédito externa; e

II – emitir até 13.090.800 (treze milhões, noventa mil e oitocentos) Títulos da Dívida Agrária, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a cinco anos, para atender ao programa de Reforma Agrária no exercício, nos termos do que dispõe o art. 184 da Constituição.

TÍTULO III

Do Orçamento de Investimento

CAPÍTULO I

Da Fixação da Despesa

Art. 9º A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação constante do anexo a esta lei, não computadas as entidades cuja progra-

mação constante integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, é fixada em R\$21.287.486.746,00 (vinte e um bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta e seis reais), com os seguintes desdobramentos:

DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$1,00	
Especificação	Valor
22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15.919.000
24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia	6.477.800
25000 – Ministério da Fazenda	2.370.791.597
28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	35.724.000
32000 – Ministério de Minas e Energia	17.909.912.193
33000 – Ministério da Previdência e Assistência Social	35.000.000
36000 – Ministério da Saúde	12.196.456
39000 – Ministério dos Transportes	81.033.700
41000 – Ministério das Comunicações	691.732.000
52000 – Ministério da Defesa	128.700.000
Total	21.287.486.746

CAPÍTULO II

Das Fontes de Financiamento

Art. 10. As fontes de receita, para cobertura da despesa fixada no artigo anterior, decorrentes da geração de recursos próprios, de recursos destinados ao aumento do patrimônio líquido e de operações de crédito, internas e externas, vedado o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita, são estimadas com o seguinte desdobramento:

FONTE DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

R\$1,00	
Especificação	Valor
RECURSOS PRÓPRIOS	12.837.469.127
Geração Própria	12.837.469.127
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	266.726.680
Tesouro	40.600.000
Direto	40.600.000
Controladora	226.126.680
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	4.583.669.711
Internas	417.035.922
Externas	4.166.633.789
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	3.599.621.228
Controladora	2.866.366.228
Outras Estatais	493.255.000
Outras Fontes	240.000.000
Total	21.287.486.746

CAPÍTULO III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I – para cada subtítulo, mediante geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa;

II – mediante a utilização do saldo dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional em exercícios anteriores e não utilizados pela correspondente empresa, para atender às mesmas ações em execução, aprovadas naqueles exercícios; e

III – para realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, quando a abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estiver relacionada com empresas estatais, previstas nesta lei.

Parágrafo único. A abertura de créditos suplementares à conta de geração adicional de recursos, de que trata o inciso I deste artigo, fica limitada a vinte por cento do valor de cada subtítulo objeto da suplementação.

TÍTULO IV

Das Disposições Finais

Art. 12. É vedada a execução dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, até deliberação em contrário da Comissão Mista, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição e do Congresso Nacional.

§ 1º A vedação referida no caput abrange todos os programas de trabalho incluídos nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das estatais.

§ 2º Quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, fica vedada a execução da dotação orçamentária consignada ao subtítulo correspondente.

§ 3º A deliberação da Comissão de que trata o caput será tomada com fundamento em informações prestadas, pelo órgão responsável ou pelo Tribunal de Contas da União, sobre as medidas saneadoras das irregularidades apontadas.

§ 4º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento da aplicação dos recursos nos estritos termos deste artigo, certificando-se de que nenhum dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos, em que tenham sido apontados indícios de irregularidade,

des graves, recebam quaisquer recursos orçamentários e informando ao Congresso Nacional das ilegalidades eventualmente verificadas, sem prejuízo das providências cabíveis.

Art. 13. São publicados em anexo a esta lei:

I – o Quadro III, contendo a atualização da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado a que se refere o art. 8º, § 11, da Lei nº 10.266, de 2001;

II – o Quadro IV, contendo o demonstrativo de que trata o art. 59 da Lei nº 10.266, de 2001, para atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição;

III – o Quadro V, contendo o demonstrativo da compatibilidade entre a programação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10.266, de 2001; e

IV – os quadros orçamentários consolidados aos quais se refere o art. 8º, § 1º, incisos I a XV, da Lei nº 10.266, de 2001.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de agosto de 2001.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O Projeto de Lei nº 32, de 2001-CN, que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2002”, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

até 5-9 – publicação e distribuição de avulsos;

até 19-9 – prazo para realização de audiências públicas;

até 24-9 – prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a comissão;

até 27-9 – prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;

até 3-10 – prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela comissão;

até 18-10 – prazo para apresentação de emendas perante a comissão;

até 23-10 – prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 13-11 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela subcomissão;

até 28-11 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na comissão do parecer final;

até 7-12 – prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;

até 14-12 – prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e Geração do Autógrafo.

PROJETOS

RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 222, DE 2001

(Nº 97, e 1999, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão da Fundação Casper Líbero para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 443, de 11 de setembro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 10 de maio de 1994, a permissão da Fundação Casper Líbero para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 218, DE 1998

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 443, de 11 de setembro de 1997, que renova a permissão outorgada à Fundação Casper Líbero, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Brasília, 17 de fevereiro de 1997. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 54/MC

Brasília, 3 de fevereiro de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 443, de 11 de setembro de 1997, pela qual renovei a permissão para explorar serviço

de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada inicialmente à Rádio Gazeta Ltda., pela Portaria MVOP nº 686, de 30 de setembro de 1947, publicada em 14 de outubro do mesmo ano, posteriormente transferida à Fundação Casper Líbero, pela Portaria nº 224, de 18 de fevereiro de 1976, publicada no Diário Oficial da União em 24 seguinte.

Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 50830.000166/94, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Sergio Motta, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 443,
DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme disposto no art. 62, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50830.000166/94, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de maio de 1994, a permissão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, outorgada inicialmente à Rádio Gazeta Ltda., pela Portaria MVOP nº 686, de 30 de setembro de 1947, publicada no Diário Oficial da União em 14 de outubro seguinte, transferida para a Fundação Casper Líbero, pela Portaria nº 224, de 18 de fevereiro de 1976, publicada no Diário Oficial da União de 24 subsequente.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Sergio Motta.

PARECER JURÍDICO Nº 412/96

Referência: Processo nº 50830.000166/94

Origem: DRMC/SPO

Assunto: Renovação de Outorga

Interessada: Fundação Casper Líbero

Ementa: – Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora, cujo prazo teve seu termo final em 1-5-94.

– Pedido apresentado tempestivamente;

– Regulares a situação técnica e diretiva;

Conclusão: Pelo deferimento.

A Fundação Casper Líbero, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, requer renovação do prazo de vigência de sua permissão, cujo termo final ocorreu em 1 de maio de 1994.

I – Dos Fatos

1. Mediante Portaria MVOP nº 686, de 30 de setembro de 1947, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro do mesmo ano, foi outorgada permissão à Rádio Gazeta Ltda., posteriormente transferida para a Fundação Casper Líbero, para executar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

2. A outorga em questão foi renovada em 2 (duas) oportunidades, sendo a primeira pela Portaria nº 224 de 18 de fevereiro de 1976, publicada no Diário Oficial da União de 24 subsequente e a segunda pela Portaria nº 203 de 21 de setembro de 1984, publicada no DOU de 25-9-84.

3. Cumpre ressaltar que, durante o último período de vigência da outorga, a entidade não sofreu qualquer penalidade, nem tampouco foi advertida, conforme se verifica na informação do Setor Jurídico da Seção de Fiscalização desta Delegacia, constante de fl. 49.

II – Do Mérito

4. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para o Serviço de Radiodifusão Sonora e 15 (quinze) anos para o Serviço de Televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223, § 5º).

5. De acordo com o art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de suas outorgas deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período com-

preendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anterior ao término do respectivo prazo.

6. A outorga originária da permissão em apreço foi renovada automaticamente até 1º de maio de 1974, conforme determinado no inciso III do art. 1º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, motivo pelo qual o prazo de vigência da outorga passou a ser contado a partir daquela data, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos.

7. Por conseguinte, a renovação aqui pleiteada, deverá ocorrer a partir de 1º de maio de 1994, vencimento do prazo anterior.

8. O pedido de renovação da outorga ora em exame, foi protocolizado nesta Delegacia Regional em 19 de janeiro de 1994, dentro, pois, do prazo legal (fl. 01).

9. A requerente tem seu quadro diretivo aprovado pelo Poder Concedente, com a seguinte constituição:

Cargos	Nomes
Presidente	Paulo Camarda
Vice-Presidente	Victor Malzoni Junior
Diretor	Leonardo Placucci Filho

Prazo de Mandato: 30-4-2000.

10. A emissora se encontra operando regularmente dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme laudo de vistoria de fls. 26/30 e informação do Setor de Engenharia constante de fls. 33/36 e 46.

11. Consultado o Cadastro Nacional de Radiodifusão verificou-se que a entidade e seus dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo art. 12 e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

12. É regular a situação da permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fl. 48.

13. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 1º de maio de 1994.

Conclusão

Do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos à consideração do Sr. Delegado DRMC/SP, para posterior remessa ao Departamento de Fiscalização e Outorgas para prosseguimento.

É o parecer subscrito.

Setor Jurídico, 20 de junho de 1996. – Nilton Aparecido Leal, Assistente Jurídico.

1) De acordo

2) Encaminhe-se o processo ao Departamento de Fiscalização e Outorgas para prosseguimento.

São Paulo, 21 de junho de 1996. – Eduardo Graziano, Delegado.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 223, DE 2001

(Nº 104/1999, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Stéreo Som Especial Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 44, de 23 de janeiro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 15 de março de 1995, a permissão outorgada à FM Stéreo Som Especial Ltda., para explorar, sem direito e exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 493, DE 1998

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 44, de 23 de janeiro de 1998, que renova a permissão outorgada à FM Stéreo Som Especial Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Brasília, 28 de abril de 1998. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 113/MC

Brasília, 7 de abril de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à consideração de Vossa Excelência a inclusão da Portaria nº 44, de 23 de janeiro de 1998, pela qual renovei a permissão outorgada à FM Stéreo Som Especial Ltda., pela Portaria nº 119, de 13 de março de 1985, publicada em 15 subsequente, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53830.001818/94, que lhe deu origem.

Respeitosamente, — Sérgio Motta, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 44,
DE 23 DE JANEIRO DE 1998

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.001818/94, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de março de 1995, a permissão outorgada à FM Stéreo Som Especial Ltda., pela Portaria nº 119, de 13 de março de 1985, publicada no Diário Oficial da União em 15 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. — Sérgio Motta.

MUDANÇA DA DENOMINAÇÃO SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO
CONTRATO SOCIAL

I — Preâmbulo

Pelo presente instrumento particular, Renata Freitas de Camargo, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, à Rua Américo Alves Pereira Filho, 194 — apto. 11, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº 16.355.471-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 073.25.648-79, Paulo Masci de Abreu, brasileiro, casado, advogado, portador de Cédula de

Identidade RG sob nº 4.975.379-SSP/SP e CPF/MF sob nº 339.119.598-34, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correa, 360 — apto. 21 — Morumbi e Luci Rothschild de Abreu, brasileira, casada, orientadora pedagógica, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correa, 360 — apto. 21 — Morumbi, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº 6.607.662-SSP e do CPF/MF sob nº 875.100.068-72, únicos sócios componentes da FM Stéreo Som Especial Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede e foro na cidade de São Paulo, Capital, à Av. Paulista, 2198 — 15º andar, com Instrumento de Contrato Social arquivado na Jucesp sob nº 35.202.899.143, em sessão de 3-11-84, e última alteração contratual registrada sob nº 66.597/95-0, em sessão de 28-4-95, resolvem de comum e pleno acordo, alterar o contrato social, deliberando e convencionando o seguinte:

II — Deliberações

II.1. Mudança de Denominação da Razão Social

II.1.1 Os sócios resolvem mudar a denominação social atual de FM Stéreo Som Especial Ltda., para Alpha FM Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sede e foro da sociedade têm como endereço a cidade de São Paulo, Capital, à Av. Paulista, 2198 — 15º andar, conj. 151 à 154 — Edifício Central Park.

II.2. Aumento de Capital Social

II.2.1. O capital social da empresa que é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), passa a ser de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), sendo sua elevação proveniente do ajuste de R\$67.378,14 (sessenta e sete mil trezentos e setenta e oito reais e quatorze centavos), da conta "Reserva de Capital" e R\$2.621,85 (dois mil seiscentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos), em dinheiro, realizados neste ato em moeda corrente mensal, em postos iguais, pela sócia Renata Freitas de Camargo R\$1.310,93 (um mil trezentos e dez reais e noventa e três centavos), Paulo Masci de Abreu R\$1.178,84 (um mil cento e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) e Luci Rothschild de Abreu R\$131,09 (cento e trinta e um reais e nove centavos), capital representado por 120.000 (Cento e Vinte Mil) cotas, no valor de R\$1,00 (Um Real) cada uma, subscrito e totalmente integralizado pelos sócios na seguinte forma:

Cotistas	Nº de Cotas	Valor R\$
Renata Freitas de Camargo	60.000	R\$60.000,00
Paulo Masci de Abreu	54.000	R\$54.000,00
Luci Rothschild de Abreu	6.000	R\$6.000,00
Totais	120.000	R\$120.000,00

ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS COTISTAS E CESSÃO DE COTAS

II.2.2. São admitidos, neste ato, com anuência expressa dos demais de sociedade os Sócios José Ernesto Freitas de Camargo, brasileiro, solteiro, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo, Capital, à Rua Alemanha, 472, portador de Cédula de Identidade RG sob nº 8.782.260-X-SSP/SP e CPF/MF sob nº 006.591.488-03, e Raul Rothschild de Abreu, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correa, 121 – apto. 21 – Morumbi, portador de Cédula de Identidade RG sob nº 25.146.886-0-SSP/SP e CPF/MF sob nº 267.325.008-30.

II.2.3. A sócia Renata Freitas de Camargo, detentora de 60.000 (Sessenta Mil) cotas, no valor de R\$60.000,00 (Sessenta Mil Reais), cede e transfere neste ato, 30.000 (Trinta Mil) de suas cotas, ao novo sócio José Ernesto Freitas de Camargo, após receber a necessária autorização dos demais sócios para fazê-lo.

O sócio Paulo Masci de Abreu, detentor de 54.000 (Cinquenta e Quatro Mil) cotas, no valor de R\$54.000,00 (Cinquenta e Quatro Mil Reais), cede e transfere neste ato, 6.000 (Seis Mil) de suas cotas, ao novo sócio, Raul Rothschild de Abreu, após receber a necessária autorização dos demais sócios:

II.2.4. Em consequência ao aumento do capital social e a inclusão dos novos cotistas o quadro social da empresa ficou assim composto:

Cotistas	Nº de Cotas	Valor R\$
Renata Freitas de Camargo	30.000	R\$30.000,00
José Ernesto Freitas de Camargo	30.000	R\$30.000,00
Paulo Masci de Abreu	48.000	R\$48.000,00
Luci Rothschild de Abreu	6.000	R\$6.000,00
Raul Rothschild de Abreu	6.000	R\$6.000,00
Totais	120.000	R\$120.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

De acordo com o art. 2º in fine do Decreto 3.708, de 10-1-1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.

II.3. Consolidação das Cláusulas do Contrato Social

II.4.1. Face aos novos comandos legais dimanantes da Constituição Federal de 5-10-88, bem como no sentido de atualizar juridicamente as cláusulas de seu contrato social original, os atuais sócios Alpha FM Ltda., resolvem de comum e pleno acordo, consolidar e unificar num só instrumento aludidas cláusulas, ficando o compromisso assim redigido.

ALPHA FM LTDA.

CONTRATO SOCIAL

RENATA FREITAS DE CAMARGO

Brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, à Rua Américo Alves Pereira Filho, 194 – apto. 11, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº 16.355.471-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 073.25.648-79;

PAULO MASI DE ABREU

Brasileiro, casado, advogado, portador de Cédula de Identidade RG sob nº 4.975.379-SSP/SP e CPF/MF sob nº 339.119.598-34, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, à Rua Professor Alexandre Correa, 360 apto. 21 – Morumbi;

LUCI ROTHSCCHILD DE ABREU

Brasileira, casada, orientadora pedagógica, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, capital, à rua Professor Alexandre Correa, 360/ap. 21 – Morumbi, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.607.662 SSP/SP e do CPF/MF nº 875.100.068-72;

JOSÉ ERNESTO FREITAS DE CAMARGO

Brasileiro, solteiro, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo, capital, à rua Alemanha, 472, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.782.260-X SSP/SP e CPF/MF nº 006.591.488-03;

RAUL ROTHSCCHILD DE ABREU

Brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, capital, à rua Professor Alexandre Correa, 360/ap. 21 – Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.146.886-0 SSP/SP e CPF/MF nº 267.325.008-30.

Constituem,

entre si, e na melhor forma do direito, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade denominar-se-á Alpha FM Ltda., e utilizará a denominação fantasia "Alpha FM" e terá como finalidade a execução de serviços de radiodifusão em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagem (televisão), onda curta e onda tropical, mediante autorização do Poder Concedente, na forma da lei e da legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade de acordo com o art. 3º do Decreto nº 52.795, de 31-10-63, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a suportação dos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e foro da sociedade têm como endereço a cidade de São Paulo, capital, à av. Paulista, 2198 – 15º andar – conj. 151 a 154 – Edifício Central Park.

CLÁUSULA QUARTA

A sociedade é constituída para ter vigência por prazo indeterminado, e suas atividades iniciam-se a partir da data em que o Poder Concedente deferir o ato de outorga da concessão ou permissão em seu nome. Se necessário for a sua dissolução, serão observados os dispositivos da lei.

CLÁUSULA QUINTA

A sociedade se compromete, por seus diretores e sócios, a não efetuar nenhuma alteração contratual sem a prévia autorização do Poder Concedente, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

CLÁUSULA SEXTA

As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão, sempre, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e serão inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e inalienáveis a estrangeiros.

CLÁUSULA SÉTIMA

Poderão fazer parte da sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e pertencente exclusivamente e nominalmente a brasileiros.

CLÁUSULA OITAVA

A sociedade se obriga a observar, com o rigor que se impõe, as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA NONA

A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos, ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA

A sociedade não poderá executar serviços nem deter concessões ou permissões de radiodifusão sonora no País, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28-2-67.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O capital social é de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), representados por 120.000 (cento e vinte mil) cotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, e subscritas pelos sócios da forma que segue:

Cotistas	Nº de Cotas	Valor R\$
Renata Freitas de Camargo	30.000	R\$30.000,00
José Ernesto Freitas de Camargo	30.000	R\$30.000,00
Paulo Masci de Abreu	48.000	R\$48.000,00
Luci Rothschild de Abreu	6.000	R\$6.000,00
Raul Rothschild de Abreu	6.000	R\$6.000,00
Totais	120.000	R\$120.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

De acordo com o art. 2º in fine do Decreto nº 3.708, de 10-1-1919, cada cotista se responsabiliza pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O capital social se encontra totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

As cotas são individuais em relação à sociedade que, para cada uma delas, só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A sociedade será administrada pelos sócios José Ernesto Freitas de Camargo e Paulo Masci de

Abreu, nas funções de gerentes, cabendo-lhes todos os poderes de administração legal e a sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhes, ainda, a assinatura, sempre em conjunto, em todos os papéis, títulos e documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, pelo que lhes é dispensada a prestação de caução.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e sua investidura, nos cargos, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer, depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Os diretores terão como remuneração mensal a quantia fixada em comum, até os limites das deduções fiscais previstas na legislação do Imposto de Renda, que será levado à conta de despesas gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

O uso da denominação social, nos termos da cláusula décima quarta deste instrumento, é vedado em fianças, avais e outros atos de favor, estranhos aos interesses da sociedade, ficando os diretores, na hipótese da infração dessa cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros, estranhos à sociedade, sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Poder Concedente nos termos do estipulado na cláusula quinta deste contrato social, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade. Em qualquer eventualidade os sócios remanescentes terão, sempre, a preferência na aquisição das cotas do sócio retirante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo como remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito o capital e os lucros apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou interdição de 6 (seis) meses da data de aprovação do balanço geral anual. Os haveres, assim apurados, serão pagos em 20 (vinte) parcelas iguais e sucessivas, devendo a primeira ser

paga 6 (seis) meses após a data de aprovação dos citados haveres. O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados pela Resolução nº 29/92, publicada no Diário Oficial da União, de 4-12-92. Se, entretanto, desejarem os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito, continuarem na sociedade, no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado à apreciação do Poder Concedente e, tendo dele a aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advirá, necessariamente, a alteração do presente contrato social e o seu consequente arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

A 31 de dezembro de cada ano levantar-se-á um balanço geral anual das atividades da empresa. O balanço geral anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de lucros e perdas.

PARÁGRAFO ÚNICO

Se acusados forem prejuízo os mesmos serão suportados pelos sócios em partes proporcionais ao número de cotas de cada um.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da sede da sociedade para dirimir quaisquer dissídios que, eventualmente, venham a surgir entre as partes contratantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Os casos omissos neste contrato social, serão regidos pelo dispositivo do Decreto nº 3.708, de 10-1-1919, a cuja fiel observância como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam diretores e sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato social em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.

São Paulo, 24 de junho de 1996. – Renata Freitas de Camargo – Paulo Masci de Abreu – Luci Rothschild de Abreu – José Ernesto Freitas de Camargo – Raul Rothschild de Abreu – Roberto Teodoro de Camargo – RG 17.146.570 SSP-SP.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 224, DE 2001
(Nº 289/99, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de outubro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.174, DE 1997

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 6 de outubro de 1997, que “Renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo”.

Brasília, 9 de outubro de 1997. – Fernando Henrique Cardoso.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 236/MC, DE 26 DE SETEMBRO DE 1997, DO SR. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso Processo Administrativo nº 50830.001630/93, em que a Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda.,

solicita renovação da concessão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, outorgada conforme Portaria MVOP nº 66, de 30 de setembro de 1946, cuja última renovação ocorreu nos termos do Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 subsequente, por dez anos a partir de 1º de maio de 1984, cujo prazo residual da outorga foi mantido pelo Decreto de 10 de maio de 1991.

2. Observo que o ato de outorga original está amparado juridicamente, considerando as disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou, que consideram como deferidos os pedidos de renovação requeridos na forma devida e não decididos ao término do prazo de vigência da concessão ou permissão sendo por isso admitido o funcionamento precário das estações mesmo quando expiradas as respectivas outorgas.

3. Com estas observações, lícito é se concluir que a terminação do prazo da outorga ou a penção de sua renovação a curto ou a longo prazo não determina necessariamente, a extinção do serviço prestado, podendo o processo da renovação ser ultimado.

4. Em sendo renovada a outorga em apreço o ato correspondente deverá assinalar que a renovação ocorrerá a partir de 1º maio de 1994.

5. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento. Decreto nº 88.066, de 1983, submeto o assunto à superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do artigo 223 da Constituição.

Respeitosamente. – Sergio Mota, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO , DE 6 DE OUTUBRO DE 1997

Renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Batatais Estado de São Paulo.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts 84 inciso IV e 223 da Constituição e nos termos do art. 6º inciso I do Decreto nº 88.066, de 28 de janeiro de 1983, e

tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50830.001630/93.

Decreta:

Art. 1º Fica renovada de acordo como art. 33 § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Difusora Batatais Ltda., outorgada pela Portaria MVOP nº 866, de 30 de setembro de 1946, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984, publicado no Diário Oficial da União em 9 subsequente, sendo mantido o prazo residual da outorga conforme Decreto de 10 de maio de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão Sonora em onda média, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de outubro de 1997, 176º da Independência e 109º da República. – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Lídio Coelho – Sérgio Motta.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA EMPRESA E RELAÇÃO DOS QUOTISTAS E RESPECTIVAS PARTICIPAÇÕES

Empresa: Sociedade Radio Difusora Batatais Ltda
CGC: 44.942.480/0001-85
Endereço: Rua Santos Dumont, 239
Cidade: Batatais – SP
CEP: 14300.000

Sociedade por quotas de Responsabilidade Ltda.

Capital Social – R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais) totalmente integralizado, dividido em 50.000 quotas de R\$1,00 (um real), cada uma, distribuído entre os quotistas relacionados abaixo:

Quotistas	Porcentagem	Quotas	Valor
João Fernandes Molina	82,00%	41.000 qts	R\$41.000,00
Raquel Mariza Bianco Molina	12,00%	6.000 qts	R\$6.000,00
João Cesar Paulo E. Cangussú	6,00%	3.000 qts	R\$3.000,00
Totais	100,00%	50.000 qts	R\$50.000,00

Batatais, 4 de março de 1998, – João Cesar Paulo E. Cangussú, Diretor.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 2001

(Nº 375/99, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 99, de 30 de julho de 1999, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.161, DE 1999

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 99, de 30 de julho de 1999, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí.

Brasília, 25 de agosto de 1999. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 117/99–MC

Brasília, 30 de julho de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 99 de 30 de julho de 1999, pela qual autorizei a Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí.

2. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, a mencionada entidade satisfaz as exigências da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado

pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da norma complementar do mesmo serviço, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998, que regem a matéria, o que me levou a autorizá-la, nos termos da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de autorização somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53760.000430/98, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Pimentada Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 99,
DE 30 DE JULHO DE 1999

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53760.000430/98, resolve

Art. 1º Fica a Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí, com sede na Rua dos Edis, 110, Loja 1, Centro, na localidade de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí autorizada a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquela localidade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar como sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 3º11'27"S e longitude em 41º38'39"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PARECER CONJUR/MC Nº 600/99

Referência: Processo nº 53760.000430/98

Origem: Delegacia do MC no Estado do Piauí

Interessada: Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí ("Rádio Cidade FM")

Ementa: Pedido de autorização para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária. Comunicado de Habilitação para inscrição de entidades interessadas publicado no DOU, de 5-11-98. Inscrição de apenas uma entidade. Atendidas as exigências estabelecidas pela legislação pertinente.

Conclusão: Pela outorga de autorização à requerente.

I – Dos Fatos

A Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí ("Rádio Cidade FM"), associação civil, sem fins lucrativos, sediada na rua dos Edis, 110, loja 1, Centro, na cidade de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí, mediante requerimento protocolado sob o nº 53760.000430/98, manifestou interesse em executar serviço de radiodifusão comunitária, na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado no endereço de sua sede social, de coordenadas geográficas 03º11'27"S de latitude e 41º38'39"W de longitude, sendo esse o local assinalado para a instalação do sistema irradiante da estação.

Solicitou, ainda, no mesmo documento, a designação do correspondente canal de operação, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. Em atendimento à manifestação da entidade, este Ministério, por intermédio da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, fez por publicar, no Diário Oficial da União, de 5 de novembro de 1998, aviso tornando público Comunicado de Habilitação, no qual convidou as entidades interessadas em prestar o referido serviço, nas localidades e canal de operação indicados, a inscreverem-se, consignando prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a efetivação dessa providência.

3. Decorrido o prazo consignado, apenas a petiçãoária ocorreu ao chamamento, requerendo, tempestivamente, a sua habilitação, apresentando a documentação de que trata a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, seu regulamento, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e, ainda, a Norma Complementar nº 2/98, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998, conforme segue:

□ Estatuto Social, Ata de Constituição da entidade e Ata de Eleição dos dirigentes, devidamente registrados (doc. de fls. 7 a 15 e 17 a 24);

– comprovantes de que os dirigentes da entidade são brasileiros natos e maiores de 21 anos (doc. de fls. 25 a 32);

□ declaração, assinada por todos os dirigentes, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço (doc. de fls. 34);

– declarações, contendo manifestações de apoio, formuladas por entidades representativas da comunidade (doc. de fls. 35 a 53);

– declaração constando a denominação de fantasia da entidade – “Radio Cidade FM” (doc. de fls. 57);

□ declarações, assinadas pelo representante legal da entidade de que:

a) todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação (doc. de fls. 33);

b) a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrantes de seus quadros de associados e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados (doc. de fls. 54);

c) o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no item 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1, da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 55);

d) na ocorrência de interferências tomará as providências previstas nas alíneas a e b do item 6.11 da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 66);

– planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, assinalando o local de instalação do sistema irradiante (doc. de fls. 56 e 74);

– formulário padronizado, devidamente preenchido, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação (doc. de fls. 65 e 84);

– diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto (doc. de fls. 67 e 86 a 88);

– declaração do profissional habilitado em atendimento aos incisos V e VI do item 6.11 da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 68 e 69);

– parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente à instalação proposta (doc. de fls. 70 e 71).

4. O pedido e a documentação pertinente foram, preliminarmente, analisados pelo Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, deste Ministério, que considerou terem sido regularmente atendidas as disposições legais incidentes.

II – Do Mérito

5. O Serviço de Radiodifusão Comunitária é, por definição legal, “a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço” (art. 1º da Lei nº 9.612, de 1998).

6. Nos termos do art. 3º da supracitada lei, o Serviço tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

– dar oportunidade de difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

– oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

– prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

– contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

– permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

7. As emissoras do Serviço devem, em sua programação, atender aos seguintes princípios (art. 4º da citada lei):

- preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

- promoção das atividades artísticas e jornalísticas, favorecendo a integração dos membros da comunidade;

- respeito aos valores éticos e sociais das pessoas e da família;

- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções política – ideológico – partidárias e condição social nas relações comunitárias.

8. A outorga de autorização para a execução desse Serviço decorre de preceito constitucional que, ao definir a competência da União, estabelece, no art. 21, inciso XII, alínea a, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 8/95:

“Art. 21. Compete à União:

.....
XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.”

9. Por sua vez, o art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, determina:

“Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.”

10. Complementando, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 1998, em seu art. 9º, inciso II, dispõe:

“Art. 9º Compete ao Ministério das Comunicações:

.....
II – expedir ato de autorização para a execução do Serviço, observados os procedimentos estabelecidos na Lei nº 9.612, de 1998, e em norma complementar.”

11. Em aditamento, o art. 19 do mesmo diploma legal estabelece:

“Art.19. A autorização para execução do RadCom será formalizada mediante ato do Ministério das Comunicações, que deverá conter, pelo menos, a denominação da entidade, o objeto e o prazo da autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo para início da execução do Serviço.”

12. A autorização é outorgada, consoante o art. 6º, parágrafo único, da multicitada Lei nº 9.612, de 1998, pelo prazo de 3 (três) anos, renovável por igual período se cumpridas as exigências legais regulamentares.

13. No que concerne à entidade requerente, cumpre-me observar que se trata de uma associação civil, sem fins lucrativos, registrada no Cartório Almandrana Comarca de Parnaíba, em 9 de junho de 1998, no Livro “PJ – 18”, sob o nº de ordem 469, cujos objetivos sociais, declarados no art. 2º do Estatuto Social, guardam completa similitude com as finalidades a que se destina o Serviço de Radiodifusão Comunitária, explicitadas no art. 3º da lei que o institui.

14. Em consonância com o preceito contido no parágrafo único do art. 7º da mesma lei, o quadro diretivo dessa Associação, especificado a seguir, é composto por pessoas residentes na área da comunidade a ser atendida pelo Serviço:

Presidente:	Maria de Jesus da Silva Albuquerque
Vice-Presidente:	Ângela Maria Bessa de Carvalho
Secretário:	Bernardo Ribeiro de Carvalho Filho
Tesoureiro:	Claudina Maria Galvão de Carvalho

15. A documentação apresentada pela entidade atende plenamente às determinações legais, regulamentares e normativas inerentes à execução do Serviço restando observadas todas as condições exigidas para a outorga da autorização pertinente.

16. Diante do exposto, e estando cumpridas as praxes processuais, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos acompanhados de minutas dos atos correspondentes, à superior deliberação do Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do assunto em tela.

17. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de autorização possa produzir seus efeitos legais.

É o parecer.

Brasília, 21 de julho de 1999. – Adalzira França Soares de Lucca, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

DESPACHO CONJUR/MC Nº 726/99

Adoto o Parecer CONJUR/MC nº 600/99, que conclui pelo deferimento do pedido de autorização para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí, formulado pela Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí. Remetam-se os autos, acompanhados de minutas de Portaria e Exposição de Motivos, à consideração do Exmº Senhor Ministro, para decisão.

Brasília, 21 de julho de 1999. – Raimunda Nóbrega Pires, Consultora Jurídica.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 226, DE 2001

(Nº 536/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Pantaneira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 124, de 11 de agosto de 1999, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Pantaneira a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.228, DE 1999

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 124, de 11 de agosto de 1999, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Pantaneira a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Brasília, 26 de agosto de 1999. – Fernando Henrique Cardoso.

EM nº 144/MC

Brasília, 11 de agosto de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Submeto a apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 124, de 11 de agosto de 1999, pela qual autorizei a Associação Comunitária e Cultural Pantaneira, a serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul.

2. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, a mencionada entidade satisfaz as exigências da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 e da norma complementar do mesmo serviço, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998, que regem a matéria, o que me levou a autorizá-la, nos termos da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de autorização somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53700.001267/98, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 124,
DE 11 DE AGOSTO DE 1999

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53700.001267/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária e Cultural Pantaneira, com sede na Av. Pedro Pedrossian s/nº, na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquela localidade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 18º31'22"S e longitude em 54º43'37"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade

de iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Pimenta da Veiga.

PARECER CONJUR/MC Nº 644/99

Referência: Processo nº 53700.001267/98.

Origem: Delegacia do MC no Estado do Mato Grosso do Sul.

Interessada: Associação Comunitária e Cultural Pantaneira.

Ementa: Pedido de autorização para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária. Comunicado de Habilitação publicado no DOU de 5-11-98. Inscrição de 2 (duas) entidades interessadas. Habilitação da entidade supra-referenciada, considerando o atendimento dos termos do citado Comunicado e das condições estabelecidas na legislação pertinente.

Conclusão: Pela outorga de autorização à entidade em epígrafe.

I – Dos Fatos

A Associação Comunitária e Cultural Pantaneira (FM Pantaneira), associação civil, sem fins lucrativos, sediada na Av. Pedro Pedrossian, s/nº, na cidade de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul, mediante requerimento protocolado sob o nº 53700.001267/98, manifestou interesse em executar o Serviço de Radiodifusão, na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 (um) km, com centro localizado na Avenida Pedro Pedrossian, nº 862, coordenadas geográficas de 18º31'22"S de latitude e 54º43'37"W de longitude, sendo esse o local assinalado para a instalação do sistema irradiante da estação.

Solicitou ainda, no mesmo documento, a designação do correspondente canal de operação, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. Em atendimento à manifestação da entidade, este Ministério, por intermédio da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, fez por publicar, no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 1998, aviso tornando público Comunicado de Habilitação, no qual convidou as entidades interessadas em prestar o referido Serviço, nas localidades e canal de operação indicados, a inscreverem-se, consignando prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a efetivação dessa providência.

3. Decorrido o prazo consignado, ocorreu ao chamamento, além da peticionária, a Radiodifusão Comunitária Nossa FM, que, tempestivamente, requereu, a sua habilitação, mediante documento protocolado sob o nº 53700.001838/98. No entanto, essa Associação não logrou a habilitação pertinente considerando não haver cumprido as condições estabelecidas no item 6.6 da Norma Complementar nº 2/98, aprovada pela Portaria MC nº 191, de 6 de agosto de 1998, consoante Informação constante às fls. 341 dos presentes autos.

4. A requerente, Associação Comunitária e Cultural Pantaneira, apresentou a documentação de que tratam a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e, ainda, a Norma Complementar acima citada, conforme a seguir:

- Estatuto Social, Ata de Constituição da entidade e Ata de eleição dos dirigentes, devidamente registrados (doc. de fls. 11 a 24);

- comprovantes de que os dirigentes da entidade são brasileiros natos e maiores de 21 anos (doc. de fls. 35, 40, 46 e 52);

- declaração, assinada por todos os dirigentes, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço (doc. de fls. 30, 39, 45 e 51);

- declarações, contendo manifestações de apoio, formuladas por entidades representativas da comunidade (doc. de fls. 253 a 318);

- declaração constando a denominação de fantasia da entidade "FM Pantaneira" (doc. de fls. 33).

- declarações, assinadas pelo representante legal da entidade, de que:

- a) todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação (doc. de fls. 31);

- b) a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrantes de seus quadros de associados e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados (doc. de fls. 34);

c) o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no item 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1, da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 32);

d) na ocorrência de interferências tomará as providências previstas nas alíneas a e b do item 6.11 da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 326);

- planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, assinalando o local de instalação do sistema irradiante (doc. de fls. 319);

- formulário padronizado, devidamente preenchido, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação (doc. de fls. 325);

- diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto (doc. de fls. 328);

- declaração do profissional habilitado em atendimento aos incisos V e VI do item 6.11 da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 330);

- parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente à instalação proposta (doc. de fls. 331 e 332).

5. O pedido e a documentação pertinente foram, preliminarmente, analisados pelo Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, deste Ministério, que considerou terem sido regularmente atendidas as disposições legais incidentes.

II – Do Mérito

6. O Serviço de Radiodifusão Comunitária é, por definição legal, “a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço” (art. 1º da Lei nº 9.612, de 1998).

7. Nos termos do art. 3º da supracitada Lei, o Serviço tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- dar oportunidade de difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

- contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas; de conformidade com a legislação profissional vigente;

- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

8. As emissoras do Serviço devem, em sua programação, atender aos seguintes princípios (art. 4º da citada Lei):

- preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

- promoção das atividades artísticas e jornalísticas, favorecendo a integração dos membros da comunidade;

- respeito aos valores éticos e sociais das pessoas e da família;

- não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções política – ideológico – partidárias e condição social nas relações comunitárias.

9. A outorga de autorização para a execução desse Serviço decorre de preceito constitucional que, ao definir a competência da União, estabelece, no art. 21, inciso XII, alínea a com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 8/95:

“Art. 21 – Compete à União:

.....

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

- a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.”

10. Por sua vez, o art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, determina:

“Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas re-

guladoras das condições de exploração do Serviço.”

11. Complementando, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 1998, em seu art. 9º, inciso II, dispõe:

“Art. 9º Compete ao Ministério das Comunicações:

.....

II – expedir ato de autorização para a execução do Serviço, observados os procedimentos estabelecidos na Lei nº 9.612, de 1998, e em norma complementar.”

12. Em aditamento, o art. 19 do mesmo diploma legal estabelece:

“Art. 19. A autorização para execução do RadCom será formalizada mediante ato do Ministério das Comunicações, que deverá conter, pelo menos, a denominação da entidade, o objeto e o prazo da autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo para início da execução do Serviço.”

13. A autorização é outorgada, consoante o art. 6º, parágrafo único, da multicitada Lei nº 9.612, de 1998, pelo prazo de 3 (três) anos, renovável por igual período se cumpridas as exigências legais e regulamentares.

14. No que concerne à entidade requerente, cumpre-me observar que se trata de uma associação civil, sem fins lucrativos, registrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Coxim/MS, em 3 de abril de 1998, no Livro “A-1 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas”, sob o nº de ordem 6, às fls. 6, cujos objetivos sociais, de clareados no art. 2º do Estatuto Social, guardam similitude com as finalidades a que se destina o Serviço de Radiodifusão Comunitária, explicitadas no art. 3º da lei que o institui.

15. Em consonância com o preceito contido no parágrafo único do art. 7º da mesma lei, o quadro diretivo dessa Associação, especificado a seguir, é composto por pessoas residentes na área da comunidade a ser atendida pelo Serviço:

Diretor-Presidente:	Adilson Malaquias de Souza
Diretor-Vice-Presidente:	Cláudio Malaquias de Souza
Secretário:	Samuel Severino de Oliveira
Tesoureiro:	Ademar Bispo Cardoso

16. A documentação apresentada pela entidade atende plenamente às determinações legais, regula-

mentares e normativas inerentes à execução do Serviço, restando observadas todas as condições exigidas para a outorga da autorização pertinente.

17. Diante do exposto, e estando cumpridas as praxes processuais, opinou pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos correspondentes, à superior deliberação do Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do assunto em tela.

18. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de autorização possa produzir seus efeitos legais.

É o parecer.

Brasília, 6 de agosto de 1999. – Zilda Beatriz Silva de Campos Abreu, Advogada.

Aprovo. Submeto à elevada consideração da Sra. Consultora Jurídica.

Brasília 6 de agosto de 1999. – Adalzira França Soares de Lucca, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

DESPACHO CONJUR/MC Nº 775/99

Adoto o Parecer CONJUR/MC nº 644/99, que conclui pelo deferimento do pedido de autorização para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Coxim, Estado do Mato Grosso do Sul, formulado pela Associação Comunitária e Cultural Pantaneira. Remetam-se os autos, acompanhados de minutas de Portaria e Exposição de Motivos, à consideração do Exmº Senhor Ministro, para decisão.

Brasília, 6 de agosto de 1999. – Raimunda Nonata Pires, Consultora Jurídica.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 227, DE 2001

(Nº 553/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção de Gurguêia, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 207, de 8 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção de Gurguêia, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº94, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº207, de 8 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Redenção de Gurguéia, Estado do Piauí.

Brasília, 13 de janeiro de 2000. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 228/99-MC

Brasília, 23 de dezembro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 207 de 8 de dezembro de 1999, pela qual autorizei a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Redenção de Gurguéia, Estado do Piauí.

2. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, a mencionada entidade satisfaz as exigências da Lei nº9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da norma complementar do mesmo serviço, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998, que regem a matéria, o que me levou a autorizá-la, nos termos da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de autorização somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53760.000415/98, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Pimentada Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 207, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1999

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando disposto nos arts. 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53760.000415/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação da Rádio Comunitária Redenção FM, com sede na Av. Álvaro Mendes, 464, Centro, na cidade de Redenção de Gurguéia, Estado do Piauí, a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquela localidade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 09°30'30"S e longitude em 44°36'00"W, utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Pimenta da Veiga.

PARECER CONJUR/MC Nº 1.219/99

Referência: Processo nº 53760.000415/98

Origem: Delegacia do MC no Estado do Piauí

Interessada: Associação da Rádio Comunitária Redenção FM

Ementa: Pedido de autorização para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária. Comunicado de Habilitação para inscrição de entidades interessadas publicado no DOU de 5-11-98. Inscrição de apenas uma entidade. Atendidas as exigências estabelecidas pela legislação pertinente.

Conclusão: Pela outorga de autorização à requerente.

I – Dos Fatos

A Associação da Rádio Comunitária Redenção FM ("Rádio Redenção FM"), associação civil, sem fins lucrativos, sediada na Av. Álvaro Mendes, 464, Centro, na cidade de Redenção do Gurguéia, Estado do Piauí, mediante requerimento protocolado sob o nº 53760.000415/98, manifestou interesse em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 (um) km, com centro localizado no endereço de sua sede social, de coordenadas geográficas 09°30'30"S de latitude e 44°36'00"W de longitude, sendo esse o local assinalado para a instalação do sistema irradiante destação.

Solicitou ainda, no mesmo documento a designação do correspondente canal de operação, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 8 de junho de 1998.

2. Em atendimento à manifestação da entidade, este Ministério, por intermédio da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, fez por publicar, no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 1998, aviso tornando público Comunicado de Habilitação, no qual convidou as entidades interessadas em prestar o referido Serviço, nas localidades e canal de operação indicados, a inscreverem-se, consignando prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a efetivação dessa providência.

3. No transcorrer do prazo consignado, apenas a peticionária acorreu ao chamamento, requerendo a sua habilitação e apresentando a documentação de que tratam a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e, ainda, a Norma Complementar nº 2/98, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998, conforme a seguir:

- Estatuto Social, Ata de Constituição da entidade e Ata de eleição dos dirigentes, devidamente registrados (doc. de fls. 5 a 12 e 95 a 102);

- comprovantes de que os dirigentes da entidade são brasileiros natos e maiores de 21 anos (doc. de fls. 17 a 23, 25 a 30, 32 a 34, 36 e 37);

- declaração, assinada por todos os dirigentes, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço (doc. de fls. 16, 24, 31 e 35);

- declarações, contendo manifestações de apoio, formuladas por entidades representativas da comunidade (doc. de fls. 45 a 63);

- declaração constando a denominação de fantasia da entidade – "Rádio Redenção FM" (doc. de fls. 41);

- declarações, assinadas pelo representante legal da entidade, de que:

- a) todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação (doc. de fls. 44);

- b) a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrantes de seus quadros de associados e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados (doc. de fls. 43);

- c) o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no item 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1 da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 42);

- d) na ocorrência de interferências tomará as providências previstas nas alíneas a e b do item 6.11 da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 68);

- planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, assinalando o local de instalação do sistema irradiante (doc. de fls. 38 e 73);

- formulário padronizado, devidamente preenchido, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação (doc. de fls. 69);

- diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto (doc. de fls. 74);

- declaração do profissional habilitado em atendimento aos incisos V e VI do item 6.11 da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 70 e 71);

- parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente à instalação proposta (doc. de fls. 72 e 75).

4. O pedido e a documentação pertinente foram, preliminarmente, analisados pelo Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, deste Ministério, que considerou terem sido regularmente atendidas as disposições legais incidentes.

II – Do Mérito

5. O Serviço de Radiodifusão Comunitária é, por definição legal, "a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço" (art. 1º da Lei nº 9.612, de 1998).

6. Nos termos do art. 3º da supracitada lei, o serviço tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- dar oportunidade de difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

- oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

– prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

□ permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

7. As emissoras do serviço devem, em sua programação, atender aos seguintes princípios (art. 4º da citada lei):

– preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

– promoção das atividades artísticas e jornalísticas, favorecendo a integração dos membros da comunidade;

□ respeito aos valores éticos e sociais das pessoas e da família;

□ não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções políticas – ideológico – partidárias e condição social nas relações comunitárias.

8. A outorga de autorização para a execução desse serviço decorre de preceito constitucional que, ao definir a competência da União, estabelece, no art. 21, inciso XII, alínea a, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 8/95:

“Art. 21 – Compete à União:

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.”

9. Por sua vez, o art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, determina:

“Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.”

10. Complementando, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 1998, em seu art. 9º, inciso II, dispõe:

“Art. 9º Compete ao Ministério das Comunicações:

II – expedir ato de autorização para a execução do serviço, observados os procedimentos estabelecidos na Lei nº 9.612, de 1998, e em norma complementar.”

11. Em aditamento, o art. 19 do mesmo diploma legal estabelece:

“Art. 19. A autorização para execução do RadCom será formalizada mediante ato do Ministério das Comunicações, que deverá conter, pelo menos, a denominação da entidade, o objeto e o prazo da autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo para início da execução do serviço.”

12. A autorização é outorgada, consoante o art. 6º, parágrafo único, da multicitada Lei nº 9.612, de 1998, pelo prazo de 3 (três) anos, renovável, por igual período, se cumpridas as exigências legais regulamentares.

13. No que concerne à entidade requerente, cumpre-me observar que se trata de uma associação civil, sem fins lucrativos, registrada no Cartório Único Centralizado de Redenção do Gurguéia, da Comarca de Bom Jesus/PI, em 28 de julho de 1999, no Livro “A-1” de Registro de Pessoas Jurídicas, sob o número de ordem 13, às fls. 16 a 19, cujos objetivos sociais, declarados no art. 2º do Estatuto Social, guardam completa similitude com as finalidades a que se destinou o Serviço de Radiodifusão Comunitária, explicitadas no art. 3º da lei que o instituiu.

14. Em consonância com o preceito contido no parágrafo único do art. 7º da mesma lei, o quadro diretivo dessa associação, especificado a seguir, é composto por pessoas residentes na área da comunidade a ser atendida pelo serviço:

Presidente:	Edson Cipriano Feitosa
Vice-Presidente:	Valmir Nogueira de Sousa
Secretário:	Lucirene Fernandes de Carvalho
Tesoureiro:	Rosângela Alves de Figueiredo

15. A documentação apresentada pela entidade atende plenamente às determinações legais, regulamentares e normativas inerentes à execução do serviço, restando observadas todas as condições exigidas para a outorga da autorização pertinente.

16. Diante do exposto, e estando cumpridas as praxes processuais, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos correspondentes, à superior deliberação do Exmº Sr. Ministro de Estado das

Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do assunto em tela.

17. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de autorização possa produzir seus efeitos legais.

É o parecer.

Brasília, 3 de dezembro de 1999. – Adalzira França Soares de Lucca, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

DESPACHO CONJUR/MC Nº 1.435/99

Adoto o Parecer CONJUR/MC nº 1.219/99, que conclui pelo deferimento do pedido de autorização para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de Redenção do Gurguéia, Estado do Piauí, formulado pela Associação da Rádio Comunitária Redenção FM. Remetam-se os autos, acompanhados de minutas de Portaria e Exposição de Motivos, à consideração do Exmº Senhor Ministro, para decisão.

Brasília, 3 de dezembro de 1999. – Raimunda Nonata Pires, Consultora Jurídica.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 228, DE 2001

(Nº 581/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Odilon Rezende Andrade para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 43, de 1º de fevereiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Odilon Rezende Andrade para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 377, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 43, de 17 de fevereiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Odilon Rezende Andrade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Três Corações Estado de Minas Gerais.

Brasília, 20 de março de 2000. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 46/MC

Brasília, 10 de março de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Encaminho a Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53710.000717/99, de interesse da Fundação Odilon Rezende Andrade, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 43,

DE 17 DE FEVEREIRO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000717/99, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Odilon Rezende Andrade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. — Pimenta da Veiga.

PARECER Nº 023/2000-DOUL

Referência: Processo nº 53710.000717/99

Interessada: Fundação Odilon Rezende Andrade

Assunto: Outorga de serviço de radiodifusão

Ementa: — Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa.

- Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

Conclusão: Pelo deferimento

I — Os Fatos

A Fundação Odilon Rezende Andrade, com sede na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais, requer-lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidade exclusivamente educativa, na mesma localidade, mediante a utilização do canal 290 E, classe C, previsto no Plano Básico de Distribuições de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou a documentação pertinente.

4. Os estatutos da entidade, registrados no Cartório de Registro Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Três Corações, da mesma Comarca, no Estado de Minas Gerais, em 17 de maio de 1999, apontado no Protocolo A-1 fl. 68/68v, registrado sob o número de ordem 507, preenchem os requisitos do Código Civil Brasileiro e se encontram de acordo com a legislação específica de radiodifusão.

5. O Conselho Diretor, com mandato até 13 de maio de 2000, está assim constituído:

Conselho Diretor

Cargos

Nomes

Diretor Presidente:

Valério Antonio Neder Andrade

Diretor Vice-Presidente:

Myrtes Neder Andrade

Diretor Administrativo e Financeiro:

Antonio Henrique de Paiva

6. De acordo com seus estatutos, a representação judicial e extra-judicial da requerente é competência do Diretor Presidente.

II — Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (letra a, inciso XII, do art. 21).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no DOU de 26 subseqüente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 13.

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.”

10. A documentação instrutória que informa o pedido tanto quanto à entidade, tanto quanto aos seus diretores, está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada pelos mesmos, juntada aos presentes autos.

III — Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga e Licenciamento para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

E o parecer sub-censura.

Brasília, 28 de janeiro de 2000. Maria Antonieta de Alvarenga Grossi, Advogada – OAB/DF-5419.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga e Licenciamento.

Brasília, 28 de janeiro de 2000. – Napoleão Emanuel Valadares, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de janeiro de 2000. – Antonio Carlos Tardeli, Diretor do Departamento de Outorgas e Licenciamento.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 28 de janeiro de 2000. – Paulo Menicucci, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 229, DE 2001

(Nº 599/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Matrinchã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matrinchã, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 60, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Cultural de Matrinchã a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matrinchã, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 599, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submetido à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 60, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Cultural de Matrinchã a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matrinchã, Estado de Goiás.

Brasília, 3 de maio de 2000. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 76/MC

Brasília, 10 de abril de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a Portaria nº 60, de 21 de março de 2000, pela qual autorizei a Associação Cultural de Matrinchã a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Matrinchã, Estado de Goiás.

2. Após exame da matéria pelas áreas técnica e jurídica deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que a mencionada entidade cumpriu as exigências da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da Norma Complementar do mesmo serviço, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998.

3. O mandamento constitucional inscrito no § 3º, do artigo 223, determina que o ato de autorização somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.

4. Faço juntar a documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53670.000563/98, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Respeitosamente, – Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 60,
DE 21 DE MARÇO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53670.000563/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Cultural de Matrinchã, com sede na Rua Ouro Verde, Quadra 5, Lote 18 – Setor Nova Esperança, na cidade de Matrinchã, Estado de Goiás, a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquela localidade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15°26'17"S e longitude em 50°44'51"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Pimenta da Veiga

Cultural de Matinechã. Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.

Edimar Alves Pinheiro

Idalvo da Silva

1º Secretário: J. T. Tavares

2º Secretário: J. T. Tavares

3º Secretário: J. T. Tavares

4º Secretário: J. T. Tavares

5º Secretário: J. T. Tavares

6º Secretário: J. T. Tavares

7º Secretário: J. T. Tavares

8º Secretário: J. T. Tavares

9º Secretário: J. T. Tavares

10º Secretário: J. T. Tavares

11º Secretário: J. T. Tavares

12º Secretário: J. T. Tavares

13º Secretário: J. T. Tavares

14º Secretário: J. T. Tavares

15º Secretário: J. T. Tavares

16º Secretário: J. T. Tavares

17º Secretário: J. T. Tavares

18º Secretário: J. T. Tavares

19º Secretário: J. T. Tavares

20º Secretário: J. T. Tavares

21º Secretário: J. T. Tavares

22º Secretário: J. T. Tavares

23º Secretário: J. T. Tavares

24º Secretário: J. T. Tavares

25º Secretário: J. T. Tavares

26º Secretário: J. T. Tavares

27º Secretário: J. T. Tavares

28º Secretário: J. T. Tavares

29º Secretário: J. T. Tavares

30º Secretário: J. T. Tavares

31º Secretário: J. T. Tavares

32º Secretário: J. T. Tavares

33º Secretário: J. T. Tavares

34º Secretário: J. T. Tavares

35º Secretário: J. T. Tavares

36º Secretário: J. T. Tavares

37º Secretário: J. T. Tavares

38º Secretário: J. T. Tavares

39º Secretário: J. T. Tavares

40º Secretário: J. T. Tavares

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERIR COM O ORIGINAL
Em, 30/03/2001

Idalvo Francisco dos Reis

Às 20 (vinte) dias do mês de março de 1996, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Matinechã, Estado de Goiás, situada na Rua Gervásio Pereira Dias, Nº 858, no horário das 16:00hs, o Presidente Afonso Francisco Alves Pessoa, declarou aberta a reunião, fazendo vários esclarecimentos aos participantes, prosseguindo a eleição da Diretoria Executiva que teve como candidato a Presidente o Sr. Afonso Francisco Alves Pessoa, Vice-Presidente: Carlos José Lucas, 1º Secretário: Edimar Alves Pinheiro, 2º Secretário: Walter Camêlo de Souza, 1º Tesoureiro: Edson Antonio Tulaite, 2º Tesoureiro: José Marques Ribeiro, os candidatos foram colocados a apreciação da comunidade, sendo em votação a eleição por aprovação por unanimidade, continuando a apreciação do Estatuto da Associação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFESSÃO DE FÉ CIVIL

Em 20/03/2000



Cultural de Matrinchã. Capítulo I

Da denominação, sede, duração e objetivos

Art. 1º - É instituída uma associação cultural em Matrinchã, de origem de moradores espontâneos entre os habitantes desta comunidade, que serão representada pela sigla ACM.

Art. 2º - A Associação reger-se-á pelo "prelúdio" pelo presente estatuto e leis que lhe forem aplicáveis.

Art. 3º - A Associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede e foro em Matrinchã, e tem por objetivos:

I - Proporcionar a melhoria das condições entre os habitantes do lugar, através da integração de seus moradores, II - proporcionar aos associados e a comunidade, atividades econômicas, culturais e desportivas.

Art. 4º - A associação será dirigida pelos seguintes órgãos: I - Assembleia Geral;

II - Diretoria Executiva.

Art. 5º - A Assembleia Geral é o órgão superior da associação, constituída por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos.

§ 1º - A Assembleia Geral reúne-se a ordinária ou Extraordinariamente, por convocação da Diretoria Executiva ou mediante requerimento de um terço dos associados.

§ 2º - A convocação da Assembleia Geral é feita através de edital, apescado no livro de da associação.

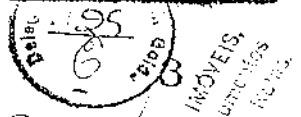
§ 3º - A Assembleia Geral delibera com antecedência de 05 (cinco) dias.

§ 4º - A Assembleia Geral ordinária reúne-se sempre e delibera: I - em primeira convocação;

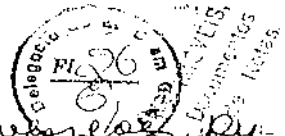
a presença da maioria absoluta dos associados.

associados; II - Em segunda e última convocação, meia hora após com a presença de qualquer número de associados. § 4º - A Assembleia geral extraordinária reúne-se a pedido de I - em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos associados; II - Em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número de associados. § 5º - A Assembleia geral reunir-se-á de 03 (três) em 03 (três) meses extraordinariamente sempre que houver necessidades. § 6º - Compete privativamente a Assembleia geral: I - Reformar o estatuto; II - Eleger ou destituir, a qualquer tempo, membros da Diretoria Executiva; III - Autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição de garantias, acrescidas de juros e encargos. IV - Da Diretoria Executiva. § 7º - A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, um Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, eleitos pela Assembleia geral entre os sócios em pleno gozo de seus direitos e com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. Art. 7º - A Diretoria Executiva reúne-se ordinariamente de 03 (três) em 03 (três) meses em convocação do Presidente. § 8º - As decisões da Diretoria Executiva são tomadas por maioria simples. § 9º - Compete a Diretoria Executiva: I - Fazer cumprir o presente estatuto e regulamentos aprovados; II - Apurar o patrimônio da pessoa administrativa; III -

CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 30/03/2000



convocar a assembleia geral; IV - interpretar o presente estatuto e decidir sobre os casos omissos; Art. 10º - Compete ao Presidente: I - Representar a associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; II - proteger o patrimônio da associação; III - receber doações; IV - Examinar e assinar, com o tesoureiro, balancete mensal e balanços; V - aprovar propostas de ingresso de sócios. VI - movimentar contas bancárias e emitir cheques juntamente com o tesoureiro; VII - Assinar, com o secretário, a correspondência da Associação. Art. 11º - Compete ao secretário: I - Organizar e dirigir todos os assuntos de secretaria da Associação; II - Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos; Art. 12º - Compete ao Tesoureiro - I - Responder pela guarda dos valores e títulos da Associação; II - movimentar contas bancárias, emitir cheques com o presidente. CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS - ART. 13º - O sócio em pleno gozo dos seus direitos neste estatuto lhes assegura - I - votar e ser votado nas eleições para membros da Diretoria Executiva; II - usufruir dos serviços oferecidos pela Associação; III - oferecer sugestões; Art. 14º - O sócio tem a seguinte obrigação: I - cumprir o estatuto e regulamentos e as disposições da Associação; II - Exercer os cargos para os quais for eleito, salvo nos casos de impedimento; III - colaborar com as iniciativas da Associação. CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO - Art. 15º - Os recursos da Associação são



constituídas de: I - Direção e Subdireção, Públicas ou privadas; II - outras receitas. Art. 16º - O patrimônio da Associação é constituído de valores e bens de qualquer natureza, recebidos ou por ela adquiridos. CAPÍTULO VI - Disposições Gerais e Transitorias. Art. 17º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva, expirará no dia 20 do mês de Março de cada ano. Art. 18º - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Executiva. Após a votação e aprovação de todo o estatuto e no momento em que mais a tratar o presidente devesse por encerrada a reunião, sendo esta ata lida e assinada por todos os participantes.

Assinatura de: *[assinatura]*
[assinatura]
 Carlos José Lucas
[assinatura]
 Antônio Nunes de Almeida
 Valdivino César Neto
 Izay da Silva
 Antônio de Fátima
 Seltene Fátima Taveira
 Sebastião V. M. Gomes
[assinatura]
 Edgar Gomes Pinheiro
 José Antônio Rodrigues
[assinatura]
 Antônio Dirceu de Araújo
 José Pelbo Bezerra
 Raimundo Francisco dos Reis

SERVICO PUBLICO FEDERAL
 MINISTERIO DAS COMARCAS
 CONFERIR COM O ORIGINAL
 Em, 30/03/2001

CARTÓRIO DE REGISTRO DE
 Pessoas Jurídicas
 e 1º-82-810-810
 22 de Setembro de 2001
 19121

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 230, DE 2001
(Nº 600/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Cidade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 79, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Cidade a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 600, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 79, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária FM Cidade a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.

Brasília, 3 de maio de 2000. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 77/MC

Brasília, 10 de abril de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a Portaria nº 79, de 21 de março de 2000, pela qual autorizei a Associação Rádio Comunitária FM Cidade a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.

2. Após exame da matéria pelas áreas técnica e jurídica deste Ministério, as conclusões foram no sen-

tido de que a mencionada entidade cumpriu as exigências da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da Norma Complementar do mesmo serviço aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998.

3. O mandamento constitucional inscrito no § 3º, do artigo 223, determina que o ato de autorização somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.

4. Faço juntar a documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53640.001409/98, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Respeitosamente, – Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 79,
DE 21 DE MARÇO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001409/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Rádio Comunitária FM Cidade, com sede na Avenida Getúlio Vargas, s/nº – Centro, na cidade de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia, a executar pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquelalocalidade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 11º02'54"S e longitude em 45º11'35"W, utilizando a frequência de 87.9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, no termos do § 3º do art. 223 da Constituição devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Pimenta da Veiga.

31 03 2001

49 1
100

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA FM - CIDADE É POSSE DO SEU PRESIDENTE

Por desmemore de novembro de noventa e sete, digo, por dezenove dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e sete, na casa paroquial, situada a rua Elpidio Santoma n° 75, em Formosa do Rio Preto, BA, as 15 horas, reuniram-se as entidades: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação Comercial do Rio Preto, Associação dos moradores do Bairro Sta Helena, Associação dos produtores rurais - comunidade Suenir, Associação Esperança Nossa das Entureiras, - Paróquia Coração de Jesus, Diocese de Barreiras para a criação da Rádio Comunitária - FM cidade, e posse de seu presidente sob a presidência do vigário Padre Jacy Diniz Rocha, que falou sob a importância da rádio para a comunidade e que a participação das entidades presentes é de grande utilidade para a formação cultural e social da população, e também que a rádio comunitária - FM cidade prestará relevantes serviços de utilidades públicas à comunidade de Formosa do Rio Preto BA. Foi indicada a senhora M^{rs} Rita Matos de Souza para secretariar esta assembleia. Após ser lido e aprovado o estatuto da entidade, foi feita a eleição do presidente. O Padre Jacy Diniz Rocha eleito por unanimidade foi empossado no cargo imediatamente. Fizem uso da palavra os representantes de todas as associações presentes concluindo a união de todos para o apoio e funcionamento deste meio de comunicação, não havendo mais nada a tratar e ninguém

mais querendo fazer uso da palavra, encerrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, Maria Rita Matos de Souza (Secretária) e pelo presidente da comunidade (da) EM cidade e pelos representantes das associações presentes.

Maria Rita M. de Souza (Secretária Assoc. Sta Helena)
 Mary Diny Rocha (Paróquia Sagrado Coração de Jesus)
 Maria de Lourdes dos Santos (Associação Esperança Nas das Costureiras)
 Constantino de Lencas (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais)
 Elivaldo dos Santos Bonfim (Presidente Associação Comercial)
 Jélio Macedo Brito (Presidente Associação Beneficentores - Suco)

Cartório do Registro de Títulos e Documentos

Comarca de Formosa do Rio Preto - Ba.
 Apresentado na dia 24 de novembro de 1997
 prenotado sob. o n.º 921-11-23 de protocolo
 A - o no mesmo dia, registrado sob. o n.º 84
 e pag. de livro 11

Davidson Dias de Araújo
 Oficial do Registro

Cartório do Registro de Títulos e Documentos

Comarca de Formosa do Rio Preto - Ba.
 Apresentado na dia 24 de novembro de 1997
 prenotado sob. o n.º 921-11-23 de protocolo
 A - o no mesmo dia, registrado sob. o n.º 84
 e pag. de livro 11

Davidson Dias de Araújo
 Oficial do Registro

FOTOCÓPIA DO ESTATUTO E DA ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA PARA MUDANÇA DO ESTATUTO ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO E
 FOTOCÓPIA DA ATA DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Maury

31/03

Fl. 49
IDP

ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA PARA MUDANÇA DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA FM-CIDADE.

Aos dezesseis dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa e oito às dezesseis horas, a rua Elpidio Santana nº 75, nesta cidade, reuniram-se em assembleia geral extraordinária para mudança do estatuto, eleição e posse da nova diretoria da Associação Rádio Comunitária FM-Cidade os sócios desta entidade. Assumiu a presidência do trabalho o senhor Sr. Maury Diniz Rocha, presidente da Associação Rádio Comunitária FM-Cidade. Logo de início o presidente falou que por orientação e exigência da Lei aprovada pelo sr. presidente da República deveríamos rever o estatuto de nossa associação, bem como proceder à nova eleição e posse da nova diretoria, nos moldes da Lei e que para tal apresentava sua renúncia e de toda a atual diretoria. Os presentes, de acordo, aceitaram a renúncia da atual diretoria e passaram à apreciação e aprovação (do projeto dos estatutos sociais, artigo por artigo, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações, mantendo o teor seguinte) de um novo projeto de estatuto social para substituir o estatuto em vigor. Finda a leitura, artigo por artigo, o presidente submeteu-o à apreciação e discussão, e, em seguida, à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações, mantendo o teor seguinte: Estatuto da Associação Rádio Comunitária FM-Cidade. A Associação Rádio Comunitária FM-Cidade é um associação civil sem fins lucrativos que se reper-

Dráuy 31 07 2001 5

pelo presente estatuto e pela legislação específica.

Artigo Primeiro: A sede da Associação será a Avenida Getúlio Vargas s/n, na cidade de Formosa do Rio Preto - BA.

Artigo Segundo: A associação terá como finalidade a exploração e instalação de serviço de radiodifusão sonora, com a finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral da comunidade de Formosa do Rio Preto - BA, mediante concessão, permissão ou autorização que lhe for outorgada por ato do poder público competente para a exploração dos serviços de radiodifusão, exploradas esta, sujeito e de acordo com a legislação específica.

Artigo Terceiro: A duração da Sociedade é por prazo indeterminado.

Artigo Quarto: São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimentos legais forem residentes na área de atuação da emissora mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores desde que legalmente instituídas e que sejam aprovadas pela Diretoria, e, que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

Artigo Quinto: Ficam criadas duas categorias de sócios, a saber: 1. Sócios contribuintes: são considerados sócios contribuintes quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que contribuam mensalmente com qualquer importância por ele designada. 2. Sócios Beneméritos: Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços à Associação Rádio Comunitária FM-Cidade e à coletividade.

Artigo Sexto: Terão direito a voto nas assembleias as duas categorias de sócios: beneméritos e contribuintes, este último desde que em dia com

Hray

31 23

19127
50P

ou suas contribuições, e poderá votar por procuração por cada indivíduo ou coletivamente a um dos demais sócios com direito a voto. Somente terão direito a voto nas assembleias o brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos. Artigo sétimo: Os membros da sociedade não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Artigo oitavo: A associação será dirigida por Diretoria Executiva eleita em Assembleia Geral, para um período de quatro anos, podendo ou não ser reeleita. Os membros da diretoria deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida pelo emissor. Artigo nono: O membro da diretoria deverá ser brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos. É vedado participar de administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure unidade parlamentar ou foro especial. Artigo décimo: A diretoria será composta dos seguintes cargos: diretores: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Patrimônio. Artigo décimo primeiro: Compete à Diretoria Executiva: I. Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembleia Geral e Conselho Fiscal; II. Elaborar e apresentar anualmente à Assembleia Geral e Conselho Fiscal até vinte e oito (28) de fevereiro relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício findo. III. Orientar toda a administração da Associação. IV. Apresentar ao Conselho Consultivo toda e qualquer programação para acompanhar, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e das finalidades estabelecidas no artigo Segundo. V. Compete à diretoria compor o quadro pessoal da Rádio

H. H. H. H.

31 07

2001
122

6

ao menos de dois terços (2/3) de trabalhadores brasileiros

Artigo Décimo segundo: terão atribuições do Presidente:

I. O poderes de administração em geral salvo os que neste estatuto são conferidos a Assembleia Geral e Conselho Final, necessário ao desenvolvimento de suas atividades na Associação II. Representar ativa e passivamente a Associação judicial e extrajudicialmente, podendo para tal fim designar procurador. III. Em conjunto com o tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Final. IV. Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação. Artigo Décimo terceiro: São atribuições do Vice-Presidente:

I. Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos; II. Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar. Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente, o Vice-presidente assumirá o cargo de presidente e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído. Artigo Décimo Quarto: São atribuições do Secretário: I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as competentes atas. II. Publicar todas as atividades da Associação. III. Assinar correspondências da Associação. IV. Superintender os serviços da secretaria. V. Exercer as funções de relações públicas da Associação. Artigo Décimo Quinto: São atribuições do Tesoureiro: I. Precadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação. II. Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação. III. Pagar todos as despesas, contas, obrigações, assinando com o presidente os cheques e ordens de pagamento. IV. Manter em ordem, clareza e atualizada a escrituração contábil. O tesoureiro será substituído

M. Cay

31 03 2001

Fl. 23
DP

em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-presidente
Artigo décimo sexto: São atribuições do Diretor de Patrimônio: I Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da Associação. II Elaborar e apresentar relatório patrimonial à Assembleia geral e Conselho fiscal
Artigo décimo sétimo: Nenhum membro da diretora será remunerado, para o desempenho de suas funções e respectivas atribuições. Conselho Fiscal: Artigo décimo oitavo: O Conselho Fiscal tem suas atribuições e os poderes que são conferidos por lei. Artigo décimo nono Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas funções e atribuições, sem remuneração. Assembleia Geral: Artigo (décimo) artigo vigésimo: As Assembleias Gerais serão ordinárias com reunião no dia trinta (30) de novembro (11) de cada ano, para eleger a Diretoria quando for o caso, aprovar as suas contas, eleger os membros do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. Artigo vigésimo Primeiro. As Assembleias Gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da associação exigirem o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos por lei e nos seguintes casos: Reforma dos estatutos; eleições de nova diretoria, por renúncia de quem em exercício. Artigo vigésimo Segundo: As Assembleias Gerais serão dirigidas pelo Diretor Presidente da Associação que convidará um ou dois sócios presentes para serem de secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da assembleia. Conselho Comunitário. Artigo vigésimo terceiro: O Conselho Comunitário será instituído de no mínimo cinco (05) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe beneficentes, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

Macy

31

EX 51
EX 100

7

das. Artigo Vigésimo quarto: O Conselho comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e ao princípio do artigo 4 da Lei de Radiodifusão Comunitária.

Patrimônio: Artigo Vigésimo quinto: O patrimônio social será constituído das contribuições dos seus sócios, doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido na Rádio Comunitária FM-cidade.

Artigo Vigésimo sexto: A alienação, hipoteca, penhor ou venda ou troca de bens patrimoniais devem ser submetidos à Assembleia Geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

Exercício social: Artigo Vigésimo sétimo: O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano Vigésimo oitavo. No fim de cada exercício social, a Diretoria, fará elaborar, com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de recursos.

Liquidação: Artigo Vigésimo nono: A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembleia Geral extraordinária para tal fim.

Artigo Trigesimo: A associação também poderá ser extinta por determinação legal.

Artigo Trigesimo Primeiro: No caso de extinção, competirá a assembleia geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação.

Artigo Trigesimo Segundo:

31-03-2001

Extinta a sociedade, seus bens serão doados para uma entidade afim. Disposições Gerais e Transitórias: Artigo Trigesimo Terceiro: Os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva e encaminhados a Assembleia geral para apreciação. Artigo Trigesimo Quarto: Foi eleito o foro da Comarca de Fomosa do Rio Preto - BA para qualquer ação fundada neste estatuto. Artigo Trigesimo Quinto: O presente estatuto entra em vigor a partir da data de sua aprovação. O Piquiri, O Presidente coordenou a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, que chegam ao seguinte resultado: Diretoria: Diretor Presidente: Mafucinta de Oliveira Aires, brasileira, lavadeira, RG nº 371.027, CPF 152.838.101-78, residente à rua do Abacá s/n - Fomosa - BA. Vice-Presidente: Maria de Lourdes dos Santos, brasileira, Costureira, RG nº 10783.914, CPF: 632.742.488-00, residente à rua Percilio Santana s/n - Fomosa - BA. Secretária: Maria Rita Matos de Souza, brasileira, professora, RG nº 05032423-30, CPF 415994465-53, residente à rua 22 de dezembro s/n - Fomosa - BA. Tesoureira: Taidan Lima de Azevedo, brasileira, estudante, RG nº 126.088, CPF: 338.512.555-34. Diretor de Patrimônio: Edmilton Pereira Alves, brasileiro, RG nº 08367762-32, CPF: 904.183.955-00, residente à Av. Carlos Pinheiro s/n. Conselho Fiscal: membros efetivos: Leide Maria Dantas Braz, brasileira, RG nº 05.897.922, CPF: 552.012.105-20, residente na Av. Fomosa; Elyvaldo dos Santos Bomfim, brasileiro, RG nº 3142187, CPF: 445.685.505-30, residente à rua do Cruzeiro 422 Fomosa - BA; Albertina Augusta Gomes, bras-

lura, lavadora, RG nº 5.039.332-1, CPF: 33.4.911.
 359-15. Membros suplentes do Conselho Fiscal: Marcia
 Gleison Alves de Castro, brasileiro, estudante,
 RG nº 0969.249722, CPF por registrar, Francisca
 Amélia Rodrigues Lustosa, brasileira, costureira, RG nº
 1.364.986, CPF 728.093.453-68, residente na
 Avenida Bahia s/n. e Marta Aparecida P. S. Dilha,
 brasileira, estudante, RG nº 2034835, CPF por re-
 gistrar. O presidente após apurados os eleitos, deu-lhe
 imediata posse, para suas funções e atribuições que
 se iniciam nesta data. Ficando livre a palavra, e
 como ninguém desejasse usá-la, o presidente suspendeu
 a sessão pelo tempo necessário para a lavatura desta
 ata, o que eu fiz, como secretária e após reaberta
 a sessão, a mesma foi lida e aprovada e segue
 assinada pelo presidente da Assembleia, por mim,
 secretária e por todos os demais presentes, que
 passam a ter sua assinatura consagrada nesta
 ata. Formosa do Rio Preto, dezesseis de abril de
 um mil novecentos noventa e oito.
 R. Yacy Dmyr Rocha - Presidente da Assembleia extraordinária
 * Maria Rita Matos de Souza (secretária)
 Marcio de Loucos dos Santos - Vice-presidente
 Maria Joana de Oliveira Alves Lima - Diretora Presidente
 Lydger Lima de Aguiar (Tesoureira)
 Edilton Pereira Alves (Diretor de Patrimônio)
 * Leide Maria Santos Braz (fiscal)
 Elivaldo dos Santos Bonfraz (fiscal)
 Albertina Augusta Gomes (fiscal)
 * Márcio Gleison Alves de Castro (suplente Fiscal)
 Francisca Amélia Rodrigues Lustosa (suplente Fiscal)
 Ma Aparecida P. S. Dilha (Supl. contábil)
 * Buzianas Rocha da Silva

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 231, DE 2001
(Nº 616/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Integração Comunitária Novos Tempos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 38, de 17 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação de Integração Comunitária Novos Tempos a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 367, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 38, de 17 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação de Integração Comunitária Novos Tempos a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul.

Brasília, 15 de março de 2000. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 43/MC

Brasília, 2 de março de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 38, de 17 de fevereiro de 2000, pela qual autorizei a Associação de Integração Comunitária Novos Tempos a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul.

2. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram

no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, a mencionada entidade satisfaz as exigências da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da norma complementar do mesmo serviço, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998, que regem a matéria, o que me levou a autorizá-la, nos termos da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de autorização somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53700.001247/98, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 38,
DE 17 DE fevereiro DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53700.001247/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, com sede na Rua Cândido Garcia de Souza, nº 400 – B – Centro, na cidade de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul, a executar, pelo prazo de três anos sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquelalocalidade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º11'28"S e longitude em 55º56'51"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Pimenta da Veiga.

Em. 11/09/2001

INICIAÇÃO DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL,
ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE
INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOUOS TEMPOS.

NOS OITO DIAS DO MÊS DE JULHO DE UM MIL NOVE-
CENTOS E NOVENTA E OITO, NA RUA CÂNDIDO GARCIA DE
SOUZA, Nº 400-B, NA CIDADE DE ANTONIO JOÃO, ÀS DOU-
TOZE HORAS E TRINTA MINUTOS, REUNIRAM-SE UM GRUPO
DE PESSOAS DA COMUNIDADE PARA FUNDAREM A ASSOCIA-
ÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOUOS TEMPOS. COM A
PRESENÇA DA SRA. IRES VENDRÚSCULO MARCANTE, SR. AIL-
TON PEREIRA DE MATTOS, SR. JOSÉ ALTAIR GOMES, SR.
NEREU BUTKEVICIUS NANTES, SRA. ZILDA MAIDANA DOS REIS,
SR. RUI DIAS DE MATTOS E DO SR. MÁRIO MARQUES, A
SENHORA IRES VENDRÚSCULO MARCANTE ABRIU A REUNIÃO,
DEU BOAS VINDAS A TODOS E USANDO DA PALAVRA DISSE
QUE A FINALIDADE DA REUNIÃO ERA PARA FUNDAR A
ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOUOS TEMPOS,
COM O OBJETIVO DE INCREMENTAR A DIFUSÃO DA
CULTURA NO MUNICÍPIO. A IDÉIA FOI AMPLAMENTE DIS-
CUTIDA E APÓS MÚLTIPAS OPINIÕES, OS PRESENTES,
MANIFESTARAM TOTAL APOIO À INICIATIVA. ACEITU-SE
ENTÃO, UMA COMISSÃO ORGANIZADORA DA ASSOCIAÇÃO,
FICANDO COMO PRESIDENTE A SENHORA IRES VENDRÚSCU-
LO MARCANTE E COMO SECRETÁRIO O SENHOR JO-
SE ALTAIR GOMES. PASSOU-SE ENTÃO, A PROMU-
ÇÃO DOS PRESENTES PARA QUE EM SEGUNDA FOSSE
DISCUTIDO E APROVADO O ESTATUTO SOCIAL DA
NOVA ENTIDADE. ATENDENDO AO PEDIDO DA PRESIDENTE,
FOI REALIZADA A LEITURA E INTRODUZIDAS AL-
GUMAS MODIFICAÇÕES. FOI ENTÃO O ESTATUTO DA
ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOUOS TEMPOS,
APROVADO PELA TOTALIDADE DOS VOTES PRESENTES, APÓS
A PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA, REALIZOU
A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL, PARA NOS

TERMO DO ESTATUTO SOCIAL, QUE TODOS VOTASSEM PARA A ESCOLHA DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO. A SEGUINTE INICIOU-SE OS TRABALHOS DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA, CUJA VOTAÇÃO, NOS TERMOS DO QUE DETERMINA O ESTATUTO, FOI SECRETA. A DIRETORIA ELEITA POR UNANIMIDADE, PELO PERÍODO DE 04 (QUATRO) ANOS DE MANDATO (DE 08 DE JULHO DE 1998 À 08 DE JULHO DE 2002) FICOU COMPOSTA DA SEGUINTE MANEIRA:

PRESIDENTE: IRES VONDRÚSCULO MARCANTE - BRASILEIRA, -VIÚVA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, RG Nº 415.497 SSP/MS E CPF Nº 857.073.041-07, RESIDENTE E DOMICILIADA NA AV: EUGÊNIO PENZO Nº 830, CENTRO - ANTONIO JOÃO - MS;

VICE-PRESIDENTE: AILTON PEREIRA DE MATOS, BRASILEIRO, CASADO, CONTADOR, RG Nº 001.140.972 SSP/MS E CPF Nº 045.150.481-04, RESIDENTE E DOMICILIADO NA VIA RUA DIRECTÓRIO PENZO Nº 660 - CENTRO, ANTONIO JOÃO - MS;

SECRETÁRIO: JOSÉ AILTON GOMES, BRASILEIRO, CASADO, CONTADOR, RG Nº 117.652 SSP/MS E CPF Nº 254.551.841-72, RESIDENTE E DOMICILIADO NA AVENIDA DR. WILLIAM MARTINEZ MARQUES Nº 630 - CENTRO - ANTONIO JOÃO - MS;

TESOUREIRO: NEREU BUTKEVICIUS NANTES, BRASILEIRO, CASADO, PECUARISTA, RG Nº 127.954 SSP/MT E CPF Nº 143.356.971-04, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA ULRIKADOR ARTHUR DE OLIVEIRA Nº 865 - CENTRO - ANTONIO JOÃO - MS;

CONSELHO FISCAL: ZILDA MARIANA DOS REIS, BRASILEIRA, CASADA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, RG Nº 589.802 SSP/MS E CPF Nº 762.632.191-00, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA PREFEITO GENÉSIO FLORES LUIZIN SIN, BAIRRO VILA PENZO, ANTONIO JOÃO - MS.

AUTENTICAÇÃO

Conferido com o original

RUI DIAS DE MATTOS - BRASILEIRO, DIVORCIADO, PRO-
FESSOR, RG Nº 342.243 SSP/MT E CPF Nº 104.724.601-93,
RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA JOMUA DE ALMEIDA MA-
TTOS S/N - CENTRO - ANTONIO JOÃO-MS.

MARIO MARQUES - BRASILEIRO, CASADO, FUNCIONA-
RIO PÚBLICO, RG Nº 354.601 SSP/MS E CPF Nº
337.216.611-68, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA
TAUCREDO NEVES S/N - BAIRRO VILA NOVA - ANTONIO

JOÃO-MS. APÓS PROCLAMADOS OS ELEITOS, FORMAM-
SE ASSADOS NOS RESPECTIVOS CARGOS. NADA MAIS HAVENDO
A SER TRATADO, EU SECRETÁRIO DA COMISSÃO OR-
GANIZADORA LAUREI A PRESENTE ATA, QUE LIDA
FOI APROVADA PELOS PRESENTES, E VAI ASSINADA
POR MIM, PELO SENHOR PRESIDENTE, PELOS DE MAIS
COMPONENTES DA DIRETORIA EXECUTIVA E PELOS MEM-
BROS DO CONSELHO FISCAL, TODOS ELEITOS.

ANTONIO JOÃO-MS. EM 08 DE JULHO DE 1998.

PRESIDENTE:

* JES VANDRUSCULO MARCANTE (assinado), MODERANDO
VICE-PRESIDENTE:

* ALTON PEREIRA DE MATTOS:

SECRETÁRIO:

* JOSÉ ALTAIR GOMES:

TESOUREIRO

* NERCI BUTKEVICIUS MONTES:

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

* ZILDA MALDANA DOS REIS (assinado) Zilda, eleita por voto

* RUI DIAS DE MATTOS (assinado)

* MARIO MARQUES (assinado)

ADVOGADA - OAB/MS - 3.842

DRA. LIANA ALBA REIXOTO MARTINEZ (assinado)

(À Comissão de Educação.)

Serviço de	
Atendimento ao	
Coordenador	
Em	29/02/2001

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 232, DE 2001

(Nº 636/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Seabrense de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seabra, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 98, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Seabrense de Comunicação a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seabra, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 608, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 98, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Seabrense de Comunicação a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seabra, Estado da Bahia.

Brasília, 3 de maio de 2000 – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 91 /MC

Brasília, 14 de abril de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a Portaria nº 98 de 22 de março de 2000, pela qual autorizei a Associação Comunitária Seabrense de Comunicação a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Seabra, Estado da Bahia.

2. Após exame da matéria pelas áreas técnicas e jurídicas deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que a mencionada entidade cumpriu as exigências da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da Norma Complementar do mesmo serviço, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998.

3. O mandamento constitucional inscrito no § 3º do artigo 223, determina que o ato de autorização somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.

4. Faço juntar a documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53640.001254/98, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Respeitosamente, – Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 98

DE, 22 de março DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001254/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Seabrense de Comunicação, com sede na Rua Simplício Lima, s/nº – Centro, na cidade de Seabra, Estado da Bahia, a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquela localidade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 12º24'45"S e longitude em 41º46'19"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Pimenta da Veiga.

Ata de Constituição da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação – Ascom-Seabra-BA.

Ata da Assembléia Geral de Constituição da Associação Comunitária Seabrense de Comunicação, com a sigla ASCOM, Realizada no dia 18 de março de 1998. Aos dezoito (18) dias do mês de março (3) do ano de mil novecentos e noventa e oito (1998), às vinte horas (20:00h), à rua Souto Soares, nº 136, nesta cidade de Seabra-Ba, reuniram-se em assembléia geral de constituição e fundação, os membros fundadores da

Associação Comunitária Seabrense de Comunicação—ASCOM. Assumiu a presidência dos trabalhos por aclamação unânime o Sr. Zenildo Saldanha Paiva, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG 2.291.642 SSP-BA e CPF-007.573.905-44, residente e domiciliado à rua Pio XII, 318 nesta cidade de Seabra, estado da Bahia, convidando a mim Adylson Silva de Abreu para secretariar a sessão, o que aceitei. — A pedido do presidente li a ordem do dia, para a qual fora convocada esta assembléia geral e que tem o seguinte teor: a) discussão e aprovação do projeto do estatuto social; b) constituição e fundação definitiva da associação; c) eleição da Diretoria e Conselho Fiscal; d) Outros assuntos relacionados com a constituição e fundação da sociedade. — Iniciando-se os trabalhos, o presidente solicitou-me que procedesse a leitura do projeto do estatuto social, cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presentes. Finda a leitura o presidente submeteu-o, artigo por artigo à apreciação e discussão e, em seguida, a sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações. A seguir o presidente declarou definitivamente fundada e constituída a Associação Comunitária Seabrense de Comunicação, com a sigla ASCOM, procedendo-se então a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal, para o 1º período de gestão, cuja eleição chegou o seguinte resultado:

Diretoria

Presidente: Zenildo Saldanha Paiva, brasileiro, casado, aposentado, RG 2.291.642, CPF 007.573.905-44, residente e domiciliado à rua Pio XII, 318, Seabra-Ba.

Vice-Presidente: Marback Medeiros Ramos, brasileiro, casado, funcionário público estadual, RG 7.472.995, CPF 026.160.415-53, residente e domiciliado à rua Souto Soares, nº 136, nesta cidade de Seabra-Ba.

Secretária: Adylson Silva de Abreu, brasileira, solteira, aposentada, portadora do RG 240.908, CPF 003.905.345-87, residente e domiciliada à rua Jacob Guanaes, nº 36, nesta cidade de Seabra-Ba.

Tesoureiro: Ricard Nikson Medeiros Ramos, brasileiro, casado, comerciante, residente à rua Ana Nery nº 35, nesta cidade de Seabra-Ba, portador do RG 4.169.597-68, CPF 569.866.295-91

Diretor de Patrimônio: Andiar de Azeredo Coutinho, brasileira, solteira, funcionária pública estadual, portadora do RG 1.487.985-94, CPF 108.394.455-04, residente à rua Pio XII, nº 75, nesta cidade de Seabra-Ba.

Conselho Fiscal

Titulares: 1. Sérgio Leite Carneiro, brasileiro, casado, bioquímico, portador do RG 1.873.585, CPF 193.352.705-63, residente e domiciliado à rua Manoel Fabrício nº 91, nesta cidade de Seabra-Ba.

2. Ivoni Anizi dos Santos, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG 4.658.194, CPF 413.159.525-72, residente à rua Jacob Guanaes nº 825, nesta cidade de Seabra-Ba.

3. Elda Oliveira Souza Lima, brasileira, casada, professora primária, portadora do RG 2.267.755 e CPF 335.446.115-20, residente à rua Pio XII 220, nesta cidade de Seabra-Ba.

Suplentes: 1. Dorilea Oliveira Assunção, brasileira, solteira, professora primária, portadora do RG 2.231.992 e CPF 449.296.845-87, residente à rua Horácio de Matos nº 247, na cidade de Seabra-Ba.

2. Eugênia Oliveira Souza, brasileira, solteira, professora primária, portadora do RG 3.828.138, CPF 355.059.585-91, residente na rua Carlos Gomes nº 140 — Seabra-Ba.

3. Eleuzina Teixeira Pondé e Paiva, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG 631.332 e CPF 030.095.135-34, residente e domiciliado à rua Pio XII nº 318, nesta cidade de Seabra-Ba.

O Presidente após apurados os eleitos, deu-lhes imediata posse para as suas funções e atribuições que se iniciam nesta data. Ficando franqueada a palavra e como ninguém desejasse usá-la, o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, o que eu fiz, como secretária, em igual teor e forma em cinco vias no computador e, após reaberta a sessão, a mesma foi lida, aprovada e segue assinada pelo Presidente da assembléia, por mim secretária e por todos os demais presentes que passam a ser considerados membros fundadores. — Zenildo Saldanha Paiva, Presidente — Adylson Silva de Abreu, Secretária.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 233, DE 2001

(Nº 668/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Antártida FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 188, de 3 de agosto de 1998, que renova por dez anos, a partir de 28 de abril de 1993, a permissão da Rádio Antártida FM Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 766, DE 1999

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 188, de 3 de agosto de 1998, que renova permissão à Rádio Antártida FM Ltda., originalmente outorgada à Rádio Fifom de Itabira Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 9 de junho de 1999. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 71/MC

Brasília, 18 de maio de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 188, de 3 de agosto de 1998, pela qual foi renovada a permissão outorgada à Rádio Antártida FM Ltda., originariamente deferida à Rádio Fifom de Itabira Ltda., pela Portaria nº 67, de 13 de abril de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 28 seguinte, e transferida para a requerente pela Portaria nº 318, de 7 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 15 subsequente, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que levou ao deferimento do requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53000.000156/93, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 188 DE 3 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.000156/93, resolve

Art. 1º Re no var, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de abril de 1993, a permissão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, originariamente outorgada à Rádio Fifom de Itabira Ltda., pela Portaria nº 67, de 13 de abril de 1983, publicada no Diário Oficial da União em 28 seguinte, e transferida para a Rádio Antártida FM Ltda., pela Portaria nº 318, de 7 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 15 subsequente.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Luiz Carlos Mendonça de Barros.

PARECER CONJUR/MC Nº 268/98

Referência: Processo nº 53000.000156/93

Origem: Delegacia do MC no Estado de Minas Gerais.

Interessada: Rádio Antártida FM Ltda.

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cujo prazo teve seu termo em 28 de abril de 1993. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento.

O presente processo trata do pedido de renovação do prazo de vigência da permissão deferida à Rádio Fifom de Itabira Ltda., através da Portaria nº 67, de 13 de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 28 seguinte. Portanto, o prazo da outorga em apreço expirou em 28 de abril de 1993.

2. O requerimento de renovação foi formulado pela Rádio Fifom de Itabira, à época detentora da outorga cujo processo ora se examina, tendo sido apresentado na DMC/MG em 7 de janeiro de 1993, dentro do prazo legal de requerimento para a renovação.

3. Através do Processo nº 29710.000370/92, foi processada a transferência direta da permissão em tela, para a Rádio Antártica FM Ltda., tendo sido deferida através da Portaria nº 318, de 7 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 15 seguinte (cópia às fls. 61 deste autos).

4. Desta forma, o fato de deferir a renovação da outorga em apreço, deverá fazê-lo já em nome da Rádio Antártica FM Ltda.

5. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorga de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223, § 5º).

6. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo.

7. O prazo de vigência dessa permissão teve seu termo em 28 de abril de 1993, porquanto começou a vigorar em 28 de abril de 1983, data da publicação do ato correspondente no Diário Oficial.

8. Por conseguinte, a renovação aqui pleiteada deverá ocorrer a partir de 28 de abril de 1993.

9. A Rádio Antártica FM Ltda. tem seus quadros societários e diretivos aprovados pelo Poder Concedente com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas
Luiz Paulo de Menezes	3.000.000
Luiz de Menezes	3.000.000
Total	6.000.000
Sócio-Gerente	Luiz Paulo de Menezes

10. A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica o setor de engenharia à fls. 57.

11. É regular a situação da permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 58.

12. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 28 de abril de 1993, em favor da Rádio Antártica FM Ltda.

13. Do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos ao Exmº Senhor Ministro das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido, acompanhados de minutado ato de renovação correspondente.

14. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

Brasília, 4 de junho de 1998. – Maria Elisabete Porto de Noronha, Assistente Jurídico.

De acordo, à consideração da Srª Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

Brasília, 4 de junho de 1998. – Maria da Glória Tuxi F. dos Santos, Coordenadora.

Aprovo. Submeto ao Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 4 de junho de 1998. – Adalzira França Soares de Lucca, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 234, DE 2001

(Nº 703/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços A Comunidade Miguelopolense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 151, de 25 de abril de 2000, que autoriza a Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

2. O requerimento de renovação foi formulado pela Rádio Fifom de Itabira, à época detentora da outorga cujo processo ora se examina, tendo sido apresentado na DMC/MG em 7 de janeiro de 1993, dentro do prazo legal de requerimento para a renovação.

3. Através do Processo nº 29710.000370/92, foi processada a transferência direta da permissão em tela, para a Rádio Antártica FM Ltda., tendo sido deferida através da Portaria nº 318, de 7 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 15 seguinte (cópia às fls. 61 deste autos).

4. Desta forma, o fato de deferir a renovação da outorga em apreço, deverá fazê-lo já em nome da Rádio Antártica FM Ltda.

5. O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece prazos de outorga de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora, e de 15 (quinze) anos para o serviço de televisão, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos esses mantidos pela atual Constituição (art. 223, § 5º).

6. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão dirigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º (sexto) e o 3º (terceiro) mês anteriores ao término do respectivo prazo.

7. O prazo de vigência dessa permissão teve seu termo em 28 de abril de 1993, porquanto começou a vigorar em 28 de abril de 1983, data da publicação do ato correspondente no Diário Oficial.

8. Por conseguinte, a renovação aqui pleiteada deverá ocorrer a partir de 28 de abril de 1993.

9. A Rádio Antártica FM Ltda. tem seus quadros societários e diretivos aprovados pelo Poder Concedente com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas
Luiz Paulo de Menezes	3.000.000
Luiz de Menezes	3.000.000
Total	6.000.000
Sócio-Gerente	Luiz Paulo de Menezes

10. A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica o setor de engenharia à fls. 57.

11. É regular a situação da permissionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fls. 58.

12. Finalmente, observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 28 de abril de 1993, em favor da Rádio Antártica FM Ltda.

13. Do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos ao Exmº Senhor Ministro das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido, acompanhados de minutado ato de renovação correspondente.

14. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

Brasília, 4 de junho de 1998. – Maria Elisabete Porto de Noronha, Assistente Jurídico.

De acordo, à consideração da Srª Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

Brasília, 4 de junho de 1998. – Maria da Glória Tuxi F. dos Santos, Coordenadora.

Aprovo. Submeto ao Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 4 de junho de 1998. – Adalzira França Soares de Lucca, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 234, DE 2001

(Nº 703/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Prestadora de Serviços A Comunidade Miguelopolense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 151, de 25 de abril de 2000, que autoriza a Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 815, DE 2000

Senhores Membros do Congresso,

Nos termos do artigo 49, inciso XII combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhada de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 141, de 25 de abril de 2000 — Associação Cultural Belo Jardim — AMCRBJ/FM, na cidade de Belo Jardim-PE;

2 – Portaria nº 148, de 25 de abril de 2000 — Associação Equipe Canal 8, na cidade de Maripólis-PR;

3 – Portaria nº 149, de 25 de abril de 2000 — Associação Cultural Comunitária de Codó, na cidade de Codó-MA;

4 – Portaria nº 150, de 25 de abril de 2000 — Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida — ACCCEV na cidade de Mococa-SP;

5 – Portaria nº 151, de 25 de abril de 2000 — Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense, na cidade de Miguelópolis-SP; e

6 – Portaria nº 153, de 25 de abril de 2000 — Associação Rádio Comunitária de Jaboticatubas, na cidade de Jaboticatubas-MG

EM Nº 131/MC

Brasília, 23 de maio de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a Portaria nº 151, de 25 de abril de 2000, pela qual autorizei a Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense – ASPEMIG a executar o serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

2. Após exame da matéria pelas áreas técnicas e jurídicas deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que a mencionada entidade cumpriu as exigências da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da Norma Complementar do mesmo serviço, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998.

3. O mandamento constitucional inscrito no § 3º do artigo 223, de ter em vista que o ato de autorização so-

mente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.

4. Faço juntar a documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.002973/98, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

Respeitosamente. – Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 151
DE 25 DE ABRIL DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.002973/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense, com sede na Rua Antonio Bento Peixoto nº 640 – Centro, na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º09'23"S e longitude em 48º02'05"W, utilizando a frequência de 104.9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Pimenta da Veiga.

Miguelópolis/SP, 12 de novembro de 1999

Ref. ao Ofício nº 2.748/99/SSR/DOUL-MC

Prezado Senhor,

Com referência ao ofício encaminhado e recebido em data de 1º do corrente, onde esta entidade solicita autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na cidade de Miguelópolis/SP, processo nº 53830.002973/98, venho apresentar nossas alegações e os documentos solicitados, conforme segue:

1 – ...A Ata de fundação e o Estatuto Social da entidade encontra-se devidamente registrado sob o nº 6, no livro "B", às folhas 5vº — Registro de

Pessoas Jurídicas, do 2º Cartório de Notas e Anexos da Comarca de Miguelópolis/SP (atual 2º Serviço de Notas e Anexos), em data de 21 de janeiro de 1997.

Referido registro fora efetuado no livro "B" – Registro das Pessoas Jurídicas, uma vez que o Oficial do Cartório entendeu que por tratar-se de empresas para radiodifusão, o livro competente é o "B", conforme reza as Normas de Serviços da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, em seu Capítulo XVIII – Do Registro das Pessoas Jurídicas, art. 5, letra b, conforme cópia anexa.

Des ta for ma, foi so li ci ta do em data de 11 do corrente que fos se tam bém efe tu a do o regis tro da Ata da Fundação e o Estatuto Social da entidade no livro "A" – Registro de Pessoas Jurídicas, uma vez que tra ta-se de entidade indicada no art. 114 da Lei 6.015/73, conforme requerimento e recibo de protocolo em anexos.

Assim, como a referida ata de fundação e o estatuto social já encontra-se registrado no livro "B" – Registro de Pessoas Jurídicas, etendo sido solicitado o seu registro também no livro "A" – Registro de Pessoas Jurídicas, requer dilatação de prazo para encaminhá-lo a Vossa Senhoria.

2 – ... Em data de 11 do corrente foi eleita nova diretoria da Associação Prestadora de Serviços a Comunidade Miguelopolense – ASPEMIG, descaracterizando qualquer vinculação familiar entre os diretores ou sócios, conforme ata e documentos juntados na oportunidade.

Atual Diretoria da "Aspemig"

Presidente – Luís Fernando Barbosa Freitas

Vice-presidente – Flávio Atanásio Figueira

1º Secretário – Edson Moraes Soares

2º Secretário – Glaúcio Adriano Bonfim Bernadino

1º Tesoureiro – Rosângela Aparecida Barbosa Carvalho Ragazani

2º Tesoureiro – Cristiano Barbosa Moura

Conselho fiscal

Luís Fernando Barbosa Freitas

Edson Moraes Soares

Rosângela Aparecida Barbosa Carvalho Ragazani

3 – ... Junta na oportunidade, os documentos com a manifestação de apoio à iniciativa da Associação de acordo com as Normas estabelecidas para o Serviço.

4 – ... Apresenta na oportunidade, relação atual dos sócios da Entida de e seus respectivos documentos anexos.

Relação Atual dos Sócios da Aspemig

Luís Fernando Barbosa Freitas, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 8.409.497 SSP/SP e do CPF/MF 034.591.788-09, residente e domiciliado na cidade de Miguelópolis/SP, à Av. Francisco Antonio de Freitas nº 1.154.

Edson Moraes Soares, brasileiro, casado, cartório, portador do RG 9.995.913 SSP/SP e CPF/MF 103.640.818-30, residente e domiciliado na cidade de Miguelópolis/SP, à Rua Urbano de Paula Soares nº 1.522.

Rosângela Aparecida Barbosa Carvalho Ragazani, brasileira, casada, do lar, portadora do RG 8.995.572 SSP/SP e do CPF/MF 037.163.438-54, residente e domiciliada na cidade de Miguelópolis/SP, à Av. Anibal Martins Arantes nº 40.

Cristiano Barbosa Moura, brasileiro, casado, empresário, portador do RG 8.409.492 SSP/SP e do CPF/MF 026.640.748-06, residente e domiciliado nesta cidade de Miguelópolis/SP, à Av. Antonio Alves Filgueira nº 811.

Glaúcio Adriano Bonfim Bernadino, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, portador do RG 19.789.455 SSP/SP e do CPF/MF 081.619.818-76, residente e domiciliado nesta cidade de Miguelópolis/SP, à Av. Antonio Alves Filgueira nº 1.782.

Flávio Atanásio Figueira, brasileiro, casado, auxiliar de farmácia, portador do RG 21.352.155 SSP/SP e do CPF/MF 144.537.428-51, residente e domiciliado nesta cidade à Rua Capitão Olímpio Alves nº 647.

Clodoaldo César Ferreira, brasileiro, solteiro, maior, vendedor, portador do RG 2.348.993 SSP/GO e do CPF/MF 418.804.391-15, residente e domiciliado nesta cidade de Miguelópolis/SP, à Rua José Francisco Peixoto nº 1.240.

Israel Teodoro da Silva, brasileiro, solteiro, maior, funcionário público municipal, portador do RG 8.957.980 SSP/SP, residente e domiciliado nesta cidade de Miguelópolis/SP, à Rua Romeu Alves de Freitas nº 177, bairro Tetuo Imom.

Luciano Alves Ferreira, brasileiro, solteiro, maior, funcionário público municipal, portador do RG 23.646.081-X SSP/SP, residente e domiciliado nesta cidade de Miguelópolis/SP, à Rua Antonio Ribeiro Sobrinho nº 1.415 — Bairro Maria Massi.

Luciene Amazil Duarte — brasileira, solteira, maior, auxiliar de escritório, portadora do RG 23.981.820-9, residente e domiciliada nesta cidade de Miguelópolis/SP, à Rua Sérgio de Freitas Barbosa nº 558.

Atenciosamente, – Luís Fernando Barbosa Freitas, Presidente RG 8.409.497 ssp/sp, CPF/MF 34.591.788-09.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2001
(Nº 744/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 224, de 17 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 116, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 224, de 17 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Brasília, 24 de janeiro de 2000. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 241/99-MC

Brasília, 31 de dezembro de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 224, de 17 de dezembro de 1999, pela qual autorizei a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário a executar o serviço de radiodifusão

comunitária, na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

2. Submetido o assunto ao exame dos órgãos competentes deste Ministério, as conclusões foram no sentido de que, sob os aspectos técnico e jurídico, a mencionada entidade satisfaz as exigências da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da norma complementar do mesmo serviço, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998, que regem a matéria, o que me levou a autorizá-la, nos termos da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de autorização somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 53660.000524/98, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Pimenta da Veiga, Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 224
DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53660.000524/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário, com sede na Avenida Salvador, nº 420, Sala 101, Centro, na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária naquela localidade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 18º17'08"S e longitude em 39º57'17"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. — Pimenta da Veiga.

PARECER CONJUR/MC Nº 1.341/99

Referência: Processo nº 53660.000524/98

Origem: Delegacia do MC no Estado do Espírito Santo

Interessada: Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário

Ementa: Pedido de autorização para executar Serviço de Radiodifusão Comunitária. Comunicado de Habilitação para inscrição de entidades interessadas publicado no **DOU** de 5-11-98. Inscrição de apenas uma entidade. Atendidas as exigências estabelecidas pela legislação pertinente.

Conclusão: Pela outorga de autorização à requerente.

I – Dos Fatos

A Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Social e Cultural de Pedro Canário ("Rádio FM Itaúnas"), associação civil, sem fins lucrativos, sediada na Av. Salvador, nº 420, Sala 101, Centro, na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, mediante requerimento protocolado sob o nº 53660.000524/98, manifestou interesse em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 (um) km, com centro localizado na Rua José Jesuíno da Rocha, s/nº, Centro, Pedro Canário/ES, de coordenadas geográficas 18º01'49"S de latitude e 40º09'02"W de longitude, sendo esse o local assinalado para a instalação do sistema irradiante da estação.

Solicitou ainda, no mesmo documento, a designação do correspondente canal de operação, nos termos do art. 12 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. Em atendimento à manifestação da entidade, este Ministério, por intermédio da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, fez por publicar, no **Diário Oficial** da União de 5 de novembro de 1998, aviso tornando público Comunicado de Habilitação, no qual convidou as entidades interessadas em prestar o referido Serviço, nas localidades e canal de operação indicados, a inscreverem-se, consignando prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a efetivação da providência.

3. No transcorrer do prazo consignado, apenas a peticionária acorreu ao chamamento, requerendo a sua habilitação e apresentando a documentação de

que tratam a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e, ainda, a Norma Complementar nº 2/98, aprovada pela Portaria nº 191, de 6 de agosto de 1998, conforme se segue:

- ? Estatuto Social, Ata de Constituição da entidade e Ata de eleição dos dirigentes, devidamente registrados (doc. de fls. 7 a 17);
- ? comprovantes de que os dirigentes da entidade são brasileiros natos e maiores de 21 anos (doc. de fls. 18 a 31);
- ? declaração, assinada por todos os dirigentes, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço (doc. de fls. 33);
- ? declarações, contendo manifestações de apoio, formuladas por entidades representativas da comunidade (doc. de fls. 34 a 58);
- ? declaração constando a denominação de fantasia da entidade — "Rádio FM. Itaúnas" (doc. de fls. 64);
- ? declarações, assinadas pelo representante legal da entidade, de que:
 - a) todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação (doc. de fls. 32);
 - b) a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrantes de seus quadros de associados e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados (doc. de fls. 59);
 - c) o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no item 14.2.7.1 ou 14.2.7.1.1, da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 60);
 - d) na ocorrência de interferências tomará as providências previstas nas alíneas **a** e **b** do item 6.11 da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 90);
- ? planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, assinalando o local de instalação do sistema irradiante (doc. de fls. 73 e 96);

- ? formulário padronizado, devidamente preenchido, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação (doc. de fls. 86);
- ? diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto (doc. de fls. 87 a 89);
- ? declaração do profissional habilitado em atendimento aos incisos V e VI do item 6.11 da Norma nº 2/98 (doc. de fls. 91 e 92);
- ? parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, e Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, referente à instalação proposta (doc. de fls. 93 e 95).

4. O pedido e a documentação pertinente foram, preliminarmente, analisados pelo Departamento de Outorga e Licenciamento da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, deste Ministério, que considerou ter sido regularmente atendidas as disposições legais incidentes, tendo o setor técnico do Grupo de Trabalho encarregado da análise ressaltado, **in verbis**, que:

"Na manifestação de interesse da entidade, protocolizada em 12-8-98, a mesma indicou as coordenadas do IBGE ou seja 18°01'49"S e 40°09'02"W, o que gerou a publicação de Aviso com as coordenadas citadas.

Ocorre que verificando qualquer Mapa do Brasil, constata-se que a localização de Pedro Canário está geograficamente nas coordenadas de 18°17"S e 39°57"W aproximadamente, o que demonstra que as coordenadas do IBGE estão incorretamente cadastradas.

Pelo exposto, e considerando tratar-se de única pretendente ao Aviso da SSR/MC, publicado no DOU de 5-11-98, na mencionada localidade, é aceitável o pleito da entidade e o acatamento das mudanças de coordenadas para 18°17'08"S e 39°57'17"W, ponto onde deverá instalar o sistema irradiante da emissora, por ser compatível com a sua localização geográfica e plenamente viável" (Informação de fls. 107 dos autos).

II — Do Mérito

5. O Serviço de Radiodifusão Comunitária é, por definição legal, "a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade

de prestação do serviço" (art. 1º da Lei nº 9.612, de 1998).

6. Nos termos do art 3º da supracitada lei, o Serviço tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- ? dar oportunidade de difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- ? oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- ? prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- ? contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a Legislação profissional vigente;
- ? permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

7. As emissoras do Serviço devem, em sua programação, atender aos seguintes princípios (art. 4º da citada lei):

- ? preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- ? promoção das atividades artísticas e jornalísticas, favorecendo a integração dos membros da comunidade;
- ? respeito aos valores éticos e sociais das pessoas e da família;
- ? não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções política — ideológico — partidárias e condição social nas relações comunitárias.

8. A outorga de autorização para a execução desse Serviço decorre de preceito constitucional que, ao definir a competência da União, estabelece no art 21,

inciso XII, alínea a, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 8/95

"Art. 21 Compete à União:

.....

XII — explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.”

9. Por sua vez, o art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, determina:

”Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.”

10. Complementando, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 1998, em seu art. 9º, inciso II, dispõe:

”Art. 9º Compete ao Ministério das Comunicações:

.....
II — expedir ato de autorização para a execução do Serviço, observados os procedimentos estabelecidos na Lei nº 9.612, de 1998, e em norma complementar.

11 — Em aditamento, o art. 19 do mesmo diploma legal estabelece:

”Art.19. A autorização para execução do RadCom será formalizada mediante ato do Ministério das Comunicações, que deverá conter, pelo menos, a denominação da entidade, o objeto e o prazo da autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo para início da execução do Serviço.”

12. A autorização é outorgada, consoante o art. 6º, parágrafo único, da multicitada Lei nº 9.612, de 1998, pelo prazo de 3 (três) anos, renovável, por igual período, se cumpridas as exigências legais e regulamentares.

13. No que concerne à entidade requerente, cumpre-me observar que se trata de uma associação civil, sem fins lucrativos, registrada no Cartório do 1º Ofício — Registro Civil de Pessoas Jurídicas, da Comarca de Pedro Canário/ES, em 8 de junho de 1998, no Livro “A” sob o nº de ordem 52, às fls. 1 a 3, cujos objetivos sociais, declarados no item II do Estatuto Social, guardam completa similitude com as finalidades a que se destina o Serviço de Radiodifusão

Comunitária, explicitadas no art. 3º da lei que o institui.

14. Em consonância com o preceito contido no parágrafo único do art. 7º da mesma Lei, o quadro diretivo dessa Associação, especificado a seguir, é composto por pessoas residentes na área da comunidade a ser atendida pelo Serviço:

Diretor Presidente: Robismar Pereira de Azevedo

Diretor Vice-Presidente: Adilma Canal Cezatti

Diretor Primeiro Secretário: Maria da Penha Rignon

Diretor Segundo Secretário: Celso Eulálio de Oliveira

Diretor Primeiro Tesoureiro: Sidney Ribeiro Moreira

Diretor Segundo Tesoureiro: Aderbal Ávila dos Santos

Presidente do Conselho Comunitário: Geraldo Pereira Nicomedes

15. A documentação apresentada pela entidade atende plenamente às determinações legais, regulamentares e normativas inerentes à execução do Serviço, restando observadas todas as condições exigidas para a outorga da autorização pertinente.

16. Diante do exposto, e estando cumpridas as praxes processuais, opino pelo deferimento do pedido e sugiro o encaminhamento dos autos, acompanhados de minutas dos atos correspondentes, à superioridade de liberação do Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do assunto em tela.

17. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de autorização possa produzir seus efeitos legais.

É o parecer.

Brasília, 14 de dezembro 1999. — Adalzira França Soares de Lucca, Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 236, DE 2001

(Nº 734/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão da Radio Delta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência mo-

dulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 186, de 3 de agosto de 1998, que renova, por dez anos, a partir de 21 de fevereiro de 1994, a permissão da Rádio Delta Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 1.194, DE 1998

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossa Excelência, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 186, de 3 de agosto de 1998, que renova a permissão outorgada à Rádio Delta Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo.

Brasília, 30 de setembro de 1998. – Fernando Henrique Cardoso.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 237/MC, DE 24 DE SETEMBRO DE 1998 DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a inclusa Portaria nº 186, de 3 de agosto de 1998, pela qual renovei a permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 46, de 17 de fevereiro de 1984, publicada no Diário Oficial da União em 21 subsequente, ao Sistema Fernão Dias de Radiodifusão Ltda., cuja denominação social foi alterada para Rádio Delta Ltda. pela Portaria nº 151, de 14 de julho de 1995.

2. Os órgãos competentes deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o instruído de acordo com a legislação aplicável, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito se encaminhado o refe-

rido ato, acompanhado do Processo Administrativo nº 50830.001489/93, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ministro de Estado das Comunicações.

PORTARIA Nº 186, DE 3 DE AGOSTO DE 1998

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50830.001489/93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de fevereiro de 1994, a permissão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria nº 46, de 17 de fevereiro de 1984, ao Sistema Fernão Dias de Radiodifusão Ltda., cuja denominação foi alterada para Rádio Delta Ltda., conforme Portaria nº 151, de 14 de julho de 1995.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Luiz Carlos Mendonça de Barros.

PARECER CONJUR/MC Nº 422/98

Referência: Processo nº 50830.001489/93

Origem: Delegacia do MC no Estado de São Paulo

Interessada: Rádio Delta Ltda.

Assunto: Renovação de outorga.

Ementa: Permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, cujo prazo teve seu termo em 21-2-94. Pedido apresentado tempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

Conclusão: Pelo deferimento do pedido.

Trata o presente processo de pedido de renovação de permissão, formulado pela Rádio Delta Ltda., originariamente Sistema Fernão Dias de Radiodifusão Ltda., cuja denominação foi alterada para atual pela Portaria nº 151, de 14 de julho de 1995, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, conforme Portaria nº 46, de

17 de fevereiro de 1984, publicada no Diário Oficial da União em 21 subsequente.

2. O pedido foi objeto de análise pela Delegacia do MC no Estado de São Paulo, tendo aquela Delegacia concluído favoravelmente ao pleito, consoante Parecer Jurídico nº 312/98, fls. 117 - 119, dos autos.

3. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pela DMC/SP, concluiu, igualmente, pelo deferimento postulado, acrescentando o seguinte:

Por intermédio da Portaria nº 601, de 15 de outubro de 1997 a entidade obteve autorização, para alterar o seu quadro social que passou a ser assim constituído.

Cotistas	Cotas	Valor R\$
Paulo Masci de Abreu	22.500	22.500,00
Luci Rothschild de Abreu	22.500	22.500,00
Taís Rothschild de Abreu	22.500	2.500,00
Raul Rothschild de Abreu	22.500	2.500,00
Total	50.000	50.000,00

4. Ressalte-se que a outorga original está amparada juridicamente nos termos do que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e o Decreto nº 88.066, de 1983, eis que o pedido de sua renovação foi apresentado na forma devida, no prazo legal e com a documentação hábil.

5. Nos termos da lei, o pedido ter-se-á como deferido, porquanto não decidido ao termo da respectiva concessão ou permissão, sendo permitido o funcionamento, em caráter precário, dos serviços outorgados e não renovados em tempo hábil, concluindo-se, dessa forma, que a terminação do prazo da permissão ou a pendência da sua renovação, a curto ou a longo prazo, não determinam, necessariamente, a extinção do serviço prestado.

6. Isto posto, proponho o encaminhamento dos presentes autos, acompanhados de minuta dos atos próprios, à consideração do Exmº Sr. Ministro das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

7. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de renovação possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer “sub censura”.

Brasília, 16 de julho de 1998. – Maria da Glória Tuxi F. dos Santos. – Coordenadora.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 237, de 2001

(Nº 748/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Padre Libério para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 5, de 7 de janeiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Padre Libério para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 231, DE 2000

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5, de 7 de janeiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Padre Libério para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 16 de fevereiro de 2000. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 10/MC

Brasília, 2 de fevereiro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho a Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.016142/96 de interesse da Fundação Padre Libério, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

2. De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo De-

creto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que lhe deu origem.

Respeitosamente, – Pimentada Veiga, Ministro de Estado das Comunicações

PORTARIA Nº 5
DE 7 DE JANEIRO DE 2000

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições considerando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.016142/96, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Padre Libério para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – Pimenta da Veiga.

PARECER Nº 244/99-DOUL

Referência : Processo nº 53000.016142/96

Interessada: Fundação Padre Libério

Assunto : Outorga de serviço de radiodifusão.

Ementa: – Independe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa.

– Atendimento das exigências estabelecidas no Re-

gulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

Conclusão : Pelo deferimento

I – Os Fatos

A Fundação Padre Libério, com sede na cidade do Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, requer que seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidade exclusivamente educativa, mediante a utilização da canal 269E/B2.

2. Trata-se de uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objetivo principal é promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos pela rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou a documentação pertinente, a qual mereceu parecer favorável do Setor Jurídico da Delegacia do Ministério das Comunicações da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais (fls. 106/7).

4. Os estatutos da entidade, apontados no livro 3, protocolo nº 7.201 registrada sob o número 748, às fls. 45, no livro A-II no Cartório do 2º Ofício de Nota — Registros, Títulos, Documentos e de Pessoas Jurídicas, na Comarca de Pará de Minas, no Estado de Minas Gerais, preenchem os requisitos do Código Civil Brasileiro e se encontram de acordo com a legislação específica de radiodifusão.

5. O Conselho Diretor, com mandato de três anos, está constituído:

Conselho Diretor

Cargos	Nomes
Presidente:	Sergio Dorizete dos Santos
Vice-Presidente:	Givanildo Samaritano Morgado
Diretor Financeiro:	José Carlos de Souza Campos
Diretor Administrativo:	Maria Dalva de Almeida

6. De acordo com seus estatutos, a representação judicial e extra-judicial da requerente é competência do Diretor Presidente.

II — Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (letra a, inciso XII, do art. 21).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo, competência para ou-

torgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo em que condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovada pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação, que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no DOU de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

"Art. 13.

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos".

10. A documentação instrutória que informa o pedido tanto quanto à entidade, tanto quanto aos seus diretores, está em ordem. A entidade encaminhou a

declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no DOU de 19 de abril de 1999 (fls. 112).

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração firmada pelos mesmos, juntada à fl. 3 dos presentes autos.

III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhadas ao Diretor do Departamento de Outorga e Licenciamento para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer "Sub-censura".

Brasília, 10 de dezembro de 1999. – Maria Antonieta de Alvarenga Grosso, Adv. OAB/DF nº 5419.

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga e Licenciamento.

Brasília, 10 de dezembro de 1999. – Napoleão Emanuel Valadares, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 13 de dezembro de 1999. – Antonio Carlos Tardeli, Diretor do Departamento de Outorgas e Licenciamento.

Encaminhem-se os autos à doutra Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 13 de dezembro de 1999. – Paulo Menicucci, Secretário de Serviços de Radiodifusão

(À Comissão de Educação.)

PARECERES

PARECER Nº 898, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 4A, de 2000 (nº 1.381/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 305/99 (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Estado da Saúde do Acre — Funasa/AC, Escritório de Negócios da CEF/AC, Instância Colegiada Estadual de Saneamento, Comissão Intergestores Bipartite, Gerência Estadual do Ministério da Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho de Saúde de Cruzeiro do Sul, todos no Estado do Acre (TC nº 011.006/99-4).

Relator: Senador Geraldo Melo

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 1.381-SGS-TCU, de 15 de dezembro de 1999, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU – encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 305/1999, adotada pelo Plenário daquela Instituição, referente à Auditoria realizada no âmbito do Programa de Ação na Área da Saúde, na Secretaria de Estado da Saúde do Acre, na FUNASA/AC, no Escritório de Negócios da CEF/AC, na Instância Colegiada Estadual de Saneamento, na Comissão Intergestores Bipartite, na Gerência Estadual do Ministério da Saúde, no Conselho Estadual de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde e no Conselho Municipal de Saúde de Cruzeiro do Sul.

A Decisão em comento foi encaminhada pelo TCU ao Senado Federal, seguindo o procedimento, que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição, de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

I.2. Decisão do TCU

O Tribunal Pleno do TCU, reunido em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, adotou a Decisão nº 305/99, que, resumidamente, transcrevemos a seguir:

"Determinações:

Ao Governador do Estado do Acre, para que reavalie os percentuais orçamentários que o Estado tem disponibilizado para o financiamento de suas ações de saúde, tendo em vista a contínua diminuição desses percentuais ao longo dos anos; Ao Secretário de Saúde do Estado do Acre, para que cumpra o disposto na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

Ao Presidente da Instância Colegiada do Estado do Acre, para que promova a participação comunitária na formulação dos projetos relativos ao Programa de Ação Social em Saneamento – PASS, prevista nas diretrizes do programa, bem como a integração com os projetos conduzidos pela Fundação Nacional de Saúde, de maneira a assegurar que os recursos da área de saneamento sejam aplicados em projetos selecionados com base em indicadores epidemiológicos; Ao Presidente da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, para que na elaboração das atas da CIB, sejam registradas as discussões técnicas havidas, o número dos processos a que se referem os projetos votados e outros esclarecimentos relevantes para o perfeito entendimento das questões tratadas nas reuniões;

Ao Secretário Municipal de Saúde de Cruzeiro do Sul/AC, para que cumpra o disposto na Lei nº 8.080/90 e na NOB/SUS nº 1/96; Ao Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul, para que cumpra o disposto na NOB/SUS nº 1/96."

Ressalte-se que o Voto original do Relator fazia sugestões para recomendações ao Ministério do Planejamento e Orçamento, ao Conselho Federal de Medicina, à Fundação Nacional de Saúde, à Caixa Econômica Federal. A 4ª SECEX, na função de coordenadora dos trabalhos, com vistas à padronização das propostas apresentadas, sugeriu a supressão de tais menções, por se referirem a assuntos a serem tratados em relatório da área federal.

Não consta dos autos deste processo se foram prestadas, pelos Órgãos/Entidades mencionadas, informações a respeito das providências adotadas para cumprir as determinações do TCU.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, e tendo em vista tratar-se matéria situada no âmbito das competências do TCU, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e que o processo seja remetido para arquivo.

Sala da Comissão, de junho de 2001. – Ney Suassuna, Presidente – Geraldo Melo, Relator – Wellington Roberto – Antonio Carlos Junior – Geraldo Althoff – Freitas Neto – Valmir Amaral – José Eduardo Dutra – Moreira Mendes.

PARECER Nº 899, de 2001

Da Comissão de Fiscalização e controle, sobre o Aviso nº 16, de 2000 (nº 226/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Cópia do Acórdão nº 20/2000 bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamenta sobre a Prestação de Contas da Escola Superior de Agricultura de Mossoró — ESAM/RN (TC nº 600.184/98-6)

Relator: Senador Luiz Otávio

I – Relatório

I.1 — Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 226-SGS-TCU, de 11 de fevereiro de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU – encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 20/2000, adotado pela 2ª Câmara daquela Corte, referente à auditoria realizada na Escola Superior de Agricultura de Mossoró — ESAF/RN, e da Decisão nº 14/2000, sobre a cobrança de pedágio na concessão da Ponte Rio-Niterói.

A documentação em análise foi recebida, em 16 de fevereiro de 2000, no Senado Federal, onde foi protocolizada como Aviso nº 16 de 2001, sendo encaminhada à Comissão de Fiscalização e Controle em 23-2-2000. Ofício da Comissão de Fiscalização e Controle (OF/CFC/Nº 16/2001), de 28 de março de 2001, solicitou à Subsecretaria de Comissões, que formalizasse a abertura de dois processos distintos para este aviso do TCU, já que se refere a duas matérias absolutamente desconexas entre si. O Acórdão

nº 20/2001 continuou a tramitar como Aviso nº 16, de 2001.

Em 27-6-2001, fomos incumbidos de examinar e emitir parecer sobre o tema.

I.2 – Análise da Matéria

No curso da auditoria, a equipe técnica do TCU constatou as seguintes impropriedades, ao analisar as contas da Escola de Agropecuária de Mossoró — ESAM, RN, no exercício de 1997;

I – Descumprimento da Decisão nº 299/96 — 2ª Câmara:

a) Renovação de contrato temporário por prazo superior a um ano, com descumprimento da legislação;

b) Utilização de pessoal, mediante contrato firmado diretamente ou por meio de empresa particular, para prestação de serviço que corresponda a atividade ligada a cargo ou funções públicas;

c) Onus pela cessão de docente ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte;

d) Falta de observância quanto à lotação de pessoal, à compatibilidade do grau de conhecimento exigido do ocupante do cargo público, em relação às atividades a este atribuídas, ocorrendo em desvio de função;

e) Descumprimento de jornada de trabalho pelo fisioterapeuta;

f) Falhas nas folhas de frequência de docentes, ausência de mecanismos de controle, sendo que os professores devolvem os diários somente no final do semestre, em vez de fazê-lo ao término das aulas diárias, observando-se a abstenção generalizada de professores dentro da Instituição;

g) Pagamentos indevidos, a maior, referentes à aplicação do percentual de 84,32% (IPC de fevereiro a março de 1990) sobre o cargo que o funcionário ocupa atualmente, ao invés de ser sobre o cargo ocupado à época (15-3-1990).

II – Com relação às contas dos exercícios de 1996 e 1997:

II.1 – descumprimento da lei de licitações (contas de 1996 e 1997):

a) Contratos de concessão de uso de um cômodo denominado Casa dos Professores, sem assinatura e não recolhimento da taxa mensal, junto a cada cessionário (ano de 1996);

b) Contrato oneroso celebrado entre a ESAM e a Cantina João Bosco Gurgel da Frota, sem o devido procedimento licitatório, mediante o pagamento men-

sal de 80% do salário mínimo vigente no país (ano de 1996);

c) Ausência de avaliação do imóvel cedido para posto de atendimento da Caixa Econômica Federal, mediante pagamento mensal de R\$112,00, reajustado anualmente pelo IPC-r (ano de 1996);

d) Contrato de Concessão do Restaurante sem licitação prévia e sem avaliação do imóvel (ano de 1996);

e) Houve em parte de preços no item óleo diesel e não foi realizado sorteio, sendo que também não estava incluída a minuta de contrato no edital de licitação, além de inexistirem as cláusulas necessárias estabelecidas nos incisos III, V e XI do art. 55 da Lei nº 8.666/93 e faltar a assinatura do responsável pela Instituição de Ensino;

II.2 – com relação à pessoal:

f) Pagamento indevido a servidor que fora cedido à Prefeitura, sem ônus para a ESAM (ano de 1996);

g) Cessão de funcionário, mesmo após o término do período autorizado, infringindo o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112/90, alterada pelo art. 2º, § 1º, da Lei nº 6.999/82 (ano de 1996);

h) Pagamento de Adicional de Insalubridade e Periculosidade com base em laudo técnico vencido, com descumprimento do Decreto nº 97.458/89, que trata da matéria;

i) Desvio de função: o carpinteiro exerce a função de vigilante;

j) Pagamento de Quintos/Décimos com base em valores da extinta Função de Confiança;

k) Descumprimento de decisão judicial no que se refere à pensão alimentícia;

l) tagiário, sem o devido amparo legal;

m) Acúmulo dos cargos de professor e Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte;

n) Contratação particular e sem conhecimento da ESAM de professor não pertencente aos quadros da Escola, com a conivência do chefe de departamento;

o) Pagamento irregular de diárias;

p) Inexistência de processo seletivo para a contratação de professores substitutos;

q) Etc.

Ante as constatações, o Tribunal deliberou por determinar à Escola da Agricultura de Mossoró — RN, que tomasse várias providências, a fim de regularizar sua gestão.

Assim, Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

"a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas de João Weyne Nobre Chaves – Ordenador Titular da ESAM, aplicando ao responsável a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92, no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar perante este Tribunal, nos termos do art. 165, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, ressalvando que o não atendimento no tempo fixado implicará a correção monetária do montante, calculada a partir do vencimento do prazo ora estabelecido, até a data do efetivo recolhimento;

b) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

c) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 18 e 23, inciso II, da mesma lei, julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis indicados no item 3 retro;

d) determinar à Direção da ESAM:

d.1) no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, proceder à sustação imediata do pagamento das parcelas concedidas a título de antecipação salarial, com base na Lei nº 7.830/89 reajuste de 84,32%, referente ao IPC de fevereiro/março de 1990, que deveria ser compensado na data-base da categoria -, dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM sendo dispensado o recolhimento das quantias recebidas por força de decisão judicial transitada em julgado conforme Decisão nº 618/98 – Plenário;

d.2) fixar orientação às chefias dos departamentos para que exerçam controle efetivo do comparecimento dos docentes às salas de aula e aos locais destinados ao desenvolvimento das aulas práticas, bem como no cumprimento do conteúdo programático e do limite mínimo de 8 (oito) horas semanais de aulas, como disposto no art. 57 da Lei nº 9.394/96 e no item 8.1.9 da Decisão nº 299/96 – 2º Câmara (Ata 31/96);

d.3) suspender a utilização de pessoal, mediante contrato firmado diretamente ou por meio de empresa particular, para prestação de serviço que cor-

responda à atividade relacionada a cargo ou funções públicas, conforme determinação contida no item 8.1.3 da Decisão TCU nº 299/96 – 2ª Câmara (Ata 31/96);

d.4) providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, a reposição ao erário dos valores indevidamente pagos pela ESAM ao servidor José Ivani Rolim Filho, durante 10 de fevereiro de 1993 a 3 de janeiro de 1997, período que esteve cedido à Prefeitura Municipal de Mossoró – RN – e por ela recebeu os honorários, observando o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997;

d.5) providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, o recolhimento da taxa de R\$40,00 (quarenta reais) mensais junto aos cessionários dos cômodos do imóvel denominado "Casa dos Professores", desde a data da celebração dos contratos até a data da efetiva desocupação do imóvel;

d.6) suspender imediatamente o contrato de trabalho do Prof. José Walter da Fonseca, e da respectiva remuneração, em virtude da posse do docente no cargo de Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, ante a incompatibilidade de horários e local para o exercício dos cargos de Reitor da UERN e professor da ESAM ferindo o art. 1º, §§ 2º e 5º, da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991, bem como promover a abertura de processo disciplinar destinado a apurar a presença do professor aposentado Francisco Ernesto Sobrinho, nas dependências da ESAM, ministrando aulas sem o conhecimento da administração da Escota, exigindo-se para tanto a audiência dos servidores administrativos do Departamento de Solos e Geologia e dos alunos da disciplina Mineralogia e Física do Solo, relativa ao 20 semestre de 1997;

d.7) exigir o cumprimento das cláusulas contratuais por parte do fisioterapeuta Armando Duarte Filho, no que diz respeito ao horário e local de sua jornada de trabalho (nas dependências da ESAM), conforme determinação contida no item 8.1.7 da Decisão nº 299/96 (Ata nº 31/96);

d.8) ao proceder à contratação de professores temporários, obedeça ao disposto nos arts. 2º e 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com alterações posteriores, bem como utilizar critérios homogêneos para a seleção desses docentes, em observância ao princípio da impessoalidade contido no art. 37, caput, da Constituição Federal;

d.9) observar os preceitos contidos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações; especialmente o disposto

no art. 17, inciso I, quanto à avaliação prévia para concessão de uso para exploração de terceiros nas dependências da Instituição; no art. 40, § 2º, inciso III, e art. 62, § 1º, quanto à inclusão da minuta de contrato ao respectivo edital de licitação, e no art. 55, incisos III, V e XI, quanto às cláusulas necessárias aos respectivos contratos;

d.10) observar, ao proceder à lotação do pessoal, a compatibilidade do grau de conhecimento exigido do ocupante do cargo público em relação às atividades a este atribuídas, de modo que se evite o desvio de função, conforme determinação contida no item 8.1.6 da Decisão nº 299/96 – 2ª Câmara (Ata nº 31/96);

e) determinar ao Conselho de Curadores da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – RN que fiscalize as providências emanadas por este Acórdão, devendo proceder comunicação imediata a este Tribunal por eventuais descumprimentos, sob pena de responsabilidade solidária;

f) encaminhar cópia desta Decisão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam ao Controle Interno do Ministério da Educação – CIsET/MEC, para que acompanhe, via Siape, o cumprimento das determinações contidas nos itens d.1 e d.4; e

g) determinar à SECEX/RN que acompanhe o cumprimento desta deliberação.

Em suma, entendemos que foi dado ao tema em comento adequado encaminhamento no âmbito do TCU, não cabendo a esta Comissão outras providências que não conhecer a matéria e determinar a remessa ao arquivo do Acórdão 20, de 2000.

II – Voto do Relator

Diante do esposado, opinamos por que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento do teor do Acórdão nº 20/2000 – TCU, acerca de auditoria realizada nas contas de 1996 e 1997 da Escola de Agricultura de Mossoró – RN e determine o encaminhamento ao arquivo do Aviso nº 16, de 2000.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. – Ney Suassuna, Presidente – Luiz Otávio, Relator – Antonio Carlos Junior – José Eduardo Dutra – Freitas Neto – Wellington Roberto – Valmir Amaral – Geraldo Althoff – Moreira Mendes.

PARECER Nº 900, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 40, de 2000 (nº 1.042/2000, na origem), do Tribunal de Con-

tas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 182/2000 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras inacabadas da Adutora do Agreste/Triri (RN) e de três unidades hospitalares no Município de Natal (TC nº 600.042/96-0).

Relator ad hoc: Senador Freitas Neto

I – Introdução

I.1 – Histórico

O Tribunal de Contas da União, por meio do Aviso nº 1.042/2000-SGS-TCU, enviou ao Senado Federal, em 24 de março de 2000, cópia da Decisão nº 182/2000, referente à Auditoria realizada nas obras inacabadas da Adutora do Agreste/Triri-RN e em três unidades hospitalares no Município de Natal (TC-600.042/96-0), bem como o relatório e voto que a fundamentaram.

O Aviso do Tribunal de Contas foi protocolado no Senado Federal com a denominação de Aviso nº 40/2000 e encaminhado à Comissão de Fiscalização e Controle em 4-4-00. Distribuída ao Relator, Senador Geraldo Melo, a matéria foi devolvida sem parecer. Fomos nomeado Relator em 31-5-01.

Versa a Decisão em análise sobre a Auditoria realizada, em cumprimento à Decisão Plenária do Tribunal de Contas nº 674/95, pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte – SECEX-RN, nas obras inacabadas da Adutora do Agreste/Triri-RN e em três unidades hospitalares no Município de Natal.

A auditoria vislumbrou a ocorrência de impropriedade das obras relativas à adutora quanto naquelas referentes às unidades hospitalares. Em ambos procedimentos fiscalizatórios constatou-se, além de determinadas falhas formais, a ocorrência de superfaturamento, na medida em que os contratos contemplavam expectativas inflacionárias que não se coadunavam com o novo cenário econômico trazido pelo Plano Real. A auditoria observou, ainda, que o contrato para a construção das três unidades hospitalares no Município de Natal previa, irregularmente, o pagamento de uma taxa de administração de 3% em favor da Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Norte.

Quanto ao superfaturamento, os órgãos responsáveis inseriram termos aditivos nos respectivos contratos corrigindo as falhas verificadas. No que se refere à cobrança da taxa de administração, a Decisão nº 829/99-TCU determinou que fosse expurgada do orçamento das obras dos hospitais a taxa de adminis-

tração de 3% cobrada irregularmente, revertendo os valores transferidos à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Norte aos cofres da União.

Diante da Decisão, o Estado do Rio Grande do Norte requereu que a devolução da taxa indevidamente cobrada fosse efetuada em três parcelas mensais, de janeiro a março de 2000, quando haveria disponibilidade orçamentária e financeira. Em virtude do vencimento do prazo no período de trâmite processual, a Corte de Contas fixou o prazo de noventa dias para a devolução do montante equivalente à taxa.

I.2 – Decisão do TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo Relator, decidiram, entre outras medidas:

1) determinar à Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Rio Grande do Norte – SIN, antiga Secretaria de Transportes e Obras Públicas, e ao Estado do Rio Grande do Norte, que recolham, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência desta Decisão, aos cofres da União a taxa de administração de 3%, referente à construção do Hospital Terciário da Unidade Mista de Igapó e da Unidade Mista de Capim Macio, cobrada irregularmente, corrigida monetariamente e acrescida dos encargos legais;

2) alertar o Secretário de Infra-estrutura e o Governador do Estado do Rio Grande do Norte no sentido de que o não atendimento à determinação constante do item anterior poderá sujeitá-los, pessoalmente, à aplicação da multa prevista no art. 58, IV, da Lei nº 8.443/92;

3) determinar à SECEX/RN que acompanhe o cumprimento da determinação constante do item 1) acima e, caso esta não seja atendida pelo Estado do Rio Grande do Norte, represente ao Relator da Decisão nº 182/2000-TCU para adoção das medidas pertinentes;

4) arquivar o feito, após efetuadas as determinações. É o Relatório.

II – Voto do Relator

Diante do exposto, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle tome conhecimento da Decisão nº 182/2000, referente à Auditoria realizada nas obras inacabadas da Adutora do Agreste/Triângulo-RN e em três unidades hospitalares no Município de Natal, e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo, uma vez que consta do sistema de acompanhamento de processos do Tribunal de Contas que

as determinações da Decisão em comento foram devidamente cumpridas.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. – Ney Suassuna, Presidente – Freitas Neto, Relator ad hoc – Wellington Roberto – Freitas Neto – Antonio Carlos Junior – José Eduardo Dutra – Gerado Althoff – Valmir Amaral – Moreira Mendes.

PARECER Nº 901, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 99, de 2000 (nº 2.698/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 383/2000 e (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre Relatório de Auditoria Operacional realizada no Sistema de Arrecadação de Tributos Federais, no período de 4 de abril a 7 de julho de 1994, abrangendo a Secretaria da Receita Federal, Bancos (rede arrecadadora), Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, Banco Central — BACEN, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal — CEF (TC nº 017.787/94-7).

Relator: Senador Luiz Otávio

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 2698-SGS-TCU, de 12 de maio de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU, encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 383/2000, referente ao Relatório de Auditoria Operacional realizada no Sistema de Arrecadação de Tributos Federais.

Os documentos sob apreciação foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal apenas para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

O Aviso foi recebido no Senado em 5 de junho de 2000 e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC – em 9 de agosto de 2000.

I.2 — Decisão do TCU

O Tribunal Pleno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, prolatou a Decisão nº 383/2000, cujos excertos mais importantes transcrevemos:

"8.2. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que faça constar das próximas contas da Secretaria da Receita Federal informações a respeito das seguintes questões:

a) o desfecho da ação fiscal que estava sendo realizada na Petrobrás relativamente a legalidade da utilização de Atos Concessórios de drawback emitidos antes de agosto de 1991, período em que o petróleo estava fora do campo de incidência do imposto sobre a importação (até outubro de 1990) ou sujeito à alíquota ad valorem de zero por cento (novembro de 1990 a julho de 1991);

b) o resultado das medidas adotadas a fim de promover os acertos das informações indevidamente alteradas pelo The First National Bank of Boston, como também o resultado do trabalho de identificação das infrações e as penalidades cominadas ao referido banco, em conformidade com as regras estabelecidas nas Normas de Execução que disciplinam a matéria, consoante apurações de que trata o processo MF nº 10880.027862/95-09, relacionando as notificações emitidas e os respectivos DARF correspondentes ao pagamento das multas aplicadas.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos por que seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e por que se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. – Ney Suassuna, Presidente – Luiz Otávio, Relator – Antonio Carlos Junior – Freitas Neto – José Eduardo Dutra – Moreira Mendes – Valmir Amaral – Wellington Roberto – Geraldo Althoff.

PARECER Nº 902, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 60, de 2001 (nº 1.033/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 129/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a funda-

mentam, referente a auditoria efetuada nas contas do FGTS, considerando a posição atual detalhada das contas, segundo o titular e as instituições financeiras responsáveis pela movimentação, antes da centralização na Caixa Econômica Federal, realizada em atendimento à solicitação formulada pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados (TC nº 019.773/95-1).

Relator: Senador Luiz Otávio

I — Relatório

I.1 — Histórico

Por meio do Aviso nº 60, de 2001 (nº 1033-SGS-TCU, na origem) o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminha à Comissão de Fiscalização e Controle deste Senado Federal cópia da Decisão nº 129/2001, adotada pelo Plenário daquela Corte, referente à auditoria efetuada no processo de centralização das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que passaram dos bancos depositários para a Caixa Econômica Federal (CEF).

Os documentos ora apreciados foram enviados pelo TCU para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

A auditoria, realizada pela 8ª Secretaria de Controle Externo (SECEX) em atendimento à solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, teve por objetivo averiguar a situação das contas do FGTS, por titular e por instituição financeira responsável pela movimentação, antes da centralização efetivada na CEF. Os trabalhos ocorreram no período de 12-2 a 10-7-96 e abrangeram os anos de 1967 a 1996.

O Aviso em análise foi recebido neste Senado Federal, 29 de março de 2001, e remetido a esta Comissão de Fiscalização e Controle, em 2 de abril do mesmo ano.

I.2 – Análise da Matéria

O relatório de auditoria apontou diversas falhas no processo de centralização das contas do FGTS. Promovida a audiência dos responsáveis e apresentadas as razões de justificativa, o Tribunal, em 21 de março de 2001, decidiu:

a) acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis constantes da fl. 2 do processo;

b) fazer diversas determinações (fls. 2 a 6 do processo) ao Conselho Curador do FGTS e à CEF, no sentido de aprimorar procedimentos relacionados à gestão do FGTS, bem como prestar as informações que ficaram pendentes, quando da prestação de contas do Fundo relativas ao exercício de 2000;

c) autorizar a 2ª SECEX (unidade técnica atualmente responsável pela área) a promover reunião com representantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para discutir a conveniência e a oportunidade de dar prosseguimento à auditoria;

d) determinar à Secretaria de Tecnologia da Informação daquele Tribunal a devolução de material eletrônico recebido a título de empréstimo pela equipe de auditoria;

e) encaminhar à Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda cópia da Decisão ora em exame para conhecimento e acompanhamento das determinações ao Conselho Curador do FGTS e à CEF, por ocasião da Auditoria Integrada no FGTS referente ao exercício de 2000;

f) determinar a juntada do processo às contas de 1995 do FGTS, para exame em conjunto e em confronto;

g) encaminhar às Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados cópia da Decisão em análise.

II — Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista que a matéria em análise não exige nenhuma providência do Congresso Nacional, opinamos por que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pela remessa do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. — Ney Suassuna, Presidente — Luiz Otávio, Relator — Antonio Carlos Júnior — Valmir Amaral — José Eduardo Dutra — Moreira Mendes — Gerado Althoff — Freitas Neto — Wellington Roberto.

PARECER Nº 903, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 88, de 2001 (nº 2.191/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 323/2001 (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Caixa Econômica Federal nos processos licita-

tórios e dispensas de licitação referentes aos serviços de publicidade e vigilância, abrangendo o período de 1990 a 1995 (TC nº 016.304/95-0).

Relator: Senador Wellington Roberto

I — Relatório

I.1 — Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 2.191 — SGS — TCU, de 25 de maio de 2001, mediante o qual o Tribunal de Contas da União — TCU encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 323/2001, aprovado na Sessão Ordinária da Segunda Câmara, de 24 de maio de 2001, referente à auditoria realizada na Caixa Econômica Federal — CEF, abrangendo o período de 1990 a 1995.

Os documentos apreciados foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa. O Aviso foi recebido, em 4 de junho de 2001, e encaminhado a esta Comissão.

I.2 — Análise

A auditoria realizada na Caixa Econômica Federal teve por objetivo verificar a legalidade de contratos firmados para a prestação de serviços de publicidade e propaganda e vigilância, constatando as seguintes irregularidades:

- contratação direta de empresas de propaganda sem que a situação emergencial tenha sido devidamente caracterizada;

- anulação indevida de licitação para serviços de publicidade, tendo em vista que os pressupostos de vícios insanáveis, que teriam maculado o certame, não se constituíram em falhas relevantes nem tampouco causaram prejuízos à administração ou aos concorrentes;

- morosidade da administração da CEF em deflagrar certame licitatório para contratação de serviços de vigilância, tendo em vista o interregno de cerca de 9 meses existente desde a extinção do contrato assinado com a empresa que vinha executando o serviço até a publicação do Aviso referente à Concorrência;

- prestação dos serviços de vigilância sem a devida cobertura contratual.

O Tribunal de Contas decidiu aplicar multa aos diretamente responsáveis pelas irregularidades e determinar à Caixa Econômica Federal que tome medidas de caráter preventivo para evitar a ocorrência de

falhas nos processos de licitação e contratação, obedecendo à legislação vigente e, inclusive, realizando análises de mercado para subsidiar a conveniência e oportunidade das contratações.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opinamos porque a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão de 2001. – Senador Ney Suassuna, Presidente – Wellington Roberto, Relator – Antonio Carlos Junior – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Luiz Otávio – José Eduardo Dutra – Valmir Amaral – Moreira Mendes.

PARECER Nº 904, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 103, de 2001 (nº 2.722/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 371/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Levantamento de auditoria realizado na construção de contornos ferroviários no Corredor Metropolitano de Araraquara – SP (TC nº 012.234/2000-4).

Relator: Senador Luiz Otávio

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 2722-SGS-TCU, de 23 de agosto de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU – encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 371/2001, referente ao Levantamento de Auditoria relativa às obras de construção de contornos ferroviários no Corredor Transmetropolitano de Araraquara/SP.

Os documentos sob apreciação foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal apenas para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

O Aviso foi recebido no Senado em 2 de julho de 2001 e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC – em 1º de agosto de 2001.

I.2 – Análise da Matéria

A Auditoria em comento foi efetuada em decorrência da inclusão da obra pública citada no Plano Especial de Auditoria para o exercício de 2000.

Conforme informa a Secretaria de Controle Externo – SECEX/SP, as despesas incorridas na fase inicial, pertinente ao projeto executivo da obra, foram devidamente comprovadas. De outro lado, não existe, ainda, previsão para o início das obras.

Diante das informações relatadas, o Tribunal prolatou a Decisão nº 371/2001, determinando o arquivamento do Processo.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos por que seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e por que se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. – Ney Suassuna, Presidente – Luiz Otávio, Relator – Wellington Roberto – Antonio Carlos Junior – Geraldo Althoff – José Eduardo Dutra – Valmir Amaral – Freitas Neto – Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 222 a 237, de 2001, lidos anteriormente, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e, de acordo com o art. 122, II, "b", do Regimento Interno, poderão receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, os seguintes Avisos:

– Nº 155, de 2001 (nº 4.510/2001, na origem), de 10 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 169, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à inspeção realizada na Administração Regional do Serviço Social do Comércio – SESC/RS, sobre irregularidades ocorridas em duas de suas obras (TC – 625.194/96-9);

– Nº 156, de 2001 (nº 4.583/2001, na origem), de 15 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 559, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levan-

falhas nos processos de licitação e contratação, obedecendo à legislação vigente e, inclusive, realizando análises de mercado para subsidiar a conveniência e oportunidade das contratações.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional do Congresso Nacional, opinamos porque a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão de 2001. – Senador Ney Suassuna, Presidente – Wellington Roberto, Relator – Antonio Carlos Junior – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Luiz Otávio – José Eduardo Dutra – Valmir Amaral – Moreira Mendes.

PARECER Nº 904, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 103, de 2001 (nº 2.722/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 371/2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao Levantamento de auditoria realizado na construção de contornos ferroviários no Corredor Metropolitano de Araraquara – SP (TC nº 012.234/2000-4).

Relator: Senador Luiz Otávio

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 2722-SGS-TCU, de 23 de agosto de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU – encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 371/2001, referente ao Levantamento de Auditoria relativa às obras de construção de contornos ferroviários no Corredor Transmetropolitano de Araraquara/SP.

Os documentos sob apreciação foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal apenas para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

O Aviso foi recebido no Senado em 2 de julho de 2001 e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC – em 1º de agosto de 2001.

I.2 – Análise da Matéria

A Auditoria em comento foi efetuada em decorrência da inclusão da obra pública citada no Plano Especial de Auditoria para o exercício de 2000.

Conforme informa a Secretaria de Controle Externo – SECEX/SP, as despesas incorridas na fase inicial, pertinente ao projeto executivo da obra, foram devidamente comprovadas. De outro lado, não existe, ainda, previsão para o início das obras.

Diante das informações relatadas, o Tribunal prolatou a Decisão nº 371/2001, determinando o arquivamento do Processo.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos por que seja dado conhecimento do feito a este Colegiado e por que se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 22 de agosto de 2001. – Ney Suassuna, Presidente – Luiz Otávio, Relator – Wellington Roberto – Antonio Carlos Junior – Geraldo Althoff – José Eduardo Dutra – Valmir Amaral – Freitas Neto – Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 222 a 237, de 2001, lidos anteriormente, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e, de acordo com o art. 122, II, "b", do Regimento Interno, poderão receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência recebeu do Presidente do Tribunal de Contas da União, os seguintes Avisos:

– Nº 155, de 2001 (nº 4.510/2001, na origem), de 10 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 169, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referentes à inspeção realizada na Administração Regional do Serviço Social do Comércio – SESC/RS, sobre irregularidades ocorridas em duas de suas obras (TC – 625.194/96-9);

– Nº 156, de 2001 (nº 4.583/2001, na origem), de 15 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 559, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levan-

tamento de auditoria realizada na obra de extensão do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte/MG, sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU (TC – 003.547/2001-6);

– Nº 157, de 2001 (nº 4.610/2001, na origem), de 15 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 560, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de adequação de pontes em trechos rodoviários no corredor Nordeste, BR-304/CE, no Rio Jaguaribe em Aracati, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC – 004.089/2001-3);

– Nº 158, de 2001 (nº 4.637/2001, na origem), de 15 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 562, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins, BR 222/PA, compreendendo o trecho Dom Eli seu – Entroncamento – BR-158/PA, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (TC – 004.405/2001-5);

– Nº 159, de 2001 (nº 4.691/2001, na origem), de 15 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 572, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Hospital Universitário Getúlio Vargas vinculado à Universidade Federal do Amazonas (TC – 012.935/2000-8);

– Nº 160, de 2001 (nº 4.718/2001, na origem), de 17 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 463, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras da adutora Agreste Trairi/RN, sob a responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (TC – 600.394/97-2); e

– Nº 161, de 2001 (nº 4.749/2001, na origem), de 17 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 585, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre denúncia de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil S.A., no Estado do Ceará, em processo de cessação de crédito para Companhia Agroindustrial Vale do Curu, e por sonegação das informações solicitadas sob alegação de sigilo bancário (TC – 009.538/2001-4).

Os expedientes lidos vão à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência recebeu o Aviso nº 162, de 2001 (nºs 1.027 e 1.029/2001, na origem), de 28 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades, referente ao 2º trimestre de 2001.

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 235/01-GLPFL

Brasília, 29 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Edison Lobão pelo Senador Lindberg Cury, como titular, na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Indico, ainda, o Senador José Coelho para ocupar uma vaga de suplente, deste Partido, na referida Comissão, em virtude do afastamento do Senador José Jorge.

Atenciosamente, _ Hugo Napoleão, Líder do PFL.

OF. Nº 236/01-GLPFL

Brasília, 29 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Edison Lobão pelo Senador José Coelho, como suplente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Atenciosamente, – Hugo Napoleão, Líder do PFL.

OF. Nº 237/01-GLPFL

Brasília, 29 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Eduardo Siqueira Campos pelo Senador Bello Parga, como suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a res-

peito da atuação irregular de Organizações Não-Governamentais— ONGs.

Atenciosamente, _ Hugo Napoleão, Líder do PFL.

OF. Nº 238/01-GLPFL

Brasília, 29 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Edison Lobão pelo Senador Jonas Pinheiro, como suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as demarcações de áreas indígenas na Amazônia, notadamente na Faixa de Fronteiras.

Atenciosamente, _ Hugo Napoleão, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Lindberg Cury. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das marcas mais antigas da administração pública brasileira é o desperdício. Não faltam historiadores neste plenário do Senado que poderiam socorrer-me, com exemplos que remontam ao tempo do Brasil Colônia e se perpetuam até hoje. O desperdício é grande. Parece uma maldição.

Quando presidi, no Senado, a Comissão de Obras Inacabadas, confesso que fiquei aterrado com o resultado final. Certamente poder-se-ia construir um novo Brasil apenas com os recursos perdidos em obras que começaram e nunca acabaram. Até parece que o Brasil é um país rico, onde os recursos são volumosos, onde não existe fome, miséria nem penúria. Sabemos que não é bem assim.

No momento em que a minha região, o Nordeste brasileiro, sofre uma das maiores secas de sua história, quando milhares de brasileiros dividem o seu dia-a-dia com a desgraça de não ter água para beber ou cozinhar, quando as lavouras se perdem de forma dramática, sem que nada possa ser feito para impedir, salta aos nossos olhos a revelação de que dezesseite – isso mesmo, não é uma nem duas, mas de zesseite – grandes obras de irrigação e abastecimento de

água no Nordeste estão paralisadas ou abandonadas.

Essas obras atravessaram cinco governos, cinco órgãos executores e cinco moedas. Algumas se arrastam por 15, 18 ou 20 anos. Concluídas, poderiam representar a irrigação de mais de 60 mil hectares e o abastecimento perene de água a 1,5 milhão de pessoas.

No Governo do Presidente Fernando Henrique, esse mesmo que começou prometendo governar com o Nordeste e que agora virou as costas para o sertão, foram despejados nada menos que R\$673 milhões. Mais de dois terços de recursos historicamente alocados. Estima-se que, agora, para a conclusão, serão necessários mais R\$696 milhões.

Na média dos dezessete projetos, pode-se concluir que eles estão em implantação há mais de 10 anos. Também pela média, conclui-se que 60% deles estão prontos, ainda que cinco, como o Projeto de Irrigação Pão de Açúcar/Olho D'água das Flores, em Alagoas, o Projeto de Irrigação Jacarecida, em Sergipe, o Projeto de Irrigação Salangô, no Maranhão, o Perímetro de Irrigação Jaguaribe/Apodi, no Ceará, a Barragem Corredores e o Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe, ambos no Piauí, tenham superado a marca de 90%, mas até hoje não funcionam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a distância entre o fim dos efeitos da seca e a perenização da situação de sofrimento atual, para 1,5 milhão de pessoas, repito, é de apenas R\$696 milhões. Muito mais do que isso foi gasto pelo Governo Federal em medidas emergenciais – e medidas que sempre levam a escândalos –, entre o final de 1998 e o início do ano 2000. Estima-se, segundo dados do próprio Ministério da Integração Nacional, um gasto superior a R\$3 bilhões.

Isso para não falar dos gastos que o controvertido Programa de Convívio com a Seca e Inclusão Social pretende aplicar: R\$611 milhões – quase os mesmos recursos com os quais poderíamos, com certeza, resolver a vida de mais de um milhão de pessoas, se os aplicássemos na conclusão desses 17 projetos.

Desperdício, incompetência, má vontade ou o quê?

O fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o Tribunal de Contas da União detectou superfaturamento nos preços das obras, encontrou aditivos de contratos com valores acima do permitido pela lei, pagamento de serviços que não foram executados, alteração aleatória de projetos e desvio de suas finalidades.

Atenciosamente, – Hugo Napoleão, Líder do PFL.

OF. Nº 237/01-GLPFL

Brasília, 29 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Eduardo Siqueira Campos pelo Senador Bello Parga, como suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de Organizações Não-Governamentais– ONGs.

Atenciosamente, _ Hugo Napoleão, Líder do PFL.

OF. Nº 238/01-GLPFL

Brasília, 29 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Edison Lobão pelo Senador Jonas Pinheiro, como suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as demarcações de áreas indígenas na Amazônia, notadamente na Faixa de Fronteiras.

Atenciosamente, _ Hugo Napoleão, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Lindberg Cury. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das marcas mais antigas da administração pública brasileira é o desperdício. Não faltam historiadores neste plenário do Senado que poderiam socorrer-me, com exemplos que remontam ao tempo do Brasil Colônia e se perpetuam até hoje. O desperdício é grande. Parece uma maldição.

Quando presidi, no Senado, a Comissão de Obras Inacabadas, confesso que fiquei aterrado com o resultado final. Certamente poder-se-ia construir um novo Brasil apenas com os recursos perdidos em obras que começaram e nunca acabaram. Até parece que o Brasil é um país rico, onde os recursos são vo-

luminosos, onde não existe fome, miséria nem penúria. Sabemos que não é bem assim.

No momento em que a minha região, o Nordeste brasileiro, sofre uma das maiores secas de sua história, quando milhares de brasileiros dividem o seu dia-a-dia com a desgraça de não ter água para beber ou cozinhar, quando as lavouras se perdem de forma dramática, sem que nada possa ser feito para impedir, salta aos nossos olhos a revelação de que dezesseite – isso mesmo, não é uma nem duas, mas de dezesseite – grandes obras de irrigação e abastecimento de água no Nordeste estão paralisadas ou abandonadas.

Essas obras atravessaram cinco governos, cinco órgãos executores e cinco moedas. Algumas se arrastam por 15, 18 ou 20 anos. Concluídas, poderiam representar a irrigação de mais de 60 mil hectares e o abastecimento perene de água a 1,5 milhão de pessoas.

No Governo do Presidente Fernando Henrique, esse mesmo que começou prometendo governar com o Nordeste e que agora virou as costas para o sertão, foram despejados nada menos que R\$673 milhões. Mais de dois terços de recursos historicamente alocados. Estima-se que, agora, para a conclusão, serão necessários mais R\$696 milhões.

Na média dos dezessete projetos, pode-se concluir que eles estão em implantação há mais de 10 anos. Também pela média, conclui-se que 60% deles estão prontos, ainda que cinco, como o Projeto de Irrigação Pão de Açúcar/Olho D'água das Flores, em Alagoas, o Projeto de Irrigação Jacarecida, em Sergipe, o Projeto de Irrigação Salangô, no Maranhão, o Perímetro de Irrigação Jaguaribe/Apodi, no Ceará, a Barragem Corredores e o Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe, ambos no Piauí, tenham superado a marca de 90%, mas até hoje não funcionam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a distância entre o fim dos efeitos da seca e a perenização da situação de sofrimento atual, para 1,5 milhão de pessoas, repito, é de apenas R\$696 milhões. Muito mais do que isso foi gasto pelo Governo Federal em medidas emergenciais – e medidas que sempre levam a escândalos –, entre o final de 1998 e o início do ano 2000. Estima-se, segundo dados do próprio Ministério da Integração Nacional, um gasto superior a R\$3 bilhões.

Isso para não falar dos gastos que o controvertido Programa de Convívio com a Seca e Inclusão Social pretende aplicar: R\$611 milhões – quase os mesmos recursos com os quais poderíamos, com certe-

za, resolver a vida de mais de um milhão de pessoas, se os aplicássemos na conclusão desses 17 projetos.

Desperdício, incompetência, má vontade ou o quê?

O fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o Tribunal de Contas da União detectou superfaturamento nos preços das obras, encontrou aditivos de contratos com valores acima do permitido pela lei, pagamento de serviços que não foram executados, alteração aleatória de projetos e desvio de suas finalidades.

Mas quem vai responder por isso?

O nobre Deputado Damião Feliciano, do PMDB da Paraíba, atual Presidente da CPI das Obras Inacabadas, investido da mais digna inconformidade, sentenciou no jornal Folha de S. Paulo, no dia 8 de julho passado, que o Governo usa mal os recursos públicos ao permitir que obras essenciais fiquem inacabadas por anos e anos.

O que se espera, Deputado Feliciano, é que a CPI da Câmara dos Deputados investigue a fundo essas irregularidades e exija o ressarcimento dos recursos desviados. Mais do que isso, que coloque, pela primeira vez, os responsáveis por isso na cadeia.

Das 17 obras espalhadas por todo o Nordeste, três delas estão no meu Estado, Pernambuco. Uma delas carregava consigo a sina de ser o projeto mais antigo: o Pontal Norte/Sul, em Petrolina. As obras se iniciaram em 1983 – repito, em 1983 –, há 18 anos, portanto, e consumiram até agora R\$93,7 milhões, mas até este momento somente 47% do total das obras foi realizado.

Outra obra inacabada, a Adutora do Oeste, foi iniciada há dez anos, em 1991, quando eu ainda era Secretário Nacional de Irrigação. Essa adutora deve atingir 43 cidades pernambucanas e beneficiar mais de 300 mil pessoas. Ela recebeu até hoje R\$73,6 milhões e sua execução chega a apenas 43% do total. Tubos de aço carbono comprados entre 1993 e 1996 ficaram apodrecendo ao relento. O primeiro deles foi assentado apenas em 1997. Foi preciso um gasto suplementar de R\$764 mil para recuperar 15 quilômetros de tubos perdidos.

O terceiro projeto, o Projeto de Irrigação de Serra Talhada, já se arrastava desde o tempo de Getúlio Vargas. Foi iniciado pela barragem de Serrinha e até hoje não foi concluído. Ele prevê a implantação de cinco mil hectares de terras irrigadas, mas está paralisado por causa de despesas que foram pagas para a recuperação de estradas, além de 60% do contrato

ter sido adiantado à construtora antes do início dos serviços.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta situação é uma maldade sem proporções: brasileiros padecendo pela fome e pelo abandono. Enquanto isso, o Estado, a quem cumpre a missão de zelar por eles, se afunda em irregularidades tais que paralisam um programa de obras importantes e fundamentais que poderiam minorar o sofrimento na minha região.

Urge que o Parlamento brasileiro tome uma medida efetiva para mudar esse quadro. Até quando a irresponsabilidade do Governo, de empresários, acobertará tudo o que é escândalo neste País e vai permitir que alguns tirem vantagens com o sofrimento de muitos?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Francelino Pereira.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, com a concordância do meu eminente colega, Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo fazer um registro, para conhecimento dos eminentes colegas e também de toda a sociedade, relacionado ao PLC nº 23, de 2001.

Esse projeto de lei da Câmara trata da Lei das Sociedades por Ações, sendo Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador José Agripino e, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Pedro Piva. Havia um acordo entre todos nós – Relatores da CCJ e da CAE e Presidentes das Comissões – para que fizéssemos a análise e votação dos pareceres dos eminentes Relatores na próxima reunião. De qualquer sorte, não tendo sido isso possível, foi transferida a apreciação da matéria para o dia 12 – e a razão é que muitos juristas estão querendo estar presentes ao julgamento dos pareceres dos eminentes Relatores.

Por isso, Sr. Presidente, estou dando conhecimento à Mesa de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Econômicos reunir-se-ão no próximo dia 12 para votar os relatórios dos eminentes Relatores.

Quero agradecer a gentileza do eminente Senador Francelino Pereira em me ter concedido a oportu-

za, resolver a vida de mais de um milhão de pessoas, se os aplicássemos na conclusão desses 17 projetos.

Desperdício, incompetência, má vontade ou o quê?

O fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o Tribunal de Contas da União detectou superfaturamento nos preços das obras, encontrou aditivos de contratos com valores acima do permitido pela lei, pagamento de serviços que não foram executados, alteração aleatória de projetos e desvio de suas finalidades.

Mas quem vai responder por isso?

O nobre Deputado Damião Feliciano, do PMDB da Paraíba, atual Presidente da CPI das Obras Inacabadas, investido da mais digna inconformidade, sentenciou no jornal Folha de S. Paulo, no dia 8 de julho passado, que o Governo usa mal os recursos públicos ao permitir que obras essenciais fiquem inacabadas por anos e anos.

O que se espera, Deputado Feliciano, é que a CPI da Câmara dos Deputados investigue a fundo essas irregularidades e exija o ressarcimento dos recursos desviados. Mais do que isso, que coloque, pela primeira vez, os responsáveis por isso na cadeia.

Das 17 obras espalhadas por todo o Nordeste, três delas estão no meu Estado, Pernambuco. Uma delas carregava consigo a sina de ser o projeto mais antigo: o Pontal Norte/Sul, em Petrolina. As obras se iniciaram em 1983 – repito, em 1983 –, há 18 anos, portanto, e consumiram até agora R\$93,7 milhões, mas até este momento somente 47% do total das obras foi realizado.

Outra obra inacabada, a Adutora do Oeste, foi iniciada há dez anos, em 1991, quando eu ainda era Secretário Nacional de Irrigação. Essa adutora deve atingir 43 cidades pernambucanas e beneficiar mais de 300 mil pessoas. Ela recebeu até hoje R\$73,6 milhões e sua execução chega a apenas 43% do total. Tubos de aço carbono comprados entre 1993 e 1996 ficaram apodrecendo ao relento. O primeiro deles foi assentado apenas em 1997. Foi preciso um gasto suplementar de R\$764 mil para recuperar 15 quilômetros de tubos perdidos.

O terceiro projeto, o Projeto de Irrigação de Serra Talhada, já se arrastava desde o tempo de Getúlio Vargas. Foi iniciado pela barragem de Serrinha e até hoje não foi concluído. Ele prevê a implantação de cinco mil hectares de terras irrigadas, mas está paralisado por causa de despesas que foram pagas para a recuperação de estradas, além de 60% do contrato

ter sido adiantado à construtora antes do início dos serviços.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta situação é uma maldade sem proporções: brasileiros padecendo pela fome e pelo abandono. Enquanto isso, o Estado, a quem cumpre a missão de zelar por eles, se afunda em irregularidades tais que paralisam um programa de obras importantes e fundamentais que poderiam minorar o sofrimento na minha região.

Urge que o Parlamento brasileiro tome uma medida efetiva para mudar esse quadro. Até quando a irresponsabilidade do Governo, de empresários, acobertará tudo o que é escândalo neste País e vai permitir que alguns tirem vantagens com o sofrimento de muitos?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Francelino Pereira.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, com a concordância do meu eminente colega, Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo fazer um registro, para conhecimento dos eminentes colegas e também de toda a sociedade, relacionado ao PLC nº 23, de 2001.

Esse projeto de lei da Câmara trata da Lei das Sociedades por Ações, sendo Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador José Agripino e, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Pedro Piva. Havia um acordo entre todos nós – Relatores da CCJ e da CAE e Presidentes das Comissões – para que fizéssemos a análise e votação dos pareceres dos eminentes Relatores na próxima reunião. De qualquer sorte, não tendo sido isso possível, foi transferida a apreciação da matéria para o dia 12 – e a razão é que muitos juristas estão querendo estar presentes ao julgamento dos pareceres dos eminentes Relatores.

Por isso, Sr. Presidente, estou dando conhecimento à Mesa de que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Econômicos reunir-se-ão no próximo dia 12 para votar os relatórios dos eminentes Relatores.

Quero agradecer a gentileza do eminente Senador Francelino Pereira em me ter concedido a oportu-

nidade de fazer esta comunicação a V. Ex^a, sempre atento na Presidência dos trabalhos.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Bernardo Cabral.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exatamente hoje, daqui a duas horas, instala-se em Durban, na África do Sul a Conferência Mundial sobre o Racismo, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas – ONU – com a participação de seis mil representantes de 150 países, inclusive o Brasil.

Este é o momento em que o Senado, o Congresso e a sociedade devem debruçar-se sobre este problema – o racismo – e debatê-lo com franqueza, clareza e determinação. Não pode haver apenas mais uma palavra cordial em relação ao assunto. Não adianta falarmos que o Brasil é uma sociedade cordial. Não adianta falar-se tanto que no Brasil existe uma democracia racial.

A verdade, Sr. Presidente, é que existe o racismo no Brasil, algumas vezes de forma cruel, desumana e ingrata, estimulada por uma dramática desigualdade social, onde mais da metade da população vive na indigência, na pobreza, numa discriminação que é a pior de todas. No Brasil e em outros países do mundo, existe hostilidade contra os negros na vida social, nos clubes, nas empresas, entre famílias. Mas ficamos todos a imaginar e a falar, sem convicção, que somos uma sociedade que caminha para a igualdade e para a convivência pacífica entre as raças.

As diferenças raciais no Brasil não estão diminuindo, ao contrário, estão aumentando. Basta ver a Bahia, onde 80% da população é negra e, nas universidades baianas, apenas 8% de negros são matriculados. O Brasil tem apenas 5% de negros estudando nas universidades, todos os outros são brancos, o que reflete um sentimento de elitismo. Ficamos a observar nas ruas, nas praças, nas reuniões, nos debates, nas próprias instituições do Congresso Nacional, ou seja, na Câmara e no Senado, que a discriminação existe. Qualquer brasileiro de cor branca olha o brasi-

leiro de cor preta com certas desconfiança, indiferença e até hostilidade. Os shoppings, no Brasil, revelam nitidamente essa discriminação. Os pretos freqüentam pouco os estabelecimentos comerciais no Brasil. Eles não estão indo ao cinema não só porque os preços dos ingressos são proibitivos, como também porque as salas estão ficando cada vez mais restritas aos shoppings. Os pretos não se casam com os brancos e os brancos não se casam com os pretos e quando o casamento existe é olhado com curiosidade e estranheza, como se a cor decidisse o destino de cada cidadão e de cada família, como se todos nós não fôssemos filhos de Deus e não representássemos os mesmos sentimentos em relação à Constituição do Brasil como nação e como país.

Sr. Presidente, hoje a imprensa veicula os dramáticos acontecimentos de ontem em São Paulo, envolvendo, de um lado, um grande cidadão brasileiro, Sílvio Santos, e sua família e, de outro, pessoas deserdadas ou discriminadas pela sociedade brasileira. Foi mais uma demonstração da violência, filha da pobreza e da desigualdade. Mas pouco destaque está se conferindo até mesmo à presença brasileira na África do Sul, país onde a discriminação racial foi extremamente dramática e cujo processo continua difícil. Encontra-se naquele país o Ministro José Gregori, chefiando a delegação brasileira, da qual fazem parte autoridades e representantes da sociedade civil, de comunidades negras e de outras pessoas interessadas no debate dessa questão crucial para a humanidade. S. Ex^a levou mais de 250 documentos para mostrar que, no Brasil, a discriminação racial não está diminuindo e, portanto, está merecendo o debate em torno do assunto de uma forma concreta.

Exatamente neste momento em que se está se abrindo, no País, um grande debate sobre a questão racial, deve-se aplaudir essa iniciativa. O silêncio não pode perdurar no Congresso nem na sociedade.

Discute-se – e o fez há pouco o nosso líder, amigo e companheiro José Sarney, ex-Presidente da República, em pronunciamento nesta Casa – a necessidade da determinação de uma quota para o ingresso de negros nas universidades. S. Ex^a defendeu o projeto de sua autoria, que tramita nesta Casa, estabelecendo "uma quota mínima de 20% para a população negra no preenchimento das vagas de estudantes nas universidades". Não sei, Sr. Presidente, qual é a melhor solução. Mas é importante que o Congresso Nacional, e particularmente o Senado, destine pelo menos um dia da agenda de trabalhos da próxima semana para discutir o problema, não de uma forma isolada nesta ou naquela comissão, mas em uma iniciativa

va do próprio Presidente da Casa, Edison Lobão, que vive muito bem essa questão e com ela se preocupa. E, como Senador da República, tem o dever de promover uma audiência pública envolvendo os 81 Senadores em um debate concreto e objetivo sobre a questão racial no Brasil.

É preciso discutir o novo Estatuto do Índio e se existe ou não, no Brasil, de forma concreta, um esforço por uma verdadeira democracia racial. É indispensável debater a fundo as desigualdades. Entretanto, a desigualdade racial não produz, por si só, pobreza e miséria. Há países onde não há desigualdade racial, mas a pobreza existe de forma dramática, cruel, perversa. Assistimos, pela televisão ou nos cinemas, uma pessoa ou outra de cor preta participar de filmes e de peças teatrais. Porém quem é o empregado ou a empregada doméstica naqueles filmes e nas cenas de teatro? É exatamente o preto, uma pessoa simples.

Na Bahia existe alguma consciência racial, mas esta discrimina a si própria em relação aos brancos. Lá os negros gozam, de certa forma, de uma auto-estima, que o Estado promove com o propósito de amenizar os efeitos danosos da desigualdade racial, da separação que há entre os cidadãos baianos.

Em Minas Gerais, meu Estado, existe o racismo. Na região metropolitana de Belo Horizonte, somos cinco milhões de mineiros – em Minas, somos dezoito milhões –, e a questão racial existe: o negro é discriminado, colocado à parte. Os próprios sistemas de segurança e de filmagem dentro dos shoppings acompanham mais a movimentação dos negros do que a dos brancos, na expectativa – ou na convicção – de que os negros têm maior inclinação para a violência e para outros deslizes na vida.

Apelo ao Presidente Edison Lobão que, simultaneamente à realização da Conferência sobre o Racismo, na África do Sul, o Senado Federal destine um dia da próxima semana para uma audiência pública envolvendo todos os Senadores em um debate objetivo sobre a discriminação racial, de forma a demonstrar que o Brasil é uma Nação preocupada com a alma e o espírito do homem de todos os homens, não importa a cor, a raça e o credo.

O próprio IPEA, que é um órgão governamental, destaca a existência, entre nós, do racismo, da desigualdade social e da pobreza. Seu presidente, Roberto Martins, salienta que as diferenças raciais não estão diminuindo no Brasil. O IPEA não defende especificamente a quota de ingresso na faculdade para os negros, mas a abertura de um debate nacional sobre o problema, para que, de forma efetiva e concreta, o

Brasil revele ao mundo, a sua preocupação com o destino da raça negra.

Acredito que o Governo brasileiro, presente à Conferência na África do Sul, dará uma grande contribuição para a solução do problema. Considero que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem demonstrado sensibilidade para a questão, e certamente haverá de encontrar melhores caminhos para um frutífero debate no Brasil.

Sr. Presidente, peço mais tempo para abordar outro assunto.

Está para chegar ao Congresso as novas propostas do Governo Federal para o desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira. No Ministério da Cultura, a matéria está sendo elaborada diuturnamente pela equipe do Ministro Weffort; no Palácio do Planalto, pela equipe do Ministro Pedro Parente. Serão propostas amplas, objetivas, concretas, definidoras da nova política definidora da política da indústria cinematográfica do Brasil.

As proposições já virão com alguma demora, que de correda complexidade da matéria e das inovações do novo sistema que envolve os vários segmentos da comunicação televisiva no País. É, porém, da divergência que se alcançam as soluções consensuais. O Congresso é a casa estruturalmente adequada, por ser uma instituição aberta, democrática, para diluir dúvidas e formular caminhos que ofereçam profundidade e consistência às decisões finais.

O Dr. Pedro Parente, Ministro da Casa Civil e coordenador do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema – Gedic – está empenhado na elaboração dessas propostas, que contemplam, preliminarmente, a criação de uma Agência Nacional de Cinema e de Audiovisual, um Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional e um Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica, entre outras providências.

O Professor Francisco Weffort, Ministro da Cultura, aquele que mais tempo já ficou à frente dessa Pasta, promoveu, nesses últimos seis anos, a consolidação das leis Rouanet e do Audiovisual e, conseqüentemente, a retomada da produção cinematográfica, de pois do terremoto que se abateu sobre o setor, com o fechamento da Embrafilme e do Concine no início dos anos 90.

De 1995 para cá, a produção de filmes de longa metragem girou em torno de 25 a 30 por ano, com um grau de excelência que vem conquistando numerosos prêmios internacionais. É claro que 25 a 30 longas por ano não é um volume suficiente para uma

produção industrial. O Brasil, nos anos 80, chegou a produzir até 100 longas-metragens por ano, e este é um patamar a ser realçado.

As fortes demandas do setor por novos investimentos e novas regulamentações foram consolidadas no importante 3º Congresso Brasileiro de Cinema, presidido pelo cineasta Gustavo Dahl. Realizado em junho do ano passado, em Porto Alegre, esse bem-sucedido Congresso levou o Presidente Fernando Henrique Cardoso a criar, em setembro do ano passado, o Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema, Gedic, que está sob a coordenação do Ministro Pedro Parente, conforme já disse.

Afirmou o Ministro Francisco Weffort em junho deste ano, na Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, que o Gedic nasceu no rastro da primeira Subcomissão do Cinema do Senado Federal, criada por requerimento de minha autoria, em 1999, no âmbito da Comissão de Educação.

O Ministro Weffort foi um dos que nos incentivaram quando da criação daquela Subcomissão, presidida pelo eminente Senador José Fogaça. Desta forma podemos dizer, com satisfação, que o Senado Federal está desde o início por trás desse amplo esforço conjunto pela consolidação e pelo desenvolvimento do nosso cinema.

Enfim, o Congresso Nacional está à espera dessas que são decisões altas do Governo brasileiro, que não pode e certamente não ficará omissa aos reclames mais legítimos da sociedade e da cultura brasileiras.

E eu queria fazer aqui um voto de louvor à imprensa brasileira, que vem dedicando amplo espaço para a cultura em geral e para o cinema em particular. Não há praticamente um jornal ou uma revista que não publique, todo dia ou toda semana, matérias sobre o assunto.

Dou apenas alguns exemplos. De São Paulo, nos vêm O Estado de S. Paulo, com o seu Caderno 2, diário, e o seu Cultura, nos fins de semana, e a Folha de S. Paulo, com os cadernos Ilustrada, diário, e Mais!, nos domingos. Vem ainda a Gazeta Mercantil com seu suplemento ao fim da semana.

Do Rio de Janeiro, vêm-nos o Jornal do Brasil, com o seu pioneiro Caderno B, e O Globo, com o seu Segundo Caderno. Ao longo do ano passado, O Globo publicou um encarte semanal sobre a história do Século XX, com uma seção especial que dizia: "E tudo terminou na tela!" Tenho a coleção completa, que mandei encadernar.

De Minas Gerais, vem-nos o Estado de Minas, com o seu caderno Espetáculo, nos domingos, e de Brasília, O Correio Braziliense e o Jornal de Brasília. Todos em ampla cobertura para os assuntos culturais e de audiovisual.

Entre as revistas, destaco a cobertura semanal de Veja e de Época, a primeira delas quase sempre muito crítica da política cinematográfica e do cinema feitos no País. Além dessas, temos periódicos como as revistas República, Bravo, Inteligência, Cult e outras, além de publicações especializadas como a Ver Vídeo, a Jornal do Vídeo e a DVD Vídeo.

Sr. Presidente, essa revolução na informática pode ser caracterizada neste século XXI, que é essencialmente o século do audiovisual, no qual todos estamos envolvidos com o estudo da mídia.

Sr. Presidente, concluo comunicando a V. Ex^a que enviarei à Mesa, logo mais, uma listagem dos jornais e revistas brasileiros com o nome dos seus dirigentes ou cronistas especializados, para que seja enviado a cada jornal e a cada cidadão dedicado ao estudo dessa matéria um voto de louvor e congratulações pelo empenho que se está desenvolvendo para se divulgar o cinema.

Finalmente, comunico à Casa, de forma concreta, que chegará ao Congresso Nacional, a qualquer momento, os projetos que criam a Agência Nacional do Cinema no Brasil, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional e os Fundos de Financiamento. E a nova Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, presidida pelo competente Senador Freitas Neto, com o apoio do Senador Ricardo Santos, presidente da Comissão de Educação, já aprovou o requerimento para a realização de audiência pública para a discussão das novas propostas, tão logo elas cheguem ao Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Presidência congratula-se com a iniciativa do Senador Francelino Pereira e concede a palavra, por 20 minutos, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um lugar-comum caracterizar-se a Amazônia como o principal repositório do patrimônio biogenético de todo o nosso Planeta. Contudo, a banalização da assertiva não pode, sob pena de danos irreparáveis, induzir-nos ao descaso ou mesmo ao mais breve descuido com essa fabulosa área inscrita dentro do território brasileiro.

Há inúmeros aspectos que devem ser considerados do ponto de vista do patrimônio natural e da estratégia a ser observada pelo Governo brasileiro na preservação da integridade desse importante espaço, colorido e arduamente trabalhado pela figura humana impar do homem amazônico. Ao longo das últimas décadas, alvo da cobiça de governos estrangeiros e também de algumas organizações não-governamentais que postulam a convencionalmente chamada internacionalização, a Amazônia – é preciso que se diga quantas vezes fomos necessários – é brasileira e por brasileiros deve ser gerida e liderada nos esforços para a sua continuidade e a preservação inteligente.

E, aqui, permitam-me esclarecer: chamo de preservação inteligente o exercício racional e monitorado de atividades econômicas e de pesquisa que representem ganhos verdadeiros não apenas para os empreendedores, mas sobretudo para a humanidade, sem evidentemente comprometer a manutenção e a reprodução de inúmeras espécies animais e vegetais que têm berço no generoso solo amazônico.

Naturalmente, o que não se deve e tampouco pretende-se aqui é recobrar o velho e absolutamente inútil espírito xenófobo. A globalização ou a mundialização, como preferem alguns, é fenômeno aparentemente irreversível e, como muitas das tendências observadas na trajetória humana, pode transformar-se em um decisivo vetor de promoção social dos bilhões de homens e mulheres que povoam o Planeta ou consolidar-se tão-somente como uma nova e mais sofisticada forma de imperialismo espoliativo e predador.

Na medida em que continuem a ser rigorosamente observados os pressupostos de soberania, autonomia e autodeterminação do nosso País, com um acompanhamento atento, é possível imaginar e implementar políticas públicas factíveis e vantajosas para toda a região, em benefício principalmente de seus habitantes e, finalmente, dos brasileiros de outros quadrantes.

É claro, repito, que o Brasil não pode e não deve deixar de discutir em foros próprios, nacionais e internacionais, aspectos de nossa floresta que representam aportes significativos ao equilíbrio e à preservação do clima, descoberta de novos medicamentos e manutenção das espécies, como disse, em proveito de todos os povos, mas, principalmente, do povo brasileiro.

O que o Governo brasileiro, por intermédio de suas instituições, como as Forças Armadas, não pode é deixar-se substituir pelas famosas organiza-

ções não-governamentais, que, em larga medida, vêm atuando sem o devido acompanhamento por parte dos órgãos de Estado com legitimidade e poder para fiscalizar, retificar e prontamente coibir, quando for o caso, ações que ultrapassem as competências dessas ONGs.

A leitura regular de publicações especializadas e mesmo da imprensa em geral, daqui e d'alhures, tem-me deixado entre perplexo e preocupado acerca da verdadeira omissão brasileira quando o assunto é a Amazônia. Se não bastasse a insuficiência crônica das políticas públicas para atender aos brasileiros que vivem na região, agrava da ainda pela aplicação dos recursos orçamentários, sabe-se que existe um forte e muito bem orquestrado movimento para, sob a diretriz de uma nova ordem, conceder-se um status internacional para a região.

Sem ignorar ou escapar de nossa total responsabilidade como País sobre o equacionamento do problema, ou seja, o papel que se incumbe ao Governo brasileiro – aí incluídos os seus distintos setores – na preservação da soberania sobre a Amazônia, não é lícito negligenciar o comportamento permanente dos Estados Unidos nessas situações. Com o colapso do sistema bipolar positivo, que os mantinha como antípoda da extinta União Soviética, os Estados Unidos tornaram-se o que se convencionou chamar de polícia do mundo, capaz de agir prontamente em qualquer ponto do globo, na defesa intransigente de seus interesses, submetendo-se única e exclusivamente à sua própria lei.

Logo, é preciso cuidar com as distintas artimanhas concebidas e engendradas pelos norte-americanos no cumprimento do que julgam ser o seu nobre designio de submeter e manipular outros países para fazer prevalecer toda a sorte de eventos que lhes convêm.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é exatamente isso o que não podemos permitir, nem sequer mesmo admitir. Não podemos nos curvar a vontades externas, mas construir decisões verdadeiramente nacionais. É evidente que não estou enfatizando, nesta intervenção, nenhuma novidade para aqueles que acompanham, com o mínimo de atenção, os problemas estratégicos enfrentados pelo País já faz algumas décadas. A Amazônia integra o rol de questões brasileiras antigas e recorrentes. Entretanto, é fundamental ter em mente que a antiguidade e a recorrência não conferem a qualquer problema uma solução ao longo do tempo; nem mesmo devem torná-lo objeto de nossa indiferença. Na medida em que nos deixar conduzir por interesses outros, que não os es-

sencial e preponderantemente brasileiros, isso implicará sério e irreversível dano e prejuízo para toda a Nação.

Como todos sabemos, a Amazônia conta com um importante e vultoso, verdadeiramente vultoso, projeto federal para a sua fiscalização, o SIVAM ou Sistema de Vigilância da Amazônia. Quem tiver a pachorra de visitar a página do SIVAM na internet verificará todo um conjunto de informações pretéritas muito bem organizadas, mas não terá a certeza de quando efetivamente o projeto estará, enfim, implantado e em pleno funcionamento. A última atualização do site foi feita há dois meses, um passado longínquo quando se trata de Internet. Ademais, no cronograma traçado pelo próprio órgão para os cinco anos seguintes, a contar de julho de 1997, somente os dois primeiros termos, aparentemente, estariam concretizados. Os demais aparecem como uma ambígua carta de intenções, sendo que estamos a um ano da data que deveria ser a de entrada em operação do SIVAM.

Se isso tudo não fosse o bastante, Sr. Presidente, seria necessário atentar para o fato de que contamos na atualidade com escassos efetivos das Forças Armadas na região amazônica. O Exército, de um total de 180 mil homens, tem destacados para a área apenas 22 mil ou pouco mais de 12% — e a Amazônia representa 60% do território nacional e faz fronteira com quase todos os países da América do Sul. No caso da Aeronáutica, essencialíssima em uma região enorme e pouco habitada como a nossa, de um quadro total de 60.604 homens, tão-somente 7.586 militares estão estacionados ali. No que se refere à Terceira Força, a Marinha, de um quadro total de 56.403 militares, exatos 4.098 encontram-se servindo na região, o que representa em torno de 7% da força.

Dadas a realidade e as condições da região, vê-se, desde logo, que os números são positivamente medíocres para o acompanhamento e o controle minimamente eficazes da Amazônia, isso sem levar em conta a precariedade dos equipamentos à disposição das nossas Forças Armadas, que se vêm deteriorando de maneira progressiva e, por isso mesmo, assustadora.

É urgente, portanto, Sr. Presidente, a devida atenção e imediata ação do Governo na região amazônica. Em sua extensa vulnerabilidade, essa área fabulosa é território fácil para a exploração predatória de recursos, para o contrabando e o descaminho, e para o tráfico de drogas, as quais, distribuídas por todo o País, acabam por fragilizar e debilitar ainda mais a nossa sociedade, especialmente as camadas jovens.

Além de uma ação governamental consertada, vigorosa, firme e objetiva, capaz de resguardar os verdadeiros e impostergáveis interesses brasileiros na área, seria recomendável também um trabalho conjunto das bancadas parlamentares da região, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Penso que assim estaremos colocando em perspectiva e evidenciando a exata importância da Amazônia para o futuro do Brasil e do mundo.

Sr. Presidente, para concluir, solicito a V. Ex^a que seja transcrito e considerado como parte do meu pronunciamento um artigo publicado na revista *Veja*, de 22 de agosto de 2001, sob o título "A Floresta Dá Dinheiro", e com o subtítulo "Os xiitas da ecologia estão errados. A Amazônia pode e deve ser explorada".

Mais uma vez, como Senador pelo Estado de Roraima, como um Senador amazônida, alerta a Nação sobre a realidade de abandono em que vive a nossa região, o que a leva a ser um caminho aberto para a cobiça e a internacionalização já em curso.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU DISCURSO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.

Ecologia

A FLORESTA DÁ DINHEIRO

Leonardo Coutinho

Se for mantido o ritmo de devastação da última década, a Floresta Amazônica estará liquidada em apenas mais cinquenta anos. Esse é um bom motivo para desligar já as motosserras e parar com as queimadas. O fogo e o desmatamento desmedido pulverizam uma área superior à do Estado de Alagoas anualmente. Mas o aproveitamento econômico da região também exige que se pare com a destruição. Só o tamanho da Amazônia brasileira, que toma todo o norte do país, dá indicações ululantes de que ali há muitos tesouros a explorar. Arrancados aleatoriamente, esses benefícios são mal aproveitados, acabam custando caro e tendem a se esgotar junto com a própria floresta. Foi assim com todas as grandes iniciativas exploratórias já realizadas, da borracha, no começo do século passado, à construção da Transamazônica, há trinta anos. Mas deixar a riqueza guardada para sempre é uma quimera diante dos interesses econômicos do mundo e um luxo inconcebível para um país pobre. Cabe, por isso, procurar a melhor maneira de usufruir esses bens ferindo na menor medida possível o ambiente natural.

Hoje é possível ter avaliações científicas para estimar quanto a Amazônia pode render, num futuro visível, se for feito o chamado aproveitamento racional, que busca tirar riquezas preservando o ecossistema. Trata-se de uma montanha de dinheiro, mas não se pode ir simplesmente à mata para colhê-la. É preciso investir também uma enorme quantia de recursos, desenvolver os meios de transporte e de comunicação, aprimorar tecnologias para recuperação das áreas exploradas e, sobretudo, dar cada passo

só depois de testado o modelo de aproveitamento daquela riqueza. Respeitadas todas essas premissas, calcula-se que, num prazo também de cinquenta anos, o Brasil poderá estar tirando da Amazônia recursos no valor de 1,28 trilhão de dólares por ano, mais de duas vezes o atual Produto Interno Bruto brasileiro (PIB). Esse é o total que se chega somando todo o potencial de produção de madeira, minério, turismo, medicamentos e cosméticos armazenados na floresta. A melhor notícia é que o aproveitamento de parte dos recursos disponíveis pode ser iniciado imediatamente. Melhor ainda: a possibilidade mais simples para começar essa exploração engloba aquilo que pode render mais a curto prazo – os minérios em geral e o petróleo em particular.

Água, vida e muitos tesouros: com os devidos cuidados, a Amazônia aumentará a riqueza do país.

Uma operação matemática, multiplicando o valor de cada minério pelos estoques já medidos no subsolo da Amazônia, excluindo o petróleo, resulta na impressionante quantia de 7,2 trilhões de dólares. Repita-se: esse é o estoque já conhecido e, segundo especialistas, há muito mais minérios sob a floresta do que as reservas já registradas. “O volume real de minérios da Amazônia ainda é virtualmente desconhecido”, diz o presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Umberto Raimundo Costa. Com o início da operação dos aviões do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que serão capazes de sondar parte da camada de solo logo abaixo das raízes das plantas, os números podem aumentar até duas vezes. O minério só dá bom lucro se for retirado e vendido ao longo de muito anos, doando-se a oferta no mercado mundial. O segredo da mineração é manter a extração sempre abaixo da demanda, para que não aconteça o aviltamento do preço. Feita a restrição, a reserva conhecida da região amazônica pode render pelo menos 50 bilhões de dólares por ano. Quando o petróleo o caso é parecido. As reservas são avaliadas em 157 bilhões de barris, equivalentes a seis vezes a atual produção mundial por ano. Podem aumentar e representam um valor bruto estimado em 3,6 trilhões de dólares.

Uma coisa é medir e avaliar as reservas. Outra é arrancá-las do solo num ecossistema que se equilibra precariamente. Há muito se sabe que a Floresta Amazônica se alimenta de sol, de água e de si mesma, num solo pobre. Por isso as áreas desmatadas apresentam mais risco de se tornar desertos que possibilidade de se recompor. Há aí um desafio que vem sendo vencido com um trabalho cuidadoso. “Já temos ótimos exemplos de mineração com altíssimos índices de preservação da natureza”, garante o secretário de Minas e Metalurgia do Ministério das Minas e Energia, Luciano de Freitas Borges. O melhor exemplo a se examinar é o da província mineral de Carajás, explorada pela Companhia Vale do Rio Doce. Em mais de vinte anos de operação, a empresa já reconstituiu 20.000 hectares de floresta depois de cavoucar por baixo dela em profundidades de até 300 metros. Toda a terra superficial da área desmatada em Carajás é guardada para o futuro, ser recolocada sobre os buracos deixados pela mineração. Amostradas da vegetação existentes são mantidas em viveiros de plantas. Depois, repõem-se de vinte a cinquenta espécies diferentes em cada hectare. Em dez anos, há um bosque onde antes existia a cratera da mineração. Em vinte, a vegetação retoma o porte original. Esse processo custa 2.500 reais por hectare. A companhia ainda preserva o entorno da área de mineração e banca cursos de exploração racional da floresta para os índios xikrin, naturais da região. Cada metro cúbico da madeira que eles produzem, depois de três anos de aprendizado, é vendido por valores 50% mais altos que os cobrados pelas demais made-

reiras da Amazônia. Essa madeira leva a marketing de ter sido extraída por índios, e isso vale muito no mercado internacional.

Na exploração de petróleo na Amazônia, o risco de impacto ambiental não se restringe a uma cratera. O que dá calafrios nos ambientalistas, são o medo dos vazamentos e a história de tragédias ecológicas que a Petrobras já produziu em mares, nos rios e condomínios fechados. Na superfície da floresta, os danos da atividade são cada vez menores. Há dez anos, desmatavam-se 10 hectares para abrir um único poço de prospecção. Hoje se desmata um terço disso e, quando um poço entra no seu ciclo, semeia-se uma vegetação novinha em folha no local. A Petrobras tem sessenta poços operando na região e, preventivamente, exibe certificados que nenhuma outra empresa do ramo pode mostrar quando se trata de aplicar tecnologias limpas em sua atividade: ISO 9001, ISO 14.000 e BS 8.800, esse atribuído pela entidade inglesa Bureau Veritas Quality International, especializada em certificações de qualidade e ambientais. Cada duto utilizado no escoamento dos 50.000 barris de petróleo e dos 6 milhões de metros cúbicos de gás produzidos por dia pelos poços da Amazônia é vigiado por câmaras interligadas a uma válvula. Se houver vazamento, o fluxo é interrompido automaticamente.

Espera-se que essas válvulas contrariem o histórico ecológico da Petrobras.

Numa escala que combina o valor de cada recurso natural com a facilidade para explorá-lo, depois dos minérios vem, obviamente, a madeira.

Pelos métodos predatórios usados atualmente, cortam-se 28 milhões de metros cúbicos de toras por ano para aproveitar pouco mais de um terço disso nas serrarias.

Continuando nesse sistema, dá para tirar da Amazônia algo como 1,7 trilhão de dólares em madeira de lei, deixando para trás um deserto. Isso, em valores de hoje. Com o excesso de oferta, o preço cairia muito e o deserto seria feito a troco de bem menos dinheiro. Com métodos adequados, torna-se lenta a tese e que a exploração da madeira pode destruir a floresta. Com apenas 6% da área total da Amazônia, dá para atender à atual demanda mundial faturando perto de 3 bilhões de dólares por ano.

Outra lenda diz que toda a madeira amazônica está virando móveis no exterior, exportada por empresas inescrupulosas. Na verdade, é no Brasil que se consomem 90% da madeira legalizada na região amazônica – a maior parte dela ilegalmente. Mas o cenário está mudando. Foi criada no ano passado o grupo Compradores de Madeira Certificada, que reúne empresas como a Tramontina e a Tok&Stok, que dão preferência à produção legalizada e até 2005 vão alcançar a marca de 50% de madeira certificada em suas fábricas. O processo de coleta inteligente é simples. Cada área é dividida em 25 lotes e cada lote é explorado durante um ano. Quando os cortadores completam o circuito, encontram uma floresta nova, e muita madeira, no mesmo local onde estiveram 25 anos antes.

Quando corta indiscriminadamente, o proprietário mutila seu patrimônio. Ao terminar, queima o que sobrou e vende a área como pasto. Polui e perde dinheiro. Até água se ganha com o método correto. Cada trecho de floresta cortado significa menos chuvas na mata e até sobre o Sul e o Sudeste do Brasil. Perto de 40% das chuvas que caem em São Paulo resultam de evaporação trazida pelo vento que passa pela Amazônia. Lá, a água também garante o transporte e a troca de nutrientes entre as regiões da floresta. Diminuindo as inundações, o solo se torna ainda mais pobre. O ecologista americano Philip Fearnside, do Instituto Naci-

onal de Pesquisa da Amazônia, calculou o valor da água nesse ecossistema. Ela vale 17 bilhões de reais por ano. Esse preço representa quanto se pode perder com a redução do ciclo de chuvas por obra do desmatamento.

Muita gente defende que a substituição da floresta por agricultura não teria efeitos danosos, já que se mantém algum tipo de vegetação, preservando o regime de chuvas. Acredita-se que o aproveitamento agrícola de 20% da Amazônia Legal tenha potencial para gerar 50 bilhões de dólares por ano na região. Só que, para isso, seria preciso abandonar as áreas hoje cultivadas, as piores, e trocar a cultura de grãos, insustentável, pela de espécies nativas, como cupuaçu, castanha-do-pará e seringueira. Não há muitos voluntários para um trabalho desses.

Mais fácil, e mais lógico, parece ser o aproveitamento do potencial turístico da região. A conta foi feita pelo Ministério do Meio Ambiente: o turismo na Floresta Amazônica pode render 13 bilhões de dólares por ano. Na cidade paraense de Jacareacanga, o fazendeiro Francisco Carlos Muñoz Aroyo trocou a criação de 10.000 cabeças de gado pela construção de um hotel em suas terras à margem do Rio São Benedito do Sul, disposto a atrair pescadores de tucunará. Isso foi há cinco anos, quando os bois lhe davam um faturamento de 500.000 reais por ano. "Hoje ganho oito vezes mais, emprego dez vezes mais gente, parei de matar animais que atacavam o gado e minha fazenda se tornou um dos melhores pontos da Amazônia para a observação de onças", conta Aroyo, que cobra 2.500 reais pelo pacote de uma semana em sua propriedade. Os pescadores integram uma categoria turística que faz girar 38 bilhões de dólares por ano nos Estados Unidos.

Mas a Amazônia, pela paisagem e pelos mistérios, fascina também outros tipos de turista. Os ecologistas plenos estão cada vez mais atendidos pelos hotéis politicamente corretos, como o que a organização não-governamental Fundo Mundial para a Natureza construiu em Silves, a 300 quilômetros de Manaus. Esse hotel, chamado Aldeia dos Lagos, tem equipamentos movidos a energia solar, horta para abastecer sua cozinha, mirante, loja de artesanato e, conforto máximo na área, ventilador nos quartos. Os pacotes custam 483 dólares e permitem que 25 famílias locais empregadas no projeto tenham renda diária de 25 reais, cinco vezes superior à que tinham antes. No outro extremo, a turma que não abre mão de nenhuma mordomia também tem espaço assegurado em plena selva. A 80 quilômetros de Manaus, o ARIAÚ Amazon Tower é um colosso com 210 apartamentos fincados em palafitas sobre o rio de águas escuras. O ARIAÚ tem piscinas, auditório para convenções, ar-condicionado nos quartos, TV, frigobar, uma suíte plantada no alto de uma árvore e bichos condicionados a entreter os hóspedes. Um pacote custa 1000 dólares.

Qualquer atividade econômica na Amazônia fica pequena quando comparada à potencialidade da floresta na área da biotecnologia. Uma única molécula pode render ao dono da patente 10 milhões de dólares por ano. Quem comercializar o produto poderá ganhar até 25 vezes esse valor. O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia, Antônio Paes de Carvalho, calcula que serão patenteadas nas próximas décadas pelo menos 10.000 mil substâncias com valor para as indústrias farmacêuticas e químicas encontradas na Amazônia. "Mesmo que o Brasil apenas licencie a produção de 100 patentes, pode ganhar 1 bilhão de dólares por ano", afirma Carvalho. O pacote de todas as riquezas da biodiversidade amazônica representa um potencial 500 vezes maior. Pequenas iniciativas já mostram o que a mata oferece nessa área. Na fábrica de cosméticos da Natura,

que fatura 1,4 bilhão de reais por ano, em torno de 10% disso já resulta da venda de produtos extraídos da selva brasileira. Não falta quem aposte que, como as duas últimas décadas foram dominadas pela informática, as próximas serão revolucionadas pelas propriedades das substâncias encontradas nas plantas e até nos insetos. Os piratas já percebem isso. Mais de 3000 animais são descobertos por ano escondidos na bagagem de viajantes que se preparam para embarcar em aeroportos da região.

Nos anos 60, quando os brasileiros descobriram a Amazônia, ela fascinava pelos índios e pela água. Depois, foi a imensidão do território e a necessidade de integrá-lo ao País, "para evitar a cobiça internacional", que preocuparam muita gente. Chegou a hora de olhar para as jazidas minerais e as outras riquezas camufladas na floresta. Paradoxalmente, a área que guarda quase intacto um retrato do Brasil anterior ao Descobrimiento pode guardar também a chave de seu futuro.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Romero Jucá e Ademir Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs. serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em março deste ano, o Ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann, que tem realizado um trabalho notável para o avanço da reforma agrária no Brasil, proferiu discurso em Roma, na sede da FAO, a convite do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Li o discurso. Um discurso curto, tópico e substantivo, em que o Ministro Jungmann alinha as principais diretrizes e resultados obtidos do programa de reforma agrária colocado em prática no Governo Fernando Henrique Cardoso. Os números que o Ministro apresentou são eloquentes, e penso que são conhecidos de todas as Senadoras e Senadores. Em seis anos de governo, foram assentadas quase meio milhão de famílias em mais de 18 milhões de hectares.

Em função do atendimento crescente à demanda de terra por parte de quem nada tem, ou melhor, nada tinha, Raul Jungmann registrou, também, o fato de que a violência e a tensão no campo brasileiro têm diminuído. Para isso, citou dados da Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, segundo os quais, no ano passado, foi registrado o menor número de mortes, em razão da luta pela terra, dos últimos vinte anos. Além do mais, é dado da mesma fonte que, de 1999 para 2000, as invasões de terras caíram pela metade.¹

No entanto, o que mais me chamou a atenção e me convocou à reflexão, no discurso do Ministro, foi o que ele denominou as duas soluções clássicas para a reforma agrária em países do Terceiro Mundo, soluções que, segundo ele, estão superadas em razão de sua ineficácia e dos subprodutos que geram. Tentando posicioná-las dentro do espectro político-ideológico, Jungmann chamou a primeira solução de esquerda, e a segunda, em contraposição, solução de direita. A solução de esquerda, de acordo com o Ministro, preconiza ampla distribuição de terra em prazo muito curto, o que somente seria possível com ruptura institucional da ordem liberal-democrática, como ensina a lição da história. A solução de direita, por sua vez, seria aquela fundamentada puramente em mecanismos de mercado, em consequência dos quais os camponeses sem-terra se tornariam paulatinamente massa assalariada dos empreendimentos capitalistas. Ora, isso é indesejável, do ponto de vista da autonomia do agricultor, e improvável, em razão da falta de dinamismo do setor industrial e de serviços para absorver, em tempo hábil, essa mão-de-obra. Isso sem contar que, como ressaltou o Ministro, o nível educacional do camponado sem terra é inadequado em relação às exigências de um setor da economia mais moderno.

Pois então, que solução à questão agrária tem dado o atual Governo? Uma combinação, por um lado, de forte intervenção estatal na desapropriação de terras, dentro da ordem da lei, com o recurso, por outro lado, a mecanismos de mercado que possam aliviar ao Estado parte dos encargos no processo de desconcentração fundiária e de financiamento à atividade dos camponeses assentados. Estão aí a Cédula da Terra, o Banco da Terra, o PRONAF.

Sr. Presidente, acabei por me estender em reflexões e considerações de ordem geral. Mas não gostaria de encerrar este breve discurso sem antes mencionar a publicação da qual o discurso do Ministro Jungmann é um encarte. Refiro-me à brochura intitulada *O Brasil Desconcentrando as Terras — Índice de Gini*, publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em maio deste ano. Nela o Ministério presta contas do esforço que tem feito, não somente na promoção da reforma agrária, mas também no combate à grilagem de terras, na organização dos cadastros de propriedades rurais e na busca de instrumentos estatísticos que possam traduzir a estrutura fundiária brasileira e as mudanças pelas quais ela passa.

¹ "A reforma agrária no Brasil", discurso do Ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Belens Jungmann Pinto, 29-3-1, encarte in *O Brasil desconcentrando as terras — índice de Gini*, Ministério do Desenvolvimento Agrário, maio de 2001.

Como era esperado, em consequência da desapropriação de terras para reforma agrária e da exclusão de mais de 47 milhões de hectares de terras griladas ou fictícias,² houve significativa melhora da estrutura fundiária brasileira, no período de corrido em apenas 1 ano, melhor refletida na apuração do índice de Gini para o Brasil. Como se sabe, o índice de Gini é utilizado para medir o grau de concentração de um atributo, que, no caso, é a terra. O índice varia no intervalo de zero a um. Quanto mais próximo o índice for de zero, mais desconcentrada são as terras. Quanto mais próximo de 1, mais concentradas as terras. O valor 1 representaria teoricamente a concentração absoluta. Cumpre dizer que, até certo ponto, o índice é uma medida grosseira, pois depende da forma como são aglutinados os extratos de uma amostra; mas, de qualquer forma, dá uma idéia global da distribuição.

Ora, como dizia, o índice de Gini para o Brasil, calculado, naturalmente, com uniformidade de critérios, de dezembro de 1999 para setembro de 2000, caiu de 0,847 para 0,802. Para se ter uma idéia da sensibilidade do índice, o Canadá, que, nas Américas, é o país de estrutura fundiária menos concentrada, apresentava um índice de 0,60 em 1980, enquanto Barbados, com alto grau de concentração, apresentava, em 1989, um índice de 0,92. São dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).³

Por fim, gostaria de reiterar meu reconhecimento ao esforço realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, um trabalho que há de ser mais reconhecido e apreciado crescentemente com a passagem do tempo, quando estiverem arrefecidas as paixões partidárias e ficarem evidentes para todos o grande avanço no que se refere à reforma agrária. Como também já mencionei, não me nego de elogio tem sido o esforço para uniformizar e compatibilizar os bancos de dados existentes, que são o Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, o Cadastro da Receita Federal e os Censos do IBGE, bem como o recadastramento de terras, que deixou a uma quantidade de terras griladas e fictícias que existiam e que, infelizmente, continuam existindo no Brasil.

² O BRASIL DESCONCENTRANDO AS TERRAS — Índice de GINI, Ministério do Desenvolvimento Agrário, maio de 2001, p. 7

³ Idem, p. 36.

Ao fazer avançar a reforma agrária em nosso País, o Governo está não apenas dando uma resposta concreta a uma demanda legítima por terra para trabalhar, dentro dos limites das instituições democrá-

ticas, para cuja conquista muito lutamos; mas também está propiciando menor pressão do êxodo rural sobre os equipamentos urbanos já deteriorados e saturados das médias e grandes cidades brasileiras. Em outras palavras, a reforma agrária redundou em melhores condições de vida tanto para o campo quanto para a cidade, constituindo um dos eixos mais felizes, por sua amplitude quanto ao bem-estar coletivo, da política social do Governo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a globalização é o assunto do momento. A toda hora, e a propósito de qualquer tema – seja cultural, político ou econômico –, lá vem a palavrinha que, de tão comumente empregada, acaba por significar muito pouco. Em alguns campos, e especialmente no que respeita ao comércio internacional, não é todo mundo que sabe o que diz quando menciona esse processo. Chega a ser decepcionante ler, mesmo em nossos principais órgãos de imprensa, algumas tolices que se escrevem como se fossem a voz dos oráculos.

No entanto, o conhecimento da realidade, das relações de poder e interesse entre as nações que estão em jogo a cada negociação, bem como as regras do próprio jogo, é requisito básico para quem deseja promover a melhoria das posições do País nesse tabuleiro, sobretudo para quem precise acompanhar, na qualidade de parlamentar e fiscal das ações do Poder Executivo, os lances desse verdadeiro xadrez que se desenrola no foro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como esse é nosso papel, gostaria de comentar alguns pontos contidos em uma publicação recente da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sobre as regras e disciplinas do comércio agrícola internacional.

Quando consideramos, na verdade, a história recente do comércio internacional de produtos agrícolas – isto é, a conjuntura prevalecente após a Segunda Guerra Mundial –, somos levados a reconhecer que, por esses anos todos, existiu tudo, menos comércio livre global. De fato, quando os países líderes dos aliados, vencedores do conflito, estabeleceram, sobre os escombros de uma Europa arrasada e de uma ordem internacional que ruíra, as bases para a nova ordem mundial, decidiram criar uma estrutura político-diplomática – a Organização das Nações Unidas – e nada menos que três organismos econômicos destinados a fomentar a estabilidade e a confiabilidade dos fluxos internacionais de divisas.

Esses três organismos são o Fundo Monetário Internacional (FMI), para a regulação fiscal e monetária; o Banco Mundial (Bird), para canalizar recursos destinados à recuperação dos países destruídos pela guerra e, mais tarde, para os países em desenvolvimento; e uma organização internacional do comércio, que não chegou a se constituir à época.

Em seu lugar, foi assinado um acordo amplo e "provisório", o chamado Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), que estabelecia um conjunto de normas para a regulação das relações comerciais internacionais. Entre essas normas, destacavam-se as relativas à interdição de medidas protecionistas, por parte dos países signatários, de seu mercado interno. Especificamente, o recurso a medidas como proteção tarifária ou subsídios aos produtores nacionais estava proibido, a acusação de dumping sendo levantada à menor dúvida.

"Proibido" quer dizer, proibido para a indústria. Desde o princípio, a agricultura estava fora do acordo e assim ficou até 1994, quando terminou a "rodada Uruguai" de negociações do Gatt, que daria origem, finalmente, à atual Organização Mundial do Comércio (OMC). Trata-se da velha moral do "faça o que digo mas não o que faço", pela qual os países ricos, ao mesmo tempo em que cortavam as vantagens comparativas da agricultura dos países mais pobres, buscavam impedir que os países em desenvolvimento protegessem suas indústrias incipientes.

Desde a chamada "rodada Uruguai", no entanto, as coisas estão diferentes, pelo menos formalmente. Em lugar de um acordo provisório entre partes contratantes, temos uma Organização Internacional plena no termo, composta por países-membros, no âmbito da qual, em vez das rodadas multilaterais periódicas, passamos a ter um foro permanente de negociação. Mais importante ainda: se o Gatt tratava apenas de mercadorias industriais tangíveis, a OMC trata também de serviços, dos direitos de propriedade e – ponto fundamental – de produtos agrícolas.

Como resultado das negociações realizadas entre 1986 e 1993 na "rodada Uruguai", foi assinado um Acordo sobre Agricultura, que define as regras para o funcionamento do mercado agrícola internacional a partir de janeiro de 1995, quando entrou em vigor. Esse acordo prevê quatro tipos de normas: as disposições gerais, aquelas relativas ao acesso a mercados, as medidas de apoio interno e, finalmente, as medidas de apoio a exportações.

Entre as disposições gerais o Acordo prevê, em seu artigo 15, um tratamento mais favorável a ser concedido aos países em desenvolvimento e aos

mais atrasados. Os países em desenvolvimento estão sujeitos a apenas dois terços dos compromissos exigidos dos países desenvolvidos, enquanto os países mais atrasados ficaram isentos de qualquer compromisso. Além disso, eles são favorecidos por terem um prazo maior de implementação dos compromissos.

Um outro dispositivo do Acordo – o artigo 12 – prevê a proibição a todos os países de impor restrições ou proibir a exportação de produtos alimentícios sem a tomada em conta dos impactos sobre os países importadores. Países pobres e importadores líquidos de alimentos, particularmente, terão um tratamento especial por parte dos países desenvolvidos, de modo a atenuar os efeitos da liberalização dos mercados sobre seus sistemas de abastecimento doméstico.

As normas relativas ao acesso a mercados, por sua vez, têm como metas a eliminação de todas as formas de barreira não-tarifária e a redução geral dos níveis tarifários. As barreiras não-tarifárias deverão sofrer, progressivamente, um processo de "tarifização", pelo qual essas barreiras serão transformadas em um "equivalente" tarifário, isto é, uma tarifa que produza o mesmo efeito protecionista. Foi salvaguardada, porém, a possibilidade de exceções em casos específicos.

Dada a diversidade das políticas agrícolas internas dos países-membros da OMC, foi necessário estabelecer normas e disciplinas específicas para a harmonização internacional dessas políticas.

Desse modo, o Acordo classifica as políticas de apoio interno em dois tipos, conforme os efeitos que elas têm sobre o funcionamento dos mercados. Haveria as políticas que implicam distorções desprezíveis no comércio e as que têm efeitos significativamente distorcedores. As primeiras, denominadas políticas de caixa verde, por serem genéricas e não destinadas a setores específicos, são permitidas. Essas medidas caracterizam-se por serem implementadas por programa governamental financiado por recursos públicos e por não implicarem transferência de recursos dos consumidores aos produtores. Políticas destinadas a sustentação de preços, porém, não serão consideradas de caixa verde, estando sujeitas à redução e eliminação pelos termos do Acordo.

O Acordo define como subsídio à exportação os seguintes tipos de medidas: subsídios diretos à produção agrícola para exportação; venda de estoques públicos a preço inferior aos do mercado; subsídios diretos à exportação; medidas de redução de custos de comercialização para exportação; subsídios ao

frete interno e subsídios a produtos agrícolas incorporados a produtos para exportação.

Os compromissos nessa área são de redução do valor monetário dos subsídios e da quantidade subsidiada de produto. Os percentuais de redução, mais uma vez, são diferentes para os países desenvolvidos – mais altos – e para os países em desenvolvimento e atrasados. O Acordo proíbe, além disso, o uso de outros tipos de subsídio.

A implantação da Organização Mundial do Comércio representa um grande progresso em relação ao antigo Gatt, tanto pela maior rapidez com que as questões passaram a ser tratadas quanto pelo fato de se tratar de uma organização internacional, não mais um simples acordo. A vantagem principal, sobretudo para um país de grande potencial de produção agrícola como o Brasil, porém, reside no fato de que as mercadorias agrícolas passaram a ser tratadas nos mesmos moldes liberalizantes com que já se tratavam os produtos industriais.

Apesar dessa vantagem teórica, é preciso estar atento. Os países ricos de verão tentado o que estiver ao seu alcance para manter protegidos seus agricultores, mesmo se países como o Brasil forem capazes de colocar a menor preço o mesmo produto nos portos de destino. Aproveitar as novas regras de comércio "livre" exigirá competência de nossos negociadores nos foros internacionais, caso contrário seremos facilmente vítimas de acusações de estarmos violando alguma das cláusulas acordadas na OMC. O caso Bombardier versus Embraer deve servir como lição também para os que trabalham na área do comércio agrícola internacional.

Srs. Senadores, a hora pode ter soado para o grande salto do Brasil agrícola. Temos de aproveitar, como disse, essa oportunidade. Para isso termos de investir, é certo, na qualidade e produtividade de nossa agricultura, mas sobretudo precisaremos de competência por parte de nossos negociadores, oficiais e privados, no âmbito do comércio internacional.

Governo e as classes produtoras não poderão vacilar, pois o comércio internacional é uma verdadeira guerra, e como tal é compreendida pelas nações ricas e poderosas. Abrir espaço nesse campo é nosso desafio para o século que se inicia, o século da globalização.

Muito obrigado.

SOBRE A QUESTÃO DA USINA PACAL EM MEDICILÂNDIA / PA

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em ocasiões ante-

mais atrasados. Os países em desenvolvimento estão sujeitos a apenas dois terços dos compromissos exigidos dos países desenvolvidos, enquanto os países mais atrasados ficaram isentos de qualquer compromisso. Além disso, eles são favorecidos por terem um prazo maior de implementação dos compromissos.

Um outro dispositivo do Acordo – o artigo 12 – prevê a proibição a todos os países de impor restrições ou proibir a exportação de produtos alimentícios sem a tomada em conta dos impactos sobre os países importadores. Países pobres e importadores líquidos de alimentos, particularmente, terão um tratamento especial por parte dos países desenvolvidos, de modo a atenuar os efeitos da liberalização dos mercados sobre seus sistemas de abastecimento doméstico.

As normas relativas ao acesso a mercados, por sua vez, têm como metas a eliminação de todas as formas de barreira não-tarifária e a redução geral dos níveis tarifários. As barreiras não-tarifárias deverão sofrer, progressivamente, um processo de "tarifização", pelo qual essas barreiras serão transformadas em um "equivalente" tarifário, isto é, uma tarifa que produza o mesmo efeito protecionista. Foi salvaguardada, porém, a possibilidade de exceções em casos específicos.

Dada a diversidade das políticas agrícolas internas dos países-membros da OMC, foi necessário estabelecer normas e disciplinas específicas para a harmonização internacional dessas políticas.

Desse modo, o Acordo classifica as políticas de apoio interno em dois tipos, conforme os efeitos que elas têm sobre o funcionamento dos mercados. Haveria as políticas que implicam distorções desprezíveis no comércio e as que têm efeitos significativamente distorcedores. As primeiras, denominadas políticas de caixa verde, por serem genéricas e não destinadas a setores específicos, são permitidas. Essas medidas caracterizam-se por serem implementadas por programa governamental financiado por recursos públicos e por não implicarem transferência de recursos dos consumidores aos produtores. Políticas destinadas a sustentação de preços, porém, não serão consideradas de caixa verde, estando sujeitas à redução e eliminação pelos termos do Acordo.

O Acordo define como subsídio à exportação os seguintes tipos de medidas: subsídios diretos à produção agrícola para exportação; venda de estoques públicos a preço inferior aos do mercado; subsídios diretos à exportação; medidas de redução de custos de comercialização para exportação; subsídios ao

frete interno e subsídios a produtos agrícolas incorporados a produtos para exportação.

Os compromissos nessa área são de redução do valor monetário dos subsídios e da quantidade subsidiada de produto. Os percentuais de redução, mais uma vez, são diferentes para os países desenvolvidos – mais altos – e para os países em desenvolvimento e atrasados. O Acordo proíbe, além disso, o uso de outros tipos de subsídio.

A implantação da Organização Mundial do Comércio representa um grande progresso em relação ao antigo Gatt, tanto pela maior rapidez com que as questões passaram a ser tratadas quanto pelo fato de se tratar de uma organização internacional, não mais um simples acordo. A vantagem principal, sobretudo para um país de grande potencial de produção agrícola como o Brasil, porém, reside no fato de que as mercadorias agrícolas passaram a ser tratadas nos mesmos moldes liberalizantes com que já se tratavam os produtos industriais.

Apesar dessa vantagem teórica, é preciso estar atento. Os países ricos de verão tentado o que estiver ao seu alcance para manter protegidos seus agricultores, mesmo se países como o Brasil forem capazes de colocar a menor preço o mesmo produto nos portos de destino. Aproveitar as novas regras de comércio "livre" exigirá competência de nossos negociadores nos foros internacionais, caso contrário seremos facilmente vítimas de acusações de estarmos violando alguma das cláusulas acordadas na OMC. O caso Bombardier versus Embraer deve servir como lição também para os que trabalham na área do comércio agrícola internacional.

Srs. Senadores, a hora pode ter soado para o grande salto do Brasil agrícola. Temos de aproveitar, como disse, essa oportunidade. Para isso termos de investir, é certo, na qualidade e produtividade de nossa agricultura, mas sobretudo precisaremos de competência por parte de nossos negociadores, oficiais e privados, no âmbito do comércio internacional.

Governo e as classes produtoras não poderão vacilar, pois o comércio internacional é uma verdadeira guerra, e como tal é compreendida pelas nações ricas e poderosas. Abrir espaço nesse campo é nosso desafio para o século que se inicia, o século da globalização.

Muito obrigado.

SOBRE A QUESTÃO DA USINA PACAL EM MEDICILÂNDIA / PA

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em ocasiões ante-

riores já ocupei esta tribuna para tratar do assunto que volto a abordar. Retomando hoje a questão da Usina Pacal, em Medicilândia, no Pará deixa claro que, não obstante nossa preocupação em somar esforços para o equacionamento dos problemas relativos ao desenvolvimento do nosso País, da região amazônica e do Estado do Pará, o Governo Federal, principal responsável pelo encaminhamento das soluções, tem se mostrado insensível e omissos.

Há anos que os produtores de cana-de-açúcar de Medicilândia, na região da Transamazônica, sofrem as piores agruras em virtude da maneira irresponsável com que o Governo Federal, através do Incra, vinha conduzindo aquele empreendimento.

Do Projeto Agroindustrial Canavieiro Abrahan Lincoln, mais conhecido como PACAL, implantado em 1974 na esteira da construção da Rodovia Transamazônica, resta hoje apenas o abandono da usina de produção de açúcar e álcool com seus equipamentos obsoletos e sucateados, encravada no meio de uma lavoura de mais de 3 mil ha de cana-de-açúcar, já comprometida pelo atraso da moagem, que deveria ter começado em meados de julho.

São mais de 800 produtores que não sabem o que fazer com a safra 2000/2001, e muito menos como pagarão os financiamentos contraídos junto aos bancos para custear o plantio e manutenção das lavouras. O fato é que esses produtores estão completamente desamparados e na iminência de perder tudo aquilo que conseguiram juntar em uma vida inteira de trabalho e sacrifícios.

Além disso, o encerramento das atividades da usina, pela Resolução Nº 11, de 24/03/01, baixada pelo INCRA sem discussão com os segmentos envolvidos na questão, exime o órgão de quaisquer responsabilidades para com o empreendimento, prejudicando assim os funcionários do PACAL, que tiveram seus direitos trabalhistas desrespeitados na medida em que receberam suas indenizações pela metade e, em alguns casos, nem mesmo foram indenizados, agravando ainda mais a crise social provocada pelo desemprego naquela região.

Este assunto, Sr. Presidente, vem tendo desdobramento há várias semanas no Estado do Pará, repercutindo agora na capital da República.

No último dia 08 deste mês, fui convidado para uma reunião, em Belém, com produtores, trabalhadores canavieiros, lideranças políticas locais, representantes do Incra e do Governo do Pará. Naquela ocasião, travaram-se discussões preliminares com o objetivo de dimensionar as responsabilidades do INCRA diante do empreendimento e, principalmente, a solu-

ção a ser definida para o passivo do projeto, que gira hoje em torno de R\$40 milhões, entre pendências trabalhistas e dívidas bancárias do projeto.

Como não houve nenhum avanço concreto decorrente da reunião do dia 08, e em face da iminente perda da safra 2000/2001, a comunidade inteira de Medicilândia mobilizou-se para um grande ato público, realizado no último dia 14, quando a população ocupou as dependências da Usina para protestar contra o imobilismo e insensibilidade do Governo Federal e do Governo Estadual para a solução do problema.

Uma cidade inteira, Sras. e Srs. Senadores, mobilizada em torno da defesa de um empreendimento ao largo do qual gira toda a economia de uma região. Naquele dia houve uma espécie de greve geral em Medicilândia. Os bancos não funcionaram, o comércio fechou, as escolas e órgãos públicos pararam suas atividades e a manifestação reuniu mais de 3 mil pessoas nas dependências da Usina, inclusive os prefeitos e a maioria de vereadores dos municípios vizinhos de Altamira, Brasil Novo e Uruará.

Na última segunda-feira, uma comissão de representantes vinda de Medicilândia esteve reunida com o ministro Jungmann e o presidente do INCRA. Da reunião, participaram ainda representantes do governo do Pará e lideranças políticas da área. Mais uma vez, nada ficou resolvido. O Incra insiste em afirmar que não tem mais nenhuma responsabilidade sobre o projeto, desconhecendo qualquer pendência ou dívida trabalhista para com os ex-empregados da Usina, numa clara demonstração de insensibilidade e desrespeito para com os trabalhadores e produtores da região, limitando-se apenas a sugerir que os representantes dos produtores e trabalhadores da Usina providenciem um levantamento de dados daquilo que consideram como pendências do INCRA para, então, retomar a discussão.

Enquanto isso, a Usina permanece parada, a safra 2000/2001 já está perdida e os produtores e trabalhadores do PACAL encontram-se abandonados à própria sorte.

No início da tarde de ontem, em reunião com os representantes do PACAL em meu gabinete, fui informado de que uma das alternativas para reativar a viabilidade do projeto reside no interesse de um grupo empresarial de Alagoas, com tradição na área de produção de açúcar e álcool, que pretende assumir o empreendimento, em uma ação conjunta com os produtores e canavieiros, desde que sejam equacionadas as pendências trabalhistas e de indenização das safras perdidas, conforme prevê, inclusive, a Lei

4870, de 1965, que normatiza as atividades de produção açucareira e de álcool no País.

É lamentável, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ver o desprezo e a insensibilidade com que o governo federal trata os interesses dos trabalhadores e produtores rurais deste país. A questão do PACAL é um exemplo claro dessa omissão.

O problema não é difícil de ser solucionado. Basta que haja só um pouco de boa vontade e interesse do Governo Federal e do Governo do Estado do Pará em somarem esforços para chegar-se a bom termo, assumindo cada um sua parcela de responsabilidades, principalmente no que se refere ao pagamento das indenizações devidas aos produtores e canavieiros e ao equacionamento do passivo do empreendimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9 horas e 52 minutos.)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Convocação

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca a 16ª Reunião do Conselho, a realizar-se no dia 4 de setembro de 2001, terça-feira, às 18h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a dar conhecimento do pedido de prorrogação do prazo concedido à Comissão de Inquérito instituída por este Conselho em sua 15ª Reunião, nos autos das Denúncias nºs 7 e 8, de 2001.

Brasília, 31 de agosto de 2001. _ Senador Geraldo Althoff. – Presidente, em exercício, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Ata da 16ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 30 de agosto de 2001

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e um, às dez horas, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Edison Lobão, Presidente Interino; Carlos Wilson, 1º Secretário; Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente; e Maria do Carmo Alves, 3ª Suplente de Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta. Item 1: Requerimentos nºs 414, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; 415, de autoria

do Senador Carlos Bezerra, solicitando informações ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social; e 421, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. O Senhor Presidente comunica que, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e conforme decisão da Mesa em reunião anterior, distribuiu os requerimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti para relatar e concede a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. O Senador Antonio Carlos Valadares lê os Relatórios apresentados pelo Senador Mozarildo Cavalcanti que concluem favoravelmente aos requerimentos. Submetidos à discussão e votação, são os Relatórios aprovados pela unanimidade dos presentes. A Secretaria-Geral da Mesa. Item 2: Requerimento nº 449, de 2001, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde. O Senhor Presidente comunica que, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e conforme decisão da Mesa em reunião anterior, distribuiu o requerimento ao Senador Carlos Wilson para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Carlos Wilson apresenta seu Relatório que conclui favoravelmente ao requerimento. Submetido à discussão e votação, é o Relatório aprovado pela unanimidade dos presentes. A Secretaria-Geral da Mesa. Item 3: Requerimento nº 448, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. O Senhor Presidente redistribui o requerimento ao Senador Antonio Carlos Valadares para relatar. Item 4: Requerimentos nºs 472, de 2001, de autoria do Senador Bernardo Cabral, solicitando informações ao Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento; e 473, de 2001, de autoria do Senador Bernardo Cabral, solicitando informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal. O Senhor Presidente distribui os requerimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti para relatar, de acordo com o § 1º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e conforme decisão da Mesa em reunião anterior. Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, ao tempo em que determina que eu (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dez horas e trinta minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, 30 de agosto de 2001. _ Senador Edison Lobão, Presidente Interino.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Resenha das matérias apreciadas durante a
3ª Sessão Legislativa Ordinária
51ª Legislatura****(01 a 31 de agosto de 2001)****PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO**

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	5
Total.....	5

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001 (nº 2.515/2000, na Casa de origem), que *dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.*

Sessão: 8.8.2001

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2001 (nº 3.334/97, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir anotações desabonadoras na Carteira de Trabalho e Previdência Social.*

Sessão: 14.8.2001

Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2001 (nº 579/95, na Casa de origem), que *altera a redação do art. 467 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que dispõe sobre o pagamento de verbas rescisórias em juízo.*

Sessão: 15.8.2001

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2001 (nº 2.796/97, na Casa de origem), que *dispõe sobre o uso do Bromato de Potássio na farinha e nos produtos de panificação.*

Sessão: 15.8.2001

Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2000 (nº 3.773/97, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 20 de Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.*

Sessão: 29.8.2001

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal.....	24
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	2
Total.....	26

Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que *dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea “c” do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, e dá outras providências”*.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 7.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que *altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho*.

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 7.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que *autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR)*.

Sessão: 7.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001*.

Sessão: 8.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que *altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que “estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências”*.

Sessão: 8.8.2001

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1996 (nº 360/95, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica e dá outras providências*.

Sessão: 9.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2000, de iniciativa do Senador Sebastião Rocha e outros senhores Senadores, que *convoca plebiscito sobre a criação do Território Federal do Oiapoque*.

Sessão: 14.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências*.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que *altera os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente*.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente*.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado*.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências"*.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 15.8.2001

Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que *altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso públicos*.

Sessão: 15.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1996, de autoria do Senador Edison

Lobão, que *cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2001, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que *denomina Rodovia Gaspar Silveira Martins o trecho da rodovia BR-153 que liga a cidade de Aceguá à rodovia BR-290, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que *autoriza a criação do Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 673, de 1999, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *institui a Certidão de Débitos (CD) a ser expedida pelos serviços de proteção ao crédito, estabelece prazo para exclusão de registro de inadimplência regularizada e dá outras providências.*

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”.*

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 24.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2001, de autoria do Senador Maguito Vilela, que *inscreve o nome de Luis Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, no Livro dos Heróis da Pátria.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, que *institui o Dia Nacional do Cientista Social e dá outras providências.*

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2001, de autoria do Senador Gilvam Borges, que *altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que “institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária”*.

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 29.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2001 - Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa)*.

Sessão: 29.8.2001

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que *altera Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental*.

Sessão: 29.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2000, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que *altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições*.

Sessão: 30.8.2001

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências*.

Sessão: 30.8.2001

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal.....	5
De iniciativa da Câmara dos Deputados..	61
Total.....	66

Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2000 (nº 504/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 1º.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2001 (nº 556/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 1º.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2001 (nº 474/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 2.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2001 (nº 476/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 2.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2001 (nº 563/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.*

Sessão: 7.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2001 (nº 564/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.*

Sessão: 7.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2001 (nº 551/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 7.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2001 (nº 571/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica F.M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 7.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2001 (nº 527/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão.*

Sessão: 7.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2001 (nº 565/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 8.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2001 (nº 569/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Mamma Bianca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.*

Sessão: 8.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2001 (nº 619/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ilha FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pariquera-Açu, Estado de São Paulo.*

Sessão: 8.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2001 (nº 652/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Palmeirópolis – TO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirópolis, Estado do Tocantins.*

Sessão: 8.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001 (nº 1.090/2001, na Câmara dos Deputados), *que aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército Brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele País.*

Sessão: 9.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2001 (nº 582/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 9.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2001 (nº 613/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a ASEARC – Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 9.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2001 (nº 626/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Mendes – AMOVIM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Xavier Chaves, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 9.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2001 (nº 656/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco.*

Sessão: 9.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2001 (nº 670/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Saide Kassis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbal, Estado de São Paulo.*

Sessão: 9.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2001 (nº 676/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a AUDS - Associação Uruoquense de Desenvolvimento e Solidariedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruoca, Estado do Ceará.*

Sessão: 9.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2001 (nº 809/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Expansão Cultural Rádio e TV Canoinhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 9.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2001 (nº 627/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária e Defesa do Meio Ambiente Pró-Guaramirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 14.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2001 (nº 637/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Itaquerê de Comunicação Comunitária de Nova Europa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Europa, Estado de São Paulo.*

Sessão: 14.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2001 (nº 693/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iracemápolis, Estado de São Paulo.*

Sessão: 14.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2001 (nº 827/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Álvaro Cordeiro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 14.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2001 (nº 812/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umirim, Estado do Ceará.*

Sessão: 15.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2001 (nº 490/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Autazes, Estado do Amazonas.*

Sessão: 15.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2001 (nº 654/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2001 (nº 655/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico "Amiga" de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2001 (nº 529/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2001 (nº 542/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001 (nº 579/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2001 (nº 786/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2001 (nº 1.039/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Sessão: 21.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o*

Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

Sessão: 22.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2001 (nº 640/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 22.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 118, de 2001 (nº 590/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.*

Sessão: 22.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2000 (nº 367/99, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 22.8.2001

Projeto de Resolução nº 34, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, *que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil, e dá outras providências.*

Sessão: 23.8.2001

Projeto de Resolução nº 35, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, *que autoriza o Município de Juiz de Fora (MG) a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município.*

Sessão: 23.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2000 (nº 733/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Pioneira Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.*

Sessão: 23.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2001 (nº 761/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.*

Sessão: 23.8.2001

Projeto de Resolução nº 36, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América, equivalentes a treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais, à taxa de câmbio de 18 de janeiro de 2001.*

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Resolução nº 37, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América e vinte e oito centavos.*

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2001 (nº 558/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária a Voz de Quissamã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.*

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2001 (nº 534/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dom Oscar Romero a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão.*

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2001 (nº 632/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde a executar*

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coconde, Estado de São Paulo.

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2001 (nº 641/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo - PA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abel Figueiredo, Estado do Pará.*

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2001 (nº 651/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2001 (nº 723/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Amocentro – Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombal, Estado da Paraíba.*

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2001 (nº 683/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural José Allamano para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.*

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2001 (nº 766/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.*

Sessão: 28.8.2001

Projeto de Resolução nº 38, de 2001, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a realizar operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República Unida da Tanzânia para com a República Federativa do Brasil, no valor de duzentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois dólares dos Estados Unidos da América e quatorze centavos, em consonância com a Ata de Entendimento celebrada, no âmbito do chamado "Clube de Paris".*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2001 (nº 547/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2001 (nº 566/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquim, Estado de Sergipe.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2001 (nº 592/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia-Carflor a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2001 (nº 595/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 2001 (nº 618/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Padre Maximino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2001 (nº 696/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outoriza a Associação Comunitária Ecológica do Rio Camboriú a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2001 (nº 706/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Metropolitana Cultural e Artística "Dom Aloísio Roque Opperman" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2001 (nº 722/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Pérola FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conchas, Estado de São Paulo.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2001 (nº 724/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Madre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madre de Deus, Estado da Bahia.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2001 (nº 769/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Comunidade São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeirinho, Estado da Paraíba.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2001 (nº 720/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outoriza a Fundação Cultural e Comunitária José Gervásio de Araújo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urbano Santos, Estado do Maranhão.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2001 (nº 664/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Aracruz - AMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.*

Sessão: 30.8.2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2001 (nº 793/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva, "Acred - Elias Fausto" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elias Fausto, Estado de São Paulo.*

Sessão: 30.8.2001

MENSAGEM RELATIVA A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

De iniciativa do Presidente da República...	6
Total	6

Mensagem nº 124, de 2001 (nº 422, de 2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Equador.

Sessão: 15.8.2001

Mensagem nº 142, de 2001 (nº 531, de 2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcellos*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Sessão: 15.8.2001

Mensagem nº 130, de 2001 (nº 477, de 2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Henrique Pereira da Fonseca*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Sessão: 22.8.2001

Mensagem nº 137, de 2001 (nº 526, de 2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Vera Pedrosa Martins de Almeida*, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca.

Sessão: 22.8.2001

Mensagem nº 100, de 2001 (nº 228, de 2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil*, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixadora do Brasil junto a República de El Salvador.

Sessão: 29.8.2001

Mensagem nº 164, de 2001 (nº 743, de 2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marco Antônio Diniz Brandão*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

Sessão: 29.8.2001

MENSAGENS DE ESCOLHA DE AUTORIDADES

De iniciativa do Presidente da República...	3
Total.....	3

Parecer nº 725, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 160, de 2001 (nº 709/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Benjamin Zymler*, para compor o Tribunal de Contas da União, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Bento José Bugarin.

Sessão: 15.8.2001

Parecer nº 746, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 161, de 2001 (nº 710/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer*, para exercer a função de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mércio Felsky.

Sessão: 22.8.2001

Parecer nº 828, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 158, de 2001 (nº 636/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Coelho Ferreira*, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor Aldo da Silva Fagundes.

Sessão: 29.8.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
FEDERAL

MATÉRIAS REJEITADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO

De iniciativa do Senado Federal.....	3
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
Total.....	4

Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1996 (nº 565/95, na Casa de origem), *que altera o art. 19 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.*
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
Sessão: 6.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, *que altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.*
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 7.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2001, de autoria do Senador Luiz Otávio, *que altera a denominação da Rodovia BR-163 e revoga a Lei nº 6.252, de 10 de outubro de 1975.*
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
Sessão: 8.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2000, de autoria do Senador Henrique Loyola, *que exclui das restrições Impostas à Utilização da Mata Atlântica, o Perímetro Urbano dos Municípios situados nas áreas por ela abrangida.*
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)
Sessão: 24.8.2001

MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

De iniciativa do Senado Federal.....	6
Total.....	6

Projeto de Lei do Senado nº 371, de 1999, de autoria do Senador Bello Parga, que *institui normas para a eleição dos suplentes de Senador*.
(Retirado nos termos do Requerimento nº 329, de 2001)
Sessão: 1º.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2001, de autoria do Senador Arlindo Porto, que *torna imprescritíveis os crimes dos quais resultem danos ao Erário*.
(Retirado nos termos do Requerimento nº 408, de 2001)
Sessão: 28.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2001-Complementar, de autoria do Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, que dispõem sobre a contribuição de melhoria*.
(Retirado nos termos do Requerimento nº 430, de 2001)
Sessão: 28.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2001, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que *altera a redação dos artigos 148 e o § 2º do artigo 902 da Lei nº 5.869, de 1973 - Código de Processo Civil*.
(Retirado nos termos do Requerimento nº 416, de 2001)
Sessão: 30.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2001, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que *altera os artigos 10, 13, 14, 16, 18 e 23 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal*.
(Retirado nos termos do Requerimento nº 441, de 2001)
Sessão: 30.8.2001

Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2001, de autoria do Senador Íris Rezende, que *altera a redação do § 5º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 - Lei Eleitoral e acrescenta § 7º ao mesmo dispositivo, para determinar nova forma de distribuição do tempo de propaganda gratuita entre os partidos*.
(Retirado nos termos do Requerimento nº 484, de 2001)
Sessão: 30.8.2001

PARECER APROVADO PELO PLENÁRIO

De iniciativa do Senado Federal.....	1
Total.....	1

Parecer nº 709, de 2001, de iniciativa da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Ofício nº S/10, de 2001 (nº 235/2001, na origem), que *encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 1989, Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2000, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO*, concluindo pelo envio das futuras demonstrações contábeis dos fundos constitucionais, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sessão: 14.8.2001

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES APROVADO PELO PLENÁRIO

De iniciativa do Senado Federal.....	1
Total.....	1

Requerimento nº 53, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra, que *requer ao Ministro de Estado da Fazenda através do Banco Central o envio de todos os relatórios de auditoria, inspeção e/ou fiscalização do Banco Central relativos às irregularidades havidas no Banpará durante o período de 1984 a 1987*.

Sessão: 8.8.2001

OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal.....	19
Total.....	19

Requerimento nº 396, de 2001, do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Comandante Rolim Adolfo Amaro, fundador e Presidente da TAM.

Sessão: 1º.8.2001

Requerimento nº 400, de 2001, do Senador Ronaldo Cunha Lima, solicitando seja consignado voto de congratulação ao jornal Correio da Paraíba, pelo reconhecimento e homenagem prestada na publicação do dia 31 de julho de 2001 pelo jornal Gazeta Mercantil, com o Prêmio Imagem Empresarial Estadual.

Sessão: 1º.8.2001

Requerimento nº 401, de 2001, dos Senadores Maguito Vilela, Iris Rezende e Mauro Miranda, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Rodrigues da Cunha, ex-Prefeito de Chapadão do Céu, em Goiás, ocorrido no dia 26 de julho de 2001.

Sessão: 2.8.2001

Requerimento nº 402, de 2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Brasil, ex-Prefeito de Boa Vista, Roraima, ocorrido no dia 30 de julho de 2001.

Sessão: 2.8.2001

Requerimento nº 404, de 2001, do Senador Ricardo Santos, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Irmã Marcelina de São Luiz, ocorrido no dia 30 de junho de 2001.

Sessão: 2.8.2001

Requerimento nº 407, de 2001, do Senador Bernardo Cabral e outros Senhores Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Plínio Ramos Coelho, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Advogado, Jornalista e Professor, falecido no Estado do Amazonas.

Sessão: 6.8.2001

Requerimento nº 409, de 2001, dos Senadores Antonio Carlos Júnior, Paulo Souto, Waldeck Ornelas, Maguito Vilela e Hugo Napoleão, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido no dia 6 de agosto de 2001, em Salvador (BA).

Sessão: 7.8.2001

Requerimento nº 410, de 2001, dos Senadores Eduardo Suplicy e Carlos Wilson, solicitando inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, falecido no dia 6.8.2001.

Sessão: 7.8.2001

Requerimento nº 411, de 2001, da Senadora Marluce Pinto, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor baiano Jorge Amado.

Sessão: 7.8.2001

Requerimento nº 412, de 2001, do Senador Pedro Simon, solicitando inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, em 6.7.2001, em Salvador, do renomado e querido escritor brasileiro, Jorge Amado, com envio de condolência à sua família.

Sessão: 7.8.2001

Requerimento nº 413, de 2001, do Senador Paulo Souto e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear o escritor Jorge Amado.

Sessão: 7.8.2001

Requerimento nº 417, de 2001, do Senador Paulo Hartung, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Irmã Marcelina de São Luiz, ocorrido no dia 30 de julho, em Cariacica (ES).

Sessão: 7.8.2001

Requerimento nº 420, de 2001, do Senador Romeu Tuma, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, ocorrido no dia 7 de agosto, em São Paulo (SP).

Sessão: 7.8.2001

Requerimento nº 432, de 2001, dos Senadores Juvêncio da Fonseca e Pedro Ubirajara, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Flávio Derzi, ocorrido em 12.8.2001, em São Paulo.

Sessão: 13.8.2001

Requerimento nº 433, de 2001, do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Vereador e ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Bruno Segalla.

Sessão: 14.8.2001

Requerimento nº 434, de 2001, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado de Sergipe, Sr. Luiz Menezes Garcia.

Sessão: 14.8.2001

Requerimento nº 450, de 2001, do Senador Romero Jucá, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Frei Artur Agostini, ocorrido em 15.8.2001, no Estado de Roraima.

Sessão: 16.8.2001

Requerimento nº 463, de 2001, da Senadora Emília Fernandes, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do pianista Luiz Carlos Vinhas.

Sessão: 23.8.2001

Requerimento nº 471, de 2001, do Senador Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Vereador e ex-Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Dilamar Machado, ocorrido em 27.8.2001, em Porto Alegre.

Sessão: 28.8.2001

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 31 de agosto de 2001)

Não deliberativas	7
Deliberativas ordinárias	16
Total.....	23

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 31 de agosto de 2001)**

MATÉRIAS APROVADAS.....108

Projeto aprovado e enviado à sanção	5
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	26
• <i>Por decisão terminativa</i>	13
• <i>Projeto de Lei do Senado</i>	13
• <i>Por decisão de Plenário</i>	13
• <i>Da Câmara dos Deputados</i>	2
• <i>Do Senado</i>	11
Projetos aprovados e enviados à promulgação	66
• <i>Concessões de telecomunicações</i>	59
• <i>Operações de crédito</i>	5
• <i>Acordos Internacionais</i>	2
Escolha de Chefe de Missão Diplomática	6
Escolha de Autoridade	3
Requerimento de Informação aprovado pelo Plenário.....	1
Parecer da CFC aprovado pelo Plenário	1

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO10

Matérias rejeitadas e enviadas ao Arquivo	4
Matéria retirada pelo autor.....	6

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 118

**SUMÁRIO CONSOLIDADO NO PERÍODO DE 29 DE JANEIRO A
31 DE AGOSTO DE 2001**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, E NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
EXTRAORDINÁRIA, AMBAS DA 51ª LEGISLATURA
(29 de janeiro a 31 de agosto de 2001)**

Não deliberativas	45
Deliberativas ordinárias	68
Reuniões.....	3
Total.....	116

MATÉRIAS APROVADAS.....484

Projeto aprovado e enviado à sanção	37
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	80
• <i>Por decisão terminativa</i>	38
• <i>Projeto de Lei do Senado Federal</i>	38
• <i>Por decisão de Plenário</i>	42
• <i>Do Presidente da República</i>	5
• <i>Da Câmara dos Deputados</i>	8
• <i>Do Senado Federal</i>	29
Projetos aprovados e enviados à promulgação	326
• <i>Concessões de telecomunicações</i>	294
• <i>Operações de crédito</i>	13
• <i>Acordos Internacionais</i>	16
• <i>Indicação de Ministro do TCU</i>	1
• <i>Criação do Diploma Mulher Cidadã</i>	1
• <i>Criação da Capela Ecumênica do Senado</i>	1
Escolha de Chefe de Missão Diplomática	19
Escolha de Autoridade	14
Convocação de Ministros de Estado	2
Requerimentos de Informação aprovados em Plenário	3
Requerimentos de Criação de Comissões Especiais	2
Parecer da CFC aprovado pelo Plenário	1

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO48

Matérias declaradas prejudicadas	7
Matérias arquivadas (art. 333 do RISF).....	6
Matérias rejeitadas e enviadas ao arquivo	16
Matéria retirada pelo autor.....	19

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 532**REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS1**

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of/897/2001-SF	Dep. Aécio Neves - Presidente da Câmara dos Deputados.	Enc. cópia Ata da Reunião do Colégio int. por Pres. SF, Membros da Casa, Pres. de Com. Permanentes e Líderes partidários, realizada em 25/07/01, que solicita agilidade à apreciação do PLS nº 5, de 1995-complementar, da autoria do Sen. Pedro Simon.
Of/489/2001- SGM	Dr. Mozart Vianna de Paiva - Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.	Comunica, p/ efeito do painel de votação, que o Sen. Jader Barbalho, licenciou-se da Presidência do Senado a partir de 20/07/01, assumindo o Sen. Edison Lobão, interinamente, a Presidência do Senado e da Mesa do Congresso Nacional.
Of/918/2001-SF	Ministro Nelson Jobim - Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.	Apresenta informações relacionadas com os diplomas de Senador e Suplente de Senador emitidos pelos Tribunais Regionais Eleitorais.
Of/948/2001-SF	Dr. Rafael Iatauro - Pres. do Tribunal de Contas do Paraná.	Atendendo ao Of/921/01-TCPR, encaminha cópias de documentos Referentes às denúncias: 015283- 99, 015744-99, 015867-99, 016366-99, 016584-99 e 016125- 99, perante a CPI do Judiciário, criada pelo Requerimento nº. 118/99.
Of/500/2001 - SGM ref. I.P. 244/01(Escrivã Eliane)	Dr. Sérgio Galícia - Delegado de Polícia da DP de Suzano- SP. Rua Gal. Francisco Glicério, nº 1762, CEP: 08674-002, Suzano - SP.	Atendendo ao Of/1.963/2001 da Delegacia de Polícia De Suzano, encaminha cópia de documentos referentes à denúncia protocolada sob. nº 016331-99, perante a CPI do Judiciário, criada pelo Requerimento nº 118/99.
Of/507/2001- SGM enviada por fax.	Jornalista Carlos Domínguez - Jornal de Santa Catarina, rua Bahia, 2291, Bairro do Salto, Blumenau - SC, 89031-001.	Informa que a solicitação de informações sobre o nº de CPIs realizadas no SF desde 1988 a julho de 2001, foi enviada a Subsecretaria de Arquivo por fax no dia 15/08/01 para ser atendida.

Of/990/2001-SF	Doutor Carlos Frederico Majora de Medeiros – Juiz de Direito Substitutivo da 18ª Vara da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília.	Encaminha o Relatório Final nº 3, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça.
Of/993/2001-SF	Dr. Everardo de Almeida Maciel - Secretário da Receita Federal.	Encaminha solicitação feita pelo Senador Roberto Requião em discurso pronunciado na Sessão do dia 16/08/2001.
Correspondência	Sr. Paulo L. Menezes – Governador Valadares – MG.	Encaminha as publicações disponíveis na SSCLSF, ou seja Constituição e Relatório da Presidência do Senado Federal de 2000 e 2001.
Correspondência	Sr. José Carlos Nunes Júnior, Gerente de desenvolvimento urbano e Sr. Joaquim Pinto Filho Superintendente de Negócios E.E. Caixa Econômica Federal.	Acusa o recebimento do of/487/2001/ENI/GIDUR/SL, esclarece que as obras do Projeto de eletrificação rural já foram reiniciadas e presta informações restantes.
Of/1014/2001-SF	Drª. Anadyr de Mendonça Rodrigues - D.D. Corregedora-Geral da União.	Fornece informações solicitadas referentes a dotação orçamentária destinadas às obras do Hospital Regional de Araçatuba, aprovada pelo Congresso Nacional quando da apreciação do Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN.
Of/1015/2001-SF	Marcos Josegrei da Silva - Juiz Federal Substituto da 3ª Vara Criminal - Seção Judiciária do Paraná.	Encaminha cópia do Diário do Senado do dia 21/06/1997, onde consta a Ata da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento nº 1.101, de 1996 – CPI dos Precatórios ou dos Títulos Públicos”.
Of/1038/2001-SF ref.: MP401.040/01	Dr. José Tarcísio Buffo - Promotor de Justiça e Secretário Executivo da 1ª Promotoria de Justiça Criminal - Av. Abraão Ribeiro, 313 - Barra Funda, 01133-020, São Paulo – SP.	Atendendo o Of/9.901-1ª- PJCrím., que encaminha cópia de documentos referentes à denúncia protocolada sob o nº 017452-99, perante a CPI do Judiciário.

COMISSÃO
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2001
REUNIÕES CONVOCADAS
E REALIZADAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 51ª LEGISLATURA
REUNIÕES REALIZADAS

ORDINÁRIAS	15
EXTRAORDINÁRIAS	7
CONJUNTAS	8
TOTAL	30

PROJETOS APROVADOS EM CARÁTER TERMINATIVO - 2001
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO TERMINATIVO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO			1	1	1	1					4
PELA REJEIÇÃO					1						1
REMESSA À CCJ				1							1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											
PELA PREJUDICIALIDADE											
TOTAL	0	0	1	2	2	1					6

PARECERES APRECIADOS - 2001 EM CARÁTER NÃO TERMINATIVO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO NÃO TERMINATIVO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											
PELA REJEIÇÃO			1	1							2
REMESSA À CCJ											
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO					1						1
PELA PREJUDICIALIDADE				1							1
TOTAL			1	2	1						4

PROJETOS DE LEI DO SENADO COMPLEMENTAR	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											
PELA REJEIÇÃO											
REMESSA À CCJ											
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											
TOTAL											0

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA COMPLEMENTAR	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO					2						2
PELA REJEIÇÃO											
PELO ARQUIVAMENTO											
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											
TOTAL					2						2

EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											
PELA REJEIÇÃO											
TOTAL											0

EMENDAS DE PLENÁRIO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO						4					4
POR AUDIÊNCIA À CCJ											
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO					1						1
PELA REJEIÇÃO						19					19
TOTAL					1	23					24

(OFS) OFÍCIOS "S"	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
APROVADO NOS TERMOS DO PRS					1	3					4
POR ORIENTAÇÃO A SEGUIR											
PELO ARQUIVAMENTO			1	1							2
TOTAL			1	1	1	3					6

(MSF) MENSAGENS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
APROVADO NOS TERMOS DO PRS		1	2	3	1	3					10
APROVADO NOS TERMOS DO PDS						1					1
INDICANDO AUTORIDADES				1	1	2					4
PELO ARQUIVAMENTO			2								2
TOTAL		1	4	4	2	6					17

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO			2	1	2						5
PELA REJEIÇÃO											
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO				1							1
PELA PREJUDICIALIDADE											
CONTRÁRIO ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO											
PELO ARQUIVAMENTO											
TOTAL			2	2	2						6

PROJETOS DE RESOLUÇÃO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO						2					2
PELA PREJUDICIALIDADE						1					1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO											
POR AUDIÊNCIA À CCJ											
PELO ARQUIVAMENTO				1	2						3
PELA REJEIÇÃO				1							1
TOTAL				2	2	3					7

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											
PELA REJEIÇÃO											
INDICANDO AUTORIDADES											
TOTAL											0

DIVERSOS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO											
PELA REJEIÇÃO											
PELO ARQUIVAMENTO				3							3
POR RQS AO BACEN				1							1
TOTAL				4							4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO				1							1
PELA REJEIÇÃO											
TOTAL				1							1

INDICAÇÃO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO					1						1
PELA REJEIÇÃO											
TOTAL					1						1

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS P PELA CAE
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PARECERES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	FEV/DEZ
PELA APROVAÇÃO			3	3	6	7					19
PELA REJEIÇÃO			1	2	1	19					23
PELA PREJUDICIALIDADE				1		1					2
POR AUDIÊNCIA À CCJ				1							1
PELO ARQUIVAMENTO			3	5	2						10
APROVADOS NOS TERMOS DO PRS		1	2	3	2	6					14
APROVADOS NOS TERMOS DO PDS						1					1
APROVANDO IND. DE AUTORIDADES				1	1	2					4
CONTRÁRIO ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO											0
POR ORIENTAÇÃO A SEGUIR				1							1
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO				1	2						3
TOTAL		1	9	18	14	38					78

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....04

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....04

Total de Proposições Apreciadas.....101

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	90
PELA REJEIÇÃO	-
TOTAL	90

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

REQUERIMENTO	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	03
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
TOTAL	03

DIVERSOS	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	-
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	01
TOTAL	01

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
TOTAL	01

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)	AGOSTO
PELA APROVAÇÃO	06
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
TOTAL	06

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS
MARÇO/AGOSTO**

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....21

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....21

PARECERES	PDS	PLC	PLS(T)	PLS(NT)	PRS	REQUERIMENTOS	AVISOS	DIVERSOS	EMENDAS
PELA APROVAÇÃO	225	11	09	04	01	12	-	-	-
PELA REJEIÇÃO	-	-	02	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	01	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA URGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	01	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	225	12	11	04	01	12	-	01	-

TOTAL GERAL: 266

**SABATINAS, AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA**

DATA	ASSUNTO
23.03.01	SEMINÁRIO DOLARIZAÇÃO VS. PLURALISMO MONETÁRIO NAS AMÉRICAS: A CONTROVÉRSIA VISTA DO BRASIL
04.04.01	EXPOSIÇÃO DO SENHOR ARMÍNIO FRAGA NETO, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 5º DA LEI COMPLEMENTAR N º 101/00 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), QUE DETERMINA QUE , “NO PRAZO DE NOVENTA DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CADA SEMESTRE, O BANCO CENTRAL DO BRASIL APRESENTARÁ, EM REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERTINENTES DO CONGRESSO NACIONAL, AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL, EVIDENCIANDO O IMPACTO E O CUSTO FISCAL DE SUAS OPERAÇÕES E OS RESULTADOS DEMONSTRADOS NOS BALANÇOS”.
17.04.01	EXPOSIÇÃO DO SENHOR MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SENADOR FERNANDO BEZERRA, ACERCA DA “PROPOSTA DE EXTINÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM) E DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE), COM A POSTERIOR ATRIBUIÇÃO DE SUAS TAREFAS INSTITUCIONAIS A AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, A SEREM CRIADAS PELO PODER EXECUTIVO, OU ENTIDADES OFICIAIS JÁ EXISTENTES”.

17.04.01	EXPOSIÇÃO DO SENHOR MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA, SENADOR JOSÉ JORGE, ACERCA DOS SEGUINTE ASSUNTOS: 1 - MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA, EM ESPECIAL, SOBRE PROBLEMAS RELATIVOS À GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; 2 - POLÍTICA TARIFÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA; 3 -AS ATIVIDADES DE EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO; 4 - O PLANO DE EMERGÊNCIA NA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA; 5 - PLANO DE PRIVATIZAÇÕES DAS USINAS HIDROELÉTRICAS, COM ESPECIAL ATENÇÃO A PROPOSTA DE PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA FURNAS.
15.05.01	SABATINA DO SR. EDUARDO DE MAGALHÃES FURLAN PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR-GERAL DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA- CADE, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, COM MANDATO DE DOIS ANOS.
31.05.01	EXPOSIÇÃO DO SENHOR PEDRO MALAN, MINISTRO DA FAZENDA, ACERCA “DOS FATOS VINCULADOS PELA REVISTA VEJA, EDIÇÃO N º 1701, DE 23.05.01 (CASO MARKA E FONTECINDAM)”, E EM DECORRÊNCIA DA APROVAÇÃO DOS REQUERIMENTOS N º 08, 09 E 11-CAE/2001, DE AUTORIA DOS SENADORES EDUARDO SUPPLY, ROMERO JUCÁ E NEY SUASSUNA, RESPECTIVAMENTE.
05.06.01	EXPOSIÇÃO DO SENHOR ARMINIO FRAGA, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, E DA SENHORA TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI, DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO, ACERCA “DOS FATOS VEICULADOS PELA REVISTA VEJA, EDIÇÃO N º 1701, DE 23.05.01 (CASO MARKA E FONTECINDAM)”, E EM DECORRÊNCIA DA APROVAÇÃO DOS REQUERIMENTOS N º 08, 09 E 11-CAE/2001, DE AUTORIA DOS SENADORES EDUARDO SUPPLY, ROMERO JUCÁ E NEY SUASSUNA, RESPECTIVAMENTE.

05.08.01	AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DOS SENHORES AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS, SECRETÁRIO DE ENERGIA DO MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA E DO SENHOR ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES, PRESIDENTE DO GRUPO VOTORANTIM, DESTINADA A INSTRUIR A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2001, QUE "ALTERA A LEI Nº 9491, DE 1997, PARA EXCLUIR O SETOR ELÉTRICO DO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO", DE AUTORIA DO SENADOR ROBERTO FREIRE.
07.06.01	AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DO SENHOR FRANCISCO DORNELLES, <i>MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO</i> , DESTINADA A INSTRUIR A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2001 - Complementar, QUE "Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências", DE AUTORIA DO EXECUTIVO.

19.06.01	SABATINA DO SR. RONALDO PORTO MACEDO PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA(CADE), DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, COM MANDATO DE DOIS ANOS.
14.08.01	SABATINA DO SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA(CADE), DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, COM MANDATO DE DOIS ANOS.
14.08.01	AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DOS SENHORES PEDRO MALAN, <i>MINISTRO DA FAZENDA</i> , MARTUS TAVARES, <i>MINISTRO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO</i> , E ARMINIO FRAGA, <i>PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL</i> ; ACERCA "DOS TERMOS DO ACORDO FIRMADO ENTRE O GOVERNO DO BRASIL E O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, BEM COMO, SOBRE O CRESCIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA E DA TAXA DE JUROS", EM DECORRÊNCIA DA APROVAÇÃO DOS REQUERIMENTOS Nº 14 E 15-CAE/2001.

15.08.01	AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2001, (PL. 3.115/1997, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS) - NÃO TERMINATIVO NAS COMISSÕES - QUE "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976, QUE DISPÕE SOBRE AS SOCIEDADES POR AÇÕES, E NA LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976, QUE DISPÕE SOBRE O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS E CRIA A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS." COM A PRESENÇA DOS DEPUTADOS ANTÔNIO KANDIR E EMERSON KAPAZ.
22.08.01	AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2001, (PL. 3.115/1997, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS) - NÃO TERMINATIVO NAS COMISSÕES - QUE "ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976, QUE DISPÕE SOBRE AS SOCIEDADES POR AÇÕES, E NA LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976, QUE DISPÕE SOBRE O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS E CRIA A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS." COM A PRESENÇA DOS SENHORES: ARNOLDO WALD, MEMBRO DO CONSELHO JURÍDICO DA FIESP; PROFESSOR SÉRGIO CAMPINHO; DRª CARMEM SILVA MOTTA PARKISON, EX-SUPERINTENDENTE JURÍDICA DA CVM; DR. MARCOS PAULO DE ALMEIDA SALLES; PROF. BULHÕES PEDREIRA E DO PROF. ALFREDO LAMY FILHO.
23.08.01	REUNIÃO COM UMA COMITIVA DE CONGRESSISTAS AMERICANOS, COMPOSTA PELOS SEGUINTE DEPUTADOS: DAVID DREIR, JOHN LINDER, GRACIELA NAPOLITANO, GEORGE RADANOVICH, JAMES MORAN, ANDER CRENSHAW, LUCILLE ROYBAL-ALLARD E DAN MILLER; SOBRE "A ALCA E O COMÉRCIO INTERNACIONAL MULTILATERAL".
28.08.01	AUDIÊNCIA PÚBLICA OBEJTIVANDO A INSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 1996, QUE "OBRIGA AS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP OU DE GÁS NATURAL A LACRAR OS BOTIJÕES E REQUALIFICÁ-LOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", COM A PRESENÇA DOS SENHORES: SERGIO PACHECO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS), JOSÉ CARLOS TOMINA (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - SP), LUIZ AUGUSTO HORTA NOGUEIRA (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - RJ), ALFREDO CARLOS ORPHÃO LOBO (DIRETOR DE CREDENCIAMENTO E QUALIDADE - INMETRO) E ROBERTO MACEDO (PRESIDENTE DO SINDIGÁS).

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA (FEVEREIRO A AGOSTO)-2001.

REUNIÕES CONVOCADAS.....	17
REUNIÕES CONJUNTAS (CAE E CFC).....	02
REUNIÃO CONJUNTA (C.ESP.MISTA).....	01
REUNIÕES REALIZADAS	16
TOTAL DE REUNIÕES.....	16

MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO - 2001 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO
APROVADOS			1		3	
REJEITADOS						
TOTAL			1		3	

PARECERES APRECIADOS - 2001 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO
PELA APROVAÇÃO					1	
PELA REJEIÇÃO			1			
PELO ARQUIVAMEN TO			1			
TOTAL			2		1	

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO
PELA APROVAÇÃO			2			
PELA REJEIÇÃO						
PEDIDO DE URGÊNCIA /SGM						
TOTAL			2			

(REQ.) REQUERIMEN TO	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO
PELA APROVAÇÃO		1	4	7	2	
PELA REJEIÇÃO						
TOTAL		1	4	7	2	

IND.,PRS DIVERSOS, AVISOS E MENSAGENS	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO
PELA APROVAÇÃO				2		
PELA REJEIÇÃO						
PELO ARQUIVAME NTO						
TOTAL / MÊS				2		

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CI - 2001
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA

PARECERES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	TOT
PELA APROVAÇÃO			3	2	4		9
PELA REJEIÇÃO			1				1
POR AUDIÊNCIA À CCJ							
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS							
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS							
PELO ARQUIVAMENTO			1				1
TOTAL GERAL			5	2	4		11

Seminário
"A Crise Energética Brasileira"

Senado Federal - Auditório Petrônio Portela - Data: 21.08.2001

Promoção e Apoio:

Federação Nacional dos Engenheiros - FNE

Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal

Há quatro meses, o pesadelo do racionamento está nas casas brasileiras, principalmente nas regiões nordeste sudeste e centro-oeste. A falta de chuvas e de investimentos chega agora no seu ponto limite e regras estão sendo impostas aos consumidores para diminuir a possibilidade do apagão.

Que saídas o Brasil tem, além da ajuda dos céus? Quais as medidas que devem ser adotadas? Existem alternativas de curto prazo?

Além dessas perguntas, devemos achar respostas também para a indústria das regiões que estão sendo penalizadas. Buscar no âmbito internacional as soluções já encontradas. Isto e mais a presença de especialistas, estudiosos e técnicos do setor estarão no Seminário "A Crise Energética Brasileira".

09:00 **Abertura**

Mesa Diretora:

Senador Edison Lobão
(Presidente do Senado Federal)
Senador José Alencar
(Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal)
Deputado Aécio Neves
(Presidente da Câmara dos Deputados)
Dr. Afonso Henriques Moreira
(Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia)
Engº Jorge Luiz Gomes
(Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros)

09:30 **Painel 1: Alternativas para Superação da Crise Energética**

Mediador: Jornalista Willian Waack

Temas: Explorar a política de implantação de novos empreendimentos e da operação do sistema atual. Analisar as repercussões econômicas do desabastecimento e do racionamento, sob ponto de vista econômico e social. Avaliar e propor estratégias de curto, médio e longo prazo. Deverão ser analisadas alternativas para medidas emergenciais, a questão do gás e do Programa Prioritário de Termelétricidade.

Painelistas :

Eng. Flávio Antônio Neiva
(Presidente da Associação das Empresas Geradoras de Energia – ABRAGE)
Dr. Orlando Gonzáles
(Diretor-Executivo da Associação das Empresas Distribuidoras de Energia – ABRADEE)
Dr. Carlos Ribeiro
(Diretor de Operações do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS)
Dr. Marco Aurélio Palhas de Carvalho
(Diretor de Engenharia das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS)
Eng. Manoel Arlindo Zaroni Torres
(Presidente das Centrais Geradoras do Sul do Brasil – GERASUL)
Dr. Wagner Ferreira Cardoso
(Diretor da Confederação Nacional da Indústria - CNI)

14:30 **Painel 2 : A Modelagem do Setor Elétrico Brasileiro**

Mediador : Jornalista Floriano Pereira Lima Filho

Temas: Explorar as experiências vivenciadas internacionalmente no estabelecimento de novos marcos regulatórios, formas de comercialização de energia e interação entre os vários agentes envolvidos no processo de produção e comercialização de energia elétrica. Examinar a reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro, os processos de privatização das empresas do setor, a criação e a operação do Mercado Atacadista de Energia e forma de atuação da ANEEL, ELETROBRÁS, ONS, BNDES e outros agentes envolvidos no processo. Analisar em particular os mecanismos para o estabelecimento de marcos regulatórios, a sanção de Leis, a normatização das mesmas e o processo de fiscalização.

Painelistas :

Experiência Regulatória Internacional:

Steve Thomas
(Public Service International Research Unit (PSIRU), University of Greenwich, Inglaterra)
Paul Sotkiewicz
(Diretor of Energy Studies, Public Utility Research Center/ University of Florida)

A Modelagem do Setor Elétrico Brasileiro:

Dr. Sergio Valdir Bajay
(Diretor do Departamento Nacional de Política Energética-DNPE/SEM/MME)
Dr. Adilson de Oliveira
(Prof. do Instituto de Economia da UFRJ, membro do grupo de Energia do IE)
Dr. Eduardo Henrique Ellery Filho
(Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL)
Luiz Carlos Mendonça de Barros
(ex-Ministro Telecomunicações e ex-Presidente do BNDES)
Eng. Marco Kappel Ribeiro
(Diretor da Federação Nacional dos Engenheiros - FNE)

CELSO ANTONY PARENTE
SECRETÁRIO DA C.I.

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67**, ADOTADA EM 24 DE AGOSTO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ALTERA OS ARTS. 1º, 4º, 14, 16 E 44, E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, QUE INSTITUI O CÓDIGO FLORESTAL, BEM COMO ALTERA O ART. 10 DA LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Senador MOREIRA MENDES e outros	126
Deputado RENILDO LEAL	127
Deputado SÉRGIO BARROS	128

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 128

Convalidadas - 125

Adicionadas - 003

**EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA
AGOSTO DE 2001****MP 2.166-67
000126**

Altere-se o art. 1º da Medida Provisória nº 2.166, de 24 de agosto de 2001, para que se dê nova redação ao caput do art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e a seus incisos I, II, III e IV:

Art. 1º

"Art. 16 As florestas e outras formas de vegetação natural de domínio privado são suscetíveis de supressão desde que mantidos, a título de reserva legal, os seguintes percentuais, nos quais computar-se-ão as áreas de preservação permanente, e que poderão ser alterados a critério dos Estados, conforme as indicações do Zoneamento Ecológico-Econômico:

I - oitenta por cento da cobertura florestal natural, em propriedade rural particular localizada na Amazônia Legal, que tenha sido destacada do patrimônio público a partir de vinte e oito de maio de 2000;

II - cinquenta por cento da cobertura florestal natural, em propriedade rural particular localizada na Amazônia Legal, mantida por seu detentor, a qualquer título, anteriormente a vinte e oito de maio de 2000;

III - vinte por cento da cobertura florestal natural, em propriedade localizada nas demais regiões do País; e

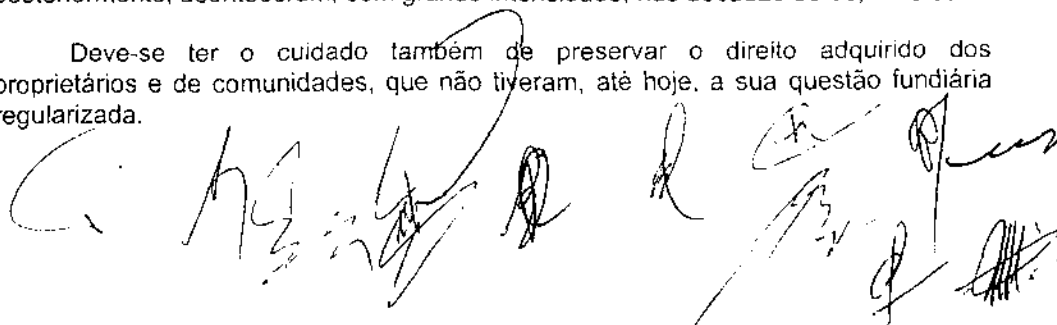
IV - vinte por cento da cobertura natural de cerrado ou savana, em propriedade rural particular localizada em qualquer região do País."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 2.166 alterou o Código Florestal à luz de novos conceitos a respeito da ocupação do espaço geográfico brasileiro, e de uma nova interpretação desse processo, especialmente na Amazônia.

Portanto, é necessário que não se desconsidere o fato de que aquela região foi objeto de ocupação para agropecuária, como forma de o governo resolver problemas sociais, econômicos e fundiários no contexto das políticas públicas voltadas para o deslocamento populacional rural oriundo do Nordeste, do Sul e do Sudeste. Esses fluxos populacionais tiveram início durante a Segunda Grande Guerra e, posteriormente, aconteceram, com grande intensidade, nas décadas de 60, 70 e 80.

Deve-se ter o cuidado também de preservar o direito adquirido dos proprietários e de comunidades, que não tiveram, até hoje, a sua questão fundiária regularizada.

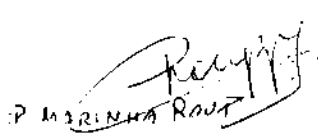


Não se pode deixar de apoiar essa emenda por inteiro, com vistas a adotar, sem se desfazer da vertente conservacionista, uma nova postura ambiental, como exigem os tempos atuais.

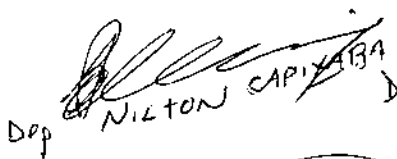
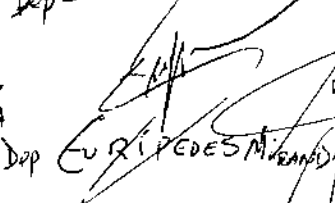
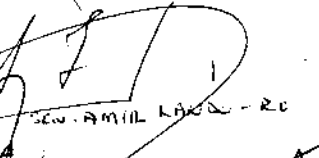
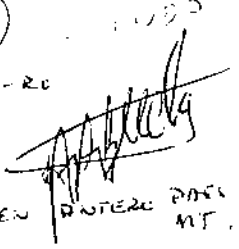
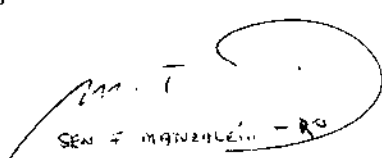
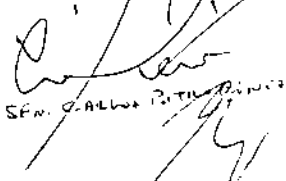
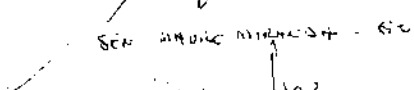
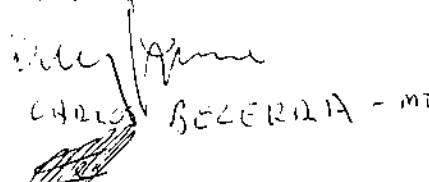
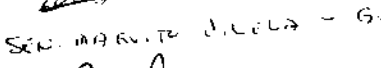
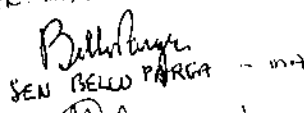
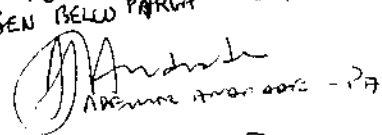
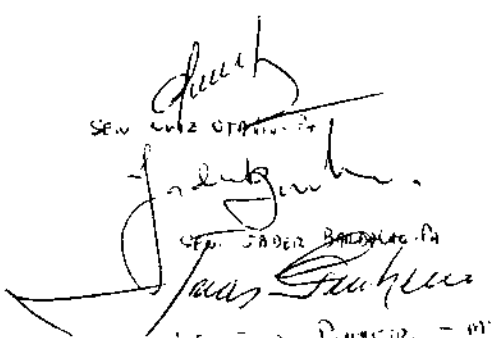
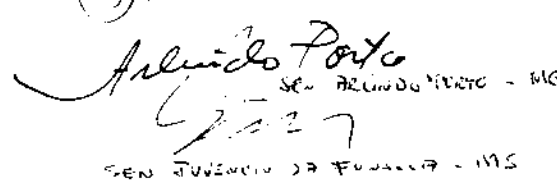
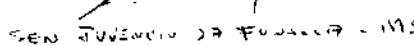
Também, nesta emenda, procuram-se corrigir erros técnicos quanto à caracterização da vegetação para fins de reserva legal, pois não se justifica fazer uma diferenciação regional do bioma "cerrados", classificando, como está agora, o cerrado amazônico, por exemplo, diferentemente dos cerrados das outras regiões do País.

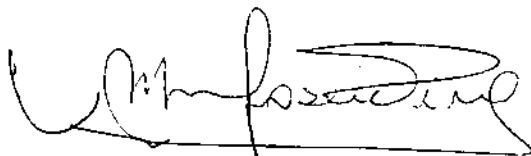
Diante do exposto, procura-se, com esta emenda, preservar o interesse público e permitir uma adequada regulação de tão importante matéria.

Sala das Comissões,.....de..... de 2001

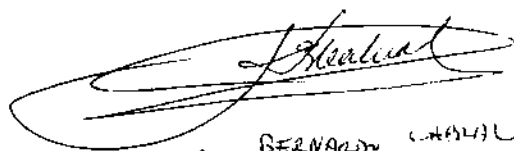

 P. MARINHA ROUP

 DEP. ERNESTO JR.

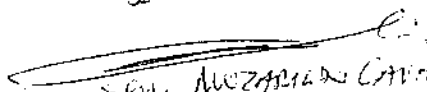
 SEN. INELZA MENDES - RO

 DEP. NILTON CAPIXABA

 DEP. EURIPEDES MIRANDA

 SEN. AMIL LAGE - RO

 SEN. ANTONIO PAUL DE JAC

 SEN. F. MARINHA ROUP

 SEN. GILBERTO PINTO

 SEN. MARINHA ROUP

 CARLOS BEZERRA - MT

 SEN. MARINHA ROUP

 SEN. BELO PARGA - MT

 SEN. MARINHA ROUP

 SEN. JADER BARBOSA - PA

 SEN. JADER BARBOSA - PA

 SEN. JADER BARBOSA - PA



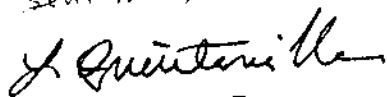
SEN. INÁCIO DE AZEVEDO - RR



SEN. BERNARDO CABRAL - AM



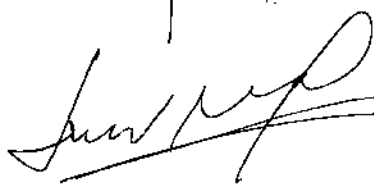
SEN. ALZAIR DE CARVALHO - RR



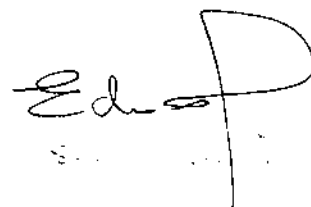
SEN. L. QUINTANILHA - TO



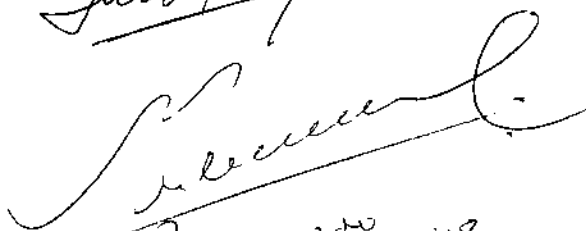
339

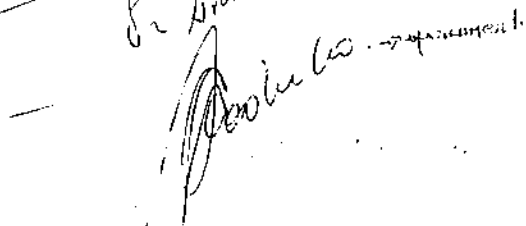
DARCY RIBEIRO
309



L. QUINTANILHA

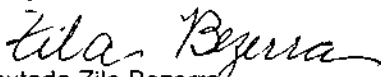


SEN. DARCY RIBEIRO 218

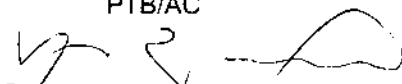



Deputado Marcio Bittar
PPS/AC

Senadora Marina Silva
PT/AC


Deputada Zila Bezerra
PTB/AC

Senador Nabor Júnior
PMDB/AC


Deputado Sérgio Barros
PSDB/AC

Senador Tião Viana
PT/AC

Deputado Marcos Afonso
PT/AC

Deputado Nilson Mourão
PT/AC

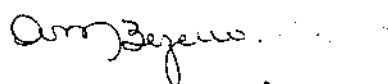
Deputado José Aleksandro
Bloco PSL/AC

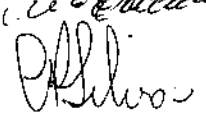
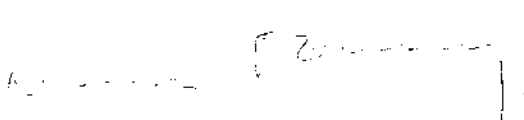
Deputado João Tota
PPB/AC

Deputado Ildelfonso Cordeiro
Bloco PFL/AC

 - DEPUTADA CELCITA PINHEIRO



[Signature]
 PTC-12
[Signature]
 ALBERTO ALMEIDA
 PMDB-PR

[Signature]
 José Bingen
 PFL-PR

[Signature]
 Antônio Carlos

[Signature]
 Antônio Carlos

[Signature]
 Francisco
 PFL-PR

[Signature]
 SENADOR
 PAULO ROBERTO

[Signature]
 DEPUTADO
 JOSÉ

[Signature]

[Signature]

[Signature]
 DEPUTADO
 ANTONIO
 LUIZ FERNANDO

[Signature]
 LUIZ FERNANDO



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.166-67

000127

DATA 22.08.2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2166-67			
AUTOR Renildo Leal			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA	ARTIGO 16	PARÁGRAFO	INCISO I	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao inciso I do art. 16 da Medida Provisória 2.166 a seguinte redação:

Art. 16.

I - cinquenta por cento, na propriedade situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal;

Justificação

Todo proprietário de imóvel rural é obrigado a manter, em sua propriedade, por força da legislação florestal, uma área com cobertura florestal nativa, denominada reserva legal. Na Amazônia Legal, a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, estabelecia uma reserva legal de cinquenta por cento da propriedade.

Em 1996, temeroso da repercussão internacional dos índices alarmantes do desmatamento no período 94/95, que alcançou o valor recorde de 28 mil quilômetros quadrados, o Governo, numa medida demagógica, editou a Medida Provisória 1.511, aumentando a reserva legal nas áreas de floresta amazônica de cinquenta para oitenta por cento. A medida foi tomada apenas para amortecer as pressões da comunidade ambientalista internacional, em um momento em que o Governo negociava novos recursos junto aos países do G7 para o Programa Piloto de Floresta Tropicais, o PP-G7.

A verdade é que o desmatamento não se combate com Medidas Provisórias restritivas. O desmatamento se combate com a adoção de políticas agrícolas e florestais, capazes de viabilizar uma agricultura e uma silvicultura sustentável. A conservação da floresta amazônica deve ser assegurada mediante a criação de áreas protegidas, como Parques e Florestas Nacionais e incentivos efetivos para a conservação nas propriedades.

Não se discute a necessidade de conservação de florestas nas propriedades

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 22.08.2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2166 - 67			
AUTOR Renildo Leal			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA	ARTIGO 16	PARÁGRAFO	INCISO I	ALÍNEA

privadas. O que não é admissível é uma reserva da ordem de oitenta por cento do imóvel rural. Uma reserva legal desta magnitude inviabiliza a atividade econômica e impede o desenvolvimento da região, com conseqüências danosas para o próprio ambiente. Uma reserva de oitenta por cento, ao invés de garantir a conservação estimula a ocupação e o desmatamento de novas áreas, quando o melhor sob o ponto de vista ambiental seria concentrar o uso agrícola da terra naquelas áreas com melhor vocação para a agricultura. Uma reserva dessa ordem, absolutamente inexecutável, vai apenas empurrar produtores rurais para a ilegalidade, por uma absoluta necessidade de sobrevivência. Sem a renda, o emprego, a riqueza gerada pela agricultura não há meio possível de se fazer conservação, uma vez que, como se sabe, a pobreza é a causa maior de degradação da natureza. Esses os motivos que nos levam a propor o retorno à situação do Código Florestal anterior a edição da Medida 1.511, hoje com o número 2.166.

ASSINATURA

Reserva de 80%-Emenda-109066



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.166-67

000128

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 30 / 08 / 2001		Proposição Medida Provisória n.º 2166-67, de 24.08.2001		
Autor DEPUTADO SÉRGIO BARROS		Nº Prontuário 058		
1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global				
Página 01 de 02	Artigo 16	Parágrafo	Inciso I a IV	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o art. 1º. para que se dê nova redação ao *caput* do art. 16 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e a seus incisos I, II, III e IV:

“Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação natural são suscetíveis de supressão desde que mantidos, a título de reserva legal, os seguintes percentuais, nos quais computar-se-ão as áreas de preservação permanente, e que poderão ser alterados a critério dos Estados, conforme as indicações do Zoneamento Econômico-Ecológico, a ser concluído no prazo máximo de três anos, a partir da publicação desta lei:

I – oitenta por cento da cobertura florestal natural, em propriedade rural particular localizada na Amazônia Legal, que tenha sido destacada do patrimônio público a partir de vinte e oito de maio de dois mil;

II – cinquenta por cento da cobertura florestal natural, em propriedade rural particular localizada na Amazônia Legal, mantida por seu detentor, anteriormente a vinte e oito de maio de dois mil, na seguinte condição:

a) até que seja implantado o Zoneamento Econômico-Ecológico, num prazo máximo de três anos, a propriedade que ainda não atingiu cinquenta por cento de exploração econômica poderá ampliar limite de dez por cento anual sobre a área provável de expansão com base no Código Florestal vigente;

III – vinte por cento da cobertura florestal natural, em propriedade localizada nas demais regiões do País; e

IV – vinte por cento da cobertura natural de cerrado ou savana, em propriedade rural particular localizada em qualquer região do País.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 2.166-67, de 24.08.2001, alterou o Código Florestal à luz de novos conceitos a respeito da ocupação do espaço geográfico brasileiro, e de uma nova interpretação desse processo, especialmente na Amazônia.

Portanto, é necessário que não se desconsidere o fato de que aquela região foi objeto de ocupação para agropecuária, como forma de o governo resolver problemas sociais, econômicos e fundiários no contexto das políticas públicas voltadas para o deslocamento populacional rural oriundo do Nordeste, do Sul e do Sudeste. Esses fluxos populacionais tiveram início durante a Segunda Grande Guerra e, posteriormente, aconteceram, com grande intensidade, nas décadas de 60, 70 e 80.

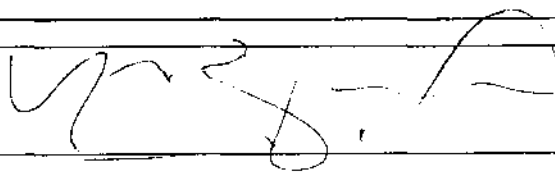
Deve-se ter o cuidado também de preservar o direito adquirido dos proprietários e de comunidades, que não tiveram, até hoje, a sua questão fundiária regularizada.

Não se pode deixar de apoiar essa emenda por inteiro, com vistas a adotar, sem se desfazer da vertente conservacionista, uma nova postura ambiental, como exigem os tempos atuais.

Também, nesta emenda, procuram-se corrigir erros técnicos quanto à caracterização da vegetação para fins de reserva legal, pois não se justifica fazer uma diferenciação regional do bioma “*cerrados*”, classificando, como está agora, o cerrado amazônico, por exemplo, diferentemente dos cerrados das outras regiões do País.

Diante do exposto, procura-se, com esta emenda, preservar o interesse público e permitir uma adequada regulação de tão importante matéria.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3**, ADOTADA EM 24 DE AGOSTO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO QUE "ESTABELECE O PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS E AUTORIZA A CRIAÇÃO DA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA:

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado AUGUSTO NARDES	007 008 009
Deputado RONALDO CAIADO	006
Deputado SILAS BRASILEIRO e outros	010
Deputado WALTER PINHEIRO e outros	011
Deputado WIGBERTO TARTUCE	004 005

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 011

Convalidadas – 003

Adicionadas - 008

MP 2.196-3

**EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA
AGOSTO DE 2001**

000004

Dê-se ao *caput* do Art. 1º e ao seu Parágrafo único, e ao *caput* do Art. 2º, bem como à alínea "a" do inciso "II" do Art. 6º da Medida Provisória nº 2.196 - 3, de 24 de agosto de 2001, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Medida Provisória estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras:

Parágrafo único. Nas referências desta Medida Provisória, BB é o Banco do Brasil S.A., BASA é o Banco da Amazônia S.A., BNB é o Banco do Nordeste do Brasil S.A., BRB é o Banco de Brasília S.A. e CEF é a Caixa Econômica Federal.

Art. 6º

I -

II -

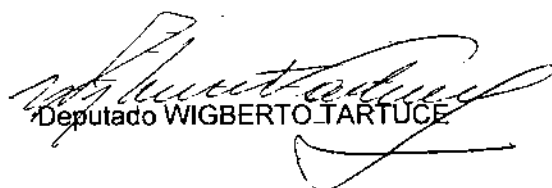
- a) da CEF e do BRB, créditos decorrentes de operações realizadas diretamente com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e"

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a incluir o Banco de Brasília - BRB - entre os agentes financeiros abrangidos pelo Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras, possibilitando, assim, que ele consolide a sua reestruturação patrimonial, com a conseqüente adequação do capital aos níveis exigidos pela autoridade reguladora. Ela visa também a dar um tratamento isonômico ao concedido à Caixa Econômica Federal, para que adquiram-se também do BRB os créditos decorrentes de operações realizadas diretamente com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A inclusão do Banco de Brasília - BRB - justifica-se por tratar-se ele de instituição financeira com características diferenciadas das demais instituições estaduais e por não estar em processo de "federalização" ou de privatização.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 2001


Deputado WIGBERTO TARTUCE

MP 2.196-3**EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA
AGOSTO DE 2001****000005**

Dê-se ao *caput* do Art. 1º e ao seu Parágrafo único, bem como ao *caput* do Art. 2º da Medida Provisória nº 2.196 - 3, de 24 de agosto de 2001 a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Medida Provisória estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras:

Parágrafo único. Nas referências desta Medida Provisória, BB é o Banco do Brasil S.A., BASA é o Banco da Amazônia S.A., BNB é o Banco do Nordeste do Brasil S.A., BRB é o Banco de Brasília S.A. e CEF é a Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Fica a União autorizada, nas operações originárias de crédito rural, alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, pelo BB, pelo BASA, pelo BNB e pelo BRB, a:"

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a incluir o Banco de Brasília - BRB entre os agentes financeiros abrangidos pelo Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras, possibilitando, assim, que ele consolide a sua reestruturação patrimonial, com a conseqüente adequação do capital aos níveis exigidos pela autoridade reguladora. Ela visa também a dar um tratamento isonômico ao concedido ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste do Brasil e ao Banco da Amazônia para as operações originárias de crédito rural, alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995.

A inclusão do Banco de Brasília - BRB justifica-se por tratar-se de instituição financeira com características diferenciadas das demais instituições estaduais e por não estar em encontrar em processo de "federalização" ou de privatização.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 2001



Deputado WIGBERTO TARTUCE



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.196-3

000006

DATA 30/8/2001	PROF MEDIDA PROV
AUTOR Deputado RONALDO CAIADO	Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ARTIGO 2º, 3º, 4º, 5º, 13, 14
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

TEXTO

Suprimam-se os seguintes dispositivos da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001:

"Art. 2º"

"Art. 3º"

"Art. 4º"

"Art. 5º"

"Art. 13."

"Art. 14."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, e autoriza a União, nas operações originárias de crédito rural alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, a adquirir ou receber créditos de que são credoras instituições financeiras.

É sobejamente conhecida a situação dramática que atravessam os agricultores brasileiros sobre os quais pesam enormes dívidas, originárias de operações de crédito rural, infladas sucessivas vezes por diversos planos de estabilização econômica que se implantaram no Brasil, desde o ano de 1986, e também objeto de renegociações, ao amparo de resoluções baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e de Leis, como as de nºs 9.138, de 1995, 9.866, de 1999, e 10.177, de 2001.

Apesar de diversas tentativas de solução, os problemas da agricultura persistem, posto que a condição básica para a recuperação do setor pouco se tem alterado: a rentabilidade econômica da atividade, prejudicada pelo reduzido preço dos produtos agrícolas e pelos elevados custos dos insumos.

ASSINATURA

Emenda_MP_2196-



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 30/8/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3			
AUTOR Deputado RONALDO CAIADO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 (X) SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PAGINA	ARTIGO 2º, 3º, 4º, 5º, 13, 14	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA

A transferência desses créditos para o Tesouro Nacional, proposta pela M.P. 2.196, constitui solução apenas para as instituições financeiras, que assim se veriam livres de operações de crédito cuja recuperação é trabalhosa (embora não seja duvidosa). Para os agricultores, no entanto, essa transferência nos parece altamente danosa, posto que se reduz tremendamente sua capacidade de negociação. Débitos de pessoas físicas ou jurídicas para com o Poder Público podem ser remetidos à dívida ativa, acarretando imensos transtornos aos mutuários inadimplentes.

De acordo com a legislação do crédito rural em vigor, as dívidas podem ser prorrogadas nas mesmas condições operacionais do contrato original, quando comprovada a impossibilidade de pagamento em razão de aspectos climáticos, dificuldades de comercialização, etc. Transferidas para o Tesouro, de acordo com o art. 5º da M.P. as dívidas não pagas passariam a ser gravadas pela taxa SELIC acrescida de juros de mora de um por cento ao ano, calculados *pro rata die*.

Embora a União seja acionista majoritária do BB, BASA e BNB, os demais acionistas privados seriam beneficiados com as medidas de "fortalecimento das instituições financeiras federais" promovidas pelo Governo, o que caracterizaria favorecimento ilícito. Também em desrespeito à Lei Complementar nº 101, de 2000, não haveria transparência para a sociedade, quanto aos valores a serem absorvidos pelo Tesouro Nacional.

Sabe-se que os saldos devedores das operações de crédito rural, em muitos casos, têm sido calculados pelos bancos credores em desacordo com as normas estabelecidas pela legislação em vigor e pelas normas do Banco Central. Somente através de uma rigorosa inspeção pelo Tribunal de Contas da União, poder-se-ia aferir a exatidão dos valores informados pelas instituições financeiras para transferência ao Tesouro.

Muitas outras questões precisariam ser respondidas, tais como: qual o custo do Tesouro nas aquisições de créditos e emissão de títulos; qual o valor de face dos títulos, as condições de pagamento aos agentes financeiros, sua remuneração, etc.

A renegociação dos débitos de operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, é regida pela Lei nº 10.177, promulgada em janeiro de 2001 como resultado de cerca de dois anos de discussões entre governo, sociedade e Congresso Nacional. Parece-nos inaceitável que a M.P. 2.196 venha subitamente alterar todo o acervo legal acumulado desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988.

ASSINATURA

Emenda_MP_2196



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 30/8/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3			
AUTOR Deputado RONALDO CAIADO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 2º, 3º, 4º, 5º, 13, 14	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA
O § 10 do art. 14 da M.P. retira dos agentes financeiros todo o risco nas operações contratadas até 30/11/1998, demonstrando claramente a irresponsabilidade dos agentes na concessão de crédito, ou total incapacidade de pagamento do devedor, diante das taxas de juros e correções praticadas. Os Fundos Constitucionais, que deveriam ser instrumentos de desenvolvimento regional, parecem ter sido transformados em "muletas" de bancos oficiais. Ademais, não nos parece justo para com a sociedade brasileira que esta deva assumir os ônus decorrentes de eventuais equívocos ou má-gestão cometidos pelos administradores de instituições financeiras, ou mesmo pela desmedida e injustificável elevação dos montantes originais. Entendemos que o risco de crédito deva permanecer com os próprios agentes financeiros. Em suma, a M.P. 2.196 vem demonstrar o fracasso dos planos de renegociação das dívidas rurais. Como sempre, privilegiam-se as instituições financeiras, em detrimento dos devedores; os encargos que os bancos não conseguiram receber comodamente, querem agora transferir ao Tesouro, que se tornaria cobrador de dívidas impagáveis. Seria saudável a discussão do processo de fortalecimento das instituições federais se, concomitantemente, fossem discutidas condições para os agricultores honrarem seus débitos, após ser essa dívida objeto de auditoria pelo TCU. Com base no exposto, entendemos seja necessário suprimirem-se da Medida Provisória em questão todos os dispositivos que autorizam a União a adquirir ou receber créditos de que são credoras instituições financeiras. A presente emenda supressiva abrange simultaneamente seis artigos — 2º, 3º, 4º, 5º, 13 e 14 — com todos os seus incisos e parágrafos, posto que estão intimamente relacionados. Seria inconveniente a supressão de alguns desses dispositivos isoladamente, pois os que permanecessem perderiam o sentido. Sala das Sessões, em 30 de agosto de 2001. Deputado RONALDO CAIADO 11008700067				

ASSINATURA

Emenda_MP_2196



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.196-3

000007

DATA 30/8/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3			
AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 1º	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				
Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a seguinte redação: Art. 2º § 1º As operações a que se referem os incisos II a V do <i>caput</i> serão efetuadas pelo saldo devedor consolidado, que: I - estará sujeito, a partir da data da consolidação, à taxa de juros de três por cento ao ano; II - será pago em prestações sucessivas, vencíveis no dia 31 de outubro de cada ano, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mutuário no ano imediatamente anterior, observados os seguintes limites mínimos e máximos: a) 0,3% (três décimos por cento) e 0,6% (seis décimos por cento), no caso de miniprodutores rurais e agricultores familiares; b) 0,6% (seis décimos por cento) e 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), no caso de pequenos produtores rurais; c) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) e 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), no caso de médios produtores rurais; d) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) e 3% (três por cento), no caso de grandes produtores rurais; e) por opção do mutuário, poderá ser pago o percentual de 3% (três por cento) do valor da dívida, a cada prestação anual." 				
ASSINATURA				



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

DATA 30/8/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3			
AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 (x) MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 1º	INCISO	ALÍNEA

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se desnecessário discorrer sobre o endividamento agrícola, sua gênese, seus reflexos sobre a produção agropecuária nacional e sobre a saúde econômica do setor, sua relevância para o equacionamento dos problemas que afligem o campo brasileiro. Tudo isso foi amplamente discutido e demonstrado pela CPMI do Endividamento Agrícola, de 1993 e pelas discussões que desencadearam as Leis nºs 9.138, de 1995, e 9.866, de 1999, com que buscaram-se soluções para os débitos que se vêm acumulando ao longo dos anos.

Fica claro que se o Brasil não atentar para a necessidade de buscar-se uma forma criativa e ousada para um adequado tratamento da questão do endividamento do setor agropecuário — onerado por alto preço dos insumos, baixa rentabilidade da atividade e alta taxa de juros da economia brasileira — não haverá solução ao grande impasse criado ao longo dos últimos anos. Ao contrário, esse impasse tende a se tornar cada vez maior. Mesmo os tratamentos dados à questão pelas Leis supra referidas e pelo PESA, não lograram êxito. Trouxeram um importante fôlego ao produtor rural, permitindo-lhe retomar sua atividade e voltar a produzir os alimentos e matérias-primas de que tanto necessita o País, para seu abastecimento e para a geração de divisas de exportação.

Entretanto, as fórmulas encontradas para prorrogarem-se as dívidas não venceram a barreira maior da questão, que é a reduzida renda proporcionada pela atividade agropecuária. Isto significa que, embora produzindo em níveis razoáveis, o agricultor não obtém recursos suficientes para pagar os empréstimos contraídos para as safras correntes, manter-se e, ainda, pagar as pesadas dívidas que o oneram, ao longo dos últimos planos econômicos.

A Medida Provisória nº 2.196, reeditada em 24 de agosto de 2001 (acrescida do numeral "3"), autoriza a União, nas operações originárias de crédito rural alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, a adquirir ou receber créditos de que são credoras instituições financeiras.

Entendemos ser oportuno emendar-se o § 1º do art. 2º da referida Medida Provisória, a fim de que o setor agropecuário possa ajustar os pagamentos de suas dívidas à renda gerada pela atividade produtiva.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

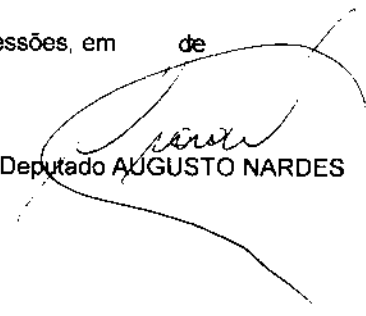
ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 30/8/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3	
AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES		Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL		
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 1º
INCISO		ALÍNEA

Esta vinculação, do valor das prestações à renda, torna absolutamente racional o tratamento a ser dado ao pagamento das dívidas e permitirá, efetivamente, ao Tesouro Nacional receber seus créditos e ao produtor pagar seus débitos preservando-se a saúde econômica do setor agropecuário e sua capacidade de produzir alimentos e matérias-primas.

Sala das Sessões, em de de 2001.


Deputado AUGUSTO NARDES

10995400067

ASSINATURA

Em_MP_2196_p2.doc



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.196-3

000008

DATA 30/8/2001	PROPÓ: MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3			
AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 3º	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				

Acrescente-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, um novo parágrafo, com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

.....

§ 3º O mutuário que efetuar o pagamento do saldo devedor ou das parcelas, até as respectivas datas de vencimento, terá direito a bônus de adimplência, que será equivalente ao desconto de:

I - trinta por cento, se a parcela da dívida for igual ou inferior a cinquenta mil reais;

II - trinta por cento até o valor de cinquenta mil reais e quinze por cento sobre o valor excedente a cinquenta mil reais, se a parcela da dívida for superior a esta mesma importância.”

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se desnecessário discorrer sobre o endividamento agrícola, sua gênese, seus reflexos sobre a produção agropecuária nacional e sobre a saúde econômica do setor, sua relevância para o equacionamento dos problemas que afligem o campo brasileiro. Tudo isso foi amplamente discutido e demonstrado pela CPMI do Endividamento Agrícola, de 1993 e pelas discussões que desencadearam as Leis nºs 9.138, de 1995, e 9.866, de 1999, com que buscaram-se soluções para os débitos que se vêm acumulando ao longo dos anos.

Fica claro que se o Brasil não atentar para a necessidade de buscar-se uma forma criativa e ousada para um adequado tratamento da questão do endividamento do

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 30/8/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3			
AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 3º	INCISO	ALÍNEA

setor agropecuário — onerado por alto preço dos insumos, baixa rentabilidade da atividade e alta taxa de juros da economia brasileira — não haverá solução ao grande impasse criado ao longo dos últimos anos. Ao contrário, esse impasse tende a se tornar cada vez maior. Mesmo os tratamentos dados à questão pelas Leis supra referidas e pelo PESA, não lograram êxito. Trouxeram um importante fôlego ao produtor rural, permitindo-lhe retomar sua atividade e voltar a produzir os alimentos e matérias-primas de que tanto necessita o País, para seu abastecimento e para a geração de divisas de exportação.

Entretanto, as fórmulas encontradas para prorrogarem-se as dívidas não venceram a barreira maior da questão, que é a reduzida renda proporcionada pela atividade agropecuária. Isto significa que, embora produzindo em níveis razoáveis, o agricultor não obtém recursos suficientes para pagar os empréstimos contraídos para as safras correntes, manter-se e, ainda, pagar as pesadas dívidas que o oneram, ao longo dos últimos planos econômicos.

A Medida Provisória nº 2.196, reeditada em 24 de agosto de 2001 (acrescida do numeral "3"), autoriza a União, nas operações originárias de crédito rural alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, a adquirir ou receber créditos de que são credoras instituições financeiras.

Entendemos seja oportuno acrescentar-se ao art. 2º da referida Medida Provisória um novo parágrafo, estabelecendo que: *"o mutuário que efetuar o pagamento do saldo devedor ou das parcelas, até as respectivas datas de vencimento, terá direito a bônus de adimplência, que será equivalente ao desconto de trinta por cento, se a parcela da dívida for igual ou inferior a cinquenta mil reais; ou de trinta por cento até o valor de cinquenta mil reais e quinze por cento sobre o valor excedente a cinquenta mil reais, se a parcela da dívida for superior a esta mesma importância"*.

Sala das Sessões, em de de 2001.

Deputado AUGUSTO NARDES

10995400067

ASSINATURA

Em_MP_2196_p3.doc



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.196-3

000009

DATA 30/8/2001	PROPOZ MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3			
AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 4º	INCISO	ALINEA

TEXTO

Acrescente-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, um novo parágrafo, com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....
.....

§ 4º Por opção do mutuário, poderão ser abrangidas pelo tratamento estabelecido por esta Lei todas as dívidas originárias de crédito rural existentes junto às instituições financeiras a que se refere o *caput*, inclusive aquelas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, aquelas relativas ao custeio das safras 1998/1999, 1999/2000, e aquelas que sejam objeto de ação judicial ajuizada por qualquer das partes."

JUSTIFICAÇÃO

Torna-se desnecessário discorrer sobre o endividamento agrícola, sua gênese, seus reflexos sobre a produção agropecuária nacional e sobre a saúde econômica do setor, sua relevância para o equacionamento dos problemas que afligem o campo brasileiro. Tudo isso foi amplamente discutido e demonstrado pela CPMI do Endividamento Agrícola, de 1993 e pelas discussões que desencadearam as Leis nºs 9.138, de 1995, e 9.866, de 1999, com que buscaram-se soluções para os débitos que se vêm acumulando ao longo dos anos.

Fica claro que se o Brasil não atentar para a necessidade de buscar-se uma forma criativa e ousada para um adequado tratamento da questão do endividamento do setor agropecuário — onerado por alto preço dos insumos, baixa rentabilidade da atividade e alta taxa de juros da economia brasileira — não haverá solução ao grande impasse criado ao longo dos últimos anos. Ao contrário, esse impasse tende a se tornar cada vez

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 30/8/2001		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3		
AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (X) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 4º	INCISO	ALÍNEA

maior. Mesmo os tratamentos dados à questão pelas Leis supra referidas e pelo PESA, não lograram êxito. Trouxeram um importante fôlego ao produtor rural, permitindo-lhe retomar sua atividade e voltar a produzir os alimentos e matérias-primas de que tanto necessita o País, para seu abastecimento e para a geração de divisas de exportação.

Entretanto, as fórmulas encontradas para prorrogarem-se as dívidas não venceram a barreira maior da questão, que é a reduzida renda proporcionada pela atividade agropecuária. Isto significa que, embora produzindo em níveis razoáveis, o agricultor não obtém recursos suficientes para pagar os empréstimos contraídos para as safras correntes, manter-se e, ainda, pagar as pesadas dívidas que o oneram, ao longo dos últimos planos econômicos.

A Medida Provisória nº 2.196, reeditada em 24 de agosto de 2001 (acrescida do numeral "3"), autoriza a União, nas operações originárias de crédito rural alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, a adquirir ou receber créditos de que são credoras instituições financeiras.

Entendemos seja oportuno acrescentar-se ao art. 2º da referida Medida Provisória um novo parágrafo, estabelecendo que: *"por opção do mutuário, poderão ser abrangidas pelo tratamento estabelecido por esta Lei todas as dívidas originárias de crédito rural existentes junto às instituições financeiras a que se refere o caput, inclusive aquelas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, aquelas relativas ao custeio das safras 1998/1999, 1999/2000, e aquelas que sejam objeto de ação judicial ajuizada por qualquer das partes"*.

Sala das Sessões, em de de 2001.

Deputado AUGUSTO NARDES

10995400067

ASSINATURA

Em_MP_2196_p4.doc



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.196-3**000010****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 29/08/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.
Autor Deputado SILAS BRASILEIRO e OUTROS	nº do prontuário
1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. XX Aditiva 5. Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se o artigo 6º ao texto da Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, renumerando os demais:

“Art. 6º. O art. 5º da lei n.º 9.138, de 29 de novembro de 1995, com a redação dada pela Lei n.º 9.866, de 09 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

§ 5º

V

d)

3) quarenta por cento se o mutuário for classificado como pequeno produtor do Semi-Árido da Região Nordeste ou como agricultor familiar que se enquadre nas condições do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, desde que, em ambos os casos, o montante da dívida original securitizada não ultrapasse o limite máximo de quinze mil reais, em valores reais de 30 de novembro de 1995.

e) Sem prejuízo do bônus a que se refere o § 5º-A, são prorrogadas para os anos subsequentes ao do vencimento da última parcela da operação, as seguintes parcelas das dívidas, vencidas e não pagas:

1. relativas aos exercícios de 1997 e 1998, desde que a prorrogação haja sido solicitada pelo mutuário na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional;
2. relativas aos exercícios de 1999 e 2000, de que tratam a alínea b deste inciso, desde que sejam pagos, até 31 de outubro de 2001, respectivamente dez por cento e quinze por cento do valor das parcelas.

.....

VIII - A partir de 31 de outubro de 2001, sobre os saldos devedores das operações alongadas não se aplicará o disposto nos incisos III e IV deste parágrafo, aplicando-se, tão somente, a taxa de juros prevista no inciso II.

§ 5º-A A critério do mutuário, as parcelas vincendas, a partir daquela com vencimento em 31 de outubro de 2001, terão prorrogados os vencimentos de parte de seus valores, mediante o pagamento mínimo, até a data do vencimento, dos seguintes percentuais, aplicados sobre os valores das respectivas parcelas:

DATA DE VENCIMENTO DA PARCELA	PAGAMENTO MÍNIMO
31 de outubro de 2001	10% da parcela
31 de outubro de 2002	15% da parcela
31 de outubro de 2003	20% da parcela
31 de outubro de 2004	25% da parcela
31 de outubro de 2005	30% da parcela
31 de outubro de 2006	35% da parcela
31 de outubro de 2007	40% da parcela
31 de outubro de 2008	45% da parcela
31 de outubro de 2009	50% da parcela
31 de outubro de 2010	55% da parcela
31 de outubro de 2011	60% da parcela
31 de outubro de 2012	65% da parcela
31 de outubro de 2013	70% da parcela
31 de outubro de 2014	80% da parcela
31 de outubro de 2015	90% da parcela
31 de outubro de 2016	100% da parcela

§ 5º-B Os saldos remanescentes das parcelas pagas de acordo com o parágrafo anterior serão prorrogados para os anos subsequentes ao do vencimento da última parcela da operação, obedecendo-se à ordem cronológica e respeitado o disposto na alínea "e" do parágrafo anterior.

§ 5º-C O valor das parcelas seguintes, após 2016, será igual ao valor pago naquele ano, até a quitação total do débito.

§ 5º-D O valor a ser pago, obtido pela aplicação dos percentuais referidos no § 5º-A poderá deixar de ser pago na data do vencimento, nas hipóteses de frustração de safra ou outras ocorrências previstas na legislação do crédito rural, em especial nas disposições da Lei n.º 7.843, de 18 de outubro de 1989.

§ 5º-E A critério do mutuário, a qualquer tempo, a dívida poderá ser objeto de liquidação antecipada, aplicando-se sobre o cronograma financeiro de vencimento das parcelas, desconto com base na Taxa SELIC vigente à data da liquidação, ou outro índice que venha a substituí-la, observada a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional.

.....

§ 6º-A Na renegociação da parcela a que se refere o § 6o, o Tesouro Nacional efetuará, mediante declaração de responsabilidade dos valores atestados pelas instituições financeiras, o pagamento relativo ao rebate de até dois pontos percentuais ao ano sobre a taxa de juros, aplicado a partir de 24 de agosto de 1999, para que não incidam taxas de juros superiores aos novos patamares estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para essa renegociação, não podendo da aplicação do rebate resultar taxa de juros igual ou menor que zero por cento, inclusive nos casos já renegociados, cabendo a prática de taxas inferiores, mantendo-se o rebate e admitindo-se a revisão e a redução das taxas antes praticadas e já pactuadas.

§ 6º-B. As dívidas originárias de crédito rural que tenham sido contratadas entre 20 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 1998 e contenham índices de atualização monetária, bem como aquelas enquadráveis no Programa de Revitalização de Cooperativas de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, poderão ser renegociadas segundo o que estabelecem os §§ 6º-A e 6º-C deste artigo.

.....

§ 6º-F A partir de 30 de junho de 2001, o pagamento relativo ao rebate de que trata o § 6º-A será de até quatro pontos percentuais ao ano sobre a taxa de juros, sendo o referido rebate, concedido às instituições financeiras que promoverem a redução das taxas de juros pactuadas, em pelo menos três pontos percentuais ao ano.

§ 6º-G A critério do mutuário, a qualquer tempo, a dívida relativa aos juros objetos do débito renegociado ao amparo do § 6º deste artigo, poderá ser objeto de liquidação antecipada, aplicando-se sobre o cronograma financeiro de vencimento das parcelas, desconto com base na Taxa SELIC vigente à data da liquidação, ou outro índice que venha a substituí-la, observada a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional.

§ 6º-H Fica a Secretaria do Tesouro Nacional autorizada a promover ajuste contratual junto ao agente financeiro, com base nas informações dele recebidas, a fim de adequar os valores e prazos de reembolso, das operações de crédito rural originárias ao amparo de recursos do Programa de Cooperação Nipo Brasileira Para o Desenvolvimento dos Cerrados – RODECER II e III, segundo regulamentação do Conselho Monetário Nacional e respeitando as seguintes condições:

a) O bônus de adimplência a que se refere o inciso I do § 5º do art. 5º desta Lei será aplicado sobre cada prestação paga até a data do respectivo vencimento e será equivalente ao desconto de trinta por cento, independentemente do saldo devedor da operação;

b) A adequação de valores e prazos de reembolso será efetuada nas condições estabelecidas segundo o que determina os §§ 5º-A, 5º-B, 5º-C, 5º-D e 5º-E do art. 5º desta Lei;

c) A adequação de valores e prazos de reembolso, se do interesse dos mutuários e alternativamente às condições estabelecidas nas alíneas anteriores, poderá ser efetuada nos termos da Resolução n.º 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores.

.....
.....(NR)''

JUSTIFICATIVA

A presente Medida Provisória é sem dúvida, um passo importante para o fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, especialmente em relação aos bancos federais, permitindo a adequação patrimonial da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia à legislação que define as exigências de capital mínimo das instituições financeiras, se fazendo necessária em face ao aprimoramento da regulamentação bancária, que espelha padrões internacionais, estabelecido pelo Acordo de Basiléia, com o objetivo de assegurar a solidez do sistema financeiro, impondo aos bancos públicos, a mesma disciplina imposta aos bancos privados.

Ocorre que para adoção das respectivas medidas, em Inspeção Global Consolidada realizada pelo Banco Central do Brasil, a referida autarquia constatou a presença expressiva, no ativo dos respectivos bancos federais, de ativos de baixa remuneração e/ou **difícil recuperação**, correspondendo a empréstimos de longo prazo, nas áreas de habitação, na de saneamento e no crédito agrícola, empréstimos a pequenos, micro e médios produtores, além de financiamentos a programas de desenvolvimento regional, entre outros.

Uma vez reconhecida a **difícil recuperação** desses créditos, as providências adotadas foram as seguintes: transferência do risco para o Tesouro Nacional, troca de ativos de pouca liquidez e baixa remuneração por ativos líquidos remunerados à taxa de mercado, além do aumento de capital.

É importante destacar que a simples transferência para o Tesouro, dos créditos classificados como de **difícil recuperação**, em nada melhora sua classificação, argumentação que, por si demonstraria a necessidade de acolhimento da referida emenda, que tem por objetivo adequar a capacidade de pagamento dos créditos alongados ao amparo da Lei n.º 9.138/95 e Lei n.º 9.866/99 e demais recursos transferidos para a União (Art. 2º), para que os produtores possam honrar os compromissos assumidos, e os respectivos créditos, sejam totalmente recuperados pelo Tesouro.

PARLAMENTAR

Brasília – DF, 29 de agosto de 2001

NOME	ASSINATURA
SILAS BRASILEIRO	
HUGO BIERE	
LUIS CARLOS HEINRICH	
MICHAEL MICHIELLO	
MARCELO CASTRO	
SALOMAU LIMA	
KSTON DRAU	
PHILIP L.	
KENAS MATTHEW	
MICHAEL MICHIELLO	
TEHMO LIRSI	
DILCEO SPERAFICO	
PAULO BRAGA	
RONEL ANILIO	
WALDIRIN MOKA	
HELARDO LUPION	
LOUCYDO CALDER	
XIU MARIANO	
CAUZY J. SERRA	
CLEONATILDO FONSECA	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MP 2.196-3

000011

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

EMENDA ADITIVA

Inclua-se à MP nº 2.196-3, de 25 de agosto de 2001, os seguintes dispositivos:

"Art. 18. As instituições financeiras operadoras do sistema nacional de crédito rural procederão, no prazo de até noventa dias, contados da data de publicação da regulamentação desta MP, o recálculo dos saldos devedores, quitados, ou não, dos contratos de financiamentos com recursos controlados do crédito rural, firmados a partir de 14 de março de 1990, até 31 de dezembro de 1999, sobre os quais incidiram, cumulativamente, ou não:

I – os efeitos de MPs, e de atos normativos do governo federal que resultaram no desequilíbrio entre a correção monetária conferida aos contratos, e a média da variação dos preços mínimos oficiais, nos períodos correspondentes:

II – a capitalização mensal de juros em desacordo com o que determina o Decreto-Lei nº 167/67, e a incidência de juros e correção monetária em níveis superiores àquelas do contrato original nos casos sob o amparo do art. 4º, da Lei nº 7.843/89.

§ 1º Para os efeitos do recálculo de que trata o *caput* deste artigo, deverão ser excluídos do saldo devedor de cada contrato:

- a) a parcela decorrente do desequilíbrio de índices referido no inciso I;
- b) o montante de recursos debitados, a maior, relativo ao disposto no inciso II;
- c) os lançamentos à título de multa, juros de mora, honorários advocatícios, e taxa ou comissão de permanência.

§ 2º Os benefícios previstos nesta MP alcançam operações contratadas, originalmente, no valor equivalente a até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na posição de 31 de dezembro de 1999, firmadas com assentados em projetos de reforma agrária, produtores rurais pessoas físicas, e suas cooperativas.

Art. 19. Os eventuais saldos credores líquidos junto às instituições financeiras, a partir do recálculo previsto no art. 18 serão corrigidos monetariamente e ressarcidos aos seus titulares, nas seguintes condições:

DEP. LUCI CHODINACKI
PT/SC

DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA

DEP. JOÃO GRAUJÃO
PT/MS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

I – pelo Poder Executivo, no caso da parcela do saldo referente ao disposto no inciso I, do art. 18, nos seguintes prazos contados da data de regulamentação desta MP:

- a) até um ano para assentados em projetos de reforma agrária;
- b) até um ano e seis meses, para mini e pequenos agricultores, agricultores familiares e cooperativas de pequenos produtores;
- c) até cinco anos para os demais.

II – pelas respectivas instituições financeiras, no caso das parcelas dos saldos relativas ao disposto no inciso II, do art. 18, no prazo de até cento e oitenta dias após a data da regulamentação desta MP.

Parágrafo único. Os saldos relativos ao inciso I deste artigo poderão ser ressarcidos na forma de crédito para a quitação de tributos federais, nos casos enquadrados na letra “c”.

Art. 20. Após o recálculo previsto no art. 18, os saldos devedores liquidados, junto às instituições financeiras, serão liquidados no prazo de cinco anos, acrescidos de dois anos de carência, observadas as seguintes condições:

- a) taxa de juros de 1% a.a, com bônus de adimplência de 40% sobre o valor total de cada parcela a liquidar, para assentados em projetos de reforma agrária;
- b) taxa de juros de 1% a.a, com bônus de adimplência de 30% sobre o valor total de cada parcela a liquidar, para mini produtores e agricultores familiares;
- c) taxa de juros de 2% a.a, com bônus de adimplência de 20% sobre o valor total de cada parcela a liquidar, para pequenos produtores e aqueles com renda bruta anual da atividade agrícola, de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na posição de 30 de dezembro de 2000;
- d) taxa de juros de 6% a.a para os demais.

Parágrafo único. As taxas de juros serão capitalizadas anualmente.

Art. 21. As instituições financeiras fornecerão a conta gráfica dos contratos dos beneficiários desta MP, no prazo de até dez dias após a data da adesão fixado no art. 22.

Art. 22. O prazo para a adesão ao processo de recálculo e repactuação dos contratos, previstos nesta MP, será de até nove meses após a data da publicação da sua regulamentação, sendo que o prazo para a formalização dos novos contratos não poderá exceder a seis meses após a data da adesão.

Art. 23. Os titulares de contratos renegociados ao amparo da Lei nº 9.138/95 poderão optar pela revisão dos seus contratos nos termos fixados por esta MP.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 24. Anualmente, o Poder Executivo fará constar das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias da União, as dotações necessárias para a execução desta MP".

Art. 25. Não serão beneficiados com o recálculo e repactuação das dívidas rurais prevista nesta MP, os produtores que tenham desviado a finalidade do crédito, bem como tenham sido caracterizados como depositários infieis, e estejam em débito com a Secretaria da Receita Federal.

Art. 26. As operações desclassificadas do crédito rural serão incluídas nos procedimentos previstos nesta MP, desde que a desclassificação não tenha decorrido de desvio de crédito ou outra ação dolosa do devedor.

Art. 27. As operações de investimento ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), contratadas a partir de 2 de janeiro de 1998 sob condições de encargos correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do resultado obtido com o somatório da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), terão os saldos devedores recalculados com base na taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano).

JUSTIFICAÇÃO

A origem do endividamento setorial está relacionada com a ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira vigente até a década de 1970, baseado na poupança externa. As duas crises do petróleo, combinadas com a elevação dos juros internos e externos, foram os elementos impulsionadores dessa ruptura.

Por conta desses fatores, a economia brasileira passou a enfrentar trajetória de altas taxas inflacionárias acompanhadas de um forte quadro recessivo. No diagnóstico da crise, os governos da época elegeram os subsídios concedidos à agricultura como os grandes vilões da deterioração das contas públicas e, por conseguinte, dos desajustes da economia.

A partir de então, procederam-se mudanças substanciais no modelo de crédito rural, com destaque para a imposição de custos reais aos financiamentos concedidos ao setor e para a redução significativa dos recursos ofertados.

O início do processo de desestruturação do modelo de financiamento agrícola coincide com o início da implantação da MP neoliberal no país que impôs a ampla reformulação político-conceitual do papel estratégico creditado à agricultura.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, o enquadramento da economia agrícola brasileira no projeto neoliberal, começa pela reorientação da política de crédito rural com a extinção, em 1985, da Conta-Movimento do Banco do Brasil, pondo fim aos subsídios e aos volumosos recursos oferecidos ao financiamento da atividade agrícola. Cite-se, também, como medida de enquadramento dessa nova perspectiva para a agricultura, a reforma tarifária procedida na segunda metade da década de 80.

As mudanças no modelo de crédito rural (redução da oferta de recursos, processo de transferência do financiamento, para o mercado, e custos reais nos contratos), não conseguiram ser assimiladas pelos setores produtivos da agricultura, dada a assimetria verificada entre a evolução dos custos dos financiamentos e as receitas geradas pela atividade.

À evolução acima dos encargos do crédito rural, tem correspondido a evolução negativa da renda agrícola, face a trajetória ascendente dos custos de produção em contraposição à escalada declinante dos preços agrícolas.

De acordo com estudo realizado pela OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná, tomando-se o período de agosto de 1994 a dezembro de 2000, verifica-se que a evolução do IPP – Índice de Preços Pagos pelos produtores alcançou 194, contra 164 do IPR – Índice de Preços Recebidos pelos agricultores, o que aponta a expressiva deterioração nas relações de troca do produto agrícola. Com isso, estima-se que mais de R\$ 30 bilhões da renda agrícola tenham sido transferidos para os outros setores da economia.

Corroborando o processo acima, dados da FGV - Fundação Getúlio Vargas, apontam a acentuada defasagem recente da variação do índice de preços da maioria dos produtos agrícolas, relativamente a índices de preços como o IGP-M.

Para demonstrar, de forma cabal, a vultosa perda de rentabilidade da agricultura durante o governo FHC, atente-se para o fato, segundo o qual, em que pese o crescimento verificado na produção nacional de grãos (de peso substancial na economia agrícola), de 76 milhões de toneladas, para 94 milhões de toneladas, da safra 1994/95, para a safra 2000/2001, no mesmo período, o PIB do setor primário da agricultura, declinou de R\$ 43.180,8 milhões, para R\$ 39.982,3 milhões.

Entre os fatores conjunturais, alimentadores da dívida, merece destaque os efeitos dos sucessivos planos econômicos implementados desde meados da década de 1980.

Tais planos, ao definirem a correção monetária sobre os saldos devedores das operações de crédito rural, resultaram em 'confiscos' sistemáticos da renda agrícola por conta do continuado descompasso da evolução dos custos dos financiamentos relativamente ao comportamento dos preços agrícolas, conforme demonstrado pela CPMI do endividamento agrícola, de 1993.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tomando-se a década de 1990, observa-se o salto no endividamento dos agricultores, com as decisões do **Plano Collor** que culminaram na correção das dívidas em 74,6 %, enquanto os preços agrícolas foram reajustados em apenas 41,2%. Como resultado, a dívida agrícola teve um crescimento líquido de 23,74%. Para agravar a situação, o Plano Collor II, através da Lei nº 8.177, de março de 1991, determinou a substituição, pela TR, dos indexadores de correção monetária previstos em contratos já firmados. Posteriormente, o Poder Judiciário, julgou a inconstitucionalidade desse dispositivo.

Durante o **Real**, os encargos nos contratos foram corrigidos em 44,5%, e assim, agravando ainda mais o endividamento do setor que, desde julho de 1994 saltou do patamar de R\$ 18 bilhões, para cerca de R\$ 30 bilhões de dívidas em situação de anormalidade.

De acordo com o Relatório final da CPMI do endividamento agrícola, práticas irregulares bancárias vieram agravar, ainda mais, o quadro do endividamento. Entre tais práticas irregulares e confiscatórias, o citado Relatório sublinha:

- a) capitalização mensal das taxas de juros, em desacordo com o Decreto-Lei nº 167, de 14/02/67;
- b) desrespeito ao art. 4º da Lei nº 7.843/89, que garante a prorrogação automática dos vencimentos de operações de crédito rural, mantidos os encargos originais, quando o rendimento propiciado pela atividade agrícola, objeto do financiamento, for insuficiente para o resgate das dívidas, ou em casos de frustração da safra, entre outros motivos. Em descumprimento à Lei, o Banco do Brasil, em especial, aplicava a taxa de juros de mercado sobre os contratos em tais situações, o que, obviamente, acarretou o incremento do problema do endividamento;

Sob as circunstâncias acima, o valor total das dívidas atuais do setor agrícola, soma R\$ 52 bilhões, ou seja, valor R\$ 12 bilhões superior ao PIB da agricultura - atividade primária. Desse total, cerca de R\$ 30 bilhões correspondem a débitos em condição de anormalidade, o equivalente a 40% do PIB da agropecuária.

Significa que os encargos financeiros consomem, anualmente, o correspondente a 6,2% da renda bruta da agropecuária, número que somado aos 12,5% da renda rural utilizadas para a amortização das dívidas, implica no comprometimento de 18,7% da renda bruta do setor agropecuário com pagamentos ao sistema financeiro, a cada ano. Significa que, anualmente, em torno de R\$ 16,30 bilhões da agricultura são destinados ao serviço da dívida mas as amortizações do principal.

A MP determina o recálculo de todas as dívidas com o crédito rural, desde 14 de março de 1990, até 31 de dezembro de 1999, observados os seguintes parâmetros:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. dívidas com contratos originais de até R\$ 200 mil. em valores de 31.12.1999;
2. só inclui contratos financiados com recursos controlados do crédito rural, beneficiando mutuários do Procerá/securitização/FundosConstitucionais/Proger Rural/Pronaf/programas do BNDES passíveis de equalização de taxas;
3. não inclui indústrias, armazenadores, comerciantes e outros setores que têm acesso aos recursos do crédito rural, o que restringe o benefício somente para os agricultores;
4. veda o acesso de depositários infieis, daqueles que desviaram o crédito e em débito com a Receita Federal.

O recálculo deve excluir as parcelas da dívida correspondentes ao descasamento entre índice de correção das dívidas e índice de correção dos preços mínimos, nos Planos Collor e Real. A proposição determina que se exclua, também, o valor cobrado indevidamente pelos Bancos, à título de capitalização mensal das taxas de juros, em desacordo com o Decreto-Lei nº 167/67, e aqueles decorrentes da aplicação de taxa de juros de mercado sobre operações prorrogadas por sinistro, problemas de comercialização, etc. de acordo com o estabelecido pelo art. 4º, da Lei nº 7.843/89. Excluem, ainda, dos saldos devedores, os lançamentos feitos pelos Bancos, à título de multa, juros de mora, comissão de permanência, e honorários advocatícios.

A MP considera os contratos já quitados, o que resultaria em situações de saldos credores. Nos casos acima, a MP prevê a devolução desse saldo em prazos variados, de acordo com o porte do agricultor. Ainda no que se refere aos casos acima, o valor resultante dos descasamentos de índices, por força dos "planos de governo", será reembolsado pelo Tesouro. Já, a parcela derivada das práticas irregulares dos bancos serão de responsabilidade dessas instituições;

Enfim, a MP procura engendrar equação que garanta eficácia no tratamento das dívidas, com os devidos cuidados com o Tesouro, e com as também devidas ressalvas morais.

Diante do exposto, contamos com a aprovação do MP, em apreço.

Sala das Sessões, em de agosto de 2001.

WALTER PINHEIRO
PT/BA

PT/BA

LUIS CHOIUVACKI
PT/SC

PT/MS

PT/ST

COMISSÕES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA

Ata da 4ª Reunião (Extraordinária) realizada em 3 de abril de 2001 às 18:00 horas.

Às dezoito horas do dia três de abril de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Paulo Souto, Paulo Hartung, Arlindo Porto, Emilia Fernandes, Roberto Requião, José Fogaça, Nabor Júnior, Wellington Roberto, Fernando Matuzalém, Ricardo Santos, Mauro Miranda, Carlos Patrocínio, Geraldo Cândido, Luiz Pontes, Tasso Rosado e Leomar Quintanilha, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, Romeu Tuma, Bello Parga, José Roberto Arruda, Heloisa Helena e José Eduardo Dutra. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item n.º 01 – Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente destinada a analisar acidentes que acarretam danos ao meio ambiente. Na ocasião foi apresentado Requerimento n.º 05, de 2001 – Extra-Pauta, do Senhor Senador Mauro Miranda no qual requer a transformação da Subcomissão Permanente em Subcomissão Temporária destinada a apurar o acidente na plataforma P-36, da Petrobrás ocorrido na Bacia de Campos. Passa-se a discussão da criação da Subcomissão Temporária, oportunidade em que fazem uso da palavra para tecerem considerações acerca do assunto abordado os Senhores Senadores Arlindo Porto, Nabor Júnior, Geraldo Cândido, Roberto Requião, Paulo Souto, Carlos Patrocínio e Mauro Miranda. Resultado: Aprovada a criação da Subcomissão Temporária com a seguinte composição partidária: Titulares-PMDB, Senadores Alberto Silva, Roberto Requião, Gerson Camata; PFL, Senadores Paulo Souto e Jonas Pinheiro; PSDB, Senador Fernando Matuzalém; PT, Senador Geraldo Cândido, perfazendo sete titulares. Suplentes – PMDB, Senadores Iris Rezende, Valmir Amaral e Gilberto Mestrinho; PFL, Senadora Maria do Carmo Alves e Senador Bello Parga; PSDB, Senador Luiz Pontes; PT, Senador Roberto Saturnino. Item n.º 02 – Assunto: Agendamento para nova Audiência com Presidente da Petrobrás, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Presidente da Associação dos Engenheiros da

Petrobrás e o Presidente da Federação Única dos Petroleiros, sobre o acidente ocorrido com a Plataforma (P-36) da Petrobrás na Bacia de Campos. Não havendo quem queira discutir o assunto abordado, a Presidência comunica que o referido agendamento se dará após o dia vinte de abril de 2001. Item n.º 03 – Requerimento n.º 02, de 2001. Assunto: Nos termos do disposto nos incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno, e no § 2º, inciso V, art. 58 da Constituição Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, sem ônus para o Senado, sob o tema: Reforma Organizacional no Ministério dos Transportes e seus Efeitos sobre as Infra-Estruturas e os Serviços de Transportes Terrestres e Aquaviários, considerando as transformações propostas no Projeto de Lei n.º 1.615, de 1999, na Câmara dos Deputados, do Poder Executivo e alterações posteriores, como consta do Projeto de Lei da Câmara n.º 01, de 2001, que propõe a reestruturação dos transportes terrestres e aquaviário, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, com implicações organizacionais no Ministério dos Transportes, na execução de obras de infra-estruturas rodoviária, ferroviária, aquaviária e portuária, e com a consequente alteração no modelo de gestão do Serviço Nacional de Viação. Além de outros convidados, a critério da Presidência dessa Comissão, submetendo à apreciação os nomes das seguintes personalidades que deverão debater e apresentar sugestões ao aperfeiçoamento do Projeto de Lei da Câmara n.º 01 de 2001, de autoria do Poder Executivo: Dr. Eliseu Padilha - Ministro dos Transportes; Dep. Eliseu Rezende, Relator do Projeto na Câmara dos Deputados; Dr. Nilo Martins da Cunha Filho - Federação Nacional dos Operadores Portuários (FENOP); Dr. Wilen Mantelli - Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ARTP); Dr. Mário Teixeira - Federação Nacional dos Conferentes e Conservadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios, nas Atividades Portuárias (FENCCOVB); Dr. Clésio Andrade – Presidente da Confederação Nacional dos Transportes e Dr. Juarez Bispo – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transporte (CNTT). Autor: Senador Ricardo Santos. Passa-se a fase de discussão do tema, ocasião em que fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto abordado os Senhores Senadores Ricardo Santos, Mauro Miranda, Nabor Júnior, José Fogaça, Paulo Hartung, Geral-

do Cândido, Arlindo Porto. Na oportunidade da votação do referido requerimento o mesmo foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado. Item nº 4 – Requerimento nº 03, de 2001. Assunto: Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, para que sejam discutidos temas relacionados com a Política Nacional de Energia – inclusive as atividades de extração de petróleo e o plano de emergência na geração de energia elétrica – e o plano de privatizações das usinas hidroelétricas, com especial atenção à proposta de privatização do sistema Furnas. Essa audiência possibilitará avaliar a atual política nacional de energia elétrica, problemas de operacionalização e perspectivas para o setor energético brasileiro, devendo contar com a participação do Ministro do Estado de Minas e Energia, Dr. José Jorge Vasconcelos Lima. Autora: Senadora Heloísa Helena. Aberta a discussão do assunto, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o referido requerimento o Senhor Senador Mauro Miranda. Na fase de votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, devendo ser realizada Audiência Pública conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos. Item nº 05 – Requerimento nº 04, de 2001. Assunto: Requer, nos termos regimentais, a formulação de convite ao Ministro da Integração Nacional, Excelentíssimo Dr. Fernando Luiz Gonçalves Bezerra, para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a proposta de extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a posterior atribuição de suas tarefas institucionais a Agências de Desenvolvimento Regional, a serem criadas pelo Poder Executivo, ou a entidades oficiais já existentes. Autor: Senador Nabor Júnior. Não havendo oradores para discutir o referido requerimento, o mesmo foi dado como aprovado por unanimidade, devendo ser realizada a Audiência Pública conjuntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Autor: Senador Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador Arlindo Porto. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Item nº 07 – Projeto de Lei do Senado nº 573, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Autor: Senador José Jorge. Re-

lator: Senador Paulo Souto. Relatório: Favorável, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. Item nº 08 – Projeto de Lei do Senado nº 063, de 1989. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a construção de logradouros, de edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, nos termos dos arts. 227, § 2º, e 224, da Constituição Federal. Autor: Senador Juthahy Magalhães. Relator: Senador Luiz Pontes. Relatório: Pelo arquivamento do projeto. Passa-se a fase de discussão da matéria, ocasião em que não houve oradores para a discuti-la. Passando-se à fase de votação, a matéria foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 09 - Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995 (tramitando conjunto com Projeto de Lei da Câmara nº 020, de 1993). Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Autor: Senador Pedro Simon. Relator: Senador Gerson Camata. Relatório: Favorável na forma do substitutivo apresentado, que se baseou no que foi aprovado pela Comissão de Educação. Resultado: Adiado. Item nº 10 - Projeto de Lei da Câmara nº 087, de 2000. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a veiculação, pelas empresas concessionárias de distribuição, de instruções aos consumidores de energia elétrica no verso das contas de luz. Autor: Deputado Reginaldo Germano. Relator: Senador Valmir Amaral. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA - Item nº 01 – Requerimento nº 05, de 2001. Assunto: Requer nos termos regimentais a transformação da Subcomissão Permanente em Subcomissão Temporária destinada a apurar o acidente na plataforma P-36, da petrobrás ocorrido na Bacia de Campos. Autor: Senador Mauro Miranda. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dez e nove horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas técnicas. – Senador José Alencar, Presidente.

Ata da 7ª Reunião (Extraordinária) realizada em 18 de abril de 2001 às 9:00 horas.

Às nove horas do dia dezoito de abril de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Nabor Junior, Romeu Tuma,

Luiz Pontes, Carlos Patrocínio, Wellington Roberto, Paulo Souto, Valmir Amaral, Tasso Rosado, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, José Eduardo Dutra, Roberto Requião, Geraldo Cândido, Gilberto Mestrinho, Paulo Hartung, Arlindo Porto, Mauro Miranda, Ricardo Santos e Bello Parga, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, José Fogaça, José Roberto Arruda e Heloísa Helena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do único item da Pauta - Audiência Pública. Assunto: Instrução ao Projeto de Lei da Câmara nº 001, de 2001. Ementa: Que propõe a reestruturação dos transportes terrestres e aquaviário, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, com implicações organizacionais no Ministério dos Transportes, na execução de obras de infra-estruturas rodoviária, ferroviária, aquaviária e portuária, e com a conseqüente alteração no modelo de gestão do Serviço Nacional de Viação. Inicia-se a Audiência Pública, com a presença das seguintes autoridades e convidados: Dr. Eliseu Padilha - Ministro dos Transportes; Dep. Eliseu Rezende - Relator do Projeto na Câmara dos Deputados; Deputado Carlos Eduardo Moreira Ferreira - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Dr. Clésio Andrade - Presidente da Confederação Nacional dos Transportes - CNT; Dr. Nilo Martins da Cunha Filho - Federação Nacional dos Operadores Portuários (FENOP); Dr. Wilen Manteli - Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ARTP); Dr. Mário Teixeira - Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios, nas Atividades Portuárias (FENCCOVIB); Dr. Juarez Bispo - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transporte (CNTT-SP). Após a exposição das autoridades e dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto abordado os Senhores Senadores Ricardo Santos, Geraldo Cândido, Arlindo Porto, Carlos Patrocínio, Tasso Rosado, Nabor Junior, Paulo Souto, Bello Parga e a Deputada Jandira Feghali como convidada da Presidência. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezenove horas e

trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas tipográficas. - Senador José Alencar, Presidente.

Ata da 8ª Reunião (Extraordinária) realizada em 24 de abril de 2001 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e quatro de abril de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) José Fogaça, Mauro Miranda, Nabor Junior, Romeu Tuma, Tasso Rosado, Romero Jucá, Paulo Souto, Carlos Patrocínio, Bello Parga, Arlindo Porto, Ricardo Santos, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido, José Eduardo Dutra, Paulo Hartung, Valmir Amaral, Gerson Camata, Ramez Tabet, Wellington Roberto, Eduardo Siqueira Campos e Sebastião Rocha, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, José Roberto Arruda e Heloísa Helena, José Fogaça, José Roberto Arruda, Roberto Requião, Teotônio Vilela Filho e Heloísa Helena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 - Projeto de Lei da Câmara nº 001, de 2001 - Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes e dá outras providências. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Nabor Júnior. Resultado: Vista coletiva por vinte e quatro horas. Devendo voltar à Comissão no dia vinte e cinco de abril de 2001, às dez horas. Item nº 02 - Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Autor: Senador Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador Arlindo Porto. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Vista da matéria ao Senador José Eduardo Dutra pelo prazo regimental de cinco dias. Item nº 03 - Projeto de Lei do Senado nº 573, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime de concessões de serviços públicos

de energia elétrica e dá outras providências. Autor: Senador José Jorge. Relator: Senador Paulo Souto. Relatório: Favorável, na forma do substitutivo apresentado. Na fase de discussão da matéria faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto abordado o Senhor Senador Carlos Patrocínio. Na fase de votação o projeto foi aprovado por unanimidade. Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, tramitando em conjunto com Projeto de Lei da Câmara nº 020, de 1993. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Autor: Senador Pedro Simon. Relator: Senador Gerson Camata. Relatório: Pela aprovação na forma do substitutivo que se baseia pelo aprovado pela Comissão de Educação. Resultado: Vista da matéria ao Senhor Senador Paulo Souto pelo prazo regimental de cinco dias. Item nº 05 – Projeto de Lei da Câmara nº 087, de 2000. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a veiculação, pelas empresas concessionárias de distribuição, de instruções aos consumidores de energia elétrica no verso das contas de luz. Autor: Deputado Reginaldo Germano. Relator: Senador Valmir Amaral. Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda de redação. Na fase de discussão da matéria faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto abordado o Senhor Senador Leomar Quintanilha. Passa-se à fase de votação, ocasião em que a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências. Autor: Senador Luiz Estevão. Relator: Senador Paulo Hartung. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. Item nº 07 – Assunto: Proposta para realização de Seminário sobre o Setor Energético Nacional em conjunto com a Federação Nacional dos Engenheiros. Na fase de discussão do tema fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a proposta apresentada os Senhores Senadores Leomar Quintanilha, Tasso Rosado, José Eduardo Dutra e Geraldo Cândido. Colocada a proposta em votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezenove horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notastaquigráficas. – Senador José Alencar, Presidente.

Ata da 9ª Reunião (Extraordinária) realizada em 25 de abril de 2001 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e cinco de abril de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Mauro Miranda, Nabor Junior, Roberto Requião, Tasso Rosado, Romeu Tuma, Paulo Souto, Bello Parga, Ricardo Santos, Romero Jucá, Geraldo Cândido, José Eduardo Dutra, Paulo Hartung, Geraldo Melo, Valmir Amaral, Gerson Camata, Ramez Tebet, Wellington Roberto, Maguito Vilela, Luiz Pontes e Fernando Matuzalém, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, José Fogaça, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, José Roberto Arruda, Teotônio Vilela, Leomar Quintanilha e Heloísa Helena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Projeto de Lei da Câmara nº 001, de 2001. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes e dá outras providências. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Nabor Júnior. Relatório: Favorável ao projeto, rejeitando as emendas de nºs 01 a 16. Resultado: Aprovado. Na fase de discussão da matéria fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto os Senhores Senadores Romero Jucá, Eduardo Siqueira Campos, Mauro Miranda, Gerson Camata, Paulo Hartung, Carlos Patrocínio, Bello Parga, Ricardo Santos, Valmir Amaral, Paulo Souto, Alberto Silva e Geraldo Cândido. Passa-se à fase de votação da matéria, oportunidade em que foi aprovada por unanimidade. Resultado: Aprovado. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 165, DE 1999. Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências. Autor: Senador Luiz Estevão. Relator: Senador Paulo Hartung. Relatório: Pela rejeição do projeto. Não havendo quem queira discutir a matéria, passa-se à votação da mesma, ocasião em que foi rejeitada a matéria pela maioria dos membros presentes. Resultado: Rejeitado o projeto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente

agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às dezenove horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador José Alencar, Presidente.

Ata da 10ª Reunião (Extraordinária) realizada em 2 de maio de 2001 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia dois de maio de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Alberto Silva, Mauro Miranda, Nabor Junior, Tasso Rosado, Romeu Tuma, Paulo Souto, Bello Parga, Arlindo Porto, Ricardo Santos, Teotônio Vilela, José Eduardo Dutra, Paulo Hartung, Valmir Amaral, Íris Rezende, Wellington Roberto, Jonas Pinheiro, Hugo Napoleão, Eduardo Siqueira Campos, Pedro Piva, Sérgio Machado, Emilia Fernandes, Roberto Saturnino, Romero Jucá e Geraldo Melo, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores José Fogaça, Roberto Requião, Carlos Patrocínio, José Roberto Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido e Heloísa Helena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Mensagem nº 114, de 2001. Ementa: De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, submeto à consideração de Vossas Excelências proposta de indicação do Senhor Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Arlindo Porto. Relatório: Resultado: Aprovado com 21 votos favoráveis, 0 votos contrários e 1 abstenção. Item nº 02 – Mensagem nº 115, de 2001. Ementa: De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, submeto à consideração de Vossas Excelências proposta de indicação do Senhor Eduardo Henrique Ellery Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Tasso Rosado. Resultado: Aprovado com 21 votos favoráveis, 0 votos contrários e 1 abstenção.

Passa-se a fase de interpelação dos indicados ocasião em que fazem o uso da palavra os Senhores Senadores Sérgio Machado, Teotônio Vilella Filho, Alberto Silva, Paulo Hartung, Emilia Fernandes, Mauro Miranda, Romeu Tuma, Pedro Piva, Romero Jucá, Eduardo Siqueira Campos e Tasso Rosado. Na fase de votação, por escrutínio secreto, os indicados foram aprovados por 21 votos favoráveis, 0 contrários e 1 abstenção. EXTRA-PAUTA. Item nº 1 – Requerimento nº 06, de 2001. Requeiro nos termos regimentais que seja convocada audiência pública, a realizar-se em data a ser agendada, devendo esta Comissão convidar os Senhores Guilherme Augusto Cirne de Toledo, Presidente da CESP/Paraná; Mauro Arce, Secretário de Energia do Estado de São Paulo; Doutor Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo; e o representante da Federação Nacional dos Urbanitários – FNU/CUT, para prestarem esclarecimentos a respeito do processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo – CESP/Paraná. Autor: Senador Geraldo Cândido. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador José Alencar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Senadores, já temos as 12 assinaturas que nos dão número regimental, portanto declaro aberta a nossa reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero esclarecer que da pauta da reunião constam dois itens: Item 1, Mensagem 114, de 2001; ementa: de conformidade com o art. 52, III, “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, submeto à consideração de V. Exª a proposta de indicação do Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

E Item 2, também indicação do Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho para exercer cargo de Diretor da Aneel.

Vamos iniciar pelo primeiro item, cujo Relator é o eminente Senador Arlindo Porto, a quem passo a

palavra, convidando, antes, para participar da Mesa os engenheiros Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa e Eduardo Henrique Ellery Filho. Convido também, para fazer parte da Mesa, o Dr. José Mário Abdo, Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Passo a palavra ao Relator, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. José Mário, Dr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa e Dr. Eduardo Henrique Ellery Filho.

Sr. Presidente, na condição de Relator, designado por V. Ex^a, procurarei fazer uma síntese do nosso relatório e, depois, naturalmente, ouvindo a explanação do Dr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, haveremos fazer algumas indagações, que creio que outros Senadores também o farão.

Relatório da Comissão de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 345, de 2001, do Senhor Presidente da República, que submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Nos termos do art. 52, III, “f”, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 5º da Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal proposta de indicação do Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha dos titulares de outros cargos que a lei determina.

O currículo vitae do Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, anexado à Mensagem Presidencial demonstra que a sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa é bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília, com formação técnica complementar em sistemas auxiliares de usinas elétricas, turbinas hidráulicas e projetos de pequenas centrais hidrelétricas.

Concluiu também, em 1995, o MBA, curso de formação geral para altos executivos na Universidade de São Paulo, USP. Já trabalhou como engenheiro mecânico e engenheiro de planejamento da Eletro-norte e já atuou como assessor da Subcomissão de

Energia e Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal.

De 1993 a 1994, serviu como adjunto da Presidência da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Chesf, em Recife. E de 1995 a 1997 representou a empresa em Brasília na qualidade de assessor do presidente. De 1998 até a presente data, vem trabalhando com assessoria e consultoria legislativa e institucional em temas nacionais e políticas públicas. Está envolvido com a supervisão de atividades, tais como: planejamento, pesquisa e gestão de informação e comunicação institucional, Internet, produção de jornais, vídeos e gestão de pessoas.

Sua ampla experiência profissional, aliada a uma formação técnica adequada para o cargo estão comprovadas no curriculum vitae do indicado, do qual, neste momento, fiz apenas uma pequena síntese.

Fica assim a Comissão de Infra-Estrutura do Senado em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Jerônimo Bandeira Pedrosa para exercer o cargo de Diretor da Aneel, com o meu voto favorável.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos proceder da seguinte forma: será também lido o relatório pelo eminente Senador Tasso Rosado a respeito do Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho, depois vamos ouvi-los, por quinze minutos cada um. E, em seguida, teremos tempo suficiente para fazer as perguntas que os Srs. Senadores julgarem necessárias.

Agradeço ao Senador Arlindo Porto pelo relatório, que é favorável ao nome do engenheiro Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa.

Passo a palavra ao eminente Senador Tasso Rosado, Relator do Item 2, Mensagem nº 115.

O SR. TASSO ROSADO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados da Comissão de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 115, de 2001, do Senhor Presidente da República, que submete à aprovação do Senado Federal a indicação do Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Relatório.

Nos termos do art. 52, inciso II, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o Senhor Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

O referido dispositivo constitucional confere a competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar por voto secreto a escolha de titulares de outros cargos que a lei determinar. É o caso. O parágrafo único do art. 5º da referida Lei nº 9.427, de 1996, assim o determina.

O curriculum vitae do Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho, anexado à mensagem presidencial, demonstra que lhe sobram predicados para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica. Vejamos, Sr. Presidente.

Eduardo Henrique Ellery Filho é engenheiro eletricitista, graduado em 1979 pela Universidade de Brasília, pós-graduou-se em Engenharia de Sistemas Elétricos de Potência pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, em 1981, e em liderança empresarial pela Amana-Key, em 1996. Também é mestre em Ciências e Engenharia Elétrica pela mesma escola de Itajubá, título conquistado em 1985.

A grande bagagem acadêmica do Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho permitiu-lhe tornar-se autor de 21 trabalhos técnicos apresentados em fóruns importantes no setor elétrico nacionais e internacionais, como o Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, SNPTEE, e a Conférence Internationale des Grandes Réseaux Électriques - Cigré, e em localidades tão distintas e importantes como Londres e Moscou.

Versado nos idiomas inglês, francês e alemão, sempre esteve ligado às principais instituições técnicas internacionais de engenharia elétrica, tendo sido secretário do grupo de trabalho conjunto de conexão unitária dos comitês de corrente contínua e máquinas elétricas da já mencionada Cigré e Presidente da Seção Brasília de Institute of Electrical and Electronics Engineers – IEEE - no período de 1994 a 1995. Esta última instituição, que congrega mais de 350 mil engenheiros de todo o mundo, o condecorou, em abril do ano passado, com a The IEEE Third Millenium Medal, em reconhecimento a relevante serviço prestado ao setor elétrico brasileiro.

Somado a tudo isso, o engenheiro Eduardo Henrique Ellery Filho tem uma experiência profissional de 21 anos, iniciada na condição de engenheiro do Departamento de Planejamento e Transmissão da Eletronorte, empresa a qual permaneceu ligado até 1999. Mas o que realmente o credencia a ocupar o cargo de Diretor da Aneel é o fato de ter sido líder do processo de criação e estruturação legal e regimental da agência, quando ocupou o cargo de Assessor de Diretor do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia en-

tre junho de 1996 e novembro de 1997. O desempenho dessa tarefa acabou levando o Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho a ser nomeado pela primeira diretoria da Aneel, tendo já passado, portanto, pela arguição desta Casa, como prevê a Constituição Federal.

Trata-se, na verdade, de uma recondução, o que nós dá a certeza de que o ilustre indicado tem todas as condições para ocupar o cargo que já exerceu com grande competência por três anos. Apenas para exemplificar entre as muitas incumbências que teve na condição de Diretor da Aneel, o indicado foi responsável pela estruturação horizontalizada da Aneel, baseado em processos organizacionais. Foi seu Diretor Ouvidor, tendo dirigido a implantação de todo o sistema de Ouvidoria da Agência e da central de atendimento, como a realização de audiências públicas. Coordenou a bem sucedida ação da Agência na preparação para o chamado bug do milênio e inúmeras importantes ações de melhoria da qualidade de serviços de energia elétrica.

VOTO

A larga experiência profissional, aliada a uma formação técnica e acadêmica adequada para o cargo, está sobejamente demonstrada no curriculum vitae do indicado. Além disso, são inegáveis o êxito e o brilho do Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho, como membro da primeira diretoria da Aneel, que teve a difícil missão de implantar a agência e como seu Diretor Ouvidor, o que certamente levou o Excelentíssimo Senhor Presidente da República a decidir pela recondução ao cargo.

Assim, por todo o exposto, considero que a matéria está em condições de ser examinada por esta douta Casa e o meu voto é favorável. Faço aclamação aos meus colegas Senadores para que também assim o procedam, porque a Aneel estará ganhando, realmente, com a aquisição e nomeação do Dr. Eduardo Henrique Ellery Filho para a diretoria da Aneel. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece ao eminente Deputado Tasso Rosa do pela leitura do relatório, que é favorável à indicação do Engenheiro Eduardo Henrique Ellery Filho, assim como também foi favorável o relatório do eminente Senador Arlindo Porto em relação ao Engenheiro Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa.

Vamos agora passar a palavra ao Engenheiro Pedrosa e depois, em seguida, ao Engenheiro Eduardo Henrique. Cada um deles terá quinze minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, os Senadores terão cinco minutos, pela ordem de inscrição, cuja lista está aberta, para perguntas.

Com a palavra então o Engenheiro Pedrosa.

O SR. PAULO JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO PEDROSA – Bom-dia. Senador José Alencar, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, Senador Saturnino Braga, Senador Alberto Silva, Senador Arlindo Porto, Relator, Senador Nabor Júnior, Senador Tasso Rosado, Senador Sérgio Machado, Senador Teotônio Vilela Filho, Senador Paulo Souto, Dr. José Mário, Diretor-Geral da Aneel, Dr. Jaconias de Aguiar, Dr. Luciano Pacheco, Diretores da Aneel, Dr. Eduardo Ellery, meu companheiro na indicação para compor a Diretoria da Aneel, senhoras e senhores presentes, com muito respeito e orgulho venho perante esta Comissão empenhado em atender às expectativas dos Srs. Senadores e merecer a honrosa aprovação para ocupar uma diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica

Atribuo a indicação que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por encaminhamento do Sr. Ministro de Minas e Energia, Senador José Jorge, ora submeteu aos Srs. Senadores à minha vivência profissional, em muito enriquecida pela experiência de ter atuado aqui nesta Comissão como assessor da Subcomissão de Energia. Aqui passei alguns dos anos mais produtivos e de maior aprendizado de minha vida.

Antes dessa fase, iniciei minha experiência no setor elétrico atuando na Amazônia Legal, onde, como engenheiro, apliquei e estendi conceitos acadêmicos no planejamento da expansão e no projeto de usinas das Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Eletronorte. Também trabalhei no Nordeste, já em função gerencial, junto à direção da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Chesf. Aqui na Subcomissão de Energia do Senado, ao conhecimento prático do setor elétrico, foram incorporadas as expectativas de outros setores da vida nacional, sob a ótica das necessidades do País, que tem na energia elétrica sua maior fonte de força para a produção de riquezas e a melhoria da qualidade dos brasileiros.

Esta Comissão promoveu e organizou diversos seminários e audiências públicas voltados a discutir a matriz energética, o modelo do setor elétrico, a política de preços, a conservação de energia e a sua geração a partir de recursos renováveis. As oportunidades criadas aqui para a discussão da política energética pelos mais diversos agentes com interesses, por vezes, contraditórios repercutiram no setor elétrico e na sociedade. Esse processo produziu iniciativas legislativas que consolidaram as profundas transformações registradas nos últimos anos.

Tive oportunidade de acompanhar Senadores em visitas técnicas a poços de petróleo, jazidas de gás, minas de carvão, iniciativa de utilização de energia solar, usinas nucleares, pequenas e grandes centrais hidrelétricas, centros de pesquisa em biomassa. O programa de trabalho se estendeu aos Estados Unidos, incluindo debates nas comissões de energia das duas casas do Congresso Norte Americano.

Na certeza de que o modelo energético era determinante para o desenvolvimento do País, discutiam-se os resultados e os objetivos da política energética, e já se levantava a necessidade de desonerar o Tesouro Nacional dos grandes investimentos de infraestrutura, para permitir uma ação mais efetiva no campo social.

Ressalte-se o trabalho – e aqui gostaria de destacar a ação do Senador Teotônio Vilela Filho como residente da Subcomissão de Energia – dos Srs. Parlamentares, notadamente no trato de temas vinculados à questão energética, nem sempre de fácil tradução ao cidadão, que exigem dedicação e profundidade de estudo e que não têm o apelo popular imediato, mas são fundamentais e determinantes na conformação dos destinos do Brasil.

O setor elétrico não esteve à margem das enormes transformações da economia brasileira nos últimos anos. O modelo, vigente por décadas, vivia uma crise sem precedentes e estava exaurido. A instabilidade no campo institucional e na questão tarifária transformava em ato de ousadia qualquer investimento. Diversas empresas estavam com suas concessões em situação irregular e havia uma completa incerteza em relação às concessões futuras, que deveriam ser licitadas de acordo com a Constituição. Os agentes estatais tinham sua liberdade gerencial tolhida por restrições de todo tipo e, ao mesmo tempo, sofriam interferências que geravam ineficiência. Mais de 20 obras de usinas de porte permaneciam paralisadas e encareciam a cada dia pelo peso de juros e encargos. Outras, projetadas, sequer eram iniciadas.

O novo marco legal teve início em 1993, com a alteração constitucional que permitiu a participação de capitais externos em usinas hidrelétricas, e com a aprovação da Lei nº 8.631, conhecida como Lei Eli-seu Resende.

Esse importante marco regulatório, para o qual tive a oportunidade de contribuir, colaborando na preparação do parecer aprovado pelo Senado Federal, acabou com mecanismos que favoreciam e estimulavam a ineficiência, a remuneração garantida e a equalização tarifária. Tal transformação envolveu recursos da ordem de 26 bilhões de dólares, transfe-

dos aos consumidores, mas viabilizou o início de uma mudança de paradigma no setor elétrico. Consolidou também outros importantes avanços, discutidos aqui na Comissão de Infra-estrutura: o estabelecimento de uma política de conservação, a criação do Conselho de Consumidores e a instituição dos Contratos de Suprimento.

Outro importante marco foi a Lei nº 8987, de 1995, conhecida como Lei de Concessões, com seu desdobramento específico no setor elétrico: a Lei nº 9.074, do mesmo ano. Estas leis regulamentaram as licitações para novas concessões, promoveram uma verdadeira reorganização do setor elétrico e, finalmente, introduziram uma concorrência, ao assegurar o livre acesso à malha de transmissão e criar as figuras do introdutor independente de energia e do consumidor livre.

As Leis 9.427, de 1996, e 9.648, de 1998, que criaram a Aneel e os novos entes do setor, o Mercado Atacadista de Energia, MAE, e o Operador Nacional do Sistema, ONS, foram outras importantes ações do Congresso Nacional no processo de reforma do setor elétrico.

O novo paradigma setorial está baseado na reorganização do mercado, com múltiplos agentes, múltiplos proprietários de diferentes naturezas e tamanhos concorrendo entre si, mas em uma competição, submetidos a regras, com o acompanhamento e a fiscalização da Aneel, sempre em benefício da sociedade e do consumidor. Esta reorganização exige a distinção das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização em um ambiente de regras transparentes, isonômicas, estáveis, estabelecendo claramente as condições contratuais operacionais, os papéis dos agentes públicos e privados, proteção aos consumidores e a defesa da concorrência.

A consolidação do modelo garantirá os necessários investimentos na expansão do sistema, evitando problemas como o acontecido recentemente na Califórnia, atração de investimentos em usinas termelétricas e fontes alternativas e também reduzirá os riscos de racionamento decorrentes de condições hidrológicas adversas como as que hora se apresentam. A raiz das transformações não tinha motivação ideológica, estava na incapacidade do Estado em compatibilizar suas prioridades sociais com os pesados investimentos necessários, particularmente, num cenário de custos crescentes e no conflito inevitável do exercício simultâneo dos papéis de regulador, fiscalizador e empreendedor.

A complexidade da indústria de eletricidade e a entrada da iniciativa privada requeriam uma agência

pautada na independência, autonomia e resistência às influências de grupos de pressão e intervenções macroeconômicas de caráter imediatista. Seguindo a mais moderna tendência internacional, a Aneel não formula políticas setoriais que são da responsabilidade do Poder Executivo e do Congresso Nacional. Cabe à Agência atuar para garantir a harmonia entre os agentes no setor de energia, buscando assegurar os investimentos necessários, garantir a universalização dos serviços e a oferta de energia, com a qualidade, o preço e a segurança que o País requer.

São muitos e extraordinários os resultados alcançados pela Aneel em apenas três anos de existência. Para avançar e consolidar esses resultados, é fundamental a ação dos diretores da Agência, que não são donatários setoriais nem senhores do conhecimento de seu setor, acima de todas as opiniões e possibilidades. Muito ao contrário, o papel que lhes é reservado requer permanente e sincera interlocução com a sociedade, marcada pela total submissão ao interesse público.

O Diretor da Aneel atua situado na confluência nem sempre harmônica das demandas dos agentes do setor de energia, ambiente onde ainda coexistem tanto o Brasil competitivo, da concorrência dos mercados abertos, quanto aquele que requer ação decisiva do Estado, por meio de uma regulamentação apropriada, para garantir o interesse dos consumidores e a universalização dos serviços. Sua ação deve ser marcada pela firme convicção de que não será de Brasília que se resolverão todos os problemas do setor, que deverá, pela descentralização, aproximar cada vez mais sua ação dos consumidores e agentes setoriais.

Cabe aos Diretores da Aneel, em particular ao Diretor-Geral, mas também ao colegiado, reforçar cada vez mais os vínculos da Agência com a sociedade, notadamente por meio de seus representantes no Poder Legislativo. Se o papel inclui articulação da Agência com a sociedade, com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e com outras agências reguladoras, vindo a merecer a aprovação dos Srs. Senadores, estarei sempre imbuído desses princípios, confirmando o compromisso de agir na defesa do interesse público com dedicação, integridade, justiça, moralidade, transparência, respeito às leis, às instituições e às pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Antes de começarmos a fase de perguntas, vamos ouvir o Engenheiro Eduardo Henrique Ellery Filho, a quem passo a palavra, por quinze minutos.

O SR. EDUARDO HENRIQUE ELLERY FILHO – Exmº Senador José Alencar, Presidente desta Comissão, Exmº Senador Tasso Rosado, a quem agradeço as honrosas palavras que me dirigiu, Exmª Senadora Emilia Fernandes, é um prazer tê-la conosco, Exmºs Senadores Roberto Saturnino, Alberto Silva, Arlindo Porto, Nabor Júnior, Sérgio Machado, Teotônio Vilela Filho e Paulo Souto, meus amigos da Aneel – eu ia dizer “ilustríssimos amigos, Srs. Diretores da Aneel, mas eu gosto de falar “meus amigos” porque toma coração – José Mário, Luciano, Pacheco, Santos, Jaconias Aguiar, companheiros do antigo DNAE, companheiros da Eletronorte, meus amigos de vida, como o Dr. Júlio, aqui presente, meu irmão Antônio Henrique, é muito bom estar aqui com todos vocês, minha companheira Rô, que está aqui, amigos de imprensa que sempre me acompanharam e me deram força durante todo esse tempo, a todos os senhores, muito obrigado.

Estar aqui neste instante, frente à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para empenhar minha disposição de servir à Nação brasileira como Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica é, sem dúvida, algum momento ímpar de emoção para qualquer cidadão.

Gostaria de iniciar agradecendo ao nosso Pai Maior tão grande oportunidade de aprendizado e crescimento. Passar por esta Casa de democracia e civismo, dizer das razões que me motivam a ansiar tão honrosa missão é experiência que me levará a crescer como pessoa e ajudar a sociedade.

Agradeço por isso ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro José Jorge a oportunidade da indicação e a todos os Srs. Senadores na pessoa do Presidente José Alencar a oportunidade desta avaliação frente aos senhores. Pretendo me valer desta oportunidade para reafirmar a fé e a confiança no trabalho que todos nós aqui, juntamente com o Poder Executivo, com o Poder Legislativo e com todos os cidadãos brasileiros podemos realizar na melhoria da qualidade de vida deste nosso País.

Portanto, coloco para a avaliação da sociedade brasileira, por intermédio dos Srs. Senadores, seus legítimos representantes aqui presentes, meu entendimento do papel que a Aneel deve exercer e da forma de atuação de um Diretor dessa Agência no exercício desse papel em busca do interesse público.

As leis elaboradas nesta Casa atribuíram à Aneel, no bojo do movimento de reforma do papel do Estado, a competência de regular e fiscalizar a produção, a transmissão, a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Brasil, bem como mediar conflu-

to entre agentes do setor e entre esses agentes e seus consumidores, além, é claro, de exercer a função de poder concedente. Disse mais ainda. Disse que o exercício dessas competências deve ser de acordo com as políticas e diretrizes demandadas do debate democrático que se dá nesta Casa. Esse comando legal foi acompanhado de orientação específica que deu origem à estrutura regimental da Aneel, com a qual tive a honra de colaborar nos trabalhos de elaboração. Essa orientação específica diz que para exercer suas atividades finalísticas, a Aneel deve atuar de forma a propiciar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica possa se desenvolver com equilíbrio entre todos os agentes que nele atuam e em benefício da sociedade.

A atribuição dessa missão deixa nítida, de imediato, a noção de que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica tem balizas firmes: o equilíbrio nas relações de todos os agentes, aí incluindo, é certo, o consumidor. E que o mesmo deve se dar com o propósito específico. Esse desenvolvimento do mercado de energia elétrica tem que se dar em benefício da sociedade, visando o interesse público. Esse comando de interpretação fácil e precisa contém o princípio fundamental sob o qual todas as ações e decisões da Aneel devem ser pautadas.

Foi justamente dentro dessa orientação que, durante o período de dezembro de 1997 a dezembro de 2000, quando tive a grata oportunidade de integrar a primeira Diretoria da Aneel, desempenhei o papel de Diretor-Ouvidor. Ouvidoria: no vida de um setor técnico e fechado. Muito evoluímos no sentido de ter o consumidor como cliente e principal motivo da existência da indústria de energia elétrica. Mudança de paradigma: o consumidor passa a ser cliente. Descontos de tarifas para consumidores de baixa renda; melhoria no atendimento comercial direto e por central telefônica aos clientes; melhoria no desempenho do serviço prestado e na rapidez da solução de problemas; ressarcimento de danos causados por falhas no sistema elétrico; informação e respeito ao cliente, principalmente sobre os seus direitos, essas são conquistas que cada vez mais se consolidam e das quais tenho orgulho de ter participado, na certeza de que muito ainda há que se fazer. Estamos num caminho, num processo de crescimento.

Srs. Senadores, a oportunidade dessa indicação para continuar colaborando com o desenvolvimento do setor elétrico nacional, de inegável importância para o País, na qualidade de Diretor da Aneel, caso aprovada por esta Casa, certamente reforça minha crença de que a opção que fizemos foi a mais

acertada: priorizar o benefício social dentro das escolhas que a Aneel tem que fazer.

Entendo que essa opção desafiadora em sua essência muito ainda tem para ser aprimorada. A sociedade, assim como os seus anseios, evoluem de forma dinâmica e permanente. Isso leva a que a Aneel deva estar em contato estreito com a sociedade por intermédio de seus representantes, organizados e constituídos, de forma a ajustar permanentemente as suas ações e decisões para aquilo que a sociedade entende por benefício. Incentivo aos Conselho de Consumidores, descentralização para agências estaduais conveniadas, aproximando a ação reguladora e fiscalizadora a sociedade, pesquisa de satisfação dos consumidores, audiências públicas e tarifas sociais são alguns dos instrumentos indispensáveis para atuação de uma agência voltada ao equilíbrio entre os agentes e o interesse público. Tais instrumentos, já existentes ou em implantação, carecem de aprimoramento, que certamente estarão no foco da ação dessa gestão que se inicia na Agência.

Gostaria ainda de destacar, dentro do meu entendimento sobre a atuação da Aneel, e que ora exponho a V. Ex^{as}, algo muito peculiar no que diz respeito ao alcance do seu propósito final: a satisfação da sociedade com o serviço essencial de energia elétrica.

Legalmente, o poder de influência da Aneel se dá sobre o agente do setor elétrico. No entanto, de tudo que tenho dito, sua missão, da Aneel, só será atingida quando V. Ex^{as}, como representantes da sociedade, e os consumidores de energia elétrica estiverem satisfeitos com o serviço prestado pelas concessionárias, permissionários e autorizadas do setor. Ou seja, nós agimos regulando e fiscalizando as concessionárias, mas o nosso propósito final é a satisfação da sociedade.

Compreender essa dinâmica do sistema do qual a Aneel está inserida significa ter que, constantemente, estar monitorando as relações dos agentes do setor elétrico com seus clientes. E, mais, agindo para que esses agentes tenham na satisfação de seus consumidores seu principal item de controle de sucesso alcançado. Logo, e não poderia ser de outra forma, o trabalho da Aneel deve ser estruturante, visando ao mesmo tempo lidar com o hoje e preparar um amanhã melhor.

Na linha desse entendimento, vejo como é importante e urgente a ação que a Agência vem tomando para universalizar o serviço de energia elétrica, que é essencial.

Apesar de o último censo do IBGE apontar cerca de 95% dos lares brasileiros com energia elétrica, a meta é luz em todos os lares brasileiros. A inexistência de energia, nos dias de hoje, é fato de exclusão, ainda mais se pensarmos no comando constitucional que leva à redução das desigualdades regionais.

A estruturação do mercado atacadista de energia, que deve funcionar com equilíbrio entre todos os agentes que nele atuam, é condição necessária para a garantia de oferta no longo prazo. Dessa forma, firmeza e decisão devem fazer parte das ações que se seguem, no curto prazo, para que o mercado funcione. Segurança de pagamento e intolerância com inadimplências entre os agentes do mercado atacadista, liquidação financeira a tempo e a hora e transparência na formação do preço são pontos indispensáveis numa agenda de ajuste de orientação para o mercado.

O cumprimento dos contratos de concessão, tanto por parte das concessionárias quanto por parte da União, propicia condições favoráveis aos novos investimentos necessários à expansão da oferta. As cláusulas tarifárias, tanto no que diz respeito aos reajustes quanto às revisões, devem ter as suas interpretações consolidadas pelos agentes e pelos clientes, pela Nação e pela sociedade, eliminando o motivo de alegações de riscos regulatórios por parte dos investidores.

O incentivo à busca e ao crescimento da oferta de energia elétrica por fontes alternativas renováveis deve ser intensificado. O sucesso verificado com pequenas centrais hidrelétricas, com perspectiva de entrada de cerca de 2 mil megawatts nos próximos cinco anos – um sucesso, certamente –, não pode ser erroneamente interpretado como sinal para arrefecimento dos esforços e incentivos. Temos que continuar procurando incentivar isto.

O aproveitamento dos potenciais eólico e solar da biomassa, abundantes em nosso País, aliados aos benefícios ambientais e sociais advindos desses aproveitamentos, devem ser considerados nos sinais regulatórios a serem dados a essas fontes.

As ações visando à viabilização das térmicas a gás natural como um seguro contra a estiagem são também importantes medidas que reduzem riscos de futuros racionamentos como o que ora está se apresentando para a nossa sociedade.

O equilíbrio do binômio tarifa-qualidade de serviço deve ser meta clara, tanto no que diz respeito à medida global dos valores praticados quanto no que tange à atribuição específica às diversas classes de consumo. Padrões comparativos devem ser buscados tanto no âmbito nacional quanto no internacio-

nal, e a sua implicação deve respeitar as especificidades regionais, até mesmo como fator de redução das desigualdades existentes entre as regiões do nosso País.

Não cabe pensarmos qualidade homogênea para o Brasil inteiro; não cabe pensarmos tarifas homogêneas para os diversos tipos de consumidores. Temos que trabalhar com clareza nas especificidades regionais. A regulação tem que ter a cor de cada região.

A defesa do consumidor. Essa deve se dar em duas frentes específicas: primeiramente fazendo crescer a compreensão por parte das concessionárias e distribuidoras de que o Código de Proteção e Defesa dos Consumidores, associado aos regulamentos da Aneel, é um instrumento básico a ser respeitado nas relações com os seus clientes; e, em segundo lugar, uma atuação firme da Aneel na fiscalização da qualidade dos serviços prestados.

Esse tipo de postura dá aos consumidores de energia elétrica a confiança necessária de que os seus direitos estão sendo preservados. O aumento da competição, onde cabível como instrumento de preservação, e até mesmo a redução de preços devem ser perseguidos e monitorados de perto.

O direito do consumidor ao mercado isonômico, sem práticas anticompetitivas, deve ser preservado por meio de instrumentos e ações adequadas e eficazes; em suma, uma competição com regras e monitoradas pela Aneel.

Com relação à transmissão e à distribuição, setores de monopólio natural, sendo que este último aqui está em direto contato com os consumidores, os seus preços devem ser regulados pela Aneel dentro de uma política tarifária discutida e debatida nesta Casa.

A transparência e a coerência das decisões da Aneel indicam que se está criando um arcabouço institucional dinâmico nas decisões e duradouro na essência, permitindo que cresça a confiança dos agentes do setor, dos representantes da sociedade e dos consumidores no equilíbrio do mercado de energia elétrica e no benefício que este traz à sociedade brasileira.

Devo ainda, como importante papel de um Diretor da Agência, colaborar para que a Aneel constitua um quadro de técnicos com perfil adequado ao cumprimento de tão meritória missão, consciente do dinamismo da evolução de nossa sociedade e capaz de responder adequadamente às necessidades emergentes e dos consumidores de energia elétrica, em

prol do interesse público. Nesse trabalho, estarei colocando mais do que minha disposição de ajudar e aprender: o meu coração e o meu idealismo.

Assim, posso garantir a V. Ex^{as} que, juntamente com a Diretoria e a equipe da Aneel, pautarei minha atuação, vindo a merecer a vossa aprovação, na fidelidade às idéias expostas, na busca permanente de aprender com todas as oportunidades que me serão apresentadas e na total transparência das motivações de minhas decisões.

Mais uma vez, agradeço a todos os Srs. Senadores e coloco-me a serviço de cada um dos senhores e da Nação brasileira como um todo, no desejo de contribuir para a construção de um melhor porvir para os filhos desta nossa Terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito bem. Vamos, agora, passar aos debates.

A lista de inscrição tem como primeiro nome o do eminente Senador Sérgio Machado, a quem passo a palavra.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, Presidente José Mário, Dr. Eduardo Ellery, Dr. Paulo Pedrosa...

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Perdão, Senador Sérgio Machado. Se algum Senador precisar retirar-se e quiser votar antes, já pode votar.

Devolvo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Muito obrigado.

Caros colegas, estamos hoje, nesta manhã, para podermos escolher dois novos Diretores para a Aneel. Hoje, vivemos, Dr. José Mário, um momento importante, no que diz respeito ao setor de energia no Brasil. Temos a consciência de que esse é um setor vital para o nosso desenvolvimento; sabemos que temos que correr rápido. Temos uma série de desafios, uma série de estrangulamentos que precisamos, o quanto antes, poder resolver. E a Aneel tem um papel fundamental na mudança da cultura.

Saímos de um Estado que tinha a visão de fazer para o Estado que tem o papel de regular. E, dentro dessa nova filosofia, a Aneel tem um papel vital, que é assegurar ao cidadão consumidor seus plenos direitos. Essa acredito ser uma mudança de cultura para que possamos garantir a qualidade do serviço, o preço justo e o atendimento - tanto faz na maior Capital, como no Município mais distante.

Hoje, existe uma diferença de tratamento e de atendimento entre o Município mais longínquo e as maiores cidades, e creio que esse é um desafio que temos, porque o cidadão consumidor da localidade

mais distante é brasileiro como outro qualquer e tem que ter exatamente o mesmo direito. Hoje, estamos atendendo a 95% dos lares brasileiros, mas os 5% estão 100% sem energia. Então, os 5% não têm energia nenhuma e temos que avançar o mais rápido possível para poder assegurar a todos esses brasileiros o seu pleno direito.

Portanto, acredito que hoje, pelos pareceres dos eminentes Senadores Arlindo Porto e Tasso Rosado, podemos verificar a competência dos novos Diretores que são colocados.

O Dr. Eduardo Ellery já é Diretor e tem um currículo bastante apropriado para a função com o que fez nesse desafio, nessa visão do direito do consumidor, que é algo fundamental. Entretanto, ainda há uma série de distorções que precisam ser corrigidas, como, por exemplo, aquela leitura que as empresas de energia fazem – inclusive, há um projeto meu aqui, por média –, que é algo que não podemos admitir. Cada consumidor tem que pagar aquilo que efetivamente consumiu. Se a empresa não tem condição de fazer a leitura, a culpa não é do consumidor, é da empresa. Então, são questões em que temos que avançar.

Sr. Presidente, estou muito feliz com a indicação do Dr. Eduardo Ellery*, tendo em vista a sua linha de trabalho e também pelo seu farto currículo. Tenha a certeza de que ele exercerá esse novo cargo com bastante êxito.

Portanto, Sr. Presidente, ele tem o meu voto.

Quanto ao Dr. Paulo Pedrosa, eu o conheço de longa data.

Sr. Presidente, eu conheço a vocação dele para o serviço público. Também sei do trabalho desenvolvido por ele na Subcomissão, permitindo, depois de longa discussão, sob a Presidência do Senador Teotônio Vilela, a implantação das mudanças propostas para o setor elétrico. Além disso, – e aqui gostaria de fazer uma confidência –, o Dr. Paulo recebeu inúmeros convites para trabalhar na iniciativa privada, inclusive com elevados salários. Mas, Sr. Presidente, como disse, ele tem vocação para o serviço público.

Assim sendo, certamente ele desempenhará um importante papel nesse setor, que é, hoje, estratégico e vital para o nosso desenvolvimento.

Creio que o Dr. José Mário contará com mais um diretor, que trará muitas contribuições, tendo em vista ser ele um excelente técnico, além de contar com a capacidade de dialogar, já que tem ele trânsito livre no Congresso Nacional.

Assim, fico muito feliz em ver que a Aneel cumprirá com o seu papel ainda mais agora com a esco-

lha desses dois novos diretores, que são pessoas de diálogo e estão preocupadas com o consumidor, além de serem bastante técnicos. A Aneel não é uma agência política. A Aneel, como toda a visão de Estado regulador, vai de fender o cidadão consumidor e os interesses do Estado.

Sr. Presidente – repito –, fico muito feliz com ambas as indicações, por que sei que eles cumprirão papel importante dentro daquela instituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao eminente Senador Teotônio Vilela.

O SR. TEOTÔNIO VILELA – Sr. Presidente; Dr. José Mário; Dr. Paulo Pedrosa; Dr. Eduardo Ellery; Srs. Senadores.

A Comissão de Infra-estrutura, hoje, avalia a indicação feita pelo Ministro José Jorge e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para os dois cargos de diretoria da Aneel.

Sr. Presidente, é com muita alegria que volto a Comissão de Infra-Estrutura, porque, há oito anos, participei desta Comissão em uma empreitada, na companhia dos Senadores José Richa, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Márcio Lacerda, quando a Comissão de Infra-estrutura criou a Subcomissão de Energia com o objetivo de desempenhar alguns projetos ousados, quais sejam: desenvolver uma consciência no Brasil para conservação de energia; fazer um trabalho no sentido de que os brasileiros tivessem em mente a importância da economia de energia, uma vez que o Brasil, ainda hoje, mas já menos do que na época, desperdiçava muita energia, tendo em vista a cultura e o conceito malformado de que a energia é feita e barata – o que é um equívoco – a energia custa caro e precisa ser utilizada com muito zelo e cuidado. A outra missão da então Subcomissão de Energia era criar um modelo institucional de desregulamentação do setor elétrico para que o Brasil pudesse se abrir para os grandes desafios, uma vez que o modelo energético já havia sido esgotado, na época o Poder Público não dispunha de recursos da monta necessária para fazer os investimentos que pudessem atender à demanda energética e, portanto, precisava desregulamentar a legislação para que o setor se livrasse das amarras, e pudessem ser canalizados recursos da iniciativa privada. Dessa forma, o poder público também poderia exercer o seu papel de uma forma mais eficaz, com a participação da sociedade, surgindo a idéia das agências. A construção institucional da Aneel teve o nascedouro durante os debates promovidos no Senado e na Câmara dos Deputados.

Outra vertente do trabalho consistia em uma divulgação e um debate, por todo o Brasil, para que abrissemos a nossa matriz energética que, predominantemente, tinha como componentes fundamentais o petróleo e a energia hidráulica, a fim de que, no Brasil, diante das suas limitações de País em desenvolvimento e com as suas potencialidades de País tropical, se pudessem utilizar todas as fontes de energia, sobretudo na área das energias renováveis e não-poluíntes, incluindo, de forma intensa, a energia da biomassa e também o aproveitamento das pequenas hidrelétricas, o melhor aproveitamento do gás, a energia solar e assim por diante. Até hoje, nesse período da minha vida pública, recordo-me desse trabalho com muito orgulho, pelo processo que se decorreu.

Realizamos, no Senado, várias audiências públicas, trazendo todo o setor para debater com os Srs. Senadores e Srs. Deputados Federais – visto que foi um trabalho articulado também com a Câmara dos Deputados –, para que buscássemos, com a sociedade, saídas para essas questões.

Viajamos, por todo o Brasil e também para o exterior, debatendo a matéria e fazendo palestras.

Primeiramente, relato esse episódio para dizer da minha alegria de voltar a esta Comissão e para dar o meu testemunho. O assessor principal, que, na época, trabalhava para a Comissão com o propósito de que esse trabalho se desenvolvesse na sua plenitude, era justamente o Dr. Paulo Pedrosa, que está senta do agora à mesa. S. S^a foi indicada por um dos gestos felizes do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para, em companhia do Dr. Eduardo Ellery, se somar nesse esforço, que já vem sendo realizado com muita competência pelo Dr. José Mário à frente da Aneel, justamente para que o País leve a bom termo a questão da energia, fator fundamental para qualquer país do mundo.

Em relação ao Dr. Eduardo Ellery, quero dar também o testemunho do trabalho que já vem exercendo como Diretor da Aneel, com seriedade, com competência e com muita dedicação. Em aberto, manifesto o meu voto favorável à recondução do Dr. Eduardo Ellery e também à feliz indicação do Dr. Paulo Pedrosa. Tenho certeza de que, pela sua experiência, pela sua capacidade, pela competência e pela relação que já possui com esta Casa e com a Câmara dos Deputados, aproximará, cada vez mais, a Aneel do Poder Público, representado pelos Senadores e pelos Deputados, e dará também uma grande contribuição à questão energética no Brasil pela sua experiência no setor.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao eminente Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, Srs. Engenheiros, Sr. Presidente da Aneel, José Mário Miranda Abdo, Sr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa e Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho, hoje é um dia especial para esta Comissão.

Já que estamos votando abertamente – o voto não está sendo secreto, pois cada Parlamentar está manifestando a sua opinião em público, e eu o farei neste instante – pelo currículo e pela qualidade dos dois indicados pelo Presidente da República. Eu começaria dizendo que, evidentemente, votarei em ambos, mas há uma particularidade que me traz emoção ao colocar meu voto nessa urna.

Sou originário da Escola de Engenharia – com muita honra – de Minas Gerais. Lá, percebi que, antes de tudo, se deve aprender a pensar. Fomos terrivelmente compelidos a pensar. Naquele tempo, na Escola de Engenharia de Itajubá, tínhamos que aprender engenharia elétrica, mecânica e civil, porque essa era a idéia, segundo quem inventou aquela escola, de que o Brasil precisava. Quem projeta uma usina hidrelétrica precisa saber engenharia civil – senão, não projeta uma barragem, nem um canal. Para lidar com as máquinas, é necessário saber engenharia mecânica, além de engenharia elétrica.

Agora, estamos diante de dois pós-graduados que vão para a Aneel. O Brasil anda às voltas com uma dificuldade, e todos estão atônitos. Pergunta-se se haverá ou não raciocínio. O que houve? Os reservatórios secaram? Está na hora de juntar bons cérebros e começarmos a pensar. A Aneel tem um papel essencial nessa hora em que devemos definir uma matriz de energia para este País. O que devemos fazer: apagar as lâmpadas, trocá-las ou diminuir os gastos?

Lembro-me bem de que, em determinado momento da minha vida de engenheiro, fui convidado pelo Governador do Ceará para fazer nascer energia elétrica naquele Estado, que não a tinha. Eram 200 Municípios sem energia elétrica, cada um dispoondo de um grupinho gerador pequeno, e os Prefeitos ficavam procurando-nos a fim de saber como poderiam melhorar aquela situação.

Tivemos, então, oportunidade de usar aquilo que Itajubá nos ensinava: pensar. De onde viria a energia para o Estado do Ceará, que apresentava 200 Municípios sem energia? Era um Estado grande, com mais de 200 mil km² e com aquela luz a que acabaram de se referir os nossos companheiros: todos os lares com energia. Tinha que ser? Vamos ver.

Como se leva energia a um lar distante 100Km da matriz ou da sede principal? Não há outro caminho conhecido senão fazer uma linha elétrica que levará energia. Sob que forma, com que dimensão? O que ocorre quando se espalham as linhas, jogando-se energia nelas para, na ponta da linha, o consumo ser equivalente a acender uma lâmpada à noite ou um radinho que o homem do campo precisa ter? Evidentemente, ele precisa disso. Mas, antes de fazermos uma linha de 100Km, talvez um pai nelde energia solar suprisse essa energia que se deseja nos 5% dos lares que ainda não a têm. O que fazer mais?

Senhores, sinto orgulho de dizer que eletrifiquei dois Estados – inclusive o Ceará inteiro de ponta a ponta. Lá, conheci uma pessoa eminente e traz-me certa emoção quando vejo o seu sobrinho com esse currículo. O General Ellery, tio do Sr. Eduardo Henrique Ellery Filho, era o Vice-Governador do Ceará. Ele apontava os lugares aonde deveríamos levar energia – foi o que fizemos. Quando se chegava a uma pequena cidade em que instalávamos energia, olhávamos os consumidores, e a maioria não tinha dinheiro para fazer a instalação elétrica da sua casa. Não se pode ter energia sem, no mínimo, a instalação elétrica da casa.

Agora, existem algumas idéias, como luz no campo. Há recursos investidos para se alcançar essa condição. Então, foi o que fizemos, talvez pela primeira vez em nosso País: a empresa de eletricidade do Ceará financiou a instalação elétrica de pelo menos dois pontos de luz em cada cidade, porque apenas quem tinha energia eram os que poderiam pagar a instalação elétrica – não era nem a taxa da luz, era a instalação elétrica. E assim fizemos. Eletrificamos praticamente o Ceará inteiro. Depois, fui Governador do Piauí por duas vezes e eletrifiquei o segundo Estado, que foi o do Piauí.

No entanto, hoje, em face da escassez mencionada, temos dificuldade em acudir as hidrelétricas com as termelétricas. Temos gás em alguns lugares, mas fazer uma usina de 200 megawatts com gás não é fácil! Não temos no País, temos de encomendar lá fora, o que leva, no mínimo, três anos.

Engenheiros e companheiros, está correndo na Aneel – ou vai correr na Aneel – um pedido que fizemos do grupo de trabalho elaborado por mim há uns vinte anos, quando patenteamos a operação de transformar um óleo vegetal num óleo mineral – fizemos diesel de óleo de milho e soja.

Nesses óleos mais leves, a operação é direta. O óleo diesel resultante pode ser colocado em qualquer motor, mas com o óleo de mamona não é a mesma

coisa. Ele dá um óleo diesel um pouco mais viscoso e precisa ser misturado ao óleo mineral.

Isso tudo, no momento em que estou falando, já está resolvido tecnicamente. Vinte por cento do óleo diesel resultante de mamona é capaz de gerar um óleo não poluente - da mesma maneira que o álcool adicionado à gasolina diminui, de certa forma, a poluição. Esse óleo vegetal oriundo da mamona, misturado com o óleo mineral, elimina, na queima, um terrível e venenoso componente chamado mercaptana, que é veneno mesmo. Quem meter o nariz na descarga de um caminhão que não queimou bem pode morrer. Essa mercaptana, misturando o óleo diesel da mamona com o óleo mineral da Petrobras, desaparece na queima, conforme testado em laboratório.

Senhoras e senhores, a mamona é resistente à seca. O semi-árido nordestino só tem seca. Se não chove, aquela pequena produção de milho e feijão não dá para nada. Definimos um módulo com seis hectares de mamona. Um lavrador daqueles paupérrimos, excluídos, do semi-árido nordestino, pode ter um salário R\$300 a R\$400 por mês, coisa que ele não vê nem por ano. E a mamona é resistente à seca.

Fizemos um cálculo, senhoras e senhores: no Estado do Piauí pode-se produzir em quatro anos o suficiente para ocupar 100 mil lavradores da força de trabalho deste País – trabalhando-se com 500 mil hectares de mamona, o que não é grande coisa. Além disso, esses 500 mil hectares de mamona no Estado acrescentariam à produção de energia três mil megawatts.

Meu caro Ellery, está aí um Estado podendo empregar cem mil pessoas no campo e produzindo energia! Vamos fazer uma megaindústria de produção elétrica ou dividiremos isso em pequenos grupos geradores, colocados na ponta da linha - a perda de energia no Piauí é de 30% em linhas mal dimensionadas, procurando o homem do campo, a luz do campo lá na ponta.

Estamos falando agora com engenheiros do ramo: meus caros colegas todos, um grupinho de cinco mil kilowatts na ponta de uma linha representa mais do que, talvez, uma usina de 100 megawatts num centro de carga. Por isso, fico feliz de dizer a eles que faço parte, com toda a honra, da equipe da Aneel, por adoção, por simpatia ou por patriotismo. Para mim, é uma alegria votar nesses dois titulares da energia elétrica e mecânica. Parabéns ao Dr. José Mário, pela aquisição. Um já estava lá e o outro entra agora. E contem que eu quero entrar também, nem que seja ad hoc, em favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece essa contribuição trazida pelo eminente Senador Alberto Silva, que é um engenheiro formado no meu Estado e deu uma demonstração de que não só é conhecedor da matéria, como também está preocupado em aproveitamentos energéticos que possam realmente compatibilizar tudo isso que é interesse nacional.

Com a palavra o eminente Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Antes de mais nada, gostaria de saudar o Presidente, os colegas Senadores, a Senadora Emilia Fernandes, a Mesa, o Dr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, que conheço há muitos anos, o Dr. Eduardo Henrique Ellery Filho, de quem venho acompanhando a pouca distância o trabalho, e o Dr. José Mário Miranda Abdo, Presidente da Aneel.

Estamos aqui em uma reunião da maior importância, pois é importante para a Aneel, para o Parlamento e para a sociedade. Já passei os olhos nos dois currículos, são dois bons currículos, e penso que há uma concentração, uma certa hegemonia da UnB, mas também há outros, como a hegemonia paulista no País, da qual também temos crítica – inclusive, penso que essa da UnB já é uma descentralização – mas, enfim, são bons currículos.

Gostaria de fazer três perguntas. Antes de fazê-las, porém, gostaria fazer um comentário, aproveitando a presença do Presidente José Mário Miranda Abdo: a criação das agências é uma inovação, faz parte da reforma do Estado brasileiro. É uma nova concepção. Ou seja, estamos tirando coisa velha e colocando no lugar coisas que consideramos novas. Mas é preciso se provar que é realmente algo novo. Quer dizer, quando se pensou nesse modelo de agência, pensou-se em duas coisas: autonomia – forte autonomia – e independência não em relação ao interesse público, mas aos Poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário. Sinceramente, apóio a reforma do Estado; meu pensamento político é muito claro sobre essa questão, mas ainda não vi essas agências independentes. E aproveito a presença da Aneel aqui, hoje, para fazer, por assim dizer, uma missa de corpo presente.

Acompanhamos a mídia e há horas em que o discurso da Aneel confunde-se com o discurso do Governo. Isso me incomoda, porque penso que não é papel da Aneel. Estamos vivendo uma crise, caminhando para um racionamento, e como sou muito atento, penso que isso não são simples detalhes, mas pontos decisivos. A agência tinha que identificar os

erros cometidos e apontar caminhos claros, até para sacudir o Parlamento naquilo em que ele estiver omissa, em uma lei que precisava votar e não votou, em uma ação que precisava fazer e não fez, e também sacudir o Executivo. E falo isto como uma contribuição sincera, e não como contribuição de uma Oposição destrutiva, mas uma contribuição de uma Oposição propositiva: ainda não estou vendo esse papel da Aneel. As outras vou discutir quando tiver oportunidade aqui nesta Comissão.

Sabemos, por exemplo, e se o Dr. José Mário Miranda Abdo quiser comentar o que estou falando, sentir-me-ia honrado com o seu comentário, mas também quero ouvir o comentário dos dois indicados.

Sabemos, por exemplo, que, no acordo com o Fundo Monetário Internacional – e ninguém aqui é criança de achar que o País não devia ter feito o acordo, tendo em vista que as circunstâncias nos levaram a isso –, está previsto um superávit primário que poderia ser obtido de várias formas. Uma delas, que tem ajudado a compor o superávit primário – e tentar “tapar o sol com a peneira” não ajuda a fortalecer a autonomia nem a independência da Aneel –, é cortar os investimentos das estatais que têm ajudado a compor o superávit fiscal. Basta abrir as contas públicas que isso está transparente.

Um fato que ocorreu é que o setor elétrico parou de investir significativamente, pois foi vedado às estatais que entraram no programa nacional de desestatização continuar o processo de investimento, já que seriam rapidamente desestatizadas e, por conseguinte, o investimento seria feito de forma privada. No entanto, elas não foram privatizadas e o investimento novo não foi feito. As termelétricas, que eram poderosas para regular o sistema diversificando a matriz energética, ficaram paralisadas à espera de uma decisão sobre o preço do gás e do transporte do gás, além da questão do risco cambial. E estamos caminhando para um racionamento que vai afetar a vida do brasileiro e a produção nacional.

Temos um empresário bem sucedido na Mesa, o Presidente da nossa Comissão, que sabe o que estou dizendo. Todas as declarações que ouvi da Aneel se confundiam com as explicações do Governo tentando colocar a culpa desse episódio na falta de chuvas. Sabemos que não é verdade, pois o próprio Conselho Nacional de Desestatização foi obrigado a se reunir às pressas para permitir que Furnas investisse mais de R\$900 milhões neste ano. Então, teve-se que mudar uma decisão, porque havia uma decisão equivocada anterior.

Estou falando isso porque sou adepto do novo Estado que queremos construir e é importante que ele vá com força e não capenga. Não tenho preocupação se o Paulo Pedrosa, por exemplo, tem boas relações dentro do PMDB. Se V. Ex^a for para a Agência para cumprir o seu papel e souber o papel que a lei que criou a Agência determina para seus diretores, não há problema. V. Ex^a poderá ser um grande diretor – particularmente acredito nisso – e votarei favoravelmente, mas entendo que a Aneel está devendo essa autonomia e essa independência para discutir os problemas, discutir a privatização sob a ótica do cidadão.

Ontem, por exemplo, o Valor Econômico, não sei se os membros da Comissão tiveram oportunidade de ler, trouxe uma boa matéria sobre o assunto, mostrando que, se privatizar, qual é tipo de obrigação que o novo proprietário deve ter, se deve investir em nova geração, quantos por cento de nova geração. São Paulo está discutindo isso também.

É essa independência, essa clareza de procurar o interesse público e não o do Senador ou Presidente de plantão ou de quem quer que seja que a Nação ainda não viu, mas que quer ver. A Nação que ver esse novo modelo de Estado com força, cuidando do seu interesse.

Aqui já está embutido um pouco um comentário que faço e aceito que seja comentado pelos dois e pelos três, se possível. Também não exijo, porque esta reunião não é própria para ouvir o Dr. José Mário Abdo, mas os dois que estão presentes, prestando esclarecimentos e pedindo os nossos votos, seriam muito conveniente. Aqui estão embutidas três perguntas.

Gostaria de conhecer o pensamento a respeito da privatização do setor. Parece que o Governo, com relação à transmissão, já chegou à conclusão de que não deve privatizar. Gostaria também de conhecer o pensamento a respeito da geração, questão muito discutida no País. A segunda pergunta diz respeito ao racionamento e às próprias termelétricas, as 49 – às vezes os números são modificados. Gostaria que falasse a respeito da matriz energética. A última questão, que considero importante para a Agência – e se tivesse chance de sugerir algo, sugeriria ao Presidente um debate público, talvez aqui no Congresso Nacional, a respeito de tarifas de energia. O que está acontecendo? A Agência não tem toda a responsabilidade porque nasceu após vários contratos assinados. Tenho consciência disso. Mas acredito que a Agência passa a ter responsabilidade se não der um pouco de transparência a isso.

Ocorre que as tarifas são reajustadas muito acima da inflação e da variação de vários índices. Assim,

gostaria de indagar a respeito do que os dois pensam em relação às tarifas. E deixo a sugestão ao Presidente: poderia ser aqui o debate, um encontro a fim de apresentar os contratos, empresa por empresa, distribuidora por distribuidora, o que está acontecendo. Porque lá na ponta não está bom. A sensação que fica não é boa. Pessoas com salários congelados, vendo a sua conta de energia sendo corrigida muito além dos índices econômicos.

Portanto, um comentário e três perguntas. É a intervenção que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito bem. Foi muita proveitosa a participação de V. Ex^a, Senador Paulo Hartung. Vejamos quem gostaria de responder. Ambos? Com a palavra então o Dr. Paulo Pedrosa.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Estamos preocupados, Sr. Presidente, pois neste momento ocorrem outras reuniões de Comissões das quais fazemos parte. Esse é o grave problema da Casa. Tentamos nos dividir, participando de mais de uma reunião. Assim, gostaria de saber dos sábados, de V. Ex^a e dos ilustres colegas Senadores se não poderíamos fazer os encaminhamentos, pois seriam demasiado longas as exposições, e, posteriormente, os sábados responderiam. Poderíamos abreviar. Pois mesmo que não consigamos acompanhar as respostas, poderemos, de pois, por meio das notas técnicas, analisar antes da votação em plenário. Mas não gostaríamos de nos retirar para outra Comissão sem antes fazer as colocações. A pergunta que faço a V. Ex^a é se poderíamos, de forma mais breve e mais objetiva, deixar as considerações, se possível, dentro desse espírito. Já estou sendo chamada, pois tenho matéria para relatar em outra Comissão, que já está iniciando seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pois não. Penso que não há prejuízo. Assim, procederemos dessa maneira. Pela lista de inscrição, tem a palavra a eminente Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Como V. Ex^a já foi vitoriosa e tem outros compromissos, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Gostaria até de pedir escusas se precisar me retirar antes. Porém,

gostaria de deixar minhas colocações. Posteriormente, poderemos discutir e dialogar com os sabatinados, os ilustres indicados à Diretores da Aneel. Cumprimento o Presidente da Comissão, os demais membros, em particular o Dr. Mário Abdo, com quem tivemos um tratamento respeitoso durante os dois últimos anos, quando presidi a Comissão. Também já tivemos a oportunidade de dialogar como Dr. Eduardo e acompanhar a votação da sua indicação no início da Agência. O Dr. Paulo Pedrosa, uma figura que – pelo que foi comentado, porque eu, particularmente, não o conhecia –, do ponto de vista técnico, embora muito jovem, tem uma vida já bastante conceituada, voltada ao setor. O senhor é um engenheiro mecânico que pode, sem dúvida, desempenhar esta atividade.

Mas eu quero chamar a atenção para o que o Senador Paulo Hartung já colocou, que nós vimos a criação de agências neste País e estamos acompanhando, porque, há poucos dias, duas novas agências foram analisadas nesta Comissão e votadas até um tanto de afogadilho no Senado. Embora tenha tido um ano de discussão na Câmara, aqui no Senado nós não tivemos oportunidade de fazer uma análise mais ampla no que se refere à Agência de Transportes Terrestres e Aquaviários, e nós sempre também temos essa linha. É importante que se tenha uma agência com a competência e com o dever, como foi colocado aqui, de regular, de fiscalizar a produção, a transmissão, a distribuição, a comercialização da energia elétrica, para tentar mediar os conflitos entre os agentes do setor e os consumidores e colocar inclusive esta característica na qual o próprio Dr. Eduardo teve uma participação decisiva, que foi tentar aproximar o consumidor da agência. Penso que o grande problema é a transparência que queremos que norteie hoje os setores, porque não adianta apenas o Governo nos mandar dizer que estão indicando duas pessoas que, com certeza, irão contribuir muito para o cumprimento das diretrizes e políticas traçadas pelo Governo para este setor. Eu quero colocar aqui para os senhores que, na mesma linha do Senador Paulo Hartung, entendo que essas agências ainda precisam dar uma maior visibilidade para o consumidor, para a comunidade. Se interpelarmos as pessoas nas ruas sobre o que é a Aneel, as pessoas têm que saber que é um órgão que existe e que está do lado delas. Porque energia, água e transporte são bens públicos e têm de ser tratados com a característica de que existem exatamente para servir. Então, dentro dessa nova linha, estamos vendo que ainda há uma certa dificuldade nesse sentido. Nesta mesma Comissão, durante dois anos, debatemos esta questão, entre outras,

mas muito especificamente esta, e viamos sempre uma expectativa de que a coisa está melhorando e está avançando.

Agora, o que estamos ouvindo é a grande preocupação do Brasil inteiro sobre a questão do racionamento, que também está nessa linha. É claro que o problema do nível da água nos reservatórios é uma questão a ser analisada, mas isso também tem de ser planejado, previsto. Então, eu gostaria de saber o que foi realmente feito no setor não apenas na direção do investimento, como da aproximação do consumidor e, principalmente, para a prevenção de problemas dessa natureza. Não podemos pensar apenas que os reservatórios das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste terminaram o período de chuvas com 32,18% da sua capacidade, enquanto o nível de segurança para que o País pudesse atravessar o período seco sem risco era de 49%. Depois dizem que, na região Nordeste, os reservatórios estavam com 33,13%, e o nível de segurança para a região é de 50% da capacidade, e assim por diante. E ainda há mais: com o risco de colapso no fornecimento – eu quero até perguntar se o que está nos jornais de hoje corresponde –, o preço da energia disparou de abril para este mês. Nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, o aumento foi de 82,37%. No ano, a alta é de 707,96%, com o Mw/h subindo de 56,92, em janeiro, para 459,89. Então, isso nós precisamos saber, também. Dentro desta linha de objetivar o nosso assunto aqui, também concordo que temos que dar prosseguimento; o nosso ilustre Presidente é tão dinâmico.

Sr. Presidente, quero deixar uma idéia de como fizemos um trabalho positivo nesta Comissão nos últimos dois anos, e podemos até dar uma continuidade. Nós fizemos desta Comissão um fórum permanente de debates sobre essas questões que estão relacionadas com as nossas atividades: energia, comunicação, transportes, água. Tudo isso foi debatido constantemente. A cada dois meses, no máximo, realizava-se uma audiência pública, com representantes do Governo, das agências e da sociedade, professores, universitários, técnicos, representantes dos trabalhadores dos diferentes setores. Assim, deixo essa questão como uma proposta, uma sugestão para V. Ex^a.

E a minha grande pergunta – a isso não são V. S^{as} que vão responder; o Governo é que poderia fazê-lo – é por que as agências – essa autonomia também defendendo – são compostas apenas por indicação do Governo. Por que não há a participação da sociedade, por meio dos órgãos representativos do setor ou de técnicos das universidades? Teríamos um colegiado

que daria uma conotação, na minha visão, de maior autonomia.

Hoje, a grande e principal questão diz respeito ao racionamento de energia. Parece-me que, nas últimas semanas, elas delinearam, mais ou menos, as diferenças, porque se ouviu muito falar em racionalização – parece-me que é a posição da Aneel – e em racionamento, que é a posição do Ministério das Minas e Energia. Então, gostaria de ouvir dos diretores: qual é a situação real do setor energético no País? Temos dados de estudiosos que nos garantem que, há dois anos, não se está fazendo no País o trabalho de investimento e de prevenção.

Teremos racionamento? Pelo que está posto nos meios de comunicação, teremos. A partir de junho? A partir de quando?

Como está o relacionamento das equipes da Aneel com as do Ministério? Há esse trabalho autônomo ou integrado numa linha de submissão ou até de desencontro?

E quais as medidas que a Aneel está programando para o iminente período de racionamento? O que farão concretamente? O que compete à Aneel neste momento?

Essas são as considerações que faço, cumprimentando V. S^{as} e dizendo que, realmente, temos uma preocupação muito grande com essa questão das agências. Ainda gostaríamos de entender mais e desvincular as agências do Governo. As agências são uma causa maior, em nome da população brasileira, que é o consumidor. O Governo dá suas orientações, e a Agência, com seus técnicos qualificados – como temos aqui, pelos currículos –, teria a capacidade de dizer “isto é errado, isto é certo”. Até onde vai essa capacidade?

Cumprimento a todos e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação da eminente Senadora Emilia Fernandes. Gostaria de dizer que o Presidente acompanhou, com grande admiração e respeito, o trabalho que S. Ex^a realizou como Presidente desta Comissão.

O Presidente atual está pedindo a Deus que lhe dê forças para repetir aquela performance, na melhor das hipóteses, naturalmente.

O último orador inscrito é o Senador Mauro Miranda, a quem passo a palavra, por cinco minutos.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, esta Casa tem a responsabilidade de escolher os membros das agências, por isso percebemos, Presidente da Aneel, Dr. José Mário, que nós, Senadores, esta-

mos com essa preocupação quase generalizada. É necessária uma atuação política também forte quando se escolhe dois engenheiros, colegas meus, porque também sou engenheiro, vindos de duas universidades, uma é a UnB, mas hoje talvez esteja sendo um pouco descentralizado, porque o setor energético sempre recebia pessoas vindas da minha querida Minas Gerais, de Itajubá. Hoje percebemos que houve uma repartição do poder, não ficou apenas com Minas Gerais, mas está sendo espalhado pelo Brasil; é a confluência, e a UnB é esse centro.

Essa exigência da participação política é muito importante. Quero dar um exemplo: o ex-governador, querido Mário Covas – que não era do meu partido –, embora do PSDB, talvez tenha sido a pessoa mais polêmica, mais incisiva nas definições das políticas, em várias áreas, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nós, técnicos, temos que avançar mais um pouco, mostrar essa diferenciação, criar essa individualidade própria da agência, o que os Senadores cobraram aqui e com o que concordo plenamente.

Nós, do Centro-Oeste, do Distrito Federal, temos feito requerimentos em relação às termelétricas que se instalam aqui. Não sabemos se falamos com o Ministro das Minas e Energia, com a Agência, quem é o responsável; e sempre as palavras do Presidente da Agência são as palavras do próprio Ministro. Então existe esse lado. V. Ex^a sabe que os seus nomes são ratificados pelo Congresso Nacional. O Ministro não precisa passar por esse processo; é uma indicação feita apenas pelo Presidente da República. Então é preciso dar essa individualidade. São técnicos preparados, mas devem estar sintonizados também politicamente.

Lembrem sempre a figura de Mário Covas. O Dr. Paulo vem com uma ligação partidária, uma pessoa muito ligada ao PSDB, mas, repito, lembrem a figura de Mário Covas, engenheiro como nós, teve uma atuação decisiva com relação ao Presidente da República, contrapôs-se a Sua Excelência nas horas mais fortes e deu uma individualidade a sua administração no Governo de São Paulo. Penso que é o que a Agência precisa nesse momento. V. S^{as} são indicados pelo Presidente da República, não precisam ser subservientes, não precisam obedecer sempre. V. S^{as} têm que ser os indutores, os agentes principais da sociedade no sentido de valorizar a Aneel. Não estou dando conselho, mas, quem sabe, dentro do conselho, fica uma pergunta e agradeço se obtiver uma resposta para contrapor a essa impressão que nós, Senadores, temos hoje da Agência que discutimos nesse momento.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente, torcendo, votando a favor desses dois técnicos, mas fazendo-lhes esse desafio: sejam técnicos, mas, muito mais do que isso, sejam também os porta-vozes dos anseios da sociedade, sejam o contraponto à política energética do País e apresentem soluções.

Faço um pedido: se estivera cargo de V. S^{as} a questão das termoeletricas de Brasília e de Goiânia, para viabilizar o nosso gasoduto, também gostaria de receber da Presidência da Aneel uma resposta a uma correspondência que mandei, pedindo o encaminhamento para esse problema tão importante para nós, do Centro-Oeste, nesse momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Mauro Miranda e passa a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente José Alencar, que ro apenas fazer o registro da importância desta reunião de hoje, em que se apreciam o nome de dois Diretores da Aneel.

O relatório dos Senadores Arlindo Porto e Tasso Rosado demonstrou cabalmente as condições de ambos ao assumirem um posto tão importante, principalmente na conjuntura e no momento em que o País vive.

Pela Liderança do Governo, quero registrar que o Presidente Fernando Henrique foi buscar dois nomes de comprovada experiência; o Dr. Eduardo Henrique Ellery Filho, inclusive, já é Diretor da Aneel. Portanto, com uma folha de serviços prestados já na instituição bastante forte. Sem dúvida nenhuma, esses dois nomes, somados ao Dr. José Mário Miranda Abdo e aos outros diretores da instituição, levarão a Aneel aonde todos nós queremos. Aqui os pronunciamentos foram permanentes e uníssonos: querem, cada vez mais, que a Aneel ocupe o espaço para que foi criada. É claro que ela está-se estruturando, é um trabalho de curto prazo que já surtiu efeitos. Existem ainda ações importantes a serem empreendidas, mas, sem dúvida alguma, fica o nosso voto de confiança aos dois diretores pela condição técnica, pessoal e moral de seriedade que os dois têm na vida pública.

Gostaria de solicitar a todos os presentes os votos para aprovar os dois nomes e dizer que sabemos que eles farão um grande trabalho à frente da instituição.

Eram só essas palavras.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, tenho certeza de que o Senador Tasso Rosado, como eu, está tranqüilo em relação ao nosso parecer, de que nenhum Senador teve ou levantou dúvida em relação à capacidade técnica, à capacidade profissional, à idoneidade e ao aspecto moral dos sabatinados. Então, em função disso, abstenho-me de me aprofundar neste assunto. Mas sou Senador de um Estado que tem presença forte na geração de energia, é o maior produtor de energia do nosso País. Em nosso gabinete, especialmente quando fui indicado pelo Presidente para relatar esse projeto, a demanda foi grande em relação a alguns pontos. Levanto questionamentos não apenas aos dois, mas, se o Dr. José Mário Miranda Abdo houver por bem responder, o questionamento ficará para a Aneel.

Um ponto já foi levantado pela Senadora Emilia Fernandes, do qual apenas faço o registro, que é a preocupação da sociedade em relação ao racionamento, em função da racionalização que está sendo colocada de maneira muito insistente. Acredito ser importante, a sociedade deve estar preparada, deve estar orientada e informada no momento mais adequado possível. Não pode a sociedade, no mês de junho, tomar conhecimento de que no mês de julho haverá racionamento. Limito-me a registrar, pois a Senadora Emilia Fernandes já fez alusão ao assunto.

O Senador Paulo Hartung comentou sobre privatização e eu gostaria de fazer um rápido comentário sobre a privatização de Furnas. Qual é a posição efetiva de Furnas? É um problema do Brasil como um todo, mas que interfere diretamente no Estado de Minas Gerais, em função de sua base de geração ser muito forte naquele Estado.

Um outro ponto que quero levantar: o Dr. Eduardo Henrique Ellery Filho colocou que 95% da população brasileira hoje têm energia elétrica, mas, lamentavelmente, esses 95% estão concentrados nos centros urbanos. Na zona rural brasileira, temos um número próximo de 40% sem energia elétrica. É inimaginável que um País que tenha sua sustentação agrícola, que tenha na sua balança comercial um superávit de 14 ou 15 bilhões por ano, conseqüentemente, seja forte na sua atividade rural, tenha quase 40% da sua população rural sem energia elétrica. Não se precisa ir longe. É só ir ao Estado de Minas Gerais, que é um estado central e é o maior produtor de energia, onde temos ainda um número expressivo de produtores rurais sem acesso à energia.

Foi feito o lançamento do Programa Luz no Campo, que aproximou um pouco, mas está longe sua operacionalização. O importante é lançar um pro-

grama e colocá-lo em prática. Isso não está acontecendo e mesmo o pequeno produtor não está sentindo o resultado efetivo da implantação do Luz no Campo.

Outro ponto sobre o qual me questionam alguns produtores: na região noroeste do Estado, próxima de Brasília, há propriedades a 150 quilômetros de Brasília, conseqüentemente, numa região em tese bem assistida e bem desenvolvida, onde não há possibilidade de atendimento de energia elétrica, pagando ou não. Não é só porque fica caro ou porque se paga; é porque inviabiliza os investimentos. É uma região também importante, é um grande celeiro que precisa usar tecnologia, precisa avançar no processo de produtividade, que quer encontrar na irrigação uma alternativa para o desempenho da sua atividade. E é lamentável que, quando se busca um projeto de irrigação, quando se instala um pivô central em determinadas regiões próximas de Unai ou de Buritis, enfim, próximas à fazenda do Presidente da República, em que se gasta em torno de 35% a 40% para fazer um investimento em projeto de irrigação, isso é fora da realidade e passa a inviabilizar qualquer programa que incrementalmente um processo produtivo. Além de os produtores dessa região não terem energia elétrica para o atendimento mínimo da sua qualidade de vida, não conseguem o atendimento para as grandes ou médias demandas de um projeto de irrigação.

Eu gostaria de ouvir a opinião da Aneel sobre esse tema, porque, apesar de eu conhecer bem o assunto, penso que esta é uma oportunidade para V. S^{as} esclarecerem a população, para explicar aos que nos assistem e aos que participam do debate qual o futuro, qual o horizonte que a Aneel prevê para essas pessoas. Eu me restringiria a essas três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Dr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, que será a primeira pessoa a responder as indagações feitas. Depois passarei a palavra ao Dr. Eduardo Henrique Ellery Filho.

O SR. PAULO JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO PEDROSA – Procurarei fazer alguns comentários sobre todos os pontos apresentados. Primeiramente, falarei sobre a autonomia da Agência. No entender de quem, como eu, acompanha de fora as ações da Agência e agora tem a oportunidade de se integrar a uma equipe que vem conduzindo um trabalho muito competente, essa autonomia está sendo construída a cada dia. E não é algo assim publicado nas primeiras páginas dos jornais, mas algo a ser construído com ações a cada dia.

Acompanhando os últimos posicionamentos da Aneel, sinto que se caminha firmemente para o que

seria o modelo ideal de autonomia e independência. Os sinais estão aí. A polêmica em relação ao preço do gás, ou em relação às multas recebidas por algumas estatais, ligadas diretamente ao Governo, em processos de desligamento, ou outros sinais da Agência demonstram que, de fato, existe uma consciência, uma cultura que está sendo desenvolvida e que vem se solidificando no dia-a-dia da Agência, que afinal tem três anos de criação.

Em relação à privatização do setor, é importante lembrar que a Agência Nacional, de acordo com a própria lei aprovada no Congresso Nacional juntamente com outros dispositivos legais, não formula política setoriais. Ela existe para implementar as políticas e diretrizes do Governo Federal. Uma delas - que me parece ainda estar sendo discutida no Congresso Nacional e que poderia ser alterada - é a questão da privatização das empresas estatais. Sei que o Senador Paulo Hartung é signatário de uma proposta para que não se privatizem as estatais. Sendo essa proposta aprovada e tornando-se uma política, será papel do dirigente da Agência implementá-la.

O SR. PAULO HARTUNG – Sou signatário da proposta, mas não é bem assim. (Risos.)

O SR. PAULO JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO PEDROSA – Entendo que um ponto é fundamental, talvez até mais importante do que a própria propriedade das empresas: é a questão do poder de domínio de mercado que elas venham a ter. A Ches hoje produz 98% da energia do Nordeste. Furnas, com sua própria energia, com 8.500 megawatts de potência instalada, mais a comercialização dos 12.000 megawatts de Itaipu, mais a comercialização da energia nuclear, tem um poder de mercado muito superior ao que seria razoável num modelo concorrencial competitivo. Se Furnas adotasse um comportamento imprevisível, com esse poder todo, certamente isso seria um fator inibidor de investimentos. Esse é um ponto talvez superior à questão da privatização. Quem sabe isso possa ser resolvido por uma solução criativa, que, por exemplo, designe a energia de Furnas de forma semelhante a que é feita hoje para a energia de Itaipu, ou que se considere que a energia de Furnas continuará sendo uma energia de serviço público, e não uma energia de produção independente, livremente negociada no mercado.

A partir de 2003, a energia dos contratos iniciais será liberada na razão de 25% ao ano. Então, já em 2003, Furnas terá 25% da sua energia para trabalhar livremente no mercado. Isso, sem dúvida, é um fator de instabilidade que pode estar inibindo o investimento.

O racionamento que se está configurando – imagino que, na reunião do dia 08 próximo, o Conselho Nacional de Política Energética até recomende isso ao Presidente da República – é uma prova de que o setor elétrico, por questões técnicas particulares, reage com uma determinada inércia, até pelo tempo de maturação dos investimentos feitos. Hoje pagamos não somente o preço da falta de chuvas, que é real – esta mos vi ven do o pior ano de chuvas em quarenta anos –, mas também o preço de uma instabilidade no passado. É fato que, entre 1990 e 1995, os investimentos foram muito inferiores aos necessários. É fato também que havia uma instabilidade institucional muitogrande, estando a própria Lei de Concessões em discussão, com várias versões tramitando no Congresso Nacional. Estamos hoje pagando um preço pela instabilidade no passado.

As de ci sões no se tor de vem es tar sem pre vol tas para o futuro. Lembro, por exemplo, do encontro de contas ocorrido durante a negociação da Lei Eli-seu Resende, a Lei nº 8.631. Com a finalidade de renovar o setor elétrico e dar um novo paradigma de crescimento para o setor, essa lei reconheceu débitos do Tesouro Nacional pelo controle de tarifas de US\$26 bilhões, que foram transferidos dos consumidores para os agentes do setor. Só esses débitos reconhecidos – muito maiores, por exemplo, que tudo que se discutiu agora sobre o FGTS – seriam suficientes para talvez seis anos dos investimentos necessários na geração de energia. Trata-se de mais uma prova de que as ques tões do se tor elé tri co têm de ser observadas sem pre sob uma óti ca de im pac tos no fu-turo e, às vezes, num futuro não tão próximo.

A questão das tarifas, de certa forma, também está contemplada. Tínhamos a ilusão, no País, de tarifas baratas. Essa ilusão mostrou-se falsa, quando se fez esse encontro de contas de US\$26 bi lhões. Na verdade, não tínhamos tarifas baratas. Tínhamos um subsídio do Tesouro, um esqueleto fiscal que estava sendo colocado no armário e que, depois, explodiu. De fato, a energia tem um custo e um custocrescente a partir de agora, porque os nos sos mel ho res a pro ve i-tamentos foram feitos, apesar de o Brasil ainda ter aproveitamentos hidrelétricos com condições extremamente favoráveis, como é o caso de Belo Monte, uma usina de 11 mil megawatts no Pará. Mas vamos conviver com projetos futuros que trarão uma energia mais cara, e é importante estar atento para pro te ger o consumidor.

Um caminho fundamental de proteção do consumidor é o caminho da racionalização do uso da energia. Continuamos usando, nas nossas casas,

lâmpadas que jogam fora 94% da energia, transfor-man do em luz ape nas 6% da ener gia. Con se qui en te-mente, se tivermos eletrodomésticos mais eficientes, o impacto da tarifa será muito menor para o consumi-dor, que tem uma série de mecanismos de proteção. O consumidor de baixa renda – e hoje 30% dos con-sumidores do Brasil são de baixa renda – já tem sub-sídios da ordem de 65% nas suas tarifas.

É importante também dizer que, cada vez mais, esse consumidor se transforma num cliente. Há cam-panhas de divulgação de direitos. Existem mecanis-mos de teleatendimento nos quais ele pode se quei-xar, primeiramente, ao seu concessionário e, depois, à agência. A experiência mostra também que, como no caso da independência, se trata de uma cultura que se constrói, mas os avanços são importantes.

Respondendo à outra pergunta, o consumidor está sendo aproximado do agente regulador por es-ses mecanismos de descentralização. A Ane el re pas-sou, no ano passado, R\$13 milhões de seus recursos para a estruturação de agências locais próximas do consumidor e do agente regulador.

Em relação à prevenção dos problemas atuais, parece-me que não há dúvida de que o gás, pela faci-lidade e pela velocidade com que as usinas podem ser constru í das, é a so lu ção ide al, as sim que se re sol-va o imbróglio da questão do preço do gás natural.

O gás natural vinha sendo encarado como sen-do uma commodity internacional. Ao subir o preço do milho na Europa, causado pela demanda do produto para alimentar o gado europeu, aqui no Brasil sobe também. Isso ocor re em fun ção de que o mi lho é uma commodity internacional e pode ser rapidamente transferido para qualquer outro local, embarcado em um navio.

Já o gás da Bolívia e o nacional, não sei se ele pode ser adequadamente visto como uma commo-dity. Se a Bo lí via não ven der o gás dela para o Bra sil, para quem ela vai vender? O gás boliviano não pode ser transportado por um gaso duto para aque cer as re-sidências da Europa ou dos Esta dos Uni dos no in ver-no.

Nessa definição, o que me parece, pelo que acompanho, a ANP e o Ministério estão conduzindo com fir me za uma so lu ção para a ques tão do pre ço do gás, que vai viabilizar o andamentoda stermelétricas.

Na questão do preço disparado, os jornais têm publicado “o preço da energia no mercado spot foi a US\$250”. Também é importante destacar que exis-tem mecanismos, no re gu la men to da Ane el, de pro te-ção ao consumidor muito firmes. Um deles obriga as

concessionárias a lastrear o contrato de longo prazo até 85% da energia do seu mercado. Então, essa energia está lastreada em contratos de longo prazo e, portanto, não está exposta a esse aumento considerável do mercado spot.

Segundo, na própria com pra de ener gia no mercado spot, o repasse do valor com pra do pelos consumidores está limitado por valores fixados pela Aneel, os chamados VN. Conseqüentemente, as concessionárias é que serão, de fato, penalizadas por não terem firmado contrato suficientes para prever, passar por esse tipo de situação.

Além disso, esse im pac to se dá ape nas na geração, que corresponde, talvez, a 40% da tarifa do consumidor final. Então, algumas ilações que a mídia tem feito do impacto nas tarifas no momento parecem-me equivocadas.

Em relação à privatização de Furnas, creio que se aplica o mesmo que eu disse quanto às privatizações em caráter geral.

A questão da universalização mencionada pelo Senador Arlindo Porto, a Aneel está em um processo de audiências públicas para estabelecer uma regulamentação que vai exigir que as concessionárias reduzam em 20% ao ano o número dos que não são atendidos pelo serviço de energia elétrica. Isso, caminhando da forma como está sendo conduzido, vai fazer com que, já talvez em 2005 ou 2006, tenhamos uma situação bastante diferente da situação atual.

Acho que num primeiro momento, era o que tinha a dizer. Não sei se o Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o engenheiro Eduardo Ellery, para complementar algumas respostas, se desejar.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, pela ordem. Posteriormente, na forma regimental, poderemos fazer comentários?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pois não.

O SR. EDUARDO HENRIQUE ELLERY FILHO – Inicialmente, gostaria de dizer que é muito bom ouvir o Paulo falar, porque já aliviou bastante o que terei que comentar.

Fico muito satisfeito de estar dividindo - se os senhores consideram adequado - a diretoria da Aneel com o Paulo, se nós pudermos estar juntos, pois o Paulo é uma cabeça brilhante e abordou, de forma muito própria - e não poderia ser melhor -, as questões.

Eu gostaria de fazer algumas complementações, talvez expondo uma visão pessoal, até para que os senhores me conheçam melhor. Eu acho im-

portante que isso aconteça. Não que eu vá acrescentar novidades, mas para me mostrar aos senhores. É para isto que estamos aqui, para que os senhores nos conheçam e vejam se podemos, efetivamente, prestar os serviços, no interesse público, como nos propomos.

Eu gostaria de começar falando um pouco da autonomia da agência, ou da independência, em um processo que tive a oportunidade de viver e compartilhar com o José Mário, o Jaconias, o Luciano e o Afonso, que agora está na Secretaria de Energia. Isso, mais ou menos, já vai dar um gancho para responder à pergunta da Senadora Emilia Fernandes de como está o relacionamento das equipes. Acho que usam-se muito as duas palavras independência e autonomia, mas é algo que tem de ser construído. Sentimos que isso é construído principalmente na credibilidade, na confiança. É uma coisa que o José Mário, liderando a todos nós, na Aneel, tem procurado com afinco, no sentido de dar credibilidade às ações da Agência.

Essa credibilidade tem que ser genérica. Não adianta ter credibilidade, por exemplo, junto aos consumidores - particularmente trabalhei junto a eles - se os agentes, digamos os concessionários, que trabalham com os consumidores, não aderirem aos pensamentos que estamos pregando nessa relação.

Então, houve um trabalho de construção muito grande, durante estes três anos, que certamente continuará durante toda a vida da Agência, no sentido de fortalecer as relações dentro do setor elétrico. Ou seja, trata-se de um trabalho nas relações. Temos fortalecer as relações das concessionárias com os seus clientes e as relações das concessionárias entre si, porque umas estão vendendo energia, outras, comprando.

Dentro de uma visão bem sistêmica, encaixa-se a idéia de privatizar ou não Furnas. Como o Paulo abordou muito bem, há a concentração, poder de mercado muito grande. Para solucionarmos isso, no sentido de atrair o capital para energia nova, privado, externo, é muito importante que tenhamos esses agentes novos se sentindo em condição de igualdade com os agentes antigos, tanto em termos de fórum de debates, como em termos de poder de mercado, senão esses novos investidores não virão.

O Paulo abordou isso muito bem. Não sei qual a solução. Existem várias soluções, como ele mesmo estava apontando, mas o importante é que, no mercado, todos os agentes possam ser isonômicos, todos possam disputar os clientes que vão comprar energia em igualdade de condições. É um trabalho que passa

certamente por um debate amplo na nossa sociedade, que está ocorrendo, no sentido de trazer novos investimentos. Com isso, esses novos investimentos certamente servirão como esteio para que futuros racionamentos não venham a ocorrer, mesmo havendo condições críticas de água novamente. Que possamos estar mais prevenidos para possíveis condições críticas, diversificando a matriz energética, a dependência da água, que é um fator competitivo para o Brasil. Ou seja, nós temos uma diferença competitiva muito boa, que é a riqueza hídrica do País, a qual tem que ser aproveitada, mas, certamente, como essa riqueza tem algumas desvantagens, devemos ter uma diversificação suficiente para suplantarmos essas desvantagens – diversificação da matriz energética, aproveitamento de outros potenciais enormes, como o eólico.

A energia eólica já é praticamente competitiva no País. Ela já pode entrar com um pequeno incentivo de forma muito forte. A solar, para soluções localizadas, como o próprio Senador Alberto Silva falou, é importantíssima. Quanto disso já não foi feito? Posso dar como exemplo Fernando de Noronha, onde não a solar, mas a eólica foi um impulso para aquele local.

Então, nós precisamos ser criativos – usando a palavra do Paulo – para usar as soluções certas para os problemas certos. Não podemos pensar, por exemplo – e aí o Senador Arlindo Porto foi muito feliz –, em soluções comuns para problemas em que se diz: “nós temos inviabilidade de levar em locais mais distantes”, mas precisamos levar energia. Será que não podemos produzir energia nesses locais de forma competitiva, como as pequenas centrais hidrelétricas que estão se espalhando, principalmente no Estado de Minas Gerais? Podem ser a solução para esses desafios. São desafios que vêm de onde temos toda a gente do campo.

Se pensarmos, 30% das residências do norte do País ainda não são atendidas por energia elétrica. Não estou falando só da zona rural, mas de um todo. São 40% do rural, 30% na Região Norte. Não podemos aceitar. Vou dizer o que vejo como o maior traço de nossa independência: o ideal. A Aneel tem um processo para pensar, e não só para executar. Pensamos sobre as políticas que nos são dadas, criamos nossos sonhos, nossos ideais. Posso refletir muito bem quando, há dois anos, fazendo nosso planejamento estratégico, criamos uma visão. Assim trabalhamos junto a todos os setores: Ministério de Minas e Energia, junto a esta Casa Legislativa para emplacar nosso sonho. Qual foi a visão que tivemos? Energia para todos, com satisfação, em 2005. Foi o que cria-

mos. Qual vai ser o sonho da Aneel para 2005? Energia para todos com satisfação. Estamos em processo. Talvez chegue a ser até uma pregação. Surgiram idéias que outros estão implementando. O Ministério está implementando no mesmo campo. Talvez tenha surgido de uma conversa, não sei como foi, onde a Aneel tenha falado sobre seu sonho. Quando colocamos em audiência em pública uma resolução que aumenta em 20% ao ano a área, a abrangência, das concessionárias, estamos praticando o que foi, um dia, sonhado, elaborado. Essa independência do sonho, da idéia, talvez seja o ponto essencial. A partir daí, poderemos, efetivamente, criar a confiança, a credibilidade que nos dará a independência, a autonomia verdadeira. Será a partir do pensamento.

Posso também abordar, de uma forma muito simples, o racionamento. O que houve no País? Tivemos um déficit de investimento, como o Paulo já relatou com detalhes. Não vou entrar nesse campo. Houve, também, a chegada de um período crítico de águas. Mais do que isso, estamos tendo força para recuperar, investir. Mais precisaria ser feito? Certamente. Investimos na medida da força que tivemos para atrair o capital naquele instante. Era o peso que o Brasil possuía, naquele instante, para fazer investimentos que, inclusive, permitiram que haja um superávit em Furnas para que, agora, possamos investir. O investimento veio da recuperação do setor elétrico como um todo. Se o setor elétrico não tivesse tido essa recuperação de investimentos, Furnas, agora – pois um de seus grandes negócios é a transmissão –, não estaria transmitindo a quantidade de energia que está. Foi um todo. Creio que fizemos, que estamos fazendo um trabalho na medida em que temos credibilidade para atrair investimentos. Mais precisamos, efetivamente. Então, mais precisamos trabalhar. A Aneel deve fazer uma fiscalização firme, regular o País. Os legisladores farão leis adequadas. O Executivo tomará ações adequadas; o Judiciário, efetivamente, decidirá questões conflituosas. Não posso negar que a Aneel toma decisões que, muitas vezes, os agentes contestam no Judiciário. O sistema todo funcionando, agindo de forma coerente, fará com que sejamos mais rápidos. É de rápido que o Brasil está precisando para crescer.

Creio que, de forma genérica, abordei todos os pontos. Penso que ficou faltando comentar a respeito de quando a Senadora Emilia Fernandes perguntou o que estamos fazendo para a aproximação do setor com os consumidores. Esse é um trabalho em que pensei, porque gosto de falar sobre isso, pois foi um trabalho que fiz durante muito tempo.

Aproximar do consumidor talvez tenha sido o nosso fanatismo. Chegar junto aos consumidores, e nunca chegamos tão próximos como estamos agora. Mas sentimos que muito distantes ainda estamos.

Posso até pegar um exemplo interessante de um dos trabalhos, para não ficar falando em todos, que foi feito pela agência do Rio Grande do Sul, que foi o do fiscal voluntário, como eles chamam, que foi convidar consumidores para que possam estes, regularmente, alimentar a agência estadual do Rio Grande do Sul com opiniões de se, realmente, o serviço está bom.

Então, eles estabeleceram uma rede. Talvez a forma melhor de todas, que é aquela forma voluntária, uma rede voluntária de fiscalização do setor de energia elétrica. Isso está espalhado no Rio Grande do Sul, e, hoje, sei que há mais de 10 mil inscritos. Não é, Zé Mário? É um número bastante significativo. Idéia essa que estamos, agora, vendo para tentar fazer de forma nacional também, não tenha dúvida.

Esse é um dos esforços, Senadora, que estamos fazendo, no sentido de nos aproximarmos do consumidor. E muito mais ainda há que se fazer. Toda a campanha que fizemos de direitos dos consumidores, que ainda continuamos fazendo, é importante, mas precisa ser feito, principalmente porque há consumidor que ainda não é consumidor, é consumidor em potencial, que é o que o Senador Arlindo Costa estava falando e que é muito importante que façamos.

Por fim, quanto à cronologia, racionalização, racionamento é uma cronologia natural que tivemos que adotar, Aneel, Ministério, trabalhando em conjunto, a sociedade trabalhando em conjunto, as concessionárias. Começa com um trabalho de racionalização, porque prepara o clima, prepara o ambiente. Se necessário for, vamos ver isso até o dia 8 com a reunião do Conselho Nacional de Política Energética, talvez sejam adotadas, primeiro, as ações de racionamento. E não tenho dúvida de que, se precisar, mais fortes as ações terão que ser adotadas, num segundo prazo. Ou seja, é tudo um trabalho consolidado, sistêmico, com as equipes trabalhando em conjunto, a Aneel exercendo o papel de secretária desse trabalho da equipe que está estudando esse movimento de racionalização, de racionamento, todo um trabalho coordenado, com as equipes funcionando muito, em conjunto, e com um bom entendimento entre elas.

Sr. Presidente, creio que seja isso o que tinha que falar.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito bem! O Senador Paulo Hartung havia solicitado, e vou-lhe dar a palavra. Antes, porém, se me permite,

gostaria de solicitar da eminente Senadora Emilia Fernandes que repetisse aquela pergunta sobre tarifas, que não foi abordada pelos dois senhores.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Agradeço, Sr. Presidente. Creio que V. Ex^a tenha resgatado esta questão, este dado que, inclusive, hoje, está aí nos meios de comunicação, que é esse preço da energia que disparou de abril para agora. E até coloca este aumento de 82, e, no ano, a alta é de 707. Enfim, se corresponde, como é que é?

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, poderia só acrescentar uma coisa, uma dúvida, até para esclarecer sobre a proposta. Dentro da sistematização do uso de energia, parece-me que há também parâmetros, sistemas de cotas, de usuários que os ultrapassarem, e que haveria uma multa. Essa multa está decidida mesmo a incidir sobre a taxa, ou é uma cobrança, como taxa, sobre o valor do uso da energia?

É só para complementar. Desculpe-me, Senadora.

O SR. EDUARDO HENRIQUE ELLERY FILHO – Começando até por essa questão final do Senador Romeu Tuma, como vai ser feito isso estará sendo decidido no Conselho Nacional de Política Energética no dia 8. Realmente o que tenho acompanhado é que há alguns estudos e que estes dependerão de uma decisão. Não há decisão alguma ainda.

Com relação às tarifas, Senadora Emilia Fernandes, o Paulo mencionou, de forma breve, mas acho que é importante enfatizar. O que está acontecendo é que na medida em que se tem uma escassez de energia, ela se torna mais cara.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Mais cara para quem?

O SR. EDUARDO HENRIQUE ELLERY FILHO – Realmente, essa energia se tornou mais cara, no mercado spot, ou seja, para aquele concessionário que não tenha feito contratos de longo prazo para atender o seu mercado. Então, o concessionário que foi, digamos assim, um empresário imprevidente, para atender o mercado, terá que comprar energia mais cara. Mas essa não é a energia que será repassada para o consumidor, porque, para o consumidor, existe um mecanismo, previsto na Lei nº 9.648, que se chama Valor de Referência da Energia, fixado pela Aneel, em resolução, que atualmente está dentro de um valor normal de energia competitiva. Então, pode ser que o empresário imprevidente que não fez contrato de longo prazo, que é uma minoria, ou seja, é muito pouca essa energia negociada a esse preço de R\$700,00, um valor muito pequeno, porque a maioria

foi feita em contrato de longo prazo a preço de R\$30,00 ou R\$40,00 o megawatt/hora, valor normativo máximo que se permite passar ao consumidor de energia elétrica. Hoje, esse valor normativo da fonte competitiva está na ordem de R\$75,00 o megawatt/hora. Não é isso? Mais ou menos esse valor. Então, não é repassado para o consumidor final e nem estaria coerente se deixássemos repassar com todo esse discurso que estamos falando de consumidor. Mas é isso. É o empresário imprevidente. Eu acho que aí vem o comentário que aquele que não fez o contrato de longo prazo, inclusive prejudicando o País, porque, não tendo contrato de longo prazo, não incentivou que novas fontes fossem construídas. Então, é muito pouca gente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar)—Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG—Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em cima das perguntas que fiz, vou repor algumas dúvidas que ficaram das duas exposições.

A primeira remanesce do meu comentário, embora o Dr. Paulo tenha sido muito habilidoso na sua resposta, o que é bom. Não é uma crítica. Acho que se constrói, com o tempo, autonomia e independência, mas, em um momento de crise, em que a marca que o racionamento vai deixar é muito ruim — e nós precisamos ter consciência disso —, e é muito diferente dar acesso ao telefone a vinte milhões de brasileiros de se tirar a energia de setores. É muito diferente. Então, a imagem que vai ficar é muito ruim. Exercitar autonomia e independência é muito importante, repito. Acho que estou ajudando, primeiramente, a Agência, o Brasil, esse modelo de Estado que queremos construir e estou ajudando os diretores, todos. É muito importante refletir sobre o que é isso, que lugar é esse que vocês estão ocupando na sociedade brasileira.

A segunda coisa que eu queria recolocar é que, em nenhum momento na minha fala, Dr. Paulo, eu propus que a Aneel fosse formuladora de políticas públicas, em nenhum momento. O que eu fiz foi comentários de que políticas públicas adotadas, equívocos nessas políticas estão embutidos nos problemas que nós já estamos vivendo e vamos viver.

V. S^a fala, por exemplo, que este ano é um ano de regime de chuvas dos piores. Mas, aí, a população brasileira que está nos assistindo se pergunta: Pior onde? Aqui no Sul? Não. No Norte? Também não. Pior numa região do Brasil central e do Sudeste. Então, sobra água em algumas regiões do País e faltam linhas de transmissão. Temos que ter claro isso.

O Dr. Abdo veio aqui outro dia e disse: “Nós estaremos licitando linhas de transmissão X, Y ou Z, e assim por diante.” Mas elas estão faltando. Não é culpa de São Pedro, é isso que estou querendo dizer, nem é culpa da falta de uma formulação de política pela Aneel, que não é o caso. Mas também não é o caso da Aneel confundir o seu discurso, na hora em que dá entrevista para a mídia com discurso do Governo ou do Ministério.

Estou chamando a atenção. É uma contribuição que estou dando. Não é preciso nem concordar comigo, mas essa confusão está sendo feita. Estou ouvindo isso de muita gente, dentro do Parlamento e na sociedade.

Reponho essa questão.

Fiz uma proposta à Mesa e vi o Presidente concordando com a proposta. Acho que precisávamos fazer um debate sobre tarifa. O que está se falando aqui não é sobre mercado spot de energia. Esse, também, é um problema que está nos assustando pelos números que estão sendo divulgados.

Estávamos falando sobre a autorização que a Aneel está divulgando na mídia. Não é a mídia que está confundindo informações sobre aumento das distribuidoras para o consumidor.

Creio que precisamos debater essa questão. Contratos foram feitos numa visão muito frouxa, muito liberal, ou não foram? Tem conserto para isso? Até quando o consumidor, seja ele agricultor, industrial, consumidor, cidadão, vai pagar por coisas que foram feitas?

São coisas absolutamente claras que estou tentando dizer.

Por último, queria apresentar uma questão nova. Os senhores têm mandato. Não é à toa que esta Casa se debruçou sobre o assunto e deu mandato que não são coincidentes. Estamos fazendo uma opção para acabar com o balcão, em que seja lá quem for — Senador, Deputado ou Ministro, que manda dar não sei o quê para não sei quem. Vamos acabar com a privatização do Estado, no sentido claro do que isso significa, acabar com o velho patrimonialismo ou tentar acabar e dar independência na regulação e fiscalização desse setor.

Nós temos que ter clara essa missão que os senhores estão recebendo do País, não é do Presidente da República. O Congresso Nacional teve que votar leis. O Senado está sabatinando, discutindo.

A outra questão abordei no dia em que o Ministro veio. Vou mencioná-la novamente. A Califórnia está com um problema emblemático. Ninguém quer

transportar nada de lugar nenhum para cá, mas ele serve para a reflexão de todos nós. Existem coisas que nos Estados Unidos deram certo, outras não. A Califórnia não deu certo. Pelo menos vale para refletirmos. Até propus ao Ministro criar um grupo de trabalho para refletir sobre isso. Vamos repensar esse modelo.

O Dr. Paulo observou muito bem. Esse modelo terá que pensar algo que não pense lá atrás: a questão de poder de mercado das concessionárias. Está correto.

Qual a nossa prioridade num momento de escassez de dinheiro, de crise argentina, de diminuição da atividade econômica nos Estados Unidos? A nossa prioridade é pegar dinheiro novo para comprar ativo velho ou tentar arranjar um modelo para que dinheiro novo construa ativo novo, energia nova para sustentar o desenvolvimento do País, que engole, a cada ano, mais 5% de crescimento de demanda de energia? Esse é um dado que me veio à cabeça, extraído de um depoimento que o Presidente da Aneel, Dr. Abdo, fez aqui.

São essas as questões.

A orientação do Bloco é pela abstenção, mas o Bloco age democraticamente. Vou votar favoravelmente, acreditando que estamos construindo, mas que temos responsabilidades diante desse lugar em que o cidadão brasileiro está nos colocando, que são essas agências de fiscalização e de regulação.

O SR. PEDRO PIVA – Permite-me V. Ex^a. um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG – Permito com prazer.

O SR. PEDRO PIVA – Ouvi o Senador Paulo Hartung. É um pequeno aparte apenas. Concorde inteiramente com as posições por ele expressadas aqui nessa sabatina. Parabéns, Senador. Como sempre, brilhante e claro. Permito-me discordar de uma posição do Dr. Eduardo, que debita às empresas o problema de não terem feito os contratos antecipadamente com a Aneel ou, enfim, com a eletricidade. Não existem contratos, Dr. Eduardo. Pode existir tudo isso, mas, quando se instala, quando é uma fábrica de automóveis, de veículos ou uma empresa, ela se instala prevendo uma demanda ou um consumo. Quer dizer, mais ou menos sabe-se quanto vai consumir o Brasil, quanto vai vender de automóveis. A Ford não tem contrato de vender “x” automóveis por ano, tem que instalar pensando no País globalmente: deve subir tanto do PIB, deve subir, um aumento de consumo, vindo lá de trás, quando sobe. Penso que é uma previsão, Senador, que devia ser tomada. Não é só dizer

assim: “Não tem contrato, então não vai subir mais nada, ninguém assinou nada, nós vamos ter uma crise muito grande”. Em segundo – e deve ter sido respondido já, porque perguntei ao Senador Paulo Hartung, mas eu insistiria nisso –, essas usinas termelétricas. Assisti pela televisão ontem ou anteontem um pronunciamento dizendo que elas poderiam ser instaladas em um ano e meio. Já foi perguntado isso, Senador? Em um ano e meio, poderiam ser instaladas 11 milhões de quilowatts, que seria mais ou menos uma Itaipu. Seria uma coisa rápida e regularia o sistema.

Então, insisto, Dr. Eduardo e Dr. Paulo, que são dois brilhantes debatedores – acho que vamos ficar muito bem servidos com as suas presenças na Aneel –, como brasileiro, como cidadão e como homem que deseja o progresso do País, que não se baseassem apenas no contrato e fizessem como planejamento a longo prazo para onde vai o País. Se há possibilidade, se esses números são verdadeiros, aí devíamos diligenciar porque vamos ter problemas este ano. Tomara que o Brasil cresça, tomara que não tenhamos problemas maiores de energia, e essa é uma solução que, se não é a melhor, poderia ser um paliativo para o futuro. Eu gostaria de ouvir a resposta.

Obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Apenas, Sr. Presidente, para consultara Mesa e manter a mesma sistemática proposta pela Senadora Emilia Fernandes, já que chegamos praticamente ao final das questões a serem colocadas, e o Senador Paulo Hartung voltou a determinados pontos que acha importantes. Eu gostaria de colocar que, embora o objetivo desta reunião seja a sabatina de dois currículos incontestáveis, de pessoas que pela própria exposição demonstraram a sua visão para o setor, é uma oportunidade extraordinária. Mas eu não me vou conformar, dada a profundidade, a pertinência das questões colocadas pelo Senador Paulo Hartung, que aliás é uma praxe de V. Ex^a na sua atuação nesta Casa.

Mas veja, Sr. Presidente, independência e autonomia. Tivemos determinados momentos nesta questão que entendo que não podemos concluir sem ouvir o Dr. José Mário Abdo, estando ele presente, sem prejuízo das respostas dadas pelos sabatinados, acho que até por questões que fazem parte deste contexto. Recordo-me rapidamente: dolarização. Houve uma posição do Governo num sentido e houve

uma da Aneel em outro sentido. Naquele momento, a palavra independência e autonomia me veio à cabeça dizendo que nós acertamos, está certo o Senador Paulo Hartung quando defende esse novo modelo, quando aborda esta questão, a questão do mandato. Na questão da importação de energia, parece-me que havia uma posição de Governo e havia uma outra posição da Aneel. Isso me remete também à questão de independência e da autonomia. E não vou nem chegar à questão das multas, que a própria Aneel estabeleceu para empresas estatais. Na questão do consumidor, na obrigação que impôs a Aneel de ressarcimento. Eu gostaria, realmente, dada a importância do assunto, Sr. Presidente, se isso não contrariar o objetivo desta reunião – não vejo impedimento do Sr. José Mário Abdo pudes se pelo menos abordar essas questões, ter oportunidade de responder, e também nos permitisse ouvir informações sobre a dolarização das tarifas, sobre a importação, sobre posturas que a Aneel teve. Senti-me orgulhoso, Sr. Presidente, de ter, como o Senador Paulo Hartung, defendido o novo modelo que estamos efetivamente praticando.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Não há nenhum inconveniente, ao contrário, seria muito bom que ouvíssemos o Dr. José Mário Abdo. Antes, porém, temos de concluir os trabalhos para os quais a reunião foi convocada, ou seja, a avaliação dos dois engenheiros que estão aqui a nossa disposição, nos quais estamos votando.

Concluído isso, daremos a palavra, com o maior prazer, ao Dr. José Mário Abdo.

Vejo que nesta reunião ficou clara a questão, eminente Senador Mauro Miranda, que repete aquela história: nem tanto ao mar nem tanto à terra. Houve um período em que predominava o modismo da regulamentação central, do planejamento, da participação do Estado em tudo.

De repente essa filosofia foi alterada e fomos para um outro extremo. Estamos vendo o Estado cruzar os braços e responder que empresas de uma determinada área estão sendo privatizadas e que elas vão ser objeto de preocupação do setor privado.

Aqui, hoje, diante do que vimos, mais uma vez constatamos que o Estado, realmente, tem demonstrado ser um péssimo empresário, mas não pode cruzar os braços e se afastar de determinados setores estratégicos de grande importância para o País como um todo.

Está provado que no campo da energia elétrica, o Estado tem que estar presente, e, muito provavelmente, também fazendo investimentos estratégicos, que nem sempre poderão ser viabilizados pelo setor

privado. A importância disso é que o Estado é responsável perante a Nação e não pode se furtar a essa responsabilidade.

Houve um período de dez anos em que se estabeleceu um verdadeiro buraco nos investimentos no setor energético; esses dez anos estão compreendidos entre 1986 e 1995. Se pegarmos o gráfico que demonstra os investimentos nos últimos 20 anos, vamos encontrar nesses 10 anos um verdadeiro buraco.

Então é preciso que se recupere. Há uma previsão para o quinquênio de 2001 a 2005 com a qual até nos entusiasmos. Mas é preciso que na reunião que iremos marcar, audiência pública com a Aneel, além de tratarmos de tarifas, que é uma preocupação nacional, precisamos também ver um cronograma desses investimentos previstos, se possível de forma trimestral, demonstrando o que entra efetivamente em operação trimestralmente daqui para frente, porque temos um problema de curto prazo altamente preocupante.

Então, quero dizer que a reunião está sendo muito proveitosa. Ouvi tudo com atenção e quero me congratular com todos que participaram. Também ficou provado aqui que os dois nomes propostos receberam aprovação unânime da Casa, pelo currículo, pela qualificação não só profissional do ponto de vista técnico como também pela tradição de probidade e honorabilidade de ambos.

Quero pedir aos companheiros que prossigam na votação, a menos que haja alguma pergunta a ser feita.

O SR. PEDRO PIVA – Se fosse possível, gostaria uma curta resposta ao aparte que me concedeu o Senador Paulo Hartung sobre o problema das termelétricas, se há possibilidade a curto prazo e também apenas a advertência das indústrias porque quem tem que fazer a previsão é o setor que vai programar como vai se comportar nos próximos e não só os contratos feitos e assinados.

O SR. ARLINDO PORTO – Gostaria de apresentar a proposta no sentido de que V. Ex^a encerrasse o processo de votação, designasse os escrutinadores e enquanto estivessem processando a apuração dos votos ouvíssemos o Dr. José Abdo, de acordo com o que foi colocado. Desta maneira, encerraríamos a primeira etapa essencial da convocação e continuaríamos ouvindo, se for da decisão de V. Ex^a e do desejo do Sr. José Mário Abdo.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Tendo em vista a proposta do Senador Arlindo Porto, com a qual concordo, quero registrar também que o Bloco de Oposi-

ção, mediante estudo técnico e político, logicamente, estaria propondo abstenção. Vamos votar favoravelmente – e o Senador Paulo Hartung faz parte – e estamos provocando dentro do Bloco de Oposição que se estabeleça um aprofundamento do estudo do acompanhamento do trabalho de todas as agências que foram criadas e a provocação de que possamos estabelecer esse diálogo constante para o esclarecimento de questões que, muitas vezes, não são nossas, mas, sobre as quais, a comunidade brasileira tem obrigação de ter conhecimento.

Então, era o registro que gostaria de fazer buscando que se estabeleça esse espaço de diálogo porque não queremos ser oposição às agências, somos oposição à política de governo. Se as agências têm essa autonomia e se fazem esse trabalho técnico voltado para a sociedade podem conquistar a oposição. Quero registrar o meu voto favorável à indicação dos dois, buscando essa colocação interna nossa de que só acompanharemos a indicação de novas agências e de novos diretores a partir do diálogo, da transparência, da visibilidade do trabalho que essas agências estejam realizando. Essa é a postura do Bloco de Oposição.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Quero indicar e solicitar que os Senadores Siqueira Campos e Mauro Miranda sejam escrutinadores daqui a pouco, porque ainda não terminou a votação.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sobre isso eu gostaria de fazer uma colocação. Há uma praxe na votação dessas comissões que vem ao encontro do que disse o Senador Arlindo Porto no sentido de que concluíssemos o processo de votação. Agora, no processo de apuração do escrutínio dos votos, há a praxe de não estarem presentes as pessoas que estão sendo votadas. Após o resultado, sim, eles retornam à sala para recebê-lo. Essa é apenas uma praxe que consta em todas as comissões. Isso não impede que sejam concluídos todos os votos, dadas as respostas, mas para o processo de apuração é uma praxe, não nesta, mas nas outras Comissões como um todo, não haver a presença dos dois que estão sendo votados. Essa é apenas uma praxe, mas que não gera o prejuízo de que possamos ouvir as respostas, já que se encerrou a votação. Não sei se todos já votaram; parece-me que o Senador Paulo Hartung ainda não votou. Seria oportuno que ouvíssemos as respostas. Vamos ouvir as respostas, e aí, sim, aceito prontamente a missão indicada por V. Ex^a para participar do processo.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA – Assim como os outros Partidos se manifestaram, quero manifestar-me em nome do PSDB, pois o PSDB vai encaminhar o seu voto favorável à indicação dos dois concorrentes à vaga de Diretor.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Engenheiro Pedrosa.

O SR. PAULO JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO PEDROSA – Primeiramente, gostaria de agradecer ao Senador Paulo Hartung os comentários e as recomendações. Agradeço-lhe com sinceridade e, se vier a merecer a aprovação da Comissão, pretendo, no dia-a-dia do trabalho, escutar não só V. Ex^a, mas também os demais Senadores membros da Comissão, os demais Senadores da Casa.

Em relação à atração do dinheiro novo para comprar usinas antigas ou fazer investimentos novos, essa é uma questão que já foi discutida aqui há alguns anos, no período das Presidências dos Senadores Júlio Campos e Dario Pereira, quando estive aqui na Subcomissão.

Entendo que as novas licitações – inclusive, as de São Paulo já foram assim – vão exigir que os vencedores das licitações façam investimentos novos significativos, o que traria também a garantia de um compromisso com investimentos futuros.

A questão das térmicas, sobre a qual o Senador Pedro Piva falou, mostra a importância do fato de que o trabalho da agência e de todo o setor de energia é multidisciplinar. Existe uma questão ambiental que precisa ser conduzida em paralelo, com muita atenção, em relação tanto aos projetos hidrelétricos quanto aos projetos térmicos.

Tenho acompanhado pela mídia uma série de ações na Justiça contra a implantação das novas térmicas, e esse foi um fator muito importante no caso da Califórnia. A questão ambiental na Califórnia, mais rígida do que em outros Estados americanos, dificultou os investimentos, atrasou os investimentos. Mas não é essa a única diferença. O caso da Califórnia, apesar de ser rico em energias renováveis para nós no Brasil, apresenta uma realidade bastante diferente. Lá os contratos que mencionei, que são obrigatórios no Brasil, lastreando até 85% da energia das distribuidoras, eram proibidos. As distribuidoras tinham que comprar toda a sua energia no mercado spot. Esses contratos são importantes, inclusive porque eles são

o lastro para que o investidor busque recursos para construir os seus projetos. Ao mesmo tempo, o modelo da Califórnia proibiu o aumento no nível das distribuidoras, e isso gerou um sistema que acumulou débitos de mais de US\$10 bilhões ou US\$15 bilhões nas distribuidoras e que produziu o que aconteceu na Califórnia. Então, esses são modelos muito diferentes.

Eu também queria tecer comentários sobre um outro assunto. Talvez, o Eduardo possa explicar isso. Quando V. Ex^a falou sobre a obrigatoriedade de contratos, na verdade o Eduardo tinha se referido à obrigatoriedade dos contratos das distribuidoras com os seus fornecedores de energia. Esses contratos, automaticamente, protegem os consumidores e também os industriais. Ele não estava se referindo aos contratos dos consumidores industriais com as suas distribuidoras.

O SR. EDUARDO HENRIQUE ELLERY FILHO – Paulo, são esses contratos de longo prazo que são necessários até para evitar que tudo fique sem do negociado no mercado spot. Esse já foi uma aprendizagem do nosso, porque isso foi introduzido mais especificamente quando fizemos a primeira versão da regulamentação do mercado atacadista de energia. Isso se deu em meados de 1998. Foi, se não me engano, a Resolução nº 266/98, onde introduzimos essa obrigatoriedade. Na época da audiência pública, certamente houve muito protesto por parte das distribuidoras. Mas, no final, é uma coisa que protege o consumidor, visa ao interesse público principalmente e protege também a distribuidora.

Penso que hoje as distribuidoras estão com plena certeza disso, haja vista os valores que estão no mercado. Na realidade, estão praticando valores bem acima dos 85% obrigatórios. Não estamos nem muito preocupados com isso, porque eles estão acima. E é essa a tendência, ou seja, vamos ter um mercado de energia de longo prazo.

Não parece que no Brasil, ao contrário do que acontece na Califórnia, venhamos a ter um mercado de energia só de curto prazo. Não é essa a característica de um país que tem grandes centrais hidráulicas, um país que certamente trabalha num sistema muito interligado e que deveria ser mais ainda, Senador Paulo Hartung, V. Ex^a tem toda a razão, pode ser mais e certamente será melhor quando for mais interligado. Só este ano são quase oito mil quilômetros de linha de transmissão sendo licitados, ou melhor, cinco mil,

conforme informação do José Mário. Às vezes, nos esquecemos. Mas a idéia é essa.

Com relação à política tarifária, Senador Paulo Hartung, é imprescindível que nós, como já disse em minha fala – nós, sociedade; nós, Aneel; nós, os senhores representantes da sociedade; nós, os distribuidores –, todos nós saibamos exatamente o que é essa política tarifária, que fala num reajuste anual, mas que fala numa revisão periódica, onde são repartidos os ganhos de produtividade, onde há a possibilidade de repactuação, inclusive da estrutura tarifária. Se o Brasil hoje tem uma tarifa média – que, pelo fato de o dólar estar alto, está abaixo da média internacional –, se formos olhar o consumidor residencial, está na média internacional. Talvez tenhamos que rever a estrutura tarifária, tenhamos que negociar essa estrutura tarifária no bojo dessas revisões.

Penso que aí há um instrumento poderosíssimo: a revisão. Este ano já teremos uma segunda revisão da Excel sa; no ano que vem, em 2002, não sei se há alguma revisão prevista; mas, em 2003, já há dezesseis revisões previstas. Essas dezesseis revisões são um momento de repactuação. A revisão permite a repactuação do contrato. Dá para pensarmos em melhorar – e muito – a estrutura que foi colocada no contrato inicial, e isso sem descumprir nada que esteja dentro daquele contrato, porque é um momento de repactuação, um momento rico, um momento importante para a sociedade que está sob aquele contrato e para a sociedade brasileira como um todo. Penso que essa é a grande mensagem que podemos deixar com relação à tarifa para os consumidores finais.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito bem, todos já votaram?

O SR. TASSO ROSADO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pois não, com a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. TASSO ROSADO – Sr. Presidente, tínhamos ouvido, inicialmente, o relatório sobre a qualificação dos dois engenheiros. Realmente, impressionaram a toda a Casa. Mas seria importante que, por meio do depoimento de cada um deles, pudéssemos fazer uma avaliação da personalidade e do desejo de cada um em servir o País.

Após ouvir atentamente a exposição dos dois, estou cada vez mais convicto – e acredito que esta Casa também – de que serão dois funcionários do Governo, mas serão dois servidores da Nação.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito bem. Todos já votaram?

Então, para obedecer a tradição da Casa, solicito ao engenheiro Eduardo Henrique e ao engenheiro Pedrosa que aguardem na sala ao lado, porque os escrutinadores, Senador Mauro Miranda e Senador Siqueira Campos, irão proceder agora à apuração.

Enquanto a apuração é feita, vamos conversar um pouco. Está aqui o Presidente José Mário Abdo, que vai falar daqui a pouco. Uma questão que está preocupando a todos é o critério de racionalização. Nós assumimos a Presidência desta Comissão e passamos a receber telefonemas de vários consumidores de energia, consumidores não só do meu Estado como também do Estado de São Paulo. Eles estão preocupados com uma questão que é realmente interessante. Queria pedir ao Presidente Mário Abdo que abordasse esse assunto agora. Na verdade são duas questões. Uma delas é a racionalização, que não deve ser adotada pela razão social mas pelas unidades. Por exemplo, determinada companhia tem várias unidades fabris. Vamos dizer, meia dúzia. Se ela for racionalizar em todas essas unidades poderá inviabilizar as seis. Vamos admitir que a racionalização implicasse 16,6%, por exemplo, de economia. Vamos admitir que o consumo fosse igual nas seis unidades. A empresa ficaria com a alternativa de escolher aquela unidade que não tem compromisso com a exportação, aquela unidade que está em condições de ser desativada, sem nenhum prejuízo da racionalização de consumo.

Pois bem, a outra pergunta que foi feita e que também achei muito judiciosa também se refere a esse aspecto. Por exemplo, uma empresa aumentou a sua produção do ano passado para este ano. Cresceu justamente atendendo a um objetivo nacional de exportação. Há muitas empresas que estão neste caso. Se houve esse crescimento, esse raciocínio não pode ser feito com base na questão que a empresa consumiu há um ano. Do contrário seria punir uma empresa que cresceu em função de um objetivo nacional. Isso é importantíssimo.

Eu gostaria que o Dr. José Mário abordasse esses dois aspectos.

Está em nossas mãos o resultado da votação.

Votaram 22 Senadores

Votaram “sim” 21 Srs. Senadores.

Houve 1 abstenção.

Compete-nos agora chamar o Dr. Eduardo Henrique Ellery e o Dr. Paulo Jerônimo Bandeira de Mello

Pedrosa para apresentar-lhes as nossas congratulações pela eleição.

Ilustres engenheiros Eduardo Henrique e Paulo Pedrosa, foram 22 eleitores. V. S^{as} tiveram 21 votos. Posso dizer-lhes que todos nós desta Comissão gostaríamos de apresentar uma performance como esta em nosso colégio eleitoral, nas próximas eleições.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – É uma abstenção, não é, Sr. Presidente? O importante é que não foi voto “não”. Foi uma abstenção para cada.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Voto “não”: zero. Houve uma abstenção. Parabéns. Para não perdermos tempo, passo a palavra ao Dr. José Mário Abdo.

O SR. JOSÉ MÁRIO ABDO – De pois de um desempenho tão brilhante dos dois diretores indicados, que estão aquisendo sabatinados, a melhor palavra a ser dada, com o reconhecimento da Casa, dos Senadores aqui presentes, é a de parabenização aos dois indicados. Cumpriram uma etapa, mas ainda há a sessão plenária. Prossegue esse momento de consagração da democracia.

Eu teria muito pouco a dizer além da qual que os Senadores e o Presidente José Alencar disseram sobre o tema levantado pelo nobre Senador Paulo Hartung: a total pertinência e importância da autonomia e independência das agências. Tudo isso foi complementado pela colocação do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Eu não teria, portanto, muito a acrescentar, até porque se trata de uma consagração da democracia o fato de se trazer em audiência pública do Senado, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para a sabatina e o debate, dois diretores indicados para a agência. Com certeza, repito, é uma consagração da democracia. Mas a democracia sempre exige mais para o bem da sociedade. Aí, buscamos um pouco mais, que seriam as colocações adicionais da agência.

A própria Comissão inova na medida em que confere essa circunstância e essa oportunidade. Não nos furtaremos a fazê-lo, de maneira alguma, como tantas outras vezes, até por que tem sido uma prática constante. No ano passado, a Aneel teve cerca de 20 audiências públicas no Congresso Nacional. Foi certamente uma recordista. E mais tem que ser feito. Entendemos que essa é a parte essencial da missão, e fazemos também com satisfação - satisfação que temos que dar à sociedade, diretamente para ela, mas sobretudo aqui, no Congresso Nacional, perante Senadores e Deputados.

No que diz respeito à questão da autonomia e da independência, Senador Hartung, eu diria que se trata de uma contribuição extraordinária de V. Ex^a. É importante ou vir isso. Digo que, com certeza, isso não nos aflige nem nos incomoda, e nem poderia. Pelo contrário. É parte importante da construção do novo, que é como encaramos esse desafio da Aneel.

O desafio, portanto é a construção do novo, um processo de transformações estruturais, onde o carro-chefe é a gestão, é a postura, é a característica de autonomia e independência que não está conferida por lei, que não é dada em berço esplêndido e que é construída a cada dia, em atitudes, em filosofias, em concepções e sobretudo em ações. É uma construção que caminha passo após passo. Entendemos que a colocação foi construtiva, e não tenho a menor dúvida disso.

Aqui estamos sendo vistos, ouvidos pelo País, por segmentos da sociedade civil organizada, por áreas de governo. É importante ouvir esse posicionamento claro do Legislativo. Em quantos momentos temos nos defrontado com isso? A Aneel não tem tido hesitação nesse papel, Senador. Isso nos solhe afiançar. Não hesitamos na busca da independência e da autonomia. Isso tem tido nos propiciado momentos de dificuldades, tem nos exigido. Não é simples, não é fácil. Mas o caminho é inarredável. Em quantos momentos nos posicionamos? Uma agência tem papel de Estado, não um papel de governo. Não somos servidores de governo, mas sim da sociedade. É por isso que temos um mandato. É por isso que, mudando ou não um governo, como já aconteceu lá em 1998, temos a permanência dos dirigentes da Aneel, por quê? Porque não estamos atrelados a um papel ou uma política de um Governo, e, sim, a uma visão de melhoria estrutural para a sociedade, somos parte e falamos e temos a convicção – eu diria –, com uma dose importante de idealismo, falamos nisso porque acreditamos nisso. Isso está conferido em lei, mas a prática exige muito suor, muito empenho, muito esforço. E, se em alguns momentos passa-se alguma dúvida de interpretação de mensagem dessa natureza, essa é uma oportunidade excelente para dizermos que por nós essa dúvida não perpassa. Temos certeza e convicção de que temos um papel de Estado, um papel de defesa do interesse da sociedade, que vai além de um governo. Fazemos parte de um processo de mudança estrutural que vai muito além de um mandato de um governante ou de um governo. E nesse sentido temos tido exemplos concretos. Se outras situações possam transparecer alguma dúvida nessa questão, que exemplos concretos permitam resgatar essa cre-

dibilidade e, mais do que isso, se as palavras, se as crenças, se testemunhos explícitos contam, é isso que queremos deixar aqui claro e, mais uma vez, reforçado.

Pactuamos desse princípio, dessa visão e quero dizer que não faz sentido ser diferente, porque para enfrentar uma parada da natureza que lá estamos, à frente de uma agência, um time restrito por mudanças que mexem com a vida das pessoas de norte a sul deste País, não será possível e nem factível se não tivermos uma firme crença e uma dose de idealismo, que vi também hoje presente além de nos meus dois companheiros e de tantos outros, que como costume dizer, somos 325, um time pequeno, mas 325 é uma filosofia da crença na descentralização, na crença de que somos parte do Estado, um Estado inovador, um Estado moderno, que busca melhoria da vida das pessoas. E esses dois companheiros que aqui hoje estão, recebendo a confiança dos Srs. Senadores, que muito nos honra, podem se alinhar a nós nessa missão histórica e revolucionária de melhorar a vida das pessoas. Por que temos dito isso, repetido e acreditamos nisso: se as ações na Aneel não refletem na melhoria da vida das pessoas – e isso está muito além da visão de um governo –, não valeu a pena e não valeria a pena essa missão; mas ela está valendo a pena, sobretudo porque aborda isso.

E colocamos na prática esse tipo de ação. Vamos para casos mais explícitos. Por exemplo, quando vamos ao Estado de V. Ex^a, no Espírito Santo, Senador Paulo Hartung, no momento em que pela primeira vez no País, onde alguns entendem que tudo sobe, inclusive tarifas públicas só sobem, chegamos ao ano de 1998, que foi o primeiro ano de vida da Aneel – a Aneel engatinhando, mas não hesitamos –, e lá as tarifas, na revisão tarifária, a primeira revisão tarifária, que não é mais uma poesia e nem um sonho, foi lá uma grata realidade. E, com justiça, respeitamos um ganho importante, dentro dos limites que entendemos que eram aceitáveis para o concessionário, na casa dos 13% de remuneração. E o que ali excedeu foi revertido em redução de tarifa ao consumidor final. Foi uma realidade no Espírito Santo. Em 1998, para todos os consumidores do Espírito Santo a tarifa não subiu; ao contrário, baixou 3,4%, em média. E fazendo uso de uma justiça social, em média, 3,4%, mas para os consumidores rurais foi na casa dos 5%; órgãos públicos, menos de 1%, para fazer a redução tarifária. E o que é importante, ela já tinha sido reajustada em 1997; reduziu em 1998; e só foi reajustada, novamente, em 1999. Portanto, em dois anos, ela não aumentou e diminuiu.

Isso foi um exercício de autonomia. Lógico que existem pressões diferentes, lógico que existem visões diferentes de que precisa de investimento, precisa da expansão, e precisa mesmo. O País precisa da nova geração. E por isso, Senador Mauro, eu diria, é importante a questão do gás natural, é extraordinariamente importante na diversificação da matriz. E ela é importante para o Brasil como um todo, para o Brasil do Sul, para o Brasil do Sudeste, para o Brasil do Nordeste. O gás da Amazônia, temos dito e repetido, é um absurdo—e vejam, estou desempenhando um papel do Estado; ao dizer isso, com certeza, não é uma visão de Governo—não termos tido, até hoje, o gás natural, não da Bolívia, mas de Urucu, da própria Amazônia, atendendo os mercados de Rondônia e Manaus. Isso tem sido postergado, atrasado ano após ano, sendo inaceitável para a sociedade. E custa caro, mas não é só para quem lá vive e ainda não tem o energia elétrica. Para eles é caríssimo, mas para quem vive no Sul ou no Nordeste também, porque aquela CCC, aquele subsídio ao diesel, que cada vez é maior nos sistemas isolados da Amazônia, é pago por todos os consumidores brasileiros. E que se houvesse a presença do gás natural, com a sua eficiência, aquele subsídio ao diesel iria para casa superior aos R\$600 milhões; só da Amazônia Legal, seria uma redução extraordinária pela eficiência do energético gás natural com aquelas soluções tecnológicas muito mais avançadas, que são as térmicas a ciclos combinados. Portanto, essa modernidade não beneficiará só quem vive no Sudeste ou no Sul do País, mas o gás natural para a Amazônia. E assumo claramente uma posição de Estado ao dizer isso, da nossa parte.

Tivemos outros momentos importantes, quando a Agência, no campo da fiscalização, fê-lo indistintamente. Para nós não importa o controlador acionário, se é Estado, União ou privado. E a Aneel tem fiscalizado 100% dessas concessionárias, o que não se fazia no passado. E foram mais de doze mil determinações, recomendações, sendo 90% cumpridas. Quando não cumpridas, naqueles 10%, processos de aplicação de auto-infração e penalidade que resultaram em mais de 20 milhões de multas. E há empresas, por exemplo, de Estados, como do Estado de São Paulo, que foram multadas, e empresas da União que foram multadas não em cem, mas em dois milhões, três milhões e recolheram, e empresas privadas foram multadas.

A Aneel exerce a sua autonomia e independência quando vai ao Ceará, por exemplo, e determina que 80 mil consumidores de baixa renda - toco no

item da tarifa, que é relevante -, indevidamente retirados daquela condição têm que retornar. Por uma decisão, passaram a gozar do benefício de 65% na sua tarifa. Quando também cobrados indevidamente de consumidores, R\$5,5 milhões foram devolvidos, ressarcimento aos consumidores do Ceará. Isso é indistintamente. A Aneel exerce o seu papel de Estado quando vai lá e, por exemplo, na TIP, Taxa de Iluminação Pública—um item relevante de maior interesse da sociedade, tem a ver com a segurança das cidades, com o problema crônico e grave dos prefeitos municipais, porque é uma taxa constitucional que eles buscam cobrar, e há questionamento na Justiça—, posiciona-se a favor de uma solução para a questão, não como eram algumas visões em alguns momentos do Executivo, de conduzir essa questão na legítima ansiedade de resolver, que é importante, mas colocando através da tarifa do consumidor, que fosse paga como tarifa do consumidor. E a Aneel se posicionou numa visão diferente em relação a esse ponto. Hoje tramita uma PEC, Proposta de Emenda Constitucional, buscando realmente a regularização, definindo a divisibilidade, saindo daquele critério da indivisibilidade que a Justiça tem questionado da taxa de iluminação, para que possa ser cobrada como um outro tributo, fora, portanto, da questão da tarifa, porque oneraria o consumidor.

Aqui foi mencionada pelo Senador Eduardo Siqueira Campos a questão da dolarização das tarifas, da importação da energia, momentos importantes em que a Aneel observa a competição, o interesse da sociedade, querendo mais investimentos—é verdade, o Brasil precisa dessa competição—, mas olhando com regras, com defesa do interesse público. Não temos nos omitido nesse momento, ainda que essencial à construção das agências.

Nesse sentido, Senador Mauro, o gás natural é uma fonte importante também para o Centro-Oeste, o Estado de Goiás, Brasília, no entendimento de que são decisões inadiáveis, que estão sendo tratadas nesse momento para se definir o preço do gás natural, uma política de preço do gás natural. Sem dúvida não é de competência da Aneel, mas é de total interesse da Agência, que participa e acompanha de perto esse trabalho junto com o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Fazenda e a ANP para que sejam desenhadas as termoeletricas a gás natural. Aquela altaipu de térmicas a gás natural é uma realidade factível, mas para isso a política do gás natural, do preço do gás natural e a questão da variação cambial têm que ser enfrentadas, como agora está sendo feito, como se buscou em vários momentos, não se che-

gando a uma solução, que extrapola a competição da Aneel mas não o interesse para que, rapidamente, se tenha esse seguro contra a estiagem, que são as termelétricas a gás natural.

Obviamente, que caminhamos neste momento para uma situação grave, gravíssima para a sociedade no que diz respeito ao racionamento da energia elétrica. Buscamos o plano da racionalização, buscamos as ações de véspera. Senador Paulo Hartung, pode haver entendimentos diversos, mas a Aneel fala com sinceridade. Sabemos que está em jogo o interesse das pessoas, sobretudo as necessidades básicas da população brasileira, quando se chega a um racionamento. Esse é o ponto chave, é o ponto mais importante, mas também não ignoramos que estão em julgamento as mudanças estruturais por que passa o País e particularmente o setor elétrico. Ninguém quer voltar, como aqui hoje foi muito bem lembrado pelo companheiros indicados e aqui sabatinados - o Paulo Pedrosa e o Eduardo Ellery -, àquela questão dos US\$26 bilhões que o Tesouro pagou, fazendo uma reposição tarifária. Não se deseja voltar àquela situação das 23 hidrelétricas e termelétricas paralisadas. Ao dizer isso, digo está em jogo a mudança estrutural. Ao dizer que falta chuva, a estiagem é crítica, é a pior dos últimos 40 anos, não queremos colocar a responsabilidade unicamente nesse campo, ainda que seja da maior relevância. Reconhecemos que faltou investimento. Faltou investimento na década de 80 e no início da década de 90.

Senador Paulo Hartung, talvez seja compreendido de outra forma quando digo, com sinceridade, que é fruto de um trabalho da Aneel, que souu a chamada - não só ela, com certeza, mas vários outros segmentos da sociedade - para encerrar a falta de investimento dos últimos 15 anos, na década de 80 e início da década de 90, e começar uma retomada, voltando os investimentos. Ao dizer isso, falo com uma crença pessoal. Estou vendo fatos e dados; não sei se o Governo pensa assim ou diferente disso, mas estou sendo sincero em dizer que, no ano passado, entraram novos 5,2 mil megawatts de geração. Foi um trabalho árduo, e concessões que não foram dadas; foram leiloadas. E isso é importante. Agora estamos aprendendo com as críticas; as críticas nos ensinam. Já não dizemos mais 5,2 mil megawatts só, já entendemos que a sociedade precisa de transparência, que se dê nome aos bois. Onde estão esses 5,2 mil megawatts? São quantas usinas? Queremos o nome, o sobrenome e o endereço dessas hidrelétricas. É Itá, que está em Santa Catarina. Qual a outra usina hidrelétrica? Com quantos megawatts? Qual foi a termelétrica?

Qual foi a PCH? Deve-se dar o nome de uma por uma - e isso estamos fazendo, explicitando mais claramente para a mídia para que fique claro. Cinco mil e duzentos foi mais do que o País precisava naquele ano de 2000, mas não o suficiente para repor a insuficiência de investimento que vinha do passado. Por gentileza, não me confundam, não digam que se trata de um discurso de governo. Este é um discurso sincero, em que recebo críticas, sugestões e aperfeiçoamentos. E seria uma omissão não reconhecer que, neste ano em curso, 4,5 mil megawatts novos deverão entrar em operação.

Como colocou claramente o Presidente José Alencar, entendemos como de total responsabilidade nossa prestar esses esclarecimentos, essa transparência, explicitando os 5,2 mil megawatts que entraram no ano passado e os 4,5 mil programados para este ano, usina por usina, data por data. A Fiscalização da Aneel está acompanhando esse processo, permanentemente, para que não sofra um atraso, pelo contrário, até antecipe o que for possível. Mas, apesar disso, precisa-se de uma racionalização, porque este País desperdiça em demasia. Desperdiçar mais de 15% da energia que produz é um absurdo. Há concessionária que desperdiça 30%, mas não é só concessionária, também há consumidores, então como sermos melhores poupadores? O País precisa, mas só a racionalização não está sendo suficiente e ainda temos que ter os cuidados, como aquele que V. Ex^a mencionou adequadamente.

Então abordaria, Sr. Presidente José Alencar, determinada empresa que tem mais de um núcleo de produção em mais de um local do Estado, ou até fora do próprio Estado, em outra região do país, seja agora engajada nas metas de racionalização: como administrar isso, por exemplo, centralizando numa única unidade de produção. Estamos sim, acho que é factível, necessário, olhando com essa abrangência e flexibilidade, com os cuidados. Se realmente essa empresa desejar concentrar toda a sua produção, por uma questão de escala, de economicidade, de compromissos contratuais, no Brasil ou no exterior, já assumidos, de geração de empregos, já assumidos, que ela possa concentrar essa produção numa única região. Isso é factível, mas terá que ser examinado caso a caso, porque se essa concentração for, por exemplo, numa unidade produtiva no Nordeste, agravará a situação no Nordeste, mas se for na Região Norte ou na Região Sul, porque lá existe chuva em quantidade suficiente, não há problema de abastecimento nessas duas regiões, então será benéfico. Enfim, questões dessa natureza.

Fizemos, recentemente, na Aneel, uma resolução para dar também um sinal nessa direção, dizendo que aqueles agentes que se comprometerem com a racionalização e fizerem, por exemplo, uma redução de 15% a 20% no seu consumo... Depois, isso não tendo sido suficiente, como tudo indica, porque o regime de chuva piora e a racionalização consegue realizar conquistas importantes, mas isso tudo ainda não é suficiente para tirar o país dessa situação delicada que é o racionamento, no dia 8, na reunião do CNPE, haverá uma avaliação final dessa questão, com forte indicativo nessa direção. Já estamos enfrentando e explicitando a questão, dando um sinal claro através dessa resolução. Quem aderiu à resolução, ao programa de racionalização e fez lá uma redução de 15% a 20% não será penalizado agora. No momento, damos um sinal claro, explícito, numa resolução, de que não seja agora penalizado, tendo que aprofundar mais a sua redução, é lógico, sem considerar aquilo que já deu na cota da racionalização, que aquilo seja considerado. Discutimos, e isso é diferente. Por exemplo: o Brasil viveu um racionamento no ano de 1987, grave também, na Região Nordeste. Naquele caso, não foi por falta de chuva. Ninguém depositou em chuvas o problema daquela falta de energia; foi por um problema de atraso de obras flagrante. Nesse momento, temos a gravidade de chuva e a falta de investimento do passado, que, como bem lembrou V. Ex^a, é extraordinário, Senador. Digo que cresce mos e aprendemos com isso. Debater nes ta Casa com tanta propriedade e com tanto questionamento, com tanta visão crítica, construtiva, isso nos faz andar para a frente, a sociedade anda para a frente. Não foi por acaso, uma falta de transmissão, já que sobra água e energia no Norte e no Sul, que hoje transferem energia para as outras regiões. O que seria do Nordeste se o Tucuruí não estivesse mandando energia - e mais 500 megawatts médios estão sendo mandados, adicionais, priorizando a dificuldade do Nordeste - mais o L i nhão Nor te-Sul, que já foi uma obra recente, que já está funcionando, transmitindo energia? E os linhões do Sul, trazendo para o Sudeste? Mas não são suficientes. E nisso temos que ser sinceros: precisaríamos de mais.

Reporto-me, sem nenhuma polarização de nenhuma natureza, ao início da década. No primeiro quinquênio, de 1990 a 1995, foram feitos, Senador Hartung, nas linhas de transmissão, um pouco mais de três mil quilômetros de linha de transmissão nova. Isso é um fato, elas entraram em operação. Nesse segundo quinquênio, de 1996 a 2000, entraram o dobro. Foram praticamente sete mil quilômetros de linha de

transmissão da rede básica. Mas o Brasil precisa de mais; um Bra sil que cres ce, como V. Ex^a lembrou, cinco por cento ao ano no mercado de energia elétrica, o que é extraordinário. Mas extraordinário não é problema, ao contrário, é solução para resolver as questões sócio-econômicas que nós, na parcela que nos é dada a responsabilidade de participar, não nos omitiremos em nenhum segundo. Isso faz com que a realidade crie uma expectativa nova para o amanhã.

Os investimentos estão voltando, e não digo isso com visão de governo, mas com visão de Estado. Quando, por exemplo, no ano passado, num só ano, a Aneel leiloou - não deu concessões - as novas obras a serem construídas, sendo 4.000km de linha de transmissão, foi um sucesso na Bolsa de Valores, no Rio de Janeiro. Neste ano, são 5.000km, dos quais 1.500km já leiloamos. No ano passado, de hidrelétricas e termelétricas, foram 12.000 megawatts que a Aneel autorizou, leiloou e assim por diante, concessões que não foram dadas e que são fiscalizadas. Se não cumpridas, serão multadas, penalizadas pela Aneel.

No ano passado, plantamos megawatts que vão frutificar dois a cinco anos depois. Levam de dois a cinco anos, mas todo ano temos que plantar, porque temos que colher. Então, neste ano, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu diria a V. Ex^{as} que mais 11 mil megawatts estavam sendo autorizados, democratizando a oportunidade de investimento. Noutro dia era um, dois, meia dúzia de investidores; hoje temos mais de cem investidores em geração.

Essa é a nossa ansiedade de em ver esta dificuldade do racionamento que cada vez mais se aproxima. É natural que haja mudanças estruturais profundas que estão revolvendo e revertendo problemas crônicos do passado, em havia uma falta de investimento, claro, inquestionável.

Agora, o Brasil precisa disso; são mudanças que carecem de aperfeiçoamento, e aperfeiçoamento não tem faltado. Aqui no Congresso Nacional, em contribuições em comandos legais, como o Projeto de Lei nº 2.905, que está tramitando em regime de urgência, que traz de novo marcos regulatórios importantes, mas não é fácil. Na questão da tarifa, diria a V. Ex^a: foi feito.

Então, Presidente José Alencar, aqui a colocação pelo Senador Paulo Hartung e de pronto, estamos à disposição da Casa, para debatermos em outra oportunidade exclusivamente sobre tarifas, o que não é fácil pois as tarifas têm subido 12%, 15%, está certo? E veja só, por incrível que pareça, alguns dizem que isso é indispensável, é cumprimento de contrato

de concessão, para que se tenha um aumento de investimento.

Mas os consumidores também reagem quando vêem que os seus ganhos não subiram na mesma proporção. Ao mesmo tempo, é o desafio de uma Agência reguladora. Muitas concessionárias entraram com ações na Justiça contra a Aneel, porque entendem que a tarifa deveria subir mais, por entenderem que a Aneel tem negado pedidos de revisão extraordinários de tarifa para dar aumentos adicionais. Faz parte dessa democracia e da construção do novo momento pois, com certeza, não somos os donos da verdade.

Agradeço a V. Ex^a porque me deu oportunidade de me manifestar hoje, pois o grande momento dos dois companheiros candidatos à Diretoria.

Tive a oportunidade de ouvir uma explicação do Senador Paulo Hartung tão clara, corroborada, da forma que foi, pelos Senadores Mauro Miranda, Arlindo Porto e por diversos outros Senadores, a respeito da importância e da indispensabilidade das agências – e não me refiro só à Aneel –, de ser cada vez mais clara a conquista plena a sua autonomia e da sua independência. Temos lutado por isso. Dou um outro exemplo que me ocorreu: lembro-me de que quando foi para privatizar - e privatizar não é da competência da Aneel – não importa quem privatizou, assina-se um contrato de concessão com a Aneel.

Mato Grosso e Pará foram privatizar as suas duas distribuidoras então estatais, houve uma exigência da parte da Aneel. A tarifa não foi reajustada previamente, em defesa do consumidor, e, mais do que isso, cerca de 30 municípios no Estado de Mato Grosso e no Estado do Pará – foi uma exigência da Aneel - que não faziam parte daquelas concessões, que no prazo de um ano – não de trinta anos; porque a concessão era de 30 – quem venresse no prazo assumiria esses 30 municípios, fornecendo energia 24 horas por dia. Isso foi um ato de autonomia e de independência da Aneel. Com certeza, no momento, não era visão circunstancial nem nos governos estaduais nem no Governo Federal.

A Aneel entende que cumpra a missão que lhe é conferida em lei: defesa do interesse público. Já vi testemunhos extraordinários de pessoas que moram nesses 30 municípios. Ao término de um ano, faltou energia 24 horas por esse ato e exigência da Aneel que foi fiscalizado, e dois desses Municípios, ao cabo de um ano, não estavam com energia 24 horas e a Aneel entrou com um processo de multa nessas empresas, mas hoje essa situação já está normalizada. São oportunidades importantes, mas não quero dizer

que isso é cabal, Senador. Terei a sinceridade e a humildade de dizer que, no plano da autonomia e da independência, passos importantes podem e devem ser dados.

A Aneel, por exemplo, questiona uma divisão de Governo, em que temos um superávit financeiro que tem que ser devolvido ao Tesouro Nacional. Já questionamos isso formalmente, até por que o nosso recurso não vem do Governo, não vem do Orçamento da União, mas sim da prestação de uma taxa, que é a Taxa de Fiscalização de Energia Elétrica. Segundo os preceitos jurídicos e legais, é contraprestação de um serviço e, portanto, não deve ter um outro destino. Temos inclusive embates com próprias visões do Governo no atestado da busca da nossa autonomia, porque quanto mais, melhor. Temos uma obstinação na construção disso, porque entendemos que Agências são mudanças estruturais que buscam a melhoria da sociedade, com dificuldade, é verdade. Mas temos um rumo e temos a confiança de estarmos caminhando nessa direção e que os dois companheiros que aqui estiveram hoje esse voto extraordinário de confiança dos Senhores, mais ainda nos encoraja a perseguir nessa luta, junto com os dedicados companheiros da equipe Aneel.

Muito obrigado e desculpem-me se me alonguei.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Meus amigos, cabe-me agora encerrar a nossa reunião. Antes, porém, não poderia deixar de dizer o quanto é bom para o País assistir a uma reunião como essa, em que dois novos Diretores são aprovados, praticamente por unanimidade da Casa, com 22 Senadores, com 21 votos em 22 Senadores, apenas uma abstenção, uma prova de que são dois elementos qualificados, não só do ponto de vista técnico, como também do ponto de vista probidade, honorabilidade, e ver o quanto é confortável a competência, a dedicação, a responsabilidade de Dr. José Mário Abdo, que assume a Presidência da Aneel desde o seu nascimento e que demonstrou aqui, nessas poucas palavras, que está absolutamente up to date, quer dizer, está em dia com as questões ligadas à energia no Brasil. E nós não vamos abrir mão, portanto, dessa sua disponibilidade para fazermos aquela reunião sobre tarifas, o que constitui uma preocupação. Precisamos, por meio desta Comissão, dar conhecimento à sociedade, como um todo, do que se passa em termos de administração de tarifas de energia elétrica para os vários segmentos de consumo. Todos os segmentos de consumo precisam conhecer a política tarifária e estar em dia com ela, até mesmo para lhes facilitar o pla-

nejamento de custos e até de investimentos nas atividades produtivas, tanto do setor primário como do secundário e até terciário.

Quero dizer a todos os Senadores que a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que tem como Presidente o eminente Deputado Antônio Cambraia, mandou um ofício dirigido ao Presidente desta Comissão, com cópia para os Senadores Arlindo Porto e Tasso Rosado, que foram os Relatores, trazendo o aplauso da Comissão, em nome da qual fala o Presidente, de apoio a esses dois engenheiros, Paulo Pedrosa e Eduardo Ellery.

Mais uma vez, recebemos os parabéns.

Há aqui também, para ser decidido, um requerimento assinado pelo Senador Geraldo Cândido, representante do Rio de Janeiro. Ele requer, nos termos do Regimento, que seja convocada audiência pública, a realizar-se em data a ser agendada, devendo esta Comissão convidar os Srs. Guilherme Augusto Sirine de Toledo, Presidente da Cesp, do Paraná; Mauro Arce, Secretário de Energia do Estado de São Paulo, Dr. Hildo Sauer, da Universidade de São Paulo e o representante da Federação Nacional dos Urbanitários, FNU/CUT, para prestarem esclarecimentos a respeito do processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo. A partir dessa proposta, ele segue com a justificação em mais uma aula de meia.

Coloco em discussão o requerimento assinado pelo Senador Geraldo Cândido. E nessa justificativa, ele alega que a Companhia Energética de São Paulo, está marca a data para sua privatização, em 16 de maio de 2001. A urgência do debate proposto se justifica pela definição da data do leilão para privatização da Cesp do Paraná - Companhia Energética de São Paulo, para o dia 16 de maio de 2001.

A Cesp – PR é uma empresa estadual controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, segundo ele, e constituindo-se em uma das maiores geradoras de energia elétrica do País.

Então nós temos esta proposta que tem um prazo aí, de 16 de maio. Quer dizer, solicita essa audiência pública. E a outra, audiência pública, que foi requerida pelo Senador Paulo Hartung e pelo Senador Eduardo Siqueira Campos a respeito das tarifas.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, posso apresentar hoje à tarde, eu e o Senador Eduardo Siqueira Campos, o requerimento a V. Ex^a para que possa ser apreciado numa próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pois não. Mas eu consulto V. Ex^{as}. a respeito deste requeri-

mento que está formalizado e está posto para ser discutido e votado.

Em discussão.

Todos os Srs. Senadores estão de acordo com a realização?

Os Srs. Senadores que assim estiverem quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nós então vamos entrar em contato como Senador Geraldo Cândido, que é o proponente, para marcar uma data para essa audiência pública. E com relação a outra, aguardo o requerimento de V. Ex^a.

Agradeço a presença de todos e especialmente do Presidente José Mário Abdo*.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h57min.)

Ata da 11ª Reunião (Extraordinária) realizada em 15 de maio de 2001 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia dois de maio de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Alberto Silva, José Fogaça, Mauro Miranda, Nabor Junior, Romeu Tuma, Paulo Souto, Carlos Patrocínio, Bello Parga, Arlindo Porto, Ricardo Santos, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido, Heloísa Helena, José Eduardo Dutra, Paulo Hartung, Valmir Amaral, Sérgio Machado, Emilia Fernandes, Sebastião Rocha e Eduardo Suplicy, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Roberto Requião, José Roberto Arruda e Teotônio Vilela. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado Nº 026, DE 2001. Terminativo. Ementa: Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho. Autor: Senador Moreira Mendes. Relator: Senador Nabor Júnior. Resultado: Adiado. Item Nº 02 – Projeto de Lei do Senado Nº 669, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Autor: Senador Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador Arlindo Porto. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. Concedido vista ao Senador José Eduardo Dutra pelo

prazo regimental de 5 (cinco) dias, em reunião realizada 24.04.2001. O Senador apresenta Voto em Separado, opinando pela rejeição do projeto. Item Nº 03 – Projeto de Lei do Senado Nº 109, de 1995. (Tramitando em Conjunto com Projeto de Lei da Câmara Nº 020, de 1993). Não Terminativo. Ementa: Dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Autor: Senador Pedro Simon. Relator: Senador Gerson Camata. Relatório: Pela aprovação na forma do substitutivo que se baseia pelo aprovado pela Comissão de Educação. Resultado: Adiado. Concedido vista ao Senador Paulo Souto pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias, em reunião realizada dia 24.04.2001, que o devolve sem voto em separado. Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator. Item Nº 04 – Requerimento Nº 07, de 2001. Ementa: Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com o objetivo de debater o processo de racionalização e racionamento do uso de energia elétrica. Requer, ainda, nos termos do art. 50 da Constituição e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convocados para prestarem os esclarecimentos necessários os Excelentíssimos Ministros de Estado de Minas e Energia Sen. José Jorge de Vasconcelos Lima e Ministro de Estado Chefe da Casa Civil Dr. Pedro Parente, Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia e os convidados como palestrantes o Dr. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da ANEEL e o Dr. Mário Fernando de Melo Santos, Diretor Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico. Autor: Senador Paulo Hartung. Resultado: Aprovado. Item Nº 05 – Requerimento Nº 08, de 2001. Ementa: Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com o objetivo de debater a atual política tarifária de energia elétrica, bem como suas futuras modificações, tendo como convidados palestrantes os Drs. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da ANEEL e César Antonio Gonçalves, Superintendente de Regulação Econômica da ANEEL. Autor: Senador Paulo Hartung. Resultado: Aprovado. Extra-Pauta - Item Nº 01- Audiência Pública. Assunto: Privatização da Companhia Energética de São Paulo - CESP/PARANÁ. Autoridades e Convidados. Dr. Silvio Aleixo –Secretario de Energia de São Paulo; Dr. Guilherme Augusto Cirne de Toledo – Presidente da CESP/PARANÁ; Dr. Ildo Sauer – Professor da Universidade de São Paulo – USP e Wilson M. de Almeida – Representante da Federa-

ção Nacional dos Urbanitários – FNU/CUT. Resultado: Realizada. Fazem uso da palavra para tecer considerações sobre os assuntos abordados os Senhores Senadores Alberto Silva, Nabor Junior, Carlos Patocínio, Sebastião Rocha, Leomar Quintanilha, Eduardo Suplicy e Mauro Miranda. Item Nº 02- Requerimento Nº 09, de 2001. Ementa: Com base no art. 58, parágrafo II, inciso I da Constituição Federal, e nos Artigos 90, incisos III e V e 397 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Infra-Estrutura, para discutir e examinar soluções para a crise no fornecimento de energia elétrica, tendo como convidados as seguintes autoridades: Ministro de Estado de Minas e Energia – Senador José Jorge de Vasconcelos Lima; Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Dr. José Mário Abdo; Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico – Dr. Mário Santos e o Ministro Chefe da Casa Civil – Dr. Pedro Parente, Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia; Autores: Senadores José Alencar e Renan Calheiros. Resultado: Aprovado. Item Nº 03 – Requerimento Nº 10, de 2001. Ementa: Em aditamento ao Requerimento nº 07, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, que tem por objetivo de Audiência Pública na Comissão de Infra-Estrutura para debater o processo de racionalização e racionamento do uso de energia elétrica, requeiro seja ampliado seu objetivo de forma a cobrir as razões da crise nacional de energia elétrica e, ainda, que sejam incluídos como palestrantes convidados os pesquisadores: Prof. Ildo Sauer, Universidade de São Paulo; Dr. Luiz Pinguelli – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Maurício Tolmasquim – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sen. José Jorge de Vasconcelos Lima – Ministro de Estado de Minas e Energia; Dr. José Mário Miranda Abdo – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica e, Dr. Mário Fernando de Melo Santos – Diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico. Autora: Senadora Heloísa Helena. Resultado: Aprovado. Item Nº 04 - Requerimento Nº 011, de 2001. Ementa: Em aditamento ao Requerimento nº 08, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, que tem por objetivo de Audiência Pública na Comissão de Infra-Estrutura para debater a atual política tarifária de energia elétrica, requeiro seja ampliado o tema da Audiência, de forma a cobrir a atual crise nacional de energia elétrica e sejam incluídos como palestrantes convidados os pesquisadores: Prof. Ildo Sauer, Universidade de São Paulo; Dr. Luiz Pinguelli – Universidade Federal do Rio de Ja-

neiro; Dr. Maurício Tolmasquim – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. José Mário Miranda Abdo – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica e, Dr. César Antonio Gonçalves – Superintendente de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica. Autora: Senadora Heloísa Helena. Resultado: Aprovado. Item Nº 05 – Projeto de Lei do Senado Nº 573, de 1999. Ementa: Altera dispositivo da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Autor: Senador José Jorge. Relator: Senador Paulo Souto. Obs.: Discussão de Emendas em turno suplementar. Não sendo oferecidas emendas em turno suplementar o projeto é dado como definitivamente adotado. Resultado: Aprovado em turno suplementar. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador José Alencar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Senadores, já são dez e meia. Gostaríamos de dar início à nossa reunião. Temos oito assinaturas, mas, mesmo com elas, ainda não há quorum. Há dois itens da pauta que são projetos de lei. Um deles é o Projeto de Lei do Senado nº 26, terminativo; o outro, o Projeto de Lei do Senado nº 669, também terminativo. Portanto, quorum seria exigido para a votação. E temos um terceiro item, não terminativo, mas o seu relator, o Senador Gerson Camata, pede para fazer um reexame da matéria. Então, o projeto constante do Item 3 tem que ser retirado da pauta de hoje.

Estamos reunidos hoje, mas, concomitantemente, há reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, numa audiência pública que está tratando da nova lei das sociedades anônimas.

Eles estão reunidos e já está falando o Dr. Carvalho. Em seguida, vai falar o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Naturalmente, algumas reuniões vão ficar um pouco esvaziadas e, provavelmente, não teremos como realizar as votações.

Tenho aqui presentes representantes da CESP, Centrais Elétricas de São Paulo, e da Secretaria de

Energia de São Paulo, porque está marcado para amanhã o leilão de privatização dessa usina. Como não havia mais tempo, solicitamos a vinda de representantes da CESP para dar informação à nossa Comissão de como será feita essa privatização, em que situação está e suas razões.

Pergunto aos Senadores presentes se não seria conveniente que deixássemos os representantes da CESP entrar e falar para nós. Depois discutiremos com eles o assunto.

Temos aqui alguns requerimentos sobre os quais gostaria de dar informação. Um deles é assinado pelo Líder do nosso Partido, o PMDB, e versa sobre o mesmo assunto de um outro requerimento assinado por membro da Comissão, o Senador Paulo Hartung.

Vou ler o requerimento do Senador Paulo Hartung que solicita a realização de audiência pública nesta Comissão para que sejam prestados esclarecimentos sobre as medidas de racionalização e racionamento de energia elétrica que se pretende implantar, para a qual deve ser convocado o Exmº Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador José Jorge, o Ministro Pedro Parente, Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia e, como convidados, o Dr. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Aneel, e o Dr. Mário Fernando de Melo Santos, Diretor-Presidente da ONS.

Eis o requerimento:

Nos termos regimentais, solicito seja realizada audiência pública nesta Comissão de Infra-Estrutura com o objetivo de debatermos o processo de racionalização e racionamento do uso de energia elétrica.

Requeiro, ainda, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado para prestar os esclarecimentos necessários a esta Comissão técnica o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador José Jorge, e o Sr. Pedro Parente.

Requeiro, por fim, sejam convidados o Dr. José Abdo e o Dr. Mário Fernando dos Santos, Diretor-Presidente de operação nacional do sistema elétrico.

Então, gostaria de aprovar esses requerimentos. O requerimento a pedido do Senador Renan Calheiros, pede, também, com base no art. 58, § 2º, inciso I, da Constituição Federal e nos arts. 90, incisos III e V, e 397 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, para discutir e examinar soluções para a crise no fornecimento de energia elétrica.

Requeiro que sejam devidamente convidados para a supracitada audiência as seguintes autoridades: Ministro das Minas e Energia, Senador José Jorge, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Dr. José Mário Abdo, são as mesmas pessoas, o Presidente de operação do sistema nacional elétrico, Dr. Mário Santos e o Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, Dr. Pedro Parente.

Então, eu penso que os dois requerimentos...

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Eu gostaria de perguntar a V. Ex^a se, em algum desses requerimentos, existe, também, o convite para o Ministro Pedro Parente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Todos os dois têm.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há, também, aqui, da eminente Senadora Heloísa Helena, um aditamento ao Requerimento nº 8, que é um daqueles que acabei de ler para os senhores, do Senador Paulo Hartung.

O aditamento solicitado é o seguinte: Em aditamento ao Requerimento nº 08 de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, que tem por objeto a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para debater a atual política tarifária de energia elétrica, requeiro...

Ah bom, isto é um outro requerimento do Senador Paulo Hartung, que diz: realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com o objetivo de debater a atual política tarifária de energia elétrica, bem como suas futuras modificações, tendo como convidados palestrantes o Dr. José Abdo que é o Diretor da Aneel, e Cesar Antônio Gonçalves, Superintendente de regulação econômica da Aneel.

Então, é só bre este requerimento que vem o pedido de aditamento assinado pela eminente Senadora Heloísa Helena. Vou ler o pedido de aditamento:

Em aditamento ao Requerimento nº 8 do Senador Paulo Hartung, que tem como objetivo a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para debater a atual política tarifária de energia elétrica, requeiro seja ampliado o tema da audiência de forma a cobrir a atual crise nacional de energia elétrica e que sejam incluídos como pales-

trantes convidados os pesquisadores Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo, Luís Pinguelli e Maurício Tomaskin, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao lado dos Drs. José Mário Miranda Abdo, Diretor da Aneel, e Cesar Antônio Gonçalves, Superintendente de Regulação e Economia da Aneel.

Justificação.

A urgência do debate proposto se justifica pela grave crise enfrentada pelo setor elétrico nacional. Todavia, o debate em torno das definições da política tarifária de energia elétrica estão a exigir um amplo conhecimento, que não se esgota nos posicionamentos e explicações oriundas da Agência Nacional de Energia.

Nestes termos, contamos com o apoio dos Srs. Senadores, membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, no sentido da ampliação do tema da audiência e a inclusão dos nomes de três eméritos pesquisadores da área de energia e que, por sua experiência, certamente contribuirão com os debates e esclarecimentos, hoje demandados por toda a sociedade brasileira.

Sala das comissões, Senadora Heloísa Helena”.

Pois bem, então temos o requerimento do Senador Paulo Hartung, que recebe essa proposta de aditamento da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. HELOISA HELENA – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei dois requerimentos, ambos em aditamento – há um outro que também está aí –, um aditamento tanto ao Requerimento nº 7, quanto ao Requerimento nº 8, no sentido de que possam ser incluídos esses pesquisadores como palestrantes, pois são personalidades do mundo acadêmico que se têm destacado. Todos os Senadores que acompanham o debate sobre o setor elétrico no País sabem da eficiência e da qualificação desses pesquisadores e desses professores.

Dessa forma, ou por um requerimento, que é mais amplo, ou pelo outro, peço que se estabeleça a participação desses pesquisadores.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Informo à eminente Senadora Heloísa Helena que há dois requerimentos: pede-se em um deles que seja examinado o problema tarifário, e, no outro, a questão do racionamento. V. Ex^a também apresenta um requerimento em aditamento aos dois.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Assim, creio que poderíamos até dispensar a leitura desse segundo, apenas acrescentando que a Senadora He-loísa Helena pede que também participem do debate acerca dessa questão tarifária os pesquisadores Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo, Luís Pinguelli Rosa e Maurício Tomaskin, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Não é isso, Senadora He-loísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Dessa forma, os requerimentos, com os pedidos de aditamento, estão em discussão.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, estou observando que todos os requerimentos giram em torno de assuntos correlatos. Não seria o caso de os examinarmos e condensarmos isso?

O eminente Ministro de Minas e Energia, o Presidente da Agência Nacional da Energia Elétrica – Aneel – e o Ministro especial que foi nomeado para tratar dessa crise energética são três pessoas de bastante importância e, no momento, estão cuidando do problema da crise.

Seria interessante que conseguíssemos que esse debate não ficasse tumultuado, pois muita gente está discutindo dois assuntos: tarifa e crise da energia, oferta da energia, isto é, cortes de energia, racionamento. São coisas correlatas, mas distintas. E parece – é o que estou sentindo – que essas personalidades, esses Ministros, só podem dizer algo depois da reunião de sexta-feira. Então, isso teria que ser também levado em consideração. Eles poderiam vir a esta Casa trazendo informações; até sexta-feira, S. Ex^{as} não sabem nada. Essa é apenas uma observação.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Eu gostaria de dar uma informação para V. Ex^{as}. O quadro ainda é muito nebuloso e confuso. Há, na imprensa de hoje, um texto até preocupante em que Sua Excelência o Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso afirma ter sido apanhado de surpresa pela dimensão da crise energética enfrentada pelo País e considera ser ainda uma hipótese a possibilidade da adoção do racionamento de energia.

Prestem atenção nessa questão, porque é muito importante que nós, desta Comissão, sejamos informados disso, porque quem está falando é ninguém menos do que Sua Excelência o Presidente da Repú-

blica, que ontem – repito – afirmou ter sido apanhado de surpresa pela dimensão da crise energética enfrentada pelo País e considerou ser ainda uma hipótese a possibilidade da adoção do racionamento de energia. O Presidente deixou claro não existir até agora nenhuma determinação do Governo a respeito de qualquer medida relativa ao racionamento. Disse o Presidente: “Tudo que foi dito até hoje é especulação. Não estou dizendo que não tomaremos medidas; estou dizendo que tudo o que foi aventado até hoje é hipótese.” Essa é uma informação importante, porque ouvi isso ser dito num pronunciamento do Presidente da República. Porém, o Brasil inteiro está preocupado. O povo está comprando velas, lâmpadas e lâmparinas. Senhores de ida e estão na iminência de ter de subir pela escada até o décimo primeiro andar, onde moram. A situação é grave. Pelo menos, é esse o quadro que se apresenta. Se isso for apenas especulação, apenas uma hipótese, damos graças a Deus. Mas temos de ver.

A SRA. HELOISA HELENA – Deus está olhando para cá e dizendo: “Não tenho nada a ver com isso”.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O eminente Senador bem lembrou que, ainda que versem sobre energia, as questões são duas: uma, a tarifa; a outra, o racionamento. Penso ser procedente colocar em discussão qual deve ser debatida primeiro, porque, de fato, uma é de urgência urgentíssima e a outra, provavelmente, não é tão urgente.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que todos os Senadores da Casa têm tido oportunidade de acompanhar esse debate há muito tempo. É lógico que todos lembram que técnicos, professores da USP, da UFRJ e da Unicamp, que vêm estudando o setor há bastante tempo, no início de 1999, entregaram um documento ao Presidente da República dando conta dessa situação. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura fez um debate sobre o setor energético depois da entrega desse documento.

Aliás, quem lê um pouco sobre o assunto sabe que a crise era iminente. Lembro que, ainda quando estava na universidade, era da área de saúde, mas, como tínhamos preocupações em relação à questão da energia nas unidades sanitárias, acabávamos lendo também sobre a questão da infra-estrutura. Vínha-

mos sendo alertados há mais de dez anos sobre a possibilidade de ocorrer o que estamos a ver hoje.

Entendo a preocupação do Senador no sentido de serem dois temas diferentes. Mas acho que esta Comissão deve, antes de sexta-feira, fazer um debate com essas personalidades, saber se terão condições de discutir sobre a crise, sobre o racionamento. Se o Presidente diz que não sabia de nada, se ninguém sabe de nada ainda, não é até sexta-feira que saberão. Os Senadores que tiverem oportunidade devem discutir com os dirigentes das distribuidoras dos seus Estados, tanto das que foram quanto das que ainda não foram privatizadas, que é uma minoria, sobre as portarias que estão sendo viabilizadas e as metas, algumas gravíssimas, que estão sendo repassadas para as distribuidoras a fim de possibilitar uma redução do consumo de energia em 40% nos Estados, o que é muito grave.

Saúdo os Senadores que fizeram o requerimento. Sei da preocupação da Casa em relação a esse assunto e espero que possamos fazer o convite a essas personalidades públicas para que ainda esta semana, quinta ou sexta-feira, no horário que lhes for possível, quando suas agendas assim permitirem, venham a esta Casa a fim de debatermos a questão, até para nos darem subsídios. Seria importante dizer das nossas preocupações antes da reunião de sexta-feira, que será, como bem alertou o Senador, o marco decisório. Que possamos fazer esse debate esta semana.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A questão continua em discussão.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, considero os requerimentos constantes dos itens 4 e 5 da nossa pauta de trabalho da maior importância para que esta Comissão se inteire desse problema que está preocupando a toda a sociedade brasileira, que é a escassez de energia e, consequentemente, as medidas que o Governo Federal pretende adotar nos próximos dias para minimizar o problema. Agora, evidente que, como disse V. Ex^a, várias das medidas que serão tomadas pelo Governo ainda não foram aprovadas pela Comissão, que hoje é presidida pelo Ministro Pedro Parente, da Casa Civil, e pelo Presidente da República. E o anúncio dessas medidas, segundo a imprensa vem divulgando, deve ocorrer na próxima sexta-feira. Por essa razão que concordo plenamente com o convite a ser formu-

lado ao Senador José Jorge Vasconcelos Lima, que é o Ministro das Minas e Energia, ao Dr. Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Aneel, ao Dr. Fernando Matos de Melo Santos, Diretor-Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico, bem como ao Sr. José Mário Miranda, também em outra oportunidade, e ao Cesar Antônio Gonçalves, Superintendente de Regulação da Economia para tratar do problema tarifário. Então, sou favorável que eles sejam convidados para a próxima semana, após o anúncio dessas medidas pelo Governo Federal, porque, ademais, eles terão elementos para detalhar melhor como essas medidas serão implementadas. Mas convidá-los para virem aqui amanhã, quarta-feira, quinta-feira ou mesmo na sexta-feira, eles dirão: No momento, não há nenhuma decisão ainda adotada pelo Governo em caráter oficial para transmitir aos senhores. Eu gostaria de me reservar para, em uma outra oportunidade, dissertar sobre essas questões.

Portanto, voto favoravelmente aos dois requerimentos. Entendo que deva ser na mesma oportunidade. Pode ser na terça-feira da próxima semana, quando o Governo Federal já terá anunciado essas medidas que visam realmente a reduzir os impactos dessa crise energética que se abate sobre o País.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra, o Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a minha visão é nesse sentido também. Estamos vivendo um momento de muita expectativa, de muita atenção, especialmente em desinformação ou de contradição, porque informação temos bastantes. A cada momento, chega uma informação. Creio que seja nosso dever e dever desta Comissão, e V. Ex^a expôs muito bem, ou vimos os responsáveis pela gestão de energia no País, o Governo Federal, e que este mandasse elementos seus aqui para esclarecer esta Comissão. Esclarecendo esta Comissão, esclarece parte da sociedade.

Assim, sou favorável, e a minha manifestação é de apoio a essa posição, e, naturalmente, que possa ser da maior brevidade possível. V. Ex^a tem habilidade e discernimento necessários para negociar a vin das dessas pessoas de acordo com a agenda de cada uma, mas com agilidade que o assunto merece.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há uma colocação feita pelo eminente Senador Alberto Silva e uma do Senador Nabor Júnior; e, agora, também, do Senador Arlindo Porto. Parece-me que todos concordam em deixar para a próxima semana. E há uma proposta da Senadora Heloísa Helena de que se fizesse já esta semana. Isto é o que está em discus-

são. Alguém mais gostaria de fazer algum comentário a respeito? (Pausa.)

Com apalavra, o eminente Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, creio que todos nós estamos muito mais preocupados no momento é com as decisões que o Governo promete levar ao conhecimento da Nação a partir da reunião de sexta-feira. E V. Ex^a leu um trecho da declaração do Presidente da República considerada séria, e V. Ex^a considerou-a grave. Realmente, se o Presidente da República diz que ninguém pode falar nada até sexta-feira, apesar de ele ter sido apanhado de surpresa, não se pode falar nada sobre o assunto até a reunião de sexta-feira. Então, creio que nós mesmos, com o interesse que temos, a nossa Comissão, de conhecermos, segundo a Senadora Heloísa Helena, até para facilitar a reunião de sexta-feira, mas creio que a decisão do Governo foi tomada com um número reduzido de pessoas. V. Ex^a pode examinar que são apenas cinco na reunião de sexta-feira, tal o clima de segredo em que isso deve ser discutido, face a gravidade do problema em relação ao País.

Sou do ramo, engenheiro eletricista, e conheço a matéria tanto quanto qualquer um de nós, porque, inclusive, já governei o Estado, instalei usina desse tipo. Posso dizer que a gravidade do problema é enorme, pois vai afetar a indústria e o crescimento do País. Só não será o caos se tivermos capacidade de ordenar isso, mas V. Ex^a lembrou: como vai ficar a sociedade brasileira no momento em que pessoas idosas subirem doze andares ou mais? Creio que poderíamos separar. Mantenho meu ponto de vista.

Oportunamente, poderia ser tratada a tarifa que está aí inerente. Esclareço: é claro que muitos dirão que não investem porque não sabem qual é a tarifa. Estamos vendo isso nos jornais. Quer dizer, os investidores não sabem quanto podem cobrar. Então, estão se esquivando de entrar com seu dinheiro para investir em algo cuja tarifa não está definida. A Senadora Heloísa Helena tem razão sobre o problema tarifário, mas, no momento, o grave é a falta de energia. Mas concordo que seja na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Alguém mais deseja falar sobre o assunto? Se me permitem, digo o seguinte: quanto ao problema energético, no pé em que está, considerando que o retorno dos investimentos é relativamente lento, solicitei ao Diretor-Geral da Aneel, Dr. José Mário Abdo, na semana passada, que mandasse para esta Comissão um cronograma de todos os investimentos em andamento com periodicidade de três meses. Assim, poderemos ver o que entra em produção e faz crescer um quilo-

watt/hora de produção daqui para frente. Devemos saber isso para nos assegurarmos da crise que vamos viver, porque pode ser que ela perdure por dois, três anos. Não sabemos.

Temos uma curva de investimentos e, depois, uma demonstração de grandes investimentos no quinquênio de 2001 a 2005. Então, temos que acompanhar para que aquela perspectiva se transforme em realidade de investimento e retorno em forma de crescimento da produção de energia. Por quê? Essa crise afeta o campo econômico e o campo social grandemente. No campo econômico, ela afeta a produção, a exportação, com consequências na balança comercial, agravando a balança de pagamentos, as contas externas, que já são graves no Brasil, e ainda a arrecadação do Estado nacional, na esfera da União, Estados e Municípios, porque vai provocar redução da oferta de bens e de impostos não só diretos como indiretos.

Da mesma forma, ela afeta grandemente o campo social, especialmente na área da saúde, porque, nos grandes centros, os apagões, mesmo setoriais, vão alcançar hospitais e coisas desse tipo.

Realmente, trata-se de um quadro aterrador, mas aí está. Não vamos ajudar em nada apenas atirando pedra sobre esse passado. Podemos registrar, com todas as letras, pelo o que falam os técnicos, que 10% é culpa de São Pedro, e 90%, da imprevidência. Isso é fato. Todos falam. Pois bem, mas isso não vai resolver a questão. Temos que fazer com que esta Comissão colabore no sentido de que se encontrem soluções que amenizem o problema, que diminuam o grau de dificuldade a que a sociedade brasileira vai se submeter, não só no campo da saúde, da educação, como também no campo da produção, especialmente no setor secundário, que é a indústria.

Pedimos à Aneel que nos desse um perfil do consumo. Então, temos aqui – e gostaríamos de dar notícia e mandar tirar cópia para todos os membros da Comissão – de consumo residencial 27,3% do consumo de energia elétrica de todas as concessionárias brasileiras no ano 2000. O que aconteceu foi o seguinte: 27,3% foi consumo residencial; 42,87% foi de consumo industrial; no consumo comercial foi 15,52%; no rural, 4,05%; demais classes, 10,25%, num total, naturalmente, de 100%. Isso significa 306 milhões, 215 mil e 683 mwh/ano; é, portanto, o consumo brasileiro: 306 milhões, 215 mil e 683 mwh/ano.

Pois bem, só para concluir: isso aqui mostra o perfil. Agora, desse perfil, o industrial, que consome 42,87%, ou seja, 131 milhões de mwh/ano, temos em indústrias, por exemplo, que consomem mais ener-

gia, a eletrometalurgia consome – ainda não tenho essa separação da eletrometalurgia, da eletroquímica, porque são indústrias que consomem energia, assim como o custo dos insumos, a energia participa com 50%. E outra coisa: quero saber quanto representa de mão-de-obra empregada por esse tipo de indústria. Pode ser que o racionamento se amenize se houver um acordo do Governo para resolver o problema através de redução, até radical, até fechamento de determinadas empresas que poderão ter um cálculo rápido de custo para o País e, ao mesmo tempo, ajudaria a aliviar. Daí a razão pela qual a vinda a esta Comissão, que está estudando o racionamento, seria vantajosa, porque a Comissão teria oportunidade de ouvir membros desta Comissão de Infra-Estrutura que representa a sociedade brasileira. Estamos aqui para representar a Federação, então sabemos os problemas de cada região a que estamos representando. Então, é bom que eles também nos ouçam. Agora, é claro que eles estão assoberbados; temos que compreender. Penso que a reunião marcada para terça-feira próxima consultaria, pelo que pude sentir, o interesse de todos, colocando à frente o interesse nacional.

A Senadora Heloisa Helena propôs que a reunião se desse até terça-feira, mas penso, Senadora, salvo melhor juízo, que, se convocássemos para terça-feira, estaremos dando a eles também um prazo para eles arrumarem a cabeça em relação ao que pretendem fazer; e ainda em tempo, porque antes da tomada de decisão final.

A SRA. HELOISA HELENA – Agora, estou atendendo a um apelo de V. Ex^a, dos Senadores da Comissão. Claro que não se ria pela justificativa de eles arrumarem a cabeça, porque já estão há oito anos e, portanto, têm obrigação de já estarem com a cabeça devidamente arrumada. Oito anos, com tanto alerta, não tem São Pedro que justifique. Mas, atendendo ao apelo de V. Ex^a e dos Senadores da Comissão, concordamos com o apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Penso que podemos considerar aprovada a proposta para que todos aqueles requerimentos sejam objeto de uma convocação, um convite para uma reunião na terça-feira, 10:00 horas.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, V. Ex^a colocou ao conhecimento nosso de que, sem dúvida nenhuma, a nossa Comissão representa a sociedade brasileira. Não há dúvida, somos representantes do povo aqui.

V. Ex^a disse: “precisamos ser ouvidos”.

Vamos ouvi-los e, tam bém, fazer as nossas colocações.

Essa informação da Aneel que V. Ex^a leu fala da quantidade de energia consumida nos diferentes setores, mas não fala qual a disponibilidade para atender esse consumo. Por exemplo, a indústria, 42%, foi atendida mesmo? Se foi atendida, existia energia para atendê-la até o ano 2000. De repente, o que houve que não dá mais? Tivemos que cortar 30%.

V. Ex^a não acha estranho isso?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Acho estranho.

O SR. ALBERTO SILVA – O consumo é de 300 milhões de megawatts/hora/ano.

E a oferta? Quem falou em oferta aqui? O que existe disponível? Essas termoeletricas do Ministro José Jorge vão funcionar? Quem está construindo isso? O Brasil construi termoeletrica como? Não tem equipamento para isso.

Eugostaria de encerrar, Sr. Presidente, fazendo uma sugestão. V. Ex^a fez um pedido à Aneel e recebeu uma informação. Não estou fazendo isso por escrito, apenas como sugestão: que a Aneel nos informe qual a disponibilidade real de energia. Temos 95% de disponibilidade hidrelétrica e muito pouco de outras fontes.

Já vivi um período como este – sou muito mais antigo do que os senhores – quando eu dirigia a empresa de eletricidade do Governo do Ceará; nessa ocasião, o São Francisco secou, ficou no caixão e, além de rezar, pedir ajuda de São Pedro para chover, houve uma proposta; ainda não ouvi ninguém falar nisso. Na época, Sr. Presidente, falamos em usinas flutuantes. Na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos há isso. Por exemplo, usina de 200 megawatts pode chegar aqui em balsas; coloca lá no Recife, coloca em Santos, como uma medida de emergência, em vez de esperar as termoeletricas que vão ser construídas daqui a dois anos. Estamos numa emergência. E qual é o remédio para a emergência, além do corte e do racionamento?

É uma sugestão que faço, quem sabe V. Ex^a poderia, através das entidades que preside – V. Ex^a é um empresário de grande respeitabilidade nacional –, fazer uma consulta, que eu já estou fazendo, individualmente: será que tem disponível, nos Estados Unidos, para leasing, assim como alugamos um avião, que custa bilhões de dólares? Por que não se aluga usinas geradoras para emergência, em caráter de leasing. Vamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos ter oportunidade de falar sobre isso nesta reunião.

Temos uma matéria extrapauta – V. Ex^{as}. tem a cópia –, que é uma pequena audiência pública que vamos fazer aqui hoje, cujo assunto é a privatização da Companhia Energética de São Paulo – CESP/Paraná, usina que atende o Estado do Paraná.

Estão presentes aqui na Comissão o Dr. Sílvio Aleixo, Secretário de Energia do Estado de São Paulo, o Dr. Guilherme Augustode Toledo, Presidente da CESP, o Dr. Ildo Sauer e o Dr. Wilson Almeida, que vão participar de uma reunião conosco.

Antes porém, gostaria de trazer à votação o Projeto de Lei do Senado nº 573, que é uma votação em turno suplementar. Ele altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26/12/96, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; disciplina o regime das concessões de serviço público de energia elétrica e dá outras providências. O autor do projeto é o Senador José Jorge, e Relator, o Senador Paulo Souto.

A matéria foi aprovada na Comissão em reunião do dia 24 de abril. A matéria será submetida a turno suplementar de discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejam apresentar emendas no turno suplementar podem fazê-lo. (Pausa.)

Não havendo quem queira apresentar emendas no turno suplementar, passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada a matéria em turno suplementar.

Solicito ao Senador Alberto Silva que acompanhe nossos convidados para tomarem assento à Mesa.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Pela ordem. Não sou da Comissão, mas sou autor do projeto que está no item 2. Ele será discutido hoje após a audiência ou só na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Trata-se de matéria terminativa, e, como não havia quorum, os itens 1 e 2 foram retirados. E o item 3, ainda que não terminativo, foi retirado pelo Relator.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, pela ordem. Esse projeto que acabamos de votar e aprovar em turno suplementar consta da pauta da reunião de hoje?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – É extrapauta e foi distribuído a V. Ex^a.

Srs. Senadores, gostaríamos de aproveitar a oportunidade, ainda que o assunto privatização da CESP/Paraná merecesse, desta Comissão, uma

atenção especial, com maior antecedência, tendo em vista que o leilão de privatização dessa companhia está previsto para realizar-se amanhã, quarta-feira. De qualquer maneira, estão aqui não só representantes da Secretaria de Energia de São Paulo como também daquela companhia, e vamos discutir com eles o assunto.

Pergunto quem gostaria de falar em primeiro lugar. Seria V. S^a?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Como é seu nome?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Guilherme Toledo, Presidente da CESP.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Sr. Guilherme Toledo é da CESP/Paraná ou da CESP como um todo?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Só existe uma CESP. O mercado resolveu chamar de Paraná, mas é a CESP remanescente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Mas estamos tratando da privatização da CESP/Paraná.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Não, é da CESP remanescente. Não tem o nome CESP/Paraná. As usinas ficam no Rio Paraná, e, por isso, passaram a chamá-la assim.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Mas ela atende a São Paulo.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Atende a São Paulo. As usinas ficam no rio Paraná, na fronteira com o Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Mas atende a São Paulo e ao Paraná?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Atende ao Brasil inteiro, por que o sistema é interligado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Bom dia a todos. Antes de mais nada, gostaria de agradecer a oportunidade de vir ao Senado, à Comissão de Infra-Estrutura para colocar um pouco da história da privatização da CESP e, conseqüentemente, um pouco da privatização de São Paulo. A privatização do setor energético no Estado de São Paulo foi regulamentada por lei, em 1996, aprovada pela Assembleia Legislativa e promulgada pelo Governador Mário Covas. Ela visava a reestruturação do setor elétrico paulista.

Naquela época, como ainda a legislação federal não estava concluída, o marco regulatório do setor elétrico, na nossa legislação, ficou previsto o seguinte: a desverticalização das empresas, especificamente a CESP, que era uma empresa verticalizada, que tinha a área de geração, distribuição e transmissão e a divisão em mais de uma empresa para que não se transferisse monopólio público para monopólio privado, além da manutenção da área de transmissão de energia no controle do Estado porque, naquele momento, a área de transmissão tinha uma característica que acreditávamos seria uma área estratégica. Então, para que se permitisse a livre concorrência para o setor, seria necessário garantir-se o livre acesso, tanto a consumidores quanto a produtores de energia e, com isso, seria fundamental que a área de transmissão ficasse em mãos do Estado.

Depois, a legislação federal fez com que isso já não fosse mais necessário, mas já era a lei e não fizemos alteração nenhuma, de tal forma que hoje em dia as empresas de transmissão oriundas da antiga Eletropaulo e da CESP estão em controle do Estado e não serão privatizadas.

No processo de privatização nós começamos pela área de distribuição. A primeira empresa que foi privatizada foi a Companhia Paulista de Força e Luz que pertencia à CESP. A CESP também tinha a figura de holding e controlava, na época, a Companhia Paulista de Força e Luz e a Congás, uma empresa distribuidora de gás basicamente na Grande São Paulo. Vendemos a CPFL, depois a privatização da CPFL, na ordem, veio a primeira distribuidora da CESP – quer dizer, a CESP, na área de distribuição, criou uma subsidiária integral chamada Eletro, que também foi privatizada com enorme sucesso, a exemplo da CPFL. Depois, fizemos a cisão da CESP, para tirar de dentro da CESP a área de transmissão, uma vez que a legislação proibia a venda da área de transmissão; na época não era uma empresa. Ela foi criada em 1999, com a cisão da CESP.

Então, a CESP deixa de ter, em 1999 já não tem mais a área de distribuição, que foi vendida como uma empresa subsidiária integral, com o nome de Eletro. Não tinha mais a CPFL e, a partir de março de 99, não tem mais a área de transmissão e se transforma, basicamente, em três empresas de geração. Essas empresas de geração estavam previstas na nossa lei estadual, e quando elas foram constituídas, elas foram seguindo a lógica de bacias hidrográficas. Por exemplo, foi construída a empresa de geração do Paranapanema com todas as usinas que ficam no rio

Paranapanema. O rio Paranapanema faz fronteira entre São Paulo e Paraná.

Depois, a Companhia de Geração de Energia do Tietê com as usinas que ficam no rio Tietê e mais Água Vermelha, que era a única usina que a CESP tinha no rio Grande, na fronteira com Minas Gerais.

A primeira dessas três empresas de geração a ser vendida foi a Paranapanema. Quando nós iniciamos o processo da venda das empresas de geração, o Governador Mário Covas tomou uma decisão pessoal de obrigar, no caso de empresas geradoras, por edital, que se fizesse investimentos na expansão das empresas de geração a serem privatizadas. A Paranapanema foi vendida com essa obrigação de expandir em 15% a capacidade que ela tinha no momento da venda. Na sequência, foi a Companhia de Geração Tietê, que também foi vendida com a obrigação de expandir em 15% a sua capacidade.

E, agora, no caso de venda da CESP, que é erroneamente chamada de CESP/Paraná. Por quê? Porque ela ficou com a grande geração que a CESP inicial tinha que era de 21 usinas e, hoje em dia, nós temos quatro, que são: Ilha Solteira, Três Irmãos, que fica no Tietê quase chegando ao rio Grande; Jupia e Porto Primavera. Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera ficam no rio Paraná. E daí, então, chamarem a CESP de CESP/Paraná. Mas a CESP, que está sendo vendida, o verdadeiro adjetivo deveria ser a CESP remanescente. No caso da CESP remanescente, a decisão do Governador Geraldo Alckmin foi de colocar uma obrigatoriedade de expansão de 16,5% em cima da capacidade da empresa.

Durante o período de privatização da CESP – e eu vou agora me concentrar mais na CESP; não vou, por exemplo, falar como foi o processo de privatização da Eletropaulo e coisas desse tipo – e nós entendemos que isso começou em janeiro de 1995 com a chegada do Governador Mário Covas, que definiu três linhas estratégicas para a empresa: a primeira linha era: não comece nenhuma obra enquanto não tiver concluído a última. Naquele momento, nós tínhamos cinco usinas iniciadas e inacabadas; segunda orientação foi: pague as dívidas vencidas, refinancie e saneie o passivo da empresa; a terceira foi: tentem fazer o investimento e expansão com funding específico para isso.

Muito bem! Para dar um exemplo, inovamos quando concluímos Canoas I e II – duas pequenas usinas que a CESP tinha e que ficavam no Tietê –, fazendo uma parceria com o setor privado através de uma licitação, realizada em 1995, cujo grupo vencedor foi o Votorantim. A licitação, basicamente, era

quem oferecesse mais energia, quer dizer, o investidor privado tinha a obrigação de concluir as duas usinas. E o ganhador da licitação seria aquele que oferecesse mais energia para a CESP. Então, eu quero concluir e oferecer mais energia para a CESP. Foi assim que o Grupo Votorantim ganhou. E foi um processo inovador, que trouxe como grande objetivo a conclusão daquelas duas usinas. Mas nós tínhamos cinco usinas, naquela época, inacabadas que foram todas concluídas.

E o maior desafio que a CESP tinha era a conclusão da Usina Porto Primavera, por que foi concebida nos anos 70, durante o regime militar e numa época em que não havia legislação ambiental no País, a exemplo de Itaipu. Só que Itaipu foi concluída a toque de caixa enquanto Porto Primavera se arrastou por exatos vinte e dois anos. Quando nós assumimos, em 1995, o mato dominava toda a obra de Porto Primavera.

Nós estamos, hoje, com nove turbinas instaladas de 900 megawatts, em Porto Primavera. Quer dizer, compramos essa briga e conseguimos tirar Porto Primavera de uma obra inacabada que, caso a CESP não tivesse tomado medidas na época teria passado para o Governo Federal e teria saído o controle do Estado de São Paulo. Nós fizemos esse esforço, iniciamos a operação de Porto Primavera, em 1999, já foram inauguradas três turbinas, hoje, estamos com nove. Estamos antecipando em três meses a entrega da décima turbina, que está prevista para julho. Estamos antecipando em dois meses a entrega da décima primeira turbina, que está prevista para outubro. E no mês passado, colocamos a nona turbina com uma antecipação de dois meses. Nesse processo de privatização, a CESP não ficou parada, não parou os seus investimentos. É extremamente importante mencionar isso para os Senhores. Pelo contrário, de janeiro de 95 até esta data, a CESP, entre novas turbinas colocadas, repotenciação de usinas existentes, ampliou a capacidade em 29%.

Nós fizemos um processo de privatização muito complexo, pois não fomos vendidos como uma empresa única. Fomos vendidos e desmembrando partes, seguindo a lógica da desverticalização. Tivemos que fazer uma cisão. Toda cisão numa empresa estatal que tem uma corporação forte é traumática. Nós tivemos que alojar pessoas. Sempre há aquelas reclamações do tipo: eu vou para a Parana pane ma que vai ser a primeira a ser vendida; eu não fico na CESP por que vai ser a última a ser vendida. Em todo esse processo, contamos com a enorme colaboração dos empregados da CESP. O que eu estou falando aqui,

como se fosse mérito meu, ou seja, de a CESP ter-se expandido em 29%, indiscutivelmente houve o trabalho de uma equipe que, passando por um processo como esse de privatização, levou a cabo, com sucesso, toda a conclusão das obras inacabadas.

Seguindo a orientação do nosso Governador, concluímos todas as obras, não começávamos novas obras enquanto a última não tivesse sido concluída. O processo de privatização inicial da CESP, a venda da Companhia Paulista de Força e Luz, a venda da Electo, uma subsidiária integral e a venda da Congás foram feitas para reduzir o endividamento e melhorar o perfil de endividamento da CESP. Na época, nós tínhamos uma dívida de US\$12 bilhões e hoje em dia temos uma dívida de US\$4 bilhões. É uma dívida pesada para o tamanho da CESP, mas frente ao que já foi no passado e a nossa lei estadual de reestruturação do setor elétrico pressupunha venda de ativos para redução de passivo. Nós cumprimos à risca nossa legislação estadual e, principalmente, as orientações estratégicas que recebemos do Governador, no início do seu primeiro mandato.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Dr. Guilherme, se o senhor me permite, devo dizer que temos que ser bastante objetivos.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Nós gostaríamos de saber o que está sendo privatizado, quantos megawatts instalados não foram privatizados.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Hoje, nós estamos privatizando. A CESP tem seis usinas; dessas seis usinas, as quatro principais são aquelas que eu disse – Ilha Solteira, Jupia, Três Irmãos e Porto Primavera – e têm uma capacidade no momento de 6.930 megawatts.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Já instalados?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Já instalados.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Mais aquelas turbinas que vão entrar em funcionamento? De cerca de 100 megawatts cada uma? São quantas?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Sim. Nós temos previsto, no caso de Porto Primavera mais, a 10ª, a 11ª, a 12ª, a 13ª e a 14ª; ou seja, 500 megawatts. Na obrigação que o novo controlador tem de investir na expansão da CESP, esses 16,5 - vou arredondar - representam cerca de 1.200 megawatts, onde 400 megawatts, uma vez que a 10ª turbina não está sendo

considerada, já estão considerados nessa expansão de 1.200.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – É justamente essas quatro que estão sendo vendidas. A CESP que está sendo vendida contempla quatro usinas, num total de 7 mil megawatts instalados, com uma dívida de US\$4 bilhões.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Sim, US\$4 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Qual é o preço mínimo que está posto?

O SR. GUILHERME TOLEDO – O preço mínimo que está posto para a CESP ... O Governo detém apenas 38% do capital total, e esses 38% estão por R\$1,739 bilhão, o que faz com que os 100% da empresa sejam por R\$4,5 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Quatro bilhões e meio. Quem adquirir a empresa assume essa dívida integralmente?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Essa dívida integralmente. Permita-me fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O senhor está falando desse preço de 1,739 bilhão. É em dólar?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Não. É em reais. E é para 38% do capital. Permita-me só colocar uma coisa que esqueci de dizer: 80% dessa dívida da CESP tem garantia do controlador. Hoje, o Governo do Estado de São Paulo, por motivos históricos, detém 38% do capital total da empresa e garante 100% de 80% da dívida. E o novo controlador terá a obrigação de assumir, de dar a contragarantia para o Estado nesses 100%, é óbvio. Ele assume a dívida e o Estado de São Paulo, que hoje tem 38%, deixa de ter essa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Quer dizer, em números redondos, mais ou menos 5 bilhões por coisa de 7 mil MWA instalado.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Mais a dívida de 4 bilhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Digo 5 bilhões de dólares.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Quatro bilhões de dólares. Não, mas o preço total é para 38. E os outros 62, que ele não compra? Então, dividindo por 0,38 dá 4,5 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Então, 6 bilhões a grosso modo. Então, para informação, o que está sendo vendido é mais ou menos 7 mil MVA por 6 bilhões de dólares.

O SR. ALBERTO SILVA – Se me permite uma pequena indagação, estou acompanhando a exposição de V. S^a e estou sentindo que a organização do Estado de São Paulo está colocando essas turbinas numa sequência lógica e parece que o limite da última turbina seria outubro.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Não, seria no ano que vem, porque ela vai até a décima quarta.

O SR. ALBERTO SILVA – Mas este ano seriam quantas?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Este ano seria até outubro a 12^a e, já no comecinho do ano que vem, a 13^a.

O SR. ALBERTO SILVA – Totalizando esses 7 mil megawatts?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Não. Esses 7 mil, sem considerar essas turbinas.

O SR. ALBERTO SILVA – Então, fica em quanto? Cinco mil, seis mil?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Até o ano que vem, iria subir até 7.400.

O SR. ALBERTO SILVA – E este ano?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Este ano, hoje, temos 6.900.

O SR. ALBERTO SILVA – Gerando 6.900. Agora, uma pergunta: tem água para isso?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Não.

O SR. ALBERTO SILVA – Era a pergunta que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Como estão os níveis de Ilha Solteira, Jupia, Três Irmãos? Como está o nível de cada uma?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Estão baixos, Senador. Não tenho, no momento, especificamente, o nível de cada uma delas, mas está em torno de 30%, em média. Só lembrando uma coisa: o sistema de São Paulo, graças a Deus, não é isolado, porque São Paulo importa muita energia. São Paulo não é auto-suficiente em energia. Então, se hoje nós tivéssemos água, ela estaria sendo rateada com o Brasil inteiro. Todo o Brasil tem o sistema deficitário hoje, mas São Paulo é importador de energia.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, permite-me uma indagação?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra, o Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Para quando está previsto o leilão de privatização?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Para o dia de amanhã, às 9 horas.

O SR. NABOR JÚNIOR – O senhor não acha que é um momento inadequado para se fazer essa privatização, quando a empresa não está gerando energia em toda a sua capacidade? Por isso não poderia haver uma oferta muito inferior às reais possibilidades do mercado em função dessa crise de energia, por que não está tendo água para a produção de energia?

O SR. NABOR JÚNIOR – Não, Senador. Não posso falar em nome dos compradores, é óbvio, havendo interessados. Mas o que posso dizer é o seguinte: a avaliação da CESP foi prevendo uma vida de 30 anos. Então, não será uma crise conjuntural que afetará a avaliação que foi feita da empresa. Todos os compradores, os compradores que já estão qualificados, que foram previamente qualificados, conhecem profundamente o setor e a realidade do setor elétrico brasileiro, que é 95% hidrelétrico. Consequentemente, ele tem uma dependência de água. Mas também, em compensação, é um setor que, nos últimos anos, conseguiu cumprir à risca e abastecer. Consequentemente, o novo comprador sabe perfeitamente as condições, conhece perfeitamente.

Hoje em dia, a CESP tem toda a sua energia previamente contratada em contratos iniciais; os contratos iniciais só começarão a ser liberados em 2003.

No caso do sistema, por ser integrado, uma usina socorre outra. Há um sistema de compensação. Vou dar uma opinião, não é uma opinião política, porque sou Presidente de uma empresa: a não ser que um comprador venha a duvidar da estabilidade, das regras do País, uma situação conjuntural não deve mudar a decisão estratégica de vir para o País. E, de todos que aí estão, não há ninguém novo. Já estão no País. São proprietários de usinas, eles a conhecem; e as suas usinas também estão com racionamento de água. Então, não vejo maiores problemas.

Tanto é verdade que a própria Cemig tem intenção de participar do leilão da CESP, porque ela tem os mesmos problemas de restrição de água, mas isso não assusta a Cemig, assim como não assusta os outros.

O SR. ALBERTO SILVA – O senhor me permite?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Por favor.

O SR. ALBERTO SILVA – Sou engenheiro dessa área.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Eu não sou. Sou Administrador de Empresas.

O SR. ALBERTO SILVA – Mas o senhor tem uma equipe de primeira linha; todos o sabemos.

Permita-me, Sr. Presidente, porque todos estamos preocupados com essa informação de que o Brasil vai ter que entrar no sistema de cortes de energia. Não só racionamento, mas cortes.

Como todos sabemos, São Paulo detém o maior volume de indústrias do País. Portanto, esses cortes nos preocupam, porque afetariam a produção industrial do Brasil, com consequências gravíssimas não só para a exportação como para a arrecadação.

A pergunta que faço a V. S^a é a seguinte – é claro que não podemos contar com água, porque estamos dependendo do que vem por lá: qual seria o déficit real para não entrarmos no corte? Algo em torno de 500 megawatts, por exemplo? Uma idéia, não sei.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Não saberia dizer.

O SR. ALBERTO SILVA – V. Ex^a disse que não é da área, mas, se aportassem no Porto de Santos algumas usinas...

O SR. GUILHERME TOLEDO – A minha opinião é de que não resolveria. Mas não sei dizer qual é a necessidade em megawatts, mas não resolveriam 500 megawatts.

O SR. ALBERTO SILVA – Mil megawatts?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Também não resolveriam.

O SR. ALBERTO SILVA – Então, é muito mais grave do que estou pensando! O País vai entrar em corte mesmo de energia.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Com certeza.

O SR. ALBERTO SILVA – Para poder economizar água, que não temos.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Exatamente.

O SR. ALBERTO SILVA – É dramático.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, ouvimos com uma certa apreensão as explicações do Dr. Guilherme.

Há um processo de privatização em curso, que deverá ocorrer amanhã, pela manhã, em São Paulo. Certamente que já está tudo organizado. Quer apenas perguntar a V. S^a o seguinte: o controlador da CESP é o Estado, com 38% das ações?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Com 38% do capital total, mas há 85% das ações com direito a voto.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Perfeito.

E V. S^a afirmou que, de 95 até a presente data, a expansão de geração, certamente, de energia foi em torno de 29%. E quanto teria sido o aumento do con-

sumo nos últimos três anos, por exemplo? O senhor teria uma base?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Seria necessário falar em consumo nacional.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Consumo nacional, porque há uma interligação.

O SR. GUILHERME TOLEDO – É lógico, um sistema interligado. Algo em torno de 4%.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Mas São Paulo, certamente, deve ter aumentado muito mais.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Permita-me V. Ex^a. Penso que a melhor coisa que existe no sistema elétrico brasileiro é esse conceito de sistema interligado, que maximiza cada uma das usinas hidrelétricas e faz com que seja possível, em momentos de crise, manter a água, por exemplo, em reservatórios de montante, de tal forma que cada gota que passar vai gerar em cada usina, em vez de cada um tomar a decisão “eu gasto a minha, eu mantenho a minha”.

Então, no sistema, por ser integrado, não faz muito sentido dizer “eu gero energia para São Paulo”, mas “eu gero energia para o sistema brasileiro e injeito no sistema de transmissão”. E onde essa energia sai ninguém sabe, mas o que sei é que as minhas usinas, as usinas da CESP, participam de um esforço global de todo o sistema elétrico brasileiro, de tal forma que independem de quem é o controlador.

O controlador de uma empresa de geração é um dono de ativo que tem duas obrigações: fazer manutenção e pagar o salário dos operadores. O sistema é operado independentemente de quem o controla, essa é a verdade. E é ótimo que seja assim. De tal forma que ninguém pode dizer: eu não gasto minha água, ou quero usar a minha água, vou pegar sua água e coisa desse tipo. A água pertence ao sistema, e o sistema é totalmente integrado. Recebemos orientações do seguinte tipo, todos os dias: tais turbinas são ligadas em tal momento do dia. De tal forma que obedecemos a uma ordem de alguém que tem a visão global do sistema inteiro, sabe onde é melhor gerar naquele dia e onde é melhor guardar água naquele dia.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – V. S^a saberia me responder se existe alguma grande hidroelétrica que ainda não está inserida nesse conceito de universalização de fornecimento de energia? Por exemplo: Itaipu já está vendendo toda a sua capacidade?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Está, lógico. Sim.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Tucuruí ainda falta, pois estão fazendo a segunda etapa do linhão norte-sul.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Exato. Tem expansão ainda prevista, mas a energia dela está sendo totalmente usada.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Tucuruí, certamente, ainda tem, pois estão fazendo um novo linhão, uma segunda etapa de expansão.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Isso.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Não existe, ainda, outra grande hidroelétrica do Brasil que tenha uma potencialidade ainda não aproveitada, não é?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Não. O Sul, o Sudeste, o Centro-Oeste e o Nordeste não têm mais grandes reservas hidrelétricas. O Norte tem grandes reservas hidrelétricas e um grande potencial. O Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste já não têm mais tanta disponibilidade de água.

Há uma verdade que é a seguinte: os custos ambientais, que são uma exigência da nova sociedade – eu dizia, há pouco, que Porto Primavera foi concebido no momento, com as baixas metas e sem legislação ambiental –, inviabilizam a maioria das obras que vierem a ser feitas hoje em dia e que tenham grandes bacias e grandes reservatórios. Então, o grande potencial por hidrelétricas não vejo mais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Hoje em dia, temos obras de porte médio que, somadas, podem dar uma quantidade significativa, mas grandes obras não vejo mais.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sou do Estado do Tocantins, onde está projetada a construção de cinco novas hidrelétricas. Uma delas, até, seria construída próxima à cidade do Peixe, mas o impacto ambiental seria muito grande e resolveram fazer duas hidrelétricas que terão a mesma capacidade de uma só.

Queria perguntar a V. S^a se a Congás foi alienada, foi privatizada? Existia alguma cláusula, também, para que ela aumentasse a sua oferta de energia? Uma outra pergunta, que é semelhante a essa, na mesma esteira: essa cláusula exigida pelo querido Governador Mário Covas, de aumentar 15%, foi cumprida?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Bem, ela tem um prazo e tanto o Paranapanema como o Tietê estão com projetos de hidrelétricas para implementar. Uma vez que no Tietê não tem mais o que se fazer em termos de hidrelétricas, e nem no Paranapanema, estão com projetos de termelétricas.

É importante mencionar que há uma quantidade grande de projetos de termelétricas – não estou aqui

para defender isso, porque nem acesso tenho aos projetos de termelétricas – em processo, principalmente, de licenciamento ambiental e, eliminado esse gargalo, indiscutivelmente, essas obras serão implementadas rapidamente, porque a termelétrica tem uma vantagem: pode-se localizar em qualquer lugar e é modular, quer dizer, o senhor pode ter uma termelétrica de 250 megawatts, ou de 500, ou de 750. Quer dizer, pode-se fazer, e não se depende da disponibilidade da água, como é o caso da hidrelétrica. E a ela, então, cria a restrição maior da dimensão da usina, aquele aproveitamento hidrelétrico.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, para encerrar, chamo a atenção desta Comissão para um assunto ao qual teremos de nos ater. Refiro-me à questão dos embargos, no que diz respeito a problemas ambientais, a organizações não-governamentais, que, às vezes, colocam dificuldades e empecilhos para que obras projetadas não sejam concluídas. O assunto veio em boa hora, porque inclusive está em funcionamento na Casa uma CPI das ONGs – das Organizações não-governamentais – e eu gostaria de, se for o caso, flexibilizarmos um pouco a legislação, no que concerne ao problema de impacto ambiental.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Temos aqui presente, se permite o Dr. Guilherme, o Professor Ilido Sauer, que tem informações importantes a trazer. Talvez fosse bom que ele aproveitasse a oportunidade para trazer suas informações, mas de maneira sucinta, tendo em vista o pouco tempo que nos resta.

Com a palavra, o Professor Ilido Sauer, da USP.

O SR. ILDO SAUER – Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito obrigado pela oportunidade de me dirigir, aqui no Senado, à Comissão de Infra-Estrutura sobre essa questão importante, que gerou essa crise no País, na qual devemos nos aprofundar.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre duas coisas – sei que o tempo é breve, mas tentarei sintetizar. A primeira delas refere-se à privatização da CESP, que acontece em um momento fundamental para o País, tendo em vista a questão energética. E há dúvidas sérias a esse respeito. Há alguns anos, em 1999, produzimos, com a equipe de pesquisadores, um livro chamado “O Livro Branco da CESP, uma proposta para o desenvolvimento de São Paulo”, o qual foi apresentado na Assembléia Legislativa, ao Vice-Governador, que então presidia o plano de desestatização. Nesse documento, que depois foi editado sob forma de livro, mostramos que a privatização da CESP, do jeito que estava sendo feita, aportaria

em torno de R\$4 bilhões aos cofres de São Paulo, mas criaria restrições estratégicas em vários campos. Uma delas é que São Paulo perderia o instrumento fundamental para garantir a expansão da produção de energia. Em segundo lugar, criaria restrições fundamentais aos usos múltiplos das águas – e lembro-me de que a concepção básica do projeto da CESP se dava em torno da hidrovia Tietê-Paraná, que garantiria a navegação, a irrigação, o saneamento e a indústria turística. Tudo isso está sendo ameaçado hoje, até porque passei, na semana passada, em Ilha Solteira, e vi o Canal Pereira Barreto, o qual está repleto de bancos de areia, o que torna a navegação impossível. Isso está ocorrendo por que se deu prioridade à geração de energia.

Há um outro ponto fundamental que tem a ver com o processo de privatização da CESP e com o seu preço mínimo. Como Professor da Universidade de São Paulo, pesquisador da área de energia, entendo que vender usinas hidrelétricas – coisa que não se faz nos Estados Unidos, até hoje eles têm mais capacidade hidráulica instalada sobre o controle público do que o Brasil; coisa que não se está fazendo na Rússia, que vive uma situação financeira pior do que a do Brasil – não poderia acontecer no Brasil. Penso que, em função desse conjunto de restrições, o processo de avaliação financeira da CESP, do seu preço mínimo, não condiz com a verdadeira dimensão do seu projeto, porque não se leva em conta esse conjunto de restrições fundamentais, que não são capazes de serem traduzidas em reais ou em dólares.

De qualquer maneira, nesse documento, fizemos uma avaliação por fluxo de caixa descontado, antes dos consultores da CESP, que receberam alguns milhões reais para fazê-lo e chegar ao mesmo resultado.

É importante dizer que as duas primeiras partes da CESP geração, foram vendidas em anos anteriores, 4.400 megawatts aproximadamente, um pouco mais do que um terço da CESP integral, vendidas em grande parte para grupos estrangeiros as duas – a Duke Power, uma, e a AES, a outra. Ambas receberam financiamentos do BNDES da ordem de R\$700 milhões. Veio o capital estrangeiro, que não era estrangeiro, porque metade do preço mínimo foi financiado pelo BNDES. E esse dinheiro, que foi negado às estatais para continuar investindo na expansão, que, como pretendo mostrar na segunda parte da minha exposição, teria sido fundamental para evitar o colapso que está na frente. Então, esse é o problema. Também se financiou a compra da Distribuidora CPFL – o BNDES e os fundos de pensão compareceram. Gas-

tou-se o dinheiro e a poupança pública em transferir todos os quilowatts existentes e não se priorizou a expansão. Esse então é um problema estratégico da venda da CESP também.

A outra tem a ver com a variação do preço mínimo. Está-se anunciando agora a venda da CESP por 1 bilhão 790 milhões de reais, a transferência do controle acionário da ordem de 38,6%.

Ora, aí há dois problemas. Esse valor foi anunciado pelo Governo do Estado de São Paulo em 30 de junho de 2000; de lá para cá, a CESP investiu 1 bilhão e 100 milhões de reais em obras; acrescentou cinco turbinas em Porto Primavera - de lá para cá, bem que o fez!; renegociou um dos seus grandes problemas: o seu endividamento - tinha um bônus alemão, que vencia agora, de 500 milhões de dólares, foi inteiramente refinanciado em 3 anos, parte em euros, parte em dólares, com juros da ordem de 9,6% a 10 e poucos por cento ao ano.

Portanto, perfeitamente compatível com o fluxo de caixa da CESP. A CESP está faturando hoje na ordem de 1 bilhão e meio de reais por ano. Logo, estão vendendo o controle acionário da CESP de 1 bilhão e 500 a 1 bilhão e 700 milhões de reais por ano; estão transferindo o controle acionário da CESP pelo faturamento de 1 ano. É bom dizer que esse faturamento se destina, porque os custos são muito baixos, menos que 100 milhões de reais em manutenção, operação e em pessoal, o restante todo é caixa, depreciação e ganhos que são destinados a amortizar a dívida, os juros e alavancar novos investimentos.

Portanto, a CESP é uma máquina de construir novas usinas, se quisesse ser; não o foi por decisão política equivocada, que ajudou a nos jogar na crise em que estamos. Estou aqui como professor, porque falei isso muitas vezes ao longo dos anos - fomos chamados de catastrofistas. Inclusive ano passado, 14 de junho, estivemos na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, num Seminário que tinha o título: Colapso Energético/Alternativas Futuras. A palestra que apresentei se chamava: O Túnel no Fim da Luz. Em parte porque acompanhei a situação brasileira, em parte porque acompanho a situação da CESP.

Então, surpreende. Porque, de outro lado, voltando agora ao problema da variação do preço mínimo da CESP. Como eu disse primeiro, não acredito que o instrumento apropriado para avaliar o valor de empresas desse tipo seja o fluxo de caixa descontado, mas, se se faz uso dele, que se faça uso dele com seriedade. Não me parece que isso está acontecendo, no momento em que se fez uma avaliação que le-

vou em conta taxa de desconto da ordem de 19% dos fluxos futuros. Como é feito isso? Os senhores provavelmente conhecem. Receitas de todos os próximos 30 anos, abatem-se as despesas previstas, e é importante dizer que tanto a previsão de receitas quanto de despesas não passam de mera ficção. Digo por que. Ninguém tem a bola de cristal para saber como vai evoluir o quadro institucional no setor elétrico brasileiro e assim saber quais as tarifas e os preços que serão praticados no futuro. Portanto, não se tem certeza alguma sobre quanto vai entrar. Vai entrar bastante se o modelo que hoje está sendo proposto, com a liberalização progressiva, a partir de 2003, 2004 e 2005, de toda a energia que hoje está presa a contratos iniciais, com um custo médio de R\$35,00 por megawatts/hora, passar a ser vendida pelo preço de mercado livre, que a sinalização do mercado hoje indica será de R\$90,00 por megawatts/hora. Portanto, há uma diferença de quase três vezes.

É importante dizer que se vendermos toda a capacidade de produção de energia elétrica no Brasil, que é de 300 milhões de megawatts/hora por ano, essa diferença que vai ser repassada ao consumo da redução residencial e do setor industrial vai representar uma transferência de renda de caixa das empresas e das famílias, para os novos investidores, da ordem de 12 a 15 bilhões de reais por ano, criando sérias restrições à competitividade da nossa indústria e piorando o quadro de distribuição de renda das famílias, que vão ter que pagar cada vez mais pela energia que consomem.

De qualquer maneira, se esse modelo funcionar vai ser assim que vai acontecer. Então, o preço da CESP seria muito mais alto do que o previsto. E digo isso pelo seguinte: se as tarifas começarão a aumentar em 2003, e nos aproximamos de tarifas mais altas há um ano, quando saímos de 30 de junho do ano passado para a data de hoje, quase um ano depois, e o preço mínimo não foi reajustado por isso.

Quer dizer, foram investidos R\$1,1 bilhão, o problema de dívida foi resolvido - não apresento os detalhes da grande filosofia da coisa por falta de tempo, mas posso fazê-lo se necessário - e aumentaram as tarifas da CESP, já nos contratos atuais, na faixa de 25, 26%, com todas as empresas que ela supre. Isso também não foi capaz de sensibilizar o Programa de Desestatização de São Paulo a dizer que o preço mínimo aumentou. Quer dizer, mantiveram mesmo R\$1,79 bilhão, que é equivalente ao fluxo de caixa de um ano da empresa.

Desse modo, eu estou aqui estarecido, porque, como disse, não acredito que fluxo de caixa seja o

melhor, mas caso se faça uso dele, que se faça com seriedade. Acho que esses fatos estão a exigir uma explicação do Presidente da CESP e da Secretaria de Energia de São Paulo. Assim, acho que é conveniente que eu faça disso aqui. Esses são os grandes problemas.

Em segundo lugar, quanto à avaliação e ao preço mínimo. Como disse há pouco, a CESP seria um instrumento fundamental para alavancar ações necessárias para a saída da crise, como a Cemig, como a Copel poderia ser, como Furnas, Chesf, Eletronorte e todas as outras; como a Petrobras, que rapidamente pode converter financiamentos e recursos em ações concretas em vários campos, seja aprofundando a conservação de energia, seja repotenciando e modernizando usinas, seja investindo na co-geração conjuntamente com a iniciativa privada onde for possível, porque nós precisamos mobilizar todos os recursos agora para sair da crise. E, como pretendo mostrar agora, essa crise é resultado da incúria e não da surpresa recente. Não é culpa de São Pedro. Tive a oportunidade de manifestar isso numa entrevista à Carta Capital, que saiu no dia 9 de maio, demonstrando por que estamos nessa crise. Deixo um exemplar com o Sr. Presidente.

Vou, agora, tentar demonstrar as origens da crise do setor elétrico brasileiro. Faz-se necessário compreender que o problema ou a grande vantagem é que o nosso sistema hidrelétrico é baseado principalmente na capacidade de fazer acúmulo de água em reservatórios de grande porte no Sudeste, dos quais participam as usinas da CESP, Cemig, Itaipu, Furnas e todas as outras. Temos grande capacidade de acumular água, o que permite regularizar as diferenças entre chuvas aquém do previsto, demanda além do planejado, por um período longo, de cinco ou seis anos. Dessa maneira, essa é a vantagem de se ter um sistema hidráulico com interligação por cabos de transmissão, que permitem produzir energia de um lado, onde há mais água, poupar água onde ela está mais escassa, e levar sempre a energia para os centros de consumo. O sistema brasileiro é invejável em razão disso. Por isso, espera-se que todos os anos, ao cabo do período chuvoso, que é sempre abril no Sudeste, onde estão 80% da capacidade de reserva - como acontecia até 1994 - cheguemos ao final do período chuvoso com os reservatórios cheios ou quase cheios. Espera-se acima de 95%, como foi até 1994: 93%, 95%, 96% e 98%.

O que acontece a partir daí? A partir daí, progressivamente, chegamos ao final do período chuvoso com os reservatórios, isto é, a capacidade total de

acumulação de água caindo: 89%, 1977; 89%, 1983; 70% em 1999; 59% em 2.000. E, agora, se continuasse aqui, chegamos a abril de 2.001 com 33% de água. Vejam bem: todo ano, quando saímos de abril e vamos para novembro, tipicamente é uma queda, porque turbinamos água, a chuva é pouca, a demanda continua existindo; cai entre 30% e 40%. Ora, se sairmos de 33% agora, onde estamos, e cairmos 40%, vamos ficar devendo água. Teremos só lama nos reservatórios.

Isso não é surpresa. Por quê? Isso aconteceu porque, de 1995 para cá, todos os anos tiramos mais água do que entrou pelas chuvas. E a razão para isso é a seguinte: a demanda de energia elétrica no Brasil cresceu 4,1% na década. A oferta, a capacidade nova, 3,3% ao ano. Isso dá uma defasagem acumulada de mais de 10%, onde a oferta cresceu 10% a menos do que a demanda ou produção de energia. Isso se agrava a partir de 1995; os senhores vêem a inclinação daqui para cá. Por que isso aconteceu? Porque não se investiu em geração, porque a CESP, simplesmente, dedicou-se a concluir projetos existentes. Foi equívoco político aquilo que o Senhor Presidente disse que era o mérito dela. Ela deveria ter alavancado novos projetos.

Como disse há pouco, o BNDES financiava... De um lado, as estatais estavam, por resolução do Conselho Monetário Nacional, proibidas. Havia restrições práticas que inviabilizavam o financiamento na expansão. Ora, as estatais, com isto, fizeram apenas - obrigatoriamente, inclusive - parcerias para concluir o que já estava iniciado.

Em segundo lugar: os financiamentos do BNDES, disponibilizados para que capitalistas estrangeiros viessem aqui comprar quilowatt pronto, não foram disponibilizados para as estatais. E pior: como se vendia - e quer se vender agora em São Paulo -, abaixo do custo de reposição, usinas já existentes, é evidente ninguém se aventuraria a construir novas a um custo maior do que o preço das que estavam sendo vendidas, que têm mercado assegurado e tecnologia assegurada, não dependendo de combustível ou de qualquer outra coisa. De maneira que foi um incentivo às avessas e a iniciativa privada, além de receber capital do Estado para comprar o que já existia, não teve os incentivos adequados para atuar na expansão.

Portanto, esta é uma crise anunciada - eu diria até que, de uma certa maneira, ela foi programada. Esses dados, desde então, estavam claros para mim. Citei o Seminário do Colapso Energético, realizado no ano passado na Câmara dos Deputados, onde fiz

exposição semelhante. Estão aqui os números que indicam essa figura. Esta é uma crise anunciada e programada e não foi São Pedro o culpado, porque, embora tenha chovido um pouco menos do que a média nos dois últimos anos – 5% em um e 12% no outro –, essas alterações eram previsíveis. Nunca chove a média. E digo mais: nos últimos quarenta anos, houve dezessete anos em que choveu menos do que nos últimos anos. Choveu um pouco menos do que se esperava, mas não menos do que deveriam esperar, pois a hidrologia funciona assim.

De maneira que, vender, nesse contexto, sete mil megawatts de potência instalada... E quero dizer mais: a CESP, infelizmente, retirou do edital a obrigatoriedade de que... Embora Porto Primavera tenha sido projetado para ser de 1.800 megawatts – 18 turbinas num total de 1817 megawatts –, li no Edital, para surpresa minha, que, agora, tem a obrigação de fazer 14 turbinas – completar 14. Não entendi por quê. Além do mais, essa propaganda obrigatoriedade de investir na expansão – 15% nas outras e 16% neste –, em oito anos, não significa um mínimo.

Há uma contradição nisso tudo, porque não se resolve o problema. Isso dá 1.200 megawatts. Precisamos expandir no Brasil cerca de 3.000 a 3.200 megawatts todos os anos. Por tanto, isso foi uma consolação dada para a opinião pública e que pode ser conseguida pelos investidores colocando-se somente turbinas na usina de Porto Primavera e na usina de Três Irmãos. De maneira que nada é acrescentado em repotencialização ou em modernização da capacidade já existente.

Além do mais, se o modelo elétrico fosse interessante, ele próprio propulsionaria novos investimentos. Isso não acontece. E que roldizera aos senhores que as tarifas de energia elétrica, de 1995 para cá, quando foi iniciada a reforma, aumentaram 81% acima da inflação no setor residencial, com um gravame maior para a população de baixa renda, que teve reduzidos os seus subsídios e as suas tarifas sociais. O setor industrial e comercial teve um aumento de 25% acima da inflação e o pior está por vir.

É por isso que digo que, se esse modelo desse certo, isto é, se ele garantisse a expansão da energia, seria ruim, porque seria uma energia muito cara, que criaria restrições estratégicas em muitas áreas. Esse modelo é um fracasso e um desastre porque, além de aumentar as tarifas, levou-nos a um apagão de consequências altamente danosas para o País. E vou dizer por que: esse aumento já aconteceu no varejo e irá, se o modelo for concluído como prevê a lei e houver aumento e liberalização do mercado de energia...

Normalmente, quando se fala em criar concorrência e competição, ficamos felizes, pois esperamos que vá haver mais ofertantes, mais concorrência, preço e qualidade. Ao contrário do que vem ocorrendo, porque essa concorrência que está aí não é no sentido de fazer com que toda a capacidade de produção – como eu disse antes, de 300 milhões de megawatts/hora por ano, e que hoje é produzida a um custo médio de R\$35,00 por megawatt/hora, mercê dos nossos recursos hidráulicos favoráveis –, toda essa vantagem comparativa seja repassada às nossas indústrias e aos nossos consumidores residenciais.

No momento em que se cria esse modelo competitivo, quem vai sinalizar o valor econômico, o preço da energia velha, inclusive, são as novas usinas térmicas, como por exemplo as usinas a gás, cujo preço da energia atinge a ordem de R\$90 megawatt/hora, sem os projetos que estão sendo viabilizados.

Isso significaria, então, um aumento brutal, da ordem de 80% a 100% nas suas tarifas, para a indústria que recebe em alta tensão. Para o setor residencial, onde a geração participa com uma fração menor, já que o resto é custo de distribuição e transmissão, significaria um aumento adicional de 30%. Por isso que eu disse que esse modelo implementado, aparentemente sob uma justificativa elegante de concorrência, mercado, etc., seria ruim se funcionasse para aumento de preço, mas se tornou um desastre porque nos levou a uma restrição fundamental ao nosso desenvolvimento.

Concluindo, gostaria de levantar dois pontos bem brevemente: em primeiro lugar, há medidas que poderiam estar sendo implementadas em que a CESP pode participar como instrumento de ação concreta, de intervenção em um momento de crise. Por isso fazemos um apelo ao Governador de São Paulo no sentido de que aceite eliminar da Justiça que proibiu a venda da CESP para amanhã e repense esse modelo, ou seja, que tenhamos sensibilidade para avaliar o problema. Se o que estamos insistindo em executar – e São Paulo foi o primeiro Estado – é o modelo fracassado que nos levou a esse desastre, que se repense o modelo; e a primeira ação a ser feita é suspender a venda amanhã. Vamos repensar, vamos nos reunir para que todos que tenham uma opinião de qualquer tendência ou visão de mundo possam expô-las e debatê-las, parando-se então o processo. Em segundo lugar, a CESP é importante porque ela pode, como as outras empresas, permitir a atuação concreta em quatro campos que entendo fundamentais para reduzir a profundidade do sacrifício que vai ser imposto à população brasileira.

Atuar agressivamente na conservação de energia. Temos no País um potencial capaz de aumentar a conservação sem reduzir a produção, sem reduzir o nível de conforto em até 15% ou 20%. São 10 mil megawatts que podem ser substituídos, pois a iluminação pública no Brasil envolve 500 megawatts, mas podemos reduzir 1% do consumo total trocando lâmpadas de vapor de mercúrio por vapor de sódio. No setor residencial, se forem trocadas duas lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas reduz-se também 1% em cada uma das 35 milhões de residências atendidas.

No setor de indústria, motores mais eficientes podem ajudar rapidamente, pois permitem converter energia elétrica em mecânica com eficiência adicional de 3% a 5%. De maneira que tais medidas representem ganhos se forem tomadas, o que exige ação.

Co-geração com bagaço de cana ou gás natural. As usinas térmicas a gás natural de grande porte que estão sendo feitas no Brasil, inclusive com incentivos, são um equívoco. O ideal seria usar o gás em co-geração, que consiste simplesmente em queimar combustível – bagaço ou gás – e produzir simultaneamente energia elétrica na parte de mais alta temperatura e, em seguida, usar o calor de exaustão das máquinas, turbinas ou motores e produzir vapor para usar na indústria petroquímica, na indústria de refino de petróleo, na destilação de açúcar e álcool, na indústria têxtil, na indústria siderúrgica, na indústria de cimento e no setor de serviços: hotéis, shopping centers, que precisam de água quente para cocção, para lavar roupa, para banho.

Na universidade também é possível fazer uso dessa energia. Está-se pensando em fazer isso na USP e no seu hospital. A primeira etapa de fazer co-geração é instalar geradores; na segunda etapa se instala o aproveitamento do calor de exaustão.

Assim, usando o financiamento do BNDES, poderíamos ter a capacidade de ação de empresas como a CESP e outras estatais, ou as que estiverem disponíveis na iniciativa privada, em um programa de disseminação desses geradores, que juntamente com os geradores de reserva de emergência que já existem em hospitais, centros de computação, em bancos e que não foram mobilizados, que faria com que essas cinco medidas pudessem dar uma ajuda imediata na crise. Mas isso se faz com ação, com as empresas indo lá, atuando junto aos clientes, junto às indústrias. Mas para isso não podemos cortar os braços do Estado e impedi-lo de agir, como está sendo feito em São Paulo hoje.

A outra porção do negócio para reduzir o sofrimento seria reduzir o consumo de energia nos setores eletrointensivos que geram pouco emprego, como é o caso, por exemplo, do alumínio, cloro, sódio e ferro, ligas. O alumínio consome 10% da eletricidade brasileira, produz 1,2 bilhão de toneladas por ano, das quais 850 mil são exportadas, gerando em torno de US\$2 bilhões de valor agregado por ano no Brasil, 50 mil empregos diretos. Cada emprego direto consome 600 megawatts/hora por ano, o que corresponde ao consumo de 300 residências. Assim há outros setores industriais.

Penso que uma negociação entre o Governo e esses setores poderia reduzir drasticamente o consumo. E pior: o setor do alumínio, mercê do passado, paga tarifas - consome 10% da energia - que correspondem a menos de 3% do setor elétrico, em razão de receberem em alta tensão e subsídios negociados no passado. E a Eletronorte vem acumulando vastos prejuízos por causa desses contratos do passado. Essas são as recomendações que faço.

Quero agradecer ao Presidente pela paciência e também aos Srs. Senadores.

Vim de São Paulo para trazer essa mensagem e fazer um apelo ao Presidente da CESP, ao representante da Secretaria de Energia e ao Governador de São Paulo: vamos fazer uma moratória, vamos parar com esse processo. Paremos com a Copel no Paraná, com a venda da CESP e repensemos profundamente o papel de Furnas, da Chesf e da Eletronorte nesse contexto. E vamos produzir um novo arcabouço de funcionamento para o setor elétrico que traga menos problemas.

Estamos dispostos a contribuir com esse debate. Há um livro que será publicado brevemente pela Editora Paz e Terra, onde há um capítulo onde faço uma análise das razões, das origens e do processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro e do desastre a que nos conduziu. Vou remetê-lo ao Senado posteriormente.

Faço, portanto, um apelo ao Sr. Governador de Estado: paremos com esse processo, repensemo-lo profundamente para evitar maior sofrimento e maiores restrições ao desenvolvimento e geração de empregos no País, nos próximos anos. A CESP ainda é fundamental para ajudar nesse processo. Deve ser preservada, se não por menos, só por isso, e quanto mais pelos problemas que aponhei há pouco em relação ao seu preço mínimo, que é absolutamente irrisório. Estamos vendendo o controle de 38,6% de uma empresa que vai gerar um caixa fantástico ao longo dos próximos anos e vai alavancar investimentos. Po-

der-se-ia tornar um ator global dessa nova era para atuar no exterior, como a Cemig vem atuando e outras empresas, mas, simplesmente, está sendo desmantelada agora sem necessidade, parece-me, gerando pouco caixa e nenhum retorno para a sociedade, a médio e longo prazo.

Vender sete mil megawatts por um R\$1,7 bilhão nesse caso não condiz com a realidade, porque reconstruir sete mil megawatts significa investimentos da ordem de US\$10 bilhões, ou seja, R\$20 bilhões. A dívida que está inteiramente equacionada agora permite que seja uma empresa facilmente gerenciável. Se tem dificuldades em gerenciá-la, há pessoas dispostas a ajudar e a fazer o que deve ser feito. No entanto, se não querem mais governar e usar os instrumentos que o governo detém, paciência, então, cabe à população julgar no futuro. Mas penso que ainda há tempo, que o bom senso do Governador de São Paulo, do Secretário de Energia e do Presidente da CESP irá prevalecer nesse caso e teremos uma solução mais satisfatória para São Paulo e para o País. É importante dizer que a CESP é parte integrante do sistema de geração de energia do País, não só de São Paulo. A energia é produzida onde se pode produzir e vai para todas as regiões, segundo o consumo do sistema interligado.

Muito obrigado e peço desculpas por ter ido além do tempo esperado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Senadores, se me permitem, gostaria de propor ouvirmos primeiramente o Dr. Sílvio Aleixo, representante do Secretário de Energia de São Paulo. Depois, ouviremos o representante da Federação Nacional dos Urbanitários, Dr. Wilson Almeida. Temos ainda 45 minutos. Daríamos cinco minutos para cada um deles e depois iniciariamos o debate.

Com a palavra, o Dr. Sílvio Aleixo.

O SR. SÍLVIO ALEIXO – Boa tarde a todos. Quero fazer uma colocação ao Senador na questão do gás, depois voltamos à questão da CESP.

Quando foi privatizada a CESP, o Governador idealizou, então foi vendida a Congás e duas áreas basicamente: a área sul e a área norte e nordeste do Estado de São Paulo. E esses Municípios estão hoje em plena atividade. Têm meta mínima a ser cumprida pela CESP. Só para se ter uma idéia, a Congás, quando foi privatizada, há cerca de três anos, fornecia em torno de 3 milhões de metros cúbicos de gás/dia. Hoje, são aproximadamente 6 milhões de metros cúbicos de gás/dia. Então, basicamente dobrou a questão da produção do gás. E a Congás está há aproximadamente cem anos em São Paulo. Em cem anos,

estávamos fornecendo 3 milhões de metros cúbicos por dia. Em três anos, essa quantidade basicamente dobrou.

Para se ter uma idéia, do ano passado para este ano, o consumo do gás natural no Estado de São Paulo aumentou 27%. No setor da indústria, 8,7%; no caso do segmento comercial, 5,6%; na parte automotiva, 95%. Atualmente, na parte automotiva, o consumo de gás natural corresponde a aproximadamente 5%. E na questão da cogeração, houve um aumento de 180% nesses dois anos.

Há um espaço enorme a ser desenvolvido quanto à utilização do gás e, principalmente, quanto às térmicas que estão sendo utilizadas. Por exemplo, uma térmica de aproximadamente mil megawatts consome cerca de três milhões de metros cúbicos.

Com relação às observações feitas sobre a navegação, ressalto também outro ponto. A CESP e o Governo de São Paulo sempre se preocuparam com a navegação naquele Estado. Para V. Ex^{as} terem uma idéia, investiu-se cerca de um bilhão e meio apenas na parte de navegação no Estado de São Paulo.

Em todo o Tietê há eclusas que, ao desembocarem, se estendem por aproximadamente sete mil quilômetros, se considerarmos os rios Paraná e Tietê, abrangendo os Estados de Goiás e de Mato Grosso. Se levarmos em consideração apenas o Estado de São Paulo, verificaremos que as eclusas se estendem por mais ou menos dois mil e duzentos quilômetros.

E ainda foram estabelecidas obrigações para o novo controlador. Tanto a CESP quanto a Companhia do Paraná terão de concluir as obras de infraestrutura necessárias para a melhoria dos rios Tietê e Paraná. Essas obras serão realizadas na parte da câmara, e também serão construídos alguns muros de arrimo que estão faltando. Isso foi publicado em edital juntamente com a obrigatoriedade da operação.

Na época da CESP, não havia um grupo, por que a Diretoria de Hidrovia estava à frente do projeto. Atualmente, há um grupo do Departamento de Estradas de Rodagem – DER –, por meio da Secretaria de Transportes, que está coordenando essa atividade. Estipulou-se, tanto para o rio Tietê quanto para o rio Paraná, um percentual de oito a nove milhões ao ano para fazer jus à questão da operação do sistema de navegação.

No caso do uso múltiplo das águas, quando se fala em concessionária, enfatizo que se trata de um produtor independente. Ele não tem qualquer poder sobre a questão das águas. Isso é gerenciado pelo

ONS, pela Aneel e atualmente pela ANA. Ele também não pode impedir a utilização da hidrovía, proibir o consumo da água ou impossibilitar a realização de qualquer outra atividade no futuro. Isso está estabelecido no edital. Há normas com relação à operação da eclusa e também quanto à utilização do uso múltiplo das águas.

Eram essas as minhas observações. Solicito apenas ao Dr. Guilherme Toledo, Presidente da CESP, que faça algumas ponderações com relação às manifestações do Professor Ildo Sauer.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Vamos seguir as orientações do Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Perfeitamente, Dr. Guilherme. V. S^a pode rá fazer as suas considerações. É bom que se estabeleça o contraditório, porque assim esclareceremos todos os fatos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, não seria melhor escutarmos também o Sr. Wilson Almeida, para haver um contraditório completo? É apenas uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Compreendo o pensamento de V. Ex^a, mas houve um pedido anterior do Secretário para que o Presidente da CESP fizesse alguns comentários, complementando a parte do contraditório. Em seguida, ouviremos o Dr. Wilson Almeida.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Haverá mais contraditórios.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Dr. Guilherme Augusto Cirne de Toledo.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Se não ouvirmos o Dr. Wilson Almeida agora, haverá mais dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Entendi a questão. Se V. S^a preferir assim, por favor.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Dessa forma, concedo a palavra ao Dr. Wilson Almeida, representante da Federação Nacional dos Urbanitários.

Ilustre Senador Carlos Patrocínio, compreendi perfeitamente a sua intenção.

O SR. WILSON ALMEIDA – Boa tarde, Srs. Senadores, Sr. Sílvia, Sr. Guilherme e Sr. Ildo Sauer.

É interessante realizarmos, neste momento, um debate sobre a CESP, apesar de o estarmos fazendo um pouco tardiamente. Esperamos que a vitória obtida na Justiça, ontem, em São Paulo – em boa seja uma vitória parcial –, possa ser mais duradoura e confirmada, para que possamos, depois deste debate, ampliar mais a discussão acerca da questão

da CESP, que não está desligada do setor elétrico nacional.

Represento a Federação Nacional dos Urbanitários, mas sou dirigente do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo – Sinergia –, filiado à CUT. Temos feito o embate no referido Estado desde o início da privatização, narrada pelo Dr. Guilherme, no sentido de enfrentar esse processo. Estamos reiterando que, infelizmente, todas as denúncias que fizemos no início do processo de privatização, para a sociedade paulista e brasileira, estão tornando-se verdadeiras.

Tinha inclusive preparado algumas questões para expor, mas, em virtude da situação do tempo e até a fim de proporcionar o debate, pretendo ater-me a algumas considerações. Parece-me que esse processo de privatização está eivado de uma série de inverdades – por exemplo, o caso do racionamento, que, segundo estão dizendo, termina em 1º de novembro, como se, neste dia, fosse ocorrer uma chuva torrencial que enchesse todos os lagos e já estivéssemos livres do racionamento. O Dr. Ildo demonstrou que nossos lagos, no fim de março do próximo ano, estarão com a capacidade menor do que a de agora, ou seja, o racionamento de 2002 será pior do que o de 2001. A duração da nossa crise está prevista para quatro ou cinco e não até novembro.

O Presidente da CESP não disse que a capacidade do projeto original da usina de Porto Primavera foi diminuída em 400 megawatts. Ao mesmo tempo em que afirmam que pedirão a expansão de 16,5% sobre a atual capacidade de Porto Primavera com a décima máquina, reduziram o projeto inicial da referida usina em 400 megawatts, ou seja, não há se quer a obrigatoriedade dos 16,5%, que é insuficiente, nos próximos oito anos. Essa é a questão.

Não sei se está presente algum carioca, mas foi deliberadamente ignorado que também estão sendo privatizadas as três usinas do Rio Paraíba do Sul junto à CESP. Ele não citou nenhuma vez. As usinas do Rio Paraíba do Sul são responsáveis pelo abastecimento de água potável na região metropolitana do Rio de Janeiro. É isso que está sendo privatizado agora com a CESP.

Esses fatos não vêm à tona. Nós, trabalhadores do setor, que o conhecemos, ficamos fazendo essas denúncias em alguns momentos – no boletim do Sindicato, por exemplo, ou noutros espaços que conseguimos na imprensa. Porém, são questões importantíssimas que não são ditas de maneira deliberada, porque o processo de privatização no Brasil está sendo feito de modo a esconder da sociedade brasileira

que de fato está acontecendo. O próprio Presidente da República julga-se surpreso com tudo o que foi realizado no setor elétrico brasileiro. Se o Sr. Fernando Henrique Cardoso está sentindo-se assim, imaginem o restante da sociedade brasileira.

Outra questão discutida aqui – limitar-me-ei apenas a fazer o contraditório – é que haverá, a partir de 2003, a instalação da redução dos contratos iniciais em 25% por ano, ou seja, em 2006, toda a energia gerada hoje no Rio Paranapanema, que está sendo privatizada, pode ser vendida para derreter alumínio no Maranhão sem a necessidade de se estar distribuindo. Agora, tornou-se produtora independente, não sendo mais uma concessionária de serviço público de energia.

Então, quando estivermos conseguindo sair da crise do racionamento de energia por falta de água – o que é possível ocorrer em três ou quatro anos –, sofreremos uma crise de fornecimento, porque os fornecedores de energia, as nossas hidrelétricas, passaram a ser produtoras independentemente de energia. Desse modo, não há mais a necessidade de distribuir energia para o serviço público, passando-se a vender energia em bloco para transformar em alumínio a fim de se enviar para a Europa. É isso que ocorrerá em 2006, isto é, esse é o projeto de privatização implantado em São Paulo.

Esses são os temas que pretendíamos expor. Alguns Diretores do Sinergia, inclusive eu, acompanhados de alguns Deputados Federais e um Deputado Estadual de São Paulo, ingressamos com ação popular no dia 11, sexta-feira. Ontem, a Juíza da 10ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo concedeu liminar suspendendo a privatização. Portanto, até entrarmos nessa audiência, o leilão de amanhã está suspenso por força dessa liminar. Estamos aguardando para o dia de hoje nova manifestação da Justiça acerca de uma segunda ação que impetramos, de pedido de liminar, para impedir o leilão da CESP. Na noite de ontem, no jornal *da Globo*, anunciou-se que, por conta dessa liminar, o Governador estaria inclinado a suspender o processo de privatização da CESP, até que passe a discussão da crise. Essa notícia, veiculada ontem, não foi confirmada nem pelo Presidente da CESP, Guilherme, nem pelo Sílvio, da Secretaria de Energia. Esperamos que isso seja um passo dado pelo Governo do Estado no sentido daquelas propostas que o lldo fez aqui: de que precisamos dar uma moratória ao processo, abrir um debate acerca do que é a empresa, bem como do futuro do setor elétrico nacional.

Há pouco se disse que existem – e é verdade, pois consta aqui do edital que tenho em mão – obrigações referentes à hidrovia Tietê–Paraná. Agora a hidrovia está parada. Por uma opção, São Paulo está pagando o maior preço que se pode pagar no País por conta do racionamento. Houve uma opção feita pelo ONS e aceito pela CESP de fazer a geração máxima da usina de Ilha Solteira. Com isso, o lago de Ilha Solteira foi totalmente esvaziado. Portanto, o transporte de soja, que sai todo do oeste paulista, desce pelo canal de São Simão do rio Paranaíba, sobe pelo canal de Pirabaíta e vem até Pederneiras, está interrompido. Todo o transporte que era feito pela hidrovia está sendo feito pelo rodovia, com caminhão. Então, há obrigação, mas não há água para ele cumprir essa obrigação.

O segundo ponto que estamos pagando, com o racionamento e a falta de planejamento, é a questão da usina Henry Borden, que é o segundo passo que vão tomar em São Paulo. Hoje, temos um problema da Constituição estadual de limitação da geração da usina de Henry Borden, uma das mais antigas do Estado de São Paulo, com capacidade instalada de 800 MW. Porém, por conta da poluição que hoje há na calha dos rios Tietê e Pinheiro e da proibição constitucional de bombear água para a represa de Billings, não podemos gerar acima de 120 MW na usina de Henry Borden.

O segundo passo que será tomado em São Paulo será bombear a água poluída da usina de Henry Borden, poluindo ainda mais o rio Cubatão, já poluído na Baixada Santista, e toda a Baixada Santista. Com o racionamento, estamos pagando um alto preço pela interrupção da hidrovia e pela poluição maior ainda – Cubatão já é uma região bastante poluída no Estado de São Paulo – de toda a Baixada Santista.

Então, esse é o processo de privatização. Espero que tenhamos sucesso nesta nossa disputa judicial, na liminar que já conseguimos. Também esperamos conseguir outra hoje. Tomara que, além disso, possamos contar com o bom senso dos governantes de São Paulo, no sentido de darem a moratória que estamos aqui solicitando, a fim de abrirmos um grande debate sobre a questão do setor elétrico. O exemplo está sendo dado. Não se deve proceder de forma isolada, como estávamos fazendo até agora. O debate de São Paulo deve ser inserido na discussão nacional. Eram essas as considerações que queria tecer.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Dr. Guilherme Toledo.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Sr. Presidente, pergunto de quanto tempo disponho, para que possa controlar-me e não me perder novamente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Peço apenas que tenha bom senso e que seja objetivo, pois, realmente, temos outros compromissos hoje, em virtude da pauta da Casa.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Sim, Sr. Presidente. Um ponto importante: quando se fala em privatização de geração, sempre surge uma discussão do uso múltiplo das águas. Quando se fala em privatizar uma usina, leva-se a idéia errônea para a sociedade civil de que o proprietário de uma usina pode decidir sobre o uso da água daquele reservatório, o que é uma total inverdade. Quem decide o uso da água é o operador nacional do sistema, visando a maximizar a geração de energia elétrica. Ele tem restrições também relativas, por exemplo, à navegação. No caso, mencionado há pouco, de falta de água e dificuldade de navegação na hidrovia Tietê – Paraná, ela... Bem, uma hidrovia para funcionar precisa de água. Os reservatórios não têm água. Então, está sendo feito um trabalho, em conjunto com o órgão que regula a navegação no rio Paraná, que é a Arana, bem como o órgão estadual de São Paulo que regula essa atividade. Antigamente essa função estava erroneamente incumbida à CESP por uma diretoria de hidrovia. Não faz sentido uma empresa ter uma função eminentemente de Governo. E a função de controlar o uso de uma hidrovia - hidrovia é de acesso livre a todo o mundo – tem que ser do Governo, não de uma empresa, seja ela estatal ou privada. E passarmos para a Secretaria de Transportes.

Eles estão de comum acordo, fazendo operações do tipo “soltar mais água” em alguns momentos para desencalhar barcos. É uma situação de crise, é verdade. E a crise é a falta de água no sistema todo, porém isso está sendo feito a mais que quatro mãos, a seis mãos.

O outro caso é o uso múltiplo de águas, do tipo irrigação ou abastecimento da região. Uma lei federal está sendo regulada e uma agência nacional está sendo criada. A agência nacional e a lei federal serão maiores do que o controlador de uma empresa. Pode-se usar a argumentação política de que uma empresa privada não vai obedecer, mas, se não obedecer, existe a Justiça para fazê-la obedecer. A água não pertence a uma empresa; conseqüentemente, se for criada qualquer restrição ao abastecimento público ou irrigação, seja numa estatal, seja numa empresa privada, não dura um dia. Qualquer procurador de meio ambiente entra com uma ação e consegue uma liminar na Justiça. Portanto, a preocupação com o uso múltiplo de água conta hoje com um arcabouço legal de âmbito federal, como só podia acontecer.

Vou dar um exemplo. O rio Paraná é um rio federal. A CESP fez usinas no rio Paraná, mas aquele rio é federal e fica na divisa de dois Estados. Conseqüentemente é a Arana, um órgão do Ministério dos Transportes, que controla a navegação no rio Paraná.

Com relação a dados econômicos e financeiros da CESP, vou fazer alguns comentários. Foi dito aqui que a CESP recentemente refinanciou uma dívida que vencia este ano, uma operação de quase US\$600 milhões. Na sexta-feira passada nós pagamos – essa é uma operação em eurobônus e fizemos uma emissão de eurobônus no começo deste ano. Então, isso não afetou o preço, por que não aumentou nem diminuiu a dívida. Pagamos uma dívida com a contratação de outra dívida.

No que diz respeito especificamente ao fluxo de caixa da CESP aqui mencionado, devo dizer que o fluxo de caixa da CESP não é de R\$1,7 bilhão; o fluxo de caixa da CESP é de R\$900 milhões ano e o serviço da dívida deste ano, pagamento de juros e principal, é de R\$2,7 bilhões. Então a CESP gera R\$900 milhões e tem R\$2,7 bilhões para pagar. O ano que vem não muda; será de R\$2,5 bilhões. Temos um eurobônus no valor de US\$600 milhões e já há cerca de R\$700 milhões a pagar, que tem que ser resgatado. Então, a geração de caixa da CESP representa, em valores, 10% da sua dívida total. Conseqüentemente, a geração não é suficiente para pagar o principal e o serviço da dívida.

Foi dito aqui que o Porto Primavera tem potencial de até 18 turbinas. Porque colocamos 14 turbinas? Porque as quatro últimas turbinas – 15, 16, 17 e 18 – não geram energia firme. Uma usina deve preocupar-se principalmente com a energia firme. Ela gera energia secundária, energia para um momento de ponta. Não é esse o problema atual do Brasil. O Brasil precisa de energia firme; de energia de ponta não precisamos, não temos problema de energia de ponta.

Então, entendemos que, se disséssemos para um controlador: “Você tem obrigação de pôr quatro ou cinco turbinas em energia de ponta, em vez de trabalhar e ter obrigação de fazer energia de base, que é o que falta para o Brasil, estaríamos fazendo exatamente errado. Então, a obrigatoriedade de dele se transformou em energia de base, e nós entendemos que, neste momento, não é mais necessária a energia de ponta. Com relação, especificamente – e foi colocado aqui, Sr. Presidente, um ponto para o qual tenhei chamar a atenção, mas passou despercebido –, ao fato de que temos usinas no rio Paraíba do Sul, foi mencionado aqui que essas usinas são responsáveis pelo abastecimento de água no Estado do Rio de Janeiro.

Isso é verdade. A CESP participa de um condomínio onde ela possui 8%. Os outros condôminos são o Departamento de Água do Estado do Rio de Janeiro, a Light, já privatizada, e assim por diante. A CESP, tendo 8%, ficou com o custo de administrar esse condomínio, e o novo controlador terá a obrigação de continuar administrando esse condomínio. Acho importante mencionar que não tem lógica entendermos que uma empresa que tem a responsabilidade de administrar um condomínio para abastecimento do Rio de Janeiro, se for privatizada, vai dizer que não quer fazer isso. Em primeiro lugar, se não quiser fazer isso, como tem essa obrigação prevista no edital, a NEO poderá cobrar isso dele sempre. Em segundo lugar, ele não vai deixar faltar água no Rio de Janeiro, porque o Estado do Rio de Janeiro toma conta daquela usina, e a única coisa que ela teria que fazer era pagar o custo, custo este de que a CESP, diga-se de passagem, não é reembolsada há 20 anos e que administra parte da água do Rio de Janeiro. Eu pus esse custo na avaliação da CESP. Conseqüentemente, quem comprar não vai poder dizer que não quer pagar, porque isso já foi considerado. Não é tão alto assim nem assustador, mas isso é uma obrigação de quem é dono da CESP, seja privado ou público. Porque a obrigatoriedade é da empresa, e não do controlador – isso é algo importante para ser colocado aos senhores. Em Mato Grosso do Sul – em que a CESP invadiu grande área com a Porto Primavera –, por exemplo, há a preocupação de que uma empresa privada não vai cumprir as obras que estão lá. Então, nós colocamos no edital a obrigatoriedade. Mas dissemos para eles assim: “Se, para nós, existe, a qualquer momento, a “espada da Justiça” e o Ministério Público cobrando de nós, estatal, para fazer essas obras, por que, para um privado, o Ministério Público não vai obrigar a cumprir?” Então, isso está sendo feito.

Eu queria, por fim – e não é um assunto específico meu –, colocar uma coisa sobre a Henry Borden. Foi aqui mencionado que nós estaríamos com risco de bombearmos água do Pinheiros, que é poluída, para a represa de Guarapiranga – o que não é verdade – porque isso poderia ajudar a geração de energia. Não vou entrar agora numa discussão a respeito de meio ambiente. A Constituição de São Paulo proíbe. Então, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, proibiu isso. Pelo contrário, entrarmos, então, num projeto inovador no País de flotação do rio Pinheiros. Com isso, vamos despoluir o rio Pinheiros. Com a despoluição do rio Pinheiros é que vamos bombear água limpa para a represa de Guarapiranga, o que

vai, inclusive, melhorar a qualidade de Guarapiranga. Com essa água, então, teremos uma geração adicional na usina de Henry Borden. Eu não tomei nota aqui, mas era um assunto sobre o qual tenho que responder, por que diz respeito à avaliação da CESP. Quando avaliarmos a CESP, o faremos numa premissa de 30 anos e, em segundo lugar, considerando que, no ano de 2003, começa a liberação dos contratos iniciais. Então, hoje, a CESP pratica uma tarifa de 22 a 23 dólares por megawatt. Para esses anos futuros, para esse que vai comprar, vamos colocar, no nosso preço, o seguinte: “você vai vender isso por 37 a 38 dólares”. Muito bem, colocou há pouco o professor Ildo: “Mas, e se isso não acontecer, se o modelo mudar, e não chegar esse preço?” Ele já pagou por isso. Ele está comprando uma empresa, sabendo que eu pus no preço dela a energia, a partir de 2003, 25% ao ano sendo liberada, a 37 dólares. Se esse preço ficar abaixo disso, é risco dele. Se o modelo brasileiro mudar, e a sociedade civil disser que não quer que a energia antiga chegue no preço da nova – que é a premissa que adotamos na avaliação –, ele já pagou por isso. Então, se, amanhã ou depois, se chegar à conclusão de que vamos ter energia velha e energia nova para o resto da vida, e de que as usinas já existentes ficarão com seus preços congelados, enquanto as novas terão preço novo, problema é risco dele. E assim foi feito também para a geração do Tietê e para a geração do Paranapanema.

Então, estimamos uma situação de energia e preço crescente. Se isso não for a vontade da sociedade civil, se não for a vontade do legislador, já está no preço da CESP. É risco do comprador. Ele não terá a quem reclamar, porque sabe que, na avaliação da CESP, consideramos esse preço futuro em torno de US\$37.

Para não polemizar mais, Sr. Presidente, termino por aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito bem.

Temos agora um período em que os Senadores poderão fazer perguntas. Estão aqui inscritos os Senadores Carlos Patrocínio, Sebastião Rocha, Alberto Silva e Leomar Quintanilha.

Passo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, praticamente já dirimi minhas dúvidas. Soamente gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Wilson. Ele – ou o professor Ildo – falou que, a partir de 2003, os geradores serão independentes, ou seja, não estarão mais sujeitos a uma legislação que possa atrapalhá-los no que concerne à venda de energia, por exemplo.

Apontou-se também o problema das hidrovias. Preocupamo-nos muito com o uso múltiplo das águas! O Congresso Nacional tem que se preocupar com isso, pois sabemos que, quando se privatiza um sistema, há fatores supervenientes certamente não acordados naquele instante. Então, gostaria de conhecer a legislação a que ficarão sujeitos os produtores independentes.

De qualquer maneira, foi muito proveitosa esta audiência, Sr. Presidente. Embora estejamos tratando mais especificamente de um assunto de São Paulo, creio que as informações pertinentes repercutem para todo o País, tendo em vista o tamanho e a importância de São Paulo.

O SR. ILDO SAUER – Pois não, Senador.

Realmente, a energia produzida em São Paulo, que não chega a abastecer São Paulo – o Estado importa um terço da sua necessidade -, vai para um sistema interligado. E a questão do produtor independente é a seguinte: feitos os contratos de novas concessões, depois do leilão, o dono, o concessionário, na verdade, está no produtor independente. Atualmente, os contratos obrigam-no a vender a energia produzida – e, no caso da CESP, são quase 35 milhões de megawatts/hora por ano, um pouco mais de 10% de toda a produção brasileira de energia. As usinas da CESP hoje existentes produzem isso. O novo comprador, por outro lado, poderá vender ao preço que quiser, para quem quiser, de conformidade com o acordado no mercado. Progressivamente, em 2003, 2004 e 2005, parcelas de energia hoje amarradas ficarão livres. Foi o problema que levantei há pouco. À medida que o mercado for liberado, a tendência do comprador será vender essa energia ao preço do mercado concorrencial, que hoje sinaliza algo em torno de R\$90 por megawatt/hora. Atualmente, a CESP vende esses 35 milhões de megawatts/hora por ano a um custo - como o próprio Presidente disse - da ordem de US\$22 ou um pouco mais de R\$40, o que resulta, portanto, num faturamento próximo de R\$1,5 bilhão – como tinha afirmado antes – e próximo do preço mínimo de venda. Esclareço, assim, essas duas dúvidas.

Esse é o grande drama do modelo, pois vende-se energia para quem a quer, ao preço que melhor lhe convier. Obviamente, isso significa o risco de estarmos direcionando energia para indústrias que podem não ser do melhor interesse da sociedade, ainda mais num momento de raciocínio como este. Se o modelo tivesse funcionado, seria ruim por causa desse aumento de preços, que está no horizonte. Já aconteceu e vai acontecer outras vezes exatamente devido a essa transformação de uma concessão para

serviço público, que era um projeto integrado, visava ao uso múltiplo das águas. Isso está em risco. Apesar de o contrato de concessão firmar algumas restrições, na prática sabemos que, no momento do conflito, vencerá aquele que tem mais argumentos de convencimento e poder de influenciar a formação de políticas.

Ora, a política de recursos hídricos do País ainda vem do Código de Águas, que teve seu espírito incorporado nas legislações nacional e estaduais mais recentes, que privilegiam o uso coletivo das águas como um bem público essencial à vida – controle por comitê de bacias etc. Mas a legislação está em choque permanente, e cada vez mais estará, com o uso das águas para produzir energia. Ainda que o ONS diga quem e onde deve ser operado, assim é hoje o modelo, mas nada garante que isso seja mudado, à medida que se avancem com essas tendências das forças políticas e econômicas que estão entrando num setor que controla uma indústria de mais de mais de R\$30 bilhões de faturamento por ano.

Então, ameaça-se o uso múltiplo das águas de duas formas: a energia produzida por essa água passa a ser direcionada para setores que não são os mais convenientes para a sociedade, com aumento de preços, de qualquer maneira; e criam-se restrições.

O fato concreto é que faltou água para produzir energia; turbinou-se toda a água, e o canal Pereira Barreto, apesar de US\$1 bilhão de investimentos, quase não pode ser navegado e o será cada vez menos, porque temos de produzir energia. A situação atual é uma antecipação de como esses conflitos no futuro tornar-se-ão maiores ainda.

Essa era a resposta que eu tinha a dar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, ouvi com atenção a exposição do professor Ildo Sauer, pois sou seguramente da mesma área que S. S^a. Sou engenheiro eletricista, mecânico.

Não há dúvida de que houve algo errado: gastou-se mais água que a reposição natural previa. Fiquei impressionado com o fato de o nosso dinheiro do BNDES, da nossa poupança, ter sido usado para financiar quem vai comprar o que já está pronto. Isso me impressionou terrivelmente. Se está pronto e se é nosso, fomos nós que investimos, esse dinheiro do BNDES utilizado para a compra poderia ser investido em ampliação da geração. Isso é de uma clareza meridiana, lógica.

Somos dois engenheiros que conhecem o assunto.

Foi bom que se tenha conseguido sustar a venda para que se pense melhor.

Meu caro Presidente, V. Ex^a é um grande empresário brasileiro e, naturalmente, contribui com suas indústrias para o crescimento e para o desenvolvimento do País, mas também tem necessidade de energia e está pensando que esse racionamento afetará suas indústrias. Temos de pensar seriamente.

Pude deduzir, pelo números divulgados pelo professor Ildo Sauer, que o déficit do Brasil é de mais ou menos três milhões de megawatts. Mil megawatts não estão valendo nada. O Brasil precisaria de três vezes mais, não é isso?

O SR. ILDO SAUER – Anualmente, precisaríamos acrescentar cerca de três mil a três mil e quinhentos megawatts todos os anos. Fizemos um pouco mais de dois mil em média nos últimos cinco anos, exceto no ano passado, que cresceu um pouco mais, mas não o suficiente para reverter o quadro que já estava criado de diminuição do estoque de água.

O SR. ALBERTO SILVA – Para reverter esse quadro, o que V. S^a prevê é que teremos de passar de 3.000 megawatts/ano se quisermos repor. É mais ou menos isso? Durante quanto tempo? Durante mais três anos?

O SR. ILDO SAUER – O problema é o seguinte: como dilapidamos o estoque de água, ele só será repostado se houver um dilúvio ou se conseguirmos não usar a água que entra para produzir energia. Mas toda água que vier daqui para frente terá de ser usada para produzir a energia que dá a capacidade já instalada. De maneira que esse racionamento veio e, enquanto não acontecerem três coisas ou uma combinação delas, ele continuará existindo, que é um incremento da capacidade de geração - eu preferiria uma forma de co-geração pelas vantagens que aponte; eventualmente, de geração térmica -, a importação de energia de outros países - para isso a necessidade de linhas de transmissão, ou chuva acima da média nos próximos anos. Do contrário, corremos o risco de entrar 2002 e até 2003 adentro sem energia. Os senhores talvez não tenham eletricidade para o programa eleitoral gratuito do outro ano e até para as urnas de outubro. É um pouco de exagero, mas caminha por aí.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, penso que a colocação do professor Ildo Sauer é absolutamente lógica, compreensível, matemática. Não tem para onde correr. Temos que usar toda a nossa capa-

cidade, não só o Governo de São Paulo. Temos a maior admiração pelo Governador Geraldo Alckmin como tínhamos também pelo Governador Mário Covas, mas é necessário que o Brasil se una com todas as forças no sentido de encontrar um modelo que não nos leve a passar mais dois ou três anos sem podermos crescer.

O que o Professor diz é uma realidade: importe-mos energia, construamos linhas de transmissão para importar energia e façamos co-geração. Entendi perfeitamente, como termodinâmico que sou, que não se deve usar termoeletricidade apenas para gerar. Vamos usar a temperatura mais alta para gerar e, com a sobra da energia, vamos trabalhar naquilo que é possível, aquecimento, etc. Perfeito. Meus parabéns pelo nítido conhecimento da realidade brasileira.

Creio, Sr. Presidente, que a nossa Comissão poderia entrar como uma contribuição ao Governo, que está aí a braços com um problema que ele não estava esperando e não sei se estará preparado para enfrentar, de acordo com esse quadro traçado pelo Professor Ildo Sauer.

Era a observação que eu gostaria de fazer.

Finalizando, penso que devemos entrar nisso, juntamente com V. Ex^a, Sr. Presidente, que é também um excelente administrador de empresa. Vamos oferecer uma contribuição ao Governo Federal de nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Qual é a sugestão de V. Ex^a?

O SR. ALBERTO SILVA – Que destaquemos alguns membros da nossa Comissão, que aproveitemos a assessoria do Professor Ildo Sauer, pois notei que ele está absolutamente dentro da realidade brasileira, a fim de que possamos oferecer uma contribuição para a solução da crise que o Brasil está vivendo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha, com a concordância do Senador Leomar Quintanilha, Vice-Presidente desta Comissão, que tinha preferência para falar.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, Srs. Expositores, quero, primeiramente, mencionar a importância desta reunião e das próximas que irão ocorrer a partir da semana que vem. Quero também dizer que a minha convicção é de que há um equívoco nesse sistema de privatização do Governo e não apenas da CESP, mas em geral no setor de geração de energia elétrica, sobretudo quando se fala das hidrelétricas. Tenho também um entendimento de que

são procedentes as explicações, as exposições feitas pelo Professor Ildo Sauer.

Mas quero dizer que minha posição é contrária à privatização do setor elétrico do País, até porque, no passado, não resolveu o problema da geração de energia no Brasil, e, mais uma vez, os apagões previstos e o racionamento dos próximos dias são uma demonstração inequívoca do insucesso, da ineficácia desse modelo de privatização proposto pelo Governo Federal.

Queria apenas ouvir do Prof. Ildo Sauer se dispõe de algum estudo, de alguma informação mais precisa – vou extrapolar um pouco o tema da privatização, já que o que eu tinha para falar sobre a privatização da CESP é que considero que não se justifica e espero que a Justiça mantenha a sua decisão contrária à privatização – a respeito da importação da energia.

Sendo da Amazônia, ao chegar ao Senado em 1995, de fendia com muito vigor um linhão que pudesse transpor o rio Amazonas. No caso, pensava no linhão de Tucuruí, que levasse energia à margem esquerda do rio Amazonas. Hoje eu penso no processo contrário. Já que se excluiu a possibilidade do linhão de Tucuruí transpondo o Rio Amazonas e se preferiu utilizar a energia gerada em Tucuruí para o Nordeste, Sul e Sudeste, deixando de lado as comunidades que estão na margem esquerda do rio Amazonas, vejo como possibilidade concreta, no âmbito da importação, o linhão do Guri, a partir da energia gerada em Guri, na Venezuela. Gostaria de saber o que o senhor pensou disso e se dispõe de informações mais recentes.

O linhão de Guri, transpondo o rio Amazonas, faria o processo inverso, não apenas para atender à margem esquerda do rio Amazonas, resolvendo o problema da margem esquerda, do Calha Norte, mas também para, por meio da interligação com Tucuruí, ter uma solução se não definitiva, pelo menos para contribuir nesse processo de energia elétrica. Então, como Senador da Amazônia, queria ouvi-lo a respeito da possibilidade da transposição do Rio Amazonas por uma linha de energia vinda de Guri.

O SR. ILDO SAUER – Eu tive oportunidade de fazer um trabalho de pesquisa de campo sobre uso de energia durante o mês de outubro de 1997, em Boa Vista, Roraima, onde fiquei um mês e meio. Visitei depois Amapá, Amazonas e Rondônia.

A linha de Guri foi uma idéia que retomamos na USP há alguns anos, em 1991, 1992, com a possibilidade de atender à necessidade de energia de Roraima e talvez de Manaus também, sem se precisar construir a hidrelétrica de Cottingo, que fica numa reserva indígena e que estava gerando muitos conflitos

com os índios Macuxi. Solicitados a fazer um estudo, nós o fizemos. Participou ao meu lado, inclusive, naquele estudo, o meu colega da USP, Prof. David Zylbersztajn, que hoje é Diretor-Geral da ANP.

Fomos também a Altamira e propusemos lá a possibilidade de se fazer um linhão que saísse de Tucuruí para atender à zona oeste do Pará. Felizmente essa linha está sendo construída. A de Guri vem sofrendo alguns problemas hoje, porque, do lado venezuelano, não se resolveu a questão da transposição das reservas indígenas pela linha de transmissão. Então, esse processo ainda está em negociação. Não tenho a notícia final. A idéia era que tivéssemos começado a operar em janeiro de 1999. Até hoje, em 2001, ainda não está operacional.

A Venezuela teve um excedente muito grande de energia nas décadas de 80 e 90, pois construiu grandes hidrelétricas. A segunda maior do mundo, de pois de Itaipu, é a de Guri. São 10.600 megawatts. Depois, acrescentou-se mais Macágua, que está com um pouco mais de 2.000 megawatts. Tem todo o potencial do rio Caroni, que é afluente do Orinoco, que permitiria chegar a um total de 27.000 megawatts.

Mas vejo dificuldade em fazer transmissão de tantos blocos de energia, ainda que se diga que o regime hidrológico do rio Caroni, que fica no norte do Equador, é complementar com o regime hidrológico dos rios amazônicos, Tapajós, Tocantins, Xingu. Então, um engenheiro talvez pensasse nessa idéia de grandes linhões para se transmitir de um lado para o outro, mas acredito que os problemas ambientais, sociais e tecnológicos devem ser antes bem avaliados, para se propor a transmissão em grandes blocos. Mas acredito que há soluções. Essas interligações para Manaus e para Roraima são uma alternativa muito interessante e que deve ser viabilizada. Importação de eletricidade da Argentina, do Paraguai e eventualmente da Bolívia também é uma boa alternativa, mas não é a melhor, dado que nós, no Brasil, temos condições de produzir energia com nossos recursos, usando nossa tecnologia, gerando emprego aqui e não remetendo divisas. Vejam bem. Se esse programa das termoelétricas previsto, de 19,1 megawatts, for viabilizado, representará um investimento de 10 bilhões de dólares. Oitenta e cinco por cento ou mais serão dólares que serão divisas remetidas, porque teremos que importar os medicamentos e implicará remessa à Bolívia da ordem de 1,5 bilhão de dólares anuais a título de pagamento do gás. Ora, acho que o gás é importante, mais ainda o gás da Petrobras, Bacia de Campos, de Santos, Juruá, Urucu. Na de Campos...

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Qual o preço do gás da Bolívia, preço que nós estamos pagando no contrato?

O SR. ILDO SAUER – Essa é uma história bastante interessante, porque, quando ele foi negociado, o preço do petróleo no mercado internacional estava relativamente baixo. O custo da commodity lá, que é o preço do milhão de BTU de gás – é assim que se costuma medir –, é 90 centavos de dólar.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Por metro cúbico?

O SR. ILDO SAUER – Não, por milhão de BTU. Temos que fazer a conversão; daqui a pouco, posso fazê-lo. Mas isso tem uma tradução, por outro lado, que significa o seguinte: 90 centavos, agora, já é bem mais, porque há um vínculo: o preço da commodity lá, de um lado, é em dólar, e, de outro lado, o preço do petróleo no mercado internacional, de sua cesta vinculante, também mudou, aumentou. A Petrobras, hoje, está pagando mais do que 90 centavos. Acrescente-se a isso o preço da amortização do gasoduto (2 bilhões de dólares), também em grande parte financiado em dólar; chega a São Paulo a um custo da ordem de 2,8 a 3 dólares por milhão de BTU, o que significaria, se vendêssemos esse gás para gerar eletricidade, um custo da ordem de 25 a 30 dólares de megawatt/hora só para o combustível. Acrescente-se a isso 15 dólares para amortizar os equipamentos por megawatt/hora, e 5 dólares para operação e manutenção, estamos na faixa dos 40 dólares até 50 dólares por megawatt/hora. Traduzidos em reais, R\$80, R\$90 e até R\$100, que são os números que apresentei aqui. É claro que isso depende das condições específicas.

Mas há gás no Brasil. Hoje, queimamos 8,5 milhões de metros cúbicos de gás por dia na Bacia de Campos porque ainda não foram feitos investimentos necessários para se trazer esse gás lá do oceano até o continente e distribuí-lo, primeiro porque o gás é interessante, mas tem que ser usado de maneira inteligente.

Acho que me excedi um pouco na resposta do Senador, mas, de qualquer maneira, quero dizer que importar é uma solução inteligente, às vezes, lá no Norte. Aqui, talvez fosse dispensável. Hoje, passa a ser emergencial buscar qualquer alternativa para que saíamos dessa crise desnecessária, programada, o quanto antes. A minha visão é essa.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Está satisfeito, Senador? (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, não tive o ensejo de ouvir as exposições preliminares do Dr. Sílvio Aleixo e do Dr. Guilherme Toledo, conquanto a situação atual, tanto da CESP, em razão das dificuldades energéticas que estamos enfrentando, até porque estava presidindo, naquele momento, a reunião de outra comissão, o que fez com que chegasse aqui após as exposições preliminares. Ouvi uma parte da manifestação do Dr. Ildo, mas gostaria de ouvir o Dr. Guilherme, porque estamos realmente diante de uma situação de fato. A crise energética está instalada. Inequivocamente, houve falha no planejamento. Gostaria de saber, diante da situação atual, que programa ou projeto a CESP tem para procurar minimizar os efeitos dessa crise e reduzi-la a um espaço de tempo mais curto possível.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Senador, antes de mais nada, é importante dizer que a CESP se antecipou a isso. A CESP, de janeiro de 1995 até a data — vou arredondar —, expandiu sua capacidade instalada em 30%.

Quando nós assumimos, não vou repetir, tínhamos cinco obras inacabadas e as atacamos. Atacar e concluir cinco obras é um esforço financeiro muito grande para qualquer empresa do setor energético. A CESP tem um endividamento elevado, de US\$4 bilhões, em valores redondos. O esforço que fizemos, enquanto estatal, foi o de expandir e não parar em momento algum, por maior que fosse a crise financeira. Nós fizemos esse esforço. Continuamos e não paramos em momento algum, ainda que sabedores do processo de privatização. Jamais poderão dizer que a CESP parou obras para ficar aguardando a privatização. Nos as obras estão a tope que de caixa. Temos antecipado a entrada de turbinas em Porto Primavera, turbinas que geram energia assegurada, quer dizer, energia de base. Com isso, estamos fazendo um esforço muito grande.

No que diz respeito ao futuro, colocaremos como exigência no edital, que é parte integrante do contrato de concessão, a obrigatoriedade de expansão de mais 16,5% na capacidade que teremos em julho. Já consideramos a turbina que entra em operação em julho para calcular. Estamos colocando como uma exigência para o novo controlador o investimento. Já fizemos isso quando vendemos a Tietê e a Parapanema, empresas que foram desmembradas da CESP. Houve a obrigatoriedade de investir. No modelo que foi desenhado para a privatização da geração no Estado de São Paulo veio, como parte inte-

grante, a obrigatoriedade de investir na expansão. Como o aproveitamento hidrelétrico no Estado de São Paulo está bastante minimizado, porque não tem grandes potenciais, está em aberto. Podem trabalhar com co-geração, podem investir em termelétrica, mas há uma obrigatoriedade de investir no Estado de São Paulo. Não deixamos uma obrigatoriedade de investimento em qualquer lugar do Brasil. Adotamos uma política, talvez um pouco bairrista, que obriga o investimento no Estado de São Paulo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Dr. Guilherme, ouvi a informação de que a CESP não era auto-suficiente, mas importa, atualmente, cerca de...

O SR. GUILHERME TOLEDO – Per dão, o Estado de São Paulo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Importar cerca de um terço.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Não, mais.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Mais de um terço da energia consumida. V. S^a mencionou que a CESP vem realizando investimentos com vistas a aumentar sua capacidade de geração. Que relação era estabelecida antes da crise instalada? Qual é a situação atual? Antes, a dependência era nos mesmos níveis? Mesmo com o investimento da capacidade de geração instalada, diminuiu a dependência da CESP ou continua em um terço?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Continua. Até diria que, se expandimos 30% nesses seis anos, crescemos, em média, 5%. Mas não foi esse o aumento de consumo no Estado de São Paulo. Creio até que reduzimos. Como não tenho o número exato, prefiro dizer que se manteve. Nos expandimos acima do crescimento do mercado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a está satisfeito?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, se pudesse esticar mais um pouquinho, gostaria de ouvir a opinião do professor a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. S^a continua com a palavra

O SR. ILDO SAUER – Diria que, de fato, tudo o que a CESP fez foi concluir obras iniciadas na década de 70, as quatro mencionadas — Três Irmãos, Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu —, iniciadas em 1979, além de Canoas I e II, que foram iniciadas em 1983 ou 1984. Foi só o que foi feito lá. Havia oportunidades muito importantes em São Paulo. A própria co-geração com bagaço de cana, que representa um potencial variável, mas que se pode dizer que chega a 4 mil megawatts, dependendo da tecnologia que for

aplicada, da eficiência na conversão da queima do bagaço em eletricidade, não foi viabilizada porque não se criaram os instrumentos, a CESP não interveio nisso adequadamente. Tudo o que fez foi servir de intermediária num contrato de compra de energia para garantir que os portugueses viessem de Portugal — nenhum preconceito contra eles — para viabilizar a queima de bagaço para fazer energia em São Paulo a 350 megawatts. A CESP e o Estado de São Paulo se desfizeram da agência para aplicação de energia, que era muito pujante e trabalhava muito bem na conservação.

De maneira que penso que a CESP, além de concluir obras já iniciadas, não fez o suficiente, não fez o que poderia ter feito e nem o que poderá fazer daqui para a frente.

Fico preocupado. Não quero ser agressivo, mas a posição, em geral, do Presidente da CESP é muito mais a de um corretor de vendas do que a de alguém que está preocupado com a política pública de abastecer adequadamente a energia em São Paulo.

Recentemente, quando apresentei publicamente esse impacto a que me referi antes, sobre quando o mercado atacadista começar a operar plenamente de que vai haver um aumento de mais ou menos 100% no preço da energia gerada no Brasil, o que o Secretário de São Paulo nos disse? Que isso é bom, porque, assim, vai haver mais interessados em comprar a CESP.

Mas, olhando do outro lado, como fica a nossa indústria? Como fica a geração de emprego? Como fica o aumento da produção de energia? A CESP poderia e de veria ter feito mais do que fez, além de concluir obras já iniciadas há mais de duas décadas. Poderia ter buscado os recursos para isso. Sabemos todos que ela teve a restrição de o BNDES negar os financiamentos. Essa é uma restrição séria, não é culpa da CESP, temos que reconhecer.

De qualquer maneira, havia toda uma agenda na área de conservação, de co-geração, de parcerias para expandir em outras áreas, que não foi desenvolvida nem aplicada porque a única preocupação, nos últimos seis anos em São Paulo, foi vender o que já existe, sem se preocupar com a necessidade estratégica de garantir a energia a um custo acessível compatível, do lado residencial, com a situação sócio-econômica das famílias; no lado do setor produtivo, como ter energia e tarifas compatíveis com a competitividade, hoje, no mercado internacional dos produtos e no mercado interno. De maneira que mudamos uma estratégia de desenvolvimento integrado do recurso hidráulico das usinas, navegação, irrigação,

na sua fase inicial, para usar água nos seus usos múltiplos. Depois, poder avançar essa agenda numa área mais moderna, levando em conta a questão ambiental, as novas oportunidades que citei aqui, da co-geração, com bagaço de cana, com gás natural, a conservação de energia e outras parcerias.

Abandonamos toda uma estratégia de um papel de desenvolvimento, ainda necessário em países como o nosso, que tem 17 milhões de brasileiros sem energia e alguns deles, mais do que se imagina, ainda em São Paulo, em favor de um modelo em que o Presidente da Chesf e o Secretário de Energia se transformam em corretores de vendas. Não creio que isso seja compatível. Sou funcionário do Estado de São Paulo por meio da USP, mas penso que de vamos ter uma outra visão.

Por isso, respondo ao Senador Leomar Quintanilha, dizendo que não concordo com a visão do Presidente. Acredito que poderia ter feito bem mais, deveria ter feito mais, não obstante as restrições que lhe foram impostas.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Sr. Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pois não.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Gostaria de assinalar alguns pontos, além dos que já tinha assinalado.

Primeira, encontrarmos a CESP com cerca de 12 bilhões de dólares de dívida em 1995. Grande parte dessa dívida é explicada pelo fato de que governos passados – não vou entrar em discussões políticas de quem foi – tomaram a decisão de iniciar cinco obras ao mesmo tempo, desnecessárias naquele momento. Isso, somado a um problema gravíssimo por que o setor passou de achatamento de tarifas públicas, descapitalizou e endividou profundamente a CESP.

Então, hoje, quando o Secretário de Energia de São Paulo diz que, se a energia vai subir, é porque o custo marginal, a nova energia vai ter esse custo. Imaginar mantermos empresas de controle estatal, seja elas estaduais ou federais, para vender energia barata, para fazer um mix com a nova energia, não é justo para a estatal. Por quê? Porque estaríamos criando uma figura de energia velha e energia nova. E a energia é uma commodity, sempre que surge naturalmente, surge a arbitragem no mercado, e alguém vai ganhar dinheiro com isso.

Então, se a realidade do custo da energia é cem, que se cobre 100 para estimular investimentos, fazer com que uma estatal, pelo fato de ser estatal e, conseqüentemente, poder ter uma decisão política

empresarial e dizer: eu vou praticar 50, enquanto os outros praticam 100? Na minha maneira de ver é um erro, porque nós estaremos transferindo recursos públicos no setor privado, é inexorável.

Quando o secretário diz que se o preço vai subir, essa é a nova realidade. Por quê? Porque o crescimento da energia elétrica no País se dará pela termoeleétrica. No que diz respeito à produção de energia a partir do bagaço de cana, a CESP se envolveu de corpo e alma em um projeto ambicioso, que tem por objetivo o potencial total que o professor dizia há pouco. E que nós achamos um sócio e fizemos o seguinte: esse sócio vai investir, viabilizar todas as obras e nós daremos a garantia de preços. Estamos comprando e vamos distribuir essa energia a um preço muito mais abaixo do que ele dava como exemplo do que custará a termoeleétrica. Então, com isso nós não ficamos parados. Esse protocolo, esse acordo, já assinamos o primeiro contrato para a produção de energia de bagaço de cana, isso vai continuar existindo ao longo da vida da CESP, independente de quem é o controlador. Nós estamos, sim, procurando alternativas e não ficamos parados. Fizemos tudo dentro de uma restrição de capacidade de endividamento, que é uma realidade empresarial da qual não se foge, e dentro de uma premissa que foi colocada pelo Governador Mário Covas no início do seu mandato, que foi a seguinte: “não comece uma obra enquanto não terminar a última. Eu não quero ficar como eu recebi, cinco obras inacabadas e começar a sexta, deixando para o próximo seis obras inacabadas.”

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Dr. Sílvio Aleixo.

O SR. SÍLVIO ALEIXO – Eu gostaria de acrescentar uma parte, Senador, pois quando o Professor Ildo diz que o Estado de São Paulo não colocou energia suficiente para cobrir a questão da sua capacidade de demanda, eu gostaria de enfocar o seguinte: nós colocamos aproximadamente, só na CESP, em torno de 30%. O Estado de São Paulo, através da EMAE, que é Empresa Metropolitana de Agroenergia Elétrica, está sendo colocado 400 megawatts, nós estamos invertendo agora a parte de óleo para gás natural. Nesse ano já foi assinado um convênio com a Perobas, acrescentando mais 200 megawatts. No ano que vem, mais 200 megawatts, e também está sendo colocado um processo de licitação, mencionado pelo Dr. Guilherme, com relação ao processo de flutuação, que vai possibilitar fazer o bombeamento das águas do rio Pinheiros, para a represa Billings com energia aproximadamente entre 400 e 500 megawatts da usina de Henry Borden. Isso nós estamos tentando via-

bilizar com relação a esse, nesses dois últimos anos daqui para frente. É uma responsabilidade e até é um desafio verificar se um outro Estado cumpriu um programa tão extenso quanto o Governo do Estado de São Paulo no sentido de colocar mais megawatts a nível do Brasil de uma forma geral. Como o sistema é interligado, independente do que se coloca em Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul ou São Paulo, ele vai ser utilizado no Brasil como um todo.

Então, eram só essas colocações que eu gostaria de acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, como outros Senadores, infelizmente por ter que estar na Comissão de Assuntos Econômicos até há pouco, não pude acompanhar desde início as exposições, mas gostaria de formular perguntas aos quatro expositores, já que as perguntas que farei terão respostas nas perspectivas de cada um.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar que o Governo Federal está reconhecendo, ainda que atrasado, os erros cometidos no processo de privatização do setor elétrico e dando o novo rumo para a privatização de Furnas, da Chesfe e da Eletronorte. E há muitas vozes críticas dentro do próprio Governo, de sua base, sobre o que aconteceu. Por exemplo, o ex-Ministro da Administração Luiz Carlos Bresser Pereira, do PSDB, se manifestou recentemente, em artigo na Folha de S. Paulo, de 16 de abril, contra a privatização das empresas hidrelétricas. Ele acredita que – em suas palavras – “teremos sérios problemas com as privatizações já realizadas”.

Recentemente, o Presidente do Senado, Jader Barbalho, e o da Câmara, Aécio Neves, fizeram críticas severas ao modelo de privatização. Renan Calheiros, Líder do PMDB, admitiu que a Bancada do Partido está dividida. Expressou: “Vamos ter de discutir muito esse assunto até chegarmos a um acordo”. O Líder do PSDB no Senado, Senador Sérgio Machado, afirmou que a privatização do setor também terá que ser amplamente debatida no Partido. “Ainda temos muito o que negociar, as opiniões são variadas, não dá nem para fazer uma previsão” – disse o Senador Sérgio Machado à Gazeta Mercantil, em 5 de abril.

Diante de tantas posições e opiniões divergentes, por que privatizar a CESP agora? Será que a pressa em vender a CESP está inclusive levando o Governo do Estado de São Paulo a obrigar a Usina de Ilha Solteira a abrir suas comportas para formar o lago da Usina de Porto Primavera, a Usina Hidrelétrica

de Sérgio Motta? Esse episódio, além de enorme impacto ambiental, acabou causando a morte de centenas de espécies de animais, uma vez que o enchimento de um lago daquela proporção poderia e, segundo especialistas, deveria levar um tempo maior do que aquele em que efetivamente ocorreu. E, de outro lado, obrigou a CESP a reduzir a sua capacidade de produção, sobretudo porque estamos falando de um sistema hidráulico de geração de energia. Esse episódio e essa interpretação são verídicos? Qual é a influência desse fato no racionamento de energia anunciado para os próximos meses? Terá havido de fato consequências?

É fato que a Usina de Ilha Solteira foi obrigada a usar suas comportas para encher o lago de Porto Primavera? Terá isso ocorrido porque as demais usinas da bacia do Tietê e do Paranapanema, já privatizadas, não permitiram abrir suas comportas às vésperas de um período de estiagem? Poderíamos afirmar, nesse caso, que essas usinas se beneficiarão, uma vez que terão água armazenada no período de estiagem, quando já se anuncia um aumento de tarifa como uma das medidas de contenção do consumo?

Também gostaria de ouvi-lo sobre em que medida o atual modelo de privatização, associado à precária regulamentação existente no País e ao fim do planejamento energético, que antes era realizado pelo Governo Federal, e por décadas, é justamente o maior responsável pelo racionamento anunciado, uma vez que não há exigência de expressivas contrapartidas por parte dos novos controladores das empresas de geração de ampliação da oferta de energia durante os anos de concessão.

Também gostaria de perguntar em especial sobre o leilão de privatização da CESP, que ora está suspenso mas ainda é objeto de ação do Governo para tentar que ele venha a existir.

Qual tem sido uma das grandes preocupações minhas, do Partido dos Trabalhadores, do Bloco de Oposição e de muitos que têm estudado a questão das privatizações e também a questão da concentração de riqueza no País? E sobre isso, eu gostaria de ouvir as reflexões. Por que razão a nossa preocupação? No processo de privatização de diversos segmentos, observamos o Governo articular ações de apoio por parte do BNDES, do Banco do Brasil, de outras instituições oficiais de crédito, juntamente com a coordenação de esforços orientada pelo Palácio do Planalto de, por exemplo, entidades de previdência fechada, como a Previ, a Petros, a Funcef, a Centrus e assim por diante, que, de alguma maneira, partici-

pam do processo de leilão em apoio aos desígnios de certos grupos privados.

Esses grupos privados, como ocorreu no episódio de privatização das “teles” acabam se empenhando junto ao Governo, aos ministros. Naquele caso, o Ministro das Comunicações e o Presidente do BNDES estavam dialogando se iriam coordenar esforços, inclusive das entidades de previdência fechada, para que ganhasse um grupo ou outro, grupos rivais. O assunto veio à tona, mas ainda não o compreendemos. Inclusive, esse é um capítulo que a Oposição gostaria de apurar aqui em profundidade, mas o Governo considera esse assunto muito delicado. Se for apurado até o fundo, perturbará o processo de votação de projetos normais.

E no caso da CESP, o que está para ocorrer? Teriam o Dr. Sílvio Aleixo e o Dr. Guilherme Toledo conhecimento em profundidade de como as instituições governamentais estariam, por exemplo, oferecendo a certos grupos um certo apoio logístico via BNDES, via Banco do Brasil, via a intenção eventual de participação nos leilões, a maneira como estão limitadas a fazê-lo as entidades de previdência fechada, que acabam atuando também, embora participem minoritariamente? No conjunto, o que acontece? Esses grupos acabam adquirindo o controle acionário, o controle de decisões de empresas, mas, em verdade, são grupos econômicos que acabam tendo condições de abocanhar uma parcela da empresa e da geração de nova riqueza e renda.

Parece-me que este é um dos fatores que contribuem para que nosso coeficiente de desigualdades continue sendo um dos maiores do mundo: a forma como o Governo transfere e estimula a transferência de patrimônio do Poder Público, que era de toda população, para certos grupos. Assim, não é à-toa que continuamos a ter um coeficiente Gini dos maiores dentre todos os Países do mundo. Então, gostaria que pudessem os responsáveis...

O SR. GUILHERME TOLEDO – Se o senhor me permite, Presidente, no que diz respeito ao BNDES e às fundações, o BNDES não oferecerá apoio ou financiamento a nenhum comprador da CESP. Isso já está decidido e o BNDES já comunicou a todos. Da mesma forma, não há nenhuma fundação envolvida no processo de privatização da CESP. Isso também é líquido e certo, mesmo porque elas precisariam se habilitar no processo, e, dentre os habilitados, não há nenhuma fundação. Os compradores já estão definidos, são conhecidos e habilitados.

No que diz respeito ao enchimento de Porto Primavera, não é verdade ir a colocação de que se usou

água de Ilha Solteira. O enchimento de um lago do porte de Porto Primavera é uma operação planejada com meses de antecedência, que só pode ser feita durante o período de chuva e coordenada pelo Operador Nacional do Sistema. Então, com base na coordenação e no programa de enchimento, que, entre outras, também está diretamente relacionado – porque Porto Primavera tem uma barragem de onze quilômetros, e essa barragem é de terra. Então, não se pode acelerar o enchimento da barragem, a subida da água, porque isso pode afetar a água. E não se pode diminuir a velocidade, porque a barragem só tem proteção para ondas e a represa de Porto Primavera tem ondas significativas, grandes, de mais de metro, e apenas uma proteção no final. Assim, não se pode acelerar o enchimento da barragem e nem diminuir a velocidade.

Não é verdade que tiramos água de um lugar para outro e muito menos que as empresas já privatizadas seguraram ou deixaram de colocar água. Por quê? Porque o ONS é que decide como as usinas vão operar. Se esse operador de finir que se deve segurar a água no Tietê, porque se vai precisar gerar isso, e que se deve soltar a água de outro lugar, para encher, isso nada tem a ver com o interesse econômico envolvido. Essa é uma decisão específica de maximização do setor, porque toda a energia excedente de uma usina, praticamente, tem um custo simbólico de R\$4. Não adianta alguém ficar segurando água, porque não se vai vender energia segura, que é o que vale dinheiro. O que se vai vender é energia se cundária, que não vale nada.

Então, um controlador de uma empresa, privada ou estatal, fará as mesmas coisas que o ONS mandar. O proprietário de usina é dono de um ativo, e a ele cabe fazer duas coisas: fazer manutenção e pagar o salário dos operadores. Ele não tem decisão estratégica sobre o uso da água. Ele não pode proibir que alguém use a água para irrigação, para navegação ou para abastecimento público. Isso não é sua alçada, não lhe pertence.

O uso que fazemos da água é interessante, porque ela passa e continua rio abaixo. Nós não consumimos água. Nós usamos a água para gerar energia. É tudo o que fazemos.

Em relação à utilização da água, já foi dito aqui que as comissões de bacia de terminam o uso e a gestão das bacias. A Agência Nacional de Água vai determinar o royalty, quanto se vai pagar, e o uso. Quem impedir, por achar que é dono de um reservatório, que alguém faça usos múltiplos da água terá sérios pro-

blemas com a Justiça, porque ele não é o dono da água.

Em algum momento – e podemos ter chegado a isso no momento atual ou vamos chegar –, haverá um conflito, e caberá à sociedade civil e aos Poderes, principalmente ao Poder Legislativo, dizer o seguinte: “O que é mais importante? Gerar energia ou propiciar o transporte hidroviário?”. Se chegarmos à conclusão de que é mais importante haver transporte hidroviário do que gerar energia, vamos fazer isso, obedecendo a essa ordem. Não vamos entrar no mérito. E se for o contrário? E se se disser que é prioritário, no momento atual, fazer a geração de energia e, com isso, maximizar o uso da água, ou seja, só deixar a água escapar pela turbina que está gerando e não permitir que se verta água, diminuindo, conseqüentemente, o curso do rio a jusante? Se isso for verdade, cabe a nós – e é o que estamos fazendo – tentar dar soluções alternativas para não parar a hidrovia.

Essa é a grande negociação que deve haver entre o transportador de hidrovia e o setor produtor de energia, como um todo. É muito melhor conversar e dizer o seguinte: “Se você não pode navegar nesse trecho no momento atual, o que podemos fazer para que você não tenha prejuízo e nem pare o fluxo de mercadoria? Vamos reembolsar você?”.

É isso que deveremos fazer ao longo dessa crise, porque, não havendo água, se quisermos liberar água para o transporte de hidrovia, teremos que, naturalmente, avaliar o custo-benefício dessa decisão para a sociedade. O que preferimos? Energia ou transporte? Não é possível ter os dois. A água que existe não é suficiente para os dois. Pode-se perguntar: “Se tivéssemos tomado outras medidas há cinco ou dez anos, não estaríamos com esse problema?”. Não vou discutir isso; estou falando agora de um caso concreto.

Então, o uso múltiplo de água não é de quem controla a empresa. O controlador da empresa só tem que pagar salário e fazer manutenção de turbina. Ele é proibido de dizer “não quero que usem a minha água”. A água não é dele!

Então, gostaria de, no que diz respeito às suas perguntas, já que o senhor abriu para os quatro, tenho certeza de que os outros também gostariam de falar.

O SR. SÍLVIO ALEIXO – Senador, só complementando o que o Dr. Guilherme colocou, com relação à parte do gerador, ele não é independente, não pode deliberar sozinho o que fazer com a água que está no reservatório. Isso está bem claro, porque a ONS é o órgão que regulamenta tudo isso.

Com relação à parte de hidrovia, é a mesma coisa. Já foi colocada a importância que a hidrovia tem para o Tietê, não só para o Estado de São Paulo, mas para o Brasil como um todo. E o que isso representou para o Estado de São Paulo também. A CESP investiu, só na hidrovia, R\$1,5 bilhão. Deixou compromissos para o novo dono, tanto da parte do Tietê quanto da parte do Paraná, a execução de obras... E não só isso, colocou recursos operacionais para manter grupos técnicos especializados para operar todo esse sistema. Isso até no final da sua concessão, ou seja, 30 anos. Continua operando sobre isso. Então, tem obrigações legais para fazer isso.

Com relação ao racionamento, também. A geradora, no caso, não pode, por si só, reduzir ou aumentar sua produção de energia. Ela é regulamentada para isso. A ONS controla a carga de demanda, o consumo e a distribuição de como isso é feito.

Independente de se é privado ou estatal, isso, de maneira nenhuma, ocorreria numa eventualidade dessa, até por que todos os compromissos, a entrada em operação de todas as máquinas que está prevista é em função do estabelecimento de um cronograma com a Aneel. Então, quando a CESP colocou o cronograma está antecipando dois meses basicamente, tendo em vista o racionamento de energia que está previsto, mas procurando otimizar a água disponível.

Então, essa parte do racionamento, independente de ser privada ou estatal, não tem qualquer liberdade, qualquer coisa para poder fazer, porque ela é regulamentada para isso. Acho que, no futuro, há a necessidade de a Aneel, juntamente com a Agência Nacional da Água - ANA, estabelecer a questão de conflito futuro que vier a ocorrer. Possivelmente, daqui a uns quinze ou vinte anos, pode ser que a melhor utilização da água seja... Hoje existe uma prioridade, que é o abastecimento urbano. Isso já está no Código de Águas, com relação à parte da hidrovia, navegação também. Isso está regulamentado desde 1934. É lei. Vejo que, no futuro, haverá necessidade de um maior entendimento, até porque, hoje, a energia é uma coisa essencial na vida de cada cidadão, de cada indústria e do comércio. Então, precisa ser colocada a prioridade da sociedade, nos seus mais diversos segmentos, com relação a essa utilização.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Eu gostaria de acrescentar o seguinte: o proprietário da usina tem, por obrigação de edital, de operar as eclusas para que os barcos passem, sendo proibido cobrar pedágio. A obrigação de “eclusar” é porque nós paramos um rio que era navegável. Isso é obrigação legal.

Então, está lá a eclusa que a CESP fez e que a CESP sempre operou. E as regras de operação dessa usina, que foi como a CESP operou a vida inteira, são parte integrante do edital e ele tem que seguir essas normas. Foi assim que nós fizemos a vida inteira, nós incorremos nos custos de manutenção dessas eclusas e nos custos de operação. Ele não poderá, no futuro, cobrar pela passagem de um barco pela eclusa. A eclusa é nossa só para manutenção e operação, mas o trânsito do rio ele não pode bloquear nem dizer quem passa e quem não passa.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Dr. Wilson Almeida.

O SR. WILSON ALMEIDA – Quero responder ao Senador Eduardo Suplicy. Estamos num debate e gostaria de dizer que tudo o que o Dr. Guilherme falou é o correto de ser feito, tudo que o Silva falou é o correto de ser feito. Agora, existe a diferença entre aquilo que é o correto ser feito e o que está sendo feito, o que vai ser feito e o que já foi feito.

Vejamos, é claro que qualquer operador de barragem - eu sou operador de barragem - sabe que você tem que usar o tempo da chuva para fazer o enchimento. Se você soltar muito a água, vai causar erosão e danos à jusante da que a barragem que você está operando.

O Porto Primavera tinha que começar a encher seu lago em novembro do ano passado. Uma comissão de Deputados do Mato Grosso do Sul conseguiu uma liminar e impediu que fosse feito o fechamento das comportas de Porto Primavera em novembro. A liminar só conseguiu ser derrubada pelo Governo de São Paulo no dia 08 de fevereiro de 2001. Do dia 08...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Novembro de 1999?

O SR. WILSON ALMEIDA – Não, de 2000. A liminar só conseguiu ser cassada no dia 08 de fevereiro de 2001. Todo o processo de enchimento, que deveria ter sido feito desde novembro, que foi o início do período de chuvas, foi feito entre o dia 08 de fevereiro e 28 de fevereiro, em 20 dias. Com isso, o que aconteceu? Placas de 2 hectares de terra descolaram do solo do Mato Grosso do Sul e chegaram à barragem de Porto Primavera, inclusive causando o afogamento de máquinas, levando à paralisação de máquinas por conta dessas placas terem afogado as turbinas.

No dia 23 de março o repórter William Wack, da Rede Globo, apresentou uma reportagem de 4,5 minutos, onde foi mostrada uma capivara morrendo afogada. Capivara – que é um animal da água – morreu afogada. Vários animais ficaram sitiados. É lógico

que, se você vai fazer um enchimento durante os 4 meses de chuva, como o enchimento gradativo os animais vão-se alojando de maneira natural.

Agora, fazer em 20 dias – contrariamente àquilo que teria sido correto, como o Dr. Guilherme Toledo falou, ou seja, fazer durante o período de cheia – é exatamente assassinar animais, e foi isso que a CESP fez no enchimento de Porto Primavera.

Aqui, no edital, constam 50 poucas obrigações do controlador. Nessas obrigações está, inclusive, a questão da hidrovia, só que a hidrovia está parada, porque o fato de eles terem optado... Coincidentemente, a ONS decidiu que deveria operar Ilha Solteira na sua potência máxima exatamente quando caiu a liminar da CESP; houve essa coincidência: como a ONS e a CESP são entes diferentes, coincidiu o interesse da CESP quando terminou a liminar com o interesse da ONS em gerar mais energia na Ilha Solteira.

Várias questões que estão colocadas, como, por exemplo, manter em funcionamento o centro de fauna silvestre de Ilha Solteira e Paraibuna, estão fechadas. Está aqui. Fauna silvestre é se manter a mata ciliar, manter o reflorestamento, e isso está fechado, foi confirmado inclusive pela CESP na reunião técnica que aconteceu. Então, menciono essas coisas para dizer que existe diferença entre o que é correto, o que todos que somos do setor, que somos técnicos, sabemos que é correto e aquilo que foi feito.

E, voltando à minha intervenção anterior, o projeto de Porto Primavera foi feito em três etapas. Na primeira etapa ele deveria chegar à cota 253 – era o primeiro arrimo que deveria ser obtido. Na segunda etapa, deveria atingir a cota 257 em relação ao nível do mar. Foi o que afugentou os investidores do leilão que deveria ter acontecido em dezembro, porque não estava na cota 257. Com tudo isso que foi feito, chegou-se à cota 257. Acontece que o projeto de Porto Primavera não pára aqui, deve chegar à cota 259. Como eles não querem causar o transtorno, para quem desejar adquirir a CESP se o leilão acontecer amanhã, de fazer a disputa com os ambientalistas para chegar à cota 259, que seria a cota para termos energia firme nas dezoito turbinas de Porto Primavera, reduziram para catorze turbinas e fixaram que não há mais necessidade de subir mais dois metros.

Então, são essas questões que estão acontecendo no processo de privatização. Essas questões não são invenções, são fatos, até a Rede Globo, que, declaradamente, é favorável à privatização, apresentou em horário nobre uma reportagem demonstrando esses danos. Então, é o fato da diferença entre o que

é correto, que todos que somos do setor sabemos, e aquilo que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o Dr. Ildo Sauer.

O SR. ILDO SAUER – As perguntas do Senador Eduardo Suplicy são bastante vastas, permitiriam que ficássemos aqui por várias horas. Para facilitar, tentarei dizer algumas coisas, mas devo mencionar que entreguei ao Presidente da Mesa uma entrevista que dei à Revista Carta Capital sobre o problema da crise. Deixei isso à disposição porque é uma explicação bastante simples, creio, do problema, da origem e das consequências.

Deixei também com o Senador Presidente uma cópia do primeiro original do que se chamava “O Livro Branco da CESP: Uma Proposta para o Desenvolvimento do Estado de São Paulo”, que a seguir foi editado pela editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sob a forma de livro, com o seguinte título: “A Privatização da CESP - Consequências e Alternativas”.

Em 1999, fizemos um estudo analisando os problemas e consequências, cujos detalhes estão à disposição. Além disso, deixei com o Presidente um conjunto de transparências contendo o sumário de um capítulo de um livro intitulado “Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil”, que será editado em homenagem a Catullo Branco, grande engenheiro de meados deste século, falecido em 1975, dedicado à utilização racional dos recursos e dos mananciais hidráulicos. Esse livro relata a história do setor elétrico desde o fim do século passado, quando foi criada a energia elétrica, até a década de 70. Nesse sumário, eu e alguns colegas fizemos uma avaliação dos últimos trinta anos do setor elétrico e uma radiografia da reestruturação da crise e propusemos uma saída. A síntese desse capítulo consta das transparências que passei às mãos do Presidente, algumas delas usei nesta breve exposição, o que me permitiu documentar melhor aquilo que não foi possível expor com palavras.

Ainda sobre algumas posições colocadas anteriormente, em primeiro lugar, quero dizer que a CESP só concluiu usinas existentes, já iniciadas, e promete outras providências, como a reversão da usina de Henry Borden. É preciso ter clareza em relação às consequências disso, porque cada metro cúbico de água que pegamos do rio Tietê e jogamos para a Serra do Mar para ganhar 300 megawatts firmes adicionais significa um metro cúbico de água que deixa de ser a cascata dos rios Tietê e do Paraná até Itaipu, chegando à cota 100 à jusante de Itaipu. Dessa ma-

neira, a água gera energia para um lado, mas deixa de gerar para o outro, com um ganho máximo líquido não de 300 megawatts, como disseram aqui, mas de 60 megawatts. É uma contribuição. E há problemas lá. Disse isso apenas para corrigir tecnicamente uma citação feita aqui indevidamente.

Quanto à posição sobre o conflito dos usos múltiplos das águas, essa é efetivamente uma disputa entre Davi e Golias. Mais uma vez, vencerá o mais forte. Normalmente Davi não ganha. Quem deve ganhar é Golias, que são os grandes geradores, que, como disse há pouco, terão um faturamento da ordem de R\$30 bilhões por ano, que, certamente, terão condições de fazer frente a uma disputa, um conflito, mudando regras, interferindo nos comitês de bacias, etc. Esse é um problema de política pública.

Equivocam-se o Governo de São Paulo e o Presidente da CESP ao pensar ser possível disciplinar assunto de tamanha relevância, uma política pública que deveria ser objeto de lei, por notas de rodapé em contrato de concessão ou cláusulas quase escondidas que depois serão olvidadas. Até porque se fossem privatizar apenas para fazer caixa, como disseram, bastava fazer a concessão por dez ou quinze anos, que são os anos do fluxo de caixa relevante para o valor presente líquido. Não precisaria haver concessões por trinta anos renováveis por mais vinte, ou seja, pelo prazo de meio século. Nossa geração não tem um mandato que permita hipotecar o futuro das próximas gerações.

Quando o Dr. Guilherme fala que farão assim, assado e tal, fico me perguntando: mesmo que cumpra o programa, em breve deixará de ser Presidente da CESP. Como pode com tanta certeza dizer o que será e o que não será feito? Só poderá ter essa certeza se for mais um daqueles muitos técnicos do setor elétrico que preparam as privatizações, como foi o caso do Sr. José Luiz Alquéres e muitos outros, que, logo a seguir, passaram para o outro lado, usando informações privilegiadas e um conjunto de interfaces de relações com aqueles que continuam no setor elétrico para beneficiar negócios privados. Penso não ser esse o caso do Dr. Guilherme. Mas seu discurso nos faz ter essa impressão, porque deixaria de ser o Presidente assim que a companhia fosse vendida. Espero que continue Presidente até o fim do Governo Alckmin, comandando a CESP como empresa pública em favor do interesse público.

Respondo ainda mais objetivamente as perguntas do Senador Eduardo Suplicy sobre os impactos da privatização na distribuição de renda. Já tive oportu-

tunidade de discorrer um pouco sobre o assunto, mas repetirei brevemente.

Em primeiro lugar, no processo de preparação para a privatização, que são aquelas do varejo, as tarifas do setor residencial aumentaram 81% acima da inflação da FIPE, e grande parte disso resultante da remoção de subsídios cruzados: de quem consome mais para quem consome menos; remoção de benefícios sociais que estavam nas tarifas elétricas, em razão de reduzir os impactos perversos da péssima distribuição de renda. Os outros setores tiveram aumento da ordem de 25% - setor industrial e comercial -, criando já problemas de competitividade. Se um modelo, como o previsto, for implementado, como expus antes, com a criação do mercado concorrencial na geração – por isso falei que parece que o Governo do Estado de São Paulo se comporta mais como corretor de vendas, e eles defendem isso –, toda a energia que hoje é produzida passará a ser vendida a um preço entre o dobro e o triplo do que hoje é vendida. Atualmente, ela é vendida a um preço muito mais baixo, porque o custo médio, mercê da qualidade de nossos recursos hídricos e apesar de muita corrupção, de muito sobrepreço, sobre custo, favorecimentos, o processo de construção de hidrelétricas, elas ainda, assim, produziram este custo médio, e é repassado à sociedade o custo de energia pelo custo médio. Na medida em que forem repassar o custo do mercado concorrencial – quando observamos, como disse antes, em geral, a concorrência vai reduzir preço, vai melhorar a qualidade, vai aumentar a oferta – está acontecendo o contrário. A concorrência vai fazer com que toda a energia passe a ser vendida na transição prevista, 2003/2005, a R\$80,00, R\$90,00 o mwh, fazendo com que tenhamos mais um processo de transferência de renda, 300 milhões de mwh, com acréscimo de R\$40,00 a R\$50,00 por mwh, na sua venda, que significam R\$12 a R\$15 bilhões por ano que sairão dos orçamentos das famílias, que sairão dos caixas das empresas para os investidores do setor privado. É essa a atratividade que está sendo apresentada para que geradoras privadas comprem. De qualquer maneira, nem isso tem cativado os investidores privados, porque a maior parte de eles sabe que esse modelo é insustentável técnica e politicamente. Politicamente porque, na medida em que isso acontecer, haverá uma convulsão social de um lado, haverá muita reclamação do setor produtivo de outro, pois esse aumento tarifário inviabilizará muitas indústrias. Acompanhei de perto o caso de uma indústria do Paraná, uma das maiores consumidoras da Copel, que ia triplicar sua produção, mas decidiu segurar um

projeto de investimentos por medo desse brutal aumento das tarifas, porque elas vão aumentar mais no setor industrial do que no residencial. De maneira que este é um processo brutal de redistribuição da renda do setor produtivo, do setor residencial, para os investidores. Além do mais, deve-se dizer que o setor elétrico tinha 210 mil trabalhadores no começo da década passada e encerrou a década em torno de 90 mil empregos diretos. E nada dessa redução nos custos repassou para as tarifas. Outro processo de concentração de renda.

Sei que avançamos muito na hora, e eu teria muitas outras colocações a fazer, mas não as farei, porque estão documentadas e estarão no livro, que vou disponibilizar à Presidência da Comissão assim que for publicado pela editora Paz e Terra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pergunto só se já foi respondida a questão do número de trabalhadores da CESP.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Não, eu...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, eu agradecerá se pudesse nos dar referências da evolução nesses últimos anos e qual a situação presente.

O SR. GUILHERME TOLEDO – É difícil, Senador, explico por que a CESP foi sendo desmembrada, ao longo do tempo. O que posso dizer é outra coisa: a CESP, hoje, tem cerca de 1.500 empregados, e acabamos de assinar um acordo coletivo com os sindicatos – e Wilson é diretor de um dos sindicatos – estendendo uma garantia de emprego até dezembro de 2004. Nós nos preocupamos com aspecto de segurança de trabalho de tal forma que estendemos uma garantia até 2004 para dar uma tranquilidade maior aos empregados da CESP.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vossa Excelência gostaria de falar? Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta. Estamos comentando muito sobre as geradoras, e estou vendo um ponto de vista bem definido. Entretanto, gostaria de saber o ponto de vista de vocês em relação à privatização das distribuidoras, porque elas vão chegar aos lugares mais pobres. Na minha visão, é um agente muito forte de distribuição de renda.

O Estado de São Paulo também pensa em privatizar as grandes distribuidoras, que podem comprar ou importar energia de qualquer geradora: Cemig, Furnas. Quanto às distribuidoras, V. S^{as} acham que elas são mais importantes, estrategicamente, como

indutoras de progresso, de desenvolvimento, de justiça social do que as próprias geradoras? Gostaria da visão dos dois lados para ter uma idéia.

O SR. GUILHERME TOLEDO – O Estado de São Paulo começou o processo de privatização pelas distribuidoras, preocupando-se, primeiro, em dividi-las, porque eram muito grandes. A Eletropaulo foi dividida em duas: a Eletropaulo e a Bandeirantes de Energia. A CPFL e a Eletro foram vendidas integralmente. Tivemos uma sorte muito grande, por que grupos diferentes assumiram as quatro distribuidoras. Todas as empresas privatizadas, em todo o Brasil, e não apenas em São Paulo, têm investido significativamente na parte de distribuição. O que levou à venda inicial da distribuição é que, no ano de 1995, havia monstruosamente ineficiência no setor e não havia investidor interessado em investir em geração para vender para distribuidoras estatais com sérios problemas de liquidez. Então, privatizou-se a distribuição para que essas empresas tivessem credibilidade, e os investidores na geração pudessem investir e vender para clientes com crédito e não para clientes que estavam, inclusive naquele momento, com sérios problemas.

É importante mencionar que, quando for liberado, e isso se dará a partir de 2005, as distribuidoras poderão comprar de qualquer geradora, e os consumidores poderão, ao longo do tempo, comprar energia de quem quiser, dos maiores aos menores, inclusive o cliente residencial. Teremos, efetivamente, concorrência no setor quando todos os consumidores forem livres para comprar energia de qualquer geradora em todo o Brasil. Neste momento, vai-se ter um preço de geração, um preço definido de transmissão, que é a longadistância, e também um preço definido do custo do varejo da distribuição. Com isso, será possível negociar e achar quem pode oferecer energia mais barata. Hoje em dia, os grandes consumidores estão livres para fazer isso. Eles são chamados consumidores livres e já podem sair comprando energia aonde quiserem. O objetivo final do processo é esse.

Com isso, cabe à distribuidora ter qualidade de serviço e cabe à Aneel fiscalizar. No caso de São Paulo, fomos pioneiros e criamos a Comissão de Serviço Público de Energia do Estado de São Paulo, que foi a primeira. Depois, outros Estados criaram. Ela tem convênio com a Aneel e fiscaliza a qualidade do serviço prestado pela distribuidora, a qual passa a ter dois papéis: um de compradora e revendedora de energia e outro de serviço de distribuição.

Respondendo sua pergunta, no nosso caso, o setor de distribuição já foi privatizado e está investin-

do e se preparando para esse novo momento. Hoje, está totalmente privado no Estado de São Paulo. No Brasil, está cerca de 90% privatizado.

O SR. MAURO MIRANDA – Essa competição alcança o consumidor residencial?

O SR. GUILHERME TOLEDO – Sim, a partir de 2005.

O SR. MAURO MIRANDA – Como é que...?

O SR. GUILHERME TOLEDO – É simples, porque, na verdade...

O SR. MAURO MIRANDA – É complicado para entender isso. O caso do telefone entendemos, é mais fácil.

O SR. GUILHERME TOLEDO – A sua colocação é perfeita. No caso do telefone, é bem mais fácil, porque discamos 023 ou 021.

Na verdade, o que vai acontecer é o seguinte: enquanto as empresas eram verticalizadas, não conhecíamos o custo da transmissão, o custo da geração e o custo da distribuição. Com a desverticalização das empresas, você tendo uma geradora que só gera, conseqüentemente tem um custo de geração e, depois, o custo da transmissão. A transmissão tem uma figura, no nosso modelo, neutra; ela não pode influenciar em nada. Quem quiser passar energia por ela, seja alguém vendendo, seja alguém comprando, ela só diz qual é o preço, e esse preço é definido pela Aneel numareceita máxima estabelecida por ano, por linha ou por empresa de transmissão. E a distribuição que vai levar energia a sua casa vai dizer o seguinte: Olha, eu hoje vendo, vamos supor, a energia para o senhor por 100. Este 100 é composto pelo seguinte: 50 é o preço que compro a energia do gerador, 20 é quanto eu pago de transmissão, e 30 é quanto eu cobro de distribuição". Então, ela vai ter que dizer qual é o custo daquela linha para chegar até aqui, e este custo será o dito pela Aneel. Ela não pode, arbitrariamente, dizer que é isso; ela tem que comprovar. Então, a partir daí, vai ser livre. E poderemos, no futuro, dizer o seguinte: "Quero comprar energia da Copel". Se a Copel entende que é melhor vender, vamos supor, a 60 do que a 70, como a CESP, quero comprar energia da Copel. A energia da CESP ou da Copel, para chegar até a minha casa, tem antes que passar pela transmissão. O preço tem que ser o mesmo, não pode ser diferente. Depois, quanto custa à distribuidora local trazer a energia até aqui? Tem que ser o mesmo. Não interessa se é ela vendendo, se é a CESP vendendo ou se é a Chesf ou a Copel; tem que ser o mesmo custo. É que se pretende implementar a concorrência e levá-la até o consumidor final. Isso,

como eu disse, começou como os grandes consumidores e vem descendo, ao longo do tempo, o tamanho de cada consumidor que está, vamos dizer assim, livre e chegará até o consumidor residencial.

O SR. ILDO SAUER – Tenho algumas transparências, mas não vou usá-las todas para não tomar muito tempo. Estão um pouco apagadas, mas é mais para ilustrar as tendências que estão aqui. Vou-me permitir dizer o seguinte: em primeiro lugar, de um modo geral, a qualidade dos serviços vem piorando à medida que se prepara para a privatização e depois os números indicam uma pequena melhora. O problema é que pelo número de reclamações que tenho visto no Rio de Janeiro, Procon, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, do Idec e do Procon, em São Paulo, e pela própria indicação empírica em casa, a qualidade dos serviços não tem melhorado.

Segundo ponto: a privatização tem a ver com esse problema aqui. Acho que acabamos de ouvir – pena que ele não está aqui – do Presidente da CESP um bocado de propaganda enganosa. Vou explicar por quê. De fato, na medida em que liberalizamos os mercados, há uma tendência da concorrência se estabelecer se fossem produtos típicos. O problema é que na geração, quando se tem energia elétrica que não é diferenciada pela origem, porque qualquer supridor é indiferenciável: altos custos fixos – independente de quanto ele vender, ele tem aquele custo fixo porque já comprou a usina – e baixo custo operacional, acontece um fenômeno em que normalmente competição não permite que o sujeito recupere seus custos; então ele se articula para restringir a oferta ou manipular preço. É assim que tem acontecido no mundo inteiro: Inglaterra, Argentina, e em outros serviços, não só eletricidade, com essa característica. De maneira que dificilmente teremos competição genuína na geração de qualquer maneira. Vamos mais objetivamente para o impacto disso na distribuição. Como sabemos, na geração hoje, em média, os custos estão na ordem de – como dá para ver nessa transparência aqui – R\$35,00 por megawatt/hora, um pouco mais. Na distribuição, a média é R\$90,00. Só que para a de baixa tensão, como é setor residencial, pequena e média indústrias, está mais de R\$200,00 o megawatt/hora em alguns lugares e em outros R\$180,00. De maneira que veja bem como é a cadeia: a parte sujeita à competição hoje é R\$40,00 por megawatt/hora, um pouco menos do que isso. Transmissão, em torno de R\$15,00 o megawatt/hora, e todo o acréscimo da distribuição é muito mais. O que acontece é um processo contrário ao que foi dito aqui, pois à medida que uma distribuidora local é ameaça-

da de perder um grande cliente, ela tende a quê? A oferecer a ele tarifas melhores e outras possibilidades, reestruturando a sua tarifa. Para quem ela vai repassar esse aumento de custos? Para as menores, que têm menos poder de barganha.

Agora, vejam bem a posição de um cliente residencial, de alguém que, tipicamente, consome 200, 300, 400 quilowatts-horas. Vamos pegar duzentos e poucos quilowatts-horas por mês, que é a média do consumo residencial brasileiro. Isso dá uma conta da ordem de quarenta e poucos reais por mês. A parte sujeita a competição é menos do que um quarto. Como são duzentos, são quarenta sujeitos a competição. O resto não é sujeito a competição, porque é transmissão mais distribuição. O pedágio da transmissão e da distribuição está lá.

Se houver genuína competição, significa que precisamos ter agentes intermediários que queiram competir com a distribuidora local para adquirir esses clientes. Eles vão ter um custo transacional, de fazer marketing, de tornar o cliente fiel, etc., de mais ou menos – estima-se nos Estados Unidos – R\$200,00 para adquirir cada cliente. Se a margem de ganho dele for de 1 a 3%, ele leva de 20 a 30 anos para recuperar os custos de investimento e adquirir o cliente. O que significa que dificilmente teremos, no pequeno consumo, o benefício da competição. E teremos, a título de ter a idéia de que há liberdade de competição, um processo a mais de, progressivamente, aumentar as tarifas desse setor e beneficiar os de grande consumo, de alta tensão, de alto consumo, que já pagam hoje, em geral, menos do que o custo. Temos de fazer o custo proporcional a cada uma das etapas produtivas da cadeia.

De maneira que está aí uma propaganda enganosa de que teremos liberdade. É mais ou menos como a libertação dos escravos. Eles foram declarados libertos, mas sem ter, efetivamente, para onde ir e como construir uma vida adequada.

A parte sujeita a competição é de R\$30,00 por megawatt/hora hoje. Chegará, se o modelo vingar, a algo como R\$80,00, R\$90,00, como eu disse antes. Mas a margem sujeita a disputa é muito pequena e não compensa toda a parafernália de informações, de transações para que isso aconteça. Efetivamente não está acontecendo em outros lugares.

Na Inglaterra, apesar de haver liberdade, ninguém mais quer saber de receber aquela quantidade de e-mails, de informações sobre por quem optar, porque daqui a pouco muda o preço, e o sujeito tem que saber o que fazer. É um grande transtorno, na verdade, que não agrega a possibilidade efetiva. Ate-

oria diz uma coisa, mas a prática real caminha em outra direção.

De maneira que é essa consideração teórica baseada em observações empíricas que tenho a fazer sobre esse problema.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Permite-me V. Ex^a, Sr. Presidente? Gostaria de acrescentar uma coisa a isso.

O Professor Ildo chamou a atenção para algo extremamente importante, que, tenho certeza, esta comissão vai encarar nas próximas reuniões. Há uma coisa no Brasil em que temos que por o dedo na ferida.

O consumidor residencial subsidia o consumidor industrial. É uma balela, uma mentira desavergonhada o que se diz no Brasil, que o custo da energia é o custo Brasil. Nós subsidiamos. No resto do mundo, essa energia vale praticamente o mesmo. Aqui cobra-se R\$40,00 para um eletrointensivo, contra R\$200,00 para um residencial.

Se chegarmos na verdade da indústria, a indústria vai começar a verticalizar. O produtor de alumínio, o eletrointensivo, tem que fazer sua própria usina. Não cabe usar dinheiro público para ficar subsidiando energia para industrial.

Está na hora de darmos a verdade para esse pessoal. Eles têm que verticalizar. Aquele para quem o custo é 60% do seu produto tem que se verticalizar, senão ele quebra. E quanto mais barato cobrarmos a energia dos eletrointensivos, mais eles vão querer aumentar e expandir a sua produção.

Às custas de quem? Nossa, do dinheiro público.

Se decidirmos que não vamos privatizar, vai ser à custa do dinheiro público.

Se decidirmos que vamos privatizar, eles não vão encontrar isso daí. Eles vão tentar pressionar a Aneel quanto à tarifa. Temos que pensar que nós precisamos encarar a realidade tarifária no Brasil e desonerar. Se hoje dessemos um aumento de 100% para o consumidor eletrointensivo, talvez pudéssemos reduzir o preço do residencial. A minha sugestão, apesar de não ter dados e não ser especialista, é de que a Comissão estude profundamente esse assunto ao longo das próximas reuniões – e esse é mais um desabafo do que uma colocação de um técnico, porque, como já disse, Sr. Presidente, não tenho essa informação. A verdade é que produzir energia para vender a um preço – como dizia o professor Ildo – abaixo do custo!? Porque, se olharmos essa estrutura aqui, verificaremos que é abaixo do custo...

Faz sentido colocarmos um subsídio disfarçado em um momento como este? Então, é algo que os se-

nhores, do Senado e da Comissão de Infra-Estrutura, precisam trabalhar, chamando as pessoas para discutir o assunto. Este é um assunto que sempre aparece quando se discute privatização e racionamento, e não se tem coragem de tocar nesse ponto, que é importante e precisa ser mencionado.

O SR. MAURO MIRANDA – Pela ordem, Sr. Presidente. A última colocação é um desabafo, e concordo inteiramente; nós todos pensamos dessa forma que o senhor está falando aqui. Voltando um pouco atrás, quanto à distribuição, gostaria de saber que país em que já está organizado esse sistema? Que horizonte para o Brasil o Senhor poderia pensar? É um horizonte de 20 ou de 50 anos essa utopia – que não dou conta de entender de outra forma, mas não vejo como isso vá acontecer praticamente.

O SR. GUILHERME TOLEDO – Diria que a colocação de utopia é a mesma do Professor Ildo, quando disse que a teoria, na prática, é diferente. Para conseguirmos isso aí, é fundamental a atuação da Aneel, que é uma peça-chave. A Aneel, a exemplo de outras agências reguladoras, é controlada ou pelo menos tem uma forte intervenção, na medida em que seus diretores são sabatinados. Creio que ela deveria colocar como princípio final que tivéssemos essa possibilidade de o consumidor residencial, conseqüentemente o último dos consumidores, poder escolher o seu fornecedor de energia. Se falta, no momento atual, um arcabouço jurídico que consolide isso, é algo que não é difícil de ser feito. O vácuo da legislação é extremamente pequeno. Porém, isso justificaria todo o esforço que fizemos de privatização, porque teria chegado o momento em que o consumidor residencial final poderia, por exemplo, dizer que quer comprar energia da Cemig, que tem por objetivo vender energia mais barata. Ele diz: “bom, mas existem custos de cativar o consumidor”. Mas eu não estou falando de a distribuidora convencer, mas estou falando de irmos atrás de um fornecedor e dizermos que queremos comprar energia. Para isso, não é necessário gastar, já que temos os meios eletrônicos.

Nos Estados Unidos, toda geradora e distribuidora tem um portal eletrônico que se pode acessar para verificar preço, condições, tempo para fornecimento. Os Estados Unidos são extremamente mais avançados do que o Brasil, mas deveríamos colocar isso como grande objetivo, porque, a partir daí, teríamos o sucesso efetivo da privatização, seria o dia em que pudéssemos levar a concorrência ao consumidor residencial. Porém, sempre ficará para ele a outra alternativa de se considerar consumidor cativo e só ter aumento de tarifa se isso for autorizado pela Aneel.

Então, ele sempre terá escolha. Eu estou aqui com essa pessoa e aqui me custa 100. Se conseguir achar um lugar que me custa 90, eu vou. Se não, continuo aqui com 100. Porém, esse que me fornece, não tem, pelo fato de eu ser um consumidor cativo e pequeno, só poderá aumentar a minha tarifa, mesmo no mercado livre, se tiver autorização da Aneel.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Só para esclarecer uma colocação feita pelo Dr. Guilherme. Creio que ele pode responder rapidamente.

Pelo que entendi, V. S^a afirmou que o custo da energia para a indústria eletrointensiva é menor do que o custo da energia residencial?

O SR. GUILHERME TOLEDO – É infinitamente menor.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Muito obrigado.

O SR. SÍLVIO ALEIXO – Só para ter mais um esclarecimento, Senador. A tarifa residencial, hoje, está em torno de 100, 110 dólares, mais ou menos. Se pegarmos a Europa, os Estados Unidos e outros, está em volta de 50, 70 dólares. Enquanto, muita vez, a eletrointensiva paga 30, 40 reais.

Então, é uma distorção. Isso ocorre, inclusive, dentro do próprio setor industrial. Temos casos onde só alterando, mudando a questão de tensão, saindo de 69, 38 KV, para 138 KV você paga só a substituição de uma subestação, em dois anos, você paga só com o preço da tarifa, o diferencial de tarifa. É outra distorção também do modelo tarifário com relação à parte... Porque você está obtendo a mesma energia; só alterando o nível de tensão, você consegue amortizar seu investimento, que custa em torno de 2 a 3 milhões numa subestação para poder executar, se atendido numa tensão superior.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos terminar nossa reunião, já são mais de 14 horas.

Normalmente, terminamos às 13 horas. Entretanto, diante da importância do tema que foi tratado aqui hoje: estamos às vésperas da privatização da usina da CESP. É óbvio que o ideal é que essa reunião tivesse sido feita há 2, 3 meses, mas só agora assumimos a Comissão.

Já fizemos, em menos de 2 meses, 12 reuniões. Realmente, esta Comissão foi a que apresentou a melhor performance nos seus últimos 60 dias, na Casa. Foi pena que hoje, ainda que o tema fosse altamente

importante e atual, tivéssemos, concomitantemente, reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Assuntos Sociais, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Educação e de outras. Então, não tivemos como obter aqui aquela frequência que seria ideal para uma reunião como esta.

De qualquer maneira, quero reiterar o meu agradecimento ao Dr. Sílvio Aleixo, representante do Secretário de Energia de São Paulo, ao Dr. Guilherme Augusto Toledo, Presidente da CESP, ao Dr. Ildo Sauer, professor da USP, e ao Dr. Wilson Almeida, representante da Federação Nacional dos Urbanitários.

Realmente, a reunião com a presença dos senhores foi muito proveitosa, as palestras foram muito esclarecedoras. No entanto, fica, naturalmente, a dúvida da Comissão: seria recomendável a privatização neste instante, em que o Brasil está na iminência da adoção de um racionamento duro, que pode durar? Há uma dúvida, porque a privatização não acrescenta um quilowatt/hora de produção, de oferta. Então, os recursos daquelas empresas que desejam aplicar em energia elétrica no Brasil deveriam ser aproveitados para a geração, para acrescentar geração àquela produção nossa.

Não queremos entrar no mérito – nem ideológico nem emocional – das privatizações. Mas a grande verdade é que essas privatizações não trouxeram nenhum resultado prático para o fornecimento de energia no Brasil.

O SR. MAURO MIRANDA – Sr. Presidente, as palavras de V. Ex^a vêm em boa hora e significam a unanimidade desta Comissão. Todos nós teríamos vontade que se paralisasse e houvesse um interregno enquanto não se organizasse a Aneel, porque a sua estrutura não permite esse ideal proposto pelo Dr. Guilherme. Seria necessário chamar urgentemente as pessoas especializadas na área, mergulhar em cima de um desenvolvimento estratégico na área de energia, para fazer. V. Ex^a encarna e expressa muito bem o pensamento, eu creio, unânime desta Comissão de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Antes de terminar, eu gostaria que os representantes, especialmente o ilustre Presidente da CESP, assim como o representante da Secretaria de Energia de São Paulo, levassem às autoridades do Estado esta mensagem nossa, da Comissão: há uma preocupação com relação à conveniência de se levar adiante o projeto de privatização de energia elétrica no Brasil, especialmente das hidrelétricas.

Agora, é claro, Srs. Senadores, que nós estamos, hoje, conscientes de que o Estado tem fracassado como empresário também nessa área. Assim como o Estado fracassou na experiência socialista de Estado de 70 anos na União Soviética, ele está fracassando aqui, no Brasil.

Hoje, por exemplo, nós sabemos, por informação do ilustre professor Ildo Sauer, que, para a instalação de um quilowatt, o preço está em torno de US\$1.500 para as usinas hidrelétricas.

Pois bem, eu posso trazer uma informação para esta Comissão: nós estamos construindo uma usina hidrelétrica, que não é de grande porte, mas cuja capacidade instalada é de 112 MVA. Esta usina foi contratada por nós, ainda que houvesse três sócios: nós temos 1/3; a Vale do Rio Doce, 1/3; e a Cemig, que é a nossa hidrelétrica estatal, 1/3. Mas o consórcio delegou à nossa empresa que fizesse as contratações. Pois bem, essa usina vai ficar em R\$100 milhões, o que significa menos que US\$0.50 por quilowatt instalado. Menos da metade, um terço das hidrelétricas.

Com relação ao termo elétrico a gás, nós queremos dizer também – e temos dito isto para o Diretor-Geral da ANEEL e para o ilustre Ministro das Minas e Energia – que nós precisamos adotar uma política de preço do gás natural compatível com a atividade energética, sem o que nós vamos continuar reinjetando o gás natural, como está acontecendo na produção, por exemplo, do Estado do Rio de Janeiro, ou queimando. Então, nesse caso, precisamos realmente trabalhar. Esta Comissão terá muito serviço pela frente. E nós queremos levar uma contribuição sempre sadia.

Nós resolvemos, aqui, hoje - para aqueles que não estavam presentes no início -, realizar uma reunião na terça-feira, para tratar justamente de racionamento e tarifa. Já estão arroladas as autoridades que serão convidadas a comparecer aqui.

Ficamos muito bem impressionados com a palestra técnica que foi apresentada inicialmente pelo ilustre professor da USP, Dr. Ildo Sauer, assim como também vimos a seriedade e a honorabilidade dos ilustres representantes do Governo de São Paulo: Presidente da CESP, Dr. Guilherme, e o representante do Secretário de Energia, Dr. Sílvio Aleixo, aos quais eu reitero o meu agradecimento, extensivo naturalmente ao Dr. Wilson de Almeida, que também nos brindou aqui como um técnico com conhecimento que nos trouxe informações valiosas.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h33min.)

Ata da 12^a Reunião (Extraordinária) realizada em 22 de maio de 2001 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e dois de maio de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Alberto Silva, José Fogaça, Nabor Junior, Romeu Tuma, Paulo Souto, Carlos Patrocínio, Bello Parga, Arlindo Porto, Ricardo Santos, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido, Heloisa Helena, José Eduardo Dutra, Paulo Hartung, Valmir Amaral, Wellington Roberto, Maguito Vilela, Jonas Pinheiro, Eduardo Siqueira Campos, Emilia Fernandes, Sebastião Rocha, Lauro Campos e José Coelho, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Mauro Miranda, Roberto Requião, Tasso Rosado, Teotônio Vilela, e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Audiência Pública, Assunto: Esclarecimentos sobre o processo de racionalização e racionamento do uso de energia elétrica no país, bem como a atual política tarifária e suas futuras modificações. Autoridades e Convidados. Sen. José Jorge - Ministro de Estado de Minas e Energia; Dr. Pedro Parente – Ministro de Estado da Casa Civil – Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia; Dr. José Mário Miranda Abdo – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Dr. César Antonio Gonçalves – Superintendente de Regulamentação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Dr. Mário Fernando Santos – Presidente do Operador Nacional do Sistema - ONS; Prof. Luis Pinguelli Rosa – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Prof. Maurício Tolmasquim – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Prof. Ildo Sauer – Professor da Universidade de São Paulo – USP. Fazem uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto abordado os Senhores Senadores: Paulo Hartung, Paulo Souto, Leomar Quintanilha, Heloisa Helena, Eduardo Siqueira Campos, Carlos Patrocínio, José Fogaça, Sebastião Rocha, Geraldo Cândido, Roberto Saturnino, Alberto Silva e Eduardo Suplicy. Resultado: Realizada. Extra-Pauta. Item 01 – Requerimento Nº 13, de 2001, Ementa: Requeremos nos termos regimentais que seja convocada Audiência Pública, a realizar-se em data a ser agendada para debater o processo de racionamento do uso de energia elétrica e a atual crise nacional de energia,

devido esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura convidar como palestrantes os senhores: Sen. José Jorge - Ministro de Estado de Minas e Energia; Dr. Pedro Parente - Ministro de Estado da Casa Civil - Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia; Dr. José Mário Miranda Abdo - Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Dr. Mário Fernando Santos - Presidente do Operador Nacional do Sistema - ONS; Prof. Luis Pinguelli Rosa - Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Prof. Maurício Tolmasquim - Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Prof. Ildo Sauer - Professor da Universidade de São Paulo - USP e, Dr. Bautista Vidal - Pesquisador. Autores: Senadora Heloísa Helena e Senador Paulo Hartung. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quatorze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. - Senador José Alencar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) - Srs. Senadores, Srs. Professores Luís Pinguelli Rosa, Maurício Tiomno Tolmasquim e Ildo Sauer, como todos sabem, convocamos esta audiência pública da qual deveriam participar o eminente Senador José Jorge, Ministro das Minas e Energia; o Ministro da Casa Civil, Pedro Parente, e o Diretor-Geral da Aneel, José Mário Abdo. Além desses três, também estariam presentes o Dr. José César Antônio Gonçalves, que está a caminho, e o Dr. Mário Fernando Santos, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Fomos surpreendidos por uma reunião que será realizada ao meio-dia, no Palácio do Planalto, da qual irão participar esses três convidados nossos: o Ministro das Minas e Energia, o Ministro da Casa Civil e o Diretor-Geral da Aneel. Tanto eu quanto o Vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha, também fomos convidados para participar dessa reunião.

Onosso objetivo é idêntico. Estamos promovendo esta audiência pública justamente para trazer esclarecimentos não só das autoridades como de especialistas, como os professores que aqui estão, para que o Senado possa dar uma contribuição, a fim de minimizar os problemas que advirão desse choque energético que estamos recebendo.

Combinamos que vamos realizar um trabalho aqui bastante objetivo, da seguinte forma: vamos ou-

vir os três professores numa apresentação a mais objetiva possível, rápida. Alguns outros Senadores que já assinaram estão chegan do tam bém para lhes fazer algumas perguntas.

Vamos aproveitar esse tempo que temos de uma hora e meia até o início da reunião, ao meio-dia, no Palácio do Planalto, da qual temos que participar, para nos informarmos ao máximo, aproveitando o conhecimento sobre o assunto das ilustres autoridades aqui presentes.

Portanto, embora todos os membros da Comissão ainda não estejam presentes na Casa, vamos iniciar os trabalhos, passando a palavra ao Professor Luís Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA - Agradeço-lhe o convite e lamento a ausência das autoridades do Governo, porque este debate é mais do que necessário.

Organizei um relatório que entreguei ao Sr. Presidente, que espero possa ser útil às discussões da Comissão.

Estive aqui em 1999, quando houve o apagão, o blecaute no Brasil, em grande parte do Sudeste. Na ocasião, estavam presentes o Ministro Tourinho, o Presidente do ONS, Mário Santos, e o então Presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio. Foi um debate muito importante.

Naquela ocasião, a minha posição foi mostrar que não caiu o raio, em Bauru, sobre uma subestação, e que o sistema estava precário. Um sistema elétrico muito precário, que um raio na linha - foi o que aconteceu - acabou derrubando o sistema.

Acho que agora a mesma questão se repete. Não concordo - isso não é uma opinião, é uma questão técnica - com a afirmação de que são as chuvas a causa do problema. É a primeira posição que quero deixar clara.

Essa figura é de um trabalho do meu colega Roberto Araújo, do Ilumina, que foi apresentado em um seminário em Washington, onde o Tolmasquim, o Roberto Araújo e eu estávamos - ele apresentou essa figura.

Aqui, vemos que há uma enorme variação do índice - esta aqui é a vazão do Rio Grande. Isso é um exemplo. Ele não é o único rio, existem outros, e o índice pluviométrico tem que ser regionalizado na área dos reservatórios. Há muitos reservatórios aqui. Ele é um ótimo exemplo.

Vemos que há perigo dos secos frequentes e desde 1960 não há falta de energia elétrica no Brasil, apesar de usarmos eletricidade. Não houve falta de

energia aqui, onde o nível do reservatório esteve baixíssimo, na ordem de 60%. Por que não houve? A explicação para isso é que os reservatórios são construídos exatamente para prever isso. A lógica é a seguinte: se mais de 90% da geração elétrica no Brasil é de hidrelétrica e sempre ocorreram períodos secos, como aquele gráfico mostra, e nem por isso houve falta de energia elétrica, a explicação é que o sistema foi planejado prevendo o período de falta de chuva. O sistema foi feito para isso e funcionou quarenta anos assim.

Há uma figura, agora, interessante, do meu amigo Ildo Sauer, aqui presente, que foi apresentada por ele em um seminário de que participou há algum tempo – é de um estudo dele, portanto –, que mostra o que aconteceu com os reservatórios. Estamos vendo que de 1990 para cá esses reservatórios que antes, quando cheios, chegavam a 98%, 96% ou 93%, foram declinando e passaram a chegar a 70% e a 59%. Pior é o nível mínimo, que era de até 67%, 81% e 64%, e que passou a ser de 49%, 51%, 44% e 19%, ao fim de 1999. Ou seja, os reservatórios vieram-se esvaziando e nós não podemos entender, portanto, que houvesse nenhuma surpresa nesse fato.

Prestem atenção num outro gráfico, que esclarece também a mesma coisa. Este gráfico mostra o nível de energia armazenada no Sul e no Sudeste ao longo dos meses dos anos de 1999 e de 2000. Se repararmos, vemos que 2000 foi pior do que 1999 e se recuperou ao final do ano. Portanto, aqui as chuvas foram boas. Se houve essa recuperação e, obviamente, não houve nenhum racionamento no período de 2000, houve chuvas que ajudaram em 2000. Não foram mais as chuvas, senão não poderia ter enchido. Então, não há, absolutamente, cabimento! A assessoria do Presidente da República está completamente equivocada em atribuir às chuvas. Isso é um absurdo lógico e um erro científico. Não se pode atribuir às chuvas.

Por que, então, houve o problema? Porque os investimentos caíram. Esta curva é de um seminário que fizemos na Coppe, onde o colega Ivon Punhalone, do Paraná, mostra a série de investimentos no setor elétrico nesse período de 1980 a 1999. Vemos aqui que o patamar cai violentamente. Cai. Os investimentos no setor elétrico caíram. Então, entendemos o problema.

Aqui está a série histórica em números, em vez de gráficos, da evolução do consumo e da capacidade instalada. Esse valor é mais significativo. Poder-se-ia dizer que os investimentos caíram mas, por alguma razão, tinham sido excessivos e haveria mui-

ta capacidade instalada, mas essa série mostra que não é verdade isso, pois a relação entre o consumo de energia elétrica em megawatt/hora em 2000 dividido por 115 milhões, aproximadamente, dará um valor completamente diferente do que dará se for dividido esse número por aquele, que é a capacidade instalada, ou seja, o consumo cresce mais rapidamente que a capacidade instalada. Tivemos, portanto, um crescimento do consumo mais rápido que a capacidade instalada. Não houve investimento e também não aumentou a capacidade instalada.

Essa curva mostra a mesma coisa. Só que, partindo de um índice 100, no ano de 1980, notamos que o consumo cresce muito mais do que a capacidade instalada e vai divergindo, ou seja, vai se distanciando um do outro.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Cresceu sem crescimento da economia, aquele crescimento de que precisa o País.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – V. Ex^a tem toda razão, Senador. A tradição do Brasil é que mesmo com a economia mais ou menos num crescimento pequeno, modesto, há crescimento de energia elétrica numa base de 5% ao ano. Há crescimento demográfico do País, há um crescimento da urbanização, e usamos uma indústria bastante intensiva em energia, em grande parte. Então, vemos que houve esse consumo.

Vamos adiante. Vamos pensar nesses dados. Essa transparência procura fazer uma análise disso. Não entendemos se é razoável afirmar que não se sabia disso. Pessoalmente, nós aqui presentes, mais alguns colegas de várias instituições, aqui está citado o Ilumina, a USP, está aqui o próprio Ildo Sauer, o Clube de Engenharia, o Crea, do Rio, e a Coppe, da qual participa Mauricio Tolmasquim.

Estivemos várias vezes, em 1995, com o Vice-Presidente Marco Maciel. Levamos a preocupação do modelo de privatização. Dissemos: se é intenção do Governo a privatização do setor elétrico, é preciso encaminhar o investimento privado para expandir a geração para novas usinas e não para venda dos ativos. Ou seja, o que precisamos é mais geração, mais transmissão e não transferir propriedade que não expande o sistema.

Em 1999, já citei aqui, falamos no Senado Federal. Em outubro de 2000, dirigimo-nos ao Presidente da República, enviando dois relatórios, do qual todos participamos, mostrando os problemas, um dos quais tratava da crise e o outro de propostas para enfrentar a crise.

Finalmente, estivemos com o Secretário de Energia, no Ministério, por duas vezes, no fim de 2000 e no início de 2001, e com o Ministro José Jorge. Imediatamente após sua posse, tivemos uma audiência e o entregamos esse relatório.

Vem a discussão do que fazer. A nossa posição é que o problema que ocorreu está ligado à privatização da maneira que foi feita. Temos algumas razões para isso. Acreditamos que as empresas estatais foram enquadradas em uma política de privatização e não foram autorizadas a investir. Quem afirmou claramente isso foi o ex-Presidente da Eletrobrás Firmino Sampaio no seu discurso de posse, perdão, no discurso de saída. Ele diz claramente que não foi autorizado a investir e dispunha de alguns bilhões de dólares para isso.

As distribuidoras privadas geram muito abaixo do limite. Há uma conversa que está ausente: a responsabilidade da distribuidora de energia elétrica. Elas têm autorização até um certo limite para gerar. Elas não estão nesse limite. Há um caso da Cemig e da Copel que ultrapassam esse limite, em particular da Cemig - gera 50%. Portanto, elas poderiam investir em geração.

Segundo, apesar de os contratos de concessão não terem obrigado a isso, elas poderiam ter articulado a criação de geradores independentes para produzir energia elétrica no princípio da desverticalização. Quando compramos um móvel e pagamos por ele não vale o argumento de o vendedor dizer que não tem madeira. Logo, o senhor pagou um móvel e não vai tê-lo, porque ele não encontrou madeira. Isso é uma incompetência comercial. Admite-se que quem venda tenha o produto.

A distribuidora de energia elétrica assumiu uma obrigação contratual. O contrato de concessão, na Califórnia, foi respeitado, e por isso houve uma crise financeira nessas empresas. No Brasil, para os senhores terem um idéia, a tarifa residencial do Rio de Janeiro chega a US\$100. por Megawatts/hora. Furnas vende energia elétrica para essa concessionária a US\$20. por Megawatts/hora. É claro que estou fazendo os extremos. A energia de Itaipu é um pouco mais cara e o industrial paga 55% do valor do residencial. Então, tenho que fazer um mix, mas a margem é muito grande.

Então, penso que as empresas de energia elétrica falharam com o contrato de concessão. Não podemos colocá-las sozinhas num pelourinho, mas estou chamando atenção para o fato de que elas têm ganho muito dinheiro, elas assumiram a obrigação de nos dar energia e o contrato foi esquecido, deixando

os consumidores apenas como o encargo. O consumidor, quando paga US\$100 por MW/h, não está comprando energia presente, porque a energia presente está sendo gerada por usinas em que a energia custa até US\$5 por MW/h, como é o caso de algumas usinas de Furnas. Ele está pagando isso para o futuro, para ter energia garantida. Nós, cidadãos, famílias, comércio, indústria, compramos uma energia garantida não "interruptível". Ela não pode ser interrompida, está no contrato.

A alegação de motivo de força maior tem de ser justificada. Falta de investimento não é motivo de força maior, não pode justificar a interrupção. Se compramos um produto e pagamos caro por ele, temos de recebê-lo. É óbvio que há uma crise e não vamos admitir que seja fácil sair dela, mas estamos, primeiro, mostrando as responsabilidades por ela.

No caso dessas empresas estatais, elas não estão sem capacidade de investir; elas estiveram, mas, com a lei de desqualificação tarifária de 1993, chamada Lei Eliseu Resende, ainda no Governo anterior, no mandato do ex-Presidente Itamar Franco, elas cancelaram suas dívidas intra-setoriais e ficaram em ótima situação financeira.

Ainda o próprio ex-Presidente da Eletrobrás alegou que poderia ter investido uma quantidade significativa. Mais ainda: o Presidente atual de Furnas, Luiz Carlos Santos, fez uma declaração de que Furnas podia ser a Petrobras elétrica, investindo substancialmente, no que foi advertido publicamente pelo Ministério da Fazenda, dizendo que não podia investir.

O nível de endividamento dessas empresas é muito pequeno, na ordem de 10% a 15%, e elas poderiam chegar até a 50% de endividamento, como é típico nas empresas desse tipo, para alavancar investimento.

Acredito que houve uma falha. O modelo de privatização prometeu a nós, todos os brasileiros, tarifas módicas, investimentos privados para expansão, em particular de fora do Brasil, e me lhor qualida de no serviço. Estamos pagando tarifas altíssimas.

Eu queria mostrar uma tabela que compara tarifas do Brasil com as de outros países. Está aqui a tabela. Os senhores podem ver, nesta tabela, que as tarifas que estamos pagando são caras. Nos Estados Unidos, há várias cidades com tarifas na faixa de US\$60 até um pouco mais de US\$70 por MW/h. Vejam Oslo, Toronto, Paris. A EDF(*), o monopólio estatal francês, cobra, no Rio de Janeiro, 100 e, em Paris, 75 e o custo aqui é mais barato que na França, por causa das hidrelétricas. Lá, eles geram energia nuclear, que é mais cara. Vejam Miami, Rio de Janeiro. Abai-

xo, estão Nova Iorque e São Francisco, as duas cidades mais ricas do país mais rico do mundo, onde os salários são muito maiores.

Isso tudo não é para dizer que é muito fácil resolver a crise. Não. A partir de constatado o problema, temos de distribuir as responsabilidades. O modelo de privatização falhou, não funcionou. As empresas elétricas privatizadas ganharam muito dinheiro, têm tarifas muito altas. Penso que o nosso problema agora é dividir a conta, como será resolvido o problema.

Em primeiro lugar, é bom que o Governo tenha, finalmente, assumido uma posição clara sobre isso. Houve tempo. Já tínhamos advertido, no ano passado. A nossa posição é que, já no ano passado, deveria ter-se preparado esse corte ou aquilo que for feito. Não foi preparado. Primeiro, falou-se em racionalização, depois, corte e, posteriormente, multa. O Presidente foi público, dizendo que seria preferível o estímulo para quem economizasse, e, depois, voltou-se ao sistema de multas e cortes.

O consumidor que utiliza 100 kw/h por mês consome muito pouco. Entre 100 e 200 kw/h por mês é um consumo muito pequeno. Uma geladeira alcança 90 kw/h por mês. Se juntarmos algumas lâmpadas e chuveiro elétrico, é muito difícil ter onde cortar, exceto na iluminação.

Muito bem, o sacrifício terá que ser feito. Acreditamos que, então, essas medidas, de alguma forma, têm mesmo de ser tomadas e torcemos para que elas dêem certo.

Agora, vejam alguns problemas. Cortar a energia de uma família por 3 dias é um absurdo completo. Isso é uma punição e cria dificuldades imensas para uma família. Não vejo paralelo em parte alguma. O Brasil já viveu racionamento, como alguns dos senhores de vem lembrar-se, na década de 60. Cortava-se a luz por algumas horas. Cada dia de atraso, desde março até agora, implicou uma diminuição do nível dos reservatórios. A água diminuiu. Se a água chegar a um nível muito baixo, abaixo de 10%, algumas usinas terão que parar, perdendo toda a sua potência.

Estamos em um jogo arriscado. Acho que é preciso, de um lado, discutir como está o problema. Nós fizemos um quadro de sugestões significativas ao Governo, que não foram tomadas. Acho que ainda estão em tempo de discuti-las.

Por exemplo, conservação de energia, a troca de lâmpadas. As empresas elétricas poderiam promover a distribuição de lâmpadas, descontando, depois, paulatinamente, se for o caso. A população pobre não pode comprar as lâmpadas eficientes, porque

são caríssimas. Estão numa faixa de R\$20,00; uma lâmpada comum custa R\$1,00. Então, a conservação de energia poderia ter um impacto muito grande.

O outro é a geração distribuída. Ou seja, as empresas podem gerar mais energia nos hotéis, nos hospitais grandes, nos supermercados, nos shopping centers. A co-geração é a melhor forma, mas há projetos de pura e simples geração, usando o gás natural, que podem ser instalados em até quatro meses.

Achamos que há uma série de medidas que poderíamos suplementar o corte ou o racionamento, o que for. Não cabe ao Governo passar do papel de culpa do para o de juiz; e o consumidor, que é a vítima, assumir o papel de réu. Trata-se de um pacto social para se enfrentar uma crise. Esta é como ter remédio, uma situação em que a sociedade se une, mas a conta não pode ser paga pelo consumidor residencial especificamente, em particular aqueles que não têm um consumo tão alto, como os da faixa de 100 a 200 kw/h por mês.

Acho uma boa idéia a possibilidade de a indústria trocar entre si, vendendo uma à outra. A economia pode ser disponibilizada e vendida à outra que não possa dispor dela.

Nós já fizemos uma análise desses problemas e acreditamos que, à parte dessas soluções do Governo, faltam medidas, e acho que o corte de energia de uma família é de uma brutalidade absurda. A pessoa comprou a energia paga por ela, que é garantida; a concessionária é eco-responsável, entrou no leilão, sabia as regras do jogo, sabia da verticalização, comprometeu-se a vender a energia e, portanto, também tem de entrar na solução do problema.

Acho que o Governo deve ter uma linguagem um pouco mais branda com a população, embora rígida, no sentido de mostrar o quadro grave, mas não autoritária e impositiva, porque a culpa é do Governo.

Finalmente, fecho dizendo que discordo frontalmente de localizar a responsabilização pela crise nos órgãos técnicos, embora tenham parte de responsabilidade, mas menor, quais sejam: a Eletrobrás, o ONS, a Aneel. Não é verdade. Isso foi fruto de uma política econômica equivocada. A culpa dessa situação é simbolizada pela manutenção dessa política - e isso não é uma personalização, mas apenas um símbolo - do Ministro Pedro Malan. S. Ex^a representa no Brasil o que o Ministro Domingo Cavallo representa na Argentina: uma política econômica.

Essa política econômica, para o setor elétrico, foi desastrosa - não me refiro a toda a política econômica, o que não me compete discutir.

Há uma frase do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, segundo a qual energia elétrica é como chuchu. Não é uma piada, mas uma alegoria e temos que entendê-la. A idéia é a de que compramos chuchu na feira e, quando o preço sobe, não o compramos. Nós o substituímos por abóbora ou beterraba, o preço do chuchu acaba caindo e voltamos a comprá-lo.

Com a energia elétrica isso não ocorre. A energia elétrica, em boa parte, é um serviço público que tem que ser garantido e universalizado para a população como a água potável ou o saneamento básico. Em parte, ela está no mercado, porque também é usada na produção econômica. Ela tem esses dois papéis.

Sobre a parte que está no mercado existem pelo menos três teorias que tratam a energia elétrica de modo específico: a teoria do monopólio natural; a teoria do mercado contestável e uma terceira, que será discutida na Câmara por um norte-americano que convidamos – ele trabalhou com o Ildo Sauer; estivemos com ele em Washington há um mês discutindo o Brasil e a Califórnia. Essa teoria mostra que não é possível abandonar a cooperação no setor elétrico.

O relatório da Coopers y Lybrand, que modelou a privatização do setor elétrico, da maneira como foi apresentado ao governo brasileiro, implicaria, se fosse aplicado, uma perda de 24% da capacidade instalada no Brasil. Não foi aplicado porque o governo viu que era impossível ao se aconselhar com os engenheiros do setor elétrico, do próprio setor estatal do governo. Mostrou-se que é impossível, no caso hidrelétrico, abandonar a coordenação. O grau de privatização que possa ser mantido ou não deve ser rediscutido.

O que acontece no Brasil, hoje, não foi causado pelas chuvas, mas pela falta de investimentos e a falta de investimentos foi consequência do modelo de privatização sim. As empresas não investiram na expansão – não foram obrigadas a isso pela maneira como foram privatizadas – e as companhias distribuidoras não cuidaram de garantir a geração de que precisavam para atenderem o contrato de concessão. É essa a situação atual.

Devemos, agora, pensar nas medidas. Não cremos que seja o caso de criticá-las, mas não podemos deixar o consumidor residencial, principalmente o médio e modesto, pagar o preço de uma culpa que eles não têm. É intolerável um corte de energia de três dias em uma residência. Os alimentos apodrecem, as pessoas podem ter até dificuldades de se manter em casa por esse período. O corte, por horas,

seria mais tolerável para uma família. Creio, portanto, que as medidas devem ser discutidas cuidadosamente.

Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Um momento. Agora mesmo darei a palavra a V. Ex^a.

Eu havia combinado com os expositores que cada um teria quinze minutos, obedecendo a um critério objetivo. Em seguida, faríamos um debate para um aproveitamento maior, tendo em vista a obrigação que temos de estar no Palácio do Planalto nessa reunião de meio-dia. Precisamos estar presentes. Quero aproveitar o máximo desta reunião para levar, também, o que esta Comissão pensa do quadro.

V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO HARTUNG – Gostaria de saber se V. Ex^a conseguiria disponibilizar as transparências que o Professor Pinguelli acabou de apresentar – muito rapidamente por causa da escassez do tempo – para os componentes da Comissão.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Foi muito oportuna a intervenção de V. Ex^a. Gostaríamos até de pedir ao Professor Pinguelli que deixasse também a tabela de custo por megawatt/hora – não só no consumo residencial como no consumo industrial –, especialmente no caso dos eletrointensivos, que, no Brasil, pagam muito pouco.

Concedo a palavra ao Professor Maurício Tolmasquim. S. Ex^a dispõe de quinze minutos para fazer a sua exposição.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Muito obrigado.

Excelentíssimo Senador José Alencar, demais Senadores presentes, gostaria de começar dizendo que, se por um lado, considero que seja infrutífero ficar procurando culpados para a crise atual, por outro, também considero fundamental termos claro quais são as causas da crise que estamos vivendo. Primeiro, por respeito à população, que merece conhecer as verdadeiras causas da privação a que vai ser submetida; segundo, pelo risco de continuar o setor elétrico à deriva, como está atualmente, caso não haja uma correção de rumos e não seja identificada corretamente a origem da crise que estamos vivendo.

O que vou falar aqui reforça exatamente o que o Pinguelli acabou de apresentar. Ao contrário do que o Governo quer dar a entender, essa crise não é uma fatalidade, não é fruto de um capricho da natureza, como o é um terremoto, um maremoto ou um furacão.

É importante que todos saibamos que os reservatórios brasileiros são projetados, são concebidos para enfrentar momentos de seca como os que estamos vivendo hoje. Em função da aleatoriedade das chuvas, os nossos reservatórios de acumulação de água são concebidos para atender a vários ângulos, são projetados para conceber a vários ângulos. Portanto, é fundamental operá-los de forma muito cuidadosa, utilizando o que o setor elétrico chama de operação de longo prazo.

Em que se consiste isso? O ritmo de uso das águas do reservatório em um dado ano vai ter consequências no ano seguinte. Ou seja, para se evitar a escassez de energia no ano seco, guarda-se água no reservatório no período chuvoso. Assim, quando há o período chuvoso, temos uma falsa impressão, todo o mundo pensa que existe uma capacidade ociosa do reservatório, porque o mesmo está cheio.

Na realidade, não há sobra de energia, porque os recursos energéticos, a água que está represada no reservatório vai ser transformada em energia no futuro, no ano seco. Entre 1990 e 2000, o que aconteceu? O consumo de energia cresceu 49%, e a capacidade instalada cresceu 35%. É importante ficar claro que se tivéssemos, no Brasil, um sistema termoelétrico, dado esse descompasso entre o crescimento do consumo e o crescimento da capacidade instalada, estaríamos racionando energia há muito tempo. Se não racionamos energia antes, é justamente porque estávamos usando aquela reserva do reservatório.

Esta situação que estamos vivendo, portanto, era completamente previsível no ano passado. De tal maneira que, ao final do ano passado, mais precisamente em agosto, foi elaborado um documento pelo Pinguelli, pelo Roberto Araújo, pelo Sebastião Soares e por mim, que foi encaminhado ao Governo, cujo teor de um trecho vou ler aqui. É exatamente isto:

“O acréscimo de capacidade de geração, nos últimos três anos, não ultrapassou a média de 2.000 megawatts anuais. Fosse o Brasil atendido por usinas termoelétricas, observado esse déficit de novas usinas, já estaríamos sob racionamento.” Dizíamos ano passado. “Se não estamos, é porque estamos consumindo, hoje,” – isso em agosto de 2000 – “a energia guardada nos reservatórios para ser consumida em 2001.” Dizíamos, então, “essa maleabilidade, só um sistema hídrico como o brasileiro proporciona. Essa vantagem, entretanto, pode ser utilizada, para esconder da sociedade a real situação de deterioração das reservas e da confiabilidade do sistema.

Dizíamos em um documento de agosto: “O atual Governo está se utilizando dessa situação para ca-

muflar o desabastecimento que se torna cada dia mais provável. Essa política de utilização desses recursos é predatória e atende às necessidades do presente, comprometendo o futuro”.

Isso nós dissemos, escrevemos e enviamos em agosto de 2000. O futuro chegou e nós dilapidamos as águas dos reservatórios que deveriam estar sendo utilizadas hoje.

Essa depressão dos reservatórios ocorreu em um período relativamente curto de tempo. Para informação de V. Ex^{as}, ao final de 1997, os reservatórios brasileiros, ao final do período seco, estavam com 66% do nível; ao final do ano passado, os reservatórios ao final do período seco estavam com apenas 28%. E o Governo comemorou, fez festa. Por quê? Porque, no ano anterior, ele havia chegado à marca dramática de apenas 18%. Ou seja, ao final de 1999, estavam com 18%.

O Governo vive dizendo que bastaria que chovesse 85% da média histórica dos últimos 70 anos para não ter problema, pois fomos pegos pela falta de chuva, que estamos sofrendo o problema de uma seca muito grave. Ora, é importante dizer que, se pegarmos a média histórica dos últimos 70 anos, tivemos 23 anos com chuvas abaixo de 85% da média, ou seja, por 23 anos estivemos abaixo da média e nem por isso houve seca durante o período. Por quê? Porque sempre respeitamos a regra de gestão plurianual de nossas reservas. O abandono da gestão plurianual – que ro deixar claro – tem como consequência inevitável o descompasso entre o crescimento do consumo e o crescimento da capacidade instalada.

Assim, para evitar qualquer mal-entendido, quero dizer que a culpa da situação não pode ser atribuída a uma má operação do sistema, ou seja, ao operador do sistema. A culpa é da falta de investimento na expansão. A depressão dos recursos é uma consequência dessa falta de investimento.

Segunda característica do nosso sistema hidroelétrico. Além da lógica de operação de longo prazo, o sistema elétrico brasileiro tem uma outra característica que é a gestão integrada das usinas. O Brasil é um País abençoado, como todos sabemos, pois tem uma dimensão continental, ou seja, algumas bacias hidrográficas estão sob um regime pluviométrico e outras sob outros regimes pluviométricos; quando chove em uma região do Brasil, na outra, há seca. Isso permite uma gestão integrada da energia, por meio de um sistema de cooperação entre as diferentes regiões do Brasil. Existe uma cooperação entre elas. Essa estratégia permite que se transfira energia de uma região para outra, ou seja, quanto mais co-

nectado o parque hidroelétrico brasileiro, mais teremos energia. Vou dar um exemplo, vamos pegar a construção da Norte/Sul. Só a construção daquela linha acrescentou o equivalente a 600 MW/h. É como se tivéssemos colocado mais uma usina de Angra só para construir aquela linha.

Aliás, como foi dito, quase perdemos essa gestão interligada brasileira no início da reforma de setor, porque quando foi feita a reforma do setor elétrico, o Brasil contratou consultores ingleses, Coopers y Lybrand, que pegaram o mesmo manual da Inglaterra em inglês – creio que tem uma versão – e traduziram para o português e aplicaram para o Brasil. Esqueceram-se de que, na Inglaterra, são termelétricas e que nós somos um País hídrico em que existia essa cooperação.

Os técnicos brasileiros não puderam ser chamados a opinar no primeiro momento, porque, por definição, eles eram corporativos, então não poderiam ser chamados. Assim, atribuiu-se a Coopers y Lybrand.

Em algum momento, o relatório chegou aos técnicos brasileiros, que falaram que o Brasil era um País hídrico, não era a Inglaterra. Se os senhores fizerem isso, vamos perder essa característica brasileira de cooperação do sistema. O Brasil perderá uma Itaipu de capacidade de geração. Ora, dados esses valores, até o Governo, até os consultores ingleses tiveram que voltar atrás e aceitar que o Brasil deveria continuar com o sistema cooperativo.

Felizmente, a gestão integrada foi mantida; quem fazia era a GCUI, foi substituída pelo ONS, mas a gestão foi mantida.

No entanto, não basta manter a gestão. Para que o sistema interligado possa funcionar, é fundamental que se expanda a transmissão, construam-se novas linhas de transmissão à medida que se constroem novas plantas. Se não fizermos isso, um operador nacional de sistema não tem como fazer esse sistema cooperativo funcionar. E faltaram esses investimentos.

Em 1995, o Governo determinou que todas as linhas de transmissão, a partir daquela época, teriam que ser licitadas. Muito bem. Está ótimo. Não tem nenhum problema. Contudo, esse dado gostaria de verificar, falei com várias pessoas que me confirmaram, mas custo a acreditar, vou colocar aqui sob condicional, mas pelo que parece a primeira licitação só foi ocorrer ao final de 1999, ou seja, entre 1995 e 1999, foi feito o linhão Norte-Sul e o terceiro linhão de Itaipu para cá, mas não foi feita nenhuma licitação, só ao fi-

nal de 1999 é que se começou o terceiro linhão de Itaipu. Fora isso não foi feito.

Ora, o que acontece? Para os senhores terem uma idéia, só no segundo semestre que foi licitada a linha Ibiúna-Batéias, que liga Curitiba a São Paulo.

No Sul, estamos vertendo água porque não temos essa linha hoje. Em 2000, jogou-se fora, verteu-se 4% da energia do consumidor Brasil, o equivalente ao Estado do Paraná, por que essa linha que poderia estar construída, se tivesse deixado Furnas construir, não foi construída. Quem ganhou essa licitação agora? Foi Furnas, mas só agora. Em 1995, tiraram-na, e ela ganhou em 2000 para fazer algo que ela poderia ter feito em 1995.

Chegamos ao absurdo de ter contratos com a Argentina 1.000 MW que ia para o Sul, mas não podia ser trazido para cá, por que o Sul estava jogando água fora e não tinha linha de transmissão para trazer. Pagávamos a energia, mas não tínhamos como trazer.

Tem que ficar claro como respeito para a sociedade de que a crise que vivemos hoje é de falta de investimento de geração e transmissão, não é um problema de falta de chuva. Mas como chegamos à situação que estamos vivendo? Por que os investimentos não foram realizados? Será que o Estado não tinha condições de investir? É fundamental deixar claro, mais uma vez, que as estatais tinham condições de investir e não o fizeram porque a área econômica não permitiu por uma questão contábil. Os investimentos das empresas estatais são contabilizados como despesa do Governo. É uma questão metodológica. Assim, mesmo que uma estatal tenha um investimento rentável, que como qualquer outra empresa depois que estiver funcionando pagará o investimento, esse não é autorizado porque é considerado uma despesa do Governo. Estima-se que as estatais federais deixaram de investir R\$ 17 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Quer dizer que o problema é de plano de contas e não de contas.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Todos os países que assinam contrato com o FMI têm de adotar uma mesma metodologia de contas. Há uma regra que todos devem seguir, que estabelece que todos os dispêndios dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e das empresas controladas por ele são despesas e, portanto, são cortadas igualmente. Então, não se analisa mais se o investimento é rentável pois o mesmo é considerado uma despesa.

Furnas é um exemplo excelente, de arrear os cabelos. Furnas é uma empresa rentável. Entre 1997

e 1999, teve um lucro médio anual de R\$400 milhões. Em 2000, lucrou R\$540 milhões. Nos últimos seis anos, distribuiu R\$2 bilhões de dividendos em impostos que pagou sobre os dividendos que poderia ter distribuído ou investido no setor. Contudo, o mais estarrecedor não é isso: o extraordinário é que, devido às restrições impostas a Furnas, seu nível de endividamento, a relação dívida – patrimônio líquido é de apenas 10%. Se observarmos qualquer empresa americana, utility, tem endividamento de 60%. Look a, Furnas utilizou nos investimentos 80% de capital próprio, oriundo de geração de caixa. Todas empresas utilizam 70% de capital de terceiros. Com sua geração de caixa, poderia ter alavancado um volume extraordinário de investimentos. Qual o segredo de Furnas? V. Ex^{as} me perguntarão por que consegue ser lucrativa se as tarifas de geração e transmissão estão achatadas? Conta rei qual é o segredo para vocês: ela tem as usinas Marimbondo, Furnas, Luiz Carlos Barreto, Mascarenhas de Moraes. Sabem quanto é o custo de geração dela? Esse custo fica entre R\$4,00 e R\$6,00 o megawatt/hora, enquanto em uma usina termelétrica fica em R\$70,00. Isso ocorre porque se trata de usinas construídas há muito tempo, a água está vertendo e o custo é quase zero.

Então, atribuir a falta de investimento ao problema do Estado é brincar com a nossa inteligência, é zombar da nossa inteligência. Furnas tem preparado um plano de expansão de R\$15 bilhões para os próximos seis anos, que foi submetido ao Governo. Seriam R\$6 bilhões com recursos de caixa e R\$10 bilhões alavancados do capital privado. Essa poderia ter sido uma estratégia utilizada há muito tempo para expandir o setor, mas não se permitiu que fosse implementada. A Petrobras vem fazendo isso há muito tempo. Trata-se da parceria do Estado com a iniciativa privada. Inclusive, com maioria de capital privado. É uma maneira de atrair capital privado para o setor. Aliás, várias usinas foram construídas assim: Serra da Mesa, Itá, Machadinho. A Cemig faz isso muito bem.

O mais assustador é que o Estado, por um lado, não deixou as estatais investirem, por outro, não criou as condições para o capital privado investir e não viu que ele não estava investindo.

Desde 1995, o setor de geração está aberto à iniciativa privada. Qualquer investidor, na condição de produtor independente, poderia construir novas usinas; qualquer um poderia construir. O Governo tinha justamente essa expectativa de que o capital privado usaria o gás da Bolívia para investir. Mas o que aconteceu? Primeiro, o capital privado tinha a expectativa de comprar usinas já prontas. Ora, se eu sou

um investidor, porque vou correr riscos e ter que conseguir licença ambiental, se o Governo está anunciando que vai vender usinas prontas? Eu prefiro comprar. Em segundo lugar estão as incertezas no marco regulatório. Sabe qual foi a “pá de cal” nisso tudo? Foi a desvalorização cambial. O que aconteceu em 1999? O gás natural é importado da Bolívia. Setenta por cento dos equipamentos das termelétricas são importados. Ora, se eu sou investidor, quero lucro e já não estou muito entusiasmado, na hora em que desvalorizam, como os meus custos são em dólar, não invisto. E o fato extraordinário é que o Governo levou um tempo enorme para notar que o Estado tinha saído, que o capital privado não estava investindo, que estamos vivendo um vácuo.

Em determinado momento, o Governo, apesar de desmentir que não tinha problema nenhum, acabou fazendo algo que era uma admistração implícita. Ele lançou um plano prioritário de térmicas, um pacote de 49 termelétricas, que dá um pacote de benefícios, para os executores fazerem as usinas. Ele fez, por exemplo, um mix no preço do gás natural, importado e nacional, para poder reduzir o risco; o BNDES ia financiar a compra dos equipamentos, a Eletrobras ia comprar toda a energia durante vinte anos, mas, mesmo assim, o capital privado falou: “Não; não é suficiente. Não vou entrar”. E o Governo está contra a parede, porque nós estamos contra a parede, o País está contra a parede. Nós precisamos das térmicas.

A solução vai ser colocar a Petrobras para assumir esse risco cambial, financiando esse gás. Aliás, é importante dizer que, graças à Petrobras, esse plano prioritário de térmicas não vai ser um fracasso maior: primeiro, por que ela está bancando esse risco cambial; segundo, porque está construindo as térmicas. Das 49 térmicas previstas, 33 estão em construção, sendo que 29 são com a participação da Petrobras. Eu acho bastante irônico que, em nome de um modelo competitivo – foi em nome disso que entramos nessa bagunça toda –, o Governo esteja fazendo justamente o oposto: utilizando uma empresa estatal para construir as termelétricas e pretendendo utilizar uma série de benefícios do BNDES, da Eletrobras e da própria Petrobras, para viabilizar os investimentos privados – o que não tem nada de mercado, não tem nada do que foi proposto.

Hoje, a viabilização da termelétrica é fundamental. Não temos escolha. Agora, tem que ficar claro que as termelétricas sairão muito mais caras para a sociedade e para o País, não apenas pelo custo megawatt/hora, que é caro – muito mais caro, por exemplo, do que algumas opções hídricas que ainda existem.

Elas vão sair caras por todo esse subsídio, por todos esses recursos, que o Estado será obrigado a transferir para o setor privado. E temos que engolir, já falei isso várias vezes; temos que engolir, porque é mais barato do que ficarmos sem energia elétrica. Então, vamos engolir, não temos o que fazer.

Gostaria de finalizar, dizendo que é chegada a hora. Acusam a Oposição e os técnicos de serem ideológicos. Acho que é chegada a hora de o Governo ser menos ideológico na condução do setor energético no Brasil. O setor energético não pode ficar à deriva como está. Nós precisamos de uma política. É fundamental que o Estado assumas as rédeas, o que não quer dizer que o capital privado não possa participar. Ele pode e deve participar. Agora, precisamos de um rumo, não podemos continuar da maneira que estamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece ao Professor Maurício Tulmasquin e passo a palavra ao Professor Ildo Sauer, por quinze minutos. Em seguida, vamos procurar aproveitar o tempo com a presença deles, aqui, para que possamos chegar a essa reunião melhor informados. Já vimos com que judiciosidade de defendeu a tese da imprevidência, da falta de investimentos, dos problemas ligados às linhas de transmissão que não foram feitas. Tivemos, também, a informação de que é praticamente um problema de plano de contas. Os lançamentos feitos são debitados “a despesa” em vez de serem debitados a uma conta de investimento, como deveria ser. Por quê? Por recomendação de uma orientação de Governo que não pensano Brasil.

O SR. ILDO SAUER – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é satisfação retornar a essa Comissão para debater, lamentavelmente, uma situação muito grave para o País. Pedi para que passassem às mãos de V. Ex^{as} uma cópia do capítulo de um livro que escrevi, recentemente, que está em publicação pela Editora Paz e Terra, que, de uma certa forma, faz um balanço da reestruturação do caminho a que chegamos para atingir uma crise de tal gravidade e, também, procurei apontar caminhos alternativos que pudessem ajudar na saída, agora, num curto prazo, e apontar alternativas melhores para o futuro.

De maneira que muito do que vou falar está documentado aqui. Por isso, antecipei-me à Editora para colocar à disposição de V. Ex^{as} esse documento.

Começo minha exposição e V. Ex^{as} notarão que, de uma certa forma, o Professor Luís Pinguelli, o Professor Maurício Tulmasquin e eu temos certa convergência de posições, porque já, há algum tempo,

estamos em uma cruzada de trazer o que se faz na Universidade ao conhecimento da sociedade e, se nostivesssem levado um pouco mais a sério, provavelmente essa crise não existiria. Fico um pouco indigna do quando leio essa propaganda que está hoje nos jornais, este é um deles “Energia no Brasil”, e quando se lê um parágrafo deste tipo: “Infelizmente, neste ano, a ausência de chuvas foi uma das maiores das últimas décadas, prejudicando a oferta de energia”.

Então, o que o Professor Pinguelli evidenciou, o Maurício já referiu e eu pretendo reforçar, na primeira etapa da minha intervenção, é exatamente demonstrar o que aconteceu, para que se restabeleça, de uma vez por todas, a verdade, porque conhecer a verdade, neste caso, significa buscar responsabilizar aqueles que têm culpa e não responsabilizar os que são inocentes.

De outro lado, para não dizer que não houve alertas a tempo, o último deles foi feito na Casa ao lado. No ano passado, dia 14 de junho, a Comissão de Minas e Energia e a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor promoveu um debate, cujo título era sintomático: “O colapso energético no Brasil e alternativas energéticas”. Lembro-me de que, por ironia, o título da minha palestra era: “O túnel no fim da luz”. Lá, alertávamos para o problema, mostrávamos, inclusive, que, apesar de todos os anos, no começo do ano, haver historicamente alertas de que o risco de déficit do ano seguinte sempre era maior do que o tolerável, no ano passado, tudo indicava que a situação era realmente séria. Por quê? Por que havia outras indicações e o progresso dos reservatórios indicava que o sinal de alerta deveria ser focalizado.

De qualquer maneira, fiquei surpreso também e registro aqui, apesar de a posição geral do ONS – Operador Nacional do Sistema – ser de vítima, porque não havia usinas para operar, um técnico que lá compareceu, dizia: “não há nenhum motivo para pânico”, está escrito aqui. De maneira que o alerta foi feito. O contraditório era feito, parecia se resolver no debate, na oratória. Infelizmente, a realidade foi cruel com todos nós, e mais ainda está sendo com o País. De maneira que, agora, usarei algumas transparências também para poder clarificar um pouco mais alguns pontos já sobejamente discutidos aqui.

Em primeiro lugar, este documento aqui, este gráfico registra o histórico de afluições hidrológicas no País, registradas des de 1931 a 1996, com acréscimo dos últimos dois anos, faltando apenas dois. Estão os números reais aqui, lá é um ordenamento deles. O que se diz aí é o seguinte: no período hidrológico que vai de abril de 2000 a março de 2001, as

chuvas foram 88% da média histórica, portanto apenas 12% abaixo. No ano anterior, de 1999 a 2000, 95%, portanto 5% abaixo da média. Houve também dezenove anos, nesse período, piores do que o de 2000 a 2001 e 29 anos com hidrologia pior do que a do ano anterior, que é de 1999 a 2000.

Trago esses dados para dizer que, de fato, choveu um pouco menos nos últimos anos, mas nada que justificasse o que está sendo dito. Reproduzirei o gráfico que produzimos na USP, com a ajuda dos pesquisadores, em conjunto com outros números que já tive oportunidade de mostrar na semana passada, em uma audiência. Mas é importante que expliquemos claramente o que está acontecendo para evitar que uma inverdade se estabeleça e que, a partir daí, penalizem-se as vítimas. Então, esse é o objetivo principal.

Como já foi dito antes, normalmente o sistema hidráulico deve ser operado de forma que, ao final do período chuvoso... Aqui está a evolução do armazenamento no Sudeste, responsável por quase 80% da capacidade de reserva de água do Brasil, portanto dá segurança ao sistema. Como todos sabemos, água estocada é sinal de segurança para anos piores depois. O sistema é planejado e projetado para levar em conta esse fato, e foi operado historicamente desse jeito. Tanto que, se olharmos os dados de 1991 até 1995, de certa maneira ele segue um paradigma aceitável, isto é, ao final das chuvas, os reservatórios estão quase com sua capacidade tomada. A partir do final do período chuvoso e até o retorno desse período, ou seja, durante o período seco, eles costumam cair entre 30% e, às vezes, 40%, dependendo de quanta chuva cai nesse período e de como cresce a demanda, o consumo de energia.

O que vemos a partir daí? A partir do ano de 1996... Mas houve um ano muito favorável: a chuva de 1997 foi extraordinariamente elevada, de maneira que não há uma desculpa. O ano de 1998 não foi tão favorável assim, mas estávamos com os estoques dos reservatórios de água razoavelmente preenchidos, de maneira que, até aqui, operamos com um grau de segurança. Mas, a partir daí, de 1998 em diante, a luz vermelha já estava acesa para todo mundo: não daria para continuar baixando ano a ano, 83% em 1998; 70% em 1999; 59% em 2000, e acrescentei aqui – um pouco manchado, mas para registrar claramente – 33% no final de abril de 2001.

Como disse há pouco, se tipicamente caímos do período chuvoso para o fim do período seco em torno de 30%, se caíssemos, de 33%, 30% ou 40%, ficaríamos devendo água, lama pura nos reservatórios,

País parado, porque sem água não se produz energia, e a situação seria muito mais dramática.

Então, temos todos que reconhecer que, a menos que São Pedro se vingue daqueles que o acusaram injustamente de ser responsável pela crise, e, como vingança, mande-nos um dilúvio ou algo próximo de um dilúvio, estamos, de fato, em uma situação muito difícil para o País, que exige medidas sérias e responsáveis neste momento.

Não é possível aceitar o que os jornais estão divulgando, nem que tecnocratas, em grande parte responsáveis por isso, queiram rasgar a Constituição e a legislação para esconder sua culpa no processo que nos conduziu a essa situação. Algumas medidas anunciadas pressupõem que se deva passar por cima do Poder Legislativo e do Poder Judiciário – o que me parece não ser aceitável. A ordem jurídica deve ser respeitada. Havendo um problema, ele deve ser resolvido sob esse prisma. Trouxemos dados para subsidiar a posição dos Srs. Senadores a respeito dessa questão.

Por que se dilapidou a segurança do sistema hidráulico brasileiro? Isso é explicado pela figura que mostro e é documentado mais detalhadamente, com números, pelo menos numa parte desse tempo.

Sistematicamente, a partir de 1995, nota-se claramente uma inflexão. A potência instalada e a geração de energia elétrica continua tendo uma pequena subida para atender a demanda, que evidentemente está crescendo acima da capacidade instalada. Assim, houve uma defasagem maior do que 2% ao ano, ou seja, de 10% acumulados no final de 2000. Isso ocorreu porque a capacidade instalada na década cresceu 3,3% ao ano, em média, enquanto o consumo cresceu 4,1% – no último ano foi de 4,7%.

Graças à segurança do nosso sistema hidráulico, foi possível fazer frente a essa situação – enquanto não havia suficiente investimento em geração e em linhas de transmissão – dilapidando a segurança de nossos reservatórios. Isso é patente, os números comprovam, e não deve mais ser questionado. O Governo deveria retificar esse anúncio do jornal, a bem da verdade, para partirmos de um novo ponto na discussão.

Por que não houve investimentos? Reforço, com exemplos claros, o que foi dito anteriormente. De um lado, inviabilizaram-se os investimentos das estatais – como a Cesp, Furnas, Chesf e outras – por decisão política determinando que as empresas não mais deveriam expandir sua geração ou linhas de transmissão. Diziam que havia um novo modelo em implementação, cuja orientação era pela liberalização de

mercado, outorgando toda essa responsabilidade à iniciativa privada, que não compareceu, a não ser para comprar usinas já existentes, como fizeram com aquelas que geravam em torno de 4 mil megawatts ou pouco mais do que isso. Compraram uma usina da Paranapanema e outra da Tietê, ambas desmembradas da Cesp. Para essa transação, o BNDES concedeu financiamentos conjuntos às duas empresas - a Duke Power e a AES - da ordem de R\$700 milhões, metade do preço mínimo, para que dois grupos estrangeiros comprassem usinas prontas.

Esse financiamento foi uma sinalização, no mínimo, de uma política muito equivocada. O capital do BNDES, indisponibilizado às empresas estatais, que tinham capacidade técnica - algumas delas possuíam até recursos próprios para investir -, foi fornecido à iniciativa privada internacional. Empresa brasileira também, como é o caso da CPFL, recebeu recursos. Vultos os recursos do BNDES e dos fundos de pensão sobre os quais o Governo Federal tinha ingerência foram destinados para comprar capacidade já existente, e não para agregar nova capacidade, essencial para a garantia do bem-estar da população e do desenvolvimento social e econômico do País.

Dessa forma, mostrados os dados de maneira bastante clara, podemos proceder ao debate num novo patamar.

Outra questão fundamental é a evolução das tarifas. Afinal, se estamos discutindo que o caminho é inibir o consumo por meio de uma situação criada artificialmente, por falta de ação correta ou por ação equivocada da política energética do Governo, criamos um mercado atacadista que coloca um preço, graças à estação, nas alturas e quer legitimar este preço para permitir uma espécie de "assalto" aos caixas das empresas e aos consumidores a partir de um acréscimo injustificado e sem base legal nas tarifas.

Quero mostrar aqui outra coisa: aqui está um sumário da evolução das tarifas desde 1995, quando começa o processo de reforma, até janeiro, fevereiro de 2001. Nota-se aqui que o setor residencial teve um aumento tarifário de 125%, 81% acima da inflação da Fipe no período. No setor industrial e comercial, isto se situa na ordem de 25% acima da inflação também. De maneira que isto está exemplificado por esses gráficos aqui. Nota-se, evidentemente, a tendência de alta.

Os consumidores já foram penalizados com tarifas muito elevadas, que foram feitas em grande parte para tornar atrativos os negócios da distribuição elétrica à iniciativa privada. Agora, quer se promover mais um "assalto" ao bolso, aos orçamentos familia-

res e aos caixas das empresas a título de responsabilizá-los pelo fato de estarem consumindo demais energia quando, na verdade, ele tem um contrato de prestação de serviço com uma concessionária, que, por sua vez, tem um contrato assinado em nome do Governo Federal em sociedade pela Aneel, que lhe dá o privilégio de servir, sob o regime de monopólio, cada área de distribuição e lhe dá obrigação de buscar contratos de suprimento de energia com as geradoras ou com mercado atacadista. Da maneira que está hoje a situação, não podemos aceitar a base filosófica da proposta que está em curso para induzir a população a reduzir seu consumo.

Evidente, podemos explicitar, não me deterei muito nisso, que grande parte do aumento no setor residencial deveu-se exatamente à remoção de subsídios cruzados e tarifas sociais que afetaram acima de tudo o baixo consumo. Sob a justificativa de remover as exceções, isto é, casas de praia e outras que consumiam pouco porque estavam fechadas, resolveu-se fazer tábula rasa e agravar a situação dos consumidores de pequeno consumo, em geral, todos eles de baixa renda.

Faço claro isso para mostrar que o processo inicial da reforma do setor elétrico fez-se em grande parte às custas dos consumidores de baixa renda. Agora, numa espécie de populismo para tentar enfiar goela abaixo uma situação tarifária, está se dizendo que vai penalizar os ricos para favorecer os pobres, como disse há pouco. Então, a isso estou respondendo com a base filosófica do que está sendo defendido como sendo o conceito por detrás do sistema de multas ou sobrepreços, ou como queiram chamá-los. Na minha opinião, não passa de confisco, até porque o contrato de fornecimento entre a concessionária e o consumidor obriga a fornecer a energia a preços módicos. Disse bem o Pinquelli, as distribuidoras, na Califórnia, para cumprir sua obrigação, quebraram. Algumas delas tiveram socorro do Estado. De maneira que agora esse terrorismo todo que foi imposto à população é injustificável na minha opinião. Há maneiras, evidentemente. Não deixamos, em nenhum momento, de reconhecer a gravidade da situação em que nos encontramos. Por isso fiz questão de colocar na primeira transparência. Se não houver redução do consumo, pararemos o País, a menos que tenhamos muita sorte, como disse há pouco, em termos de hidrologia e de outras propostas.

Outro problema que está em curso - só para concluir esta parte inicial - é que esses números indicam claramente que o sistema anterior... Vejam: aqui temos uma média histórica, os números não estão

muito legíveis, aqui em torno de 60, aqui em cima em torno de 90. Isso corrobora um pouco os dados que o Professor Pinguelli levantou. Isto é uma média da tarifa de fornecimento. Aqui nota-se claramente um pulo que aconteceu exatamente em 1995, logo após a preparação das distribuidoras para a privatização. Houve um salto tarifário. Isso continua subindo, tanto que temos hoje, em média, tarifas de distribuição no Brasil mais caras que muitas cidades americanas e europeias. Aqui, mais abaixo, está algo extremamente favorável do nosso setor de energia elétrica, que é exatamente a vantagem comparativa do recurso hidráulico, que permitiu, apesar de muitos problemas ocorridos nas empresas estatais, produzir energia ao custo da ordem de R\$35,00 o megawatt/hora. Com alguns acréscimos, pode-se dizer que o megawatt/hora esteja na faixa dos US\$20,00, vencendo até recentemente, transferida a vantagem comparativa aos consumidores.

A instauração do mercado atacadista, que está em curso hoje e, a partir de 2003 até o começo de 2006, irá liberalizar, jogar sobre o mercado competitivo os 305 milhões de megawatt/hora, ainda hoje produzidos a esse custo, fará com que todos eles venham a ser vendidos por preços da ordem de R\$70,00, R\$80,00, R\$90,00 ou até R\$100,00 por megawatt/hora, duplicando ou até triplicando. Isso significa uma transferência de renda do setor produtivo e dos orçamentos familiares para os investidores nas distribuidoras da ordem de R\$12 a 15 bilhões de reais por ano, como já significou o aumento tarifário na distribuição, a transferência anual na ordem de R\$6 a 8 bilhões por ano, em relação ao regime tarifário anterior, de maneira que...

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Professor, só um momento para esclarecer, por favor. O senhor está-se baseando em um consumo de cerca de 300 milhões de megawatt/hora/ano.

O SR. ILDO SAUER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Isso para um aumento de R\$50,00 por megawatt/hora, que corresponde a 15 bilhões de transferências.

O SR. ILDO SAUER – Isso, que está no horizonte se o novo modelo, no qual se baseiam as reformas iniciadas em 1995, for implementado. Por isso, costumo dizer que, se o modelo tivesse funcionado, seria muito ruim porque teria aumentado muito os preços.

O SR. PAULO HARTUNG – A liberação total é em 2005, professor?

O SR. ILDO SAUER – Ao final de 2005.

O SR. PAULO HARTUNG – 2003 a 2005.

O SR. ILDO SAUER – 2003 a 2005. Em 2006, estará tudo liberado. É progressiva, mas há tempo de intervir nisso, buscar outra filosofia. Costumo dizer que, se o modelo funcionasse, seria pior que ruim, um fracasso, porque, além de aumentar os preços, levou-nos a essa crise, que trará consequências muito nefastas para a população, pois vai parar o nível de produção. Os investidores não estão mais investindo até porque é negada energia em novos empregos, novas indústrias etc. Além do mais, gostaria de dizer que há saídas, sim, que não foram buscadas.

Para encerrar essa primeira etapa, aqui está a evolução da dívida pública brasileira ao longo dos últimos anos, de 1995 para cá, indicando claramente que as privatizações foram responsáveis por uma parcela muito pequena no abatimento do crescimento da dívida, que cresceu mais de R\$300 bilhões de 1995 até 2000. As privatizações não contribuíram significativamente para isso. Além do mais, o que indica aqui em baixo na tabela é que as remessas a títulos de juros, lucros e dividendos estão subindo dramaticamente. Exatamente, a maior parte deles vem de investidores que investiram em setores de infra-estrutura e não produzem exportáveis, mas estão na energia elétrica, telecomunicações e outras áreas de infra-estrutura, que estão agravando significativamente o balanço de pagamentos. Vejam que, em 2001, pulamos de US\$10 bilhões por ano para mais de US\$25 bilhões por ano e há uma perspectiva de crescimento ainda maior.

Antes de encerrar minha participação, digo que há medidas que podem e devem ser buscadas para agravar menos o problema do racionamento. Em primeiro lugar, no Brasil, temos a possibilidade de promover, de maneira organizada, uma redução sistemática do consumo de energia na iluminação residencial. Estimamos que em torno de 1% de toda a energia consumida no Brasil pode ser reduzido trocando duas lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas nas 35 milhões de residências brasileiras.

Qual o problema que está acontecendo? De um lado, não se organizou o trabalho nessa área. As concessionárias que investem, por ano, algo em torno de R\$240 milhões, dinheiro que, pelo contrato de concessão, mandatoriamente vem das tarifas e deve ir para investimento em efficientização, não estão sendo, na minha avaliação, adequadamente aplicados, deveria ter sido direcionado para isso.

Agora, o que estamos vendo no mercado brasileiro é que as lâmpadas fluorescentes compactas, que custavam da ordem de R\$12,00 a R\$20,00, dependendo da qualidade e da origem, estão hoje com

preços astronômicos da ordem de mais de R\$30,00, R\$35,00 cada uma. O que significa que também aí não houve a proteção nem a organização do Governo, que deveria ter articulado melhor as ações para fazer com que esse processo se desse de maneira organizada, sistemática e propiciasse melhor resultado, ao invés de jogar o cidadão, amedrontado e assustado pela ameaça do assalto e do desligamento arbitrário, nas garras de especuladores, ou das indústrias, ou do comércio – a que se averiguar de quem é essa responsabilidade.

De outra parte, sabemos também que, na iluminação pública brasileira, é possível rapidamente crescer mais 1% o consumo de energia elétrica, basta para isso ver o potencial que o próprio Procel ajudou a levantar, indicando que há algo como 500 megawatts que podem ser trocados de lâmpadas à base de vapor de mercúrio por lâmpada à base de vapor de sódio. São 500 megawatts usados doze horas por dias. Em média, correspondem a outro 1% na redução do consumo total. São ações que fazem rapidamente, articulando prefeituras, Poder Público e concessionárias.

Temos ainda defendido historicamente que a rota de expansão da oferta de energia no Brasil dever-se-ia pautar por medidas mais inteligentes do que as das térmicas de grande porte. É evidente que, na situação em que nós vivemos, qualquer térmica de grande porte que hoje esteja concluída deve ser utilizada, mas não era a opção mais inteligente nem continua sendo. Temos no Brasil uma capacidade, por exemplo, de modernizar, repotenciar usinas hidrelétricas, dando um acréscimo na produção de energia na ordem de 2% a 5%.

Há um estudo, feito com a participação de nossos pesquisadores nas usinas da Atual Tietê, em São Paulo, com mais de 2 mil megawatts instalados, e demonstramos que lá poderia haver um ganho de mais de 300 megawatts; portanto, algo como 10% naquele caso particular, onde se converte mais energia elétrica a partir da mesma água, mudando equipamentos. Isto não foi adequadamente estruturado ainda.

A área mais relevante: que todos os combustíveis disponíveis no Brasil, seja bagaço de cana, seja gás natural, deveriam estar sendo prioritariamente destinados à co-geração. E aí novamente há duas medidas que poderiam ser implementadas no curto e médio prazos, desde que se promova adequado sistema de assistência técnica, envolvendo especialistas das concessionárias, das universidades, da iniciativa privada; que se dê o financiamento, aquele mesmo que o BNDES diz ter US\$20 bilhões para financiar

a privatização, que sejam direcionados para essas áreas.

Vou dar o exemplo da co-geração. Há no Brasil um potencial de co-geração estimado, ainda não com a profundidade necessária, mas que varia de 12 mil a 20 mil megawatts. Temos exemplos de outros países, como Estados Unidos, que têm 60 mil megawatts de capacidade instalada de co-geração, que é o mesmo que o Brasil tem. Isso se faz num prazo relativamente rápido, desde que se promovam as ações.

E o mais importante: há setores como o petroquímico, siderúrgico, cimento, papelão, têxtil, refino, alimentos e bebidas, que é açúcar e álcool, que é a produção de álcool. Vejam: os equipamentos necessários a fazer a co-geração, a primeira etapa deles, ou são turbinas ou motores, em geral; e eles podem ser instalados imediatamente, basta buscá-los.

Num segundo momento, instalar-se-ia o sistema de aproveitamento do calor residual, porque essas máquinas costumam, depois de produzir eletricidade, emitir gases com temperatura na ordem de 400° a 450°, que atendem a mais de 90% dos processos industriais para fazer frio e calor em hotéis, shoppings centers, hospitais e todo esse conjunto de indústrias que está aí. Isto mereceria um programa emergencial, unindo as forças do País agora para identificar onde estão as oportunidades e promover a sua imediata instalação; um programa de importação quando necessário, mas, acima de tudo, diferentemente do programa convencional de termelétricas, que depende de importação de gás e de equipamentos, aqui estaríamos desenvolvendo a indústria brasileira de equipamentos e a engenharia brasileira, para ajudar a resolver a crise. Além do mais, uma coisa que deveria ter antecedido a isso: no Brasil inteiro – não consegui levantar o cadastro – mas temos no Brasil grupos de geração de emergência em hospitais, em centros de computação, em indústrias, enfim, há uma infinidade. Isso foi feito em Manaus, foi feito em Boa Vista; toda vez que há necessidade, cria-se a normatização técnica e econômica e se promove a conexão imediata desses grupos. Isso não foi feito até o momento. De maneira que são medidas que estou trazendo aqui como sugestões de política pública que deviam ser desenvolvidas, em vez de ficarmos atemorizando e aterrorizando a população, que tem respondido maravilhosamente bem, porque os indicadores são de que o consumo está baixando; e há outros setores que precisam dar sua contribuição.

Para encerrar, falei de duas coisas. O setor intensivo: O Brasil tem setores que consomem alumínio, por exemplo, quase 10% de toda a eletricidade

brasileira. Veja: se reduzirmos 20% do setor residencial alteremos 5,4%. Se reduzirmos o alumínio: o alumínio gera no Brasil 50 mil empregos diretos, consome quase 10% da eletricidade, exporta 850 mil, dando 1,250 milhão de toneladas de alumínio que produz; o valor agregado é de aproximadamente de US\$2 bilhões anuais. Há o setor de ferro ligas, há o setor de cloro sódio e outros que deveriam, primeiro, num estágio de negociação entre o Governo e esses setores buscar sua redução. Reduzir o alumínio pela metade. Por algum tempo, não é o fim da indústria, até por que ela pode ser indenizada adequadamente nos seus prejuízos. Contribuir é contanto quanto todo o sacrifício que está sendo imposto à população.

Ainda há outras soluções emergenciais. Por exemplo, um colega meu, professor da Universidade de Mato Grosso do Sul, pesquisados da USP, Professor Dorival Gonçalves, sugeriu que deveria ser examinada com cuidado a possibilidade de rapidamente trazermos uma nova linha de corrente alternada de Itaipu até o centro do País, para permitir o seguinte: a liberação das linhas de corrente contínua que hoje trazem energia de Itaipu para trazer energia da Argentina, porque logo ali adiante tem a Usina de Jacirétá. Mas por que se poderia trazer mais energia de corrente contínua em corrente alternada de Itaipu? Porque simplesmente bastaria aumentar a rotação das turbinas de Itaipu, porque a metade delas produz energia em 50 ciclos, que é a energia do Paraguai. Deveria ter um acordo, evidentemente, respeitando-se a soberania do Paraguai sobre aquela parte. Mas essa é possível de ser negociada. Por que uma linha de transmissão em corrente alternada se constrói mais rapidamente do que em corrente contínua - para trazer energia da Argentina vai ter que ser em corrente contínua, em princípio -, então se evitaria esse problema de unidades conversoras de frequência que estão lá na fronteira sendo instaladas; se aceleraria o processo de trazer energia de lá. São medidas que precisam ser exploradas.

Isso de qualquer maneira vai um ano, um ano e meio, não é por curtíssimo prazo. Mas o importante é dizer o seguinte: entramos nesta crise agora, se tivermos sorte o País sobreviverá sem grandes sobressaltos até novembro. Mas é importante dizer, a partir dos gráficos dos reservatórios: eles continuarão vazios; a chuva que entrará agora será para produzir a energia do dia. Nós queimamos o estoque e a segurança; a chuva que entra é para produzir a energia do dia seguinte, de maneira que conviveremos com isso, possivelmente, a menos que consigamos fazer essas medidas: geração térmica rápida, linhas de transmis-

são para importação e um pequeno dilúvio. A não ser que isso aconteça estaremos permanentemente com ameaça de desabastecimento em 2002, talvez em 2003. É importante dizer que os reservatórios serão enchidos agora, não com água, por que vem de graça, e sim queimando combustível, para permitir que se poupe água para ter a segurança de volta; do contrário estaremos em permanente ameaça daqui para frente, com o desabastecimento. Aí, as cassandras do mercado atacadista, da especulação, tirarão muito proveito disso. Acho que o Governo deveria intervir imediatamente no mercado atacadista, promover uma nova ordem. Se existe uma situação de crise, pois que se tomem medidas de emergência para todos os setores, inclusive para o mercado atacadista, que não é legítimo, porque a crise que foi criada não pelo consumidor, pelo pequeno consumidor, nem pelos outros acabando sendo paga a um preço da especulação estabelecida a partir da lógica do mercado atacadista, que se instala no momento de profunda escassez, o que é um crime contra a economia popular. Aí também é preciso intervenção executiva rápida, para promover uma situação mais equânime nos sacrifícios impostos à população e ao setor produtivo.

Pedimos desculpas às Sras e aos Srs. Senadores pela demora na exposição.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Apenas um esclarecimento sobre um ponto que o senhor abordou e que considero importante para o esclarecimento de todos. O senhor falou nos eletrointensivos de pois falou que o alumínio consome 10% do consumo nacional ou que são os eletrointensivos todos?

O SR. ILDO SAUER – O alumínio está em quase 10%.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O senhor está sugerindo que se examine também a possibilidade de, nesses cortes que vão ser feitos, examinar os empregos gerados por quilowatt/hora consumidos em cada setor da indústria, para evitar um agravamento do quadro social?

O SR. ILDO SAUER – Exatamente. O Governo deveria cadastrar os setores um a um, ver a sua capilaridade com o restante da economia, como se dá, na cadeia produtiva, a sua participação e, em seguida, negociar com esses setores a possibilidade de promover o seu desligamento ordenado. Isto é possível de ser feito.

Citei o exemplo do alumínio por que é o mais flagrante. Evidentemente, parte do alumínio é produzida no Norte, dependente de Tucuruí. Então, toda a energia de Tucuruí para o Nordeste ou para o Sul deve ser

escoada. A restante deve ser usada como possível, no Norte por enquanto.

Sugeri que metade da produção de alumínio seja reduzida de maneira ordenada. Assim, também a ferro-ligase a cloro-soda. Há setores industriais que podem, de maneira ordenada, promover a redução de sua produção sem prejudicar, essencialmente, outras cadeias produtivas e as divisas, porque hoje não há escolha fácil, temos que buscar o que menos sacrifício trarão à sociedade, às famílias e ao setor produtivo como um todo. Mas não vi nada disso sendo feito.

Vi, até hoje, o Governo fazer medidas de aterrizagem da população, ameaçando com cortes, com sobrepreços, baseados em critérios ilegítimos e sem base legal, nem na legislação, nem nos contratos. Penso que podemos avançar nesse debate unindo as forças das universidades. Nós, que, historicamente, criticamos o novo modelo do setor elétrico, estamos dispostos, novamente, a buscar a capacidade de nossos pesquisadores, de nossos colegas, para dar uma contribuição positiva na busca de soluções menos dolorosas para todos. É por esse objetivo que estamos aqui.

Infelizmente, fomos obrigados, nós três, a gastar bastante tempo para tentar repor a verda de dos fatos, que é de quem cabe a responsabilidade pelo momento em que nos encontramos. Mas, a partir daí, a nossa responsabilidade, como brasileiros, é buscar soluções que permitam uma saída menos dolorosa para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos, agora, passar para a fase dos debates. Como já havia comunicado a V. Ex^{as}, tenho que me retirar para participar dessa reunião. Pergunto se um dos companheiros poderia assumir a Presidência. O Vice-Presidente é o Senador Leomar Quintanilha.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, como quem está como primeiro inscrito é o Senador Paulo Hartung, que é autor de um dos requerimentos, quero fazer um apelo a V. Ex^a como Presidente da Comissão, até porque, talvez, o Senador com mais cabelos brancos, que passaria a assumir, não poderia isso conosco e muito menos na Comissão de Infra-Estrutura.

Vou ser boa e não vou entender a ausência dos membros do Governo como mais um mecanismo do velho e conhecido jogo trapaceiro de não estarem aqui à mesa para debater com os técnicos. Então, quero fazer um apelo a V. Ex^a, enquanto Presidente da Comissão, no sentido de que, no momento em que estiverem presentes os verdadeiros responsáveis por essa crise que estamos vivenciando, os técnicos possam estar aqui novamente para possibilitar o debate.

Temos estudado sobre o tema, mas as personalidades, os três professores que aqui estão, que têm dedicado ao máximo sua capacidade de trabalhar o tema, têm que estar juntos no debate com os representantes do Governo. De preferência, V. Ex^a solicite ao Plenário da Casa para que os representantes do Governo estejam aqui e os professores que aqui estão venham novamente participar do debate.

É um apelo que faço a V. Ex^a como Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Solicito V. Ex^a que encaminhe requerimento com essa proposta e iremos cumpri-la, porque é de grande importância que o debate se faça com quem possa trazer informações mais precisas.

Acabamos de ver que a situação é gravíssima. Não queremos de forma alguma continuar apenas apontando os responsáveis. Temos a responsabilidade também de participar desse esforço para minimizar o sofrimento da sociedade brasileira. Daí a razão pela qual precisamos participar, e a nossa Comissão tem esse compromisso.

Irei agora ao Palácio participar dessa reunião. Vou solicitar ao eminente Senador Leomar Quintanilha, que é o nosso vice-Presidente, para assumir a Presidência. Gostaria que V. Ex^{as} aproveitassem ao máximo a presença dos três professores que nos brindaram aqui com três palestras que esclareceram, ainda que de forma sucinta, mas esclareceram muito bem determinadas questões que são de preocupação geral da sociedade brasileira.

Podem estar certos todos os Srs. Senadores que a nossa Comissão não está medindo esforços para participar de todo esse problema, sem se omitir em nenhum momento, e vai continuar participando por que o Senado está atento a essa questão.

Se me permitem, gostaria de recomendar que, desta reunião, pudéssemos levar uma orientação para que nunca mais o Brasil entre num período de crise, sendo surpreendido com a crise que foi objeto da imprevidência. Ainda que tenha caído parte das águas nesses últimos anos, o percentual de queda

não justificaria o quadro aterrador a que estamos presenciando.

É muito importante que aproveitemos também essa oportunidade para não errar mais.

Foi apresentado nesta Comissão, que hoje não foi trazido, um gráfico de investimentos para o quinquênio 2001/2005. Já pedi ao Diretor-Geral da Aneel que me desse um cronograma com períodos trimestrais de entrada em operação da potencialidade demonstrada no gráfico. Aquilo é uma beleza, é uma curva maravilhosa. Agora, quero saber a realidade da qual o e aí não veio. Hoje, vou me encontrar com ele e cobrar esse cronograma de entrada em operação das usinas previstas naqueles investimentos do quinquênio 2001/2005.

Convido o eminente Senador Leomar Quintanilha para assumir a Presidência e aproveitar para passar a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Paulo Souto. (Pausa.)

Tendo em vista a sua ausência, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como primeira observação, quero parabenizar os três expositores, Professores Pinguelli, Maurício e Hildo, pelas três exposições esclarecedoras.

Lamento a ausência dos representantes do Governo, que seria muito interessante estar neste momento, para estabelecer o contraditório. De certa forma, vamos ficar devendo à sociedade brasileira, que está nos assistindo pela TV Senado. Esperamos fazer o contraditório nesse novo requerimento que vamos, junto com a Senadora Heloísa Helena, levar à apreciação desta Comissão.

Queria passar por três pontos e fazer duas perguntas. Acho que a questão da responsabilidade está bem posta. Seria bom ou vir o Governo, mas não está presente. Há um viés ligado ao fiscalismo, a diminuição dos investimentos, a falta de planejamento e acho que não tem cabimento essa questão das chuvas.

O Presidente da República fez um pequeno ensaio no seu pronunciamento à Nação de tentar reconhecer o erro - pequeno, tímido -, mas já, na convenção do PSDB, colocou a culpa no PFL. Mas isso é uma questão da base do Governo, não me compete.

Mas na questão do Plano de Racionamento, eu gostaria de fazer duas observações.

Eu acho que há pontos positivos nesse Plano de Racionamento. E não vi, nas três exposições, nenhuma colocação contrária a essa avaliação que estou

fazendo. Eu acho que na medida em que busca um plano de racionamento, que tenta parcialmente preservar a baixa renda, esse é um ponto positivo; na medida em que tenta evitar o apagão, quer dizer, eu acho que o apagão é o pior cenário nesse quadro triste que nós estamos vivendo.

Hoje, aparece um fato novo nesse plano, além do fato do corte, que eu acho negativo e ilegal, que é a tentativa de incidir o ICMS em cima da sobretaxa. Acredito que seria bom que o Governo estivesse aqui, e penso que seja um desatino jogar uma sobretaxa em cima da classe média, da classe média baixa, do consumidor residencial e incidir o ICMS. Parece que o Governo de São Paulo já decidiu pela cobrança, e é mais um ponto complicado.

Mas feito esses comentários, eu queria fazer duas perguntas aos três expositores.

Primeiro, é a idéia dessa hipótese. Vamos supor que essa hipótese do Governo de racionamento de 20% se realize. Quer dizer, na visão dos três técnicos aqui presentes, dos três professores, isso é suficiente para evitar o apagão? Essa pergunta, de certa forma, está sendo feita por muitos setores da sociedade. Quer dizer, seria o melhor cenário, deu certo, nós temos uma economia de 20%. Na conta que vocês três fazem, isso é realmente suficiente para evitar o pior?

A segunda pergunta é em relação ao futuro. Por que eu acho que é esse ponto futuro que nos interessa agora. Quer dizer, feita uma situação desagradável, estabelecido o constrangimento para a sociedade - que o professor Maurício se deteve muito nele - ou seja, o ponto futuro; como nós poderemos diversificar com racionalidade essa matriz energética, na visão dos três professores? O que é racional nessa mudança? Nós passamos aí pela questão das termelétricas, não discutimos muito energia alternativa nesse plano.

E, por último, a questão do próprio modelo que se estabeleceu para o setor elétrico. Quais são os pontos-chaves para serem mudados nesse modelo? Parece que o próprio Governo já entende que privatização da transmissão não é adequada para esse modelo hidrelétrico que nós temos. Por exemplo, eu já vi algumas declarações de autoridades do Governo nesse sentido. Agora, quais seriam as mudanças substanciais? O professor Sauer passou por umas das mudanças em relação à liberalização do mercado. Esse mercado atacista que está se estabelecendo, se não me engano, na atualidade, em 20%, e teria uma expansão, a partir de 2003, pelo que o professor nos informou, até 2005, 2006 para chegar 100% da produção. O que nós deveremos mudar, substancialmente, nesse modelo, pensando já num ponto futuro,

onde pudéssemos sair desse constrangimento, que eu acho inadequado para um país com o potencial hidrelétrico de exploração e geração de energia que tem? Mas o que seria substancial?

Eu deixaria essas duas perguntas aos três professores.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Com a palavra o Professor Ildo Sauer.

O SR. ILDO SAUER – Senador, evidentemente que estamos num caminho de insegurança. Estamos com um pouco menos de 30% de água nos reservatórios. Como disse antes, em geral há uma queda de mais 30%. Chegaríamos sem água ao final do ano. Pode ser mais e pode ser menos. Depende do quê? Da quantidade de energia agregada ao sistema quer por térmicas que entrem, quer por projetos – como citei há pouco – de geração de emergência colocados na rede, quer pela viabilização da importação mais rápida da Argentina, quer pela contribuição da energia do Sul. Hoje, o Sul ainda tem energia, embora seus reservatórios devam começar a cair daqui a pouco. É difícil dizer. Depende, acima de tudo, do fator imponderável. Como eu disse antes, se São Pedro se vingar das blasfêmias e mandar um dilúvio, estaremos todos salvos, mas isso é altamente improvável.

O que deve acontecer é uma tentativa permanente de avaliar quanto é a redução efetiva no consumo, como é que estão indo os reservatórios, e afinar as medidas. Acho que as medidas foram implementadas tardiamente. Se tivéssemos começado antes teríamos mais capacidade de agir. E temos de agir mais rapidamente agora. De maneira que, para dar uma resposta definitiva, parece-me que 20% de redução é um começo razoável. Se essa meta for atingida e se tivermos sorte, chegaremos ao final de novembro sem termos que apagar muito mais do que estamos apagando agora, sem termos que conservar mais ou reduzir mais no consumo. Mas nada é definitivo.

Em segundo lugar, as suas outras perguntas, que têm duas partes – sobre a matriz energética e o modelo –, podem ser tratadas de maneira conjunta. Nós temos, no Brasil, um potencial hidráulico da ordem de 260 mil megawatts e desenvolvemos 60 mil. Eu não apresentei os gráficos, mas poderia fazê-lo – eles estão no livro que distribuí. Nós temos em torno de 50 mil megawatts de capacidade hidráulica a ser construída a custo inferior ao das térmicas, com todos os benefícios colaterais, ou seja, engenharia brasileira para construção, para equipamentos, para processos, e mão-de-obra brasileira. Mais de 85% do valor de uma usina hidráulica é de produção doméstica. Ao

contrário das térmicas de grande porte, em que 85% é importado.

Nós temos 3 mil megawatts mais ou menos provenientes de pequenas centrais hidrelétricas, a serem agregadas, que já têm alguns incentivos e facilidades. Temos um potencial eólico ainda não adequadamente mapeado, mas já há algumas iniciativas no Nordeste, no sul do País, em Cabo Frio e no Rio de Janeiro. Nós temos ainda um potencial de redução no consumo.

Infelizmente, os números a respeito do potencial eólico são muito incipientes. Não se fez suficiente pesquisa para mapear com confiabilidade a velocidade dos ventos e, acima de tudo, a constância dos ventos, o que é muito importante para se poder avaliar a contribuição da energia eólica – a eólica é muito melhor do que a hidráulica. Uma eólica é equivalente a uma hidráulica, sem a necessidade da barragem, desde que haja vento e que ele seja constante e tenha uma velocidade elevada.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Existem números contraditórios, porque não há um estudo ainda consensual. Alguns chegam a falar em 50 gigawatts, o que é um número muito grande. O fator capacidade é muito menor, porque o vento é mais variável. Não dá para guardar vento.

O SR. ILDO SAUER – Nós temos, como citei há pouco, um potencial de co-geração tanto com bagaço de cana quanto com gás natural que estimamos – nos setores industriais, alimentos e bebidas, que incluem o setor de açúcar e álcool, papel e celulose, cimento, indústria siderúrgica, petroquímica, refino de petróleo, e mais o setor de serviços, hotéis, shoppings centers, hospitais, condomínios residenciais, que precisam de calor e frio – que supeira os 20 mil megawatts. É um terço da capacidade instalada no Brasil, hoje, mais ou menos. Isso pode ser desenvolvido desde que haja políticas pró-ativas, com financiamento, assistência técnica, empenho e envolvimento das concessionárias. Não basta dizer: “Mercado, faça!” Ele não vai fazer, não tem feito.

Eu falava da conservação de energia. Temos condições de reduzir em torno de 15 a 20% o consumo de energia elétrica no Brasil, mediante processo de racionalização do uso. Por isso, um efeito “positivo” da crise é que, de maneira atabalhoada, fazemos parte daquilo que deveria ter sido feito de maneira organizada antes. Isso no setor residencial, isso no setor industrial, isso no setor de comércio e serviços. Temos aí tecnologias disponíveis, cuja disseminação precisa ser viabilizada. Temos também dinheiro já destinado a isso, que é o dinheiro das concessionárias

que, pelo novo contrato de concessão, são obrigadas a investir 1% em modernização e efficientização.

O SR. PAULO HARTUNG – Energia solar é alguma coisa significativa?

O SR. ILDO SAUER – A energiasolarfotovoltaica, a energiasolartérmica pode dar uma contribuição para substituir a elétrica no aquecimento de água, chuveiro essencialmente. Agora, a fotovoltaica, apesar de ser muito favorável para aplicações localizadas, em regiões distantes, onde ela é essencial, muitas vezes para permitir a vida com menos sofrimento, para comunicação, conservar vacina, permitir bombeio de água ou iluminação à noite, é muito cara ainda e há outras soluções com menos custo para se fazer isso. De maneira que temos uma agenda, uma carteira de opções para expandir a capacidade de produzir energia no Brasil ou de reduzir o seu consumo, sem prejudicar o conforto ou o nível de produção, que protege mais o meio ambiente, que gera mais emprego aqui, que usa mais a tecnologia brasileira, que demanda mais das nossas cadeias produtivas, que ajuda a desenvolver mais tecnologia do que essa agenda que o governo nos meteu nos últimos anos, que é das grandes termelétricas baseadas no gás importado e nas tecnologias importadas de conversão. Isso tudo está preso ao modelo. A opção que está sendo implementada e a crise são fruto, ambas, do modelo, que decidiu que tudo deve ser feito a partir da liberalização dos mercados, com preços baseados em custos marginais, apontados a partir do mercado atacadista, que dificilmente funcionará. Como dizia há pouco o Professor Pingueli e também consta do texto que distribuí aqui, que há muitas dúvidas teóricas se de fato, num setor como o elétrico, principalmente num setor como o do Brasil, fortemente hidrelétrico, se genuinamente podemos esperar que de fato um dia venha a haver competição. Quando se fala em concorrência, em competição, acredita-se em mais oferta, mais qualidade, menores preços. No setor elétrico o primeiro impacto é duplicar e triplicar os preços da geração e depois, muito possivelmente, o risco de manipulação permanente dos preços pelos ofertantes, como aconteceu na Califórnia, na Argentina, na Inglaterra. Eles têm muito mais poder de barganha e de capacidade de se organizar para fazer colusão nesse setor do que para promover genuína competição. Há uma dúvida teórica, Professor, que o especialista chamado Yugin Kowell tem suscitado e nós também, de que toda vez que temos um produto homogêneo, indiferenciado, eletricidade é diferente de salsicha. Não se sabe quem produziu, não se sabe a marca. Ela vem de qualquer lugar, você não sabe

de onde veio, tem altos custos iniciais de investimento, baixos custos operacionais, porque, uma vez construída uma hidrelétrica, a margem da gestão do proprietário sobre os seus custos é muito pequena. Dizem os especialistas, e concordamos com eles, que, nessa circunstância, é difícil que aconteça uma genuína competição que promova a eficiência econômica, que seria o objetivo inicial da competição. De maneira que estamos, quanto ao modelo, com essa fundamental dúvida filosófica, que nos foi imposta por algumas vertentes das correntes de pensamento que propõem a reestruturação do setor de infra-estrutura no mundo inteiro, baseado na visão de que liberalização dos mercados e concorrência conduziram à eficiência. De maneira que, pessoalmente, não acredito e acho que temos que promover uma profunda reformulação nas bases filosóficas do modelo, que não está funcionando. Como eu disse antes, se funcionar será ruim porque irá elevar os preços e não funciona porque não garantiu a necessidade de produção de energia até o momento. De maneira que acho que essas são as respostas.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, termino a minha intervenção agradecendo ao Professor Ildo, mas faço uma observação crítica no sentido de que vamos mostrar que sair desse posicionamento crítico desse modelo adotado para tentar colocar alguma coisa no lugar com mais clareza. Acho que é um esforço, e o Professor se propôs a isso no final da sua intervenção, que todos nós brasileiros, e aí não é questão de facção, todos nós brasileiros vamos ter que fazer. Onde entra o capital privado nesse setor? Com que regra do jogo ele entra ou não entra? Estou fazendo só uma boa provocação, provocação no bom sentido, porque isso é uma coisa para todos nós.

O SR. ILDO SAUER – Eu só gostaria de acrescentar algo. De fato, há espaço. Nessa agenda que propus e na revisão de alguns pontos do modelo, é preciso não ter preconceito a nada, nem a capital privado, nem a capital estrangeiro. O capital estrangeiro é bem-vindo, desde que venha para participar da produção e com uma remuneração razoável. Não temos preconceito dessa natureza. Só penso que a estrutura institucional e a lógica pela qual se criou o novo sistema energético brasileiro não permitem que essas potencialidades sejam adequadamente desenvolvidas no melhor interesse do País.

Temos propostas, mas expô-las inteiramente dependeria muito tempo.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Vou começar de marcha a ré, para poder aceitar a sua pergunta.

Entregamos ao Vice-Presidente Marco Maciel – e até me referi a isso aqui, para deixar bem claro – uma sugestão, à época em que se estava gestando a idéia da privatização. E discutimos muito isso no Congresso. O próprio Senador Mário Covas, na ocasião – havia um fórum de energia, que foi recriado agora –, foi uma pessoa importante na abertura do diálogo com o Governo recém-eleito.

A idéia era: privatização na margem. Foi um debate específico no gabinete do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, não com o Ministro, mas com o seu Secretário de Fazenda – penso que era assim que se chamava – ou de Economia, que era o Winston Fritsch. Esse debate se deu sobre este modelo, esta idéia: vamos canalizar o investimento.

Qual é essa história de que o lldo falou? A abertura à competição se dá basicamente na geração e na comercialização. O setor elétrico tem três grandes partes técnicas: geração, transmissão e distribuição. A transmissão é muito importante em países como o Brasil, os quais têm um uso muito grande de hidrelétricas e são vazios, com a concentração urbana e econômica em certas áreas. Nos Estados Unidos, isso não tem importância, porque eles podem usar, em toda parte, geração termelétrica, que é a principal, e há carga lá para se vender. Então, a transmissão é complementar. Aqui, não; ela é crucial.

A novidade foi a geração ser competitiva e a comercialização. Essa foi a tentativa. Isso não funcionou muito bem em alguns lugares, como na Califórnia, mas em outros sim. O problema possível, como resolvê-lo? O gerador independente, que foi criado, pode ser estrangeiro privado. Ótimo! Quem vai gerar energia que compareça, venha e ofereça! Que compareça para aumentar a nossa capacidade de geração! É uma participação privada essencial, que foi usada muito modestamente no caso da obra da usina Serra da Mesa; até não foi bem usada, porque a Nacional Energética, a empresa que assumiu a usina, acabou quebrando.

Mas a idéia é esta: a participação privada para expandir. Essa geração barata – o Tolmasquim se referiu muito a alguns valores – deve ser mantida no Estado, porque, se vendemos isso, a tendência quando abrir o mercado, se o modelo funcionar como está, é a de que companhia privada venderá a energia que gerar, a US\$5 por megawatt-hora, para a termelétrica a US\$40. É uma sobre-renda, um presente, uma renda. Isso se chama de renda em Economia. Isso não é fruto de investimento, do trabalho.

Então, penso que isso viabiliza a existência de uma energia mais barata para o consumidor. Não tem cabimento a afirmativa freqüente, que se está colocando neste debate, de que temos que partir para o custo marginal internacional. Isso é uma bobagem completa. Se temos capacidade de gerar energia mais barata no Brasil, essa é uma vantagem comparativa nossa, para a nossa população, para a nossa economia, para a indústria. Devemos mantê-la baixa.

A energia, até a hidrelétrica, é muito barata no Brasil ainda hoje. Não tenho dúvida alguma – estou brigando por isso há muito tempo; já fui xingado de tudo e também xinguei bastante – de que a hidrelétrica deve ser pública. Nos Estados Unidos, o país mais privado do mundo, a quase totalidade da geração hidrelétrica é pública. Até no Exército Americano, há uma parte de geração elétrica, como também ocorre em várias empresas, como a TVA, a Bonneville e muitas outras empresas pequenas.

Dessa forma, é melhor a hidrelétrica ser pública por causa da intervenção que ela tem no território e por causa desta enorme vantagem: uma vez feita, a operação é muito barata e o custo de combustível é pequeno, é o custo do uso da água, que aqui no Brasil vai ser introduzido com a ANA.

Então, a minha opinião é muito clara, o setor privado deve entrar na geração termelétrica principalmente, é o lugar dele. E ali pode ter competição. As estatais devem ficar com a hidroeletricidade e com a energia velha. Essa energia velha pode fazer um papel de estoque regulador, que o Governo usa muito para alimentos em situações críticas de importar e fazer um estoque – de arroz ou sei lá de quê. Seria uma maneira de o Governo ter uma interferência direta para garantir uma energia não tão cara e até, se possível, barata. Na minha opinião, isso tem que ser muito mais desenvolvido. Mas isso é muito fácil, não é muito difícil não.

A distribuição, que já está privatizada, não vou discutir. O que vou fazer? Mandar estatizar? Como? Isso é juridicamente difícil, temos relações internacionais, não adianta pensar o leite derramado. O que tem que ter é um regulador com um chicote na mão. Regulação é coisa séria. O norte-americano prende o sujeito que anda errado. Aqui no Brasil, há essa gaueira do Estado com o setor privado. Senti, nessa história toda da sua outra pergunta do racionamento, uma dificuldade em lidar com esses grandes grupos internacionais no Brasil. A EDF, a AS, que já disse até uns desaforos, que iria parar os investimentos.

Acho que na distribuição tem que haver um rigor muito forte, porque ali é que está o consumidor, que

tem que ser muito protegido, em particular o residencial. Agora, não sou a favor de privatizar toda a distribuição. Essa história de um modelo canônico, não se sabe bem. O norte americano citado pelo Ildo, que está vindo tratar lá na Cope hoje e virá à Câmara na quinta-feira, é uma pessoa da área liberal da economia. Absolutamente não é um socialista. Entretanto, defende que energia elétrica, por estas razões - homogênea, diferenciada, alto investimento, baixo custo operacional - é uma atividade onde a competição em todas as fases não funciona bem. E a verticalização foi recomendada pela Coopers & Lybrand quase simultaneamente. Quando ela veio aqui, fez um relatório todo errado, que, se fosse aplicado, perderíamos 24%, 25% da nossa capacidade instalada, e recomendou - pagamos US\$10 milhões por essa recomendação - que tínhamos de desverticalizar, que é a bíblia liberal. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, fazia um seminário onde recomendava que, em muitos casos, energia elétrica deve permanecer verticalizada. É o problema da Califórnia, a desverticalização não funcionou bem.

Eu não sei exatamente os números a respeito do racionamento, não há informação, Srs. Senadores. As informações são subtraídas pelas empresas elétricas, distribuidoras privadas. Elas consideram um dado estratégico da sua atuação empresarial, porque o mercado é delas e hoje pode haver acesso à rede, entrada de uma no mercado da outra. Nem a Aneel nem a Eletrobras disponibilizam informações atualizadas de mercado. Nem Furnas tem. Furnas, que ainda é geradora dessas empresas, não tem as informações da evolução do mercado, como no passado eram disponibilizadas. Apesar da Internet. Então, não sabemos precisamente. Damos toda a fé ao Governo. Então, acredito que são os 20%. A ONS tem experiência, não há por que negar. Se são 20%, temos algumas contas feitas. Os 20% de hoje seriam 10% se entrasse algum tipo de medida na época de vida, que, na nossa opinião, início do ano ou março, o mais tardar, que foi quando acabou toda a esperança das chuvas para valer mesmo. Se ela não começar ou não funcionar, estamos num alto risco. Concordo com o senhor, temos que torcer para dar certo.

Com algumas correções que têm que ser feitas e adições, esse programa do Governo tem aspectos que podem funcionar. Ele tem o aspecto psicológico, criou na população o medo da falta de energia, e isso tem uma reação, as pessoas vão buscar racionar. Isso não é ruim, porque isso é a verdade. É bom que as pessoas estejam conscientes disso. Agora, ele tem um aspecto negativo, que é a repressão stalinis-

ta. Isto é uma coisa que só imagino na ex-União Soviética: um bando de pessoas entra numa sala e diz que desliga a casa do indivíduo por três dias. Isso é inaceitável, por princípio. Digo aos senhores, na minha casa eu resisto à bala. E nas favelas do Rio de Janeiro não vão desligar nada, não vão desligar nada. Imagine o senhor a sua casa três dias sem energia elétrica, não são algumas horas. Os Estados Unidos justificam a violência do indivíduo em defesa da propriedade. Entrou na casa de alguém para cometer um absurdo, esse alguém pode atirar. Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Com a palavra o professor Maurício Tolmasquim.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Veja só, estamos fazendo uma imagem figurada porque, essa história aqui, fica claro que o funcionário... O stalinismo é mesmo uma coisa abominável. Agora, o funcionário de uma empresa nada tem a ver com as ordens que ela recebe. Então não tem cabimento nenhum você, ao pé da letra, interpretar o que estou dizendo. Mas estou dizendo uma coisa muito séria: os norte-americanos entendem que a propriedade privada deles é deles mesmos, ou seja, um sujeito entrar num edifício, numa casa para cortar a luz da casa, você estando com sua conta em dia, por três dias... Isso é uma violência do tipo: o guarda de trânsito, se o senhor cometer uma infração, ao invés de multá-lo, pegar o cacetete e dar uma porrada na sua cabeça. Isso é inaceitável. Então, o desligamento da luz de uma residência por três dias é uma violência contra o indivíduo, contra a família, porque por três dias apodrece tudo que estiver na geladeira, o senhor não pode tomar banho na sua casa com uma temperatura adequada. Como fazer isso? É inadministrável. Outra coisa é desligar por horas, por isso a medida do governo pode ser discutida. Ele pode dizer, muito bem, vamos desligar por horas, mas aí é inviável, por três dias já é inviável, por horas é mais ainda. Então, esse item é disparatado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Professor Pinguelli, temos dez Senadores inscritos que gostariam de levantar também os seus questionamentos. Solicitamos aos Srs. Senadores quanto aos expositores que procurassem ser um pouco mais objetivos nas suas colocações.

Passo a palavra ao professor Maurício Tolmasquim.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Deixe eu pegar só alguns pontos do que foi falado aqui. Primeiro, sobre essa questão do corte. Acho muito interessante o seguinte: veja bem, quando foi falado da multa, o Presidente veio e disse que era injusto e que não

iria aplicar. Mas veja bem, no que consistia a multa? Se a pessoa não reduzisse 20%, ela seria multada. O que é o corte? Se a pessoa não reduzir 20%, ela é cortada. É o mesmo princípio, tem as mesmas injustiças, só que com uma penalidade muito mais grave. É como se antes eu falasse: eu te dou uma suspensão e agora te coloco na cadeia. Mas é o mesmo princípio e tem as mesmas injustiças que tinha antes. Vou dizer quais são. Por exemplo, a pessoa que estava fora de casa, viajando no período do ano anterior, ela será penalizada porque ela não vai poder cortar. Vamos supor a pessoa que teve alguém que ficou doente em casa e passou a consumir mais, porque ficou com alguém doente, com uma UTI em casa. Ela vai ser cortada por que tem esse caso. Vamos supor o caso de uma pessoa em cuja casa nasceu uma criança, ela aumentou o consumo e vai ser penalizada. Vamos supor o caso de uma pessoa que teve mais alguém que veio morar com ela, ela vai ser penalizada. Então, são tantos os casos e o princípio é o mesmo de antes, que foi considerado absurdo. Antes era o quê? Se você cortasse 20%, você seria multado, agora, se você não cortar 20%, você vai ficar sem energia durante três dias e, se incidir, durante seis dias. Então, não entendi a lógica, porque não houve mudança, só houve a alteração da penalidade, mas o princípio é o mesmo.

O SR. ILDO SAUER – Aqueles setores que já fizeram medidas de conservação, ou na indústria, ou na residência, tem gente que já colocou lâmpada fluorescente compacta, comprou uma geladeira mais eficaz, é punida duplamente, porque já fez o que deveria ter feito. E o perdulário tem margem. Ainda que aceitássemos a lógica, ela seria injusta nesse ponto.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Então, é realmente estranha essa mudança. Vou falar só um pouco aqui, complementando o que o Ildo falou, pegando só a segunda questão, da matriz energética. Veja bem, tem que olhar o curto, o curtíssimo prazo, que é agora, que é a emergência. Neste momento, nenhuma dessas soluções que estamos é para agora. Algumas poucas, que é a questão da lâmpada etc. Para os próximos 3 meses, há alguma coisa, mas a margem e manobra é complicada. Por isso estávamos muito angustiados. Alertamos em agosto do ano passado. Foi desconsiderado. Depois, a FIESP alertou, acho que em novembro. Foi desconsiderado. O ONS – Operadora Nacional de Sistemas alertou em 12 de março. Foi desconsiderado.

Se em março tivéssemos tomado uma medida, o corte seria em torno de 5% a 10%. Era muito mais fácil direcionar. Então, a agonia em que estávamos era essa. É como se tivéssemos um tanque com um

furo por onde a água vai embora. É como se estivéssemos assistindo à água ir embora e não fizéssemos nada e ninguém fizesse nada para tentar segurar o furo da água. Cada vez mais, a água está se esvaindo. Então, veja bem: hoje são 20%. Se não reduzirmos, daqui a um mês será 25% se não reduzir. Então, cada vez teremos que cortar mais. É uma luta contra o tempo. Até novembro, estamos numa luta contra o tempo porque os reservatórios não podem chegar a 10%. Se chegarem, vão começar a cair usinas e não poderemos gerenciar os cortes. Então, essa é a situação real.

Quanto à questão das opções – citando alguns números para complementar o que foi colocado-, temos muitas outras. Por exemplo, no bagaço de cana, temos um potencial entre 3 mil e 5 mil megawatts. Isso significa, mais ou menos, umas quatro Angra III de potencial de bagaço de cana. Pequenas centrais hidrelétricas, o potencial é de 13.800 megawatts, mais ou menos uma Itaipu.

É claro que não podemos usar tudo, mas vamos dizer que usemos a metade de Itaipu. Energia eólica. Em 1999, a Alemanha instalou - tenho aqui o número - 1.565 megawatts, 1676 turbinas. Em 1999, a Alemanha, em 1999, instalou mais do equivalente a uma Angra III de energia eólica. Dezesseis por cento do Norte da Alemanha é de energia eólica, 12% da Dinamarca. Com os investimentos que vão ser feitos, o Brasil pretende chegar a 2010 com, no máximo, 0,5%. No Nordeste, temos um potencial enorme.

O senhor perguntou sobre o aquecimento de água. É uma realidade para hospitais, clínicas, hotéis, escolas, lavanderias, vestiários, refeitórios industriais, residências em condomínios. Veja bem, vou dar um exemplo: um sistema de aquecimento solar é de 600 a 1.500 reais. Um chuveiro elétrico custa 15 reais. Mas para gerar energia com chuveiro elétrico, temos que investir R\$ 1.000 em geração e transmissão.

É interessante, compensa. Precisamos de que para viabilizar? Há uma lei municipal que obriga, na construção do prédio, que se monte um duto para água quente. Porque o caro não é o aquecedor. Caro é que brar o prédio inteiro para instalar o aquecedor. Sei de uma lei municipal segundo a qual o prédio, o síndico tem que estar preparado para instalar o aquecedor. Hoje, em hotéis e lavanderias isso tudo é possível. Mas em prédio é complicado. São coisas simples.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Perdão, o senhor está se referindo a aquecedor de luz solar?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Para aquecimento, não para...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas com energia solar, é isso?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Perfeito. Coletor solar térmico.

Temos que fazer algumas distinções, e é importante que fiquem claras. O solar fotovoltaico usa a célula para transformar energia solar em energia elétrica. Isso é ainda bastante caro. É indicado apenas para regiões remotas, como a Amazônia. O preço tem caído vertiginosamente, mas ainda é muito caro. No entanto, é ainda uma solução para regiões fora do grid. Agora, a solar térmica para aquecer a água é realidade. Não é sonho, se tivermos as condições adequadas. Já a co-geração é usar o gás na sua fase industrial para gerar ao mesmo tempo energia térmica e elétrica.

Vou fornecer um dado aos senhores. As térmicas que vão entrar em funcionamento agora estarão, como chamamos, em ciclo aberto, ou seja, a eficiência de uso do gás será de, no máximo, 30% a 40%. Uma térmica em ciclo combinado tem eficiência de 55%. A co-geração tem eficiência de até 90%. Analisando esses dados observamos que vamos queimar gás natural de forma desmedida. A eficiência das térmicas que estão sendo construídas é baixíssima, porque estarão em ciclo aberto. Ou seja, existe um mar de medidas que poderiam ser adotadas.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Voltamos à lista de inscrição.

Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro agradeço a presença dos professores Maurício Tomaschin, Ildo Sauer e Luiz Pingueli e do Deputado Luciano Zica.

O sentimento de todos nós é torcer para que dê tudo certo, até não porque sou boazinha, mas porque sei que nesse momento apostar no “quanto pior melhor” quem vai vivenciar melhor com certeza não é essa elitezinha incompetente, decadente e cínica que nos colocou nessa crise gigantesca. Não podemos apostar nem no dilúvio, porque se isso acontecer, no mínimo arranjarão uma listinha vigarista para selecionar alguns pouco para a Arca de Noé. Em sendo assim, temos que buscar algumas alternativas.

Gostaria de questionar aos três professores algo que, talvez por minha limitação técnica, não consigo entender. Como a população de baixa renda ou a chamada classe média baixa consegue estar preservada no plano de racionamento? Inclusive o Senador Paulo Hartung afirmou que entendia que as medidas eram importantes porque essa população de baixa

renda estava de alguma forma preservada no plano de racionamento. Quero trazer alguns elementos para que os professores possam nos explicar onde está sendo preservada. Não consigo de fato enxergar essa situação.

Primeiro em relação ao chamado uso conflitante das águas, que é algo que não está em debate, pois estamos debatendo a água simplesmente como possibilidade de contenção nos reservatórios para geração de energia. Não estamos falando da necessidade de utilização da água para agricultura, por exemplo, e conseqüente dinamização da economia local, geração de emprego e renda e produção de alimento. Não estamos falando da utilização da água para o que é essencial também: o abastecimento humano e animal. Nem estamos falando da questão do uso conflitante da água.

Analiso também a questão da educação, especialmente a educação pública. As pessoas de baixa renda têm como única alternativa na área de educação e de saúde o setor público. Como, então, essas medidas de racionamento não afetarão essa população de baixa renda na área de educação, por exemplo? Não existem recursos humanos suficientes. Não existem salas de aula suficientes para reorganizar turmas e mais turmas, quer seja do ensino noturno ou que as salas de aula onde a grande, agigantada maioria das condições das salas de aula exigem a necessidade da luz. Ou seja, como aqui também, para que se possa trabalhar.

Na área de saúde, o que é mínimo do setor saúde, ou seja, o que a gente chama a porta de entrada do sistema: é a vacinação. Ou seja, é aquilo que qualquer técnico por mais medíocre que seja do setor saúde ele sabe que o mínimo para a área de saúde é a vacinação. Então como é que se preserva vacinação sem condições devidamente monitoradas de refrigeração. Então não existe. Não adianta dizer: Não, tira de todos os postos de saúde, que ficam a centenas de quilômetros de distância, leva para uma regional, onde lá na regional tem, muitas das regionais também não têm o gerador... Então como é que isso realmente vai ser operacionalizado? Tem disponibilidade de geradores no Brasil, até para compras, para linha de créditos que possa o setor público viabilizar? Isso nem deve ter disponibilidade no mercado para isso. Sim, então é um problema gravíssimo para a população pobre, miserável deste País, porque a população de baixa renda é que tem como única alternativa, única alternativa no abastecimento de água, na saúde, na educação o setor público. Então é gravís-

sima a questão do racionamento para essa população de baixa renda.

A iluminação pública, do mesmo jeito, alguém pode dizer: Não, mas a periferia, a pobreza já está tão acostumada com posto sem luz que poste sim, poste não – porque é como todas as distribuidoras estão fazendo já no Brasil. No meu Estado é assim: poste sim, deixa acesa. Poste sim, um apagado e um aceso... Aliás aqui no corredor já está assim também: uma luz acesa e uma apagada, uma luz acesa e uma apagada... Tudo bem que alguém pode dizer que aqui tem gente que circula de alta periculosidade, mas independentemente da alta periculosidade circulando aqui o risco não é da violência explícita como existe na grande maioria dos bairros pobres.

Então o impacto no setor produtivo, por exemplo. Então aqui pode significar desemprego, precarização das relações de trabalho, aumento da mercadoria e, portanto, o impacto gigantesco no orçamento doméstico, especialmente da população mais sujeita a isso. Ou então não entendo como é que a população de baixa renda, ela não está, ela está preservada em qualquer plano de racionamento. Não consegui entender. Gostaria que os senhores me explicassem.

Uma outra questão é sobre, se os senhores já têm – eu sei que a Professora Hilda inclusive disse que as alternativas que vêm sendo estudadas até em função da magnitude não poderia ser explicitada aqui – mas qual o montante de investimentos, se é que isso já se tenha estudo, que seriam necessário para investimento em outras matrizes energéticas? Lógico que existem muitas, muitas alternativas matrizes energéticas que talvez não tenha a disponibilidade tecnológica suficiente, mas têm muitas que já têm também, não é? Eu sou de um Estado, o Nordeste, que é o maior “tapa na cara” dessa elitezinha decadente em função da questão da potencialidade de solar e no meu Estado e em outros Estados – que é a utilização da biomassa. Do bagaço de cana que também pode ser feito. Então qual o investimento – se existe mais ou menos isto – qual o investimento que seria necessário para desenvolver outras matrizes energéticas ou linhas de créditos que seriam suficientes para isso? Até porque por mais que não se queira fazer o debate ideologizado ou programático ou partidário, necessariamente tem que ser feito. Porque para se ter investimentos para outras matrizes energéticas, para se ter linhas de crédito ou o que quer que seja para o setor produtivo, precisa da modificação da política econômica. Então precisa da participação direta do Presidente da República, porque se é o Malan, se é o Fundo Monetário Internacional tem um Presidente

de um País. Lógico que agente não sente a presença do Presidente. Lógico, porque sente a presença daqueles que agenciam os interesses dessa mal dita nuvem de capital volátil que paira sobre o Planeta Terra. Portanto, é a tropa do FMI, do capital especulativo internacional, o Ministro da Fazenda, mas é o Presidente da República que é o último responsável por isto. Então, se existe previsão dos investimentos que são necessário? Porque aí entraria até na parte onde cabe ao Congresso. Porque, embora o Congresso não mexa muito no Orçamento, a gente faz de conta que mexe, porque no comprometimento do Orçamento da receita líquida real para pagamento de juros e serviços da dívida não se mexe, mas como fazemos de conta que se mexe no Orçamento, porque se fica buscando um ou outro centavo aqui ou ali, para ser remanejado no Orçamento – e essa é uma discussão que vai acontecer também neste ano –, até para ver qual o montante de investimento necessário para se discutir outras matrizes energéticas ou unidades. A demagogia da participação do setor privado é algo que nos deixa com uma intolerância quase contumaz porque, primeiro, nós sabemos que ele não investe nada. Sabemos muito bem que – parece-me – das 14 termoelétricas, 13 estão sendo feitas com recursos públicos. Então, fora com essa conversa fiada de que o setor privado investe. Sabemos que se trata de dinheiro do BNDES, dinheiro público. E quem acabou se submetendo à agiotagem e aos juros gigantescos foi, justamente, o setor energético público, que teve de buscar os penduricalhos do Marka, do FonteCidam, desses banquinhos que enriqueceram à custa dessa política econômica, como o Opportunity. O setor elétrico foi impedido de buscar dinheiro no setor público para se submeter à política de juros definida por essa maldição que é a política econômica.

Então, quais os investimentos necessários? Se existe um montante ou se isso pode ser pensado para que, agora, na discussão do Orçamento que se inicia, nós possamos estabelecer um grande debate com o Governo Federal para a modificação, tanto do comprometimento da receita com o pagamento de juros e serviços da dívida – que é intocável, que não se pode mexer –, mas que, pelo menos, o Congresso faça pressão no Governo para diminuir isso, a fim de que tenhamos um investimento maior nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o Professor Ildo Sauer.

O SR. ILDO SAUER – A primeira pergunta de V. Ex^a tem uma resposta um pouco cruel. O Governo tem razão quando diz que há uma grande fatia de brasileiros que serão preservados no Plano de Raciona-

mento - são os 17 milhões de brasileiros que vivem às escuras. Nós, hoje, temos 17 milhões que não têm luz alguma.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Já estão apagados.

O SR. ILDO SAUER – Já estão apagados. Estão acostumados e não vivem essa tragédia. Quanto aos demais, eu acho que está em curso um pouco de demagogia - desculpem-me por usar essa palavra, mas parece que é isso mesmo. Mostrei os dados dizendo que, nos últimos seis anos, o Governo fez um grande esforço para aumentar a tarifa dos consumidores de menor consumo e, em geral, de baixa renda. Agora, sai nos jornais que quem consome até 100 quilowatts/hora, por mês vai ter R\$2,00 de volta para cada real que economizar em relação ao ano passado. Agora, vamos ver quem consome 100 quilowatts/hora por mês. Um sujeito que tem 3 lâmpadas em casa, uma geladeira - normalmente, a geladeira de quem tem baixa renda é das aquelas que consomem de 50 a 60 quilowatts/hora e não aquela que tem a promessa de consumir 30, com o selinho do Imetro ou Procel -, um chuveiro elétrico e algumas outras coisas já consome mais que 100 quilowatts. De maneira que, para eles, economizar vai significar uma redução drástica do padrão de vida que já é muito baixo. De qualquer maneira, dizer isso não passa de uma promessa porque há pouco o que reduzir. Claro, podem-se trocar lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas. Mas, como falei há pouco, os preços explodiram, quase dobraram e também não há lâmpadas no mercado. Não é um negócio consistente. Foi muito mais uma idéia, até porque alguém falou que apagão era coisa de comunista, se não me engano na Folha de S. Paulo - uma visão que, diria, é pior do que stalinista, quase fascista, na interpretação da realidade ocorrida. Ninguém aqui está feliz.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Ele estava fazendo uma relação com Cuba, que enfrenta um bloqueio gigantesco e consegue produzir energia, fazer investimento produtivo, mesmo diante de ter que fazer apagão.

O SR. ILDO SAUER – De maneira que eu não consigo ver, no plano atual, qual a preservação. No máximo, não se está tomando mais ainda do pessoal de baixa renda, fora essa promessa de que ele vai ganhar um pouquinho se economizar. Só que para ele é difícil economizar por causa da situação do subconsumo. Nós, no Brasil, em média, consumimos 2.000 quilowatts/hora, por ano, per capita. Estamos no 82º lugar no mundo. Nós precisamos consumir mais energia, embora também precisemos consumir de

maneira mais eficiente, porque o que se precisa são serviços energéticos - é a luz, é o frio, etc. De qualquer maneira, não vejo como está sendo preservada essa faixa da população. Ela está sendo preservada um pouco mais do assalto que está sendo praticado contra os outros. Talvez o único efeito seja o psicológico, de amedrontar para que a população, de fato, faça o que vem fazendo, já conscientemente, reduzindo o seu consumo - infelizmente não temos os dados exatos. Até sugeri antes ao Senador que preside a sessão que o Senado, em face do fato de que historicamente os dados que divulgávamos não eram acreditados e eram negados e agora a realidade crua nos mostrou que tínhamos razão, fiscalizasse. Talvez coubesse a um órgão independente do Executivo fiscalizar semana a semana a implementação dessas medidas. Se conseguirem burlar a lei e impor esse sobrepreço, essa sobretaxa sobre custo ou confisco, avalia-se para onde e como está indo o dinheiro. Em segundo lugar, que se acompanhe diuturnamente quanto de redução de energia se está conseguindo porque, como dizemos aqui, se não houver realmente redução e não houver oferta adicional, o País corre o sério risco de parar por volta de dezembro.

Assim sendo, penso que o Senado poderia se envolver nessa empreitada para acompanhar diariamente e ter a prestação de contas, pois se não vieram aqui expor a situação e debater abertamente conosco, que viemos aqui, mais do que tudo, para contribuir, penso que seria uma solução. Todavia não sei quanto de fato se está protegendo nessas propostas deles. Penso que quase nada, o que se está fazendo é dizendo que se está preservando do assalto os de mais baixa renda e tomando dos de maior renda, sem base jurídica, sem base técnica e sem condições de implementar essa medida, pois não há como implementá-la na prática. Nem o Exército brasileiro indo a campo vai conseguir cortar por três ou quatro dias o fornecimento de energia. Vai ser uma confusão imensa e impraticável.

É preciso buscar alternativas mais sérias até para criar temor. Confesso que, de fato, o temor criou uma atitude de redução no consumo. Isso foi, concretamente, efeito, devemos reconhecer, na direção correta. Talvez o mecanismo tenha sido maquiavélico de mais, pois na prática as medidas não são possíveis de serem implementadas.

A SRA. HELOISA HELENA – Só uma consideração que faço a sua exposição. Estava aqui discutindo com o Senador Paulo Hartung, que tenta alterar a tabela do Imposto de Renda, e dizia da necessidade de

alertar a população sobre o que significa para o Governo alta renda, pois certamente quem ganha R\$800 é considerado pelo mesmo como detentor de altíssima renda.

O SR. ILDO SAUER – Alto consumo na verdade é.

A SRA. HELOISA HELENA – Isso é um absurdo.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Não devemos nos opor a que haja um privilégio qualquer por renda. Correto não se mexer quem está abaixo do consumo de 100 quilowatts/hora.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – So mos contra remoção dos subsídios sociais que havia antes.

A SRA. HELOÍSA HELENA – É claro!

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Isso é correto. Agora não quer dizer que quem está entre 100 e 200 quilowatts/hora seja de alta renda, ainda é de baixa renda. É uma classe média mínima, que está ali por baixo. Essas pessoas estão com o orçamento muito apertado, precisam pagar escola de criança e outras despesas e torna-se difícil pagar mais por energia.

O SR. MAURÍCIO TOMASQUIM – Por isso houve a resposta, pelo susto das pessoas em ver sacrificado seu parco orçamento.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Agora prestemos atenção na questão jurídica e contratual. Essas empresas elétricas entraram no leilão, compraram as empresas distribuidoras e se comprometeram, nessas regras do jogo, a nos vender energia na sua área de monopólio. Não há concorrência para nós na nossa área. Eles estão contratados. Em nosso nome, a União deu-lhes a concessão, uma vez que ela é o poder concedente, mediante um contrato de concessão que garante energia. Os engenheiros elétricos chamam-na de energia garantida e, assim, não pode falhar, exceto por motivos de grandes acidentes naturais ou tecnológicos, que não é o caso de falta de investimento. Como essa falta de investimento é previsível, o que todos mostram aqui em que se um coro, penso que ninguém pode duvidar que o investimento caiu e que os reservatórios foram descendo progressivamente ao longo dos últimos anos. Era previsível o que aconteceu. Só não aconteceria se a quantidade de chuva fosse excepcional.

Assim, a companhia elétrica tinha que se precaver e tinha obrigação de ter encontrado soluções, inclusive promovendo energia elétrica. E chegou ao final da cadeia pagando pelo prejuízo o consumidor, que tem o contrato, repito. Citemos um exemplo: se o senhor compra um automóvel e paga por ele, leva-o para casa, mas ele não anda, pára a toda hora. É um automóvel de marcha interruptiva e não garantida, o

que faz o senhor voltar à agência e dizer que o carro não funciona. A agência diz então que vai cobrar mais caro. Podemos comparar com o caso da energia. Se esta piorou, estamos pagando por algo que não estamos recebendo. Cobrar-nos mais caro tem que ser mediante um pacto social e precisa ver, como bem disse o Ildo, para onde está indo esse dinheiro. Se ele vai fazer caixa das empresas para depois ser devolvido ou, se o Governo vai recolher, quanto tempo vai ficar lá? Isso vai ser um recolhimento. Creio que é um problema que tem que ser fiscalizado.

O SR. ILDO SAUER – Eu só queria concluir que nessa situação acho que ninguém está preservado nesse plano. É demagogia dizer que de 100 a 200 não é alta renda é o contrário, uma família típica necessita de 200 quilowatts/hora por mês para qualquer condição básica.

Respondendo à segunda pergunta da Senadora. Os investimentos normalmente necessários para expandir uma taxa de 4% a 5% ao ano no crescimento do setor elétrico se situa na ordem de 7 a 8 bilhões de reais por ano.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Para 4% a 5% ao ano?

O SR. ILDO SAUER – É o que o País está crescendo e precisa crescer na minha opinião para poder sustentar uma melhoria na condição de vida e na geração de empregos e tal. Talvez um pouco mais. Podemos dizer que seja de 7 a 10, depende um pouco da opção que vamos seguir. Mais ou menos 5 bilhões de dólares.

E o que eu quero dizer é o seguinte. Duas coisas quanto a isso. Em primeiro lugar, o aumento tarifário que foi imposto e o que será imposto se o modelo novo vigorar no mercado atacadista vai transferir em torno de 10 bilhões de dólares do setor produtivo para o setor dos novos investidores. Quer dizer, mais do que o dobro que seria necessário para expandir. Eu costumo brincar de que se se antecipasse o modelo tarifário que está sendo colocado agora com seus preços novos que estão no horizonte para o sistema antigo ele além de ter expandido tudo de que precisava sobriaria de 3 a 4 bilhões de dólares anuais para fazer um fundo de combate à pobreza e outras coisas. Isso tudo está engordando os balanços das distribuidoras e vai passar a engordar os balanços das geradoras depois.

De qualquer maneira, sobre esse investimento entre 7 e 10 bilhões de reais anuais necessários é preciso dizer que independe da opção de política energética que seguirmos. Co-geração, conservação de energia, co-geração com bagaço de cana, com

gás natural, pequenas centrais hidrelétricas, hidrelétricas de médio e grande porte e outras mais, grande parte do investimento normalmente será feito pela iniciativa privada também, não serão das estatais, que aliás o governo há muitos anos que não coloca nenhum tostão nas empresas estatais de energia, ele mais tirava que colocava, na verdade. Elas só eram cerceadas na capacidade se financiarem. Dava-se o financiamento para as privadas, para grupos estrangeiros do BNDES mas não se deu a Furnas, não se deu à Cesp, não se deu às outras. De maneira que além de modificar o volume é preciso dizer que ele está dependendo da opção que, como eu disse antes, tem outras relações com a sociedade em termos de tecnologia, de política industrial, de política de emprego, de política de preservação do meio ambiente e, acima de tudo, do desenvolvimento do uso múltiplo das águas a que a Senadora se referiu. Porque a privatização do jeito que está sendo feita agora vai criar uma séria restrição contra a possibilidade de, de fato, implementar a legislação, que a lei de um lado garante geração hidráulica e de outro uma série de princípios que vem desde 1934 sobre o uso das águas. Garante primeiro para dessedentação das pessoas, saneamento público, animais, irrigação, uma série de prioridades.

Na prática, os conflitos que estão no horizonte vão inviabilizar isso. De maneira que uma política consistente nessa área vai reduzir os investimentos substancialmente. Vai viabilizar, como foi em outros países, grande parte dos investimentos em co-geração foram feitas pela iniciativa privada, e tem que ser feitos assim, e além disso reduzem os custos de produção desses setores que a produção de cada setor que faz isso se torna mais com menor custo porque o insumo fundamental reduz seu custo e se torna mais competitivo.

Temos uma agenda interessante. Não é hora de debatermos tudo aqui mas, de qualquer maneira, o País ainda está dotado de inúmeros recursos que podem ser diversificados, não devem mais estar presos somente a uma empresa, essa centralização de que éramos vítimas antes não nos convinha. Mas novamente temos uma infinidade de recursos que podem e devem ser desenvolvidos de maneira mais consistente. Acho que em outra ocasião podemos aprofundar.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Sobre a questão dos investimentos acho que é isso. Parte dos investimentos podem ser privados, não precisam sair do Estado necessariamente. A questão por exemplo da co-geração não é necessário, não é o Estado que

vai investir, na planta industrial vai-se colocar pelo industrial o equipamento lá. O que o Estado tem que fazer? Ele tem que criar as condições para um industrial investir. Vou dar um exemplo. O que foi feito nos Estados Unidos que explodiu a co-geração. O Ilídio mostrou, a co-geração dos Estados Unidos hoje total é o equivalente ao todo nosso parque instalado de geração de energia e também às hidrelétricas. Tudo o que há no Brasil é o que eles têm só de...

O SR. ILDO SAUER – É sessenta?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – No Brasil, é sessenta e sete. É enorme. Não estamos falando de algo small, beautiful; não é algo bonito. Estamos falando de uma realidade, e lá eles gostam de ganhar dinheiro. Estamos falando que o capitalismo funciona onde o capital privado está colocando dinheiro. Estou falando sobre algo concreto.

O que eles fizeram? Elaboraram uma lei chamada Purpa. Nessa lei, entre outras matérias, estabeleceram que toda concessionária é obrigada a comprar o excedente de energia elétrica gerado pela indústria co-geradora. Explicarei o problema. Um industrial brasileiro resolve expor lá a planta de co-geração – começarei com os extremos. Há um excedente. Sabem o que a concessionária faz? Ela não compra o excedente dele – estamos falando daquilo que ocorria no passado, em um momento de normalidade e não de escassez, como o que está ocorrendo agora –, porque vê o industrial como um competidor. Isso é uma besteira.

Tenho falado para as concessionárias que, nos Estados Unidos, ocorreu o contrário. A concessionária se dirige ao industrial e diz: “Meu amigo, vou instalar na sua planta um equipamento de co-geração, e você me pagará pelo fornecimento”, tornando cativo aquele industrial. Então, a distribuidora, em vez de ver o industrial como seu competidor, ela o vê como um potencial mercado. O que seria necessário? Pequenas modificações.

Outro fator que atrapalha a vida do industrial é o backup. E o que é o backup? Como não é possível fazer um equipamento funcionar durante todo o tempo – há uma hora em que tem de parar –, tem-se de comprar energia da concessionária na hora em que isso ocorrer. Só que, nessa situação, a concessionária cobrará três vezes mais do que a tarifa normal. Então, quem for industrial não conseguirá implantar. O que ocorre? Seriam necessárias pequenas mudanças na regulamentação para fazer com que o capital privado invista nesse setor.

É preciso esclarecer que o Estado deve usar as suas empresas estatais, juntamente com o capital privado, para investir em hidrelétrica.

Ele está dizendo algo muito importante. Informe-me a V. Ex^{as} que o Estado possui usinas que geram energia a seis reais, e que é vendida a quarenta reais. O que ocorrerá com essa diferença? Poderá ser usada para investimentos. No entanto, se houver privatização, não se poderá vender aquela usina por seis reais, mas por quarenta ou setenta reais. Para onde vai esse dinheiro? Para a área econômica a fim de se abater a dívida, saindo, portanto, do setor energético. Por isso, não devemos privatizar as empresas e as usinas já existentes. O investimento hidrelétrico deve ficar para o Estado. Entre tanto, em todos os outros investimentos, poderá entrar o capital privado.

O único ponto de discórdia entre os colegas aqui presentes, apesar de concordarem com quase tudo, talvez seja a questão da tarifa. Portanto, deixem-me explicar o meu ponto de vista.

Acho que o uso da tarifa para se reduzir o consumo de energia é uma maneira eficiente de mudar comportamentos. Acho! Porém, acho que, no momento atual, isso é muito arriscado. É uma cartada que eu não daria enquanto Governo.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Maurício, preste atenção. A nossa tarifa, a tarifa de classe média...

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Por favor, deixe-me terminar o raciocínio.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Não faz mal. Já que você falou...

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos permitir que o Dr. Tolmasquim complete a sua idéia.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Só estou informando ao Sr. Maurício um número para que o conteste, caso considere necessário. A tarifa de classe média já atinge um valor muito alto: US\$100,00 por megawatt/hora. Esse valor aumentará ainda mais?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Deixe-me esclarecer essa dúvida. Estamos vivendo um período de crise muito grave e não temos a real noção desse problema. Significa escolher entre o ruim e o pior, e acredito que não há solução.

Aquele reservatório está esvaziando, e, se chegar a 10%, desligaremos as usinas ou enfrentaremos o problema da falta de energia geral. Estou apavorado.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Precisaria fazer uma tarifa agora. Durante esse período.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Claro.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Na emergência.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Não. A tarifa residencial brasileira – já falamos várias vezes – é uma das mais caras que existem. É um absurdo. Ela é mais cara do que a dos Estados Unidos, do Canadá e da França.

Nós temos que fazer alguma coisa, o Governo, a sociedade, porque estamos caminhando para o caos. Estou assustado. Pensar que passaremos por essa situação sem sofrer é ilusão. Vamos sofrer e temos que saber disso. É ilusão acreditarmos que não haverá que da do PIB e da balança comercial nem inflação tampouco que a população não vai sofrer.

Qualquer mecanismo tem problemas. A vantagem de se usar a questão da tarifa – há certos procedimentos engenhosos e interessantes – é que se sinaliza para aquele que pode economizar mais para que assim o faça. Trata-se de mecanismo inteligente sob esse ponto de vista. O problema é o timing. Se fosse em março, não tenho dúvida de que – sem desconsiderar essa questão do corpus, que também entendendo que é meio fascista – eu apoiaria a tarifa. Acho que ela é mais inteligente, apesar de concordar que é injusta. Ela, entretanto, tem as suas vantagens.

O meu medo é quanto ao agora. O timing é uma cartada muito arriscada. A tarifa tem esse problema da elasticidade. Não sabemos como o consumidor reagirá a ela. Se ele não reagir, nós estamos perdidos. Então, se fosse em março, seria uma medida inteligente. Neste momento, é uma cartada arriscada, porque não sabemos como ele reagirá a demanda ao aumento do preço. Não é que eu seja contra isso. Temos a ilusão de que a opção é cortar a energia elétrica. É um caos proceder desse modo todos os dias na cidade.

Se eu tivesse certeza de que a questão seria resolvida pelo preço, preferiria que fosse assim. Meu medo não é esse, mas que isso não seja suficiente e que o corte no próximo mês tenha que ser muito maior. Realizado esse procedimento, precisamos cruzar os dedos para dar certo.

Esse era o ponto que pretendia esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Volto a fazer um apelo aos ilustres palestrantes para que façam um esforço no sentido de que, sem perder essa bela contribuição que estão dando a esse encontro, usem sua capacidade de síntese a fim de que possamos ouvir outros Srs. Senadores.

V. Ex^a concluiu seu posicionamento?

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Gostaria de fazer um comentário sobre isso e utilizar a minha capacidade de síntese.

O Tolmasquim falasse sobre esse assunto. Quando pensamos em nossa classe média, no nível em que estamos, entendemos que é razoável. Podemos pagar um pouco mais. Então, é possível haver essa sinalização. Mas somos uma parte pequena parte do consumo total, embora individualmente consumamos muito. Entretanto, para a população que consome menos de 200 kilowatts/hora por mês, isso pesa muito.

Eles estão protegidos por um contrato. É preciso expor esse assunto. Estou falando sozinho aqui. A companhia elétrica lida com bilhões de dólares, já ganhou muito dinheiro e exportou centenas de milhões de dólares e fica-se falando no pequeno consumidor, aquele de 100 ou 200 kilowatts/hora ou menos. Quer o que a Light, as companhias norte-americanas e inclusive as estatais, que ainda operam participem desse prejuízo, participem do prejuízo.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Claro.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Por que o povo paga sozinho quando a incompetência é deles? Eles contrataram e assumiram a responsabilidade. Existe um contrato que, na Califórnia, até este momento, não foi rompido.

Concordo que, em última análise, possa até haver uma situação de emergência, mas pactuada não no gabinete, onde surgem decretos e medidas provisórias. É necessário acordar com a sociedade para verificar o tolerável.

Além disso, não entendo como as companhias elétricas estão de fora. Elas estão perdendo receita? “Poxa, mas isso é o mínimo!” Mas, muito mais do que perder receita, devem ser penalizadas por não se terem mobilizado também para garantir a energia que venderam.

O SR. ILDO SAUER – Vou expor de pois a minha discordância com relação a essa idéia.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Até entendo a sua preocupação. Mas imagina como fica o povo brasileiro que nos estiver assistindo, Prof. Maurício! Digo isso porque, diante da exposição absolutamente sincera, deve estar apavorado diante de uma realidade objetiva. É exatamente assim que estamos.

Os senhores que se dedicam a estudar essa questão e a alertar sobre isso sabem que o inadmissível é não se mostrar apavorado diante de uma situação dessas; o que é inadmissível é um Governo dizer que não sabia, é agir de formaleviana e irresponsável.

Se eu, da área de saúde, há dez anos, já escutava o Dr. Pinguelli Rosa falando dessa tal crise - vira-

va cavaleiro do Apocalipse falando da crise -, imagine os técnicos!

Houve ausência da tal estrutura de fiscalização. Fizemos tanta magia nesta Casa para aprovar tais agências como órgãos fiscalizadores independentes do Governo! Onde está a independência? Aliás, são tão independentes que nem o Presidente da República pode mandá-los, pode tirá-los dos cargos. Não pode demiti-los de tão independentes que são, longe dessa coisa horrível que é o Poder Político e, portanto, do Presidente da República e tal. A prova é que não estão nem aqui para bater, com independência, aqui o que é vital. Como o Governo não veio, eles também não vieram.

Já que o Professor Ildo disse que quer referir-se às considerações do Prof. Maurício, até podemos abordar novamente o seguinte: há o estabelecimento do pacto no sentido do aumento da tarifa e, portanto, do compromisso maior ainda, como o Senador Carlos Patrocínio e eu discutíamos, do Orçamento já combalido, por que está sendo atingida a baixa renda, a classe média, todo o mundo. O Orçamento já está combalido, porque está tudo na ponta do lápis.

Temos recebido inúmeros e-mails de pessoas que estão, na base da ponta do lápis, analisando o que não podem mais fazer: quantas vezes não podem mais abrir a geladeira, baixar o volume da televisão. É o mínimo! Não é ninguém que está passando, que está indo para a Europa ou fazendo bacanal na Flórida ou em Paris! Não é isso. Não é coisa da elite. É coisa do povo brasileiro, que já está - e vai ficar ainda mais - com o seu orçamento doméstico combalido, pois haverá desemprego, precariedade das relações de trabalho e aumento do preço da mercadoria. Então, haverá ainda mais problema.

Se é para se fazer pacto, se é para distribuir prejuízo... Nem vou falar sobre algo que vocês, da área, já sabem. Aquela história do conceito de baixa renda, que já modificou, quando houve a privatização das distribuidoras... Subsídio cruzado, de que falávamos, não podia mais ser feito. Portanto, a idéia de um pagar mais pelo outro era concepção nossa. Dizia-se que quem tem mais tem de pagar um pouco mais para investir no pobre, no favelado, no setor produtivo que está na periferia.

Se se vai fazer isso, se é um aumento da tarifa para ser educativo no sentido de “desligue a lâmpada para não provocar desordem, porque o reservatório está no caos”, o que a distribuidora dará em retorno? São cinco meses pagando a mais e, depois, vamos pagar menos? Tem de haver alguma recompensa O

que será feito depois? A distribuidora não fez nada. Se ela não vai pagar nada, o que vai fazer?

Se é do ponto de vista educativo, para aumentar a quantidade de energia, porque os reservatórios estão um caos geral, depois será o quê? Vamos pagar mais nos seis meses para economizar mesmo, por causa do caos no reservatório e, depois, menos? Tem de ter uma compensação. Pacto para distribuir prejuízo? O povo brasileiro não pode aceitar! Distribuir prejuízo, não. Se é pacto, tem de haver compensação depois.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o Prof. Ilido.

O SR. ILDO SAUER – É ética e ilegalmente inaceitável aumentar desse jeito as tarifas de quem quer que seja. Primeiro, porque já pagamos, como mostrei há pouco, tarifas muito mais altas que as necessárias e já se estão engordando os balanços das distribuidoras, que, cada vez mais, remetem inclusive mais do que investiram aqui para o exterior.

Até entendo que, do ponto de vista da teoria microeconômica, elevar o preço drasticamente faz reduzir o consumo. Mas isso é um instrumento absolutamente inaceitável do ponto de vista legal e ético neste momento. E mais: para fazer com que isso engorde mais os balanços de quem? Da distribuidora? Se o Governo – não gosto de entrar nisso – mas se o Governo fez o Proer, que engoliu tantos bilhões de dólares, para salvar o Sistema Financeiro, por que agora quer tomar tanto dinheiro da classe média, e dos pobres também, para fazer aumentar o preço a tal ponto que eles não possam mais consumir energia nem manter sua vida funcionando? Isso não é ética nem legalmente aceitável. Legalmente, o professor Luís Pinguelli Rosa colocou - e eu também tentei colocar, já - que há um contrato, há um serviço que tem que ser contínuo e que a própria tarifa que pagamos, hoje, e que pagávamos antes, que era menor do que agora, já previa custos que incluíam a segurança num risco de déficit aceitável. Essa segurança não foi violada por fenômeno natural. Não foi a falta de chuvas que violou, foi a falta de ação. Então, é uma responsabilidade que tentamos estabelecer no começo da discussão, para evitar exatamente que esse tipo de possibilidade passasse a ser aceito pelo conjunto da sociedade, de que agora vamos aumentar os preços, ad infinitum, até que ninguém mais possa pagar energia. Isso não é aceitável, ainda mais sem saber o que será feito desse dinheiro. Quer dizer, é ilegal, é eticamente inaceitável e, eu diria mais: é imoral também, porque apenas quem tem menos renda.

De maneira que estou sendo um pouco duro com meu colega Maurício Tolmasquim, que tanto prezo, mas acho que esse instrumento pode parecer ser útil – até, como eu disse antes, parece que funcionou -, mas ele tem muitos princípios que não podemos aceitar.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Quero esclarecer, senão vai passar uma impressão errada.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Com a palavra o professor Maurício Tolmasquim.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Deixe-me tornar claras as coisas. Primeiramente, não há dúvida – e até, no programa do debate da TV Cultura com o Secretário, coloquei esses dados – de que, in factum, a energia residencial do Brasil é uma das mais caras que existem. Isso é um fato. Maior do que a energia no Canadá, maior do que a energia nos Estados Unidos, maior do que a energia na França, maior do que outros países – fato um.

Fato dois: esse valor aumentou muito por causa da privatização das distribuidoras. Por quê? Para tornar as distribuidoras atrativas, as tarifas tiveram que ser aumentadas, de tal maneira que, do total da tarifa, 60% vão para a distribuidora e 40% vão para a geração e transmissão. No mundo todo é o contrário: 40% vão para a distribuição e 60% vão para a geração e transmissão.

Então, sem dúvida alguma, as distribuidoras, concordo, têm lucros, e é um problema que tem que ser visto. Ponto dois. Então, nesse ponto, temos concordância total.

Ponto três: estamos numa crise. alguma coisa tem que ser feita.

O SR. ILDO SAUER – Mas não qualquer coisa.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Então, se fosse para fazer, seria o seguinte: hoje, concordo que esse mecanismo de preço é arriscado, porém, acho que dar-se, em março, uma sinalização, por meio de preço, para evitar o corte generalizado, poderia ter sido um sinal melhor, mesmo que injusto. Por quê? Porque o corte é extremamente injusto, também. O corte significa que todos, independentemente da classe de renda, ficarão sem energia elétrica – na favela, em qualquer que seja o lugar, todos ficarão sem energia elétrica.

Então, é só isso que estou falando.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – E sobre as empresas elétricas?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – As empresas elétricas devem entrar pagando também. Acho que há um erro aí.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Não estão pagando nada.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Não, mas não estou defendendo. Cabe ao Governo defender. Eu sou contratado disso.

Eu só penso o seguinte: para sermos escutados e ouvidos neste momento, temos que saber e apontar o que está errado, o que for aproveitável, e falar. Se formos contratado, não seremos escutados.

Estou falando que este Governo errou, ele é responsável pela crise que está ocorrendo, ele tem culpa – e minha apresentação foi toda mostrando isso –, porém temos uma responsabilidade: temos que apontar, ou ajudar a apontar, as coisas, porque o País está caminhando para uma situação muito difícil.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Vamos voltar à lista de inscrição.

O próximo Senador inscrito é o Senador Eduardo Siqueira Campos, que não se encontra.

Antes de conceder a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Carlos Patrocínio, quero submeter à apreciação da Comissão o requerimento que foi colocado à Mesa, de autoria dos eminentes Senadores Heloisa Helena e Paulo Hartung, propondo seja convocada nova audiência pública para debater o processo de racionamento de energia elétrica e a atual crise nacional de energia, devendo convocar, como palestrante, o Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador José Jorge de Vasconcelos Lima, o Dr. Pedro Parente, Ministro de Estado da Casa Civil, o Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia, o Dr. José Mário Miranda Abdo, Diretor-Geral da Aneel, o Dr. Mário Fernando de Melo Santos, Diretor Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico e os pesquisadores, Ildo Luiz Sauer da Universidade de São Paulo, Luís Pinguelli Rosa e Maurício Tiomno Tolmasquim, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o pesquisador José Walter Bautista Vidal, para que efetivamente pudéssemos estabelecer o contraditório na discussão da crise que se abate sobre o País.

Submeto o requerimento à apreciação da douta Comissão.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que esse assunto, sob a ótica

dos eminentes Professores, já está esgotado. Eles foram claros, explícitos e bastante didáticos. E eu gostaria até de socorrer o Dr. Tolmasquim porque, às vezes, devemos emitir uma opinião verdadeira e, parece-me, que ele tem mais temor da catástrofe do que os outros.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Não. Ao contrário.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Mais aí existe um risco, porque as pessoas que consomem energia na faixa de 100 a 200 kw/h já vivem no limite. Se aumentarem a quota mensal, talvez isso corresponda e uma mamadeira a menos. Entendo que essa seria a última instância onde se aplicaria cortes de energia. S.Sª emitiu sua opinião sincera, o que demonstra que, de fato, há uma grande preocupação com a situação.

Sr. Presidente, gostaria de me ater a algumas dúvidas. Creio que, aqui, não deveríamos estar discutindo de quem é a culpa. Falou-se que a culpa seria apenas do Governo e não da Eletrobrás, da Aneel ou do Operador Nacional do Sistema. Será que o Ministério de Minas e Energia tem grande culpa nisso ou seria o Governo central ou a equipe econômica?

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Não tenho dúvida de que as culpas se subdividem. Mas a égide da política, que levou a isso, foi a econômica. E ela foi muito bem informada. Repito: começamos a discussão ainda na Presidência do Itamar Franco, no gabinete do Ministro da Fazenda com o Winston Tritsch, Secretário de Economia. Portanto, ficou claro, porque eles tiveram uma expectativa muito bem narrada de entrada de capital privado, que não se concretizou, e teimaram o tempo todo em manter isso. Em segundo lugar, o corte dos investimentos das estatais, segundo Firmino Sampaio, ele próprio, como presidente da empresa, alertou – e pelo o que eu sei –, o Luiz Carlos Santos, de Furnas, tentou usar o dinheiro para investir na expansão e foi proibido pela área econômica. Então, eu não tenho dúvida.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Essa é a opinião de todos?

O SR. ILDO SAUER – Fundamentalmente, trata-se da questão da filosofia que foi imposta ao modelo. Evidentemente que subculpas e sub-responsabilidades são distribuídas por todos. Até me permito ler o que está dito como sendo a missão da Aneel quando ela foi criada: “Proporcionar condições favoráveis para que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica ocorra com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade”.

É evidente que, hoje, soa um pouco irônico ler a missão da Aneel. Portanto, elas são distribuídas por todos os setores.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Vejamos: a economia não permitiu fazer investimentos; o Ministério da Fazenda foi incapaz de viabilizar os investimentos privados e proibiu os estatais; a AONS, em dezembro, dizia que não haveria problema algum de racionamento; a Aneel, responsável pelo equilíbrio da oferta e demanda, não trabalhou para que houvesse equilíbrio e não colocou em licitação as linhas. Enfim, todos têm a sua parte. Acho que o erro do – e concordo plenamente com o Pinguelli e com o Wilton – é tentar achar um bode expiatório. Acho que é uma culpa coletiva, onde todos compactuaram com a sua parcela.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Posso apenas fazer uma correção da minha afirmação?

Acho que há um culpado maior, que é o Ministro da Fazenda, porque simboliza a política econômica.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Prefiro até essa resposta, porque poderá ter havido alguém que alertou. Tenho certeza, por exemplo, de que o Congresso fez a sua parte. Tenho um projeto de lei, aprovado no Senado e remetido à Câmara, está com parecer contrário, em que recomendo ao Conselho Nacional de Política Energética que instale, de uma vez por todas, todos os mecanismos no Brasil para se utilizar o chuveiro elétrico. E citei que o chuveiro elétrico, hoje, é até atraso no que concerne a uma política energética. Porque o Brasil, talvez tenha mais do que ninguém a condição de usar energia térmica solar. E quantos discursos já ouvi sobre o aproveitamento da biomassa, a co-geração de energia, e tudo mais. Então, a culpa não é do Congresso.

Quero salvar até meu partido, os Ministros, porque já vi inclusive o ex-Ministro Brito alertar que havia um certo risco de desabastecimento.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Também quero ir em socorro disso.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Eu gostaria até de estabelecer isso aí, e achei que o Professor Luís Pinguelli tem sua razão quando coloca a culpa maior na equipe econômica.

O SR. ILDO SAUER – Se eu puder dar um testemunho quanto a isso, grande parte do modelo do setor elétrico foi testado primeiro em São Paulo, no Governo Mário Covas, sob a direção do Secretário de Energia, David Zylbersztajn, nosso colega da USP, íntimo do Presidente da República e familiar seu. De maneira que o modelo, o lugar onde primeiro foi implementado e mais problemas vem dando foi São Pa-

ulo. Então, vem em socorro, para dizer que esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Senador Carlos Patrocínio, está satisfeito?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Não, eu queria fazer outra pergunta, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Eu gostaria que fosse objetiva, para permitir aos demais Senadores participarem.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Está certo. É porque os eminentes conferencistas têm um conhecimento muito vasto e nós também, felizmente, graças a eles, estamos começando a entender a problemática. Vou fazer um requerimento aqui, Sr. Presidente, para que o Ministério de Minas e Energia todo mês mande alguém aqui na Comissão de Infra-Estrutura para dizer como está indo o programa.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Acho que poderia ser de duas em duas semanas, se eu puder sugerir.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – De quinze em quinze dias?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – É.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Vou analisar bem.

Eu gostaria de saber o seguinte: parece-me que foi o Dr. Ildo Sauer que falou que o consumo médio per capita ano do brasileiro é em torno de 2 mil quilowatts/hora. Este consumo é residencial, comercial ou é a média?

O SR. ILDO SAUER – É o médio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – É uma média geral.

O SR. ILDO SAUER – Por residência, são dois mil quilowatts/hora/ano também por residência. Tem per capita por quê? É uma coincidência. O setor residencial corresponde a 27% do consumo, e quatro pessoas por família. Então, dá uma coincidência de 2 mil quilowatts/hora em média, per capita, e também 2 mil quilowatts/hora por residência em média no Brasil, números aproximados.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Então, coincide.

Eu também gostaria de fazer uma última pergunta – já que o Presidente está me olhando com uma cara ruim desta vez: se existe uma diferença grande no que diz respeito às tarifas praticadas pelas estatais e pelas concessionárias. E se existe diferença também – vocês têm um estudo – da participação acionária do capital estrangeiro e capital nacional na privatização do setor energético do País.

O SR. ILDO SAUER – Vou começar pela última pergunta.

Neste documento que distribuí, usamos um trabalho feito pelo Professor Maurício, adicionamos algumas coisas e incluí nesse capítulo de livro. Então, todos os grupos que vieram ao Brasil, até um tempo atrás, não os últimos, com as suas participações – é importante ressaltar que eles não estão somente aqui no Brasil, estão na Argentina, em todos os países da América Latina, em todos os países do mundo –, não estão apenas na energia elétrica, estão no gás, no saneamento e estão indo para outros setores. Eles estão se convertendo em grandes conglomerados muito poderosos, econômico e politicamente capazes de influenciar as decisões, enquanto que nós estamos nos armando com pequenas, como a Aneel, com poucos recursos, portanto, instrumentos localizados. Esse é um aspecto.

O outro responde pelas tarifas. Não quero me deter muito, mas alertar que esse é um problema. Os dados estão aí, e o Maurício Tolmasquim pode complementar.

Quanto ao problema das tarifas, temos que separar geração e distribuição. Até agora, na geração, há energia velha, isto é, aquela produzida pelas estações; essa é vendida pelos contratos iniciais a seu custo médio, que é de R\$35,00 o megawatt/hora. Já a energia nova, aquela que foi agregada agora, está sendo vendida no mercado atacado ou por contratos bilaterais, ou no mercado spot. Nos contratos bilaterais estava em torno de R\$80,00 a R\$90,00 o megawatt/hora. No mercado spot está em R\$459,00 o megawatt/hora; portanto, mais que dez vezes mais. Claro, como eles dizem, é uma situação conjuntural, mas nada garante que cairá no futuro. Furnas vende em média por R\$40,00 o megawatt/hora, mas a média brasileira é a que eu apresentei aqui, dez vezes menos do que está no mercado spot hoje.

Finalmente, há o problema...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Como fica a situação do órgão regulador do País? Ele não regula as tarifas?

O SR. ILDO SAUER – Não, porque estamos num processo de liberalização do mercado, que está conduzindo isso, essa contradição. Temos a energia velha, em que estamos transferindo para a sociedade vantagem comparativa de desenvolver adequadamente o recurso hidráulico. Na medida em que ele for sendo privatizado, os novos donos passarão a vender essa mesma energia, das mesmas usinas, já amortizadas pelas tarifas que nós pagamos, pelo valor de mercado com peíativo, que é esse de hoje; não o

de R\$460,00, que, talvez, se houver oferta, cairá para algo como R\$80,00 ou R\$90,00. Mas, mesmo assim, como eu disse antes, isso é uma brutal transferência de renda na geração.

Na distribuição, como eu disse há pouco, as tarifas de 1995 para cá aumentaram 81% acima da inflação no setor residencial e aumentaram 25% acima da inflação no setor de comércio e indústria. É claro que elas são diferenciadas em função da tensão e dos custos que cada um recebe. Mas há subsídios cruzados internos, que seriam muito piores se aceitássemos a idéia de que a única forma de reduzir consumo é colocando um sobrepreço ou um confisco, como está sendo proposto pelo Governo e, de uma certa forma, discutido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Senador Patrocínio, V. Ex^a está satisfeito?

O SR. CARLOS PAROCÍNIO – Parece que o professor Luís Pinguelli Rosa teria alguma contribuição a apresentar.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Eu concordo basicamente. Só queria fazer uma adição mínima. Temos um problema pela frente: é preciso se chegar a um modelo. Desse quesito, a crise é o mais importante – e todos nós concordamos que temos de julgar para sairmos da crise e não para o quanto pior melhor. Isso, todos os três estamos falando e V. Ex^{as} também.

O Governo errou, mas não podemos deixar tudo errado; ao contrário, não faltaram soluções neste debate entregues antes, inclusive a geração distribuída, co-geração, etc. Pensando para frente, o modelo tem de ser parado, revisto. Parece que muitas forças políticas, mesmo na economia, já começaram a reconhecer isso. Temos de criar um novo. Por quê? Não vamos estatizar o que já foi privatizado e não devemos continuar a privatizar o que ainda não o foi. Portanto, agora tem-se que inventar um jeito de administrar isso. O que há hoje é o caos. V. Ex^{as} viram a quantidade de declarações sobre isso. Em determinado momento, ninguém se entendia, pois há, nessa área, o Ministério de Minas e Energia, a Aneel e a ONS; ou seja, há pelo menos três. A Petrobras está-se transformando numa companhia de energia elétrica. É muita confusão. Como será feita a gestão de um pedaço privado, de um pedaço que deve ser estatal? Para mim, o objetivo é claro: devemos buscar garantir a energia mais barata possível e garantir a expansão. Se o privado entrar, ótimo, que invista, mas não pode entrar transferindo os riscos para a Petrobras e para a população.

Nesta conversa que estamos tendo, estou reclamando muito porque, na crise, se cobra de um sujeito

que consome tão pouco, como 200 megawatts/hora/mês ou 100 megawatts/hora/mês, e as empresas elétricas que não cumprirem seu contrato não...

O SR. ILDO SAUER – Ainda querem ser indenizadas.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – A Aneel e o Governo deveriam falar sobre isso. Por que quem ganha bilhões de dólares, remete para o exterior e controla o mundo aqui é incontrolável? Por que o pobre, que está com um orçamento pequeno, é vulnerável?

Uma ilegalidade está sendo cometida. Não há dúvida de que, se a Justiça atuar, será muito difícil. Contrato é contrato. Isso é do capitalismo. Contrato não é uma coisa comunista; é capitalista. Contratou está contratado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – V. S^a pensa, então, que as concessionárias não terão prejuízo?

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Do jeito que está, elas terão perda de receita e perda de receita não chega a ser prejuízo.

O SR. ILDO SAUER – Mas elas estão reclamando o ressarcimento dessa perda com essa sobretaxa e com esse sobrepreço.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Mas elas têm que entrar na despesa para vencer a crise. Elas têm que distribuir equipamento eficiente para a população mais pobre, elas têm que assumir que causaram esse problema também, junto com o governo. O pequeno consumidor, aquele pequenininho, não fez nada de errado.

O SR. ILDO SAUER – Não criaram condições para cumprir o seu contrato e apontamos algumas medidas há pouco: iluminação residencial, iluminação pública. Se forem instalados dois ou três mil grupos geradores de 2 a 3 megawatts pelas indústrias brasileiras, se tivermos com bus tível e condições técnicas de conectá-los à rede e, depois, convertermos isso em co-geração, teremos uma condição brutal de sairmos rapidamente da crise. É um exemplo.

O problema – essa é a preocupação com a manifestação do Maurício – é que o governo concentrou-se em atemorizar a população com um instrumento sabidamente ilegal, inconstitucional, como disse há pouco. A tecnocracia criou esse erro brutal, rasgando a Constituição, para esconder o seu erro. Isso é irresponsabilidade. Não pode.

Há outras saídas - e eu tentei apontar algumas delas - que não foram suficientes nem adequadamente exploradas nem implementadas; são saídas que têm condições de mobilizar mais recursos, fazer me-

nos carnaval, menos demagogia, traduzindo-se em ação concreta coordenada de todos os agentes do ministério, das secretarias de energia dos estados, das empresas públicas privadas e estatais, dos municípios, das prefeituras e dos meios de comunicação. Se fizermos isso, há saídas que podem nos garantir que o pior não acontecerá. Só o que foi feito até agora é, de longe, insuficiente e, pior, completamente ilegal, arbitrário e insustentável.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Uma adição técnica: estamos com sobra de gás natural. Metade da capacidade do gasoduto Brasil-Bolívia não está sendo usada; estamos queimando nos flares das plataformas de petróleo o gás natural precioso.

Em parte já está em rede e é possível, hoje, mesmo para empresas pequenas, fazer uso desse gás natural para gerar energia elétrica. Agora, o Maurício tem razão: a empresa elétrica cria obstáculos, porque o sujeito tem que ter um tipo de contrato que permita, quando ele entra em manutenção com o equipamento dele, que a empresa elétrica venda. Segundo: que o excedente ele coloque na rede. Ele tem que ser tratado como uma planta virtual, uma planta distribuída. Isso é o supra-sumo da privatização. Isso é a privatização indo adiante. Um pequeno comércio, um hotel, poderá gerar energia elétrica e poderá vender para a rede. É preciso uma política nesse sentido.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – E comprar todo o excedente. Nos Estados Unidos se fez isso, na Alemanha e em outros países também.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Voltando à lista de inscrição. Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, serei objetivo. Apenas gostaria de fazer uma referência: acredito haver um convencimento geral dos técnicos - embora a área política do governo possa ter divergências com essas teses - de que a crise que estamos vivendo foi provocada pela inépcia do governo, por sua área técnica, por seu modelo econômico desenvolvido. Penso que os dados estão sobejamente expostos por todos.

Para citar um exemplo: o governo claudicou nessa questão da privatização. Sou contra a privatização. Parece-me também que há um consenso dos estudiosos de que, se tivesse privatizado em tempo hábil, talvez a crise fosse menor do que a que aí está.

O grande problema é que o governo ficou propondo privatizar sem tomar as medidas adequadas - foi citado o caso de Furnas; hoje, o Paulo Henrique

Amorim citava que o governo deixou de investir R\$600 milhões numa linha de transmissão da Argentina para o Brasil em função dessa proposta de privatização. Ou seja, ficaram quatro anos sem fazer nada, ameaçando privatizar, não privatizaram - e não deviam mesmo ter privatizado, deviam era ter investido.

Como já foi mostrado, Furnas é uma empresa superavitária, assim como Tucuruí e outras. Então, não há por que privatizar o setor de geração de energia no Brasil. É claro que a cogeração e a implementação de novas geradoras pela iniciativa privada são mais que necessárias, seriam algumas das saídas inevitáveis que o Brasil teria que adotar.

Sou de um Estado pequeno da Federação, o Amapá, onde não estamos em crise neste momento, porque, quando passamos por ela, houve providências de várias naturezas que hoje nos garantem um superávit de aproximadamente 90MW para um consumo entre 80 e 90 MW. Temos praticamente o dobro do que consumimos e já há outros empreendimentos em andamento.

Então, que o Brasil adote as mesmas medidas, pois é possível, sim, até por que – eu sou da Oposição – o Governo vai se deparar com uma eleição no ano que vem. Embora a tendência seja mais para o ceticismo que para o otimismo, acredito que, na verdade, o Governo vai reverter isso neste ano, por que, no ano que vem, ele jamais se submeterá a passar, em pleno processo eleitoral, por essa etapa de apagões, de cortes de energia nos domicílios e de todas essas ameaças que pairam hoje sobre o consumidor, com repercussão graves na economia, quer seja na geração de emprego, quer seja no PIB. Então, o Governo terá de tomar mesmo essas providências. E as tomará, não porque tem sensibilidade social neste momento, mas por causa do processo eleitoral do ano que vem. Não sei se o fará adquirindo geradores térmicos ou construindo linhões pelo Brasil afora, importando energia de outros países, pois não se constrói hidrelétricas em um tempo tão rápido assim. Além disso, somente por meio de hidroelétricas será muito difícil se restabelecer a capacidade de acordo com a demanda. Penso que a saída será mesmo a geração térmica, que pode ser importada.

Lembro que, no Amapá, na época, importaram geradores da Rússia, embora, de pois, tenha se verificado que não estavam em boas condições. Mas o certo é que foram em contradição das soluções que hoje nos permitem estar fora desses apagões.

Eu conversava com um Deputado, que dizia: “No Amapá, há energia sobrando, porque há também muitos consumidores sem energia; o povo, na sua

maioria, não tem energia.” É verdade. A realidade da Amazônia ainda é esta: muitas pessoas sem energia.

Então, eu queria parabenizar os expositores. Concorro com a essência das teses levantadas. Fico convicto de que a responsabilidade é do Governo. E quando falo Governo, falo área econômica e área técnica específica. Também estou convencido de que o Governo adotará as medidas necessárias para reverter isso para o próximo ano, por que não é louco de ingressar em um processo eleitoral com uma crise energética como esta que estamos vivendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O Senador Sebastião Rocha praticamente não fez nenhum questionamento, mas o Prof. Maurício Tolmasquim vai fazer algumas considerações a respeito.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – É muito rápido. Concorro plenamente, só há um senão. V. Ex^a falou que se tivesse privatizado em tempo adequado, a situação estaria melhor.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Poderia estar. Sou contra a privatização, mas talvez não estivesse tão ruim. O grande problema foi a paralisia do Governo.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Vou tentar explicar por que não. Quando se colocarem as usinas à venda, os investidores vão com pratas não pelo seu valor de estoque, mas pelo que chamam de fluxo de caixa descontado, ou seja, pela projeção de lucro futuro. Ou seja, a renda de Furnas que permite o lucro, eles não a irão obter, por que eles não têm mais aquela usina amortizada, mas uma usina comprada pela perspectiva de lucro futuro. Eles têm de ressarcir o seu investimento, pagar o seu investimento.

Estamos fazendo um estudo das estratégias das empresas que foram privatizadas e observamos que, de um modo geral, elas pagam valores enormes como dividendos a seus acionistas. Ou seja, a primeira prioridade é pagar seus acionistas, só de pois é que passam a investir.

Então, a privatização significa passar essa renda, que é tida pelas usinas amortizadas, da área energética para a econômica. O setor energético perde essa renda.

Não tenho dúvida em afirmar que, se tivesse privatizado dia 30, seria uma falácia. É um absurdo, mas há pessoas dizendo que o capital privado não investiu, porque não foi feita toda a privatização. Não há lógica.

Estivemos em Washington e, ouvindo uma palestra da Texaco, perguntamos ao palestrante se o fato de Furnas ser privada ou não influenciava no seu investimento. Ele respondeu-nos que não, pois que-

ria bom preço do gás, tarifa, financiamento. Portanto, para ele, não influi em nada se Furnas é privada ou estatal. Quer dizer, essa relação é uma falácia, não tem nada a ver. O fato de não ter sido privatizada não tem qualquer relação com o fato de não terem ocorrido os investimentos. É muito importante esclarecermos esse ponto, porque isso está sendo repetido e não é verdade.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Gostaria de fazer uma pequenainterrupção para saber se estou perfeitamente antenado com o que parece ser o consenso: não privatizar o que existe, mas permitir que o capital privado, daqui por diante, ... É esse mais ou menos o consenso?

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Perfeito. Permitir e estimular. Mesmo na expansão do setor hídrico, existe a possibilidade de parceria com o capital estatal, porque se usa o recurso estatal para alavancar os investimentos privados. A Petrobrás faz isso. Então, o capital privado é fundamental e bem-vindo, mas para expandir.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Esse é o modelo que o Tocantins adotou. O Estado realmente usou o setor privado para ampliar a sua capacidade de geração. Lá está acabando de ser construída uma nova usina hidrelétrica pelo setor privado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar os nossos debatedores, o Professor Luiz Pinguelli Rosa, o Professor Ilido Sauer, o Professor Murício Tolmasquim.

Não temos que lamentar, mas repudiara ausência do representante do Governo, que não se dispõe a realizar um debate de alto nível. A população nos está assistindo pela TV Senado e a ausência dele significa que o Governo está assumindo a culpa pela crise energética que o País está atravessando. Com essa Mesa, teríamos um debate da melhor qualidade, mas ainda assim os três debatedores estão dando uma grande contribuição.

Quero fazer uma observação – não vou nem entrar em questionamentos, dado o avançado da hora – com relação ao que disse o Professor Maurício Tolmasquim. Ele levantou uma tese de que, se o Governo tivesse aumentado a tarifa com antecedência, talvez tivesse sido um fator inibidor do consumo. Nós poderíamos ter diminuído o consumo e talvez não chegássemos ao ponto de racionamento. Quer dizer, o consumidor classe média, que tem um alto poder aquisitivo e utiliza bastantes aparelhos eletrodomésti-

cos, passaria a se retrair e, com isso, o consumo cairia e talvez não chegássemos a esse ponto.

Professor, com todo respeito, reconheço a sua qualidade técnica, o seu conhecimento, o seu brilhantismo nessa questão, mas não concordo com essa avaliação. O Governo, ao invés de punir o cidadão de classe média, de alta renda, poderia ter tomado medidas preventivas. Quero lembrar que, no ano passado, num seminário sobre colapso energético no Brasil e alternativas para o futuro realizado neste Senado, V. S^a deu bastantes contribuições, inclusive apontando alternativas para o Governo.

Então, se a equipe técnica do Governo tivesse tomado a iniciativa de executar uma ação preventiva que evitasse um colapso de energia seria muito mais benéfico, proveitoso e lógico, do ponto de vista político, para a sociedade do que, ao final, na boca do estrangulamento, penalizar a sociedade, aumentando a tarifa.

Em segundo lugar, gostaria de fazer uma observação também em relação ao que disse o Professor Ilido Sauer. Ele fez referência à questão do alumínio, que produz uma quantidade imensa. É mais de um milhão de toneladas.

O SR. ILDO SAUER – Um milhão duzentos e cinquenta mil toneladas.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – E gera cinquenta mil empregos.

O SR. ILDO SAUER – Cinqüenta mil empregos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – É uma grande contribuição para a economia. Há uma questão que deve ser considerada: o setor de alumínio recebe subsídios. Furnas vende a R\$40,00 cada megawatt/hora. Recebe US\$12,50 o megawatt/hora. São muito beneficiados.

O SR. ILDO SAUER – Por isso deveria ser desligado temporariamente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Furnas vende sua energia em torno de R\$40,00 o megawatt/hora para a Light, que é distribuidora no Rio de Janeiro, a concessionária que distribui energia para o cidadão. Esta repassa energia a, mais ou menos, R\$160,00 o megawatt/hora ao consumidor, o que já dá um lucro estúpido. Recebe de Furnas a R\$40,00 e repassa a R\$160,00. Falo de um valor aproximado. Não sei se é exatamente isso. Pode ser até um pouco mais.

O SR. ILDO SAUER – São R\$180,00.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Estou falando de um valor aproximado. Há um lucro extraordinário, está certo?

O SR. ILDO SAUER— Mas há custos para manter a rede de distribuição.

O SR. GERALDO CÂNDIDO — É evidente.

O SR. ILDO SAUER— Mas está tendo muito lucro. É verdade!

O SR. GERALDO CÂNDIDO — É claro, se não houvesse custo... Estou dizendo que o lucro é extraordinário. É claro que há custos de manutenção da rede, despesas com o pagamento de empregados.

O SR. ILDO SAUER— Está lucrando muito.

O SR. GERALDO CÂNDIDO — Mas lucra muito. Para terminar, para não ficarmos muito tempo aqui, gostaria de ressaltar o que falaram os Professores Maurício e Ildo Sauer.

Em relação à Furnas, quero ressaltar o valor pelo qual produzem e o custo pelo qual repassam às concessionárias, que são as distribuidoras. Apesar dos lucros com manutenção, há um lucro extraordinário. Quer dizer, são co-responsáveis, juntamente com o Governo, pela crise de energia que vive o País.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) — Concedo a palavra ao Professor Maurício.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM — Vou falar rapidamente, só para esclarecer. Penso ser importante sua pergunta. Creio que é tudo uma questão de tempo. No ano passado, não tenho dúvida, daria para evitar a crise. Em março agora, no dia 12 de março, a ONS, Operadora Nacional do Sistema, fez um relatório já sugerindo medidas fortes de racionamento. Naquele momento, medidas de não incentivo ao consumo, de racionamento via preço poderiam ser mais adequadas. Veja bem. Não que seja justo, pois já pagamos um preço enorme. Estou falando que entre opções ruins, a menos pior seria cortar energia. Hoje, creio que estamos contra a parede. Tenho minhas dúvidas se há tempo suficiente para que essa medida, o aumento de preço, surta o efeito que estão cren do ser necessário para evitar um corte selvagem. Se fosse ano passado, eu concordaria. Estive aqui no Congresso, fiz várias sugestões, bem como os colegas. Em março já tínhamos uma idéia muito clara. Daria tempo de agir via preço. Creio que agora é um pouco tarde.

O SR. ILDO SAUER— Gostaria de fazer uma observação. Tudo o que tinha a dizer já disse antes. Discordo totalmente. Creio que é uma maneira de atemorizar a população e fazer com que reduza o consumo. Há outras ações que devem ser citadas e que nem foram adequadamente implementadas e que ainda têm que ser implementadas. A impressão que ficou foi a de que o susto, o terror do preço, vai resolver o pro-

blema. Não resolveu, continuamos na corda bamba. Então, há outras ações coordenadas que precisam ser implementadas: falode iluminação residencial, de iluminação pública, a motor nas indústrias, redução de carga de setores que têm menos impacto na economia, como o alumínio, o cloro/soda, o ferro/liga e outros que podem se negociados. Fazendo isso sem que se submetam essas negociações ao preço especulativo do MAE, que também está colocado aí. Temos um brutal processo de transferência de renda, de dinheiro, para essa gente toda que só ganha de todos os lados, contra a população sistematicamente. Então, isso tem que ser visto. É evidente que somos a favor da redução do consumo agora. Todo o mundo é. Agora, o preço e a forma de fazê-lo têm que ser mais claramente conduzidos.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA — A questão de preços é muito séria. É uma questão que talvez tenhamos que jogar além da lata do lixo. É um problema, por que, na hora em que temos que pagar a nossa dívida externa, vale a lei internacional, vale o compromisso assumido. Na hora em que vem a companhia externa, compra em que a empresa elétrica não faz o investimento, não provê energia, aí pagamos o preço alto?! Mas está contratado. Repito, existe um contrato em vigor.

A Califórnia quebrou as suas empresas elétricas, porque o Governo americano e californiano não passou para o consumidor, não foi lá, mantendo a tarifa. Aqui, no primeiro momento, aumenta o preço e o contrato. O senhor imagine: no contrato está escrito o quanto se vai pagar. Há um problema, aumenta o seu preço. Para onde é que foi a lei? Quer dizer, isso é um princípio do funcionamento da economia. Até bicheiro respeita o que está escrito. Vale o que está escrito. Então, o sujeito contratou, e, no primeiro problema, aumenta o preço. O aumento de preço — apenas para dar margem à possibilidade levantada pelo Maurício, tinha que ser pactuado muito cuidadosamente e não unilateralmente, decidido pelo Governo. Porque se trata de um contrato em vigor, isso é sagrado. Contrato é um dos instrumentos da economia. É isso que faz com que o Brasil seja obrigado a pagar a sua dívida e gastar todo o dinheiro que arrecada para isso. Agora, na hora em que o povo brasileiro está protegido pelo contrato, ele é rompido instantaneamente. Essa história de preço não funciona com o contrato. Os senhores sabem: aumenta o preço do petróleo, a Petrobras não importa imediatamente pelo preço novo, não, porque o que está contratado é vendido pelo preço contratado. O povo, não! Agora, que é a hora do

povo, não! Rompe, joga na lata-de-lixo, e não há contrato. Mas o que é isso?

O SR. ILDO SAUER – E não explorou as outras saídas suficientemente. Isso tem que ser dito. Se o Governo tiver mais competência agora do que teve até agora, é possível que tudo se resolva com menos sacrifício. Esse é o problema que quero deixar dito. As sugestões que trouxemos aqui e outras muitas que estamos dispostos a trazer, discutir e debater, se forem adequadamente conservadas, podem dar sua contribuição.

O problema é este: só se está atacando num ponto insuficiente sem base legal, e, muito menos, base ética ou moral.

De maneira que endosso as palavras aqui ditas de que se mantém o contrato quando é para favorecer os grandes, quando é para manter em favor dos pequenos, rasga-se, joga na lata do lixo não só o contrato como a lei e a Constituição. Não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Senador Geraldo Cândido, V. Ex^a está satisfeito?

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, quero cumprimentar pela excepcional contribuição os professores Luíz Pinguelli Rosa, Ildo Sauer e Maurício Tolmasquim.

Fico pensando, Sr. Presidente, que o Ministro José Jorge e os demais membros do Governo talvez tenham ficado muito preocupados com a afirmação feita pelo Presidente da República, no último sábado, na convenção do PSDB, quando disse que o PSDB cuidou, sim, de como prover o necessário nas áreas em que estava responsável, enquanto que o PFL, que seria o responsável pela área de energia, não tomou conta devida da mesma, como se o Presidente Fernando Henrique Cardoso não fosse o principal e o último responsável pela escolha dos Ministros que fez nos últimos seis anos e meio. Então, o PFL está numa situação muito difícil junto ao Presidente e preferiu não estar aqui presente para dialogar conosco a respeito.

Mas fico pensando se é isso mesmo! Será que o Presidente sabia efetivamente das coisas? Eu gostaria de, em primeiro lugar, recordar o que disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso. No pronunciamento, nós dois aqui éramos Senadores, quando Sua Excelência se despediu do Senado, em dezembro de 1994. Naquele ocasião, Sua Excelência fez o seu discurso já como Presidente eleito, e nós nos despedimos. Naquela ocasião, Sua Excelência disse: “Em uma estimativa conservadora do crescimento da eco-

nomia, o Brasil terá de investir R\$20 bilhões por ano, nos próximos quatro anos, para que não surjam ‘gargalos’ na oferta de energia, transporte e telecomunicações”. Parece que o Presidente estava prevendo – só que, neste caso, envolvia-se energia, transportes e telecomunicações.

Isso demonstra que, desde 1994, o Presidente já tinha noção da urgência dos investimentos na área de infra-estrutura. Então, conforme os dados disponíveis, perguntaria a V. S^{as}: quanto foi investido no setor elétrico de 1995 para cá? No entender de V. S^{as}, qual o volume de recursos necessários para que o setor elétrico volte a atender a demanda brasileira e ainda possa dispor de uma folga de segurança?

Sr. Presidente, acho que farei todas as perguntas. Peço a V. S^{as} que as registrem para a economia de tempo.

Outra questão refere-se à forma como o Governo tem passado para a sociedade como sendo inevitável a necessidade de elevação das tarifas do setor elétrico. Isso deveria ter sido feito, segundo o diagnóstico, de acordo com a margem de expansão do setor. Conforme o Governo, as tarifas brasileiras deverão crescer aproximadamente 50% nos próximos anos.

Poderiam V. S^{as} informar-nos qual seria o custo marginal de expansão do setor elétrico? Seria possível de talhar esse custo por área: a hidrelétrica, a térmica, a do carvão, a térmica de petróleo, a térmica a gás, a térmica nuclear? Quanto, na realidade, esses valores significam em termos de necessidade de elevação de tarifas? Seria possível fazer uma comparação entre as tarifas brasileiras e as internacionais?

Terceiro, seria possível a V. S^a explicar-nos melhor a chamada vantagem comparativa brasileira, tendo em vista a maior parte de nossa geração ser hídrica em vez de ser obtida de outras formas? O Professor Maurício Tolmasquim disse que não seria eficiente colocar as térmicas para funcionar em ciclo aberto. Então, o que deveríamos fazer? Qual a maneira mais racional para se expandir o sistema elétrico em um curto, médio e longo prazos?

Os investidores afirmam que não fizeram os investimentos necessários para a ampliação da geração, porque até hoje os marcos reguladores do setor não estão definidos. Embora já tenha discutido sobre esse tema, eu perguntaria até onde essa afirmação pode ser usada como desculpa para o desinvestimento que se viu no setor. O que falta regulamentar e o que deve ser feito?

Se já tiverem respondido, tudo bem, mas talvez V. S^{as} possam, ainda, aperfeiçoar ou completar a resposta a esta indagação sobre o papel da Aneel e da ONS nesta crise. O que as distribuidoras deveriam ter feito e não fizeram? O Professor Ildo Sauer falou na instalação de dois a três mil grupos de pequenos geradores como uma das alternativas para aliviar a crise.

As distribuidoras dispõem desses equipamentos? Qual o prazo para a instalação de tais equipamentos? Quanto essas instalações agregariam ao sistema? E o Professor Pinguelli, que, tantas vezes, têm aqui nos alertado sobre o que deveria ter sido feito e não foi, mas quem sabe possam V. S^a. e o Sr. Ildo Sauer, Professor Maurício, nos dizer de forma sintética e conclusiva que medidas podemos adotar para chegarmos até o final sem o “apagão”.

Muito obrigado e parabéns pela contribuição que tem dado para que melhor conheçamos como resolver o problema da energia.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Professor Pinguelli, com a palavra.

O SR. LUIS PINGUELLI ROSA – Vou tentar responder seletivamente. Quanto a investimento, mostrei num quadro, mas acho que o Ildo está se preparando, mais do que eu, para responder os investimentos no setor elétrico, tanto os que foram feitos quanto os que foram programados.

A nossa avaliação é que, fazendo a média anual, ficamos aproximadamente na metade do que deveria ser feito. E são alguns milhões de dólares, infelizmente, porque é caro investir em energia elétrica.

O Ildo deve estar pegando exatamente isso, pelo que entendo.

A tarifa é absolutamente cara. Mostrei aqui que a classe média, no residencial, em algumas cidades como o Rio de Janeiro - São Paulo é um pouco diferente - varia. A área da Cemig e Coelha ainda está mais barata. O Rio já está lá na frente.

Apresentei uma tabela que mostra que só ficamos atrás de São Francisco e Nova Iorque. Estamos na frente de Paris, de Toronto. As cidades médias americanas todas que temos os dados. Estamos com US\$ 100 MW/h, eles estão com US\$ 60 MW/h, US\$ 70 MW/h. Paris está com US\$ 75 MW/h. São Francisco está com mais de US\$ 100 MW/h, US\$ 115 MW/h.

Então, aumentar essa tarifa é terrível. O custo marginal de expansão é variado por tecnologias. O básico, hoje, que se tem é o gás natural. Esse está numa faixa de R\$ 80 MW/h. É muito caro, porque isso é principalmente o custo do gás boliviano. Está pago em dólar e, para nós, fica caro.

A hidreletricidade é mais barata. Há projetos muito mais em conta. O nuclear é caro. Nós não sabemos, porque o nuclear ficou escondido, já que o Tesouro Nacional absorveu a maior parte. Então, o que ele está ainda com R\$ 55 MW/h não é realista. Esse é meio difícil responder. Tinha que ser mais cuidadoso, porque não sabemos qual será o custo do próximo reator. Se for o do último é inviável. É muito mais caro do que o gás natural.

A vantagem comparativa da hidrelétrica é imensa, porque uma vez feita a desgraça, pois é um impacto ambiental, um impacto social, que tem que ser muito bem administrado, mas há bons projetos que podem ainda ser feitos e é uma vantagem comparativa enorme. Penso que tenha que ficar na mão do Estado. Não que a participação privada seja negada, mas em parceria. A hidreletricidade é um assunto que o Estado tem que estar presente, porque tem um grande complicador no uso da água, que não é só para gerar energia.

Quanto a marcorreguladores, também acho que o Maurício pode falar melhor do que eu. Discordo da história de que faltaram marcorreguladores. Não estou dizendo que eles estejam bem feitos, não, mas o investidor privado, no Brasil, também tentou tirar muita vantagem. Ele entrou nos leilões, comprou as empresas baratas. Acho que ele não arriscou o devido.

A minha opinião não é só marcorregulador, embora estejam incompletos, não há dúvida.

O papel da Aneel e da ONS na crise existe. Senador, participei muito da discussão do Césio 137, em Goiânia, um acidente sério. Depois de um certo momento, precavi-me para o fato de o encarregado da proteção radiológica da Comissão de Nacional de Energia Nuclear, praticamente, estava quase absorvendo a culpa de tudo, que era o órgão técnico e, na realidade, isso não é assim. Ele não tinha meios, não era dada a prioridade, ele não era o responsável.

Creio que a Aneel e a ONS tem culpa em parte sim, mas eles são hierarquizados. Infelizmente, talvez não tenham imposto as suas posições corretamente, não tenham sido coniventes, mas a política econômica do Governo causou isso.

Isso foi muito advertido. Quer dizer, corta o investimento estatal, aposta na vinda do capital estrangeiro, cria-se uma ideologia para classe média de que virá energia de melhor qualidade, mais barata e com expansão.

Nada disso ocorreu. Esse três pontos foram abusivamente colocados na discussão da privatização e, repito, a figura do Sr. Pedro Malan é a figura

central desta política. Não é a única, é claro, mas, simbolicamente o é. Tenho medo, de repente, que o Sr. Mário Santos, Presidente da ONS, seja o culpado. Tenho medo porque é fácil queimar uma pessoa e deixar tudo como está. As distribuidoras têm muita culpa no cartório porque contrataram a energia e não cumpriram sua parte. Não podem ser poupadas, mas têm de ser punidas muito antes do consumidor porque não cumpriram o contrato. Repito, venderam-nos um carro enguiçado e caro porque não estamos pagando energia barata.

Creio que discutimos bastante as medidas que têm de ser tomadas. Há medidas tecnológicas que não estão sendo tomadas - e assumo a hipótese aqui para ser melhor vista - porque envolvem as empresas elétricas. Precisa-se do compromisso das empresas para a co-geração, a geração distribuída e a geração de equipamentos eficientes para conservação de energia e, no que toca a essas empresas, há uma covardia do Estado brasileiro. Por quê? Novamente cá fomos na política do Sr. Pedro Malan de não desagradar os investidores estrangeiros, pois, se perturbá-los, não vêm, o que significa um problema. Avalio que seja essa a política, se não deveriam estar nadando.

Também há medidas de gestão. Concordo com o Sr. Maurício que há um remédio amargo a tomar, mas esse tem de ser dosado. Está-se dando um remédio amargo para o consumidor residencial. Nesse caso também há um problema técnico. Não sei se o consumo baixa porque, mesmo que o consumidor residencial levando um susto reprimiu seu consumo, ele representa de 25% a 27%.

Em segundo, a grande parte da população brasileira consome pouca energia. Nós, de classe média, podemos reduzir nosso consumo e até pagar mais agora, apesar de já pagarmos muito, mas a grande parte da população não pode fazer isso. Considero que também há o lado técnico. Todos queremos apostar que dê certo, que não haja uma crise profunda. Repito, o pior é a hidrelétrica parar. Estamos a ponto de, daqui a pouco, algumas hidrelétricas, por baixíssimo nível de água - abaixo de 10% do volume total -, interromperem seu funcionamento. Nesse caso, perde-se muito mais, pois perdem-se os 10%, ficando com zero na hidrelétrica.

Então, temos que fazer algo. Na minha opinião, a principal medida do Governo - e já falei isso em conversas eventuais - é chamar a CUT, a Força Sindical, a Fiesp, a Confederação Nacional da Indústria e entidade equivalente no ramo do comércio, as sociedades de proteção ao consumidor, o Procon e Bec.

Enfim, talvez haja outros atores partidários ou um comissão do Congresso. Sugiro que as partes sentem-se, discutam tudo o que estamos abordando e elaborem um pacto nacional, reformando as decisões.

A essa altura não podemos levemente mandar interromper, mas temos que reformar, corrigir e incluir as empresas elétricas que ganharam centenas de milhões de dólares no Brasil no prejuízo. Capitalismo é isto: em uma hora ganha-se, em outra, perde-se. Meu pai era um pequeno comerciante, às vezes prosperava, em outras, tinha prejuízos. Não pode nenhum comerciante ou nenhuma grande empresa admitir que só existe na fase do lucro. Eles estão numa crise causada, em parte, por eles. Se não cumpriram o contrato, têm de entrar com dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) - Professor Ildo.

O SR. ILDO SAUER - Não vou poder responder a todas as perguntas do Senador Eduardo Suplicy. Parte da resposta consta em um capítulo do livro que está sendo publicado, mas, de qualquer maneira, tenho alguns dados a mais que posso agregar.

Em primeiro lugar, quanto aos investimentos. No livro consta mais em uma outra tabela. Como há transparência, mostro daqui o que aconteceu nos últimos anos. De 1995 para cá, a média agregada a todo ano deu 2.100 megawatts entre usinas novas e ampliação de existentes. A média foi muito abaixo do necessário, que era algo como 2.500 a 3.500 megawatts. Isso causou aquela defasagem que está aqui e, por consequência, a necessidade de tomar toda a água do estoque, com expliquei antes, fazendo com que tenhamos perdido a segurança.

Quanto isso significou em volume de dinheiro é difícil saber porque alguns desses projetos que entraram aqui são de 1979, como o de Porto Primavera.

Além do problema desses investimentos, que não foram suficientes, temos outro que eu chamo de "hiato de investimentos". Por exemplo, no setor hidráulico, planta-se uma usina hidráulica e colhem-se os resultados seis, sete, ou oito anos depois, se for bem gerenciada.

Esta tabelinha daqui de cima mostra que, em 2001, 2002 e 2003, teremos muito poucas usinas hidráulicas novas, em função da mudança da lógica do sistema. Antes, a responsabilidade de fazer hidráulicas era das estatais: Furnas, Cesp, Cemig, Eletro norte e Eletrosul. Agora, passaram a ser licitadas para empreendedores. Então, esse hiato regulatório conduziu a esse buraco aqui, de maneira que o recurso hidráulico

co não está sendo desenvolvido na medida desejável. Por isso, entraram as térmicas, de outro jeito.

Quanto à área hidráulica, houve uma pergunta sobre os custos marginais. Isto aqui foi preparado para demonstrar o potencial brasileiro existente a desenvolver. Estão aqui 50 mil megawatts, a custos inferiores a US\$2 mil o quilowatt instalado; mas são dólares de 1998, no câmbio um a um. Lembra novamente que 85% do custo de uma hidrelétrica é em real, e não em dólar. Então, isto aqui não é muito diferente de real.

Usei esses números até 50 mil para mostrar que, desenvolvendo-se esse recurso, teríamos um custo menor do que o das térmicas a gás, com ciclo combinado - o que está sendo colocado como opção de expansão prioritária pelo Governo -, em quanto que aqui abaixo, neste canto, está o potencial hidráulico...

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Um minuto, professor: ganha-se no tempo com isso, ou não? Ganha-se tempo com a térmica, em vez da hidráulica?

O SR. ILDO SAUER – Na térmica, ganha-se tempo, sim. Mas ganhar-se-ia mais tempo ainda se fossem feitas térmicas pequenas, como as de cogeração, que defendemos aqui - o que foi outra pergunta do Senador.

Antes disso, só quero responder à pergunta dele sobre tarifas. Já mostrei antes e vou repetir rapidamente: as tarifas vêm aumentando brutalmente na distribuição. Aumentaram 81% acima da inflação no setor residencial, em grande parte devido à remoção do subsídio cruzado das tarifas sociais, o que afetou os mais pobres; comércio e serviços, 25%; e indústria, acima da inflação, desde que a reforma começou. O gráfico está indicando isso, que também consta no livro.

Então, isso já aconteceu e está aumentando mais, porque elas estão sendo indexadas. Pelo novo método de regulação de preço-teto, uma parte é reajustada automaticamente, à medida que um custo novo aparece. A outra parte é reajustada todo ano pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas. Decidiu-se não usar o do IBGE, porque ele estaria sujeito à manipulação, por pressão do Governo. Por isso se preferiu usar um índice de reajuste independente. Se o modelo competitivo proposto vigorar, essas tarifas sofrerão aumentos. As residenciais terão aumento de 30% adicionais, porque, como o custo marginal da geração de grande potencial de expansão é a térmica a gás, cujo megawatt/hora está em R\$80 a R\$90, ou US\$40, todos vão que rer vender energia àquele mercado, na quele preço das novas usinas, se o mercado

competitivo for implementado do jeito que está sendo proposto agora. De maneira que as tarifas residenciais aumentariam algo como 30% a mais do que já aumentaram acima da inflação, enquanto que as industriais de grande porte e alta-tensão até dobrariam - o que inviabilizaria muitos setores. Isso precisa ser levado em conta.

Outra pergunta foi sobre a questão regulatória. De fato, ela não está muito clara, porque vivemos num modelo de reestruturação. E eu costumava chamá-lo de "frankenstein", porque periodicamente se pegava a filosofia de um lado e a implementava do outro, segundo a pressão que ocorria. V. Ex^{as} se lembram do conjunto de leis que tramitaram no Congresso nos últimos anos, todas elas atendendo a diferentes pressões e interesses. Dessa maneira, de fato, há incertezas regulatórias, mas elas já mais satisfarão os investidores, porque, enquanto houver margem de barganha, margem de busca de repasse automático de custos, de repasse automático de tarifas e de riscos, isso vai acontecer, o que mostra exatamente por que não podemos ficar na dependência única e exclusiva desse tipo de visão de mundo. É preciso que o Estado retenha de preferência as hidráulicas, para que ele possa funcionar como poder regulador. Que retenha os 7 mil megawatts da Cesp, os 11 mil megawatts de Furnas, os 8, 9 mil de Chesf e use isso para atuar como um poder moderador no mercado.

A última pergunta sobre dois... Citei uma das medidas que poderão ser feitas. Se agregássemos amanhã dois ou três mil grupos geradores de 1 a 2 megawatts, distribuídos por indústrias, por setores comerciais industriais, e tivéssemos o combustível e a coordenação para implementar, o racionamento seria praticamente afastado. Isso é claro, mas, como é de última hora, não temos um par que capaz de produzir esses equipamentos, assim como não temos para produzir lâmpadas, tanto para iluminação residencial como para iluminação pública.

Queremos dizer que há uma agenda política mais conveniente para expandir o atendimento das necessidades reais do País que tem melhor influência sobre a política industrial, sobre geração de emprego, sobre renda, aqui dentro preservação da tecnologia da engenharia e que não está sendo implementada adequadamente. Parte dela pode ser implementada emergencialmente. Mas acima de tudo concordo que só é possível atacar essa crise se primeiro reconhecermos a verdade dos fatos, não simplesmente para punir os culpados, mas sim para construir um pacto para negociar as melhores medidas, considerando

igualmente a todos e não só assustando e amedrontando os pequenos e médios consumidores.

É preciso chamar a Fiesp, as Centrais Sindicais, os fabricantes de equipamentos, as Prefeituras, os Estados, as secretarias de energia, enfim, todo o conjunto da sociedade para negociar quais as medidas e que contribuição pode ser dada. Esse grupinho que o Governo montou como nome de gestor da crise não é onisciente. Mostrou no passado que foi muito incompetente. Então precisa da ajuda de todos, e a sociedade inteira está disposta a cooperar.

Portanto devemos buscar todas as alternativas disponíveis para negociarmos uma saída. Não podemos apresentar todas aqui. Já as discutimos antes e seria muito demorado aqui repetir todas detalhadamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – O professor Maurício Tolmasquim.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Na realidade, serei muito rápido.

Abordo inicialmente a questão dos investimentos. Para se ter uma idéia, nos anos 80 foram investidos anualmente, em média, no setor elétrico R\$13 bilhões; nos anos 90, foram R\$7 bilhões, em média, por ano. Houve, portanto, uma queda para mais ou menos a metade.

Com relação às tarifas, quero esclarecer que quando se fala de tarifa, deve-se dizer quais tarifas. A tarifa média brasileira não é tão cara. O problema é ser muito distribuída. A tarifa residencial é caríssima. A tarifa para as indústrias aumentou pouco na década de 90, algo em torno de 16%, e a tarifa residencial em torno de 70%. Teria que verificar esses números, mas o fato é que houve um aumento muito diferente. As tarifas médias ?? aumentaram, e porque aumentaram? Para poder viabilizar a vinda das distribuidoras.

Além disso, houve um problema grave. O Governo tinha muita pressa para privatizar as distribuidoras. Então como procedeu? Começou a privatizar antes de existir um ?? e antes da agência reguladora ter sido criada. É como se tentasse construir uma casa começando pelo telhado. Quer dizer, não construiu nem as paredes nem as bases. Qual é a consequência disso? Os primeiros contratos de concessão são muito ruins. O primeiro contrato de concessão indica o IGPM para o reajuste das tarifas, esse é o pior dos indicadores. Então, parte das tarifas tem como base o IGPM e parte, como Itaipu, permite o repasse dos aumentos, por exemplo, cambiais. Então no final as tarifas aumentam muito mais do que a inflação de-

vido a contratos de concessão mal feitos. O primeiro problema é esse.

Segundo, as perspectivas futuras dessas tarifas são de aumento, por quê? Hoje temos contratos fixos entre a geradora e a distribuidora, contratos antigos. A partir de 2003, a cada ano, 25% dessa energia vai ser liberada para ser negociada no MAE (Mercado Atacadista de Energia), com preço de energia muito mais alto. E, pela lei de concessão, que é mal feita, a distribuidora poderá repassar para o consumidor esses aumentos de tarifa da geração. Então, se nada for feito, veremos uma escalada de tarifas no Brasil enorme, nunca vista.

Seria necessário esse aumento de tarifa? Não. Por quê? Em primeiro lugar – e aí junta-se a questão do custo marginal de expansão – eu diria o seguinte: hoje, no Brasil, não sabemos qual é o custo marginal de expansão por que se perdeu a questão do planejamento. Antes, existia o planejamento determinativo. Passamos para um planejamento indicativo. Hoje, não se sabe qual é o custo marginal. As termelétricas estão a R\$70,00 ou R\$80,00, mas esse não é o custo marginal brasileiro, por quê? Porque no Brasil temos aproveitamentos hidroelétricos muito mais baratos do que isso. Então, falar que R\$70,00 é o custo marginal é um erro, é o custo marginal internacional, mas não é o custo marginal brasileiro, porque deixamos de aproveitar quedas que são mais baratas. Então, qual é o custo marginal hoje? Não sei, ninguém sabe, porque perdemos o planejamento.

Então, se deixarmos como está, a tendência é os preços explodirem. É necessário? Não, porque temos energia velha, quer dizer, essa energia amortizada, que já pagamos, que todo o povo já pagou e que poderia ser utilizada para baixar o preço da tarifa. Se deixarmos o modelo funcionar, pagaremos uma energia muito mais cara.

Para concluir, eu diria o seguinte: precisamos repensar o modelo. Hoje, não temos um modelo. Havia uma idéia de um modelo que não está funcionando e que é inviável de funcionar no Brasil. Então, é necessário, hoje, repensar qual é o modelo brasileiro que queremos, que fará o setor funcionar. Podemos ter uma energia barata e tarifas mais baratas, mas, se deixarmos tudo continuar a correr como está correndo, em primeiro lugar teremos falta de energia por muitos anos e, quando houver energia, ela será cara.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª está satisfeito?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concederei ainda dois minutos para cada um dos palestrantes tecer suas considerações finais, começando com o Professor Luíz Pinguelli Rosa.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Agradeço muito a oportunidade. Foi, para todos nós – e para mim, em particular – muito interessante estar nesta Casa com os Senadores.

O SR. ILDO SAUER – Agradeço a oportunidade e reforço uma das primeiras frases que disse nesta Casa: precisamos repensar todo o modelo para curto, médio e longo prazos. Se esse sistema que está sendo implementado funcionasse, seria ruim porque aumentaria muito os preços. E agora converteu-se em um desastre porque, além de preços altos, produziu desabastecimento. Então, é preciso revê-lo. Essa é a mensagem que eu queria deixar, agradecendo a todos pela oportunidade, em particular aos Senadores pela paciência de nos ouvir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Tem a palavra o Professor Maurício Tolmasquim.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Eu gostaria de agradecer e falar que entendo que a mensagem principal nossa é de cooperação. Entendo que a nossa idéia, minha e dos Professores Luíz Pinguelli Rosa e Ildo Luiz Sauer, nesta Casa, é de mostrar que é fundamental dialogar para poder sairmos desta crise. Creio que apontamos os erros, mas nós três estamos sempre nos colocando disponíveis para poder fazer avançar o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Eu gostaria de registrar os agradecimentos aos ilustres palestrantes desta manhã, Professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luíz Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, e da Universidade Federal de São Paulo, Ildo Luiz Sauer, pela importante contribuição que trazem a esta Casa e, particularmente, a esta Comissão, de um tema candente, que preocupa e interessa a toda a sociedade brasileira.

Lamentamos que representantes de órgãos do Governo convidados a participar não tenham comparecido à reunião, na qual poderíamos estabelecer o contraditório, ouvir contrapontos e opiniões de cada uma das partes.

Como todos puderam observar, foi aprovado requerimento que propõe nova audiência. Esperamos poder contar novamente com a contribuição importante de V. Ex^{as}, para que, nessa nova audiência pública, possamos saber sobre a posição do

Governo com relação à crise do setor energético que se avizinha.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h28min.)

Mensagem nº 114, de 2001. Ementa: De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, submetido à consideração de Vossas Excelências proposta de indicação do Senhor Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, para exercer o cargo de Diretor da Agência nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Arlindo Porto. Relatório: Resultado: Aprovado com 21 votos favoráveis, 0 votos contrários e 1 abstenção. Item nº 02 – Mensagem nº 115, de 2001. Ementa: De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, submetido à consideração de Vossas Excelências proposta de indicação do Senhor Eduardo Henrique Ellery Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Tasso Rosado. Resultado: Aprovado com 21 votos favoráveis, 0 votos contrários e 1 abstenção. EXTRA-PAUTA. Item nº 1 – Requerimento nº 6, de 2001. Requeiro nos termos regimentais que seja convocada audiência pública, a realizar-se em data a ser agendada, devendo esta Comissão convidar os Senhores Guilherme Augusto Cirne de Toledo, Presidente da CESP/Paraná; Mauro Arce, Secretário de Energia do Estado de São Paulo; Doutor Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo; e representante da Federação Nacional dos Urbanitários – FNU/CUT, para prestarem esclarecimentos a respeito do processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo – CESP/Paraná. Autor: Senador Geraldo Cândido. Resultado: Aprovado. Usaram da palavra para indagar aos Senhores Diretores os Senhores Senadores Sérgio Machado, Teotônio Vilela, Alberto Silva, Paulo Hartung, Emilia Fernandes, Mauro Miranda, Romero Jucá, Arlindo Porto e Eduardo Siqueira Campos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quatorze horas e trinta minutos, lavrado eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigrafias. – Senador José Alencar, Presidente.

Ata da 13ª Reunião (Extraordinária) Realizada em 5 de junho de 2001 às 10:00 Horas.

Às dez horas do dia cinco de junho de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Nabor Junior, Paulo Souto, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Ricardo Santos, Teotônio Vilela, Heloísa Helena, Paulo Hartung, Valmir Amaral, Jonas Pinheiro, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Romero Jucá, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, José Fogaça, Mauro Miranda, Roberto Requião, Tasso Rosado, Romeu Tuma, Bello Parga, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido, José Eduardo Dutra e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Audiência Pública. Assunto: Esclarecimentos sobre o processo de racionamento do uso de energia elétrica no país. Autoridades e Convidados. Dr. José Mário Miranda Abdo – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Dr. Mário Fernando Santos – Presidente do Operador Nacional do Sistema - ONS; Prof. Luis Pinguelli Rosa – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Prof. Maurício Tolmasquim – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Prof. Ildo Sauer – Professor da Universidade de São Paulo – USP; Prof. Bautista Vidal – Pesquisador. Fizeram uso da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados Senhores Senadores Paulo Hartung, Paulo Souto, José Alencar e Carlos Patrocínio. Resultado: Realizada. Item Nº 02 – Projeto de Lei do Senado Nº 026, de 2001. Terminativo. Ementa: Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho. Autor: Senador Moreira Mendes. Relator: Senador Nabor Júnior. Relatório: Pela Aprovação. Resultado: Adiado. Item Nº 03 – Projeto de Lei do Senado Nº 669, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Autor: Senador Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador Arlindo Porto. Relatório: Pela aprovação do projeto. Obs.: Projeto concedido vista ao Senador José Eduardo Dutra pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias, em reunião realizada 24.04.2001 que o devolve com voto em separado pela rejeição do Projeto.

Resultado: Adiado. Item Nº 04 – Projeto de Lei do Senado Nº 653, de 1999. Não Terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem. Autor: Senador Roberto Saturnino. Relatora: Senadora Heloísa Helena. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item Nº 05 – Requerimento Nº 12, de 2001. Ementa: Requer nos termos do art. 74, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Interna composta de 07 (sete) membros titulares para, no prazo de 180 dias, acompanhar, avaliar e recomendar medidas complementares ao Poder Executivo, considerando o quadro de escassez na oferta de energia elétrica no País. Autor: Senador Ricardo Santos. Resultado: Adiado. Item Nº 06 – Requerimento Nº 14, de 2001. Ementa: Requer, com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos regimentais, que, ouvido o plenário desta Comissão, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador José Jorge, para comparecer mensalmente à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Programa de Enfrentamento da Crise de Energia Elétrica. Autor: Senador Carlos Patrocínio. Resultado: Adiado. Item Nº 07 – Requerimento Nº 15, de 2001. Ementa: Nos termos do disposto nos incisos II e V, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, e § 2º do Art. 58 da Constituição Federal requer seja convocada Audiência Pública conjunta: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Infra-Estrutura, em data a ser agendada, devendo convidar os Senhores: Raul Jungmann, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Coordenador da Câmara Setorial Extraordinária de Conveniência com a Seca; Wagner Bittencourt de Oliveira, Secretário Especial do Ministro de Estado da Integração Nacional; Simão Cirineu, Ministro Interino da Integração Nacional; Volker Walter J. H. Kirchhoff, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a qual versará sobre o tema: “efeitos da Seca e o Planejamento de Ações Emergenciais e Estruturantes”, que viabilizarão o atendimento de curto, médio e longo prazos às populações dos Estados do Nordeste, do Espírito Santo e dos Municípios da Região Norte e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, vitimadas pelo Fenômeno da Seca, no corrente ano. Autor: Senador Ricardo Santos. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às

quatorze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador José Alencar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que é conjunta com a Comissão Mista Especial criada através do Requerimento n.º 73/2001 - Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Estão presentes à Mesa o ilustre Deputado Antônio Elbano Cambraia, que é o Presidente da Comissão Especial, e o ilustre Senador Paulo Souto, Relator da mesma Comissão.

Esclareço aos Srs. Senadores e Deputados que a pauta desta reunião é a seguinte: audiência pública. Exposição dos Ministros Senador José Jorge, Ministro de Estado de Minas e Energia, e Dr. Pedro Parente, Ministro de Estado da Casa Civil e também Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. O assunto é o esclarecimento sobre o processo de racionalização do uso de energia elétrica no País.

A lista de inscrição para esta audiência pública encontra-se sobre a Mesa. Os Srs. expositores terão o tempo que se fizer necessário para suas exposições e abrir-se-á em seguida a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos dentro do assunto tratado, dispondo o interpellante de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpellado, após o quê, poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se aos seus expositores o mesmo tempo para a réplica.

Antes de passar a palavra à Senadora Heloísa Helena, que pediu pela ordem, eu gostaria de esclarecer que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, que tenho a honra de presidir, por requerimento convidou para a audiência pública que se realizaria hoje às 10 horas da manhã... Vou interromper um pouco para receber as autoridades. (Pausa.)

Prosseguindo, a Comissão de Infra-Estrutura havia convidado os Srs. Ministros, assim como professores da USP e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por requerimento, para uma reunião que se realizou hoje às 10 horas. Eles participaram, e foi feita uma palestra pelo ilustre Diretor-Geral da Aneel, Dr. José Mário Miranda Abdo, e outra pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Professor Mário

Santos. Ambos foram absolutamente claros na sua exposição, que foi completa, aplaudida por todos os presentes, houve um debate com o Senador Paulo Souto, e aqueles professores que haviam sido convidados, como já haviam participado de outras anteriormente, não participaram da reunião. Como houve antecipação da realização desta, que estava marcada para depois da Ordem do Dia, para as três horas, eu os convidei para que viessem para cá. Então esses professores estão aqui neste instante. Porém, esta é uma reunião conjunta da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão Especial do Congresso Nacional, presidida pelo Deputado Antônio Cambraia. Dessa forma, nesta reunião deverão falar o Sr. Ministro das Minas e Energia, José Jorge, e o Presidente da Câmara de Gestão e Ministro da Casa Civil, Dr. Pedro Parente. Portanto, terá início a reunião.

V. Exª deseja fazer uso da palavra, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, como o Senador José Alencar informou, esta é primeira reunião da Comissão Mista Especial. Mas, por ser conjunta com a Comissão de Infra-Estrutura, faço um apelo aos Senadores e Deputados no sentido de que possamos acatar, até para sermos fidedignos a um requerimento aprovado por consenso em uma comissão permanente da Casa, a Comissão de Infra-Estrutura, a qual, na perspectiva de se estabelecer o contraditório e também de ouvir técnicos de universidades que ao longo de suas vidas acadêmicas têm se dedicado de forma exaustiva ao tema, aprovou que o debate ocorresse entre os representantes do Poder Executivo e os representantes das universidades, que muito têm a contribuir. Estiveram hoje pela manhã na Casa mas não participaram do debate justamente na perspectiva de que pudessemos debater hoje à tarde.

É o apelo que faço a V. Exª, Senador José Alencar, e a todos os Senadores e Deputados. E cito os arts. 93 e 94 do Regimento Interno da Casa, que tratam de audiências públicas. E embora esteja citando o Regimento Interno do Senado Federal, tenho absoluta certeza de que na Câmara dos Deputados também a possibilidade de estabelecer o contraditório é algo relevante, de fundamental importância. Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente a qualquer matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas. O que existe é uma reunião

conjunta da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão Mista, cuja primeira reunião foi realizada hoje. Reunião em que, de fato, não conseguimos sentar, discutir e estabelecer uma agenda em função de todos os parlamentares estarem em suas respectivas atividades no Congresso. Viemos e apenas votamos nos que estavam sendo indicados como presidente e como relator.

Creio que é de fundamental importância, em nome do espírito democrático, estabelecer o princípio do contraditório no momento em que todo o povo brasileiro deseja que discutamos o diagnóstico e as alternativas concretas, ágeis e eficazes a fim de minimizar os efeitos de um problema tão grande como esse. Então faço um apelo a V. Ex^a no sentido de que o requerimento aprovado por unanimidade na Comissão de Infra-Estrutura possa ser acatado por esta Comissão Mista. E que possamos ter a participação de quatro personalidades, pessoas que se dedicaram durante toda a vida ao tema, no sentido de contribuir. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, gostaria de registrar minha discordância com relação à posição da Senadora Heloísa Helena, por alguns motivos. Não se trata de desrespeito ou falta de reconhecimento à capacidade dos professores convidados. Mas ocorre que a reunião é precípua para ouvir os dois Ministros, a questão do posicionamento político do Governo e as propostas em andamento. Os Srs. Professores já tiveram a oportunidade de, na própria Comissão de Infra-Estrutura debater duas vezes o assunto. Uma quando vieram individualmente, e outra hoje pela manhã, com a presença do Dr. Mário Santos e do Dr. José Mário Abdo, que discorreram acerca da questão técnica do racionamento. Nada tenho contra a discussão. Entendemos que, se a Comissão Mista, em determinado momento, quiser ouvir os professores, pode convocar uma reunião especificamente para isso. Mas na pauta da reunião de hoje consta, e vamos defender a participação apenas dos dois Ministros, porque nós temos muito o que discutir. Mesmo só com os dois Ministros, essa será uma reunião que se estenderá, com certeza, noite adentro.

Portanto, somos contrários à proposição e queremos que a pauta seja cumprida da forma como foi convocada, para que possamos ouvir, imediatamente, os dois Ministros.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há várias questões de ordem.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, sou o autor do requerimento, junto com a Senadora Heloísa Helena. O nosso requerimento foi aprovado; já se passaram em torno de 20 dias, e não conseguimos realizar audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura. A promessa do Líder do Governo, que está aqui na nossa frente, é que faríamos essa audiência hoje, numa sessão conjunta da Comissão Mista criada com a Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Então, tenho expectativa de que esse requerimento, que foi aprovado duas vezes, possa ser cumprido no dia de hoje e que possamos estabelecer o contraditório, que tenho certeza que só enriquecerá essa reunião, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, como fui citado, eu gostaria apenas de registrar dois pontos. Primeiro, os professores fazem parte de um requerimento que foi aprovado e já fizeram a sua audiência na Comissão de Infra-Estrutura, no mesmo dia em que V. Ex^a e vários Parlamentares participaram de uma reunião no Palácio do Planalto com o Sr. Presidente da República.

Hoje, novamente, os senhores professores estiveram na discussão da reunião da Comissão de Infra-Estrutura com o Diretor da ONS e com o Diretor da Aneel. Essa reunião específica da Comissão Mista do Congresso, que está se juntando com a Comissão de Infra-Estrutura, é para a oitiva dos dois Ministros, Pedro Parente e José Jorge.

Portanto, nossa posição de que os Ministros viriam aqui para a discussão está mantida, e os Ministros irão depor. O que nós não queremos é misturar uma audiência com outra, por que não foi o motivo da convocação da Comissão Mista esta audiência de agora.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Senador Romero Jucá, eu já havia dado o esclarecimento, mas vou repetir.

Convocamos uma audiência pública e convidamos os Ministros Senador José Jorge e Dr. Pedro Parente, naquela ocasião. Como houve a primeira reunião da Câmara de Gestão no Palácio do Planalto, para a qual fomos convidados a comparecer, nós realmente nos afastamos, e a audiência pública foi feita com a participação daqueles quatro professores que estão aqui. Isso é verdade. Por isso, na abertura desta reunião, eu dei esse esclarecimento de que hoje também estava convocada, também por requerimen-

to, porque o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura não toma nenhuma deliberação por decisão própria. Foi feito o requerimento por escrito, de acordo com o Regimento, foi discutido o Requerimento, foi aprovado - nesse caso, foi aprovado por unanimidade -, e foram convocados os professores.

Há outros Deputados que já solicitaram a palavra e que falarão. Não tenho dúvida nenhuma de que tanto o Dr. Pedro Parente, ilustre Ministro da Casa Civil, como o Senador José Jorge, ilustre Ministro de Minas e Energia, não teriam nenhuma preocupação em dialogar, mesmo porque o objetivo aqui não é causar uma polêmica. Todos estamos engajados no trabalho de minimizar as consequências do quadro que está à nossa frente. Nós já ultrapassamos aquela fase de responsabilizar quem quer que seja. O próprio Governo já assumiu a responsabilidade, porque algumas obras, de fato, poderiam ter sido feitas. A diminuição do índice pluviométrico também é um motivo, mas o Governo já assumiu a responsabilidade que lhe cabe. O Governo não está preocupado com isso. Estamos preocupados, hoje, é em trazer justamente os Ministros responsáveis, especialmente aquele que é o titular da Câmara de Gestão da Crise Energética, justamente porque aqui há uma transparência nacional e há uma oportunidade para que os Parlamentares façam um diálogo com esses Ministros. É preciso que isso aconteça, para que a sociedade perceba com clareza o que está acontecendo e se engaje cada vez mais. É o engajamento da sociedade que nos está entusiasmando. Eu não tenho dúvida nenhuma de que tanto o Ministro José Jorge como o Ministro Pedro Parente são homens democráticos e não têm nenhuma preocupação em dialogar. Só que a convocação para esta reunião foi para ouvir os dois Ministros. Então, penso que provavelmente a vontade de ouvir comece com eles, mas preciso ouvir os outros Deputados que solicitaram a palavra pela ordem.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado. Perdão por não me lembrar agora do seu nome todo.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, Senador José Alencar, quero concordar com o argumento da Senadora Heloisa Helena, primeiro porque, se há alguma coisa que precisa se ter neste momento, é transparência. Imaginar que um País entra em uma situação tão delicada como esta, vivêssemos em uma Nação onde houvesse um maior apego às responsabilidades e às regras democráticas, essa situação não seria admitida.

Eu lamento essa atitude de fuga da discussão do Governo. Até porque, na Câmara dos Deputados, foram convidados Ministros para uma sessão plená-

ria que foi transformada em comissão geral e nenhum compareceu. Nós tivemos uma situação muito curiosa, porque veio o representante do Governo dos Estados Unidos e de uma Universidade americana e não vieram os representantes do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há um orador na tribuna, por favor, vamos fazer silêncio.

O SR. FERNANDO FERRO – E essa situação se configura como algo inusitado. As autoridades têm obrigação de trazer informações e têm obrigação de estarem abertas ao debate e à discussão. O Governo está racionando energia e a base do Governo vem aqui e quer racionar o debate. Não dá para aceitar. Não vamos racionar o debate, não vamos racionar a democracia. Acho que, mais do que nunca, é hora de discutir, de esclarecer, de buscar entender e compreender essa situação, Sr. Presidente.

Por isso creio que temos que fazer um esforço de procurar compreender, porque uma coisa é vir alguém do Governo aqui e falar e falar e não se ouvir a opinião de outras pessoas que também têm uma visão sobre o assunto. O Governo, a cada semana, modifica as medidas provisórias. Hoje, houve mais uma transformação. O Governo está atônito, está descontraído nas suas ações jurídicas em relação ao racionamento. Por isso é importante o debate, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Não dá para entender a fuga da discussão. E isso nos preocupa, porque revela uma insegurança em discutir certos temas e eu não gostaria de participar desta Comissão sem que fosse para debater e discutir. Nós queremos tirar linhas de diagnósticos, de sugestões e uma reflexão sobre o momento que nós estamos vivendo.

É muito grave a situação! Não entendo porque essa vontade de fugir da discussão. Por que isso? É por isso que eu apelo que tenhamos um mínimo de bom senso e participemos da discussão. É isso que se quer, a Nação precisa e o Governo tem a obrigação de aceitar o debate. É uma atitude autoritária fugir do debate.

Eu não gostaria que esta Comissão trabalhasse com essa lógica. Gostaria evidentemente que estivessemos abertos para o debate. Afinal temos aqui parlamentares de todas as posições. Por que não termos na Mesa de debate posições contraditórias? Isso vai enriquecer a discussão. Isso só vai contribuir para o debate. Não há por que ter medo do contraditório. Faz parte da democracia. E é por isso que é belo ouvir o que não queremos ouvir e, muitas vezes, dizer o que não queremos dizer. Queremos falar e ouvir só o que queremos?! Vamos ouvir o que não queremos também. Isso é a essência da democracia.

Nesse sentido faço um apelo para que prevaleça o bom senso e que sejamos capazes de ouvir as vozes contrárias. Em muitos pontos há confluência de informações e de entendimentos que poderão ajudar a compreensão do momento em que estamos vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A minha preocupação é que o uso da palavra “pela ordem” está se transformando em uma palestra e, assim, não vai sobrar tempo para ouvirmos o Ministro.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, de fato o debate está aberto. Os Ministros se dispuseram a vir a Comissão, estão aqui e, portanto, não há nenhuma restrição ao debate. Alguns parlamentares que estão presentes são extremamente qualificados para o debate e talvez tenham mais conhecimento técnico do que os próprios professores presentes. Alguns parlamentares são especialistas no setor. Então não temos nenhuma dificuldade em participar do debate.

Queria apenas lembrar que se o Governo tem feito modificações nas suas medidas é justamente em função do debate com a comunidade. O Presidente Fernando Henrique recebeu as instituições de defesa do consumidor, alterou as suas medidas, apresentou-se em rede nacional, tem feito debates com a sociedade brasileira. Hoje, recebemos a notícia de que São Paulo já reduziu em 20% na sua demanda. Portanto estamos vencendo as dificuldades. As entidades de defesa do consumidor já estão atendidas nas suas reivindicações.

Sr. Presidente, esta reunião foi convocada para ouvir os Srs. Ministros. Vamos ouvi-los, que queremos saber suas posições sobre a crise. Certamente, eles puderam aprender muito, tanto na Comissão-geral realizada na Câmara – e tenho certeza de que S. Ex^{as} tomaram conhecimento dos depoimentos –, quanto em todas as comissões, e também nas palestras feitas por esses professores.

Coloco-me à disposição — e sei que muitos parlamentares também o farão —, para transmitir perguntas aos Srs. Ministros sobre alguma dúvida que ainda reste aos Srs. Professores. Transmitiremos todas as perguntas. O Senador Francelino Pereira está aquiescendo de que também está à disposição. Então, qualquer dúvida que ainda resista à explanação dos Srs. Ministros, transmitiremos as dúvidas dos professores aos palestrantes que compõem a Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o eminente Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, parece-me um pouco delicado provocarmos um debate entre a Oposição e o Governo sobre esse tema.

Considero muito forte a idéia de buscar o contraditório. Na verdade não creio que, neste momento, seja o que estejamos buscando no Brasil. Acredito que estamos buscando a convergência. Infelizmente, o Governo se fechou um pouco e ficamos impossibilitados de discutir o assunto como gostaríamos. Em São Paulo, foi criada uma câmara alternativa. Nomeu entender, deveria ser convocada a nossa Comissão — e já lanço essa idéia para o nosso relator —, para que possamos atrair a sociedade brasileira e com ela discutir todas as possibilidades.

Não vejo por que, se o Professor Sauer propuser que troquemos as lâmpadas de vapor de mercúrio por vapor de sódio, vai-se criar uma grande contradição com o Governo. Não vejo grandes contradições nesse momento.

Por isso acredito, Sr. Presidente, que V. Ex^a, com o seu espírito mineiro, talvez pudesse buscar algum elemento de conciliação para seguirmos em direção ao essencial da nossa discussão, que é o questionamento do Governo. A minha proposta conciliatória é que os membros do Governo falassem, fizéssemos o debate e dedicássemos, ao fim ou durante o debate, como quiserem, cinco ou dez minutos para que os Professores pontuassem toda a discussão e apresentassem a sua visão do assunto. Penso que essa proposta conciliatória pode nos fazer sair desse impasse. Caso não consigamos, proponho que sigamos diretamente para a votação. Será um pouco problemático para a população brasileira saber que ficamos aqui discutindo tanto tempo e não chegamos ao ponto que ela deseja, que é a questão do raciocínio. Então, proponho que adotemos uma solução conciliatória ou votemos, para solucionar o problema imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a V. Ex^a e passa a palavra ao ilustre Deputado Antônio Cambraia, Presidente da Comissão Especial.

O SR. ANTÔNIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, da parte da Comissão Especial Mista não haveria nenhum problema em ouvirmos também professores, cientistas e estudiosos do assunto. No entanto, esta reunião foi convocada especificamente para ouvirmos, para aqui os Srs. Ministros fazerem uma exposição e esclarecerem os Membros da Comissão sobre a questão da crise que

estamos atravessando. O debate estará sempre presente na Comissão que se instalou hoje aqui no Congresso. Se assim não fora, não haveria motivo para a sua instalação. Mas aqueles que estão com tanta ansiedade de ouvirem hoje os seus professores serão satisfeitos. Teremos 90 dias para realizar os nossos trabalhos e, com certeza, os professores aqui presentes e outros serão convidados pela Comissão para exporem e debaterem, o Governo também será convidado para esse debate. Portanto, vejo e reafirmo que nesta reunião de hoje, ouçamos as exposições dos Srs. Ministros, porque ficou assim acertado. Se assim não fosse, o horário também não seria esse, pois não haverá tempo para todas as exposições, até porque há uma Ordem do Dia que deverá iniciar-se logo mais. Portanto, penso que para sermos fiéis ao que ficou acertado, teríamos hoje a exposição dos Srs. Ministros sem excluir o debate futuro, que é salutar e necessário para que esta Comissão chegue a um resultado positivo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há a proposta da Senadora Heloísa Helena e outra também objetiva do Deputado Fernando Gabeira.

A proposta da Senadora Heloísa Helena foi discutida amplamente mas colocarei em votação, se me permitem, a proposta conciliatória do Deputado Fernando Gabeira.

O SR. – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que o requerimento que fosse colocado em votação tivesse o apoio de seis Deputados e seis Senadores como exige o Regimento Interno. Na verdade, estamos discutindo sobre um requerimento que nem sabemos se tem o apoio.

Seria mais claro que definíssemos essa questão regimental para depois discutirmos a questão da decisão do Plenário.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para contraditar.

Estamos tentando manter a calma e a serenidade necessárias. Primeiro, esse requerimento não foi votado por ninguém. É claro que a maioria da base governista consegue seis assinaturas com facilidade. Agora, não foi votado por ninguém. Não houve reunião da Comissão para votar isso. Estamos entendendo a disponibilidade do Presidente da Comissão Mista, que expôs com muita clareza, que os Ministros se prontificaram a vir aqui para participar do debate. Então, não vamos estabelecer o debate regimental legalista, porque nem aconteceria esta reunião, porque isso não foi aprovado.

Entendemos que é muito importante a participação dos dois. Estamos fazendo um apelo, mas conhecemos o Regimento. E se é para fazer o debate legalista, o fazemos também e com muita propriedade. Acato a posição de V. Ex^a, Senador José Alencar, de colocar em votação a proposição feita pelo Deputado Fernando Gabeira, ao tempo que também questiono V. Ex^a, porque no início fomos informados – se é para ser legalista – de que esta reunião seria após a Ordem do Dia. Aliás, está aqui, após a Ordem do Dia. Então, se é para ser legalista, vamos ser. Está aqui: entendo que deve ser um problema com a agenda dos Ministros e estamos para fazê-lo agora aqui.

Digo que acato a proposta de V. Ex^a de pôr em votação a proposta conciliadora do Deputado Fernando Gabeira, ao tempo que também questiono a V. Ex^a como ficará a nossa participação na Ordem do Dia. Como há operações de crédito a serem votadas, se por acaso ocorrer verificação de quorum, apenas questiono se houve algum acordo com o Presidente da Casa, no sentido de que este já nos aqui e não participando diretamente da votação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A sua gestão para que antecipássemos o horário desta reunião para as 15 horas foi-me passada pelo Dr. Carreiro. Portanto, deve ter sido por ordem do Presidente.

O Presidente, numa hora dessas, só tem uma saída democrática. Então, será colocada em votação a proposta da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Aceito a proposição de V. Ex^a de colocar a proposta de consenso do Deputado Fernando Gabeira.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Considerando que a convocação para esta audiência pública prevê duas palestras, uma do Sr. Ministro de Minas e Energia e outra do Sr. Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e Ministro da Casa Civil, colocarei em votação a proposta da seguinte maneira: aqueles que estiverem de acordo que se obedeça a forma como foi convocada a reunião queiram permanecer sentados, e aqueles que estiverem de acordo com a proposta da Senadora Heloísa Helena queiram se manifestar. (Pausa.)

Está aprovada a manutenção da proposta.

É obrigação minha dizer que os professores foram convidados por mim para virem aqui e eu gostaria que eles permanecessem. Eles têm trazido grande contribuição à Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Não tenho dúvidas de que eles poderão trazer ainda alguns esclarecimentos a esta reunião, desde que os conferencistas estejam de acordo que eles

possam assessorar companheiros nossos que queiram fazer alguma questão ou que eles próprios queiram se manifestar. Penso que não deve haver, da parte do Governo, nenhuma preocupação em dialogar com professores universitários que conhecem a matéria. Do contrário, fica pairando lá fora que o Governo tem alguma coisa a esconder. E o Governo não tem nada a esconder. O que ele está querendo é trazer informações para que nós todos fiquemos menos apreensivos com o quadro.

Concedo a palavra ao Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Srs. Presidentes da Comissão Especial Mista para Apuração das Causas da Crise do Setor Elétrico Brasileiro e da Comissão de Infra-Estrutura, Sr. Ministro Pedro Parente, Sr. Relator, Senador Paulo Souto, Srs. Senadores, Srs. Deputados, membros das duas comissões que estão analisando a crise energética do nosso País, em primeiro lugar, agradeço o convite que me foi feito para estar aqui, nesta tarde, discutindo com os Srs. Senadores e os Srs. Deputados assunto tão polêmico. Em segundo lugar, deixo o meu apoio ao Congresso Nacional, que, em boa hora, criou esta comissão.

É verdade que esse assunto, pela gravidade das suas interferências nos sistemas econômico e social do Brasil, é de tal importância que merece ser tratado por uma comissão especial. Realmente, temos a Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados e a Comissão de Infra-estrutura no Senado Federal, mas, de qualquer maneira, a criação desta comissão vai oferecer o fórum apropriado para que todas as pessoas que entendam desse assunto ou que estejam vivendo esse problema possam estar aqui, dando o seu depoimento. Que, ao final dos noventa dias de trabalho, se possa ter uma visão política, mas também técnica e econômica daquilo que efetivamente aconteceu e sobre quais as medidas que serão tomadas para corrigir essas distorções.

Por razões semelhantes a essa – talvez pelas mesmas razões por que o Congresso Nacional criou esta comissão mista de Deputados e Senadores –, o Poder Executivo resolveu criar a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, para que esse problema pudesse ser enfrentado em todos os seus aspectos. Na realidade, no início, quando se verificou que havia a necessidade de um corte da ordem de 20%, fui ao Senhor Presidente da República e disse que era necessário que tivéssemos uma visão mais ampla da solução desse problema; que o Ministério das Minas e Energia, por ser setorial, voltado basicamente para a oferta de energia, não teria os meios ou as condi-

ções necessárias para que pudesse enfrentar esse problema, com a prioridade e gravidade que ele tem.

Então, o Senhor Presidente da República houve por bem criar essa Comissão, que é presidida pelo Ministro Pedro Parente. Portanto, o problema deixou de ser setorial, passou a ser um problema de Governo, e assim, está sendo tratado.

Dessa maneira, penso que o Governo está conseguindo enfrentar essa situação, tendo em vista que estamos levando em consideração todos os aspectos dessa questão.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, falar da importância desta Comissão. Temos certeza de que, ao final, inclusive, pelas excelentes escolhas do Presidente e do Relator, teremos um relato bastante aproximado da realidade, tendo em vista que podemos aqui ouvir abertamente toda a sociedade, o Governo, os empresários, os trabalhadores, enfim, todos os segmentos sociais ligados ao assunto.

Ao final de todas essas audiências, em 90 dias, a Comissão irá dizer quais foram as causas, quais serão as medidas, e nós estaremos acompanhando dia a dia, para podermos também fazer com que o Ministério leve em conta essa situação. Mas, eu gostaria de, rapidamente, me referir a alguns pontos que considero importantes se reme de batidos aqui, para que se chegue à conclusão final sobre o que aconteceu, o que está acontecendo e o que irá acontecer.

Em primeiro lugar, todos os números mostram que, na verdade, do início da década de 80 para cá, ou desde meados da década de 80 que o sistema elétrico brasileiro sofreu uma grande falta de investimentos. Na verdade, esses investimentos, neste último quinquênio, após a mudança do modelo, foram recuperados em parte, mas não o foram o suficiente para impedir que a demanda alcançasse um valor tão próximo da oferta de energia elétrica instalada.

Tivemos até a década de 80 um modelo baseado em empresas unicamente estatais. Esse modelo funcionou até aquela época, mas, daí em diante, houve uma grande falta de investimentos e nós chegamos a ter, no início dos anos 90, períodos em que se implantaram 1.000 a 1.200 megawatts em média, ao ano, durante cinco anos.

Assim, a falta de investimentos é um fator claro que está sendo recuperado. O novo modelo tem dado resposta, e acredito que pode dar uma resposta melhor, maior ainda nos próximos cinco anos. Na verdade, temos um sistema que, de certa forma, está subdimensionado.

Em segundo lugar, tivemos a questão da mudança do modelo. Ao final da década de 90, esse sistema estatal que tinha funcionado durante duas ou três décadas, com a democratização, entrou em um processo em que tínhamos estatais federais, que geravam energia; estatais estaduais, que distribuíam energia.

Após a redemocratização, houve uma questão tarifária. Em razão da política econômica de fazer com que os preços não interferissem nos índices de inflação, eles não acompanharam o processo inflacionário, e as empresas concessionárias não puderam honrar os compromissos com as geradoras. O sistema entrou em crise.

Tivemos, então, um projeto, em que o Deputado Eliseu Resende – se não me engano, na época, era Presidente da Eletrobrás – trabalhou, e no Congresso Nacional foi feito um acordo de contas da ordem de 26 bilhões de dólares para que o sistema voltasse ao leito comum.

Isso ocorreu entre 1993 e 1994, sendo a etapa final daquele sistema antigo. De lá para cá, montou-se um novo sistema, que tem um grau de complexidade um tanto maior; entraram muitos novos agentes, como a Aneel, o ONS, o MAE agentes privados na distribuição, na geração e na transmissão, agentes na comercialização.

É todo um sistema novo, que iniciou-se praticamente entre 1995 e 1996. É um sistema que está ainda em implantação, ou seja, tem apenas três ou quatro anos de vigência, quando todos nós sabemos que no setor elétrico, os planos são para dez anos, para cinco anos, no mínimo. Qualquer planejamento para o setor elétrico é de dez anos. Esse sistema ainda está em implantação, mas já reagiu no sentido do aumento da oferta. Muitas obras que estavam paralisadas foram reiniciadas. Dessa forma, no último quinquênio, implantamos cerca de três mil megawatts novos por ano, enquanto que, no quinquênio anterior, foram implantados pouco mais de um mil megawatts por ano. Então, o número de megawatts implantado foi, praticamente, dobrado. Evidentemente, ainda ficamos longe do aumento que a oferta teve durante todo esse período de 15 anos.

O terceiro ponto importante foi o crescimento da oferta. Houve um crescimento de oferta muito grande. No Nordeste, por exemplo, houve um consumo residencial muito amplo com o Plano Real – no Sudeste isso também ocorreu, tanto em termos industriais quanto em termos residenciais. Dessa maneira, chegamos a essa situação.

O SR. – V. Exª falou “oferta”.

O SR. JOSÉ JORGE – Desculpem-me. Falo do crescimento do consumo. Houve um crescimento do consumo. Entenda-se o que eu disse por último como consumo. Houve um crescimento da demanda, do consumo, de tal maneira que se pressionou a oferta.

Em quarto lugar, houve a questão dos regimes hidrológicos dos rios. Tendo em vista as questões que comentei anteriormente, os reservatórios das principais bacias do Sudeste e da única bacia do Nordeste – este tem todo o seu sistema hidrelétrico baseado na hidrologia de um único rio, o rio São Francisco – tiveram um consumo maior de água do que o natural para atender à demanda. O sistema ficou trabalhando com uma quantidade hidrológica menor do que o esperado, do que deveria ser realizado. Com isso, neste ano, houve uma das piores hidrologias dos últimos anos, e ficamos sem água. Estamos caminhando para uma situação de alto risco: a de não termos água suficiente para operar o sistema. Daí, veio a necessidade de se fazer um contingenciamento da demanda.

Por último, nessa primeira etapa, há a questão do meio ambiente, da conservação de energia. Na verdade, temos que anexar a conservação de energia, temos que, cada vez mais, consumir energia de uma forma racional no sentido de, inclusive, gerar a energia necessária. Praticamente, todas as formas de produção de energia têm uma relação muito grande com o meio ambiente. Sempre há alguma forma de agressão ao meio ambiente, quando não são, por exemplo, combustíveis fósseis, cuja quantidade é finita – em algum momento, eles vão acabar e, portanto, têm que ser economizados e utilizados da melhor maneira possível.

Creio que esse momento de restrição da demanda também é um momento para pensarmos na questão da conservação, do meio ambiente. É uma forma de tirar as lições necessárias.

Creio que esses são os cinco pontos mais importantes. Tenho lido muitos artigos e consultado muitas opiniões sobre a questão. Cada pessoa tem a sua opinião. Uns a conhecem mais, ou tros me nos. No entanto, todos têm o direito de opinar e de ser ouvidos. Tenho certeza de que esta Comissão será o foro adequado para organizar as opiniões e chegar a uma conclusão.

Com a criação da Câmara de Gestão da Crise, dividimos o trabalho em três grandes linhas. A linha que será a das ações relacionadas à intenção da demanda ficou sob a responsabilidade do Ministro Pedro Parente e do Presidente de Itaipu, o ex-Deputado Euclides Scalco. As ações relacionadas ao aumento de oferta ficaram sob minha responsabilidade, tendo

em vista que são as ações próprias do Ministério de Minas e Energia.

Poderíamos falar um pouco sobre o futuro e as questões referentes às causas. Poderíamos detalhar esse assunto no debate, dependendo da questão abordada por cada Deputado e Senador. Gostaríamos de dizer que, com relação à questão da oferta – o Ministro Pedro Parente falará sobre a questão da demanda –, estamos trabalhando em duas linhas: uma linha de questões gerais que estão associadas à forma de aumentar os investimentos no setor. Como sabemos, os setores são realizados por intermédio de empresas privadas e de empresas públicas. Ainda existe o sistema Eletrobrás. O Governo investe por intermédio do sistema Eletrobrás e participa diretamente ou indiretamente de investimentos privados. E para que pudéssemos incrementar esses investimentos, tanto os investimentos privados quanto os investimentos públicos, estamos estudando uma série de medidas – que vou citar aqui e que posteriormente poderei mandar os documentos necessários ou os técnicos específicos para discutir aqui na Comissão cada uma dessas medidas, que são medidas de natureza técnica, algumas de grande complexidade, mas que poderiam ser discutidas aqui de uma forma mais técnica. Mas, eu gostaria de citar também seis pontos que considero importantes no sentido de incrementar os investimentos, antes de falar dos investimentos propriamente ditos.

Em primeiro lugar, a questão do risco cambial. Como todos nós sabemos o Brasil hoje em dia é um importador de energia; é um importador e continuará sendo, porque na América do Sul a grande demanda de energia elétrica está concentrada no Brasil. E todos os países vizinhos ao Brasil praticamente são exportadores de energia de diversas formas. A Bolívia, por exemplo, é exportadora de gás para o Brasil. É uma exportação importante para a Bolívia. Basta dizer que a aquisição dos 30 milhões de m³/dia que o Brasil adquire da Bolívia representa quase 50% da pauta de exportação boliviana; é uma questão muito importante para a Bolívia. A Venezuela também é grande exportadora de petróleo, produz mais de 3 milhões de barris/dia e consome praticamente 500 mil, o que faz com ela seja uma das maiores exportadoras de petróleo do mundo. O Paraguai é exportador de energia, por meio da hidrelétrica de Itaipu e de outras formas. E a Argentina tem exportado energia e gás para o Brasil. Então, temos inclusive uma situação única de ser um importador de energia de todos esses países vizinhos. E daí vem que como nós não temos uma moeda que seja aceita ainda internacional-

mente, então toda essa negociação é feita na base do dólar; quer dizer, são aqui as negociações feitas na base do dólar tanto na Argentina, como na Bolívia, como no Paraguai.

Então, uma das primeiras questões que estão associadas a investimentos na área de energia são aquelas relativas ao câmbio, porque muitas vezes não coincide a questão da variação cambial com a questão dos aumentos que são dados ao real. Então, isso aí tem que ser analisado caso a caso. Agora mesmo nós acabamos de analisar a questão do gás boliviano; mas temos a questão de Itaipu, que já foi equacionada há tempos. E temos outras situações que vão surgindo conforme vamos nos transformando em importadores de energia dos países vizinhos. Então, esta é uma questão que está sendo discutida e que deve ser discutida também aqui na Comissão.

A segunda é uma política tarifária. Na realidade, temos duas situações diferenciadas: primeiro, a estrutura tarifária interna que é utilizada no setor elétrico há muito tempo; há 20 ou 30 anos que se utiliza uma estrutura tarifária que subsidia a tarifa industrial e, inclusive, subsidia mais a tarifa industrial dos grandes consumidores, como, por exemplo, dos eletrointensivos que têm contrato de longo prazo e que têm a sua tarifa subsidiada.

Então, essa política tarifária interna tem, também, que ser analisada e debatida no sentido de verificar se interessa ainda para a sociedade brasileira, neste momento, subsidiar tarifas industriais a custos muito altos.

Outra questão importante no sistema agora é a questão dos PPAs. Eles são a garantia da compra da energia elétrica. Para que o sistema funcione e os investimentos tenham garantia é necessário que haja – em alguns casos, ou em sua maioria – um contrato fixo de compra de energia por um prazo relativamente longo, para que faça com que haja uma atratividade para se investir neste setor, tendo em vista que o retorno é de longo prazo.

Em quarto lugar, há a questão das linhas de financiamento.

Praticamente, muitos investimentos, aqui no Brasil, na área de energia elétrica têm sido feitos com investimentos internacionais, mas já temos agora uma linha importante de financiamento do BNDES. Ele está financiando co-geração, PCHs, projetos de energia eólica, linha de transmissão, inclusive termelétricas.

Ficará explicitado na LDO, que será votada no Congresso ainda neste semestre, que a prioridade

número um para o BNDES serão os investimentos na área de energia elétrica.

Em quinto lugar, há um aspecto importante: investimentos das empresas estatais. Na verdade, as empresas estatais têm feito investimentos, mas têm discutido a formatação desses investimentos, porque são empresas que têm capacidade de geração alta ainda e que têm experiência em realizar esses investimentos.

Por último, as questões tributárias. Na realidade, criamos, inclusive, uma comissão especial no Comitê de Gestão para tratar das questões tributárias no seguinte sentido: incentivar o uso do equipamento que consuma pouca energia e não incentivar aquele equipamento de uso que consuma muita energia. Isso se refere ao lado da demanda.

Do ponto de vista da oferta, precisa-se diminuir os impostos sobre os investimentos na área de energia para que se possam realizar de forma mais barata. Conseqüentemente, haverá um retorno mais rápido daquilo que se vai realizar.

Essas são as questões de natureza geral. Penso que a própria Comissão e nós - no Ministério e na Câmara - estamos nos debruçando para retirar as amarras que fazem com que não possamos aumentar os investimentos em energia elétrica no Brasil.

Em relação à questão de médio prazo, já iniciamos o trabalho para atualizar o plano decenal que existe no Ministério e que deve ser aprovado pelo CNPE. Todos sabemos que, no setor de investimentos em energia elétrica, dez anos é um prazo curto, um prazo médio. Então, para sabermos o que vamos fazer no ano que vem, em 2003, 2004, é necessário que tenhamos uma visão de longo prazo daquilo que se pretende realizar.

Uma questão fundamental é atualizar, discutir no Congresso essa questão. Por exemplo, devemos fazer como se fez na área de educação, que é uma área em que a aplicação dos investimentos não demanda prazos tão longos - os resultados sim, a aplicação não. Ela teve o seu plano decenal aprovado, inclusive, aqui no Congresso. Tive oportunidade de relatar essa matéria no final do ano passado. É necessário, também, que o setor de energia elétrica tenha um plano decenal que seja atualizado ano a ano, no sentido de que possa servir de base para todas as discussões e para todas as questões de energia elétrica.

Outra questão é a conservação de energia. Neste momento de dificuldade, a sociedade toda se engajou - o Ministro Pedro Parente irá detalhar isso -

nesse processo, mas, na verdade, o processo está sendo feito de maneira emergencial. Teremos que levar em conta a realização de um programa de conservação de energia que seja feito no sentido não de tirar o conforto das pessoas, mas de oferecer o mesmo conforto, com a menor quantidade de gasto de energia. Essa é que é a idéia.

A idéia da conservação não é a de retirar, não é a pessoa desligar o seu ar condicionado ou ventilador ou ainda o seu freezer, mas é no sentido de você manter o seu ar condicionado desligado na hora em que não for necessário o uso. Devemos conservar e gastar menos energia, para que possamos atender ao sistema, com a menor quantidade de investimentos.

Essas duas questões são questões importantes.

Agora eu gostaria de falar um pouco sobre o que se está pensando de geração a curto prazo. O que chamamos de curto prazo no setor elétrico seria um programa emergencial que estamos realizando - estamos concluindo e mandaremos aqui para a Comissão - em que teremos investimentos entre 2001 e 2003. Serão aquelas medidas que já estão em andamento ou que serão realizadas no sentido de aumentar a oferta, o mais rapidamente possível, entre 2001 e 2003.

Nessa questão, temos, em primeiro lugar, um programa de geração hidrelétrica. Esse programa atuará em um conjunto de hidrelétricas, cuja maioria são obras já iniciadas ou que estão para ser iniciadas. Serão 20 hidrelétricas, que serão ampliadas ou construídas, cujo acréscimo de potência total será da ordem de sete mil megawatts. Em 2001, esperamos a geração de 1.116 megawatts; em 2002, três mil megawatts, e, em 2003, 2.400 megawatts. Essas são obras já iniciadas e, portanto, que poderão ser realizadas.

Em segundo lugar, temos a questão da geração térmica a gás. Atualmente, temos 41 usinas termoelétricas em funcionamento, que representam 14 mil megawatts e um consumo de gás de 74 milhões de m³/dia. Trata-se de um consumo bastante alto. Dessas usinas, 21 têm participação da Petrobras, como sócia minoritária, e 20 sem a participação da Petrobras. Com obras já iniciadas, temos 15 termoelétricas, que deverão gerar 5.475 megawatts. E, com obras a serem iniciadas, temos o restante, que gerará em torno de oito mil megawatts.

Acreditamos que com esse programa, pela grande quantidade de termoelétricas em andamento, teremos condições de, nesses três anos, colocar o mínimo de dez mil megawatts em funcionamento, embora o programa tenha 14 mil megawatts, porque,

na verdade, algumas termoeletricas têm problema com fornecimento de gás, e outras, problemas de fornecimento de turbinas. Por isso, priorizaremos no sentido de que dez mil megawatts possam ser instalados, o que totaliza 17 nesses dois segmentos.

Outro item é a questão da importação de energia. Atualmente, estamos importando 1.050 megawatts da Argentina. Uma via Garabi...

O SR. – Ministro José Jorge, qual é o horizonte dos dez mil megawatts das termoeletricas?

O SR. JOSÉ JORGE – O ano de 2003. Tudo que estou falando é para o horizonte de 2003.

Importamos atualmente 1.050 megawatts. A idéia é que, até o final de 2003, possamos importar 2.700 megawatts. A maior parte da Argentina e uma parte do Uruguai ou do Paraguai. Então, seria um acréscimo de três mil, que somados à produção de dez mil megawatts das térmicas, com sete mil das hidrelétricas e a importação perto de três mil, totalizarão cerca de 20 mil megawatts.

Temos também um investimento importante em linhas de transmissão. As linhas de transmissão são importantíssimas no sentido de maximizar o rendimento do sistema, porque temos um País muito grande, praticamente com geração hidrelétrica. Com linhas de transmissão, podemos maximizar o uso dos recursos hídricos, porque podemos transferir energia de uma bacia para outra, como estamos fazendo agora para o Nordeste. Só está sendo possível transferir mais de mil megawatts de Tucuruí para o Nordeste exatamente porque construímos uma linha de transmissão. Se essa linha de transmissão não existisse, não teríamos como transferir essa energia. Então, temos também um programa específico de linha de transmissão que vai construir cerca de 5.700 quilômetros de linha até 2003. Além disso, temos investimentos menores, individualmente, mas que, somados, podem oferecer um bom acréscimo de investimentos.

Temos as PCHs, que estão sendo financiadas pelo BNDES. Existe um programa específico em que a Eletrobrás fornece o PPA, isto é, adquire a energia, dá um contrato de fornecimento de energia, e o BNDES financia o investimento.

Existe também um programa específico de co-geração, programa esse que já foi implantado, inclusive com diversos tipos de co-geração, utilizando bagaço de cana, casca de arroz, sobras de madeira; são usinas que geram de 5 a 20 megawatts e têm um grande potencial, principalmente no Estado de São

Paulo e no Nordeste, pela produção de cana e outros produtos.

E temos a usina eólica. Diversos Estados têm trabalhos muito importantes de energia eólica – eu destacaria o Estado do Ceará, que realizou todo o seu mapa eólico, e há possibilidade de haver um potencial já identificado de 6 mil megawatts de energia eólica. Por enquanto, no Brasil, temos usinas bastante pequenas, de 5 a 10 megawatts, não chegam a 30 megawatts, mas há projetos para usinas 100 a 150 megawatts, principalmente no Nordeste. É uma usina que oferece energia mais cara, mas agride menos o meio ambiente. No Nordeste, especificamente, a época de maiores ventos, quando há um rendimento maior, é exatamente a época em que o rio São Francisco tem menos água. O VN da usina eólica é cerca de R\$0,75 maior do que o VN da usina competitiva hidráulica e a gás. Mas, como será um valor pequeno em relação ao total instalado, ela poderá oferecer um bom serviço, um bom trabalho, principalmente no Nordeste. Também há uma questão de prazo. Muita gente diz que dá para fazer uma usina eólica em seis, sete ou oito meses, mas, na verdade, o prazo de construção de uma usina eólica de tamanho razoável é em torno de um ano e meio. Portanto, a resposta não é de tão curto prazo. Essas são as questões principais em relação à oferta.

Eu gostaria de encaminhar, posteriormente, o detalhamento de todo esse plano para o Relator e para todos os membros da Comissão, com os investimentos, citando cada usina, porque a idéia do Ministério é implantar um sistema de controle da construção dessas usinas, que vai poder ser acessado pela Internet. Toda a sociedade brasileira vai poder acompanhar a realização desse investimento, desde o seu início até o final, até a entrada em operação dessas usinas hidrelétricas, hidráulicas, térmicas, PCH, qualquer que sejam.

Essas seriam as informações adicionais, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ministro, estão incluídas aí, na geração até 2003, as duas turbinas de Itaipu?

O SR. JOSÉ JORGE – Estão incluídas as duas de Itaipu. Estão incluídas as ampliações, como é o caso de Tucuruí. A idéia é que Tucuruí tenha, já em 2002, uma turbina sendo utilizada e, em 2003, mais duas turbinas. Tucuruí já está incluída.

Vou oferecer um detalhamento, não vou explicar agora, porque são muitas usinas e não dá para discutir neste momento.

São essas, Sr. Presidente, as minhas palavras iniciais, colocando-me à disposição para perguntas posteriormente.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pela ordem, tem V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA – Eu perguntaria a V. Ex^a se nos seria permitido fazer algumas perguntas ao nobre Ministro de Minas e Energia ou esperar a exposição.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos ouvir, primeiro, o Ministro Pedro Parente, para, depois, entrarmos na fase dos debates.

A Presidência agradece a apresentação do Ministro José Jorge e passa a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. – Sr. Presidente, pediria, se fosse possível, ao Ministro José Jorge, a cessão desses dados que nos trouxe sobre o total da previsão da potência instalada até 2003, especificando por fonte de energia, e também as condições de financiamento desses empreendimentos.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, enviarei à Comissão um documento detalhado sobre cada uma dessas formas que falei: as hidrelétricas, as termoe-létricas, e fazendo fechamento. Não só oferecendo nome de cada usina, sua localidade, a forma como está sendo construída, quais são os investimentos, qual o prazo de conclusão, cronograma, ou seja, um documento bastante detalhado, que está sendo elaborado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Está satisfeito Deputado?

Concedo a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro José Jorge, senhores membros da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, senhores membros da Comissão Mista Especial para tratar da crise de energia, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, demais presentes, queria agradecer a oportunidade de vir aqui e prestar as informações a respeito da questão do programa de racionamento, sem querer repetir as questões já mencionadas pelo Ministro José Jorge.

Lembro que há cerca de três semanas e meia, numa quinta-feira, se não me engano no dia 14 de maio, o Sr. Ministro José Jorge pediu ao Senhor Presidente uma reunião para tratar da questão da crise de energia, onde relatou as suas preocupações com esse tema. Disse que achava que essa era uma questão que, pela sua gravidade, necessitava do en-

volvimento de várias áreas do Governo. E essa ação deveria acontecer de uma forma muito mais expedita, superando as burocracias tradicionais, vencendo prazos. Por isso, ele entendia que era importante haver um grupo de trabalho no âmbito da Presidência da República para que cuidar dessa questão.

O Senhor Presidente da República acatou a sugestão do Ministro José Jorge, criou essa Câmara de Gestão da Crise de Energia, que tem, fundamentalmente, o objetivo de coordenar ações de Governo.

O Ministro José Jorge já mencionou que temos três linhas de ação.

A primeira linha delas é o programa de racionamento propriamente dito.

A segunda linha de ação é o trabalho liderado pelo Ministro José Jorge, de equacionamento da oferta no médio, longo prazo com vistas a corrigir definitivamente esse problema.

E a terceira linha de ação é aquela em que avaliaremos os impactos macro e microeconômicos das medidas necessárias a lidar com essa situação. E, quando é o caso, propomos as medidas para lidar com essas questões de repercussão macro e microeconômica.

Essa comissão foi constituída das pessoas que são do conhecimento de V. Ex^{as}. O ponto de partida é o pedido oficial do operador nacional do sistema de que é necessário neste ano um corte da redução da carga de demanda de energia de 20%, implementada a partir de 1º de junho.

Sobre essa questão, a Comissão começou a trabalhar – e é claro que o Ministério de Minas e Energia já vinha trabalhando nessa questão anteriormente –, avaliando as diversas alternativas realizando reuniões com várias áreas interessadas, distribuidores, enfim, procurando se informar do tema em que basicamente se colocavam as duas possíveis alternativas: ou se faria um programa onde as unidades consumidoras, ou seja, as famílias, indústrias, empresas, instituições de governo administrariam a sua redução de carga; ou se faria um programa onde o governo administraria essa redução de carga por todos, ou seja, o chamado apagão, os cortes gerais ou parciais de energia em bairros, regiões ou cidades. Essas eram as alternativas que estavam colocadas sobre a mesa.

Começamos a avaliar a questão do apagão pelo nível solicitado de redução de carga aparentemente seria o caminho indicado desde o início, mas as avaliações que foram feitas pela comissão, num processo de ampla discussão com todos os seus membros, foi de que não haveria tempo hábil para uma preparação

da sociedade, das cidades, dos bairros, dos setores essenciais para se fazer o chamado apagão. Em nenhum processo de racionamento tão extenso como esse se conhece uma forma de fazer sem transtornos – todas as informações que recebíamos era de que haveria um transtorno muito grande. E havia a questão dos setores essenciais. Apenas para dar um número citado pelo Secretário de Energia do Estado de São Paulo, se fôssemos fazer o apagão na cidade de São Paulo, dada a necessidade de manter os setores, as regiões onde há hospitais, delegacias, presídios, ligados não seria possível desligar, na cidade de São Paulo, mais do que 10% da cidade. Como o corte necessário seria de 20%, nem mantendo esses 10% o tempo todo desligado, nós conseguiríamos atender as metas necessárias de redução de carga.

A conclusão, naquele momento, foi de que deveríamos tentar encontrar uma forma que não fosse o chamado apagão dada as duas questões: a falta de tempo para preparação dos setores essenciais, e o fato de que essa forma de trabalho traria mais transtornos do que um sistema onde tentaríamos a possibilidade de que as próprias unidades consumidoras, as famílias e empresas pudessem administrar a sua própria redução de consumo de energia.

Essa foi a opção feita no início, ou seja, achamos que seria possível tentar um programa dessa natureza, buscando atender alguns princípios nesse programa de racionamento. O princípio inicial era de que deveríamos contar com a participação de todos os consumidores, diferenciando-os por setores, em função de sua essencialidade, de sua capacidade de poupança, da sua repercussão na sociedade em função de um corte maior ou menor. Adotamos, também, a idéia de evitar ônus desnecessários, ou seja, não faríamos o programa de racionamento nas regiões onde aquilo não fosse necessário e somente se faria onde se fosse necessário e na medida certa; buscamos também o desenho de um programa que tivesse um certo grau de uniformidade, de simplicidade, que permitisse uma compreensão mais rápida, embora um programa como esse, de restrição, sempre tem dificuldades de aceitação e compreensão. Procuramos fazer com que existissem regras, sempre que possível e na maior extensão possível, uniformes para todos os setores – como é o caso de usarmos sempre a mesma base para cálculo da redução, ou seja: maio, junho e julho do ano de 2000.

Procuramos desenhar um programa que, para os consumidores residenciais, tivesse três princípios básicos: em relação aos consumidores de até 100 quilowatts/hora/mês. A esses consumidores não seria

pedida nenhuma redução em relação à base. Eles poderiam consumir até 100% da base de maio, junho e julho do ano de 2000. Isso, evidentemente, no reconhecimento de quem consome pouco é muito mais difícil cortar do que quem consome mais.

Para os consumidores acima de 100 quilowatts/hora e até 200 quilowatts/hora, a aplicação de uma meta correspondente a 80% do seu consumo de maio, junho e julho do ano passado. Para os consumidores acima de 200 quilowatts/hora/mês, além dessa meta de 80% dos meses de maio, junho e julho, também o aumento na tarifa correspondente a 50% do valor da tarifa praticada pela concessionária.

Os consumidores acima de 500 quilowatts/hora, além também da meta de redução correspondente a 20%, um adicional de tarifa no valor correspondente a 200% da tarifa praticada pela concessionária.

É importante mencionar a razão do aumento da tarifa, em primeiro lugar, a idéia de que estávamos diante de um insumo, de um bem, de um serviço que estava se tornando escasso, daí o preço precisaria refletir essa escassez. Além disso também como foi mencionado e como é do conhecimento de todos, a idéia de que nós deveríamos, para estimular a redução do consumidor de baixa renda, criar um sistema de bônus. Esse sistema foi criado dando ao consumidor de até 100 quilowatts/hora/mês, um bônus de R\$2,00, para cada real poupado, e para os consumidores acima de 100 quilowatts/hora/mês, um bônus de até R\$1,00 para cada real economizado.

Além dessas questões, ou seja, da questão da meta de consumo, além da questão do aumento da tarifa e da questão do bônus, também havia a idéia de que nós deveríamos, para evitar principalmente do consumidor de alta renda, que ele não tivesse problemas com relação ao pagamento das tarifas, que ele se engajasse também no processo de redução do seu consumo, estabeleceu-se também que aqueles consumidores que não cumprissem a sua meta estariam sujeitos a corte.

É importante mencionar que os consumidores até 200 quilowatts/hora/mês, como mencionei, não pagariam tarifa adicional e esses consumidores representam, nessas regiões sob racionamento, cerca de 70% das famílias. Portanto, estávamos falando de cobrar uma tarifa adicional sobre apenas 30% das famílias brasileiras, deixando fora dessa tarifa adicional, 70% das famílias.

Outra observação importante é que famílias que consumissem até 500 quilowatts/hora/mês, se cumprissem sua meta de redução, também não teriam aumento na sua conta de luz. Essas famílias que conso-

mem até 500 quilowatts/hora/mês, representam cerca de 94% das famílias brasileiras nessas regiões.

Portanto, esse sistema que foi proposto, tinha essa característica, ou seja, de não onerar as famílias de menor renda, não teria nenhum ônus para as famílias com consumo inferior a 200 quilowatts/hora/mês, e para as famílias com até 500 quilowatts/hora/mês, se viessem a cumprir sua meta de redução, também não teriam um desembolso no final do mês maior do que aquele que tinham anteriormente.

Com relação aos consumidores industriais e comerciais, estabeleceu-se uma meta de consumo variável entre 75 e 85% do consumo-base, ou seja, de maio, junho e julho do ano passado. Por que essa meta é variável? Por uma razão muito simples, porque os impactos na economia são diferenciados em função do setor que opera nessas empresas industriais e comerciais. Apenas para dar um exemplo, no caso das indústrias-eletrointensivas, um corte de 20% tem um impacto muito menor em termos de agregação de produto, em termos de geração de emprego do que uma empresa do tipo da indústria automobilística ou uma empresa que tenha também uma agregação de valor que seja superior a essa. Então, apenas para exemplificar que, no caso das indústrias, o Governo optou por uma caminho onde pudesse minimizar os impactos macroeconômicos dessas reduções, estabelecendo, então, a faixa, como eu disse, de 75% a 85%, portanto, cortes de 15% a 25% que foram estabelecidos de forma diferenciada.

Estabelecemos, também, metas para áreas essenciais, que, naturalmente, tiveram as suas metas muito inferiores às demais estabelecidas, exceção apenas dos consumidores residenciais de baixa renda: a área rural e os setores essenciais tiveram uma redução solicitada de 10%. Naturalmente, determinando-se que esta redução não poderia incidir, no caso dos hospitais, por exemplo, sobre a unidade de terapia intensiva, centros cirúrgicos, etc.

Após essas duas últimas observações, nós podemos passar à seção de debates.

Em primeiro lugar, o fato de que nós observamos uma reação da sociedade – isso é notório, é conhecido – bastante favorável na direção de uma redução voluntária do seu consumo. Os números são bastante expressivos, são repetidos diariamente pela imprensa. Mas eu gostaria de trazer aqui o último número oficial que foi apresentado pelo ONS, na semana passada, e dizem respeito à situação do mês de maio de 2001. Quer dizer, em maio de 2001, nós tivemos para todo o mês uma redução média no consumo de 6%. Mas é importante registrar que na última semana

de maio a redução do consumo foi de 12% em relação ao valor que é previsto antes de iniciar cada mês pelo ONS. Portanto, um valor bastante significativo.

Isso fez com que nós não tivéssemos uma redução muito elevada, nos reservatórios das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Na realidade, a previsão era de que teríamos uma energia armazenada da ordem de 29,1% naquelas duas Regiões, enquanto o valor observado foi quase 1% superior, ficando em 29,7% em face do apoio da população neste nível que vimos.

Em relação à Região Nordeste, nós tivemos um problema mais sério em relação às afluições do problema hidrológico. No caso da Região Nordeste, a hidrologia, segundo informa o ONS, é a pior dos últimos 70 anos. Isso fez com que nós tivéssemos, nos reservatórios do Nordeste, uma redução maior do que aquela que foi prevista. Havia uma previsão de uma redução em maio de 1%, quando, na realidade, os reservatórios daquela Região caíram a 5,3% neste mês.

A pergunta que se coloca é: Como ficaremos daqui para a frente em relação ao programa de racionamento? As simulações que foram efetuadas levaram em conta a hipótese de carga própria de energia para as duas Regiões. No caso do Sudeste e do Centro-Oeste uma carga própria correspondente a 80% daquela base, ou seja, de maio a junho de 2000. Portanto, uma carga de 20.165 megawatts/médio de carga para o período de junho a novembro. E para o Nordeste, levando em conta a mesma base e o mesmo percentual, de 4.531 megawatts/médios.

Além disso, para os cálculos que foram feitos pelo ONS se levou em conta as seguintes hipóteses de afluição neste período: no Sudeste/Centro-Oeste 75% da média do longo termo no período de junho a novembro. Essa média de longo termo é a média dos últimos 70 anos. E para o Nordeste uma utilização de 56% da média de longo termo que é pior do que o ano da série, exatamente porque esta é a previsão de junho do ONS, que foi estendido até novembro.

Foram utilizadas também hipóteses de intercâmbios de energia, do Norte para o Sudeste e Centro-Oeste de zero, ou seja, nenhuma remessa de energia do Norte para o Sudeste e Centro-Oeste. Do Norte para o Nordeste – e esse é um dado importantíssimo para atenuar a situação do Nordeste –, a manutenção de 1.000 megawatts médios de transferência com uma adaptação de carga na Região Norte. E da Região Sul para a Região Sudeste e Centro-Oeste até 2.100 megawatts médios.

Bom, utilizando, então, essas premissas, a pergunta é o que acontecerá com os nossos reservatórios? Em relação às Regiões Sudeste e Centro-Oeste, as simulações do Operador Nacional do Sistema mostram que chegaríamos em novembro com um reservatório de 12,8%. Lembro que esse número leva em conta a redução de carga, a hipótese de afluência, que depende do que vamos verificar no futuro e dessas transferências de energia.

Esse número de 12,8%, portanto, está acima do nível mínimo de segurança, estabelecido para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, que é de 10%, o que nos faz assumir a hipótese de que, cumprido o programa, ou seja, se conseguirmos essa redução de 20% e ocorrendo a hidrologia mínima, tal como indicado, teríamos condição de administrar essa situação até o fim do período seco, sem necessidade de se fazer o chamado “apagão”.

É muito importante lembrarmos que isso é uma possibilidade. Dado o fato de que depende, primeiro, do sucesso do programa e depois da hidrologia, isso é no momento uma suposição, feita com todo o cuidado naturalmente, mas não podemos dizer que, peremptoriamente, afastamos a possibilidade de “apagão”. Os dados que daqui decorrem são dados mais favoráveis, nos fazem admitir que, se essas premissas forem cumpridas, teremos a condição de administrar a situação sem o “apagão”, mas insisto que não podemos garantir isso.

Em relação ao Nordeste, levando em conta a redução de 20%, aquela afluência que é a projeção do que aconteceu em junho, o pior caso dos últimos 71 anos, chegaríamos, no final do período seco, com cerca de 4,3% dos reservatórios, que é um número ligeiramente inferior ao mínimo de segurança estabelecido de 5%.

Então, a questão da Região Nordeste está mais em cima da risca. Não achamos que seja o caso de mexer no programa de racionamento neste momento. Achamos que devemos avaliar o andamento deste programa, para poder observar se medidas adicionais seriam necessárias em relação ao Nordeste. Estudaríamos antes de chegar à necessidade do “apagão” todas as medidas possíveis. Mas, como disse, a decisão da Câmara foi de manter o programa de racionamento tal como estabelecido e fazer uma reavaliação no final do mês de junho.

Para concluir, Sr. Presidente, a minha apresentação, sei que já é do conhecimento de todos, mas considero importante mencionar algumas mudanças que foram feitas na legislação. Não temos nenhum problema em introduzir aperfeiçoamentos na legisla-

ção, porque decorrem, enfim, de manifestações da sociedade, de sugestões que são trazidas ao Governo, decorrem, também, desta reação extremamente favorável da sociedade.

Lembro que, quando esse programa foi estabelecido, não tinha ainda a reação da sociedade, que se mostrou extremamente favorável posteriormente. Portanto, permitiu-se, e o Presidente da República decidiu então, introduzir essas mudanças, que são mudanças que funcionam na direção de melhorar o programa para o consumidor. A primeira foi a de estabelecer que os consumidores de até 100 quilowatts/hora/mês não estariam sujeitos a corte, mas se mantém o bônus. A segunda, foi estabelecer que só haveria o pagamento da tarifa adicional se o consumidor não cumprisse a sua meta, ou seja, diferentemente da situação anterior, e, por último, se estabeleceu que na primeira ocorrência de um descumprimento da meta, ao invés de o consumidor já estar sujeito a corte, ele receberá um aviso, uma notificação para que tenha mais uma oportunidade de corrigir o seu consumo e cumprir a sua meta.

Sr. Presidente, eram essas as observações iniciais que eu queria fazer e me coloco à disposição para a fase dos debates.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a apresentação feita pelo Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem, Senador?

O SR. PEDRO SIMON – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON – Eu pediria, se fosse possível, que fosse distribuída para os membros da Comissão a cópia dos dois depoimentos que foram feitos por escrito. Acho que isso seria muito útil para todos nós, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Senador Pedro Simon pede cópia das exposições que foram feitas. Naturalmente, podemos pedir à Taquigrafia da Casa, tendo em vista que elas foram gravadas, que retire uma cópia para V. Ex^a.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Fernando Ferro, primeiro orador inscrito.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente da Comissão Mista, Deputado Cambraia, senhores palestrantes, é evidente que muitas das informações aqui trazidas já são do nosso conhecimento. Creio

que se faz importante estabelecer, permanentemente, um canal de ligação entre esses dados e esta Comissão. Queria, então, fazer uma sugestão e um pedido aos Ministros José Jorge e Pedro Parente, para que fornecessem, semanalmente, a evolução do racionamento de energia praticado pela sociedade.

O Ministro Pedro Parente falou que houve uma redução de 6% no consumo; na última semana de maio, de 12%, e eu gostaria de saber: por classe de consumo, como foi essa economia de energia? Interessava-me saber quem de fato está contribuindo com esse plano. Se for possível dizer-me isso agora, eu agradeceria, porque suspeito que essa parcela de sacrifício está sendo feita principalmente pelos consumidores residenciais, que a indústria, o comércio e os grandes consumidores ainda não participam disso com a devida urgência.

Os consumidores residenciais representam um pouco mais de ¼, em média, do consumo nacional e é importante que eles não sejam tão sacrificados quanto o restante dos consumidores, principalmente os energointensivos e os grandes consumidores industriais. Esse é um esforço que tem que ser cobrado e acho que isso faz parte da justiça do sacrifício que é imposto ao povo brasileiro.

Gostaria de obter, também, esclarecimentos do Ministro José Jorge a respeito de como, efetivamente, ficou a questão do risco cambial: a Petrobras é que vai arcar, ou seja, o Tesouro é que vai arcar com esse risco cambial? Quais são as condições que estão colocadas?

Vou alinhar outras perguntas: quanto ao programa de conservação de energia a que V. Ex^a se referiu, quais são as medidas desse plano? É importante lembrar que está em votação, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que vai ao encontro dessa preocupação. Se não me engano, está agendada para amanhã a votação de um projeto de lei que traz sugestões interessante a respeito. Espero que ele seja votado amanhã.

Gostaria de perguntar ao Ministro Pedro Parente e ao Ministro José Jorge, a que altura dessa crise V. Ex^{as} foram informados da iminência da necessidade de racionamento e da situação caótica do setor elétrico brasileiro? O Presidente da República nos confidenciou publicamente, há cerca de três semanas, que Sua Excelência também havia sido pego de surpresa. Portanto, quando, efetivamente, a equipe do Governo tomou conhecimento dessa crise?

Gostaria também de alertá-lo para uma situação que considero das mais graves. Refiro-me às microempresas, tendo em vista que elas se constituem em

um universo impressionante de sobrevivência, principalmente as existentes na Região Nordeste e na periferia das grandes cidades, às quais funcionam nas próprias residências. Acredito que essas microempresas serão duramente penalizadas com as medidas aplicadas para os consumidores residenciais, aliás, elas serão mais penalizadas do que as grandes empresas, já que essas microempresas são fontes de sobrevivência de muita gente, e, por estarem funcionando em residências, estarão sujeitas a utilizarem somente determinada carga. Penso que isso causará enormes transtornos na vida dessas pessoas. São técnicos, manicuras, enfim, há uma infinidade de microempresas que serão enquadrados como consumidores residenciais e, conseqüentemente serão duramente punidos tendo em vista a política proposta pelo Governo.

Aliás, solicitaria que fosse flexibilizado, por intermédio de algum mecanismo, que esses pequenos empresários fossem reconhecidos como tal, sendo tratados diferentemente dos consumidores residenciais. Caso contrário, eles pagarão um pesado ônus, injusto até, já que eles sobrevivem às custas desse tipo de atividade.

No que diz respeito à Região Nordeste – acho que é o quadro mais dramático –, além da economia de energia, soma-se a ela a questão da seca e o seu agravamento na Região. O reservatório equivalente está operando na escala 4,3. Nós nunca operamos nessa escala, portanto, não sabemos as conseqüências de se operar nesses níveis para os geradores e para as turbinas. Gostaria de saber se o Governo já dispõe de uma avaliação técnica sobre as condições de operação da Usina, por exemplo, de Sobradinho, com o reservatório operando nesse nível. Isso pode trazer conseqüências desastrosas para os equipamentos e danos irreversíveis para os equipamentos. Teria o Governo garantia de fabricante ou algum estudo que permita operar nessa condição? Até porque há informações, que já circulam no setor, e sugestões para se inverter o volume morto. Caso isso ocorra, realmente a situação está próxima do caos, o que poderá gerar uma situação extremamente dramática para essas empresas.

Sr. Presidente, eu ficaria por aqui nas perguntas e questionamentos que faço.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Responderei a algumas perguntas apenas.

Na semana passada, em relação à questão do risco cambial do gás boliviano, – deve ter saído no

Diário Oficial de ontem –, divulgamos uma Portaria conjunta, do Ministério da Fazenda e do Ministério das Minas e Energia, que equaciona essa questão.

Na verdade, o problema se coloca da seguinte forma: o gás, que é adquirido em dólar – anualmente há um aumento do preço da energia – varia diariamente. Portanto, como o gerador de energia compra gás e vende energia, ocorria o seguinte: comprava-se o gás por um preço, que variava diariamente ou trimestralmente de acordo com o que fosse feito, mas que variava com o dólar, e só depois de um ano é que esse dólar era repassado para o preço do gerador. Então, do ponto de vista da diferença do preço do dólar do ano não havia problema, porque se o dólar fosse dois e passasse para quatro, entrariam os quatro. O problema existia exatamente no financiamento daquela parte do dólar que variou durante o ano.

Essa é uma questão que foi discutida durante muito tempo, terminou se chegando a um acordo, que foi o que a portaria especificou, no qual a Petrobras vai financiar, não vai absorver esse custo, vai financiar a diferença para mais ou para menos do dólar, porque o dólar também pode variar para mais ou para menos – atualmente está variando para mais, mas pode variar para menos. Ela vai financiar essa parcela anual e depois repassar para o preço do ano seguinte para a geradora. E a geradora, então, vai depender do VN que ela tiver com a distribuidora.

O SR. FERNANDO FERRO – Justamente incluir o gás na PPE do petróleo, não é, Ministro?

O SR. JOSÉ JORGE – Não, não é na PPE. É um sistema parecido, mas tem alguma diferença em relação à PPE.

Em relação à conservação de energia, na verdade o Ministério já tem um programa chamado Procel, que, em determinadas épocas, trabalha com muita eficácia e é muito eficiente, tem muito prestígio no Ministério, depois outras épocas ele tem menos, agora espero que tenha mais prestígio, uma época que ele realmente possa enfrentar a questão da conservação, exatamente baseado na aprovação desse Projeto, que está na Câmara, já está circulando aqui no Congresso há 11 anos. O Ministério tem trabalhado nesses últimos 90 dias, desde que estou lá, no sentido de aprová-lo, e aparentemente vamos aprová-lo esta semana, que servirá de base para que o Procel possa ser reafirmado como um programa muito importante.

Essa questão atualmente, conjuntural, vai ajudar, mas ajuda em parte, porque na verdade agora ela tira uma parte do conforto, que não é a idéia. A idéia, por trás da conservação de energia, não é de mi-

nuir o conforto, pelo contrário, é mantendo o mesmo nível de conforto com um nível de consumo de energia menor.

Essa data da crise posso dar a minha parte. Na verdade, assumi o Ministério no dia 13, mas aconteceu uma série de problemas, inclusive a questão da P-36, no dia 15; encontrei o Deputado Gabeira em Macaé, passamos uns dois dias em Macaé, e somente no dia 20 assumi. Desde aquele dia, quando verifiquei as curvas do reservatório das Regiões Sudeste e Nordeste que vi que havia uma situação de extrema gravidade.

Criamos dois grupos: um para elaborar um plano de racionalização de oferta e demanda, que lançamos num programa de televisão nacional, na rede nacional, uma semana depois ou duas semanas depois e, ao mesmo tempo, elaboramos um plano de racionamento para que quando houvesse solicitação nós já tivéssemos um plano elaborado.

No dia 26 de abril, recebemos um ofício da ONS solicitando um racionamento de 15%, que depois foi, se não me engano, no dia 2 de maio foi aumentando para 20%. Convocamos então o CNPE no dia 8 de maio, para que fosse feita a reunião no sentido de aprovar o plano de racionamento. Recebi até uns telefonemas do Deputado Aleluia também, lembro que S. Ex^a ligava para mim sobre essa questão, e convocamos no dia 8 de maio. No dia 10 de maio fizemos uma reunião com o Presidente da República para que criássemos a Câmara de Gestão e tomássemos aquelas medidas. Daí em diante já houve uma economia de energia substancial.

Desde que estive na televisão explicando a situação e solicitando a colaboração, mesmo antes da questão do racionamento propriamente dito, já aí – tenho os dados aqui – houve uma diminuição da demanda durante o mês de maio.

Passaria a palavra ao Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO FERRO – Pelo que pude entender, o Ministro tomou conhecimento da situação no mês de março, em vinte de março?

O SR. JOSÉ JORGE – Não, março foi o mês que assumi, no dia 20.

O SR. FERNANDO FERRO – Então... o fato é que esse relatório de ONS já era de conhecimento no final de fevereiro, início de março, esse relatório de 15% do corte.

O SR. JOSÉ JORGE – Não, o relatório pedindo corte é do dia 26 de abril.

O SR. FERNANDO FERRO – Posso dizer-lhe, Ministro, que sabia dessa informação em março. Pode parecer até vidente, mas eu tinha essa informação no setor no mês de março.

O SR. JOSÉ JORGE – V. Exª tinha a informação de que os reservatórios estavam em uma situação crítica, como estiveram também no ano passado.

O SR. FERNANDO FERRO – Não era uma situação crítica, mas a de que o corte era de 15%.

O SR. JOSÉ JORGE – O ONS trabalhou até o dia 26 de abril com 3 hipóteses: 5%, 10% e 15%. O Presidente do ONS está aí e pode confirmar que trabalhou com 5%, 10% e 15%.

O SR. FERNANDO FERRO – Tenho as informações.

O SR. JOSÉ JORGE – Não é esse o documento?

O SR. FERNANDO FERRO – Estou querendo dizer que essa situação revela que o Governo, realmente, desconsiderou ou não ouviu os técnicos da área. O alerta já vinha de antes. No final de fevereiro ou no começo de março, já tínhamos essa informação no setor. Infelizmente, não houve qualquer preparação ou precaução em relação ao quadro que se estava anunciando. Diferentemente, em outros momentos de racionamento houve uma antecipação e foram tomadas algumas medidas que um quadro desses exige.

Gostaria de fazer-lhe algumas indagações, Ministro José Jorge. Tenho informações de que o Presidente da ANP, David Zylbersztajn, impediu a adoção da medida sobre risco cambial de gás. Que problema houve com a Agência Nacional de Petróleo? Houve uma divergência para tomar-se a definição? Qual é a ordem de divergência e qual o problema com a Agência Nacional de Petróleo que tem a capacidade e o poder político de impedir o acordo? O que houve?

O SR. JOSÉ JORGE – Na realidade, a portaria já foi feita; ele não a impediu. Como a Agência Nacional de Petróleo é encarregada também da questão do gás, que está dentro de sua área de distribuição, o Dr. David Zylbersztajn, como qualquer outro diretor de agência na área de energia elétrica, na área da água, foi ouvido sobre a questão do gás. Evidentemente, deu sua opinião, assim como Presidente da Petrobras, os investidores e o Ministério o fizeram. Enfim, todos deram sua opinião e, no fim, foi elaborada uma portaria que leva em conta a opinião de todos, mas não atende todos. Em nenhum momento, S. Exª a impediu.

A prova maior é a que a portaria já foi publicada, já está no Diário Oficial, e já está sendo executada.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Sr. Deputado, so bre a primeira questão, a redução por classe de consumo, não tenho um dado preciso, um dado quantitativo para fornecer-lhe. Posso dizer que, qualitativamente, a nossa avaliação diz respeito a residências e setor público. Quer dizer, no mês de maio, em nossa avaliação – comprometo-me a enviar à Comissão a avaliação detalhada – houve redução do consumo nas residências e no setor público. De fato, a indústria e o comércio só começaram a entrar no racionamento, por obrigação legal, a partir do dia 1º de junho. Então, a avaliação é a de que a redução de consumo, ocorrida no mês de maio, foi basicamente nas residências e no setor público. É claro que houve outras medidas como, por exemplo, a redução de outdoors. Quanto a isso, infelizmente, houve limites suspendendo. Mas, enfim, há outras medidas. Atribuímos, basicamente, sem poder precisar-lhe a informação por não dispor dos dados agora – pedirei ao operador do sistema que repasse essas informações –, às residências e ao setor público.

Não entendi, ainda, como as microempresas estariam prejudicadas, Deputado. O limite das empresas comerciais também é de 20%. Agora, com até duzentos quilowatts/hora por mês não pagam qualquer sobretaxa. V. Exª estaria falando, eventualmente, em não haver o pedido de corte para quem não atingiu os 20%. Se deixássemos de qualificá-las como residências e passássemos a qualificá-las como comércio, também estariam sujeitas ao corte de 20%. Pediria para V. Exª, se puder, detalhar o problema: que diga exatamente o que está acontecendo, onde poderão ficar prejudicadas. Comprometemo-nos a analisar. Não entendi, na pergunta, como ficariam prejudicadas sendo classificadas como residência. Então pediria ao senhor que se pudesse...

O SR. FERNANDO FERRO – Os consumidores residenciais estão sendo os mais atingidos pelas medidas de contenção e pelas medidas de punição sugeridas. No caso, muitas dessas residências, na verdade, não são só residências, são residências e empresas. Dever-se-ia fazer algum tipo de flexibilização para que essas pessoas pudessem, evidentemente a partir de um comprovante junto às concessionárias, atestara sua condição não apenas de consumidor residencial, mas também de sobrevivência e de comércio que têm, para que pudessem ser considerados numa situação diferenciada, porque evidentemente

há um tratamento diferenciado entre consumidores residenciais e consumidores industriais, empresários. Há um tratamento diferenciado. O que estou sugerindo é que se leve em conta essas pessoas nessa condição para que possam ser ouvidas e tratadas com essa característica que têm de não apenas consumidores, mas também de geradores de emprego e de renda e um segmento importante na economia deste país, na informalidade da economia deste País.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, vamos então analisar. Depois podemos conversar para o senhor entender melhor onde está o problema específico para podermos dar um tratamento.

Finalmente, sobre a questão das avaliações técnicas sobre o funcionamento, principalmente no Nordeste, a 5%. O que temos é o parecer dos órgãos técnicos do Governo de que isto seria possível, não que este parecer seja feito sem, digamos, um nível mínimo de preocupação dizendo que é uma operação que não foi feita antes, mas achamos que é possível. É claro que não vamos estar esperando acontecer os problemas para depois eventualmente tomar uma outra providência; vamos estar acompanhando isto permanentemente. Então a informação que temos, e não sou um especialista do setor, é de que é possível, este é o mínimo necessário como mínimo de segurança no caso dos reservatórios do Nordeste. E no caso dos reservatórios do Sul e Sudeste, 10%.

O SR. FERNANDO FERRO – Neste caso que o senhor está citando, é a Eletrobrás que está fornecendo esta informação, é o ONS?

O SR. PEDRO PARENTE – Tenho essa informação, um parecer, não é um parecer escrito, mas a opinião do ONS.

O SR. FERNANDO FERRO – E em relação ao Nordeste, aos projetos de irrigação. Esses 5% de reservatório, o que implicam nos programas de irrigação? Porque as informações que temos é que isso poderá afetar de forma direta esses empreendimentos da área de irrigação, principalmente do semi-árido do São Francisco, na região de Petrolina, naquele região do médio e submédio São Francisco. Quer dizer, 5% de reservatório, o que acarretam aos programas de irrigação da Região Nordeste?

O SR. PEDRO PARENTE – Bom, Deputado. Fico devendo, comprometo-me a trazer a informação por que não sei.

O SR. FERNANDO FERRO – Está bem.

Sr. Presidente, fiz uma pergunta: a partir de quando o Ministro Pedro Parente tomou conhecimento da crise?

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, tinha entendido que o Ministro José Jorge tinha respondido à questão. Até o final do ano passado, a avaliação que tínhamos era de que, em função das chuvas inclusive ocorridas até dezembro, tínhamos a possibilidade de ter o ano de 2001, mesmo considerando um aumento de carga melhor do que o ano anterior, o ano 2000.

O que se viu nos meses seguintes foi, a partir de janeiro, a ocorrência de chuvas muito abaixo da previsão. Essas informações eram periodicamente passadas naturalmente pelo órgão técnico, pelo Ministério das Minas e Energia, mas sempre com a observação de que era um quadro que poderia ser revertido nos meses seguintes.

A situação só ficou clara de que poderíamos ter um racionamento e não um processo de racionalização a partir das datas informadas pelo Ministro José Jorge. Até janeiro ou fevereiro, já havia informações de insuficiência de chuvas, mas até aquele momento as hipóteses que se trabalhavam era: 1 – se necessário, poderia ser resolvido com um processo de racionalização; e 2 – ainda assim era possível – dependendo da fluência de chuvas nos meses seguintes – que essa posição pudesse ser revertida.

Então essa era a informação que tínhamos, e o restante da história o senhor ouviu do Ministro José Jorge.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, tenho em mãos um relatório, de dezembro de 2000, assinado pelo Ministro Pedro Parente que diz que os reservatórios estão se esaurindo sistematicamente e as razões para tanto podem ser atribuídas à ocorrência de investimentos na expansão de novas hidrelétricas e de uma base termelétrica adequada para assegurar o suprimento de energia quando da ocorrência de períodos de hidraulicidade significativamente desfavoráveis que de fato aconteceram. Quer dizer, o relatório do Conselho Nacional de Política Energética já previa isso em dezembro e foi assinado por vários Ministros: Pedro Malan, Pedro Parente, todos eles assinaram.

O SR. PEDRO PARENTE – Não, não está.

O SR. FERNANDO FERRO – Está, o seu nome está aqui.

O SR. PEDRO PARENTE – Não. Leia, por favor, Deputado, o que está escrito em cima.

O SR. FERNANDO FERRO – Composição do Conselho Nacional de Política Energética. Plenário. E o relatório é o relatório do Conselho Nacional de Política Energética. E o senhor é um dos membros desse Conselho.

O SR. PEDRO PARENTE – Esse relatório não foi levado ao Conselho, Deputado. Eu não assinei esse relatório. O senhor, por favor, veja...

O SR. FERNANDO FERRO – Então peça para tirar o nome do senhor, porque isso aqui compromete a sua posição. O senhor, como Ministro, é signatário. Aqui está o seu nome; o senhor está constando como elaborador desse relatório. Então, o que posso fazer? Ou o Governo não lê os relatórios que faz ou põe os nomes dos Ministros, indevidamente, para que eles sejam comprometidos com esse tipo de coisa. É lamentável, Sr. Ministro.

O SR. PEDRO PARENTE – Não, lamentável é o senhor dizer que assinei uma coisa que não assinei.

O SR. FERNANDO FERRO – Está escrito aqui. Sr. Presidente, encaminhei ao Ministério das Minas e Energia um requerimento pedindo o documento sobre política energética do Governo. Foi pela Câmara, a Mesa da Câmara encaminhou o meu requerimento e me foi devolvido este relatório aqui, do Ministério das Minas e Energia. Então, este é um documento oficial do Governo, e V. Ex^a consta como membro disto aqui. O que estou dizendo é que essa situação... De fato, sinto que é uma situação constrangedora, mas revela claramente o desencontro, a desinformação e a desatenção de V. Ex^{as} em relação à política energética.

Trataram muito bem da parte financeira do Governo e esqueceram a política energética. Está aí. É isso que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Eminentíssimo Deputado Fernando Ferro, está muito proveitosa a participação de V. Ex^a. Devo ponderar, todavia, que há vários Deputados e Senadores inscritos. O que fica absolutamente cada vez mais evidente para a sociedade brasileira é que o Brasil é realmente um País que prima pela imprevidência. A imprevidência está até na Previdência. A própria Previdência está sofrendo de imprevidência há muitos anos. Esse é um fato.

Mas, repetindo aquilo que tive oportunidade de colocar no início desses trabalhos, gostaria que aproveitássemos para tentar ajudar o Governo a minimizar as consequências desse problema que está aí e que se avizinha cada vez mais grave, tendo em vista as perspectivas. É claro que além de ser um País imprevidente, o Brasil é também o País dos desperdícios. Espero, então, com o engajamento da sociedade brasileira nesse problema, que comecemos a adotar uma postura menos imprevidente e de menos desperdício também.

É por isso que penso que os trabalhos desta Comissão poderão ser muito úteis para que o Governo consiga encontrar uma solução para amenizar, para minimizar as consequências, as mazelas desse problema que está aí.

Assim, se V. Ex^a me permite, gostaria que fôssemos mais objetivos daqui para a frente, até por que todos desejam participar. Então, como segundo orador inscrito, concedo a palavra ao eminente Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite fazer uma consideração final? Concordo com a preocupação de V. Ex^a. Não há aqui, da nossa parte, nenhum interesse, nenhum oportunismo político nessa crise que se abate sobre a Nação. Temos que discutir de forma conjunta. Agora, o que quero dizer é que não podemos esquecer as responsabilidades, o ônus e o ônus de exercer o poder e temos que cobrar. É meu papel. Contribuímos, na Comissão de Minas e Energia, com textos e documentos alertando sobre o problema. Não houve só críticas. Nesse sentido, concordo que V. Ex^a tenha essa preocupação, mas a nossa preocupação é também construtiva, o que não impede que sejamos críticos nas nossas análises e observações do trabalho que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Deputado Fernando Ferro, tudo bem. Antes de fazer as minhas considerações, coloquei que a participação de V. Ex^a estava sendo altamente proveitosa, só que precisamos realmente ganhar tempo. Então, se me permite, passo a palavra ao eminente Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Relator, evidentemente que todos temos a intenção de contribuir - até com o Governo - mas com uma visão crítica, uma vez que o próprio Sancho Pança contribuía com Dom Quixote quando ele dizia "olha, mestre, olha o que o Sr. está dizendo!" Então, a minha visão crítica, na verdade, será para mostrar ao Governo o que ele fez de errado e como ele poderia encontrar um caminho, na minha opinião. Digo na minha opinião, porque temos que ser modestos, pois essa crise transcende a nossa capacidade.

O problema central do Governo, inclusive a crítica não se dirige ao Ministro Pedro Parente nem ao Ministro José Jorge, quem encontrei no Rio de Janeiro no Congresso Internacional de AIDS, e ainda não sabia que essa situação dramática iria cair nas suas mãos.

Houve um erro básico na condução que deve ser imputado ao Presidente da República: a não-definição de parte do Governo se iria intimidar a popula-

ção ou atraí-la e se irmanar com ela. Então, houve uma sucessão de promessas de castigo, que, aos poucos, estão sendo levantadas, mas que mostram que a população foi muito mais madura que o Governo, porque ela mostrou, na prática, que o caminho era irmanar com o esforço da população e não intimidá-la. É claro que mesmo do ponto de vista político mais clássico, do ponto de vista maquiavélico, nunca vi um governo que goste de fazer mal aos pouquinhos. A orientação é sempre se fazer o mal de uma só vez. No entanto, o Governo Fernando Henrique se perdeu tanto nesse processo, que escolheu a intimidação e escolheu fazer o mal aos poucos.

A outra crítica que faço se dirige, também, ao Presidente da República. Por incrível que pareça, Sua Excelência resolveu se fechar nesse processo. Criou uma câmara que deveria estar articulada com outros processos. Por exemplo, criou-se uma câmara em São Paulo, formada pela Fiesp, pelos Sindicatos, mas que não foi atraída pelo Governo, o Governo não a recebeu. Isso foi um erro fundamental. Se examinarmos, dentro do Governo, verificaremos que ele também se isolou. O Governo foi incapaz de trazer para a câmara, o Ministério do Meio Ambiente, que podia contribuir; foi incapaz de trazer o Ministério da Defesa, que tem um papel fundamental do ponto de vista logístico, caso cheguemos ao apagão. Na verdade, a própria câmara do Governo, do ponto de vista do Governo e dos seus recursos, é incompleta.

Portanto, o primeiro aspecto que temos que pedir ao Governo - e temos pedido ao longo do tempo - é que cesse a intimidação. Que ele compreenda que se relacionar de uma maneira adequada com a população trará resultados muito melhores.

O segundo pedido a fazer, que também é importante, é uma crítica, é que ele rompa o seu isolamento, que ele compreenda de uma vez por todas que ele está diante de uma questão que transcende a capacidade de um grupo de pessoas fechadas numa câmara. Ele tem que se abrir para a sociedade. E o Governo não fez isso. O Presidente da República não assumiu essa liderança. Agora, Sua Excelência assumiu a liderança da comunicação, que tinha cometido uma série de erros. Esta era outra coisa que eu não percebia: a comunicação do Governo não estava presente na câmara como deveria estar, se não não teriam sido cometidos esses erros que foram cometidos.

Então, essa sucessão de erros, depois do erro estratégico de nos levar ao racionamento, é quase imperdoável, mas temos um caminho pela frente.

Gostaria de fazer uma série de perguntas que, de uma certa maneira, estruturam a minha crítica. A

primeira delas é a seguinte: quando a câmara se reuniu e decidiu que iria criar uma sobretarifa ou iria aumentar as tarifas, que iria dar um bônus às pessoas que economizassem, não houve um cálculo de quanto seria - evidentemente, seria impossível calcular quanto seria o dinheiro arrecadado com a sobretarifa e quanto seria o dinheiro gasto nos bônus... No entanto, para minha perplexidade e por causa das lacunas do próprio Governo, assisto na televisão a um dos diretores da Light dizer o seguinte: "Que bom para nós! Vamos perder de um lado, mas vamos ganhar de outro". Porque a tarifa foi aumentada, porque o Governo não definiu claramente para a população que qualquer dinheiro extra que sair desse processo tem que voltar para o consumidor e não para as empresas distribuidoras.

Não há sentido nenhum em se criar um processo de transferência de renda da população para as empresas distribuidoras, que não são heroínas nessa história. São tão ou mais culpadas que todos os outros. Mas elas não mereciam, não devem merecer nenhum processo de transferência.

Creio que isso tem que ficar mais claro. Pode ser que tenha havido uma brecha de comunicação; pode ser que a imprensa não tenha esclarecido totalmente, mas é preciso ficar claro que todo o dinheiro excedente do aumento de tarifa, nesse contexto de racionamento, deve voltar para o consumidor, para a melhoria da situação do consumidor, porque ele vai transcender aos bônus. Muito dificilmente, alguém, nesse contexto, hoje, no Brasil, vai economizar energia pensando em mais R\$1 ou R\$2 de bônus, em boa hora isso possa acontecer, mas a previsão é a de que haja mais dinheiro da sobretarifa do que dinheiro para se pagar em bônus.

A segunda pergunta - e é importante que fique definido também: o Governo, no encontro do Palácio do Planalto, depois de muitos protestos, disse que não iria atropelar o Código do Consumidor. O Governo se comprometeu a fazer isso. No entanto, ao reconsiderar a sua medida de fazer cortes, ele continua atropelando o Código do Consumidor, porque os cortes não podem ser feitos nem da maneira branda que foi anunciada agora. Os cortes teriam que passar por um processo de avaliação, por um tipo de julgamento. O consumidor não pode ser lançado ao Código apenas porque ele recebeu um aviso e, no mês seguinte, ele não conseguiu estabelecer a cota que o Governo quer. O Governo prometeu, mas ainda não materializou adequadamente o seu respeito ao Código do Consumidor.

O terceiro ponto que eu queria perguntar é qual será a política clara do Governo em relação às empresas que produzem usando muita energia, especificamente no caso do alumínio. Existem experiências em outros países em que as fábricas de alumínio foram fechadas nesse período. Existem outras experiências em que os cortes são mais intensos para elas. Então, eu me pergunto: essa energia é subvencionada? Tem sentido, hoje, o Brasil pagar subvenção à indústria de alumínio, no momento em que todos nós estamos pagando uma taxa extra pela eletricidade mais consumida? Não tem! Era preciso haver uma política muito mais clara. Uma pequena cooperativa de costureiras, por exemplo, que trabalha o dia inteiro vai ter que economizar às vezes demitindo. É preciso haver uma política para elas e outra para essas empresas que consomem muita energia - alguma dessa energia subvencionada pelo Governo.

Não está claro isso, e o Governo tem que esclarecer qual é a política. Outro ponto que é preciso esclarecer: o Governo está se preparando para o apagão? O Ministro Parente disse: "Existe uma possibilidade. Se as chuvas acontecerem..."

Outra pergunta que quero fazer: como é que o Governo chegou à previsão de 70% nos seus cálculos? Existem oito países que fazem previsões meteorológicas. Nossa diplomacia já contactou todos os oito, já pediu um parecer de todos os outros países especializados sobre qual é a evolução das chuvas que teremos nesse período. Não sei desse passo. Se não tomou, sugiro que tome o passo, porque não podemos dizer se as chuvas serão de 70% na média.

Temos que saber qual é a conjugação das previsões, mesmo admitindo que essas previsões sejam inadequadas para um período tão longo, mas, ainda assim, o Brasil tem que fazer esse esforço. Buscar os sete países do mundo que mais trabalham nesse campo.

Suponhamos que a previsão não dê certo. O Governo está se preparando para o apagão? Tenho dúvidas quanto a essa questão. O Governo fez algum trabalho de importação de geradores, como o Professor Ildo Sauer está propondo? Não fizemos nenhum esforço específico de importação de geradores, que poderiam, no futuro, servir como co-geração, como está colocado aqui. O Governo não o fez. O Governo trabalhou efetivamente. Além de trocar lâmpadas e de reduzir o consumo público, ele trabalhou efetivamente nos pontos de conservação que poderia ter trabalhado? O Professor Sauer propõe trocar 10 milhões de lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio, o que daria uma redução de

550 quilowatts, que é muita coisa, gastando-se 1 bilhão. Mas esse é um tipo de eletricidade que podemos produzir aqui e agora. Aqui e agora, realizando essas trocas. Quer dizer, existem uma série de sugestões que vão e vem e nós não podemos colocá-las na Câmara, porque a Câmara, até este momento, exceto algumas audiências que o Ministro Pedro Parente concedeu e as entrevistas que ele concedeu, ela continua fechada para o País. Os grandes temas não foram colocados para ela e eu acho que isso é uma hesitação desnecessária. O Governo ficou, no meu entender, um pouco tímido porque ele cometeu um grande erro. E ao cometer um grande erro, ele se fechou. Ele não percebeu que a sociedade estava sinalizando para ele: Olha, cometeu um erro, tudo bem, mas vamos adiante. Adiante nós vamos ver as responsabilidades. Vamos fazer algum coisa juntos. E o Governo não está disposto. O processo, as campanhas na TV, o Governo jamais convidou todos os diretores de televisão para perguntar qual a contribuição que a televisão brasileira podia dar neste instante. O Governo não convidou os artistas para perguntar. A primeira medida foi, desculpe-me a expressão, uma medida inadequada, porque todos os circos e parques de diversões foram cortados naquele momento. O Governo não compreendeu a dimensão política da questão. Quer dizer, os atos, os circos poderiam ser os maiores aliados no processo de racionamento. Não era esse o caminho. Não era esse o caminho.

Então é necessário, neste momento, se abrir para compreender que não estamos apenas diante de questões técnicas, que, no meu entender, não estão ainda respondidas adequadamente, mas estamos diante de questões políticas das quais o Governo se apequenou. O Governo se encolheu diante da crise, o que pode ainda ser recuperado. Existem caminhos para que ocorra essa recuperação. Até acho que ele está se recuperando nos últimos dias. Quando o Presidente da República disse que não queria uma queda de braço com a sociedade brasileira, ele estava falando algo sério. Mas quando se chega ao ponto de dizer isso é por que a queda de braço já está se avizinando no horizonte. Quando, na verdade, ele já podia estar harmonizado com a sociedade brasileira desde o princípio da crise.

Então quero colocar, evidentemente já sei que outros estão inscritos, teremos outras perguntas, essas posições na mesa e propor aqui um pacto nacional. Essa Câmara tem que ser apenas a Câmara dela. Temos que ter um pacto nacional com o Congresso e com a Câmara de São Paulo, criar um organismo maior para essas questões possam ser discuti-

das, com todo o respeito pela autonomia do Governo. Mas os senhores devem ter a humildade de sair do Palácio do Planalto, do lugar que foi destinado para os senhores, e encontrar num lugar onde a Câmara, feita em São Paulo, e outros setores do Brasil que queiram discutir, mais o Congresso brasileiro, estejamos juntos num grande fórum que faça pelo menos uma reunião de quinze em quinze dias, de mês em mês para avaliar a situação e tomar decisões conjuntas, respeitada a autonomia do Governo que foi eleito com votos populares incontestáveis e tem a responsabilidade de tomar as decisões.

O SR. – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE () – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. – Sr. Presidente, eu gostaria de saber quantos Parlamentares estão inscritos aí?

O SR. PRESIDENTE () – Treze.

O SR. – Treze. Então, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão pela ordem para que V. Ex^a pudesse estabelecer um tempo, porque acredito que é grande o interesse nos Parlamentares em fazer pelo menos uma pergunta, já que essa oportunidade é rara de estarmos com o Ministro das Minas e Energia e com o Ministro Pedro Parente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Sim, de acordo com o Regimento cada Parlamentar tem cinco minutos. A Presidência tem sido realmente bastante generosa, mas é porque as duas intervenções foram muito ricas e espero que todos compreendo que o aproveitamento foi bom, mas todos terão a oportunidade.

Quero passar a palavra, agora, para o Ministro José Jorge, para começar a resposta às colocações feitas pelo Deputado Fernando Gabeira.

O SR. JOSÉ JORGE – Na realidade, acho que o Deputado Fernando Gabeira colocou algumas idéias muito interessantes. Nós todos sabemos que essa questão...

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, quero apresentar uma proposta. As perguntas serão repetitivas. Muitas delas seguirão mais ou menos a mesma linha. Proponho, então, que todos os Parlamentares falassem e, no final, os Ministros Pedro Parente e José Jorge responderiam as perguntas. A res-

posta seria em bloco. Considero esse procedimento muito mais racional do que fazer esse ping-pong.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, façamos blocos. Não há sentido também em todos os Parlamentares se pronunciarem em sequência. Sugiro que sejamos divididos em grupos de quatro.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – De fato, há muita procedência nessas observações. Só penso que não há que ser de quatro em quatro, porque os Ministros terão o cuidado de anotar e depois responderão a todos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Seguindo a sugestão de V. Ex^a, Sr. Presidente, deixa de ser um debate, porque a resposta do Ministro pode gerar uma nova pergunta, um novo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Mas como ninguém vai se retirar, o debate poderá acontecer.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Mas temos que suscitar, Sr. Presidente, o debate. Sendo assim, de quatro em quatro seria mais razoável, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há um orador na tribuna.

O SR. FERNANDO GABEIRA – O melhor, Sr. Presidente, seria conceder três minutos a cada Parlamentar, com a possibilidade de uma réplica de um ou dois minutos, porque se não não haverá debate e, em não havendo debate... Não é que o Governo queira a possibilidade... (inaudível, fora do microfone) ...não estamos aqui investigando nada de especial, mas o debate nesse caso é rico, representa a possibilidade de avançarmos. Se o Governo monologar pura e simplesmente, não avançaremos. O Governo já está monologando há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Atenção, por favor.

A proposta do eminente Deputado Inocêncio de Oliveira é muito boa para esta reunião. Os Ministros também de sejam conhecendo o que pensa cada um dos Parlamentares aqui presentes. Ainda que possa prejudicar o debate, vamos fazer o possível, e o possível será isso. Penso que todos aprovaram e não é preciso nem colocar em votação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Protesto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Então vamos tentar quatro. (Pausa.)

Mas como somos 12, vamos fazer grupos de seis, que é o meio-termo. (Pausa.)

Pronto, já houve até quem quisesse se inscrever, o Senador Sebastião Rocha.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Só peço, então, que a meditação retroaja à minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Então o limite é de cinco minutos. Não posso reduzir, porque isso é regimental.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Mesmo para quem for muito bem, Sr. Presidente? Mesmo para quem tiver um grande desempenho?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a, por exemplo, talvez tenha o beneplácito da Casa pela...

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Não sei nem quem são os inscritos. Apenas gostaria que...

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Também para colaborar com a agilidade e como a pergunta do Deputado Fernando Gabeira envolve basicamente a questão política do Comitê, pediria que o Ministro Pedro Parente, que é o Presidente do Comitê, a respondesse. Após S. Ex^a, se o Deputado ainda quiser, também posso me manifestar.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Sr. Presidente, só para esclarecer, eu pediria que constasse que não assinei tal relatório, porque acho que não ficou claro esse ponto. É só uma observação para não haver dúvida com relação a esse tema que me parece muito importante.

O Deputado Fernando Gabeira faz alguns comentários iniciais. S. Ex^a tem uma avaliação de que houve um erro básico atribuído ao Senhor Presidente da República. Essa é uma questão de opinião. Discordo, mas não é o caso, porque é uma questão de opinião. Abordarei em minha resposta os pontos objetivos, até para que possamos avançar nas questões.

Quero dizer, Sr. Deputado, que não recusei nenhuma reunião que tenha sido pedida à Câmara. Realizamos reuniões com as distribuidoras, com os sindicatos, com os representantes dos consumidores – e dessa reunião saiu a sugestão de modificação do Código, que foi acatada –, com uma comissão de Parlamentares da área de saúde, cujas sugestões também foram acatadas. Além dessa última, realizamos também outras reuniões com Parlamentares e com empresários, inclusive das telecomunicações; a imprensa tem divulgado isso.

Então, Sr. Deputado, sinceramente, digo a V. Ex^a: só se eu conseguisse trabalhar 30 horas por dia. Eu não consigo. De fato, temos. Agora, a questão é tão palpitante, tão importante, envolve tantas questões, mexe tanto com a vida das pessoas, que entendo que exista essa angústia. De nossa parte, há todo um desejo de diálogo. Nós não temos o monopólio da verdade, não queremos ter. Queremos agir, nessa situação, trabalhando, dialogando e usando o bom senso, mudando aquilo que tiver que mudar; não tenho nenhuma preocupação em mudar, se for necessário. Digo a V. Ex^a: “Não nos fechamos”. Se é essa a idéia, eu lamento.

Outra questão, Sr. Deputado: o Meio Ambiente está na Câmara, assim como o Secretário de Comunicação Social e o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Talvez tenha havido falta de comunicação, mas essas três áreas do Governo estão na Câmara, dando suas sugestões, sempre que necessário.

E, quanto à outra questão que V. Ex^a também abordou, todas as vezes em que conversei com a imprensa sobre a tarifa adicional, disse que esta tinha três destinações. Isso está na Medida Provisória e foi dito à imprensa reiteradas vezes. O primeiro objetivo é pagar o bônus de quem consumir mais do que o previsto, até 100 quilowatts hora/mês; o segundo, fazer uma provisão de 2% para cobrir o custo administrativo das distribuidoras com as mudanças que elas precisam fazer para adaptação do sistema; o terceiro, pagar o bônus dos consumidores acima de 100 quilowatts hora/mês, se sobraem recursos, quer dizer, mediante um rateio. Ainda assim, se sobraem recursos, esse dinheiro não ficará com a distribuidora. Ele vai para o acerto tarifário seguinte, ou seja, volta para o consumidor sob a forma de redução da sua tarifa. De novo: isso foi dito, está na Medida Provisória e talvez não tenha merecido o destaque necessário dos órgãos de imprensa. Mas essa é a decisão, que vai, exatamente, na linha que V. Ex^a sugeriu.

Quanto ao Código de Defesa do Consumidor, nós já fizemos as modificações sugeridas. É muito importante, Deputado, entender por que esse corte é necessário. Nós não estamos falando só do pequeno consumidor. Esse pequeno consumidor já está livre do corte. Nós estamos falando do médio e, principalmente, do grande consumidor residencial, que não tem sensibilidade ao preço. Esse grande consumidor residencial vai pagar qualquer preço por sua energia elétrica e se, de fato, não houver a possibilidade do corte, não vai cooperar. Assim, considero justiça manter o corte, porque, senão, não conseguiremos

fazer prevalecer um programa que tem uma exigência maior, da qual não conseguimos fugir, que é o fato termos de reduzir a nossa carga em 20%. É fundamentalmente necessário o corte dos grandes consumidores, e a orientação que está dada para as distribuidoras é a de fazer o corte na ordem inversa do desvio em relação à meta—desvio absoluto, e não relativo, ou seja, quanto mais um determinado consumidor se desviar da meta, mais ele estará sujeito a corte, começando por aquele que mais se desviar da meta. Parece-me uma regra bastante justa, que tem esse objetivo de fazer com que todos economizem, porque, diferentemente do grande consumidor, os consumidores médios são sensíveis ao preço, e o pequeno já reconhecemos que não tem condições de reduzir o consumo.

Com relação aos eletrointensivos, está muito claro. Nós dissemos que é preciso cortar 25% do consumo dos eletrointensivos. Quanto ao resto da indústria, são 15% ou 20%. Neste momento, não podemos impor um corte maior. O corte de 25% em relação à sua meta de maio, junho e julho do ano passado já é bastante substancial. Agora, de fato, é uma energia muito mais barata do que a paga pela indústria, pelo comércio e, fundamentalmente, pelas residências, mas isso não pode ser modificado de uma hora para outra, porque eles têm contratos. No entanto, considero importante uma revisão tarifária, para levar em conta um novo quadro. Essa política foi importante para atrair as indústrias. Naquele momento, era necessário trazê-las, porque senão não teríamos indústrias de alumínio no País.

Hoje, vivemos outra situação em que, num processo de revisão tarifária, que não é trabalho deste grupo, é possível rever a questão da estrutura, uma vez que há subsídios cruzados entre os diversos tipos de consumidores.

No Governo há um grupo nomeado pela Câmara que está trabalhando na preparação de um programa de racionamento do tipo apagão. Estamos nos preparando para isso e nossa intenção é divulgar esse plano previamente, mesmo que ele não venha a ser necessário, para que a sociedade possa avaliar, discutir, propor e podermos então chegar a uma linha que permita fazer um processo de natureza, se necessário, pois estamos procurando evitar, com algo que seja previamente conhecido porque não julgamos não haver necessidade de surpreender a sociedade com um programa como esse.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, um segundo para cada resposta.

Quanto a tarifa, a informação que eu tinha, talvez o Diretor da Light também não tivesse, o próprio Deputado Aleluia também não tinha, no momento em que defendeu que fosse para o consumidor.

A segunda questão, atinente ao Código do Consumidor. O senhor tem dado quase uma visão de Robin Hood aos cortes, no sentido de cortar os ricos. Mas os cortes, como estão de terminados, não há distinção entre rico e pobre, pois quem passar da cota, for avisado e continuar passando da cota vai ser cortado.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, há uma distinção, sim, por que estamos dizendo, e esta é uma regra esclarecida de que tem que iniciar por quem tem um desvio maior em termos absolutos em relação à meta. Isso significa dizer que quem vai ser cortado são os grandes. As distribuidoras não têm a condição operacional de cortar todo mundo. Claramente esclarece dizendo: comece por quem mais consome.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Pelo menos está claro que não vai cortar de quem com o mesmo, digamos, 200 quilowatts, senão vai ficar essa espada sobre o Código do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Eu só gostaria de dizer, Deputado, que sobre essas questões pontuais e de detalhes o Ministro Pedro Parente, assim como o Ministro José Jorge terão imenso prazer em receber V. Ex^a para que V. Ex^a possa levar essas detalhes. Do contrário, não vamos cumprir tudo que ficou aprovado.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Só um minutinho. Sabemos que V. Ex^a tem pressa.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Quanto à questão do alumínio é preciso uma definição se o Brasil vai subvencionar ou não indústrias que usam muita energia. É preciso ter uma definição política sobre isso.

Finalmente, no tocante ao apagão, é preciso que os senhores não caiam no mesmo erro anterior. Quando chegar o plano do apagão e começar a discutir com a sociedade, vai haver esse deus-nos-acuda e vão ter que voltar atrás rapidamente. Por que não fazer algo já pactuado desde agora? É muito melhor.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, é esta exatamente a idéia. Quando disse que vamos divulgar previamente não é estabelecer o plano, pois até esperamos não precisar dele. O que estamos dizendo é que, uma vez tendo esse plano concluído, levá-lo como consulta pública para essa discussão.

Temos, portanto, sempre que lembrar que temos por trás de nós uma necessidade de reduzir a carga em 20%. Esta é a questão e não podemos nos furtar a isso. De fato queremos fazer essa discussão em relação a esse plano. Isso foi informado também quando divulgamos a comissão que está preparando esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Temos seis Parlamentares. Concedo a palavra ao eminente Deputado José Carlos Aleluia, por cinco minutos..

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Os Deputados, evidentemente, estão acostumados ao espaço curto do tempo, dada à disputa do grande número de deputados pela cena política na Casa. Os Senadores terão mais dificuldade.

Mas vou começar por ler a finalidade desta comissão: estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País, bem como propor alternativas para o seu equacionamento. Entendo que há equacionamento de curto, de médio e de longo prazo.

Vou começar falando das causas e procurando investigá-las. Muito foi dito sobre elas. Hoje fiquei muito sintonizado com a exposição do Ministro José Jorge. No começo S. Ex^a tentou imputar toda a responsabilidade a São Pedro e alguns disseram até que São Pedro é do PFL. São Pedro não é do PFL e a responsabilidade não é dele e nem do PFL isoladamente, mas do PFL na medida em que participou do Governo. É responsabilidade do Governo, ou dos Governos, porque, no passado, os Governos Estaduais ajudaram muito nos investimentos de energia elétrica. Tanto o Governo Federal quanto os Governos Estaduais, em média, fugiram dos investimentos no Setor de Energia Elétrica.

Quanto às causas, é preciso voltar à década de 80. Nisso, o Ministro José Jorge tem toda razão. Desde a década de 80, o modelo estava falido. Não foi por outro motivo que só em 1993, na era Collor-Itamar, elaborou-se a Lei Eliseu, que acabou com a tarifa unificada, e o contribuinte pagou, de subsídios para o consumidor, 28 bilhões de dólares. Naquela época, a tarifa era barata porque uma parte era paga pelo consumidor e outra pelo contribuinte.

Quanto à causa, é uma só: não foram feitos os investimentos necessários para fugir do risco. Vivemos parte da década de 80 e toda a década de 90 na mira do risco. Tanto que, em 1987, tivemos um racionamento no Nordeste, e a causa foi exatamente a mesma: falta de investimentos. A usina de Itaparica estava atrasada e não havia transmissão suficiente de Tucuruí para a região Nordeste; portanto, o racionamento teve a mesma causa. Essas causas decor-

rem da falta de poupança pública ou de orientação diferente para tal poupança.

O Governo tomou uma decisão política e precisa assumi-la. Essa decisão teve riscos e vantagens. Foi graças à opção de incluir os recursos decorrentes da poupança pública no ajuste fiscal que o Governo conseguiu trazer a estabilidade econômica. Agora, alertávamos muito: a estabilidade econômica sem investimento em infra-estrutura vai gerar a estagnação decorrente da falta de infra-estrutura. Hoje, deparamo-nos com estrangulamentos na energia elétrica, nas estradas, nos portos. Foi uma opção política. Vivemos, portanto, toda a década de 90 sob a mira do racionamento.

Quando eu era engenheiro, na década de 80, trabalhávamos com riscos de 3%. Em meados da década de 80, passamos os riscos toleráveis para 5% devido à chamada Cestin, que não era nada mais do que o controle das estatais para os investimentos. E começamos a viver com riscos que foram aprofundados, porque, evidentemente, não houve virtudes para viver com riscos. Para viver com riscos é necessário ter mais virtudes do que para enfrentar a má sorte que tivemos agora.

O Governo, evidentemente, tem sua responsabilidade e é preciso combater as causas: falta de investimentos em produção e em transmissão. As causas estão ligadas ao fato de que as transmissoras sentem-se desobrigadas de tudo. A sua obrigação é apenas vender o que recebem e cobrar tarifas razoavelmente boas graças aos contratos feitos pelo BNDES, que asseguram fórmulas de reajustes maravilhosas.

Ministro Pedro Parente, apóio inteiramente o Programa. Disse a V. Ex^a que achava inconveniente o “tarifaço”, vejo com bons olhos a revisão, mas não concordo que se indenizem os custos administrativos das distribuidoras, porque a Lei de Concessões, Sr. Ministro, diz que elas exploram o serviço por sua conta e risco. O risco decorre de elas não terem feito bons contratos de compra de energia, o que levou à falta dela. Não dá para o Governo assumir o problema sozinho, Sr. Ministro. As distribuidoras precisam assumir também.

E o cidadão não pode assumir sozinho. Da maneira como a questão está colocada, apenas o cidadão, a indústria, o comércio têm prejuízo. Quem é responsável por atender o cidadão na forma da Lei que eu tive a oportunidade de relatar e fazer o Substitutivo, cujo autor é o Presidente Fernando Henrique Cardoso? A Lei diz, claramente: conta e risco. Não te-

mos descobrir despesas decorrentes de racionamento dentro das empresas distribuidoras de eletricidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, as causas são muito evidentes. Nós as removeremos atrairdo investimentos. Não temos poupança privada nacional, ou quase não temos. Dificilmente geraremos poupança pública suficiente para enfrentar as necessidades. Precisamos criar ambiente para investimentos privados internacionais e, quando possível, nacionais.

Penso, Sr. Ministro de Minas e Energia, que a curto prazo precisamos usar a habilidade, a competência, a estrutura das empresas estatais que não foram privatizadas. Elas têm que ter o suficiente para enfrentar as necessidades. Temos de criar um ambiente para investimentos privados internacionais e, quando possível, nacionais.

Sr. Ministro das Minas e Energia, a curto prazo, temos de usar a habilidade, a competência, a estrutura das empresas estatais que não foram privatizadas. Elas têm de – aliás estou colocando a possibilidade de que se faça isso no meu substitutivo da 2.905 – procurar articular investimentos, incentivar investimentos, fazer joint ventures, promover investimentos não só nas termelétricas – foi um erro do Governo só investir em termelétricas –, mas nas pequenas centrais hidrelétricas.

Meu projeto está há um ano no Governo, e ainda não conseguimos votá-lo porque o Congresso e o Governo não tiveram vontade política para fazê-lo. Há que se investir nas pequenas centrais, na biomassa, nas eólicas.

Sr. Ministro, temos de resolver o problema de Angra 3. Não há mais condições de ignorá-lo. Temos de tratar de Belo Monte. Temos de equacionar investimentos.

Quanto ao curto prazo, não gostei da fórmula feita. Deveriam ter ouvido mais o pessoal do setor elétrico; ou viu-se mais o pessoal do setor de petróleo. Fechar posto de gasolina é apagão de posto de gasolina; desligar circuito elétrico é totalmente diferente. Portanto, o grande erro do Governo no começo foi esse. Quanto às causas, elas estão bem claras. O Governo não deveria fugir, tem de assumir de frente e procurar saídas.

Fico preocupado, Ministro Pedro Parente, e gostaria que me desse um pouco de tranquilidade com relação às indústrias que estão retomando a produção. Muitas indústrias estavam fechadas. No meu Estado, há uma indústria chamada Sibra, que estava fechada, que foi comprada pela Vale e que está reto-

mando. É preciso analisar cada caso. Não pode haver tratamento plano porque, senão, a indústria quebra no meio do trabalho.

Portanto, o Governo tem de melhorar também a comunicação. Estou com problema na minha casa, por que faço o programa de racionamento, e o Governo dá uma bonificação que é sempre lida como a maior que a concedida. A família quer voltar a consumir como antigamente. Não quero consumir predatoriamente da mesma forma que o Governo consumiu os reservatórios; e não foi somente neste ano. Os reservatórios foram usados predatoriamente durante anos sucessivos.

Portanto, tem o meu apoio o Governo e a Oposição. A Oposição está criticando. O Governo cresceu hoje ao vir nesta Casa discutir. Estou inteiramente afinado com a posição da Oposição, com a posição do Deputado Gabeira. Vamos mobilizar a sociedade e, se for o caso, vamos cortar. Mas essa é a última saída. Aliás, é nesse sentido que V. Ex^a tem caminhado com muita habilidade, indo e voltando. Cada vez que o Governo volta, há ganho. O Governo volta porque ouviu a rua.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao eminente Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, o nosso Deputado Aleluia disse que, quando S. Ex^a era engenheiro, pensava de uma forma. Depois, continuava engenheiro e pensava de outra forma. Como trabalhamos juntos na Câmara e fizemos muitas coisas juntos, imaginei que S. Ex^a continuava engenheiro. Agora S. Ex^a continua engenheiro aqui.

Apesar da minha idade, eu sempre disse que não sou um político, mas um engenheiro na política. E, como tal, apóio as considerações do meu companheiro Aleluia e as medidas do Governo.

Sei que o Ministro Pedro Parente está fazendo um esforço sobre-humano por que S. Ex^a não era dessa área e, de repente, foi buscado pela experiência, pelo bom senso, pela competência. O Ministro José Jorge foi arrancado da Câmara e designado para a função porque também é um engenheiro.

Estamos nesta Comissão dispostos, meu caro Presidente e grande empresário, a dar uma contribuição. Pretendia fazer algumas perguntas, mas, como a resposta será em bloco, prefiro proceder à consideração posterior.

É possível, sim, evitar o risco que se corre. O Ministro Pedro Parente fez uma ponderação e o Ministro José Jorge começou dizendo: “Estamos caminhando em direção ao fim do ano e faltam quatro meses para

novembro, uma data perigosa.” Quanto à redução de consumo pelo programa, que tem sido eficiente, parabéns-os, porque conseguiram algum resultado rapidamente e não é fácil. É difícil realizar algo a que o Brasil não está acostumado. O nosso Presidente disse que o Brasil e até a Previdência são imprevisíveis. No entanto, este País é ágil em encontrar soluções.

Ministro Pedro Parente, proporei aos meus companheiros uma sugestão para evitar o risco que corremos. A redução pode manter-se pelo apoio da sociedade. Quanto a redução representa relativamente à parte da hidrologia? Não sei. V. Ex^a sabe rá. Se hidrologia significar 70%, a redução efetuada pela sociedade é 30%? Se assim não for, qual é o número? Para evitar o risco, tenho uma proposta – que farei oportunamente – de acrescentar à geração brasileira algo em torno de 5 mil megawatts antes do fim do ano. Pedirei, noutra oportunidade, uma audiência a V. Ex^{as} para discutir essa proposta.

Além disso, congratulo-me com esta Comissão, que permite que a sociedade, por intermédio do Congresso, se insira no programa e no problema que é de todos nós. Apresento o meu apoio, ressaltando que sou otimista por definição. Sou um engenheiro ativista que não prega o desastre. Temos saída, como sempre tivemos. O Brasil tem solução, assim como o seu Governo. Os Ministros presentes demonstraram isso.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Alberto Silva, que foi objetiva e muito proveitosa.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Marcos Cintra pelo prazo de cinco minutos.

O SR. MARCOS CINTRA – Sr. Presidente, tentarei ater-me logicamente ao prazo estipulado, até porque várias perguntas que eu gostaria de fazer já foram formuladas.

Sr. Presidente e Srs. Ministros, é muito importante que possamos entender as causas da crise primeiramente para não repetirmos os erros. Além disso, a compreensão das causas da crise, Ministro Pedro Parente, é muito relevante, para que possamos buscar as soluções.

Desse modo, não quero, absolutamente, fazer um processo de caça às bruxas. Não se trata de tentativa de responsabilizar um ou outro, mas de um entendimento mais claro acerca dos motivos pelos quais a sociedade brasileira está atônita e do que de fato se passou, a fim de evitar esses mesmos erros.

A minha primeira indagação – à qual peço uma resposta absolutamente esclarecedora, para que sociedade brasileira entenda – é a seguinte: por que não foram feitos investimentos adequados para evitar a crise energética? É difícil compreender e ninguém aceita a justificativa de que foram fatores climáticos aleatórios os responsáveis pela crise. A área energética sabidamente envolve, primeiramente, investimentos físicos e previsíveis bem como previsão de riscos de condições meteorológicas adversas.

Há modelos matemáticos que explicam a probabilidade de ocorrência desses fenômenos meteorológicos, o que, tradicionalmente, Ministro Pedro Parente, se incorpora à previsão de capacidade. Capacidade de energia hidrelétrica não é só a instalada e em condições de 100% de escoamento de águas, mas também a previsão de risco de que essas águas não tenham a vazão necessária.

Então, a primeira pergunta que faço, com muita clareza – e é importante que a sociedade compreenda para que possa colaborar – é a seguinte: que leitura os Srs. Ministros, a Câmara e o Governo fazem hoje da falta de investimentos? Por que eles não ocorreram? Assim, não cometeremos mais os mesmos erros.

A segunda pergunta que gostaria de fazer, Sr. Presidente, diz respeito também a informações que julgo fundamentais para todos nós. Quanto custará para a sociedade brasileira esta crise? Estamos logicamente tentando minimizar os seus impactos. Este é o objetivo desta Comissão: analisar as causas e propor soluções. Portanto, pergunto: que risco nós da sociedade brasileira estaremos enfrentando em termos de perda de PIB, de desemprego, de crise cambial e até da retomada do processo inflacionário?

Ouvimos dizer aqui que a prioridade à política de estabilização acabou gerando certo descaso para com a política de investimentos na infra-estrutura. Esse fato não acabará causando a perda de todo o esforço na busca da estabilidade econômica e que, na realidade, poderia até se justificar por si mesma? Não fomos capazes de encontrar esse equilíbrio? Não é possível compatibilizarmos a estabilidade econômica com os investimentos mínimos essenciais para a manutenção do funcionamento da economia brasileira?

Pergunto se há estimativas no Governo. A Fundação Getúlio Vargas estimou a perda de, no mínimo, 1,5% do PIB neste ano e de 800 mil empregos – aproximadamente US\$1,5 bilhão a mais de déficit comercial. Estão corretos esses números? Que balizamen-

to nós, sociedade brasileira, devemos ter para colaborar com a solução dessa crise?

Uma terceira indagação, Sr. Ministros, diz respeito à minimização dos efeitos da crise energética. Sem dúvida alguma, isso implicará políticas que prejudicarão vários setores da economia brasileira, mas é obrigação do Governo tentar minimizar esses efeitos, o sofrimento e o impacto em termos de desemprego e de perda de produção. Que medidas aparentemente intuitivas e corretas poderiam acarretar?

Cito, por exemplo, um caso da questão da mídia externa – que, aliás, já tive a oportunidade até de levar especificamente ao Ministro José Jorge. É um setor aparentemente intuitivo, pois representa um consumo supérfluo. O referido setor sofreu um corte de energia elétrica não de 15%, de 20%, de 25%, de 30%, de 50%, de 70% ou de 90%, mas de 100%. V. Ex.^{as} decretaram a falência de um setor e o fechamento de uma atividade econômica. V. Ex.^{as} estão provocando, por decreto, por uma decisão burocrática – quem sabe –, centenas ou milhares de empregos perdidos. Não se trata mais de um impacto nem do desconforto de um racionamento, mas de perda total em termos de atividade econômica, de emprego e até de expectativa de vida de várias famílias. Pergunto-me: como se podem compatibilizar esses efeitos.

Termino, Sr. Presidente, ligando a essa observação da mídia externa o fato de que, muitas vezes, a intuição nos engana e nos leva a fazer cortes em determinados setores aparentemente corretos. Por exemplo, se, no setor de alumínio, se gasta muita energia, cortam-se 30% ou 40% desse produto. Se noutro setor se gasta muito, corta-se mais. Assim, consegue-se a redução da energia elétrica. Desse modo, pergunto: houve uma avaliação do impacto econômico que o corte mais acelerado nesse determinado setor pode ter no restante da economia? As relações, as matrizes interindustriais, aliás o levantamento feito pelo próprio IBGE mostra que muitas vezes um setor aparentemente inocente, tendo a sua produtividade – ou a sua produção – cortada vamos supor em 20% ou 30% poderá acarretar carências e estrangulamentos no restante da economia muito maiores do que aqueles projetados. Ou seja, há necessidade de não se ir apenas pela intuição, e daí pergunto, ligando a esta observação: qual é a avaliação que o Governo faz da proposta do feriadão? O feriadão me parece uma proposta absolutamente razoável; já foi utilizada em outros países. Por quê? Por que não se introduzem distorções nas relações interindustriais. Um feriadão tem a capacidade de fazer com que o conjunto da economia sofra um escalona-

mento para baixo, mantidas as proporções nas relações interindustriais e, conseqüentemente, poderia minimizar o efeito distorcido que determinadas medidas intuitivas, porém equivocadas, poderiam ter. Eu indagaria, portanto, se está sendo considerada essa solução. Repito: já foi usada no Japão, já foi usada em outros países com um aparente sucesso e, segundo informações que tenho, os feriados no Brasil significam uma economia de 35% de energia naquele dia. É só fazer uma pequena extrapolação para se calcular o impacto que essa medida poderia ter. Portanto, fica aqui essa indagação também. As observações que fiz, muito pontuais, em termos da avaliação que os senhores fazem da crise e essa questão do feriadão que, me parece, poderá ser uma alternativa racional – menos intuitiva, porém mais racional do que simplesmente se estabelecerem cortes que estão entre 15% e 25%, não sei por que critérios; esse pode ser o critério global, de busca de economia, mas não necessariamente esse patamar ou esse índice deve ser igualmente distribuído entre todos os setores. Poder-se-ia estar introduzindo distorção muito séria no funcionamento do sistema econômico com essa medida.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do eminente Deputado Marcos Cintra e passa a palavra ao eminente Deputado Clementino Coelho, por cinco minutos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Ministro Pedro Parente falou no monopólio da verdade. Entendo que nesta crise ficou comprovado realmente que o aço da medida, a radicalização na questão da estabilidade monetária retirou justamente do Governo... Alguns em Brasília já sabiam que o monopólio da verdade não estava na mão da equipe econômica, mas, com esse desdobramento da crise energética, realmente hoje a população tem a certeza de que realmente o Governo não tem mais esse monopólio, não tem mais essa capacidade, e precisa justamente interagir numa solução.

Eu queria chamar a atenção para o seguinte: a gravidade da situação de planejamento energético brasileiro sacrifica, pela primeira vez, em um século, a região do semi-árido. Em 100 anos tivemos seca, Ministro, e até hoje a sociedade brasileira – Oposição e Governo – não resolveu o problema, também por miopia, por imediatismo, por acreditar que somente as medidas requeitadas, paliativas (cesta básica, carro-pipa, transformando isso na indústria da seca) seriam a solução. Essa é a política que a União tem para o Nordeste, é a humilhação. Mas pela pri-

me ir a vez em 100 anos essa crise vem acompanhada pela crise energética. E aí me preocupa, Senador Paulo Souto, porque não faltarão aqueles para dizer que isso é o final, isso é o sepultamento da irrigação. É a única alternativa de desenvolvimento sustentável que tem o semi-árido, povoado por 22 milhões de brasileiros – o semi-árido mais populoso do mundo, de maior densidade demográfica –, o semi-árido de maiores recursos hídricos em termos de mananciais, se compararmos com os semi-áridos desenvolvidos que as autoridades do Governo estão acostumadas a visitar: oeste americano, Califórnia, Arizona, Chile, Austrália, África do Sul e Espanha, que têm menos água que a gente, menos gente, mão-de-obra, menos horas de sol. E estamos colocando em risco. Ouço ameaças a projetos de irrigação. Se lançarem mão da vazão morta da represa de Sobradinho, aniquilaremos, pois a irrigação atual não é mais a da cultura de rotação, da cultura de ciclo curto. É a irrigação de microgotejamento, da uva, do vinho, da manga, de culturas permanentes. O próprio sistema de irrigação, importado de Israel, em seu princípio, já está incluído a racionalidade da água e da energia. Não dá mais para racionalizar, até porque a planta morre se não houver a demanda adequada. O Ministro José Jorge sabe disso. O setor rural está sendo contingenciado, pois absorve menos de 4% da demanda da matriz da energia e contribui com exportação, contribui com empregos, contribui com “agrobusiness”, contribui com o ordenamento do homem no interior do país. A iluminação pública e os prédios públicos federais consomem mais do que a agricultura como um todo.

Li a revista Veja desta semana. O único segmento que não vai parar de crescer é a agricultura. Produziremos seis milhões de toneladas de grãos. Por que sacrificar o produtor rural? Não entendo, se há os eletrointensivos, contratos com multinacionais, por que levar o ônus ao homem do interior? Faço uma súplica: vamos excepcionalizar a fruticultura irrigada, não pela questão da subjetividade da marginalização do Nordeste, mas porque representa uma aberração científica e tecnológica querer ir contra o princípio do microgotejamento. Na própria Califórnia, Ministro Pedro Parente, que lançou um plano de racionamento de energia, o único setor excepcionalizado foi o da agricultura irrigada. E inclusive recebeu autorização para consumir 20% a mais de potência, se houver necessidade, pois não há mais como racionar.

O Ministro José Jorge tem conhecimento de que o Governador de Pernambuco decretou, na sexta-feira passada, estado de calamidade pública em todo o sertão do Estado em razão da seca. Existe amparo ju-

rídico e constitucional para isso. Pela primeira vez, a seca adentra os perímetros irrigados, justamente pela ameaça na água para irrigar a fruticultura ou na energia que demandam as bombas. Assim, faço um outro apelo: que nos Municípios que se encontram em estado de calamidade – não é área urbana, é área rural – a atividade rural seja excepcionalizada. É o apelo que faço em favor do setor rural. Tenho certeza de que é possível. Se formos transparentes, equitativos e justos, é possível não impor contingenciamento e nenhum desconforto a um setor que, além de consumir pouca energia, pode manter essa ordem.

Outro ponto para o qual gostaria de fazer um apelo é o da indústria do alumínio no Nordeste. O Deputado Fernando Ferro fez perguntou e o senhor disse que se reservava o direito de depois comentar a respeito. Já conversamos com alguns profissionais do setor, engenheiros, consultores da Chesf, do Ilumina. A única maneira, Ministro, de evitarmos interromper a irrigação no sub e no médio São Francisco é o Governo retirar parte dos 1.300 Mw contínuos que o pólo de alumínio consome. Porque, nesse quadrante agora, que vai até novembro, o linhão que nós temos lá tem uma capacidade nominal de mandar de 1.000 a 1.300 megawatts contínuos. Isso cai para 500, 600, 700 megawatts por causa da sazonalidade da hidrologia da bacia do Tucuruí e por causa dos contratos que ele tem com os consumidores locais.

O Pólo de Alumínio consome um terço da energia gerada por Tucuruí. Se nós pedirmos emprestados 600 ou 700 megawatts ao pólo, vamos continuar usando o linhão pleno. E o que sobra desses 600 megawatts contínuos é, basicamente, o mesmo que os 2 bilhões e 900 milhões de metros cúbicos que que rem usar da reserva morta para poder gerar energia a fio d'água. Então, é preciso dar essa tranquilidade. São mais ou menos 150 mil hectares irrigados; é um PIB agrícola de R\$800 milhões; são exportações de R\$80 milhões. É a única alternativa auto-sustentável dessa região. Não podemos gerar mais insegurança.

Sr. Presidente, há alguns dizendo que essa energia subsidiada que o Pólo de Alumínio recebe, com contratos transparentes feitos, não pode ser vendida no mercado spot. Como disse o Deputado Delfim Netto, o Governo tem que indenizar pela produção: “Vamos fechar a fábrica aqui. Quanto deixou de exportar? Quanto é isso?” É por tonelada de alumínio, por que eles não podem se aproveitar desta crise, pegar algo subsidiado de US\$18 e vender a US\$300, porque vai ser mais rentável do que a atividade produtiva. O que o Governo, o que a sociedade tem que

indenizar é a produção não-exportada. Eu queria também fazer esse apelo.

Na minha última pergunta – eu apenas aproveitei que há um pedido de V. Ex^a de audiência para o pessoal da irrigação, que eu espero poder agendar; há também um pedido de audiência para o Ministro José Jorge, para discutir a questão da matriz eólica no Nordeste – eu queria sugerir que o Ministro pudesse, por meio do Executivo, criar um programa emergencial de energia eólica. O projeto do Deputado José Carlos Aleluia é amplo, muito grande, que mexe com muitos interesses, e esta Casa sabe que, quando mexemos com muitos interesses, a coisa não anda. Então, é preciso aproveitar a oportunidade. Não estamos querendo dinheiro orçamentário na energia eólica, nós queremos as condições da energia assegurada, como é para PCH*, como é para termelétrica.

Quero pedir algo ao Governo, Ministro Pedro Parente e Ministro José Jorge. Penso que o Presidente já fez uma mea-culpa, mas nós que reamos saber qual vai ser o nosso modelo energético, porque já tem gente dizendo na revista Veja, já tem ex-Diretor do Banco Central dizendo que essa crise só existe porque a privatização não foi acelerada, não foi concluída. Penso que, se tivesse sido concluída, aí é que seria o apocalipse, estaríamos no pior dos mundos. Só em se anunciar, criou-se essa inércia, essa letargia. Então, precisamos transformar Furnas, Tucuruí, Chesf e Eletrobrás num referencial, como é o BNDES no setor de infra-estrutura, de investimento. O setor privado não atenderia o empresariado nacional nem a demanda por infra-estrutura se não tivéssemos um BNDES. O mesmo acontece com o Banco do Brasil, um referencial de banco agrícola ou regulador das taxas.

Então, no setor energético brasileiro, é preciso admitir que não cabe nenhum modelo, nem americano, nem inglês. Aqui cabe o nosso modelo, que é assentado nos rios brasileiros, com empresas públicas, com o braço estatal forte, chamando a iniciativa privada para as fontes complementares, para a expansão, para as outras matrizes. Eu penso que se está precisando tranquilizar, dizer qual é o modelo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Deputado Clementino Coelho, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Para concluir, Sr. Presidente, se vamos fazer todo esse esforço para continuar no mesmo modelo, estaremos perdendo uma oportunidade de podermos sair mais bem-estruturados, sobretudo numa infra-estrutura que é a mais básica e alavancadora de todas as infra-estruturas existentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência cumprimenta V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que fez.

Passo a palavra ao eminente Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES – Sr. Presidente, Srs. Ministros, gostaria de chamar a atenção para um fato. Muito se falou a respeito do problema grave que estamos vivendo. Estamos vivendo, praticamente, uma calamidade, um momento de aflição, um momento difícil para o País. Hoje, tive oportunidade de conversar com alguns técnicos da Eletrobrás e de outros setores, como também com alguns empresários, que entendem que o Governo brasileiro ainda está tratando a questão energética como se estivéssemos vivendo um momento normal. Um exemplo é o PPA hoje fornecido pela Eletrobrás.

Os PPAs, hoje, só são fornecidos para as pequenas centrais hidrelétricas. É uma vergonha. Temos turbinas de 30 megawatts, de 100 megawatts para pronta entrega na Rússia, na China, nos Estados Unidos. Os empresários estão doidos para que essas usinas entrem em funcionamento. Sabemos que elas poderiam entrar em funcionamento, tranquilamente, no máximo em dez meses, enquanto as PCHs e outros tipos de energia levariam três anos.

Então, perguntamos: por que a assessoria do Governo está tão lenta dessa maneira?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Por favor, vamos fazer silêncio. Há um orador na tribuna.

O SR. ANÍBAL GOMES – O BNDES, hoje, trata o momento como se fosse normal. Pega o empresário, mesmo com PPA, com a garantia de compra de energia, e faz um empréstimo normal, hipotecando os bens do empresário, quando poderiam instituir uma garantia evolutiva, com o próprio investimento se garantindo. Pergunto: será que o Governo vai continuar dessa maneira? Por que o Governo não evolui?

Ouvi propostas de técnicos da Eletrobrás de usinas recondiçionadas que poderiam entrar em funcionamento em quatro meses. Todos sabem que as turbinas são como turbinas de aviões. Turbinas recondiçionadas são turbinas que durariam vinte anos, sem problema. As turbinas não teriam que ser novas. É sobre essa questão que gostaria de ter uma resposta do nosso Ministro, agradecendo-lhe a presença e o entrosamento conosco.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a objetividade do eminente Deputado Aníbal Gomes.

Passo a palavra ao Senador Paulo Hartung. (Pausa.)

Passo a palavra ao ilustre Deputado Arthur Virgílio.

Depois da apresentação do Deputado Arthur Virgílio, completaremos os seis nomes e vamos passar a fazer uma avaliação por parte dos Ministros presentes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, na verdade, fico aquém dos 5 minutos que V. Ex^a prodigaliza nesta tarde.

Quero dizer que, na minha cabeça, é preciso que haja um diálogo em sintonia fina com as indústrias eletrointensivas. Disse muito bem o Ministro Delfim Netto: “Nada que leve à quebra de contratos”, mas que leve a um acordo com perdas aceitáveis pelas partes envolvidas no contexto das ideias, entre o Governo e as próprias indústrias, de modo a se poupar substancialmente energia a partir desse acordo, onde se gasta bastante intensivamente esse fator fundamental para a economia.

Outro dado é louvar a maturidade da reunião. Esse tema é tão importante que, imagino, vamos discutir-lo por dez anos seguidos, porque, de repente, acordamos para a importância que este deve ter na agenda do desenvolvimento brasileiro e as questões adjetivas ficaram para trás. Ouvi manifestações serenas de todas as partes. O povo já passou para o Congresso que quer - já dizia alguém nesta Casa que o Congresso sempre acaba fazendo o que o povo quer – que se discuta com maturidade, sem eleitoralismo, que se discuta com uma preocupação muito clara de se fazerem todos os inventários de culpa, de Cabral para cá, mas com a preocupação de se lançar um olhar estratégico sobre as soluções. O Brasil, desta vez, tem que encontrar a melhor formulação estratégica para a questão da energia, o que, de fato, a meu ver, não impedirá o crescimento econômico este ano, não impedirá a meu ver – e faço aqui uma ousada colocação – um crescimento acima do razoável. Ainda assim não otimizaremos o crescimento econômico de um ano excepcionalmente bom, precisamente porque encontramos esse gargalo emergencial da energia.

Discordando de alguns companheiros que merecem todo o meu apreço, o meu carinho, quero dizer que uma das preocupações que tenho é que não se aproveite este momento para desqualificar o exitoso programa brasileiro de desestatizações. Seria o mesmo que cobrar, na mão inversa, o êxito retumbante do programa de telecomunicações,

a democratização do acesso aos telefones celulares e à telefonia fixa para a ampla camada de brasileiros.

Outra falácia que se tem colocado, e sobre essa tenho muito pouco a perguntar em vista das coisas que foram explicadas, é se dizer que a preocupação com a estabilidade fiscal, como se fosse algo superfluo, como se fosse o brinco da mulher, e não a parte mais essencial da vestimenta, teria sido a vilã do episódio em tela. E digo mais: hoje, na minha convicção, as empresas estatais deveriam trabalhar como catalisadoras de investimentos de parcerias, mas não sei se o mais correto para o País é investirmos e injetarmos recursos nas empresas estatais, até porque a minha cabeça firmemente é no sentido da privatização dos serviços de geração.

Quando se diz que fracassou a privatização, pergunto: que privatização fracassou? O fracasso se deve ao fato de não se ter feito mais privatizações, por que 80% da geração permanece em mãos estatais; apenas 20% estão em mãos privadas. As distribuidoras têm uma capacidade de geração de energia de até 30% pelo contrato. Na minha cabeça, sem estabilidade fiscal teríamos todas as crises, não só esta. Na minha cabeça, vamos ter que, mais cedo ou mais tarde, quanto mais cedo melhor, privatizar os serviços sim, para que investimentos fartos venham e possamos dotar a economia brasileira desse fator essencial para que se possa pensar em sustentar a sério o crescimento econômico.

Alguém diz assim: “A opção era privatizar, mas não privatizaram”. Não. A opção era o Estado, que se esgotou enquanto modelo, que faliu, que terminou nos anos 80 mostrando toda a cara da sua falência econômica, social, moral inclusive, e que foi substituído por uma proposta muito clara e consistente que, a meu ver, rendeu frutos imensos em diversos setores da economia. Se não rendeu todos os frutos agora, preocupa-me mais saber que no tempo de governo que resta ao Presidente Fernando Henrique Sua Excelência faça o melhor. No tempo que vai ter de governo quem venha a sucedê-lo que faça o melhor, mas o fato é que maduramente a energia está na nossa agenda.

Tive o cuidado de levantar os discursos que se fizeram na Câmara, de 1994 para cá. Foram poucos. Por incrível que pareça, a Câmara foi mais farta na produção de discursos a partir de 2001, precisamente depois da casa estar arruinada.

Em 1999, e por quê em 1999? Por que dava para serem construídas de 1999 para cá todas as termelétricas necessárias para não estarmos discutindo isto aqui, hoje. Nem sei se não é bom estarmos aqui dis-

cutindo se olharmos do ponto de vista de futuro a longo prazo do País.

Houve apenas um pronunciamento em 1999, e não foi de alerta a crise alguma, foi um pronunciamento de um deputado do meu Partido, Deputado Domiciano Cabral, da Paraíba, com enorme amor pela sua terra, tratando de assunto de sua terra, portanto não estava para valer na agenda do Brasil.

Só pedidos de impeachment do Presidente por razões fúteis já vi mais de mil. Já vi chegar aqui um milhão de assinaturas pedindo não sei o quê, mas não era investimento em energia. Estava em segundo plano a idéia de se discutir a fundo, como agora estamos a fazer, a questão energética. Por isso louvo o fato de aqui estarmos como o Governo presente e de termos ouvido técnicos de fora, acadêmicos. Estamos aqui a cumprir com aquela que é a exigência mais sensata que se faz aos homens públicos brasileiros, até porque o povo está mostrando toda a sua sentatez ao colaborar com a questão emergencial. Estamos aqui a discutir a projeção para o futuro – fazendo todos os inventários do passado - do que queremos como modelo energético para sustentar o crescimento econômico de um País que tem tudo para crescer muito e brilhantemente, ao longo das próximas décadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO – Eu gostaria de dizer ao Líder do Governo que uma das funções básicas do Governo é antecipar crise, planejar. S. Ex^a está dizendo que isso só entrou na agenda porque a crise chegou.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Permita-me V. Ex^a agora. Combinamos que ouviríamos seis Parlamentares e passaríamos a palavra aos Ministros.

Passo a palavra ao Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Na realidade, respondi a cada Parlamentar, procurarei ser o mais breve possível e deixar uma parte para ser respondida pelo Ministro Pedro Parente, como já combinamos.

Com relação às palavras do Deputado José Carlos Aleluia, eu gostaria de fazer duas observações. Em primeiro lugar, em relação à questão dos investimentos das estatais. Na verdade, as estatais não estão proibidas de investir, apenas têm que solicitar a autorização ao CND – Conselho Nacional de Desestatização e essas orientações serão concedidas. A idéia principal do investimento das estatais é que elas complementem os investimentos privados, de acordo com a formatação do modelo energético, entrem em sociedade com empresas privadas, para alavancar

seus recursos. Em algumas questões, quando não há interesse privado ou há uma prioridade maior do que os outros investimentos, ela poderá entrar sozinha e realizar o investimento. Então, ela poderá atuar das três formas: sozinha, realizando investimentos, em sociedade com empresas privadas ou poderá entrar em complementação de uma empresa privada para sair posteriormente.

Em relação à Angra III e à Hidrelétrica de Belo Monte, não falei sobre isso porque são medidas que estarão no Plano Decenal. Angra III já tem diversos relatórios dos Ministérios. Como todos sabem, uma planta de energia nuclear é uma questão bastante polêmica pela questão ambiental e pelos custos – é uma usina cara – além de diversas outras questões que traremos aqui quando da discussão do Plano Decenal. A usina de Belo Monte também será incluída no Plano Decenal. Para os que não sabem, trata-se de uma imensa usina de 11 mil megawatts de potência instalada, quase do tamanho de Itaipu. Será a maior hidrelétrica brasileira e poderá ser realizada no rio Xingu, com a vantagem de que o novo projeto elaborado para ela tem um lago pequeno, o que faz com seus efeitos ambientais sejam bastante pequenos em relação ao que poderia ser, pelo seu tamanho.

Em relação ao Senador Alberto Silva, na realidade, aguardaremos sua sugestão.

Em relação ao Deputado Marcos Cintra, sobre a questão dos efeitos econômicos da crise, temos uma equipe formada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que no dia 30 de junho, após o primeiro mês do racionamento que atingiu os setores empresariais, elaborará um relatório específico para acompanhamento de cada item do ponto de vista do emprego e do crescimento econômico, das exportações, da inflação.

Em relação à questão da mídia externa, como V. Ex^a me falou logo no início do processo, levei ao Dr. Euclides Scalco, eles estão analisando e, inclusive, ontem, por coincidência, cobri dele e cobrei novamente para que possamos criar uma situação diferenciada, para que eles possam continuar funcionando e economizando energia, como aliás eles mesmos propuseram: diminuir o horário de funcionamento e a luminosidade.

Em relação ao feriadão, é uma sugestão de que o Ministro Pedro Parente falará, que está sendo analisada. O feriadão pode entrar como uma complementação, porque se ele entrasse sozinho, não seria um feriadão, seria um “semanão”, pois o nível de corte é muito alto para que se fosse feito somente com o feriadão. Em alguns casos ele poderá ser utilizado. Seria

bem melhor do que o chamado apagão, disso não tenho dúvida.

Na verdade, houve uma idéia de priorizar o setor rural, por isso tem o menor corte, e tanto eu quanto o Ministro Pedro Parente estamos sabendo sobre a questão do rio São Francisco, principalmente na área de gotejamento, e evidentemente estamos dispostos a verificar porque, sem dúvida, é um consumo pequeno em relação ao total. Há também a idéia de que todos participem. Vamos verificar uma forma que resolva os problemas, quem sabe, aumentando o residencial, ou coisas assim. O uso do linhão de Tucuruí, a idéia é para que este ano use os 1000Mw o período inteiro, mesmo que tenha que cortar no Norte.

A questão da energia eólica, na verdade, estamos analisando. Existe a questão do projeto de aléluia, eu também tenho um projeto, você tem outro e a idéia é que no caso específico do Nordeste pelo fato de termos praticamente utilizado todo o recurso hídrico disponível, toda a hidroeletricidade, temos pouco gás por enquanto, porque não há grandes descobertas de gás para gerar energia. O gás na geração de energia é muito dispendioso, não é como o uso normal. Em Pernambuco, usam-se atualmente 700 milhões de m³ por dia de gás. Se construirmos uma termoelétrica que está sendo projetada, a Termopernambuco, só para essa termoelétrica de 500Mw vai-se consumir 2 milhões de m³ de gás por dia. Quer dizer, são ordens de grandeza diferentes; o uso industrial, o uso comercial e o uso para gerar energia.

Quanto à questão do modelo energético, no plano decenal que se está elaborando vai-se discutir o modelo energético. Agora, esse modelo energético é de tal importância que terá uma discussão política que será realizado na eleição, no novo Governo.

Em relação ao Deputado Anibal Gomes, na realidade há três aspectos: a relação de fornecimento de PPAs. Atualmente a Eletrobrás fornece PPAs através de um programa exatamente para as PCHs, porque são PPAs de valor menor. Um PPA é um contrato de compra de fornecimento de energia por 15 a 20 anos. É uma questão que tem de ser olhada com muito cuidado, porque vai comprometer o futuro muito longínquo. Então, vamos definir uma política específica para fornecimento de PPAs pelas estatais que leve em conta a necessidade da implantação, mas também um cuidado para comprometer o futuro da empresa.

Em relação à questão das garantias do BNDES, estamos equacionando esse problema, porque há duas questões: a garantia depois da obra construída, pode ser pela energia elétrica, mas durante a construção

da obra terá alguma garantia adicional. Só para exemplificar, posso receber o dinheiro e não fazer a obra. Então, a energia não garante nada. Estamos tentando uma fórmula que durante esse período possa se garantir, sem que isso fique muito burocratizado, principalmente para as PCHs.

Essa questão de usinas reconcondicionadas também é uma questão um pouco polêmica e tem-se que examinar caso a caso, porque os prazos de implantação das usinas não são tão curtos como parecem. Em Manaus, durante muito tempo, tentou-se implantar usinas. Diziam que demoraria quatro meses para a implantação, e quando vemos demora um ano ou dois, e por isto temos que examinar caso a caso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece os esclarecimentos dos ilustre Ministro José Jorge.

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. – Dei entrada ao requerimento de convite para o Governador Olívio Dutra, Jaime Lerner e Itamar Franco, que são três Governadores que estão com uma situação particular em relação ao racionamento. O Governador Itamar Franco anunciou que não iria respeitar o programa de racionamento do Governo. Não sei se isso é verdade, ou qual a outra alternativa. O Governador do Rio Grande do Sul teve uma série de iniciativas nessa área, assim como o Governador Jaime Lerner. Parece que houve um pacto dos Governadores do sul do País para tratá-la diferentemente.

Encaminho esse requerimento e eu gostaria de pedir apoio para ouvirmos essas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a pode entrar com o requerimento que será levado à pauta da próxima reunião.

Concedo a palavra ao eminente Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – O Ministro José Jorge já abordou vários dos pontos mencionados. Há um ponto que considero importante comentar e que foi abordado algumas vezes – depois eu verificaria se restou alguma questão dos Srs. Parlamentares a que o Ministro José Jorge não tenha respondido –, que é a explicação de por que razão chegamos onde chegamos.

O Senhor Presidente considera essa uma questão que merece ser aprofundada. Essa análise é ne-

cessária, porque certamente as conclusões não podem advir de uma única causa, de uma causa simples. São causas que se somaram, são causas complexas.

Ouvi alguns comentários aqui, por exemplo, mencionando os investimentos de empresas estatais. O Ministro José Jorge já mencionou essa questão; o Deputado Arthur Virgílio falou do modelo. Todas seriam conclusões precipitadas que precisam, de fato, de uma análise mais aprofundada. O Senhor Presidente nomeou uma comissão, presidida pelo Dr. Jerson Kelman, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Águas, que tem representantes de fora do Governo, para fazer essa avaliação. Tenho certeza de que os resultados, uma vez concluídos, serão trazidos a esta comissão para esclarecimento.

Por que digo que essa questão é extremamente complexa e merece essa análise aprofundada? Hoje mesmo, o Dr. Kelman me passou uma análise dos volumes das águas dos afluentes de Sobradinho que é extremamente interessante. Ela não considera só o ano, ela considera um período de quatro anos. Portanto, não é uma análise anual, é uma análise multianual.

Esse gráfico mostra que, em relação à média, a linha azul, tomando o pior quadriênio anterior ao atual, a linha verde, e tomando o atual quadriênio, 1998 a 2001, mesmo quando se considera, no caso de Sobradinho, uma afluência de quatro anos, o que estamos vendo é a pior afluência que se observa em toda a série.

Essa não é uma questão da qual pode decorrer uma conclusão simples e imediata. Precisa-se de uma discussão aprofundada. Penso que essa comissão vai ter a condição de aprofundar essa discussão, assim como o Presidente da República, por meio daquela comissão, também terá condições de oferecer essas informações.

Um outro detalhe: a diferença entre essas duas curvas, ou seja, a pior curva anterior e a atual, segundo me disse o Dr. Kelman, corresponde ao volume do lago de Sobradinho. Isso é só para dar a idéia de que há uma questão muito importante que precisa ser analisada.

Daí não se poder concluir que é um problema, que ou é o problema do modelo ou é o problema do investimento das empresas estatais. Penso que todas essas questões têm de ser analisadas. O importante é que os investimentos não aconteceram. Explicar por que não aconteceram, como disse o Deputado José Carlos Aleluia, é importante para que possamos evitar esse problema no futuro.

Há uma outra informação também com relação aos investimentos das empresas estatais. Quando se compara a demanda das empresas estatais nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001 com aquilo que foi aprovado pela área econômica, não se notam diferenças relevantes, assim como também foi esclarecido pelo Ministro José Jorge, que não é impedimento. Elas podem solicitar investimento ao CND.

Então, considero essa discussão extremamente importante porque não poderia mostí-la como conclusão imediata e direta: primeiro, que é o problema do plano econômico, que trouxe inúmeros outros benefícios; segundo, que é o modelo que está errado, porque ele não foi implementado totalmente. Não se pode, portanto, dizer que o modelo está errado porque não houve a implementação total; e a privatização, porque, como já foi mencionado, há outros setores em que ela trouxe enormes resultados para a população, entre os quais o setor de telecomunicações.

Esse foi um ponto levantado por alguns Parlamentares, Deputado José Carlos Aleluia, Deputado Marcos Cintra, confirmando o tema que o Ministro José Jorge disse, que vamos estar permanentemente avaliando os impactos do corte na economia, para, se for o caso, adotar medidas compensatórias.

Quanto à questão da irrigação, o Ministro José Jorge já a havia levado e vamos analisar. Longe de nós qualquer idéia de sepultar a irrigação. Sabemos que na área, é a única atividade econômica possível e empresarial rentável. Não há, portanto, de nossa parte nenhum interesse nesse sentido. Pelo contrário, dentro da linha de minimizar os impactos vamos trabalhar essa questão também.

A sugestão de que os municípios que estão em calamidade sejam isentados vamos analisar.

Quanto à sugestão de que as áreas rurais dos municípios pudessem não estar sujeitas ao corte, vamos analisar.

Outro tema colocado, o Deputado Arthur Virgílio colocou, e o Sr. Clementino Coelho mencionou, quanto aos eletrointensivos, a indústria de alumínio, preservando inteiramente os contratos, quero dizer que nós estamos conversando com a indústria. O problema básico é que se fizermos isso, o objetivo não é fazer essa energia retornar, digamos, sob forma de consumo, e sim preservar essa energia sob a forma de água nos reservatórios. Isso significa que o Governo tem de comprar, tem de haver recursos. Mas essa é uma alternativa que entendemos que deve ser considerada e vamos fazê-lo, ou seja, uma negociação com o setor, respeitando os contratos, mas com o objetivo de reduzir o consumo desse setor nesse período.

do como forma de aumentar as nossas chances de passar por esse período sem o apagão.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a apresentação do Ministro Pedro Parente.

Vamos começar a última série. Temos como primeiro orador inscrito o Deputado Juquinha.

O SR. JUQUINHA – Sr. Presidente, eu começaria falando de um jogador de futebol do Goiânia Esporte Clube, de Goiás, que consta do nosso folclore que, certa vez, chegando ao aeroporto, tomou um táxi e ao chegar a sua residência o taxímetro acusava R\$40,00 e ele só tinha R\$20,00. Ele, então, disse, que o motorista tinha de fazer uma marcha à ré de R\$20,00, para que pudessem resolver a situação, porque ele só tinha aquele valor.

É isso o que estamos passando no momento, em nosso País. Na verdade, temos de fazer um corte de 20%, que está bem conduzido pelo Ministro Pedro Parente. Eu nunca vi a população entender dessa forma – a mídia também foi muito importante. Há uma compreensão geral nesse sentido, os consumidores residenciais fizeram o “dever de casa”, de modo que seria possível evitar cortes industriais e mesmo comerciais. Acredito que até o final do ano, deveremos vencer essas dificuldades.

Do outro lado, o Ministro José Jorge disse que precisamos, do lado da oferta, de mais 20 mil megawatts em um curto espaço de tempo. Assim, precisamos cortar 20% e acrescentar 20 mil megawatts.

Rapidamente, eu gostaria de acrescentar sugestões que estão ocorrendo no momento. Eu pedi um levantamento da Aneel com relação às licitações ocorridas nos últimos anos, e constatei que existem quase 5 mil megawatts já licitados através de leilão. E deles, pouca coisa sairá do papel. Creio que está sendo feita somente a usina de Cana Brava; mais nenhuma usina está sendo feita. Dos cinco mil megawatts, é preciso sair do papel e passar para a realidade.

A Lei nº 8.666 tem brechas para que algumas empresas participem da licitação da Aneel. Essas empresas têm demonstrado que não possuem recursos para dar em garantia ao BNDES ou a outras fontes para executar o empreendimento.

É importante que acompanhemos o que está acontecendo no momento. São cerca de cinco mil megawatts, entre os vinte que foram delimitados pelo Ministro. Uns alegam a questão do meio ambiente – por sinal, hoje é o Dia do Meio Ambiente -; outros, a

questão de licença ambiental. Isso também deve ser analisado com muito carinho. Acredito que, na questão ambiental, as próprias estatais, que até hoje comandaram o sistema – 80% ainda são das estatais –, têm que ter mais cuidado com as nascentes dos rios. Nunca tivemos preocupação com as nascentes dos rios e nem com seus leitos. Essa seria uma observação com relação ao Dia do Meio Ambiente.

Quanto relação ao Ministro Pedro Parente, gostaria de pedir a S. Ex^a que acompanhasse as perdas na distribuição do setor elétrico, que, hoje, estão na ordem de 14% a 15%. As perdas técnicas, que são permitidas, ficam na ordem dos 7%. Haveria uma forma de trabalhar a questão das perdas sem onerar os consumidores.

Há as perdas técnicas, por efeito joule, ou nos equipamentos da distribuição ou até mesmo da transmissão. Nas outras, é possível fazer muita correção ao longo do tempo.

No caso da iluminação pública, existe o Reluz. É um programa do Governo ao qual deve ser dado continuidade. Na verdade, muita coisa pode ser feita, inclusive com recursos das prefeituras.

Todos sabem que hoje a tarifa residencial é muito alta. O setor residencial está pagando por tudo. É preciso haver um equilíbrio entre o setor residencial, o industrial e o comercial. É preciso estudar muito bem o assunto e, depois, trazê-lo para o Congresso aprovar.

Dentro do que é de nossa responsabilidade, Sr. Ministro, existe o Projeto nº 2.905, que o Governo mandou e cujo Relator é o Deputado Aleluia. Na verdade, esse projeto dá alguns poderes à Eletrobrás e é de muita importância para o momento. Naturalmente, é preciso haver a compreensão dos Deputados e Senadores, no sentido de aprovar esse projeto o mais rápido possível.

Existem outros projetos em andamento. Há um projeto que passa o PCH de 30 para 50 megawatts. Isso daria uma maior velocidade nas contratações da Aneel. Até 30 megawatts, faz-se sem licitação. Na Europa e nos Estados Unidos, o limite é de 50 megawatts. Não estaríamos inventando. Deixaríamos o tamanho do lago, que hoje é da ordem de 3 km² ou 5 km², para ser definido de forma ambiental e financeira. Deixaremos que o próprio projeto defina o tamanho do lago, naturalmente com discussões que envolvam toda a população.

Existe também o projeto da iluminação pública. Falo da PEC nº 222, que está em andamento. É necessário que haja atenção do Governo para aprová-la

o mais rápido possível, pois essa proposta vai resolver a questão da inadimplência do setor elétrico, tendo em vista que as prefeituras municipais, hoje, têm a obrigação de cuidar da iluminação pública, mas não têm fonte de recursos.

Existem inúmeros outros projetos por meio dos quais poderemos colaborar com o Governo durante este momento difícil por que está passando, fazendo com que a operacionalização possa ocorrer de uma forma mais rápida.

Tenho dito na Comissão de Minas e Energia, da qual faço parte, que deemos um choque muito grande no setor elétrico. Na verdade, as ações, Ministro, estão muito devagar, mesmo no momento. A ação da Câmara de Gestão foi rápida, mas as providências que o Governo precisa tomar para construir esse 20 mil mega estão muito morosa. Existe muita burocracia, existem muitas providências a serem tomadas.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece ao Deputado Juquinha e passa a palavra ao nobre Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Sr. Presidente, rapidamente eu gostaria de colocar algumas perguntas, mas não poderia deixar de fazer só uma reparação ao Líder do Governo, que falou sobre os alertas que foram levantados na Casa.

Quero lembrar-lhe que em 1999, quando houve aquele famoso apagão que foi originado, segundo as autoridades do Ministério das Minas e Energia, por um acidente na subestação de Bauré e houve um efeito cascata que se propagou por todo o Sudeste.

Então, naquela época já era uma sinalização de que o sistema operava realmente em um regime de alto risco. E nós fizemos aqui um grande seminário com a participação de cinco comissões permanentes da Casa, com a presença do Ministro Tourinho, do Operador Nacional do Sistema, da Aneel, enfim, e houve realmente alertas significativos já naquela audiência pública da Câmara em abril de 1999.

No ano passado, quando presidia Comissão de Defesa do Consumidor e o Deputado Fleury Filho presidiu a Comissão de Minas e Energia, fizemos um seminário intitulado “O Colapso Energético”, há mais de um ano.

Agora, rapidamente, só fazendo três colocações do seminário, diz o Professor Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro: “O risco de déficit aumenta. Notamos que os reservatórios estão vazios e que o causou isso? A falta de investimento”.

O Professor diz ainda: “Temos que investir o máximo que pudermos no setor elétrico para que este País não entre em uma situação crítica de falta de energia elétrica, prejudicando o desenvolvimento e setores sociais.” Isso dito há mais de um ano.

Não quero defender o Governo, mas vejam o que disse o representante do Operador Nacional do Sistema presente neste seminário, um dos diretores do ONS: “Abordando o tema desse seminário “O Colapso Energético”, podemos dizer que não há colapso energético no Brasil, particularmente no setor elétrico. Não enxergamos colapso de energia no setor elétrico.” Isso dito pelo Dr. Carlos Ribeiro, Diretor de Operador Nacional do Sistema, no mesmo seminário.

Portanto, enquanto os representantes do meio acadêmico e científico já tinham pleno conhecimento de que essa crise se avizinhava, o Operador Nacional dá realmente uma versão que não é a verdade, e nós estamos agora comprovando que não é a verdade dos fatos.

Sr. Presidente, preocupa-me bastante a curva que foi mostrada da evolução da crise dos reservatórios do Nordeste, de que, por volta de novembro, estaremos apenas com 4,3%, o que é realmente um margem extremamente perigosa, e temo inclusive pelo apagão descontrolado, porque entraremos numa fase muito mais complexa, que é o apagão absolutamente descontrolado e regiões inteiras saírem completamente fora do ar.

Eu acho que temos que ter ações rápidas. O Ministro Pedro Parente já disse aqui que o Governo está se preparando para o apagão. Acho que ele é inevitável no Nordeste. E quero deixar a primeira pergunta para o Ministro Pedro Parente sobre a viabilidade de se manter ou aumentar o índice de racionamento no Nordeste, os 20%. Com a apresentação desta curva não seria muito seguro se manter hoje o nível de 20% para a Região Nordeste.

Agora, Ministro, estamos dentro da crise e temos que procurar a saída mais rápida. Não vejo saída mais rápida do que incentivar de forma intensa. Além do racionamento, temos que aumentar rapidamente a oferta de energia e não vejo outra solução que não o incentivo maciço, absolutamente prioritário ao programa de co-geração. Na Holanda em outros países da Europa, nos últimos anos, quase que 20% a 30% da demanda foi suprida somente com a co-geração. E nós podemos utilizar o bagaço de cana no Nordeste, o próprio gás natural.

Deixo também uma pergunta: a questão cambial do gás vai valer para a co-geração? Sei que foi resolvido - parece-me que saiu a portaria ontem para as

usinas termelétricas -, mas quero saber se a Petrobras também vai manter a tarifa congelada por um ano para o gás que foi usado na co-geração? E ela tem uma importância muito grande, porque serve tanto para indústria como para os serviços, shopping centers, hospitais e por aí fora.

Faço um apelo dentro da margem de flexibilidade com que a Câmara está operando: temos, no Rio Grande do Norte, a reservada Guamaré, que é a reserva de gás que atende a todo o Nordeste e vai até a Bahia, através do gasoduto Nordeste. Então, pelo menos em princípio, enquanto a Petrobras não tiver condições de ter uma co-geração ou geração própria para manter a reservada Guamaré em funcionamento, os compressores em funcionamento, não pode haver redução de energia, porque vamos ter uma outra crise violentíssima.

Tivemos, recentemente, uma reunião com empresários de Pernambuco que estão interessadíssimos na disseminação da co-geração. Mas se não tiver o gás natural vindo de Guamaré, teremos uma crise muito maior. Então, poder-se-ia tomar uma medida, enquanto não houver co-geração e geração própria em Guamaré, para que não haja corte no fornecimento de energia para a reserva de Guamaré no Rio Grande do Norte.

Outra pergunta que quero fazer, inclusive ainda dentro da co-geração: a Eletrobrás comprometer-se-ia a ter o PPA para o excedente da co-geração no caso de usinas térmicas movidas a gás, já que é permitido para pequenas centrais hidrelétricas?

Outro aspecto, Ministro, acho que o Deputado Juquinha, que é o homem do setor, tem absoluta razão quando fala na questão emergencial. Vou dar um exemplo, que é o caso do Nordeste e do Rio Grande do Norte também. Em Recife e em Salvador, temos que fazer, urgentemente, a repontecialização de uma usina térmica e temos que providenciar rapidamente uma usina para Maceió também. Em Furnas, há a repotencialização de São Gonçalo, de Campos, de Santa Cruz, e isso vai representar um incremento significativo de megawatts no sistema.

Já se conhece a seriedade do setor elétrico ao qual pertencemos, a tradição de seriedade do setor elétrico. E, nós, o Congresso, quando abrimos o mercado de petróleo, concedemos um processo mais simplificado de licitação a Petrobras. Ora, nessa crise, que eu acho que é a crise mais grave que estamos tendo desde a II Guerra Mundial, tem que haver, de imediato, uma simplificação no processo licitatório de Furnas, de Chesf, de Eletronorte, da Eletrobrás, da Aneel, porque se formos nos submeter a licitações que

demorarão sessenta, noventa dias, no caso as internacionais até mais do que isso, neste caso, quero dar o exemplo daquele gerador que veio da Ucrânia, que é um dos males, das consequências graves da lei de licitação, e, infelizmente, agora, estamos perdendo quase mil megawatts...

Creio que é uma hora de guerra em que se deve, realmente, fazer prevalecer esse sentido de emergência, essas repotencializações. Por exemplo, a linha de transmissão que liga Serra da Mesa a Salvador é uma obra da maior urgência, razão pela qual deve ser feita nesse critério de emergência. Penso que é absolutamente prioritário disponibilizarmos rapidamente a oferta de energia.

Com relação à questão de segurança pública, à questão de iluminação, o que está se fazendo hoje é simplesmente arrancar as lâmpadas de dois ou três postes, seqüenciando a iluminação. E as cidades ficando na penumbra. Mas temos a solução do vapor de sódio mais o redutor que mantém o mesmo nível de iluminação. Portanto garante-se a segurança do cidadão, que é um problema seriíssimo. Utilizando conjuntamente a lâmpada do vapor de sódio mais o redutor, temos 80% a 85% de energia, sem precisar deixar as cidades na penumbra.

Basicamente eram essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Temos agora, em seguida, a Senadora Heloísa Helena, depois o Senador Carlos Patrocínio, o Senador Paulo Hartung, o Senador Sebastião Rocha.

Com a palavra, a eminente Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e convidados, primeiro, temos a obrigação de deixar registrado, até em função, especialmente, da fala do Líder do Governo, Deputado Artur Virgílio, que não aceitamos essa socialização de responsabilidade, essa conversa que de Cabral para cá todo mundo tem responsabilidade. Essa falácia não cabe na Oposição e para muitos Parlamentares. Mesmo Parlamentares pertencentes a Partidos da base de sustentação do Governo já vinham alertando para o risco. Essa afirmação também não cabe para a sociedade como ente abstrato. Portanto, tem endereço certo. Não é o ET de Varjinha, nem nenhum discom. A responsabilidade pela irresponsabilidade que estamos vivenciando é do Governo Federal.

Inclusive, o Partido dos Trabalhadores entregará ao Senador Paulo Souto, como Relator, e ao Presidente da Comissão, algumas propostas a curto, mé-

dio e longo prazos para enfrentar a crise energética. Deixamos registrada a necessidade de modificação dos marcos legais para o setor. Muitos dos problemas, inclusive das agências reguladoras, são de responsabilidade do Governo. Desde 1999, brigamos na Casa sobre a questão da verdadeira promiscuidade montada entre o público e o privado na definição dos recursos humanos das agências reguladoras. Por isso, temos de discutir os marcos legais em relação ao setor, que é de responsabilidade do Governo.

Quero fazer três perguntas extremamente objetivas. Como estamos discutindo a LDO, e vamos discutir o Orçamento também, que ro saber quanto o Governo está disponibilizando para as chamadas obras de expansão da capacidade de geração de energia. Essa conversa é muito antiga. Essa conversa de investimento em outros componentes de matriz energética - energia eólica, biomassa, termelétrica - é muito velha e vários Parlamentares daqui já vêm discutindo isso há muito tempo, e o Governo Federal não fez nada em relação ao investimento em outros componentes de matriz energética.

Então, quero saber, objetivamente e agora, quanto o Governo Federal, com ou sem acordo com o FMI, vai disponibilizar na LDO para as obras de expansão da capacidade de geração de energia. Agora, enquanto sobra o tempo de Governo do Presidente Fernando Henrique, o que será disponibilizado objetivamente?

Outro assunto que vários Parlamentares comentaram a partir da fala do Deputado Fernando Gabeira. Quero saber se é medida provisória, se é pacto, se é acordo e qual é o prazo para discussão com o setor de eletrointensivos. Quando isso será efetivamente viabilizado, até porque ninguém precisa explicar aqui quanto se exporta de energia em barras e qual é o preço. Há muito mais facilidades do que a lavadeira do interior do Estado, que paga, no mínimo, US\$90 por megawatt, enquanto eles pagam apenas US\$12 megawatt/hora. Isso tem que ser discutido agora, porque, já que se está penalizando a sociedade, se vai penalizar a lavadeira que passará a ferro no interior de Alagoas, quero saber agora qual é o prazo que os senhores estão estabelecendo para enfrentar esse problema grave daqueles que pagam pouco e dinamizam pouco a economia local. Quero saber o que o Governo fará para preservar os postos de trabalho. Se há caos, crise, se a responsabilidade é do Governo, a resposta tem de ser muito objetiva para a pergunta de qual é a cota de sacrifício que esse setor vai dar.

Enquanto nordestina, considero que os nordestinos não têm de aceitar cota de sacrifício nenhuma. O Nordeste, especialmente, vem discutindo ao longo dos anos a questão do uso múltiplo e conflitante das águas. Sei que esse não é um problema só do Nordeste, mas essa região tem uma situação muitomais especial, extremamente especial. Há quanto tempo estamos discutindo a necessidade de investimento em outros componentes de matriz energética? Os senhores é que não fizeram absolutamente nada. Inclusive, sempre tivemos problemas do ponto de vista tributário, em que o Nordeste sempre foi penalizado. Em relação aos tributos, não ficava nada para o Nordeste do ICMS em função da geração de energia. Então, o Nordeste não pode ser penalizado, não tem condição nenhuma de ser penalizado. Então, o que vai ser feito em relação à proteção de parques produtivos do Nordeste, em relação àquilo que dinamiza a economia local, gera emprego e renda e produz alimento? É um problema do Governo. O Nordeste não pode ser penalizado mais do que já foi. O que o Governo vai disponibilizar agora de linhas de crédito subsidiadas em relação aos geradores? O que vai ser feito? Quando vai sair a medida provisória em relação a alíquotas de importação? Vai haver um tabelamento em relação aos geradores, que certamente estão sendo presos para inflacionar o preço? Por que existem setores essenciais, como a educação e a saúde, que não podem esperar. Não existe seletividade em relação a um tronco de diminuição de demanda de energia nas áreas de saúde e de educação. O mínimo para o setor saúde, o mínimo, o básico, o simplório, o medíocre do setor saúde, na porta de entrada do sistema, que é um postinho de saúde, é a vacinação. Vacinação não existe sem refrigeração. No Brasil, um País de dimensões continentais, não existe possibilidade de organizar um serviço de saúde sem estabelecer gerador para a casa maternal, para a unidade mista, para a unidade intermediária. Então, quando vai sair a disponibilização de linhas de crédito subsidiadas? Na área de educação, do mesmo jeito, não tem como compatibilizar. À noite, o trabalhador precisa ir para a escola. Não tem sala de aula, não têm recursos humanos disponíveis. Efetivamente, o que vai ser disponibilizado em relação a linhas de crédito subsidiadas para aquisição de geradores nas áreas de educação e saúde e em alguns setores produtivos, alguns parques produtivos que vão precisar disso e não podem - não é só a fruticultura, é a bacia leiteira. Nenhum setor produtivo pode dar mais quota de sacrifício do que já foi dado.

São três perguntas extremamente objetivas. Quanto o Governo vai disponibilizar para obras de expansão da capacidade da geração de energia? Qual é o prazo do Governo. Se é medida provisória, o que vai ser feito em relação ao setor eletrointensivo? E, diretamente relacionada às linhas de crédito, a questão dos geradores e da operacionalidade em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece à participação da Senadora Heloísa Helena e passa a palavra ao eminente Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Parlamentares, já que se trata de uma reunião conjunta com a Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal, gostaria de pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente, caso não haja manifestação em contrário, que sobrestasse um requerimento que fiz de convite semanal ao Ministro José Jorge para que comparecesse à Comissão de Infra-estrutura para prestar esclarecimentos. Como está em curso esta Comissão Especial Mista, torna-se desnecessário tal convite.

Sr. Presidente, das crises também se pode tirar algum proveito, e tenho certeza absoluta e convicção inabalável de que esta crise, até certo ponto, será benéfica para o Brasil. Acredito que vão ser incorporados alguns megawatts a mais e que ninguém nunca pensou sobre, o Governo nunca pensou, o Ministro José Jorge nunca pensou. O povo brasileiro vai começar a devolver para o Governo aquela energia que lhe era destinada. Isso agora, evidentemente durante a vigência da crise, e, posteriormente, o Brasil vai-se acostumar com isso.

Lembro-me, Sr. Presidente, quando era criança ainda e, posteriormente, jovem, de que minha mãe e meu pai andavam atrás de mim, dizendo: “Apaga essa luz, menino; você não está usando”. Sou oriundo de uma família de doze filhos. Posteriormente, fui estudar em Belo Horizonte e morei algum tempo na casa da minha tia – ela tinha treze filhos –, e a gente ouvia sempre essa mesma cantoria. Tem que apagar a luz, tem que apagar os aparelhos quando não estão utilizando. Não tenho visto isso nas casas de hoje em dia; parece que relaxamos um pouco, e todo mundo está consumindo em excesso. Portanto, gostaria de frisar que acredito que vamos tirar proveito desta crise, nós vamos tirar proveito dessa crise. O pessoal vai economizar energia mais do que o Governo espera e, posteriormente, quem sabe, durante uma geração, haveremos de estar sempre economizando energia cada vez mais, porque sabemos que isso é

necessário - e todos sabemos que o Brasil é o País do desperdício.

Não tenho mais perguntas a fazer, porque elas já foram esgotadas. Gostaria só de entender uma questão. Alguns defensores do Governo dizem que foi investido muito recurso na geração de energia, no setor energético nacional, tanto é que existe, hoje, instalada uma capacidade de oferta de 75 mil megawatts. No momento de pico, do pico máximo de gasto de energia do Brasil, não se gasta mais de cerca de 55 mil megawatts. Então, querem provar que não se trata de falta de investimento, porque há, quem sabe, energia de sobra. Não entendi essa matemática.

Gostaria de perguntar qual que será a relação ideal de megawatts para que a pessoa possa consumir “x” megawatts. Isso foi parte de um discurso que fiz no plenário e também parte do pronunciamento do eminente Senador Geraldo Melo.

O pessoal do Governo diz que muito foi investido nesse setor e que hoje a oferta é de 75 mil megawatts de energia para o povo brasileiro - e no pico máximo de consumo não se gasta mais do que 55 mil megawatts.

Sinceramente, gostaria de entender essa matemática.

Somos do PFL e somos favoráveis à privatização.

Sr. Presidente, há tramitando, no âmbito do Congresso Nacional, alguns projetos de lei. Tenho conhecimento de um, do Senador Roberto Freire, que retira o setor energético do Programa Nacional de Privatização. Não seria tão radical, mas, na minha opinião, não deveríamos privatizar as hidroelétricas feitas e acabadas. No máximo, devíamos abrir concessão para que o capital nacional ou internacional investisse na geração de energia. Isso é o que penso.

O Congresso Nacional tem que se debruçar sobre essas questões, porque é muito fácil receber uma hidroelétrica já pronta, faltando apenas um pouco numa linha de transmissão. Dessa forma estamos facilitando demais.

Essa foi uma das causas da crise energética no nosso País.

Eram os comentários que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do eminente Senador Carlos Patrocínio.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, Sr. Presidente da Comissão Mista, Sr. Relator, Srs. Ministros, Sr^{as} e Srs. Senadores e Srs. Deputados, neste momento está havendo duas reuniões importantes sobre o mesmo tema: esta reunião, na qual tive a oportunidade de ouvir as exposições iniciais, e uma audiência pública que está ocorrendo na Comissão de Assuntos Econômicos, tratando justamente desse projeto de autoria do Senador Roberto Freire.

Lá estão presentes o empresário Antônio Ermírio de Moraes e também o Secretário do Ministério, Dr. Afonso Henriques, numa excelente discussão da qual tive oportunidade de participar, que está tratando justamente de uma questão que vai fazer parte da minha pergunta.

O Senador Roberto Freire não está, com esse projeto, proibindo a presença do capital privado no setor elétrico, seja ele nacional ou estrangeiro; nada disso, como alguns divulgaram. S. Ex^a está retirando do Plano Nacional de Desestatização, as geradoras existentes construídas com recursos públicos, e a rede de transmissão que me parece até o governo tem hoje uma avaliação de que não deve ser privatizada. Então, é um debate importante e em cima dele quero fazer a minha única pergunta para não ser repetitivo.

Temos uma crise hoje no mercado atacadista de energia, que me parece ter começado com o episódio de Angra II e se aprofundou agora, quando a demanda está superior à oferta. Gostaria de perguntar aos dois ministros o que o Governo está pensando em fazer com o mercado atacadista de energia, emergencialmente, nesse momento de crise aguda que estamos vivendo? E o que o Governo está pensando em fazer em termos de modelagem do setor?

Quando ouvi as duas exposições achei que faltou um elo do processo. O nosso colega Ministro José Jorge trouxe da emergência no que tange à geração e transmissão, mas não nos deu muitos detalhes embora tenha prometido mandar o plano detalhado; e o Ministro Pedro Parente tratou especificamente da emergência do consumo residencial, industrial e assim por diante. Dois planos emergenciais evidentemente precisam ser aperfeiçoados. Os ministros demonstraram consciência, o próprio Governo já reacuiu de muita coisa que propôs, mas acredito que falta um elo, que acredito seja o futuro. O que o Governo está pensando? Quer dizer, o Governo montou um modelo que deu errado, na minha opinião. Nós vamos criar uma nova modelagem para o setor, rediscutindo-o, repensando em termos de futuro ou vamos tratar só

da urgência, da emergência e da conjuntura presente?

Não sei se o Governo delegou essa tarefa para um outro ministro, para um outro membro da equipe que está tratando do assunto... mas gostaria de colocar que a Aneel saiu muito fragilizada desse processo, e não enxergar isso é tentar tapar o sol com a peneira – o que não é o caso –, porque precisamos resolver o problema. E toda a estrutura montada e pensada pelo Governo em termos de regulação do setor tem sido muito discutida, até a questão do mercado atacadista que coloquei. Então, como se pensa essa questão para um ponto futuro para não vivermos esse mesmo problema em 2002? E parece-me que vamos vivê-lo parcialmente em 2002, mas que o cidadão, nós e o setor produtivo nacional não tenhamos esse mesmo constrangimento em 2003, em 2004, em 2005, no futuro.

Basicamente, Sr. Presidente, é essa a indagação que ofereço aos dois ministros.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Paulo Hartung e passa a palavra ao nobre Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, tenho a mesma convicção daqueles que entendem que o modelo de privatização do setor elétrico está sendo equivocados. Primeiramente provocou uma estagnação nos investimentos do setor público e não ampliou os investimentos no setor privado, porque ao promover a privatização as empresas, que assumiram 20% do setor, se preocuparam primeiro em colocar em funcionamento, em adequar o setor adquirido e não fazer novos investimentos.

A pergunta que faço objetivamente é se o Governo mantém a sua programação de privatizações? Isso do ponto de vista estrutural, porque uma coisa é discutir a situação conjuntural... então, quais as medidas adotadas? E nesse âmbito, entendo que o Ministro Pedro Parente, provavelmente por esquecimento, deixou de responder uma das perguntas do Deputado Fernando Ferro quanto à importação de geradores nesse episódio da crise, enquanto medida conjuntural.

Do ponto de vista conjuntural, o Governo está fazendo o que pode e tem novas sugestões como as apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores e muitas outras. Acredito que o Governo deva fazer todo o possível no sentido de realizar novos investimentos no setor e acelerar a construção de novas hidrelétricas. Já foi citada aqui Belomonte, tem a questão do Linhão de Guri, na Região Amazônica.

Se o Governopretende manter a mesma política prevista de privatização do setor, sobretudo quanto a hidrelétricas. Tenho uma posição muito firme contra a privatização das hidrelétricas, tendo em vista que a maioria dos países desenvolvidos não optaram por privatizar suas hidrelétricas, sobretudo as existentes.

la repetir a pergunta da Senadora Heloísa Helena, mas como ele colocou do ponto de vista orçamentário, eu diria que se pensarmos do ponto de vista orçamentário - o que o Governo vai fazer em termos de investimentos - começará em 2002.

Queria que os Ministros pudessem definir quais são, de fato, as metas do Governo, do ponto de vista a curto prazo mas que vão resultar, se não numa solução imediata mas pelo menos numa prevenção da crise para o ano que vem.

Gostaria também de sugerir a inclusão do nome do Governador Almir Gabriel, do Pará no requerimento que me parece já foi apresentado pelo Deputado Fernando Ferro. A Amazônia não deveria sofrer essa crise, participar dela; o Norte do Brasil é auto-suficiente em produção de energia. Nós já pagamos acima do que devíamos, em função de que a margem esquerda do Rio Amazonas, por exemplo, não possui energia elétrica de boa qualidade e de nível estável. A Amazônia já está sendo penalizada porque possui um grande potencial que está sendo desenvolvido a partir sobretudo de Tucuruí. No entanto, grande parte da população da Amazônia, uma parte significativa da população da Amazônia, não está sendo beneficiada pela energia de Tucuruí. Ainda a Amazônia corre o risco de sofrer parte dessa crise.

O meu Estado não está envolvido nisso, o Amapá não está interligado ao sistema Sul, Sudeste e Nordeste, não está vivendo este momento, passamos por essa crise. Como foi possível solucionar a crise no Amapá, claro que com investimentos muito menores, mas até num prazo razoável? Medidas emergenciais foram adotadas, aquisição de geradores até utilizados em outros Estados, como Camaçari, por exemplo, a Bahia, nos cedeu, temporariamente, e estão lá até hoje alguns geradores de Camaçari.

O Brasil precisa tomar providências imediatas, não sou da base governista, Ministro Pedro Parente, principalmente mas, se fosse, estaria preocupado com o ano de 2002. A pergunta que deixo é se o Governo vai se submeter ao apagão eleitoral também porque, mantido o apagão energético no ano que vem, não há dúvida nenhuma de que o apagão eleitoral também é inevitável.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Sebastião Rocha.

É Relator da Comissão Mista Especial, o eminente Senador Paulo Souto. Temos apenas 3 Senadores inscritos para terminar a reunião ou antes, naturalmente, passando a palavra aos conferencistas, ilustres Ministros. São o Relator, Senador Paulo Souto, o eminente Deputado Luciano Zica e o eminente Deputado João Caldas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, positivamente, deixei que os membros da Comissão ocupassem o tempo, fizessem as perguntas porque sei, como Relator, vou ter muito tempo e vou ter muito trabalho durante esta Comissão, e gostaria de ter uma visão bastante ampla da opinião de todos os membros da Comissão.

Hoje vou ser extremamente rápido só para algumas coisas que me parecem que são importantes neste momento.

Primeiro, quero dizer que fiquei muito alegre por essa providência acabando aquela sobretaxa. Creio que ia ser terrível, mesmo para uma pequena parte da população, ter consciência de que fez economia, consumiu menos e que, no fim do mês, ia pagar mais pela energia elétrica. Então, por mais boa intenção que houvesse nessa medida – e o Ministro Pedro Parente falou aqui qual era essa intenção de que os que consomem mais e possam pagar não tivessem a grandeza de fazer essa economia - mas, de qualquer sorte, isso iria causar um certo desconforto para o programa.

Eu acho que nós não podemos, entretanto, agora, dizer: abrir a guarda. Eu acho que, neste momento, mais do que nunca, quando houve essa demonstração de inteligência, de boa vontade, de bom senso do Governo, mais do que nunca, nós temos que nos dirigir a esses que consomem mais, dizendo que essa atitude foi tomada, mas é preciso que eles continuem, principalmente os maiores consumidores residenciais, que eles sintam que há necessidade de continuar fazendo economia.

Mas eu tinha uma dúvida quanto a isso, que é a seguinte: aquele que não cumprir a quota, o valor da sobretaxa e apenas sobre quota que não cumpriu, ou vai continuar valendo aquela escadinha de 200 a 500, de 500 ou mais e 1.000. Essa é a dúvida que eu fiquei de como isso, efetivamente, vai ser feito inclusive para que as pessoas fiquem absolutamente conscientes do que é que vai acontecer.

Eu fiquei surpreso, por exemplo, numa reunião de condomínio com todas as pessoas, razoavelmente, muito bem informadas, e ainda havia muito dúvida antes dessas medidas de como seria realmente a questão da sobretaxa. De qualquer sorte, eu acho que as medidas são boas para evitar aquilo que eu falei: o sujeito faz o sacrifício e, no fim do mês, ele consome menos quilowatt e vai pagar mais real, o que evidentemente não seria uma medida de racionamento, seria uma medida de aumento de tarifa.

A outra pergunta, também, é na linha de uma certa preocupação que eu fiquei aqui. E, agora, basicamente, com a questão da chamada aumento de oferta no período de energia. Nós estamos numa fase de transição, sabemos o que é isso, não é fácil. Não quero discutir mérito, embora tenha posição firmada sobre isso. Um País sofrer esse nível de transformação, por exemplo, com relação à telefonia, à produção de energia elétrica, etc. Quer dizer, muda-se completamente o modelo. Eu acho, por exemplo, que é muito interessante uma fase de transição.

Mas, basicamente, o que eu queria saber é o seguinte: nesse programa de emergência, estão efetivamente, mais ou menos, dentro da linha que foi feita os investimentos que couberem às empresas estatais estão definitivamente garantidos? E, ainda mais do que isso, se falharem os outros investimentos, aqueles que se espera do setor privado, o que é que o Governo pretende fazer?

Porque eu acho que, neste momento, Ministro, mesmo que isso, eventualmente, venha a contrariar um certo modelo que o Governo está estabelecendo, nós não podemos, dentro dessa fase de emergência, ficar sujeitos a uma nova eventualidade do que nós estamos sofrendo neste momento. Então, isso não significa que o Governo vai mudar sua posição. Significa apenas que o Governo vai agir de tal forma que nós não estejamos, daqui a um ano, dois anos, o tempo que for, eventualmente, sujeitos à contingência que estamos sujeitos hoje.

Eu acho que eram basicamente essas duas perguntas.

E eu tenho certeza de que nós vamos ter muito tempo, daqui para a frente, para cuidar dessas questões que são extremamente importantes. Por isso, eu preferi - hoje, ouvi bastante - ter uma visão bastante ampla do pensamento de todos os membros que fazem parte desta reunião, que foi extremamente proveitosa.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito obrigado, Senador Paulo Souto.

Concedo a palavra, agora, ao nobre Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, Srs. Ministro, eu esperei até agora com o firme propósito de apresentar algumas propostas com vistas à solução do problema.

Mas não quero deixar de fazer algumas considerações sobre falas que aqui ouvi. Entre elas – e a primeira – do Deputado Arthur Virgílio, Líder do Governo, que diz ter desconhecimento, ter lido os pronunciamentos feitos na Câmara dos Deputados, nós últimos seis anos, e não ter encontrado referências a esse problema. Eu vou enviar a S. Ex^a uma série desses pronunciamentos, inclusive, alguns feitos por ocasião da aprovação atropelada da Lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica, que foi debatida por exatos quinze minutos no plenário da Câmara dos Deputados, sem ter passado por Comissões e criou algumas distorções inaceitáveis. Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentamos um substitutivo, resultado de três meses de trabalho em torno da questão, que sequer foi considerado. No nosso substitutivo encontra-se uma solução a diversos dos problemas aqui gerados por falha da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O segundo ponto da fala do Deputado Arthur Virgílio, que eu quero ressaltar, é a questão doutrinária que S. Ex^a aqui trouxe, ao defender insistentemente a privatização da geração.

Considero que o exemplo dessa crise nos acende, nos ilumina para a necessidade de termos um setor público de geração de energia, principalmente hidráulica, indispensável, e demonstra a importância desse setor, o que não quer dizer, por exemplo, que não devamos receber investimentos para a geração de energia nova. É uma outra questão.

Penso que o Governo tem que ter a grandeza de fazer essa reflexão, compreender e fazer uma inflexão no seu projeto de privatização e de desmonte do controle público desse setor.

Com relação à fala do Deputado Juquinha, meu colega de Comissão de Minas e Energia, de que a população está entendendo e aceitando, queria dizer que a população está tendo o comportamento de um cidadão que anda pela rua e recebe um seqüestrador, pensando que se trata de um seqüestro relâmpago, mas sem saber que o seqüestro é de longo prazo, de pelo menos três anos, e com um revólver na sua cabeça lhe entrega o cartão de crédito, a senha e segura a família seqüestrada em sua casa, no escuro, à espera que ele volte e lhe devolva a situação.

O comportamento da população é este, de compreensão, porque não tem alternativa.

Quero dizer também que a parcela de consumidores abaixo de 200 quilowatts/hora/mês não têm como cortar os 20%. Tem uma televisão, um rádio-relógio despertador, para levantar para trabalhar, um chuveiro e meia dúzia de lâmpadas. Não tem como economizar. Acho cruel esse tratamento.

Quanto às medidas adotadas pelo Ministério, tenho me pronunciado em abundância na Câmara dos Deputados acerca desses problemas na Comissão, frente ao Ministro José Jorge, e queria elencar aqui algumas questões que me preocupam. Primeiro, a tolerância, revelada pelo Ministro Pedro Parente, em relação aos eletrointensivos. Vai dialogar com eles e buscar uma redução.

Penso que seria perfeitamente possível....exatamente, a manutenção do contrato. Os únicos que cumpriram o contrato nessa história foi a população, que está sendo punida por excesso de pagamento, como diz o José Simão. Os que romperam o contrato foram o Governo e as concessionárias, que estão sendo premiadas com sobretaxas, com aumento de tarifas extraordinário e com taxa de religação, inclusive, da conta de luz cortada, enquanto vai se conversar com o setor dos eletrointensivos, que poderia perfeitamente, de acordo com propostas que apresentamos, adiar a exportação de energia nas barras de alumínio. Estamos exportando energia: 80% da produção do alumínio, por exemplo, é para exportação a US\$12,50, enquanto o consumidor paga US\$100 na ponta da linha.

Então, temos que ter capacidade de chamar esse setor e dizer: vocês vão adiar a produção, vamos negociar com o Governo, que vai fazer uma série de propostas e vamos tabelar a energia, acabar com o mercado atacadista. Vamos tabelar, para evitar a especulação. Essa energia não é deles, embora possa ter sido constituída eventualmente com investimentos deles, é uma energia que pertence ao País. Portanto, não deve ter um prêmio de comprar energia subsidiada e vender no atacado, no preço do mercado, na contingência em que estamos. Essa é uma questão.

Agora, preocupa-me, além das medidas de curto prazo - a Senadora Heloisa Helena, minha Líder apresentou à Comissão um conjunto de documentos, uma proposta elaborada por nós, do Partido dos Trabalhadores.

(Fora do microfone)

Apresentamos um conjunto de propostas. Mas além delas queria acrescentar algumas questões, com a preocupação em relação ao médio prazo. Vejo a crise como uma crise que, infelizmente, durará muito tempo e que demandará de todos nós que militamos no setor uma ação responsável, sincera, o que acho o Governo não está sendone se aspecto com a população, no sentido de buscar soluções. A curto prazo, acho que o Governo demorou a tomar medidas, tomou medidas inseguras, ineficientes, vacilantes e gera na população, hoje, muita desconfiança e muita insatisfação.

Eu tenho um exemplo: a questão das lâmpadas incandescentes. O Governo permitiu um acordo, em 1996, com os fabricantes de lâmpadas, reduzindo de 127 para 120 volts as lâmpadas, com uma rede de 127. Isso deu um prejuízo de energia de dois anos que poderia ter melhorado o nosso sofrimento. Eu fui autor de um projeto de lei que provocou o restabelecimento dos 127 volts, embora a vida útil das lâmpadas tenha continuado menor em 25%, em razão do acordo feito pelo Governo.

Com relação às medidas de longo prazo, para mim elas passam, necessariamente, pela retomada dos investimentos das empresas públicas, pela ruptura do compromisso assumido com o FMI, que estabelece a crueldade do lucro, ou seja, as empresas entram com receita da União e de pois, na hora do investimento, entram como despesa e está proibido. É preciso que tenhamos capacidade de investimento nesse setor e que haja revisão dessa política.

Segundo, precisamos de um programa estratégico para aproveitar o potencial já mapeado de energia hidrelétrica. Nós temos 100 mil megawatts, já devidamente mapeados e disponíveis e precisamos retomar os investimentos nesse sentido, a longo prazo.

A médio prazo, eu queria fazer um alerta que já fiz ao Ministro José Jorge. Participei, ontem, em Piracicaba, de uma audiência pública para a instalação da Usina Termelétrica de Carioba II. Nós temos, além do custo dos componentes, além do custo do gás, que a sociedade vai pagar por intermédio da Petrobras - eu estou defendendo, na PEC 277, a rediscussão disso, a criação de uma conta que distribua para toda a sociedade, para os consumidores de energia e de combustíveis em geral essa conta, incluindo o gás - uma outra preocupação fundamental. Os investidores que hoje se programam para construir as usinas termelétricas - majoritariamente, são propostas da Petrobras cerca de doze delas, pelo que sei, e outras duas com abundantes recursos do BNDES - insistem em construí-las nas regiões metropolitanas, onde não há dis-

ponibilidade de água. Provavelmente, essa condição – e ouvi isso ontem, na audiência de Americana – vai retardar substancialmente o processo, em função do abastecimento nos grandes centros, inclusive São Paulo, que pega água da bacia do Piracicaba, do sistema Cantareira. Assim, o Governo teria que tomar uma decisão política.

Eu já sugeri ao Ministro José Jorge, e S. Ex^a manifestou-se favoravelmente a ela na Comissão de Minas e Energia da Câmara, tomar a decisão de determinar aos investidores um redirecionamento desse investimento, sob pena de ele não acontecer e não termos uma solução de médio prazo.

Qual seria essa solução, Ministro José Jorge e Ministro Pedro Parente? Primeiro, a questão da água. A Usina Carioba II – eu participei do debate, ontem, em Americana – enfrenta, hoje, profunda rejeição da sociedade da região, porque a bacia do rio Piracicaba passou do momento crítico de disponibilidade de água. Nós, hoje, estamos com previsão de falta de água potável na região, inclusive na Grande São Paulo, brevemente. Ela demanda uma vazão de água de 1430 m³ por hora, não disponíveis no rio Piracicaba. As outras que se pretende construir nessas regiões enfrentam o mesmo problema. O empreendedor está fazendo propaganda, dizendo que vai pegar o esgoto tratado de Americana e não conta como água da bacia. Isso é uma hipocrisia extraordinária, pois o Governo está comprando o esgoto tratado para reinjetá-lo nas bacias. O rio Piracicaba é um rio de esgoto. O que o empreendedor está fazendo é pegar a melhor parte da água do rio Piracicaba, que é o esgoto tratado de Americana, e evaporá-lo na geração de energia. – 80% evaporam.

Quero apresentar uma proposta concreta ao Governo, para que ele tome amanhã uma medida que solucione esse problema: determinar, de pronto, a construção dessas usinas termelétricas no eixo do gasoduto Bolívia/Brasil, na região noroeste do Estado de São Paulo, onde temos um sistema hídrico extraordinário dos rios Tietê, Paraná, Feio, Douro e diversos rios com uma abundância hídrica extraordinária. Temos o gás do gasoduto que passa naquelaregie temos redes de transmissão suficientes. Não temos a outra ponta, o berro do boi, onde os frigoríficos costumam querer ganhar e que os empreendedores querem, que é o mercado para o vapor, mas que  também um ponto positivo. Na medida em que se instalar naquelaregio esse polo gerador de energia termelétrica estaremos atraindo investidores industriais para descentralizar o desenvolvimento, ajudar a resolver os problemas urbanos dos grandes centros metropo-

litanos e, além de tudo, com um outro componente importante ao levar esse investimento para aquela região, que é o fato de termos, l, condições de resolver o problema atmosférico, através do reflorestamento ou mesmo da utilização dos canais para a absorção dos gases emanados da queima. Então, é uma solução fácil, ágil, que não vai enfrentar os problemas, pelo contrário, vai ser bem recebida pela sociedade e não vai causar os problemas que ela está ameaçando causar naquela região de Campinas, São Paulo. Não cabe geração termelétrica na bacia do rio Piracicaba, a não ser pequenas soluções. Solução para 1.200 megawatts  inaceitável naquela bacia. O comitê de bacia não aceita. Todos os estudos científicos demonstram que não há disponibilidade hídrica naquela região.

Para concluir, Presidente José de Alencar, não podia deixar de manifestar minha contribuição, que  séria, e o Governo, infelizmente, teima em não ouvir.

Espero que o Governo acolha essa, como as outras sugestões que apresentamos via Senadora Helsa Helena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presdncia agradece ao Deputado Luciano Zica.

Passo a palavra, para não perder tempo, ao eminente Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, eu gostaria de começar citando o ilustre mineiro Celso Brandt, que sonhava com a mobilização nacional. Fui Deputado Estadual pelo PMN e Deputado Federal pelo PMN, em Alagoas, com 70.000 votos, e o Dr. Celso sonhava com esse povo-cidadão. E vemos, hoje, nessa crise, esse povo-cidadão, que está se mobilizando, dando exemplos de cidadnia e fazendo o povo pensar em tudo. Essa, talvez, seja a saída do Brasil em outros aspectos. Mas, como ele citava como exemplo o Betinho, que fez a grande mobilização nacional de combate à fome e  miséria, criando aqueles comitês no Brasil inteiro, onde ele conseguiu mobilizar a sociedade, que hoje tem internet, que evoluiu, que tem TVs abertas, TV Câmara, TV Senado, fax, celular e outros recursos, esse povo está se mobilizando e vamos, com certeza, não a médio prazo, mas a longo prazo, porque as pessoas falam em termelétrica como se tivesse na prateleira, no shopping center pronto da ser usada. Para se ter um exemplo, para fazer duas ou três turbinas precisamos de 1 ano, dependendo da capacidade delas. Ministro Pedro Parente, há um ano e meio, fiz parte do Conselho do Ciman como representante da Câmara dos Deputados juntamente com o Senador Jonas Pinheiro. A

Lei nº 9.478, de 1997, dispõe sobre a política energética e existe um conselho. Procurei, na época, o Ministro Tourinho, procurei o Ministro Pratini. Os Ministros, parece-me, são nove a fazerem parte desse conselho e o Presidente da ANP, o David Zilbersztajn, mas esse conselho, que discute a política energética do País se reuniu três vezes apenas. Fiz vários pronunciamentos, enviei faxes, inclusive ao Ministro Pedro Parente, inclusive tinha um trabalho na Comissão de Indústria e Comércio, onde fizemos uma subcomissão especial de combustíveis renováveis a partir da biomassa, preocupados com a crise no Oriente, com a alta do dólar, com a falta de petróleo, energia de fósseis, achando uma saída, e sugerimos, Sr. Ministro, a criação de uma Agência Nacional de Combustíveis Renováveis.

Temos um grande potencial: da cana-de-açúcar, do milho, da beterraba, do babaçu, para fazer motores estacionários, a partir das oleaginosas que temos, a exemplo da carrapateira, da mamona. Tentei de todas as formas, mesmo que alguém queira avisar alguma coisa a esse Governo não consegue. Pode berrear na Câmara o dia todo. É mais fácil encontrar o Pedro Simon no céu e resolver com ele o problema da chuva do que chegar ao Governo - é muito complicado.

Não quero delongar, vamos ficar nesta Comissão, vamos colaborar com o Governo para pegar as idéias brilhantes desses Deputados, fazê-las exequíveis, sem sectarismo, sem demagogia, só com o propósito de resolver, minimizar o sofrimento do povo.

Queria fazer uma pergunta aos Ministros Pedro Parente e José Jorge. Como fica o Programa Luz no Campo? Queria que depois o Ministro respondesse. Programa importante, vital para a região rural, principalmente no Nordeste, onde há mais densidade rural do País, como fica esse programa?

A idéia de um feriado nacional na segunda-feira ou na sexta-feira - só não pode ser feito na quarta-feira porque não haverá ninguém em Brasília. Esse feriado podemos vê-lo com outro enfoque, como uma oportunidade para o turismo rural, para o turismo ecológico, para a interiorização do turismo, para gerar empregos, gerar renda e fazer o turismo interno, dentro de uma proposta, lógico, de turismo, com uma subcomissão do turismo na Câmara, com a Comissão de Indústria e Comércio. Essa será uma saída. Se tivermos que fazer esse feriado é preciso haver uma saída, para equilibrar a balança, PIB, porque tínhamos outras fontes. Que na crise encontremos um caminho, até que o brasileiro consiga conhecer o próprio Brasil.

Esse o aden do que eu gostaria de fazer. Gostaria de falar da termelétrica, que o nosso companheiro Salatiel se referiu. Temos a maior planta de gás ou a segunda. Alguém diz que é a primeira, outros dizem que é a segunda em Alagoas. Temos um gasoduto que leva o gás para Sergipe e o outro Marco Maciel levou para Pernambuco, lá para o Pólo de Suape, lá para a terra de Salatiel.

Queremos gerar energia, a partir do gás, da termelétrica, e aproveitar o nosso gás, mas fica a preocupação do preço do gás, conta, paridade com dólar, coisas que vamos discutir nesta Comissão.

Eu sugeria ao Ministro que as multas, os investimentos, que o Governo fizesse uma espécie de kit, para atender às comunidades pobres, às pessoas pobres. O pobre não pode mais trocar uma lâmpada, porque aumentou o preço para 27,28,29 reais. Se ele trocar três bicos de luz, fica sem o salário mínimo dele. Então, esse kit atenderia as associações comunitárias, as vilas, os povoados, as maternidades desses locais, os postos de saúde, as escolas comunitárias, com o quê? Com um kit de gerador, para trabalhar com a ajuda de subsidiar, por exemplo, o diesel, o gás, fazer alguma coisa no sentido de o Governo olhar que temos milhões de pessoas na linha de pobreza e, com certeza, não vão poder se proteger do apagão, se houver, porque os ricos vão tomar suas providências, vão comprar seus geradores, vão ter todos os recursos possíveis e imaginários.

Não quero prolongar mais, Sr. Ministro, até porque já ouvi tantos pronunciamentos e eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Agradeço ao Deputado João Caldas, último orador inscrito. Quero cumprimentá-lo pela citação do nosso Professor Celso Brandt, que realmente é uma figura admirável.

Passo a palavra ao eminente Senador Inácio Arruda, aliás, Deputado.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Na próxima eleição, vou me arvorar a disputar essa posição no Estado do Ceará. Por enquanto, Sr. Presidente, ainda estou na qualidade de Deputado Federal.

Cumprimento V. Exª, o Deputado Antônio Cambraia, o Senador Paulo Souto, Srs. Ministros. Não quero mais entrar na discussão doutrinária e ideológica posta aqui pelo Deputado Arthur Virgílio, porque, desse ponto de vista, podemos usar a assertiva dos que planejaram a economia dos últimos anos de que o que valem são os resultados. E, do ponto de vista

concreto, temos um fracasso dos resultados. Não há mais o que discutir, pelo menos do ponto de vista energético do nosso País.

Levanto duas preocupações para o Governo. Uma é o problema dos trabalhadores. Estamos assistindo a isso e pode mostrar duas conotações. A primeira é que vai haver desemprego em função da contenção mesmo das empresas; quer dizer, estou contido no meu investimento e não posso continuar com esse conjunto de trabalhadores, tendo, então, que demitir. E outra, a oportunidade de demitir frente à necessidade da economia de energia. Então, levanto a idéia, para que o Governo a analise, de nós examinarmos, durante esse período de racionamento, o problema da estabilidade dos trabalhadores no emprego; se vamos ter um desemprego em massa, além da escuridão, das trevas, vamos ter também um caos no setor ligado aos trabalhadores, um desespero ainda maior. Então, é uma questão a ser examinada.

O segundo, levantado pelo Senador Paulo Hartung, é que fizemos uma pequena emenda, que temos apresentado sucessivamente às medidas provisórias. Como elas têm-se sucedido, temos tido que também fazer a mesma coisa com a nossa emenda, considerando que não há por que manter as atividades do MAE durante o racionamento; teríamos de suspender suas atividades, porque o MAE, em última instância, pode transformar-se num mercado especulativo brutal, inadmissível, inaceitável; teríamos de suspender, assim, a sua atuação nesse período. Quer dizer, o MAE já existe, uma lei instituiu o Mercado Atacadista de Energia, mas estamos numa situação efetivamente de emergência; portanto, não cabe especular com um insumo que está faltando. Teríamos de suspender essa atividade; é algo que temos proposto sucessivamente à medida provisória e, evidente, que seria alvissareiro se o próprio Governo concordasse quanto a questão. Desse modo, não teríamos grandes dificuldades de o Relator acatar e votar isso imediatamente, resolvendo o problema.

Um terceiro aspecto está ligado ao que levantou a Senadora Heloísa Helena: o problema dos investimentos. Estamos falando aqui em termelétrica, porque energético no seu conjunto, em que se incluem a geração hidrelétrica, termelétrica, eólica, o babaçu, a carrapateira e outras alternativas. Essas alternativas são letas mor tas se não constam da LDO, do Orçamento da União e se não houver suplementação orçamentária agora. Para outras questões, quando há interesse concreto e emergencial do Governo, suplementa-se. Então, o Governo teria, a rigor, que mandar uma suplementação para o Ministério das Minas e

Energia para garantir tudo isso que estamos falando aqui e muito mais coisas que o Governo tem falado - aqui também se fala muita coisa, a lista está grande, com certeza, nas mãos de V. Ex^a. Para garantir que as básicas sejam atendidas, o Governo precisa suplementar o Orçamento deste Ministério; do contrário, não há como tratar de absolutamente de nenhuma atividade de geração no médio, porque, na emergência, é isto mesmo, sem outra alternativa: vamos raciocinar o máximo que pudermos. Ainda mais nós do Nordeste, que vamos nos submeter a um racionamento que pode superar os 20%, quer dizer, uma situação muito mais difícil a nossa, que exige, portanto, o chamamento para a suplementação e também a garantia de que mesmo com esses problemas todos que levantou o Deputado Zica, em relação ao suprimento de água para a geração nos termos, que é um problema concreto nosso, no Nordeste tivemos a possibilidade também, está lá o gás, agora para ter as termelétricas precisaríamos ter água. Ao final, quem sabe, precisaríamos de um outro Ministério na Mesa para propormos já de imediato também a transposição do Tocantins para o São Francisco, para resolvermos esse problema de água na geração de energia lá no Nordeste e conseguirmos realizar essas termos. Mas fico justamente aqui, porque não quero prolongar o debate doutrinário ideológico, porque os resultados são práticos, concretos e objetivos.

Então são questões que gostaria de levantar para examinarmos em relação ao problema da crise de energia que estamos vivendo em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito bem, a Presidência agradece ao Deputado Inácio Arruda. Agora passo a palavra, para concluir, ao Senador, perdão, ao Ministro José Jorge e ao Ministro Pedro Parente.

O SR. – Como a renovação é de 2/3, o Senador José Alencar está considerando que vai ser ampla mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Senado ganharia dois grandes nomes. Antes, porém, quero perguntar ao eminente Presidente Antonio Cambraia, da Comissão Mista, se deseja fazer as suas considerações para os Ministros.

O SR. ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, apenas agradecer a presença do Ministro José Jorge, das Minas e Energia, e do Ministro Pedro Parente, Coordenador da Câmara de Gestão, agradecer aos Deputados e Senadores da Comissão Especial Mista, e informar que, na quinta-feira, às 9h30min, teremos uma reunião administrativa para análise de requerimentos que já chegaram à Comissão e também para

estabelecemos uma agenda de trabalhos para a nossa Comissão. Era só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra, então, o Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou, como das outras vezes, examinar as perguntas, responder algumas e deixarei outras para o Ministro Pedro Parente.

Em relação às perguntas do Deputado Juquinha, como é do setor, existem algumas perguntas, de certa maneira, técnicas aqui. A primeira, em relação a 5.000 megawatts que já foram licitados e ainda não foram realizados em termos de hidrelétricas. Estamos levantando esta questão e será abordada na atualização do Plano Decenal que estamos realizando. Não abordamos essas hidroelétricas no Plano Conjuntural, esse atual de que falei hoje, por que normalmente o prazo de construção dessas hidroelétricas não daria para entrar nesse prazo, são três, quatro, cinco anos no mínimo. E essas realmente ocorrem muitas vezes por falta de investimento ou por questão de meio ambiente, ou de garantias. São essas basicamente as três razões. Muitas vezes, como S. Ex^a disse, um grupo ganha, mas não tem os recursos; outras vezes não tem as garantias, e em terceiro, muitas vezes, naquele local, não se consegue, como o Deputado Zica falou... Para a termo acontece também para a hidro. A questão das perdas é também uma questão técnica que vamos mandar examinar.

A questão do Reluz, que é um programa importante na área da racionalização da demanda, vai ter continuidade. Existem alguns problemas em relação a distribuidoras que vamos procurar resolver para que possa caminhar mais rápido.

Em relação à Lei 20.905, estamos com esperança de que o Congresso aprove o mais rápido possível. Se não me engano, esta semana os líderes já deram prioridade. Não sei se o Deputado confirma. Mas a nossa idéia é que seja aprovada o mais rápido possível.

O aumento da PCH de 30 para 50 megawatts é uma questão técnica a discutir, porque, na verdade, vem a questão do PPA e das garantias do financiamento. No momento em que se aumenta o valor, aumentam-se também as condições de garantia, as dificuldades do PPA. Então tem que haver um equilíbrio entre, vamos supor, a facilidade e o valor do investimento, não se pode também... (Fora do microfone) Atualmente é até 30, S. Ex^a quer aumentar até 50. Essa é que é a idéia dele.

O SR. JUQUINHA – Sr. Ministro, posso falar um pouquinho? É que tem investidor sobrando para esse intervalo, entre o 30 e o 50. Esse modelo é usado pelos Estados Unidos, pela Europa inteira.

O SR. JOSÉ JORGE – Mas não está impedindo que ninguém faça uma hidrelétrica de 40, de 50. Ele apenas não é uma PCH e tem algumas dificuldades adicionais.

O SR. JUQUINHA – Pois é, mas aí vai dar uma mobilidade muito grande.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Perdão, Sr. Ministro, entendi a colocação posta pelo Deputado Juquinha, é que a PCH tem zero de outorga onerosa e a transmissão também é sem ônus até 30 megawatts. Então, se elevarmos até 50, isso ajuda na viabilização de usinas desse porte.

O SR. JOSÉ JORGE – Sem dúvida. Concorro que ajuda na viabilização. Mas a autorização da Anel para um usina de 30 é mais simples, o meio ambiente é mais simples, o transporte do recurso é mais simples, o financiamento também é mais simples, a Eletrobrás fornece o PPA.

No momento em que eu elevar isso para 50, vai facilitar. Em compensação, é uma responsabilidade maior em relação ao tamanho, pois já é bem maior o de 50, mas vai ser analisado. E vamos levar em conta os seus argumentos.

O SR. JUQUINHA – Ministro, além disso, é entrar no lixo do ONS, no mercado atacadista de energia. Mudando o PCH de 30 para 50, já teríamos um potencial muito grande. Na verdade, estou querendo ajudar.

O SR. JOSÉ JORGE – Agilizar. A questão do Deputado Salatiel, na realidade, subdivide-se em três: em primeiro lugar, a questão do PPA para as térmicas. Na realidade, estamos preparando uma filosofia geral para o fornecimento de PPA pelas estatais, porque é a mesma coisa: tem o lado positivo e o lado negativo. O lado positivo é que você agiliza a construção pelo setor privado; o lado negativo é que você compromete o futuro quando concede um PPA por 15 anos, que é o prazo normal que se dá a um PPA. Então, tem que ter uma política de fornecimento desses PPAs.

A usina do Bongi já está em processo de restauração, e vai ser realocada. A questão da licitação é uma questão de muita responsabilidade para quem trabalha no Governo. E a licitação, na realidade, foi a melhor maneira encontrada para que o Governo possa comprar as coisas. A medida provisória confere poder ao comitê para, em alguns casos, dispensar li-

citação. Mas a nossa idéia é que isso seja feito com o maior comedimento possível, para evitar que possamos ter problemas no futuro. E isso também para linha de transmissão, para geração, etc.

Em relação à questão da Senadora Heloísa Helena e a LDO... Na questão do orçamento, eu talvez pudesse dar três informações: em primeiro lugar, a partir de reuniões que tivemos com a Relatora, Deputada Lúcia Vânia, vamos incluir algumas afirmações na LDO em relação à prioridade para o setor de energia, tanto no Orçamento quanto no BNDES. Os recursos propriamente ditos vêm no Orçamento. Mas também vamos pedir uma suplementação em relação ao Orçamento deste ano, para garantir esses investimentos que serão feitos pelas estatais, e vamos apresentar um orçamento específico para o ano que vem. Essas são as três coisas que serão feitas. Com relação aos valores, vou fornecê-los posteriormente, já que ainda não os fechamos.

Na verdade, há uma coisa que talvez fosse importante esclarecer: desses 20 mil megawatts que falei, boa parte dele está sendo feita através de empresas privadas. As termelétricas, mesmo as hidrelétricas, das 20 hidrelétricas que estão em construção, somente uma é puramente estatal, que é Tucuruí, que está sendo ampliada; com relação às demais, algumas têm participação estatal, mas muitas são de iniciativa privada. E as termelétricas também, a maioria tem participação da Petrobrás com a iniciativa privada. A maioria das termoeletricas tem participação da Petrobras com a iniciativa privada. Mas a idéia é que essas participações da Eletrobrás ou de outra estatal sejam ampliadas e apareçam nos orçamentos.

Em relação ao que disse o Senador Carlos Patrocínio, a diferença de ter o pique e não ter energia, comparativamente, é como ter um automóvel e não ter a gasolina. Na realidade, no nosso caso, temos máquinas que poderiam gerar mais energia, como estão gerando hoje, porém, como não temos água, não temos combustível, não podemos gerá-la. Portanto, não adianta nada, por exemplo, ter um Mercedes-Benz e não ter gasolina para andar nele. É melhor ter um fusquinha com gasolina.

Esta é a diferença: estamos girando com 60 mil megawatts, no Brasil todo – porque tem uma parte que está fora do sistema, tem máquina em manutenção –, e estamos com um consumo no pico de 51 mil megawatts. Quer dizer, há uma folga de 9 mil megawatts, o que é confortável, pois não há o risco de o sistema cair na hora do pico. Li, ontem, uma matéria que dizia que, em Nova Iorque, o problema de energia é no pico. Eles têm 35 mil megawatts de giro e já têm

um consumo de 33 mil megawatts, e o verão está chegando. Na realidade, o nosso problema é outro.

Peço desculpas pela questão do convite. Eu de veria ter vindo aqui há duas semanas, mas a data coincidiu com a reunião de que participei com o Presidente e não pude vir. Depois foi feita essa reunião conjunta, e eu agradeço a oportunidade de estar aqui.

Quanto à pergunta do Senador Paulo Hartung em relação ao MAE, há pouco tempo, a Aneel, que fiscaliza o MAE, fez uma intervenção no órgão. Ele está sendo reestudado, para que se verifique qual o seu papel. Em relação a esse modelo, o que acontece é que o sistema só tem três anos de funcionamento, portanto, praticamente, não foi implantado. Temos que ter um pouco de cuidado na análise do sistema, para verificarmos, a médio e a longo prazos, quais serão as mudanças que deverão ser feitas neles, sem que seja a nossa primeira opinião. Todo mundo tem uma opinião e, geralmente, a opinião de cada um é certa, mas, normalmente, a melhor opinião é a do conjunto das pessoas que discutem.

Acho que esta Comissão e outras que estão sendo criadas em nível técnico, certamente, opinarão, e nós, do Governo, ouviremos o que for mais importante, para fazermos as modificações que devem ser feitas.

Em relação à questão do Senador Sebastião Rocha, foram feitos alguns investimentos numa boa parcela do Norte, que tinha uma situação bem mais difícil. Hoje, o Norte tem uma situação melhor do que a restante do País, e isso é ótimo.

A pergunta do Senador Paulo Souto sobre o problema de emergência, eu deixarei para o Ministro.

Na realidade, com relação ao problema de emergência, como eu disse, boa parte dos investimentos são do setor privado. Inclusive, na parte de hidrelétricas, só incluímos hidrelétricas já em construção; que são 20, porque as outras não alcançam o prazo de 2003. Em algumas delas, a Eletrobrás participa e poderá participar de outras para agilizar.

Em relação à questão do Deputado Luciano, nós já conversamos sobre isso quando estive na Câmara. Inclusive, já repassei essa informação para a Petrobras e vou passá-la novamente e vou cobrar sua resposta. Realmente, temos muita dificuldade com relação ao meio ambiente na localização dessas usinas em São Paulo. Uma delas, inclusive, vai ceder as turbinas para colocar na Usina de Santa Cruz. Lá se conseguiu autorização ambiental, mas o Ministério Público entrou na Justiça e cancelou a autorização.

Foi na de Cubatão. O Ministério Público cancelou, então, vai se fazer no Rio de Janeiro.

O SR. - Em Caioba, se for com o diário, eu vou entrar na Justiça para embargar por conta da questão da água.

O SR. JOSÉ JORGE – Então, é melhor fazer em outro lugar.

O Deputado João Caldas, em relação ao Programa Luz no Campo, apesar de ser um programa de aumento de demanda, mas é um programa que consome muito pouca energia, voltado para a população rural, não demandará nenhuma solução de continuidade, continuará.

Em relação ao Deputado Inácio Arruda, sobre a questão da suplementação, enviaremos a suplementação e o orçamento do ano que vem, dentro desse plano emergencial que será feito, e a ideia do Governo, como o Ministro Pedro Parente poderá falar, é a de que todos esses recursos sejam disponibilizados.

Como foi minha última resposta, agradeço a atenção de todos, e peço desculpas aos Senadores que chamei de Deputado e aos Deputados que chamei de Senador, e ao Ministro, que chamei de Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José de Alencar) – Agradecemos a participação do eminente Senador José Jorge, ilustre Ministro de Minas e Energia, e passamos agora a palavra ao eminente Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Obrigado, Sr. Presidente.

Indo também às questões, anotei aqui um item do Deputado Juquinha, que o Ministro José Jorge não respondeu. S. Ex.^a fez um comentário em relação ao fato de que as ações estão muito devagar, que a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica teria andado muito rápido, mas que isso não está chegando – digamos – aos escalões inferiores da estrutura.

Quero dizer que, nesse trabalho que o Ministro José Jorge está coordenando, identificaremos a ação, e acompanharemos todas, exatamente para evitar esse problema, e a medida provisória dá poderes para que a gente entre e inste a andar mais rápido, a superar obstáculos.

Há também a questão das concorrências que o Ministro José Jorge mencionou, quer dizer, a Câmara tem o poder de definir caráter de urgência a determinadas obras, mas, como S. Ex.^a mencionou, temos que fazer isso com muito cuidado.

Então, é um problema essa questão das ações, mas atuaremos objetivamente, olhando caso a caso

para que possamos ter uma ação não de uma ordem geral, que às vezes não funciona, mas olhar o ponto específico, onde está segurando, para que possamos avançar nessa linha.

O Deputado Salatiel Carvalho mencionou a questão do apagão descontrolado. Acho que essa é a nossa obrigação, evitar esse apagão descontrolado de qualquer forma. Quero dizer que, com relação ao Nordeste, não esperamos chegar aos 4,7, quer dizer, como dissemos, vamos estar acompanhando para que possamos adotar outras medidas, se a tendência se manifestar. O que esperamos é que essa tendência não se manifeste nessa direção para que possamos continuar com o programa de racionamento, tal como definido.

Também quero dizer que, em relação ao Nordeste – vi outras preocupações –, nossa primeira opção não será aumentar o percentual do racionamento. Então, quero deixar claro isso, que tentaremos buscar outras alternativas antes de discutir essa possibilidade, mas vamos fazer, de qualquer forma, em discussão com os Governadores do Nordeste.

Quanto aos demais itens, já falamos da simplificação dos processos...

O SR. SALATIEL CARVALHO – Ministro Pedro Parente, creio que a parte mais importante da minha intervenção foi exatamente a co-geração, e V. Ex.^a não falou nada sobre co-geração.

O SR. PEDRO PARENTE – Mas, quanto à co-geração, eu poderia ao Ministro José Jorge que pudesse falar, porque a ideia é de que haverá um apoio maciço para o programa de co-geração – só para mencionar, porque S. Ex.^a deu uma saída –, dentro desse programa que S. Ex.^a vai encaminhar para esta Comissão. Ali S. Ex.^a tem um programa que é detalhado por hidrelétricas, termelétricas, transmissão, terá também co-geração, terá SPC a gás, energia alternativa, então, haverá uma lista de programas para cada um desses e um reforço maciço para o programa de co-geração. Como é uma parte do programa, uma atribuição que está sob a responsabilidade do Ministro José Jorge, não comentei. Mas está dentro do programa, achamos que é fundamental, muito pode ser feito realmente em termos de co-geração, principalmente em termos de velocidade, quer dizer, é uma área onde muito rapidamente podemos ter retorno, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Co-geração e geração própria.

O SR. PEDRO PARENTE – É isso mesmo.

O SR. PEDRO PARENTE – Quanto à iluminação pública, continua o programa com estímulo. Creio que o Ministro José Jorge mencionou que não estamos modificando o programa de incentivo à iluminação pública, na realidade ele continua, e faz parte a idéia de que estimularemos a substituição das lâmpadas, e inclusive estamos discutindo, porque, como a regra saiu, diz para reduzir em 35% o consumo, o que permite que se faça a substituição das lâmpadas e mantenha o mesmo grau de luminosidade. Isso também estamos vendo.

À Senadora Heloísa Helena, uma questão da LDO, o Ministro José Jorge já respondeu. Fez a pergunta sobre a questão do prazo, discussão com os setores eletrointensivos. Há uma questão fundamental que é a definição de como é que fica a Região Norte. Tão logo seja concluído, que isso será feito muito rapidamente, também queremos concluir a discussão com os eletrointensivos rapidamente.

A questão do uso múltiplo de água, lembrar que foi criada Agência, Agência Nacional de Águas. Quer dizer, não é que não tenha sido feito nada. Essa Agência está cuidando dessa questão e eu não teria mais informações para dar neste momento, porque não conheço o tema.

Na parte de saúde e educação, geradores para saúde e educação, também foi criado um grupo cujo objetivo é olhar para esses setores essenciais, entre os quais se incluem hospitais e escolas. É um grupo coordenado pelo General Cardoso e o objetivo é exatamente que a gente tenha condição de preparar essas áreas para uma eventualidade de que queremos evitar de apagões. Ainda em relação à saúde, lembrar que o Ministro José Serra recentemente lançou um programa para a instalação de geradores em todos os hospitais acima de um determinado número de leitos, que não me recordo aqui, agora, mas isso também já foi trabalhado. Apenas dizer que o Governo está olhando essa questão com o General Cardoso para que a gente possa atender essas áreas prioritárias.

O Senador Paulo Hartung mencionou a questão da falta de um elo para o futuro. O Ministro José Jorge já mencionou a questão do modelo. Acho que é uma discussão necessária saber se é um problema do modelo ou se é um problema de implantação do modelo. Na parte do Governo Federal, do Poder Executivo, nós estamos fazendo aquela Comissão que está analisando essas questões, que é exatamente para a gente poder ter uma convicção com relação ao que fazer. Essa Comissão conclui os seus trabalhos em 60 dias a partir da data da sua implementação.

O Senador Sebastião Rocha mencionou a questão da importação dos geradores. Nós estamos olhando essas questões também. Temos uma preocupação que nos foi trazida, inclusive pela área sindical, de não permitir a importação de geradores que são fabricados no Brasil. Quer dizer, a idéia de não atrapalhar o consumo, quer dizer, a produção interna. Mas os geradores que não são fabricados no Brasil nós vamos estimular, inclusive mediante uma política tarifária.

Então o senhor fez um comentário sobre a questão do apagão eleitoral. Apenas dizer para o senhor que, com sinceridade, não faz parte das nossas preocupações. O nosso objetivo hoje é resolver esse problema, administrar essa situação que não é muito simples.

Senador Paulo Souto, ficou uma dúvida aqui, a questão da tarifa adicional. O que Governo fez foi de apenas dizer: quem cumprir meta não paga a tarifa. Portanto, as tarifas permanecem naquelas faixas: de duzentos a quinhentos e de quinhentos até o valor do consumo da conta. Se cumprir, não paga a tarifa adicional, mas se não cumprir a tarifa se aplica nessas faixas, conforme o estabelecido. Quer dizer, é um artigo simples na Medida Provisória dizendo: cumpriu a meta, não pagou a tarifa adicional.

O Deputado Luciano Zica, a questão dos eletrointensivos. Já mencionei que nós vamos aguardar a definição da situação na Região Norte. Eu não concordo que foram medidas inseguras e vacilantes. Penso que se a gente tivesse escutado e não tivesse alterado, nós estaríamos agora sendo criticados porque fomos insensíveis. É uma forma de ver. Acho que é muito melhor que a gente possa escutar. Alterar aquilo que a gente concordar, parece-me melhor do que sustentar uma posição apenas pelo orgulho de dizer que estava certo no início, não vou mudar, ainda que a gente seja tachado como inseguro e vacilante.

O SR. – Espero que isso valha para revisar o modelo também.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, com certeza. Apenas não podemos esperar que a gente tenha opiniões de consenso ou convergentes, mas sem dúvida nenhuma acho muito importante que no modelo para um setor tão importante a gente possa ter um debate muito amplo, porque não queremos repetir o problema. Ninguém quer. O Poder Executivo não quer. O Senhor Presidente não quer.

Quanto à retomada de investimentos das estatais, o Senador José Jorge já falou, espero que ele não se incomode de eu chamá-lo de Senador ou Ministro. Não houve, quer dizer, a questão dos investi-

mentos estatais quero mencionar que é muito pequena a diferença entre a demanda solicitada pelas estatais e o que foi autorizado nos orçamentos de investimento. Houve problema de realização. Todas essas questões devem ser discutidas, mas é fundamental...

O SR. – O problema da realização é em torno de 25%

O SR. PEDRO PARENTE – Sim, Deputado, mas o problema da realização não se refere à falta de autorização nem ao corte prévio. Há outras questões que precisam ser analisadas. Às vezes é problema de projeto, em fim há uma série de questões, mas não podemos – e esse é um ponto de vista do Governo – deixar de realizar os investimentos necessários. Isso nos parece fundamental. Temos um ponto de vista, e sei que alguns discordam, de que é melhor oferecer primeiro para o setor privado. Aqueles que não forem contemplados pelo setor privado, são fundamentais, devem ser feitos pelo Governo, ou seja, não há como ficarmos sem investimentos em setores como esse. Nesse ponto há uma concordância. Não podemos, sem dúvida alguma, ficar sem os investimentos que engargalam o País.

Com relação às termoeletricas, aprendi aqui com V. Ex^a ao comentar esse problema da água. É uma questão do Ministro José Jorge. Vou apenas anotar para conhecimento futuro, mas, realmente, como disse, é da área do Ministro José Jorge.

Deputado João Caldas, estamos de fato analisando o feriado nacional, mas colocando-o como uma medida complementar. Não é algo a ser adotado no programa de racionamento administrado.

O SR. JOÃO CALDAS – Ministro, apenas para uma contribuição. Do meu ponto de vista, se o feriado for nacional, perde a eficácia. Teria que ser regionalizado, ou seja, a cada dia da semana seria feriado em uma região. Dessa forma faria sentido na economia média de energia. Do contrário, não vamos reservar energia suficiente de um dia para o outro apenas com um feriado nacional. É uma preocupação que gostaria de expressar. Tenho ficado apreensivo com essa manifestação do feriado nacional, pois, do meu ponto de vista, não resolve e nem fica bem para um país que precisa se preocupar com a produção.

O SR. PEDRO PARENTE – Muito obrigado, Sr. Deputado. Sempre dizemos que quando recebemos uma sugestão, temos que analisá-la sob dois pontos de vista: primeiro, se atende ao objetivo de reduzir o consumo; segundo, suas repercussões na economia.

Anotamos também a questão do kit para os pobres, para ver como poderíamos viabilizar. Confesso que não tenho nada a dizer agora.

Para concluir, o Deputado Inácio Arruda referiu-se à questão dos trabalhadores. Já realizamos um encontro com a área sindical e vamos fazer um outro encontro. O Ministro Francisco Dornelles está agendando, mas é possível que seja na quinta-feira. Ainda não posso confirmar essa data. Tal encontro será exatamente para analisar problemas levantados pelas fábricas de lâmpadas. Estaremos, então, nos debruçando sobre essa questão na quinta-feira.

A questão dos investimentos, também levantada pelo Deputado Inácio Arruda, já foi abordada pelo Ministro José Jorge. Também falei há pouco sobre ela.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Ministro, faltou...

O SR. – Em relação a nossa sugestão, com quem o Governo poderia ver a possível criação de uma agência nacional de combustíveis renováveis? Quem seria o interlocutor que estabelecesse tecnologia, alguém com quem pudéssemos ao menos discutir ao menos a proposição?

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, sugiro em primeiro lugar, se V. Ex^a já tiver alguma documentação pronta, que a encaminhe. Creio que a melhor autoridade para conversar sobre combustíveis é o Ministério de Minas e Energia. Agora, essa é uma opinião apressada. Podemos analisá-la melhor. Se V. Ex^a quiser me encaminhar, garanto que analisaremos a proposta.

O SR. – Com certeza, Ministro. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Faltou um comentário de V. Ex^a sobre a pergunta do Deputado Inácio Arruda. Qual a posição do Governo sobre o mercado atacadista de energia? Hoje o preço do megawatts no Spot foi R\$684, o que significa que grandes fortunas vão se formar nesse processo. Pode vir a ser um processo de transferência de renda de grandes dimensões se o Governo não tiver a perspectiva adequada. O que o Governo está pensando efetivamente sobre isso? Mesmo que esteja funcionando há pouco tempo, mas é uma situação concreta de emergência.

O SR. PEDRO PARENTE – O mercado atacadista de energia, alguém mencionou, mas não lembro quem, começou a enfrentar problemas a partir da questão da energia de Angra II. É um tema que está sendo analisado. Não posso dizer, neste momento, “vamos suspender as atividades e aceitar essa proposta”, mas é um tema que tem que ser considerado

e avaliado pelo Governo, em função, inclusive, desse novo sistema de racionamento. Apesar de ser um tema de consideração e preocupação do Governo, não podemos, neste momento, anunciar nenhuma medida, sem nos debruçarmos sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Senadores e Srs. Deputados, cabe-me encerrar esta reunião ultraproveitosa. Antes, porém, gostaria de pedir a atenção de V. Ex^{as}, para dizer que há um paradoxo altamente positivo. Normalmente, apaga-se a luz para dormir, mas o chamado “apagão” está servindo para despertar o Brasil, especialmente o Governo.

Nós acabamos de ouvir do Sr. Ministro Pedro Parente que o Estado estará presente nos investimentos essenciais que não forem de interesse do setor privado. Isso já é um passo altamente positivo. Outra coisa que ouvimos, aqui, de ambos os Ministros – ou de um deles –, é que aquela preocupação com a administração absolutamente correta por meio da estabilidade monetária passa a ser um meio. A luta pela estabilidade monetária e também aquela concepção do próprio superávit primário passam a ser um meio, a fim de que haja recurso a ser aplicado em energia e em infra-estrutura, porque, do contrário, estaremos cuidando do caixa, sem nos preocuparmos com a administração do Brasil. Este, para mim, é o grande resultado positivo desta crise em que o Brasil se encontra.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h45min.)

Ata da 15ª Reunião (Extraordinária) realizada em 19 de junho de 2001 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia dezoito de junho de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) José Fogaça, Mauro Miranda, Nabor Júnior, Romeu Tuma, Paulo Souto, Carlos Patrocínio, Bello Parga, Arlindo Porto, Lindberg Cury, Ricardo Santos, Heloísa Helena, José Eduardo Dutra, Paulo Hartung, Valmir Amaral, Maguito Vilela, Jonas Pinheiro, Eduardo Siqueira Campos, Luiz Pontes, Emilia Fernandes, Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca e Marluce Pinto, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, Roberto Requião, Tasso Rosado, Teotônio Vilela, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião ante-

rior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado Nº 026, de 2001. Terminativo. Ementa: Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho. Autor: Senador Moreira Mendes. Relator: Senador Nabor Júnior. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado. Item Nº 02 – Projeto de Lei do Senado Nº 669, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Autor: Senador Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador Arlindo Porto. Relatório: Pela aprovação do projeto. Obs.: Projeto concedido vista ao Senador José Eduardo Dutra pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias, em reunião realizada 24.04.2001 que o devolve com voto em separado pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item Nº 03 – Projeto de Lei do Senado Nº 653, de 1999. Não Terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem. Autor: Senador Roberto Saturnino. Relatora: Senadora Heloísa Helena. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 04 – Projeto de Lei do Senado N.º 027, de 1996. Terminativo. Ementa: Cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências. Autor: Senador Edison Lobão. Relator: Senador José Eduardo Dutra. Relatório: Favorável na forma do substitutivo que apresenta. Retirado de pauta a pedido do relator. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. Item Nº 05 – Requerimento Nº 15, de 2001. Ementa: Nos termos do dispositivo nos incisos II e V, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, e § 2º do Art. 58 da Constituição Federal requer seja convocada Audiência Pública conjunta: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Infra-Estrutura, em data a ser agendada, devendo convidar os Senhores: Raul Jungmann, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Coordenador da Câmara Setorial Extraordinária de Conveniência com a Seca; Wagner Bittencourt de Oliveira, Secretário Especial do Ministro de Estado da Integração Nacional; Simão Cirineu, Ministro Interino da Integração Nacional; Volker Walter J. H. Kirchhoff, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a qual versará sobre o tema: “efeitos da Seca e o Planejamento de Ações Emergenciais e Estruturantes”, que viabilizarão o atendimento de curto, médio e longo prazos às populações dos Estados do Nordeste, do Espírito Santo e dos

Municípios da Região Norte e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, vitimadas pelo Fenômeno da Seca, no corrente ano. Autor: Senador Ricardo Santos. Resultado: Aprovado. Item Nº 06 – Requerimento Nº 16, de 2001. Ementa: Nos termos regimentais, solicito seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Infra-Estrutura com o objetivo de debatermos a política de gerenciamento dos recursos hídricos em face da crise energética, ante a possibilidade de colapso no fornecimento de água tratada para o consumo humano e de água destinada à produção agrícola e dessedentação de animais a mesma deverá contar com a presença do Dr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA. Autor: Senador Paulo Hartung. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quatorze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador José Alencar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Senadores, temos dezoito assinaturas de presença. Como estão acontecendo em outras Comissões reuniões importantes, estamos com a frequência reduzida. Mas vamos começar a nossa reunião.

O Item nº 1 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 026/2001, que é terminativo, altera a redação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho. O autor é o Senador Moreira Mendes e o Relator é o Senador Nabor Júnior.

Vamos tratar desse assunto e de outro, o Item nº 2, que é o Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, também terminativo, que altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

O autor é o Senador Juvêncio da Fonseca e o Relator é o Senador Arlindo Porto.

O Item nº 3 é o Projeto de Lei do Senado nº 653, não-terminativo, que altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre ordenamento do transporte aquaviário para redefinir as condições de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem. O autor é o Senador Roberto Saturnino e a Relatora é a Senadora Heloísa Helena.

O Item nº 4 é o Projeto de Lei do Senado nº 27, que é também terminativo, cria o Programa de Incen-

tivos de Energias Renováveis, e dá outras providências. O autor é o Senador Edison Lobão e o Relator é o Senador José Eduardo Dutra.

Há também o Requerimento nº 15, de 2001, assinado pelo Senador Ricardo Santos.

Gostaria muito que os Srs. Senadores que fazem parte da nossa Comissão de Serviços de Infra-Estrutura prestigiassem a nossa reunião de hoje, porque a pauta é muito rica, com assuntos de grande importância. Há alguns projetos que precisam da presença dos Srs. Senadores, por que são projetos terminativos.

Fizemos a distribuição da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da Ata permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a dispensa da leitura da Ata.

Vou permitir-me inverter a pauta.

O SR. – É o Item nº 1, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Não, o nº 1 é um projeto terminativo. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 26

V. Exª gostaria que nós começássemos pela ordem, pelo nº 1?

O SR. – Sim, porque o Sr. Relator está presente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos começar pelo nº 1 – Projeto de Lei do Senado nº 2001, terminativo.

Como já li a ementa, passo a palavra ao Relator, Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, destina-se a proposição a incluir o novo trecho rodoviário na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário nacional, parte integrante do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

O trecho em questão situa-se no Estado de Rondônia e liga a localidade de Vilena e Pimenteiras, passando por Colorado do Oeste e Cerejeiras.

A justificativa que apresenta, o autor do Projeto destaca a importância do trecho “praticamente a única via com razoáveis condições de trafegabilidade na região sul do Estado” para o desenvolvimento regional.

Vislumbra, a partir da cessão do trecho ao status de rodovia federal, a possibilidade de implantação de uma rede de vias alimentadoras capaz de melhorar a sensibilidade regional e criar condições para a integração do Estado com o restante do País.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

Análise. Com extremo na BR-364 e outro na fronteira com a Bolívia, a rodovia RO-399 caracteriza uma ligação estratégica para a segurança nacional e para a economia de Rondônia, com destaque para a região sul do Estado. No primeiro caso, enquadra-se a necessidade do controle do narcotráfico em região de fronteira, já que o trecho se estende até a localidade de Pimenteiras, situada à margem do Rio Guaporé, fronteira do Brasil com a Bolívia. No segundo desponta interesse econômico da ligação vital para o escoamento da produção, numa região que padece de isolamento, dada a baixa densidade da rede de transporte. Além disso, a região de Pimenteiras abriga coincidentemente o principal pólo de atração turística do Estado de Rondônia.

Admite-se assim que, nos termos da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, a ligação representada pela Rodovia Estatal RO-399 atende aos requisitos para a inclusão no Plano Nacional de Viação, mediante o que passaria a integrar o Sistema Rodoviário Federal. A sua inclusão no Sistema Rodoviário Federal significa concretamente a possibilidade de estruturação de uma rede de ligações rodoviárias a partir da BR-364, o principal eixo de transporte rodoviário presente no Estado de Rondônia.

Com isso, vislumbra-se a maior acessibilidade e integração com as duas regiões do País, dois fatores indispensáveis à promoção do desenvolvimento.

Fundamentada a justa preocupação social-econômica, nada foi encontrado que comprometa a constitucionalidade e a jurisdição da iniciativa, tão pouco a proposição necessita de reparos do ponto de vista de técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto votamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O parecer do eminente Senador Nabor Júnior é favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 26.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

É um Projeto terminativo, a votação deveria ser nominal, porém, considerando a importância do assunto, vamos levar a cada um dos membros da Comissão. Se estiverem de acordo e assinarem, será aprovado, senão, terá de voltar a uma próxima reunião.

O SR. ARLINDO PORTO – O meu voto é favorável.

O SR. – O meu voto é favorável também, Sr. Presidente. Eu acho que podemos dar uma atenção a uma região tão isolada do País. É necessário fortalecer o município de Rondônia. Os dados que estão aqui nós conhecemos, do Plano Nacional de Transporte. Creio que se encaixam perfeitamente, por isso votamos favoravelmente com muita tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência solicita à nossa assessoria que procure os membros da Comissão e obtenha a assinatura de todos; do contrário o Projeto volta à pauta da próxima reunião.

Item nº 2, Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, também terminativo. Altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Autor Senador Juvêncio da Fonseca e o Relator Senador Arlindo Porto, a quem passo a palavra.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, de autoria do ilustre Senador Juvêncio da Fonseca.

Esse projeto vem da Comissão de Infra-estrutura, onde foi aprovado e aprovado também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Altera o art. 20 da Lei 9.433, de 1997, que determina a cobrança do uso de recursos hídricos sujeitos à outorga, a saber aqueles relacionados com o art. 12 da mesma lei.

Dentre outros pontos, estão sujeitos à outorga do poder público:

I - A derivação ou captação de parcela de água existente em um corpo d'água para consumo final, inclusive o abastecimento público ou insumo de processo produtivo;

II - Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;

III - Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim da sua diluição, transporte ou disposição final;

IV - Aproveitamento do potencial hidroelétrico;

V - Outros usos que alterem o regime, quantidade e a qualidade da água existente em um corpo de água.

O parágrafo primeiro define que independem de outorga do poder público, conforme definido em regulamento:

I – Uso de recursos hídricos para satisfação das necessidades de pequenos núcleos habitacionais e populacionais distribuídos no meio rural;

II – As derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;

III – As acumulações de volume de água considerados insignificantes.

O objetivo do projeto é abrir uma exceção a essa cobrança no caso de dessedentação de animais, piscicultura em geral e pequena irrigação.

A principal justificativa é a proteção ao meio ambiente. Ao estimular o aproveitamento dos recursos hídricos fora dos corpos de água evita-se que rios e lagos sejam degradados pelo pisoteamento de animais e pela pesca profissional e amadora.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Em virtude disso, aponta o autor que se houver estímulo à dessedentação de animais fora dos rios e lagos não só se poderá evitar o ônus de levar os animais até esses cursos d'água como ainda haverá um benefício adicional em termos de preservação das margens desses corpos d'água. Os animais não mais pisotearão as matas ciliares para chegar à água, deixando, assim, de agravar a erosão dos barrancos, a contaminação e o assoreamento das águas.

A mesma justificativa o autor apresenta para aplicar-se à piscicultura. Se pudermos afastar os pescadores dos rios, atraindo-os para locais preparados para recebê-los, estaremos reduzindo a degradação da fauna aquática e das margens dos rios e dos lagos.

Da mesma forma, o autor, Senador Juvêncio da Fonseca, entende que a desoneração da irrigação, por sua vez, deverá estimular o aumento da produtividade das pequenas propriedades familiares, lembrando que essa isenção é apenas para pequenos produtores rurais, evitando-se a miséria dessas populações e o êxodo para a cidade.

Em decorrência do exposto, em se tratando de proposições que trarão benefícios sociais e ambientais, somos de parecer favorável à aprovação do PLS 669, de 1999, do nobre Senador Juvêncio da Fonseca. É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Senador Arlindo Porto apresenta o seu relatório favorável ao projeto. Acontece que foi concedida, no dia 24 de abril, vista desse projeto ao Senador José Eduardo Dutra. Agora S. Ex^a devolve com voto em separado pela rejeição do projeto.

Não estando presente o autor deste pedido de voto em separado, que é o Senador José Eduardo Dutra, penso que deveremos voltar com o projeto à pauta numa próxima reunião. Considerando que já foi lido o parecer, vamos, então, ouvir o Senador que apresenta esse voto em separado, e faço empenho ao Senador Arlindo Porto que esteja presente para que possamos discutir convenientemente a questão.

O SR. ARLINDO PORTO – Como chegou o autor do projeto, Senador Juvêncio da Fonseca, a minha posição é favorável à proposta de V. Ex^a. Não é justo que nós votemos, haja vista que existe divergência por parte de um Senador, não obstante já ter algum tempo e a sua presença seria necessária, conveniente, mas acho que é oportuna a proposta de V. Ex^a. Apenas seria de bom alvitre darmos oportunidade também ao autor do projeto para que se manifestasse. Da minha parte não há nenhuma objeção aguardarmos a presença do Senador José Eduardo Dutra, e seguramente, na próxima reunião, aqui estarei para continuar a determinação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Senador Juvêncio, no dia 24 de abril, o Senador José Eduardo Dutra pediu vistas desse projeto e apresentou agora um voto em separado pela rejeição do projeto. Então a sugestão é que, considerando a ausência do Senador José Eduardo Dutra, voltássemos com o projeto, ainda que o parecer do Relator Senador Arlindo Porto tenha sido favorável à sua aprovação, novamente à pauta na próxima reunião, tendo em vista a ausência do Senador José Eduardo Dutra. Se V. Ex^a estiver de acordo?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, estou de acordo, porque o projeto tem a sua significação muito forte. Os argumentos feitos pelo voto em separado são muito frágeis em razão dos fortes argumentos do projeto, e penso que ficaria até mais legítimo se nós realmente tivéssemos a presença do Senador José Eduardo Dutra, porque, assim, o debate seria mais elucidativo poderíamos decidir com mais segurança. Portanto, estou de acordo com o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Passamos ao Item 3. Projeto de Lei do Senado 653, de 1999. Não-terminativo. O autor é o Senador Roberto Saturnino e a Relatora é a Senadora Heloisa Helena, nenhum dos dois está presente. O projeto altera a Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior de cabotagem.

É pena. Teremos que passar para o Item 4, que também está com um pedido de retirada de pauta pelo próprio Relator, que é o Senador José Eduardo Dutra, que também está ausente.

Temos dois requerimentos.

O SR. EDISON LOBÃO – Sou autor do projeto do Item 4, que trata de energias renováveis, energias alternativas. Esse projeto foi apresentado já há alguns anos e tinha em vista exatamente procurar um caminho para esta situação que agora se configura de maneira lastimável para o País, que é a falta de energia.

Não quero dizer que se o meu projeto tivesse sido aprovado já há algum tempo esta situação teria sido evitada; não, isso não teria ocorrido. Porém estaríamos abrindo uma avenida nova para a solução de um grave problema brasileiro.

Lastimo, portanto, Sr. Presidente, que até este momento não tenhamos podido votar este projeto na Comissão de Infra-estrutura. Todavia, como o Relator pede a retirada do projeto já com o seu parecer apresentado, não temos outra alternativa a não ser, penso eu, aguardarmos a manifestação do ilustre Senador José Eduardo Dutra, na esperança, todavia, de que possa fazê-la com a devida urgência, para que se possa encaminhar esta matéria à Câmara dos Deputados, uma vez seja ela aprovada na Comissão e no plenário do Senado Federal. De outro modo, só haveria uma solução, que é pedir urgência, o que não desejo fazer, através do Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Como vê o eminente Senador Edison Lobão, que é o autor deste projeto que trata de incentivos às energias renováveis, e considerando a importância do assunto para a época que estamos vivendo, seria bom que o Senador José Eduardo Dutra pudesse apresentar o seu relatório o mais rapidamente possível, porque, com toda a razão, o Senador Edison Lobão, tendo em vista a urgência que exige, poderá levar ao Plenário em regime de urgência. Não teríamos como deixar de concordar com V. Ex^a. Mas vamos fazer um apelo ao Senador José Eduardo Dutra para que S. Ex^a possa trazer na próxima reunião, se Deus quiser, na próxima semana, já o seu parecer.

Item 5. Requerimento nº 15, de 2001.

Ementa: Nos termos do disposto dos incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal e do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requer seja convocada audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Infra-Estrutura, em data a ser agendada, devendo

convidar os Srs. Raul Jungmann, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Coordenadora da Câmara Setorial Extraordinária de Conveniência ou Convivência com a seca - acho que esse nome é Convivência com a Seca -, Wagner Bitencourt de Oliveira, Secretário Especial do Ministério de Estado da Integração Nacional, Simon Sirineu, Ministro Interino da Integração Nacional, Volker Walter Kirkov, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a qual versará sobre o tema “Efeitos da Seca e o Planejamento de Ações Emergenciais e Estruturais que viabilizarão o atendimento de curto, médio e longo prazo às populações dos Estados do Nordeste, do Espírito Santo e dos municípios da Região Norte e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, vitimadas pelo fenômeno da seca no corrente ano”.

O autor desse requerimento é o Senador Ricardo Santos. É um requerimento para a realização de audiência pública.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 6. Requerimento nº 16, de 2001. Assinado pelo Senador Paulo Hartung.

Ementa: Nos termos regimentais, solicito seja realizada audiência pública nesta Comissão de Infra-Estrutura, com o objetivo de debatermos a política de gerenciamento dos recursos hídricos, em face da crise energética, ante a possibilidade de colapso no fornecimento de água tratada para o consumo humano e de água destinada à produção agrícola e des-sedentação de animais. A mesma deverá contar com a presença do Dr. Gerson Kelman, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas.

Em discussão o requerimento assinado pelo Senador Paulo Hartung. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não temos mais nada na pauta, porém a Presidência pergunta aos Senadores se têm alguma informação a trazer ou algum comentário. Está livre a palavra.

Não havendo quem queira se utilizar dela, está terminada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h50min.)

Ata da 16ª Reunião (Extraordinária) realizada em 26 de junho de 2001 às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e seis de junho de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ ALENCAR, presentes os(as) Senhores(as) Senadores(as) Mauro Miranda, Nabor Júnior, Paulo Souto, Carlos Patrocínio, Bello Parga, Arlindo Porto, Lindberg Cury, Ricardo Santos, Leomar Quintanilha, Geraldo Cândido, Heloísa Helena, Valmir Amaral, Wellington Roberto, Maguito Vilela, Jonas Pinheiro, Emilia Fernandes, Paulo Hartung, Pedro Piva Juvêncio da Fonseca e Lúcio Alcântara, reúne-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Alberto Silva, José Fogaça, Roberto Requião, Tasso Rosado, Romeu Tuma, Teotônio Vilela, José Eduardo Dutra, e Ademir Andrade. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do Item nº 01 – Projeto de Lei do Senado Nº 669, de 1999. Terminativo. Ementa: Altera dispositivo da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Autor: Senador Juvêncio da Fonseca. Relator: Senador Arlindo Porto. Relatório: Pela aprovação do projeto. Obs.: Projeto concedido vista ao Senador José Eduardo Dutra pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias, em reunião realizada 24.04.2001 que o devolve com voto em separado pela rejeição do Projeto. Resultado: Aprovado o parecer do relator Senador Arlindo Porto, ficando prejudicado o voto em separado do Senador José Eduardo Dutra. Na fase de discussão da matéria não houve orador para discuti-la, passa-se a fase de votação, oportunidade em que o relatório do senhor relator foi aprovado, ficando prejudicado o voto em separado do Senhor Senador José Eduardo Dutra. Item Nº 02 – Projeto de Lei do Senado Nº 653, de 1999. Não Terminativo. Ementa: Altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem. Autor: Senador Roberto Saturnino. Relatora: Senadora Heloísa Helena. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado. Não havendo oradores para discutir a matéria a Presidência passa a votação da

mesma, ocasião em que foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Item 03 – Projeto de Lei do Senado Nº 027, de 1996. Terminativo. Ementa: Cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – PIER, e dá outras providências. Autor: Senador Edison Lobão. Relator: Senador José Eduardo Dutra. Relatório: Favorável na forma do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado. Foi apresentado requerimento nº 17, de 2001, do Senhor Senador Nabor Junior, no qual nos termos regimentais solicita dispensa de interstício para a votação da matéria em turno suplementar. A Presidência coloca o referido requerimento para a deliberação do plenário, oportunidade em que foi aprovado por unanimidade. Turno Suplementar: Na discussão suplementar não foram oferecidas emendas, ocasião em que o projeto é dado como adotado. Resultado: aprovado em Turno Suplementar. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quatorze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador José Alencar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há aqui algumas correspondências de que vou dar notícia enquanto aguardamos um pouco, porque temos dois itens terminativos na pauta de hoje e um não-terminativo. Mesmo assim, em um deles, que é o item 1, foi pedida vista, na reunião do dia 24 de abril, pelo Senador José Eduardo Dutra, que devolve com voto em separado, pela rejeição desse item. O item 1 é de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca e tem como Relator o Senador Arlindo Porto. Ambos estão na Casa, mas há esse voto em separado pela rejeição, e estamos recebendo notícia de que o Senador José Eduardo Dutra está com problema de saúde e provavelmente não poderá comparecer.

O item 2 é não-terminativo. Trata-se de um projeto de autoria do Senador Roberto Saturnino, cuja Relatora é a Senadora Heloísa Helena. Podemos tratar dele hoje.

O item 3 também é terminativo. Cuida-se de projeto de autoria do Senador Edison Lobão cujo Relator é o Senador José Eduardo Dutra. Como está presente o Senador Geraldo Cândido, que é do mesmo Partido, provavelmente S. Exª poderá ler o relatório.

Há umas correspondências aqui que vou ler para dar conhecimento à Casa. Uma delas é do Dire-

tor do Instituto Latino Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social – ILPES –, Dr. Fernando Albavera, convidando os membros da Comissão para participar da V Conferência Interparlamentar de Minério e Energia para a América Latina, a se realizar em Santiago, Chile, nos dias 18 a 20 de julho. Os Srs. Senadores que tiverem interesse em participar do referido evento se manifestem o mais breve possível e entrem em contato com a Secretaria da Comissão para maiores informações. Solicito à Assessoria da Casa que faça chegar essa correspondência a todos os membros da Comissão.

Também tenho uma correspondência do Sr. Mário Santos, Diretor-Presidente do Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, agradecendo a receptividade que teve nesta Comissão por ocasião de sua palestra em reunião anterior, colocando-se ao inteiro dispor para futuras informações a respeito da atual crise energética e encaminhando à Presidência cópia de documentos relativos ao atual cenário da passagem operativa do sistema interligado nacional. O Dr. Mário Santos – todos se lembram quando ele aqui esteve – deu informações muito precisas a respeito da sua área, que é o ONS.

Também há uma correspondência do Presidente da Petrobras, Henri Reichstul, encaminhando à Presidência da Comissão, o relatório final da comissão de sindicância do acidente da plataforma P-36, ocorrido em 15 de março de 2001. O documento foi encaminhado ao Presidente e ao Relator da Subcomissão temporária, que está examinando o referido assunto. Essa Subcomissão tem como Presidente o Senador Geraldo Cândido, que já deve ter recebido o relatório da Petrobras. Esse relatório foi também amplamente divulgado pela imprensa, inclusive pela televisão, com gráficos, um relatório técnico. A única coisa que não ficou devidamente esclarecida nele é a questão ligada àquela indagação que se faz a respeito do excesso de terceirização de serviços por essa companhia, porque são serviços que exigem treinamento e qualificação profissional e até mesmo engajamento maior do trabalhador com a filosofia da empresa. No Brasil, passou a ocorrer muito a prática da terceirização, e muitas dessas terceirizações são feitas até sem se fazer conta se são mais econômicas ou não para as empresas. É muito comum chegar por exemplo um técnico nas empresas privadas e fazer uma das perguntas mágicas “você já está terceirizando?” Trata-se de um modismo nacional.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Quero justamente falar sobre a questão da Petrobras e da P-36. Criamos a Subcomissão Temporária da Comissão Permanente de Infra-Estrutura com o objetivo principal de acompanhar os trabalhos de investigação do acidente da P-36. Inclusive, a Subcomissão tinha como meta fazer uma visita à região onde ocorreu o acidente, na bacia de Macaé, Campos, além de avaliar o relatório da Petrobras e de outras entidades, como o CREA-RJ, a Aepet, o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, o relatório da Federação Única dos Petroleiros, a FUP. Pretendíamos juntar todos esses documentos e elaborar um relatório conclusivo sobre as causas do acidente. Esses documentos foram-nos entregues. Enviamos um ofício a essas entidades, que nos responderam, enviando os ofícios correspondentes. Encaminhamos toda a documentação ao Relator, Senador Gerson Camata.

Precisamos decidir se vamos ou não fazer uma visita ao local. Poderíamos formar uma comissão composta por dois, três ou quatro Senadores da Subcomissão Temporária para visitar o local do acidente. Continua havendo problemas no local. Vez por outra, há vazamentos na região. Precisamos também visitar uma plataforma em operação. Tenho informações de que existem problemas com plataformas que estão operando hoje na região de Macaé. O pessoal do Sindicato dos Petroleiros tem informado que há problemas na região e que seria bom fazermos uma visita ao local. Dizem que, infelizmente, pode ocorrer outro acidente, não tão grave quanto o da P-36, mas qualquer acidente é complicado, pois representa prejuízo para o meio ambiente e vazamento de óleo, de diesel, de gasolina, de petróleo e de outros produtos. Muitas vezes ocorrem mortes de trabalhadores.

A Comissão da Câmara dos Deputados já foi várias vezes visitar a região e, nesta semana, vai novamente ao local.

O relatório final da Petrobras foi divulgado nesta semana, e o Presidente da ANP, Dr. David Zylbersztajn, disse que havia problemas muito graves, que alguém teria de ser responsabilizado pelos fatos que levaram ao acidente do aprofundamento da plataforma.

O problema não é só a terceirização. Esse pode ser um dos fatores, mas há outros que levaram ao acidente, como erro no projeto, avaliação errada, inspeção mal feita, operadores da plataforma mal treinados. Enfim, toda uma sequência de erros levou ao acidente.

Portanto, é importante que o Senado e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura assumam também a sua responsabilidade, acompanhando de perto esses trabalhos, assim como está fazendo a Comissão da Câmara dos Deputados.

Os problemas da Petrobras não se referem somente ao vazamento de óleo, ao afundamento da P-36. A empresa continua tendo problemas, continuam ocorrendo vazamentos, como aquele que ocorreu há duas semanas em São Paulo, num condomínio em Barueri, onde estourou um duto e houve vazamento de óleo. Na semana passada, houve também uma explosão de um duto de gás GLP. Isso poderia ter causado um acidente como aquele que houve na Vila Socó, numa explosão que matou dezenas de pessoas. Essas são coisas muito graves, e temos de estar atentos a isso, pois é também responsabilidade da Comissão de Infra-Estrutura acompanhar e investigar esses fatos, principalmente aqueles ligados à Petrobras.

Portanto, gostaríamos que os membros da Subcomissão tomassem hoje uma decisão sobre a visita ao local. Até porque a Petrobras precisa organizar, agendar a visita ao lugar do acidente.

Era essa a proposta que eu queria deixar à Comissão; ou seja, decidir ao final dos trabalhos a questão da visita à Bacia de Campos, a Macaé.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O eminente Senador Geraldo Cândido é o Presidente da Comissão Temporária que foi constituída justamente para acompanhar o problema da P-36 e, obviamente, os problemas ligados à Bacia de Campos, a Macaé. Agora o Senador traz a notícia de que há outros problemas de vazamentos, etc.

Gostaria que toda essa orientação sobre a visita fosse feita através da Comissão Temporária presidida por V. Ex^a. Vou pedir à Secretaria da Casa que faça uma recomendação, assinada por mim e por V. Ex^a, a todos os membros da Comissão, convidando-os para essa visita. Seria bom que o compromisso fosse marcado antes com a Petrobras. Considerando o fato de V. Ex^a ser o Presidente desta Comissão específica, talvez fosse bom que marcássemos a data. Nós vamos nos empenhar junto aos membros da Comissão como um todo, Permanente ou Temporária, porque todos aqueles que quiserem participar dessa visita poderão fazê-lo.

Sugiro que isso seja feito dessa forma.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Concorde com V. Ex^a, mas, quando comunicamos a qualquer órgão ou entidade que vamos fazer uma visita, a entidade

se prepara para receber determinado número de visitantes. Isso porque é preciso organizar infra-estrutura para dar apoio, por exemplo, no caso de deslocamento de pessoas até o local do acidente, etc.

Portanto, temos que enviar um ofício à Petrobras, comunicando que no dia tal irão estar lá presentes tantos Senadores, a fim de que a empresa possa preparar-se para receber essa visita.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Podemos primeiro fazer a correspondência para todos os membros da Comissão ou fazer isso aqui, agora, poderíamos até definir isso.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Acho que deveríamos decidir.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, se V. Ex^a tiver concluído esse assunto, gostaria de tratar de outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos concluir esse primeiro.

Vou colocar a proposta de V. Ex^a, Senador Geraldo Cândido, em votação.

Os companheiros que estiverem de acordo em participar de uma visita às instalações da Petrobras, na Bacia de Campos e Macaé, poderão entrar em contato com a nossa Secretaria. Nós faremos o contato com a Petrobras para marcar a data e informar o número e o nome de cada um dos Senadores que participarão dessa comitiva.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, desejo pedir a inversão da pauta, de tal sorte que o item 3 passe a ser o 1º, até porque me parece que o Relator e o autor do item 1 não se encontram presentes, assim como, também, do item 2. Seria uma inversão natural.

V. Ex^a admite a possibilidade de pedir ao Senador Geraldo Cândido que leia o parecer do Relator Dutra, que não se encontra presente?

Essa é a solicitação que faço.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Senador Edison Lobão pede a inversão da pauta, a fim de que ela seja iniciada pelo item 3, cujo projeto é de sua autoria, e o Relator é o Senador José Eduardo Dutra. O Senador Edison Lobão sugere que, sendo o Senador Geraldo Cândido do mesmo partido do Senador José Eduardo Dutra, proceda à leitura do relatório, se estiver de acordo.

Senador Geraldo Cândido, V. Ex^a concorda?
Está invertida a pauta.

Vamos tratar do item 3, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis, Pier, e dá outras providências. O projeto é de autoria do Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido, em substituição ao Senador José Eduardo Dutra, para leitura do relatório.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{es} Senadores, vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o Projeto de Lei do Senado nº 27/96, de autoria do Senador Edison Lobão, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis, Pier, e dá outras providências, visando a promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaicas e eólica.

O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, e Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, nesta última, com três emendas. O Pier tem como objetivo assimilar a produção e utilização das fontes de energias renováveis, incentivando o estabelecimento de cooperativas, produtores e usuários dessas energias. O programa será financiado com recursos orçamentários próprios, de empréstimos da Reserva Global da Reversão, RGR, e recursos provenientes da privatização de empresas de energia elétrica.

O art. 3º do projeto determina que a gestão dos recursos do Pier seja feita por um conselho diretor integrado por doze membros, sendo metade oriunda da indicação do Poder Executivo e a outra metade de representantes da sociedade civil. A destinação dos recursos é especificada em distintos percentuais. No art. 4º, é dada prioridade aos investimentos em pesquisa para desenvolvimento do uso dessas energias renováveis, em projetos destinados aos sistemas isolados de pequeno porte e projetos associados a habitações populares. O programa terá apoio técnico do BNDES e contará com esse mesmo banco como agente financeiro.

Em sua justificção, o autor do projeto ressalta que o modelo de expansão do setor elétrico brasileiro, baseado em grandes investimentos estatais, apresenta nítidos sinais de exaustão. O planejamento centralizado, voltado prioritariamente para o atendimento das grandes demandas, falhou sob o aspecto social, deixando milhões de brasileiros sem os benefícios propiciados pela eletricidade.

O uso de energia solar, por sua vez, pode melhorar significativamente as condições econômicas e

sociais de parcela significativa da população e contribuir para a diminuição dos desníveis regionais. Para um País com tamanha abundância de energia solar, não faz sentido relegar ao descaso uma fonte energética que tem um impacto ambiental muito abaixo e que pode ser usada em regiões isoladas e carentes.

O texto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos introduz alterações ao projeto original: reduz de 40 para 2 o percentual de recursos da RGR a serem destinados ao Pier. Também elimina o dispositivo que assegurava ao programa recursos oriundos da privatização de empresas do setor elétrico. Pretende-se, com essa alteração, evitar que recursos que estão sendo aplicados em outros programas de expansão do setor elétrico sejam repentinamente desviados para o Pier, prejudicando programas prioritários já em andamento. Foi também aprovada a emenda que obriga a aplicação de pelo menos metade dos recursos do Pier (Pier Program Area Notices) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É o relatório.

Voto.

O projeto em análise não poderia vir em melhor hora. O País enfrenta grave crise do setor elétrico. A sociedade está aos poucos tomando consciência da gravidade do problema, e portanto toda iniciativa voltada a estimular a geração de energia por meio de fontes energéticas com menor impacto ambiental e que venham a suprir as necessidades das comunidades mais distantes merecem apoio nesta Casa.

Aspecto positivo do Pier está em fortalecer e apoiar o trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - Prodem, prevendo o estabelecimento de cooperativas de produtores e usuários de energias já mencionadas, termossolar, fotovoltaica e eólica, pode-se afirmar que a utilização das fontes de energia renováveis traduz a essência do Pier. Suas fontes principais são os recursos orçamentários próprios, aqueles oriundos do empréstimo da reserva global de reversão – RGR. Merece destaque o apoio do BNDES, que atuará também como agente financeiro.

O substitutivo que oferecemos encontra justificativa nos seguintes aspectos:

1) a eletricidade é também considerada como fonte de energia renovável. Entretanto, todos os países, até mesmo os que formam a União Européia, consideram que apenas as pequenas centrais hidroelétricas – PCHs – devem ter o mesmo tratamento de energia produzida a partir de fonte solar e eólica, excluindo-se portanto as usinas hidroelétricas de médio e

grande porte que já possuem economia de escala suficiente para a dispensa de programas de fomento.

Assim, propõe-se a inclusão dos PCHs no projeto (art. 1º e incisos);

2) no artigo 2º propomos duas correções fundamentais: a primeira é a substituição da “denominação” por “de reversão”, pois a reserva global de garantia foi extinta pela Lei nº 8.631, de 1993. A segunda, quanto a um equívoco na referência ao Decreto nº 41.019, de 1957, como instituidor do RGR. No mesmo artigo propomos a inclusão de permissionários pelo fato de esses também prestarem um serviço público e contribuir para a RGR (ver art. 13 da Lei nº 9.427, de 1996, lei da criação da Aneel);

3) no art. 3º, além das referências aos permissionários, às pequenas centrais hidrelétricas, cuidou-se de garantir que os conselheiros não sejam remunerados por sua atuação no Conselho do Pier;

4) no art. 4º, além das referências aos permissionários, às pequenas centrais hidrelétricas - PCHs, fez-se referência específica ao produtor independente da energia elétrica, que são os agentes autorizados pela Aneel a construir tais centrais.

Propõe-se, no §6º, a substituição de referência genérica a órgãos competentes por Aneel;

5) No art. 6º propõe-se a inclusão de dois parágrafos que apresentam uma solução para o atual impedimento da concessão de financiamento pelo BNDES para empreendimentos de fontes renováveis, a concessão de garantias pelo mutuário. Assim na forma disposta nos §§ 1º e 2º as garantias pessoais oferecidas pelo empreendedor restringem-se aos direitos emergentes decorrentes do ato administrativo de “autorização” da Aneel, que possui conteúdo econômico intrínseco, bem como garantias reais que vinculem os títulos de propriedade relativos a terrenos adquiridos e servidões instituídas em razão do empreendimento.

6) Propõe-se nos arts. 7º e 8º uma solução para o problema relacionado com o desenvolvimento de fontes renováveis, a forma de venda da energia produzida pelos empreendimentos, pois nas condições atuais os potenciais produtores de energia solar, eólica ou elétrica oriunda das pequenas centrais hidrelétricas não têm como comercializar energia que se propõe a produzir. Com os artigos propostos, os atuais concessionários e permissionários farão a distribuição e comercialização da energia produzida por fontes renováveis, restando uma margem de comercialização não superior a 20% da tarifa de venda ao con-

sumidor final, garantindo, assim, a colocação de toda a energia produzida.

A Aneel regulamentará as relações comerciais até mesmo o contrato mercantil entre concessionários e permissionários de agentes produtores.

E, por fim, no art. 9º, originalmente 7º, propõe-se a inclusão da expressão “sem prejuízo das atualizações subsequentes”, pois da forma como está redigido o artigo, os conselhos que sucederem à primeira formação do conselho diretor não poderão fazer qualquer alteração no regulamento das aplicações do Fundo. Todavia, por se tratar de tema extremamente dinâmico e considerando os anos de tramitação do projeto que teve início em 1º de março de 1996, entendemos que as alterações propostas deverão ser incorporadas à proposição original, contemplada na forma de um substitutivo ao projeto, a seguir oferecido à análise das Srªs e dos Srs. Senadores membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Esse é o voto, com o substitutivo que apresento.

Pergunto ao Sr. Presidente se é necessária a leitura do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Senador Geraldo Cândido acaba de ler o relatório, e há, em anexo, o substitutivo ao projeto. Pergunto se V. Exª vai ler o substitutivo.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Se os Srs. Senadores julgarem importante a leitura, posso fazê-la. O autor do projeto é o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Penso que pode ser dispensada a leitura do substitutivo, porque já é do conhecimento de todos os Srs. Senadores e porque, na verdade, ele faz uma adaptação correta no que deveria ser feito pelo fato de ser um projeto antigo, de cinco anos, e não alterar muito o projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Em discussão, o substitutivo.

O SR. EDISON LOBÃO – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, este é um programa proposto por mim em 1996, portanto há cinco anos. Eu imaginava àquela época criá-lo com a contribuição dos Srs. Senadores e, mais tarde, dos Srs. Deputados, exatamente para prevenir situações como essas a que estamos submetidos hoje.

Estamos vivendo um dos maiores dramas da vida econômica e social do Brasil, cujo ápice ainda não chegou. Tivéssemos nós nos apressado com a votação de uma iniciativa dessa natureza - e não fui o

único a tê-la -, e seguramente teríamos não resolvido completamente, não contornado, mas seguramente minimizado as conseqüências da crise que estamos enfrentando.

O projeto foi examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido considerado constitucional, legal, jurídico, e, em seguida, pela Comissão de Assuntos Econômicos e agora por esta Comissão de Infra-Estrutura.

O Senador José Eduardo Dutra estudou-o profundamente, valeu-se de assessores técnicos para o exame do seu trabalho. Ou viu o Ministério de Minas e Energia, consultou a Aneel e chegou a este substitutivo, que a mim me parece correto pelo fato de atualizar os dispositivos da lei proposta em 1996. A Aneel, por exemplo, não existia àquela época. Depois de apresentado o projeto, passou ela a existir com funções novas, algumas das quais poderiam até substituir o que está no projeto. Portanto, entendendo que o substitutivo do Relator veio no sentido de melhorar, ampliar e adaptar as novas leis em vigor.

Estou, portanto, Sr. Presidente, inteiramente de acordo com o substitutivo em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Está em discussão.

O eminente Senador Edison Lobão, autor do projeto, declara que aceita os termos do substitutivo na forma em que estão postos, tendo em vista que o substitutivo, pelas informações que acabam de ser dadas por S. Ex^a, enriquece o projeto e, naturalmente, amplia algumas questões importantes, haja vista o tempo durante o qual o projeto tramita na Casa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

É verdade que esse projeto deveria ser votado em segundo turno, com interstício. Então, talvez devêssemos aprovar antes um requerimento, ainda que verbal, para se dispensar o interstício, e o votaremos hoje.

Algum dos Srs. Senadores poderia propor tal procedimento, pois não sei se a Presidência poderia fazê-lo.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, a proposta de dispensa do interstício se dará de pois da votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – De qualquer maneira, ele teria que ser votado na próxima reunião. Então, deve haver dispensa do interstício.

Vamos, então, votar em primeiro turno e, depois, pedir a dispensa do interstício.

Em votação.

As Sr^{tes} e os Srs. Senadores favoráveis a sua aprovação queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, tendo em vista a importância desse projeto de autoria do Senador Edison Lobão, eu pediria à Mesa que dispensasse o interstício da segunda votação para que o projeto fosse imediatamente encaminhado ao Plenário para votação dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Em discussão, a proposta de dispensa do interstício para votação em segundo turno.

As Sr^{tes} e os Srs. Senadores favoráveis a sua aprovação queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Novamente, em votação o projeto, em segundo turno.

As Sr^{tes} e os Srs. Senadores favoráveis a sua aprovação queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, portanto, o substitutivo do projeto que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis – Pier, e dá outras providências.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, o primeiro item é terminativo. Chegou o Relator, o Senador Arlindo Porto, que já leu seu relatório. Houve pedido de vista do Senador José Eduardo Dutra, que foi concedida, e temos um voto em separado pedindo a rejeição do projeto.

Já houve, inclusive, uma reunião, à qual o Senador José Eduardo Dutra não compareceu. Adiamos para hoje. Acontece a segunda reunião, e S. Ex^a não se encontra novamente presente.

Então, da mesma forma como aconteceu com o projeto anterior, proponho – se for possível – que o Senador Geraldo Cândido leia o voto em separado, para que possamos ter oportunidade de votação desse projeto hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência consulta o Senador Geraldo Cândido se está de acordo com a proposta feita pelo Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, encontra-se em exame nesta Comissão de Serviços e Infra-Estrutura o Projeto de Lei do Senado nº 669, de 1999, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que acrescenta três incisos ao art. 20 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1967, que institui a política nacional de recursos hídricos.

O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, não tendo recebido emendas naquela Comissão.

O objeto da alteração proposta no art. 20 da Lei nº 9.433 é abrir uma exceção à cobrança pelo uso de recursos hídricos sujeitos a outorga, nos termos do art. 12 desta mesma lei.

Da mesma forma, na Comissão de Infra-Estrutura não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

Análise.

A despeito da oportunidade da proposição e dos benefícios sociais e ambientais advindos da sua aprovação, trazemos à reflexão dos nobres Senadores alguns aspectos que consideramos básicos à deliberação do projeto.

A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, é considerada pelos especialistas da área de recursos hídricos, se não a mais importante, certamente aquela que é a legislação base para análise dos principais aspectos relativos aos recursos hídricos do País.

Como já mencionado, o objetivo do projeto é alterar o art. 20 desta lei.

Nesse aspecto, toda e qualquer alteração em sua estrutura deve estar muito bem discutida quanto às suas consequências.

A inclusão de exceções como a pretendida pelo Senador Juvêncio da Fonseca, a despeito dos mais nobres objetivos e do aparente alcance social da medida, deverá considerar os seguintes aspectos:

1) A dessedentação de animais pretendida vai ao encontro da atividade de regulamentação e aplicação da Lei nº 9.433 por parte da autoridade competente, ao passo que se estimula a preservação das margens desses corpos d'água. Como advoga o Senador Arlindo Porto, Relator do projeto na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a medida dá tratamento igual aos desiguais. Não há como confundir um agricultor, proprietário de um cavalo e uma rês e um outro proprietário ou pecuarista de tamanho indefinido no projeto, que pode ter um número bem maior de animais. Esse, sim, em princípio, nocivo aos corpos d'água.

O mesmo raciocínio é válido no caso do inciso II - piscicultura em geral. Enquanto o autor fala nos casos de uso por derivação ou captação, em que os recursos hídricos são lançados de volta ao corpo d'água originário logo após sua utilização, o Relator tratou do assunto como se fosse o caso de afastar os pescadores dos rios, atraindo-os para locais preparados para recebê-los.

Não resta dúvida de que a solução para a preservação pretendida passa muito mais por uma questão de educação ambiental, uma decisão de trocar o socioambientalismo, este o mais adequado, por medidas simplesmente conservacionistas ou até mesmo preservacionistas.

E, por fim, o inciso III trata da ideia de desonerar a irrigação de pequenas propriedades não superiores a dois módulos de parcelamento por propriedade.

Parece-nos adequado considerar que tais procedimentos, conforme defendemos quando da aprovação da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, lei de criação da Agência Nacional das Águas – ANA -, deveriam estar sob o gerenciamento dos comitês de bacias, pois é impossível normatizar tal desoneração como se no País tivéssemos uma situação apenas. Ao contrário, as heterogeneidades se fazem presentes nas diversas microrregiões do País.

Por fim, cumpre ressaltar que a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, já estabelece em seu art. 4º, incisos II e XII:

“Art. 4º: A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes, instrumentos da política nacional de recursos hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, cabendo-lhe:

(...)

II - disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalidade e controle e avaliação dos instrumentos de política nacional de recursos hídricos;”

Na mesma linha de raciocínio, em razão da justificação do autor de que entre os seus objetivos está o de estimular o aproveitamento de recursos hídricos fora dos corpos d'água, cumpre destacar o que de fato a mesma Lei nº 9.984 em seu art. 4º, inciso XII.

“XII - Definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas.”

À vista do exposto e naturalmente por uma questão de coerência dos Srs. Senadores que votaram favoravelmente à criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entendemos que o posicionamento a ser assumido neste momento deva considerar que qualquer alteração na Lei nº 9.433, que institui a política nacional de recursos hídricos como à luz da existência da agência criada em 17 de julho de 2000, entidade que tem por finalidade disciplinar esta mesma política.

Assim, a despeito das elogiáveis intenções do autor, mas baseado no fato de que a proposição trata de matéria contemplada nas atribuições da Agência Nacional de Águas - ANA, manifestamos nosso posicionamento pela rejeição do PLS nº 669, de 1999.

Portanto, o voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Acaba de ser lido pelo Senador Geraldo Cândido o voto em separado, de autoria do Senador José Eduardo Dutra. Assim foi feito, tendo em vista a ausência, já na segunda reunião, do eminente Senador José Eduardo Dutra e, para que não houvesse qualquer prejuízo da proposta feita por S. Ex^a, foi indicada pelo próprio autor do projeto, Senador Juvêncio da Fonseca, o Senador Geraldo Cândido, do Partido do Senador José Eduardo Dutra, para leitura.

Em discussão, o projeto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARLINDO PORTO – Primeiramente, com todo respeito ao voto em separado do Senador José Eduardo Dutra, representado pelo Senador Geraldo Cândido, naturalmente, em função da análise que fizemos, num primeiro momento, do projeto de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, e, depois, do voto em separado, quero ratificar os termos do meu parecer.

O projeto do Senador Juvêncio da Fonseca tem uma função social que deve ser encarada com seriedade, qual seja a de preservar o meio ambiente e gerar oportunidade de renda, especialmente para os pequenos produtores. Tem preocupação, ainda, com a dessedentação de animais, o que, seguramente, evitará ou reduzirá a presença de animais nas margens dos rios, mantendo as matas ciliares, ponto fundamental para a preservação dos nossos rios, tão combatidos atualmente.

O segundo item que S. Ex^a levanta como exceção é a piscicultura.

Não há dúvida de que a cada momento e a cada ano observamos a redução do número de peixes em nossos rios. Por mais que tenhamos a intenção – e é louvável a intenção do Senador José Eduardo Dutra – de fazer uma política de conscientização da população. Entendo que devemos, sim, manter a conscientização da população, devemos orientá-la, mas se estimularmos a instalação de criatórios de peixes estaremos, sim, preservando as espécies e dando oportunidade de que a atividade de pesca, quer seja como diletantismo, como lazer ou como atividade profissional, seja preservada, aumentando a piscicultura em espaços definidos. Sabemos que essas águas novamente voltarão aos cursos d'água.

O terceiro ponto refere-se à pequena irrigação. A discussão de sua importância seria desnecessária neste momento. Trata-se de uma atividade que caminha como alternativa de renda para o produtor, como uma solução de competitividade dos produtores brasileiros com produtores de outros países, especialmente se focalizarmos a irrigação na fruticultura, setor em que concorreremos de perto com o Chile. Sem irrigação seria impossível concorrermos também com países desenvolvidos europeus e americanos na produção de outros produtos.

Enfatizo, portanto, a legitimidade da proposta contida no Projeto de Lei nº 669, do Senador Juvêncio da Fonseca, com o respeito que merece o parecer do Senador José Eduardo Dutra. Louvo e enfatizo a importância da educação ambiental. Estamos, todavia, neste momento, olhando além desse ponto, buscando preservar o meio ambiente, garantindo oportunidade de trabalho e renda àqueles que moram no campo e de penedem da utilização da água.

Nossos cumprimentos ao autor do projeto.

O SR. MAURO MIRANDA – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Arlindo Porto?

O SR. ARLINDO PORTO – Ouço V. Ex^a.

O SR. MAURO MIRANDA – Nobre Senador, entendendo que o interior, que as cidades espalhadas pelo Brasil afora estão contemplados. Mas a minha preocupação reside nos grandes aglomerados, nas grandes cidades – e nesse ponto gostaria que V. Ex^a se contrapusesse, se possível -, nas bacias em torno das grandes cidades, pois qualquer pequena quantidade que se tira daí também dificulta o processo e os mananciais já não são suficientes para abastecer cidades como, por exemplo, nossa querida Belo Horizonte, capital do Estado de V. Ex^a, como a capital de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e tantas outras.

Nesse sentido, lanço a V. Exª a indagação de como V. Exª vê essa questão nos grandes centros urbanos.

O SR. ARLINDO PORTO – Vou tentar esclarecer V. Exª, Senador Mauro Miranda. Mas aqui está o autor do projeto, que com muito mais propriedade poderá fazê-lo.

Naturalmente, o autor, ao fazer essa proposição, busca preservar toda a legislação pertinente, bem como o seu cumprimento, por exemplo, a necessidade de outorga. Apenas S. Exª exclui a necessidade de pagamento do uso da água.

Se observarmos bem, vamos perceber que o uso é muito contido e se dá apenas em pequenas propriedades, sendo dispensado o pagamento. Mas nos conglomerados urbanos, em que a água passa a ter sentido prioritário, naturalmente o organismo que regula a água, seja o Município, o Estado ou a União, deverá fornecer autorização, ficando a outorga condicionada à disponibilidade da água. O projeto apenas prevê o não pagamento pela utilização da água.

Mas o autor aqui está e se S. Exª quiser complementar o esclarecimento, abre-se uma oportunidade de aparte, se não estiver satisfeito o Senador Mauro Miranda, ficando o autor do projeto, naturalmente, liberado para responder quaisquer questões.

Com isto encerro as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, inicialmente gostaria de ressaltar que o Relator da matéria, Senador Arlindo Porto, inteligente, pegou firme a idéia e sentiu o espírito do projeto.

Experiente na área da agricultura e pecuária, sabe que o projeto, em razão do seu voto favorável, tem suas razões ambientais e sociais.

Eu gostaria, no curso da explicação do projeto, dar a resposta à indagação, justa, do Senador Mauro Miranda.

O projeto tem como princípio a preservação de dois requisitos fundamentais na lei de recursos hídricos. O primeiro é que a água é um bem econômico e por isso tem que ser cobrada; segundo, a água tem uso múltiplo, não podendo destinar-se o uso de certa bacia hidrográfica somente a uma pessoa, uma empresa ou uma atividade.

Esses dois requisitos fundamentais do uso da água estão inteiramente preservados pelo projeto. O art. 20 diz:

“Art. 20 Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga.”

Coloco uma vírgula e acrescento: “salvo para as seguintes atividades: 1 – dessedentação de animais.”

Por que razão se isenta do pagamento a dessedentação de animais? Hoje nas grandes propriedades, até mesmo nas pequenas propriedades, geralmente os animais vão ao rio independentemente de qualquer preocupação do proprietário rural. Indo ao rio para matar sua sede e voltando para a pastagem, segundo a lei de recursos hídricos, não tem sequer outorga porque o animal está fazendo a dessedentação natural. Mas se o produtor rural quer modernizar sua propriedade e está atento aos princípios ambientais da não-predação das matas ciliares e não-assoreamento dos rios, ele então faz a captação da água por bomba, joga-a no espigão da sua propriedade, e deriva essas águas para piquetes, para suas águas fora do rio, não é dispensada a outorga, estando, nesse caso, segundo a lei, obrigado a pagar as águas.

A lei, nos moldes em que se encontra, torna-se um estímulo ao produtor rural. Não sujeito a outorga, ele coloca dez mil bois na beira de um rio pequeno, tomando a água do rio sem outorga e sem cobrança. Mas, se ele faz a captação e coloca a aguada fora do rio, vai ser necessário ter outorga para fazer a captação e vai ter que pagar a água que tirou do rio.

Esse aspecto legal constitui uma contradição dentro dos princípios ambientais muito grande e por isso incluímos o inciso I, segundo o qual a outorga se dará salvo para a atividade de dessedentação de animais.

Quando o Senador Mauro Miranda, inteligente como é, sempre preocupado com as cidades, faz a indagação sobre como os rios que abastecem as cidades ficariam, temos a dizer que quando se faz a outorga para uso das águas, tem-se que levar em consideração todas essas questões. Será que este rio que está sendo utilizado pretende-se utilizá-lo num investimento grande na área da pecuária ou da agricultura? Ele também está sendo utilizado para abastecimento da cidade? Se está, deve-se preservar o princípio do uso múltiplo das águas, não podendo ser só para um usuário, o Comitê de Bacia – o parlamento das águas – vai se pronunciar a respeito do assunto. Vai, por exemplo, dizer ao produtor que ele não pode implementar uma atividade de grande produtor naquela área em razão do grande número de animais

que se abastecem naquele rio. A outorga é que não vai permitir que o produtor faça uso excessivo de pouca água. Pois, o objetivo precípuo da lei de recursos hídricos é preservar a quantidade e a qualidade das águas, bem como preservar o uso múltiplo das águas e não o uso individual.

Dentro desse espírito, nosso projeto não elimina nenhum dos princípios de gerenciamento dos recursos hídricos, estando este em perfeita consonância com a lei vigente. Sabemos que a Lei nº 9.433, antes de tudo, trata da gestão das águas, de como as águas devem ser geridas para que haja preservação da sua quantidade e da sua qualidade. Os princípios do uso múltiplo da água dizem respeito à sua cobrança, um bem economicamente importante para a comunidade.

No tocante à dessedentação de animais, a lei também diz que, em caso de calamidade, o uso prioritário é o de dessedentação de animais e o uso humano. O uso da água para dessedentação de animais é muito restrito e não chega a ser prejudicial praticamente em momento algum. Das águas potáveis disponíveis, 69% destinam-se para a agricultura; 23%, para a indústria; e apenas 8%, para uso humano nas cidades. A dessedentação de animais está diluída nesse percentual, e não há qualquer estatística definida. A estatística mais preocupante é a da irrigação na agricultura — esta, sim, consome grande volume de água — e não a da dessedentação de animais, que não causa qualquer prejuízo.

Há um estímulo para que o proprietário rural modernize a sua fazenda, evitando que os animais vão ao rio, depredando mata ciliar, assoreando o rio. A triilha que os animais constroem para chegar ao rio e fazerem a sua dessedentação é fator fundamental para o assoreamento dos rios, além da perda de peso. Enfim, tudo que represente modernidade é importante para o produtor rural. E essa lei tem até um sentido educacional de preservação do meio ambiente e diminuição de custos para o produtor rural.

O segundo aspecto é a piscicultura geral. Hoje está proliferando no País essa atividade, a piscicultura de tanque, seja ela para lazer, seja para o comércio, profissionalmente falando. Tanto uma quanto a outra têm que merecer do Poder Público um estímulo. Se o criador faz os tanques e vai captar água, nunca se dispensa a outorga, mas já se tem que pagar a água utilizada. A água entra e sai e é muito mais aproveitável pela fauna aquática quando sai, pois leva consigo sobras de alimentos, fazendo com que, a jusante, o rio possa ter uma população de peixe crescente, abastecida com as sobras de alimentos dos

tanques. Com isso, é possível eliminar-se a concorrência com o rio, aliviando os rios.

Nós, que moramos em Mato Grosso do Sul — onde os rios eram piscosos —, sabemos que os pescadores estão depredando os rios. Quando se desenvolve a piscicultura de lazer em tanque e faz deste uma área de pesca, o pescador está aliviando o rio e ajudando a preservar o meio ambiente.

O terceiro inciso é tocante à pequena irrigação de área não superior a dois módulos de parcelamento do Incra, parcelamento mínimo permitido para a divisão das fazendas, para vender, comprar etc.

Dou como exemplo, em Mato Grosso do Sul, que conhecemos, a fértil região da Grande Dourados, onde se desenvolve muito a agricultura e onde o parcelamento é de vinte hectares. Assim, dois módulos seriam quarenta hectares por propriedade. Se o proprietário tem dez mil hectares, só podem ser dois módulos; se o proprietário tem cinquenta hectares, só podem ser dois módulos também. O sistema é esse para incentivar a agricultura familiar, fazendo com que fique no campo o pequeno produtor. Esse é o grande objetivo.

A Lei de Recursos Hídricos e a lei que introduziu no País a Política Nacional de Meio Ambiente determinam que as ações de recursos hídricos e meio ambiente têm que estar integradas. Com esse nosso projeto, fazemos com que também a Lei nº 9.433 tenha dispositivos de integração da política ambiental.

Por essa razão é que pedimos aos nossos Pares que votem favoravelmente ao projeto, pois este tem um objetivo empresarial e social muito significativo e principalmente um objetivo de preservação do meio ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO MIRANDA — Senador Juvêncio da Fonseca,...

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) — Desculpe-me, Senador Mauro Miranda, mas antes havia pedido a palavra o Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO — Sr. Presidente, o Senador Mauro Miranda havia pedido a inversão.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) — Dessa forma, concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA — De qualquer forma, Senador Juvêncio da Fonseca, mesmo essas normas aprovadas vão ficar sujeitas ao Comitê das Bacias, que vai poder avaliar a quantidade de gado nas propriedades, o tamanho da piscicultura, a oportunidade

de dar outorga. A outorga pode rá ser dada, mas não é automática.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – A outorga depende do Comitê de Bacias.

O SR. MAURO MIRANDA – Voto de acordo com o projeto de V. Ex^a.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, só queria dizer que eu tinha algumas pequenas dúvidas sobre o projeto, mas as explicações aqui dadas pelo Senador Juvêncio da Fonseca me convenceram inteiramente a votar a favor do projeto.

Desse modo, voto favoravelmente, convencido de que se trata de um projeto que segue a linha, ao contrário do que à primeira vista se possa imaginar, de racionalização do uso dos recursos hídricos.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. e Srs. Senadores, esse projeto está tramitando nesta Casa em caráter terminativo e deveria ser votado nominalmente. Todavia, como há consenso e quorum, vamos, a exemplo do que foi feito com outro projeto terminativo sobre o qual houve consenso, colher a assinatura de todos os Srs. Senadores que participaram da reunião, se assim estiverem de acordo.

Em votação o projeto.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Foi aprovado o relatório do Senador Arlindo Porto, ficando, portanto, prejudicado o voto em separado do Senador José Eduardo Dutra.

O Item 2 é um projeto não-terminativo. Como só falta apreciarmos um item, que é não terminativo, peço tolerância aos Srs. Senadores, para que possamos produzir um pouco mais na reunião de hoje.

Passa-se ao Item 2. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 653, de 1999, não terminativo, que altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem. O autor do projeto é o Senador Roberto Saturnino, e a Relatora, a Senadora Heloísa Helena, que solicitou que incumbíssemos um dos presentes de fazer a leitura do seu relatório.

Pergunto ao Senador Paulo Souto se S. Ex^a se dispõe a proceder à leitura do relatório da Senadora Heloísa Helena.

O SR. PAULO SOUTO – Posso ler o relatório da Senadora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Essa é uma prova de que estamos caminhando para uma conciliação geral. É a tal frente ampla.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Chega a esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para exame, o Projeto de Lei do Senado nº 653, de 1999, que altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem.

O projeto propõe a supressão do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 4.932/97, extinguindo a permissão para celebração de acordos internacionais que facultem a participação de embarcações estrangeiras na cabotagem e na navegação interior apoiados no princípio da reciprocidade. Adicionalmente, altera a redação do art. 10, estabelecendo novas condições para fretamento de embarcações estrangeiras sem autorização de órgão competente.

As alterações referem-se à capacidade da embarcação estrangeira fretada, que, segundo a nova redação, seria equivalente à de embarcação do tipo semelhante encomendada pela empresa a estaleiro brasileiro, com a metade da capacidade total das embarcações de sua propriedade a critério do armador. Nas normas em vigor, o limite é de duas vezes a capacidade da embarcação encomendada, acrescido da metade da capacidade representada pela frota da própria empresa.

As demais condições foram mantidas inalteradas.

Em sua justificativa, o autor argumenta que o setor de construção naval brasileiro passa por grave período de crise, devida à concorrência desigual que enfrenta em relação a estaleiros estrangeiros, fortemente protegidos em seus países de origem com reserva de mercado e programa de subsídios. Acredita que a licença para fretamento de navios estrangeiros sem autorização do órgão competente pode evitar que a falta do equipamento adequado no momento oportuno venha prejudicar a navegação nacional, mas considera necessária a redução dos limites estabelecidos.

Destaca ainda o ilustre Senador que o princípio da reciprocidade, alegado pela abertura do mercado de cabotagem e navegação interior a embarcações estrangeiras não é de interesse para o Brasil, uma vez que as características do nosso mercado, grande

extensão do litoral e dinamismo da economia não são encontradas entre os parceiros comerciais do Brasil.

A proposição foi distribuída pelas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos. Na presente comissão não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

Além de seus elevados méritos, a iniciativa do ilustre Senador Roberto Saturnino revela também notável oportunidade.

Em vista dos graves problemas que atingem a construção naval do Brasil, o Governo Federal promoveu há pouco mais de um ano a redução das taxas de juros, aumento de prazos de financiamento para o setor.

Como resultado imediato dessas medidas, a Petrobras efetuou encomenda de quatro navios a estaleiros nacionais, numa clara demonstração de quanto uma política de incentivos é importante para revelar a pujança de um setor da nossa economia.

Faz-se necessário agora a adoção de medidas não só para consolidar o desenvolvimento da indústria de construção naval, mas, também, para fortalecer as empresas de navegação brasileiras. É importante, nesse sentido, que os incentivos à aquisição de embarcações nacionais sejam acompanhados de uma política de estímulo ao mercado para as empresas de navegação brasileiras, o que pode ser conseguido mediante a reserva para essas empresas do segmento de cabotagem e de navegação interior.

Assim, é extremamente pertinente a observação do Senador Saturnino, que identifica falar-se nas cláusulas de reciprocidade dos acordos internacionais relativamente à entrada de navios estrangeiros no segmento de navegação interior e de cabotagem.

De fato, nesse setor acordos de reciprocidade somente seriam interessantes para o Brasil se efetuados com países como Austrália e Estados Unidos, que constam com vasta extensão de costa e vias navegáveis, além de elevado volume de carga a ser transportado.

Acordos desse teor com a Austrália, pela distância, tornam-se poucos viáveis e, quanto aos Estados Unidos, sabe-se que, malgrado sua declarada opção pelo modelo de economia liberal, são extremamente protecionistas quando se trata de sua marinha mercante.

A proposição em exame não visa protecionismo, apenas busca assegurar condições igualitárias de

concorrência para permitir o crescimento de nossa indústria naval e que, para a Marinha Mercante brasileira possa, com frota própria atender o mercado nacional e mesmo reconquistar sua posição, que foi de grande destaque nos anos 70 no cenário internacional.

Pelas razões expostas, o parecer da Senadora Heloisa Helena é favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 653, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece ao Senador Paulo Souto e coloca em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores favoráveis a sua aprovação queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião, agradecendo a presença dos Srs. Senadores.

(Levanta-se a reunião às 11h50min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 16ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 19 de junho de 2001.

Às onze horas e quarenta minutos do dia dezoito de junho de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Moreira Mendes, Waldeck Ornelas, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Teotônio Vilela Filho, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Marina Silva, José Fogaça, Maguito Vilela, Juvêncio da Fonseca, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Lúcio Coelho, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romero Jucá e Saturnino Braga, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Ramez Tebet, Hugo Napoleão, Carlos Patrocínio, Fernando Matusalém e Roberto Freire. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Moreira Mendes, passa a palavra ao Senador Ricardo Santos, para apresentação de seu

parecer ao Item 01: Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1996 (tramitando em conjunto com o PLS 154/97), de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Elias Murad, que “Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências.” O Senhor relator submete a Comissão, proposta de sua autoria, de que proferida a leitura do seu parecer se inicie a discussão do projeto, prorrogando a discussão e consequente votação para a próxima reunião, permitindo, assim, um estudo mais aprofundado, como também as alterações que se fizerem necessárias pelos membros da Comissão. A proposta é acatada por unanimidade e o relator proferiu seu parecer. Finda a leitura e a primeira parte da discussão, o Senador Ricardo Santos reassume a presidência. Os Senhores Senadores Francelino Pereira e Arlindo Porto requerem, oralmente, a inclusão extra pauta dos Projetos de Decreto Legislativos n.º 41/01 e 128/01, respectivamente. Os requerimentos são aprovados. A Presidência passa a apreciação do Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 60, de 2001, de caráter terminativo, de autoria do Senador Luiz Otávio, que “Altera a denominação da Rodovia BR-163 e revoga a Lei n.º 6252, de 10 de outubro de 1975. (Denomina “Senador Filinto Müller” a BR-163 que liga São Miguel D’oeste à fronteira do Suriname).” O relator designado é o Senador Lúdio Coelho e o projeto é rejeitado por dezesseis (16) votos. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Saíde Kassis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macauba, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Moreira Mendes e o relatório favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ilha FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o relatório favorável é aprovado. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável

é aprovado, com a abstenção da Senadora Marina Silva. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 37, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a AUDES - Associação Uruoquense de Desenvolvimento e Solidariedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruoca, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Lúcio Alcântara e o relatório favorável é aprovado. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 253, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Extra Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o

ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural Comunitária de Belo Horizonte para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o relatório favorável é aprovado. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Diamantina - AMPODI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 03: Projeto de Lei do Senado n.º 51, de 2001, Item 04: Projeto de Lei do Senado n.º 76, de 2000, Item 05: Projeto de Lei da Câmara n.º 20, de 2001, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 122, de 2001, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 124, de 2001, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2001, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 118, de 2001, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2001, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 141, de 2001, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2001, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 101, de 2001 e Item 23: Projeto de Decreto Legislativo, n.º 39, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Moreira Mendes) — Há número regimental. Declaro abertos os trabalhos da 16ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Item 1:

Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1996, tramitando em conjunto com o PLS n.º 154, de 1997. Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito do uso indevido e do uso indevido de entorpecentes, drogas afins e dá outras providências. Relator: Senador Ricardo Santos, a quem passo a palavra para relatar.

O SR. RICARDO SANTOS — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta matéria, na verdade, tramita no Congresso Nacional desde 1991. Ela está completando, portanto, dez anos. Isso porque houve um Projeto de Lei da Câmara original, que é o de número 1.873, de 1991, que teve como substitutivo o Projeto de Lei n.º 105/96, de autoria do Deputado Elias Murad.

O Projeto n.º 105/96 foi aprovado pela Câmara, foi encaminhado ao Senado Federal e passou pela Comissão de Constituição e Justiça, onde o Relator, o Senador Romeu Tuma, apresentou um substitutivo. Posteriormente foi encaminhado, por solicitação do Senador Artur da Távola, à Comissão de Educação, onde o Senador recomendou e requereu a realização de uma audiência pública. O Senador chegou a concluir o relatório preliminar que não chegou a termo, porque S. Ex^a se licenciou do Senado para ocupar a Secretaria de Cultura do Governo do Rio de Janeiro.

É uma matéria de extrema complexidade, e a proposta que estou fazendo ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores é de que, nesta reunião, vamos ler o relatório, podemos iniciar a discussão, mas não votemos a matéria nesta reunião.

Nós continuaríamos a discussão na próxima reunião, na próxima terça-feira, e concluiríamos com a votação também na próxima terça-feira. Até lá será possível a apresentação de emendas ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Moreira Mendes) — Com a palavra, o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - V. Ex^a sabe do respeito que temos ao Relator, Senador Ricardo Santos. S. Ex^a propõe que a discussão seja iniciada hoje, já de antemão antecipando a sugestão no sentido de não ser votado hoje. Então, poderíamos marcar uma data ou uma pauta em que, efetivamente, fosse discutido e votado, porque o projeto é importante, de muita significação e sugiro até o convite a todos os membros da Comissão para debaterem essa questão, porque parece que, agora, vamos chegar a uma conclusão para ir ao Plenário.

A minha sugestão é no sentido de que o relatório e o voto fossem proferidos numa data previamente marcada ou na próxima reunião. Há apenas um detalhe: o projeto é terminativo aqui?

O SR. RICARDO SANTOS — Não, ele vai ao Plenário.

O SR. FRANCELINO PEREIRA — E esta é a última Comissão que está se pronunciando?

O SR. RICARDO SANTOS — É a última.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Então, se não vamos votar hoje, não vai entrar na pauta neste primeiro semestre. De qualquer maneira, ficará para o segundo semestre.

O SR. RICARDO SANTOS – Pode entrar se votarmos na terça-feira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Se votarmos na próxima semana.

O SR. RICARDO SANTOS – E se pedirmos urgência.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Eu perguntaria ao Senador Relator se concorda. A proposta do Senador Francelino Pereira é de suspender inclusive o relatório. Embora eu ache que ele poderia proferir o relatório e o voto hoje, poderíamos abrir a discussão hoje e concluir a próxima reunião.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – E S. Ex^a faria um resumo do parecer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Continua com a palavra o Relator.

O SR. RICARDO SANTOS – Vamos ao relatório.

O trabalho que ora apresentamos aos ilustres pares é resultado da soma de esforços de pessoas com vasto conhecimento sobre o assunto, notável boa vontade e profundo senso humanitário.

Inicialmente, dê-se relevo à contribuição prestada pelo ilustre Deputado Elias Murad, médico sensível à questão da fabricação, tráfico, consumo de substâncias entorpecentes, que teve o mérito de estruturar o Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1996.

Foi o projeto original do Deputado Elias Murad que estruturou e deu lastro ao aperfeiçoamento que se seguiu então da sociedade brasileira, por vertentes variadas.

Essa colaboração de diversas entidades e do próprio corpo social brasileiro deve-se ao trabalho do nobre Senador Romeu Tuma, que provocou a manifestação da Magistratura, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e logrou obter sugestões da Secretaria Nacional Antidrogas, da Polícia Federal, de conselhos de juristas católicos dos Estados do Sul do Brasil e de pensadores pertencentes a correntes variadas, entidades de natureza filantrópica, médica e de assistência social, enfim, de todos aqueles que têm interesse no tema e mostram-se solidários e empenhados em que o Congresso Nacional alcance o melhor texto de lei e de eficácia plena, asentado na realidade.

De grande valia igualmente é o trabalho do nobre Senador Lúcio Alcântara, que apresentou substi-

tutivo ao projeto original, com o objetivo de oferecer tratamento social e não criminológico ao dependente de substâncias ilícitas e, de certa forma, inverteu a filosofia maniqueísta, traçada há mais de vinte anos, por intermédio da Lei 6.368, de 1976. Esta lei é a antiga lei que regula a questão do controle, da prevenção, da repressão e do tratamento relativo às substâncias entorpecentes e drogas causadoras de dependência física e psicológica.

Foi o Senador Lúcio Alcântara que procurou conhecer as reivindicações das entidades antes referidas e, principalmente, buscou associar os interesses manifestados por diversas fontes, por mais que se apresentassem discrepantes.

De fato, há que se registrar, tratando-se de tema que envolve filosofias nem sempre harmônicas, conquanto todas, ao fim, sejam de interesse do tema, não se poderia prestigiar ou fazer transcender qualquer delas senão consultando primeiramente o próprio interesse dos usuários, por sua condição de doentes sociais.

Assim, é mister declarar não podem ser assentadas integral e pacificamente todas as vertentes.

Há segmentos que cobram do Estado resposta processual imediata. Contrariamente a estes, há os que desejam que o mesmo Estado se manifeste mais lentamente, mas com maior certeza.

Grupos há que pedem o sobrestamento do processo judicial até que o dependente se recupere inteiramente e seja inserido no processo econômico produtivo. Outros, em oposição àqueles, pretendem o arquivamento dos autos e a redução do enfoque sobre a saúde do dependente.

Diante desse quadro, em que muitos outros interesses são legitimamente debatidos por suas próprias razões e circunstâncias, quando o tema esteve sob a relatoria do eminente Senador Artur da Távola, o Senado Federal, por mediação da Comissão de Educação, houve por bem realizar audiência pública para ferir a intensidade de cada um desses valores.

Por isso, ressalte-se a elevada contribuição que prestou ao assunto a iniciativa do ilustre Senador Artur da Távola ao abrir as portas da Comissão de Educação à manifestação dos que, em seu labor diário, defendem posições legais, jurisprudenciais e doutrinais a respeito da fabricação, do tráfico e do consumo de substâncias ilícitas e de seus conseqüências processuais, econômicas e sociais.

A iniciativa dessa audiência pública trouxe a esta Casa, audiência esta que se realizou em novembro do ano 2000, a Dr.^a Tânia Maria Monteiro, asses-

sorada Secretaria Nacional Antidrogas, que, naquele ato, representou o General Alberto Cardoso, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o Dr. Ney Moura Teles, Advogado e Professor da UniCeub, o Dr. Luiz Matias Flach, Advogado e ex-Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes, o Dr. Paulo Teixeira, coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, a Professora Maria José Siqueira, educadora de São Paulo, e o Deputado Luiz Piauhyllino.

Os debates confirmaram as manifestações dos ilustres Senadores de que está desatualizada a Lei n.º 6.368, de 21 de outubro de 1976, que disciplina, atualmente, a produção e o consumo de drogas. Nesse quarto de século de vigência da lei restou claro: a população brasileira passou de cento e dez milhões para cento e setenta milhões de pessoas, aumento que representou mais de 54% da população de 1976, e o número de usuários dependentes acompanhou, proporcionalmente, esse percentual.

Portanto, não se pode mais aplicar, simplesmente, a privação de liberdade a todos os que consomem drogas sem analisar melhor as razões desse consumo e sem estabelecer políticas consistentes para conter o tráfico.

A seguir a velha norma de 1976, teríamos hoje que aprisionar milhões de pessoas, quaisquer que fossem as consequências dessas prisões, sem distinguir o enfermo social do facínora, que trafica drogas e as usa para romper as últimas barreiras morais e para alcançar a total ausência de limites, praticando contra menores, contra a família e contra a sociedade brasileira.

É necessário que se opere a revisão da norma vetusta para que o ordenamento jurídico, efetivamente, acompanhe os novos valores da sociedade, discernindo a dependência toxológica do agente a merecer tratamento e, em oposição, aplicando as penas aos seus adversários que são o produtor e o traficante.

É necessário que se entregue à sociedade norma nova para que haja maior graduação dos tratamentos e das penas e, enfim, das respostas a serem dadas pelo Estado sem o simplismo de apoiar-se em dois dispositivos da norma ultrapassada, como atualmente o faz em relação aos arts. 12 e 16 da Lei n.º 6.368, de 1976.

Considere-se, também, além da superação da Lei n.º 6.368, de 1976, as alterações supervenientes à estrutura do sistema de repressão, à produção e tráfico de substância ilícitas. Exemplo dessa alteração é o texto da Medida Provisória n.º 1.669, de 1998,

que transferiu o Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate às Drogas de Abuso – Funcab, de que tratam as Leis n.ºs 7.560, de 19 de dezembro de 1986, e 8.764, de 20 de dezembro de 1996, III, do Ministério da Justiça para a Secretaria Nacional Antidrogas da Casa Militar da Presidência da República.

Essa iniciativa do Poder Executivo, por força de consequência, operou a transferência das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos envolvidos, conforme se depreende do texto do art. 5º da referida Medida Provisória n.º 1.669/98, cuja republicação mais recente deu-se com a Medida Provisória n.º 2.088-40, de 24 de maio de 2001.

A edição da Medida Provisória n.º 1.669/98 e o Decreto n.º 2.632/98 alteraram as atividades de prevenção ou repressão do tráfico ilícito, uso indevido e produção não autorizada de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica, assim como atividades de recuperação de dependentes de que trata a Lei n.º 6.368, de 1976, que passaram à competência da Secretaria Nacional Antidrogas – Senad – e da Casa Militar da Presidência da República.

De par com as alterações de ordem funcional e orçamentária de correntes de normas específicas e no interregno compreendido entre o início dos debates sobre a produção e o consumo de drogas ilícitas em 1996 e a presente data, fatos relevantes passaram a exigir a reformulação do tema de modo diverso, com a admissibilidade das perspectivas de saúde e de educação e não mais sob o prisma exclusivamente jurídico.

Essa nova condição enseja, por fim, a apresentação de substitutivo em que se reúnam as propostas compatíveis e se promovam as alterações estruturais e conceituais exigidas pelo tema e identificadas nas críticas, sugestões e debates em audiência pública.

Vejam os seguintes razões justificadoras deste substitutivo:

“a) A 3 de junho de 1998, foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania parecer, com subsequente remessa para a Presidência desta Casa, de onde retornou, à compatibilização do art. 19 deste substitutivo com o art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro, que entrara em vigor pela Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. O Código de Trânsito dispõe, no seu art. 165, sobre as penas aplicáveis ao condutor de veículo sob influência do álcool, recomendando-se, por isso, a compatibilização do dispositivo com o art. 19 dos projetos de lei antitóxicos.

b) A dosimetria das penas nas propostas antecedentes carece de revisão, para que o ordenamento jurídico não se ressentisse com a diferença entre as sanções previstas, por exemplo, para o crime de homicídio, que mais repugna a sociedade que o do consumo de substância ilícita, de acordo com o art. 14 do substitutivo a seguir.

c) A terminologia dos projetos precedentes foi amplamente discutida, e ilustram-na os vocábulos “induzir”, “instigar”, “influenciar”, caracterizadores dos tipos penais específicos, assim como a questão das associações criminosas, da co-autoria e da participação do agente do delito. Da mesma forma, discutiram-se termos como “pena”, “sanção”, “medida de segurança” ou simplesmente “medida” como resposta do Estado ao comportamento não admitido, por meio dos arts. 15, 18, 20 e 21 do substitutivo.

d) Foram revistos os casos de bis in idem compreendido nas revisões com causa de aumento de pena, na reincidência e nos maus antecedentes do agente.

Essas hipóteses, no texto do substitutivo adiante oferecido, foram afastadas, para que seu voto estivesse em harmonia com a Constituição Federal (art. 23 do substitutivo).

e) Reviu-se também a constitucionalidade de vocábulos como ilustra o indulto não autorizado pela Constituição Federal (art. 5º, inciso XLVI), que vinha figurando ao lado de “anistia e graça” e que, por isso, no substitutivo, foi excluído, no seu art. 24.

f) Discutiu-se a plea bargaining, para, ao fim, dar-lhe consonância com a previsão da Lei n.º 9.080, de 19 de julho de 1995. Para isso, considerou-se que a delação dos partícipes e co-autores gera bons frutos, como foi demonstrado, na Itália, na campanha judiciária que desmontou organizações mafiosas, a chamada Operação Mãos Limpas (art. 42, § 2º, do substitutivo).

g) A infiltração de policiais nas organizações criminosas também veio a debater e foi mantida no substitutivo, com as alterações pertinentes. A infiltração não deve seguir o argumento de que o desbaratamento de quadrilhas põe em risco o policial, que muitas vezes se encontra na contingência de não reagir ao delito. O que se deve observar é a efetiva produção de prova que o policial infiltrado permite, o que tem levado à reclusão dos envolvidos no crime, de acordo com o art. 33, inciso I, do substitutivo.

h) Ao acolher as sugestões ofertadas por emendas pelo Senador Lúcio Alcântara, substituiu-se o vocábulo “acusado” por “indiciado” no art. 35, porque a

fase processual inicial deve ser observada, e, só depois de se reunirem os indícios, procede-se à acusação; substituiu-se também a palavra “depoimentos” por “declarações”, por considerar-se que o dispositivo refere-se a usuário não traficante, sujeito a procedimento especial. Procede-se, ainda, no mesmo dispositivo, à supressão da palavra “determinação” (art. 36, § 2º), sob o argumento de que a autoridade policial só determinará qualquer medida se a julgar apropriada, e não por obrigação desvinculada das circunstâncias; no art. 7º, substituiu-se a expressão “inspeção judicial” por “inspeção”, porque a Secretaria Nacional Antidrogas não integra o Poder Judiciário e, por isso, não poderia fazer inspeção daquela natureza.

i) Acolhendo ainda outras sugestões contidas nas emendas ofertadas pelo Senador Lúcio Alcântara, restringiu-se aos arts. 14 a 18 a previsão contida no art. 15, equivocadamente dirigida a toda lei, e operou-se a inclusão dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes, nomenclatura que ainda se mantém a despeito das modificações que se verificaram na Secretaria Nacional Antidrogas (art. 6º, § 3º do substitutivo);

j) Foi alterado igualmente o dispositivo que permitiu o julgamento à revelia do acusado que deixasse de comparecer à audiência sem motivo justificado. Das discussões na audiência pública surgiu a clareza a recomendar, nos casos de revelia, remissão à Lei n.º 9.271, de 1996, norma legal muito aplaudida no meio acadêmico como um dos grandes avanços na legislação penal brasileira, e que mantém o princípio constitucional da ampla defesa sem prejudicar, por outro lado, o andamento do processo e a entrega da prestação jurisdicional (art. 38, § 1º do substitutivo).

k) Alterou-se também o dispositivo que prevê a intimação dos órgãos interessados na alienação dos bens apreendidos para incluir a Secretaria Nacional Antidrogas (art. 46, § 6º, do substitutivo).

As emendas nºs 10 e 11 foram rejeitadas por não se coadunarem com a perspectiva das propostas. Tais emendas tratavam de matéria afeta à prevenção de drogas lícitas, como o fumo e o álcool, o que não é considerado nesse substitutivo ao Projeto de Lei n.º 105.

O exame do mérito recomendou a alteração de muitos outros pontos contidos nas propostas precedentes. Assim, foi revista e alterada para constar do substitutivo adiante apresentado a expressão “vender culposamente”, inaceitável porque a vontade do agente do delito é subjacente à venda, não se admitindo, ao mesmo tempo, de um lado, a culpa, que é condição involuntária e, de outro, a própria vontade,

pois seria flagrante a antinomia. Ou há a manifestação da vontade do agente do delito, e nesse caso o dolo, ou haverá a sua imprevisibilidade e, nesse caso, a culpa. Ninguém vende com culpa, mas vende porque está deliberado a vender. Se o objeto da venda é ilícito, a venda será dolosa e não culposa.

Acolhendo sugestões de diversas procedências, repelimos também hipótese de dependência por caso fortuito ou força maior, porque força maior é condição legal que está associada a eventos da natureza. (Código Civil, art. 1.058), o que torna improvável possa alguém depender de drogas ilícitas em razão de eventos da natureza. Tampouco alguém utiliza drogas casualmente, o fará sob coação ou indução ou, mais comum, por vontade própria. Confor me já foi dito, em ambas as hipóteses os tipos penais devem ser descritos com maior exatidão porque a responsabilidade não pode ser atribuída ao acaso.

Voto

Sob o pálio das razões aduzidas, reiteramos o mérito das contribuições antes mencionadas capazes de propiciar a convergência do tema e a sua unificação em proposta substitutiva que atenda as reivindicações de diversos segmentos sociais aos que prestam assistência aos usuários de drogas e aos operadores do Direito.

Desta forma, com base nas considerações expendidas, manifestamo-nos no mérito pelo acolhimento de parte das sugestões oferecidas pelas entidades e doutas personalidades já mencionadas para o conseqüente aperfeiçoamento da matéria, do que resulta, em razão do número de alterações de suas dimensões, a rejeição do Projeto de Lei do Senado n.º 154/97 e aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1996, na forma do seguinte substitutivo.

Este é o voto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Moreira Mendes) – Em discussão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, entendo que houve uma solicitação de adiamento da discussão pelo Senador Francelino...

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Não foi exatamente isso, mas podemos colocar o assunto...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Tenho impressão de que seria nesses termos. E eu apenas gostaria, já concluindo a minha fala,...

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Moreira Mendes) – A idéia é abrir a discussão, Senadora, e prolongá-la para a próxima reunião.

A SRA. EMILIA FERNANDES - De qualquer forma, eu apenas gostaria, Sr. Presidente, de lembrar aos membros da nossa Comissão as notas que gráficas importantes de uma audiência pública que realizamos ano passado, dia 29 de novembro, na nossa Comissão, atendendo uma solicitação desta Senadora, em que, representando o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, a Dr.^a Tania Maria Monteiro, também esteve aqui o Dr. Ney Moura Teles, advogado e professor da UniCeub, o Dr. Luiz Matias Flach, advogado e ex-presidente do Conselho Federal de Entorpecentes, o Dr. Paulo Teixeira, coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis, do Ministério da Saúde, e a professora Maria José Siqueira, educadora de São Paulo.

Há um consenso de que não votaríamos ainda hoje esta matéria. Então, faço esse lembrete aos nossos colegas Senadores porque também na fala dessas autoridades que nos prestigiaram com uma audiência pública há muitos pontos que podemos ainda acrescentar na discussão do tema que vamos travar.

Eram estas as considerações que queria fazer, Sr. Presidente, chamando a atenção dos Pares para a importância do projeto e dizendo que pretendemos discuti-lo na próxima reunião.

O SR. RICARDO SANTOS – Só queria lembrar à ilustre Senadora Emília Fernandes que essas sugestões foram amplamente acatadas pela validade e pela autoridade das pessoas que aqui estiveram presentes, seja por serem professores universitários e operadores do Direito, seja por serem autoridades, no caso a representante da Senad. Um dos motivos de se elaborar esse substitutivo foi o amplo aproveitamento das sugestões contidas naquela audiência pública de 22 de novembro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE EVENTUAL (Moreira Mendes) - Continua em discussão. Antes, eu gostaria de lembrar aos ilustres Senadores que, dada a importância e complexidade da matéria que estamos tratando neste momento, vamos apenas continuar a discussão e, quando não houver mais manifestação mais manifestações dos Srs. Senadores, conforme muito bem lembrou a Senadora Emília Fernandes. Vamos continuar a discussão na próxima semana, lembrando a todos que haverá prazo para a apresentação de emendas até a próxima reunião.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo nenhuma das Sr^{as} Senadoras ou dos Srs. Senadores que pretenda discutir esta matéria nesta reunião, damos por encerrado este primeiro item da pauta, ficando novamente lembrado que vol-

taremos a discuti-lo na próxima reunião, na semana que vem.

Devolvo a Presidência ao Senador Ricardo Santos, tendo em vista que S. Ex^a havia se afastado apenas para relatar este procedimento que estava afeto a sua relatoria.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Pois não.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que, na extrapauta, pudéssemos discutir e votar ainda hoje a permissão à Fundação Educativa Cultural Comunitária de Belo Horizonte, incluindo-a entre os pareceres formulados no processo.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Pois não, Senador.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, eu pediria que seguíssemos a ordem dos trabalhos, pois tenho um compromisso a cumprir agora e sou relator do processo n.º 2.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Submeto o requerimento do Senador Francelino Pereira de introduzir matéria extrapauta relativa à aprovação de rádio comunitária à apreciação do Plenário.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, apenas para agilizar os trabalhos, gostaria de solicitar que fosse também incluída como matéria extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, que autoriza a Associação de Movimentos Populares de Diamantina – Ampod, sendo favorável ao pleito do Senador Francelino Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Estamos submetendo à votação os requerimentos do Senador Francelino Pereira e do Senador Arlindo Porto.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – E o meu, Sr. Presidente, para o item 20, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Já está na pauta. Trata-se agora de projetos extrapauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores favoráveis à inclusão de matérias extrapauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias ficarão no final da pauta.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O meu é de inversão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeto. Os relatores presentes terão prioridade.

Antes de passarmos ao item 2, comunico ao Senador Lúcio Alcântara que fizemos aqui a leitura do substitutivo do Projeto de Lei da Câmara n.º 105 e, tendo em vista a complexidade da matéria, discutiremos a matéria amplamente na próxima semana e até lá será possível a apresentação de emendas.

Faço esta comunicação ao Senador em deferência à sua grande contribuição a esse projeto de lei do Senado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Aliás, Sr. Presidente, quero louvar a decisão de V. Ex^a de ter avogado esse projeto que está no Senado há muito tempo. É o problema da droga, sobre o qual não me vou estender aqui, sobre sua complexidade e sobre a repercussão que tem sobre a sociedade, as famílias, os ilícitos penais. Portanto, fiquei muito feliz quando V. Ex^a tomou a si esse encargo. Vamos abrir os prazos regimentais, mas não vamos deixar que o projeto paralise, porque é uma situação que realmente requer uma decisão. O projeto já veio da Câmara, está no Senado há bastante tempo, e V. Ex^a, tão logo assumiu a Presidência da Comissão, resolveu impulsionar a tramitação do projeto, avocando a relatoria e apresentando já o seu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passemos ao item 2 da pauta:

Projeto de Lei do Senado n.º 60, que altera a denominação da rodovia BR-163 e revoga a Lei n.º 6.252, de 10 de outubro de 1975. Denomina Senador Filinto Muller a BR-163, que liga São Miguel do Oeste à fronteira com o Suriname. Autor: Senador Luiz Otávio. O relator é o Senador Lúdio Coelho, a quem concedemos a palavra.

O SR. LÚDIO COELHO – Homem de profunda interpretação da realidade brasileira, o Governador Mário Covas, sem sombra de dúvida um dos grandes expoentes da história política brasileira, honesto, representante do seu tempo, perseguiu com persistência os valores éticos e lutou veementemente pela popularização das idéias da democracia moderna. Uma das nossas principais referências na política, Mário Covas foi um dos maiores exemplos de caráter, resistência e fortaleza contra as dificuldades que a vida impõe. Sua postura, suas ações e sua luta por um país melhor levaram a classe política a uma profunda reflexão sobre os rumos da democracia brasileira. Esse foi seguramente um dos seus maiores legados. Admitir a força dessas considerações leva-nos a reconhecer, com orgulho, a importância de Mário Covas para São Paulo e para o Brasil. Contudo, cumpre-nos observar que, sem qualquer demérito da iniciativa de homenagear essa grande personalidade política do

País, consideramos imprópria a alteração da denominação da rodovia BR-163 nos moldes propostos. Isso porque o projeto não afeta simplesmente uma substituição de nomes, mas, antes, mantém a denominação original em determinado trecho, rebatiza com outro nome, do Governador Mário Covas, e deixa um terceiro trecho sem nome. Ademais, diante da importância e da extensão da rodovia Filinto Muller, convém que seja conhecida por esse nome. Voto contrariamente à proposta. Não obstante o apreço que Mário Covas nos merece, também reconhecemos os serviços prestados à Nação brasileira pelo ex-Senador Filinto Muller. Meu voto, portanto, é contrário à mudança de nome.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) - Em discussão, o parecer e o voto do Senador Lúdio Coelho.

A SRª EMILIA FERNANDES - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) - Com a palavra, a Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES - Sr. Presidente, o projeto que estamos analisando trata-se de uma iniciativa do Senador Luiz Otávio e tem por objetivo alterar a denominação atual da rodovia BR-163 - Senador Filinto Muller -, que liga a cidade de São Miguel do Oeste à fronteira com o Suriname. Então, especificamente, ele altera a denominação de um trecho da rodovia. Entendemos que estão aí postas duas grandes figuras brasileiras. Lógico que o ex-Governador Mário Covas com maior realce e com grandes serviços prestados à vida brasileira, independentemente de algumas eventuais críticas que pudéssemos fazer em relação à figura e ao desempenho de Mário Covas. Mas o que estamos entendendo é que temos que analisar um pouco mais profundamente, ao contrário de simplesmente rejeitá-lo. Em estudo que solicitamos, verificando as rodovias que já têm denominação e quais os trechos que ainda não teriam, chegamos à conclusão de que temos que verificar qual o critério mais correto, talvez, para adotarmos a denominação de rodovias. Porque, logicamente, neste País tão grande, temos rodovias que se iniciam no Rio Grande e atravessam até mais de cinco Estados brasileiros. Imaginemos que o Rio Grande do Sul quisesse fazer uma homenagem a um filho nacional, mas um ilustre gaúcho, que, talvez, no Estado de São Paulo ou mais adiante, não tivesse tido um trabalho tão expressivo, o que não significa que não houvesse a justeza de se ter o seu nome lembrado naquela rodovia.

A nossa sugestão, então, ao analisarmos a denominação de rodovias federais e de estradas, e nesse caso não estão incluídas as pontes ou viadutos

porque são localizados, é estabelecer o critério, logicamente respeitando as posições, inclusive respeitando aqui a posição do Senador Lúdio Coelho e do seu parecer, de que os limites dos Estados pudessem estabelecer ou oferecer uma nova denominação. Assim, poderíamos fazer uma nova homenagem a um ilustre brasileiro gaúcho, por exemplo, e estou fazendo uma hipótese por que não tenha nenhum projeto nesse sentido, e, ao mesmo tempo, o Estado do Paraná poderia, dentro da própria BR-101, que atravessa também aquele Estado, ter um ilustre brasileiro, um conterrâneo, imortalizado naquela rodovia.

Faço essa reflexão, pedindo ao ilustre Relator que reveja sua posição.

Quanto ao fato da Rodovia receber dois nomes, não julgamos inadequado. A extensão está mencionada e a rodovia pode agasalhar a proposta encaminhada, somando-se o fato de que a divisão feita por Estado deixa bem delimitada as duas homenagens. Dessa forma, não estaríamos retirando nomes de pessoas já aprovadas. Nesse caso, esse nome já consta desde 1975, foi aprovado por alguns Parlamentares que aqui estiveram, ou alguns talvez até estejam aqui.

É uma reflexão que deixo, entendendo que poderíamos acrescentar esse critério, ao analisar os projetos de denominação que chegarem a nossa Comissão.

O SR. JONAS PINHEIRO - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) - Quero lembrar aqui que, na apreciação desta matéria, é importante levarmos em consideração o item n.º 5 da pauta, que versa sobre o mesmo assunto. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara, de autoria do Deputado Marcos Vicente, que denomina de Mário Covas toda a BR-101, desde o Rio Grande do Sul, em relação ao qual houve um pedido de vista do Senador Gerson Camata.

Continua em discussão

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, evidentemente voto com o Senador Lúdio Coelho, porque a rodovia BR-163 já é conhecida como Rodovia Senador Filinto Muller, que foi um ilustre mato-grossense, trabalhou muito pelo Brasil.

Se considerarmos o critério sugerido pela eminente Senadora Emília Fernandes, a proposta do Senador Luiz Otávio não pode ser aceita. Pela proposta do referido Senador, adota-se o nome do Governador Mário Covas de Cuiabá a Santarém, mas, dentro do critério proposto pela ilustre Senadora, evidentemente

te, o nome do Senador Filinto Muller tem preferência, porque, de Cuiabá à divisa com o Estado do Pará, são 900 Km dentro do Estado de Mato Grosso, bem como de Cuiabá à divisa com São Paulo são mais de 1.100 Km dentro do Estado onde nasceu Filinto Muller. Nesse tempo, o Estado ainda não tinha sido dividido.

Concordo com o parecer do Senador Lúdio Coelho, uma vez que considero que essa rodovia já tem nome e é reconhecida por ele. Por que, então, trocar, tirar o nome do eminente Senador Filinto Muller? Também não concordo com a proposta de partir a estrada, uma vez que isso ocorrerá dentro do Estado do Senador Filinto Muller, que é o Estado do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Fico imaginando, Sr. Presidente, que ainda temos vários outros itens na pauta, e não quero absolutamente causar qualquer espécie de restrição com as minhas palavras. Mas tenho a impressão de que, nessa substituição, levamos ao constrangimento duas figuras ilustres. Há um sentimento com relação aos homenageados e aos familiares daqueles que têm o seu nome em uma estrada. Sr. Presidente, tenho a impressão que nem tampouco a outra figura a ser homenageada, o eminente, ilustre, saudoso, grande brasileiro Senador Mário Covas concordaria com essa substituição. O constrangimento é geral, para os dois, duas figuras importantes já não mais em nosso meio.

Não sei se haveria uma forma de encontrarmos nesta Comissão um consenso em relação a isso. Ouvi aqui, meio que de intrometido, o Senador Lúcio Alcântara se referir a esse assunto, não considerando cômoda essa situação de substituir o nome de uma pessoa que já foi homenageada. Sr. Presidente, gostaria muito de contornarmos esse constrangimento, de não mais analisarmos essa matéria, usando talvez até mesmo a rejeição, de acordo com o parecer do Senador Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Já que fui citado, Sr. Presidente, só comentava com o Senador Teotônio Vilela Filho que, logo que meu pai, que foi político, Senador, Governador, médico, fundador da Faculdade de Medicina do Ceará, faleceu, quiseram homenageá-lo em Fortaleza com o nome de uma rua. Vieram várias sugestões com mudança de nome, mas eu e minhas irmãs recusamos todas, porque não é justo fazermos isso. Inclusive, depois, encontrou-se uma rua nova, modesta, simples, que pode ter o nome dele. É sempre desagradável isso.

Mas existe também um outro projeto dando essa mesma denominação à rodovia BR-101, que não leva o nome de ninguém. Essa, então, pode ser denominada Governador ou Senador Mário Covas, que é uma figura que merece realmente todas as nossas homenagens. O Senador Filinto Muller é um nome até controverso na política nacional, mas é uma referência política. Teve o seu desempenho, a sua trajetória. A história é quem que julga. Não somos nós aqui que vamos tirar o nome.

Também tenho uma certa resistência em fatiar nome de estrada, principalmente porque há outra rodovia, a BR-101. Vamos aprovar o projeto referente à BR-101 e deixar o Senador Filinto Muller em paz com a estrada que já leva seu nome.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – O Senador Arlindo Porto falou de forma não oficial, mas S. Ex^a aborreu um ponto interessante. Parece que nosso País está de certa forma tão congelado que temos que retirar o nome dos que já foram homenageados nas obras realizadas, para substituí-los pelas figuras ilustres que vão merecendo essas homenagens. O correto é que façamos mais e mais obras para podermos homenagear outras personalidades, em vez de ficarmos com esse congestionamento de personalidades nas mesmas obras. Concordo que deixemos o nome, então, que já está aprovado e que possamos estar nomeando outras obras que, espero em Deus, o Governo Federal possa estar realizando.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Apenas complementando, Sr. Presidente, inclusive a depender do estado da estrada, o homenageado nem iria gostar de ver seu nome ali.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – A Senadora Marina Silva já manifestou parte do meu sentimento. Considero importante respeitarmos aquilo que já foi aprovado por outros Senadores, especialmente se o homenageado continua merecendo o respeito dos brasileiros. Entendo que temos muitos assuntos importantes. Homenagear pessoas acho que é uma deferência que esta Comissão, o Congresso e o Senado têm, mas defendendo esta proposta: vamos, sim, continuar homenageando aqueles que foram importantes, homens públicos ou não, mas vamos buscar preservar aquilo que já foi feito. O Senador Filinto Muller deve merecer o nosso respeito. Vamos buscar outras alternativas para homenagear também o grande homem público que foi o ex-Senador Mário Covas. Por

isso, o meu voto é favorável ao Relator, que é contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – A última oradora inscrita é a Senadora Marluce Pinto, a quem concedo a palavra. Após, passaremos à votação.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, meus nobres colegas, só para complementar o que os outros já falaram nos seus pronunciamentos, realmente, acho que isto tem que servir de normas Comissões: não substituímos homenageados por outros. Eu nem conheci o Senador Filinto Muller. Convivi, desde os idos de 1986, como parlamentar, com o Senador Mário Covas, por quem tenho muito respeito. Se fosse agir por isso, até seria favorável à mudança. Mas é um desrespeito, como já foi dito aqui, não só à família, mas ao povo. Recentemente, assistimos, pela imprensa, quando quiseram mudar a avenida Vieira Souto, no Rio de Janeiro, para lhe colocar o nome do compositor de Garota de Ipanema. Era um homem ilustre o compositor, muito conhecido no Rio de Janeiro, mas a população se revoltou e não aceitou a mudança. Até hoje continua o nome Vieira Souto. Então, penso que temos que ter respeito à memória dos que já foram. Cada um, na sua época, tem um passado ilustre. Não conheci Filinto Muller, mas sei da sua história política, e, como já disseram os outros, não vão faltar obras importantes para que o nobre Senador e Governador Mário Covas seja homenageado. Então, sou a favor do relatório do Senador Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passemos à votação.

Como é um projeto terminativo, vamos submeter à votação o voto do...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente.

Parece-me que não fui muito clara na hora em que falei. Parece-me que estaria contra o parecer do Relator. Eu alertei para o que estava sendo proposto e a possibilidade de se construírem alguns critérios para estabelecer nomes. Chamei a atenção para a hipótese de se colocar um nome numa rodovia toda em um Estado que gostaria de ver outra personalidade homenageada. Esse foi um critério que coloquei para uma posterior análise nossa. A outra coisa foi o que a própria Senadora Marluce Pinto já falou: no caso de uma rodovia já denominada, deveríamos verificar se dever-se-ia ou não retirar o nome. Então, apenas para que fique claro, entendo que uma rodovia brasileira, considerando as dimensões do nosso País, poderia adotar duas denominações. Talvez um critério fosse a delimitação por Estado ou por Região. Só

para esclarecer um pouco mais o que colocamos no início. Mas também alertamos quanto à impropriedade de estarmos retirando nomes que já estão por um longo tempo estabelecidos, principalmente quando o homenageado prestou um serviço ao Brasil, sem o que alguém não teria apresentado seu nome. Penso que não devemos ser assim tão amplos; poderíamos limitar por Estado ou por Região.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação.

Vamos colocar em votação o parecer, pela rejeição, do Senador Lúdio Coelho.

(Procede-se à votação nominal)

Rejeitado o projeto.

Passemos ao item 3 da pauta.

Projeto de Lei do Senado n.º 51, de 2001, que dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Autora: Senadora Maria do Carmo Alves. Relator: Senador Hugo Napoleão, que solicitou ao Senador Eduardo Siqueira Campos que fizesse a relatoria ad hoc.

Com a palavra, o Senador Eduardo Siqueira Campos.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Gostaria de esclarecer à Comissão que o relatório deste projeto já foi lido pelo Relator, Senador Hugo Napoleão, e eu solicitei vista, porque, na hora da discussão, vários Senadores se manifestaram com relação à maneira como os recursos para a merenda escolar são destinados aos Estados – inclusive o próprio Senador Juvêncio da Fonseca, que acredito que ainda esteja aqui presente. Mas não fiz nenhuma modificação ao projeto.

Solicitei vista só para ter a certeza de que não é mais como no passado. Realmente, a merenda escolar, no momento, é destinada aos Estados e dividida em dez prestações, iniciando no mês de fevereiro, e sendo a última em novembro, no dia 20 de cada mês, e as prestações de contas, no ano subsequente, no mês de fevereiro.

Então, o que falam o relatório do Senador Hugo Napoleão e o projeto é que os novos prefeitos, ao assumirem, não sejam punidos pela má administração anterior.

Consulto o Relator ad hoc, Senador Eduardo Siqueira Campos, e os demais Senadores presentes se aceitariam, ainda, já que está fora do prazo, uma emenda que eu apresentaria, por escrito, posteriormente.

Seria no sentido de, em vez de prestarmos contas em fevereiro do ano subsequente às dez prestações, faríamos por semestre. Creio que isso facilitaria para as prefeituras, e, no último ano da administração, seria menos tempo. E isso obrigaria também uma distribuição mais justa, uma organização mais adequada, porque poderiam ser feitas as distribuições de fevereiro até o mês de junho – já que julho é mês de férias –, os prefeitos e os governadores prestariam contas no final do mês de agosto, e as outras prestações ficariam para fevereiro. Acredito que isso eliminaria esses problemas de chegar no ano subsequente e as escolas ficarem sem receber a merenda porque os prefeitos anteriores não prestaram contas.

Está certo que esse projeto vai eliminar essa lacuna, mas não elimina a falta de responsabilidade de quem está administrando o dinheiro público. E as prejudicadas são as crianças que, muitas vezes, não têm a merenda.

Então, gostaria de saber se os Senadores e o Relator ad hoc aceitariam essa emenda, de duas prestações por ano: no mês de agosto, prestando contas de fevereiro até julho; e no mês de fevereiro, como já é, dos meses subsequentes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – É possível a emenda. Sugiro que a Sr.^a Senadora Marluce Pinto formalize essa emenda, e que passemos esse item um pouco mais para adiante.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Pelo que eu havia entendido, a discussão havia sido encerrada. Entendo a iniciativa da eminente Senadora. Portanto, para não prejudicar a iniciativa de S. Ex.^a, nem tampouco o relatório, que, me parece, já havia sido lido, se não houver óbice por parte da Comissão, que a análise fique para a próxima reunião, porque já teríamos o Relator, Senador Hugo Napoleão presente, já que a Presidência me designou em função da ausência de S. Ex.^a.

Se não houver prejuízo, eu sugeriria a formalização e a análise da emenda, por parte do eminente Senador Hugo Napoleão, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Acho que essa seria a melhor solução.

A SRA. MARLUCE PINTO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – V. Ex.^a tem a palavra.

A SRA. MARLUCE PINTO – O argumento do Senador é muito justo. Mas, para não atrasar o projeto – porque a Senadora até solicitou –, nós já tivemos casos, não só nesta Comissão, como em outras, em

que se apresenta verbalmente uma emenda, que é aprovada, e, posteriormente, só oficializamos. Se fosse de aceitação, não deixaríamos para a próxima reunião. Mas fica a critério do relator.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, eu apenas vou colocar a minha posição, que uma vez...

(Discussão fora do microfone.)

A SRA. MARLUCE PINTO – Então, deixemos para terça-feira; e, logo mais, eu apresentarei a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Então, essa matéria fica adiada para terça-feira.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Item 4:

O Senador José Fogaça, que é o Relator, não se encontra presente.

Item 5:

O Senador Álvaro Dias não se encontra. Então, também passaremos para a próxima semana.

Item 9:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 2001.

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Said Cassis a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbal, Estado de São Paulo.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, como já foi distribuído o relatório, passo apenas à leitura do voto, que é no sentido da aprovação da matéria.

Fica caracterizado que a entidade Associação Comunitária Said Cassis atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, pelo que opinamos pela aprovação do decreto legislativo originado na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr.^s e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 2001.

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ilha FM a executar serviços de radiodifusão.

são comunitária na cidade de Pariqueiraçu, Estado de São Paulo. O Relator é o Senador Jonas Pinheiro, a quem passamos a palavra.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL n.º 73, de 2001, obedeceu ao cumprimento das formalidades estabelecidas na Instrução n.º 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação Rádio Comunitária Ilha FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 14:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 2001.

Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedro Leopoldo, Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Aprova a renovação de permissão, por dez anos, da Rádio Itatiaia Ltda., na cidade de Pedro Leopoldo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É emissora líder de audiência na Região Metropolitana, em Minas Gerais. O seu Diretor-Presidente é o Sr. Manuel Soares Carneiro, sucessor do saudoso Januário Carneiro, grande amigo do nosso Senador Fancelino Pereira. Cumprida a tramitação regimental, e, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDL n.º 19, o meu voto é favorável à renovação da Rádio Itatiaia Ltda. FM.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Arlindo Porto quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 15:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2001, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO - Aprova a renovação, por dez anos, de permissão de outorga à Rádio Cultural FM Ltda. na cidade de São João Del Rei, uma cidade histórica, tradicional e importante no aspecto cultural. Essa emissora tem como sua Diretora-Presidente a Sr.^a Andréa Neves da Cunha, a quem rendemos homenagem por ser filha do ex-Deputado Aécio Cunha, neto de Tancredo Neves e irmã do Deputado e Presidente da Câmara Aécio Neves. Cumprido todo o processo regimental, e, em função disso, o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o relatório e o voto do Senador Arlindo Porto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer e o voto do Senador Arlindo Porto quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 16:

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – O Projeto de Decreto Legislativo n.º 37 renova, por dez anos, a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia Ltda. Essa emissora, que tem o nome fantasia Record Uberlândia tem como seu Presidente Carlos Alberto Rodrigues Pinto e como seu Vice-Presidente Paulo Rodrigues Vieira Guimarães. Uberlândia é uma das maiores cidades de Minas Gerais e uma das mais importantes nos aspectos econômico e cultural. Avaliando, na comunidade, os trabalhos dessa emissora, o nosso voto é favorável ao destino daquela rádio.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer e o voto do Senador Arlindo Porto sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 37 queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 17:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – O Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, por três anos. Fazendo uma verificação da documentação, atendeu o aspecto legal. Essa Associação é presidida pelo Sr. Rubens Francisco de Carvalho e tem como Vice-Presidente o Sr. Luthero Hulle, como Diretor-Secretário o Sr. Caio Nelson Vono de Azevedo e como Diretor-Tesoureiro Mário José Silvestre.

Em função de atender todas as exigências legais, o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer e o voto do Senador Arlindo Porto sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 40 queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 20:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Uruoquense de Desenvolvimento e Solidariedade - Audes - a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Uruoca, Estado do Ceará.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso parecer é favorável, eis que

preenchidos todos os requisitos de lei e tramitação nos órgãos competentes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2001. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer e o voto do Senador Lúcio Alcântara queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 21:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 253, de 2000, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Formiga, Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, o parecer é favorável. A Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas está situada na bela cidade de Formiga, em Minas Gerais. A sua direção tem o Sr. José Mosar Arantes, e o nosso parecer é inteiramente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 253. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer e o voto do Senador Francelino Pereira queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 22:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, a Fundação Educativa e Cultural São Francisco está situada na cidade de Itaúna, entre a capital, Belo Horizonte, e a cidade de Divinópolis, salientando que Itaúna é um pólo cultural e educacional de grande significação. Ali está funcionando plenamente uma universidade que foi criada pelo Dr. Miguel Augusto Gon-

çalves de Souza, meu colega de turma, a quem en vivo um abraço pela aprovação desse serviço de radiodifusão sonora na sua cidade de Itaúna.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 39. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer e o voto do Senador Francelino Pereira queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos agora aos itens extrapauta.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural Comunitária de Belo Horizonte para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, já que ainda temos alguns minutos para o término do tempo-limite, aproveito para apreciar o Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural Comunitária de Belo Horizonte para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, trata-se da Rádio Favela, uma rádio histórica, que funcionou na clandestinidade durante vários anos, foi fechada pela política e aberta em outros locais do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. A tudo acompanhamos, participamos e conhecemos plenamente o êxito e a trajetória histórica de inconformidade - porque ela sempre representou o sentimento dos pobres - dessa rádio. O seu Presidente, que conhecemos, é Misael Avelino dos Santos, uma liderança expressiva no Aglomerado da Serra, que é conhecido - conheço-o bem - de 11 vilas, que hoje formam uma verdadeira comunidade voltada para a cultura e o trabalho, embora quase toda a população vivendo em estado de pobreza. Saliento o destino daquela rádio. Sr. Presidente, quero apenas ler o voto rapidamente.

Por trás do nome Fundação Educativa Cultural Comunitária de Belo Horizonte está a simplicidade, a autenticidade e a força da Rádio Favela, emissora surgida há vinte anos no Aglomerado da Serra, re-

gião com posto por onze vilas com mais de 100 mil habitantes.

A Rádio Favela nasceu no final dos anos 70, utilizando um transmissor improvisado, movido à bateria de caminhão, pois, à época, não havia energia elétrica no local para rodar a música num toca-discos à pilha. Seu projeto era simples: tornar-se porta-voz da comunidade mais carente, defender seus direitos, dar-lhes o sentimento de cidadania.

Perseguida sob alegação de pirataria, a Rádio Favela teve de mudar de sede diversas vezes nos últimos vinte anos. Nesses tantos anos de atividade, a emissora ganhou duas condecorações da Organização das Nações Unidas pela atuação no combate às drogas e à violência e o quarto lugar em audiência na região metropolitana de Belo Horizonte. A única emissora brasileira a participar da 7ª Conferência Internacional da Associação Mundial de Rádio e TVs Comunitárias, realizada em 1998, na Itália. A Rádio Favela tem seus ouvidos abertos a todos os ruídos, em especial às reivindicações e aos reclamos da gente mais pobre.

Objeto de teses de mestrado em universidades francesas e inglesas, a Rádio Favela será a estrela principal de um filme que está sendo rodado pelo cineasta Elverso Raton, autor de sucessos como A Dança dos Bonecos, O Menino Maluquinho e Amor e Companhia.

O filme que contará a saga da Rádio Favela já tem título: Como uma onda no ar. Raton define a Rádio Favela como uma fissura numa realidade em que os meios de comunicação estão nas mãos de uns poucos grupos que detêm alguma forma de poder. A elite, Sr. Presidente, e não o povo. Ela resgata aquilo de deveria ser a comunicação em uma sociedade democrática, ou seja, a expressão de diversas vozes.

A Rádio Favela não fica apenas na palavra, parte para a ação.

O Projeto Favela na Universidade, desenvolvido com grande êxito pela emissora, permitiu que, pela primeira vez no Brasil, fosse montado um curso pré-vestibular em uma região de favela. Graças ao mesmo programa, desta vez executado em parceria com escola de computação, 100 adolescentes foram aprovados em um curso de operação e de montagem de computadores. Esse programa envolve cerca de 700 meninos e meninas, dando-lhes oportunidade de formação e de codificação para enfrentar o mercado de trabalho fugindo das ruas e das drogas.

Conhecida como a "internet dos favelados", a Rádio Favela teve o reconhecimento do Ministro das

Comunicações Pimenta da Veiga, que submeteu projeto de outorga ao Presidente da República, em março do ano passado, o qual foi aprovado em tempo recorde.

Por tudo que acabo de afirmar, é com enorme alegria que dou parecer favorável ao projeto que transforma a Rádio Favela, agora sob orientação de uma entidade comunitária em rádio educativa, oficializando, afinal, uma longa, tormentosa, mas proveitosa atividade de defesa dos habitantes do Aglomerado da Serra e das 182 favelas de Belo Horizonte.

Diante da regularidade dos procedimentos e do cumprimento da legislação pertinente, opino pela aprovação do ato de outorga em exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo n.º 576, de 2000, originário da Câmara dos Deputados, onde recebi parecer favorável do Deputado mineiro Jaime Martins, que está em Belo Horizonte.

Esse, portanto, é o meu voto, comunicando à Casa que a Rádio Favela está transmitindo, do Aglomerado da Serra, a nossa decisão para cerca de 200, 300, 400 mil pessoas neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer e o voto do Senador Francelino Pereira queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Último Item:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, que aprova ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Diamantina, Ampod, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Diamantina – MG.

Com a palavra o Relator, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, gostaria de cumprimentar o Senador Francelino Pereira pelo parecer favorável ao projeto da Rádio Favela. S. Ex^a foi brilhante nas suas manifestação. S. Ex^a, que conhece tão bem não apenas Belo Horizonte, onde já foi Vereador, Governador de Estado, ressaltou especialmente a importância da Rádio Favela para as questões associativas e culturais de Belo Horizonte. Cumprimento ao Senador Francelino Pereira como autor do parecer e também à Direção da Rádio Favela. Espero que ela possa conti-

nuar prestando serviços culturais, educacionais e comunitários a toda aquela região.

O Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 2001, que aprova e autoriza a Associação dos Movimentos Populares em Diamantina – Ampod, na cidade de Diamantina – MG, a explorar sistema de radiodifusão em frequência modulada, por três anos, beneficia uma associação que congrega movimentos populares da referida cidade, patrimônio histórico da humanidade, cidade tradicional do Vale do Jequitinhonha, cumprindo todas as condições regimentais e legais.

A referida associação tem como Presidente o Sr. Tarcísio Vianino Ribeiro, Vice-Presidente o Sr. Lincoln Jacobino Batista, Primeiro Tesoureiro o Sr. Rogério Adriano da Cruz, Segundo Tesoureiro o Sr. Márcio Geraldo Ribeiro, Primeiro Secretário o Sr. Zulmiro João Barroso, Segundo Secretário o Sr. Augusto Eulálio Diniz.

Sr. Presidente, em função de o projeto já ter sido aprovado na Câmara dos Deputados, nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Arlindo Porto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

Lembro aos Senadores que, no dia 21, quinta-feira, teremos, no auditório da Câmara dos Deputados, o Seminário “Drogas, um problema de saúde”, que transcorrerá de 9 às 17 horas. Já que estamos aqui discutindo um projeto de lei sobre prevenção, controle e tratamento de drogas e entorpecentes, sugerimos que os interessados participem desse seminário.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h05min.)

Ata da 17ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 26 de junho de 2001.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores

Senadores, Casildo Maldaner, Marluce Pinto, Nabor Júnior, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Waldeck Ornélas, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Luiz Pontes, Emília Fernandes, Mauro Miranda, Pedro Simon, Maguito Vilela, Juvêncio da Fonseca, Freitas Neto, Geraldo Althoff, Francelino Pereira, Maria do Carmo Alves, Antônio Carlos Júnior, Osmar Dias, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Geraldo Cândido e Saturnino Braga, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Gerson Camata, Gilvam Borges, Moreira Mendes, Teotônio Vilela Filho, Fernando Matusalém, Eduardo Suplicy, Marina Silva e Roberto Freire. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1996 (tramitando em conjunto com o PLS 154/97), de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Elias Murad, que “Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências.” Os Senadores Carlos Patrocínio e Álvaro Dias consultam a Presidência sobre a possibilidade de concessão de um segundo pedido de vista em virtude da complexidade da matéria. A Presidência, atendendo a solicitação dos Senhores Senadores, concede novo prazo de vista, seguindo o disposto no artigo 118, parágrafo 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria retornará à pauta para deliberação, impreterivelmente, no dia sete de agosto próximo. Os Senhores Senadores Lúcio Alcântara, Arlindo Porto, Casildo Maldaner, Pedro Piva, Freitas Neto, Ricardo Santos e Carlos Patrocínio requerem, oralmente, a inclusão extra pauta dos Projetos de Decreto Legislativos n.º 154/01, 30/01, 168/01, 106/01, 91/01, 83/01, 170/01, 90/01 e 89/01, respectivamente. Os requerimentos são aprovados. Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 144, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento.” Atendendo à solicitação do Plenário da Comissão, a votação foi adiada, com a concordância do relator e do autor da emenda n.º 02, Senador Juvêncio da Fonseca. Item 05: Projeto de Lei da Câmara n.º 20, de

2001, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Marcus Vicente, que “Denomina ‘Rodovia Governador Mário Covas’ a BR-101.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o relatório favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Lei da Câmara n.º 41, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que “Altera a redação do artigo 26, § 3º, e do artigo 92, da Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o relatório favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Item 07: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Freitas Neto, que “Com o intuito de complementar o Requerimento N.º 04 – CE, de autoria do eminente Senador Ricardo Santos, Presidente desta Comissão, aprovado no dia 24 de abril do corrente ano, requeiro, nos termos do disposto nos incisos X, XIII e XIX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas, para que sejam ouvidos, individualmente, os Excelentíssimos Senhores Ministros das Comunicações, Dr. Pimenta da Veiga, e dos Esportes, Dr. Carlos Melles, para prestarem informações ao plenário da Comissão acerca das diretrizes e programas prioritários dos citados Ministérios para o ano de 2002.” O requerimento é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 178, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 92, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador José Coelho e o relatório favorável é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 72, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a ASEARC - Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 13: Projeto de Decreto Legis-

lativo n.º 78, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Mendes Amovim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Xavier Chaves, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 156, de 2000, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 169, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Álvaro Cordeiro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 79, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária e Defesa do Meio Ambiente Pró-Guaramirim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB para executar serviço de radiodifu-

são sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 174, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manuel Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Manoel, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o relatório favorável é aprovado. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro - Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Freitas Neto e o relatório favorável é aprovado. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 115, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Freitas Neto e o relatório favorável é aprovado. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Waldeck Ornélas e o relatório favorável é aprovado. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 118, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Waldeck Ornélas e o relatório favorável é aprovado. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 177, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Autazes, Estado do Amazonas.” A relatora designada é a Senadora Marluce Pinto e o relatório favorável é aprovado. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que auto-

riza a Associação Mamma Bianca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iracemápolis, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 119, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da TVSBT - Canal 4 de São Paulo S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado. Extra Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 154, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umirim, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Lúcio Alcântara e o relatório favorável é aprovado. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Arlindo Porto e o relatório favorável é aprovado. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo n.º 168, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Expansão Cultural Rádio e TV Canoinhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo n.º 106, de 2001, de caráter

não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artística “Amiga” de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Itaquerê de Comunicação Comunitária de Nova Europa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Europa, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Piva e o relatório favorável é aprovado. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Pioneira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí.” O relator designado é o Senador Freitas Neto e o relatório favorável é aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Prosseguindo, o Sr. Presidente passa a Presidência ao Senador Pedro Piva, para apresentação de seu parecer ao Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 90, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Ricardo Santos e o relatório favorável é aprovado. Reassume a Presidência o Senador Ricardo Santos. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 89, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Palmeirópolis - TO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirópolis, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador Carlos Patrocínio e o relatório favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 03: Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1999, Item 04: Projeto de Lei do Senado n.º 51, de

2001, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo n.º 81, de 2001, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 85, de 2001, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 150, de 2001, Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2001, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2001, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2001, Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 101, de 2001, Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 2001, Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 100, de 2001 e Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quinze minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Havendo quorum regimental, nós abrimos os trabalhos da 17ª reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura, que se realiza hoje, dia 26 de junho, terça-feira.

Item 1: Trata do Projeto de lei da Câmara nº 105, originalmente 1.873, de 1991, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins e dá outras providências.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, esse projeto, indubitavelmente, é de muita complexidade. Certamente, é uma matéria expressiva, até porque é da lavra do eminente Deputado Elias Murad, que tem sido o Parlamentar mais preocupado com as questões relacionadas ao consumo de drogas em nosso País, especificamente em relação ao tabagismo.

Esse projeto de lei, que, certamente, também foi aperfeiçoado por V. Exª, que é o seu Relator, merece um melhor estudo, um aprofundamento. E é excelente, agora, o recesso, para que nós possamos ter um prazo para nos dedicarmos à sua leitura e ao seu entendimento pleno. Portanto, se houver algum recurso regimental, eu gostaria que V. Exª adiasse a discussão e a votação desse projeto, mesmo porque eu tenho que ele é um dos mais complexos que temos para deliberar.

O SR. ÁLVARO DIAS – Eu acompanho o Senador e também peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito.

Existe um recurso regimental. Já foi concedida vista a esse projeto nas suas discussões anteriores, e o pedido de vista, normalmente, só pode ser concedido uma única vez. Mas o art. 118, § 3º, permite uma saída regimental na medida em que, com a mudança de Relator - e o Relator anterior era o Senador Arthur da Távola, que se licenciou do Senado, e eu passei a ser o novo Relator da matéria -, renovam-se todos os prazos. Então, é possível um novo pedido de vista. Neste sentido, considerando as manifestações dos Senadores Carlos Patrocínio e Álvaro Dias, nós concedemos vista coletiva a esse projeto. Ele passaria a ser reapreciado e a sua votação passaria para agosto.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – É perfeitamente justificável, considerando a complexidade dessa matéria, que já leva dez anos em tramitação no Congresso Nacional; cinco anos na Câmara e cinco anos no Senado.

Considerando a presença dos Relatores, passaremos ao item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2001, que denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101.

Passamos a palavra ao Relator, Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, já tivemos a oportunidade de discutir esta proposta que vem da Câmara dos Deputados e que pretende denominar Rodovia Governador Mário Covas a BR-101, que é uma rodovia de integração nacional.

Já dissemos aqui considerarmos de justiça o pleito aprovado pela Câmara dos Deputados, pela importância de Mário Covas na vida pública brasileira, pelo seu exemplo dignificante não apenas como homem público, mas como ser humano, especialmente nos últimos momentos dramáticos da sua existência, oferecendo exemplos de resistência, de determinação e de fé. Não tenho nenhuma dúvida em afirmar que Mário Covas foi uma figura emblemática de político brasileiro. Especialmente hoje, rememorar seus feitos, tornar sua presença viva no cenário nacional é positivo em função dos escândalos que se abatem sobre a Nação brasileira. Vejo até em seguidores do Senador Mário Covas que a lição foi esquecida.

Por isso, Sr. Presidente, colocar o nome Mário Covas na BR – 101, que passa, de norte a sul, por vá-

rios Estados brasileiros, especialmente alcançando o litoral deste País, que os turistas frequentam em quantidade, é, sem dúvida, salutar. Por isso, nosso parecer foi favorável. Houve um pedido de vista do Senador Gerson Camata, mas não há o voto em separado. Mantenho, portanto, o parecer favorável a essa proposta.

O Mário Covas, além de ser um político afirmativo, de posições definidas, foi um grande administrador, refletindo aquele modelo de gestão pública indispensável no Brasil de hoje, que busca o equilíbrio financeiro e o equilíbrio fiscal para evitar que o endividamento público seja causa de gravíssimos problemas econômicos e sociais a afetar toda a população. Por isso, esse exemplo de homem público, de político e de ser humano deve ser, sem dúvida nenhuma, perenizado por meio de uma homenagem com esta, que o manterá vivo pela presença do seu nome na BR – 101.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o relatório e o voto do Senador Álvaro Dias.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Solicito a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar a ausência, na Comissão, do eminente Senador Gerson Camata, que, na reunião anterior, quando esta matéria foi colocada em discussão, pediu vista e ficou de apresentar um voto em separado. S. Ex^a não veio, e estou, de certa maneira, impossibilitado de votar favoravelmente a esta matéria. Parece-me que ela retira nome de outras pessoas que já foram homenageadas ao denominar trechos da BR – 101. Isso foi o que disse o eminente Senador Gerson Camata por ocasião da apreciação anterior. Quero acreditar que o Mário Covas, se vivo estivesse, tomaria também uma posição igual a essa que pretendo tomar.

Acredito que o grande Governador Mário Covas merece todas as homenagens que se lhe possa prestar e muito mais do que isso. Não quero concordar com a condição de tirar o nome de uma pessoa que foi homenageada, pois já vi episódios desta natureza: tirar nomes de homenageadas, e, posteriormente, a família dessas pessoas ficar altamente constrangida.

Eu gostaria até que o Senador Álvaro Dias, nobre Relator da matéria...

O SR. ÁLVARO DIAS – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Concedo-o, com muita satisfação, eminente Senador.

O SR. ÁLVARO DIAS – O projeto não retira nome algum da rodovia. Há, segundo o Senador Gerson Camata, a denominação de trechos da rodovia. Isso não compromete a existência de um nome que denomine a rodovia de forma integral, que é o que se pretende. A denominação de Mário Covas à BR – 101 não implica retirar nome de outras pessoas de trechos específicos determinados na lei. Não estamos revogando lei alguma que conferiu nomes a determinados trechos. Por isso, nosso parecer foi favorável. Não poderíamos de forma alguma deixar de homologar uma decisão já tomada pela Câmara dos Deputados que implique homenagear o ex-Senador e ex-Governador Mário Covas, até porque os nomes pretendidos para trechos de rodovias ainda não foram, segundo consta, aprovados pela Câmara dos Deputados. Então, na verdade, não consta na lei nenhum outro nome denominando a rodovia BR-101, tanto que ela é conhecida por todos nós como BR-101.

Portanto, Senador, creio que podemos aprovar esta proposta sem prejuízo de eventuais denominações limitadas a determinados trechos da rodovia.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho muita vontade de homenagear Mário Covas em tudo aquilo que se pretender reverenciar a sua honorabilidade, o seu grande apego às causas democráticas. Tendo em vista a explicação do eminente Senador Álvaro Dias de que não revogamos nenhum nome de qualquer pessoa homenageada com o trecho, eu, por essa vontade grande de homenagear o grande brasileiro que foi Mário Covas, dobro-me à evidência e certamente votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, eu gostaria que o Senador Álvaro Dias explicasse um pouco mais a questão do art. 1º, que diz assim:

“Fica denominada Rodovia Mário Covas a Rodovia BR-101 em toda a sua extensão.”

Se fala em toda a sua extensão, não exclui ninguém. Onde tiver um nome, esse nome será excluído por que toda a extensão dela será Mário Covas. Apenas para colaborar com V. Ex^a.

O SR. ÁLVARO DIAS – Da mesma forma que expus anteriormente não consta a aprovação daqueles trechos com outras denominações ainda, de forma terminativa na Câmara dos Deputados. Houve uma proposição no Senado, passou pela Comissão de Educação e foi à Câmara dos Deputados mas não

houve ainda aprovação terminativa. Portanto caberá à Câmara dos Deputados, se aprovarmos esta denominação, discutir a forma de homenagear outras pessoas em trechos específicos desta rodovia. Como se trata de homenagem, é algo simbólico, não haveria comprometimentos também se definíssemos alguns trechos, se a Câmara dos Deputados entender que é possível. A rodovia como um todo se denomina Mário Covas e, em determinados trechos, especificamente, seria conhecida por outra denominação.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Agradeço as explicações do autor do projeto e associo-me ao projeto, visto que Mário Covas para nós é uma liderança que simboliza não só a democracia que se instalou neste País pela suas mãos também mas também um homem que simboliza a gestão pública transparente. Votamos favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Senador Álvaro Dias, na última reunião desta Comissão – V. Ex^a parece que não estava presente –, saí daqui convencido de que a denominação de Mário Covas à famosa BR-101 tem um trecho com o nome do Senador Filinto Muller, que tem uma imagem controversa no seu tempo, mas que terminou se situando como um dos homens públicos mais eminentes deste País. Saí daqui convencido de que, se houvesse uma solução para uma rodovia em cada Estado ter uma denominação diferente, poder-se-ia examinar, o que não considero certo. Mário Covas não precisa dizer mais nada: é Mário Covas. Mas retirar um nome como o de Filinto Muller, até porque eu não gostaria de não prestar...

O SR. ÁLVARO DIAS – Senador Francelino, a Secretaria já foi providenciar, porque o nome Filinto Muller refere-se a outra rodovia.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – É outra rodovia.

O SR. ÁLVARO DIAS – A Secretaria já foi providenciar o documento que demonstrar Filinto Muller uma outra rodovia que não essa.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Se na do res que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

Esta Presidência gostaria de se congratular com o Deputado Marcus Vicente, do PSDB do Espírito Santo, e com o Senador Álvaro Dias, que fez o relatório, pela homenagem ao grande homem público que foi Mário Covas, com certeza um dos grandes líderes deste último século no Brasil. Como ninguém, Mário Covas honrou, como líder, como dirigente, como Governador, como Senador, a sua vida pública. Somente uma rodovia das dimensões continentais da BR-101 poderia servir de homenagem a esse grande homem que foi Mário Covas.

Passemos ao item 6 da pauta:

Projeto de Lei da Câmara nº 41, que altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92, da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.

Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto é de autoria do Deputado Dr. Rosinha, do PT do Paraná, meu adversário na política paranaense. Entretanto, considero o projeto oportuno e tem o nosso parecer favorável.

O projeto pretende incluir a Educação Física no currículo da educação básica e estabelece as situações em que há a dispensa da prática ou em que a prática da Educação Física se torna facultativa.

A Educação Física apresenta características próprias, que a tornam distinta de outras matérias que compõem o currículo. Entre as competências e habilidades a serem desenvolvidas por intermédio da Educação Física, pode-se destacar a obtenção de uma postura ativa com relação às atividades físicas e a consciência da importância dessa atitude na preservação da saúde, no apreço à convivência democrática e na valorização de expressões corporais de nossa cultura. Sua relevância, portanto, é inegável. Daí a justificativa de tornar a Educação Física matéria obrigatória no currículo da educação básica.

Para boa parte dos alunos, a escola é o único espaço disponível para praticar esportes, exercitar-se e desfrutar de momentos de lazer. Cumpre, portanto, tornar a Educação Física mais presente no currículo escolar, para que esses jovens possam usufruir dos seus benefícios. Esse é o objetivo do Dr. Rosinha ao apresentar este projeto de lei na Câmara dos Deputados.

Estamos apresentando uma emenda, aliás, por recomendação de professores de Educação Física,

de especialistas do setor. Essa emenda exclui alguns itens colocados no projeto original que tornam facultativa a prática da Educação Física. Por exemplo, estamos excluindo o item nº 1, que diz: "que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas". Entendemos que isso, por si só, não justifica a exclusão da prática de educação física. Ao contrário, dependendo da atividade profissional - por exemplo, o exercício de seis horas de atividade profissional -, torna-se imprescindível a prática da Educação Física. Assim, o exercício físico torna-se ainda mais necessário. O outro item é: maior de 30 anos de idade. Creio que, depois dos 30 anos, a Educação Física é ainda mais necessária. Por isso, estamos também alterando.

Alunos dos cursos de pós-graduação. Creio que quem faz pós-graduação também precisa fazer exercício físico, é fundamental que faça.

Que tenha prole. Também não vejo por que dispensar da educação física aquele que tem prole. Estamos excluindo, tornando a prática facultativa, para quem presta serviço militar ou, em situação similar, estiver obrigado à prática de Educação Física. Portanto, para quem já tem a oportunidade de fazer Educação Física fora da escola, sua prática torna-se facultativa no ensino básico.

Também para aqueles que estão amparados pelo Decreto 1.044, ou seja, que são portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, dentre as quais hemofilia, asma, cardite, pericardite e nefropatias. Esses estão excluídos da obrigatoriedade da prática da Educação Física. Esta passa a ser, nos casos referidos, prática facultativa.

Nosso parecer é favorável, com a emenda que apresentamos no intuito de melhorar a proposta meritória do Sr. Deputado Dr. Rosinha, do PT do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer e o voto do Relator, Senador Álvaro Dias.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta e de cumprimentar o Senador Álvaro Dias.

Não estou entendendo bem. Se foi estabelecida a obrigatoriedade e a inclusão da Educação Física no currículo da educação básica, após-graduação seria de quê? Não vejo a razão. Creio que deve ser eliminada.

O SR. ÁLVARO DIAS – S. Ex^a acrescentou a pós-graduação.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Não sei qual foi o entendimento do eminente Relator. Gostaria de saber que pós-graduação é essa se o sujeito está cursando o ensino básico?

O SR. ÁLVARO DIAS – Exatamente. Essa questão foi mencionada pelo autor da proposta. No projeto não ficou claro.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – V. Ex^a tem razão quando elimina esse item. Gostaria de cumprimentá-lo.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de aplaudir o projeto do Deputado Dr. Rosinha e também o relatório do Senador Álvaro Dias.

A Educação Física, a cada dia, está sendo mais exigida na vida moderna. A vida sedentária periclitada cada vez mais a saúde em razão da obesidade. Vejam eu com noventa e cinco quilos. É preciso que a prática da Educação Física seja cada vez maior. Torná-la obrigatória nas escolas é de suma importância. Portanto, voto favoravelmente ao projeto e acompanho a emenda do Senador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Considerando a presença do Relator, Senador Nilo Teixeira, passaremos ao Item 2 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 144. Dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens, televisão. Estabelece sanções para o seu descumprimento. Autor: Senador Pedro Simon. Relator: Senador Nilo Teixeira.

Concedo a palavra ao Senador Nilo Teixeira, Relator da matéria.

O SR. NILO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebo a incumbência de dar parecer às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 144 de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para criança nos meios dos canais de radiodi-

fusão de sons e imagens – televisão – e estabelece sanções pelo seu descumprimento.

A proposta esteve nesta Comissão à disposição dos Srs. Senadores para recebimento de contribuições, tendo sido apresentadas duas emendas no prazo regimental, sendo a primeira de autoria do Senador Roberto Freire, na qual procura adequar o conteúdo deste projeto ao que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a segunda, do Senador Juvêncio da Fonseca, na qual insere dispositivo que protege as crianças de cenas agressivas na programação periférica aos programas especificamente concebidos para sua formação, dispositivo esse que confina cenas de violência e sexo envolvendo menores de idade no horário compreendido entre 22h e 5h.

Quanto às emendas apresentadas, optou este Relator por acatá-las em seu mérito, ajustando-as ao corpo deste projeto na forma de uma modificação e de um acréscimo.

A proposta do Senador Roberto Freire é incorporada ao § 1º do art. 1º como extensão do entendimento da expressão-chave “especificamente concebida”, a partir da remissão à Lei de Diretrizes e Bases da Educação como elemento norteador dos conteúdos pedagógicos e educacionais a serem veiculados.

Já a proposta do Senador Juvêncio da Fonseca é acatada em parte, por entendermos que sua proposta de proteção da criança quanto a programações periféricas restringe-se, desnecessariamente, ao caso de violência, e mais ainda ao circunscrever-se a cenas envolvendo menores de idade, sejam como agressores, sejam como vítimas.

Preferimos, para sermos fiéis ao escopo do presente projeto, adotar a clarividente percepção do Coléga, qual seja, a necessidade de cuidar da programação periférica àquela destinada à educação infantil, com uma redação que amplia o escopo da proteção oferecida à criança, e restringindo essa proteção ao horário em que ocorrem as programações a ela destinadas.

Concluo o voto: diante do exposto, voto pela aprovação do projeto com a inclusão das emendas.

Emenda da Comissão de Educação:

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 1º do Projeto de Lei do Senado Federal nº 144 de 1999:

Art. 1º, § 1º - define-se como programação especificamente concebida qualquer programação televisiva que atenda, em todos os aspectos, as necessidades educacionais e formativas da criança e do adolescente, de idade igual ou inferior a dezesseis anos,

incluindo as necessidades intelectuais, cognitivas, sociais e emocionais, sempre em harmonia com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação.

Outra emenda da Comissão de Educação:

Inclua-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 144 de 1999, renumerando-se os demais:

“As emissoras de televisão não veicularão, sob nenhuma justificativa, cenas de sexo ou de apelo erotizante, violência, apologia a produtos fumíferos ou alcoólicos ou qualquer outra considerada imprópria à formação da criança ou do adolescente durante o período de programação de que trata a presente lei.”

É este o parecer que submete à elevar da apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Educação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o relatório apresentado pelo Senador Nilo Teixeira Campos.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eminente Relator, Senador Nilo Teixeira Campos, que com inteligência fez seu relatório, inclusive com referência às duas emendas apresentadas, trago alguns argumentos para que possamos dar o devido tratamento ao específico interesse da emenda que propus.

Procura-se com esse projeto a implantação de uma programação em favor do menor de cinco horas semanais que tenha uma fundamentação educacional voltada para o desenvolvimento da criança, de sua cultura, de suas emoções. Propus por meio de emenda que isso seja feito não dentro da programação normal das cinco horas semanais, mas fora dela, por que nela já não se pode veicular cenas de sexo e violência contra a criança. Seria um absurdo que dentro dessas cinco horas semanais veiculássemos, por exemplo, cenas de motim na Funabem ou outras que contivessem agressões físicas à criança. Não é esse o escopo do projeto.

O escopo do projeto é essencialmente educacional. Minha emenda diz respeito justamente à programação fora das cinco horas, aquela programação normal das emissoras de televisão, na qual produzem fartamente cenas de violência e de sexo não só contra a criança, mas contra adultos. Meu projeto é bem específico, visa proibir que cenas reais de violência que envolvam menores de idade como vítimas ou como infratores sejam veiculadas na programação

das emissoras de televisão no horário compreendido entre as 22h e 5h.

Se entenderem que essa programação deverá ser feita no horário educacional da criança, penso ser melhor retirar a emenda, porque seu objetivo é exatamente evitar que, fora da programação específica do projeto, a hora da outra programação liberada das televisões sirva de deseducação daquele programa que fizemos de cinco horas semanais. Acaba-se de assistir a um programa muito bem feito, bem orientado educacional e cientificamente e, encerrado aquele horário, começa a programação de violência contra a criança na televisão. Essa programação violenta que é fartamente reprovada pela população fará com que se anule todo e qualquer esforço de programação voltada para a criança nas cinco horas semanais.

Portanto, eu gostaria que houvesse um destaque na votação da minha emenda – se é que esse deve ser o procedimento. Muito embora tenha tido uma intenção social bastante forte e cuidadosa, como autor da emenda, não posso concordar com o proposto. Se assim for, desistirei da emenda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Nilo Teixeira Campos.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a emenda do Senador Juvêncio estabelece, em seus termos, que as cenas reais de violência que envolvam menores de idade como vítimas ou como infratores só poderão ser veiculadas na programação das emissoras de televisão no horário compreendido entre 22h e 5h.

O espírito que me levou a propor essa outra emenda é que estamos legislando sobre um problema específico que estabelece programação de televisão especialmente concebida para formação educacional e moral das crianças. A emenda do Senador Juvêncio da Fonseca é ampla e, a meu ver, extrapola o objetivo. Entendi o grande significado da emenda, mas, na minha opinião, ela extrapola o objetivo do propósito do Projeto nº 144, que estamos discutindo aqui. Daí eu ter aproveitado o conceito, incluído e até ampliado um pouco no sentido de que, nas cinco horas específicas, não houvesse cenas de violência. Convenhamos, se, por hipótese, houver notícias e eventos envolvendo menores como vítimas ou como infratores, a televisão estaria proibida de dar essa notícia em jornal, não vendendo propaganda ou fanta-

sia, mas fatos que ocorreram na realidade. Ela só poderia dar essas notícias no horário entre 22h e 5h.

Pelo menos, compreendo o propósito do Senador Juvêncio da Fonseca, que quer proibir cenas envolvendo menores durante o dia, admitindo-as apenas no horário entre 22h e 5h. Optei, como Relator – aproveitando a idéia de S. Ex^a –, por enquadrar os conceitos que peço, até ampliando em um programa especificamente concebido para a educação de menores naquelas cinco horas.

Essa é minha contribuição. Respeito e entendo o objetivo do Senador, mas acho que extrapolaríamos o propósito se incluíssemos medida tão ampla em um projeto em que discutíamos cinco horas de televisão para a formação moral e intelectual das crianças.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Pois não.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Minha emenda não proíbe a veiculação de notícia. Pode-se dar notícia a qualquer instante em que houver violência contra menor em qualquer lugar. O que não se pode é veicular a imagem. É diferente. Trata-se de proibição de veiculação da imagem de violência contra menor. A notícia pode ser dada quantas vezes e na hora em que se quiser.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Mas, Senador, se há uma cena de violência praticada ou sofrida por menor que é notícia, ela vai ser dada como notícia.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sim, pode ser dada.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – A meu ver, no seu texto, ela estaria proibida. O seu texto dispõe: as cenas reais de violência que envolvam menores de idade como vítimas ou como infratores só poderão ser veiculadas na programação das emissoras de televisão no horário compreendido entre 22h e 5h.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – As cenas. Não as notícias.

O SR. NILO TEIXEIRA – Mas a televisão dá a notícia e a cena.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Retirando essa minha emenda, seria um absurdo permitir que, dentro do horário para a educação da criança, também veiculem cenas de violência contra menores. Não estaríamos aqui para legislar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, talvez traga uma contribuição. Na conclusão, acredito

que venha até a ajudar o Senador Juvêncio da Fonseca em relação a esse caso. Na verdade, o objetivo — e aí o Senador Nilo Teixeira vem ao encontro da proposta do Senador Pedro Simon — é fazer com que se estabeleçam programações nos meios de comunicação, principalmente na televisão, programações de formação do jovem, do menor, para que aquele que está na adolescência possa delas beneficiar-se. E que esses horários de formação do jovem, depois de estipulados, sejam divulgados nas escolas, nas creches, nas famílias, a fim de que todos os conheçam. Esse é o objetivo essencial, e a proposta do Senador Nilo Teixeira vem ao encontro dessa proposta. Por outro lado - eu gostaria que o Senador Juvêncio da Fonseca se ativesse um momento — vem a preocupação maior: talvez já tenhamos essa mesma preocupação por parte do Senador Juvêncio da Fonseca. Por quê? Há pouco, na Comissão de Assuntos Econômicos, fui Relator de uma proposta, que votamos, do Deputado Cunha Bueno, de São Paulo, que determina que os televisões no Brasil sejam dotados de dispositivos bloqueadores, por meio dos quais as famílias, os pais ou responsáveis impeçam que o programa não educativo, não aconselhável para a criança ou o menor seja assistido na sua residência. Votamos o projeto agora há pouco, Senador Juvêncio da Fonseca, na Comissão de Assuntos Econômicos. E por que na Comissão de Assuntos Econômicos? Porque envolverá o setor financeiro com gastos a mais para as fábricas que adotarem tais dispositivos — e será necessário que adotem bloqueadores nesses equipamentos.

Naturalmente, haverá um período de transição, Sr. Presidente, nobres Colegas. Se as famílias, em determinados horários, entenderem um programa como não instrutivo, não aconselhável, poderão proceder ao bloqueamento desse programa nos equipamentos que o transmitem. Assim, já na fabricação dos televisores, as fábricas terão de, compulsoriamente, adotar bloqueadores. A preocupação, que é procedente, não tenho dúvida, do eminente Senador Juvêncio da Fonseca será atendida, de um certo modo, em relação a esse caso.

Peço um momento de atenção dos Colegas — se a Presidência pudesse chamar a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) — Peço a atenção de V. Ex^{as}, pois está com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER — Portanto, a proposta aqui analisada e relatada pelo Senador Nilo Teixeira vai ao encontro do que propõe o autor, Senador Pedro Simon: deve haver um momento de instrução

ao jovem, à criança, ao adolescente, horários específicos para isso. Que haja uma orientação dirigida na formação desses jovens.

Parece-me que a preocupação do Senador Juvêncio da Fonseca foi tratada hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando se decidiu que os televisores passarão a ter dispositivos bloqueadores de programas não educativos ou não aconselháveis no entendimento dos pais ou responsáveis. Creio que a proposta vem ao encontro disso.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA — Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER — Ouço o aparte de V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA — Verifique o seguinte: a televisão funciona 24 horas. O pai e a mãe ficarão o dia inteiro com as crianças para saber a que horas interromperão os programas? Imaginem aquele programa do Ratinho que passou, que todo mundo viu, sobre aquele traficante que, para vingar-se da mulher que o denunciava, se viu com uma criança de 5 anos de idade, a qual apareceu nua, em plena tela de televisão, às 20h. Foram tantas sevícias na criança, que, de tanto ele bater na barriguinha dela, nua, ela defecou. Isso é uma coisa absurda que a televisão permite e está frontalmente contra a educação das crianças, principalmente quando estamos propondo 5 horas de programação em favor da criança — programação educacional, de preservação de suas emoções, de sua preparação psicológica para a vida. Como podem os pais ficar de guarda, o dia inteiro, na televisão? As crianças assistem à televisão sem a presença do pai ou da mãe. Esse dispositivo que está sendo discutido é relativamente bom, mas não inteiramente. Este aqui, sim, porque não proíbe a notícia, mas que as cenas de violência não sejam veiculadas antes das 22h. Esse é o objetivo do projeto e da nossa emenda.

O SR. CASILDO MALDANER — Estou com a palavra, Sr. Presidente.

Na verdade, amplia a proposta, amplia a tese. A proposta do Senador Pedro Simon é que se criem, durante o dia, programas educativos específicos — aí, vem ao encontro do Senador Nilo Teixeira, a favor da proposta -, de formação do caráter da criança, da sua idade.

A proposta da Comissão de Assuntos Econômicos é que existam dispositivos para bloquear programas que os pais ou responsáveis entendam não serem aconselháveis adotar. Agora, estou entendendo com maior clareza a proposta do Senador Juvêncio

da Fonseca. É para que se amplie a proposta, para que, em determinados horários, durante o dia ou até às 22 horas, seja proibida a veiculação de imagens que sejam agressivas à formação da criança. Naturalmente, a proposta amplia. Agora estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Eu gostaria de dar, apenas, uma sugestão. Não sei se isso atenderia ao Senador Nilo Teixeira.

A grande discussão que se faz aqui é, principalmente, em relação ao telejornalismo.

Art. 3.º – se fosse possível fazer um pequeno adendo à emenda do Senador Juvêncio – “As cenas reais de violência que envolvam menores de idade como vítimas ou como infratores, só poderão ser veiculadas na programação das emissoras de televisão no horário compreendido entre às 22 horas e”... “... excetuada a programação que diz respeito ao rádio e ao telejornalismo.”

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, compreendo a importância dessa matéria, estou atento à ela, e solicito, nos termos regimentais, vista do projeto, para que eu possa firmar melhor a minha convicção, não obstante o laborioso trabalho feito pelo Senador Nilo Teixeira e a proposta do Senador Juvêncio. Acrescento que ainda não tenha sido dado vista ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Bem, já houve um pedido de vista para essa matéria. Podemos adiar a discussão da matéria. Se todos concordarem, adiaremos a sua discussão.

Senador Nilo Teixeira, V. Exª concorda?

O SR. NILO TEIXEIRA – Sim, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Todos concordam? (Pausa.)

Então, adiaremos a discussão dessa matéria para a próxima reunião.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, pela ordem. (Com assentimento da Presidência) – Sr. Presidente, apelo aos Srs. Senadores para que votássemos e, se possível, fôssemos mais concisos, não em relação a esse assunto, que foi de grande importância e muito bem discutido, mas há 37 itens na pauta, principalmente de concessão de rádio. Se fosse possível apenas dar a conclusão, poderíamos passar para outra pauta, pois é a última do semestre.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passaremos ao item 10 da pauta.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – E o item 4?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Não é possível, pois o Relator do item 4, Senador Hugo Na-

poleão, não está presente. Os itens 5 e 6 já foram votados.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – E o item 7?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O Relator do item 7, Senador Freitas Neto, não se encontra presente. Quanto ao item 8, o relator também não está presente.

Passaremos ao item 10, cujo Relator, Senador José Coêlho, está presente.

Item 10:

Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001.

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário, Rádio Bom Conselho FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Bom Conselho, Pernambuco.

O Relator da matéria é o Senador José Coêlho, a quem passamos a palavra.

O SR. JOSÉ COÊLHO – Sr. Presidente, o projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e de Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu parecer favorável do seu Relator, Deputado Ney Lopes. Na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara da Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

O processo de exame e de apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo nos termos do art. 223 da Constituição Federal, devendo ser destacadas do Legislativo as formalidades e os critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que deve instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 178, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do Senador José Coêlho com relação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001.

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa).

Os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa).

Aprovado.

Item nº 11.

O SR. (Carlos Patrocínio) – Eu gostaria de fazer uma proposta à Mesa, consultados os companheiros, logicamente.

Todos os projetos de rádio comunitária em que haja pareceres favoráveis e iguais, se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – O Regimento não permite, infelizmente.

O SR. (Carlos Patrocínio) – Então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Exato. Projeto de Decreto Legislativo nº 92, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Comunicação e Cultura de Timbaúba a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Timbaúba, Pernambuco.

Com a palavra, o Senador José Coêlho, Relator da matéria.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra, o Senador.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Gostaria apenas de pedir a inclusão extrapauta de um projeto que já está aí, relatado por mim, que é da Associação Comunitária de Cruzeiro, para executar a radiodifusão em Umirim, Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Bem, o Senador Lúcio Alcântara...

O SR. CASILDO MALDANER – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Da mesma forma, para incluir, também, na esteira do Senador Lúcio Alcântara, o projeto por mim relatado, da Fundação Espaço Cultural Rádio e TV Canoinhas, da cidade de Canoinhas, Santa Catarina.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Para o mesmo procedimento, a respeito da Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis, Tocantins, se houver possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Os Senadores que concordam com a inclusão ...

O SR. PEDRO PIVA – Pela ordem, também Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA – Na mesma linha, treze projetos de rádio que eu entrego ao Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Perfeito. Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta dos projetos apresentados pelos Senadores Pedro Piva, Carlos Patrocínio, Casildo Maldaner e Lúcio Alcântara permaneçam sentados. (Pausa).

Aprovado.

Serão incluídos em pauta.

O Presidente tem uma matéria a ser relatada aqui, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviços de radiodifusão sonora na cidade de Bicas, Minas Gerais.

Eu avoquei a Relatoria.

Aprovado.

Com a palavra, o Senador José Coêlho.

O SR. JOSÉ COÊLHO – Tendo em vista que o exame da documentação (inaudível, porque não registrado pela gravação) do PDL nº (inaudível, porque não registrado pela gravação), de 2001, (inaudível, porque não registrado pela gravação) do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba atendeu todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originado da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do Senador José Coêlho. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa.)

Os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 18.

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária e Defesa do Meio Ambiente Pró Guará-Mirim a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Guará-Mirim, Santa Catarina.

O Relator é o Senador Casildo Maldaner, a quem nós passamos a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER – Segundo a análise e o relatório, o voto foi favorável porque preenche os quesitos, as normas estipuladas tanto pelo Ministério das Comunicações, como também por esta Comissão, por esta Casa.

Portanto, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Casildo Maldaner permanecem sentados.

Aprovado.

Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 111, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina.

O Relator é o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Da mesma forma, Sr. Presidente, essa proposta, que atende à Fundação Universitária de Blumenau, a Furb, vinha há muito tempo pleiteando e que vem da formação não só acadêmica, mas vem ajudar todo o Vale do Itajaí, com sede em Blumenau. Preenche também os quesitos estipulados pelo Ministério das Comunicações e também pela Comissão.

O nosso voto é favorável a ele, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação, o parecer do Senador Casildo Maldaner.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Casildo Maldaner permanecem sentados.

Aprovado.

Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 174, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nova São Manoel Ltda., na cidade de São Manoel, Estado de São Paulo.

O Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca, a quem passo a palavra.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, o parecer é favorável à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca permanecem sentados.

Aprovado.

Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Bahia.

O Relator é o Senador Waldeck Ornélas, a quem passo a palavra.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, como V. Ex^a anunciou, trata-se da Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto, no Estado da Bahia, para explorar serviços de radiodifusão comunitária. Todos os requisitos foram atendidos.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Waldeck Ornélas permanecem sentados.

Aprovado.

Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 118 aprova o ato que renova a permissão outorgada da à Rádio Itaparica, na cidade de Salvador, Bahia.

O Relator é o Senador Waldeck Ornélas, a quem passo a palavra.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, trata-se do ato tramita no Congresso Nacional desde 1997, renovando a licença outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda., em Salvador, Bahia. Toda a documentação está regular.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Waldeck Ornélas permanecem sentados.

Aprovado.

Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Altazes, Amazonas.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, no projeto apresentado foram cumpridas todas as formalidades.

O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Senadora Marluce Pinto permanecem sentados.

Aprovado.

Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Mama Bianca a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso, São Paulo.

Com a palavra, o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, o meu parecer e o meu voto são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Pedro Piva permanecem sentados.

Aprovado.

Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Jaguariúna a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, São Paulo.

Com a palavra, o Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, da mesma forma, o meu parecer e o meu voto são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Pedro Piva permaneçam sentados.

Aprovado.

Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural de Iracemápolis a executar serviços de radiodifusão sonora na cidade de Iracemápolis, Estado de São Paulo.

Com a palavra, o Senador Pedro Piva, Relator da matéria.

O SR. PEDRO PIVA – Da mesma forma, Sr. Presidente, o meu parecer e o meu voto são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 32

Projeto de Decreto Legislativo 119. Aprova o ato que renova a concessão da TFSBT, canal 4 de São Paulo S.A, para explorar serviço de radiodifusão de som e imagem na cidade de São Paulo.

Relator: Senador Pedro Piva, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, esse eu tenho que falar um pouco mais, dois minutos, porque renova essa organização fantástica, começada por um homem humilde, como Sílvio Santos, homem que começou do zero, fez toda a sua vida dentro desse canal, com índice de audiência fantástico. Contribui realmente para a difusão, para o engrandecimento da televisão e do rádio brasileiro.

Ao aprovar essa concessão, estamos homenageando não só a um grande canal de televisão como também os homens que a dirigem.

O meu parecer e o meu voto são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Pedro Piva, que é favorável, na forma da emenda oferecida, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Solicito a V. Ex^a que inclua como extrapauta o projeto que aprova e autoriza a Associação Cultural de Moradores e Amigos do Bairro São Jorge, na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, para o final da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação, o requerimento do Senador Arlindo Porto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a inclusão.

Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 72. Aprova o ato que autoriza a Associação Setelagoana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas.

Com a palavra, o Relator, Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Aprova e autoriza a Associação Setelagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária na cidade de Sete Lagoas.

A documentação atendeu os requisitos legais, cumprindo toda a questão regimental. O Presidente da entidade é o Claudiney Dias da Silva.

O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo 78. Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Vila Mendes Amovim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Xavier Chaves, em Minas Gerais.

Com a palavra, o Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – O Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2001, aprova ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Mendes Amovim, na cidade de Coronel Xavier Chaves, no Estado de Minas Gerais.

A Associação desempenha um trabalho comunitário extraordinário. Mantivemos contato com aque-

la comunidade. O seu presidente é o Sr. Paulo Rosa de Andrade. Cumpriu todo o preceito e o ritual regimental. Por isso, nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Arlindo Porto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Castello Branco, situada na cidade de Divinópolis, Minas Gerais.

Com a palavra, o Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Esse é um ato de renovação de permissão de outorga à Rádio Castello Branco Ltda., para explorar o serviço de frequência modulada na cidade de Divinópolis.

Divinópolis é uma das principais cidades de Minas Gerais, um grande pólo industrial na região centro-oeste do nosso Estado. Essa emissora vem prestando relevantes serviços à comunidade, inclusive é uma das emissoras líderes de audiência daquele município.

Atendeu a todos os requisitos necessários. Cumpriu todo o trâmite regimental.

Por isso, o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão, o parecer do Relator.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 15:

Projeto de Decreto Legislativo nº 169, 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Álvaro Cordeiro para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Coração de Jesus, Minas Gerais.

Com a palavra, o Senador Arlindo Porto, Relator da matéria.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº 169, 2001, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Álvaro Cordeiro, para executar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de Coração de Jesus, Minas Gerais.

Essa Fundação também, buscando informações na comunidade, presta relevantes serviços comunitários e culturais, por isso a permissão foi outorgada para dez anos, tendo como Diretora-Presidente a Sr^a Angela dos Santos Cordeiro, Diretora Social Maria das Dores Faria Cordeiro e suplente de diretoria Osmar Faria Cordeiro. Cumprindo todos os procedimentos e atendendo à legislação pertinente, apresentamos e opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 16, Projeto de Decreto Legislativo nº 107, 2001, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Cultural Alto Paranaíba, para executar serviço de radiodifusão sons e imagens na Cidade de Patos de Minas, Minas Gerais. O Relator é o Senador Arlindo Porto.

Com a palavra, o Senador Arlindo Porto, Relator da matéria.

O SR. ARLINDO PORTO - Projeto de Decreto Legislativo nº 107, 2001, que aprova o ato de outorga concessão à Fundação Educativa Cultural Alto Paranaíba, para executar serviço de radiodifusão sons e imagens na Cidade de Patos de Minas, Minas Gerais.

Patos de Minas, Sr. Presidente, é minha terra natal, e com muita honra relato esse projeto pedindo permissão para me alongar um pouco mais.

Essa Fundação Educativa Cultural já há mais de 10 anos se encontra prestando serviços relevantes à comunidade, transmitindo sinais da TV Educativa de São Paulo, TV Cultura de São Paulo e a TV de Minas, de Minas Gerais. Agora, neste momento recebe do Senhor Presidente da República, por meio de decreto, concessão para criação e geração de imagens próprias. Por isso é motivo de entusiasmo a nós da Cidade de Patos de Minas, para a região que ela atinge, são 10 Municípios. Presta relevantes serviços jornalísticos, culturais e comunitários, inclusive é uma emissora líder em vários pontos da sua programação. Tem como Diretor Presidente o Sr. Orcas Garcia de Faria, Diretor Vice-Presidente o Sr. Rodrigo de Melo Faria e como diretora administrativa financeira a Sr^a Sônia Alves da Mata.

Cumprindo todos os procedimentos regimentais, buscando ter verificado a regularidade dos proce-

dimentos, o nosso parecer é favorável, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 17, Projeto de Decreto Legislativo nº 22, 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Cabeceira Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária em Cabeceira Grande, Minas Gerais.

Com a palavra, o Senador Arlindo Porto, Relator da matéria.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº 22, 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Educativa de Cabeceira Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, por três anos.

Cabeceira Grande é um Município recém-emancipado, faz parte da região de influência de Brasília, aqui no noroeste de nosso Estado. Esta será a primeira emissora a se instalar e a funcionar na quebra comunidade. Observando a documentação necessária, ela atinge seus objetivos. Essa associação é presidida pelo Sr. Alberto Martins Ferreira, a quem nesse momento queremos ter o prazer de cumprimentar. Em função de estar toda a documentação acompanhada do PDS 22, evidencia o cumprimento das formalidades legais, somos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 23, Projeto de Decreto Legislativo nº 191, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro, Piauí, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí. O Relator é o Senador Freitas Neto, a quem passamos a palavra.

O SR. FREITAS NETO – Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo 191, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro, Pi-

auí, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 983, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 185, de 16 de maio de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão comunitária, nos termos do art. 49, XII, combinado com o §1º, do art. 223, ambos da Constituição Federal.

É a seguinte a direção da Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro: Presidente, Kátia Silene do Monte Pereira, o restante da diretoria composta aqui no parecer. O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e seguiu parecer favorável do seu Relator, Deputado Romeu Queiroz.

O processo de exame e apreciação pelo Congresso Nacional dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão e autorização para que se execute serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição, deve obedecer nesta Casa legislativa às formalidades e aos critérios estabelecidos na Resolução 39, de 1998, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações que deve instruir o processo submetido à análise desta Comissão.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 191, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na resolução citada, ficando caracterizada que a Associação Comunitária de Comunicação Barro Duro Piauí atendeu a todas os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela aprovação do ato na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Freitas Neto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2001, que aprova o ato de outorga a permissão a MR Radiodifusão Ltda para explorar serviço de radio-

difusão sonora em frequência modulada na cidade Codó, Maranhão. O Relator é o Senador Freitas Neto.

Com a palavra, o Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO – Chega a esta Comissão, para parecer, o Decreto Legislativo nº 115, de 2001, e 527, de 2000, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato de outorga a permissão a MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Codó, Estado do Maranhão. Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.668, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 274, de 04 de dezembro de 1998, que outorga a permissão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o §1º do art. 223 da Constituição Federal.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu parecer favorável do seu Relator, Deputado Júlio Semeghini. Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Sr. Presidente, analisando o processo, verificamos que está inteiramente de acordo também com a Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. De modo que o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Freitas Neto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos passar ao Item 7, que é um requerimento de autoria do Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO – Sr. Presidente, leio o requerimento e explico. É com o intuito de complementar o Requerimento nº 4-CE, que é de autoria do eminente Senador Ricardo Santos, Presidente desta Comissão, aprovado no dia 24 de abril do corrente ano.

Requeiro, nos termos do disposto nos incisos XII, XIII e XIX, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas para que sejam ouvidos individualmente os Exm^{os} Srs. Ministros das Comunicações, Pimenta da Veiga, e dos Esportes, Dr. Carlos Melles, para prestarem informações ao plenário da Comissão sobre as diretri-

zes e programas prioritários dos citados ministérios para o ano 2000.

Sr. Presidente, apenas complementando uma iniciativa bastante oportuna de V. Exª tratada aqui ainda no mês de abril, que foi ouvirmos os Ministros das Pastas que a nossa Comissão abrange, solicito que V. Exª, quando julgar oportuno e entrando em entendimento com os respectivos ministros, chame os Ministros das Comunicações e dos Esportes para tratar com eles a programação da sua área, a fim de que esta Comissão possa acompanhar de perto os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação, o requerimento do Senador Freitas Neto.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Eugostaria de esclarecer que as audiências públicas com os Ministros da Educação, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e Desporto já estão sendo agendadas para final de agosto ou início de setembro.

Passemos aos itens extrapauta.

O SR. FREITAS NETO – Sr. Presidente, peço a V. Exª que, na hora em que colocar o item extrapauta, se estiver de acordo com os Srs. Senadores, que insira o Decreto Legislativo nº 170/2001, que aprova ato que renova concessão da Televisão Pioneira Ltda. da cidade de Teresina.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica incluído.

Passemos às matérias extrapautas.

Projeto de Decreto Legislativo nº 154. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária da cidade de Umirim, Ceará.

Passamos a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, Relator da matéria.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, o processo encontra-se conforme a legislação. Todas as exigências foram cumpridas, e as formalidades já observadas.

Nosso parecer, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Minas Gerais. Relator da matéria: Senador Arlindo Porto, a quem concedo a palavra.

O SR. ARLINDO PORTO – Projeto de Decreto Legislativo nº 30/2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro de São Jorge, na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, a executar serviço de radiodifusão.

Analisando a documentação, ela atendeu a todos os pressupostos legais, constitucionais e regimentais, tendo como seu Presidente o Sr. Paulo Nilton Silveria Batista; Diretor Comercial, Cláudio Ney Pena; Diretor Secretário, Denilson Rodrigues Silveira.

Apenas para registro, Sr. Presidente, seguramente o presidente e o secretário devem ser parentes do nosso colega Senador Carlos Patrocínio, que é Silveira e que é da cidade de Monte Azul, próximo de Francisco Sá. Uma tradicional família do norte de Minas.

Em função disso também, o meu voto é favorável, e conclamo o apoio dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 168/2001. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Expansão Cultural, Rádio e TV Canoinhas, na cidade de Canoinhas, Santa Catarina.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres Colegas, na verdade, a proposta da Fundação Expansão Cultural da Rádio e TV Canoinhas foi conseguida, neste fim de semana, com muito esforço. Submetida a matéria por V. Exª a esta comissão, a proposta foi incluída como extrapauta para atendermos a uma região importantíssima de Santa Catarina.

Aquele povo me telefonou esse fim de semana. Recebi uma comissão em Florianópolis ontem e, se fosse possível, incluiríamos na pauta de hoje.

V. Ex^a submeteu a matéria à Comissão e fico muito grato a ela por termos finalizado esse trabalho antes de entrarmos no recesso propriamente dito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto Decreto Legislativo nº 106. Aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo a executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, a exemplo dos demais, meu parecer e meu voto são favoráveis a essa concessão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2001. Aprova o ato que autoriza Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico Amiga, de Registro, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, São Paulo.

Com a palavra, o Relator, Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, a exemplo dos demais, cumpriu todas as formalidades.

Meu voto e meu parecer são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Parabéns pela concisão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Pedro Piva queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, que aprova o ato que autoriza a Associação Itaquerê de Comunicação Comunitária, de Nova Europa, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Europa, São Paulo.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Da mesma forma, já que se acham de acordo, meu voto e meu parecer são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Pedro Piva queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 170, que aprova o ato que renova a concessão de televisão Pioneira Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de som e imagem na cidade de Teresina, Piauí.

Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO – Trata-se de uma das mais antigas emissoras de televisão da Capital do Piauí, tem como sócios quotistas os Srs. José Elias Tájera, José Elias Tájera Filho e José Elias Tájera Sobrinho.

Examinei a documentação, que está inteiramente de acordo com as exigências, e já foi aprovado na Câmara dos Deputados, de modo que o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Freitas Neto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Solicito ao Senador Pedro Piva que assuma a Presidência para que eu possa relatar o último item da pauta.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Meu projetinho da cidade de Palmeirópolis, Tocantins, também foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviços de radiodifusão comunitários na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais. Relator: Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, a Associação de Rádio Comunitária Alternativa, localizada na cidade de Bicas, Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, cumpriu todas as formalidades e encontra-se em condições de ser aprovada pela Comissão de Educação. Portanto, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Piva) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sr. Presidente, antes de lhe devolver a Presidência, queria cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho não só de hoje, como de todo este semestre, quando foram votados inúmeros projetos, a exemplo de hoje, em que foram votados mais de trinta graças à atuação de V. Ex^a e à colaboração de todos os Senadores que fazem parte desta Comissão.

Meus parabéns.

O SR. RICARDO SANTOS – Muito obrigado, Senador Pedro Piva, pelas referências elogiosas.

O SR. CASILDO MALDANER – Estou certo de que são de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Palmeirópolis, em Tocantins. O Relator da matéria é o Senador Carlos Patrocínio, a quem passo a palavra.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe uma verdadeira expectativa em Palmeirópolis e região pela iminência da instalação dessa Associação de Radiodifusão Comunitária Palmeirópolis, por ser a primeira emissora não só comunitária como de qualquer natureza, nessa vasta região. Daí, a minha insistência para que esse item fosse colocado na pauta.

O parecer é favorável, tendo em vista que todos os requisitos regimentais e legais foram atendidos. Portanto, o parecer é favorável à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator, Senador Carlos Patrocínio, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h15min.)

Ata da 18ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2001.

Às doze horas e três minutos do dia sete de agosto de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Santos e com a presença dos Senhores Senadores, Casildo Maldaner, Gerson Camata, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Pedro Ubirajara, Valmir Amaral, Hugo Napoleão, Eduardo Siqueira Campos, José Coelho, Arlindo Porto, Álvaro Dias, Nilo Teixeira Campos, Teotônio Vilela Filho, Luiz Pontes, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Marina Silva, Pedro Simon, Ney Suassuna, José Fogaça, Juvêncio da Fonseca, Geraldo Althoff, Francelino Pereira, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Osmar Dias, Lúdio Coelho, Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romero Jucá e Geraldo Cândido, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Amir Lando, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Waldeck Ornêlas, Carlos Patrocínio, Fernando Matusalém e Roberto Freire. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado n.º 144, de 1999, de caráter terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento.” O relator designado é o Senador Nilo Teixeira Campos e o projeto é aprovado, por

dezesseis (16) votos favoráveis, com a emenda n.º 01-CE, de autoria do relator (aprovada por quatorze (14) votos). Logo após, é aprovado o requerimento de preferência, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, para apreciação da emenda de sua autoria, que é aprovada por doze (12) votos (com votos contrários dos Senadores Romero Jucá e Nilo Teixeira Campos), ficando prejudicada a emenda n.º 02 do relator. Item 02: Projeto de Lei do Senado n.º 80, de 2001, de caráter terminativo, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que "Determina que as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior apliquem percentual mínimo de seu faturamento líquido anual na execução de projetos de pesquisa e na qualificação do pessoal docente e técnico-científico." É concedida vista à Senadora Emília Fernandes. Item 03: Projeto de Lei do Senado n.º 93, de 2001, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que "Denomina Rodovia Gaspar Silveira Martins o trecho da rodovia BR-153 que liga a cidade de Aceguá à rodovia BR-290, no Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Pedro Simon e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos. Item 05: Projeto de Lei do Senado n.º 51, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que "Dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE." O relator designado é o Senador Hugo Napoleão e o relatório favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Lei do Senado n.º 15 de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que "Altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o artigo 75 da Lei 8069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente." É concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy. Item 08: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Requer a convocação de audiência pública para instrução e discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 2001, que regula o disposto no art. 220, § 3º, I da Constituição Federal para disciplinar a exibição de espetáculos públicos." O requerimento é aprovado. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Paulista de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Regente Feijó, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o relatório favorável é aprova-

do, manifesta-se pela abstenção o Senador Geraldo Cândido. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Central de Araraquara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o relatório favorável é aprovado. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 81, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação a Serviço da Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiana, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o relatório favorável é aprovado. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 03, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária a Voz de Quissamã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Nilo Teixeira Campos e o relatório favorável é aprovado. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 150, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Emília Fernandes e o relatório favorável é aprovado. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 173, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Fronteira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador José Fogaça e o relatório favorável é aprovado, manifesta-se pela abstenção o Senador Geraldo Cândido. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 122, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador José Fogaça e o relatório favorável, com a emenda n.º 01-CE oferecida, é aprovado, manifesta-se pela abstenção o Senador Geraldo Cândido. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que

“Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Ijuí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador José Fogaça e o relatório favorável é aprovado, manifestam-se pela abstenção os Senadores Geraldo Cândido e Eduardo Suplicy. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 124, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador José Fogaça e o relatório favorável é aprovado, manifesta-se pela abstenção o Senador Geraldo Cândido. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Casildo Maldaner e o relatório favorável é aprovado, manifesta-se pela abstenção o Senador Geraldo Cândido. Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 162, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Cultural José Allamano para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.” O relator designado é o Senador Romero Jucá e o relatório favorável é aprovado, manifestam-se pela abstenção os Senadores Geraldo Cândido e Eduardo Suplicy. Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia - CARFLOR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o relatório favorável é aprovado. Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Araçá FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mari, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o relatório favorável é aprovado. Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 101, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Execu-

tivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o relatório favorável é aprovado. Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 100, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a AMOCENTRO - Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombal, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o relatório favorável é aprovado. Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Girau do Ponciano, Estado de Alagoas.” A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o relatório favorável é aprovado. Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 23, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boquim, Estado de Sergipe.” A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o relatório favorável é aprovado. Prosseguindo os Senadores José Fogaça e Pedro Ubirajara requerem, oralmente, a inclusão extra pauta dos Projetos de Decreto Legislativo n.º 116, de 2001 e 141, de 2001. Os requerimentos são aprovados. Extra Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Atlântida FM de Porto Alegre Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador José Fogaça e o relatório favorável é aprovado, manifestam-se pela abstenção os Senadores Geraldo Cândido e Eduardo Suplicy. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 141, de 2001, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial São Sebastião de Boa Esperança do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Esperança do Sul, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Pedro Ubirajara e o relatório favorável é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: Item 04:

Projeto de Lei do Senado n.º 82, de 2001, Item 07: Projeto de Lei da Câmara n.º 111, de 2000, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2001, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2001, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 85, de 2001, Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 176, de 2001, Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 2001 e Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 68, de 2001. O Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Havendo quorum regimental, damos por aberta a 18ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, que se realiza hoje neste momento.

Antes de iniciar a pauta do dia, gostaria de prestar um esclarecimento aos Srs. Senadores da Comissão de Educação. Deveríamos estar também apreciando e votando, neste dia, o substitutivo do Projeto de Lei nº 105 da Câmara, que diz respeito à repressão, controle ao tráfico de drogas e ao uso ilícito de drogas e entorpecentes.

Fomos chamados ao gabinete do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Cardoso, que apresentou algumas sugestões, na quarta-feira passada, e a nossa assessoria está analisando a sugestão do General Alberto Cardoso, sendo que deveremos dar parecer sobre elas até a semana próxima.

Em função disso, não incluímos como item de pauta esse projeto, que foi considerado pelo Colégio de Líderes, que se reuniu no final de julho, durante o recesso, um dos projetos prioritários para apreciação do Senado Federal agora no segundo semestre.

Feito esse esclarecimento, vamos iniciar os trabalhos pelos projetos que não são terminativos, a fim de aguardar a presença de outros Senadores. Começaremos pelo item 05, que é o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2001, que dispõe sobre a liberação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pinae. A autora do projeto é a Senadora Maria do Carmo Alves, e o Relator é o Senador Hugo Napoleão.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, gostaria de esclarecer que a Senadora Marluce Pinto ficara, sobre o presente projeto, a respeito do qual vou me manifestar a seguir, de enviar emendas e já houve, salvo engano de minha parte, três adiamentos, adverte-me o Secretário da Comissão. Trata-se de uma matéria importante, que, a uma altura dessas, já deveria eu oferecer o parecer, pois já aguardamos por três ocasiões a Senadora, que, naturalmente, com afazeres, não teve condições de encaminhar as emendas que disse que enviaria.

Restaria, lembra aqui o Senador Romeu Tuma, à Senadora, eventualmente, a apresentação em Plenário, se for o caso. Mas, de qualquer maneira, procederei à leitura do parecer, atendendo à solicitação de V. Exª.

O projeto de Lei nº 51 objetiva efetivar a suspensão de repasses...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Senador Hugo Napoleão, uma observação importante: este projeto ainda vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então, poderá ser emendado lá, se a Senadora assim desejasse.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Não estava me lembrando dessa distribuição também à Comissão. V. Exª tem razão. Página 41 do Avulso: a Comissão de Educação e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fica sempre reservado à Senadora o direito da apresentação posterior da emenda, eventualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se assim julgar conveniente.

Agradeço o esclarecimento de V. Exª e, continuando, objetiva evitar a suspensão do repasse dos recursos do Pinae aos Municípios que não cumprirem o prazo de prestação de contas no programa durante o primeiro exercício financeiro do mandato do novo Prefeito, que é justamente o exercício do ano de 2001. Entende a autora que os novos prefeitos não devem ser penalizados com o bloqueio dos recursos do Pinae, tendo em vista que não são os responsáveis pela situação de inadimplência das administrações anteriores.

Como esclareci, à proposição não foram oferecidas emendas durante o prazo regimental.

Sr. Presidente, desde já digo que se trata de uma situação excepcional para este primeiro ano para que os Municípios não fiquem privados do rece-

bimento dos recursos do Pinae em função do não cumprimento de contas de administrações anteriores.

Considerando que o PLS nº 51 será enviado, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania cabe a esta Comissão examinar a matéria sob o prisma estritamente educacional.

O Pinae foi criado para atender ao princípio constitucional, segundo o qual o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia, entre outros, do atendimento ao aluno do ensino fundamental por meio de programas suplementares, de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, nos termos do art. 208, VII, da Constituição Federal.

O objetivo do programa é promover o alimento às crianças que freqüentam escolas públicas do pré-escolar e do ensino fundamental. Inserida em um contexto caracterizado por condições de extrema pobreza, grande parte dessa clientela encontra-se em estado permanente de carência nutricional, o que tem sido apontado como uma das causas de problemas no desenvolvimento físico e mental de tectado nas crianças pobres brasileiras.

Sr. Presidente, lembro-me, a propósito, que o ex-Ministro da Saúde Waldir Arcoverde a mim fez um comentário de que, na primeira fase, de embrião até os dois anos de idade, e na segunda, dos dois aos seis anos de idade, a criança precisa receber um determinado número de calorias e de proteínas sob pena de seu cérebro não se desenvolver a contento, mesmo que depois des saída de venha a receber uma quantidade significativa de vitaminas e outros suplementos. Então, é fundamental em função do desenvolvimento mental da criança que este programa realmente seja respeitado.

As pesquisas demonstram que a má nutrição afeta a capacidade de raciocínio e de relacionamento do indivíduo. Em tais circunstâncias não surpreendem as taxas ainda elevadas de repetência e de evasão escolar que castigam nosso ambiente escolar. Não causa surpresa também que a escola passe a assumir o papel de provedora das necessidades básicas para essa população. É lá que as crianças do Sistema Público de Ensino obtêm o suprimento mínimo de alimentação essencial ao processo de aprendizagem.

Dessa forma, entendemos que o bloqueio dos recursos do Pinae deve ser evitado tendo em vista que penaliza especialmente essas crianças. Sem prejuízo das sanções administrativas e das sanções penais cabíveis, nos casos de administrações inadimplentes, os recursos podem ser enviados para as es-

colas que disponham de unidades executoras e, na falta dessas, podem ser direcionados para a Secretaria de Educação do respectivo Estado. O que importa é encontrar os meios alternativos à suspensão do repasse dos recursos.

Em face do exposto, votamos e opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2001.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Romeu.

O SR. ROMEU TUMA – Quero cumprimentar tanto a Senadora Maria do Carmo como o Senador Hugo Napoleão por essa preocupação.

Temos visto nos noticiários da televisão o desespero de algumas Prefeituras por não receber a alimentação correspondente ao Plano Nacional de Alimentação Escolar por falta de prestação de contas dos novos prefeitos.

Registro que há novas gestões de prefeitos reeleitos, que têm responsabilidade. Pergunto se está preservado o não entendimento desta lei que vai de encontro, o que é uma expectativa natural, à primeira gestão do prefeito, o que não alcançaria o prefeito reeleito que tem responsabilidade pela prestação de contas. Parece-me que a lei é muito objetiva: registra apenas que se trata de uma nova gestão. Então, não sei se seria interessante preservar que, quem já é reeleito, deve prestar contas.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para um esclarecimento ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – As contas, em qualquer Casa, deverão ser prestadas pelos novos reeleitos ou não, sem prejuízo – como disse a Senadora Maria do Carmo Alves – das sanções administrativas e penais cabíveis.

Desse modo, gostaria justamente de dizer que, talvez, por uma questão de isonomia, ela tenha se fixado com uma ordem de natureza geral. Parece-me que o Senador Teotônio Vilela Filho está pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, lendo aqui o relatório, percebo que está aspeado o seguinte trecho: “durante o primeiro exercício financeiro do mandato do novo Prefe-

ito". Se reeleito, não é novo. De qualquer forma, é pertinente a preocupação do Senador Romeu Tuma.

Aproveito também a oportunidade para declarar... O Senador Romeu Tuma já encerrou o seu pronunciamento?

O SR. ROMEU TUMA – Já. Demonstrei apenas a minha preocupação.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO – Parabenizo a Senadora Maria do Carmo Alves e o Senador Hugo Napoleão pelo seu relatório.

Voto com o Relator. Nós, nordestinos, sabemos muito bem que um dos principais atrativos no chamado alto-ser-tão e nas caatin-gas para a criança ir à escola é justamente a alimentação. Muitas famílias, em momentos críticos, não têm recurso sequer para a alimentação do dia-a-dia.

Esse recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar é importante seja para a alimentação da própria criança seja para atraí-la para a escola, porque, segundo pesquisas realizadas, esse é um dos principais fatores de motivação para que as crianças se dirijam à escola.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, prezados Senadores, voto tranqüilamente a matéria, até sem essa preocupação, porque o texto está bem claro: "...novo Prefeito". Novo Prefeito é diferente de nova gestão.

Portanto, nenhuma preocupação me move em votar favoravelmente. Ao mesmo tempo, parablenizo a iniciativa da nossa Senadora Maria do Carmo Alves e o excelente relatório do nosso Senador Hugo Napoleão.

Voto favoravelmente ao projeto, como está.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, no último dia em que discutimos esse projeto, apresentei uma emenda – V. Exª deve-se lembrar dessa proposta –, para que, em relação à merenda escolar, fossem prestadas contas mais de uma vez ao ano.

Como falei, são dez parcelas. A primeira inicia em fevereiro e a última em novembro, prestando conta no ano subsequente, no mês de fevereiro. Em vez de prestar conta uma vez por ano, o que fosse liberado de fevereiro até junho seria consignado no final de agosto, e as outras parcelas no mês de fevereiro. Até em decorrência dessa aceitação de não haver inter-

rupção na liberação, em se tratando de outro prefeito, já obrigaria aquele que estivesse no último ano a fazer a prestação de contas de, pelo menos, seis parcelas. E essa emenda foi aprovada nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Senadora Marluce Pinto, a emenda de V. Exª não foi formalizada, visto que não chegou à Comissão de Educação.

A SRª MARLUCE PINTO – Encaminhei a emenda, que foi entregue pelo gabinete à Secretária do Senador Hugo Napoleão. Vejo que S. Exª está aqui presente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Senadora Marluce Pinto, o nome de V. Exª já foi citado. Eu disse que, até o momento, não havia recebido nada, mas verificarei esse fato, porque já houve três adiamentos.

A SRA. MARLUCE PINTO – Talvez em decorrência do recesso tenha havido algum engano.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Talvez. Eu não sabia disso, porque as emendas são entregues geralmente na Comissão.

Como o Presidente salientou, lembro que o processado ainda vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, havendo, portanto, outras etapas para a apresentação de emendas, mas eu não recebi, realmente, esse texto. Posso verificar até pelo uso do celular. Se o Presidente quiser, posso verificar.

A SRA. MARLUCE PINTO – Mas já foi pedido vista. Já solicitei vista, até mesmo para não ser votado naquele dia...

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Eu até conversei com V. Exª no primeiro semestre e disse que estaria de acordo, mas o texto não chegou, realmente, às minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Cabe a V. Exª apresentar essa emenda nesta instância da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. MARLUCE PINTO – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator Hugo Napoleão queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para um esclarecimento. Creio

que seria mais cabível a apresentação da matéria votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque esta Comissão se destina mais aos efeitos da educação em si. Então, restará sempre aos Senadores esta possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Considerando que já há número, passemos ao item nº 1 da pauta.

Projeto de Lei do Senado Federal nº 144, de 1999, que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagem, e estabelece sanções pelo seu descumprimento. O autor é o Senador Pedro Simon, e o Relator, o Senador Nilo Teixeira Campos, a quem passo a palavra neste momento.

Lembro que esse relatório já foi lido pelo Senador Nilo Teixeira Campos e que nos encontramos em fase de discussão. Eu peço ao Senador que faça um resumo, para que possamos passar à discussão.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Ilustres colegas, trata-se de um projeto de lei do Senador Pedro Simon, que recebeu o nº 144, de 1999. O projeto tem o propósito de estabelecer cinco horas semanais de transmissão de uma programação destinada às crianças, que o autor define como “especificamente concebida para a educação moral, cultural e intelectual” delas. A esse projeto foram apresentadas duas emendas: uma, do Senador Roberto Freire, e outra, do Senador Juvêncio da Fonseca. E ambas foram conceitualmente aproveitadas, incluídas, vamos dizer, em seus conceitos.

Quanto às emendas apresentadas, este Relator optou por acatá-las em seu mérito, ajustando-as ao corpo desse projeto, na forma de uma modificação e de um acréscimo.

A proposta do Senador Roberto Freire é incorporada ao §1º do art. 1º, como extensão do entendimento da expressão-chave “especificamente concebida”, a partir da remissão à Lei de Diretrizes e Bases da Educação como elemento norteador dos conceitos pedagógicos e educacionais a serem veiculados.

Já a proposta do Senador Juvêncio da Fonseca é acatada, em parte, por entendermos que a proteção da criança quanto a programações periféricas restringe-se desnecessariamente ao caso de violência e, mais ainda, ao circunscrever-se às cenas envolvendo menores de idade, seja como agressores, seja como vítimas.

Preferimos, para sermos fiéis ao escopo do presente projeto, adotar a clarividente percepção do colega, ou seja, a necessidade de cuidar da programa-

ção periférica, aquela destinada à educação infantil, com uma redação que amplie o escopo da proteção oferecida à criança e restringindo essa proteção ao horário em que ocorrerem as programações a ela destinadas.

Concluí por apresentar duas emendas. Uma delas com a seguinte redação:

“Dê-se a seguinte redação ao §1º do art.1º do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1999:

Define-se como programação especificamente concebida qualquer programação televisiva que atenda, em todos os aspectos, às necessidades educacionais e informativas da criança e do adolescente de idade igual ou superior a dezesseis anos, incluindo-se as necessidades intelectuais, cognitivas ou sociais emocionais, sempre em harmonia com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação”.

Nessa emenda está incluída a que do Senador Roberto Freire.

Uma outra emenda diz:

“Inclua-se o seguinte art.3º ao Projeto de Lei nº144, de 1999, renumerando-se os demais:

Art. 3º. As emissoras de televisão não vincularão, sob nenhuma justificativa, cenas de sexo ou de apelo erotizante, violência, apologia a produtos fumíferos ou alcóolicos ou qualquer outra considerada imprópria à formação da criança ou adolescente durante o período de programação de que trata a presente lei”.

A concepção do autor - a iniciativa é do Senador Juvêncio da Fonseca - eu procurei enquadrá-la no objetivo principal do projeto, que era propiciar aquelas cinco horas semanais de uma programação especificamente concebida para a educação moral, cultural e intelectual das crianças.

O Senador Juvêncio da Fonseca, na reunião anterior, enfatizou a importância da sua emenda e seu elevado propósito de proteger, não apenas nesse horário, mas em horário mais amplo, as crianças evitando-se na televisão cenas de violência tendo menores como vítimas ou como praticantes a não ser em horário especial.

A concepção do meu relatório eu já a expus na vez anterior e torço a expor nesta oportunidade, aproveitando as duas emendas em sua essência dogmática, incorporando e ampliando uma (a do Senador Juvêncio da Fonseca).

Esse é o relatório e parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1999.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, quero falar sobre o objetivo do projeto. Durante dois anos tivemos nesta Comissão de Educação uma subcomissão que tratou exatamente da programação de rádio e televisão.

Hoje ela se ampliou e temos uma subcomissão que trata de rádio, televisão, cinema e teatro. Esse é um dos poucos projetos que veio de forma prática, para começarmos algo.

Como todos sabemos, a questão da televisão é polêmica. O Ministro da Justiça tentou fazer um entendimento com os proprietários de televisão. Não chegaram a um acordo. A idéia era que as televisões tivessem um código de ética próprio, e que elas mesmas o apresentassem. Não houve entendimento. Até agora não há uma fórmula pela qual o assunto televisão tenha a análise, o debate, e o estudo por parte do Congresso brasileiro.

Considero o assunto muito sério. E tenho repetido que não entendo que o Senado, que a Câmara dos Deputados cuide da família, o que é muito importante, cuidem do menor, o que é muito importante, cuidem de religião, cuidem de aspectos sociais, que são muito importantes, ou da educação, que é fundamental, mas não cuidem da televisão, que é quem, mais do que a família, mais do que a escola, mais do que a igreja, mais do que tudo, faz a cabeça dos jovens e até de toda a sociedade brasileira. A babá eletrônica hoje se chama televisão, que substitui os pais. A mãe e o pai saem para trabalhar, e a criança fica em casa, as melhores, as que não são crianças de rua, que não têm lar, que andam por aí. As bem constituídas, ainda que pobres, mas de uma pobreza decente e têm uma casinha, ficam em casa assistindo televisão.

É importante que iniciemos o debate. Não é um debate que visa um regime radical, a intervenção do Estado, pelo amor de Deus. Somos totalmente a favor da liberdade de imprensa, entendemos que é importante. Somos contra a interferência do Estado mas achamos que a sociedade deve ter fórmulas pelas quais entre na discussão. Durante os dois anos de vivência da Comissão, vieram inclusive representantes de organizações da ONU demonstrando números impressionantes com relação à violência, à

ação junto à mocidade, e as consequências do mau uso que vem ocasionando no mundo inteiro.

O projeto é o início. O que objetiva o projeto? O projeto quer que as emissoras de televisão, ao seu bel-prazer, no horário aqui determinado, que é o das 19h às 22h, no horário que quiserem, façam um programa que terá esse objetivo. As emissoras de radio-difusão de som e imagem, televisão, dedicarão pelo menos cinco horas semanais, ou seja, de segunda a sexta-feira, uma hora, a transmissão de programação especificamente concebida para a educação moral, cultural e intelectual das crianças. Como programação especificamente concebida, qualquer programação televisiva que atenda, em todos os aspectos, às necessidades educacionais e informativas da criança e do adolescente de idade igual ou inferior a 16 anos, incluindo as necessidades intelectuais, cognitivas ou sociais e emocionais. A programação a que se refere o parágrafo anterior deverá apresentar-se com os seguintes mínimos: ter a educação da criança como objetivo principal; ser objetivo educacional do programa a audiência infantil, como alvo especificado no relatório da programação infantil, e que se refere ao inciso tal; ser levado entre 19h e 22h; ser regularmente incluído na programação; ter uma duração nunca inferior a 15 minutos; ser identificada como programação infantil educativa no momento em que vai para o ar.

As emissoras ficam obrigadas a identificar e divulgar que a programação é destinada ao público infantil, facilitando a informação de pais, mestres e interessados em geral, em três fases: primeira, através da identidade da programação núcleo no momento em que o programa vai ao ar; através da identificação de tais programas para os editores guias de programação; mediante publicação e divulgação do relatório de programação infantil. A identificação da programação núcleo far-se-á por meio do ícone “pontuar” no início do programa e no período em que atender os comerciais.

É o projeto, Sr. Presidente.

O interessante no projeto, e parece que um sinal significativo, é que ele não se mete nas emissoras de televisão. Ele não está dizendo que “tem que ser assim, tem que ser assado”. Cada emissora usará da sua criatividade, da sua competência, da sua capacidade de escolher um bom programa, que tenha boa audiência, boa sintonia e boa receptividade. O projeto não visa, portanto, a prejudicar as televisões. Não é o horário de propaganda gratuita ou coisa que o valha. O programa terá até patrocínio comercial, será vendido pela televisão como qualquer outro programa.

Contudo, que é um início, é um início; que é um princípio, é um princípio; que é um primeiro passo, é um primeiro passo.

Por outro lado, no bre Relator, com todo o respeito ao primeiro item, eu fico numa tremenda dúvida, porque ele diz o seguinte: “De fine-se como programação especificamente concebida” – que é o que digo no meu projeto – “qualquer programação televisiva que atenda, em todos os aspectos, às necessidades educacionais e informáticas da criança e do adolescente, de idade igual ou inferior a 16 anos, incluindo as necessidades intelectuais, cognitivas, sociais, emocionais, sempre em harmonia com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a sua regulamentação.” Eu estou tonto com esse artigo, porque, na verdade, parece-me que ele discorda do projeto, ele abre um leque diferente daquele feito por mim, que aliás não é meu, mas é um longo estudo feito por técnicos, que debateram o tema, fizeram análises – o Senador Napoleão sabe disso, por que fez parte brilhantemente dos trabalhos – e chegaram a esta conclusão. O medo que eu tenho desse artigo – que não sei de onde saiu, com todo o respeito a quem o apresentou – é que ele quebre a harmonia do projeto e tire a sua finalidade de determinar que a estação de televisão reúna a sua equipe e diga: “Olha, de segunda-feira a sexta-feira, entre 7 horas e 22 horas, escolheremos um horário para apresentar o programa, que deve ser destinado ao jovem, com estas diretrizes” – e as diretrizes estão aqui especificadas em uma série enorme de artigos. O que eu penso é que o artigo apresentado passa por cima disso tudo, é genérico, é amplo, e, sendo genérico e amplo, a emissora de televisão colocará o que ela bem entender como incluído nesse parágrafo. Por exemplo, uma das televisões tem um programa jovem muito bacana que reúne a gurizada para fazer perguntas e leva alguém para falar, para debater, para discutir. Eu já fui lá e achei muito bacana o programa. Agora no sábado, a Globo fará o programa Criança Esperança. Se fosse o caso, deveríamos pedir vista para aprofundar essa matéria, mas o medo que eu tenho, com todo o respeito, é que esse artigo invalide o projeto longamente estudado.

Quanto à segunda emenda, Sr. Presidente, sou totalmente favorável a ela. Não há o que discutir: ela inova, ela vai além do projeto. Eu até diria que é mais importante do que o projeto, porque o aprofunda. Sou totalmente favorável a ela. Agora, eu faria um apelo no sentido de que a primeira emenda fosse retirada, porque tenho medo de que haja má-língua nela e de que

as emissoras fujam ao controle do que é muito bem estabelecido pelos técnicos no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, que estava inscrito anteriormente.

O SR. GERSON CAMATA – Senadora Marina Silva, se V. Exª desejar, pode falar na minha frente. Eu falo logo após a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Eu queria apenas fazer algumas ponderações ao Senador Pedro Simon, porque me ocorreu também semelhante dúvida. Conversando agora com a Zuleide, Senador Pedro Simon, ela me esclarecia que essa emenda do Senador Roberto Freire surgiu da discussão dos educadores, inclusive daqueles educadores que divergiam da LDB na época em que foi apresentada, porque havia algumas questões bastante restritivas, principalmente com relação a algumas disciplinas à educação indígena. Havia uma série de questões sobre as quais tivemos uma visão crítica, em que pese o respeito e a reverência que tínhamos pelo ilustre Relator, Senador Darcy Ribeiro.

Portanto, esta emenda visa a estabelecer um parâmetro de acordo com as necessidades educacionais dessa faixa de idade, para que as empresas de televisão ou de rádio não fiquem inventando programas ao seu bel-prazer, sem um parâmetro, uma referência.

A partir do leque de temas que a LDB prevê, relativos ao quadro disciplinar, ao processo de ensino e de aprendizagem, poderiam ser tirados alguns para a realização de programas, como as questões ambiental e racial e a problemática indígena. Outros assuntos poderiam ser tratados, tendo a LDB como referência. A programação não deveria ficar na livre iniciativa das empresas de televisão ou de rádio, pois elas podem fazer uma cavilação de programas como sendo voltados para a criança e para o adolescente, mas que, na realidade, não cumprem esse objetivo proposto por V. Exª com o qual concordo plenamente.

A Dona Zuleide esclareceu a minha dúvida. Inclusive, diante de uma crítica à LDB na época, S.ª disse que com tranquilidade o que queremos com essa emenda é um parâmetro para que esses programas sejam realizados de acordo com os objetivos propostos no projeto de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Se na do res, sou con tra, mas vou vo tar a fa vor e agora tenho de explicar por quê.

Sempre fui contra projetos que objetivassem fazer programação de estações de televisão. Se analisarmos todos os projetos que tramitam na Câmara e no Senado, veremos que as estações podem demitir todos os programadores, porque o Congresso Nacional já fez a programação das televisões, talvez estabelecendo uma programação pior que a já existente.

Houve tentativas da Marta Suplicy, do Governo e do Ministro da Justiça de fazer com que as próprias estações, que usam um canal da coletividade, da cidadania, que ganham fortunas e pagam fortunas aos atores, penssem no futuro do Brasil. O problema da televisão brasileira é que as empresas não pensam um pouco no futuro do País. O autor da Teoria da Relatividade, Albert Einstein, certa época, já perto da sua morte, disse: “Dois perigos ameaçam o futuro da humanidade: a televisão e a bomba atômica. Se eu pudesse destruir um, eu destruiria a televisão”.

Hoje percebemos que essa violência, esse desprezo pela vida, todos esses assuntos são um pouco banalizados pela maneira com que programação estão importantes são tratadas pelos que fazem a televisão.

A televisão brasileira é uma das melhores do mundo. Lembro-me do tempo em que discutíamos na Câmara dos Deputados o problema dos enlatados. Hoje os enlatados da Globo e do SBT vão para o mundo inteiro – não são plastificados, porque são vídeos agora. Mas a televisão brasileira é uma das melhores do mundo. Mas falta um pouco de consciência, de civismo em quem faz televisão no Brasil.

Como sou contrário a que se faça programação de televisão por lei, penso que devemos fazer uma advertência àqueles que fazem televisão: se eles não assumirem essa posição de zelar pela cidadania, pela educação, o Congresso Nacional acaba por fazê-lo.

Participei muito de uma experiência dessa que deu certo. Quando fui Relator da primeira CPI do Consumidor na Câmara dos Deputados, em 1975, estávamos fazendo uma legislação para regulamentar a propaganda no Brasil. Fomos procurados pelo Sr. Luiz Fernando Furquim, Presidente da Associação Brasileira de Anunciantes, e os donos de agências de propaganda propuseram-se a fazer a auto-regulamentação e criaram o Conar. Nos primeiros meses, Sr. Presidente, o Conar chegava a tirar do ar 100 filmes ou 100 esportes publicitários por mês; hoje, tira três ou quatro, e nem percebemos. Mas a propaganda brasileira evoluiu e está conquistando prêmios in-

ternacionais quase todos os anos, adquiriu uma ética que é admirada no mundo inteiro. As emissoras de televisão não conseguiram acompanhar essa evolução e, sendo assim, penso que agora o Congresso Nacional deve acenar com uma legislação que garanta um horário, mesmo que no, para a educação, para a juventude brasileira.

Congratulo-me com autor, Senador Pedro Simon – que sempre se preocupa com o assunto e por isso mesmo tem vários projetos tramitando na Casa –, com o Relator; penso que a emenda do Senador Roberto Freire acrescenta, apesar da visão contrária do autor.

O SR. PEDRO SIMON – Eu concordo.

O SR. GERSON CAMATA – O Senador Pedro Simon também se manifesta concordando. É um excelente projeto, e devemos não só votá-lo mas também pedir urgência, para que tramite rápido como uma advertência àqueles que fazem televisão, para que pensem um pouco nos direitos dos cidadãos que assistem à sua programação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Já tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de, em outras ocasiões, debater este tema na Comissão. O assunto está em pauta não só aqui mas também a sociedade o tem abordado.

O Senador Pedro Simon foi feliz ao propor idéias nesse sentido, inclusive as emendas dos Senadores Roberto Freire e Juvêncio da Fonseca demonstram a preocupação com as crianças.

Como é bom, Sr. Presidente, nobres Colegas, termos uma programação volta da para a formação da criança, programação que envolva a questão moral, a disciplina. Os canais de televisão deveriam oferecer previamente a sua programação para que os pais, os responsáveis, os educadores tenham consciência e, principalmente, conhecimento, e, sabendo previamente dos programas de formação ética, moral para a criança, ou seja, que se destinassem à formação do caráter, possam, até como questão disciplinar e dependendo do período em que a criança esteja, decidir, escolher o que a criança deve assistir, auxiliando assim na formação dos nossos jovens, o que é sumamente importante para a vida.

Por isso penso que foi feliz a proposta do Senador Pedro Simon, e também as emendas aqui propostas, para encontrarmos caminhos que venham na direção da formação do nosso jovem, principalmente em idades específicas durante a sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra a Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema em discussão, tendo em vista este projeto do Senador Pedro Simon, tem sido preocupação constante desta Casa e, especificamente, desta Comissão.

O tema vem sendo trabalhado em comissão especial, escutando muitas pessoas ligadas ao setor da comunicação, tentando mostrar aos nossos governantes e às empresas que não se deseja nenhuma forma de restrição aos meios de comunicação, nenhum controle, mas que é preciso, e cada vez mais, de uma análise, de uma avaliação constante dos programas que estão sendo transmitidos, muitas vezes sem nenhuma melhor escolha, para inúmeros lares brasileiros.

No que se refere a famílias com menor poder aquisitivo, as crianças muitas vezes só têm a televisão como meio de diversão, fora do seu horário escolar; e, com a ausência dos pais, que, na sua grande maioria, ficam longas horas no trabalho, não são orientadas quanto ao assistir diariamente.

Chamou a minha atenção, na justificativa do autor, quando ele diz que, ao chegar à escola, no mínimo, uma criança já teria assistido ao correspondente a três anos de escolaridade em frente a uma televisão. Quer dizer, a carga de influência é muito grande. Sabemos que, por si só, a tecnologia, os meios, as cores, as figuras já passam uma influência muito profunda.

Este projeto tenta aperfeiçoar, melhorar ou realmente fazer com que a nossa sociedade reflita um pouco mais sobre a programação educativa, chamando à responsabilidade e à parceria as empresas também. Quando se pede o estabelecimento de espaço específico para vinculação de programação educativa para as crianças, nada mais justo e necessário.

Registro a importância deste projeto. Sabemos que as dificuldades e os problemas não serão corrigidos com a pura e simples aplicação desse projeto, porque teríamos programas especiais ótimos para as crianças, inclusive trabalhando numa linha de educação moral, cultural e intelectual das crianças dentro das faixas etárias; mas, em outros momentos, ainda continuaríamos com programas que muitas vezes deseducam nossas crianças e nossos jovens. Programas que estimulam a violência, estimulam a prática indiscriminada do sexo, inclusive o desmonte do conceito da instituição familiar e, principalmente, geram muitas vezes uma confusão sobre a percepção do que realmente é mais importante: se é o ter ou se é o ser.

Sabemos que as propostas para minimizar o problema precisam vir, mesmo que menos abrangentes do que desejaríamos. É exatamente o que está sendo feito pela proposta do Senador Pedro Simon e pelo Relator, que acolheu este projeto. Também entendendo, como já falou a Senadora Marina Silva, que acrescentar a questão da necessidade de se definir a programação em harmonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não descaracteriza o projeto na sua totalidade. Ela dá um rumo dentro daquilo que se colocou na Lei Maior da Educação Nacional deste País, o que se ofereceria dentro dos princípios, pois na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estão os princípios da educação nacional, os objetivos da educação nacional, está expressamente gravado que não se pode discriminar, que não se pode desatender à formação ética, cívica e patriótica dos nossos jovens junto com valores mais simples, que são os da urbanidade e da civilidade.

Cumprimento o Autor e o Relator. Quero dizer-lhes que também nos associamos a essa luta intensa e constante de valorização do ser humano, de valorização da criança, do idoso e da mulher, que é profundamente explorada, inclusive, nos meios de comunicação. É preciso proporcionar às nossas crianças programas de qualidade. Às nossas empresas da comunicação, estamos pedindo a imposição, por meio da lei, mas a construção de uma parceria que melhore e qualifique o que é oferecido às nossas crianças e aos nossos jovens.

Por isso, voto favoravelmente.

Cumprimento o Autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Não havendo quem queira discutir, passamos à votação do projeto.

Como se trata de um projeto terminativo, haverá votação nominal. Primeiramente, votaremos o projeto, ressalvadas as emendas.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Aprovado.

Passemos à votação da Emenda nº 1 do Relator. Votação nominal.

(Procede-se à chamada nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Aprovada a Emenda nº 1 do Relator.

Passemos à votação da Emenda nº 2.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca:

Requeiro, nos termos do art. 311, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, preferência para emenda de minha autoria.

Em votação o requerimento do Senador Juvêncio da Fonseca.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca para encaminhar a votação.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto é fruto da sabedoria e da experiência do nosso eminente Senador Pedro Simon. Trata-se de matéria preciosa, fruto da inteligência de um homem que apreciamos todos os dias aqui pelo seu valor, como brasileiro, como Senador experiente e que nos traz essas lições importantes para a sociedade brasileira.

Aprovei e aprovo inteiramente a emenda do não menos eminente Senador Roberto Freire que deu o parâmetro da aplicação dessa legislação à Lei de Diretrizes e Bases. Apresentei uma emenda que foi colocada em um dos artigos, emenda completamente diferente, separada do conteúdo do próprio projeto e que diz o seguinte: as cenas reais de violência que envolvam menores de idade como vítimas ou como infratores só poderão ser veiculadas na programação das emissoras de televisão no horário compreendido entre as 22 horas e as 05 horas.

De que adianta fazer uma programação preciosa para crianças, cinco horas por semana, se durante a semana, nos noticiários, até extraordinariamente, a qualquer hora do dia, vemos cenas terríveis de violência contra a criança? Principalmente, como está dito na justificativa do Senador Pedro Simon, por que a primeira babá das crianças é a babá eletrônica. Antes de chegar a ouvir e sentir o programa, já senti tantos outros atos de violência contra a criança, contra o jovem. E isso não traz elementos substanciais para a boa formação da criança, para a sua educação, para o seu desenvolvimento, para o equilíbrio das suas emoções.

Considero importantíssima essa emenda. Ela não está tirando da televisão, em nenhum momento, a necessidade do noticiário do fato. O que não pode é a televisão, a qualquer hora do dia, existir na frente de nossas crianças, por exemplo, cenas como aquela do pai se agarrando à criança na guerra da Palestina, se não me engano, em que a criança é fulminada. Poderia perfeitamente ter-se dado a notícia, sem mostrar a execução da criança. É justamente esse o objetivo do

nosso projeto. Está em consonância com o projeto do eminente Senador Pedro Simon, sendo que, com a aprovação dessa emenda, começa, na verdade, não a limitação da programação da televisão, mas o cumprimento do que diz a Constituição brasileira. É necessário que a televisão, antes de tudo, seja produzida para a educação de nossas crianças, para o fortalecimento de nossas famílias, para o alicerce dos bons princípios éticos da nossa comunidade.

Portanto, peço aos meus Países que votem favoravelmente a essa emenda. A aprovação dela, tenho certeza, será um grande passo para que a televisão brasileira não só produza bons programas, mas também esteja condizente com as necessidades da educação de nossas crianças.

Por oportuno, eu gostaria de ler duas ou três linhas do depoimento de Daniel Filho, diretor da Rede Globo, que esteve aqui no final do período anterior, e falou sobre a integração da televisão com o cinema. Ele disse o seguinte: "Violência e sexo na televisão é o ponto mais discutido, mas posso lhes garantir, Senadores, que violência e sexo não trazem patrocínio para as televisões. Enganam-se. Os patrocinadores que realmente importam à televisão, que podem sustentá-la, não que remtem seus produtos ligados a programas que se aproveitam da miséria humana e da violência." Essa é a opinião do próprio diretor da Rede Globo manifestada há aproximadamente trinta dias, numa audiência pública nesta Comissão.

Portanto, essa restrição que se faz da televisão não está indo de encontro aos interesses comerciais ou programáticos da televisão. Ela está em consonância com o espírito dos seus próprios diretores, porque uma programação que veicula violência não é aceitável para os grandes programadores. A televisão não fatura alto com isso. É o que foi dito aqui por Daniel Filho.

Com essas palavras, convidamos meus companheiros a darem mais um passo à frente, aperfeiçoando esse projeto espetacular do Senador Pedro Simon.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Nilo Teixeira Campos.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem contestar a argumentação do Senador Juvêncio da Fonseca, porque ela procede e porque considero a iniciativa de S. Ex^a digna de todos os elogios para evitar que haja cenas de violência na televisão, gostaria de dizer que o tema

principal do projeto, que me coube relatar, versa sobre aquelas cinco horas nas quais se pretende fazer uma programação específica para as crianças. Então, procurei, dentro do conceito de combater, trazer a emenda do Senador Juvêncio da Fonseca para essas cinco horas, que é o objetivo principal do projeto ora sob análise. Evidentemente, se extrapolarmos, vamos criar na determinação para a televisão algo mais que preceitos e orientação em relação às aquelas cinco horas. Então, esse foi o motivo que me levou a acatar a filosofia da emenda e incorporá-la ao dispositivo relativo às cinco horas, que era o objetivo principal do projeto que aqui examinava.

Assim, praticamente aprovei o tema e o incorporei. Entretanto, evidentemente, cabe ao Plenário decidir se ficamos nas cinco horas ou se ampliamos esse período sem cenas de violência envolvendo menores, sejam eles vítimas, sejam praticantes da violência. Vamos decidir nas duas concepções. Entendo perfeitamente a posição do Senador Juvêncio da Fonseca, os seus propósitos, que são legítimos e visam amparar as crianças num período maior.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Juvêncio da Fonseca. Entendo a influência que a violência causa na juventude. Num debate, sob a presidência do Senador Pedro Simon, falávamos sobre os desfechos, que são inseridos num comportamento de violência até assustador diante do quadro que se apresenta.

Faço um apelo ao Senador Juvêncio da Fonseca – porque penso que essa seria uma nova experiência – para que aceite as ponderações do Relator e insira nessas cinco horas. Nós acompanharemos de perto, e assim que fosse aprovado o projeto, tomaríamos outra medida, já que S. Ex^a acatou a tese levantada por V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA – Ouço V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Posso fazer um esclarecimento, que penso ser importante? (Pausa.) A programação das cinco horas é até certo ponto uma técnica educacional que é colocada para a criança.

Na minha avaliação, em que pese a intenção legítima do Deputado Nilo Teixeira, essa programação jamais aceitará qualquer ato de violência contra a criança – refiro-me à programação das cinco horas se-

manais. Colocar um ato de violência nessa programação, como foi o acatamento da minha tese, porém, dentro da programação, perdemos todo e qualquer objetivo da emenda. Ao mesmo tempo, entendemos que no projeto do Senador Pedro Simon é para serem colocadas cenas de violência contra a criança. Não é verdade. Não é preciso dizer que não tem porque não vai ter. Tem de ter fora, e não dentro. Não há como conciliar uma tese com a outra, mesmo porque nós não iríamos aprovar aqui uma tese contraditória com o princípio colocado pelo próprio programa, que é de educação da criança.

Proibir que dentro das cinco horas não se vejam cenas de violência, não cabe que façamos uma emenda dessa natureza, pois ela extrapolaria o bom senso do projeto, da nossa decisão. Portanto, dificilmente haveria condições da conciliação das duas teses. Ou ela está fora da programação ou está dentro. Estando fora, alcançamos todos os programas de televisão, que não teriam cenas de violência reais contra criança, e dentro da programação só aquele período. No restante, poderia haver cenas à vontade.

O SR. GERSON CAMATA – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Pois não, Senador.

O SR. GERSON CAMATA – V. Ex^a está prenhe de razões. V. Ex^a mira a tal chamada. Veja que se à noite for transmitido um filme violento – atualmente, as chamadas estão anunciando uma série brasileira altamente erótica – essas chamadas ocorrem durante todo o dia, mostrando cenas de violência do filme que irá ao ar às 22 horas, por exemplo. Penso que V. Ex^a está visando esse aspecto também. Essa chamada irá cair em um horário com as cenas mais violentas.

O SR. ROMEU TUMA – Senador Juvêncio da Fonseca, V. Ex^a poderia apenas concluir, porque eu não havia entendido bem a emenda. Ela se refere à violência contra o menor, e não à exibição de cenas de violência contra ele. Ou como autor ou como vítima.

O SR. GERSON CAMATA – Entendo agora.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – São cenas reais contra o menor, não são filmes, de ficção.

O SR. ROMEU TUMA – Violência explícita contra menor, como autor ou como vítima.

O SR. GERSON CAMATA – Apóio a emenda de V. Ex^a.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Essa emenda é o primeiro passo para qualquer outra iniciativa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação a emenda do Senador Juvêncio da Fonseca (Pausa.)

Se aprovada a emenda de Juvêncio da Fonseca, fica automaticamente prejudicada a emenda do Relator Miro Teixeira Campos. Refiro-me à Emenda nº 02.

Em votação a emenda original do Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, apenas um esclarecimento para a votação. A proposta do Senador Juvêncio da Fonseca é no sentido de que não pode haver ameaças ou cenas de violência ao menor, das 10 horas da noite às 5 horas da manhã?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Das 22h às 5h da manhã. É bem claro. São cenas reais.

O SR. CASILDO MALDANER – Mas foge um pouco do projeto.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Cenas reais contra o menor, seja ele como infrator, seja com vítima, só poderiam servir vinculadas das 10 horas da noite às cinco da manhã. Pode-se colocar o noticiário à vontade, menos a cena, aliás, a imagem. Estou-me referindo àquele noticiário da Palestina, em que uma criança foi metralhada. Não se poderia colocar aquilo durante o dia, nem sequer em noticiário de meio-dia; dever-se-ia colocar a cena das dez da noite à cinco da manhã, porque se trata de uma cena real de violência contra a criança. Acredito que este tipo de cena é extremamente prejudicial à formação da mesma.

Existem, inclusive, trabalhos técnicos de pesquisa, com referência ao impacto da cena de ficção de violência contra a pessoa e a criança e o das cenas reais contra as mesmas. Elas são completamente diferentes. O impacto de um mocinho matar o índio não tem nada a ver com aquele de se matar alguém no ônibus 174 da Gávea.

O SR. CASILDO MALDANER – Essa não é uma proposta em separado. Ela deve ser inserida ao projeto as cinco horas.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Não é dentro das cinco horas, mas fora delas.

O SR. CASILDO MALDANER – Eu sei. Além de uma programação para crianças às cinco horas, durante a semana, acrescentar-se-ia ainda que cenas reais de violência contra a criança não podem ser mostradas antes das dez horas da noite.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Cenas reais.

O SR. CASILDO MALDANER – Quer dizer, insere-se esse aspecto à proposta do Senador Pedro Simon.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Deve-se inseri-lo dentro do mesmo projeto, porque possui o mesmo espírito. Trata-se da formação da criança, e esta deve ser preservada. Cenas reais de violência contra a criança é contra a sua formação. O que é que se ganha com isso? Nada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Bem, continuamos em votação. Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER – Com a emenda e o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Estamos votando a emenda do Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. CASILDO MALDANER – Vamos inserir essa emenda ao projeto do Senador Pedro Simon, embora dê a entender que a proposta do Senador Pedro Simon esteja um pouco desfigurada, pois amplia o projeto de um certo modo. Esta poderia ser quase uma proposta em separado do Senador Juvêncio da Fonseca. Este é quase um projeto novo, mas está havendo uma fusão, diria assim, de duas propostas.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Bem, está aprovada a emenda do Senador Juvêncio da Fonseca. Prejudicada a Emenda nº 02, do Relator.

Temos ainda dois projetos terminativos.

Passemos, então, ao Item 02.

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2001.

Determina que as entidades mantenedoras das instituições privadas de ensino superior apliquem percentual mínimo de seu faturamento líquido anual na execução de projeto de pesquisa e na qualificação de pessoal docente técnico-científico.

Autor, o Senador Antero Paes de Barros.

Relator, Senador José Fogaça, a quem passamos a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra a V. Ex.^a pela ordem.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Apenas quero alertar ao nobre Senador José Fogaça, com todo respeito ao seu parecer, e aos demais Membros da nossa Comissão que a Senadora Marina Silva e eu estamos fazendo uma análise conjunta em relação a esse projeto e teríamos uma proposta a acrescentar.

Então, tendo em vista que a Senadora Marina Silva precisou retirar-se, vamos solicitar vista deste projeto, para tentar apresentar aos integrantes da nossa Comissão esse aspecto, que entendemos aperfeiçoar e até melhorar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedida a vista ao projeto.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, até eu próprio já tinha falado reservadamente ao Senador Casildo que eu estava disposto a pedir um adiamento da apreciação do projeto, que infelizmente sequer foi debatido e que precisa de um certo tempo de amadurecimento. É daqueles projetos de cunho e conteúdo positivo, ao qual dificilmente alguém pode ficar contrário, pois é bom. No entanto, é um projeto que, sendo terminativo, tem que ter examinadas todas as suas possibilidades e características pela Comissão, inclusive a da constitucionalidade.

Talvez por um defeito de formação, tendo em vista tantos anos de participação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prendi-me a esse aspecto da constitucionalidade. Entendo que, sendo terminativo na Comissão – é terminativo, irá daqui diretamente para a Câmara dos Deputados –, não posso deixar de registrar em meu parecer que o projeto tem nuances de inconstitucionalidade. Ele é marcado por uma eiva de inconstitucionalidade.

De modo que dei esse parecer, mas quero dizer que dou mais importância ao debate do que propriamente ao conceito que dele fiz.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passaremos, então, ao Item nº 3, que também é terminativo.

Projeto de Lei do Senado nº 93/2001. Denomina Rodovia Gaspar Silveira Martins o trecho da Rodovia BR-153 que liga a cidade de Aceguá à Rodovia BR-290, no Estado do Rio Grande do Sul. Autora: Senadora Emília Fernandes. Relator: Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – O parecer é totalmente favorável, Sr. Presidente. Trata-se de uma iniciativa das mais justas, das mais corretas, de autoria da brilhante Senadora Emília Fernandes, em homenagem a um grande homem público do Rio Grande do Sul e do Brasil.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra à eminente Senadora Emília Fernandes.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto surgiu de uma

sugestão que recebemos de pessoas da comunidade do Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, e também de autoridades do Poder Executivo, do Prefeito petista Luiz Mainard.

Por ocasião dos 190 anos daquele Município, S. Ex^a entendeu por bem fazer uma provocação, um chamamento àquele comunidade, para que resgatasse figuras ilustres nascidas naquela terra. Acharmos que era muito oportuno porque, durante todas as festividades dos 190 anos do Município, houve muitas atividades culturais, educacionais, festivas.

A ilustre figura, nascida na aquela região, em 5 de agosto de 1834, morreu em 23 de julho de 1901. No dia 23 último comemoraríamos 100 anos do seu falecimento. O evento teve a participação de historiadores, do Ministro Paulo Brossard, que foi ao Município e fez uma declaração sobre esse homem público. Houve a participação de estudantes que, inclusive, tomaram parte de um concurso de monografias.

Estabeleceu-se uma discussão sobre Gaspar Silveira Martins, buscando resgatar sua vida e pensamento. Ele ocupou os cargos de juiz municipal e advogado, depois ingressou na política, foi deputado e senador, tornando-se o maior tribuno da América, por sua eloquência e cultura. Um aspecto que o ilustre Paulo Brossard registrou durante sua participação é que era tal a capacidade de convencimento de Gaspar Silveira Martins que eles se notabilizou exatamente por isso. Ele exerceu, ainda, a Presidência do Rio Grande do Sul e ocupou o Ministério da Fazenda, sempre com uma linha de defesa da democracia. Em sua carreira política, realizou obras de importância indiscutível que possibilitaram, de certa forma, o desenvolvimento daquela região, inclusive, a estrada de ferro do norte da província, a estrada de ferro Porto Alegre/Uruguaiana, a Escola Militar, o Tribunal de Relação que hoje é o Tribunal de Justiça. Enfim, ele foi um incansável que não media esforços para trazer benefícios tentando, inclusive, uma discussão no que se refere ao combate à centralização do poder. Ele combatia a abolição da escravatura e questionava a ação da Igreja sobre o Estado; foi um homem para o seu tempo e, sem dúvida, marcou o seu nome na História. Ele morreu em Montevideu, no dia 23 de agosto de 1901, e quando seu corpo retornou ao Brasil passou por várias cidades, Pelotas, Santa Maria, Porto Alegre, Cacique, São Gabriel, finalmente chegando a Bagé onde estão os seus restos mortais colocados na Catedral de São Sebastião naquele município. E durante toda essa trajetória, no seu passamento, milhares de pessoas, inclusive de municípios vizinhos, corriam para lhe prestar a última homenagem.

Então, o que estamos fazendo é registrar na História um trecho da BR-153 que liga Aceguá à rodovia BR-290, como forma de chamar a atenção para aquelas pessoas que marcaram a História.

Podemos ter questionamentos em relação a sua posição ideológica ou não, mas me parece que este País necessita resgatar as pessoas que participaram da construção histórica e política do País. E, neste momento, atendendo a um apelo daquela comunidade, por meio da liderança, da Secretaria da Cultura do município e do próprio Prefeito Mainard, nós atendemos essa solicitação e obtivemos, com muita satisfação, o parecer favorável do Senador Pedro Simon. Agradecemos, portanto, a atenção de todos os colegas desta Comissão que votarem favoravelmente a esta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Senadora Emília Fernandes pela iniciativa, principalmente porque tem um aspecto bastante ecumênico em sua posição, ou seja, a formação e o posicionamento político da Senadora Emília Fernandes é de uma corrente histórica contrária ao Gaspar Silveira Martins, uma das grandes figuras do Império no Rio Grande do Sul. Gaspar Silveira Martins foi um dos personagens centrais de uma das mais sangrentas revoluções que a nossa história sulina conheceu; uma revolução tão violenta que os seus episódios mais duros, mais amargos, mais sangrentos, são geralmente omitidos e esquecidos pelos historiadores gaúchos dada a condição bárbara em que as guerras e os conflitos se travaram nas nossas revoluções neste final de século. Mas, na verdade, um ximango não pode negar o valor de um maragato, como um maragato não pode negar o valor de um ximango. Gaspar Silveira Martins habitava a fronteira com o Uruguai e morreu do outro lado da fronteira, segundo alguns dizem, também, em combate, em um combate romântico, mas morreu em combate. Gaspar Silveira Martins, ligado aos maragatos, é uma das figuras proeminentes da nossa História. Os maragatos são um grupo humano originário da Espanha que se sediou, que se fixou nesta fronteira do Uruguai com o Brasil ali entre Aceguá, Melo, Livramento e Rivera. E são originários de uma região da Espanha chamada Região da Maragateria, que fica quase no sul daquele país e que foi ocupada pelos árabes no

Século VIII. Então, há uma forte influência moura, árabe, inclusive no tipo físico, de cabelos grossos e de tez morena. Os Maragatos são um tipo humano bem característico desse ambiente e de toda essa ecologia humana produzida naquela região.

Mas, talvez, o mais notável aí é que houve a Revolução de 1893 e a de 1924, que foram sangrentas e levaram a um duro combate entre esses dois lados. E agora as novas gerações reconhecem o valor de ambos os lados. Então, é muito comum ver Maragatos homenagearem Borges de Medeiros e agora, aqui, uma pertencente à vertente dos Chimangos homenagear um Maragato. Esse é, realmente, um fato marcante.

É evidente que o voto é favorável, Sr. Presidente.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, eu pediria que fosse feita uma retificação, porque houve um equívoco de redação: a data de nascimento consta como sendo 1934, quando, na realidade foi 1834. Isso, antes de ir à apreciação do Plenário, pode ser republicado e corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Retificaremos isso, de acordo com a solicitação de V. Ex^a.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Passa-se à votação, que é nominal.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Aprovado o projeto.

Passa-se ao Item nº 4. Como o Relator, Senador Carlos Patrocínio, não está presente, adiaremos a sua apreciação para a próxima reunião.

Já votamos o Item nº 5.

Passa-se ao Item nº 6. Trata-se do Projeto de Lei do Senado Federal nº 15, de 1999, que altera os arts. 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e o art. 75 da Lei nº 8.069, de 3 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. O autor é o ex-Senador Luiz Estevão, e o Relator, o Senador Romeu Tuma. Passamos a palavra ao Relator.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, se V. Ex^a permitir, farei um resumo, porque o objetivo é fácil de ser entendido.

O então Senador Luiz Estevão, em razão dos acontecimentos em Brasília e em outros locais envolvendo praticantes de lutas marciais que acabaram cometendo alguns homicídios – sem respeitar até a história daqueles que praticam essa luta, não a usando no interesse pessoal –, quis caracterizar como

agravante de prática de crime aqueles que praticam esse esporte e que, em razão da sua superioridade física e técnica, venham a cometer homicídios.

Além de dar agravante, o projeto enquadra também como bando ou quadrilha e obriga as academias a se registrarem num conselho, federação, secretaria e na Vara da Infância e da Juventude, para, com isso, acompanhar de perto a evolução desses casos e para que, caso haja qualquer homicídio praticado por um desses elementos ou qualquer tipo de violência, eles possam ser identificados e enquadrados nesses artigos, com as agravantes apresentadas no projeto.

Como não há, frente ao mérito, relativo às competências desta Comissão, nenhum obstáculo à iniciativa, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 15 do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço vista para melhor examinar a matéria. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Concedida vista ao Senador Eduardo Supply.

Item nº 7. O Relator, Senador Roberto Freire, solicitou o adiamento da discussão da matéria, tendo em vista que não se encontra presente hoje.

Item nº 8. Requer a convocação de audiência pública para instrução e discussão do Projeto de Lei do Senado nº 20, que regula o disposto no art. 220, § 3º, inciso I da Constituição Federal, para disciplinar a exibição de espetáculos públicos. Autor: Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon para encaminhar.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, votada e regulamentada a lei, o ilustre Presidente do Superior Tribunal de Justiça aceitou liminar proposta pela Abert. Agora, então, estamos sem saber o que fazer.

Estamos convidando autoridades para virem debater a matéria aprovada e a decisão do Superior Tribunal de Justiça para verificarmos o que se deve fazer em relação a essa matéria. A audiência pública será marcada e V. Exª deverá escolher os membros que dela deverão fazer parte.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação o requerimento do Senador Pedro Simon.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Marcaremos a data em comum acordo com o Senador Pedro Simon.

Passamos agora aos projetos de decreto legislativo referentes às rádios.

Item nº 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2001, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Paulista de Radiodifusão Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora de ondas médias na cidade de Regente Feijó, Estado de São Paulo. Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, qual é o item, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Item nº 10.

O SR. ROMEU TUMA – Perfeito.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, ficando caracterizado que a entidade Empresa Paulista de Radiodifusão Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos legais, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o Parecer do Relator, Senador Romeu Tuma, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Central de Araraquara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araraquara, São Paulo. Relator: Senador Romeu Tuma.

Com a palavra o Relator.

O SR. ROMEU TUMA – O projeto que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Central de Araraquara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araraquara atendeu a todos os preceitos legais, portanto, somos favoráveis a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação a Serviço da Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indiana, São Paulo. Relator: Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, pela ementa lida nota-se que foi apresentada toda a documentação requisitada pela lei em vigência. Por isso, somos favoráveis à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 03, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária A Voz de Quissamã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quissamã, Rio de Janeiro.

O SR. NILO TEIXEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Associação Comunitária A Voz de Quissamã atendeu a todas as exigências legais, seu processo foi examinado no Ministério das Comunicações, passou pela Câmara dos Deputados e agora ultrapassou o antepenúltimo obstáculo para ter a sua situação legalizada. E nessa votação simplória aqui é necessário... E eu gostaria de abusar da paciência dos Srs. Senadores para falar alguns minutos sobre o Quicamã, um jovem Município do Rio de Janeiro, criado pela Lei nº 1.419, de 4 de janeiro de 1989, instalado no dia 1º de janeiro de 1990. Tem, portanto, 11 anos, 8 meses e 7 dias. É um Município pequeno, tem 660 Km² e aproximadamente 13.668 habitantes. E, no entanto, é um Município moderno, talvez até por estas duas características: ser jovem e ser pequeno. É um Município que tem uma liderança política forte na pessoa do atual Prefeito Otávio Carneiro da Silva, que foi o primeiro Prefeito, foi o Prefeito da terceira Administração e reeleito para o quarto período administrativo. E vem fazendo uma administração moderna, implantando serviços de saúde, de educação e, acima de tudo, modernizando a agricultura do Município, que é a sua principal fonte. Quicamã fica na região produtora de petróleo, é um Município litorâneo, da Zona Norte do Estado do Rio de Janeiro, beneficiado pela política de royalty do petróleo, que é a sua maior fonte de contribuição.

Em Quicamã não se destacam apenas os homens públicos, o próprio gerente e administrador dessa rádio, Luiz Carlos de Almeida Magalhães, é um batalhador e fundou nesse Município o Jornal A Voz de Quicamã, fundou em 12 de junho de 1988, quando se iniciava o processo de emancipação do Município, que se deu no ano seguinte. Fundou também a rádio que funcionou de 1985 a 1989, quando surgiu a nova lei que regulamentava as rádios comunitárias. Nesse período, de 1995 a 1999, por funcionar sem autorização, sofreu dois processos da Justiça Federal. Num dos quais já foi absolvido, e o outro ainda encontra-se em andamento. Então, é muito importante, e o Luiz Carlos de Almeida Magalhães se jacta de ter sido o primeiro processo apresentado no Estado do Rio de Janeiro quando saiu, em 1999, a lei que regulamentava as rádios comunitárias.

Então, hoje é o antepenúltimo obstáculo que ele ultrapassa. Depois de aprovada aqui, isso ainda irá a plenário e à sanção do Presidente da República para obter uma concessão por três anos, a partir de 17 de dezembro de 1999. Já no próximo ano de 2002, ele estará voltando, atendendo às exigências burocráticas para renovar a legalização da sua rádio. Então, esta aprovação aqui, numa rotina do nosso Senado, da nossa Comissão, é de grande importância e relevância para aqueles brasileiros que moram em Quicamã e vão desta maneira ter a sua primeira rádio.

Solicito aos Senadores que, em face das exigências legais, todas elas atendidas, votemos a favor da legalização da Associação Comunitária A Voz de Quicamã.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Lembro ao Sr. Senador de que há um projeto em tramitação nesta comissão estendendo o prazo de concessão para 10 anos.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Decreto Legislativo nº 150 aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

A Senadora- Relatora Marina da Silva esteve aqui há pouco e pediu para que indicássemos como relator ad hoc a Senadora Emília Fernandes, a quem passamos a palavra.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, a Senadora Marina fez o parecer favorável, salientando a importância das rádios comunitárias, apesar de

algumas terem, às vezes, distorcidas as suas reais finalidades, mas é um espaço de veículo democrático, em que se pode ampliar a voz das comunidades, principalmente aquelas mais distantes. Toda a documentação atendeu às formalidades exigidas.

O parecer da Senadora Marina Silva é favorável, e o subscrevemos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao item 17, considerando que os Relatores Jonas Pinheiro e Eduardo Siqueira Campos não se encontram presentes.

Projeto de Decreto Legislativo nº 173 aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusora Fronteira Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arroio Grande, Rio Grande do Sul. O Relator é o Senador José Fogaça, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de decreto legislativo que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusora Fronteira Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

De fato, foram observadas todas as exigências legais constitucionais. O processo de exame e apreciação pelo Congresso Nacional dos atos que outorgam e renovam a concessão deve seguir os padrões estabelecidos no art. 223, da Constituição Federal.

Tendo em vista toda a documentação que acompanha o PDS nº 173, de 2001, evidencio o cumprimento das formalidades estabelecidas pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Radiodifusora Fronteira Ltda. atendeu aos requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão.

Opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 18.

Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2001, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas. O Relator é o Senador José Fogaça, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, trata-se de ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Pelotas Ltda., que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Há uma exposição do Ministro das Comunicações que dá conta que toda a instrução de documentos foi feita de acordo com a legislação aplicável ao caso. Houve deferimento do Ministério das Comunicações. Foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, e atende aos requisitos.

Estamos apresentando uma emenda de redação, que não altera de forma alguma, o conteúdo, o objetivo de projeto de decreto legislativo. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação o projeto com a emenda apresentada pelo Relator.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 19.

Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2001, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Ijuí, localizada na cidade de Ijuí, Rio Grande do Sul. O Relator é o Senador José Fogaça, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, trata-se de uma das mais importantes e tradicionais rádios do Rio Grande do Sul, de grandes serviços prestados à comunidade, como vem fazendo há muitos anos, sempre confirmando os padrões de alta informação jornalística, grande qualidade e conteúdo relevante para os interesses da comunidade. Essa rádio também, por meio de seus responsáveis, atendeu a todos os requisitos legais, cumpriu todas as exigências da lei e da Constituição e tem parecer favorável do Ministério das Comunicações e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara. Tendo em vista todo esse exame da documentação, ela está realmente habilitada a renovar a concessão.

Opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 20.

Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2001, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM, localizada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o Relator, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, a sociedade Rádio Lagoa FM explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul. Eu ficaria tentado, Sr. Presidente, a fazer algumas considerações sobre essa histórica cidade, que tem que ver com as grandes tradições do nosso Estado, mas não vou fazê-lo.

O importante aqui é ressaltar que essa empresa de comunicação cumpriu os requisitos exigidos pela lei e pela Constituição - basta ver a exposição de motivos do Ministro das Comunicações -, e está claramente enquadrada em todas as definições e exigências legais e constitucionais. Fizemos o exame da documentação no Senado e constatamos também que o cumprimento das formalidades e, portanto, todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão estão atendidos.

Opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Ex^a, já que estou no embalo da relatoria de projetos de quatro rádios do Rio Grande do Sul, que analisássemos uma outra rádio, a Rádio Atlântica FM, de Porto Alegre, cujo parecer estou entregando à Mesa para que seja incluído extrapauta. Pediria, ain-

da, que os Colegas da Comissão me dessem a oportunidade de fazer, rapidamente, a leitura do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação o requerimento do Senador José Fogaça para inclusão, extrapauta, do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2001.

Os Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço também aos Colegas por esta oportunidade.

O SR. PEDRO UBIRAJARA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Estamos com um parecer pronto e gostaríamos de também ser atendidos neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em votação o requerimento do Senador Pedro Ubirajara.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a palavra, para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 116/2001, ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente e Srs. Senadores, esta matéria também é visivelmente favorável a toda a indicação em torno dela.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que “a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.”

Portanto, o parecer deste Relator também é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 21:

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2001, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Itapema FM, localizada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina”.

O Relator é o Senador Geraldo Althoff, que está aqui até pouco tempo. Indicamos o Senador Casildo Maldaner para relatar.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, verifiquei o relatado pelo Senador Geraldo Althoff, que, na verdade, é de conformidade com o que estipula a legislação em vigor, desde o envio por parte do Ministério das Comunicações, em que a própria Rádio Itapema FM Ltda. se compromete a seguir a legislação hoje em vigor no Brasil... É bom destacar-se também que a Rádio Itapema FM originalmente era a Rádio Diário da Manhã Ltda., na capital do nosso Estado.

O parecer, portanto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 25:

Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2001, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Educativo-Cultural José Allamano para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista – RO.

Com a palavra o Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, desejo apenas registrar que a Fundação cumpriu os requisitos técnicos formais tanto do Ministério das Comunicações quanto da Câmara dos Deputados e do Senado.

Portanto, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 26:

Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2001. Aprova o ato que autoriza a comunidade “Amiga de Radiodifusão Florânia – CARFLOR – a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Florânia, Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna, Relator da matéria.

O SR. NEY SUASSUNA – Nobre Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a comunidade em discussão Comunidade Amiga de Radiodifusão Florânia – CARFLOR – apresentou toda a documentação pertinente. Não havia absolutamente nada que pudesse impedir essa tramitação, razão pela qual, aprovamos o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 27:

Projeto de Decreto Legislativo nº 102. Aprova o ato que autoriza a rádio comunitária Araçá, FM, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Mari, no Estado da Paraíba.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Essa é a cidade do abacaxi na Paraíba. É o melhor abacaxi do Brasil. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Disputando, nobre Senador, com o abacaxi do Município da Serra, no Espírito Santo.

O SR. NEY SUASSUNA – A comunidade de Araçá FM solicita a sua autorização. O processo está inteiramente regular, razão pela qual somos de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 28:

Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2001. Aprova o ato que autoriza a associação de radiodifusão comunitária de São Miguel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tavares, Paraíba.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – A cidade de Tavares, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fica no alto sertão paraibano. A solicitação para obter essa rádio comunitária foi feita pela Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel. É um processo inteiramente regular, razão pela qual somos de parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 29:

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, aprova o ato que autoriza a Amocentro – Associação dos Moradores do centro da cidade de Pombal – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pombal, Paraíba.

Com a palavra o Senador Relator, Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – A cidade de Pombal, Sr. Presidente, também se localiza no Alto sertão Paraibano. É uma cidade extremamente agradável. A Associação de Moradores do Centro da Cidade de Pombal, a Amocentro, solicita esta autorização em um processo que foi considerado inteiramente regular e que cumpriu todas as normas. Por essa razão, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 30:

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2001, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Giral do Ponciano, Alagoas.

Com a palavra a Relatora Senadora Maria do Carmo Alves.

A SR. MARIA DO CARMO ALVES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chego a esta comissão para a emissão de parecer o Projeto de Decreto Legislativo da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro na cidade de Giral Ponciano,

no, no Estado do Alagoas, a executar serviço de radiodifusão.

A documentação examinada, que acompanha o projeto, evidenciou o cumprimento das formalidades estabelecidas na resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando evidenciado que a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização. Pelo exposto, opinamos pela aprovação do ato que autoriza o funcionamento da rádio.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 31:

Projeto de Decreto Legislativo nº 23 de 2001. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sociocultural Hermes Fontes a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boquim, Sergipe.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves, Relatora da matéria.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, examinada a documentação da Associação Comunitária Sociocultural Hermes Fontes, verificou-se que atende a todos os requisitos técnicos e legais para habilitação, autorização.

Opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que aprovam o parecer da Senadora Maria do Carmo Alves queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos, agora, ao último item da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 141/2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial São Sebastião, de Boa Esperança do Sul, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Esperança do Sul, São Paulo.

Com a palavra o Senador Pedro Ubirajara, Relator da matéria.

O SR. PEDRO UBIRAJARA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Associação Assistencial São Sebastião, de Boa Esperança do Sul, cumpriu todas as determinações legais e emitimos o nosso voto pela sua aprovação.

A cidade de Boa Esperança do Sul fica ao sul do Estado de São Paulo, naturalmente, e é vizinha do nosso Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Senadores que aprovam o parecer do Senador Pedro Ubirajara queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Encerramos a reunião, não havendo mais nenhuma matéria a ser discutida.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h56min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE CINEMA, COMUNICAÇÃO
SOCIAL E INFORMÁTICA

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 28 de junho de 2001.

Audiência Pública

Às quinze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto, e com as presenças dos Senhores Senadores, Francelino Pereira e Saturnino Braga, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores José Fogaça, Gerson Camata, Lúcio Alcântara e Geraldo Cândido. Comparecem à reunião os Senhores Senadores Ricardo Santos, Antônio Carlos Júnior, Juvêncio da Fonseca e Emília Fernandes, não membros da Subcomissão, indicados nesta reunião. A Presidência submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Freitas Neto, comunica que o Presidente da Comissão de Educação, Senador Ricardo Santos, atendendo a pleito desta Presidência, no

sentido de ampliar o número de membros da Subcomissão, despacha favoravelmente designando os seguintes Senhores Senadores: PMDB: Pedro Simon, Juvêncio da Fonseca, Casildo Maldaner e Mauro Miranda; PFL: Antônio Carlos Júnior e Romeu Tuma; PSDB: Ricardo Santos e Nilo Teixeira Campos; Bloco de Oposição: Emília Fernandes e Marina Silva. Apresente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como objetivo de bater sobre o tema: Televisão e Cinema: Interação e Perspectivas. Foram convidados, como palestrantes, as seguintes personalidades: Sr. Evandro Guimarães (Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e membro do GEDIC), Sr. Daniel Filho (Diretor da Rede Globo e Cineasta), Sr. Leonardo Barros (Diretor da Conspiração Filmes). Deixa de comparecer o Sr. Evandro Guimarães, por motivo justificado. A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra para os Senadores membros da Subcomissão para posterior de bate com os convidados. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra a reunião às dezessete horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador Freitas Neto, Presidente da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Antes de passarmos à pauta desta reunião, para a qual foi convocada, eu queria dar conhecimento aos Srs. Senadores que solicitamos ao Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ricardo Santos, que passasse de sete para doze o número de membros desta Comissão, em função do interesse demonstrado por alguns Srs. Senadores de participar da Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática. Lemos, portanto, para conhecimento do Plenário, a resposta do Presidente Ricardo Santos:

“Sr. Presidente, em resposta à consulta encaminhada a esta Presidência, por meio do ofício SCCI nº 05/2001, de 19 de junho do corrente, informo a V. Ex^a que, não encontrando óbice regimental, despacho fa-

voravelmente no sentido de ampliar o número de membros dessa Subcomissão.

Visando atender aos partidos com assento na Comissão de Educação e ainda dentro das normas regimentais vigentes de proporcionalidade partidária, fixo, dos atuais sete, para doze o número de membros titulares com os respectivos suplentes a seguir relacionados:

PMDB – Membro titular: Pedro Simon e Juvêncio da Fonseca

Suplente: Casildo Maldaner e Mauro Miranda;

PFL – Membro titular: Antonio Carlos Junior

Suplente: Romeu Tuma;

PSDB – Membro titular: Ricardo Santos

Suplente: Nilo Teixeira Campos;

Bloco de Oposição – Membro titular: Senadora Emilia Fernandes

Suplente: Marina Silva.”

Portanto, esses vêm se somar aos atuais sete titulares e sete suplentes, já do conhecimento de todos.

A pauta da reunião de hoje consta de audiência pública, baseada em requerimento aprovado pelo Plenário desta Subcomissão, de autoria dos Senadores Francelino Pereira e José Fogaça, que está empreendendo viagem à Rússia, em missão parlamentar.

Os convidados para a audiência pública de hoje são: Daniel Filho, diretor da Rede Globo e cineasta, aqui presente; Leonardo Barros, diretor da Conspiração Filmes, aqui presente; e Evandro Guimarães, vice-presidente de relações institucionais das Organizações Globo e membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica, Gedic.

Eu levo ao conhecimento dos Srs. Senadores e também dos convidados que recebemos a seguinte correspondência do Dr. Evandro Guimarães:

“Infelizmente, por motivos alheios à minha vontade, não poderei participar da audiência pública marcada para o dia 28 de junho, às 15 horas, como pretendido”. Ele já havia inclusive confirmado a presença.

“Amanhã, emergencialmente, passarei por uma intervenção cirúrgica no ombro, sendo necessário manter-me em absoluto repouso. Esse imprevisto obrigou-me a cancelar vários compromissos.

Após a minha recuperação, estarei à disposição do Presidente, para contribuir com esse importante tema.

Respeitosamente,

Evandro Guimarães.”

S. S^a inclusive disse que fará questão de participar de uma próxima audiência pública que tratar do tema.

Portanto, para iniciarmos a pauta propriamente dita, passo a palavra para Leonardo Barros, diretor da Conspiração Filmes, e, logo após, ao nosso outro convidado, Daniel Filho. Depois da exposição de ambos, os Senadores passarão a perguntar a um ou ao outro sobre o tema da audiência de hoje. Antes, porém, queríamos frisar os agradecimentos da Comissão e da Presidência da Comissão por terem os nossos convidados atendido prontamente o nosso convite, que, sem dúvida nenhuma, será altamente importante para os trabalhos desta Subcomissão.

Com a palavra, o Sr. Leonardo Barros.

O SR. LEONARDO BARROS – Excelentíssimos Srs. Presidentes da Subcomissão de Cinema e da Comissão de Educação, excelentíssimos Srs. e Srs. Senadores, meu caro Daniel Filho, senhoras e senhores, meu nome é Leonardo Monteiro de Barros, sou produtor de cinema e televisão e um dos sócios de uma produtora carioca chamada Conspiração Filmes, que é uma associação de 22 profissionais de cinema, TV e publicidade com um grupo financeiro, o Grupo Icatu.

A nossa mais recente produção é o longa-metragem *Eu, Tu, Eles*, que foi a indicação oficial do Brasil ao Oscar de melhor filme estrangeiro no ano passado.

Em primeiro lugar, como cidadão brasileiro, eu gostaria de expressar a honra de estar hoje nesta Casa, o Senado Federal, que, sagrado como Câmara Alta na tradição bicameralista de nosso País, representa a União e a unidade nacionais. O Senado, que instalado no Primeiro Império, fortalecido no Segundo e consolidado na República, é hoje a Casa da Federação.

Também, na qualidade de produtor de cinema e TV, quero falar-lhes da minha satisfação por esta audiência. A cúpula convexa do Senado Federal nos lembra que aqui deve prevalecer a reflexão, a ponderação, o equilíbrio, o peso da maturidade e da experiência. A convexidade induz à meditação e à serenidade. Esta é a Casa mais adequada para debater o assunto do cinema brasileiro e de sua televisão. Um assunto que diz respeito a nossa identidade cultural como Nação e a nossa identidade espiritual como um povo.

Cumprimento V. Ex^{as} pela instalação desta Subcomissão Permanente de cinema no âmbito da Co-

missão de Educação e agrado, honrado, o convite para esta apresentação.

Cinema e televisão. Integração e perspectivas.

A história do relacionamento entre o cinema e a televisão é a história de um amor conturbado, mas são assim os amores intensos. Como já dizia Shakespeare, em *Sonho de Uma Noite de Verão*, em tempo algum teve um tranqüilo curso o verdadeiro amor.

No auge do poder dos estúdios de Hollywood, na década de 40, o surgimento da televisão comercial nos Estados Unidos foi visto como uma grande ameaça pelos produtores cinematográficos. Preocupados com a nova tecnologia, os estúdios reagiram brutalmente. Em 1948, Jack Warner, um dos Warner Brothers, proibiu que aparções de televisão fossem mostradas em filmes da Warner. A Metro Goldwin Mayer, por sua vez, banuiu a palavra televisão de seus scripts. Sem acesso aos filmes dos estúdios, a televisão foi buscar seu conteúdo em outros setores: jornalismo, música, shows, comédias, programas culinários etc.

É interessante e digno de nota que o primeiro grande sucesso da TV americana deveu-se à produção independente, num episódio muito curioso. Em 1950, dois artistas da RKO, Lucille Ball e seu marido, Desi Arnaz, propuseram ao canal e idéia de um seriado. A idéia foi prontamente rejeitada pelo canal como não econômica. Os dois fizeram, então, um empréstimo de US\$5 mil, na época, realizaram o piloto da série e conseguiram convencer a Rede CBS a comprar o episódio para exibí-lo. O sucesso foi tão grande que, em 1952 e 1953, *I Love Lucy* era assistido por 67% dos espectadores americanos.

Foi somente na década de 50 que os estúdios perceberam o potencial de receitas adicionais que a televisão poderia representar como compradora de filmes e também o potencial de promoção e efeito de marketing que a televisão poderia significar para a comercialização de obras cinematográficas.

O homem que fez mais do que qualquer outro para revolucionar o relacionamento entre Hollywood e a TV foi Walt Disney. Disney anteviu o incrível potencial promocional da televisão para seus filmes. Sua série *Disneyland*, na ABC, foi a mais bem-sucedida da história daquela rede. *Disneyland* marcou o início de uma longa amizade entre a TV e o cinema.

Pouco a pouco, os estúdios começaram a produzir para a televisão. E, finalmente, na segunda metade da década de 50, o último bastião foi quebrado. As redes de TV finalmente puderam começar a comprar filmes, a adquirir obras de catálogo dos estúdios

de Hollywood. A história é a que nós conhecemos. Em 1968, o preço médio de aquisição de um filme de longa-metragem por uma rede de TV tinha alcançado US\$800 mil nos Estados Unidos apenas. Para as TVs, o produto filme, a obra cinematográfica, passava a ser fundamental na sua grade de programação. Tão fundamental que as TVs, preocupadas com a oferta limitada de títulos pelos estúdios, tomaram a iniciativa de produzir filmes elas mesmas.

A iniciativa foi um desastre. Sem a competência para produzir obras cinematográficas, sem o tino mercadológico de Hollywood, sem medir adequadamente a demanda por filmes, inflacionando o cachê de atores, de escritores e de diretores, as redes perderam milhões numa aventura cinematográfica desastrosa.

A crise da TV, no final da década de 1960, refletiu-se em Hollywood, pois as redes haviam diminuído em muito suas compras de filmes. No início da década de 1970, cinco dos sete estúdios de Hollywood estavam operando no vermelho, e surgiu, nesse momento, uma mão providencial. A mão providencial que salvou a indústria audiovisual americana não veio do mercado; veio de Washington, sob duas formas: de um lado, sob a forma de uma série de subsídios e incentivos para a produção, para a distribuição e, particularmente, para a exportação de filmes americanos; e, de outro lado, uma resolução do órgão regulador dos setores de rádio e televisão americanas, a FCC, que estabelecia uma nova maneira para as redes de TV aberta - na época a ABC, CBS e NBC - adquirirem a sua programação.

A partir de 1971, as redes ficavam proibidas de adquirir interesses em programas e filmes que não tivessem sido produzidos por elas, proibidas de vender ao exterior esses programas e proibidas, por lei federal, de revender para as afiliadas o direito de exibição desses programas. Essas limitações à distribuição de filmes pelas redes, na prática, deram um enorme poder de produção e de distribuição aos estúdios de Hollywood, tanto nos Estados Unidos quanto no exterior. Os estúdios, então, partiram imediatamente para uma avalanche de produções e dali surgiram as minisséries, os telefilmes, assim como as obras de dramaturgia, que conquistaram o mercado americano e, de resto, conquistaram o mundo por meio do audiovisual.

Foi, portanto, o legislador, e não o mercado, quem aproximou, regulou, estabeleceu regras, equilibrou e harmonizou as relações entre o cinema e a TV no maior mercado audiovisual do mundo, os Estados Unidos.

Atualmente, segundo recente pesquisa da Andersen Consulting divulgada no último festival de Cannes, os estúdios de Hollywood retiram 35% de suas receitas globais nas salas de cinema. Apenas 35% vêm das salas de cinema; 40% das receitas de uma obra audiovisual cinematográfica vêm das vendas em home video; e os 35% restantes das diversas formas de TV, TV aberta, por assinatura, etc.

Para 2010, Hollywood espera que as receitas ligadas à TV, incluindo aqueles serviços correlatos via telefone, Internet, cabo, esses desenvolvimentos tecnológicos, particularmente conhecidos como video on demand, representem 40% das receitas de seus filmes. Ou seja, praticamente a metade de suas receitas.

Enquanto isso, no Brasil, o relacionamento entre a TV e o cinema tem, infelizmente, sido uma triste história de desencontro. A TV brasileira constituiu-se, em termos de conteúdo e como mercado, totalmente dissociada do cinema, talvez não porque quisesse, mas, de fato, foi assim. Enquanto o cinema brasileiro sempre foi submetido a uma concorrência externa brutal em termos de mercado, a TV brasileira já se instalou, nos anos 1950, no Brasil, protegida por uma reserva de mercado que assegurava a propriedade dos meios de comunicação a brasileiros natos e a eles reservava a orientação intelectual da programação. Essa reserva já se encontrava na Constituição de 1934, art. 131, repetida na Constituição de 1946, art. 160; novamente na Constituição de 1967 – triste memória – no art. 166; e finalmente expandida no art. 222 da Constituição Federal de 1988.

Também em termos de conteúdo, a TV brasileira passou ao largo do cinema e desenvolveu uma forma muito específica, muito especial e muito importante de dramaturgia, que se expressa nas nossas novelas. A telenovela, um formato no qual o Brasil tem uma excelência mundial, é, entretanto e infelizmente, um produto de baixo valor agregado no mercado audiovisual. Tanto que as exportações brasileiras de obras audiovisuais não chegam a US\$50 milhões. A maior produtora e exportadora de obras individuais brasileiras, a Rede Globo, que é o 28º grupo de entretenimento do mundo, tem receita de menos de 2% de seu faturamento com exportação. Ou seja, 98% do faturamento da Rede Globo é feito num único País, no seu próprio mercado interno.

Numa situação de globalização, de trocas mundiais de mercados abertos, essa é uma situação muito frágil para qualquer grupo. Acho que o que aproxima e pode aproximar, em termos de perspectivas, a televisão e o cinema, são as adversidades. Tanto a TV

quanto o cinema, na prática, hoje, só têm o seu próprio mercado para explorar. É claro que, repito, a TV aberta dispõe de reserva de mercado, ao passo que o cinema precisa competir com outros grupos econômicos.

Na minha opinião, de produtor independente de cinema e televisão, precisamos acabar com alguns mitos. O mito número um, na minha opinião, permitam-me a fraqueza, diz que a TV brasileira é boa. A TV brasileira não é boa. Aliás, no mundo inteiro, poucas TVs são boas. Duas TVs brasileiras, talvez, sejam boas, na minha opinião. A Rede Globo e a TV Cultura são boas, mas a TV aberta brasileira em geral não me parece boa, tanto que não conseguimos exportar.

Mito nº 2. A TV e o cinema não precisam um do outro. A TV precisa do cinema, como produto de ponta, de alto valor agregado, de qualidade, de inovação, com percentual de exportação. O cinema precisa da TV, pois é nela que o cinema se realiza na sua plenitude, é nela que o cinema se encontra com o grande público, é nela que o cinema chegará às dezenas de milhares de pessoas e, por meio das telas de TV, a imagem brasileira que queremos passar para o mundo chegará a ele. É por meio da televisão que as nossas histórias, as criações de nossos artistas, de nossos atores, de nossos roteiristas chegarão ao mundo com a nossa língua e a nossa cultura.

Mito nº 3. A TV nunca quis nada com o cinema. Isso não é verdade. O cinema precisa aprender a dialogar com a televisão, o cinema precisa entender como produzir para a TV, ou como produzir com a TV. Os cineastas precisam aprender televisão, entender que ela é um veículo destinado ao grande público, não à luta ferrenha por audiência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é como dizia o bardo inglês: “Buscar o amor é bom, mas é melhor encontrá-lo”. Cinema e TV no Brasil precisam se encontrar. Essa é a única perspectiva. Não há perspectivas, há perspectiva. Por si só, entretanto, não têm conseguido ao longo de todas essas décadas. Há necessidade de um cupido.

Na minha opinião esse cupido haverá de ser o legislador, o Estado. É preciso não apenas estimular mas também compeles os dois segmentos a se entrelaçarem. Não vejo como isso possa ser alcançado a não ser por meio de legislação positiva.

Defendo, como produtor independente, que a TV aberta no Brasil deve ter a obrigação legal de exibir produções nacionais de dramaturgia, não apenas filmes: telefilmes, séries, minisséries, além de novelas, realizados majoritariamente por empresas independentes, por elas, TVs abertas, co-produzidos ou

não. Defendo, portanto, a obrigação da exibição de produções.

Defendo que, como na Espanha, desde 1999, num mecanismo inovador, criado também pelo legislador espanhol, a TV aberta tenha a obrigação legal de investir um determinado percentual de seu faturamento publicitário na co-produção de obras audiovisuais nacionais e de dramaturgia: telefilmes, minisséries. Não nos precisamos restringir apenas a filmes de longa-metragem.

Para a TV por assinatura defendo que o compromisso de investir essa obrigatoriedade seja de acordo com a sua programação específica: canais de documentários farão documentários, canais de notícias farão programas de notícias, etc., porque também não podemos obrigar todo mundo a produzir cinema.

Defendo, em terceiro lugar, que as tevês abertas tenham total liberdade de escolha dos projetos audiovisuais independentes de dramaturgia que venham a co-produzir e total liberdade de escolha das empresas que os produzirão, de maneira a gerar os produtos mais adequados à sua grade.

Nada disso do que digo é uma grande novidade. A nossa Constituição, em seu art. 221, incisos I e II, já diz que:

“A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação”.

Integrar o cinema e a tevê, fortalecendo a ambos, é uma tarefa estratégica, porque o setor do audiovisual tornou-se o palco de uma guerra comercial mundial. O Brasil precisa produzir audiovisual precisa exportar audiovisual. O nosso déficit de balança de pagamento, segundo as últimas informações, já é de meio bilhão de dólares no setor audiovisual. O que é grave nisso é que nossa exportação é praticamente nula, ou seja, o déficit é feito integralmente por importação e não por apenas um efetivo desequilíbrio entre um número “x” de exportações. As nossas exportações são baixíssimas.

A tarefa de integrar a cinema e a tevê no Brasil é de todos, mas penso que, mais do que ninguém, essa tarefa é do legislador.

Agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade de expressar essas opiniões e coloco-me à disposição da comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra, para sua exposição, ao Sr. Daniel Filho.

O SR. DANIEL FILHO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, adorei a explanação do Leonardo, que é um estudioso da área e um homem que conhece profundamente os números - o que não sou. Sou um profissional da área. Trabalho há 49 anos como artista. Comecei em circo. Fiz teatro de revista, teatro, rádio, cinema e cresci junto com a televisão.

O cinema sempre foi minha paixão. Quando estava fazendo circo ou ainda teatro de revista, eu tinha o cinema como paixão. O cinema, na época, era bem aberto no Brasil - não em 1942, em 1943, quando eu era menino, mas, depois de 1945, quando a Europa, outra vez, começou a aparecer no Brasil. Tínhamos os cinemas italiano, francês, inglês. O cinema italiano me ensinou a rir, junto com as comédias da Atlântida do Oscarito.

Eu não trouxe script, vou falar de coração, vou falar de memória, vou falar da minha memória, da minha emoção, da minha vida.

O cinema norte-americano se criou como indústria em 1916, 1917. O cinema alemão era fortíssimo. O cinema norte-americano começou a sentir isso e começou a - como é ainda hoje a idéia norte-americana - contratar quem é bom, para fazerem melhor. Ele foi muito ajudado, na sua construção, pela ascensão do Terceiro Reich, quando vários excelentes diretores fugiram da Alemanha e, alguns, da Inglaterra, criando o cinema norte-americano. Eram os melhores diretores e de ramacara que o cinema norte-americano tem: Billy Wilder, William Wyler, Alfred Hitchcock, Fritz Lang, Ernst Lubitsch.

O cinema americano, então, já se armava como uma indústria e sabia que aquilo dava dinheiro. Tinha o rádio e o cinema. E o que o cinema fazia? Havia vários níveis de produção. Os seus primeiros filmes eram chamados de one wheel, two wheels, um ou dois rolos. Eram filmes de dez minutos, como a gente lembra, eram as famosas fitas do Carlitos, do Gordo e o Magro. Depois havia alguns filmes de duas horas. Mas a verdade é que eles foram se arrastando como indústria e havia vários níveis de produção no cinema.

Já em 1925, eles produziam filmes que eram feitos em três ou quatro dias; filmes que eram feitos em seis meses, mas existiam, ao longo de todo esse tempo, as pequenas companhias. Havia a Metro, a Fox, que foi criada na década de 30, havia a Warner, havia pequenas companhias, como a Republic & Monogram, que produziam esses filmes pequenos e baratos.

Então, o americano e esses estúdios grandes tinham o trust, porque eles produziam, revelavam o filme, distribuíam e eram donos das salas exibidoras. Em 1950, foi feita pelo Congresso a lei antitruste que proibiu que quem produzisse tivesse a sala de exibição, criando e aumentando, assim, a possibilidade de os pequenos estúdios aparecerem.

Isso veio meio junto com a televisão. Quando a televisão surgiu, realmente a queda do público do cinema americano foi imensa. Eles passaram um grande problema. Então - e foi muito bem lembrado pelo Leonardo - o Desi Arnaz, que era o marido da Lucille Ball, que teve a idéia de fazer o que hoje se chama de sitcom, comédia de situação, o famoso I Love Lucy. Ele teve a idéia de que aquilo seria filmado com três câmeras simultâneas, o que também parecia para a época uma loucura. O teipe ainda não existia, os programas eram transmitidos pelas câmeras de televisão simultânease gravadas por um monitor que tinha o nome de kinoscope, era uma filmagem do próprio aparelho de televisão.

Mas o Desi Arnaz teve essa idéia de filmar, e como os cinemas começaram a cair, os estúdios não tiveram outra solução a não ser começar a produzir para a televisão. E com a larga experiência e com o material que eles tinham na mão, ou seja, os laboratórios, as câmeras feitas por eles. Havia a construção das meteles e todas as câmeras deles. Eles também não podiam ficar com aquilo parado. Era um material que ia ficar morto. Eles precisavam agilizar aquilo, e tinham a experiência de poder fazer filmes em poucos dias.

Essa experiência americana entrou na televisão e deu a ela uma ajuda imensa, fazendo com que a televisão americana não só tivesse os programas feitos ao vivo, e, depois, em teipe - quando foi inventado por volta de 1958 ou 1959 - como também podia dar um nível melhor, porque realmente o filme dá uma qualidade melhor na imagem.

Começaram, então, a produzir os seriados de televisão, como Ben Case e alguns menores, outros mais bem feitos, outros mais ou menos. Mas começaram a aparecer os seriados de televisão, o Aventura Submarina, o Patrulha Rodoviária.

Isso era a experiência americana. Depois os estúdios começaram a se dividir e conseguindo, então, porque tinham uma capacidade produtora, eles já estavam com a experiência de produzir.

No Brasil, não. A história do nosso cinema sempre foi uma montanha russa: subia, descia, subia, descia. A incerteza, a insegurança do cinema é agradar ou não agradar. Na verdade, o cinema brasileiro

foi sustentado pelas comédias, que, muitas vezes, foram desprezadas pelos críticos. Ou melhor, na maioria das vezes. Eram as chamadas chanchadas. O cinema brasileiro conseguiu existir por causa do Oscarito, do Mazzaropi, do Renato Aragão. Eles mantinham uma produção, mantinham público no cinema. Permitiam que as pessoas ficassem acordadas para o cinema.

Logicamente, existiram vários movimentos importantes no cinema brasileiro. Falo de movimentos como o de Moacyr Fanelon, da Vera Cruz, do Cinema Novo. Algumas vezes houve espasmos e conseguimos ser reconhecidos no exterior.

Creio que essa é uma carga que nós, brasileiros, levamos. De vez em quando aparece um grande astro e se torna famoso. De repente, aparece um Guga e torna o tênis famoso - mas não temos muitos jogadores de tênis. De repente, aparece um Glauber Rocha e faz com que o mundo olhe o cinema de forma diferente. De repente, aparece um Pelé, aparece um Villa Lobos. Quer dizer, na cultura ou no esporte, vivemos altos e baixos.

Às vezes estamos apoiados em figuras isoladas, em gênios, que não sabemos como surgem em um país culturalmente mal tratado. A minha sensação de hoje estar aqui, de ter atingido esta posição, é de muito orgulho. Dificilmente os artistas foram ouvidos.

Normalmente, eram ouvidos em campanhas eleitorais, quando era necessária a popularidade do artista ao lado, ajudar na campanha eleitoral. Louvo essa atitude, que nos fará ouvidos e que fará com que possamos ter uma participação.

A televisão brasileira foi criada pelo já famoso Assis Chateaubriand, com grandes piadas, mas com grande seriedade, por motivos políticos que a história já mostrou e não repetirei.

Trabalhei em todas as emissoras. Comecei na TV Tupi, trabalhei na TV Rio, na TV Excelsior, na TV Continental, na TV Paulista, estive na Manchete. Comecei a falar vários nomes de televisões falecidas, o que é muito ruim. A televisão está falecendo.

Posso falar, também, na falecida TV Record. Por quê? A TV Record que existe hoje não é a que existia, do grande capitão do campeonato brasileiro, Paulinho Machado de Carvalho. Tem o mesmo nome, mas não os mesmos do nos. Portanto, não tem o mesmo editorial, a mesma cabeça. É uma nova televisão. A bem da verdade, da época em que comecei a fazer televisão até hoje, a mais velha emissora é a Rede Globo de Televisão. Quero deixar muito claro que, apesar de meu nome ser historicamente ligado à

Rede Globo de Televisão, apesar de eu ser contratado pela Rede Globo de Televisão, de ser diretor de criação, e de atualmente ocupar o cargo de diretor artístico da Globo Filmes, estou aqui falando – peço licença para fazê-lo – como um cidadão e como um profissional da área audiovisual, ou seja, da televisão, do cinema, do teatro, do rádio, do circo, onde me foi permitido falar.

Várias vezes, foram feitas algumas tentativas de seriados filmados para a televisão. O primeiro é o famoso “Patrulheiro Rodoviário”, feito em São Paulo, que teve exatamente doze episódios. Depois, houve um outro, feito na inauguração da Rede Globo de Televisão, do qual realmente não lembro o nome, mas lembro que era com Jar del Filho e Cláudio Cavalcanti, dirigido por Vitor Lima. Eram jornalistas. E, depois, o outro filmado foi quando tentei ser produtor independente. Aí, vamos falar o que é a produção independente no Brasil.

Eu achava que, com toda a experiência que eu tinha na Rede Globo de Televisão, com todo o meu saber de produção, na medida em que a ascensão da telenovela nessa rede é ligada à minha pessoa... E tenho profundo orgulho da telenovela brasileira, que, em determinado momento, foi o produto exportável mais conhecido no mundo. Sei porque andei e andava pelo mundo. Como turista, eu era procurado nos hotéis, fosse na Suécia, fosse na Itália ou na Espanha, como produtor ou do “Malu Mulher” ou de “Dancin’ Days” ou de “Gabriela”, de novelas que ali estavam fazendo enorme sucesso e criando um estilo próprio. O Brasil criava um estilo próprio de dramaturgia, que, de uma forma ou de outra, começava a ser imitado nos países, pelos mexicanos, venezuelanos e os “miamenses”, os latinos que moram em Miami, que fazem uma novela para o mercado latino-americano e que, pela língua, conseguem associar-se aos espanhóis. Sei que fui recebido sempre com curiosidade.

Fiz seriados de televisão – depois volto ao cinema –, tentando ser brasileiros, na época em que começou a aparecer a abertura. Fiz até com certo medo o “Malu Mulher”, o “Plantão de Polícia” e o Carga Pesada. Sou responsável pela criação desses três seriados. “Malu Mulher” correu o mundo; foi extraordinária a reação que ele causou e todos os prêmios que esse seriado ganhou, inclusive nos Estados Unidos. Não é verdade, na época, que o produto novela tenha sido um produto menor. Lucélia Santos – acredito que por volta de 1980 ou 1982 –, numa eleição popular na China, ganhou o prêmio da atriz mais popular da televisão, com a contagem de 300 milhões de votos. Só na China pode haver 300 milhões de votos. Mas na

China isso aconteceu, e Lucélia Santos talvez seja a atriz popular mais bem votada de toda a história mundial, e por quê? Por causa de “A Escrava Isaura”, que é exibida mundialmente.

A novela não foi bem aceita na Itália pelo seguinte: o nosso já conhecido Berlusconi era dono de três ou quatro canais e queria que a Rede Globo de Televisão se associasse – sei disso porque fui intermediário desse pedido – a ele para produzir novelas. Não foi aceito pela Rede Globo de Televisão, que quis continuar produzindo suas próprias novelas, na medida em que investiu no que havia de possibilidade; ela foi investindo porque precisava alimentar-se.

A Rede Globo de Televisão, que se mantém durante esse período todo – são 36 anos –, é possivelmente o órgão de comunicação que há mais tempo se mantém na liderança, sem contar os lugares onde a televisão era estatal, portanto, não tinha concorrência. Assim se mantém. A própria Metro Golden Mayer, se fizermos uma comparação também com o cinema, não esteve na liderança de suas produções pelo tempo da TV Globo.

O que fez ou o que faz a TV Globo permanecer na liderança todo esse tempo? Moisés tia à parte – estou incluído entre as centenas de profissionais que lá estão e já estiveram –, porque foi a televisão que sempre teve seu editorial voltado para a produção artística, para o agrado popular, para a qualidade popular nos produtos que cito, tentando conseguir abraçar o País de ponta a ponta.

Foi a primeira a liderar de ponta a ponta no ano de 1970. E com o que liderou? Com uma novela chamada Irmãos Coragem, que, por acaso, também era por mim produzida e dirigida. Pretendíamos fazê-la bem e juntar o Brasil numa obra brasileira. Quando fizemos os seriados Malu Mulher, Carga Pesada e Plantão de Polícia, saiu do ar o famoso Kojak. Ninguém poderia imaginar que o Kojak iria apanhar para o Plantão de Polícia, estrelado pelo Hugo Carvana, mas apanhou.

A TV Globo foi investindo na sua produção, porque não existia uma produção paralela na qual pudesse se apoiar, como havia nos Estados Unidos, onde existiam estúdios que, há anos, sustentavam canais de televisão que eram suas próprias salas exibidoras. Eram quase que obrigados a ter semanalmente um novo filme. Até a Metro, que produzia filmes caríssimos, também fazia filmes chamados backlot, filmes feitos no quintal, ou seja, comédias de Andy Hardee e outras produções para sustentar suas salas. Era como se sustentassem sua própria televisão. Os americanos tinham isso, mas os italianos

não. Os franceses também não tinham isso, por que lá a televisão era estatal, produzia e, de vez em quando, contratava alguém para produzir um documentário ou um produto específico. Fellini fez alguns filmes para a TV italiana e bons produtores fizeram seriados para a TV francesa.

A TV Globo foi então crescendo e se tornando o que é atualmente. E mantém contratados muitos artistas trabalhando sem parar, o que torna, de uma forma ou de outra, difícil, em um rápido momento, fechar seus estúdios, deixar suas câmeras, abandonar seus investimentos e passar a utilizar uma produção vinda de fora.

Sempre que falamos em televisão, citamos a TV Globo. Preocupo-me com isso porque existem outras estações. Para mim, como profissional, não acho bom existir apenas uma rede de televisão confiável.

No período em que estive na TV Globo, sempre recebi meu salário em dia. Em todos os outros lugares onde trabalhei, meu salário nunca saiu em dia. Estou falando de uma coisa aparentemente muito pequena, mas receber em dia é importante. A última vez que trabalhei na TV Tupi, meu salário foi pago com dez meses de atraso. Passávamos no caixa no dia e me entregavam um vale do mês de março, embora estivéssemos no mês de setembro. Viver assim era complicado.

Foi na TV Globo que houve a primeira série de televisão profissional no show business*. Foi onde realmente o espetáculo tornou-se um negócio.

Falando sobre produção independente, saí da TV Globo em 1990, porque julguei que já havia dado meu recado à Rede Globo e que era importante eu saber como eu existia, com todo o nome e experiência que havia adquirido e a bagagem que carregava como produtor. E pensei: vou-me pôr no mercado e estarei pronto para produzir. Como também sou criador de programas, peguei minha maletinha, botei uma série de idéias e fui para a rua.

Um dos projetos que tinha na minha maletinha chamava-se Confissões de Adolescente, que eu considerava bom e que poderia encaixar-se. Era um seriado. Também com um sonho cinematográfico, eu queria fazer filmado. Com o dinheiro do meu bolso, do meu sócio Euclides Marinho e do Zelito Viana, produzimos um piloto sem incentivo algum. Era um episódio que depois foi exibido na televisão. Aliás o filmeamos para exibi-lo, mas era o padrão do que foi exibido no seriado Confissões de Adolescente.

Apresentei-o a todas as estações de televisão. Em algumas, ele nem foi visto. Em outras, mesmo

que me dessem o horário – “Tome o horário e vá você vender” -, tinham uma audiência tão baixa e o minuto delas era tão barato que não daria para pagar o produto. Ele não podia ser pago. Por isso, vêem-se muitos programas de entrevista na televisão, porque nada mais barato do que entrevista. O entrevistado não cobra, e se utilizam apenas uma mesa, duas cadeiras e duas câmeras.

Por sorte do destino, a TV Cultura, na figura do Roberto Mulyaert, disse: “Vou bancar isso com você”. Na época, ela não podia ter um patrocínio, mas apenas apoio cultural. Com o dinheiro do apoio cultural e algum de que a TV Cultura dispunha, fui começar a produzir os primeiros 22 episódios da série de Confissões de Adolescente. E tentei produzir em filme. O dinheiro não dava. Acreditem: sou um produtor rápido - o Leonardo sabe disso. Acabei de fazer o filme A Partilha, e, quando disse que ele foi feito em quatro semanas e meia, todos acharam que corri. Não corri, filmei numa velocidade normal para mim. Em quatro semanas e meia, foi feito o filme A Partilha, ou seja, gastei um terço - o Leonardo sabe disso - do tempo usado normalmente para se fazer um filme no Brasil. Essa é a velocidade que adquiri e aprendi a fazer televisão, em que um programa deve ser feito, no máximo, em cinco dias. Contudo, o dinheiro não dava. Ao terminar os 22 primeiros episódios da TV Cultura, eu estava com prejuízo da ordem de US\$400 mil. O dinheiro que eu havia arrecadado durante meus 25 primeiros anos na TV Globo tinham ido embora na minha primeira tentativa de produção independente.

Por sorte também, acertei uma bola na gaveta que matou a coruja. A Tfan?? francesa interessou-se pelo seriado e propôs uma co-produção para um segundo ano, quando foram produzidos mais 30 episódios. Fiz 15 aqui e 15 na França. Com esse dinheiro francês e com o horário que a TV Bandeirantes* me deu para que eu pudesse ter o dinheiro direto do patrocinador, fiz o segundo ano do “Confissões de Adolescente”. Depois, foi feita uma parte pela TV francesa e pelos produtores franceses, porque, na França, a televisão não produz; apenas contrata os seus produtores, que são responsáveis por entregar os produtos. Mas, sob total e inteira vigilância, eu tinha de submeter tudo à Tfan??. Aparentemente, eu estava trabalhando com um produtor, mas eu falava com as pessoas responsáveis pela Tfan. Então, fizemos esse segundo ano, não recuperei o dinheiro todo e continuei no prejuízo. Pelo tempo e pela qualidade do “Confissões de Adolescente”, acredito que hoje eu já tenho, mais ou menos, balançado o prejuízo - prefiro

não fazer as contas para não ficar triste – que eu tive ao tentar fazer produção independente.

Tentei apresentar outros produtos de qualidade, que eu imaginava populares. Apresentei, por exemplo, a minha idéia de fazer no teatro um produto em que haveria só o teatro, três câmeras e os atores, que seriam o Luís Gustavo, a Cláudia Gimeenez e a Marisa Orth, mas ninguém quis fazer esse produto também, que era o “Sai de Baixo”.

Por sorte, fui chamado de volta para a TV Globo. O cinema brasileiro não existia, e sempre tive dificuldades de fazer filmes no Brasil. Voltei para a TV Globo, onde os outros projetos, à exceção de “Confissões de Adolescente”, foram por ela produzidos, como o “Sai de Baixo” e “A Vida como Ela É”. Então, veio a Globo Filmes*, um sonho meu e do Roberto Irineu Marinho de 25 anos atrás, porque gosto muito de cinema e queria fazer cinema. A Globo não pode produzir cinema, nem usar a lei incentivada, mas eu achei que, com a Globo Filmes, poderíamos ter um braço no cinema. Daí, na minha volta à TV Globo, com a experiência de ter filmado, filmei “A Vida como Ela É”, feita em cinema, logicamente utilizando a produção da Rede Globo. Não era um produto barato. Depois, fizemos, com problemas da atriz, o “A Justiciera”, que não pôde ser completado, e o se ri a do “Mulher”, totalmente filmado e que nos deu excelente resultado, também de venda no exterior. Com o resto de negativos do “Mulher”, propusemos, junto com o Guel Arraes, uma minissérie, com olhos para o cinema, chamada “O Auto da Compadecida”. Era uma história que o Guel Arraes queria contar sobre Ariano Suassuna, vizinho do pai do Guel Arraes, o qual vocês sabem que é o Miguel Arraes. Aliás, temos bastantes filhos aqui presentes. Quando “O Auto da Compadecida” foi filmado, utilizando o que me sobrava de material filmado ou negativo, pensamos que aquilo poderia, em sendo minissérie, tornar-se filme. Mas o que era aquilo? Era, primeiramente, um produto de televisão e tinha de preencher a grade de televisão e ser competitivo para a televisão. Foi produzido por nós que fazíamos televisão e visávamos à audiência. Fizemos dois simultâneos: “O Auto da Compadecida” e o “Luna Caliente”. A audiência de “O Auto da Compadecida” foi excelente, e aí tentamos transformar a minissérie em filme, o que era uma quebra de tabu no mundo: exibir um programa primeiro na televisão para, depois, exibi-lo no cinema. Isso era considerada uma coisa impossível. A Columbia, que se dispôs a distribuir. Primeiramente, falávamos que faríamos com oito cópias. Seria um filme meio barato. A TV Globo investiu, na época, perto de R\$600 mil – valor da época

– na produção entre o sair da minissérie e fazer o acabamento cinematográfico. Então, fomos para o cinema. Primeiro, seriam oito cópias. Depois, o distribuidor da Columbia, o Rodrigo, disse: “não, pode ser que sejam 60. Não vamos tirar com 80.” Eu achei um absurdo estar com 80, mas foi esse sucesso que todos os senhores conhecem.

O filme obteve 2,2 milhões telespectadores. Parte dele já estava, praticamente, pagando televisão. Parte dele, não todo, porque ao transpô-lo para o cinema, gastou-se, além desses R\$600 mil, mais R\$1 milhão para o lançamento do filme. O que significa gastar R\$1 milhão para o lançamento de um filme? Um milhão para o lançamento de um filme corresponde a que eu tenha de obter 465 mil espectadores, para pagar o lançamento do filme. Para pagar aqueles outros R\$600 mil, eu teria de fazer... – o Leonardo também fará as contas para mim, pois é bom de contas. Agora, como estou com a Partilha no ar, estou fazendo contas. Sei que, de cada real que, atualmente, entra, para o produtor vão R\$0,35 centavos. Por exemplo, na A Partilha, eu possuo 27% do filme e, de cada real que entra, eu recebo nove centavos.

Penso ser complicado fazer o filme de fora para dentro. As televisões vão querer, mas apenas uma estação poderá fazê-lo, que será a TV Globo. É a que tem possibilidade de produzir seus especiais, de empregar dinheiro nisso e é a que tem retorno. Mesmo assim, o mercado está se retraindo. Não podemos produzir um filme para uma estação que não concorra, não se pague. Se eu fosse produzir O Auto da Compadecida em outra estação, seria totalmente impossível. Não poderia ser filmado, não poderia ter a qualidade que teve. Seria muito complicado, já que a televisão não pode ter dinheiro incentivado. Temos um complicado novelo para desenrolar e chegar-se à conclusão.

O Gedic, que está em andamento, propõe alguns itens na sua lei, que me incomodam muito. Um deles é o que diz que qualquer pessoa ligada a uma empresa audiovisual não pode produzir um filme, ou seja, está impedindo-se que eu possa produzir, que o Hugo Carvana, que está começando a produzir agora, possa produzir, que o Paulo Betti, que quer produzir, possa produzir. Ou seja, somente pode produzir quem não estiver fazendo novela, não for contratado ou estiver fora. No nosso País, a televisão é uma fonte de renda de praticamente todos os artistas. De uma forma ou de outra, todos têm de passar por lá.

Não existe essa produção independente. Nós sempre dependeremos de alguém, do patrocinador – eu dependo do patrocinador enquanto independente –

da estação que queria ou não aquele produto. Esse produto tem que se encaixar na grade da televisão. A televisão não é um produto isolado, ela é toda uma grade. O sucesso da TV Globo se dá não pelo produto que ela tem, mas pelo que ela é, como uma televisão total, desde a manhã até a noite, algo que você liga e sabe que há alguma programação de qualidade passando. Foi assim que ela se fez e se manteve líder durante tanto tempo.

Então, a televisão não pode ser uma andorinha tentando fazer um verão em um horário qualquer. Ela é um todo. Não pode ser esquizofrênica. Ela precisa ter uma ligação de um programa que vem, com outro e outro programa.

Portanto, a produção independente ou a compra de um filme independente tem de estar dentro do que nós chamamos de grade da televisão; precisa pertencer à utilidade da televisão. Não pode ser, simplesmente, como existe, às vezes, um festival do cinema brasileiro, que é um enorme sucesso. Cinema brasileiro, quando passa na televisão, é sucesso!

Mas conseguiríamos nós fazer 52 filmes de boa qualidade, correndo, para se exibidos em uma estação? Eu acho que não. Acho que é muito difícil. É uma tentativa.

Agora eu estou fechando um contrato com a Columbia para tentar fazer 12 telefilmes. Com a TV Globo e com a Columbia. Mas é a TV Globo comprando como um produto dela. Vai bancar e ter o domínio sobre ele. Lógico que teremos de conversar com a Columbia.

A Globo Filmes acabou de fazer uma co-produção com a Columbia e com a Rai. Não somos independentes, não. Precisamos ouvir todos. Temos que ver o interesse da Rai. Veio Ornella Muti filmar conosco porque a Rai queria ter uma atriz estrangeira deles, que eles escolhessem. O texto ia para a Rai, que o aprova e ele volta para nós. Era uma complotação! Não era: "é esse que eu vou fazer, sou independente e vou colocar o meu programa aí". Não! Não é assim que funciona.

Existe também o problema financeiro. Quantas televisões nós temos que podem ter um segundo que custe um segundo do SBT, por exemplo, ou um segundo da Rede Globo de Televisão?

Acho que à hora os senhores estão com uma grande dificuldade na mão, porque as televisões, na sua maioria, não se pagam; ou alguma se paga com o dinheiro que não é exatamente feito pela televisão.

Ao se taxar uma televisão dessa, ela pode estar sendo taxada dentro de um prejuízo. Ela não dá lucro,

e precisa dar, do não lucro, "x" por cento. Ela não dá lucro.

Temos, também, o problema da centralização da televisão no Rio de Janeiro e em São Paulo. Fora do Rio de Janeiro, existe, em Porto Alegre, a RBS, que é uma Televisão forte, com possibilidades de produção, e depois, são todas pequenas estações que não têm condições de produzir.

Culturalmente – V. Ex^{as} sabem, porque representam esses Estados -, a explosão é em Recife, em Salvador, em Curitiba, em Belo Horizonte. Há muitas pessoas querendo mostrar seus produtos, atingir a chamada cidade grande, quando eles já são grandes.

Acho que tudo é complexo. As leis, os artigos, a maneira com que venhamos a encarar essa posição da ligação televisão e cinema, que é um sonho também por mim acalentado. Filmar para a televisão, abrir mais janelas para o cinema brasileiro, porque são poucas. Quer dizer, se há 15, 20 anos atrás conseguimos colocar 10, 12 milhões de espectadores no cinema, hoje, quando conseguimos colocar um milhão, consideramos que fizemos algo absurdo.

Lembre-se bem de que eu falei que, só para um lançamento, precisam-se fazer, se for um lançamento de um milhão, 465 mil espectadores, ou seja, o cinema brasileiro precisa bater um recorde ao lançar qualquer filme, e não adianta diminuir. Se você diminuir o número de cópias – A Partilha tem 143 cópias –; a progressão geométrica será igual. Você vai precisar de uma promoção, de um anúncio no jornal, de um cartaz, você vai precisar dizer que o seu filme existe. Isso vai custar dinheiro, e vai precisar de janelas. Atualmente a televisão compra os filmes de acordo com o público que ela tem. O preço dela varia conforme o público. Você não pode pegar um filme, que teve 20 mil espectadores, e pedir por ele um preço que não corresponda ao sucesso que ele teve. Também não pode simplesmente pedir a uma estação que produza alguma coisa se ela não tiver o domínio artístico sobre ela, porque é ela que vai colocar na sua grade, na sua programação, é ela que vai dizer de que produto está precisando e a que hora. Volto só para lembrar: quantas estações podem fazer isso? Sintonizo estações e só vejo gente entrevistando gente, só vejo programas de sofás e cadeiras, cadeiras e sofás; pessoas conversando. Quando não o é, vejo produtos importados, mexicanos, produtos cujos produtores começaram a aprender a fazer com a gente, malfeitos, mas que são exibidos. Temo que, de repente, alguma coisa aconteça. E olhe bem, quem está falando é um profissional. Sei que o som é inteiramente como se eu estivesse falando da TV Globo, mas quem está falando

do é um profissional. Há medo de que se faça alguma coisa e que feche ou que prejudique ou que dificulte. A única estação em que trabalhei como ator, como diretor e com contratos longos, não contratos por serviços prestados. Por exemplo, o SBT faz novelas, às vezes, mas é por um contrato pequeno, são aqueles cinco, seis ou sete meses, acabou, vai embora, e não contratos longos em que existem para os atores, os diretores, os autores, direito a férias. Férias de artista é sinônimo de desemprego. Artista não tem férias; artista fica desempregado. Só quando ele é contratado da Rede Globo tem férias. Então é sobre essa ótica que vejo.

Gostaria de colaborar.

Temos uma sociedade. Eu, a Globo Filmes e a Conspiração, partilhamos de vários discursos iguais, nos queremos bem, e há ótimos diretores. Temos uma juventude de diretores de cinema fantásticos, mas também temos na televisão excelentes diretores que têm a dar a comunicabilidade, que podem fazer o público brasileiro gostar do cinema. Não só o Eu, Tu, Eles, não só a Central do Brasil, mas há também os dois últimos produtos da Globo Filmes, um da Rede Globo/Globo Filmes, O Auto da Compadecida, e outro da Globo Filmes, que é A Partilha. Eles levaram, em massa, o brasileiro a assistir o filme e ficar orgulhoso.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Após as exposições feitas por nossos convidados, vamos passar para a fase de debate, quando os Srs. Senadores farão perguntas.

Em primeiro lugar, passaremos a palavra a um dos autores do requerimento, Senador Francelino Pereira. Peço ao secretário que passe a lista aos demais Senadores que desejarem formular perguntas aos nossos convidados.

Com a palavra, o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Meu caro Daniel Filho, meu caro Leonardo Monteiro Barros.

Aqui, o segundo também é muito caro, ele é instantâneo. O Congresso é uma casa ágil, sobretudo porque, fundamentalmente, trabalhamos terça, quarta e quinta. Segunda e sexta estamos nos nossos Estados, nos países do mundo, ou estamos discutindo os nossos problemas, as nossas preocupações e mais do que as preocupações são as apreensões com o destino do Brasil.

Quero apenas fazer um ligeiro histórico para começar e quero também ser rápido.

Por que os senhores – sou um admirador seu, Daniel Filho – só agora estão aqui? Porque, se o seu depoimento tivesse sido inserido no rol das locuções que foram promovidas aqui – vinte e tantas audiências públicas –, teria dado uma contribuição importante, em termos de realidade, sobre a conformação e o destino do cinema e da televisão no Brasil.

Também, o Leonardo Monteiro Barros já devia ter vindo, mas não veio por que a última audiência pública da Subcomissão Temporária, da qual eu era relator, e o Senador José Fogaça era o Presidente, foi marcada para um dia tormentoso, que foi o dia da cassação de um Senador da República. Num dia como aquele, as mentes e os corações ficam turvados, ficamos destruídos.

Pois bem, felizmente, essa Subcomissão Temporária, que terminou os seus trabalhos no fim do ano passado, retomou agora já como uma Subcomissão Permanente, Cinema, Comunicação Social e Informática. Então, é uma subcomissão significativa, importante, tanto mais que foi acrescida – estou sendo informado agora – da participação de mais parlamentares, de tal forma que se tornou quase que uma entidade dentro da Comissão de Educação, que envolve cultura, tudo que se pode imaginar na área de educação.

Como surgiu isso? É preciso também, como você é – permita-me o tratamento, a intimidade – um contador de história, porque tem uma vida histórica, surgiu tudo porque o Congresso Nacional não tomava conhecimento do cinema, ou dos produtos audiovisuais. Muitos de nós, parlamentares, nesta ou na outra Casa do Congresso Nacional, entendíamos o cinema como uma brincadeira, um lazer e, efetivamente, só precisávamos de vocês por ocasião das campanhas e quando vocês eram pagos regidamente nos estertores da campanha eleitoral. Isso vai acabar.

O SR. DANIEL FILHO – Nunca fiz campanha. Nunca me chamaram para essa “boca”.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Mas isso vai acabar, porque a nossa preocupação agora é de que o que a campanha eleitoral – e na campanha eleitoral a TV é a mais cara, ela é gratuita e é a mais cara – produz é impressionante.

Então, a instituição parlamentar não participava desse debate. Quando surgiu o filme Central do Brasil é que entendemos que precisávamos dar uma contribuição e participar daquela campanha para que o Brasil conquistasse o Oscar. Todo brasileiro acompanha futebol, sobretudo no campeonato mundial, a copa. Cinema também é quando tem o Oscar, quando não tem o Oscar, vou ao cinema. Mas a verdade é que o Brasil todo está no cinema, a imprensa fala em

cinema. Não há fim de semana em que não haja cinema. Não é só cinema, não. O amigo sabe que fui o construtor do Centro Cultural do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, que é o endereço cultural daquela cidade, é muito freqüentado. Eu mesmo vou ali para matar saudade, e lá está a "memória dos meus olhos".

O que desejamos, agora, nesta segunda etapa, é consolidar aquele debate que tivemos aqui e que vai ser publicado num volume, para que o Brasil, a cultura brasileira, Leonardo e Daniel saibam que o Parlamento produziu um documento de análise crítica e histórica do cinema e do audiovisual deste País. Não tínhamos absolutamente nada. Nós, agora, estamos construindo uma história, com a participação do Congresso Nacional. E ninguém mais afaste isso daqui, até porque o Congresso descobriu que cinema não é apenas arte, mas é também indústria, e esta é fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento!

Sempre lembro aquelas palavras de Roosevelt. Quando ele estava apoiando Hollywood e desabou aquela crítica em cima dele, ele respondeu: "Para onde for o cinema americano, irá o produto americano". Nós pensamos nisso.

Precisamos, agora, de um debate objetivo, concreto, rápido, para que possamos modificar a legislação. E há mais um detalhe: nós, aqui, não somos Governo, não somos Oposição, mas sim somos construtores de uma idéia, qual seja a de ver o Brasil na tela, de produzir cinema, de produzir filmes independentes ou não. O que nós queremos é isso.

Essa é uma pequena história, para que o amigo saiba que, efetivamente, estamos aqui participando de um itinerário histórico. Não sei se foi Daniel ou se foi Leonardo que disse que esta é a Casa em que se deve promover o debate.

O próprio Ministro da Cultura nos disse: "Fico feliz, porque o Governo tem as suas limitações". O Ministro da Cultura não pode criar problema com o Ministro da Fazenda, que, por sua vez, não pode criar problema sequer com o Secretário da Receita federal, que é nosso amigo, preparado e impulsivo. E, nós, aqui, somos livres. Nós não temos compromisso com ninguém. Não temos compromisso com o Governo. Não temos compromisso com a Oposição. E falo com o sentimento de Minas Gerais; e o sentimento de Minas é o sentimento do Brasil, porque o melhor sentimento do Brasil é o de Minas Gerais.

O que desejamos, agora, é uma definição: para onde é que nós vamos?

Quero fazer uma pergunta aos dois – não sei quem deve responder. Hoje, o produto cultural é o segundo produto mais importado dos Estados Unidos. A Internet, a digitalização, tudo está chegando aí; tudo está se transformando em disquete, e, daqui a pouco, até os meninos do Cosme Velho vão terminar vendendo a TV Globo, que é a instituição mais importante do Brasil no campo da comunicação e do entretenimento, que é a grande indústria nacional. Então, o que vai acontecer? Vamos ficar aqui recebendo o produto americano para produzirmos.

Assisti, alucinado de alegria, ao O Auto da Compadecida. Quando assisti, no Governo, ao filme Eu Tu e Eles, dele não gostei, mas, quando assisti a esse filme no meio do público, dele gostei imensamente.

Quero apenas que todos possamos dar uma contribuição, para alcançarmos dois objetivos: a elaboração de um documento, oriundo do Congresso Nacional, de finindo uma política pública para o produto audiovisual no Brasil, um documento de poucas páginas, para que possa ser divulgado e até inscrito em algum lugar que essa é a linha do Governo, essa é a linha da sociedade, esse é o sentimento do País; e a modificação da legislação.

Eu já disse ao Ministro Francisco Weffort: "A nossa preocupação é entrar em choque com o Ministério da Cultura". Até agora, isso não foi possível, porque S. Ex^a é competente, dedicado. Mas isso não basta.

O Congresso está de portas abertas para debater esse assunto com seriedade, com objetivo, porque ele é fundamental para mostrar o Brasil lá fora. Essa é a preocupação que temos, e esse é o itinerário que estamos percorrendo. Daí a minha alegria de participar aqui com uma história de vida, uma história de civilização na novela, no cinema, no produto audiovisual, e, ao mesmo tempo, com a aproximação de um novo líder nessa área, que é o nosso Leonardo Monteiro Barros.

Muito obrigado por tudo. Alonguei-me demais, mas tenho que ser curto, porque o avião sai de Brasília, é muito bom, mas o melhor de Brasília é o avião para os nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O Senador Francelino Pereira informou, no seu pronunciamento, que a Comissão de Educação é uma das sete comissões permanentes do Senado Federal, uma das sete comissões temáticas, e que, no âmbito desta Comissão, foram criadas duas subcomissões temporárias nos anos de 1998 e 1999. Uma, a requirimento do Senador Francelino Pereira, que foi a Subcomissão do Cinema, de que S. Ex^a foi Relator, presidida pelo Senador Fogaça; a outra, a Comissão de Rádio

e Televisão, encarregada de estudar a programação de rádio e televisão, criada em função de requerimento apresentado pelo Senador Pedro Simon.

No final do ano passado, por sugestão dos membros das duas subcomissões temporárias, apresentaram requerimento à Comissão de Educação – eu estava encerrando o meu mandato de presidente da Comissão de Educação à época – para criar, dentro da Comissão de Educação, uma subcomissão permanente englobando cinema, comunicação social, incluindo também a questão da informática – idéia que surgiu quando tramitou por aqui a Lei de Informática.

Desse modo, essa subcomissão tinha inicialmente cinco membros. Agora, o atual Presidente da Comissão de Educação, o Senador Ricardo Santos, representando o PSDB do Espírito Santo, atendendo a uma solicitação nossa, que estamos presidindo a Subcomissão Permanente, aumenta esse número para doze Senadores e também para doze suplentes.

Estamos dando seqüência a esses trabalhos que foram iniciados há cerca de dois meses e que têm seqüência no trabalho já desenvolvido durante os anos de 1999 e 2000 pelas duas subcomissões que funcionaram de maneira provisória, mas durante dois anos.

O Senador Francelino Pereira fez observações pertinentes aos dois convidados.

Passo a palavra a um e a outro, para alguém que queira fazer alguma observação a respeito do que falou o Senador Francelino Pereira.

Com a palavra, o Sr. Leonardo Barros.

O SR. LEONARDO BARROS – Senador, gostaria de agradecer as palavras elogiosas.

O Brasil já não teve cinema e não ficou melhor por causa disso. Entre 1990 e 1995, o Brasil não teve cinema. O mecanismo de financiamento que existia foi extinto, não se colocou nada no lugar e a nossa produção caiu. Se não me engano, foi em 1993 que tivemos a honra de lançar três filmes, ou dois.

O setor do audiovisual é hoje um dos setores mais importantes das disputas econômicas entre os países.

A União Européia tem uma preocupação particular com o setor, porque ela também tem um déficit de balanço de pagamentos nessa área. As cinematografias nacionais foram progressivamente perdendo mercado e hoje o que uma cinematografia nacional forte como a francesa, a alemã, a espanhola, a italiana pode almejar é ocupar entre 15% e 24%, 25% de

seu próprio mercado; a exceção é a França, com aproximadamente 30%.

De modo que, o audiovisual é hoje um setor estratégico. Como no passado houve planos estratégicos para desenvolver determinadas indústrias, precisamos de um planejamento de médio e longo prazo para esse setor, dentro de uma concepção estratégica, obedecendo as regras econômicas das organizações, das quais o Brasil é parte, mas colocando a nossa posição com firmeza e defendendo alguns dos nossos interesses com mais ênfase. Nosso mercado é um patrimônio, e, para participar desse mercado, temos que receber alguma coisa em troca. A situação hoje é muito melhor do que há cinco anos. Nós já temos alguns problemas da felicidade, como eu digo. Ou seja, nós discutimos a distribuição dos filmes. O problema é a distribuição. Isso significa que pelo menos os filmes têm sido produzidos, que pelo menos estamos fazendo os filmes. Eu acho que essa preocupação já está presente nesta Casa do Congresso e também no âmbito do próprio Governo Federal. A convocação do Grupo Executivo do Cinema parece-me que é uma tentativa de estabelecer regras duradouras de uma política estrutural sólida para o desenvolvimento do audiovisual.

Assim, eu vejo a situação com apreensão, evidentemente, porque o assunto é sério. A multiplicação das mídias pode gerar um brutal déficit de finanças para o País. Mas, como V. Exª disse, o cinema não estava aqui e hoje está.

Posso citar duas experiências pessoais. Espero um dia ter a experiência de um criador como Daniel Filho. Uma delas é que um dia eu matei aula para assistir “Beijo no Asfalto”. Na minha formação de juventude, o cinema era uma realidade. Um estudante de segundo grau era estimulado a matar aula para assistir a um filme brasileiro, porque havia ali uma coisa muito interessante. Adorei o filme.

A segunda experiência que eu posso citar, foi do meu orgulho, no ano passado, em maio, quando eu estava com o meu sócio, Andrucha Wadington, em Cannes, onde “Eu, Tu e Eles” estava na seleção oficial e um auditório com 2 mil pessoas literalmente de cada país do mundo; acho que nunca houve uma plateia tão ampla em termos de nacionalidade, vindo abaixo, rindo das piadas brasileiras, faladas em nordestino, com a caracterização dos atores brasileiros, nosso figurino, nosso barro nas telas. Imagino que Nelson Pereira dos Santos, Carlos Diegues e Glauber Rocha tiveram esse mesmo orgulho com seus filmes que fizeram a cinematografia brasileira ser tida no exterior.

Para mim estar aqui hoje é um privilégio. Agradeço a V. Ex^a pelo convite e pelas palavras.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – O senhor é favorável à criação da Agência Nacional de Cinema? Aqui nós estamos do outro lado da rua. Lá há um mistério. Aqui não tem mistério. Mas há quem diga que a qualquer momento pode sair uma medida provisória criando a Agência Nacional de Cinema, produto das preocupações do Gedic. Não quero falar aqui nos problemas ideológicos, no Governo.

O SR. LEONARDO BARROS – O importante não é criar instituição, mas dar poder político efetivo a ela. É o que eu sempre digo: a Secretaria da Receita Federal tem um prestígio, um reconhecimento e uma autoridade gigantesco no País e é uma secretaria do Ministério da Fazenda. Criar ou não uma agência, criar ou não uma secretaria; quer dizer, qual seria a forma política, executiva desse órgão, sinceramente, eu não sou a pessoa mais indicada para dizer qual seria a melhor. O que precisa acontecer é vontade política de fazer com que esse órgão possa desempenhar o seu papel, regulando o mercado e estabelecendo políticas duradouras.

Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. Daniel Filho.

O SR. DANIEL FILHO – Faço minhas as suas palavras. Quanto à criação, eu sou favorável ao que ele falou. Nós já tivemos experiência e estamos agora diante de um Brasil novo. Eu sinto uma vontade nova. Eu não sinto aquela vontade a que me referi no início, aquela vontade eleitoreira. Eu sinto a vontade de realmente fazermos um Brasil e termos orgulho do que estamos fazendo e estar assistindo cinema, podendo ter assistido na Presidência, depois com o público. Isso é muito bom, Senador.

Sempre que se forma o poder que ela deve ter – e quanto mais poder, não estabelecer uma pessoa apenas nesse poder, mas que o comando dessas agências ou dessas “embrafilmes” que já foram criadas no Brasil gire democraticamente –, deve-se limitar o tempo em que a pessoa pode ficar no comando, para que não se formem “carnilhanatos”, e as coisas fiquem fixas. Deve-se estabelecer a possibilidade da mudança democrática de pessoas. Todos têm que ter o mesmo fito, todos estamos abraçados numa mesma vontade: ver o cinema brasileiro aparecer, ver o audiovisual brasileiro aparecer.

Estamos falando de cinema, mas eu gostaria de falar do audiovisual brasileiro. A coisa agora semisturrou. Mesmo nos Estados Unidos, os melhores filmes

estão sendo produzidos pela televisão – produzem-se excelentes filmes, com muita boa qualidade; os franceses produzem muito para a televisão. Agora, com a internet...

A separação de cinema, televisão e internet existe enquanto tipo de veículo, mas os filmes podem ser exibidos usando qualquer um desses veículos. Então, temos que defender o audiovisual brasileiro. Estamos falando de algo muito complexo, e, por isso, entendo que têm que existir leis, tem-se que dar poder e agilidade durante o tempo em que cada presidente ou responsável por essas agências ou comissões criadas permanecerem no comando.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra, o Senador Roberto Saturnino Braga, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, Srs. Convidados, gostaria veementemente de agradecer a exposição de ambos. Elas foram muito importantes – lamento, porém, a ausência do Evandro.

Tocamos num ponto fundamental. O Leonardo disse muito bem, e isso eu acho que já é um consenso desta Comissão: a televisão precisa do cinema e o cinema precisa da televisão. Essa dissociação não deve continuar, precisamos encontrar os caminhos para fazer essa integração. No entanto, também temos consciência da existência de dificuldades, dificuldades de natureza técnica, de natureza objetiva e dificuldades até de natureza empresarial mesmo: a disposição empresarial de fazer casamentos nem sempre existe.

Nós sabemos também - nós, Senadores e Deputados - do peso que a televisão tem no comportamento do Congresso Nacional. Não é segredo para ninguém, estamos aqui falando francamente. Acha-mos que o Congresso - o Leonardo citou o exemplo da mão de Washington no momento da crise dos Estados Unidos -, deve ser uma mão capaz de produzir essa aproximação, eliminar os obstáculos maiores, a dissociação, mas temos que encontrar um caminho viável. Não adianta chegarmos aqui a uma conclusão ideal e elaborarmos um projeto de lei que acaba parando numa gaveta do Congresso Nacional – algo que é da democracia, o sistema democrático tem essas particularidades. Na medida em que houver uma grande oposição por parte da televisão, essa coisa não anda.

Precisamos ter, em primeiro lugar, consciência das dificuldades, consciência da importância do assunto de que tratamos e das dificuldades a ele relacionadas. Devemos buscar a linha de menor resistência para começarmos, modestamente, sem grandes

pretensões de vôos altos, mas começamos solidamente a buscar o entrelaçamento de interesses que tenham viabilidade e ter persistência nisso, porque os frutos aparecem sempre quando há persistência, continuidade. Quer dizer, na medida em que formos capazes de formular alguns projetos que tenham um mínimo de obrigatoriedade por parte da televisão e do cinema, mas que não seja coisa que encontre grande resistência. E se essa legislação tiver continuidade, os frutos vão aparecer e a integração vai se dando. Então, a primeira pergunta que faria a ambos é a seguinte: na opinião dos senhores, qual seria esse caminho mínimo? O que poderíamos fazer de começo que desse algum resultado, embora longe do ideal? Talvez pudéssemos começar buscando exemplos em outros países? O Leonardo citou o caso dos Estados Unidos, mas existe integração na França? Existe integração na Itália? Existe legislação que levou a essa integração? Vamos buscar experiências de outros países que tiveram algum êxito nessa integração. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que o Gedic foi criado com vista à criação de uma indústria cinematográfica. Também nesta Comissão estabeleceu-se o consenso da necessidade de que o Brasil tenha uma indústria. Se queremos que o cinema ganhe a dimensão que queremos que ele tenha, não pode continuar sendo feito de forma artesanal. É preciso que tenha empresas, produtoras sólidas. O Daniel foi muito enfático ao estabelecer a diferença da solidez, ou da estabilidade econômico-financeira da Globo com as outras televisões.

A estabilidade econômica e financeira é importante, quer dizer, é preciso criar uma indústria que tenha um mínimo de lastro econômico-financeiro para poder desenvolver essa atividade com continuidade, com persistência. E essa coisa do capital é fundamental. Tudo que se faz nos Estados Unidos já começa com esta vantagem: lá eles têm capital. E aqui nós não temos capital. A pergunta que faço também a ambos é a seguinte: o que pensam e que disposição têm os bancos para entrarem nisso? O Leonardo tem uma experiência com o Banco Icatu. Será que podemos colocar no nosso projeto de criação de uma indústria, uma integração, uma certa associação também com os nossos bancos? Gostaria de deixar essas duas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – As perguntas também foram feitas a ambos. Com a palavra, o Sr. Daniel Filho.

O SR. DANIEL FILHO – Bom, o banco vou deixar para o Leonardo responder, porque sobre banco

eu não... Só me lembro da minha época de penúria, assinando os papagaios no banco e depois correndo para resgatá-los.

Parece-me que o cinema, os produtores que existiram e que existem não são muitos, também como na televisão não são muito os produtores sedimentados, como, por exemplo, é a Conspiração Filmes, que é muito apoiada pela indústria dos comerciais, ou seja, o que faz dela uma coisa sólida é o comercial, o que permite a eles até perder ou investir dinheiro. Se eu estiver mentindo, pode interromper na hora que quiser, não precisa nem me chamar de excelência, pode simplesmente interromper. Existem produtores como Luís Carlos Barreto, que são produtores com históricos de lastro, com carteira de filmes. Existem produtores como Carlos Diegues, existem produtores como Aníbal Maçaine, como Walter Hugo Cury, pessoas que seriamente dedicaram a sua vida a produzir cinema. Existem, mas são poucos. Posso estar falhando e omitindo vários, mas...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Posso interrompê-lo?

O SR. DANIEL FILHO – Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Esses produtores certamente acumularam bastante experiência. O senhor acha que acumularam algum capital?

O SR. DANIEL FILHO – Posso garantir, por alguns que conheço aqui, e não vou citá-los para não expô-los, que não. Produzir um filme é uma aventura romântica, produzir um filme no Brasil é um sonho romântico. Por exemplo, a GloboFilme tem uma pequena participação, quase de apoio, a um filme chamado "A Cidade de Deus", dirigido por Fernando Meireles. Acredito que será um excelente filme, mas foi caríssimo, jamais se pagará no Brasil. Ele tem apoio da Miramax e do Canal Plus, que é francês. E, mesmo assim, o Fernando Meireles - desculpe-me, Fernando, mas vou falar sobre isso agora - está usando dinheiro do bolso dele. Possivelmente, ele pagará imposto sobre o seu próprio dinheiro, porque, enquanto não chegava o dinheiro dos produtores - o Leonardo sabe disso melhor até do que eu -, que são sócios da Miramax ou do Canal Plus, ele tinha que começar o filme, pois, quanto mais o tempo passasse, mais caro custaria. Então, ele, que ganhou o dinheiro com sua companhia de publicidade em São Paulo, é um ótimo diretor publicitário, está assinando o cheque dele e pagará imposto sobre esse cheque.

Quero falar da integração. Acho que esses poucos e bons produtores que existem, já solidificados no mercado, sérios, têm que trabalhar e seduzir a televisão com produtos, tem que haver um diálogo. A tele-

visão precisa de produtos novos; a televisão tem uma grade aberta; a televisão está sempre procurando algo mais. A própria TV Globo, há pouco tempo, produziu um programa chamado "Brava Gente" e alguns episódios foram terceirizados. Um deles, chamado "Palace II", foi do Fernando Meireles e serviu de experiência para ele no filme "Cidade de Deus". O curioso é que as pessoas perguntavam o porquê do título "Palace II", pois não se lembravam mais do golpe da utilização da areia da praia na construção do edifício que caiu.

Então, acho que tem que ser apresentado, e aí só existe uma situação ou duas: produtos que tenham um interesse ou que possa haver realmente uma sociedade.

A televisão não pode ser penalizada, em determinado momento, por ser competente. Ela é uma janela como outra qualquer. Por exemplo, a outra janela que temos é o exibidor. O exibidor entra com o quê? Com o cinema. O exibidor dá o quê ao produtor? Zero. Ele exhibe o nosso filme e fica com 50% da arrecadação do filme. Os anúncios, tudo, tudo quem paga é o produtor, aquele que fica com 30%, em alguns casos com 25% da renda. Então, aí é uma janela, a outra janela. Falamos só da televisão, mas estou falando da outra janela, que é a janela onde o filme brasileiro é exibido. E ali também estamos na mão. Logicamente, quando um filme faz sucesso, ele é muito bem recebido, é muito bem tratado. Estou com um filme de sucesso em cartaz, que está sendo muito bem tratado, não posso reclamar. Mas também não sei dos compromissos que esses exibidores têm com o grande mercado de cinema. Eles podem, em determinado momento, dizer: Olha, eu tenho um compromisso e, apesar do dinheiro, terei que tirar tal filme de cartaz, mesmo que ele atinja a média da sala. Já houve casos de os filmes estarem atingindo essa média da sala e se remaneirados de cartaz. Essa é uma outra janela a ser vista.

O amor e o casamento só existem quando existe o interesse de ambos. O amor é uma troca de interesses. Acho que essa troca cinema/produtores de cinema ou produtores de audiovisual vai existir, porque a televisão está muito aberta. Temos que ver também e pensar nas outras televisões e na competência das outras televisões, sem ser a TV Globo, para que elas também possam ter o mínimo de garantia que esses produtores cinematográficos de que falei têm, de seriedade que eles têm.

Portanto, o que vejo é a possibilidade de uma integração; ambos têm que ganhar, ou seja, o prestígio, mas não pode um perder e outro apenas fazer. Tem

que haver realmente um avanço, e sabemos, e eu como produtor sei, que todas as vezes que produzi, o que produzi são produtos inteiramente nacionais em que o sucesso é imediato e grande. Aquele dito "conte a estória da sua vila que você estará contando a história do universo" é verdadeiro.

Portanto, Eu, Tu, Eles ou O Auto da Compadecida consegue ser internacional, porque é a estória da nossa vila. Não vejo por que a televisão não exibir filmes nacionais ou não co-produzir filmes nacionais. Vejo é como ter o interesse e que não seja apenas um dando e o outro recebendo, como acho que é o caso dos exibidores, que damos, o outro recebe, ganha e apenas exhibe o nosso produto e leva 50%.

Então, se comparássemos, o que é o exibidor de cinema ao que seria o exibidor, a outra janela, que seria a televisão, a gente veria que a televisão está sendo muito mais – atualmente mesmo, só comprando filmes – generoso do que seria o nosso grande exibidor, que são as cadeias de cinema.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Hoje, grande parte já está na mão dos americanos.

O SR. DANIEL FILHO – Grande parte já está na mão dos multiplex, uma indústria armada pelos americanos, holandeses, que foram ganhando mercado. É ótimo. E ali a coisa é fantástica, por que não só ela rende muito bem como rende na pipoca e na água. O que estou falando parece uma piada, mas é verdade. A pipoca, a água, o que custa o preço da água, o preço da pipoca. Arma um bom negócio – está ali colocado. Não é só no Brasil, o mundo inteiro que vive do multiplex. E ali deixamos 50% da nossa renda, nós que somos responsáveis por tudo. Verdade ou não, Leonardo?

O SR. LEONARDO BARROS – É. A situação do exibidor foi interessante porque, durante muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra, Leonardo Barros.

O SR. LEONARDO BARROS – Desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Devo anunciar para orientar a Taquigrafia.

Com a palavra, Leonardo Barros.

O SR. LEONARDO BARROS – A questão do exibidor foi muito interessante. Durante muito tempo, no Brasil, os exibidores eram praticamente 100% nacionais. Quando começou a haver uma invasão, uma entrada – que até foi muito benéfico para o mercado, que tem modernizado o cinema, tem sido muito boa para o público, deve ser dito isso – dos exibidores americanos, eles viram que havia um concorrente

que estava sendo financiado a um custo de capital muito baixo para entrar na América Latina e vieram conversar com os produtores: - Vocês têm que nos ajudar, porque começou a concorrência; estamos desesperados. Bem-vindos ao clube, companheiros, porque, nós conhecemos, o cinema brasileiro conhece essa situação de concorrência há muito tempo. Mas, qualquer cinematografia nacional hoje enfrenta uma concorrência muito forte. Essa me parece que é a grande questão dessa década que estamos vivendo.

A questão do capital, Senador, vamos ser realistas, o Brasil tem um problema estrutural de capital, nós sabemos disso, e o cinema ou a televisão mesmo não estariam imunes, não seriam uma exceção nesse caso. O Brasil tem um custo de capital alto. Particularmente a televisão tem uma situação um pouco melhor, porque ela é capaz de mostrar uma determinada renda; ela tem uma renda a demonstrar. O cinema não tem renda e nós hoje estamos ocupando 8%, 9%, 10% do mercado. Isso se reflete no mercado de vídeo, nas vendas para a televisão. Então, a renda do produtor cinematográfico é muito baixa. As apostas que têm sido feitas por banqueiros são de longo prazo, como capital de risco. É quase um dinheiro que a pessoa fala: - Olha, eu tenho isso aqui, se eu perder não vou morrer. Então, vou arriscar, porque pode ser que, daqui a 10 ou 20 anos, isso tenha uma acumulação e um rendimento, mas qualquer país que tenha 10%, qualquer produto que ocupe 10% do mercado tem uma capacidade de atrair capital muito pequena.

Acredito, e essa foi uma conclusão a que se chegou na Europa, que precisamos enfrentar esse problema de frente. Não é possível sinalizarmos para o mercado privado a importância do setor audiovisual brasileiro sem alguma forma de subsídio, incentivo ou estímulo fiscal. Não podemos nos enganar quanto a isso. O mercado sozinho não será capaz de resolver. O Poder Público, o Estado brasileiro, ou melhor, falando claramente, o contribuinte brasileiro terá que dizer que quer ter um cinema nacional. Pode até dizer "não quero". Acredito que essa é uma questão que deve ser discutida. Talvez esta Casa seja o melhor lugar para discuti-la. Mas, em dizendo "nós queremos", tem que se fazer uma sinalização.

A lei do audiovisual, que está prevista para se extinguir em 2003, modificou o panorama da produção.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E tem que ter continuidade. Não pode ser extinta, porque esses frutos aparecem exatamente ao longo do tempo.

O SR. LEONARDO BARROS – Agora, se é a lei do audiovisual ou outro modelo que vamos escolher,

acredito que o Gedic, com a ajuda do Congresso e dos agentes privados ou não, será capaz de encontrar um caminho. Hoje, a adversidade já nos une. O risco que a televisão está correndo de desnacionalização é muito parecido com o que o cinema já sofre. Então tudo isso contribui para nos unir.

Concordo com o Daniel em que a pior coisa é um parto a fórceps. Enfiar pela goela da televisão um produto que não esteja desejando pode ser muito complicado. Agora, com relação especificamente à integração, também não há parto sem dor. Algum tipo de força terá que ser exercida. O exemplo mais recente, Senadora, de modificação de legislação é o da Espanha, onde, em 1998, foi introduzida uma nova legislação, fruto de muito debate, com muita oposição das televisões, que obriga as televisões, particularmente as abertas, a investir 5% do seu faturamento, que é um alto percentual, em produções europeias, das quais 60% devem ser espanholas. Esse mecanismo, neste ano de 2001, está injetando na produção independente espanhola US\$150 milhões para a produção independente. Não conheço os detalhes da lei, mas sei que permite algumas formas de co-produção. Então, eventualmente um filme considerado espanhol não precisa ser inteiramente espanhol. Pode até ser falado em inglês, mas se for baseado em um livro espanhol... enfim, há uma série de interessantes idéias.

Então, acredito que, respondendo às suas perguntas, o exemplo mais próximo e mais recente é o da Espanha, que é um país com um PIB menor que o do Brasil. A Espanha tem um mercado de publicidade menor do que o brasileiro e ali a televisão foi compelida a investir na produção independente. A França tem uma tradição antiga. Alguns canais franceses só foram autorizados a funcionar, particularmente o canal Plus, com a inserção em seu estatuto da obrigatoriedade de investir um percentual de seu faturamento. Nos Estados Unidos, o mecanismo é um pouco diferente. Houve algumas restrições. As TVs não podiam produzir tudo que exibiam.

Agora, talvez não exista mercado para sete televisões abertas para o Brasil. O Brasil é curioso. Temos aqui, se não me engano, 14 montadoras de automóveis. Não conheço país no mundo que tenha tantas assim. De repente, nos soa viável o paraíso das montadoras. Hoje, o audiovisual é uma indústria muito justa do ponto de vista da geração de empregos. Não gera apenas o emprego especializado, de quem estudou informática, etc., mas sim em todas as faixas sociais. Essa indústria tem uma capacidade intensiva de trabalho. Não sei se existe mercado para sete tele-

visões abertas. Hoje algumas realmente têm características de programação de TV fechada, de TV por assinatura.

Mas não acho que haja parto sem dor. Pode existir parto sem fórceps. Não precisa...

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra, o Senador Ricardo Santos, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. RICARDO SANTOS – Sr. Presidente Freitas Neto, esta nossa audiência pública está sendo extremamente produtiva nesta oportunidade que estamos tendo de discutir essa interação TV-cinema. E foi bastante ilustrativo o depoimento do Daniel, demonstrando a extrema dificuldade do produtor independente ao tentar vender o seu produto cultural para grandes redes de televisão. Quer dizer, ele, com toda sua história na televisão brasileira, com toda sua experiência, competência e o seu nome, relatou aqui a enorme dificuldade que teve, inclusive até com prejuízo de natureza financeira, como aqui foi relatado.

Por outro lado, a TV, como é praticamente consenso aqui, pode ser e é em outros países, foi aqui relatado pelo Leonardo o que representa a venda de filmes dos Estados Unidos para a televisão, representando 25% do faturamento, podendo chegar a 40% ou 50% dentro de poucos anos. E aqui a sugestão do Leonardo de que a TV, seja aberta ou a cabo, deve investir na co-produção.

Discutimos aqui com representantes do Gedec vários mecanismos de apoio fiscal e financeiro à produção cultural, inclusive a criação de uma agência de fomento, que seria muito mais uma agência articuladora e de mobilização de terceiros no sentido de apoiar a produção cultural.

Mas quero dirigir uma pergunta ao Leonardo: no seu entender, como se daria essa relação entre a TV e o produtor cultural independente. Você prevê, por exemplo, se seria possível ou já existe a experiência de investimento de risco da televisão em alguma produção cultural independente? Ou do tipo compra antecipada do produto? A questão da intermediação financeira de certa forma já foi respondida por você, mas a Conspiração Filmes tem a vantagem de ter um braço financeiro por trás, que é o Banco Icatu. Certamente, o Banco Icatu ajuda a financiar a produção dos produtores culturais que são sócios da Conspiração Filmes. Trata-se de uma iniciativa interessante, é um tipo de associação trabalho-capital financeiro. Então, essa é a pergunta que dirijo ao Leonardo Barros.

Ao Daniel quero fazer a seguinte pergunta. Nessa relação TV-produção independente, o Daniel de-

fen de um controle efetivo da rede no sentido de assegurar a qualidade, principalmente quando se refere à TV Globo. A pergunta que faço é a seguinte: isso não poderia cercear a liberdade do produtor cultural? E a segunda pergunta que faço ao Daniel: seria fácil você produzir, como produtor independente, naquela sua experiência pregressa, de pois dos anos 90, tendo um controle externo e efetivo sobre a sua atividade como produtor cultural?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Pela ordem das perguntas, passo a palavra ao Sr. Leonardo.

O SR. LEONARDO BARROS – Sr. Presidente, a televisão tem duas formas básicas de participar de produções ou co-produções audiovisuais. Parecem a mesma coisa mas não são. A primeira é por meio de um investimento efetivo, adquirindo um percentual daquele copywrite, ou seja, da propriedade daquele ativo. Explíco: a obra é 100%, e ela vai adquirir - vai investir "x" mil ou milhões de reais - um percentual. Isso significa que ela será co-proprietária daquela obra e terá um percentual sobre todas as explorações e receitas decorrentes da comercialização daquela obra.

A outra maneira - que é especificada televisão, mas, às vezes, essas duas coisas estão combinadas e misturadas - é a aquisição do direito de exibição que é conhecido como o direito de antena na França. Basicamente, seria o seguinte: "eu, para passar um filme tantas vezes durante um determinado período de tempo, num determinado território, pagarei "x" mil ou milhões de reais." Então, toda negociação entre o produtor independente ou mesmo entre um produtor grande, um major de Hollywood com uma televisão, funciona desta maneira: quanto está adquirindo de licença, de exibição - duração do período, número de quantas vezes vai exibir - e quanto elas podem ou não estarem adquirindo de propriedade ou co-propriedade da obra.

Nesse sentido, já existem algumas experiências. A maior dificuldade que se enfrenta é a questão do preço porque, evidentemente, o produto internacional, particularmente o americano, chega para a televisão brasileira - a TV brasileira representa 1 ou 2% da venda mundial daquele produto - por US\$20 mil ou US\$30 mil. Existem algumas formas de vincular o sucesso de lançamento de cinema, tanto que algumas indústrias, às vezes, lançam em cinema mais por obrigação para gerar um preço maior no mercado de televisão do que pelo sucesso que aquele filme poderia fazer no mercado de cinema.

Continuando, em relação ao preço de compra da televisão, a produtora diz: - "Olha, o seu filme é muito bacana, a sua idéia é muito legal, mas eu com-

pro um americano, com Silvester Stalone, por 30". Isso, então, deprime o preço. Ao meu ver, a única forma de fazer alguma coisa que mexa nessa relação é uma interferência externa que diga: "você tem obrigação, tem que gastar."

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não especificaria o meio de gastar, poderia ser de uma forma ou de outra.

O SR. LEONARDO BARROS – É. Existem esses mecanismos. A co-produção tem a ver com a propriedade da obra. E aqui a tendência é que a televisão possa ser uma co-produtora minoritária da obra audiovisual. Há também a questão da licença de exibição, que é um dos itens de negociação. Parece-me que é este o caminho. No nosso caso específico, somos uma associação de 22 profissionais - pessoas físicas, produtores, diretores, marketing, finanças. Somos um grupo financeiro. A participação do grupo financeiro foi apenas na constituição da empresa, quer dizer, no capital inicial. Somos obrigados a viver com os nossos recursos e fazemos receita, ou seja, recebemos dinheiro com publicidade, somos uma produtora grande no País - não a maior mas somos grande. Graças a Deus, o nosso trabalho tem sido muito bem recebido, mas perdemos dinheiro na produção de cinema. E, sinceramente, sem a existência de leis e incentivos fiscais, não teríamos tido condições de produzir absolutamente nada nessa área - nenhum filme que nós fizemos teria existido. Então, estamos muito ainda numa situação de primeiro ou segundo passo. Estamos renascendo, porque o cinema nacional já existiu. Ele já deixou de existir, mas já existiu com muita glória. Como área empresarial, acreditamos nisso. Colocamos a nossa vida pessoal nesse negócio.

Espero ter respondido as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. Daniel Filho.

O SR. DANIEL FILHO – Obrigado, Sr. Presidente.

Não existe no mundo um produtor de cinema que não tenha que responder a alguém, a não ser quando ele realmente atinge posições como Spielberg. E, mesmo assim, se algum filme de Spielberg não for bem, ele terá que responder a alguém em Wall Street, porque é muito dinheiro envolvido. E isso não cerceia, porque, quando fiz Confissões de um Adolescente, tinha que responder não só a uma bíblia - e em Confissões de um adolescente eu tinha temas bem profundos com relação à adolescência, eu tinha uma bíblia que tinha que cumprir da TV Cultura. O texto era aprovado, voltava a sua aprovação, vinha restrições, e era aprovado o elenco. Depois, quando foi feito a co-produção com a França, tive que aprovar

um elenco francês, foram duas atrizes brasileiras para lá, Maria Mariana e Daniele Valente. Todo o elenco francês que entrou eu escolhi, mas fiquei sujeito à aprovação da TFan, que era a dona do produto, como também de todas as suas histórias, seja na hora do tema do história até o script final. Isso não cerceia. Faz parte da nossa criação, porque temos que trabalhar diretamente para um público e estamos sendo exibidos dentro e uma..., por isso digo a responsabilidade do exibidor, no caso uma rede de televisão, é dos seus proprietários, dos seus donos. Então, eles é que vigiavam e vigiam o que querem ou não apresentar na televisão. Foi essa a minha experiência enquanto produtor independente.

Senador Ricardo Santos, a segunda pergunta parece-me que é ao contrário disso. Como exerci, durante muito tempo, fui Diretor-Geral de Produção da Rede Globo de Televisão, não é difícil porque divide-se trabalhos, sabe-se os parceiros que se escolhe, basta despachar, ler o script, há pessoas para ler o script. A coisa é articulada de uma maneira, quando chega uma história é conversada o fôto dessa história, onde se quer chegar, qual o conceito dessa história. Isso não é uma nova coisa, é uma coisa praticada há anos. Mesmo Moliere Racine tinham que se adaptar mais ou menos ao rei. Até mesmo Mozart conseguiu compor tudo que compôs de forma bem restrita. Apenas o Goya teve que sair do palácio para poder pintar revoluções, mas ali estava numa ditadura, o que não é o caso aqui, agora. Se existe uma ditadura do público, é a melhor ditadura que pode existir. É o público que pode desligar o aparelho de televisão, o público que pode não assistir ao seu filme. Esse também é um outro trabalho que o nosso cinema está fazendo e acredito que estamos cumprindo direito essa missão de conquistar o público. Espero ter respondido as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Sr. Presidente, Senador Freitas Neto, senhores convidados, Daniel Filho e Leonardo Barros, Srs. Senadores membros, estamos vendo um fenômeno de convergência de mídias; está começando a aparecer. Por enquanto, o que está acontecendo? Está havendo uma competição na distribuição, mas, com a convergência, a competição dar-se-á no conteúdo. Portanto, haverá, a médio e longo prazos, uma valorização do conteúdo, mas isso tem um tempo para acontecer. É preciso que se incentive esse conteúdo, o conteúdo nacional, até porque precisamos valorizar a nossa cultura. É dever nosso, como é dever do Poder Exe-

cutivo, se preocupar com isso. Precisamos valorizar a nossa cultura. Nesse período de transição, evidentemente, a distribuição ainda gera distorções, e o conteúdo não terá a valorização hoje que poderá ter no futuro.

Portanto, é necessário administrar esse espaço de tempo, e aí concordo com o que tem sido discutido aqui em relação à incentivarmos a produção de audiovisual nacional, evidentemente que na distribuição haveria liberdade de escolha do conteúdo, mas, de qualquer maneira, é necessário proteger esse conteúdo nacional no momento em que há transição entre a competição excessiva da distribuição para a competição futura do conteúdo. É precisamos que nós discutamos esse assunto e consigamos descobrir a melhor fórmula de fazê-lo. Esse é um comentário para suscitar o debate. Gostaria de ouvir a opinião não só dos dois convidados, como também dos demais colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. Leonardo Barros.

O SR. LEONARDO BARROS – Senador, no passado, era muito fácil proteger os mercados por intermédio de tecnologias. Hoje, a tecnologia impede a proteção dos mercados.

Lembro-me de que no Brasil, durante muito tempo, havia um sistema de televisão único no mundo. Não é mesmo, Daniel? Era o Pal-M. Trabalhei na Alemanha, um período da minha vida, durante cinco anos, como diretor de marketing de uma empresa de entretenimento, e lá havia um mapa do mundo apontando o mercado de televisão. A Sony, fabricante dos aparelhos, fazia um quadro que demonstrava as cores do sistema de televisão: Secan, Pal, NTSC. Em dois países, havia uma cor única: no Brasil e na França. Na França, havia o sistema Secan e, no Brasil, o Pal-M, diferente do sistema Paleuropeu. No entanto, aquilo criava algumas defesas.

Hoje, ocorre o contrário. A tecnologia está superando as nações, e os mercados estão-se mesclando. A principal batalha é a do conteúdo. Entretanto, em todos os modelos econômicos, o grande nó sempre é o da distribuição. Muitos dizem que a Internet vai... são os “davis”, os pequenos, que têm alguma chance. No entanto, o que adianta haver o fornecimento de um bilhão de imagens, se ninguém souber que se está fornecendo aquilo? Então, não haverá acesso ao site. Dessa forma, o custo de marketing para tornar a marca conhecida é gigantesco. Isso hoje se dá em escala planetária.

Concordo, completamente, com V. Ex^a. A grande tarefa talvez não seja a proteção do conteúdo nacional,

mas apenas o estímulo à produção continuada do conteúdo nacional.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Perfeito. Concorde que proteção não é bem o termo; é necessário o estímulo, que se deve criar e incentivar, para que possa competir durante um certo tempo, até que o conteúdo seja realmente o rei.

O SR. LEONARDO BARROS – Exatamente.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E ele possa andar com as suas próprias pernas. Deve haver continuidade. Não podemos dar o estímulo por dois ou três anos, e depois tirá-lo.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Posso dar um exemplo histórico?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Trata-se de um exemplo histórico de estímulo – ouça bem essa palavra.

Falou-se em montadora. Quanto ao Estado de Minas Gerais, no Governo Rondon Pacheco, sobrou muito para nós, quando fomos Governador do Estado de Minas Gerais, que gastou muitos recursos, muita saliva e muito entusiasmo para instalar a fábrica da Fiat. O Estado é sócio da Fiat. Eu mesmo estive, várias vezes, em Roma e em Turim, com a família famosa, e, aos poucos, fomos diminuindo a nossa participação estadual, até que saímos. Atualmente, Minas Gerais está competindo com São Paulo. A Fiat, em Minas Gerais, representa um ponto estratégico da produção nacional de veículos.

Cito esse exemplo para demonstrar como é preciso haver incentivo e estímulo. Falo de um caso isolado. Porém, em relação ao cinema, não há como sair dessa competição de hoje sem um incentivo. A agência nacional que está prevista visa restabelecer um pouco aqueles tempos antigos, quando havia muita crítica à presença do Estado, mas este, na realidade, tem de estar presente, desde que o produto seja de interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. Daniel Filho.

O SR. DANIEL FILHO – Sr. Presidente, há uma piada que seria engraçada se não fosse trágica. Apiada, que corre nos Estados Unidos, é a seguinte: “Com o tempo, todos nós seremos empregados do Murdoch”. (Risos.) Existe essa verdade capitalista no mundo. Rudolph Murdoch é o grande e perigoso imperador. O conteúdo também é importante. Existe uma democratização para nossa produção audiovisual, que é a da câmera digital. Às vezes, fala-se e fica-

mos presos a um cinema que começamos a fazer em nossa juventude e na nossa infância. Era necessário ter dinheiro para produzi-lo com 35 mm, com uma câmera em 16 mm. Isso era caro. Hoje, existe uma câmara digital, essas câmeras caseiras que conseguem ter qualidade para produzir filmes a fim de serem exibidos em televisão. Os processos de edição em computadores tornam-se cada vez mais simples, ou seja, isso deu uma democratização muito grande para o produtor visual. Isso deve ser olhado com muito carinho, porque, no meu tempo, os famosos festivais do Super 8, do Paissandu, eram de pequenos produtores, que faziam filmes de 5 minutos em Super 8 ou em 16 mm com grande dificuldade. Agora, a maneira de fazer é muito mais simples.

Logicamente, estamos falando do que é grande, mas também poderíamos olhar essa coisa pequena. Refiro-me a essas pessoas que podem produzir com essa câmera caseira com dignidade e perfeição, como ocorria na minha juventude com relação a esses filmes de Super 8. Esses filmes digitais podem ser exibidos em 1,5 minuto ou em 2 minutos na Internet, por sites mais poderosos.

Há vários caminhos que podem ser abertos e que o estão sendo, mantendo o nosso conteúdo – espero.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, último inscrito para o debate.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Leonardo, Sr. Daniel Filho, é um privilégio para nós a presença da inteligência e da experiência de V. S^{as}. Nesta Casa, há um grande cenário em tempo real, no qual a televisão, o cinema, a rádio e a comunicação, de modo geral, se fartam das grandes imagens. Mas este também é o cenário das grandes conquistas, como a democratização do País, em que conseguimos fazer com que o Brasil realmente viva o momento democrático.

Essa questão está ligada a um aspecto fundamental da economia brasileira. Precisamos democratizar o nosso capital para o brasileiro e para a produção nacional, fazendo com que as iniciativas, realmente, sejam a favor do nosso produtor, da nossa economia, das nossas divisas, do nosso mercado interno. Nesse sentido, a Globo fez uma opção muito inteligente para o mercado interno.

Infelizmente, o Governo Federal, muito embora sabendo, por exemplo, que a agricultura e a pecuária são fatores essenciais em momentos de crise, para salvar o País, não tem, até hoje, política agrícola. Sabemos, também, que não há política na área da co-

municação, do audiovisual, porque também não existe essa sensibilidade para que isso ocorra.

Está faltando, para nós, uma estratégia nacional nesse âmbito, o Governo entender que realmente é bom haver essa estratégia, a fim de incentivar a nossa produção, tornando-a competitiva em nível internacional, para que ocupe, inclusive, o seu espaço no mercado interno. Isso é muito bom para a economia brasileira, na medida em que gera emprego, renda, impostos, etc. Desse modo, o que está faltando é uma maior sensibilidade nesse setor. Compare essa situação com outra, referente à falta de política agrícola. É simplesmente vexatório dizer que acontece isso neste País.

Portanto, essa é a minha introdução. Até o momento, ouvi todas as perguntas, que foram pertinentes. Não teria propriamente uma questão, mas ressalto que a produção independente se esmera numa produção cultural brasileira. A televisão, em razão da audiência, está, de certo modo, voltada para a violência e o sexo, quem chamam a atenção – todo mundo quer ligar, quer ouvir - inclusive dos empresários do setor, que querem, naturalmente, que a sua empresa, a sua produção, tenha a melhor audiência possível.

Por isso, creio que também precisa, num certo ponto, haver aquilo que o Leonardo disse: um pouco de definição de cima para baixo. Se não houvesse definição de cima para baixo - infelizmente depende da opção política do Governo -, dificilmente chegaríamos a um resultado que desejamos não apenas para a cultura brasileira, mas também para a nossa economia.

Esse é um ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Passo a palavra, então, para Leonardo Barros, para responder ao Senador Juvêncio da Fonseca e, depois, para suas considerações finais. Após, ao Sr. Daniel Filho.

Com a palavra, Leonardo Barros.

O SR. LEONARDO BARROS – Agradeço as suas palavras.

Acredito que estamos vivendo um momento único e muito oportuno para definirmos essa política. Existe um grupo executivo que está trabalhando e vai apresentar propostas que, naturalmente, pelo fato de vivermos numa democracia, terão que ser apreciadas pelo Congresso. Será esse o momento, quando essas propostas de legislação vierem ao Congresso, de apurá-las, depurá-las, fazer os ajustes que forem necessários, de acordo com as vontades das maiorias políticas. Portanto, acredito que o momento é muito propício.

Nos últimos cinco anos – não estou aqui defendendo ou não o Governo nesse aspecto –, o Brasil, como Nação, acordou para o seu cinema. Creio que a televisão tem nos buscado. O surgimento da Globo Filmes* é um exemplo claro disso. A Televisão quer, de alguma forma, já participar.

Estamos na iminência de algo, e sempre a iminência de algo é um momento muito silencioso. É a prévia da manhã, aquela noite escura e, daqui a pouco, nasce o sol.

Não quero ser otimista em excesso, porque penso que o assunto é muito sério, mas tenho visto sinais de coisas boas. Portanto, acredito que com bom senso, reflexão e uma capacidade de negociação, chegaremos a um ponto bom.

Com relação à questão específica da programação da televisão, não tenho nenhuma autoridade para comentar e, passando por cima do Presidente, eu daria a palavra ao Daniel Filho. Acho que ele é um especialista nesse tema.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Já que concedeu a palavra, tem a palavra Daniel Filho.

O SR. DANIEL FILHO – Quero ser anunciado.

O SR. LEONARDO BARROS – Perdão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra a Daniel Filho.

O SR. DANIEL FILHO – É o seguinte: violência e sexo na televisão é o ponto mais discutido, mas posso lhe garantir, Senador, que violência e sexo não trazem patrocínio. Engana-se. Os patrocinadores não querem ter seus produtos ligados – os grandes patrocinadores, os bons patrocinadores, os patrocinadores que realmente importam à Televisão, que podem sustentá-la – a programas que se aproveitam da miséria humana, apesar, disso eu tenho certeza, de que há um outro lado do brasileiro que é muito importante observar.

Quando o assunto é sexo, somos um País muito liberal.

Assisti à transmissão do desfile das escolas de samba uma vez que eu estava nos Estados Unidos. Uma das estações o transmitiu, aquele jornal das 18h: “No Brasil, o carnaval...”, disse em inglês, e todas as cenas foram mostradas com tarja preta. E nós, brasileiros, sei lá, estamos mais habituados a uma certa liberalidade na televisão no que tange às danças e aos costumes, ao próprio carnaval, ao pandeiro e ao violão. Isso é com relação à violência.

Existe também a contundência da situação em que nos encontramos no mundo. Falei isso outro dia

num programa de televisão que fiz e volto a repetir aqui – e os senhores não de concordar comigo: o jornalismo, na televisão – o escrito também –, é obrigado a transmitir violências. Algumas me chocaram, não apenas o do caso da linha 174. E a violência da Guerra da Palestina? Aquele pai protegendo o filho! E nós assistindo um pai e seu filho sendo fuzilados ao vivo. Lembro-me que, na nossa juventude, nunca havíamos visto uma pessoa morrer à bala. E vejo tranquilamente pessoas sendo fuziladas, morrendo a bala. Existe essa contundência. Vivemos em um novo mundo. Mas isso não tem nada a ver com a violência a que acredito. S. Exª se referiu, que é a exploração da miséria humana na televisão.

Ao encerrar, gostaria de dizer que, quando fui assistir ao filme *O que é isso, Companheiro?*, de Bruno Barreto, estava no cinema, em uma sessão comum, e vi o filme ser aplaudido ao final. Alguém gritava: “Viva o cinema brasileiro!”. É uma situação comum. O que vi ali foi que o aplauso não era somente para o filme, que é muito bem realizado. O aplauso era de um orgulho nacional. O aplauso era como se dissesse: “Meu Deus, fizemos direito!”. O aplauso era para isso. O aplauso que vi também em Central do Brasil, em *Eu, Tu, Eles* é um aplauso que, modéstia a parte, tenho visto em meu filme, uma comédia, *A Partilha*, e que, num determinado momento do filme, como já vi ocorrer em muitas sessões, a que vou esconder, um momento de comédia, o público aplaude. Por quê? Porque foi bem feito, e é um problema de auto-estima.

Como iniciou meu amigo e colega Leonardo, utilizando as palavras do Bardo: “Srs. Senadores, povo brasileiro, emprestem-me seus ouvidos”, muito obrigado por me emprestarem seus ouvidos e seu tempo. Foi um prazer. Espero ser chamado outras vezes.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O Senador Fancelino Pereira deseja fazer uma intervenção.

O SR. FANCELINO PEREIRA – Apenas uma indagação. A procura de filmes brasileiros (*Eu, Tu, Eles*; *Central do Brasil*) por imagens do interior, pobreza, o lado difícil da vida, é porque se torna mais barato? Isso não fere um pouco a auto-estima brasileira, embora seja realista? Ou porque não há condições de realizar um filme suntuoso, montado, como Hollywood sempre fez? Em *Central do Brasil*, as cenas são quase todas no interior do Nordeste. *Eu, Tu, Eles*, também, parece que foi montado um acampamento, no qual o Leonardo permaneceu por dois meses, e não cinco dias. Até o povo brasileiro ajudou a construir a casa para os três maridos. Tudo muito simples. Uma simplicidade que nos agrada. Mas será

que não há nisso também uma procura de diminuir o peso financeiro da produção?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra, o Sr. Leonardo Barros.

O SR. LEONARDO BARROS – Serei breve. Existem alguns dados interessantes. Em Eu, Tu, Eles, por exemplo, nenhuma casa do filme é de verdade. Todas tiveram de ser construídas. Pois não encontramos na região uma casa com espaço interno suficiente para que os atores pudessem estar junto com a movimentação de câmeras. Assim, comprávamos telhas novas e trocávamos portas e janelas das residências locais. Parece que são casas da região, de uma locação, mas o local fica a 30km de Juazeiro, no meio do mato.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Quantos dias ficaram ali?

O SR. LEONARDO BARROS – Foram dois meses de filmagem, mais dois meses de preparação.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – E a semana Daniel Filho...

O SR. LEONARDO BARROS – Quanto ao preço, claro, talvez um Palácio de Versalhes reproduzido aqui seja mais caro. Mas a dificuldade é sempre construir o cenário necessário.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – O Auto da Compadecida também é muito interiorano.

O SR. LEONARDO BARROS – Mas o que as pessoas aplaudem nesses filmes, creio, não é nem a competência técnica ou a competência artística.

O SR. DANIEL FILHO – Perdão, Leonardo, eles aplaudem a auto-estima, eles aplaudem o Brasil.

O SR. LEONARDO BARROS – Pois é. Eles aplaudem o Brasil. Foi isso que aconteceu conosco em Cannes.

O SR. DANIEL FILHO – Eles aplaudem não o que foi bem feito; eles aplaudem o Brasil.

O SR. LEONARDO BARROS – Exatamente. O que aconteceu conosco em Cannes foi isso: as pessoas estavam aplaudindo o Brasil. E ali, por um acaso, não eram brasileiros; isso que nos deu mais orgulho ainda.

Eu penso que Central do Brasil é um filme que nos revela um Brasil que está aí. São emoções muito fortes, muito profundas, que passam por nós quando vemos aquele filme, aquela história entre a mulher e o filho. Então, o cinema é contar essas histórias de uma forma magnífica. Quando atingimos isso é a realização do criador.

O trabalho do produtor é permitir que o criador consiga exercer da melhor maneira possível a sua arte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Muito bem. Evidentemente, a Comissão espera – inclusive temos assessores do Gedac aqui – que, à medida que forem sendo tomadas decisões ou, pelo menos, as intenções de determinadas decisões, sejam comunicadas à Comissão. Inclusive, logo após o recesso, nós vamos convidar o Ministro Pedro Parente, que já era para ter vindo, mas, em razão dessas novas funções que ele recebeu por causa da crise energética, pediu para que ficasse um pouco mais adiante.

Queremos ratificar os agradecimentos da Presidência e da Comissão às presenças do Sr. Daniel Filho, diretor da Rede Globo e cineasta, e do Sr. Leonardo de Barros, diretor da Conspiração Filmes, que realmente compareceram e passaram a tarde toda batendo conosco. Sem dúvida nenhuma, foi de grande utilidade para os trabalhos da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h56min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária), da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2001, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia sete de agosto de dois mil e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Lúcio Alcântara e com a presença dos Senadores: Heloísa Helena, Bernardo Cabral, Jorge Bornhausen, Osmar Dias, Arlindo Porto, Bello Parga, Paulo Hartung, Ademir Andrade, Roberto Saturnino, José Coelho, Romero Jucá, Pedro Simon, Lúdio Coelho, Eduardo Siqueira Campos, Paulo Souto, Geraldo Althoff, José Alencar, Jefferson Peres, Jonas Pinheiro, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Ney Suassuna, Casildo Maldaner, Carlos Bezerra, Lauro Campos, Pedro Piva, Freitas Neto, José Eduardo Dutra, José Agripino e Eduardo Suplicy. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Amir Lando, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Wellington Roberto, Francelino Pereira, Waldeck Ornelas e Geraldo Melo. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em segui-

que não há nisso também uma procura de diminuir o peso financeiro da produção?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra, o Sr. Leonardo Barros.

O SR. LEONARDO BARROS – Serei breve. Existem alguns dados interessantes. Em Eu, Tu, Eles, por exemplo, nenhuma casa do filme é de verdade. Todas tiveram de ser construídas. Pois não encontramos na região uma casa com espaço interno suficiente para que os atores pudessem estar junto com a movimentação de câmeras. Assim, compráramos telhas novas e trocamos portas e janelas das residências locais. Parece que são casas da região, de uma locação, mas o local fica a 30km de Juazeiro, no meio do mato.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Quantos dias ficaram ali?

O SR. LEONARDO BARROS – Foram dois meses de filmagem, mais dois meses de preparação.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – E a semana Daniel Filho...

O SR. LEONARDO BARROS – Quanto ao preço, claro, talvez um Palácio de Versalhes reproduzido aqui seja mais caro. Mas a dificuldade é sempre construir o cenário necessário.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – O Auto da Compadecida também é muito interiorano.

O SR. LEONARDO BARROS – Mas o que as pessoas aplaudem nesses filmes, creio, não é nem a competência técnica ou a competência artística.

O SR. DANIEL FILHO – Perdão, Leonardo, eles aplaudem a auto-estima, eles aplaudem o Brasil.

O SR. LEONARDO BARROS – Pois é. Eles aplaudem o Brasil. Foi isso que aconteceu conosco em Cannes.

O SR. DANIEL FILHO – Eles aplaudem não o que foi bem feito; eles aplaudem o Brasil.

O SR. LEONARDO BARROS – Exatamente. O que aconteceu conosco em Cannes foi isso: as pessoas estavam aplaudindo o Brasil. E ali, por um acaso, não eram brasileiros; isso que nos deu mais orgulho ainda.

Eu penso que Central do Brasil é um filme que nos revela um Brasil que está aí. São emoções muito fortes, muito profundas, que passam por nós quando vemos aquele filme, aquela história entre a mulher e o filho. Então, o cinema é contar essas histórias de uma forma magnífica. Quando atingimos isso é a realização do criador.

O trabalho do produtor é permitir que o criador consiga exercer da melhor maneira possível a sua arte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Muito bem. Evidentemente, a Comissão espera – inclusive temos assessores do Gedac aqui – que, à medida que forem sendo tomadas decisões ou, pelo menos, as intenções de determinadas decisões, sejam comunicadas à Comissão. Inclusive, logo após o recesso, nós vamos convidar o Ministro Pedro Parente, que já era para ter vindo, mas, em razão dessas novas funções que ele recebeu por causa da crise energética, pediu para que ficasse um pouco mais adiante.

Queremos ratificar os agradecimentos da Presidência e da Comissão às presenças do Sr. Daniel Filho, diretor da Rede Globo e cineasta, e do Sr. Leonardo de Barros, diretor da Conspiração Filmes, que realmente compareceram e passaram a tarde toda batendo conosco. Sem dúvida nenhuma, foi de grande utilidade para os trabalhos da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h56min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária), da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 7 de agosto de 2001, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia sete de agosto de dois mil e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Lúcio Alcântara e com a presença dos Senadores: Heloísa Helena, Bernardo Cabral, Jorge Bornhausen, Osmar Dias, Arlindo Porto, Bello Parga, Paulo Hartung, Ademir Andrade, Roberto Saturnino, José Coelho, Romero Jucá, Pedro Simon, Lúdio Coelho, Eduardo Siqueira Campos, Paulo Souto, Geraldo Althoff, José Alencar, Jefferson Peres, Jonas Pinheiro, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Ney Suassuna, Casildo Maldaner, Carlos Bezerra, Lauro Campos, Pedro Piva, Freitas Neto, José Eduardo Dutra, José Agripino e Eduardo Suplicy. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Amir Lando, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Wellington Roberto, Francelino Pereira, Waldeck Ornelas e Geraldo Melo. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em segui-

da procede-se a apreciação das seguintes matérias: MENSAGEM SENADO FEDERAL N.º 165, DE 2001, NÃO TERMINATIVA que “Encaminha ao Senado Federal nos termos do parágrafo 1º do inciso II do art. 6º da Lei n.º 9069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2001”. Autoria: Executivo. Relator: Senador Bello Parga. Parecer: Favorável nos termos do PDS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. MENSAGEM SENADO FEDERAL N.º 160, DE 2001, NÃO TERMINATIVA, que “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor BENJAMIN ZYMLER, Auditor do TCU, para compor o Tribunal de Contas da União, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Bento José Bugarin. Autor: Executivo. Relator: Senador José Agripino. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por quinze votos favoráveis e uma abstenção. EMENDAS N.ºs 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38 DE PLENÁRIO, OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 646, DE 1999 – COMPLEMENTAR, NÃO TERMINATIVO, que “Dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências”. Autoria: Senador Jorge Bornhausen. Relator: Senador Bello Parga. Parecer sobre as EMENDAS: Favorável às Emendas n.º 22,31 e 34-PLEN, condicionada às Subemendas de redação adiante apresentadas; pela aprovação parcial da Emenda n.º 32-PLEN; pela rejeição das Emendas n.º 17,18,19,20,21,,23,24,25,26,27,28,29, 30,33,35,36,37 e 38-PLEN; apresentando, ainda, as Emendas nas. 39,40 e 41 - CCJ-CAE e das Subemendas 1,2 e 3. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Votam vencidos os senadores Pedro Simon, Heloísa Helena, Roberto Saturnino, Paulo Hartung, Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy. PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 80, DE 1996, NÃO TERMINATIVO, que “Obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo – GLP ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências”. Autor: Deputado Raimundo Santos. Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos. Parecer: Favorável ao projeto e contrário à Emenda n.º 01, de autoria do Senador Geraldo Melo. OBS: Foi apresentado Voto em Separado contrário ao projeto pelo Senador Carlos Bezerra. Resultado: Adiado. EMENDAS N.ºs 06 e 07, DE PLENÁRIO, OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 146, DE 1996, NÃO TERMINATIVO, que “Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrati-

vo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”. Autoria: Senador Joel de Hollanda. Emendas: Senador Djalma Bessa. Relator: Senador José Eduardo Dutra. Parecer: Pela rejeição das Emendas n.º 6 e 7, de Plenário, apresentando, ainda, a Emenda n.º 8 de relator. OBS: Em 14-12-00, foi concedida VISTA ao Sem. Romero Jucá que devolveu sem Voto em Separado. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 221, DE 1999, TERMINATIVO, Altera a Lei 6.024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras. Autoria: Senador Romero Jucá. Relator: Senador José Alencar. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 396, DE 1999, TERMINATIVO, que “Destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público, aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos e dá outras providências”. Autoria: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Wellington Roberto. Parecer: favorável ao projeto. OBS: Em 11-04-00, foi concedida VISTA ao Senador Ernandes Amorim, que devolveu sem Voto em Separado. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 385, DE 1999, TERMINATIVO, que “Isenta do Imposto sobre a Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade”. Autoria: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 455, DE 1999, TERMINATIVO, que “Altera dispositivos da Lei n.º 7713, de 22 de dezembro de 1988, e da Lei n.º 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda, e da outras providências”. Autoria: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Carlos Bezerra. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 53, DE 2001, TERMINATIVO, que “Modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei n.º 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação”. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Adiado. Foram Aprovados ainda os seguintes requerimentos: N.º 14-CAE/2001, de autoria do Senadores Heloísa Helena, Paulo Hartung, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, solicitando a realização de uma audiência pública, para que sejam discutidos os termos do novo acordo firmado entre o Governo do Brasil e o Fundo

Monetário Internacional, com a presença dos Senhores Pedro Malan, Ministro da Fazenda e Martus Tavares, Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão. N.º 15-CAE/2001, de autoria do Senador Ademir Andrade, convocando o Senhor Pedro Sampaio Malan a prestar esclarecimentos Sobre a Política Econômica Brasileira, especialmente sobre o crescimento da dívida pública e da taxa de juros, bem como o mais recente empréstimo que vem sendo negociado com o Fundo Monetário Internacional. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador Lúcio Alcântara, Presidente – CAE.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Declaro aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, reunião ordinária da Terceira Sessão Legislativa ordinária da 51ª Legislatura, dia 07 de agosto de 2001.

Dou as boas-vindas aos Srs. Senadores membros da Comissão, pedindo que todos compareçam ao plenário, para que possamos dar início a nossos trabalhos.

Quero dizer inicialmente que, conforme foi deliberado e decidido pela Presidência na última reunião do semestre passado, atendendo a uma solicitação do Senador Pedro Simon, retiramos de pauta o projeto de lei do Senado que dispõe sobre os direitos e as garantias dos contribuintes e dá outras providências, de autoria do Senador Jorge Bornhausen e relatado pelo Senador Bello Parga.

Retiramos o projeto, atendendo à solicitação do Senador Pedro Simon, e estabelecemos que, na primeira reunião do segundo semestre, o projeto viria como primeiro item da pauta. Cumprindo decisão anterior, colocarei em discussão as emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei Complementar (não-terminativo) nº 646.

O Senador Bello Parga examinou as Emendas de nºs 17 a 38, ofereceu parecer favorável às Emendas nºs 22, 31 e 34 de Plenário, condicionadas às subemendas de redação adiante apresentadas; deu parecer pela aprovação parcial da Emenda nº 32 de Plenário e pela rejeição das Emendas de nºs 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37 e 38 de Plenário. Apresentou, como Relator, as Emendas nºs 39, 40 e 41 e as Subemendas nºs 2 e 3.

Em 19 de junho foi concedida a vista do projeto ao Senador Roberto Saturnino, que o devolveu sem voto em separado.

Está em discussão o parecer do Senador Bello Parga às emendas de Plenário.

Solicito aos Srs. Senadores que compareçam, pois a matéria sempre suscita debate e para ela se pede prazo.

O Senador Jorge Bornhausen tem a palavra.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto deu entrada no Senado Federal em novembro de 1999 e foi objeto de debates, primeiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois na Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido aprovado.

Foram incluídas modificações e emendas de redação pelo então Relator Senador Edison Lobão. Da mesma forma, indo a Plenário, recebeu novas emendas de Plenário de Senadores componentes desta Comissão. Voltou, então, à apreciação o projeto.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o parecer do Senador Bello Parga, foram examinadas as emendas, algumas aprovadas com subemendas, e outras que distorciam a intenção do projeto obtiveram parecer negativo.

Desta que é um trabalho de profundidade, coordenado pelo Prof. Torquato Jardim, que contou com a colaboração intensa dos Professores Roque Carraça, da PUC, Eduardo Botal, da USP, Paulo Barros de Carvalho, da PUC-SP e USP, José Souto Maior, da Universidade Federal de Pernambuco, e Ricardo Lobo Torres, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E acompanha, em seus passos, a inovação do próprio Código de Defesa do Consumidor.

Eu me lembro de que estava aqui no Senado Federal, quando houve o debate a respeito do Código de Defesa do Consumidor. E muitas restrições surgiram, pois havia uma resistência, especialmente dos que vendiam produtos, à grande inovação. O Código mereceu longos debates no Senado Federal e foi aprovado. E hoje, na prática, verificamos que o Código de Defesa do Consumidor tem sido um instrumento de cidadania, um instrumento que permite a defesa do consumidor, muitas vezes prejudicado pelo mau empresário.

Gostaria, na oportunidade, de dizer que a intenção é a mesma: avançar na cidadania, apriorizar a cidadania, estabelecer o equilíbrio entre o contribuinte e o Fisco, e não, de forma alguma, estabelecer vantagens para os senadores. Trata-se de um avanço no sentido de eliminar as coações existentes e que pre-

judicam de forma fundamental todo o procedimento, quer administrativo quer judicial, das relações entre o Fisco e o contribuinte.

Igual sistema foi adotado nos Estados Unidos em 1986 e aprimorado posteriormente, em 1996. A Espanha aprovou seu código em 1998. O que queremos é estabelecer, de forma muito clara, as condições entre Fisco e contribuinte com os três entes da Federação: União, Estados e Municípios, permitindo que regras fixas estabeleçam a justiça tributária e possam reger as relações da qualles que, por intermédio do trabalho e da ação, geram riquezas, dão empregos. Especialmente ao pequeno contribuinte, que não dispõe de recursos, que não pode contratar grandes advogados, que não pode procurar tributaristas, mas que tem a defesa de seus direitos respeitada.

Por essa razão, o Código é apresentado no projeto de lei com um projeto de lei complementar, em cujas disposições preliminares estão configurados os fundamentos da lei complementar, o conceito de contribuinte, na sua acepção ampla, e também, nas normas fundamentais, lembrado o princípio da legalidade, o estabelecimento de taxas com situações expressas, o respeito à anualidade, o fornecimento de certidões, o respeito à coisa julgada. E veda a intervenção de repartições públicas, de instituições de barreiras fiscais e outros meios coercitivos de cobrança. Ou seja, faz com que o Cadin seja um órgão de informação e não de penalização. Para defender o pequeno contribuinte, o Código ainda determina que ninguém será obrigado a testemunhar contra si próprio, o que é comum quando não se dá a defesa por advogados.

O Código estabelece que nenhum depósito, fiança, caução ou qualquer outro ônus poderá ser exigido do contribuinte, administrativamente ou em juízo, como condição de defesa ou de recurso do contribuinte, à exceção da garantia da execução fiscal. O que na realidade ocorre é que hoje, para se defender, o contribuinte precisa depositar 30% do valor da autuação, o que dá margem a contravenções, a acaques. O contribuinte não tem o seu direito de livre defesa estabelecido na Constituição, já que, por medida provisória em vigor, é necessário o depósito de 30%. Por outro lado, o Cadin pune de forma violenta a simples inscrição por qualquer imposto em atraso ou qualquer imposto em discussão.

O que se deseja também é que haja o mesmo plano de pagamento entre a administração fazendária e o contribuinte, em relação a reembolsos, juros, atualização monetária. O que se paga à Fazenda na

repetição do indébito deve ser devidamente compensado em iguais valores e iguais taxas.

Igualmente, existe problema quanto às informações de valores cadastrais de bens móveis e imóveis e mercadorias em geral. Quando há recessão, o contribuinte é apenado duas vezes: o valor do seu imóvel cai, mas a taxa fixada para a sua transação permanece a mesma; o valor do seu automóvel cai, mas o IPVA permanece o mesmo. Então, ele é apenado duas vezes pela recessão, pela qual não é culpado: no valor do preço do seu bem e, ao mesmo tempo, na cobrança de imposto maior do que deveria pagar em relação ao preço obtido na venda da sua mercadoria.

Além disso, é importante que se estabeleçam prazos para as consultas, porque hoje, além de não haver prazos estabelecidos para o retorno, pode haver autuação, por parte do Fisco, durante a consulta, sobre o assunto objeto dela, o que significa tratar o contribuinte de maneira absolutamente coercitiva.

Também são necessários prazos claros para as diligências, a fim de que não se crie o terrorismo fiscal, caracterizado quando fiscais permanecem por tempo indeterminado nas empresas, sem prazo para a sua retirada.

Outro ponto tratado pelo Código é que o fiscal não pode pedir força policial sem autorização judicial. Esse método coercitivo atualmente é permitido, quando, na realidade, a força policial é uma exceção que deveria ser analisada por um juiz, e não apenas pela intenção do fiscal.

O Código ataca também o problema das publicações do nome do contribuinte em débito. Isso é muito comum, até mesmo em prefeituras municipais. Por divergências políticas, publica-se nos jornais o nome do adversário político em débito, com o objetivo de diminuí-lo, retirando-se deste suas condições de defesa e a possibilidade de se discutir o mérito da questão e da autuação.

Com essas posições é que chegamos ao Código. Evidentemente, precisávamos encontrar a fórmula de defesa especialmente para o contribuinte pequeno, que não tem acesso à situação pecuniária. Pensamos inicialmente na possibilidade de um advogado-geral do contribuinte, mas, como não cabe ao Poder Legislativo criar cargos nem em cargos de natureza de pessoal, optamos pelo sistema do Ministério Público ou por entidades que possam se estabelecer. Além disso, que essas entidades tenham mais de um ano para fazer essas defesas. O projeto tem merecido debates em toda a sociedade. Houve, inclusive, o debate maior na Academia Internacional de Direito, em São Paulo, com a presença do atual Presidente

do Supremo Tribunal Federal, que fez clara manifestação de apoio à proposta de estabelecerem-se garantias e direitos aos contribuintes. Estavam presentes também o Ministro Jobim e ilustres Ministros do STJ. Tratou-se de um grande trabalho, que já foi inclusive publicado pela Academia de Direito Internacional.

Faço essas considerações, Sr. Presidente, com todo o respeito àqueles que se têm manifestado contrários ao estabelecimento de uma lei que possa permitir a defesa dos direitos do contribuinte. Às vezes, podemos ser mal interpretados, mas é imprescindível que se estabeleça a justiça tributária e que tenha o pequeno contribuinte a condição de poder defender-se das arbitrariedades e do abuso de poder.

Por isso, nesta oportunidade, peço aos Senadores o apoio à matéria de tal importância que hoje vem a debate. Depois de ter sido o projeto aprovado nesta Comissão, tratamos agora única e exclusivamente das emendas apresentadas no plenário, emendas estas estudadas, em profundidade, pelo Senador Bello Parga, que apresentou um substanciado parecer que certamente merecerá a aprovação dos companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço, portanto, Sr. Presidente, por fazer, no início deste debate, as considerações que considere indispensáveis para que possamos avançar na cidadania tão importante para este País.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas acrescento à explicação substanciosa feita pelo autor do projeto que essas emendas de plenário já foram examinadas, na forma em que estão, coincidentemente por mim, como Relator, na CCJC. Esse parecer recebeu o apoio unânime dos membros daquela Comissão e agora aqui se repete, mas são as mesmas emendas, e é o mesmo o meu parecer.

Utilizando até palavras da justificação do projeto, reitero que ele abre uma página para uma nova cidadania. Com ele, o cidadão contribuinte passa a ter uma relação de igualdade jurídica com o Fisco. Os deveres e os direitos são mútuos. Nada se presume negativamente contra um ou outro. Quanto ao se decidir a favor de um ou de outro, será em diante expressa indicação dos fatos e motivação de cada decisão.

Assim, Sr. Presidente, estabelece este projeto uma relação de igualdade e não de vassalagem,

como lamentavelmente vinha ocorrendo em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente, cumprimento o Senador Jorge Bornhausen pela iniciativa. Estamos assistindo, a cada dia, ao crescimento da arrecadação, em âmbito nacional – e não é muito diferente nos Estados e Municípios –, o que significa disposição do contribuinte, do cidadão, de participar do processo de desenvolvimento do País. Observa-se a cada dia a eficiência da máquina fiscalizadora, mas observamos também os excessos. E o Senador Jorge Bornhausen, conhecendo de perto esses excessos, apresenta este projeto, dando ao contribuinte garantias, assegurando-lhes os seus direitos.

Depois de tantos debates, agora é hora de refletirmos sobre o parecer do Senador Bello Parga, com as emendas apresentadas; e, depois, em plenário, aprovarmos a matéria, dando uma grande contribuição à justiça tributária. Faz-se justiça tributária fixando leis que dêem condição ao Poder Executivo de arrecadar, mas sem perder de vista que o contribuinte deve merecer o respeito.

Por isso, minha posição é de apoio e de cumprimentos ao Senador Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente importante.

Inicialmente, quero dizer que o projeto do Senador Bornhausen apresenta alguns méritos muito importantes, que, sem dúvida alguma, cobrem aspectos relevantes da defesa do contribuinte; de outro lado, existem alguns pontos que o Governo entende que poderiam merecer algum tipo de reparo, principalmente no tocante à fiscalização.

Por conta disso, quero aqui registrar que o Governo não fecha posição com todos os aspectos do projeto, entende o avanço, mas se reserva o direito, portanto, de buscar ainda, no plenário do Senado ou mesmo na Câmara dos Deputados, algum tipo de modificação que possa aprimorar o projeto.

Sendos assim, exponho o apoio do Governo com ressalvas, fixando a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, gostaria de requerer destaque para votação das

Emendas nºs 17, 19, 21, 25, 27, 28, 30, 36 e 38, e rejeição das Emendas nºs 39, 40, 41, todas da CCJC, e aprovação das Subemendas nºs 2 e 3 da CCJC, caso os destaques que pedimos não sejam aceitos, pois contemplam algumas de nossas sugestões no sentido de que os contribuintes só poderiam ter direito às linhas de crédito oficiais e a participarem de licitações quando estivessem com a exigência de crédito tributário suspenso; e a rejeição da Subemenda nº 1.

O Projeto de Lei nº 646, de 1999, que dispõe sobre os Direitos e Garantias dos Contribuintes e dá outras providências envolve uma lei complementar que estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de autoria do Senador Jorge Bornhausen.

Argumenta o Senador Bornhausen que o Código de Defesa do Contribuinte objetiva conceder ao contribuinte uma nova relação de igualdade jurídica com o Fisco, para, mediante co-responsabilidade cívica, tratarem junto e com transparência democrática da origem da aplicação da arrecadação pública.

Aduz outrossim o autor que o citado Código põe fim às rixas doutrinárias e resolve divergências de jurisprudência, harmonizando a aplicação do Direito com o objetivo de conferir previsibilidade à relação jurídica do contribuinte com o Fisco.

Baseia-se o projeto em análise da Declaração do Contribuinte, aprovada nos Estados Unidos em 30 de julho de 1996, que alterou o Código de Renditas Internas de 1986, para fortalecer a proteção dos contribuintes na Lei de Direitos e Garantias dos Contribuintes de 1998, a qual regula os direitos e garantias básicas dos contribuintes em suas relações com as administrações tributárias.

Da leitura do projeto observa-se que o mesmo tem algumas propostas interessantes, mas outras que não são adequadas, merecendo a nossa reprovação, e foram objeto de emendas da Oposição e do Senador Pedro Simon.

Estrutura-se o projeto em sete capítulos: Das Disposições Preliminares, Das Normas Fundamentais, Dos Direitos dos Contribuintes, Das Consultas em Matéria Tributária, Dos Devedores da Administração Fazendária, Defesa do Contribuinte e Disposições Finais.

Gostaria de comentar as emendas que estamos defendendo, Sr. Presidente. Há nove emendas de minha autoria e do Senador José Eduardo Dutra, as de nºs 17, 19, 21, 22, 25, 28, 31, 36 e 38, que estão justi-

ficadas; o parecer do relator foi favorável às emendas 22 e 31. Somos favoráveis à emenda nº 27, de Plenário, que determina a supressão do art. 16 do projeto, pela justificativa apresentada pelo Senador Pedro Simon, pois entendemos, como ele, que a desconconsideração da pessoa jurídica também pode ser feita pela Secretaria da Receita Federal, o que somente ocorrerá nos casos em que existam "laranjas", em hipótese de que tenha ocorrido o desvirtuamento do objeto da sociedade e em casos de sonegação fiscal.

Essa emenda do Senador Pedro Simon está respaldada em estudo do fórum nacional do Fisco, que conclui: "É comum que os sócios de fato não o sejam de direito", o que torna a norma proposta, além de restritiva do ponto de vista operacional, totalmente inócua para fins de um adequado combate às fraudes da espécie cometidas no mundo real.

Somos também favoráveis à Emenda nº 30, de 2000, de Plenário, que determina a supressão da parte final do art. 27 do Projeto, excluindo-se: "Assim como os atos de outra natureza que produzem efeitos na relação tributária", posto que, como bem afirmou o Senador Pedro Simon, exigir que os atos de outra natureza que produzam o efeito na relação tributária também sejam objeto de intimação ao interessado, significa que todos os atos processuais deverão ser objeto de intimação, já que inexistem atos administrativos que não gerem algum tipo de efeito na relação tributária. Esse dispositivo apenas dificulta e atrasa a cobrança de tributos.

A Emenda nº 32, de 2000, de Plenário, do Senador Pedro Simon, é adequada, coaduna-se com a Emenda nº 31, de Plenário, tem quase o mesmo conteúdo de nossa Emenda nº 31. A preocupação é o fato de que o conteúdo do art. 26 do Projeto é extremamente genérico, além de contrariar o § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber incentivos fiscais ou creditícios, o que coaduna-se com o posicionamento do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

O Senador Pedro Simon também apresentou a Emenda nº 33, de Plenário, e busca a supressão do art. 28 do projeto. Neste caso, discordamos do conteúdo. Entendemos ser fundamental o prazo para a defesa prévia, como de fato já é adotado. Não concordamos com a proposta do art. 28 do projeto, que protela os efeitos da autuação, prejudicando a celeridade da ação fiscalizatória, além de impor mais um penoso encargo para a administração tributária, cujos recur-

sos – é bom lembrar, como todos os demais recursos públicos – pertencem à coletividade.

No que diz respeito à Emenda nº 34, de 2000, de Plenário, também do Senador Pedro Simon, concordamos com a mesma, pois encontra-se em conformidade com os princípios do art. 100 do CTN, em razão do Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Também concordamos fundamentalmente com o conteúdo da Emenda nº 35, de 2000, de Plenário, posto que esse artigo contraria o direito de petição previsto na Constituição Federal pertencente a todos os agentes públicos e privados e aos cidadãos ao estabelecer que a ação penal contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, assim como o fato de que a ação de quebra de sigilo só poderão ser propostas após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal. Tal emenda coaduna-se com a Emenda nº 36, do Bloco da Oposição, sendo a nossa mais abrangente.

Daí por que sugerimos a rejeição da Emenda nº 35 e a aprovação da Emenda nº 36, cuja justificativa é inclusive fundada em decisões de Tribunais Superiores, onde consta que no crime de sonegação fiscal não é indispensável o prévio exaurimento da via administrativa e que o oferecimento da denúncia por crime de sonegação fiscal não depende de conclusão do processo administrativo. Ainda é firme, por outro lado, a jurisprudência segundo a qual a apuração do débito fiscal não é condição de procedibilidade da ação penal.

O fato de o contribuinte devedor se encontrar discutindo o débito fiscal, seja no âmbito administrativo ou judicial, não impede que paralelamente corra contra ele a ação penal. Afinal de contas, ao receber uma denúncia, o juiz não está dizendo que o réu cometeu aquele crime, a discussão do crime ainda é em tese. Tanto isso é verdade, que a denúncia pode ser recebida independentemente do que está sendo discutido no âmbito administrativo civil que o CPP, ao tratar das questões prejudiciais, afirma em seu art. 92 que o juiz poderá suspender o curso da ação penal até que a controvérsia seja dirimida fora da jurisdição penal sem prejuízo da colheita de provas do processo penal quando a decisão sobre a existência da infração depender da solução de outra controvérsia.

No que diz respeito à Emenda nº 37, de 2000, do Senador Pedro Simon, ela busca suprimir o art. 50 e seus incisos do projeto. Sugerimos a sua rejeição porque ela está englobada pela nossa Emenda nº 38. O art. 193 do CTN possibilita que os inadimplentes

com o Fisco não concorram em igualdades de condições com os demais licitantes cumpridores de suas obrigações tributárias uma vez que podem ofertar preços mais baratos. Além disso, os artigos da Lei de Execuções Fiscais – que o dispositivo do projeto busca revogar – também devem ser mantidos em nome do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. A nossa Emenda nº 38, assim, visa seguir a orientação e o mesmo posicionamento das emendas relativas aos arts. 14 e 26 do projeto de lei em análise no sentido de que deve ser adotada como medida cautelar a fato de que os devedores do Fisco, em qualquer instância, federal, estadual ou municipal, sejam proibidos de transacionar com os órgãos e entidades públicas em instituições oficiais de crédito na forma determinada no §3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988 e no art. 193 do CTN que o autor do projeto visa suprimir.

Assim, Sr. Presidente, sugerimos destaque para a votação das Emendas nºs 17, 19, 21, 25, 27, 28, 30, 36 e 38; rejeição das Emendas nºs 39 da CCJ, 40 da CCJ, 41 da CCJ e aprovação das Subemendas nºs 2 e 3 da CCJ no caso de os nossos destaques – falo pelo Bloco da Oposição - não serem aceitos, pois contemplam algumas das nossas sugestões no sentido de que os contribuintes só poderiam ter direito a linhas de crédito oficiais e participar de licitações quando estiverem com a exigência de crédito tributário suspenso. Também recomendamos a rejeição da Subemenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A Presidência solicita ao Senador Eduardo Suplicy a formalização dos pedidos de destaque para que possamos submeter ao Plenário por ocasião da votação.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, em votação essa matéria do ilustre Senador Jorge Bornhausen; ela é da maior importância e significado. Mas quero fazer mais uma tentativa porque acredito numa matéria dessa natureza, que implica tantas consequências. Não consigo entender como ainda não conseguimos trazer aqui o Sr. Geraldo Maciel. É o homem da Receita, que diz a todos que o procuram que é contra, que é um mau projeto, que é altamente prejudicial à Fazenda; e no entanto ele não vem aqui para expor as suas razões. Não sei por que não chamamos os representantes do sindicato do Fisco que nos procuram, oferecem-se para debater e analisar a matéria e querem buscar esclarecimentos sobre o as-

sunto. Penso que essa matéria, por sua importância e por seu significado, importa-me nos o tempo que passe por aqui e muito mais a maneira como ela é votada. Apele, mais uma vez, para que façamos audiência pública com a presença do homem da Receita, com representantes do sindicato e com as pessoas que os Senadores Jorge Bornhausen e Bello Parga e os demais acharem por bem convocar.

O Governo não considera prioritário e não deixou votar no Congresso Nacional a Reforma Tributária. Há tantas questões... O Sr. Everardo Maciel deixa claro que o Brasil perde um PIB por ano por falta de controle da incidência tributária. Ele disse que as 530 maiores empresas não-financeiras do Brasil não pagaram um centavo de Imposto de Renda em 1998; disse que, dos cem maiores pagadores de CPMF, 48 nunca declararam Imposto de Renda; disse também que, dos 66 maiores bancos que tiveram uma receita bruta de 97 bilhões, 28 não pagaram nada de Imposto de Renda de pessoa jurídica; disse ainda que as oito maiores montadoras de automóveis faturaram, em 1998, 20 bilhões e pagaram de Imposto de Renda 31,74 milhões ou 0,15% do faturamento. A esses dados, deve ser acrescentado outro publicado pela Folha de S. Paulo, igualmente assustador, de que a dívida ativa da União deve alcançar 200 bilhões até o final do ano.

Diante de dados como esses, que demonstram as dificuldades em que vivemos, concordo plenamente quando se diz que a carga tributária brasileira é muito alta. É verdade. Concordo inteiramente quando se diz que a carga tributária, além de ser exageradamente alta, é complexa, difícil, há um número exagerado de impostos, de taxas e de contribuições que infernizam a vida do grande e do pequeno contribuinte. Também isso é verdade. Penso que isso deve ser alterado, modificado, racionalizado. É verdade que alguns pagam até de mais. É o caso daqueles que estão sendo fiscalizados a toda hora, a todo instante, a todo momento. Muitos empresários pagam exageradamente. É verdade. Que alguma coisa deve ser feita também é verdade.

Entretanto, no que se está fazendo aqui, eu não vejo algo para buscar a racionalização, para pegar os que não pagam e para facilitar a vida dos que pagam exageradamente. Para isso, Sr. Presidente, o mínimo que temos de ver é o pensamento do Sr. Everardo Maciel, que sempre foi tão claro, sempre fez questão de comparecer. É a primeira vez... Estou aqui há não sei quanto tempo e sempre o Secretário da Receita fez questão de comparecer ao Senado, seja quem for

ele. O atual é o que mais compareceu. Ele chega a dizer que vibra...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Há vários oradores inscritos. V. Exª conclua, por favor.

O SR. PEDRO SIMON – Já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – V. Exª fez um requerimento?

O SR. PEDRO SIMON – Fiz um requerimento de convocação do Sr. Everardo Maciel e do Sindicato para uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Pedro Simon, perdoe-me ter de interrompê-lo. V. Exª pediu a palavra pela ordem, e a Mesa o atendeu, mas há uma lista de oradores inscritos. O Senador Roberto Saturnino é o próximo, o Senador Jefferson Péres vem em seguida. Estou apenas tentando preservar essas inscrições.

O SR. PEDRO SIMON – (Inaudível) Encerrei para não atrapalhar mais. (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Pedro Simon, V. Exª entenda como quiser. Agi para a boa ordem dos trabalhos. Tenho por V. Exª amizade, em primeiro lugar, e, em segundo, grande respeito. Pedi apenas que V. Exª concluísse porque há Senadores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON – (Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Jorge Bornhausen, peço que V. Exª seja muito rápido, porque eu quero manter a lista de oradores inscritos.

O SR. PEDRO SIMON – Apenas, Sr. Presidente, quero dizer que fiz um requerimento verbal de convocação...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Pois não. Antes de colocar em votação o projeto, o requerimento de V. Exª será submetido ao Plenário.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon fez o mesmo requerimento quando o projeto tramitou aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Foram chamados um Secretário da Fazenda estadual, um Secretário da Fazenda municipal – foi até a secretária do Rio de Janeiro. Foi chamado como representante do contribuinte o Professor Torquato Jardim e foi também convidado o Secretário Everardo Maciel.

Ouvimos as autoridades. O Secretário Everardo Maciel não pôde comparecer por duas vezes. Houve,

então, um requerimento solicitando que ele mandasse a sua posição por escrito, o que foi feito. Então, não há razão alguma para nós voltarmos a falar sobre o que ele escreveu e assinou. Eu quero apenas esclarecer isso para que o Senador Pedro Simon compreenda que o pensamento já está no processo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado, Senador Jorge.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino; depois, o Senador Jefferson Pérese, posteriormente, a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os números da sonegação no Brasil são efetivamente astronômicos. Somos bombardeados, quase toda semana, por matérias veiculadas na imprensa, por declarações de autoridades e pessoas ligadas à fiscalização, com a notícia de que os números da sonegação, apesar dos avanços conseguidos, resultantes do aperto de eficiência que a Receita Federal – vamos reconhecer – tem posto em marcha ainda são assustadores.

Este País tem uma tradição e uma cultura de sonegação que não é absolutamente uma prática generalizada, mas é a prática dos grandes contribuintes, isto é, a praticada por quem deveria, mais do que todos, contribuir e que, por conseguinte, têm recursos e interesses em contratar os especialistas mais competentes, para, buscando as brechas da lei, livrar-se do pagamento devido de seus impostos.

Nessa circunstância, a aprovação desse projeto de lei, não obstante o conhecimento dos méritos e da intenção do Senador Bornhausen de consolidar os avanços da cidadania neste País com mais esse capítulo, significará uma derrota nessa verdadeira guerra que se trava neste País contra a sonegação. Devemos reconhecer vitórias parciais têm sido obtidas pela Receita Federal, na gestão do Sr. Everardo Maciel.

O SR. PEDRO SIMON – Permite-me V. Ex^a uma aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Senador Pedro Simon, com muito respeito ouço V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON – Apenas desejo salientar que este projeto não teve discussão alguma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ele passou em passant, sem análise, debate, discussão. É um projeto tão importante aqui, sob o aspecto financeiro, como lá sob a ótica jurídica. Lá, passou ao largo.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, esse projeto tem o mesmo significado praticamente do grande projeto de reforma tributária que está em curso no Congresso Nacional há tanto tempo e que

pouco tem avançado, precisamente em função da complexidade do tema e dos problemas do balanço fiscal da nossa República.

O próprio Governo tem sido extremamente cauteloso e evita o progresso do projeto de reforma tributária, não obstante sem um reconhecimento generalizado do no País de que este é um dos capítulos principais que têm de ser enfrentados.

Sr. Presidente, tanto o projeto de reforma tributária quanto este projeto da defesa do contribuinte têm que ser enfrentados, de forma honesta, no princípio de uma gestão política, no princípio de uma gestão executiva. Não me parece absolutamente adequado aprovar um projeto desse, seja de Reforma Tributária, seja do Código de Defesa do Consumidor, ao final de uma gestão, para que o próximo Governo enfrente os problemas gerados por ele.

Acredito que o intuito desse projeto seja progressista. Há uma intenção de firmar o conceito de cidadania também nessa área da contribuição fiscal. Entretanto, a realidade que conhecemos, repetidamente afirmada por aqueles que estudam em profundidade a matéria, é a de que a prática da sonegação é ainda uma constante entre os grandes contribuintes que têm recursos para pagar os especialistas nessa questão.

Não de veríamos aprovar esse projeto, sem uma audiência mais profunda, não só do secretário, mas dos fiscais, dos representantes dos fiscais, aqueles que estão atuando no combate à sonegação e que podem nos informar dos meandros utilizados e dos artifícios freqüentemente utilizados para isso.

Lamento que esse projeto tenha sido aprovado por esta e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sem essa audiência, colaboração e contribuição das pessoas. É claro que o Secretário Everardo de Almeida Maciel mandou por escrito, o que não é a mesma coisa de se travar um debate, responder aos questionamentos, esclarecer detalhes de um ou outro artigo, de um ou outro parágrafo.

Sr. Presidente, filio-me ao pensamento do Senador Pedro Simon de que deveria haver uma sessão em que fossem convocados o Secretário da Receita Federal e os representantes dos fiscais que se têm mostrado tão interessados em nos dar ajuda. Acho que deveríamos retardar um pouco essa discussão, até porque, a meu juízo, não tem sentido aprovar um projeto dessa natureza no final da gestão de um Governo.

Nesse período, o momento é próprio para se discutir não só este projeto, como também a Reforma

Tributária porém, a sua aprovação, deve ficar para o primeiro ano da gestão subsequente, porque questões políticas importantes se misturam na consideração desses projetos referentes, por exemplo, à apreciação da questão do equilíbrio fiscal e das formas de se atingi-lo.

Assim, Sr. Presidente, estou com o Senador Pedro Simon. Penso que esta Comissão deve escutar e ouvir, sim, as pessoas que podem colaborar. Penso também que as emendas cujo destaque foi requerido pelo Senador Eduardo Suplicy devem ser analisadas uma a uma, sem a preocupação de uma aprovação mais rápida desse projeto nesta Comissão, e também apressada no Plenário, porque o tempo deve favorecer o amadurecimento dessa questão, que é fundamental.

Sr. Presidente, vivemos em um País em que impera a sonegação praticada pelos grandes contribuintes. Não podemos retirar instrumentos da Receita Federal, que dificultam, de alguma forma, a sonegação, e deixar, enfim, que as oportunidades se abram ainda mais para a ampliação dessa prática.

O SR. ARLINDO PORTO – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Depois, eu pediria ao nobre Senador Roberto Saturnino que concluísse.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. ARLINDO PORTO – Senador Roberto Saturnino, quero enfatizar a importância do debate, mas me permita discordar de V. Ex^a quando não vê a oportunidade da votação. Esse projeto está tramitando há dois anos nesta Casa. Se formos aguardar o início do novo Governo para retomar a discussão e a votação, pela experiência que temos – e V. Ex^a tem muito mais do que eu –, no próximo Governo não teremos tido condições de vê-lo aprovado na Câmara dos Deputados. Se aqui, uma Casa com 81 Senadores, houve 2 anos de discussão, na Câmara, seguramente, não teremos condição de realizar a discussão e a votação antes do final do próximo Governo. Creio que seria oportuno que a discussão progredisse, que votássemos de maneira coerente. Depois, na Câmara dos Deputados, se houver alguma modificação, que a matéria volte para nós já no próximo Governo. Não acredito que possamos ver o projeto aprovado nesta Casa e na Câmara antes do final desse Governo.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Agradeço o aparte do Senador e compreendo a sua opinião, que é diferente da minha, já explicitada aqui. Creio que esse é um assunto correlato ao da reforma tributária, que tem uma tramitação ainda mais longa e que não chegou ao final exatamente pela complexidade e pelos aspectos políticos que, obviamente, estão inseridos na sua apreciação.

Sr. Presidente, quero somar-me ao requerimento do Senador Pedro Simon para que haja uma audiência explícita e, ao mesmo tempo, apoiar o requerimento de destaque Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esse projeto visa, obviamente, a proteger o contribuinte dos abusos do Fisco, que ocorrem frequentemente. Estamos vendo agora mesmo a não correção da tabela do Imposto de Renda, que é uma tremenda iniquidade para com o contribuinte. Mas se o projeto visa a proteger o contribuinte contra os abusos do Fisco, é preciso não esquecer que o Estado, que o Tesouro precisa ser protegido dos maus contribuintes. É possível que esse projeto de lei, à revelia do seu ilustre autor – não estou dizendo nem insinuando, Senador, que tenha sido essa a sua intenção –, possa conter dispositivos que, mesmo sem o autor querer, criem problemas para o Fisco, o que ninguém deseja.

O Secretário da Receita Federal tinha que ter participado de um debate nesta Comissão. Se S. S^a mandou uma nota por escrito, não satisfaz. Permitam-me discordar dos que pensam em contrário. Entendo que não satisfaz. O que S. S^a mandou é lacunoso, sua presença poderia esclarecer pontos que não estão contidos em sua nota. Sua presença é imprescindível, Sr. Presidente. Se ele não quis vir, deveria ter sido convocado. Além de S. S^a, também o Sindifisco.

A palavra do Secretário Everardo Maciel pode não ser apenas a posição do Governo, mas a defesa do Estado. Se todos somos contribuintes, o Estado passa por todos nós. Faço um apelo para que o Secretário Everardo Maciel seja convocado e para que sejam convidados um representante do Sindifisco e representantes de outras entidades que, porventura, o ilustre autor do projeto queira relacionar para serem ouvidos. Que percamos 30 ou 60 dias, Sr. Presidente. O projeto está tramitando há 2 anos.

Discordo um pouco do ilustre Senador Saturnino Braga, que entende que devemos deixar para depois da reforma tributária, para o próximo Governo.

Não, vamos decidir a questão ainda este ano. No entanto, não me sinto em condições de votar um projeto dessa importância sem esclarecer todas as dúvidas, com a presença de pessoas que se opõem ao projeto. O Secretário Everardo Maciel não pode dizer em off que é contra o projeto e mandar uma nota técnica dizendo que concorda, mas faz restrições a este ou àquele ponto.

Faço um apelo, Sr. Presidente, no sentido de retardarmos este projeto por 30 ou 60 dias. Vamos votar com pleno conhecimento de causa de todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra a nobre Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço questão de ler uma nota pequena, mas extremamente conseqüente, do Fórum Nacional do Fisco que congrega as mais diversas entidades que operam nesta questão. E eles encaminham uma carta a todos os parlamentares, que certamente foi distribuída, mas é importante que nós possamos ler, até para que o ouvinte da TV Senado, o telespectador possa efetivamente acompanhar um pouco da opinião daqueles que operam este serviço.

O contribuinte brasileiro realmente precisa, com urgência, ser defendido da injustiça fiscal: do congelamento da tabela da Imposto de Renda - Projeto do Senador Paulo Hartung aqui dormindo na Casa -, da regressividade dos impostos, do uso e abuso das medidas provisórias, da falta de progressividade, da evasão fiscal que campeia no País e da carga tributária centrada sobre os salários e consumo.

Infelizmente, o projeto do Código de Defesa do Contribuinte não atende a essas necessidades. Pior! Ele cria uma série de entraves a já combalida capacidade de fiscalização do estado brasileiro que, segundo o Everardo Maciel, em dezembro de 1999 e aqui na CPI do Sistema Financeiro, a questão da dívida, só em processos de instâncias administrativas já soma 115 bilhões.

O verdadeiro pagador de impostos, dizem eles, precisa e muito do combate à sonegação. E a proposta do Código de Defesa caminha na contramão da necessidade. A pretexto de fortalecer a cidadania fiscal, a proposta do código pretende:

1 - permitir ao devedor de tributos transacionar com órgãos e entidades públicas e instituições oficiais de crédito, art. 14. E impedir a fiscalização e o exame de livros e documentos relativos a atributos de competência de outra pessoa política, art. 37. Extinguir a possibilidade de flagrante a delito tributário, art.

23. E impor prazos reduzidos para a fiscalização dificultando a investigação de casos complexos e esquemas fraudulentos, art. 46. Vedar ao Fisco proceder a desconsideração da personalidade jurídica de sociedade, art. 16.

Com essas medidas, o Código vai dificultar ainda mais o combate à fraude fiscal, ao narcotráfico, ao contrabando, ao crime organizado, à corrupção, ao tráfico de armas e de carros furtados. Enfim, a todos os grandes esquemas ligados à máfia global que se utiliza da lavagem do dinheiro. A complexidade dos esquemas exige da Fazenda Pública uma atuação sigilosa, ágil e profunda na investigação e na fiscalização que jamais se concretizaria com um aviso antecipado ao fraudador, com prazos reduzidos para a sua inclusão e com a impossibilidade de cruzamento das informações prestadas às diferentes esferas de governo.

Com o Código, os grandes sonegadores ganham a mão de presente salvaguardas que facilitarão ainda mais a sua vida, como a permissão de contratar com órgãos públicos e receber empréstimos oficiais, o que fere o princípio da igualdade na competitividade de preços. É paradoxal a aprovação de um código que amarra as mãos do Fisco em um País campeão de evasão fiscal. A efetividade do sistema tributário depende fundamentalmente da eficiência da administração tributária, da eficácia do seu sistema de fiscalização, por mais bem desenhado que seja o conjunto das leis que, conforme o sistema tributário, este só responderá à concepção do legislador se existir uma máquina fiscal em condições de operá-lo e implementá-lo.

É exatamente por isso que todas essas entidades se apresentam nessa carta dizendo que não podem concordar com a criação de regras jurídicas que restrinjam e inviabilizem a ação do Estado no exercício de suas atividades voltadas ao interesse público, em benefício das particulares.

Alguém poderia dizer: são as entidades do Fisco. Não são apenas as entidades, apesar de que seria de fundamental importância que essas entidades pudessem vir aqui, porque são denúncias gravíssimas, que aqui estão sendo feitas, de pessoas que operam pela máquina do Estado. Mas não são apenas as entidades. A nota técnica que a Receita Federal aqui está estabelecendo aponta exatamente para isso que está sendo dito pelo Fórum Nacional do Fisco.

Vejam V. Ex^{as}: o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, diz coisas extremamente graves no que mandou por escrito.

Talvez, seja necessária – estamos trabalhando a necessidade do convite – a convocação do Sr. Everardo Maciel para comparecer ao plenário da Casa para discutir se isso é importante ou não.

É feita uma cantilena neste País em relação à questão da evasão fiscal, em relação a questões extremamente subjetivas, como a questão da isonomia, da capacidade contributiva, da equitativa distribuição da carga tributária, da generalidade, da progressividade. Com tudo isso, nós concordamos; concordamos com princípios da Justiça tributária. É por isso que vivemos lutando para que seja instalado o debate da reforma tributária. Queremos tudo isso.

Como são conceitos subjetivos – e para superar a subjetividade tem que haver o debate na legislação –, sabem V. Ex^{as} o que o Dr. Everardo Maciel disse? Que o projeto está privilegiando contribuintes, que passam a ter, pelo reforço da subjetividade desses conceitos de matéria tributária, mais uma zona cinzenta para sustentar as suas protelatórias teses jurídicas.

Então, precisamos saber efetivamente qual é a definição do Governo. O Secretário da Receita Federal tem que auxiliar a Comissão de Assuntos Econômicos e o Plenário do Senado Federal nesse debate. Tem que vir à Comissão de Assuntos Econômicos, para, inclusive, disputar, até mesmo com os próprios Senadores da base governista, isso que ele está aqui argumentando, sendo absolutamente contra o projeto.

Num país de evasão fiscal, todo dia há a cantilena de que não há dinheiro para absolutamente nada! Se não existe dinheiro e se o Secretário da Receita Federal e todas as entidades que trabalham no Fórum Fiscal estão dizendo que isso vai aumentar a sonegação, vai aumentar a evasão, vai significar menos dinheiro nos cofres públicos para operacionalizar as políticas de investimento, as políticas públicas e as políticas sociais, faço um apelo, Sr. Presidente, ao autor do projeto e a todos os Senadores no sentido de que a solicitação feita pelo Senador Pedro Simon possa ser efetivada por esta Comissão, para que o Secretário e os membros do Fórum possam estar aqui presentes para fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A Presidência informa que, encerrada a discussão, o requerimento do Senador Pedro Simon será submetido à apreciação do Plenário, que vai deliberar e decidir o que quer fazer. Apenas quero logo adiantar que, sendo Secretário e não Ministro, não pode haver convocação, mas sim convite.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Entendi V. Ex^a dizer “encerrada a discussão”, mas antes da votação...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – É claro. A Presidência vai agir aqui de maneira que a vontade do Plenário prevaleça.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma retificação: sei que, pela Constituição, só Ministro pode ser convocado...

A SRA. HELOÍSA HELENA – Convoca-se o Ministro da Fazenda.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Seria uma convocação ao Ministro da Fazenda para vir ao plenário. Foi uma falha minha.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – No momento, o que há é um requerimento verbal do Senador Pedro Simon, que deseja a vinda do Secretário Everardo Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, evidentemente ainda fará parte da agenda brasileira em algum momento a busca de uma legislação adequada de proteção ao contribuinte. Algum dia amadureceremos nessa direção.

A primeira observação que pretendo fazer não é uma crítica em relação ao autor dessa proposição. Pelo contrário, todos os Parlamentares que trazem para o interior do Parlamento debates importantes para o presente ou para o futuro próximo têm mérito. Evidentemente precisamos analisar essa proposição no contexto que estamos vivendo, e é isso que tentarei fazer.

Sr. Presidente, o que fizemos recentemente? Aprovamos leis, no Senado e no Congresso Nacional, combatendo a sonegação e a elisão fiscal. E o fizemos, se não me engano, quase unanimemente. Oposição e Governo, todos votamos unidos por uma razão muito simples: o maior problema que temos no País é, por um lado, um sistema tributário ultrapassado e, por outro, uma grande sonegação fiscal.

Essenossosistematributário ultrapassado oprime o assalariado e esmaga a produção nacional, onerando o produto nacional de forma a torná-lo menos competitivo em relação aos nossos parceiros comerciais. Por outro lado, grava a força de trabalho brasileira. Esse é um lado da questão; o outro é a sonegação. Por isso, o Senado da República e o Con-

gresso Nacional foram tão ágeis em votar medidas que combatam a elisão e a sonegação fiscal.

Evidentemente precisamos ter bastante cuidado, porque senão desfaremos aquilo que fizemos com boa intenção, com boa vontade, tentando acertar.

O debate a respeito do código é bom, mas a paciência e a tranquilidade seriam boas companhias numa discussão como essa.

Pretendo votar a favor do requerimento do Senador Pedro Simon. Precisamos nos aprofundar na discussão dessa questão. Penso que ninguém aqui, até mesmo o Senador Jorge Bornhausen, por quem tenho o maior respeito – S. Ex^a sabe disso – querará criar uma legislação, por exemplo, para facilitar a vida de grandes sonegadores de impostos, como está escrito nessa nota acusatória. A Senadora Heloísa Helena falou sobre isso, mas repetirei um trecho da nota: “É para do xal a aprovação de um código que amarra as mãos do Fisco num País campeão de evasão fiscal”.

Então, esse assunto deve ser debatido com profundidade. Essa história de empurrarmos para a Câmara dos Deputados, para que lá corrijam esse projeto, não é a tradição do Senado.

Essa é minha rápida reflexão. Primeiramente, elogio o autor por propor o debate de tema como esse. Realmente esse assunto precisa ser discutido. Os países mais desenvolvidos do mundo estão avançando nessa direção. Em segundo lugar, espero que façamos com cautela esse debate. Que seja realizada uma mesa redonda e que o Secretário Everado Maciel, autor da nota, nos dê a honra da sua presença e da sua contribuição, da mesma forma como devem fazer o Unafisco e os contribuintes. Esse debate engrandeceria muito esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, primeiramente gostaria de saudar o autor, que propõe tema que, realmente, em todos os países desenvolvidos, em todos os países que respeitam o contribuinte, que na verdade é quem sustenta toda a máquina, já aconteceu há muito tempo.

O Senador Paulo Hartung fala com muita propriedade que estamos com uma legislação ultrapassada. Eu diria que é verdade, em muitos itens faltamos com respeito ao contribuinte. É preciso haver algum movimento, principalmente daqueles contribuintes

que não têm como negar, porque o desconto do imposto é feito automaticamente quando do pagamento do salário, e que estão sendo, inclusive, penalizados por que não se faz justiça. Também é óbvio que temos que ter cuidado com a evasão, e não é esse o objetivo do Código, de maneira alguma; mas não é somente com a evasão que temos que ter cuidado, Senadora Heloísa Helena, porque depois de penalizados, temos uma perda gigantesca dentro do sistema da Receita Federal. São R\$187 bilhões que estão nos Tribunais Federais sem serem cobrados. Quem realmente não quer pagar impostos tem uma equipe de advogados muito capazes. A Procuradoria não tem condições de alimentar a tempo as regionais, e estas não têm condições de fazer a cobrança. Quando chega lá, o contribuinte já deixou de ter bens em seu nome.

Então, por tudo isso, precisamos pensar. Agora, há dois anos que estamos discutindo esse assunto e não se vai a frente, em que pese devamos sempre ter toda a prudência. Não estou dizendo que tem que ser para amanhã.

O SR. PAULO HARTUNG – Eu gostaria de fazer um aparte, Senador.

O SR. NEY SUASSUNA – Pois, não.

O SR. PAULO HARTUNG – Há dois anos estamos discutindo a correção da tabela do Imposto de Renda...

O SR. NEY SUASSUNA – O que é uma outra injustiça.

O SR. PAULO HARTUNG – ... talvez uma maneira de sinalizar que este Parlamento tem respeito ao contribuinte. Não conseguimos ainda vê-lo aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. ROMERO JUCÁ – Bem, porque o Senado já aprovou o projeto de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA – Temos alguns que já estão há 20 anos aqui. O que estou querendo dizer é que temos que trabalhar mais rápido e sem deixar de lado a prudência. Prudência não quer dizer tempo correr, quer dizer: prestar mais atenção, mas fazemos o certo.

A SRA. HELOISA HELENA – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA – Com prazer, Senadora.

A SRA. HELOISA HELENA – Temos a mesma preocupação: do tempo, com relação à justiça fiscal, e em relação aos penduricalhos jurídicos, que possibilitam que os bons advogados das grandes empresas sonegadas fiquem... Não queremos aqui criar mais entraves para isso. Conforme o próprio Dr. Eve-

rardo diz, há questões gravíssimas, como, por exemplo, impedir que o Ministério Público proponha ação enquanto estiver correndo administrativamente um determinado processo, quando o próprio STF e STJ já têm decisão sobre isso, é inconstitucional. Criar mais problemas que levem o agigantamento de ações, penduricalhos, mecanismos protelatórios, isso é que não queremos. Então, por esse motivo, na perspectiva de fazer o debate para corrigir e agilizar o combate à sonegação, possibilitando, também, a agilidade por meio da modificação das leis para a Justiça igualmente, que queremos fazer a discussão e promover a audiência pública.

O SR. NEY SUASSUNA – Não há posições contraditórias entre nós. Estou apenas levantando uma vertente no sentido de que é preciso que não se olhe somente um item. É preciso também que se discuta outro. Agora, encerrando, Sr. Presidente, toda a opinião do Secretário está por escrito. V. Ex^a acredita que ele pode anexar mais coisas?

A SRA. HELOISA HELENA – Ele tem que vir.

O SR. NEY SUASSUNA – O que eu queria dizer é que acredito ser o projeto extremamente importante. Já tive nos dois anos de debate e devemos ter prudência, mas devemos agilizar a finalização desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A Presidência declara encerrada a discussão do projeto.

Agora, vamos discutir o requerimento do Senador Pedro Simon.

O Senador Pedro Simon, inicialmente, havia manifestado o desejo de que fossem ouvidos o Secretário Everardo Maciel e a Representante da União dos Fiscais. V. Ex^a pode formalizar o requerimento.

O SR. PEDRO SIMON – O Sr. Everardo Maciel ou representante do Fórum Nacional do Fisco e quem mais o Senador Jorge Bornhausen achar que deva vir representando os contribuintes.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Jorge Bornhausen, V. Ex^a deseja acrescentar alguma coisa?

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Quero encaminhar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Não deseja fazer nenhum aditamento?

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Pedro Simon.

Tem a palavra o Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 25 de novembro de 1999 — lem bro-me bem da data por que é o dia da padroeira do meu Estado, Santa Catarina de Alexandria —, ingressei com esse projeto no Senado Federal. Fiz uma exposição que mereceu aparte do nosso companheiro hoje licenciado, Senador Artur da Távola, dizendo que o projeto era um grande avanço no sentido de termos o cidadão contribuinte e não o cidadão súdito.

Não pretendemos, de forma alguma, defender sonegadores. Pretendemos ter justiça, a qual não se faz impondo ao contribuinte o depósito de 30% para que possa defender-se administrativamente; a qual não se faz no momento em que o Fisco tem direito de chamar força policial independentemente da análise judicial; a qual não se faz quando a desconsideração da empresa, um ato da maior gravidade, pode ser feita pelo Fisco sem a audiência do poder judicial.

O que queremos é estabelecer equilíbrio, jamais aumentar sonegação. Queremos, sobretudo, olhar para o pequeno.

Quero anotar algumas coisas que são muito claras para mim: não só a desconsideração, mas a linha de crédito. No Sindicato de Autopeças de São Paulo, ouvi um depoimento de um empresário que foi à concordata. Por um imposto de R\$1000,00, ele não pôde fechar um contrato de adiantamento de câmbio do Banco do Brasil de US\$25 milhões. Perdeu a oportunidade de vender a sua mercadoria, desempregou, foi à concordata, e o País perdeu divisas. É preciso que se analisem essas relações com equilíbrio, não alegando que vai aumentar o narcotráfico, como o documento do fórum quer dizer - e que não aceito, porque acho falta de princípio trazer um assunto dessa natureza quando se discute um problema tão sério.

O que queremos é que haja igualdade, porque quem produz, no País, é o empresário. Quem gera emprego é o empresário. Ele não pode ser tratado como homem de má-fé, porque, da mesma maneira, não podemos tratar assim os fiscais, a não ser como exceção.

Não podemos manter esses desequilíbrios, manter 30% para uma autuação ser negociada posteriormente entre o fiscal desonesto e o empresário, manter ininterruptamente a fiscalização numa empresa, fazendo terrorismo fiscal. É assim que o País quer avançar, produzir, gerar riqueza? O Estado obstruindo a ação daquele que realmente está trabalhando? Por isso, também digo com muita clareza, que não desejo proteção. Admito ser vencido, mas, quando esse projeto esteve no primeiro semestre do ano pas-

sado nesta Comissão, o Senador Pedro Simon, meu querido e respeitado amigo, requereu a audiência da que les que bem em ten deu. S. Ex^a pediu que eu acrescentasse, e acrescentei o nome do Professor Torquato Jardim. Só não houve audiência com o Secretário Everardo Maciel porque não pôde estar presente devido a uma greve. Adiamos uma, duas vezes. Ele se ofereceu para fazer o depoimento por escrito. O Presidente Ney Suassuna trouxe ao plenário. A decisão de aceitar as declarações por escrito foi do Plenário. Não há uma inovação. Inovação será agora de não se respeitar o que foi decidido na CAE, naquela ocasião, em momento posto em votação pelo Senador Ney Suassuna.

É por essas razões, com todo o respeito às considerações feitas neste plenário, que me manifesto contrariamente à convocação do Secretário, o qual já respondeu à questão. Considero protelatória a ação quando devemos decidir. Lembro, Sr. Presidente, que nossa Casa é feita para votar. Tivemos dois anos para meditar, para ouvir e agora temos condições perfeitas para responder com consciência à questão, votando a favor ou não das emendas. Aqui não está sendo mais discutido o projeto, que já foi aprovado na CAE. O que estamos discutindo são as emendas de Plenário. E certo está o Senador Eduardo Suplicy ao apresentar destaques, ao procurar defender aquelas emendas que considera necessárias.

Portanto, manifesto-me contrariamente e peço que haja a votação, ressaltando os destaques do projeto, a fim de que ele possa ter andamento, ir à plenário, onde teremos uma nova grande discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Continua em discussão o requerimento do Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, quero reportar-me apenas ao final da intervenção do ilustre Senador Jorge Bornhausen. O que se está discutindo agora são as emendas. Só que isso, Sr. Presidente, pode ser essencial. Somos a favor do projeto, mas todos queremos saber se as emendas corrigem ou não as possíveis brechas abertas pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, como o Senador Jefferson Péres bem lembrou, é também importante que seja esclarecido que as emendas apresentadas pela Oposição – pelos Senadores Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra, Roberto

Saturnino, Pedro Simon, embora sendo de um partido da base governista -, todas as emendas apresentadas que não foram aceitas e estão sendo discutidas agora de fato refletem as gigantescas preocupações demonstradas não apenas pelo Fórum Nacional do Fisco, mas também pelo Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

É inadmissível, portanto, que não disponhamos de um tempo para discuti-las. Tenho absoluta certeza de que o Secretário viria, até porque ele não permitiria que a fama de leão se transformasse em fama de gatinho perante os Senadores ou perante o Senador Jorge Bornhausen. Tenho certeza de que isso não aconteceria, pois ele viria com o maior prazer, visando defender as emendas que possibilitam que o projeto não seja o que ele diz ser, qual seja, um terreno jurídico pantanoso, prestando-se ao aumento de infindáveis demandas judiciais, elevando o grau de incerteza e insegurança dos contribuintes e do Poder Público, com nefastos efeitos sobre a sociedade.

Se existem, conforme a interpretação do Secretário, nefastos interesses à sociedade e este projeto pode significar, sem as correções das emendas, um terrível terreno pantanoso, estamos extremamente preocupados. Queremos que o Secretário venha a fim de possibilitar que esta Comissão promova as alterações e correções necessárias, o que, tenho absoluta certeza, poderá ser aprovado por ampla maioria ou por consenso nesta Comissão.

Estou certa de que mesmo os Parlamentares que concordam com o projeto poderão aguardar um pouco mais, uma semana. A Oposição não protelará, pois tampouco dispõe de mecanismo protelatório, nem apresentará emendas no plenário propondo o retorno, porque não há mais prazo para isso. Apenas para possibilitar que o debate seja o mais amplamente esclarecido aqui na Casa, se houver a representação do setor empresarial, que possa vir também, que o Confas possa vir.

Existe uma preocupação gigantesca dos secretários estaduais e municipais, porque o projeto mexe também diretamente com a arrecadação dos Estados e Municípios. Que possamos potencializar o debate. Tenho certeza de que é essa a vontade de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Paulo Hartung. Em seguida, concedo a palavra aos Senadores Casildo Maldaner e Bello Parga.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, recolocarei a defesa do requerimento a partir das palavras, até consistentes, do Senador Jorge Bornhausen.

sen. Mas como elas foram densas, é necessário separar as coisas.

A primeira para a qual precisamos ser feita, acredito, é a de que nem nesta Comissão nem nesta Casa Legislativa exista um só Parlamentar contrário à elaboração de um Código de Defesa do Contribuinte.

A impressão que tenho é a de que não é isto que está em discussão. Acredito que, neste ponto, há uma convergência de idéias e que esse seja um ponto que precisamos aperfeiçoar. Também creio, fazendo considerações relativas à fala do autor, que ninguém de bom-senso acredita que a relação das máquinas arrecadoras municipais, estaduais e federal com o contribuinte seja a melhor. Longe de nós! Apenas se não tivéssemos juízo, bom-senso ou algo parecido.

Sabemos que precisamos evoluir muito nessa direção, como também sabemos que há um critério importante a ser considerado, qual seja, a escolha de prioridades.

Sabemos que no nosso País há uma sonegação fiscal assustadora. Por isso a nossa prioridade em, recentemente, aprovar alguns projetos com discussões jurídicas e controvérsias importantes. Ainda assim, aprovamos os projetos relativos à evasão e à sonegação fiscal. Por isso, todo o trabalho que se faz no País hoje para fortalecer as máquinas arrecadoras, a começar pelas prefeituras municipais, ensinando-as a cobrar IPTU, ISS, taxas e assim por diante. Ou seja, é um enorme desafio que estamos vencendo.

Quero, então, para ser breve, dizer - como acredito seja o desejo da Comissão e do próprio Presidente, que coordena este debate - que não é em torno disso que temos divergência. Temos divergência em relação a um Código que possui pontos questionáveis e emendas a serem apreciadas. Temos curiosidade em saber se essas emendas serão capazes de corrigir as debilidades deste projeto de Código.

Estamos propondo que se faça um debate. Que venha o Secretário Everardo Maciel, representantes da Unafisco Sindical, dos contribuintes, e assim por diante. Mantenho a defesa deste evento e não o considero protelatório, porque, senão, quisesse tudo que se fizer nesta Casa terá esse rótulo de protelação das decisões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Longe de mim, Sr. Presidente, em pensar em protelação. Acredito

que ninguém de nós pode pensar nesse sentido. Pelo contrário, a Nação espera é que, nesse segundo semestre, haja resultados práticos nesta Casa. A Nação aguarda isso.

Sempre fui, também, a favor do diálogo. Quando enfrentava greves no Governo, em Santa Catarina, e quem não as enfrentou, sempre dizia: “Prefiro duas horas de diálogo a cinco minutos de tiroteio.” Por isso, sempre defendo o diálogo. Para esgotar dentro das possibilidades. Em função disso, todos sabemos que há, no País, uma sonegação, como também há uma carga muito grande para aqueles que, religiosamente contribuem. Estes não podem concorrer com aqueles que sonegam. É preciso encontrar um denominador comum.

Em razão disso, o requerimento do Senador Pedro Simon é para que haja o diálogo e para se elucidarem algumas questões. A participação do Secretário Everardo Maciel, nesta Casa, é para que haja um diálogo franco e transparente, que convença aqueles que têm dúvidas e também a representação do Fisco e, por que não - endosso a tese do Senador Jorge Bornhausen – a representação também dos contribuintes, para que, neste trio, e com o debate aberto nesta Casa o quanto antes, nós possamos chegar a um denominador comum, àquilo que seja melhor para o Congresso Nacional, para a Nação e para o contribuinte acima de tudo.

Em razão disso, o diálogo, Sr. Presidente e caros colegas, é a melhor atitude neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, para emitir o meu Relatório, no tocante às emendas apresentadas em plenário, eu me valho do parecer inicial do Senador Edison Lobão, dos subsídios ali fornecidos em uma audiência pública em que houve a presença de um Secretário de Estado de um Governo Estadual, de um Secretário de Fazenda de uma capital de Estado e dos amplos dados que nos foram fornecidos pela assessoria.

Considero suficientes os argumentos que já foram expendidos, por mim lidos e compulsados. Todavia, Sr. Presidente, estamos caminhando, aqui, para tentar uma conciliação, que, a meu ver, não é fácil.

De um lado, há o fisco mantendo a sua posição de exação fiscal, e, de outro, os contribuintes prejudicados a quem um termo de igualdade jurídica. De maneira que acho suficientes o tempo e os elementos que nos foram fornecidos.

Assim sendo, Sr. Presidente, não posso me manifestar favoravelmente. Eu rejeito o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Esclareço que estamos discutindo o requerimento e peço para nos atermos a isso, a fim de podermos liberar.

Com a palavra o Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a minha posição porque, de certa forma, fui representante, por algum tempo, das classes produtoras, como Presidente de uma entidade representativa delas, que é a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Então, eu sou a favor de que se aperfeiçoe, na medida do possível, o projeto. Não vejo nenhum mal em que votemos a favor do requerimento do eminente Senador Pedro Simon. E o faço com absoluta insuspeição, porque todos sabem - e eu me orgulho disso - que sou um representante da empresa privada.

O projeto do eminente Senador Jorge Bornhausen já foi objeto de avaliação e de votação nesta Comissão. Lembro-me de que, naquela ocasião, eu tive a oportunidade de me manifestar e de votar favoravelmente à aprovação do projeto. Então, sou a favor do projeto porque nós precisamos, realmente, de um instrumento que defenda o contribuinte da arbitrariedade.

No Brasil, nós temos um problema de certa forma até cultural. A priori, o contribuinte é considerado sonegador quando o correto seria respeitá-lo. Infelizmente, nós brasileiros, a princípio, consideramos desonestos. Daí a razão pela qual convivemos neste País com a dificuldade de vencer a burocracia que entrava o desenvolvimento.

Lembro-me do tempo em que assumiu o Ministério da Desburocratização, criada naquela ocasião, o Ministro Hélio Beltrão. Eu estava fazendo um curso em Londres e vi, no Financial Times, uma nota a respeito do trabalho, das dificuldades que teria o Ministro Hélio Beltrão para acabar com a burocracia - ou com a burocratização, melhor dizendo - no Brasil.

O Financial Times comentava que o problema da burocratização, dos entraves burocráticos brasileiros teria nascido na cultura da impunidade no Brasil. Então, em face da impunidade, a priori, as pessoas são desonestas. Por quê? Porque há pessoas que se locupletam desonestamente e não são punidas, daí a razão pela qual a sociedade é levada a jogar numa vala comum. Então penso que o Código de Defesa do Contribuinte é essencial e digo que ele não deve ser objeto de preocupação de aprovação neste final de Governo porque ele não tem nenhum problema -

desculpe-me o meu caríssimo e eminente amigo, Senador Roberto Saturnino. Penso que ele pode ser aprovado por esta Comissão e pelo Senado da República. Tenho absoluta consciência de que todos são a favor, mas que gostariam da presença de um representante do Estado, ou melhor, um representante do Governo, porque do Estado nós todos somos representantes e temos que considerar também todos os contribuintes representantes do Estado.

Portanto, todos os contribuintes são a favor deste aperfeiçoamento do direito de cidadania, daí a razão pela qual, Presidente, reitero o que já falei. O meu voto é favorável e até faço um apelo ao eminente Senador Jorge Bornhausen para que compreenda as razões, porque, entre os companheiros que aqui se manifestaram não vi nenhum contra o projeto; são todos a favor do mesmo. Agora, é claro que, por uma questão de zelo, não nos custa nada aguardar um pouco mais a chegada do representante, especialmente das autoridades fazendárias. Já que não temos poderes para convocar o ilustre Secretário da Receita, então que convoquemos o Ministro da Fazenda, que pode chegar e fazer aqui a defesa ou não do Governo em relação ao projeto.

O meu voto é favorável ao requerimento do eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, primeiro faço um apelo ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Penso que o Líder do Governo, numa matéria delicada e importante como esta, com os argumentos que foram apresentados aqui, deveria no mínimo liberar a sua Bancada, mas o seu voto é muito importante, porque me parece que aqui ninguém é contra ou a favor do Governo. A posição que está sendo aqui discutida é de todos que querem o melhor para o País, a começar pelo Senador Jorge Bornhausen. S. Ex^a apreendeu - e se vê que fez um longo estudo, teve uma brilhante assessoria - um projeto da maior importância. Em cima dele, estamos debatendo e discutindo. Que ele é complexo, é complexo, porque, de um lado - e têm razão o Senador Bornhausen e o Senador José Alencar -, há tremendas injustiças que se comem com relação ao contribuinte; não há dúvida nenhuma. Não tenho ligação, mas toda a minha família viveu de loja, há 60 anos que tem uma loja. Quer dizer, estou ligado a isso. Embora não seja eu pessoalmente, mas entendo por esse lado. Vejo as razões como deve ser feito.

Fui Governador de Estado e vi os dois lados da questão: vi quando me trouxeram a mesa para deba-

ter e discutir questões de sonegações gravíssimas e vi injustiças que o Governo vinha praticando ao longo do tempo, perseguições até.

Que deve ser debatido, deve. Que deve ser analisado, deve. Agora, na Comissão de Constituição e Justiça, passou sem análise, sem discutir o aspecto jurídico porque aqui uma vírgula, um detalhe pode alterar a questão. Ninguém aqui é contra que haja o Código de Defesa do Contribuinte. O que queremos é que esse Código não dê chances demais e se transforme também num código também de defesa do sonegador. Onde começa um e onde termina outro: essa é a confusão que temos, é a angústia que temos que aceitar. Não pode o Sr. Secretário da Fazenda, que veio 500 vezes a esta Casa e ficou falando por 10 horas, não pára de falar, de repente, sempre que há matéria como essa, parece que há alguma coisa que o impede de vir aqui.

Eu gostaria que V. Ex^a, Sr. Presidente, telefonasse e perguntasse: “Há algum problema? O senhor tomou conhecimento de algum problema na Comissão de Assuntos Econômicos? Qual é o problema que, de repente, V. Ex^a não quer mais vir à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado?”

Creio que é importante ele vir, é importante esclarecermos e esmiuçarmos, inclusive agora, as minhas emendas, que são grandes, e as emendas do PT, que foram colocadas como prioridade. E creio que elas são prioridade, mas quero discuti-las. Eles estão me explicando, quer dizer, a assessoria do PT está me dizendo qual é boa e qual é ruim, mas não sei... Essa análise...

Estão aqui presentes os Secretários de Fazenda do Maranhão, do Ceará e do Piauí, que estão dizendo que eles também gostariam de ouvir, que eles também estão atingidos, que eles estão fora dessa questão, que todo mundo é ouvidor e eles, que são diretamente interessados, não estão sendo chamados.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo ao Senador Romero Jucá, como Líder do Governo, no sentido de que – como disse o Senador José Alencar – todo mundo quer a mesma coisa. Penso que até o Senador Jorge Bornhausen podia concordar e, a essa altura, faço a seguinte proposta: não vamos convocar; eu me ofereço para ir com mais alguém lá, porque ele não vem.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Permite-me um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Quem sabe V. Ex^a – e eu o apoio nisso – queira sugerir ao Presiden-

te para ouvirmos agora os Secretários de Fazenda dos Estados que vieram de longe?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Supply, estamos agora discutindo o requerimento.

Então, vamos votar o requerimento.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, faço um apelo para que V. Ex^a assuma um compromisso aqui no plenário. V. Ex^a não precisa, mas, se precisar, estou à disposição para irmos telefonar e dizer: “Maciel, estamos num embaraço enorme lá. O que está acontecendo que você não quer comparecer?”

Eu tenho certeza de que ele virá.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Se o requerimento for aprovado, faço questão da companhia de V. Ex^a.

Antes, informo ao Plenário que precisamos votar, pois temos na pauta a sabatina de candidato a uma vaga no Tribunal de Contas da União, que está aguardando.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, estamos aqui há uma hora discutindo a convocação ou não do Secretário Everardo Maciel...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Uma hora, não; estamos há quase duas horas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Somente a convocação do Secretário Everardo Maciel.

Quero emitir rapidamente uma opinião sobre este assunto: a vinda do Dr. Everardo Maciel já ocorreu. A Senadora Heloisa Helena leu as palavras e a manifestação do Dr. Everardo Maciel com relação a esta matéria. Não tenho nenhuma dúvida: o Dr. Everardo Maciel é o responsável pela arrecadação federal. Ele tem a obrigação de ser duro, de ser impositivo. Agora, cabe a nós, neste plenário, deliberarmos sobre o interesse da sociedade.

Creio que o Projeto do Senador Jorge Bornhausen tem um objetivo, que é o de abrir caminho para a negociação entre o contribuinte e o fisco. Atualmente, existe a legislação, que é impositiva. Conheço caradas de exemplos nesse rumo e nessa direção.

O que o Senador Jorge Bornhausen objetiva é que o Dr. Everardo Maciel possa vir aqui amanhã e dar argumentos, às toneladas, pelo perigo da perda de arrecadação. Agora, e o interesse do contribuinte que se vê no contingenciamento de contribuir sem ter o direito de argumentar?

O que este projeto objetiva é o direito de o contribuinte negociar, de ter uma oportunidade de negociar, de sentar à mesa de negociação. E cabe a nós decidirmos se estamos com a imposição da arrecada-

ção ou se estamos com interesse da sociedade, de o contribuinte sentar-se à mesa de negociação.

Por essa razão, voto contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o último inscrito, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, eminentes Colegas, creio que ninguém se opõe à seguinte argumentação: o que se trata aqui, agora, não é a matéria Código de Defesa do Consumidor. Este é um assunto já devidamente tratado nas comissões e no plenário.

O que se quer, e o único verbo sem demérito aos demais que aqui ouvi, foi proferido pelo Senador Casildo Maldaner, quando na sua manifestação usou o verbo elucidar.

O que quero dizer com isso? A problemática jurídica levantada pelo Secretário da Receita Federal e aqui lida, nem quero me manifestar sobre ela porque poderia considerá-la insultuosa aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, do qual tenho a honra de ser o Presidente.

Por que não quero fazê-lo? Porque aqui se discute a vontade do Secretário da Receita Federal e quero me manifestar apenas sobre isso.

Ao que ouvi, o Secretário da Receita Federal viria aqui para ajudar, ou esclarecer, ou apoiar, ou rejeitar as emendas apresentadas. Seria uma espécie de palavra final; aquilo que aprendi na faculdade de Direito: Roma locuta, causa finita, abriríamos mão em função da vida de um cidadão.

Agora, concordo que ele deva vir. Quero saber se ele virá. Um convite manifesta uma aceitação ou não. O Senador Pedro Simon, a meu ver, agora ao final, deu a sua gestão que é líqui da e certa. Iria fazer um apelo ao Senador Romero Jucá, na qualidade de líder, que telefonasse para o Secretário da Receita Federal para saber se ele viria ou não. Por que não podemos ficar aqui nesta Comissão à disposição de quem quer vir ou não quer, e em via uma carta. Nem digo que isso seja por uma questão de omissão.

Mas o Senador Pedro Simon, deu a sua gestão final. Ele irá, inclusive se necessário for, com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e ouvirá de viva voz se ele quer vir ou não.

Porque se ele não quiser vir, a cada semana iremos adiar a matéria porque ele não foi ouvido, uma vez que ele é considerado peça essencial para essa audiência.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço o Senador.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – V. Ex.^a, Senador Bernardo Cabral, certamente, desconhece que na votação do projeto, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, o líder do Governo, Senador Romero Jucá, intermediou uma conversa com Secretário da Receita Federal, o Senador Lobão, o autor do projeto, os técnicos da Receita e ainda os tributaristas e o Dr. Torquato Jardim, que fizeram o projeto. Tivemos uma reunião de longas horas, onde foram ajustados alguns pontos, que foram objetos de colocações no relatório do Senador Edison Lobão e que, posteriormente, foram aproveitados pelo Senador Belo Parga.

Portanto, creio que temos que decidir pelo requerimento ou contra o requerimento.

Mas acredito que todas as ações, tudo que era possível fazer, toda a boa vontade que tivemos, ela já existia.

Por isso peço a V. Ex.^a, faço um apelo que também se manifeste também contra essa protelação.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Ex.^a apenas se adiantou.

O que eu ia concluir na minha argumentação, era a caminhada que fez o Senador José Agripino, cuja argumentação, respeitada a dos que lhe foram contrário, me pareceu retocável. É absolutamente retocável. Vou acompanhar, a não ser que nesse meio tempo se diga que o Secretário da Receita Federal vai comparecer aqui agora para deslindar a questão e espantar as dúvidas.

Era a minha manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Ia até pedir um aparte ao Senador Bernardo Cabral, como ele já terminou, se V. Ex.^a me permite, apenas para acrescentar que o projeto não deveria deixar de dar uma oportunidade para que haja o contraditório, para que possamos tomar uma decisão tendo em vista a posição do Governo para que se respeite o princípio do contraditório. Por quê? Porque mesmo o Senador Pedro Simon, que é autor do requerimento, como todos os nobres Colegas que se manifestaram a favor deste requerimento e mesmo aqueles que se manifestaram por meio de emendas que foram ou não acolhidas pelo Relator, todos são favoráveis ao projeto. Então, por questão de prudência perdermos uma semana e darmos oportunidade para que se estabeleça nesta Comissão o princípio do contraditório trazido por uma autoridade fazendária que, como falou muito bem o Senador José Agripino Maia, tem a obrigação de defender o fisco.

Então, penso que teríamos condições de votar de forma mais consciente como convém.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O assunto está bastante claro. Vamos colocarem votação o requerimento do Senador Pedro Simon.

A SRA. HELOISA HELENA – Sr. Presidente, pela ordem.

O Senador Bernardo Cabral fez um apelo, apenas para que fique absolutamente claro, ao Líder do Governo, no sentido de que S. Ex^a disponibilize a intenção do Secretário vir. Como o Senador Bernardo Cabral fez um questionamento preciso, não custa nada que os outros membros da Comissão sejam informados. Se o Secretário se nega achando que a sua nota já esclarece podemos ver outras formas de possibilitar que o Governo se posicione no debate.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Romero Jucá, vamos colocar em votação o requerimento. Se o Secretário não quiser vir não vem mas vamos votar o requerimento do Senador Pedro Simon. Não há mais delongas nesta matéria, tudo já está esclarecido.

O SR. ROMERO JUCÁ - Não posso falar porque não posso responder pelo Secretário. Apenas gostaria de registrar que a posição do Governo é de que o Secretário Everardo Maciel já está no processo com as colocações por escrito feitas por ele.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Vou colocar em votação o requerimento do Senador Pedro Simon que convida o Secretário Everardo Maciel e representante da Unafisco para comparecerem a uma audiência pública para discutir o projeto do Código de Defesa do Contribuinte, de autoria do Senador Jorge Bornhausen.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Vamos proceder à votação nominal, para que não haja dúvida.

(Procede-se à votação nominal.)

Já está completa a representação do PFL e não posso chamar os demais suplentes.

(Continua o processo de votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Foram 11 votos “Não” e 10 votos “Sim”.

A planilha está sobre a mesa e o requerimento foi rejeitado.

Vamos passar, agora, à votação das emendas.

Em votação o parecer do Senador Bello Parga, ressalvados os pedidos de destaque que estão sobre a mesa.

É evidente que os pedidos de destaques vão ser votados, aceitos ou não.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para encaminhar a votação do parecer do Senador Bello Parga.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, sou favorável ao parecer do Senador Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Algum outro Senador deseja encaminhar a votação?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, encaminhamos contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Há uma retificação, são 11 a 9, e não 11 a 10.

Em votação o parecer do Senador Bello Parga.

Sobre a mesa um pedido de destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador Bello Parga queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado contra os votos dos Senadores Roberto Saturnino, Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Paulo Hartung e Heloísa Helena.

Aprovado o parecer do Senador Bello Parga.

Sobre a mesa dois pedidos de destaque.

Requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Vamos colocar em votação os requerimentos de destaque, não o destaque, é o pedido de destaque do Senador Eduardo Suplicy.

Os requerimentos são: destaque para votação em separado das Emendas nºs 17, 19, 21, 25, 27, 28, 36 e 38 e para votação em separado das Emendas nºs 30 e 34.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o pedido - não é com o mérito, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de destaque das emendas que já mencionei.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – V. Ex^a avalia que devo explicar cada uma das emendas?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Vamos ter que votar emenda por emenda.

No caso, temos a Emenda nº 17, que é a primeira e que foi rejeitada pelo Relator, Senador Bello Parga.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Tem V. Ex^a a palavra,

O SR. ROMERO JUCÁ – Pergunto a V. Ex^a: se todos os pedidos de destaque têm parecer contrário ao do Relator, não poderiam ser votados em globo to-

dos os pareceres contrário do destaque? Inclusive o Ministro Benjamim Zimeler está aguardando essa questão para ser sabatinado. Sem dúvida, é uma questão que merece ser vista.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Todas as emendas, à exceção da Emenda de nº 34 - não sei porque o Senador Suplicy pediu destaque, uma vez que teve parecer favorável - tiveram parecer pela rejeição.

O Senador Romero Jucá apresentou um requerimento para votação em globo das emendas rejeitadas.

Em votação o requerimento do Senador Romero Jucá.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos dos Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Paulo Hartung e Roberto Saturnino.

Vamos votar em globo o requerimento do Senador Suplicy sobre emendas comparecer contrário do Relator, Senador Bello Parga.

Emendas 17, 19, 21, 25, 27, 28, 30, 36 e 38.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com respeito à Emenda 17, Sr. Presidente, o termo "contribuinte" é utilizado no artigo em questão do projeto de lei, em descompasso com o que determina o art. 121 do Código Tributário Nacional.

Na verdade, a emenda ora proposta adequa-se inclusive à sugestão da Receita Federal, que, na nota enviada pelo Secretário Everardo Maciel a esta Comissão, afirma que o termo "contribuinte" é utilizado em sua acepção leiga no projeto. Diferente, portanto, da juridicamente admitida no Direito Positivo.

O Secretário da Receita Federal, no documento mencionado, diz que sua utilização na forma proposta, englobando as distintas espécies de relações passivas, sob o ponto de vista formal, torna-se temerário por inovar, sem motivação, situações pacificadas na legislação jurisprudência e doutrina.

Portanto, em nome da boa técnica do Direito Tributário, solicitamos a aprovação da emenda ora proposta, cujo objetivo maior é incorporar a sugestão do próprio Secretário Everardo Maciel, que conhece muito bem o tema, Sr. Presidente.

Esta é a justificativa.

A Emenda nº 19 dá ao art. 5º a seguinte redação: "Somente a lei, observado o princípio da anterioridade, pode estabelecer antecipação do prazo para recolhimento do tributo".

Com relação aos prazos de pagamento, estes já são submetidos à reserva legal, não cabendo, portanto, nenhum reparo ao que se propõe, salvo nos casos de dilatação de prazos, por decorrência de situações de força maior, quando a exigência de retirada da autoridade tributária a condição de atender com presteza a situações emergenciais, em detrimento dos próprios contribuintes.

A nota técnica, encaminhada pelo Secretário Everardo Maciel, salienta, no que diz respeito às alterações que oneram de qualquer forma o contribuinte e as modificações de meios e modos operacionais de apuração dos débitos fiscais, que a proposta implica grave restrição ao adequado exercício da administração tributária, pois a exigência de lei para tratar de termos de caráter exclusivamente operacionais retirará a necessária celeridade nas ações da autoridade fiscal.

A proposta em questão aumentará desnecessariamente os trabalhos do Congresso, além de burocratizar ainda mais o serviço público, com exigências despendidas, conforme salienta Everardo Maciel.

Portanto, corroboramos o posicionamento da Receita Federal, quando afirma que onerar de qualquer forma é demasiado abrangente, pois até pedir uma mera, porém nova informação, implica ônus para o informante, seja material, seja temporal, ainda que essa informação decorra de mudança legislativa recente.

Por essa razão, solicitamos cautela e bom senso, no sentido de que os ilustres Pares aprovem a Emenda nº 19 em questão.

A Emenda seguinte é a de nº 21, que propõe suprimir no art. 8º a expressão "complementar". Tanto o art. 150, inciso VI, como o art. 195, § 7º, ambos do Texto Constitucional, pedem tão-somente que os requisitos para aflição das imunidades sejam estabelecidos na forma da lei, o que deve ser entendido como lei ordinária. Daí impõe-se a supressão em questão.

A Emenda seguinte é a de nº 22, que dá ao art. 10 do projeto a seguinte redação: "O exercício do direito de pensão e obtenção de certidão relativa à tramitação dos processos em órgãos públicos independentemente de prova de o contribuinte estar em dia com suas obrigações tributárias principais ou acessórias".

§ 1º - Nos casos em que o contribuinte encontrar-se em débito com a administração fazendária será fornecida certidão positiva com efeitos negativos.

§ 2º - Será fornecida certidão negativa quando efetivamente o contribuinte estiver em dia com o fisco

ou a sua exigibilidade estiver suspensa, nos termos do art. 151, nos termos do Código Tributário Nacional e ainda nos casos em que a obrigação tributária estiver sendo parcelada e em dia.

A ou tra Emen da é a de nº 25, que dá ao art. 14 a seguinte redação...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Suplicy, só vou interromper V. Exª um minuto para dizer o seguinte: terminada essa votação, vamos fazer a sabatina do indicado para o Tribunal de Contas da União, Benjamim Zimble. Após, vamos votar vários requerimentos que estão aqui, sobre a mesa. Então, eu pediria aos Srs. Senadores que, por favor, permanecessem até esgotarmos a pauta.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, vou me abster de lerna íntegra a justificação, apenas dizendo cada uma das emendas.

A de nº 25 dá ao caput do art. 14 a seguinte redação: é vedada, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte, tais como a interdição de estabelecimentos e a instituição de barreiras fiscais. A emenda nº 28 dá ao caput do §1º do art. 16 do projeto a seguinte redação: o juiz desconsiderará a personalidade jurídica da sociedade quando, no caso concreto, em detrimento do Erário público, o sócio se utilizar da sociedade com má-fé, comprovando-se fraude ou abuso de direito ou afronta à lei, excesso de poder, fato ou ato ilícito, ou, ainda, violação dos estatutos ou do contrato social.

§1º - A desconsideração da personalidade de que trata o caput deste artigo também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provados por má administração, ficando a personalidade da sociedade preservada e os sócios responsáveis solidários ilimitadamente.

Já a de nº 36 dá ao art. 43 do projeto a seguinte redação: a ação penal contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, poderá ser proposta no curso do processo administrativo fiscal. A tramitação do processo administrativo suspende a fluência do lapso prescricional penal. O ajuizamento de ação de quebra de sigilo antes do encerramento do processo administrativo fiscal será admitido somente quando essencial à comprovação de irregularidade fiscal em apuração.

E, finalmente, a emenda de nº 38 dá ao art. 50 do projeto a seguinte redação: ficam revogados o §3º do art. 6º, o §3º do art. 11 e os arts. 25, 26, 34 e 38 da Lei de Execuções Fiscais.

Essas são as emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Em discussão. (Pausa)

Se ninguém quer discutir, vamos à votação. Os que estão a favor das emendas do Senador Eduardo Suplicy permaneçam como estão. Os que estão contra, por favor, manifestem-se. (Pausa)

Então, foram rejeitadas. Permanece o parecer do Senador Bello Parga, tal como foi apresentado

Agora, há a votação da Emen da nº 34. A Emen da nº 34 teve parecer favorável do Senador Bello Parga. Para ela o Senador Eduardo Suplicy pede...

O SR. EDUARDO SUP LICY – Retiro o destaque da Emenda 34 se há o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Se ele retira o destaque, desapareceu.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Na medida em que foi favorável, foi considerado aprovado. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – É.

A SRª HELOISA HELENA – Tem que votar porque foi destacada.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Vejam bem. O que o Senador Suplicy quer fazer? Retirar do texto a emenda que o Senador Bello Parga acatou. Está aprovado e mantido o parecer do Senador Bello Parga, tal como foi apresentado e estão encerradas a discussão e a votação.

Temos dois itens. Um é muito rápido e o outro é o do membro do TCU e depois os requerimentos sobre a mesa.

Senador Bello Parga, programação monetária, item 2 da pauta. Autor o Executivo e relator o Senador Bello Parga.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, tenho em mãos a mensagem do Executivo, que dispõe sobre o Plano Real e Sistema Monetário Nacional e estabelece as regras e condições de emissão do Real.

Por intermédio da Mensagem nº 165, a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001, sendo hoje o sétimo dia do mês e a primeira semana praticamente depois do recesso, temos que convir que foi tempestivamente encaminhada pelo Executivo.

Vou ficar adstrito, Sr. Presidente, às conclusões do trabalho aqui feito.

Manifesto-me favoravelmente à aprovação da programação relativa ao terceiro trimestre com base

no projeto de decreto legislativo, que entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma proposição a V. Exª, tendo em vista que vamos ter uma audiência com o Ministro Benjamin Zymler e depois uma votação secreta.

Como há uma matéria e um requerimento específico...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Um não, há vários requerimentos.

O SR. ROMERO JUCÁ – Gostaria de registrar que há um requerimento que não cabe se quer ser discutido, porque existe a concordância de todos. Refiro-me exatamente ao convite feito ao Ministro Pedro Malan, ao Presidente do Banco Central, Armínio Fraga e ao Ministro do Planejamento Martus Tavares para tratarem da questão do acordo com o FMI, convite feito, se não me engano, pela Senadora Heloísa Helena.

Então, como Líder do Governo, gostaria de encaminhar favoravelmente, dizendo que há consenso e, portanto, pedir a votação antes da sabatina do Ministro Benjamin Zymler.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A Presidência não tem nenhuma dificuldade em colocar essa questão em votação. Apenas que ro dizer que há um outro requerimento do Senador Ademir Andrade nessa mesma linha.

Portanto, é do meu dever e da minha obrigação registrar que inclusive o requerimento do Senador Ademir Andrade foi o primeiro a chegar à Mesa. Não quero parecer que o estamos desconhecendo.

Repito: há um requerimento, que primeiro chegou à Mesa, de autoria do Senador Ademir Andrade, para que fosse convocado o Ministro Pedro Malan. Há um outro requerimento, assinado pela Senadora Heloísa Helena e pelos Senadores Paulo Hartung, Eduardo Suplicy e Lauro Campos – são os quatro que

o subscrevem – pedindo a presença dos Ministros da Fazenda, Pedro Malan e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão. Havia ainda um outro requerimento, que foi retirado, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que solicitava uma reunião conjunta com a Comissão de Orçamento para tratarmos do mesmo assunto.

Em discussão o requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ – Apenas registrando, Sr. Presidente, de acordo com o entendimento com os autores dos requerimentos, que estamos transformando o requerimento em convite aos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares, que deverão, aqui, prestar os esclarecimentos necessários. O Governo, além de concordar, entende importante a presença dos Ministros nesta Casa para prestarem esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado o convite que deverá ser formulado aos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares.

Está de acordo, Senador Ademir?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Penso que não tem diferença. A Comissão devia exercer a sua função e convocar, até porque a questão é grave.

Apenas esclareço que o meu requerimento havia sido formulado bem antes do anúncio do acordo com o Fundo Monetário Internacional em função da nossa preocupação com o crescimento da dívida. Desejo que o Ministro diga, aqui não apenas o que está sendo acordado com o FMI, mas como pretende resolver efetivamente o problema da dívida pública interna e externa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A Presidência solicita que a Senadora Heloísa Helena e o Senador Bernardo Cabral introduzam o Dr. Benjamim Zymler, para que ele seja sabatinado.

O SR. ROMERO JUCÁ – Um convite, então, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Está aprovado.

Quero dizer também, para que fique registrado, que o Ministro Pedro Malan ligou-me, hoje pela manhã, dizendo que estava à disposição para vir aqui como convidado que fosse, para dar todos os esclarecimentos que se fizessem necessários sobre esse acordo com o Fundo Monetário Internacional. Portan-

to, S. Ex^a já havia manifestado ao Presidente desta Comissão essa disposição.

Vamos acertar a data ainda, por que quem convi da não pode marcar dia e hora. Acerta com o convi do.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, queria sugerir a V. Ex^a que dê prioridade à possibilidade de os Ministros Pedro Malan e Martus Tavares estarem aqui presentes, e queria fazer uma recomendação: que possam os Ministros estarem acompanhados do Secretário Amaury Bier, especialmente porque foi quem chefiou a delegação junto ao Fundo Monetário Internacional, para que, no caso de haver qualquer dúvida, se esclareça sobre quais foram as palavras dos diretores do FMI junto às autoridades brasileiras no diálogo havido.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Eduardo Suplicy, acho que o Ministro responde por tudo. Não tem sentido solicitar mais o Secretário Executivo. Acho que V. Ex^a podia...

O SR. EDUARDO SUP LICY – É porque S. S^a tem a responsabilidade de saber de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Cumprindo então o dispositivo constitucional, o Presidente da República submeteu ao Senado apreciação do nome do Sr. Benjamin Zymler, Auditor do Tribunal de Contas da União, para compor o Tribunal no cargo de Ministro na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Bento José Bugarin. Relator Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República encaminhou, no dia 03 de julho do corrente ano, mensagem ao Senado, submetendo à apreciação desta Casa a indicação do Sr. Benjamin Zymler para compor o Tribunal de Contas da União no cargo de Ministro, conforme disposto na alínea "b", III, art. 52, combinado com o inciso I, §2º, art. 73 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a indicação se reveste de uma peculiaridade que serve para abrihantar ainda mais a oportunidade que me é concedida no exercício desta relatoria.

O Sr. Benjamin Zymler tornou-se-á Ministro após ascender profissionalmente no TCU sempre mediante concurso público. Primeiro, foi aprovado, em 1992, para o cargo de Analista de Finanças e Controle Externo e, em 1997, foi aprovado para o cargo de Ministro substituto daquela Corte. Portanto, Srs. Sena-

dores, estamos hoje sabatinando um servidor público exemplar que sempre trabalhou com base no seu mérito.

A ocupação do cargo de Ministro do TCU pressupõe o preenchimento de determinados requisitos básicos, quais sejam, profundo conhecimento a respeito de assuntos econômicos, jurídicos e de administração pública, assim como reputação ilibada.

Notocante ao primeiro quesito, a análise do currículo do Sr. Benjamin Zymler descreve claramente o seu preenchimento. É formado em Engenharia Elétrica pelo IME - graduou-se em 1978; formou-se em Direito pela Universidade de Brasília, em 1996, e, em seguida, tornou-se Mestre em Direito e Estado pela mesma Universidade de Brasília.

Como Auditor e Ministro substituto do TCU, aprofundou-se no julgamento de processos de prestação de contas e fiscalização financeira do dinheiro público. Como Analista de Finanças e Controle Externo do TCU, por sua vez, especializou-se em auditoria e análise de prestação de contas do setor público. A sua experiência como engenheiro eletricista, por quinze anos, possibilitou-lhe aprofundar-se em estudos e planejamento e análise de sistemas elétricos com ênfase em aspectos técnicos e econômicos de sistema de transmissão, sendo coordenador de diversas equipes de engenheiros e tendo gerenciado projetos e contratos.

Por outro lado, o Sr. Benjamin Zymler mantém-se permanentemente atualizado quanto ao estado da arte da Ciência Jurídica, exercendo diversas funções de magistério. É Professor de Direito Administrativo do Programa de Direito em Módulos do Superior Tribunal de Justiça; é Professor de Direito Administrativo e Constitucional no Instituto de Magistrado do DF; é Professor de Direito Constitucional no Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB; é Professor de Direito Administrativo e Constitucional na Escola da Magistratura do DF e Territórios; e é Professor de Direito Administrativo na Escola Superior de Advocacia – OAB – DF, entre outras atividades de magistério.

No exercício de suas atribuições, tem-se destacado como um estudioso sobre o papel do controle externo proferindo diversas palestras, dentre as quais quero destacar a atuação no TCU no controle das obras públicas e controle externo no contexto da reforma do Estado.

Cabe também destacar que, entre os diversos processos que relatou como Ministro substituto, o Dr. Benjamin Zymler caracterizou-se pela qualidade do

seu trabalho bem como pela relevância de suas recomendações nas áreas sociais.

Ressalte-se como exemplo de tal conduta, o Processo nº TC-012.374/2000-3, relatório de auditoria operacional realizada na Secretaria de Educação à Distância, onde devemos destacar algumas das recomendações feitas a autoridades do Ministério da Educação, extremamente relevantes para a melhoria da estrutura educacional em nosso País, a saber:

1. que seja promovida a divulgação de softwares recomendados, que devem servir como referência e instrumento para atualização dos professores e ações junto às secretarias de educação para as futuras aquisições;

2. que seja fornecida às escolas, em conjunto com os Estados, DF e Municípios, equipamentos em quantidade suficiente para atender a uma turma inteira;

3. que seja fomentada a política de incentivo aos núcleos de tecnologia educacional para a capacitação do maior número de professores, de forma a reduzir o tempo ocioso dos núcleos;

4. que seja promovida a melhoria na capacitação dos professores, estimulando as Secretarias Estaduais de Educação a desenvolverem acompanhamento dos cursos por cada professor, a fim de implementar treinamentos mais direcionados, inclusive voltados para as áreas de rede e suporte.

No que diz respeito ao segundo quesito, qual seja, a reputação ilibada, deve-se ressaltar que o Sr. Benjamin Zymler não possui nenhuma restrição que desabone quaisquer de suas ações nas diversas funções que desempenhou. De fato, todas as referências apontam no sentido de um servidor público zeloso de suas atribuições e consciente da importância da responsabilidade ética na Administração Pública.

Este é o Relatório, Sr. Presidente.

Voto: A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Benjamin Zymler obedece os requisitos necessários para a ocupação do cargo de Ministro do TCU, para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, notório conhecimento jurídico, bem como experiência prática nas questões relacionadas à Administração Pública.

Dessa forma, cumpridos os trâmites pessoais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço esteja em condições de ser apreciado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Esse é o parecer do Senador José Agripino, Relator da maté-

ria. Agora, dou a palavra ao Sr. Benjamin Zymler para que faça algumas de suas considerações e, em seguida, possa ser inquirido pelas Sr^{as} e Srs. Senadores que desejarem fazê-lo.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Exmº Sr. Senador Lúcio Alcântara, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmº Sr. Senador José Agripino, Relator do presente processo, Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, de início, gostaria de registrar a imensa honra que sinto em comparecer perante o Senado Federal, a esta Comissão, para ser submetido ao crivo das Sr^{as} e dos Srs. Senadores depois da indicação do meu nome pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para ocupar o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, tudo de acordo com a incontestável vontade constitucional.

A par da grande honra que sinto, não poderia deixar de registrar que também tenho a ciência bastante exata das responsabilidades e dos encargos que me aguardam no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, se aprovado, obviamente, nesta arguição pública, isso por que venho exercendo o cargo de Auditor e também as funções de Ministro-Substituto no Tribunal de Contas da União. Então, conheço a amplitude, a densidade das competências que foram cometidas ao órgão pela Carta Magna de 1988.

Na Carta Magna de 1988, o TCU foi o depositário de esperanças democráticas, de uma nova ordem política, de uma nova ordem social. E o conjunto de competências contido na Carta Magna é assombroso em comparação com as competências que estavam previstas nas Cartas Magnas Republicanas anteriores. O TCU é, sem dúvida, um órgão que serve como garantidor dos direitos individuais do cidadão brasileiro, atuando, claro, em conjunto com outros órgãos no sentido de concretizar esses direitos de liberdade e de igualdade. E digo isso de forma muito simples: ao fiscalizar a receita pública, ele garante o direito de igualdade, impedindo o surgimento de eventual estado leviatã, opressor da autonomia do cidadão, com uma carga tributária excessiva. De outra forma, ao fiscalizar os gastos públicos nas ações sociais do Governo, o Tribunal garante o princípio da igualdade, tendo em vista que um dos objetivos da República Federativa do Brasil é a redução das desigualdades regionais e sociais.

O TCU tem uma vantagem sobre os outros órgãos que buscam também concretizar esses direitos. O Poder Judiciário, por exemplo, atua quando o autor, quando provocado. O TCU não, atua de forma sistematizada, sistêmica. É o dia-a-dia do TCU. Ele se

concretiza quando do exercício do controle das finanças públicas.

Bem, essa ampliação das competências do TCU na Carta Magna foi seguida pela ampliação nas competências do órgão na legislação infraconstitucional. Eu menciono aqui, rapidamente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias que, a partir de 1997, tem exigido do TCU a remessa à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional de uma lista contendo as obras que contêm indícios de irregularidades. Essa competência criou, na verdade, um mecanismo de controle concomitante e preventivo extraordinário, cuja eficácia vem sendo atestada por mim a cada momento. Eu fui o Relator desse processo de remessa da lista no ano passado, sou Relator este ano e posso presenciar uma transformação surda que vem ocorrendo no âmbito dos contratos administrativos. As empreiteiras, os Governos Estaduais que recebem recursos Federais vêm procurando resolver as ilicitudes, irregularidades antes mesmo da remessa dessas informas para o Congresso Nacional. Isso para evitar qualquer bloqueio orçamentário com relação às obras.

Bem, isso apenas é um exemplo, um pequeno exemplo que mostra como pode crescer, como pode ser amplificada a relação Congresso Nacional - TCU. O Congresso Nacional intitulado controle externo e o TCU o seu braço técnico, que efetivamente executa as auditorias e julga as contas dos gestores públicos.

Senhores, não quero cansá-los com uma digressão muito longa, sei que a pauta está bastante inflada. Quero dizer apenas que o TCU vem se modernizando. Sob a liderança do eminente Ministro Humberto Souto, o TCU vem promovendo ações tenentes a fazer frente a esse conjunto de competências. Posso mencionar, por exemplo, uma reforma no seu organograma interno a partir de um estudo de tendências que levou em conta o cenário mundial de controle externo, informatização, planejamento estratégico do TCU, Programa de Qualidade Total, a ênfase que vem sendo dada às auditorias operacionais e de programas de Governo, são todas ações que fazem com que o TCU busque concretizar aquelas competências constitucionais e infraconstitucionais.

Então, Srs. Senadores, é nesse contexto que pretendo humildemente contribuir, concentrar os meus esforços e capacidades no desempenho das atribuições confiadas pela Constituição e pela Lei ao órgão, de forma a colaborar com o atendimento dos legítimos anseios sociais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Bom, após a manifestação do Dr. Benjamin Zymler, os Srs. Senadores que desejarem podem agora fazer uso da palavra. O Senador José Agripino que foi o primeiro que se manifestou e em seguida o Senador Paulo Hartung.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Rapidamente, Sr. Presidente, acho que o Relatório que apresentei já emite a minha opinião sobre o indicado, sobre o Dr. Benjamin Zymler.

O SR. BENJAMIM ZYMLER – Obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Agora, tenho uma preocupação e acho que a oportunidade da sabatina é correta para colocação dessa preocupação. Eu, ontem, recebi um telefonema de um jornalista fazendo indagação: se procedia a informação que ele tinha de que era obrigação do Senado publicar em jornal de circulação comprovada no Estado de origem do Senador e em jornal de circulação nacional ou Diário Oficial da União a relação dos bens, a Declaração de Imposto de Renda, Declaração do Imposto de Renda dos Senadores que compunham o Acho que há alguma coisa errada com o som. (Pausa) Resolvido. Desligado.

Mas a indagação que eu recebi era se o Senado tinha a obrigação de publicar a relação de bens, o patrimônio dos Senadores que compunham o Conselho de Ética. Eu não tinha a resposta de pronto e consultei a Secretaria Geral da Mesa, que me deu a informação de que era obrigação, sim, mas que esta obrigação estava passada, por Regimento e por lei, ao Tribunal de Contas da União, a quem competia fazer a divulgação do Plano Nacional não apenas aos membros do Conselho de Ética mas de todos os Srs. Senadores. Eu desconhecia esse fato e isso me traz à pergunta que lhe faço. O Tribunal de Contas da União, constitucionalmente, tem uma função de assessoramento e uma relação muito próxima e intrínseca com o Poder Legislativo, mas, na prática, ela nem sempre se manifesta. Penso ser importante que Tribunal de Contas da União – que é um órgão da maior importância – esteja muito perto do Poder Legislativo e haja uma relação próxima e que os seus protagonistas, os seus representantes tenham uma relação permanente, o que, no meu entendimento não acontece hoje.

Como o senhor veio para esta sabatina e é um homem preparado para exercer a função – tenho certeza de que será aprovado –, aproveito a oportunidade para fazer esta pergunta: o que pode ser feito para que estabelecer essa relação mais robusta e mais

produtiva, à luz do interesse nacional, entre o TCU e o Poder Legislativo?

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Agradeço ao eminente Senador José Agripino a pergunta. Quer dizer que, na verdade, existe uma relação entre o TCU e o Congresso Nacional, a qual é inerente à própria ordem constitucional. De forma simples, posso dizer que, no ano passado, das 900 auditorias iniciadas, algo como 25% foram decorrentes de pedido de Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional e, também, de suas Comissões. Isso já mostra que há um relacionamento entre o TCU e o Congresso Nacional, que se dá de acordo com o texto constitucional. Agora, com certeza, enfatizo que a competência criada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias é algo extraordinário. Algo que, talvez, quando foi pensado ou prognosticados os efeitos da lei, não se pensasse em construir um sistema de controle tão efetivo. Digo isso a respeito da obrigatoriedade que o TCU tem em remeter as listas contendo as obras com indícios de irregularidades. O que nós estamos conseguindo fazer é um controle concomitante, algo como um controle preventivo de uma eficácia extraordinária, como mencionei.

Na minha opinião, o Congresso Nacional e o TCU devem discutir as maneiras de tornar esse tipo de controle mais efetivo ainda e mais eficaz. Vejo isso como uma grande idéia que poderá ser melhorada e desenvolvida ainda no âmbito das duas Casas. É certo que o Tribunal de Contas da União vem recebendo – e V. Ex^a mencionou uma competência que está prevista na Lei nº 8.730, de 1993, que prescreve a obrigação do Tribunal de Contas da União de acompanhar a evolução patrimonial dos detentores de cargos e funções no Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Tenho que reconhecer que essa competência é algo formal, porque o TCU não tem, ainda, condições e competência para quebrar sigilo fiscal de ninguém, nem mesmo de agentes públicos.

Dessa forma, apesar de a lei prescrever esse controle, tenho que reconhecer que o TCU está de mãos atadas com relação à concretização dessa competência.

Senador José Agripino, era isso, basicamente, o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, o meu registro será muito rápido. O Tribunal de Contas da União e também os dos Estados Federados, quer dizer, os tribunais, com a Constituição de 1988 – como foi relatado pelo Dr. Benjamin – foram extrema-

mente fortalecidos. Agora, recentemente, creio que os tribunais ganharam uma relevância ainda maior com a aprovação, pelas duas Casas, da Lei de Responsabilidade Fiscal. É evidente que há uma questão colocada e a ser resolvida no tempo, que é a questão do provimento do cargo maior da estrutura do Tribunal de Contas – no caso dos Estados, os Conselheiros, e, no caso da União, os Ministros.

Então, nesta Casa, tramita uma PEC dispondo sobre esse assunto. Mas fiz questão de falar e de ficar por que, quando li o currículo do Dr. Benjamin – é o tipo de provimento que merece o nosso apoio. Um auditor concursado, muito bem-sucedido no concurso e que evolui na carreira. Penso que talvez seja tudo que no futuro consigamos construir. No tempo certo, evidentemente, nosso País evolui em alguns aspectos, tem dificuldade em evoluir em outros aspectos; tem velocidade para determinados temas, para outros há certo tabu muito grande, mas vamos evoluindo. E a presença do Dr. Benjamin nesse colegiado, não pontualmente como vinha, mas permanentemente, joga nessa direção. Sua própria exposição, curta, em função do horário e da pauta, transmite muita confiança a todos nós – não, Senadores, mas brasileiros, pois um Tribunal de Contas funcionando na sua plenitude vai ajudar-nos muito a fechar alguns ralos que fazem desaparecer o dinheiro público do nosso País, muito pouco para um país com tantas necessidades. É lamentável ver desvios em tantas obras, em tantos serviços públicos praticados pelo País afora.

Vou, portanto, votar favoravelmente e com muita tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, as palavras do Senador Paulo Hartung são as minhas. S. Ex^a disse o que eu queria dizer. Vou, agora, exercer o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senadora Heloisa Helena, V. Ex^a deseja fazer alguma intervenção?

O SR. PAULO HARTUNG – Fiz em nome de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Senador Paulo Hartung disse que fez em nome de todos.

A SR^a HELOISA HELENA – Conversamos antes.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Eu só queria pedir a atenção do Dr. Benjamin para dois aspectos. Tive oportunidade visitar a Inglaterra – o que

achei muito interessante – há alguns anos e conheci algumas particularidades do sistema político e administrativo inglês. Há um órgão que se chama Audit Commission, que estava sobretudo voltado, na época em que lá estive, para a saúde e para serviços locais, ou seja, recursos repassados para governos ou administrações locais. A Inglaterra é um país de governo central, em que não há essa autonomia local que existe no Brasil. Nesse órgão, faziam-se estudos de custos. Naquela época, estavam estudando, na área de saúde, por exemplo, os custos, em diversos hospitais, da angiografia, exame de cateterismo para ver o estado das artérias coronárias. O que lhes interessava eram os custos razoáveis, pois havia alguns com custo muito alto, outros com custo menor. Poderia acontecer que o custo menor implicasse pior serviço ou má aplicação dos recursos, embora os hospitais sejam públicos e não haja problema de superfaturamento. Por que um custava tanto, outro custava tão pouco e qual seria o preço justo?

É evidente que isso podemos transpor para as rodovias e outros setores. Tenho insistido nisso e sempre faço emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas nunca consegui ter êxito. Penso que esses estudos tinham que ser centralizados, no Brasil, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Na apreciação nas Casas legislativas, uma vez que o Congresso não está aparelhado para isso, muitas vezes não temos condições de saber se o custo correspondente é razoável ou não. Assim, o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão é que deveria ter um custo médio. Por exemplo, se o Ministério dos Transportes enviasse um projeto com custo fora do razoável, este seria devolvido e não colocado no Orçamento, a não ser que viesse uma justificativa muito detalhada.

O que estou dizendo em relação ao Ministério dos Transportes poderia ser estendido para o da Saúde, da Educação ou a qualquer outro. No Congresso é impossível apreciarmos isso com o pouco tempo que temos e com a falta de assessoria para fazer os estudos. Então, de vez em quando, somos surpreendidos, por que uma obra foi aprovada com custo muito elevado, o que não se justifica.

Por essa razão, teria que haver uma apreciação prévia no Poder Executivo, que estabeleceria parâmetros. E qualquer proposta que viesse fora deles seria devolvida ao órgão de origem, a não ser, repito, que houvesse uma justificativa muito convincente e detalhada.

Penso que isso ajudaria muito a controlar mais os custos dos investimentos feitos aqui. Apenas que-

ria comentar isso, porque acredito que tanto a experiência inglesa quanto a minha convicção poderiam nos ajudar.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Eminentíssimo Senador, o Tribunal de Contas da União tem tentado ampliar o espectro do controle externo. Sem dúvida, o controle externo pensado pelo Constituinte diz respeito a uma avaliação de legalidade e também a uma avaliação quanto à economicidade, eficácia e eficiência das ações de Governo.

Exatamente nesse sentido, o TCU tem promovido convênios com órgãos do Reino Unido para adquirir técnicas e métodos da realização das auditorias que avaliam os programas de Governo para além da legalidade e da legitimidade – uma análise muito mais ampla. E o TCU faz auditorias desse tipo e as remete ao Congresso Nacional.

Entretanto, sem dúvida, há o problema da multiplicidade das tarefas do TCU. Muitas delas não ganham a dimensão desejada. O TCU já auditou programas de alimentação, programas de ensino a distância, inclusive no que diz respeito aos custos praticados nesses programas. Os órgãos são chamados a participar também da própria auditoria. Bem: é o tempo e é o desenvolvimento dessa faceta nova do controle externo. E somente o tempo vai permitir a intensificação das ações do TCU na área pela qual V. Ex^a manifestou interesse.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Creio que o Executivo mesmo – não seria nem o TCU – tinha que fazer um estudo prévio de estabelecer custos médios para evitar as distorções.

Senador Eduardo Suplicy, desculpe-me. Fiz agora minhas observações porque não sabia que V. Ex^a ainda desejava falar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente e Sr. Benjamin Zymler, sendo V. S^a Ministro-Substituto, pergunto-lhe se, no Tribunal de Contas da União, tem acompanhado a apuração do desvio de verbas na construção do TRT de São Paulo e do STJ e o procedimento de apuração sobre os casos dos Bancos Marka e FonteCindam e se V. S^a tem conhecimento se há perspectiva de conclusão dos trabalhos sobre esses dois assuntos.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Muito obrigado pela pergunta, eminentíssimo Senador. Sobre o caso do TRT de São Paulo, o Tribunal de Contas da União, desde 1993, vem atuando no processo. Em 1996, o TCU elaborou uma decisão que determinava a reforma do contrato do TRT, de forma a que ele fosse adaptado às regras do Direito Administrativo e sus-

pendeu qualquer tipo de pagamento até que o cronograma de obras ficasse de acordo com o cronograma financeiro. Logo depois disso, os responsáveis pelos desvios de recursos públicos foram objeto de citação para devolução dos recursos – no início, R\$60 milhões; depois, R\$197 milhões. Esses responsáveis foram condenados pelo TCU à devolução dos recursos; foi declarada a indisponibilidade de seus bens e autorizado o arresto dos seus bens pela Advocacia-Geral da União. Essa é, em rápidas palavras, a situação do processo do TRT de São Paulo.

V. Exª pergunta, também, sobre...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Os Bancos Mar-ka e FonteCindam, cuja apuração está em andamento no Tribunal de Contas da União.

O SR. BENJAMIN ZYMLER – Não sou relator desse processo e, como não foi a Plenário, eu não teria nenhuma informação objetiva a dar a V. Exª.

Quanto à obra do STJ, sobre a qual V. Exª pergunta também, esse processo foi objeto de decisão terminativa do Tribunal, que, se não me engano – já foi há algum tempo; eu ainda não era Ministro – entendi por convalidar todos os contratos e as práticas do STJ, apesar de recomendar, se não me engano, a redução de algumas parcelas que compunham os contratos em vigor.

Obviamente, não sei os detalhes. Posso saber os detalhes e, mais tarde, remetê-los a V. Exª. Mas sei que houve a convalidação do contrato da obra de construção do prédio do STJ, se não me engano.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Não havendo mais nenhum Sr. Senador que deseje inquirir, peço ao Senador Eduardo Supply que faça o escrutínio.

Solicito ao Sr. Benjamin Zymler que se não tiver mais nenhuma consideração a fazer que aguarde na Secretaria da Comissão pelo resultado. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O nome do Dr. Benjamin Zymler foi aprovado. (15 votos “sim” e uma abstenção).

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h53min.)

Ata da Vigésima Terceira reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (ordinária), da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em quatorze de agosto de 2001, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia quatorze de agosto de dois mil e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Lúcio Alcântara e com a presença dos

Senadores: Paulo Hartung, Lúcio Alcântara, José Alencar, José Coelho, Bello Parga, Jefferson Peres, Paulo Souto, José Eduardo Dutra, José Agripino, Carlos Bezerra, Lauro Campos, Eduardo Siqueira Campos, Pedro Simom, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, Bernardo Cabral, Roberto Saturnino, Osmar Dias, Ney Suassuna, Heloísa Helena, Waldeck Ornelas, Arlindo Porto, José Fogaça, Casildo Maldaner, Hugo Napoleão, Geraldo Althoff, Romeu Tuma, Pedro Piva e Sérgio Machado. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Amir Lando, Gilberto Mestrinho, João Alberto Souza, Wellington Roberto, Francelino Pereira, Freitas Neto, Geraldo Melo, Lúcio Coelho, Romero Jucá e Eduardo Supply. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se à apreciação das seguintes matérias: MENSAGEM (SF) Nº207, DE 2000, NÃO TERMINATIVA, que “Submete a apreciação do Senado Federal proposta para que sejam autorizadas operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento, com remissão parcial da dívida, da República da Zâmbia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$14,127,098.58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos), com previsão de redução do valor presente líquido (debt service reduction option), com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do “Clube de Paris”. Autoria: Executivo. Relator: Senador Eduardo Supply. Parecer: Favorável ao projeto de acordo com PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 1996, NÃO TERMINATIVO, que “Obriga as empresas distribuidoras de gás líquido de petróleo – GLP ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los e dá outras providências”. Autor: Deputado Raimundo Santos. Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos. Parecer: Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 01, de autoria do Senador Geraldo Melo. OBS: Foi apresentado VOTO EM SEPARADO contrário ao projeto pelo Senador Carlos Bezerra. Resultado: Adiado. EMENDAS Nas 06 e 07, DE PLENÁRIO, OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 1996, NÃO TERMINATIVO, que “Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências”. Autoria: Senador Joel De Hollanda. Emendas: Senador Djalma Bessa. Relator: Senador José Eduardo Dutra. Parecer: Pela rejeição das Emendas nº 6 e 7, de Plenário, apresentando, ainda, a Emenda nº 8

derelator. OBS: Em 14-12-00, foi concedida VISTA ao Sem. Romero Jucá que devolveu sem VOTO EM SEPARADO. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 221, DE 1999, TERMINATIVO, que “Altera a Lei 6.024, de 13 de março de 1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras”. Autoria: Senador Romero Jucá. Relator: Senador José Alencar. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 396, DE 1999, TERMINATIVO, que “Destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público, aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos e dá outras providências”. Autoria: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Wellington Roberto. Parecer: favorável ao projeto. OBS: Em 11-04-00, foi concedida VISTA ao Senador Ernandes Amorim, que devolveu sem VOTO EM SEPARADO. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 385, DE 1999, TERMINATIVO, que “Isenta do Imposto sobre a Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade”. Autoria: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 455, DE 1999, TERMINATIVO, que “Altera dispositivos da Lei n.º 7713, de 22 de dezembro de 1988, e da Lei n.º 9250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda, e da outras providências”. Autoria: Senador EDISON LOBÃO. Relator: Senador Carlos Bezerra. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 53, DE 2001, TERMINATIVO, que “Modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei n.º 9.766, de 08 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação”. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: favorável ao projeto. Resultado: Adiado. MENSAGEM Nº 161, DE 2001, NÃO TERMINATIVA, que “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de MÉRCIO FELSKY”. Autoria: Executivo. Relator: Senador Waldeck Ornelas. Parecer: a ser apreciado em votação secreta. Resultado: A Comissão aprova a indicação do Senhor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para Conselheiro Do Cade por dezoito votos favoráveis e dois contrários. Nada mais havendo a tra-

tar, encerra-se a presente reunião às doze horas e nove minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador Lúcio Alcântara

Presidente - CAE

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Vamos dar início à 23ª reunião ordinária da Terceira Sessão Legislativa da 51ª Legislatura a realizar-se em 14 de agosto de 2001.

Item 1:

Mensagem do Senhor Presidente da República.

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Sr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – o CADE – do Ministério da Justiça, com um mandato de dois anos, na vaga decorrente do término de mandato de Mércio Felsky.

Indago se o Senador Waldeck Ornelas já está aí.

Então, por favor, por que S. Ex^a é o Relator e me disseram que já estava tudo pronto.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Designe um ad hoc.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Peço ao Senador Paulo Souto que atue como Relator ad hoc, pelo menos até a chegada do Senador Waldeck Ornelas.

A sugestão do Senador Jefferson Péres, como sempre, foi valiosa e oportuna.

Peço ao Senador Paulo Hartung para, por favor, introduzir o Dr. Roberto Augusto no plenário da Comissão. (Pausa.)

Os votos já estão devidamente preparados. Não é eletrônica ainda, mas será dinâmica.

O Senador Bello Parga está apontando para a necessidade de se colocar aqui a urna.

Com a palavra, como Relator ad hoc, o Senador Paulo Souto, para fazer a leitura do Parecer elaborado pelo Senador Waldeck Ornelas.

Agradeço de antemão a sua presteza em colaborar com a Comissão.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo a ler o relatório elaborado pelo Senador Waldeck Ornelas.

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 161, de 2001, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Roberto

Augusto Castellanos Pfeiffer para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com mandato de dois anos, em vaga decorrente do término do mandato de Mércio Felsky.

Nascido em El Salvador, na cidade de São Salvador, no dia 3 de junho de 1968, o Sr. Roberto Augusto é brasileiro nato.

Tornou-se Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1991. Nessa conceituada instituição, obteve o título de mestre em Direito, em 1998.

Do curriculum vitae do candidato constam informações que atestam a sua ampla experiência na área jurídica.

Desempenhou a sua função de assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal e vem atuando como consultor jurídico do Ministério da Justiça, desde 1999.

É autor de três livros, todos relacionados a sua área de atuação, dois dos quais em regime de co-autoria. E ainda coordenou a edição de um quarto livro sobre a regulamentação de planos e seguros de saúde, matéria que, aliás, está bastante em voga.

Publicou oito artigos sobre temas jurídicos em periódicos e apresentou alguns trabalhos em congressos.

Na área jurídica, o indicado exerceu atividades de magistério, proferiu inúmeras palestras e participou de alguns debates, inclusive em âmbito internacional.

Ademais, foi membro de duas delegações representativas do Brasil em eventos internacionais, sendo que, em uma delas, foi chefe da delegação brasileira.

O candidato participou também de comissões de entidades da sociedade civil e de banca examinadora responsável por concurso de ingresso em carreira de procurador.

A formação acadêmica e o histórico profissional do candidato o qualificam para o cabal desempenho das atividades inerentes ao cargo para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

É de salientar que, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, os conselheiros são escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 anos de idade, não se exigindo a condição de brasileiro nato, embora o candidato satisfaça essa condição.

Portanto, não há óbice legal quanto à indicação presidencial.

Diante do exposto, submetemos à apreciação e julgamento dessa douta Comissão a indicação do Sr.

Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, constante da aludida Mensagem presidencial, em cumprimento às disposições constitucionais contidas no art. 52, III, alínea f, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Dr. Roberto Augusto, que fará uma exposição sobre o Cade e o posto que eventualmente pode vir a ocupar.

O SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER – Exmº Senador Lúcio Alcântara, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmº Senador Paulo Souto, Relator ad hoc da minha indicação ao cargo de Conselheiro do Cade; Exmºs Senadores componentes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; ilustríssimos assistentes desta reunião.

Gostaria, inicialmente, de destacar o entusiasmo com que recebi a honrosa indicação para exercer o cargo de Conselheiro do Cade. Pretendo trabalhar incansavelmente para desempenhar, da maneira mais efetiva possível, esta importante função.

Como os Exmºs Srs. Senadores sabem, a função primordial do Cade é a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, que, segundo a Constituição de 1988, devem ser baseadas na livre iniciativa e na valorização do trabalho, observando diversos princípios, dentre os quais o da livre concorrência e o da defesa do consumidor.

É importante também destacar que essa mesma ordem econômica está intimamente relacionada com os fundamentos da República Federativa do Brasil, que incluem a defesa da cidadania, a defesa da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Constituindo ainda objetivos fundamentais a serem perseguidos por essa ordem econômica a constituição de uma sociedade solidária e justa e a garantia do desenvolvimento nacional, assim como a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais.

Conseqüentemente, vemos que essa ordem econômica está condicionada por diversos fatores, não somente os da livre iniciativa mas também outros fatores de suma importância para a redução das desigualdades sociais e garantia do desenvolvimento econômico.

Nesse contexto entendo de absoluta importância que a defesa da concorrência e a defesa da ordem econômica devam ser orientadas para ter como objetivo final a proteção dos consumidores. É a defesa do consumidor, é o próprio consumidor o beneficiário fi-

nal da proteção concorrência. É através desta proteção da concorrência que se chega a preços melhores, a condições de qualidade melhores dos produtos, assim como se pode também reprimir condutas atentatórias aos interesses desses mesmos consumidores.

Assim, a defesa da concorrência permite o estabelecimento de melhores preços, a não restrição da oferta de produtos, o combate a vendas casadas, o que possibilita um aumento do rol de escolhas do consumidor.

Ademais, além da proteção do consumidor, a defesa da concorrência permite melhor capacitação das empresas brasileiras. Em um regime de economia globalizada, em que o Brasil necessita conquistar novos mercados para exportar os seus produtos, há uma constante exigência de qualidade para a adequação aos parâmetros internacionais de respeito aos direitos dos consumidores, assim como também de competição com empresas estrangeiras.

Dessa forma o incentivo à concorrência faz com que as empresas tenham que aumentar a sua competitividade, tenham que se esmerar na qualidade de seus produtos, tenham que respeitar os direitos básicos dos consumidores, o que resulta em um aperfeiçoamento dos produtos por eles oferecidos e, via de consequência, uma melhor capacitação para competição no exterior.

Dessa maneira, sendo a necessidade de se fomentar o desenvolvimento econômico e o fortalecimento das empresas nacionais de suma importância, não só pelo incentivo às importações mas também pela consolidação do mercado interno e geração de mais empregos, faz-se premente a importância do Cade.

Gostaria de destacar brevemente as principais funções que possui o Cade. Em primeiro lugar, tem a função repressiva, reprimindo, conseqüentemente todas as infrações à ordem econômica. São elas, assim, todas as condutas que possam limitar, falsear ou prejudicar a livre concorrência, aquelas que implicam abuso de uma posição dominante no mercado, ou seja, no domínio de todo o mercado relevante, assim como no aumento arbitrário de lucros.

Tais condutas são, entre outras, a fixação em acordo com o concorrente, sob qualquer forma de preços e condições de vendas de bens ou prestação de serviços, atividade típica dos cartéis, que assim fixam o preço em condição de monopólio, o que acaba por prejudicar os concorrentes. Também a questão da obtenção e influência de adoção de conduta comercial

al uniforme ou consertada, ou seja, todas as condutas que prejudicam, e muito, os consumidores.

O Cade possui, então, a importantíssima função de aplicar multas que vão de 1% a 30% do faturamento bruto anual dessas empresas. São, pois, condutas muito perniciosas. Por isso, é de suma importância que o órgão as reprima. Há também uma função preventiva muito importante no Cade, que se estabelece, principalmente, com a análise de atos de concentração, como fusões, incorporações ou outras formas de reunião de empresas que possam, de algum modo, ocasionar danos à concorrência, pois uma empresa pode vir a dominar o mercado relevante. Portanto, é muito importante essa apreciação que o Cade faz desses atos de concentração. E até esse ponto é algo que pode ser aperfeiçoado legislativamente, daí a enorme importância que o Poder Legislativo tem na construção dessa ordem econômica, que deve respeitar os direitos dos consumidores e buscar uma sociedade mais democrática e igualitária no aperfeiçoamento dessa mesma legislação.

Nesse sentido, há um ponto que deveria ser buscado: a mudança do controle do Cade, ou seja, a apreciação desses atos de concentração não deveria ser apenas posteriormente ao ato consumado, mas a priori, antes mesmo de se consumá-lo. Assim, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica teria maior poder para se opor a determinadas fusões ou impor condições para que essas fusões sejam feitas.

Finalmente, há uma função educacional muito importante no Cade, que se dá por meio da advocacia, da concorrência, por consultas por ele respondidas, ou de seminários por ele promovidos.

Uma última palavra sobre a própria composição do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, composto, além do Cade, pela Secretaria do Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, sendo que o Cade é o órgão judicante e o órgão de cúpula desse sistema, que vai julgar, portanto, todas essas condutas.

Gostaria de finalizar essa minha breve intervenção chamando a atenção para a importância não só da ordem econômica, como de um órgão atuante e firme, para que haja, efetivamente, o respeito às regras de concorrência o que vai permitir, conseqüentemente, um melhor respeito aos direitos dos consumidores, que têm, assim, o seu direito de escolha melhor servido, assim como também permite uma melhor capacitação das empresas.

Estamos em um momento em que cada vez mais se fazem necessários uma economia regulada e

uma forte intervenção para reprimir os diversos cartéis, que impõem preços e condições de venda. Portanto, é muito importante que esse órgão tenha em mente que deve defender o direito do consumidor.

Agradeço a atenção de todos os Senadores, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Paulo Souto, se desejar fazer algum questionamento.

O SR. PAULO SOUTO – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Srs. Senadores, se alguém desejar fazer qualquer questionamento ao Dr. Roberto, já poderá fazê-lo. (Pausa)

Todos estão satisfeitos?

Com a palavra o Senador Jefferson Péres e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, é uma pergunta muito simples, Dr. Ffeiffer, de ordem geral.

V. S^a entende que o Cade tem cumprido o seu papel razoavelmente no Brasil? Senão, o que precisa ser feito para o Cade ter uma atuação mais efetiva no País?

O SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER – Agradecendo ao Exm^o Senador Jefferson Péres pela pergunta, no meu entender, o Cade tem desempenhado um papel positivo, porém que pode ser bastante potencializado. Explico por quê.

Hoje, vemos que a ênfase do trabalho do Cade, ou pelo menos a sua maior produção, está na análise do que chamamos de atos de concentração. Ou seja, atos de incorporações de empresas como, por exemplo, o caso da AmBev, que se juntam várias empresas, onde vai se verificar se a junção dessas empresas prejudica ou não a livre concorrência. Se cria uma empresa que, por deter um poder de mercado muito grande, vai poder prejudicar as empresas.

E, dentro disso, o Cade tem um amplo rol de medidas que pode tomar. Ele pode determinar a alienação de ativos, proibir até mesmo que haja essa concentração ou então tomar medidas, como alienação de uma parte dos ativos ou compromissos, para que essas empresas atuem de determinadas formas que permitam que os seus concorrentes também sobrevivam no mercado.

Porém, parece-me que há necessidade de que o Cade e todo sistema brasileiro de defesa da concorrência também tenham ênfase na punição de condutas anticoncorrenciais. E aí com especial desta que as

condutas típicas de cartel, porque, sem dúvida alguma, o cartel é a forma de violação às normas de concorrência que mais prejudica o consumidor, prejudica, conseqüentemente, a cidadania brasileira. Há uma imposição de preços, uma restrição de produtos, o que deve ser punido severamente.

Faz-se necessário efetivamente colocar-se como prioridade absoluta do Cade a repressão a esses cartéis, mas se faz necessário também uma melhor estruturação de todo sistema brasileiro da concorrência. Então, se faz necessária uma melhor estruturação, por exemplo, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, órgão ao qual incumbe a fazer a instrução desses processos. Eles precisam de mais pessoas, de criação de uma carreira específica para isso, a fim de que possam fazer essa repressão.

Há a necessidade também de uma cooperação intensa com o Ministério Público e com a própria Polícia Federal, pois a repressão a cartel depende de provas muito difíceis de serem conseguidas. Normalmente, os empresários não se reúnem em uma sala aberta para fixarem esses preços, fazendo-os de forma bastante sub-reptícia. Há necessidade, então, de atos como quebradesigilostelefônico e uma investigação até mesmo policial muito intensa. Então, essa qualidade, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal possuem. Portanto, é preciso uma colaboração intensa. É preciso também dotar o próprio Cade de uma melhor estruturação.

Com isso é possível, então, uma ênfase na repressão a cartéis. Não estou dizendo que enquanto não vier, essa reestruturação não será necessária. Penso que deve ser colocada como prioridade absoluta do Cade a repressão a todos abusos a ordem econômica.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Lúcio Alcântara, Sr. Roberto Castellanos, observo que V. S^a fez questão de ressaltar, no início de sua exposição, os direitos fundamentais que constam da Constituição. Observo também que, dentre suas obras, há um livro do qual é co-autor sobre direitos humanos, construção da liberdade e da igualdade.

A minha primeira questão é, se puder aqui expor, quais são, em sua avaliação, os requisitos para construirmos uma sociedade onde, concomitante-

mente, possamos ter maior igualdade, preservando-se a liberdade e a democracia.

Em segundo lugar, V. S^a tem, dentre as suas principais contribuições, a participação no grupo de trabalho designado pelo Presidente da República, que elaborou o Código de Defesa do Consumidor e da Concorrência. Agradeceria se puder nos informar sobre quais foram os pontos de maior relevância que representaram a sua contribuição para essa proposta elaborada pelo Executivo.

Finalmente, em terceiro lugar, observo que V. S^a tem tido uma contribuição relevante no que diz respeito ao direito do consumidor e de acesso à justiça no Mercosul. Esse é um dos temas que mais tem preocupado o Senado Federal, e, em especial, a questão da proposta de formação da Alca versus a do Mercosul e de maior integração dos países da América do Sul.

Certamente, a questão da proteção à concorrência será significativamente afetada por eventuais acordos que o Governo brasileiro vier a fazer no âmbito do Mercosul, da América do Sul e, eventualmente, da Alca. Se precipitar um acordo, como tem desejado o governo norte-americano, de formação da Alca, isso significaria que poderíamos ter a competição de um número de empresas muito significativas com economias de escala muito maiores do que a do Brasil, com progresso tecnológico muito mais avançado e condições de financiamento muito melhores do que, digamos, para as empresas brasileiras e competindo num espaço de tempo relativamente curto com as empresas, digamos, nacionais, se se formar a Alca num prazo de 2005 sem maiores cuidados. Que cuidados no âmbito do Cade V. S^a avalia que deveria ter e que recomendações faria no que diz respeito à sequência de prioridades Mercosul, integração da América do Sul também com países andinos e relativamente à Alca.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER – Agradeço bastante os questionamentos do Exm^o Senador Eduardo Suplicy. Início quanto à questão da igualdade e da preservação da democracia. Como V. Ex^a mesmo ressaltou, fiz questão de destacar, no início da fala, como a ordem econômica está umbilicalmente relacionada então com essa questão de uma ordem mais justa. Não há como se pensar no nosso desenvolvimento econômico desassociado da redução das desigualdades. São questões que, necessariamente, devem caminhar juntas. Deve-se, então, pensar sempre na construção desse

desenvolvimento econômico relacionado com a redução das desigualdades. Nesse ambiente, mesmo competitivo, as empresas competitivas devem guardar respeito aos direitos dos consumidores, às leis trabalhistas. Devemos sempre estar pensando no aumento da competitividade para o mercado exterior. E, também aqui, as questões da educação e da saúde guardam grande importância. O refinamento da nossa economia e o maior investimento em alta tecnologia, que devem ser o caminho a trilhar para a consolidação econômica no mercado competitivo, demandam o aperfeiçoamento da educação para a criação de novos experts em alta tecnologia, como também da mão-de-obra brasileira do nível técnico até o médio. Vai haver uma demanda para o aperfeiçoamento dessa mão-de-obra.

Assim, passam pela preservação da democracia essa redução de desigualdade e o desenvolvimento econômico, que é fundamental. Por outro lado, eu participei, como assessor, da Comissão incumbida de elaborar um anteprojeto de Agência Nacional de Concorrência de Direitos do Consumidor e poderia dizer alguns dos principais pontos que foram pensados. O primeiro ponto seria, talvez, para uma melhor otimização dos esforços, a tutela da concorrência do consumidor ou, então, a junção em um único órgão da proteção da concorrência e do consumidor.

Seria a junção em um único órgão, principalmente quanto à questão da defesa da concorrência e à questão instrutiva, ou seja, a de instruir os processos que vão sancionar condutas anticompetitivas, como as de cartel. Nós temos como exemplo de condenação que já ocorreu no âmbito do Cade o do cartel do aço, em que foi imposta uma multa de R\$56 milhões à época contra várias empresas que estavam fixando preços e condições de compras de seus produtos.

Então, é muito importante o sancionamento de todas essas condutas competitivas. É melhor concentrar em um único órgão. A análise disso é a de que toda a produção seja feita sob a presidência de um membro do Tribunal da Concorrência. Com isso, otimizam-se os esforços, e cria-se uma carreira específica. É muito importante a criação de uma carreira técnica específica para isso, com uma remuneração adequada e um número adequado para o sancionamento dessas condutas, assim como a análise de todos os atos de concentração. Ademais, verificou-se, por exemplo, a pertinência de se adotar a análise de atos de concentração a priori, ou seja, antes de o ato ser constituído, pois fica muito mais fácil. Já que não são gerados efeitos jurídicos, não são alcançados os ter-

ceiros que contratam essas novas empresas constituídas, é muito mais fácil impor medidas restritivas a essa concentração econômica, antes de ela se consumir.

Participei, também, de alguns aperfeiçoamentos na questão da defesa do direito do consumidor, dotando, hoje, o órgão federal dos direitos do consumidor de uma melhor estruturação, para que ele possa desempenhar a coordenação com os Procons e os Ministérios Públicos para a defesa do consumidor, como também atuar na imposição de multas por condutas que lesem os consumidores no âmbito geral, como ocorreu, recentemente, com a questão do recall de uma importante montadora de veículos, que foi sancionada por isso.

Finalmente, quanto à questão do Mercosul, também tenho participado da elaboração de um regulamento comum de direitos da concorrência no âmbito do Mercosul, assim como de algumas normas de direito do consumidor. Inclusive, no final do ano passado, foi proferida uma declaração presidencial de direitos básicos do consumidor no âmbito do Mercosul, que reproduzem um rol de direitos que devem ser seguidos por todas as empresas. Mas eu gostaria de destacar a minha visão de que qualquer integração à Alca deve partir, primeiramente, de um fortalecimento efetivo do Mercosul – internamente – e de uma melhor consolidação da liderança brasileira no âmbito da América do Sul. Só assim, como bloco com poder efetivo de negociação, entendo que o Brasil reúne as condições necessária para a integração à Alca.

Assim, neste momento me parece correto dar-se prioridade à consolidação do Mercosul e à consolidação de uma liderança brasileira no âmbito da América do Sul, para assim termos um efetivo poder de negociação em relação à Alca. O Brasil tem seguido este caminho, que é o correto, como demonstra o fato de que as negociações com a União Européia estão sendo levadas a cabo pelo Mercosul. Já trilhamos vários caminhos e há um horizonte otimista quanto à possível integração também com a União Européia. E aí, sempre falando no bloco Mercosul, até mesmo tem sido a preferência dos dois lados nessa negociação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Tem a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu preferia ter-me mantido em silêncio, mas, como já fiz inúmeras observações quando se apresentaram à sabatina outros candidatos a essas árduas funções, eu gostaria de rapidamente

expor minha posição, demonstrada, de forma indiscutível, pelas tendências inexoráveis do espírito do capitalismo e de seu corpo.

No século XIX, algumas antenas mais finas já haviam percebido que o sistema capitalista tende à concentração. De início, o velho Adam Smith e seus seguidores tentaram enfatizar as virtudes da concorrência – e da concorrência perfeita. Lembrem-se as 36 formas de mercado determinadas pela Joan Robinson e pelo John Chamberlain nos anos 20 do século XIX. Naqueles quadros embrionários, aparentemente o capitalismo desenvolvia-se de forma concorrencial. Todavia, alguns já haviam detectado, naquela ocasião, que a concorrência mata a concorrência. Se o Presidente Fernando Henrique Cardoso estivesse aqui no lugar de V. S^a, tenho certeza de que ele não poderia deixar de concordar comigo, porque já li coisas como esta em livros de Sua Excelência, o Presidente da República.

Desse modo, agora estamos aqui tentando tapar com o dedo os buracos dos diques que se rompem. Quer dizer que, se no princípio, se no século XIX tentaram enfatizar as vantagens da concorrência. O capitalismo desmentiu a cadência ao concentrar e a centralizar inexoravelmente, ao fazer os seus cartéis já no Século XIX. Um livro de um alemão que se chama A Cartelização dos Monopólios é de 1882. Aqueles do início do Século XX vieram, ao contrário, tentar mostrar as vantagens do monopólio e da concentração sobre os regimes concorrenciais. Joseph Schumpeter, entre outras coisas, afirma que esses conglomerados, esses grandes, esses cartéis, esses Zaibatsu Keretzu japoneses tinham muito mais eficiência e prestavam um serviço muito maior ao capitalismo do que as antigas unidades atomizadas e concorrenciais do Século XIX. Joseph Schumpeter, por exemplo, escreveu – acho que enganosamente – que, entre outras coisas, as grandes empresas monopolistas ou oligopolistas emprestam uma maior estabilidade ao volume de emprego. Elas são muito mais capazes de manter um volume elevado de emprego do que a antiga economia pulverizada, atomizada e concorrencial.

Galbraith, por exemplo, está nesta linha. Alguns Marxistas que abandonaram a orientação do grande filósofo alemão, como Galbraith, afirmam que a capacidade de planejamento da economia mundial decorreria da concentração. Grandes empresas poderiam impor uma certa racionalidade àquela economia irracional competitiva que sempre mantinha grande capacidade ociosa e que sempre se tornava incapaz de

proteger o sistema por ocasião das grandes crises e depressões.

De modo que, então, considero que V. Ex^{as}. estão trabalhando muito bem, mas, em certo sentido, estão trabalhando contra aquilo que há de inexorável no processo capitalista em sua evolução. Estão querendo voltar a uma economia do Século XIX. Nos Estados Unidos, a Lei antitruste, a Lei Sherman – de Lawrence W. Sherman – por exemplo, é ato da penúltima década do Século XIX e parece-me que a legislação antitruste dos Estados Unidos teve muito pouca aplicação. Pelo menos é o que demonstra a vitória do processo de concentração e de reconcentração de grandes conglomerados que, hoje, nós presenciamos no mundo. O capitalismo – é preciso nos rendermos a esta verdade – é concentrador, não apenas em termos de empresas, de trustes, de cartéis mas, também, em termos de renda individual. Hoje, no mundo, 380 pessoas detêm uma renda equivalente à que 2,8 bilhões de seres humanos conseguem. Desse modo, a concentração do capital, que é, aliás, o sinal de quem está aproximando-se do pódio ou chegou no pódio... A vitória do capital não é a sua divisão, a constituição e a manutenção de empresas pequenas. Ao contrário, o pódio é ter alcançado grandes dimensões e ter, obviamente, por meio delas, podido incorporar um departamento de tecnologia, ter conseguido força e poder para que o planejamento do mercado – pelo menos é isso que pensam alguns autores quase ortodoxos, como Schumpeter e outros que não preciso citar aqui... O fato é esse.

Portanto, o que me parece – para resumir – é o seguinte: as boas intenções de criar órgãos capazes de deter ou de administrar esse sistema pôr cobro à concentração de capital, creio que...

Estou aqui e, quando aqui estou, presto atenção naquilo que os outros Senadores estão falando, de modo que quem vem aqui para ser argüido deve fazer pelo menos isso. Sei que estou falando de novo em vão, não tem importância alguma o que digo, mas a minha obrigação é dizer aquilo que penso.

O que percebemos é que as pequenas empresas não têm sequer o poder de se aproximar do Estado e “mamar nas tetas do Governo” – como diz o ex-Ministro Delfim Netto –, como sempre fizeram as empresas deste País e do sistema, como um todo.

Portanto, realmente, o que me parece é que V. S^a não tem culpa absolutamente nenhuma de estar repetindo o credo neoliberal, a convicção neoliberal. Respeito qualquer convicção. Se vier alguma corrente budista, maometana, espiritista ou espírita, ao invés do espiritismo neoliberal, do fetichismo neoliberal,

respeito da mesma forma. Só lamento que o Presidente da República não esteja aqui pessoalmente para fazer uma ponderação, uma argüição que, tenho certeza, se ele fosse fiel a si próprio, seria muito mais próxima da minha do que de qualquer uma outra. Tenho certeza disso.

Desse modo, como não sou dado a malabarismos e a flexibilizações de coluna, sou obrigado a dizer aquilo que penso e sei que V. S^a, obviamente, não é culpado nem da existência desses órgãos inúteis, que estão lutando contra moínhos de vento, contra a tendência inexorável do sistema... Se querem lutar contra a concentração, lutem contra o capitalismo concentrador. Só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Lauro Campos, a intervenção de V. Ex^a é sempre pertinente e bem-vinda. Creio que falo por todos, prestamos bastante atenção, e entendi que V. Ex^a acha que é inevitável, na lógica capitalista, a concentração. Não é isso? E até os apologistas da concentração, o que torna a missão do Cade difícil, pelo menos discutível.

Então, o nosso Dr. Roberto Augusto sairá daqui imbuído da idéia de que a missão dele é das mais árduas, das mais difíceis.

Concedo a palavra ao Dr. Roberto Augusto.

O SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER – Agradeço a intervenção do Senador Lauro Campos, que escutei com toda a atenção que merece, faço questão de ressaltar, inclusive com concordância a muitos dos aspectos por ele traçados.

Efetivamente, em primeiro lugar, o mercado não é suficiente para regular a concentração. É uma verdade. Tanto é correto que há necessidade de uma intervenção estatal justamente para regular essa concorrência. E também obviamente o mercado não resolve todas as necessidades da economia. Tanto é que há uma intervenção estatal direta, que vem sendo exercida de longa data, mesmo nos países que adotam o regime liberal.

Porém, entendo que se faz importante, efetivamente, esse órgão administrativo, esse órgão estatal que possa intervir para a tutela dessa concorrência.

Sei efetivamente o quão árdua é a missão, como é difícil, porque vai contra uma lógica do próprio sistema capitalista. Entendo que há mecanismos e que há uma lógica também que faz com que se possa tutelar então este bem. Só gostaria de ressaltar algo que passei por toda a minha intervenção, que essa tutela da concorrência no sistema brasileiro, tanto pelos

ditames constitucionais como pela própria dinâmica da Lei nº 8.884, não se faz apenas e tão-somente como uma tutela da concorrência pela concorrência, como se somente a concorrência pudesse resolver todos os males ou como se somente em alguns setores alguma concentração não fosse importante.

Na realidade, essa tutela da livre concorrência se dá na medida em que ela também respeita e também alcança outros valores que ressaltei, tanto os valores expressos no art. 170, dentre os quais a defesa do consumidor e da dignidade do trabalho, como também aqueles expressos nos fundamentos básicos da República Federativa do Brasil.

Então a redução das desigualdades, a consequência então da dignidade da pessoa humana, etc. Conseqüentemente, não seria uma defesa da concorrência pela concorrência, mas uma defesa da concorrência enquanto alcança também esses outros valores, dentro de uma sociedade que tem o estado democrático de direito e a busca de uma maior igualdade social como objetivo.

Nesse sentido, essa lógica alcança razão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Lauro Campos, V. Exª deseja fazer uma réplica?

O SR. LAURO CAMPOS – Gostaria apenas de dizer que realmente, quando se trata de uma discussão que não está devidamente num encontro supeditado da história, realmente a coisa fica um tanto difícil.

Eu gostaria de lembrar apenas que a própria economia concorrencial, quando cria os cartéis de preço, cartéis de zona e cartéis de quantidade, ou seja, várias empresas estabelecem um preço único para suas mercadorias. Cartéis de zona, na zona do Sudeste brasileiro tem privilégio a Kibom; na zona do Nordeste brasileiro e outras zonas tem privilégios outra empresa. Cartel de zona é do século XIX.

A concorrência já incomodava no século XIX: cartel de zona, cartel de preço e cartel de quantidade. O capitalismo produz tanto, é tão eficiente que as empresas têm que, necessariamente, fazer um acordo para impedir que o excesso de produção leve to das à crise, ao estrangulamento do mercado e ao aumento de custo de propaganda etc.

Os cartéis de preço, de zona e de quantidade são instrumentos que o próprio capitalismo concorrencial adotou para tentar coibir alguns vícios, defeitos do sistema, e o estado keynesiano passou a exercer institucionalmente essas funções de limitar a produção. O Estado, diz Keynes, deve entrar como um elemento intermediário para evitar o excesso de produção e, obviamente, sustentar o preço, transfor-

mar-se num grande comprador, para manter preço e efetuar essas funções que esses três tipos de cartéis já efetuavam espontaneamente.

Parece-me que nem o Estado todo-poderoso conseguiu exercer essas funções. O Estado é, na realidade, o representante do capital, qual quer que seja a sua forma e a sua organização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Dr. Roberto, gostaria de fazer mais algum comentário? Depois passarei a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER – É muito breve. Só gostaria de ressaltar, aqui, que esses três cartéis que buscam estabelecimento de preços, estabelecimento de zonas de comercialização, de quantidades são todas condutas expressamente previstas na Lei nº 8.884, como vedadas, inclusive não só vedadas administrativamente, com a possibilidade de imposição de multa de 1% a 3% do faturamento bruto das empresas, com possibilidade até mesmo de imposição de multas a pessoas físicas, como até criminalmente, por ser, pela Lei nº 8.123, tipificado como crime, devendo ser procurado, então, o seu sancionamento.

Acredito que a tendência, no próprio Brasil, com o aperfeiçoamento dessas instituições, seja a de buscar uma repressão a essas condutas. Creio que, efetivamente, o nosso país não adota um liberalismo claro. Assim, penso, dentro dessa lógica estabelecida na Constituição, da busca daqueles valores que ressaltei, é coerente a imposição de pesadas multas a esse tipo de conduta que lesa, em última instância - isso faço questão de ressaltar mais uma vez - aquele que deve ser o titular maior de toda essa ação governamental, que é o próprio consumidor.

Ao se ter o estabelecimento de preços concertados e não preços que poderiam ser mais baixos num regime de efetiva concorrência, ao se ter restrições de acesso ao produto, seja por restrições à quantidade, como restrições à venda na zona em que o consumidor habita, é algo que lesa frontalmente esse consumidor, não somente no aspecto econômico, como no aspecto da sua dignidade como pessoa, porque restringe-se a possibilidade de acesso a consumo de determinados produtos.

Nisso o Estado tem um papel importantíssimo e, cada vez mais, deve defender o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Considero muito importante o pronunciamento de V. Sª porque o Conse-

lho Administrativo de Defesa da Economia - Cade é muito especial. Acredito que devemos fazer o possível para que esse órgão seja autônomo. Não pode haver interferência de setores do Ministério da Justiça no intuito de determinar qual a pauta do Cade, o que deve votar. Os senhores têm de ter autonomia para decidir. Para isso os senhores foram designados e, mais que a Secretaria do Ministério da Justiça, têm um mandato determinado pelo Senado Federal.

Gostaria de fazer uma pergunta a V. S^a. Conheci um senhor proprietário de uma empresa de informática e que tem vários aparelhos comprados do representante de empresa multinacional em São Paulo. Esse empresário está desenvolvendo essa atividade, mas, às vezes, algumas peças das máquinas têm defeitos e ele precisa comprá-las. A intenção dele é fazer as compras das peças para substituir as defeituosas, como faria com qualquer produto similar. Mas a empresa não admite isso. O empresário tem de enviar o aparelho para São Paulo, onde fazem o conserto e o devolvem. Além de levar tempo, o frete é caro e ainda há a conta do conserto a ser paga. As empresas multinacionais têm que oferecer peças à venda, assim como fazem as empresas que lidam com automóveis. Não é admissível que as empresas continuem mantendo fechada a caixa de segredo, sendo necessário o envio da máquina a São Paulo para ser consertada.

Foi impetrada uma ação no Cade. E há uma decisão desse órgão a respeito de assunto semelhante em outro setor que determina que a referida empresa tem de vender as peças independentemente da obrigatoriedade de receber a máquina lacrada e devolvê-la da mesma forma. Uma pessoa do Cade disse-lhe que não haveria problemas. Segundo ela, decisão semelhante seria tomada e, como já havia um precedente semelhante, provavelmente a decisão seria positiva, mas iria levar mais de um ano. Diante dessa informação, fiquei pensando que, se o processo leva mais de um ano para ser julgado, o coitado do empresário ficará em situação difícil porque está em um momento de desenvolvimento do trabalho em que ou a mudança ocorre agora ou ele terá de fechar a empresa.

Veja a situação: é líquido e certo que a decisão será positiva e isso é absolutamente correto. No momento de escassez de energia, esse é um setor que está tendo diminuído o consumo, e o empresário o está aumentando porque entrou em outro setor que permite que isso aconteça. Agora, está sujeito à falência porque querem que se enviem as máquinas para São Paulo, mas não vendem as peças originais.

Por isso, entrou com ação no Cade, onde foi informado que era quase certo que o resultado seria positivo, já que havia decisão anterior semelhante. Contudo, o processo poderia levar mais de um ano para ser julgado, a não ser que ele falasse com alguém do Ministério da Justiça.

Inclusive, perguntou-me se eu conhecia alguém no Ministério da Justiça para conversar acerca da aceleração do processo, mas, como sabia que V. S^a vinha aqui hoje, disse-lhe que iríamos fazer a sabatina de um ilustre representante que irá com por o Cade e que então falaria pessoalmente com ele a fim de que se interessasse pela questão. Isso não tem lógica. Já existe jurisprudência, e o caso é semelhante. Em primeiro lugar, o caso é de uma lógica transparente e não tem nenhuma complexidade. Não é o monopólio da Brahma, em torno do qual há uma verdadeira guerra; é algo simples. Não sei por que levar um ano.

No mais, meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a já concluiu?

O SR. PEDRO SIMON – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Desculpe-me, mas recebi uma ligação à qual não poderia deixar de atender.

O SR. PEDRO SIMON – Ao Presidente sempre atendemos em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Como?

O SR. PEDRO SIMON – Nós sempre atendemos ao Presidente em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Qual Presidente?

O SR. PEDRO SIMON – Da República.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Pedro Simon, eu já nem me lembro de qual foi a última vez que recebi um telefonema do Presidente.

O SR. PEDRO SIMON – Por isto ele não está bem: não telefona para quem deve.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Deixou de receber os meus conselhos, e veja o que está acontecendo. (Risos)

O SR. PEDRO SIMON – Está aí o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Dr. Roberto Augusto.

O SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER – Agradeço a intervenção do Ex^{mo} Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, gostaria de fazer dois comentários. Primeiramente, ressalto a importância da autonomia. Concordo integralmente com o Ex^{mo} Senador.

Efetivamente, a autonomia é algo inerente a qualquer autoridade antitruste, em qualquer país do mundo, e assim deve ser compreendida no Brasil. Assim é a questão do mandato e, mais do que isso – como o nobre Senador ressaltou –, a da própria pauta e do próprio conteúdo das decisões. Esse é um órgão que não dita política econômica; ele dita a aplicação da lei. Conseqüentemente, onde houver violação devem ser aplicadas as sanções cabíveis. Não se trata de algo que fica ao livre alvêdrio do órgão, mas, sim, condicionado às lesões às normas legais. Concorro integralmente com S. Ex^a quanto à importância da autonomia e quanto à importância de a pauta ser a respeito às violações da lei.

A respeito do caso concreto que o Senador ressaltou, evidentemente não posso tecer comentários muito precisos por desconhecer-lo na sua profundidade e também porque se for aprovada a minha indicação provavelmente comporei o Plenário que julgará essa matéria e estaremos impedidos de tecer considerações públicas sobre casos em julgamento. Porém, preocupei-me com a da celeridade. Entendo que deve ser compromisso de um órgão julgante a celeridade nas decisões; caso contrário, elas acabam, muitas vezes, sendo inúteis. Hoje é constante a preocupação, quando se fala em reforma do Poder Judiciário, de dotar o sistema de maior celeridade – e V. Ex^{as} têm um papel de fundamental importância nessa questão da reforma do Poder Judiciário –, e assim deve ser em relação a órgãos administrativos, principalmente um órgão como o Cade, que tem função julgante.

Assumo o compromisso de procurar ser o mais célere possível nas minhas decisões, embora não pareça absolutamente ser esse o caso narrado pelo Ex^{mo} Senador. Há casos que demandam análise mais complexa, com a detenção do mercado relevante e de vários outros fatores de difícil perquirição.

Nesse sentido, há necessidade de dotar todo o sistema de melhor infra-estrutura básica, com a carreira própria e com maior número de pessoas, para que ele possa inclusive ser mais célere. No entanto, concordo com a preocupação do Senador de que a celeridade deve ser um norte a ser perseguido pelo Cade. Esse caso narrado por S. Ex^a é típico e necessita de uma decisão rápida, sob pena de ser ineficaz. Também acredito que esse empresário não poderá ficar esperando todo esse tempo absurdo a que se referiu o Senador, porque, se não for assim, ele não poderá comprar essas peças. A celeridade deve ser um norte buscado pelo órgão. Nesse caso, mais uma vez, o Poder Legislativo deve ser um parceiro de

suma importância para todo o sistema brasileiro de defesa à concorrência, no sentido de auxiliá-lo para que ele seja dotado de infra-estrutura melhor e de aperfeiçoamento legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a está satisfeito?

O SR. PEDRO SIMON – Estou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, antes de fazer uma pergunta ao Dr. Roberto Augusto, gostaria de trazer ao conhecimento de V. Ex^a, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, questão de extrema importância, a qual envolve a economia brasileira, porque envolve o Estado do Paraná.

Aqui há um título de uma matéria num jornal do Paraná de hoje, que diz: “Governo ainda não sabe como evitar mico dos precatórios”. É um assunto referente a várias audiências públicas aqui realizadas. Naquela cadeira ali, numa dessas audiências públicas, sentou-se o atual Secretário de Planejamento do Paraná, Miguel Salomão, quando levantei a questão dos precatórios que estavam sendo adquiridos pelo Governo do PR. Eu dizia naquela oportunidade: “Não é possível que o Governo do Paraná, sabendo que esses precatórios emitidos por Pernambuco, Osasco, Guarulhos, Alagoas, Santa Catarina estão sendo considerados ilegítimos pela CPI dos Precatórios, tenha interesse em comprá-los”. Pois o Secretário, além de me chamar de ignorante na matéria, agrediu-me dizendo que eu não estava falando a verdade ao Senado Federal. E aqui está agora a prova de que eu estava falando a verdade e que o Secretário Miguel Salomão, além de arrogante, é um tremendo mentiroso. Aliás, tem mentido ao Estado do Paraná com tanta frequência que ninguém mais o leva a sério. Ele ajudou a quebrar o banco do Estado e ajudou a quebrar o Estado do Paraná, ajudou o Governador Jaime Lerner, que tem sido um Governador completamente irresponsável em matéria de administração do dinheiro no nosso Estado.

Hoje é o dia da votação da venda da (Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel). Ou os Deputados vão afirmar a independência da Assembleia, do Poder Legislativo do Estado, ou vão se submeter ao negócio que está propondo o Governador Jaime Lerner, de vender a Copel. As denúncias que correm hoje na imprensa do Paraná é de que estão sendo alguns Deputados beneficiados com recursos para votar a favor da venda da Copel, uma denúncia grave, que, inclusive, pode levar à anulação daquela

votação na Assembléia Legislativa. É evidente que a Oposição está atenta e deve tomar providência.

Aqui está o acordo que está sendo feito. Falo da Copel, porque as ações daquela companhia foram colocadas para garantir os precatórios ilegítimos comprados pelo Governo do Paraná, uma irresponsabilidade, um crime contra o patrimônio público, que pode dar um prejuízo de R\$600 milhões aos cofres do Estado, já que estas ações estão em poder do Itaú, que exige o seu resgate no vencimento, que já foi prorrogado por duas vezes e novamente vencerá em outubro, quando o Governo do Paraná terá que colocar o dinheiro ou perder as ações. Ocorre que aqui existe um problema grave, porque as ações hoje têm um valor muito superior aos R\$600 milhões que o Governo deveria pagar ao Itaú para retirar as ações. Então, o Governo se meteu numa enrascada que não tem como sair, Sr. Presidente, a não ser afundar o Estado numa dívida que cresce todos os dias pela irresponsabilidade e pelos desmandos que vêm sendo praticados pelo Governo do Paraná.

Esse é um assunto que eu registro, Sr. Presidente. Devo estudar uma forma de, mediante um requerimento, propor que esta Comissão analise em profundidade os assuntos relativos àqueles precatórios que a CPI dos Precatórios concluiu que eram ilegítimos, mas que Governadores andaram comprando. Esta Comissão, que tinha, portanto, responsabilidade sobre o assunto, no meu entendimento deve tomar uma posição a respeito.

Estou estudando uma forma para que esta Comissão possa pronunciar-se, de alguma forma, em relação a esta privatização absurda da Copel, a esta venda que, no meu entendimento, vai destruir grande parte do patrimônio público do Estado do Paraná. Já conhecemos até a empresa que vai adquirir a Copel. Imaginem que a licitação vai ocorrer em outubro, e a imprensa toda já dá o nome da empresa compradora. É um absurdo que isso esteja acontecendo nos dias em que se fala que o Ministério Público tem adotado uma postura rígida em relação à administração pública e às instituições públicas do Brasil.

Voltando ao assunto da nossa sabatina, eu gostaria de dizer que o Presidente da Associação Comercial do Paraná me procurou para dizer de uma preocupação, que não sei se já é do conhecimento do nosso sabatinado, em relação às administradoras de cartões de crédito. O Presidente da Associação Comercial do Paraná ficou, inclusive, de encaminhar ofício ao Senado Federal, pedindo a intervenção do Senado Federal, mais propriamente da Comissão de Assuntos Econômicos ou até da Comissão de Fiscaliz-

zação e Controle. Segundo o Presidente da Associação Comercial do Paraná, há um abuso na cobrança de taxas e comissões pelas administradoras de cartões de crédito, e esse abuso está encarecendo de forma absurda os consumidores quando da utilização desses cartões de crédito. A pergunta seria se o CADE é o órgão adequado para que a reclamação do Presidente da Associação Comercial do Paraná seja feita, e qual é o pensamento do Dr. Roberto Augusto a respeito das taxas que estão sendo cobradas pelas administradoras de cartão de crédito hoje, no Brasil.

O SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER – Agradeço muitíssimo a intervenção do Exmº Senador Osmar Dias e diria o seguinte: em primeiro lugar, quanto ao órgão adequado, vai depender muito de como vier tipificada essa conduta. Melhor explicando, obviamente, se houver indícios de que as administradoras de cartões de crédito estão adotando condutas concertadas, ou seja, reuniram-se e estão adotando as mesmas taxas, os mesmos preços, em tese, isso pode ser encaminhado, em tão, ao CADE e à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Porém, se não houver esses indícios, se não for essa a ordem do abuso eventualmente praticado, isso teria que ser encaminhado também à Secretaria de Direito Econômico, mas ao Departamento de Proteção do Consumidor, que poderia averiguar se há nessas fixações e nas práticas decorrentes disso alguns abusos. Resaltando - e, aqui, estou falando em tese, não posso me pronunciar sem conhecer os detalhes - que muitas vezes com essas condutas, não apenas na fixação das margens dos preços praticados na cobrança de juros, mas também nas próprias práticas comerciais... Então, há mais ou menos 3 anos, por exemplo, a Secretaria de Direito Econômico editou uma portaria específica quanto a um abuso que era constantemente praticado pelas administradoras de cartão de crédito que era aquela prática de enviar, sem prévia solicitação, cartões para os consumidores, fixando um prazo, a partir dos quais passaria a ser cobrada anuidade, ou então dizendo que seria a partir do momento da utilização, ou seja, havia em alguns casos uma indução ao consumo desse tipo de produto; o cartão de crédito, e outros até pior do que a simples indução, havia sem a prévia solicitação o envio e a cobrança da anuidade, caso o consumidor não manifestasse a sua discordância com a aquisição daquele produto. Então, é um terreno onde pode haver e já houve, no passado, alguns casos. Provavelmente, se não houver indícios de cartel, ou seja, de uma prática concertada que induzisse à quebra das normas de concorrência e, conseqüentemente, a lesão ao

consumidor poderia, então, ser dado sob o enfoque de uma eventual violação a direito de consumidor que teria que ser investigado o caso concreto e poderia, então, ser enviado isso à Secretaria de Direito Econômico, que, através do Departamento de Proteção do Consumidor analisaria essa conduta.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Satisfeito, Senador Osmar Dias?

Com a palavra o último inscrito que é o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Roberto, nós, quando da legislatura passada, levantamos aqui com o CADE um grande debate sobre a aviação, no qual o próprio CADE fez um levantamento em outros países, para ver como estava o relacionamento entre as empresas e os passageiros. Na realidade, as conclusões foram tiradas, mas andou pouco a parte prática. Eu queria não só perguntar como o senhor vê isso mas, mais do que isso, queria pedir a sua ajuda, porque o meio em que hoje convivem as empresas é inteiramente inóspito e hostil à existência dessas empresas. Terminam de fazer uma reforma, de acertar as suas contas e, em seguida, ocorre tudo novamente, pois apenas o Brasil possui empresas nacionais atualmente na América do Sul. É o primeiro assunto a respeito do qual gostaria de ouvir sua opinião.

O segundo refere-se aos medicamentos. É impressionante que tenha havido queda no preço dos insumos – de US\$3,8 mil para US\$900 –, e o preço dos remédios tenha continuado subindo. Não fosse a aprovação da licença compulsória quando da votação da Lei de Patentes, contra tudo e contra todos – queríamos um prazo maior para o pipeline, que ríamos um INPI forte –, estaríamos em situação pior. Conseguimos aprovar somente a licença compulsória. Graças a isso, o Ministro da Saúde conseguiu fazer que os remédios para a Aids pelo menos não tivessem um preço extorsivo.

O que podemos e o que o Cade pode fazer em relação à área de medicamentos? Esse é um tema que aflije o povo, que paga mais caro pelos remédios do que a população de qualquer outro país. E verificamos, com tristeza, que, enquanto os insumos sofrem uma queda de US\$3,8 mil para US\$900 por quilo, os preços dos remédios, ao invés de diminuir, aumentam de maneira exorbitante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Dr. Roberto Augusto.

O SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER – Agradeço o questionamento do Exmº Sr. Senador Ney Suassuna. Antes de tratar dos dois assuntos, gostaria apenas de demonstrar a relevância do Cade e quanto é árdua a sua tarefa, pois acaba ele sendo relacionado com mercados específicos bastante complicados e que demandam uma análise também muito minuciosa e nem sempre simples. Na maioria das vezes, é bastante difícil. Por outro lado, são mercados que interferem na vida das pessoas.

Os dois casos são notórios, principalmente o que se refere a medicamentos, que tem relação com um direito fundamental, o direito à saúde. Mas a aviação também tem relevância fundamental em nosso País.

Gostaria apenas de dizer que, em relação à aviação, já existe um procedimento instaurado, no âmbito da Secretaria de Direito Econômico, sobre um aumento recente, que está sendo analisado. O que, com certeza, acabará desembarcando no Cade para julgamento – se aquela conduta tipificava ou não a existência de um cartel.

Por outro lado, quanto aos medicamentos, assunto de extrema relevância, provavelmente haverá um pronunciamento do Cade, haja vista que existem diversos procedimentos administrativos instaurados pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça em razão das conclusões da CPI dos Medicamentos, que ocorreu aqui no Congresso Nacional. Um dos produtos finais da CPI foi a necessidade da instauração de procedimentos administrativos, que também são objeto de análise. É uma questão altamente complexa.

Inclusive a detecção do mercado relevante dos medicamentos é algo que demanda uma análise minuciosa, já que há polêmicas, e a própria OCDE demanda um estudo bastante minucioso de qual é o mercado relevante. Mas, no âmbito da Secretaria de Direito Econômico, existem procedimentos para averiguar a prática de empresas no que tange aos medicamentos. Eu diria que são dois casos que estão na pauta da defesa da concorrência no âmbito do Cade atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Senador Ney Suassuna não tem mais o que acrescentar. Se o Dr. Roberto Augusto não desejar fazer algumas considerações finais, passaremos à apuração dos votos.

O SR. ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER – Gostaria de, mais uma vez, agradecer todos os questionamentos feitos e ressaltar meu grande entusiasmo e empenho. Procederei, em mi-

nha atividade de conselheiro, caso os Exmos. Srs. Senadores me dêem a honra de aprovar a minha indicação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado. Peço agora à Secretaria da Mesa que conduza o Dr. Roberto Augusto a nossa sala anexa e peço ao Senador Ney Suassuna, por favor, para proceder à apuração dos votos.

(Procede-se à apuração)

O SR. NEY SUASSUNA – Dezoito a dois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Proclamo o resultado: 18 votos favoráveis e dois contra.

Está aprovado, nesta Comissão, o nome do Dr. Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE.

Passamos agora ao item 1 e único que votaremos nessa reunião, que é relatado pelo Senador Eduardo Suplicy.

Item 1:

Submete à apreciação do Senado Federal mensagem do Presidente da República propondo que seja autorizada operação financeira de que trata o acordo de reescalonamento, com a remissão parcial da dívida da República da Zâmbia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$14.127.098,58, com previsão de redução do valor presente líquido, com base na ata de entendimento celebrado no âmbito do Clube de Paris.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, cujo parecer é favorável, de acordo com o projeto de resolução que apresenta.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, sob o ponto de vista legal, a redução da dívida que se propõe a ser concedida pelo Governo brasileiro tem fundamento na Lei nº 9.665, de 19 de agosto de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder a remissão parcial dos seus créditos, sendo que a Procuradoria-Geral da Fazenda manifestou-se, conforme o parecer antes referido, favoravelmente à operação.

Ao exame do processado, concluímos que a operação sob análise atende plenamente ao dispositivo constitucional e à Resolução nº 50/93 do Senado, uma vez que a exposição de motivos do Ministério da Fazenda apresenta as informações estabelecidas no art. 9º dessa resolução, entre as quais salientamos com especial atenção as informações quanto à análise de custos e benefícios econômicos e sociais da operação e quais os interesses do Brasil na negociação da dívida, análise financeira, informações sobre

as finanças do tomador e garantidor, destacando o montante da dívida interna e externa, a análise do risco implícito da operação, a capacidade de pagamento de garantias oferecidas.

A dívida sob exame da Secretaria de Assuntos Internacionais originou-se em operações de financiamento à exportação, no âmbito do extinto Finex, atual Proex, mas não há informações sobre os convênios de créditos originais. As informações mais antigas disponíveis no Banco do Brasil referem-se ao contrato de reestruturação de dívida que tratou o principal e os juros dos contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 1983 e outro contrato referente aos juros de mora relativos aos contratos celebrados em 1º de janeiro de 1983.

Por três ocasiões, o Senado Federal já autorizou a União a celebrar contratos de reestruturação de seus créditos junto à República de Zâmbia, em 1993, em 1996 e em 2000.

VOTO

Em 1999, o PIB da República de Zâmbia atingiu cifras da ordem de US\$3,2 bilhões, enquanto sua dívida externa ficou em torno de US\$5,2 bilhões, representando 7,5 vezes o total de suas exportações, que neste ano totalizaram apenas US\$691 milhões.

Convém frisar que 80% das exportações de Zâmbia dependem da exploração de cobre e cobalto, cujos preços internacionais sofreram forte retração a partir de 1996 e mantêm-se baixos até o presente, o que tem provocado impactos negativos na economia do País.

Nos últimos meses, a República de Zâmbia vem conseguindo estabilizar sua economia com a implementação de profundos programas de reestruturação, como a privatização de empresas estatais, a liberação do comércio e a reestruturação do setor financeiro.

Zâmbia vem cumprindo suas obrigações com o Brasil desde 1992. Em épocas imediatamente anteriores, verificaram-se alguns atrasos. De qualquer forma, existe o risco para o Brasil da declaração de moratória unilateral por parte do devedor, por se tratar de nação soberana.

A República de Zâmbia é um dos países mais pobres da África subsaariana, com renda de US\$330 per capita, em 1999, para uma população de 9,9 milhões de habitantes, segundo o Banco Mundial. Durante os anos 90, a expectativa de vida do seu povo caiu de 49,1 anos para 38,5 anos, de 1990 para 1999.

Diante dessas considerações sobre a pobreza do país, parece-nos claro que o Brasil deve imple-

mentar a reestruturação da dívida de Zâmbia com base na ata de entendimentos do âmbito do Clube de Paris, agindo em sintonia com a comunidade financeira internacional.

Assim, Sr. Presidente, concluímos pela aprovação da matéria, nos termos do projeto de resolução que está disponível para as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Está em discussão o parecer do Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, já fui autor de relatórios semelhantes a esse, inclusive em relação a débitos para com o Brasil por parte do Paraguai e a outros relativos a outros países africanos, como a Costa do Marfim e a Tanzânia. E, agora, vem a esta Casa, a esta Comissão, o relativo à República de Zâmbia.

É preciso dizer com toda a clareza que esse procedimento já foi adotado em outros casos; portanto, não há nenhuma novidade, não há nada de extraordinário. O Senador Ney Suassuna era o Presidente da Comissão e é testemunha ocular e presente de que isso ocorreu.

Sobretudo, é importante ressaltar que, ao reduzirmos em 67% a cobrança de juros, a parte relativa ao débito de juros, não estamos fazendo nada além do que outros países também credores estão fazendo em relação à Zâmbia. No caso de Zâmbia – não tenho certeza –, há situações em que, inclusive, esses financiamentos são relativos à construção de rodovias naqueles países, com concorrência e licitação até vencidas por empresas brasileiras.

Desse modo, ao Brasil, interessa fazer essa redução de débito por duas razões. A primeira e mais evidente é que, se não houver a redução de débito, não haverá o pagamento, ou seja, vamos ficar com essa conta por receber. Então, para receber a conta, a melhor forma de proceder é adotar a reestruturação, o reescalonamento da dívida. Isso é inteligente, da parte do Brasil, para receber o dinheiro.

A segunda razão pela qual devemos adotar esse procedimento é que, com esse reescalonamento, muda a posição do Brasil naquelas análises e critérios de confiança internacional realizados por auditores que avaliam os países segundo padrões de confiabilidade financeira. Um país que tem muitos débitos a receber e não reorganiza ou não reescala é um país que cai na confiabilidade externa. Um país que reorganiza os seus débitos, reescala-os, recebe com mais tempo, com mais prazo e talvez com algum desconto pelo menos está apto a continuar ope-

rando, recebendo crédito e também, de certa forma, podendo emprestar. Para o Brasil isso interessa.

É de se perguntar se esses financiamentos, na hora em que são contratados, devem ser feitos ou não; mas se trata de países de baixíssimo grau de desenvolvimento econômico e que necessitam desse apoio. Para o Brasil, do ponto de vista de sua presença na África, isso é importante. Já fizemos isso em relação a outros países ligados a nós por laços de sangue e de tradição. Portanto, neste caso, vale a pena aprovar o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Sr. Senador Ney Suassuna deseja ainda fazer algum comentário?

O SR. NEY SUASSUNA – Sim, Sr. Presidente. Houve uma época em que o Brasil resolveu invadir comercialmente a África e não reparou muito nas garantias que tinha a receber nem no quadro geral; essas dívidas são oriundas dessa época. O Senador Fogaça está completamente coberto de razão. Fizemos aqui de zenas de reduções e até de perdões inteiros.

O interessante é que, mesmo abrindo mão de uma parcela, nós nos saímos bem. No jogo geral da África, apesar de tudo, não perdemos. Angola tem cumprido muito bem a sua parte, fazendo pagamentos em petróleo. No saldo geral, não perdemos, mas é óbvio que teríamos ganho muito mais se tivéssemos tido mais cuidado quando da abertura desses créditos para essas vendas.

Pedi a palavra, Sr. Presidente, para lamentar que sejamos oito ou oitenta. Hoje a Ucrânia quer comprar US\$500 milhões em equipamentos telefônicos, tem apresentado garantias - quem está vendendo é uma das grandes empresas de telecomunicações do mundo, que está financiando uma grande parcela -, mas, por incrível que pareça, Sr. Presidente, não conseguimos até hoje que haja um seguro pelo lado brasileiro de uma parcela relativamente insignificante, de US\$16 milhões. Estaríamos, nesse caso, abrindo o mercado para um país que tem 60 milhões de pessoas, alta tecnologia, e que é o celeiro daquela região da Europa. Então lamento que sejamos oito ou oitenta.

Acredito que não haja outra solução senão fazermos essa redução. Ela irá permitir um pagamento, que de outra forma não teríamos, e seremos, como disse o Senador Fogaça, muito bem vistos no conjunto internacional, não só porque estaremos sendo magnânimos – essa é uma visão –, mas por que tam-

bém conseguiremos diminuir, na nossa planilha contábil, um risco, uma vez que fizemos a redução e o escalonamento para realmente receber.

Voto favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs. os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – É só uma observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – É sobre a matéria?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não, é sobre a pauta. É que fica, mais uma vez, postergada para a próxima reunião o item 2, que trata dessa obrigação das empresas distribuidoras de gás. Reconheço que não há condições de votação, porque não há número.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Não estão presentes o Relator, o autor da emenda e o do voto em separado.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Portanto, gostaria de fazer um apelo, não propriamente a V. Ex^a, como Presidente, mas aos demais colegas para que, na próxima reunião, possamos votar essa matéria, que é importante. Ainda ontem ocorreu no Rio de Janeiro uma explosão terrível de gás de botijão, que feriu e chegou a matar pessoas. Se o Senado quiser rejeitar, que se manifeste explicitamente.

Esse projeto já está tramitando há tanto tempo, desde 1996, que penso ser nossa obrigação nos pronunciarmos sobre ele, razão pela qual faço um apelo a todos os colegas da Comissão para que da próxima vez votemos.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O apelo do Senador Roberto Saturnino está devidamente registrado. O projeto não entra em votação hoje porque não há número e o relator, o autor da emenda e o autor do voto em separado estão ausentes. Estamos sem condições de deliberar.

Convido os Srs. Senadores para a reunião da tarde, que deverá ser logo após a Ordem do Dia, mas, em princípio, está prevista para às 17h, quando teremos presentes os Ministros Pedro Malan e Martus Ta-

vares e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h09min.)

Ata da Vigésima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em quatorze de agosto de 2001, às 17:00 horas, na sala de reuniões n.º 19, ala senador alexandre costa.

Às dezessete horas do dia quatorze de agosto de dois mil e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senador Lúcio Alcântara e com a presença dos Senadores: Lúcio Alcântara, Ademir Andrade, Lauro Campos, Arlindo Porto, Jefferson Peres, Romeu Tuma, Bernardo Cabral, Ricardo Suplicy, Carlos Bezerra, Sergio Machado, Bello Parga, Pedro Piva, Roberto Saturnino, Osmar Dias, Paulo Hartung, Hugo Napoleão, José Agripino, Ney Suassuna, Moreira Mendes, Francelino Pereira, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, José Alencar, Jonas Pinheiro e Pedro Simon. Deixaram de comparecer os seguintes Senadores: Amir Lando, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Wellington Roberto, Freitas Neto, Paulo Souto, Waldeck Ornelas, Geraldo Melo, Lúdio Coelho e Romero Jucá. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: Audiência pública com a presença dos senhores Pedro Malan, Ministro da Fazenda, Martus Tavares, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil; acerca “dos termos do acordo firmado entre o governo do Brasil e o Fundo Monetário Internacional, bem como, sobre o crescimento da dívida pública e da taxa de juros”, em decorrência da aprovação dos requerimentos n.º 14 e 15-cae/2001. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e quinze minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas.

Senador Lúcio Alcântara

Presidente - CAE

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Já se encontrando presentes, na sala da secretaria da Comissão, os nossos convidados, os Srs. Ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, vamos dar início aos nossos trabalhos. Também está presente o Presidente interino desta Casa, Senador Edison Lobão, que tomará assento à mesa dos nossos trabalhos. (Pausa.)

Aqui, encontram-se como convidados os Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para falar, nos termos dos requerimentos aprovados nesta Comissão, sobre os termos do acordo firmado entre o Governo do Brasil e o Fundo Monetário Internacional, bem como sobre o crescimento da dívida pública e da taxa de juros. Esses foram justamente os Requerimentos nºs 14 e 15.

O Requerimento nº 14 é de autoria do Senador Ademir Andrade e o Requerimento nº 15 foi subscrito pela Senadora Heloísa Helena e pelos Senadores Paulo Hartung, Eduardo Suplicy e Lauro Campos.

Haverá, inicialmente, uma exposição pelos Ministros de Estado, que terá duração de meia hora. Depois, passaremos à fase de interações pelos Senadores inscritos – já há vários inscritos –, dentro do assunto tratado, que é o objeto da convocação.

O assunto está bem delimitado, nos termos dos próprios requerimentos aqui apresentados.

Então, peço a cooperação dos Srs. Senadores, para nos cingirmos ao tema objeto do convite. O interpeleante tem cinco minutos para fazer a sua interpelação. Igual prazo terá o interpeleado para responder, podendo ser contraditado por dois minutos pelo Senador que fizer a pergunta, concedendo-se ao Ministro o tempo para tréplica.

A palavra aos Senadores será assegurada na ordem de inscrição, fazendo-se a intercalação nos termos do Regimento Interno.

Inicialmente, depois das exposições dos Ministros, vamos dar a palavra ao Senador Ademir Andrade, que é signatário do primeiro requerimento, e, em seguida, à Senadora Heloísa Helena, que é a primeira signatária do requerimento que tem quatro autores.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, uma vez que os Ministros Pedro Malan e Martus Ta-

vares e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga aqui comparecem para explicar os termos do acordo que o Governo brasileiro está por estabelecer – e que já anunciou, em grande parte de seus termos, há poucos dias – com o Fundo Monetário Internacional, seria próprio que o Ministro da Fazenda tivesse enviado os termos desse acordo ao Senado, para que aqui pudéssemos fazer uma arguição mais pertinente e séria.

Se, porventura, o acordo ainda não estiver firmado e por escrito, então seria próprio que, visto que já existem entendimentos e, possivelmente, uma carta de intenções ou um documento preliminar, que tivéssemos acesso a esse documento, mesmo que em caráter preliminar.

Obviamente, se o Governo brasileiro, diante do diálogo com o Senado, nos tivesse enviado o documento, teria condições de estabelecer, no diálogo com os dirigentes do Fundo Monetário Internacional, algo muito melhor. Já estaria o Governo brasileiro sabendo do sentimento dos Senadores na hora de apreciar o que poderá depois ser em caráter definitivo.

Lamento que não tenha o Ministro da Fazenda encaminhado previamente ao Senado este documento. V. Ex^a explicou que o documento ainda não estaria pronto por escrito, mas pelo menos um documento, em caráter preliminar, já existe provavelmente. Do contrário, como é que iria o Governo brasileiro anunciar o que já foi anunciado: um acordo entre ambas as partes, se nada por escrito existe?

Considero, assim, Sr. Presidente, que há um prejuízo sério à nossa arguição. Desta maneira, acredito que esta visita dos Ministros e do Presidente do Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos seja em caráter preliminar. Outra deverá ocorrer, em caráter definitivo, quando tivermos o documento, para ser apreciado e votado.

É o entendimento que avalio seja importante ser destacado aqui, antes mesmo da exposição do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Eduardo Suplicy, antes de conceder a palavra ao Ministro Pedro Malan, tenho o dever de tornar pública a explicação que dei a V. Ex^a.

V. Ex^a, ontem, entrou em contato comigo – eu estava ainda em Fortaleza e retornei a ligação de V. Ex^a – e me pedia que solicitasse ao Ministro Pedro Malan a cópia do documento onde estaria a proposta de acordo do Brasil com o FMI, dizendo-me V. Ex^a que já havia se dirigido ao Ministro por telegrama.

Fiz, então, contato com o Ministro Pedro Malan, e S. Ex^a me afirmou que não havia um documento

ainda e que explicaria isso por ocasião da sua intervenção na reunião de hoje.

Hoje pela manhã dei ciência a V. Ex^a que o Ministro Pedro Malan me havia dito que não havia um documento formal e que tão logo houvesse ele encaminharia ao Senado e isso não teria problema algum.

Mas havia uma grande ansiedade de que os Ministros viessem aqui. Nós, então, fizemos apenas atender ao desejo do Plenário de convidar os Ministros, que aquiesceram. De forma que creio que nenhum deles vai se recusar vir aqui quando houver o documento ou quando isso for formalizado junto ao Fundo Monetário Internacional.

Sem mais de longas, passo a palavra ao Ministro Pedro Malan, que dispõe de 30 minutos para fazer a sua explanação.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Edison Lobão, Presidente do Senado; Senador Lúcio Alcântara, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa; demais Senadores; Sr^a Senadora, é uma satisfação mais uma vez comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Como é do conhecimento de todos, na sexta-feira, dia 03 de agosto, anunciamos publicamente que havíamos chegado a um entendimento com a alta administração do Fundo Monetário Internacional, envolvendo 15 bilhões de dólares adicionais, passíveis de serem utilizados pelo Brasil - um programa de caráter preventivo.

Parte desse total originam-se de recursos ordinários do Fundo. São 04 anos de prazo, 02 de carência; com uma taxa, que é a básica do Fundo, que na semana passada estava em 4,09%. Parte dos recursos são da linha de reservas suplementar, que são recursos que podem chegar a dois anos e meio, e a taxa é de 4,09% mais 3%, podendo chegar a um máximo de 5% adicionais, dependendo da forma de pagamento dos recursos - e se nós o utilizarmos, por que ele tem um caráter preventivo.

A documentação está sendo preparada - ela não foi ultimada -, será enviada ao Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional, que, em princípio, deverá aprovar formalmente o acordo, numa reunião marcada para o dia 14 de setembro próximo, quando estarão disponíveis, após essa aprovação, cerca de 4,6 bilhões de dólares, se o Brasil desejar utilizá-los. Não antecipamos qualquer tipo de problema quanto a essa aprovação, na medida em que o Fundo foi informalmente comunicado dos ter-

mos gerais do entendimento na própria sexta-feira dia 3 de agosto. Evidentemente, quero assegurar ao Senador Eduardo Suplicy, tão preocupado com o tema, e a todos os Senadores que, tão logo a documentação esteja absolutamente completa será encaminhada a esta Casa. E estaremos, como sempre estivemos, à disposição.

Na verdade, nas próximas semanas, devo estar completando cerca de 10 anos de relacionamento com a Comissão de Assuntos Econômicos, desde que estive aqui como negociador da dívida, por volta de agosto e setembro de 1991. Sempre aprendi enormemente com essa interação com os Senadores.

Realmente, esse anúncio foi feito na sexta-feira. Na segunda-feira, pela manhã, liguei pessoalmente para os Senadores Lúcio Alcântara, Romero Jucá e para o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Arnaldo Madeira, colocando-me, e a toda a minha equipe, à disposição das duas Casas do Congresso Nacional para comparecer a ambas para explicar, discutir e debater os aspectos econômico-financeiros. Não tenho dúvida, conhecedor que sou das Casas, sobre os aspectos ditos políticos deste acordo. Nunca me furtei a esse debate e jamais o farei. Isso faz parte do funcionamento da nossa democracia. Queria organizar essa breve introdução em quatro pontos. O primeiro deles são as razões que levou o Governo a buscar esses 15 bilhões de dólares adicionais, em caráter preventivo, em apoio ao programado Governo brasileiro. Quero falar sobre as razões externas e internas que nos levaram a isso. No segundo ponto, gostaria de fazer um breve comentário acerca das razões pelas quais ...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Há uma solicitação dos Srs. Senadores para que haja silêncio, porque o Senador Carlos Bezerra está queixando-se, porque não está conseguindo apreender completamente a exposição do Ministro.

O SR. PEDRO MALAN – Senador Carlos Bezerra, estava dizendo que gostaria de organizar esta introdução em quatro partes. A primeira são as razões que nos levaram a buscar esses 15 milhões de dólares adicionais, em caráter preventivo; a segunda foi explicar rapidamente por que, a nosso juízo, fomos bem-sucedidos em alcançar um entendimento em menos de duas semanas, algo recorde na história do Fundo, para um país que não está em crise - e não estamos em crise, nem pretendemos nela entrar; terceiro, quais são os principais elementos desse acordo; e quarto, por que esse acordo é positivo para o País no nosso entendimento - e não temos o monopólio da verdade, que, de resto, não reconhecemos

em ninguém. Sobre esses quatro pontos, em primeiro lugar, as razões que levaram o Governo a isso, começando pelas externas: é verdade que, por volta do segundo trimestre deste ano – abril, maio –, a nossa inclinação, à luz das circunstâncias, era deixar o atual acordo que expira em 1º de dezembro deste ano simplesmente chegar ao seu fim, não renová-lo ou estendê-lo. Essa era nossa inclinação, à luz das circunstâncias prevalentes externas e internas. O que mudou do ponto de vista de nossa avaliação de circunstâncias? Como dizia Keynes, há mais de 70 anos, quando as circunstâncias mudam, por vezes, muda-se a avaliação que se fazia de uma situação numa circunstância distinta anteriormente.

O que mudou, e para pior, foi uma variação do contexto internacional. Naquela época, com relação à economia norte-americana, que havia crescido 5% em termos reais em 2000, a previsão era a de que ela cresceria menos da metade desse valor, entre 2% e 2,5%, em 2001. Isso foi revisto no começo do segundo trimestre para um crescimento entre 1,25% e 2%, uma média em torno de 1,6%, portanto, um terço do crescimento observado no ano passado.

A União Européia, que havia crescido perto de 3% no ano passado, teve o seu crescimento revisto para 1,9% ao final do semestre que passou. O Japão está em crise há uma década. Inicialmente, pensava-se que pudesse crescer pouco, mas em torno de 0,6%. Hoje, a previsão é de uma queda em torno de -0,5% para a economia japonesa. Estamos falando de economias que representam quase 2/3 do PIB mundial. Obviamente, quando há uma dramática revisão de suas taxas de crescimento para menos, há efeitos que aparecem nas estatísticas. Reporto-me aqui à última edição da revista *The Economist*, que acabou de sair. Vou citar alguns exemplos de países que eram considerados como de extraordinário desempenho em termos de crescimento e de exportações até um período muito recente. Cingapura, por exemplo, teve sua produção industrial, nos 12 meses terminados em junho, acusando uma queda de -16,1%; Taiwan* teve -11,3%; a Malásia teve -9,9%; a Turquia teve -10,4%; a Polônia teve -4,8%; o México teve -3,4%; a Argentina teve -2,9%. São exemplos de um contexto internacional mais adverso afetando economias, em particular aquelas com um alto componente de exportações na composição do seu Produto Interno Bruto. Obviamente, esse fato e suas implicações, em termos de eventuais contrações de liquidez e de investimentos diretos, nos levaram a uma reavaliação do contexto internacional no qual nós, como qualquer outro país, estamos inseridos. Não existe mais a pos-

sibilidade de um país pensar que pode desconectar-se totalmente do mundo.

Apesar de as expectativas para o ano de 2002 não serem de aprofundamento dessa situação, ao contrário, são de recuperação da economia norte-americana e da economia européia, há incertezas no Japão. O fato é que a expectativa que havia de que essa recuperação teria início já no terceiro trimestre ou no segundo semestre deste ano foi postergada por alguns meses, embora o contexto não seja de deterioração.

Tendo em vista as razões internas, lembro a conhecida crise de energia, que haveremos de superar com a resposta da sociedade, como os investimentos a curtíssimo e a curto prazo que estão sendo realizados, com a superação dos problemas de marco regulatório que levaram, em parte, a uma redução de investimentos privados em algumas áreas importantes. Refiro-me a termelétricas a gás e a uma expectativa de que o programa que vem sendo implementado pela Câmara da Crise Energética está funcionando a contento. Portanto, em 2002 a crise energética terá sido superada e facilitará a retomada do crescimento da economia brasileira, que irá crescer perto de 3%, 2,7%, 2,8% este ano. Nossa estimativa é em torno de 3,5% para o ano de 2002, enquanto temos esses tipos de desempenho que mencionei anteriormente.

Foram combinações de razões de ordem externa e interna: crise de energia, incertezas em relação ao processo político. Quero aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, dizer em público que não compartilho com os receios. Creio que faz parte do processo normal de uma democracia moderna e pluralista como a nossa um processo eleitoral com eventuais alternâncias no poder. Portanto, insisto sempre, principalmente quando falo perante públicos externos que já incorporaram tal fato naturalmente a seus processos políticos. Não há qualquer razão para que não considerem que o Brasil também o fez. Estamos em uma democracia, temos eleições. Estas, por vezes, significam um acentuar dos termos em que o debate é colocado. É um fenômeno extremamente positivo para o país e seu futuro.

Esse conjunto de razões nos levou a rever a inclinação inicial e a decisão de buscar apoio preventivo para o programa do Governo brasileiro nas duas últimas semanas de junho. Fomos bem sucedidos – e é o segundo ponto que me proponho a abordar – em alcançar o entendimento em menos de 2 semanas, fato inédito na história da instituição para países que não estão em crise. Creio que é importante levar em conta.

O Brasil, ao longo dos últimos 6,7, 8 anos, mostrou enorme capacidade de superar seus problemas. Em 1994, derrotamos a hiperinflação com o lançamento da URV e do Real, superamos as crises mexicana, asiática, russa, a crise derivada da nossa própria flutuação em 1999, assim como vamos superar a crise de energia e essa atual turbulência externa. Isso foi conseguido com um trabalho que demandou anos, que não é um trabalho do Governo, mas do Executivo, do Legislativo, da sociedade brasileira. Nós transformamos um sistema financeiro falido em 1993 e 1994, incapaz de conviver com um regime de estabilidade relativa de preços, num sistema financeiro que é hoje considerado internacionalmente como um sistema sólido. Isso demandou tempo, envolveu lidar com bancos privados, bancos comerciais e estaduais e bancos federais.

Nós mudamos o regime fiscal deste País, aprovamos a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Ministro Martus Tavares será eternamente merecedor de crédito da sociedade por ter liderado esse processo de discussão e de aprovação. O Congresso entendeu a sua importância ao aprová-lo. Temos acordos que foram negociados ao longo de mais de dois anos com 25 Unidades da Federação – só não os temos com Amapá e Tocantins –, que representam um enorme avanço em relação à situação anterior. Firmamos contratos com 180 Municípios, o que equacionou o problema de suas dívidas.

Portanto, a percepção é a de que o Brasil é um País que foi capaz, ao longo dos últimos sete ou oito anos, de erguer-se à altura dos desafios internos e externos e tem uma agenda de reforma que contempla o controle da inflação, a responsabilidade fiscal, o respeito à restrição orçamentária, o controle da dívida pública consolidada como percentagem do PIB, não como fins em si mesmo, mas como meios para que outros objetivos mais importantes possam ser alcançados.

O nosso objetivo é o projeto do Brasil do Século XXI, que esperamos seja o projeto da sociedade. É um processo que compatibiliza o alargamento progressivo das liberdades individuais com maior justiça social, redução de pobreza e desigualdade, intolerância para qualquer tipo de discriminação em relação a acesso de oportunidades a todos os brasileiros – quero sublinhar esse “e”, sem o qual os outros dois não se conseguem avançar nos outros dois –, eficiência econômica no setor privado e eficiência operacional do setor público, tanto na área regulatória como na área da sua qualidade do gasto social.

Há um reconhecimento do que o Brasil fez ao longo desses anos e do que representou em termos de avanços nas áreas econômico-financeira, político-institucional e social, mudança cultural e de valores, intolerância para com a impunidade e a corrupção, transparência total. Este País nunca teve, como temos hoje, um debate tão livre em que tantos se expressaram tanto tão livremente sobre tantos assuntos, com tanta eloquência, como no Brasil desse início do Séc. XXI. Esse é algo reconhecido, é um grande ativo que nós temos e é uma das razões pelas quais, dentre outras a competência dos nossos negociadores, conseguimos em duas semanas equacionar esse apoio ao programa brasileiro na área macroeconômica.

Quais são os principais elementos desse acordo? São conhecidos de todos que sempre se debruçaram sobre esse tipo de acordo. Nós temos alguns critérios de desempenho – é importante distinguir e eu menciono aqui porque, infelizmente, é uma tendência em certos círculos neste País achar que qualquer número, qualquer que ele seja, com a possível exceção do número das páginas do texto, na verdade representam exigências e imposições de instituições alienígenas sobre a nossa soberania.

Essa é uma visão absolutamente equivocada de quem não participa do processo e que serve a determinados propósitos políticos, mas não correspondem à verdade. É uma discussão na qual o País diz aquilo que está comprometido a fazer, não como a declaração de intenções que promete que fará no futuro; o País mostra o que já fez.

Eu já assinaei em mais de uma ocasião, nesta Casa, que foi no dia 8 de setembro de 1998, menos de três semanas depois da crise derivada da moratória russa, que nós anunciamos em uma entrevista pública coletiva à Imprensa, antes de qualquer conversa sobre o Fundo Monetário Internacional ou qualquer Governo de G-7, que estávamos editando naquele dia um decreto presidencial e uma medida provisória e que anunciamos que já vínhamos trabalhando há algum tempo num programa de estabilidade fiscal para o triênio 1999, 2000 e 2001, e o texto da medida é absolutamente preciso, um programa que terá como objetivo a geração de superávites primários, não por gerá-los, mas os superávites primários necessários para estabilizar a relação dívida do setor público consolidado como percentagem do PIB. Isso foi feito um mês antes das eleições e reiterado pelo Presidente da República dez dias antes das eleições em um discurso público, dizendo que era isso que iríamos fazer ao longo dos próximos três anos, antes

de qualquer conversa com o FMI - Fundo Monetário Internacional. O apoio que tivemos em 1998 foi ao programa brasileiro que aqui foi anunciado publicamente antes da conversa.

Aqui também, nesse processo, estamos anunciando objetivos, porque temos que ter uma política econômica que olhe, além de um horizonte de tempo de curtíssimo prazo, objetivos que hoje são determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pelo Congresso Nacional, e da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso Nacional, que são dois conjuntos de três letras enormemente mais importantes do que as letras FMI. LRF e LDO são dois conjuntos de três letras que, para nós e para o Brasil de hoje, são extremamente mais importantes do que qualquer conjunto de três outras letras de qualquer organização internacional. Isso deixamos absolutamente claro.

Quando tomamos a decisão – nossa, sem consultar ninguém, o Fundo tomou conhecimento pela imprensa brasileira –, em 12 de abril deste ano, analisando o contexto internacional, de elevar o superávit primário que estávamos contemplando para 2002 de 2,7% para 3% do PIB, nós o fizemos porque achávamos que era o que deveria ser feito à luz das circunstâncias que prevaleciam na época e pela nossa visão da situação internacional. Assim como agora apresentamos também o que achávamos que era o limite máximo do que poderíamos atingir, em sã consciência – porque não gostamos de assumir compromissos que não temos condições de cumprir –, anunciamos aquilo que achávamos que era o plausível, razoável, factível, defensável e suficiente para colocar a dívida líquida do setor público consolidado sob controle.

Havia, obviamente, expectativas e estudos de números em muito superiores àqueles que definimos aqui, e os números que definimos para o superávit primário do Governo, isto é, para o setor público consolidado – estou-me referindo aqui a Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais e empresas federais –, é de 3,35% do Produto Interno Bruto brasileiro. Isso é o que está a nosso alcance. Na verdade, o desempenho até julho deste ano, 2001, assegura-nos o alcance desse objetivo, e para o ano seguinte, 2002, à luz dessas circunstâncias que mencionei anteriormente, tomamos a decisão de elevar em 0,5 pontos percentuais do PIB o superávit primário.

Fixamos limites máximos das necessidades brutas de financiamento do setor público – vale dizer, da dívida do setor público consolidado –, reduzimos o piso de reservas internacionais de US\$25 bilhões para US\$20 bilhões, e isso é importante. O que signi-

fica isso? Significa que os mercados viam a margem de intervenção do Banco Central como simplesmente a diferença entre as reservas brutas do País e o piso acordado com o Fundo, que era de US\$25 bilhões. Portanto, se tivéssemos – como temos – a ordem de US\$35 bilhões de reserva, os mercados veriam a diferença, US\$35 bilhões menos US\$25 bilhões, ou seja, US\$10 bilhões de dólares como sendo o total disponível apenas de recursos do Banco Central. Baixamos de US\$25 bilhões para US\$20 bilhões e, portanto, adicionamos mais US\$5 bilhões de reserva à margem potencial de utilização, caso seja necessário, por parte do Banco Central, além dos US\$15 bilhões adicionais que conseguimos neste acordo.

Os outros elementos do acordo não são critérios de desempenho. Refiro-me aqui a um em particular, que foi interpretado de forma incorreta por muitos analistas. O fato é que temos um sistema de metas de inflação anunciado desde maio ou junho de 1999. Anunciamos, naquela época, a meta para os três anos à frente: 8% em 1999 – e as expectativas eram de que ela poderia chegar a mais de 40% quando o fizemos; 6% em 2000; e 4% em 2002. E sempre dissemos que poderia ser mais dois ou menos dois pontos percentuais, informando claramente qual era a razão.

Em 1999, a inflação divulgada pelo IPCA foi de 8,9%. A meta era 8% mais dois pontos percentuais. Portanto, foi cumprida. No ano passado, a meta era 6%. O IPCA ficou em 5,97%, e, portanto a meta foi cumprida. Este ano, a meta é 4%, mais dois ou menos dois pontos percentuais.

No programa – e não é critério de desempenho, mas apenas uma indicação de referência, porque convencemos o Fundo a retirar do programa o critério de crédito doméstico líquido, alegando que ele não serviria a um País que tem uma taxa de câmbio flutuante e um sistema de meta inflacionária como o do Brasil –, é preciso haver uma referência, para o Conselho de Administração do Fundo, sobre indicadores de inflação. E o que incluímos não foi uma meta de inflação, mas a melhor estimativa que existe. Hoje, o último relatório trimestral de inflação do Banco Central para 2001 estima em 5,8% a inflação, como ponto central de uma estimativa – a melhor estimativa que existia à época. Também está lá o processo de mais um, menos um, mais dois, menos dois, caso seja necessário algum tipo de conversa a respeito. Mas não é uma nova meta. A meta é 4%, mais dois; assim como, para o ano que vem, é 3,5% mais dois, ou menos dois. Continuamos comprometidos com essas metas.

Aliás, devo dizer que vi com satisfação um conhecido economista do Partido dos Trabalhadores, coordenador da terceira campanha presidencial do Presidente de Honra do Partido, numa entrevista à Agência Estado, recentemente, manifestar-se a favor do sistema de metas inflacionárias e a favor de maior flexibilidade para esse sistema. Ele diz textualmente – vou repetir suas palavras aqui: “o ideal seria uma meta de inflação de 4%, mais dois, menos dois, em vez dos 3,5%, mais dois, menos dois, que o Governo definiu para 2002”. Se isso é verdade...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Posso esclarecer que ainda será escolhido o candidato à Presidência pelo PT.

O SR. PEDRO MALAN – Eu o ouvirei com enorme prazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a vai se manifestar no momento oportuno.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Oportunamente eu o fiz porque o Ministro é pessoa muito bem informada e faz questão de sê-lo.

O SR. PEDRO MALAN – Senador, eu o ouvirei, como sempre, com o maior prazer. Mas peço-lhe que me deixe concluir minha intervenção, por favor. Conto com sua elegância de sempre.

Foi com satisfação que vi que pelo menos um dos participantes considera o sistema de metas inflacionárias adequado, pois esse sistema sugeriu um determinado valor que, se vier a ter o endosso, o respaldo, o apoio da direção partidária, da sua militância, talvez represente algo importante para o País e para o seu futuro, sem prejuízo, obviamente, de inúmeras outras questões.

É óbvio – sempre insistimos nisso – que o objetivo de um País não é, e nunca foi, preservar a inflação sob controle apenas, como único e singular objetivo. Temos muitos outros objetivos – sempre deixamos isso claro –, e qualquer Governo futuro também os terá. Mas pensamos que a maioria esmagadora da sociedade brasileira – esperamos não estar equivocados – espera de qualquer Governo minimamente responsável pela gestão da coisa pública o controle do processo inflacionário, assim como a responsabilidade fiscal, assim como o respeito à restrição orçamentária, assim como prioridade para o social.

Estou seguro de que terei oportunidade de falar sobre essas questões, ao responder aos comentários que seguramente ouvirei na tarde e na noite de hoje. Estou preparado para essa discussão, da qual nunca me furtei.

Os elementos principais do acordo são conhecidos. É um acordo simples, que envolve questões que são conhecidas em qualquer entendimento sobre isso, e representa aquilo que o Governo brasileiro considerou razoável, plausível e defensável. Tinha o objetivo de mostrar que temos condições de superar as dificuldades do momento presente, que temos apoio internacional. E aquilo que fizemos ao longo dos últimos 7 ou 8 anos é algo que merece reconhecimento internacional, como ficou claro dessa discussão e das conversas que tivemos com ministros da fazenda e presidentes de bancos centrais dos principais países, ao explicarmos que era isso que estávamos buscando junto à instituição.

Não vou entrar aqui, porque não é meu estilo, nunca fui, em nenhuma negociação de que participei, adepto do seu relato em tempo real, on line, das características da discussão, quero apenas lhes dizer que os negociadores brasileiros não têm nenhum complexo de inferioridade, não têm nenhuma inferioridade técnica em relação a nenhum dos seus interlocutores. Pelo contrário, são capazes de defender os interesses nacionais com a competência que lhes é característica. E aqueles que conhecem o Dr. Amaury Bier, o Dr. Guilherme Dias e os participantes dessa discussão haverão de reconhecer.

A última observação que gostaria de fazer é que o acordo é positivo para o País, porque mostra que este período de turbulências, incertezas, riscos e volatilidades pode ser enfrentado por um país com um conjunto de ações internas que toma e com o apoio internacional de que desfruta. Esse acordo permite que o Brasil tenha uma taxa de crescimento maior do que a que teria com a inexistência do acordo, uma taxa de inflação menor do que a que teria com a inexistência do acordo, uma taxa de emprego maior do que a que teria com a inexistência do acordo. Portanto, é nesse contexto e nessa perspectiva que ele deve ser visto. Foi uma ação, a meu ver, perfeitamente justificada, defensável, à luz do agravamento do quadro de incertezas externas com que nos defrontamos. Volto a dizer, de alguns receios, volto a insistir, dos quais não compartilho com o desenvolvimento do processo político doméstico no Brasil, que seguirá seu curso como segue qualquer democracia moderna. Nesse sentido, o acordo, a nosso ver, é perfeitamente defensável e razoável. É o que gostaria de dizer como introdução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado Ministro Pedro Malan. O Senador Edison Lobão, Presidente em exercício do Senado, pede desculpa para se retirar para atender compromissos

inadiáveis no seu gabinete. Solicito ao Ministro Martus Tavares que ocupe o seu lugar e convido o Vice-Presidente da Comissão, Senador Carlos Bezerra, para ocupar lugar à mesa.

Concedo a palavra ao Ministro Martus Tavares para fazer sua exposição. S. Ex^a disporá de 30min.

O SR. MARTUS TAVARES - Sr. Presidente, evidentemente não pretendo fazer uso de todo esse tempo, mas gostaria apenas de cumprimentar todos os Senadores e a Presidência da Comissão e dizer que, de fato, é um prazer estarmos aqui hoje para fazer este debate em torno do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional. Penso que toda a exposição feita pelo Ministro Malan foi bastante ampla e clara, dando as razões e os fundamentos pelos quais o Governo brasileiro moveu-se nessa direção. Para isso, basta acompanhar o cenário internacional para saber da sua importância e tempestividade, dando, portanto, uma resposta e aumentando a nossa resistência a qualquer tipo de perturbação que venha da economia internacional.

Gostaria apenas, Sr. Presidente, de aproveitar a ocasião para sublinhar alguns pontos desse entendimento firmado.

Como disse o Ministro Pedro Malan, com prometo-nos a fazer um esforço adicional. É preciso lembrar que o compromisso do Governo Federal em relação à disciplina fiscal, ao ajuste fiscal, à responsabilidade fiscal, estava posto desde 08 de setembro de 1998, quando discutimos e apresentamos, posteriormente, o Plano de Estabilidade Fiscal, que foi testado em vários momentos e confirmado, sempre com o apoio do Congresso Nacional. É importante lembrar que nunca faltou apoio e compreensão do Congresso Nacional para que houvesse o enfrentamento dessas questões.

No dia 12 de abril de 2001, em vista também do cenário internacional, o Governo, de livre e espontânea vontade — e não poderia ser diferente —, tomou novas decisões, reforçando o programa e os compromissos fiscais estabelecidos para o exercício de 2002. À época, a meta fiscal consolidada...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Pedimos silêncio, por favor. Há um ruído atrapalhando a exposição.

O SR. MARTUS TAVARES – A meta fiscal prevista para o exercício de 2002, em abril deste ano, era de 2,7%. Em vista da conjuntura internacional, decidimos revigorar esse esforço e elevamos essa taxa para 3% do PIB. Agora, estamos fixando a nova meta de ajuste fiscal em 3,5% do PIB. Por que fazer isso?

Não é pelo gosto. Como disse o Ministro Pedro Malan, não há um objetivo em si mesmo. Evidentemente, trata-se de reforçar as condições de estabilidade da economia, de reforçar, portanto, as condições para que haja um crescimento sustentado para a geração de emprego e renda. Esse é o fundamento, o objetivo, a direção do ajuste fiscal. Diante de condições financeiras internacionais distintas, temos, evidentemente, que nos adequar. Isso é fruto da realidade.

No entanto, devemos lembrar de que o Governo Federal, nos últimos três anos, em matéria fiscal, não apenas cumpriu metas, não apenas atendeu a determinados resultados que nos propusemos alcançar. Sempre nos lembramos da LDO, como disse o Ministro Malan. As metas foram sempre fixadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pelo Congresso Nacional.

Ao par de cumprir metas, estabelecer e aprofundar os objetivos fiscais, fizemos um amplo esforço de natureza estrutural e permanente, o que faz com que o quadro fiscal brasileiro seja completamente diferente. De fato, estamos vivendo uma experiência de mudança do regime fiscal, em que estamos não apenas atendendo a determinados objetivos e metas que nos propusemos alcançar, mas também mudando a forma, o comportamento da administração das contas públicas, sempre visando garantir a manutenção da estabilidade.

Esse foi o esforço adicional que fizemos para o exercício de 2002. O Orçamento da União está sendo, neste momento, elaborado já dentro desse novo quadro, desses novos parâmetros. Isso foi feito sem imputar à sociedade uma carga tributária maior. Isso é absolutamente importante. O Presidente Fernando Henrique não propôs, não está propondo e não vai propor aumento de carga tributária para atender a esses resultados fiscais adicionais. Tudo está sendo feito com base em contenção de despesa, numa maior disciplina na execução do Orçamento. No entanto, essa disciplina não vem desprovida, não vem descaçada de compromissos com o social. Os programas na área social serão preservados, os recursos para a área social serão garantidos. Esse é o objetivo de todo esse ajuste. Ao mesmo tempo, estamos fazendo um ajuste, fazendo um esforço, contendo, de fato, a despesa, mas de uma forma criteriosa, onde a área social, onde os projetos estratégicos do País não serão afetados, em particular no que diz respeito aos investimentos na área de energia.

Portanto, esse esforço também - é importante que se diga - é totalmente compatível com o esforço adicional que está sendo feito na área de energia,

com recursos públicos e com recursos privados. Temos critérios na alocação de recursos, temos prioridades estabelecidas, sabemos o que precisamos fazer e estamos fazendo, estamos caminhando nessa direção, sempre com o apoio do Congresso.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que gostaria de acrescentar a tudo que foi dito pelo Ministro Pedro Malan.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado, Ministro Martus Tavares.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, agradeço o honroso convite. Não tenho muito a acrescentar, pois o Ministro Malan fez uma exposição que, creio, cobriu todos os pontos, inclusive, os mais próximos de minha área de atuação.

A minha leitura do acordo, neste contexto de conjuntura adversa, é exatamente essa que foi apresentada. É de um seguro que fizemos com base no crédito que adquirimos e creio que é um sinal de confiança que nos foi dado, a partir de um esforço que é nosso. Confirma a nossa visão de que, mesmo no momento em que vivemos choques de peso relevante - e vários deles, como foi dito aqui -, temos, ainda, sinalizado um caminho de crescimento, de inflação sob controle, de ganho de produtividade. A economia brasileira mudou e por trás dessa conjuntura adversa ou por baixo, na corrente mais profunda, hoje encontramos um resultado de todo esse investimento que tem sido feito em educação, em produtividade. Creio que, superada essa turbulência de curto prazo, temos condições de reengrenar numa trajetória de desenvolvimento.

Um dos requerimentos mencionou questões de balanço de pagamento, talvez possa me antecipar brevemente e procurar um esclarecimento inicial, a título de iniciar o diálogo. Disse que o balanço de pagamentos do Brasil depende de capitais de curto prazo e foi essa a razão da nossa ida ao Fundo. Na verdade, o que ocorreu não foi isso. Temos um balanço de pagamentos caracterizado de fato por um déficit em conta corrente, mas um débito em conta corrente que vem sendo financiado sem o uso dos capitais de curto prazo. Tem sido nosso objetivo justamente evitar a dependência desses capitais que não são uma fonte apropriada para financiar o desenvolvimento com horizonte de longo prazo.

Na realidade, recentemente, ocorreram dois fatores: primeiro, uma queda no nível de investimento

direto. Estávamos projetando algo em torno de US\$ 24 bilhões e agora estamos projetando algo em torno de US\$20 bilhões. Em segundo lugar, em função da desaceleração na economia global e também aqui na nossa região, o nosso saldo em conta corrente, que caminhava para uma redução, não efetivamente atingiu esse resultado.

Foi, portanto, um movimento diferente do que se viu em um número de países que nos últimos seis, sete, oito anos viveram crises financeiras pelo mundo afora. Países que, de fato, dependiam de capitais de curto prazo. Mas, não é o nosso caso.

Existe, no fundo, um clima de incerteza global. É claro que sentimos isso. Eu gostaria, apenas de, a título de conclusão, reforçar o que eu disse, há pouco, na minha breve introdução. Um país que, de repente, se vê confrontado com uma crise em seu maior vizinho, uma crise de energia, uma forte desaceleração da economia global, além da seca e das incertezas e receios, também na área política; um país que se defronta com todos esses fenômenos e, ainda assim, aponta para uma trajetória de crescimento, é um país que em um ambiente mais favorável irá, certamente, deslanchar. Estamos preparados para isso.

Creio que esse acordo, objeto da discussão de hoje, é justamente um mecanismo adequado para o financiamento desse período transitório de dificuldade. Com esse financiamento, os custos desses choques serão menores do que teriam sido. Na verdade, esse é o ponto, a meu ver, mais importante. Uma repetição do que aconteceu em 1999, quando conseguimos superar um momento difícil com um crescimento positivo - modesto, mas positivo - ao contrário de países, como a grande maioria dos casos na Ásia, que viveram recessões profundas.

Muito obrigado, Senador. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Muito obrigado, Senhor Armínio Fraga.

Concluída a primeira fase dessa reunião, destinada à exposição dos dois ministros e do Presidente do Banco Central, iniciaremos a fase destinada às interações.

Evidentemente, aguardo a colaboração dos Srs. Senadores no cumprimento do tempo.

Inicialmente, concedo a palavra ao autor do primeiro requerimento, o de nº 14, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Presidente do Banco Central, cole-

gas Parlamentares. Em primeiro lugar, devo chamar a atenção do Ministro Pedro Malan.

Já lidamos aqui com V. Ex^a, há mais de seis anos, acerca dessas argumentações do Senado da República. É interessante perceber, Ministro, que, de certa forma, há um pouco de desatenção, até no Plenário, quando V. Ex^{as} se pronunciam. Talvez isso já se deva à descrença nas coisas que V. Ex^{as} sempre colocam. Já são seis anos de ponderações que eu ouço nesta Casa.

Dei-me ao trabalho de consultar os dados e uma série de documentos do Banco Central. Com esses dados, entendo, devo mostrar que o programa que V. Ex^{as} vêm exercendo na política econômica brasileira não tem dado resultado.

Primeiro, falemos da carga tributária. Hoje, no Brasil, a carga tributária é a maior da nossa história. Em 1947, ela era 3,8% do PIB. No início do Governo Fernando Henrique Cardoso era 29,4% do PIB e no final do ano 2000 já chegava a 32,6% do PIB. Em nenhum momento, na história do Brasil, houve uma carga tributária tão elevada quanto esta.

Ao par de tudo que o Governo já vendeu, ou seja, das privatizações que foram feitas; portanto, à entrada permanente de dinheiro no caixa do Governo, façamos uma análise, Sr. Ministro, da evolução da dívida líquida do setor público no Governo que V. Ex^a representa.

Em 1994, a dívida líquida do setor público era 29,2% do PIB. Ela foi crescendo para 30,5%; 33,3%; 34,5%; 42,6%; 49,4%; 49,3%, em 2000 e, em junho deste ano, já atingiu 51,3% do PIB. Portanto, é recorde a dívida líquida do setor público no Brasil.

Vamos falar em valores reais dessa dívida líquida. Em final de 1995, eram 208 bilhões; passou para 269, 308, 388, 516, 563 e atingiu, agora em junho, R\$ 619,4 bilhões. Acréscimos reais, de valores ano a ano.

Quanto essa dívida cresceu, apesar de todo o sacrifício a que os Srs. têm submetido o povo brasileiro? De 1995 a 1996, aumentou 61 bilhões. De 1996 a 1997, 40 bilhões. Para 1998, — aí eu chamo a atenção — os dois anos nos quais o Produto Interno Bruto foi menor, no Governo de V. Ex^{as}, exatamente em 1998 e 1999, os aumentos dessa dívida foram os maiores. Em 1997, em 80 bilhões aumentou a dívida pública. Em 1998, 128 bilhões. Em 2000, 47, e só este ano essa dívida já aumentou R\$ 56 bilhões.

Produto Interno Bruto no Governo do qual V. Ex^{as} conduziram a política econômica. Crescimento: 4,2; 2,7; 3,3; 0,2; 0,8; 4,5 e este ano, talvez, 2,5.

Então, vejam que os resultados são pífios; V. Ex^{as} pegaram as reservas cambiais em 51 bilhões e hoje elas estão em torno de 34, 33 — não sei exatamente, mas aproximadamente isso.

Em 1997, o total da dívida externa era 199 bilhões; aumentou para 241 e permaneceu nessa faixa. Hoje, está em 239. Em 1994, era 148, 159, 178. Hoje é 239.

Há 4 anos, os Srs. mantêm essa dívida em um patamar igual, o que significa que o comprometimento deste Governo com essa dívida está acima de qualquer coisa; acima do interesse do próprio povo brasileiro e eu vou mostrar por quê. Esse compromisso externo, os Srs. têm conseguido cumprir a qualquer custo, a qualquer preço. Se bem que quando assumiram o Governo, era 148, e hoje é 239. Mas, de qualquer forma, do ano de 1998 até hoje, praticamente o total da dívida externa se manteve no mesmo valor.

Onde eu quero chegar com essa colocação, Ministro? Essa dívida que os Srs. construíram gera um comprometimento da ordem de 140 bilhões de reais/ano. Vejam bem, um comprometimento em encargos financeiros que a União precisa pagar da ordem de 140 bilhões/ano, o que significa, aproximadamente, 11 bilhões/mês. Daria para fazer mais do que uma Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, com 11 mil megawatts, que representaria um aumento de 18% no potencial energético instalado de todo o Brasil e nós não precisaríamos, talvez, passar pelo que estamos passando.

Em um mês, o comprometimento dessas dívidas daria para construir uma hidrelétrica que levaria 6 anos para ser construída e que representa 18% do aumento do potencial energético do Brasil.

Vejam bem, sempre se coloca a dívida em função da sua relação com o PIB. Mas, vamos colocar essa dívida em função da receita líquida do Governo, que eu acho que é mais importante, porque se trata de um dado real: o dinheiro do povo. A receita líquida do Governo, em 2000, foi 196 bilhões. Até junho de 2001, está em 108 bilhões, o que significa que poderemos chegar ao final do ano com 216 bilhões.

Ora, se nós conseguimos arrecadar da sociedade brasileira 216 bilhões, temos que cumprir o déficit da Previdência, fazer todo investimento, manter o custeio da máquina e ainda tiramos, por meio do superávit primário, cerca de 40 bilhões da sociedade. Talvez, de um total de 210 bilhões, iremos tirar 40 bilhões. Isso significa que 20% de tudo o que se arrecada é só para gerar esse “superavitzinho” — R\$40 bilhões. Agora, pergunto: se se tira da sociedade 40

para gerar esse superávit e fica faltando 100 para atender a necessidade do comprometimento da dívida, em que mágica do mundo, os senhores vão encontrar caminho e rumo para reduzir essa dívida? Não consigo, não consigo...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Eu pediria a V. Exª que, se pudesse, concluísse.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sim, Presidente, mas me permita porque estou dando dados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Eu só queria que V. Exª compreendesse que vários Colegas nossos, para os quais V. Exª está de costas, estão acenando para mim e apontando para o relógio. Estou sendo tolerante, mas compreenda que há muitos inscritos.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Vou concluir. Só digo o seguinte: quando V. Exª diz que para o superávit primário, este ano, estava previsto 2.7% do PIB e vamos chegar a 3%, vamos a mais. Sabe por que, Ministro, digo isso? Por que, no ano passado, havia uma previsão de superávit de R\$32 bilhões. Os Srs. fizeram um superávit de R\$38.16 bilhões; os Srs. foram mais reais do que qual quer rei; os Srs. tiraram da sociedade muito mais do que estava previsto. E a possibilidade deste ano, por que no ano de 2001, até 30 de junho, os Srs. já tinham tirado da sociedade R\$31,18 bilhões, até junho. Imagine quanto os Senhores haverão de tirar até o fim do ano - e já previsto para o ano de 2002. Aí é que não entendo, Presidente desta Comissão, porque votamos no Congresso Nacional... Olhe, Sr. Ministro Malan, a falta de consideração dos Senhores com o Congresso Nacional. Os Senhores mandam uma Lei de Diretrizes Orçamentárias para cá, trabalhamos dia e noite essa lei, houve uma briga enorme no Congresso Nacional para impedir que o superávit estimado para 2002 fosse R\$31,5 bilhões, queríamos uma redução para 24 - o próprio PMDB, o próprio PFL -, e os Senhores impuseram os R\$31,5 bilhões; foi aprovado R\$31,5 bilhões. E, agora, sem consultar o Congresso, fecha um acordo com o Fundo Monetário Internacional para que esse superávit venha a ser 3,5% do PIB, o que vai representar R\$46 bilhões.

Então, quero saber, Sr. Ministro, o seguinte: em primeiro lugar, quero que o Sr. me diga, no momento em que a situação se complica, qual quer ameaça que venha, os Srs. puxam o freio da economia. Vejam que quando tivemos o menor crescimento econômico, foram os maiores crescimentos da dívida brasileira. Agora, os Srs. puxam o freio da economia novamente, porque um superávit monstruoso desse freia a economia. Aliás, está publicado nos jornais de hoje

que o superávit é o maior das maiores 20 economias do mundo, proporcionalmente ao PIB, é o maior superávit do Planeta. Está aqui publicado no Jornal O Globo de hoje, mostrando que o maior superávit é o brasileiro. Então, quero saber qual é a mágica que os Srs. vão usar. E pergunto ao Ministro Martus Tavares, que é o responsável pela elaboração do Orçamento, se V. Exª não se sente mal, não se sente acanhado diante dessa situação onde o Sr. tem ter um Orçamento, mandar para cá um Orçamento que já é diferente da Lei de Diretrizes que aprovamos para o ano seguinte, com uma previsão de R\$46 bilhões de superávit primário, onde destina R\$1.9 bilhão para a reforma agrária, num País que está pegando fogo e estão matando trabalhadores, onde destina R\$9 bilhões para investimento em todo o Brasil, em hidrelétrica, em estradas, em ferrovias, em metrô, etc. Será que não dá acanhamento arrancar da sociedade R\$46 bilhões, e se prever um investimento de R\$9 bilhões e se destinar ao Ministério da Reforma Agrária R\$1,6 bilhão? Sinceramente, eu jamais seria Ministro no lugar de V. Exª e nas condições que este Governo impõe.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Ademir, peço a V. Exª que conclua, porque V. Exª já ultrapassou em muito o tempo.

O SR. ADEMIR ANDRADE – É uma pena, Senador Lúcio, mas eu queria dizer que essas são as razões por termos um sistema penitenciário falido; pelo Governo dizer que vai colocar dinheiro na segurança pública, e o dinheiro está todo preso lá, não saiu até hoje; que, para combater a inflação, fizeram um programa de R\$15 milhões e liberaram R\$600 mil até hoje; o desemprego está aí; os lucros dos bancos são astronômicos, e não se tem dinheiro para aumentar esse salário mínimo vergonhoso, para aumentar o salário do funcionário público, que há seis anos está sem aumento. Enfim,...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Ademir Andrade, V. Exª já está falando há doze minutos. Não quero cortar a palavra de V. Exª.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Quero que o Ministro responda quais são de fato as exigências do Fundo Monetário Internacional, não apenas a do superávit, porque essa já conhecemos. O senhor vai fazer isso, cobrando dos aposentados, vai fazer isso sem dar o aumento do salário, vai fazer isso não aumentando o valor real do salário mínimo? É assim que vai ser cumprida a meta do Fundo Monetário Internacional?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Senador Eduardo Suplicy ficou incomodado quando o Ministro Pedro Malan escalou o candidato do partido

dele, mas o Senador Ademir Andrade, já numa premonição, falou no Governo Malan. Não sei se o Ministro ficou incomodado com isso! Está com a palavra ele.

O SR. ADEMIR ANDRADE – O Presidente Fernando Henrique não entende muito de economia, então quem dirige é o Ministro, não é?

O SR. PEDRO MALAN – Olha, Senador, é sempre um prazer ouvi-lo, ainda quando o senhor mostra estatísticas que são do conhecimento de todos. Eu precisaria de mais tempo, mas vou ficar nos exatos doze a quatorze minutos, que foi o tempo em que o senhor fez a sua longa intervenção.

Eu ia realmente fazer um comentário: o senhor, por duas vezes, referiu-se ao “Governo de V. Ex^a”. Eu quase o interrompi para dizer: “Este Governo é o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do qual sou apenas o Ministro da Fazenda”, mas o senhor corrigiu depois, numa terceira vez. Este é o Governo a que tenho a honra de servir.

Vou fazer comentários rápidos sobre os vários pontos que o senhor mencionou e vou responder a sua pergunta final. Em primeiro lugar, é óbvio, Senador, qual quer um sabe que a carga tributária brasileira de 1947 era muito menor do que a carga tributária de hoje. O Ministro Martus Tavares e o Secretário da Receita Federal têm dito corretamente, a meu ver, que aqui, como em qualquer país do mundo, o que determina a carga tributária não é a volúpia arrecadatória da Receita Federal ou do Governo; o que determina a carga tributária é o nível desejado de gastos de uma determinada sociedade. A carga tributária no Brasil é alta – pessoalmente, eu a considero muito alta para um país que tem o nosso estágio de desenvolvimento econômico e o nosso nível de renda per capita –, mas o senhor sabe muito bem, e cada um dos Parlamentares desta sala sabe muito bem, que lidamos com pressões e demandas cotidianas de aumentos de gastos, todos adicionais, e que a única forma – e eu gostaria que isso fosse mais presente no nosso debate econômico e político, Senador – de lidar com pleitos, desejos, demandas de gastos, todos eles racionais, que fazem sentido, afinal o Brasil é um País de enormes carências, só existem três: ou se aumenta impostos e contribuições, ou se aumenta a dívida pública, ou se traz de volta a inflação. Não nasceu ainda o gênio no mundo – e, posso lhe assegurar, não nascerá no Brasil – que descubra formas diferentes de lidar com desejos de gastos que são permanentemente crescentes e que se realizam como tal sem aumento de carga tributária, de dívida ou sem inflação. Eu gostaria que os dois lados da moeda fossem discutidos

na sua inteireza, e não só o problema tributário ou só o problema dos gastos, sempre meritórios em cada uma das áreas em que o seu defensor o faz. O Ministro Martus Tavares tem uma frase que costumo repetir, porque ela é correta, que diz: “O mérito de um gasto ou de uma despesa não traz consigo, automaticamente, o germe do seu próprio financiamento”. Portanto, esse é um problema que toda e qualquer democracia e todo e qualquer parlamento tem que lidar, e o Brasil não é e não será uma exceção a essa regra, embora, durante décadas, tivemos a todos como sociedade nos iludindo, usando a inflação para fazer de conta que estávamos resolvendo problemas, quando, na verdade, não estávamos. Isso era o que eu tinha a dizer sobre carga tributária.

V. Ex^a mencionou que “apesar das privatizações, o senhor mostrou o crescimento da dívida pública líquida do setor público consolidado”. É verdade, Senador, ela aumentou. Agora, a meu pedido, esteve aqui no Congresso Nacional, no dia 17 de abril de 2001, e virá aqui ao Senado, e virá a esta Casa tantas vezes quantas forem necessárias, o Secretário do Tesouro Nacional. Aqui ele apresentou um detalhado documento sobre a dívida pública no Brasil e sua evolução, mostrando – isso foi intensamente discutido – que dessa expansão da dívida líquida, entre 1994 e 2000, cerca de 40% deve-se ao reconhecimento de dívida, aquilo a que chamamos de esqueletos, passivos contingentes, recuperação do crédito público e transparência, que é o objetivo deste Governo.

Havia inúmeras dívidas já incorridas no passado, passivos já incorridos no passado, decisões de Governos pretéritos que não tínhamos reconhecido nas nossas contas, estavam fora delas. Nós, numa política de transparência – porque acreditamos na transparência –, tomamos a decisão de explicitá-las nas nossas contas. Então, parte desse crescimento, deve-se ao reconhecimento de esqueletos.

No que diz respeito à dívida mobiliária federal, que aparece também em alguns discursos como tendo crescido, como de fato cresceu, 73% desse crescimento, entre 94 e 2000, deve-se ao reconhecimento de dívidas esqueletos e à implementação de programas e decisões de Governo. Somente o equacionamento de problemas de Estados e de Municípios fez com que a dívida mobiliária do Governo Federal crescesse cerca de R\$260 bilhões nesse período.

Pensamos que não poderíamos deixar Estados e Municípios que estavam falidos de enfrentarem-se com a situação de uma dívida crescente e impagável, o que seria, simplesmente, transferir o problema para o futuro.

Portanto, fizemos acordos com 25 Estados e 180 Municípios, o que fez com que a dívida mobiliária federal crescesse. E 73% do crescimento dela foi devido a essas e a outras ações do Governo, que estão todas explicadas aqui. Deixarei este texto com o Presidente da CAE, Senador Lúcio Alcântara, e ficará à disposição de V. Ex^{as}.

Não temos nada a esconder; não temos nenhum problema em vir aqui tantas vezes quantas forem necessárias para dizer: a dívida cresceu, e cresceu por tais e tais razões, inclusive, cresceu também quando cresceram juros, cresceu também a parte que é indexada a câmbio, quando das suas valorizações. Essa é parte do jogo. Agora, é um equívoco dizer que essa dívida foi resultado de um excesso de gastos do Governo ou de incompetência na gestão do endividamento público. Há razões subjacentes a isso.

V. Ex^a diz que o resultado desse período foi pífio, Senador. De 93 até 2002 – são 10 anos –, este País não terá nenhum ano de queda do Produto Interno Bruto Real. Os dois anos a que V. Ex^a fez referência – 98 a 99 – foram dois anos de muito pouco crescimento – 0,2 e 0,8 – portanto, que dá do Produto Interno Bruto per capita. Agora, pífio, Senador, foi o resultado dos 12 anos anteriores, entre 81 e 92. Nesses 12 anos, tivemos 7 anos de queda do PIB per capita no Brasil. E a inflação passou de menos de 100 para mais de 3.000%. Isso é que é pífio. E o Brasil estava completamente desacreditado do ponto de vista de qualquer avaliação, internacional e doméstica.

Portanto, essa idéia de que as coisas estavam indo bem e que, de repente, não mais que de repente, eis senão quando surge o Governo Fernando Henrique Cardoso e as coisas se deterioram, é uma visão absolutamente equivocada, sem perspectiva e movida por propósitos políticos.

V. Ex^a menciona a dívida externa. É verdade – US\$239 bilhões –, mas com grande diferença: no início dos anos 80, ela era toda praticamente pública. Agora, desses 239, apenas 92 são dívida pública. E pública: Governo Federal, Estados, Municípios e empresas públicas federais, estaduais e municipais. Se considerarmos somente a federal e descontarmos as reservas internacionais, isso será menos de 10% do PIB. Portanto, não é o problema. A dívida privada externa são R\$140 bilhões, mas é dívida privada, de grandes empresas nacionais e estrangeiras.

O SR. ?? – (aparteante não identificado; fala fora do microfone)

O SR. PEDRO MALAN – Não, se não, isso são dívidas do setor privado, nacional e internacional. Essa é a razão pela qual me insurji quando alguns,

com apoio de alguns grandes Partidos de oposição, propuseram, explicitamente, a suspensão dos pagamentos da dívida externa, como se fosse razoável a suspensão de pagamentos da dívida externa, de parte pública – 40% do total – e parte de grandes empresas privadas, nacionais e internacionais. Isso não é função de Partido de oposição, nem aqui nem em lugar nenhum do mundo.

Sobre a questão que V. Ex^a mencionou, de onde se quer chegar, se essa dívida não gera compromimentos, a resposta é: gera, ela gera obrigações. Toda dívida gera obrigações: as que eu tenho, as que V. Ex^a tem, e cada um dos presentes aqui que tenha dívida, são obrigações, pelas quais somos responsáveis e temos responsabilidade.

O que me preocupa, sobre a pergunta de V. Ex^a, vou-lhe dizer toda franqueza, é uma idéia que infelizmente existe e a gente de boa fé é que a defende. Infelizmente existe, que diz o seguinte:

Elas são tão equivocadas, quanto ingênuas. Se deixássemos de pagar essa dívida não aconteceria nada, primeiramente, tudo continuaria como “dantes no quartel de Abrantes”, não haveria nenhum efeito sobre a economia: investimento, emprego, atividade e os “recursos a serem liberados” estariam automaticamente disponíveis para serem investidos em geração de renda, emprego, gasto na área social.

Se fosse assim, Senador, o problema do desenvolvimento econômico social já teria sido resolvido há muito, em qualquer país do mundo. Era só um país se endividar, as empresas se endividarem, consumidores se endividarem, de tempos em tempos dar um calote nesse pagamento e não aconteceria nada, supostamente – por que é verdade que acontece –, e utilizavam os recursos que estavam assim disponíveis, sobrando, liberados para outros tipos de investimentos. Infelizmente, não é assim que as coisas funcionam no mundo real, não há mágica; como não há mágicas no trabalho aqui, que peço que todos interessados no termo leiam, mostra que estamos fazendo o que deve ser feito; ou seja, estamos alongando o prazo da dívida; o prazo médio da dívida pública federal, em dezembro de 1999, era de 27 meses; em dezembro do ano passado era de 43 meses; o vencendo, nos primeiros 12 meses, era de 53%, vencida em 12 meses; em dezembro de 2001, 27% vencida em 12 meses. Hoje temos papéis de 1, 2, 3, 5, 7, 10, 20, 30 e 40 anos na dívida externa; e temos papéis na dívida interna até 20 anos. Estamos alongando a dívida, tanto externa quanto interna, voluntariamente, e esse é o caminho.

V. Exª tem razão quando diz que não há mágicas, não há piruetas e principalmente não são essas soluções simplórias de achar, como votou a militância e a burocracia de alguns Partidos de Oposição, pela suspensão dos pagamentos das dívidas interna e externa – 95% votaram –, e tenho toda a documentação disponível para quem tiver interesse. Isso não é uma acusação leviana, tenho documentos aqui para demonstrar para quem estiver interessado.

Chego à sua última pergunta.

Em primeiro lugar, quero negar a falta de consideração para com o Congresso. Vou pedir ao Martus Tavares que comente sobre isso.

V. Exª quer saber por que a cada situação de crise temos que enfrentar dificuldades, não é isso? É da velha natureza do problema. Numa situação de crise, o país tem que responder à ela, e não achar que a crise não existe, que pode passar por ela inólume, sem sofrer qualquer consequência. Não é possível desconectar-se da economia internacional, infelizmente. Alguns poucos países que o fazem ainda, mas não quero mencioná-los aqui, porque nenhum deles é uma experiência bem sucedida.

V. Exª pergunta: – “Qual é a mágica?”

A resposta, Senador, é que não tem mágica, não há pirueta; o que existe é trabalho, necessidade de persistência, de trabalhar sem a visão de curtíssimo prazo; não há Deus, não há candidato a Deus nessas coisas. Quem disse isso reconhece que não há mágica, que os problemas são difíceis, são complexos, que não têm soluções à curtíssimo prazo. É um reconhecimento dessa questão.

A última pergunta, para terminar.

V. Exª pergunta: – “Quais são as exigências do FMI?” Sei que estas expressões “exigências, ditames do Fundo” têm um enorme apelo para um certo tipo de discurso. Quero dizer que não há exigências nesse sentido. O que há é uma instituição que não é monolítica, tem vários dos seus departamentos, tem gente que faz lá os seus modelos de dinâmica de dívida e que diz: – Nós achamos que se o objetivo de vocês é controlar a relação dívida/PIB, o superávit primário deveria ser pelo menos de tanto, e nós dissemos: – Nós não estamos de acordo. Mostramos os nossos argumentos, mostramos os nossos cálculos, mostramos a nossa argumentação e não há exigência. O que há ali é o que achamos que é razoável, o que é plausível. Portanto, recuso-me a aceitar essa crítica fácil de que o Brasil negocia sem soberania, de que o Brasil aceita criticamente toda e qualquer imposição que lhe é feita do exterior, porque essa visão

não corresponde à realidade – quero assegurar-lhe isso.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Ministro Martus Tavares quer acrescentar alguma coisa?

O SR. MARTUS TAVARES – Gostaria de repassar um ponto que o Ministro Malan colocou e toda a explicação foi dada em relação a evolução da dívida, os principais fatores que explicam essa expansão da dívida, mas quero lembrar ao Senador Ademir Andrade que a variável que importa do ponto de vista macroeconômico, e que é um padrão internacional, é a relação dívida/PIB e não o valor da dívida em absoluto. É importante lembrar que se fosse efetivamente só a dívida em absoluto nós teríamos que fazer superávit maiores inclusive e teríamos problemas mais graves, porque o superávit, apesar de ser alto, cobre pouco mais da metade de juros de um estoque de dívida do passado. O Ministro Malan demonstrou, à exaustão, como também teve oportunidade de ter o mesmo procedimento o secretário do Tesouro para demonstrar os fatores que explicam a expansão dessa dívida.

Então, estamos seguindo e tendo como referência, como de resto é o que se faz no mundo inteiro, é o parâmetro ao qual se avalia e nós nos balizamos e seguimos esse mesmo tipo de comportamento, que é procurar estabilizar ou manter sob controle a relação dívida/PIB. Esse foi o objetivo nosso quando da edição do plano da estabilidade fiscal em setembro de 1998.

Um outro ponto que eu gostaria de ressaltar e que já foi posto pelo Ministro Malan é quanto a carga tributária. A carga tributária define o que a sociedade está disposta a pagar, é um limite. Tenho mencionado e na indagação que o senhor me fez me relatou que não gostaria de ser Ministro de Planejamento para ter esse tipo de desafio que, de fato, pouco tenham interesse e talvez por isso eu seja o Ministro do Planejamento. Não existe uma demanda muito grande em cima desse cargo. De fato, o meu papel, o meu objetivo, a minha função é dar conta de administrar essa restrição versus as necessidades que toda a sociedade tem.

Então, gostaria de aproveitar a oportunidade para lembrar as contradições que ouvimos com muita frequência e que, de certa forma se entendi as palavras de Exª, há uma contradição. O senhor questionou por que não se faz outra coisa em vez de pagar algum outro tipo de despesa, talvez se referindo a juros, por que se mantém o salário mínimo como está e não se aumenta o salário dos servidores e o nível de

investimento, que é tão baixo. Como disse o Ministro Malan, efetivamente não existe mágica a questão é complexa e tensa.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para lembrar que existe a carga tributária, que é o quanto a sociedade está disposta a oferecer ao Estado para lhes prestar serviços, é para isso que são recolhidos os tributos. Com muita frequência nessa questão as pessoas não querem compreender a restrição e foi isso que foi feito na Lei de Responsabilidade Fiscal. Introduzimos uma lei, quase natural, de que duas despesas não poderiam ser financiadas com a mesma fonte de recursos ou "n" despesas não poderiam ser financiadas com a mesma fonte de recursos (sublinhado), quer dizer, existe uma restrição. Então, quando demandamos mais recursos, salários, um salário mínimo maior, temos que compreender que existe um limite, uma restrição e que temos que fazer as escolhas, ou seja, dentro do montante que a sociedade nos disponibiliza para administrar, que é isso que o Estado faz, administra os recursos que a sociedade lhe atribui, administrar para que os serviços sejam devolvidos na forma de bens ou serviços, é limitado e, portanto, temos que fazer escolhas. É isso que fazemos no orçamento.

Então, a cada ano, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo desses 7 anos de mandato, tem mandado a proposta orçamentária para o Congresso, que é alterada pelo Congresso Nacional e aprovada. No entanto, não podemos fugir disso, pois o Presidente gostaria de investir mais, o Presidente gostaria que o salário mínimo fosse mais alto, gostaria que o salário de todos os servidores fosse mais alto, gostaria de gastar mais em saúde, educação, transporte, em energia, gostaria de gastar mais em tudo. No entanto, existe o limite que é o quanto a sociedade está disposta a oferecer para essa finalidade. Esse limite, de fato, torna a coisa complexa e temos que fazer escolhas. O Governo não faz sozinho, o Governo faz uma proposta ao Congresso que concorda ou não com ela quando aprova o Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

V. Exª dispõe de 2 minutos, em respeito aos demais Colegas que estão inscritos.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Ministro, a mágica que V. Exª tem prometido ao povo brasileiro, não tem cumprido. Quando falo em mágica, é por que não há como resolver o problema da forma como V. Exª está conduzindo a economia em nosso País. Se eu tenho um comprometimento de 140 bilhões de rea-

is/ano e extraio da sociedade 40, uma grande parte desse dinheiro vai se somar ao capital dessa dívida e ela jamais diminuirá.

O Ministro Martus Tavares colocou bem a preocupação dele. Olha o que o Ministro Martus Tavares colocou: sua preocupação é manter a relação com o PIB. Ministro, no Governo do Presidente Fernando Henrique, essa dívida passou de 29.2 para 30.5, para 33.3 e hoje chegou a 51.3. A última vez que o Ministro Pedro Malan esteve aqui, S. Exª disse que não poderia ultrapassar - inclusive, o Presidente do Banco Central estava aqui nesta Comissão, e sou capaz de pegar as notas taquigráficas. V. Exªs afirmaram aqui que a relação dessa dívida não ultrapassaria 45% do PIB. V. Exªs disseram isso aqui na Comissão. Já está em 51.3 e não tem como pagar. O Srs. estão sacrificando o povo brasileiro, é exigindo superávit primário que é o maior do Planeta. Diga se não é Sr. Ministro. Não há como resolver.

V. Exª disse aqui que não faria mais acordo com o FMI. Há pouco tempo atrás, disse que o acordo se encerra em 2001, não haverá novo acordo, foi a afirmação que V. Exª fez, e estamos fazendo um novo acordo. V. Exªs estão levando este país à falência. Não há como sustentar essa política econômica e essa dívida.

Se os Senadores não tomarem atenção, mais tarde, daqui a um ano, voltamos aqui já falidos e os Srs. com essa conversa simpática, tentando ser convincente.

É uma pena que o tempo seja tão pouco.

O SR. PEDRO MALAN – Eu também adoraria passar horas conversando essas coisas com o Sr. – acredite. Infelizmente, há outros inscritos.

Em dois minutos, em primeiro lugar, nunca prometi qualquer mágica, nunca, não acredito em mágicas, quero repetir aqui. Não sou mágico, não sou mercador de ilusões, este Governo não tem nenhum mágico, não tem nenhum mercador de ilusões, nenhum messiânico salvacionista, nenhum voluntarista e nenhum autoritário para achar que problemas se resolvem por algumas dessas variantes. Quanto mais rapidamente o País, como um todo, se der conta disso, que não tem salvador da pátria, melhor para nós todos.

Em segundo lugar, estou em desacordo com V. Exª quando diz que não tem como pagar e não tem como resolver, que o Brasil não tem saída. Não é a nossa experiência histórica, isso é um derrotismo que não aceitamos. Não é verdade que o Brasil não tem saída, que o Brasil não tenha solução, que o Brasil

não tenha como resolver seus problemas. Vai resolver seus problemas, não tenha dúvida que vai, como resolveu outros mais graves no passado. Não é verdade que temos o maior superávit do Planeta. Isso é uma história que aparece com frequência, pois o Brasil é um grande país, tem um PIB de 1 trilhão e 200 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Ministro Pedro Malan, o tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. PEDRO MALAN - Só para concluir... não, não vou falar mais nada.

O SR. ADEMIR ANDRADE - O País tem o maior superávit das 20 maiores economias do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Ademir Andrade, V. Exª não pode mais intervir, já terminou a sua réplica.

O SR. ADEMIR ANDRADE - V. Exª está sendo muito duro.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Tenho que adotar a mesma regra para os Ministros e para os Senadores. As regras estão no nosso Regimento, as pessoas estão inscritas. Ou disciplinamos o trabalho ou então não vamos ter controle da situação.

Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Apenas para dizer que V. Exª exprime o desejo da maioria dos Senadores membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Muito obrigado.

Senadora Heloisa Helena, por favor, ajude-me, porque com V. Exª eu tenho uma dificuldade especial. Então, eu gostaria que V. Exª colaborasse e ficasse nos cinco minutos.

A SRª HELOISA HELENA – É difícil, mas tudo bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, primeiramente, saudar a presença dos Ministros e do Presidente do Banco Central.

Em alguns momentos, esse debate gira entre o estarecimento e a indignação.

É evidente que muitos dos dados foram apresentados pelo Senador Ademir Andrade. E eu estou aqui com um pronunciamento que foi feito por V. Exª, Ministro Malan, em 1998, quando esteve nesta Casa discutindo também um acordo com o FMI, e é evidente que as coincidências no discurso talvez reflitam

uma coerência do ponto de vista da elaboração do pensamento de V. Exª.

V. Exª fez exatamente as mesmas considerações para justificar o acordo do Fundo Monetário, em 1998, ou seja, combinações externas e internas, turbulência interna, operação de natureza preventiva, incertezas naturais associadas ao calendário político, “os dados que muitas vezes são apresentados não significam metas e compromissos formais, mas apenas metas indicativas, sujeitas à contínua revisão e discussão, em termos de diálogos que mantemos com o FMI”. Do mesmo jeito, em 1998, V. Exª dizia que na relação com o Fundo Monetário Internacional “não tinha um complexo de inferioridade ou síndrome de coitadinho”.

O discurso de V. Exª, hoje, nesta Casa, de fato é baseado, certamente por coerência em função do pensamento, nos mesmos argumentos que, naquele momento, justificaram a ida ao Fundo Monetário Internacional.

É evidente que esta Casa – e considero importante que fique registrada a opinião da Oposição em relação a esse tipo de acordo –, embora tenha havido uma polêmica, inclusive com a participação do Ministério Público e da Justiça, em relação à ausência do Senado nesse tipo de acordo, continuamos entendendo que o art. 52, inciso V, da Constituição estabelece como prerrogativa exclusiva do Senado autorizar previamente a relação de operações externas de natureza financeira. E a nossa interpretação é que isso não se restringe apenas ao caso em que o acordo com o Fundo Monetário implique a liberação de recursos, por instituições multilaterais de financiamento e que caberia ao Senado apenas autorizar as operações de crédito, fruto de um acordo já definido pelo Executivo com o Fundo Monetário Internacional.

Do mesmo jeito, sei que a resposta já foi dada e certamente será repetida, porque já foi pelo mesmo Presidente da República e por V. Exª, Ministro da Fazenda, de que, em relação ao Fundo Monetário, era a chamada liberação de direitos especiais de saque, de moeda estrangeira, que não é precedida de nenhum instrumento contratual. E o que precisamos efetivamente saber, porque é o mais importante nesse debate, é qual instrumento contratual, qual a contrapartida que será dada pelo Governo Federal.

É evidente que não aceitamos a conceituação da chamada “Operação Clássica de Empréstimo”. Entendemos que isso é uma operação de crédito, sim. Existe, inclusive, uma garantia da União. Se a garantia não é real, é uma garantia que chamamos de fidejussória, porque é uma garantia de palavra, assi-

nada pelo Chefe do Executivo. Então, obrigatoriamente, carecia da participação da Senado. E até porque, como mexe na vida nacional, se o Senado se respeitasse, efetivamente tinha a obrigação de fazer parte desse debate.

Não vou fazer o debate sobre o Fundo Monetário Internacional, até porque a simplória avaliação que tenho do Fundo Monetário Internacional - creio que ninguém aqui está com o juízo suficientemente comprometido para achar que é uma instituição financeira - é que o FMI oscila entre a caracterização de parasita ou de sa-pró-fito da humanidade, mas nós não vamos nos convencer, nem V. Ex^a a mim, nem eu a V. Ex^a, sobre o papel dessa instituição, que não é filantrópica. É uma instituição que está a serviço dos interesses dos credores internacionais.

Na exposição feita por V. Ex^a, tivemos a confirmação, que está aqui também na página do Fundo Monetário Internacional, em que Mr. Koehler diz que está preparando a recomendação, inclusive para o acordo. A forma verbal utilizada - acho que foi o participio passado -, o entendimento firmado, o acordo firmado... De fato, V. Ex^{as} estão trabalhando a partir do pressuposto de que o acordo já está firmado.

O que me interessa neste momento, por mais que eu ache muito interessante os estudos sobre o genoma e a belíssima complexidade da subjetividade humana, é analisar o papel do mercado. Por exemplo, como os rumores - um mercado que é aparentemente frio, calculista e tecnocrata -, os boatos e as supostas crises da Argentina fazem-nos oscilar entre histeria, pânico ou qualquer outra coisa?

Da mesma forma, não posso deixar de achar até interessante, por parte de V. Ex^a, Ministro, quando V. Ex^a faz muita questão de se apresentar como um suposto manto de neutralidade política, sempre fazendo considerações de que no debate virão comentários políticos. V. Ex^a também faz muitos comentários políticos em relação aos partidos de Oposição, à sua militância e à chamada burocracia partidária.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Senadora Heloisa Helena, por favor, conclua.

A SR^a HELOISA HELENA - A minha pergunta é a que foi feita pelo Senador Ademir Andrade e que não foi respondida por ninguém: qual é a contrapartida do Governo Federal em relação a isso?

V. Ex^{as} podem dizer centenas de vezes que são apenas metas indicativas, sujeitas à continuação e revisão, mas qualquer pessoa de bom senso, analisando todo esse processo, verá que há cortes pela não-execução orçamentária, cortes na previsão orçamentária.

Nem vou repetir aqui essa questão gravíssima da crise do setor elétrico. Queremos saber sobre a preservação, o montante dos investimentos. A questão do custeio sempre foi isto: contingenciamento do custeio, achatamento da questão salarial do servidor público, cortes nas políticas sociais, contingenciamento, não-execução, continuidade do processo de privatização, a velha fórmula de alienação de ativos.

Portanto, o que queremos saber objetivamente é: qual é a contrapartida do Governo Federal, o que foi negociado, se é meta, se é condicionalidade, o que é que foi negociado. Queremos discutir isso, temos o direito de discutir. Entendemos, inclusive, que, legalmente, à luz da ordem jurídica vigente, já deveríamos ter feito isso. Então, pelo menos isso queremos saber; quais as condicionalidades, o que foi negociado, quais as metas estabelecidas, o que efetivamente vai ser feito. Vai ser dada continuidade ao processo de privatização das nossas hidrelétricas, das nossas empresas de saneamento e abastecimento?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Senadora Heloisa Helena, V. Ex^a já esgotou, e muito, o seu tempo. Por favor, conclua.

A SR^a HELOISA HELENA - Quero saber, quero que haja uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan para responder às perguntas de V. Ex^a.

O SR. PEDRO MALAN - Senadora Heloisa Helena, é sempre um prazer ouvi-la. Gosto da sua eloquência, da sua articulação e do modo como defende as suas opiniões.

Deixe-me fazer um comentário rápido sobre o acordo anterior.

É verdade, eu vim aqui e defendi o acordo anterior. Devo dizer que foi um acordo bem-sucedido. Conseguimos evitar uma crise grave, que estava em gestação em 1999. A economia brasileira voltou a crescer ainda em 1999, cresceu 4,5% em termos reais no ano 2000 e estava em condições de crescer 4,5% em 2001 e 2002, com queda do desemprego, com o aumento do investimento e com o aumento de exportações.

Portanto, o programa cumpriu os seus efeitos, sim, tal como dissemos aqui, no final de 1998.

Sobre essa questão de natureza jurídica a que a Senadora faz referência, eu queria fazer uma distinção entre forma e substância. Os advogados, inúmeros advogados de bom calibre neste País e no resto do mundo, interpretaram, desde 1946, que um país, ao firmar os acordos constitutivos do Fundo Monetário

rio Internacional – o Brasil foi um dos 29 ou 30 que o fizeram, em 1946, e esses acordos foram aprovados pelos parlamentos à época – estava definindo mecanismos de compra e recompra de moedas, de troca de moedas, que é como foi definido o mecanismo de acesso dos recursos ao Fundo em outra moeda que não é a sua.

Não sou jurista, não quero entrar nessa discussão, mas o fato é que foi com base nessa interpretação que nenhum acordo formal com o Fundo, na nossa História, foi submetido formalmente ao Parlamento, e essa é a razão por que não são submetidos aos Parlamentos de outros países membros do Fundo.

Mas não quero entrar nisso aqui porque estou mais preocupado com a substância do que com a forma. O que importa para mim aqui é a substância. Nós não temos nada a esconder e não nos furtaremos a encaminhar a esta Casa e a esta Comissão toda a documentação relevante, que, no fundo, no fundo, é um memorando técnico de entendimento e um memorando de política econômica, onde tudo o que foi acordado está ali para discussão. Não está pronto ainda, quando estiver estará aqui.

Quero rejeitar categoricamente afirmações irresponsáveis – vou usar uma palavra forte, mas é a palavra apropriada – de um candidato a Presidente, que diz que, neste acordo, o Brasil havia se comprometido a privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Isso é uma irresponsabilidade total, porque isso nunca foi dito. Na verdade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso se comprometeu por escrito. Estou falando das três empresas a que essa pessoa se referiu. É uma irresponsabilidade. Temos uma decisão clara a esse respeito, feita por escrito pelo Presidente da República numa carta enviada ao Presidente desta Casa, e eu disse de público, em mais de uma ocasião, que este Governo não privatizaria nem o Banco do Brasil, nem a Caixa. Portanto, acho que é uma leviana assacadeira contra a nossa honra dizer que nós lá, na calada da noite, secretamente, estávamos discutindo privatizações desse jaez.

Queria deixar claro isso, porque existe essa idéia, que prevalece em alguns círculos, que têm alguns acordos de coqueira, alguns entendimentos que são feitos lá e de que ninguém tem conhecimento, que são, como foi dito aqui, contrapartidas e exigências que não podem ser dadas ao conhecimento público. Quero-lhes assegurar que isso não é verdade. O que foi acordado é o que está aí. É o superávit primário de 3,35% do PIB em 2001; é um superávit primário

de 3,5% em 2002, que não é o maior do Planeta, Senador, volto a insistir nessa questão.

O SR. ?? – (aparte ante não identificado; fala fora do microfone)

O SR. PEDRO MALAN – Nem tudo que aparece no jornal está correto, Senador. Infelizmente isso acontece. Estou falando em percentagem do PIB, em valor absoluto. Como o Brasil é muito grande, às vezes as coisas em valor absoluto parecem muito grande. Por exemplo, teve um jovem pesquisador paulista que fez uma “pesquisa”, que também saiu no jornal em primeira página, dizendo que o Brasil era o terceiro pior país do mundo em termos de número absoluto de desempregados. Sabe qual era o quarto, Senador? Eram os Estados Unidos da América do Norte, com uma taxa de desemprego de 4%, que, aplicada a uma força de trabalho de 140 milhões de pessoas, dava 5,6 milhões e era o quarto pior país do mundo em termos de volume absoluto de desempregados, o que é uma tolice mas que, no entanto, mereceu uma pesquisa e uma manchete de corpo inteiro, numa página inteira de jornal.

O SR. ?? – (aparte ante não identificado; fala fora do microfone)

O SR. PEDRO MALAN – Mande, por favor, tenho o maior interesse. Em percentagem do PIB não é o maior do Planeta.

Senadora, desculpe, estou falando demais. V. Ex^a mencionou o meu suposto manto de neutralidade política. Não tenho manto de neutralidade política. Sou Ministro da Fazenda deste Governo. Posição de Ministro da Fazenda é uma posição política por definição, e tenho feito algo que sei que está um pouco fora de moda. Sei que, hoje, pessoas consideram que está fora de moda defender o Governo Fernando Henrique Cardoso politicamente, e tenho feito isso. Nunca fui de modismos e não vou passar a sê-lo a partir de agora: porque saiu de moda deixo de defendê-lo. Vou defendê-lo.

Penso que o País mudou nesse período. Temos inúmeros problemas por resolver, que são tarefas de futuras – não futura – gerações, futuras administrações, mas penso que fizemos um avanço expressivo.

Cobro certas coisas, sim, dos Partidos de oposição, e vou continuar a fazê-lo como Ministro da Fazenda do Governo Fernando Henrique Cardoso, não como candidato, embora eu saiba do prazer que alguns derivam em escrever, dizer e repetir o que eu nego há um ano e meio: que não acalento, jamais acalentei qualquer sonho ou projeto político pessoal.

Estou falando como Ministro da Fazenda deste Governo e vou continuar a fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, por dois minutos, a Senadora Heloisa Helena.

A SRª HELOISA HELENA - Insisto, mais uma vez: eu quero saber como o Governo irá estabelecer a contrapartida. É evidente que o Fundo Monetário, ao estabelecer um novo recurso... Eu quero saber se são condicionalidades, metas, contrapartidas. Como o Governo vai operacionalizar contingenciamento, cortes e se tem continuidade do processo de privatização? É o mínimo que o Congresso Nacional precisa saber. Vai vender as hidrelétricas? Tem continuidade de o processo de privatização? Vai ter contingenciamento do custeio? Vai ter contingenciamento das políticas sociais? A não-execução orçamentária já nesse primeiro semestre, o que efetivamente ela significa? É isso que precisamos saber! Ao menos isso o Congresso Nacional precisa saber! E mais: o Congresso americano já estabeleceu a condicionalidade sim, inclusive no aumento de capital dos Estados Unidos junto ao Fundo Monetário Internacional, coisas até graves de que garantir-se que os recursos por eles disponibilizados para os países emergentes não fossem utilizados de forma direta ou indireta para subsidiar indústrias no setor de microcondutores, siderúrgico, automobilístico, têxtil, que é justamente para preservar os interesses econômicos dos americanos em relação aos chamados países emergentes.

Então, insisto, mais uma vez: eu quero saber como efetivamente vai ser construído isso. Porque simplesmente a construção do superávit não diz o que o Congresso precisa saber, o que o povo brasileiro efetivamente precisa saber.

O SR. PEDRO MALAN – Senadora, eu agradeço.

O Ministro Martus Tavares quer fazer um comentário, mas o meu é de trinta segundos apenas. Essas questões nós não as discutimos com os técnicos do Fundo Monetário Internacional, elas são resolvidas aqui. Não entramos na discussão sobre a composição dos gastos, sobre a composição da receita com o Fundo. Discutimos qual é o objetivo que nós achamos que é defensável para estabilizar a dívida. É o agregado. O Fundo Monetário não discute conosco qual deve ser a privatização que tem que ser feita.

A SRª HELOISA HELENA – Não discute qual a privatização, mas a continuidade do processo de privatização sim.

O SR. PEDRO MALAN – Isso é política deste Governo anunciada há oito anos.

A SRª HELOISA HELENA – Sr. Ministro, entendendo as políticas que V. Exª falou que são do Governo. O que o Congresso Nacional tem direito de saber é como vão atingir as metas.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senadora Heloisa Helena, por favor, pedi a colaboração, porque é sempre antipático chamar a atenção para o tempo, mas, enfim, é o meu de ver. Já estou pensando, quando for a vez do Senador Pedro Simon, como vou fazer. Mas S. Exª vai me ajudar. S. Exª se zanga, é um negócio. Quando vi S. Exª entrando, gelei.

Com a palavra, o Ministro Martus Tavares.

O SR. MARTUS TAVARES – Complementando o que foi dito pelo Ministro Malan – era exatamente o ponto que eu ia mencionar, Senadora –, quero dizer que o acordo com o Fundo não segue compromissos em detalhe, de forma alguma. Temos um compromisso do ponto de vista do resultado fiscal consolidado. Nem mesmo a distribuição desse resultado de 3.35, como é o caso de 2002, nem isso é discutido. Quanto é que o Governo central vai fazer? Quanto é que as empresas estatais vão fazer? Quanto é que Estados e Municípios vão fazer? Para este tipo de coisas não entramos em discussão. Não discutimos reajuste ou não de servidores; não discutimos reajuste ou não de salário mínimo. Estas questões quem vai discutí-las somos nós com o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Por favor, Ministro, conclua.

A SRª HELOISA HELENA – Então, vamos discutí-las agora, estamos aqui para isso!

O SR. MARTUS TAVARES – Senadora, a forma e o fórum não é exatamente este.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senadora, mesmo quando discordamos, temos a obrigação de prestar atenção.

A SRª HELOISA HELENA – Mas o Senador Bello Parga está..., Repreenda os dois ao menos.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Ministro Martus, por favor, conclua.

O SR. MARTUS TAVARES – Eu estava mencionando que o lugar não é exatamente este, porque tem instrumentos pela qual vão ser operacionalizadas essas decisões. O resultado fiscal de 3,5%, que está previsto, está expresso no Orçamento Geral da União que vem para o Congresso Nacional, que tem um superávit que compõe estes 3,5%. Vem o orçamento das empresas estatais que também vai ser discutido no Congresso Nacional. A única parcela que não vem

é aquela que é devida a Estados e Municípios, porque não cabe ser discutido aqui. E dentro do Orçamento Geral da União discute-se os investimentos, discute-se receita de privatização, discute-se salários dos servidores e salário mínimo. Todas essas questões vão ser discutidas. Está em jogo apenas um entendimento que aceitamos o compromisso de fazer um superávit primário, em 2002, de 3,5% do PIB. O resto vai ser discutido oportunamente pelos respectivos orçamentos.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, nobres colegas, é uma satisfação estar aqui na presença do Ministro Pedro Malan, do Ministro do Planejamento Martus Tavares e também do Presidente do Baco Central Armínio Fraga.

Sei que para um acordo com o FMI sempre há uma certa exigência de um ajuste fiscal. Alguns ajustes são necessários para que algumas metas sejam alcançadas. Não há a menor dúvida. E eu às vezes me questiono, não sei se tem procedência ou não. Um jornal do meu Estado, Santa Catarina, de anteontem, veiculou que o reajuste de 20.72% da última semana vai incidir nas empresas e no bolso dos consumidores em relação à energia elétrica.

Trago isso porque me questiono e as pessoas nos perguntam a respeito.

Ainda nesse final de semana, em Santa Catarina, me indagaram: Maldaner, como vamos explicar essa questão do aumento de 20.78% na energia?

Tenho aqui comigo o jornal que diz o seguinte: de maio de 95 a julho de 2001, o custo de vida subiu 70%; no mesmo período, de maio de 95 a julho de 2001, a energia subiu 94.34%; a água, 146,90%; combustíveis, 245,45%. Diz mais o jornal, que o que mais subiu foi telefone, cujo aumento ficou na ordem de 521,88%.

Isso não vai provocar o de sempre go, não vai causar inflação, aumentar o custo de vida?

Trago isso, Ministro, porque ainda nesta manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, discutimos a indicação de mais um Conselho para o Cade, que é o organismo que procura fazer com que haja o equilíbrio, que não haja especulação, como ocorreu na questão das cervejas, na fusão da Antarctica e da Brahma, para que não haja exploração da sociedade. Agora vem o jornal e conclui o seguinte: onde há monopólio, não dá para trocar de marca. Quer dizer, na questão da energia, na questão da água - a energia é

um caso - onde há monopólio, não tem como trocar de marca.

Pergunto ao Ministro da Fazenda como é responderíamos às pessoas sobre este caso de 20.78% na alta da energia, isso vai repassar? Não vai gerar problemas de inflação, não vamos ter problemas no ajuste? Ou é alguma exigência do Fundo, para que, no equilíbrio do ajuste, isso deva acontecer? Nessas questões do monopólio, devem subir a água, a energia, os combustíveis mais do que a própria inflação? Como devemos responder para a sociedade?

Este momento talvez seja importante para que possamos...

O SR. PEDRO MALAN - Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Com a palavra, o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN - Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Euprecisouheasseguraroseguinte:comodisse o Ministro Martus Tavares, nas nossas conversas com o Fundo, nós, definitivamente, recusamo-nos a entrar nesse tipo de detalhe. Não é função do Fundo Monetário Internacional - e nós não aceitaríamos intromissão nessa área - discutir questões como preço de energia no Brasil. Isso não é função do Fundo de forma alguma. Assim como não é função do Fundo discutir como é que o Brasil conduz a sua política de concorrência, de lidar com monopólios. Não é atribuição constitutiva, não está nos seus artigos. Assim, poderemos dizer, com a maior tranquilidade, caso queiram interferir nesses assuntos, que não é problema do Fundo, mas um problema nosso, interno, o qual resolveremos da maneira que nos pareça mais apropriada.

Mas V. Exª falou em preço de energia. Só quero fazer um comentário mais geral sobre isso, e há um "filme" que já vimos inúmeras vezes neste País: ou bem certos preços refletem, de alguma maneira, os seus custos de produção, ou então o Governo, a sociedade como um todo, tem que subsidiar os usuários daquele serviço com uma conta que já vimos. Parte dos nossos esqueletos do passado, a questão de financiamento de habitação para a classe média, por exemplo, os subsídios concedidos a certos compradores de classe média e alta, devo dizer, foram enormes esqueletos que foram constituídos, mas que não desaparecem das contas; têm que ser enfrentados de alguma maneira.

Portanto, essa é uma discussão nossa; o Fundo não pode interferir na maneira como lidamos com essa questão dos preços de tarifas públicas, que par-

te refletem seu custo de produção e parte são absorvidos pelos usuários daquele serviço, ou senão, se são subsidiados – gás liquefeito do petróleo, por exemplo, que é altamente subsidiado pelo Governo, porque se considera importante que o bujão de gás do pobre seja subsidiado –, têm um custo que é explícito e que é arcado pelo conjunto da sociedade. Penso, portanto, que essa é uma discussão relevante com a qual o Fundo não tem nada a ver.

Eu sei e volto a insistir: existe uma tendência em certos círculos neste País de achar que tudo de ruim, de negativo, que existe, qualquer decisão menos popular, digamos assim, que é tomada, assim o foi por exigência, por ditame, por determinação. No nosso debate político há muito esse apelo. Infelizmente, ele não corresponde a realidade. Somos responsáveis pelos nossos acertos e desacertos; nós, como País, como sociedade, passados, presentes e futuros.

Penso que o Ministro Martus Tavares gostaria de dizer algo a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Por favor, Ministro Martus Tavares.

O SR. MARTUS TAVARES – Eu gostaria de acrescentar pontos, inclusive isso diz respeito também às indagações anteriores do Senador Ademir Andrade e da Senadora Heloisa Helena. Eu estava observando que 80% do resultado primário previsto para 2002 vão ser discutidos pelo Congresso Nacional, pois dizem respeito ao Governo central e às empresas estatais federais, dos 3,5. Os outros 20% dizem respeito aos Estados e Municípios, dizem respeito às finanças e à administração das finanças estaduais e municipais.

É algo que nem o Governo Federal tem controle; ninguém tem controle. No entanto, temos estatísticas e informações sobre a execução dos orçamentos dos Estados e Municípios que nos dão tranquilidade quanto ao cumprimento desse pedaço. Mas isso não é matéria de discussão com o Congresso Nacional. O que importa é que, dentro das preocupações da nobre Senadora Heloisa Helena, eu diria para S. Ex^a ficar tranqüila porque, quando da discussão do Orçamento Geral da União, quando da discussão do Orçamento das empresas estatais, será discutido todo o detalhamento e vai ficar evidente aquilo que está presente no nosso esforço fiscal. Então, tudo o que pensamos, nós, o Governo Fernando Henrique, iremos discutir essa questão com o Congresso Nacional.

Em relação ao ponto do nobre Senador Casildo Maldaner, eu gostaria de acrescentar ao que foi dito pelo Ministro Pedro Malan que, também, são os números dos investimentos das empresas estatais que era

uma preocupação que, de certa forma, estava subjacente na indagação da nobre Senadora Heloisa Helena.

No ano de 2000, o conjunto das empresas estatais e federais investiu R\$8 bilhões. A previsão de investimento para 2001 é algo como R\$12 bilhões e a previsão para 2002 é algo como R\$17 bilhões. Isso, então, mostra a compatibilidade entre esse esforço adicional que o Governo Federal está tendo que fazer por conta da conjuntura internacional e por conta dos fatos que, aqui, já foram mencionados e, ao mesmo tempo, compatibilizar todo esforço com a responsabilidade que temos em outras áreas, como é o caso da área de energia e da área social e outros programas e projetos estratégicos do Governo.

Essa é uma demonstração clara dessa compatibilidade na condução da política econômica.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Nobre Senador Casildo Maldaner, V. Ex^a deseja fazer a réplica?

O SR. CASILDO MALDANER – Eu sei que V. Ex^a irá dizer que eu disponho de apenas 2 minutos. Vou, então, tentar.

O que se fala ou se diz aí fora? É claro que nós iremos conhecer os termos do entendimento como fundo, mas é que o arcabouço desse entendimento, até o final de 2002 e início de 2003, essas garantias são uma espécie de um cheque nobre, um cheque especial em que o Brasil, se precisar, avança. Agora, como irá avançar, que custos terá isso é o que a sociedade questiona. É claro que todas as vezes que se faz um entendimento com o Fundo Monetário Internacional, segundo algumas cláusulas, é preciso se fazer um ajuste interno e diz-se que o Fundo recomenda ou exige do Governo brasileiro o cumprimento das mesmas. E, em função disso, eu vejo nos jornais, que a energia ameaça empregos e custo de vida. Como o próprio Fundo exige ajustes, para celebrá-los o Governo brasileiro, ao levantar esses preços mais do que a própria inflação, transfere o custo para a sociedade para conseguir equilíbrio. Será que essa não é, também, uma das exigências do Fundo? Isso, de certo modo, não vem prejudicar ou provocar a inflação ou, mais tarde, trazer problemas? Essa é uma indagação que está no ar, está com a sociedade. Foi por isso que levantei essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Presidente do Banco Central, Sr. Armínio Fraga que irá responder. S. Ex^a dispõe de 2 minutos.

O SR. ARMÍNIO FRAGA – Sr. Senador, apenas para dar um descanço – espero que V. Exª não se decepcione porque sou eu quem irá responder.

O SR. CASILDO MALDANER – Eu é que fico grato a ter a participação dos três.

O SR. ARMÍNIO FRAGA – Sr. Senador, a sequência lógica do acordo e de suas consequências começa com as causas da nossa decisão de fazer uso desse cheque especial, como o senhor disse. A situação foi, evidentemente, pior do que a que esperávamos pelas razões que foram discutidas – choques aqui na região, economia global, crise da energia, etc. Sem o financiamento externo, creio que estaríamos diante da necessidade de fazer um ajuste ainda maior. Essa é a minha leitura técnica da coisa.

Nesses momentos de crise, de retração dos investimentos, dos investidores em geral, tanto brasileiros quanto estrangeiros, para não exagerar no que é um problema de curto prazo, de certa forma não punir a sociedade por esses choques, lançamos mão desse financiamento.

O financiamento, na verdade, nos permite atravessar melhor essa crise como foi o caso de 1999. Quer dizer, no caso do Brasil, o que se viu não foi aquilo que se observou em outros países quando situações semelhantes acabaram desembocando em recessões profundas. Então, o objetivo é justamente o contrário. Entendemos que é importante preservar o crédito do país, procurar reduzir esse prêmio de risco altíssimo que ainda pagamos e essa resposta que usa de um financiamento que, nesses momentos mais difíceis, é o mais acessível e o mais conveniente, reduz a necessidade e não aumenta a necessidade de ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, cumprimento o Ministro Pedro Malan, o Ministro Martus Tavares e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

Como é de estilo e praxe nas nossas Comissões, vou fazer apenas uma pergunta. Se a resposta for satisfatória, não usarei o meu tempo de réplica. Assim, darei oportunidade a todos os colegas. A minha pergunta é dirigida ao Ministro Martus Tavares. Talvez S. Exª possa responder a uma centena de milhares de pessoas que devem estar assistindo a esta reunião, são os servidores públicos. Há uma afirmativa que é reconhecida e proclamada por todos.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Pedimos silêncio ao auditório. Os Senadores estão recla-

mando do barulho e não estão podendo ouvir bem o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Qual é a afirmativa, pois há sete anos o servidor público sente na pele a inexistência de um reajuste salarial. Agora, veio o Supremo Tribunal Federal, em uma decisão recente, e deliberou que esse reajuste seria concedido de forma linear.

São duas afirmativas que não sofrem a mínima contestação. Pois bem, o que se comenta neste exato instante? E aqui vai a pergunta ao Ministro Martus Tavares. Está sendo celebrado um novo acordo com o FMI, e o servidor público faz a seguinte pergunta, que endosso: será que, mais esta vez, o servidor público será convocado para pagar essa conta?

A pergunta é dirigida ao Ministro do Planejamento Martus Tavares. Quero que o Ministro Martus Tavares veja na pergunta uma indagação de todo servidor público. Não é nenhuma forma de que rer sacrificá-lo. É uma pergunta que todo o servidor público está a fazer, e que V. Exª, sem dúvida nenhuma, é o credenciado para responder. Vai pagar essa conta?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Ministro Martus Tavares.

O SR. MARTUS TAVARES – Estou percebendo, pela expressão da Senadora Heloisa Helena, que ela endossa e está satisfeita com a pergunta de V. Exª.

Creio que, por questão de tempo, a Senadora não pôde expressar todas as indagações que tinha em mente.

A SRª HELOISA HELENA – Contingenciamento do custeio, que significa, também, a questão do servidor.

O SR. BERNARDO CABRAL – Vejam como nosso Presidente é tolerante: ce deu, mais uma vez, a oportunidade.

O SR. MARTUS TAVARES – Senador, acho que é importante lembrarmos algumas questões.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Pediria a colaboração, porque, várias vezes, já fomos instados pelos Ministros e Senadores a pedir o silêncio necessário, para que se possam ouvir, com a atenção indispensável, as intervenções.

O SR. MARTUS TAVARES – Então, gostaria de repetir um ponto que já mencionei aqui. Existe uma restrição, que é o quanto o Estado está disposto a gastar ou a entregar, para receber de volta na forma de prestação de serviço.

Com muita frequência, Senador, quando se trata da questão de servidores, dos funcionários públicos – eu o sou, assim como o Ministro Malan; aqui, à

Mesa, apenas o Presidente Armínio Fraga não é funcionário público—, imagina-se que o Ministério do Planejamento ou o Ministério da Fazenda ou o Governo tem uma porção de recursos, a qual decide dar ou não dar, como se fosse um ato de vontade.

Quer dizer, o reajuste dos servidores, o nível do salário mínimo, o nível dos benefícios da Previdência, os gastos com saúde, com educação, com transportes, com recursos hídricos, com a defesa, com o meio ambiente, tudo isso concorre entre si. É muito frequente ouvirmos argumento tal, que parece que temos um conjunto de recursos para atender, ou não, os servidores quanto ao pagamento de salário e outro conjunto de recursos para fazer custeio e investimento, o que a Senadora estava pedindo-me para esclarecer.

Na realidade, não existem esses dois departamentos, esses dois caixas. Só existe um único caixa: é o quanto a sociedade entrega ao Estado. No caso, estamos falando do Orçamento do Governo Federal para prestação de bens e serviços.

Quando optamos ou defendemos determinado tipo de despesa, temos que compreender que dado esse todo fixo no tempo, temos que escolher outras coisas para não serem atendidas. Então, a soma das demandas — V. Ex^a deve ter conhecimento, mas talvez não dos números, que não fazem parte do seu dia-a-dia — é infinitas vezes maior do que os recursos de que dispomos.

Esse é um primeiro ponto, básico, que está subjacente à qualquer tipo de discussão. Precisamos compreender isso. Precisamos compreender que o orçamento é único, os recursos são únicos. Então, quando o orçamento, a proposta orçamentária chegar ao Congresso Nacional, poderemos aprofundar concretamente essa discussão ou discussões semelhantes, como é o caso do salário mínimo ou de aumento de despesa em qualquer outra área, porque os recursos estarão todos ali.

Quer dizer, o Presidente Fernando Henrique Cardoso enviará ao Congresso Nacional a proposta orçamentária de 2002, e é preciso ficar bem claro: todos os recursos previstos para serem arrecadados no exercício de 2002 estarão ali; tudo que quisermos fazer será tirado dali. Não existirá outra fonte. Isso significa que determinadas decisões, ao concorrerem com outras, poderão levar-nos a optar por uma despesa e não por outra: uma exclui a outra. Esse é um ponto que gostaria de enfatizar.

Em relação à questão constitucional ou à decisão do Supremo Tribunal Federal, evidentemente, iremos cumprir — e não poderia ser diferente. Jamais

pensamos de maneira diferente. Existe a Constituição e uma interpretação do Supremo Tribunal Federal, que serão consideradas.

Não posso, no entanto, antecipar neste momento a solução para a questão: de onde virão os recursos e de quanto será o reajuste. Neste momento, estamos elaborando o Orçamento.

Gostaria de enfatizar outro ponto. Já ouvi manifestações da imprensa em que se afirma que o Governo não irá cumprir ou que não está cumprindo a determinação do Supremo Tribunal Federal. Novamente, lembrando a resposta dada por mim à Senadora Heloísa Helena, afirmo que o instrumento é o Orçamento. Então, quando a Proposta Orçamentária chegar ao Congresso Nacional, ficará evidente o grau de cumprimento, a satisfação do preceito constitucional e da decisão do Supremo Tribunal Federal.

No entanto, neste momento, não posso antecipar o número.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) — O Senador Bernardo Cabral se considera satisfeito?

O SR. BERNARDO CABRAL — Sr. Presidente, não só satisfeito porque penso ser isso que um Ministro tem que fazer ao dar uma resposta, ou seja, não tangenciar.

Aliás, se tivéssemos um sistema parlamentarista de Governo, o Ministro Pedro Malan seria imbatível. Mas, como vivemos um sistema presidencialista de Governo, as coisas têm que ocorrer dentro da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) — É imbatível em que sentido, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL — No sistema parlamentarista, o Ministro comparece à Casa, presta contas ao Parlamento e defende um sistema de Governo que é de todos. Veja: é mais do Parlamento do que de outro lugar. Nessa altura, se fosse chamado o Governo Pedro Malan, não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) — V. Ex^a está fazendo uma profissão de fé parlamentarista.

O SR. BERNARDO CABRAL — Acho que sim.

Pedirei permissão aos eminentes Ministros. Tenho outra reunião e vou me privar de ouvir os demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) — Muito obrigado.

Tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES — Sr. Presidente, Srs. Ministros e Sr. Presidente do Banco Central, serei breve e objetivo. Gostaria de me demorar mais,

mas tenho de dar oportunidade aos demais membros da Comissão.

Farei apenas duas perguntas ao Ministro Pedro Malan. Inicialmente digo que a Oposição não é monolítica, mas heterogênea. Discordo de alguns colegas em várias coisas. Primeiramente, os fundamentos da economia hoje são melhores que há dez anos, sem a menor dúvida. Em segundo lugar, o acordo com o FMI é uma rede de proteção que evita crise futura ou, se não conseguir evitá-la, conseguirá que não seja de grande malignidade. É a chamada blindagem necessária.

Pergunto a V. Sª se, na renegociação com o FMI, foi discutido o conceito de déficit público para exclusão de investimentos estatais. Essa não é uma questão teórica, porque tem efeitos práticos no alívio do arrocho fiscal.

Creio que os fundamentos da economia são melhores que há dez anos; entretanto, ainda apresentam certa fragilidade. E a parte mais frágil são as contas externas, porque temos um enorme buraco nas transações correntes. Se não fosse esse buraco, a nossa posição seria muito mais sólida.

Pergunto-lhe se V. Exª admite, como autocrítica de Governo – não de V. Exª, que não responde pelo Governo, já que o Governo é um conjunto –, que, nesses sete anos, não terão faltado, ao lado desse esforço meritório pelo ajuste macroeconômico, políticas públicas e um esforço maior na adoção e na execução de políticas? Dou-lhe um exemplo concreto: metade do déficit de transações correntes se deve a fretes, viagens, componentes eletrônicos etc. Creio que isso responde por metade desse déficit.

Se tivesse havido políticas públicas para incremento, não digo nem investimentos públicos, mas incentivos, de toda sorte, para a construção naval, para uma política de turismo, uma política de construção naval, uma política industrial para o setor ou o sub-setor de componentes eletrônicos de informática, poderíamos estar numa posição muito mais frágil do que aquela em que estamos hoje?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Jefferson Péres, V. Exª já concluiu?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Para concluir, se for o caso de reconhecer crítica, não vejo nenhum desdouro em se reconhecer que houve falha.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Sr. Presidente, muito obrigado.

Senador Jefferson Péres, não tenho nenhum problema em reconhecer críticas quando são pertinentes e bem fundamentadas, como sempre são as de V. Exª.

Fico satisfeito com a sua observação – essa também é a minha percepção – de que as Oposições no Brasil não se caracterizam por um monolitismo e por uma hegemonia claramente configurada. No entanto, há um espectro de opiniões – e isso é positivo para o País –, há visões do País do seu futuro, o que considero extremamente positivo.

Fico muito satisfeito em saber que V. Exª, diferente de muitos, reconhece que hoje o Brasil é um País melhor do que há dez anos, em termos de seus indicadores sociais, indicadores econômico-financeiros, desenvolvimento político, institucional, ético e moral. Creio que o País mudou e mudou para melhor. Nesse período, fico satisfeito de saber que V. Exª reconhece isso, assim como também reconhece que esse acordo com o Fundo ou bem contribui para evitar uma possível crise de desdobramento de outras partes do mundo ou, se ela vier – e não temos controle absoluto sobre isso –, ela minora os seus efeitos em termos de atividade econômica, crescimento, investimento e emprego. Foi com esse espírito de um seguro precaucionário que nos propusemos a fazer esse acordo.

A sua pergunta específica diz respeito a um tema que temos realmente debatido com o Fundo. A questão é a seguinte: o caso de empresas públicas não dependentes do Tesouro Nacional, empresas públicas que são geridas, que se comportam e que trabalham como se privadas fossem, ou seja, não estão sujeitas a ingerências políticas e a arcar com o ônus que nenhuma empresa gerida profissionalmente geraria. E há empresas como essa. A Petrobras é uma empresa desse tipo. Há também algumas empresas estaduais que são bem geridas – a Sabesp, em São Paulo. Temos insistido com eles, pois consideramos que, no caso dessas empresas públicas, não dependentes dos Tesouros Nacional ou Estaduais, deveríamos dar um tratamento diferente em termos do registro de seus investimentos.

Qual é o problema? Há dois problemas aqui. Infelizmente, o Fundo é uma espécie de cooperativa, com 183 países-membros. Todos os ex-membros do Império Soviético são hoje membros regulares como nós. Esses vários países chegaram a um entendimento que estamos tentando mudar agora, por intermédio da nossa ação no âmbito do Fundo, que tem uma visão diferente da nossa a esse respeito: nos textos de registros contábeis e fiscais, não conside-

ram essa possibilidade de empresas públicas não dependentes de Tesouros terem essa possibilidade. Estamos tentando mudar isso.

Há duas maneiras de analisar essa questão, com uma implicação importante para a qual chamaria a sua atenção: uma é esta que estamos tentando. Estamos tentando construir apoio, estamos avançando nisso dentro da instituição – administração, corpo técnico e outros países -, para mudar as regras contábeis de registro do Fundo. Quanto a isso, digo com toda a franqueza: isso não se resolve com um ato unilateral do Brasil, não se podem exigir mudanças. São 183 países-membros, há um Conselho de Administração composto de 24 países-membros, entre os quais o Brasil. Temos que trabalhar para mudar, e creio que acabaremos mudando, ao que tudo indica.

Há outra implicação, Senador, para a qual eu queria chamar sua atenção. Uma maneira que teríamos de equacionar esta questão seria mudar a maneira pela qual definimos o resultado do setor público consolidado, que era simplesmente excluir desse resultado empresas como a Petrobras e outras que não dependem do Tesouro. No momento, essa providência traria um problema para nós, pois elas fazem parte da definição do setor público consolidado, e a Petrobras, em particular, assim como a Itaipu, foram extremamente beneficiadas com a desvalorização cambial ocorrida nos últimos 12 meses e com a elevação do preço do petróleo. Portanto, a retirada total da Petrobras e dessas empresas que não são totalmente dependentes do Tesouro - e que esperamos não venham a ser no futuro - teria o efeito de retirá-las dessa contribuição que estão dando para o resultado público consolidado, por conta do preço do petróleo e do câmbio. Tanto é assim que o próprio Congresso Nacional, no ano passado, permitiu que fizéssemos expansão de gastos do Governo Federal, porque o resultado primário da Petrobras e de Itaipu por conta do câmbio foi de tal forma que nós dissemos ao Fundo: "Não assumimos nenhum compromisso quanto ao resultado do Governo Federal. Assumimos o compromisso do Governo Central, e, se as federais terão um superávit não previsto, não projetado, por conta de eventos não previstos, de câmbio e de precificação cambial, julgamos que temos um espaço maior no Orçamento do Governo Federal". Então, há essa delicadeza do momento, em que tiramos certas empresas da definição do setor público consolidado.

Com relação à sua outra pergunta, Senador, sobre transações correntes, temos um déficit que deve chegar a US\$26 bilhões neste ano, aproximadamente, dos quais consideramos que o investimento direto

estrangeiro pode chegar perto de US\$20 bilhões; ele foi de US\$12 bilhões nos primeiros sete meses do ano. Portanto, uma parte ponderável, cerca de 80% do déficit em transações correntes, pode ser financiado com investimento direto estrangeiro na economia brasileira. A diferença é que nós estamos com... V. Exª viu as captações recentes que foram feitas: US\$1,6 bilhão no Japão na última semana de julho, essa securitização de remessas de dekasseguis, a venda em mercado das ações preferenciais da Petrobras. Apesar de tudo, o Brasil tem captado recursos no mercado internacional de capitais. Eles não se fecharam para o Brasil. Há inclusive empresas privadas captando. Houve um banco privado, se não me engano o Itaú, que fez uma captação a dez anos de prazo agora, na semana passada, de US\$300 milhões. Portanto, o Brasil continua tendo acesso às captações de mercado internacional.

Contudo, Senador, V. Exª tem toda a razão: o que temos de estimular aqui são as exportações brasileiras de bens e de serviços, não fatores, nos quais se incluem esses mencionados por V. Exª. Julgamos que a desvalorização do real em termos reais, inexoravelmente, terá um efeito sobre alguns desses componentes. Por exemplo, nas viagens internacionais, não temha dúvida de que o efeito virá. Não temha dúvida de que o efeito da desvalorização do real sobre o aumento da produção exportável e da produção doméstica, eficientemente competitiva com importações, também aumentará ao longo do tempo.

No BNDES, há um sistema de incentivos à indústria de construção naval, a que V. Exª se referiu, e penso que a grande variável estratégica nessa área externa agora é a promoção das exportações brasileiras de bens e de serviços - o que é, na verdade, o grande desafio.

Só para concluir, tomamos recentemente uma decisão que fez com que hoje não haja nenhuma razão para que algum exportador brasileiro reclame de tratamento insatisfatório em termos de incidência de PIS e Cofins. Nós tínhamos antes um ressarcimento que continua - e, com base nisso, fizemos outro ressarcimento de PIS e Cofins que agora independe da extensão da cadeia produtiva. Alguns de cadeia longa reclamavam que o ressarcimento não contemplava uma extensão maior. Agora, com a nova medida, não há razão para o exportador brasileiro reclamar, nem de câmbio nem do ressarcimento do PIS e do Cofins. Portanto, creio que a questão será encaminhada ao longo dos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna e, em seguida, ao Senador José Agripino.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, antes de mais nada, gostaria de saudar os Ministros Pedro Malan e Martus Tavares, como também o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

Sr. Ministro, as duas áreas mais vulneráveis de nossa sociedade são os aposentados, que já cumpriram tudo o que tinham de cumprir e, portanto, só têm a receber, uma vez que trabalharam para o País, e os que recebem salário mínimo. No acordo com o FMI, volta à tona a idéia de taxar as contribuições de inativos, idéia nada simpática. E tampouco se fala no aumento dos que recebem salário mínimo. O Orçamento para 2002 trará modificações em relação ao salário mínimo? E, quanto aos inativos, volta-se à idéia da taxa? Pelo menos é o que o Governo propõe. É difícil passar no Congresso, mas o Governo proporá isso?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Ney Suassuna, como há uma indecisão aqui, gostaria que V. Ex^a dissesse a quem dirige a pergunta.

O SR. NEY SUASSUNA – Creio que os dois podem responder. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Então, pode começar a responder o Ministro Martus Tavares.

O SR. MARTUS TAVARES – Senador Ney Suassuna, farei algumas observações e responderei sua pergunta. E creio que o Ministro Pedro Malan poderá complementar.

Na resposta referente ao reajuste dos servidores públicos e do cumprimento de dispositivo constitucional e de decisão do Supremo Tribunal Federal, já falei sobre a questão do salário mínimo. E responderei agora da mesma forma, ou seja, qualquer despesa concorre com outra. Disso não fugimos. No fundo, é como disse o Ministro Pedro Malan: não há mágica possível. O que há são escolhas. Gasta-se mais num item e menos em outro. É o processo.

Em relação ao salário mínimo propriamente dito, a LDO é mais específica, pois determina que a proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional deve contemplar uma variação nominal, de forma a garantir o poder de compra. Qualquer ganho real acima da inflação, segundo prevê a LDO, será objeto de discussão posterior, inclusive quanto à fonte que cobriria o aumento da despesa, se assim for definido. Portanto, a questão será colocada na discussão do Orçamento.

Quanto aos inativos, a história é um pouco mais comprida e delicada. A imprensa, com muita frequência, publica que é uma matéria várias vezes reprovada no Congresso Nacional. Contudo, na última vez em que foi colocada em discussão e votação no Congresso, foi aprovada, mas depois derrubada no Supremo Tribunal Federal. Há notícias frequentes de que o Congresso Nacional rejeita a matéria. Diria que o Congresso já se posicionou, na última oportunidade, de forma favorável, entendendo as motivações que levaram o Governo a fazer esse tipo de proposição.

Portanto, eu queria reafirmar que nós não estamos insistindo num tema em que o Congresso já disse não várias vezes. Estamos tentando suprir o problema constitucional que foi colocado pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, o texto que foi apresentado e que está sendo discutido na Comissão Especial na Câmara dos Deputados supera essa questão jurídica, supera a questão de constitucionalidade colocada pelo Supremo, motivo pelo qual o Governo Federal não pôde cobrar até o momento, motivo pelo qual muitos dos 17 Estados da Federação que já faziam a cobrança dessa contribuição deixaram de fazê-lo, inclusive governos estaduais da oposição, inclusive no nível do governo municipal. Então, não se trata de insistir sabendo de uma posição política.

A outra questão que apresento, para complementar - e penso que fará parte do debate -, é a compreensão de que, se não tivermos essa receita adicional, como nós não vamos reduzir o déficit da Previdência Pública, temos que buscar outra fonte de financiamento. Como nós não vamos propor um aumento da carga tributária, para que toda a sociedade pague esse déficit da Previdência Pública, será buscado em redução de despesas. Eu não estou fazendo nenhum tipo de ameaça. De novo, é a aritmética dramática que se coloca na discussão do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Ministro Malan, por favor.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN – Eu queria fazer um comentário rápido, por que esse tema que V. Ex^a levantou, Senador, é da maior importância não só na sua dimensão econômica, financeira e fiscal, mas em outras dimensões, também: dramas humanos pessoais e questões políticas.

Eu não tenho a menor dúvida de que este País terá que tratar dessa questão em algum momento, de alguma maneira, e a razão é a seguinte - eu vou arredondar os números só para que se tenha uma idéia da dimensão do problema -, no Governo Federal, o

déficit, aquilo que o Governo paga a inativos e pensionistas e aquilo que arrecada dos ativos, é superior a R\$20 bilhões. Nos Governos Estaduais e Municipais, o déficit, aquilo que eles arrecadam de ativos e pagam a inativos e pensionistas, é também mais de R\$20 bilhões. Nós estamos falando, portanto, em um déficit de mais de R\$40 bilhões. No Governo Federal, inativos e pensionistas, hoje, excede em mais de 80 mil o número de trabalhadores na ativa.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Só público ou privado, Ministro?

O SR. MINISTRO MALAN – Não, estou falando só o Governo Federal, o Executivo Federal.

Eu agradeço a pergunta do Senador Ademir, porque, no regime do INSS, nós estamos falando hoje de praticamente 20 milhões de pessoas, e o déficit ali hoje é da ordem de R\$10 bilhões; é mais ou menos estabilizado.

Aqui nós estamos falando de R\$40 bilhões ou mais de R\$40 bilhões de déficit e estamos falando de cerca de 2 milhões de pessoas. Em um, falamos em 20 milhões e um déficit de R\$10 bilhões; no outro, 2 milhões de pessoas e um déficit de R\$40 bilhões. E aconteceu algo que não é irrelevante, como mostrou o Ministro Martus Tavares: 17 unidades da Federação tinham a contribuição de inativos já, alguns há décadas. No caso do Executivo Federal, foi uma contribuição que ainda não foi alcançada. Eu não tenho dúvida de que em algum momento no futuro ela o será, por alguma administração, porque é insustentável. Em 17 Estados, perderam contribuições que tinham há décadas, e existe uma discussão sobre se terão que pagá-las retroativamente.

Nós estamos falando algo da maior gravidade para as finanças públicas deste País.

É verdade que essa é uma visão agregada. Eu não desconheço os dramas pessoais, as questões individuais envolvidas; nós estamos falando em um número expressivo de pessoas. Mas, como disse o Ministro Martus Tavares, são recursos que vêm do conjunto da sociedade. Este pagamento depende de carga tributária, essa mesma que o Senador Ademir disse que é extremamente elevada, depende de impostos e contribuições, de aumento de dívida ou da volta da inflação, para reduzir essas contribuições em termos reais, no futuro.

É esta discussão que eu penso que nós deveríamos aprofundar entre nós. Eu sei das dificuldades envolvidas, sei dos dramas, mas não podemos fingir que esse problema não existe. Ele existe, é grave, é crescente e tem uma dimensão, porque é um País de

160 milhões de habitantes e temos 2 milhões custando mais de R\$40 bilhões à sociedade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Obrigado, Ministro.

Senador Ney Suassuna está satisfeito?

O SR. NEY SUASSUNA – Uma única colocação.

Neste ano, houve um aumento do déficit do INSS, não houve?

O SR. MARTUS TAVARES – O déficit do INSS está estabilizado como percentagem do PIB. No entanto, em termos de reais, é crescente, ele continua crescendo. Mas, graças àquele projeto de lei aprovado, referente ao fator previdenciário, conseguimos evitar esse desequilíbrio estrutural, de o déficit continuar crescendo indefinidamente e numa velocidade tal que ele crescia mesmo como percentagem do PIB, como percentagem da receita do INSS.

Então, neste momento, ele está estabilizado em torno de 1% do PIB.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Senador José Agripino e, em seguida, o Senador Paulo Hartung.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s. Senadores, Sr. Ministro Martus Tavares, Sr. Ministro Pedro Malan, Sr. Presidente do Banco Central, o Ministro Malan acabou de dizer que, na questão pontual que ele abordou, havia necessidade de se aprofundar uma discussão específica. É bom que se faça uma constatação de que tem havido uma relação substantiva entre o Congresso e a equipe econômica do Governo. Relação substantiva como a que está ocorrendo agora. Para se discutir o acordo do FMI, passa-se a limpo a política econômica do Governo. E com muita franqueza, porque fatos positivos e fatos negativos foram apreciados aqui. Fatos negativos, como o aumento da carga tributária, para o qual foram dadas explicações. O aumento da dívida interna, idem. Explicações que são palpáveis e tem que se entender. Podem ser duras, mas tem que se entender. Mas aqui se discutiu isso tudo com muita franqueza. E penso que isso se deve, Ministro Malan, Ministro Martus e Dr. Armínio Fraga, pelo apoio que nunca faltou à equipe econômica por parte do Congresso brasileiro. Essa é uma constatação minha. O Congresso brasileiro tem sido parceiro da equipe econômica, inclusive na dor. Inclusive na dor.

E é exatamente em cima disso que quero dirigir a minha pergunta ao Ministro Martus Tavares, porque é uma preocupação

o minha.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem foi votada pelo Congresso, foi objeto de muita discussão. O meu partido, por exemplo, defendia um superávit menor do que os 31,7 bilhões, para o superávit do orçamento fiscal, das estatais e da Previdência. Defendia 24 bilhões, mas ao final foi feito o entendimento, à luz do interesse nacional colocado pela equipe econômica, de que deveria ser de 31,7 bilhões. Muito bem, estamos aqui discutindo o acordo com o FMI que traz no seu bojo um número que me parece duro: 3,5% do PIB. E aí volta a relação do Congresso brasileiro com a equipe econômica. Eu gostaria de saber do Ministro Martus Tavares como é que se vai compatibilizar. Porque estão aprovados 31,7 bilhões. Não passa pela minha cabeça que a equipe econômica vá atropelar o Congresso Nacional.

Eu gostaria de saber como será administrada essa questão, os 31,7 bilhões, no que foi ajustado do novo acordo do FMI.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Ministro Martus Tavares.

O SR. MARTUS TAVARES – Senador, não vou repetir aqui os argumentos que já foram aqui expostos. V. Ex.^a mesmo fez um resumo, uma síntese do debate até o momento, das razões que nos levaram a aumentar o superávit primário, inicialmente, de 2,7% até 12 de abril deste ano, depois passamos para 3% e, agora, para 3,5%. As razões são amplamente conhecidas. Trata-se da necessidade de se fazer um reforço nessa questão fiscal. Estamos fazendo sem propor aumento de carga tributária, dentro de um rigor muito maior, uma disciplina fiscal muito maior. Evidentemente, isso significa sacrifício.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002, quando veio para o Congresso Nacional no dia 15 de abril, já contemplava essa variação de 2,7% para 3%, em que o Governo Central, o Orçamento da União teria um resultado primário de 2% do PIB e as estatais federais teriam um superávit primário de 0,4% do PIB, portanto, a soma desses dois componentes seria de 2,4% para um conjunto do setor público de 3%, ou seja, restando 0,6% para os Estados e Municípios.

O esforço adicional consolidado, que é de 0,5%, passando de 3% para 3,5%, 80% dele vai ser feito no âmbito do Governo Federal, empresas estatais e Orçamento da União, em que os 2% que estão fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias se elevam para 2,24% e o percentual de orçamento de investimento das empresas estatais se eleva de 0,4% para

0,57%; isso representa, portanto, passar de 2,4% nesse conjunto, Governo Federal e empresas estatais federais, para 2,81%, o que resulta em 80% do esforço, ou seja, 0,41% de 0,5% é o esforço do Governo Central.

Isso tudo vai ser discutido com o Congresso Nacional por intermédio, como já disse, do orçamento do Governo Federal, da União, e o orçamento das empresas estatais. Portanto não se trata de passar por cima do Congresso Nacional, ao contrário; não existe, felizmente, e é bom frisar, desde o ponto de vista da Constituição, espaço para que isso aconteça, e não seria também propósito nosso. Então tudo isso vai ser discutido.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias dos últimos anos. Em todos os exercícios em que estabelecemos meta, aliás, que poderia perfeitamente ter sido feito em outro instrumento ou simplesmente ter uma meta, uma referência ou deixar para a Lei Orçamentária, mas não, preferimos que fosse feito por meio de uma discussão explícita na lei que dá as diretrizes, que orienta a elaboração do Orçamento, então temos uma primeira oportunidade. Isso é confirmado depois na discussão do Orçamento e na execução orçamentária.

Nos últimos projetos que incluímos, creio que esse é o terceiro exercício em que a Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta metas de resultado primário para o Governo Central e para as suas empresas estatais, sempre colocamos no texto a expressão “no mínimo”, ou seja, o mínimo que deve ser alcançado de resultado primário, exatamente por conta de não termos o controle absoluto, completo do que se passa no resto do mundo; temos a responsabilidade de manter uma política econômica consistente com o que se passa no resto do mundo, e se em determinados momentos a conjuntura externa não é favorável, temos que fazer ajustes internos e é exatamente o que está ocorrendo nesse momento e é por essa razão que a proposta orçamentária vem para o Congresso Nacional com esse esforço fiscal adicional.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Senador Paulo Hartung e em seguida o Senador Pedro Simon.

Por favor, o Senador Leomar Quintanilha está...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – O Senador Pedro Simon é o último inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Não, ainda temos vários Senadores inscritos.

Com a palavra, o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministros Pedro Malan e Martus Tavares, Presidente Armínio Fraga, nós da Oposição apresentamos a proposta deste debate por uma questão de responsabilidade, principalmente com a democracia no País, que pressupõe transparência em todos os atos públicos. É isso que estamos nos esforçando para construir. Em determinado momento, um pouco mais áspero aqui ou ali. A tentativa que se faz nessa reunião até agora, na minha visão, bem-sucedida é essa.

Eu queria dirigir-me ao Ministro Pedro Malan para fazer um comentário. Depois farei três perguntas diretas aos três representantes do Governo.

Na verdade, eu não consigo fazer uma reflexão sobre FMI tentando arranjar um culpado externo para os nossos males e para os nossos problemas. Não é da minha índole, não é da minha formação. Minha visão é a de que somos sócios do FMI. Se não tivéssemos precisado ir recentemente ao FMI teria sido ótimo, mostraria fundamentos sólidos da nossa economia. Se não tivéssemos de ir novamente ao FMI, sinceramente, eu daria um sorriso de orelha a orelha. Não consigo discutir o problema sob esse ângulo um preconceito ideológico.

Por isso, quando perguntei a primeira vez sobre esse segundo acordo, referi-me ao mesmo dizendo: nas condições em que o País está vivendo internamente e tendo em vista as influências externas, esse é o melhor caminho. Quero repetir isso aqui com muita tranquilidade, pois é o que penso.

Evidentemente, Ministro Pedro Malan, V. Ex^a muitas vezes encontra um viés questionável da Oposição. Eu queria registrar aqui um viés questionável no Governo. Refiro-me à insistência de ver os nossos problemas pela ótica das crises internacionais, até de forma repetitiva. Tivemos esse problema na crise do México, na crise da Ásia, na crise da Rússia e agora na crise da Argentina. Deveríamos considerar o que V. Ex^a disse aqui hoje – até copieei: “Somos responsáveis por nossos acertos e por nossos erros”. Na verdade, precisamos olhar para dentro da economia brasileira e ver onde se encontram os pontos ainda frágeis que precisamos corrigir tanto no âmbito macroeconômico como no microeconômico. Temos tarefas inadiáveis. Esse comentário não é uma provocação, pois todos sabem que esse não é meu estilo, e o Ministro me conhece muito bem. Precisamos fazer essa reflexão. Fizemos reformas importantes e deixamos de fazer outras muito importantes. Enquanto não as fizermos, tenho certeza de que continuaremos fragilizados diante de crises internacionais. É daí que vem

o problema que estamos enfrentando hoje. Criar um colchão, fazer uma blindagem neste momento parece-me de bom senso.

Ministro Pedro Malan, quero ler as promessas manifestadas na sua primeira intervenção: “O segundo acordo na visão apresentada significa taxa de crescimento maior, taxa de inflação menor e taxa de emprego maior”. Em relação à conjuntura em que estamos vivendo e numa avaliação, faz-se o acordo ou não? É a isso que me refiro.

Feito esse comentário, eu queria deixar três perguntas – para ser muito prático e não atrapalhar os outros colegas que também querem debater. A primeira pergunta é ao Ministro Pedro Malan. Não ficou claro para mim como as estatais saudáveis agirão daqui para frente, principalmente no setor elétrico e no setor de saneamento. Apanho novamente uma palavra do Ministro, falando da Sabesp* como uma empresa estadual saudável. No meu entendimento, o investimento dela nunca deveria ser confundido com gasto público. Evidentemente, o Ministro explicou a luta que se trava no Conselho do Fundo Monetário, mas estes são dois setores que passam por momentos graves no País: elétrico e saneamento – volto a dizer, esse problema precisa ser resolvido.

Quero fazer uma pergunta ao Sr. Armínio Fraga. Na exposição do Ministro Pedro Malan, não ficou claro, para mim, a questão da meta inflacionária. Isso não está claro na mídia – tenho lido tudo sobre esse assunto. O que se está passando para a sociedade é que acertamos uma outra meta. O que parece para a sociedade é que a equipe econômica, mesmo tendo acertado uma outra meta, quer fazer todo o esforço para cumprir uma meta anterior, que já nos parece irrealizável.

Então, eu queria ouvir do Presidente do Banco Central sobre essa questão e sobre uma outra questão clara. O País está fazendo um segundo acordo com o Fundo Monetário Internacional, mas e a taxa de juros do País? Ela cairá ou continuaremos com essas taxas beirando à loucura, para qualquer setor produtivo de qualquer lugar do mundo?

Por último, deixo uma pergunta para o Ministro Martus Tavares. Do lado de cá, quando se fala o que vai ser feito no orçamento e onde vai se cortar, o que parece é que um Ministro, carinhosamente, delicadamente, empurra para o outro e o outro sofisma um pouco, não ficando claro. Faço uma pergunta objetiva. O Ministro tem dito que não vai se aumentar imposto. Hoje, algumas publicações pelo País afirmam que existe um estudo na equipe econômica para

aumentar a CPMF. Isso está sendo estudado? Isso é uma possibilidade objetiva ou não?

Dito isso, apresentei minhas três perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Vamos começar pelo Ministro Martus Tavares.

O SR. MARTUS TAVARES – Se deixamos transparecer algum tipo de passagem de atribuição para outro, não foi voluntariamente, até porque a responsabilidade para elaborar o orçamento do Governo Federal é do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Então, não se trata disso.

Do ponto de vista de aumento de carga tributária, eu gostaria de reafirmar que todo esforço adicional que está sendo feito não será coberto com aumento de carga tributária. A proposta de prorrogação da CPMF foi apresentada ao Congresso Nacional e já está em discussão na Câmara dos Deputados.

A PEC da PPE também não prevê aumento de carga tributária. Ainda que estejamos tratando de temas relativos à carga tributária, não estamos fazendo esforço adicional com base nisso.

Alguém poderia ainda, por último, alegar que a contribuição dos inativos seria um aumento da carga tributária. No entanto, essa mesma pessoa deve lembrar que isso já está posto. Exatamente essa é a crítica que é feita ao Governo, que insiste numa mesma tentativa.

Então, isso à parte, eu diria, com toda clareza, que não há proposta de aumento de carga tributária. Vamos ter, sim, de fazer um orçamento com muito mais dificuldade, por que há uma restrição maior, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado.

Senador Paulo Hartung, V. Ex^a sabe o apreço que lhe tenho e não imagine a satisfação de ouvi-lo, no seu comentário inicial, antes de formular a pergunta, quando chamou a atenção, primeiro, desde o debate aqui democrático, com transparência, franqueza e objetividade e, às vezes, com alguns elementos de tensão que fazem parte do processo - não há nada estranho nisso para quem já se habituou a ele. Entretanto, gostei particularmente da sua observação, porque ela me é muito cara, de que V. Ex^a - e eu presumo que a maioria - não consegue fazer uma reflexão sobre o Fundo Monetário Internacional com uma busca que, infelizmente, detecto neste País: a força oculta, um inimigo externo, algo que nos impõe exigências, que nós, pobres coitados, não temos como reagir, a

não ser, de joelhos, aceitá-las. Infelizmente, o senhor sabe por que é um homem experimentado, que essa é a visão que existe em muitos círculos do debate político neste País.

Eu sempre tive a visão, Senador, que um país se define a favor de si; ele se define olhando o seu futuro, a favor daquilo que ele encontrou em seu passado, na sua identidade cultural, na sua auto-estima, nos elementos que encontrou para fundar a sua auto-estima, do seu passado, do seu presente, dos seus sonhos para o futuro. Um país se define a favor de si, e não contra algo exterior, porque essa é a maneira mais conducente a situações de evolução que não dão certo. Um país que deu certo foi um país que foi capaz de encontrar dentro de si as forças que permitiram ir adiante a favor de algo, e não contra um inimigo externo, contra uma força alienígena, forças ocultas, forças que querem tolher o nosso destino, porque eu sempre acreditei, como o senhor disse, que nós brasileiros fomos no passado, somos hoje e seremos os responsáveis por nosso futuro, com os nossos erros, nossos acertos, nossos desacertos, mas temos de assumir essa responsabilidade.

Vejo com enorme satisfação a sua postura de que não nos serve essa busca desenfreada, por parte de alguns de achar que nós somos tolhidos no nosso desenvolvimento econômico, político, financeiro, institucional, cultural e de valores, porque alguém de fora se nos impingiu coisas contra a nossa vontade.

Isso é complexo de inferioridade, é dependência cultural que nós não deveríamos ter. Vejo com satisfação a sua observação.

Sobre o viés questionável do Governo e o fato de que, talvez motivado pela exposição, mencionei um fato que é dado de realidade: vivemos em um mundo que não escolhemos, é este o que temos, não podemos dele nos desconectar. Tenho a impressão de que o último país do mundo desconectado - e será muito breve o desfecho disso - é a Coreia do Norte. Os outros todos estão conectados, de alguma maneira, com o resto do mundo nas suas múltiplas dimensões. E, portanto precisamos levar em conta esse contexto.

Entendi a sua observação e, se o fiz corretamente, estou de acordo, de que não podemos nos deixar levar a excesso de preocupação apenas com a análise do que acontece no resto do mundo. Exatamente estou sendo coerente, e o senhor também, com o que dissemos antes, porque no fundo as batalhas fundamentais são ganhas ou perdidas no fronte doméstico. Não é brigando com o inimigo externo. Sempre disse isso inúmeras vezes, inclusive consta

dos Anaís desta Casa. E, na briga interna, temos várias questões que tratamos aqui inclusive, que são difíceis escolhas, que são questões que não são triviais, que não são simples. O Martus Tavares, com a honestidade intelectual que o caracteriza, disse que vivemos a angústia de termos de trabalhar com recursos que são, por definição, finitos, com demandas que são infinitas. E lidar com demandas infinitas com recursos finitos envolve tensões; envolve dizer não; envolve comprar brigas; envolver ser mal interpretado; envolve ser criticado muitas vezes injustamente. Isso por que todo e qualquer governo, seja ele municipal – e o senhor já foi prefeito –, estadual – há aqui alguns que já foram governadores – ou Governo Federal é obrigado a fazer essa escolha.

O mundo infelizmente obriga e exige essas escolhas. Infelizmente ainda temos no imaginário político de parte desse País a imagem de que todas as coisas boas podem ser juntas e elas caminham juntamente entre si, e se eu juntar um bando de boas intenções, de propósitos desejáveis, é fácil que eles se materializem. Infelizmente não é assim no mundo real.

Portanto, eu não poderia concordar mais com o senhor quando diz que houve avanços que fizemos, reformas, e houve coisas em que não avançamos. Estamos melhor do que estávamos, mais ainda distantes do que onde queremos e podemos chegar, particularmente na área social. Mas há outras áreas de valores também, onde estamos ainda aquém do que podemos chegar.

Mas este é um País em construção, e o senhor, como há vários especialistas aqui, já o disse Marx, no Dezoito Brumário de Louis Bonaparte, que os homens fazem a sua própria história, Senadora, não como bem a entendem, mas à luz de circunstâncias, de restrições da das pelo passado, e, por suposto, dos seus sonhos e esperanças em relação ao futuro.

Respondo a sua pergunta sobre como as estatais saudáveis vão se comportar daqui para a frente. No caso da Sabesp, por exemplo, e das empresas de saneamento que foram consideradas no sistema de rating da Caixa Econômica Federal, elas já foram liberadas para fazer as suas captações externas e os seus investimentos.

A grande questão, para falar com toda a franqueza, Senador, é que a nossa experiência mostra que, às vezes, uma empresa que parecia não dependente do Tesouro em um determinado momento, ou parecia no passado não ser dependente do Tesouro, torna-se dependente dele em algum momento, por problema de gestão e administração. Portanto, a defi-

nição de não dependência do Tesouro, seja federal seja estadual, na nossa história, não é muito animadora. Concordo com V. Ex^a que o saneamento é uma questão chave, e esperamos resolver isso em breve.

Vou fazer o último comentário. Concordo com o que V. Ex^a disse no começo. Teria sido melhor se o Brasil não tivesse precisado buscar R\$15 bilhões no Fundo, para ter esse seguro. Teria sido melhor se o Brasil nunca mais precisasse ir ao Fundo. Mas, veja bem, teria sido muito melhor que o Brasil se tivesse tornado já um país desenvolvido. Infelizmente, nós ainda não chegamos lá, não temos ainda o mesmo grau de estabilidade, de instituições consolidadas.

Só para dar um exemplo, na parte da responsabilidade fiscal, embora tenhamos feito um enorme avanço, ainda há resoluções do diretório nacional de um partido que diz: “É preciso mudar radicalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque a suposta responsabilidade fiscal não pode prevalecer contra a responsabilidade social”. Quer dizer, essa questão ainda não está consolidada entre nós.

É a mesma a questão do Fundo. V. Ex^a afirma, com toda a propriedade, que não vê o Fundo como uma satanização. Existe um Parlamentar de um importante partido de Oposição que, numa entrevista a um grande jornal carioca, há dois meses, disse: “Está no programa do meu Partido a ruptura com o Fundo Monetário Internacional”. Em seguida, disse uma frase óbvia: “A adesão ao Fundo é voluntária”. O que é verdade. Ninguém é obrigado, com um revólver, a ir lá.

Perguntei, de público – não era para responder a mim, mas à sociedade –, o que cargas d’água quer dizer a expressão “ruptura com o Fundo Monetário Internacional”. Seria romper o atual acordo? Seria romper o próximo? Seria nunca mais fazer nenhum acordo? Seria não ter participação e presença em um órgão de que somos fundadores, de que fazemos parte há 56 anos e onde temos uma posição vitalícia? Seria não aceitar a missão anual que todo governo membro do Fundo, inclusive os Estados Unidos, está obrigado a aceitar a cada ano, que é o Relatório de Consulta do art. 4º?

Não sei bem o que é, mas, em algum momento, em algum lugar, os representantes desse partido terão de explicar exatamente o que é “ruptura com o Fundo Monetário Internacional”.

Assim como acho que, em algum momento, em algum lugar, terão que superar essa insustentável ambigüidade e ambivalência da sua posição em relação à questão do pagamento das dívidas externas e in-

terna, que, até hoje, não está resolvida em termos de decisão da sua direção, do seu diretório nacional.

Não é a palavra de um parlamentar aqui, de outro acolá, ou de uma nota na imprensa. O partido, como partido, tomou uma posição naquele momento. É importante que reflita um pouco mais e diga: Se mudou, por que mudou? Se não mudou, que continua sendo aquela sua posição.

Vai ser difícil sustentar a ambigüidade por muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Ministro Pedro Malan, antes de passar a palavra ao Dr. Armínio Fraga, para não ficar aqui só controlando o tempo dos participantes, gostaria de fazer um pequeno comentário.

O Senador Paulo Hartung, V. Exª e creio que todos aqui não acreditamos que exista esse inimigo externo, mas acreditamos no que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso tem denunciado: que há um sistema financeiro, uma ordem internacional, que, de certa forma, precisa ser revista.

Não sou eu que estou dizendo isso. O Presidente já disse em vários fóruns. Não é só o Brasil querer que isso vai mudar. Mas precisamos ter, vamos dizer assim, uma orientação para insistirmos nisso. Creio que V. Exª também concorda. Está no parecer que os dados são esses. Temos que ficar quietos, com as mãos amarradas. Vamos fazer o que for possível. É preciso, também, um esforço nessa direção. Entendo dessa forma.

O SR. PEDRO SIMON – É a grande pergunta da noite?

O SR. PEDRO MALAN – Quero dizer que estou em total acordo com o Senador Lúcio Alcântara. Temos trabalhado nessa direção, sem bravatas nacionalistas.

O SR. PEDRO SIMON – Em silêncio.

O SR. PEDRO MALAN – Em silêncio não, falando. Em tempo real, on line, e a cada dia.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA – Quero agradecer ao Senador Paulo Hartung.

Como meus companheiros de Governo, concordo integralmente com a visão de que temos que fortalecer a nossa economia, a nossa sociedade, inclusive no aspecto internacional.

Creio que a globalização, na balança de custos e benefícios, traz mais benefícios do que custos. No entanto, precisa ser administrada. No que diz respeito

ao comércio internacional, por exemplo, todos temos nos dedicado publicamente a uma luta por abrir mercados internacionais para os nossos produtos. Creio que é uma injustiça global que precisamos corrigir. O acesso a mercados e tecnologias requer, também, um certo preparo. Temos que procurar desenvolver, por exemplo, a área bancária para fazê-lo com segurança. Precisamos aumentar nossa taxa de poupança interna, reduzir o custo do nosso capital e sair do clube dos países de alto risco. Tudo precisa ser feito com urgência. Creio que estamos no caminho certo com a fundamental colaboração do Congresso.

A pergunta de V. Exª é muito específica. Vou procurar respondê-la de forma direta. O sistema de metas para a inflação procura indicar, para a sociedade e para nós que procuramos cumprir essa missão, uma trajetória. E essa trajetória nos é fornecida com antecedência, requer uma certa antecedência. A política monetária demora alguns trimestres para gerar seus resultados. Nesse contexto procuramos, ao longo do caminho, avaliar a situação e esclarecer à sociedade o que justifica cada uma de nossas decisões. O sistema não é rígido no sentido de que choques, sejam de oferta ou de demanda, temporárias ou permanentes, devam ser corrigidos instantaneamente. É preciso que haja alguma flexibilidade, particularmente no caso dos choques de oferta, que são perversos: aumentam a inflação e reduzem o nível de atividade, a oferta de produtos, por definição. Este ano nos vimos diante de uma série de choques de oferta. Reza a boa prática de Banco Central que os choques devem ser acomodados em seu impacto inicial, mas não se deve permitir a inércia ou uma rodada posterior de aumento. É preciso ficar alerta. Quando os choques são positivos a coisa é simétrica: uma supersafra pode gerar uma inflação temporariamente abaixo da meta, que também não deve ser razão para expandir-se a economia, pois mais adiante pode gerar problemas. No caso de um choque de oferta, só para justificar, sobe a inflação. É preciso, então, analisarmos um horizonte de correção. No caso que vivemos hoje, parece-nos claro que o horizonte nos leva ao ano de 2002. Poderemos raciocinar, por exemplo, com um choque de oferta no último trimestre do ano. Para atingir a meta pontual seria preciso parar a economia, o que não faz qualquer sentido. Inclusive, fica óbvio quando olhamos o que aconteceria no ano seguinte: a inflação estaria muito abaixo da meta. É um processo dinâmico. Daí a importância de darmos o máximo de transparência possível à análise do que gerou uma determinada resposta de política monetária.

O que fizemos no âmbito do acordo com o Fundo não foi uma modificação de nossas metas, mas uma mera constatação de que as projeções de inflação, tanto nossas quanto do mercado, por razões reconhecidamente ligadas a choques de oferta de grande magnitude, colocam-nos num nível superior aos 4%.

Acontece que, ao mesmo tempo, já enxergamos para 2002 uma inflação convergindo em direção à meta, que é de 3,5%, mais ou menos o mesmo intervalo que tínhamos neste ano.

O que temos procurado esclarecer é que a nossa política monetária de hoje, faltando quatro meses e meio para o término do ano, já está volta da para o ano que vem. É a defasagem natural da política monetária. E, para este ano, temos que trabalhar, a grosso modo, com as nossas projeções. E foi isso que foi incorporado ao acordo do Fundo, para não nos apertarmos desnecessariamente, provocando, portanto, um custo elevado para a sociedade no ano que vem. Esse é um processo dinâmico. Como as expectativas para o próximo ano estão convergindo, isso nos favorece.

O que me leva à segunda parte da sua pergunta é o que diz respeito à trajetória da taxa de juros. O que temos procurado fazer – e é assim que pretendemos fazer daqui para frente – é acompanhar justamente a nossa projeção de taxa de inflação e, na medida em que se observar uma queda, reagir reduzindo o juro.

Isso aconteceu no final do ano passado; no início deste ano, chegamos abaixo de 16%, um pouco mais de 15%, no momento mais favorável. Infelizmente, essa trajetória foi interrompida. Mas temos a certeza de que esse é um fenômeno transitório. Esses choques que hoje nos afetam – internos e externos – não são permanentes por natureza. Na medida em que isso for sendo digerido, creio que isso será possível.

Essa é a tática do processo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Senador Paulo Hartung deseja fazer algum comentário?

O SR. PAULO HARTUNG – Apenas que ro fazer uma consideração, Sr. Presidente. Estou satisfeito com as respostas. Só quero fazer um comentário sobre o que o Presidente traçou em relação à minha pergunta.

Tratamos de coisas diferentes; isso precisa ficar claro e registrado. Uma coisa é a simplificação do raciocínio, que, muitas vezes, toma conta da Oposição e do Governo. E tentei mostrar os dois lados, apesar de o Ministro Pedro Malan ter se fixado mais no problema da Oposição. Mas creio que isso faz parte do

jogo e do debate administrativo, político, assim por diante. A outra coisa são as chamadas relações assimétricas internacionais. E, quanto a essas, estamos convergindo para o debate sobre o qual falou o Senador Lúcio Alcântara. Vamos ter que lutar, e essa será uma luta muito difícil, mas que precisa ser travada para mudarmos essas relações internacionais.

Era esse o comentário que eu gostaria de fazer, para colocar as coisas no devido lugar.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Ministro Pedro Malan deseja fazer um comentário.

O SR. PEDRO MALAN – Concordo com o que disse o Senador Lúcio Alcântara e com o que V. Ex^a acabou de dizer, mas eu só queria enfatizar um ponto.

Quanto à luta contra essas assimetrias – para usar essa expressão correta, que hoje prevalece na ordem internacional –, essa é uma ordem internacional que não acabou com o papel de protagonista dos Estados nacionais. Essa é uma visão equivocada que achou que os Estados acabaram e que agora tudo é decidido por fundamentalismos de mercado e por outras forças. Estados são e continuarão sendo agentes protagonistas, isoladamente ou se organizando em grupos, como fez a União Européia e como estamos procurando fazer aqui nesta região. Serão tão mais protagonistas e eficientes na redução dessas assimetrias, quanto melhor consigam organizar-se internamente para tal.

Essa é a razão pela qual insisto tanto no sentido de que deveríamos avançar significativamente nessa área e buscar a identificação de terrenos comuns, que, no mundo organizado de hoje, não estão mais sujeitos ao debate ideológico, que já são aceitos, que fazem parte de um Estado moderno e organizado, que não perde tempo mais discutindo se deve haver respeito à restrição orçamentária, à responsabilidade fiscal ou ao controle da inflação. Há um enorme campo para a ação do Estado, mas a organização interna é fundamental para que ele possa desempenhar um papel internacional mais efetivo. Por isso, as duas coisas estão ligadas na minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A palavra está com o Senador Pedro Simon. Em seguida, falará o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero falar da satisfação de participar de mais um debate. Creio que lá se vão dezenas, principalmente com o Ministro da Fazenda e o Senado Federal, nas quais tive a oportunidade de me aprofundar no conhecimento do Ministro da Fazenda.

Durante um período, tive a honra de participar, junto com S. Ex^a, do mesmo Governo, S. Ex^a como braço direito do Ministro Fernando Henrique, da Fazenda, que tinha em S. Ex^a exatamente o seu grande orientador para as coisas financeiras – compreensivelmente, pois o Ministro Fernando Henrique era um sociólogo que estava entrando naquele desafio. S. Ex^a aprendeu, aprendeu a debater, a analisar, e também ensinou ao Ministro Malan. A gente nota agora que, ao contrário das primeiras vezes, o Ministro Malan, além de ser um homem de grande competência econômica – já conhecida –, é também de grande competência política, que vem demonstrando a cada momento em algumas das suas respostas – diga-se de passagem, com muito brilhantismo.

Acho que S. Ex^a está num estágio muito importante, e dentro deste País, onde há crítica generalizada de lado a lado. Pode-se criticar o Ministro Malan com relação ao seu centralismo. Tudo que acontece no Brasil é culpa do Malan. Por exemplo: amanhã vamos discutir a indicação do Procurador do Banco Central que quer ser membro do Superior Tribunal Militar, e a imprensa diz que é o Malan que quer se ver livre dele, então está determinando que ele se aposente. É o comentário. A gente ri, mas é o comentário.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Quer se ver livre?

O SR. PEDRO SIMON – O Malan quer se ver livre desse cidadão, quer que saia de lá para abrir a vaga não sei para quem. Nem falam no Presidente do Banco Central.

Mas eu admiro S. Ex^a. Pode-se dizer o que se quiser de S. Ex^a, mas eu não vi – e isto me parece importante – nenhuma referência em desabono à sua conduta, à sua dignidade, à sua seriedade, num Governo que, lamentavelmente, por equívocos de tomada de posição, está cheio exatamente dessas irregularidades, desses equívocos e dessas interrogações, que deveriam ser investigadas com mais profundidade, e não foram. Por isso, há diversos ninhos no Governo que nos deixam com uma interrogação. E, embora o Ministro da Fazenda seja o homem mais importante, o que libera o dinheiro – podem até chorar que S. Ex^a é injusto com o Serra, que não lhe dá dinheiro porque é candidato e o Serra também é –, mas, sob o ponto de vista da dignidade e da seriedade, eu não conheço nada com relação ao Ministro Malan.

Agora, acho que – perdoe-me a sinceridade – a pergunta mais importante que ouvi aqui foi feita por V. Ex^a, ilustre Presidente. Na verdade, V. Ex^a colocou o dedo numa questão que ninguém vinha colocando.

Nós estamos todos aqui mais ou menos num debate em que nós estamos de um lado e eles, de outro. Como se os Ministros e o Presidente do Banco Central fossem, de certa forma, aliados do outro lado e nós aqui estivéssemos a defender o Brasil. V. Ex^a diz uma grande verdade: o Governo e nós temos que nos unir em torno de uma realidade já constatada pelo próprio Fernando Henrique e pelo mundo inteiro, que é essa realidade financeira que está aí, com as suas interrogações, com as suas dúvidas, com as suas imposições, que faz com que nós estejamos a sofrer o que estamos sofrendo.

De certa forma, não sei se não seria interessante que, em meio à discussão, em meio ao debate, em meio às polêmicas entre Oposição e Governo, devesse haver um determinado momento em que V. Ex^a colocasse uma posição, que nem essa, e nós dela tomássemos conhecimento. Não me passa pela cabeça que o Ministro Malan vá sentar com o pessoal do Fundo Monetário e vá dizer: “Amém”, “Sim, senhor”. “Olha, o juro é 23% ou 22%!”, “Sim, senhor”. Com certeza S. Ex^a deve discutir, deve debater, deve dizer: “Por que os Estados Unidos rola a sua dívida a 4% e nós temos que rolar a nossa dívida a 20%? Por que não podemos rolar a nossa dívida a menos do que isso, já que temos um déficit social enorme, fantástico, e destinamos cento e tantos bilhões para a rolagem dessa dívida e só cinco a oito milhões para a miséria absoluta?” S. Ex^a deve debater isso, deve analisar isso.

Acho que, se pudéssemos, deveríamos ajudar a fazer como acontece no Congresso Americano. O Presidente americano não faz como o Sr. Malan, fala com o Presidente do Fundo Monetário, fala com quem quiser, por que sabe que tudo que quiser passa no Senado e passa na Câmara, como sempre passou. Há uma unanimidade. Então, o pessoal do Fundo Monetário, o pessoal do Banco Mundial, o pessoal dos Estados Unidos, quando fala com o Presidente Fernando Henrique, quando fala com o Ministro Malan, quer a resposta imediata. Imaginem se o Fernando Henrique dissesse assim: “Olha, eu concordo, mas tenho que ouvir o Congresso!” “Ouvir o Congresso, está brincando comigo? Você manda para lá e aprova no dia seguinte”. E é verdade! O dia bo é que é verdade! Então, não há aquele sentimento que deveria existir no que tange a nos unirmos para buscar o que é melhor.

Em primeiro lugar, apenas a título de curiosidade, informo que a imprensa nacional da noite publica que o Prof. Reinaldo Gonçalves fez um longo estudo sobre os 34 Presidentes da República, de 1889 até

hoje, e constatou que o Presidente que teve, durante seu período de Governo, o menor aumento do PIB foi Prudente de Moraes; foi o campeão, com zero. Depois dele, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Governo do Presidente Fernando Henrique, oito anos, seria, segundo o Professor, com 2,44%, o período em que o PIB teve o menor aumento desde 1889, a não ser no período do Sr. Prudente de Moraes.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ainda tem um ano e meio de Governo.

O SR. PEDRO SIMON – Dá para aumentar.

Reparo, amigo Ministro Pedro Malan, que, segundo estudos recentes realizados por consultores, somente de dezembro de 1999 a maio de 2000, a dívida do setor público saltou de R\$516 bilhões para R\$618 bilhões. Segundo o acordo, a dívida está agora sendo novamente estimada em R\$680 bilhões para 2001, ou seja, em apenas um ano e meio, deve ter um crescimento de cerca de R\$160 bilhões, ou seja, de 31%. É indispensável observar que, nesse mesmo período, não se registrou nenhum aumento significativo nos gastos públicos, aliás, ocorreu o contrário. O que se registrou foi um superávit primário.

Em suma, o que aconteceu foi que o Estado aumentou a receita, aumentou a CPMF, reduziu seus gastos, o servidor não teve aumento, os investimentos foram cortados, mas a dívida cresceu R\$101 bilhões, apenas de dezembro de 1999 para cá, depois que as dívidas dos Estados já tinham sido federalizadas. Parece-nos claro que esse crescimento é derivado da natureza financeira da dívida, atrelada aos juros e à desvalorização cambial.

O Governo, ao cumprir as metas do acordo com o Fundo Monetário Internacional, é levado a instituir a cobrança de Imposto de Renda dos funcionários aposentados, 2,8 bilhões. Faço a seguinte pergunta: a Veja publica hoje, e o Secretário Nacional da Receita Federal, em depoimento à Comissão do Senado Federal, falou sobre os atrasados com a Previdência: algo em torno de R\$126 bilhões; será que não dá para dizer nem uma palavra sobre esses atrasados e tem que cobrar dos aposentados? Pergunto ainda: quanto o Brasil gastará este ano – isso eu gostaria de saber – com as despesas de pessoal e quanto gastará para pagamentos de juros e serviços da dívida?

Com a dívida líquida do setor público, como ela está indexada fundamentalmente, mais de 80% dela, ao câmbio ou à taxa Selic de juros, não parece que a atual política econômica faz com que o esforço para pagar o custo da rolagem dessa dívida comprometa a essência do funcionamento do Estado brasileiro para

cobrir as exigências essenciais do seu povo e da sua gente? O que o senhor acha que, dessa herança do Brasil da dívida e juros, ficará para o próximo Governo, que pode ser o próprio Malan? Como ele terá que ver, no próximo ano, no próximo Governo?

Eu acho, Sr. Presidente, que o acordo envolve compromissos de abertura de mercado interno de importações. Pergunto: envolve acordo futuro com relação ao mercado interno de importações? Essas perguntas não são minhas. São do senhor Paulo Nogueira Batista Júnior, que está na imprensa de hoje. Outra pergunta dele que, não sei por que, mas me estranha: o Brasil está ou estará engajado em negociações importantes no plano comercial - Alca com os Estados Unidos; Mercosul com União Européia; e uma possível nova rodada multilateral com a OMC? Não sei por que entra a Alca aqui. Nunca faria essa pergunta aqui, sinceramente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Isso não é pergunta. É uma justificativa para a pergunta anterior. Leia com atenção que essa segunda fase não é pergunta.

O SR. PEDRO SIMON – Tem razão. Não faria essa afirmativa, não fora ela feita pelo senhor Paulo Nogueira Batista Júnior, que diz que, no bojo disso aqui, estão as negociações da Alca. Negociações em relação às quais o Senado se manifestou. Erroneamente, mas se manifestou. Por unanimidade, em duas oportunidades, o Senado manifestou-se contra a participação do Brasil na Alca. Soamente com o Mercosul integrado, podemos começar a discutir com a Alca.

Uma coisa interessante, Sr. Ministro: parece que o Governo está convicto de que vai ganhar a eleição. Tanto que não tem preocupação em relação à continuidade. Esse acordo termina no dia 31 de dezembro de 2002. No dia seguinte, assume o novo Presidente. O que vai acontecer com as negociações? Em primeiro lugar, há os candidatos. Que tipo de campanha farão? Levarão adiante esse acordo ou não? O que farão ou deixarão de fazer? De 2 de outubro a 31 de dezembro, qual o acordo que o Governo eleito vai honrar? Nunca me esqueço de que o Lula passou a sua primeira campanha com um tipo de discurso enquanto o Collor passou o tempo todo dizendo que não era para votar no Lula porque, se votassem, ele faria o confisco da poupança. Muita gente não votou no Lula com medo de que ele fizesse o confisco da poupança. E o Collor fez. Então, não deixa de ser interessante. Acredito que o Ministro Malan vai me responder o seguinte: “Mas, Senador Pedro Simon, o senhor queria que eu fizesse uma acordo que fosse

até junho de 2002 para dizer que me meti no novo Governo, que congelei o novo Governo para que ele tivesse que obedecer determinadas normas? Deixei-o livre para que, no primeiro dia, fizesse o que bem entendesse.

Tem lógica, mas não deixa de ser interessante o fato de que o acordo termina no último dia do Governo. Penso que sim.

Somente para encerrar, Ministro Pedro Malan, creio que o que nos falta na política brasileira são momentos em que tivéssemos mais diálogo, mais entendimento, que não se tratasse de Governo/Oposição, mas fosse o País. Faltou ao Presidente Fernando Henrique, por exemplo, junto com V. Exª e o Presidente do Banco Central, antes, há um ou dois meses, chamar as lideranças da Oposição, sentar à mesa, debater e discutir, mostrando: “olha, a situação é esta: sobre juros, os Estados Unidos têm tanto, fulano tem tanto, nós temos isso”.

Talvez possamos debater nesse sentido. Penso que qualquer nação consegue isso. Com toda a sinceridade.

No Governo de Itamar, fez-se isso. V. Exª sabe. Em mais de uma oportunidade, o Presidente da República Itamar Franco, chamou o Lula, os empresários, os líderes sindicais para debater. O Plano Real foi feito assim. O Plano Real foi feito no Congresso Nacional. Tivemos cerca de sessenta e tantas emendas que foram aprovadas na Câmara e no Senado. V. Exª e o Fernando Henrique vinham aqui quase que diariamente debater até com meia dúzia de Deputados. Foi o plano, na minha opinião, mais espetacularmente debatido, discutido, analisado e votado pelo Congresso Nacional e representando o povo. Não sei, mas acho que o Presidente Fernando Henrique poderia, ou talvez até deveria, buscar na sociedade e buscar na classe política esse tipo de diálogo, para debatermos. Eu gostaria de saber uma coisa que eu, que penso no futuro — inclusive meu Partido pensa no futuro —, tenho discutido e tenho debatido. Um dia eu vou lá no seu gabinete perguntar a V. Exª como é que é a chance? Quanto é que os Estados Unidos rolam a dívida dele? Quanto é que nós rolamos? É claro que os Estados Unidos são donos do mundo, ditam as normas todas. É claro que temos uma imensa dívida etc. e tal, mas qual é a fórmula que temos para alterar um pouco esse jogo? O Papa está gritando. O próprio Fernando Henrique, há uns quatro anos, fez esse pronunciamento na abertura da ONU. Na abertura da Assembleia-Geral da ONU, o Fernando Henrique debateu que os juros não podiam continuar assim, que tinham que diminuir, que era uma injustiça

cruel o que estavam fazendo com as nações em desenvolvimento.

Então, acho que deveria mostrar três momentos: o momento que o Governo defende e defende o seu Governo e a Oposição — eu ia dizer bobagem — crítica, crítica. É um momento, mas é um outro momento. Agora é o Brasil. Agora, vamos chamar aqui, vamos sentar na mesa. O que é que podemos ajudar? O que podemos acertar? O que podemos colaborar? Eu não sinto isso.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) — Senador Pedro Simon, V. Exª concluiu?

O SR. PEDRO SIMON — Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) — Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON — A mesma estima de sempre, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) — Eu até queria fazer um adendo ao Senador Pedro Simon, Ministro. V. Exª tem revelado muito gosto pelo debate, pela discussão e sempre com grande preocupação nacional. O que o Senador Pedro Simon falou me remete a uma idéia que é defendida, por exemplo, pelo Professor Hélio Jaguaribe. Temos que ser capazes, como sociedade brasileira, de estabelecer — poderíamos pegar, inclusive, o exemplo das metas inflacionárias — macrometas para o País. Dentro disso, cada Partido vai com seu candidato, com sua luta político-partidária, mas, se formos capazes de estabelecer essas macrometas como macro-objetivos nacionais, certamente vamos saber aonde queremos chegar. Se vai com o Partido A, B ou C — e aí a nuances de cada Partido, de compromisso de cada Partido —, mas grandes metas são metas nacionais; não são metas do Ministro Pedro Malan ou do Presidente Armínio Fraga ou deste Governo ou do próximo governo. É preciso maturidade, liderança e vontade de fazer. Se formos capazes de estabelecer macrometas e prazos... Tenho a impressão de que qualquer que seja o Partido que ganhe a próxima eleição, talvez, continuará com essas metas inflacionárias, porque acho boa idéia, mas não só metas inflacionárias. Precisamos ter metas inflacionárias, sociais, da Educação e outras como grandes objetivos do País.

Estimulo V. Exª para que esse debate extrapole essa área puramente financeira, econômica...

O SR. PEDRO MALAN — Senador Pedro Simon, V. Exª sabe que a admiração é recíproca. Não me canso de ouvi-lo. V. Exª me permite fazer um breve comentário sobre o ponto do Senador, que tenho certeza de que V. Exª também concorda? O tema tam-

bém me é muito caro e já propus, em mais de uma ocasião, em debates internos do Governo, que, principalmente na área de indicadores sociais, tivéssemos essa — não sei se a palavra é meta — perspectiva tanto para trás, porque a perspectiva para trás nos obrigaria — principalmente aqueles que negam que tenha havido qualquer progresso ou que a situação piorou — a perceber os progressos que ocorreram, como, por exemplo, redução de mortalidade infantil e materna, redução de taxa de analfabetismo, número de anos de escolaridade, faixa etária, ensino fundamental, redução do número de pobres e indigentes no Brasil e, ao mesmo tempo, permitir-nos-ia projetar o futuro, não o amanhã, o ano seguinte ou daqui a dois anos, porque, felizmente, as pessoas estão começando a se dar conta de que não há mágica, pirueta e não se resolve esses problemas em um par de anos, mas o fato é o seguinte: hoje, o Brasil é signatário, formalizou sua assinatura em várias conferências internacionais, nas Nações Unidas e outros órgãos, nas quais assumiu compromissos, junto com outros países, de chegar a certos indicadores sociais, em alguns casos daqui a 5, em outros daqui a 10, em outros daqui a 15 anos.

Acho que é fundamental uma discussão: onde estávamos há 10, 15 anos? E mostramos progressos em todos eles. E se esses compromissos que assumimos estão, realmente, ao nosso alcance. Acho que estão, que temos condições de lá chegar. O ponto do Hélio Jaguaribe, a que o Senador Lúcio Alcântara faz referência, na linha do que V. Exª disse, Senador Pedro Simon, não deveria ser uma matéria de pura querela ideológica entre oposição e situação. Estamos falando do País.

É de interesse do País, quais quer que venham a ser as administrações nos próximos 4 anos e nos outros 4 anos, e nos outros 4 anos, que exista uma discussão, uma avaliação sistemática sobre se os programas sociais que têm aquele objetivo a alcançar são os melhores programas. Alguns podem estar funcionando melhor do que outros, é preciso mudar, desativar um e ativar outro. Sempre de fenda esse tipo de questão, visão de médio e longo prazo, tanto para trás. Vale lembrar que, há 50 anos, que não é muito na história de um povo, mais da metade dos brasileiros de mais de 15 anos era analfabeta.

Passados 50 anos, estamos perto de eliminar o analfabetismo nas zonas metropolitanas, nas áreas mais avançadas do Brasil, nesta primeira década do Século XXI. No entanto, pessoas dizem que é um absurdo um País como o Brasil ainda ter analfabetos. É um absurdo, mas avançamos muito nessa área como

País e como sociedade. Ninguém imaginava que estaríamos próximos à universalização do ensino fundamental na faixa etária de 7 a 15 anos. Estamos, e estamos chegando lá, resultado de um esforço sério e de uma meta, um objetivo, um indicador que foi alcançado.

Portanto, vejo nessa área, como em várias outras, possibilidades de o País crescer. A China tem planos para 2.050, o que ela quer ser no mundo daqui a 50 anos. O Japão para 2020. O que queremos ser como País e sociedade em 2020? Não é estar sujeito à alteração do poder a cada 4 anos. São indicações do que o País, a sociedade, vê no mundo em mutação dali a algum tempo. Não vejo nenhuma razão pela qual, nós brasileiros, não possamos fazer tal coisa.

V. Exª tem toda razão, isso exige que tanto a oposição quanto o Governo se dispam de certa propensão à perda de tempo em querelas que não são fundamentais para esse tipo de coisa. Por exemplo, algumas que citei aqui, se deve ou não deve suspender pagamento, esse tipo de questão.

Era isso que queria comentar, Senador. Desculpe por ter começado pelo que disse o Senador Lúcio Alcântara. Tenho certeza de que V. Exª, em geral, concordaria com o que eu acho que é de interesse do País. Uma coisa é o papel da oposição querendo que o Governo se dê mal, torcendo, rezando, trabalhando para que o Governo seja inviabilizado, como diz uma resolução do diretório nacional. Inviabilizar o Governo!

A outra é uma preocupação com o País, o seu conjunto, olhando não a próxima administração, mas as próximas, quaisquer que elas sejam. Acho isso fundamental.

Sobre o prazo do acordo com o Fundo, nós decidimos terminá-lo na atual administração. Não sabemos qual será a decisão soberana do povo brasileiro em outubro de 2002, principalmente quando ouvimos declarações de importantes militantes ou parlamentares do principal partido de oposição falando em ruptura com o Fundo, e que já mais aceitariam algo que nós nunca consideramos — entrar em 2003. Começaram a dizer que era inaceitável, coisa que não chegamos a pensar.

Este Governo foi eleito democraticamente e tem todo o direito de tomar decisões enquanto é Governo, e será Governo até 31 de dezembro de 2002. Portanto, foi eleito para tomar decisões até 31 de dezembro de 2002, e as tomará. Tomou essa, tem um acordo que não quis entrar no novo governo, exatamente por que não tem a menor idéia de qual será a postura

de um novo Presidente, qual quer que ele seja, em relação a esse assunto.

Fará o que lhe parecer apropriado, e esses que falam sobre ruptura deveriam refletir mais e sobre o que exatamente querem dizer a respeito, pensando no País, não no próprio discurso para sua militância ou para a sua burocracia.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Foi uma decisão nossa, não foi proposta do Fundo.

O SR. PEDRO MALAN – Foi uma decisão nossa. Na verdade, eles chegaram, em algumas das discussões, a sugerir a possibilidade de algo e nós dissemos que isso estava fora de questão.

Inúmeras vezes, também dissemos que não aceitamos tal coisa. Eu não consigo falar se não tenho convicção daquilo que defendo. Para defender algo, preciso estar convencido. E dissemos: “Nós não vamos fazer tal coisa – não iremos entrar em detalhes aqui, porque negociação não se discute nos bastidores –, porque não temos condições de aparecer de cara aberta, limpa, perante o Congresso Nacional e defender tal coisa. Portanto, não vamos fazer”.

Acreditamos na importância da propriedade do programa de um Governo. Estamos fazendo isso porque nós, Governo Brasileiro, achamos que é o que deve ser feito no momento e não porque alguém nos disse que deveríamos fazer.

Sei que há muitos que não aceitam esse argumento, porque é fácil fazer o discurso das imposições externas, das exigências e dos ditames; mas, já estou habituado a isso. Faz parte do jogo.

Concordo com V. Ex^a, de que é preciso mais diálogo, principalmente neste momento, nestas fases de turbulência. Nunca nos furtaremos a ele.

Senador, mais uma vez, V. Ex^a fez referência, espero que em um tom jocoso, sobre candidatura. Há um ano e meio, digo: “Nunca fui, não sou e não serei candidato.” Portanto, deixemos isso de lado.

O SR. PEDRO SIMON – A assertiva mais impositiva é a de que o senhor pensa em ser candidato.

O SR. PEDRO MALAN – Eu sei que em Brasília se lê assim, mas teremos de esperar a data, que está se aproximando, para que aqueles que acreditam nisso possam escrever os seus artigos: “Derrotado nas suas pretensões, que sempre acaletou, no mais profundo âmago do seu ser, de chegar à Presidência da República, o Ministro Malan, finalmente, jogou a toalha”. Há um ano e meio digo, mas sei que teremos inúmeros analistas que escreverão: “Incapaz de viabilizar politicamente a sua candidatura...” Isso faz parte do jogo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A avaliação das circunstâncias (palavra inaudível).

O SR. PEDRO MALAN – É verdade. Só que as minhas nunca mudaram. Sempre foram as mesmas. Há um ano e meio, sempre a mesma resposta às mesmas perguntas. Nunca mudei.

O SR. PEDRO SIMON – Por que a angústia do Ministro José Serra, então?

O SR. PEDRO MALAN – Vejo o Ministro da Saúde sempre muito tranqüilo e bem-humorado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Ministro, V. Ex^a concluiu?

O SR. PEDRO MALAN – Concluirei, Senador, se me permite.

Sobre a questão da Alca e da OMC, V. Ex^a disse: “Não sei por que não entram aqui.” Eu também não sei. Nunca discutimos esse tipo de assunto com o Fundo Monetário Internacional, nem admitiríamos discutir.

O SR. PEDRO SIMON – Não há nada no Governo, em hipótese nenhuma, que trate de compromisso maior com a Alca de que não saibamos?

O SR. PEDRO MALAN – Isso não é matéria a ser tratada com o Fundo. Ele não tem nada a ver com isso. V. Ex^a não havia chegado do quando reagiu aqui à irresponsabilidade do anúncio de que nós, na calada da noite, teríamos negociado privatizações da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Chamei isso de irresponsabilidade. No entanto, foi dito. Fomos acusados de, secretamente, termos negociado isso com o Fundo Monetário Internacional. Considero ofensiva a maneira como essa questão foi formulada.

Quanto à sua pergunta acerca do superávit primário e do gasto público, Senador, realmente, houve um aumento da dívida consolidada do setor público, que é dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e das empresas estatais. Ela perfaz 51% do PIB, dos quais 31% são do Governo Federal, um pouco mais de 17% são dos Estados e dos Municípios e um pouco mais de 2% são das empresas estatais federais.

Ela aumenta por uma variedade de fatores. Eu os mencionei aqui. São decisões de Governo. Ele toma determinadas decisões que envolvem a emissão de papéis públicos. A alternativa para a emissão de papel é ou o rodar da maquininha, imprimir papel moeda, ou o aumento da carga tributária. Se não queremos aumentar a carga tributária e não queremos rodar a maquininha e continuamos sujeitos a pressões de aumento de gastos e emissão de papéis por parte do Governo, a dívida aumenta. Não vou negar, e nun-

ca o neguei, que uma desvalorização cambial do tipo que experimentamos também aumenta a dívida, a parte dela que tem a cláusula de desvalorização cambial. Mas não acreditamos que ela seja permanente e que vá continuar.

O SR. PEDRO SIMON - Também não dá para negar o papel que o nosso amigo Gustavo Franco desempenhou nessa história toda.

O SR. PEDRO MALAN - Essa é uma outra história.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concluiu, Sr. Ministro?

O SR. PEDRO MALAN – Acredito que deva concluir, pois acabei falando demais. Tenho apenas um comentário sobre os atrasados da Previdência Social. Não vi o resultado, mas ouço com muita frequência: “O Governo tem uma dívida ativa de tantas dezenas de bilhões de reais ou de atrasados. Por que ele não vai lá, coleta-os e, imediatamente, usa isso em vez de estar fazendo outras coisas?” Senador, se o problema fosse fácil assim, já o teríamos feito há muito tempo. Tudo isso são ações propostas no Poder Judiciário - já tivemos oportunidade de conversar sobre isso -, que estão sendo discutidas. Isso de manda um certo tempo. Não podemos, de maneira atrabiliária, nos apropriar de recursos, enquanto elas estiverem subjudice. As pessoas estão questionando, no Judiciário, essas ações.

Quanto o Brasil vai gastar com pessoal, este ano? Só o Executivo Federal, R\$ 64 bilhões, e mais uns R\$75 bilhões de benefícios da Previdência.

A conta exata dos juros. Como ele varia, eu não tenho ela aqui presente. Mas, veja bem o último comentário na linha do que já fiz em outras questões. Infelizmente, todos nós adorávamos que fosse possível fazer assim: simplesmente suspender pagamentos, ainda que parcialmente, seja da dívida externa e interna; que nada, absolutamente nada acontecesse, tudo continuasse exatamente como antes, não se afetasse em nada a percepção de investidores domésticos, internacionais, o risco do Brasil, percepção de desastre, e que esses recursos pudessem ser utilizados para outras áreas.

Infelizmente, não é assim. Com uma grande agravante, Senador, no que diz respeito à dívida interna – e esse aí foi o primarismo da proposta de suspensão de pagamentos de dívida interna a especuladores. É assim que a pergunta foi formulada: “Devem, o Governo Federal, Estados e Municípios, continuar utilizando recursos orçamentários para pagar a dívida interna a especuladores?” Obviamente, a militância

respondeu: não. Em 95%, provavelmente a burocracia do Partido também: não.

O fato é que a pergunta é absolutamente equivocada. A nossa dívida interna é um passivo do Governo. Mas ela é um ativo, Senador, de milhões de brasileiros, de empresas que têm capital de giro, de fundos de pensão, de fundos de investimento, de instituições financeiras, de carteiras que, de alguma maneira, têm títulos públicos na sua composição.

Portanto, propor essa suspensão da maneira irresponsável como foi proposta significa afetar não meia dúzia de especuladores, mas a vida de milhões de trabalhadores brasileiros, de empresas brasileiras, por que têm, nos seus ativos – pois o passivo do Governo são ativos de outras pessoas –, títulos públicos. Daí a irresponsabilidade da proposta e a ligeireza com que foi feita e votada, como se fosse uma grande contribuição ao debate político e econômico, neste País.

Mutatis mutandis, o mesmo se aplica à dívida externa a qual já me referi anteriormente. A dívida externa pública não é o problema, e a privada não deveria ser problema de Partidos de Oposição: se multinacionais têm ou não problema para pagar suas dívidas, ou se grandes empresas privadas brasileiras o têm. A dívida externa do Setor Público, líquida, é menos de 10% do PIB. Portanto, não é o grande problema nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Pedro Simon, V. Exª está satisfeito. (Pausa.)

Ainda estão inscritos os Srs. Senadores José Eduardo Dutra... Não está na ordem. Depois do Senador Suplicy, o Senador José Alencar. Logo após, o Senador José Eduardo Dutra e, por último, o Senador Leomar Quintanilha.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Lúcio Alcântara; Srs. Ministros Martus Tavares e Pedro Malan; Sr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central, o Ministro Martus Tavares – conforme a Senadora Heloisa Helena já mencionou –, na sua exposição, mencionou em uma hora o acordo firmado, e na outra, o entendimento firmado. Em português, entendimento e acordo firmados significam acordos assinados. Portanto, isso quer dizer que houve um documento assinado que está por escrito. A exposição assim foi feita.

Como o Ministro Pedro Malan também mostrou documentos e nos disse que gostaria que nós os lêssemos; apresentou tabelas, mas não as distribuiu,

em tão eu fico pensando se há algum documento a ser distribuído para os Senadores.

Isso é só um esclarecimento, porque a menção feita...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Pois não, Senador. Então, o Ministro Pedro Malan fará uso da palavra só para responder logo essa questão, que é uma preliminar.

O SR. PEDRO MALAN – V. Ex^a, assim como todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos e como todo o Senado, receberá o Memorando de Política Econômica, que detalha toda essa análise, e o Memorando Técnico, que é a parte mais técnica, que não foram distribuídos ainda porque não estão concluídos. Essa é a razão. Mas não há mais nada a negociar. O acordo fundamental foi feito com a alta direção do Fundo, agora, a sua formalização só terá lugar no dia, se não me engano, em 14 de setembro, quando o Conselho de Administração se pronunciará. Mas não tenha dúvida, Senador, V. Ex^a haverá de receber toda a documentação, nada lhe será escondido, fique tranqüilo quanto a isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Ex^a mencionou, há pouco, que houve alguns elementos do diálogo que não seriam adequados para serem defendidos perante o Congresso Nacional. Será que não seria adequado que V. Ex^a detalhasse um pouco isso, até para que pudesse ter balizamentos, para, inclusive, dizer aos dirigentes do Fundo Monetário Internacional que tais tipos de procedimentos, de metas ou de contingências são tipicamente algo que o Congresso Nacional não vai aceitar tão facilmente. V. Ex^a teria, assim, uma posição mais forte, mais conhecida e com maior respaldo dos representantes do povo brasileiro para, assim, estar negociando. Só coloco isso como algo que, avalio, poderia, inclusive, fortalecer os representantes do Governo brasileiro numa eventual negociação.

Mas vou fazer algumas perguntas bastante objetivas. No novo acordo, o piso para as reservas internacionais líquidas foi reduzido de US\$25 bilhões para US\$20 bilhões. Obviamente, isso, de alguma forma, aumenta o poder de intervenção do Banco Central, mas ainda é insuficiente. Por que razão o Fundo Monetário Internacional insiste em fixar um piso tão alto limitando exageradamente o raio de manobra do Banco Central? Em que nível estão atualmente as reservas líquidas? Aqui, faço uma suposição: digamos que a resposta seja que as reservas líquidas estão em torno de US\$30 bilhões, isso significaria que as reservas disponíveis para eventual intervenção no mercado de câmbio à vista seriam apenas de US\$10 bilhões, um

valor bastante modesto que poderia deixar o Brasil à mercê de movimentos especulativos internacionais. No acordo anterior com o Fundo, em 1998, havia uma proibição expressa de desempenho de que o Banco Central intervisse direta ou indiretamente no mercado futuro de câmbio. Pergunto se essa cláusula persiste no presente acordo. Segundo a Gazeta Mercantil noticiou, essa proibição estaria por continuar, o que juntamente com o piso de US\$20 bilhões para as reservas significaria amarrar, consideravelmente, a atuação do Banco Central no mercado de câmbio. Pergunto, então, quais as razões dessa determinação do Fundo e qual a opinião do Ministro Pedro Malan sobre a intervenção da autoridade monetária no mercado futuro de câmbio, pois, que me lembre, no período 1997/98, quando já era Ministro, o Banco Central atuou significativamente no mercado futuro de câmbio. No que diz respeito àquilo que perguntou o Senador Pedro Simon, se, porventura, neste novo acordo, há alguma referência ao compromisso de liberalizar o comércio exterior e reduzir as barreiras tarifárias à importação. Mas por que isso? Porque, em acordos anteriores com o FMI, as cartas de intenção assinadas faziam referência ao compromisso de liberalização do comércio exterior e de reduzir as barreiras tarifárias, inclusive, a tarifa externa comum do Mercosul. Então, tem sentido, já que o Brasil está por negociar as questões relativas ao Mercosul, da ALCA, também com as questões relativas ao Mercosul com a União Européia, se, unilateralmente, quer dizer, fora desses entendimentos com o FMI, houvesse uma menção a isso, isso poderia significar a diminuição de nosso poder de barganha nas importantes negociações comerciais. Já, no que diz respeito ao ajuste fiscal, o novo acordo prevê aumentos nas já elevadas metas para o superávit primário. Ora, no passado, essas metas de superávit primário, negociadas com o Fundo Monetário Internacional, dificultaram o investimento público em áreas como a energia elétrica, contribuindo para a crise que estou neste ano. Será que faz sentido aumentá-las ainda mais, sobretudo quando se considera que normalmente o ajuste fiscal tem um impacto recessivo e que a economia brasileira está em fase de acentuada desvalorização nesses últimos meses?

Diversos aspectos ainda não foram suficientemente esclarecidos no novo acordo, em particular no que diz respeito ao Plano Nacional de Desestatização. V. Ex^a, Ministro Pedro Malan, mencionou observações que o Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores já havia feito. Na verdade, ele fez as observações como uma indagação, e V. Ex^a aqui es-

clareceu que não há neste acordo quaisquer compromissos de privatizar – V. Ex^a mencionou a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, salvo engano meu. Então isso está esclarecido. Mas pergunto, no que diz respeito aos planos de privatizações de qualquer natureza, se há menção e que menção há nesse acordo com o Fundo Monetário Internacional, porque poderia haver menção de outras empresas. Então se V. Ex^a poderia nos esclarecer isso.

Em 1999, o último ano para o qual foram publicadas as contas nacionais do Brasil, observa-se que os juros da dívida interna mais externa somaram R\$86 bilhões. Refiro-me aos juros das dívidas interna e externa apenas do setor público municipal, estadual e da União. Tem V. Ex^a a estimativa de quanto efetivamente os juros internos mais externos somaram no ano 2000 e quanto irão somar no ano 2001, ainda que aproximadamente? E poder-nos-ia dar uma idéia, do ponto de vista da gravidade do sistema público – estou usando a própria expressão de V. Ex^a –, de quantas pessoas, por exemplo, receberam aqueles R\$86 bilhões? Aqui registro que V. Ex^a mencionou que 2 milhões de pessoas receberem R\$40 bilhões é um número que contém uma certa gravidade. Então eu gostaria de perguntar se V. Ex^a tem uma estimativa de qual o número de pessoas que tem recebido este ano e receberão no ano que vem na forma de juros das dívidas interna e externa, ou seja, se podemos ter uma estimativa de qual o número de pessoas que são titulares das dívidas interna e externa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Peço ao Senador Eduardo Suplicy que concluisse, já que está bem avançado no tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Diante das observações do Ministro Pedro Malan,...

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Pensei que V. Ex^a ia falar das minhas observações.

O SR. EDUARDO SUPLICY – ... reiteradamente colocadas no plano político, eu gostaria aqui de observar, porque ele está por vez tão preocupado com o fato de dizerem que ele é um possível candidato a Presidente da República, primeiro que não é pecado acalantar a idéia de ser Presidente da República. Ao contrário, é muito importante que alguém tenha as qualificações necessárias para administrar o País e se disponha a servir à Nação. Mais difícil é, obviamente, conquistar a preferência do povo.

Em verdade, V. Ex^a tem distinguido o Partido dos Trabalhadores com contínuas observações por estar consciente de que o PT e o seu próprio Presidente de Honra, Luiz Inácio Lula da Silva, lidera as pesquisas de opinião, mesmo sabendo que Lula ain-

da precisa disputar uma prévia em 3 de março próximo e que isso ainda deverá passar por debates e pela possibilidade dos 925 mil filiados ao Partido dos Trabalhadores escolherem pelo voto o seu candidato à Presidência da República.

Mas gostaria de transmitir, Ministro Pedro Malan, que, afinal de contas, aspirar a ser Presidente da República e poder servir à população num grau ainda mais elevado e de maior responsabilidade do que o que V. Ex^a faz, e com muita seriedade, não é pecado. Não precisa se preocupar em dizer: “Puxa vida, estão querendo que eu seja”. É uma possibilidade, por quê não?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Senador, fico comovido com essas suas últimas palavras. Na verdade, devo dizer que concordo inteiramente com V. Ex^a: é perfeitamente natural, legítimo, salutar e equitativo que um homem público, principalmente um político profissional, acalente seriamente a idéia de ocupar a posição de supremo mandatário da Nação e poder servir ao seu País nessa capacidade. Concordo inteiramente com V. Ex^a. Creio que é um direito de todo e qualquer político. Eu não o sou, razão pela qual me excluí.

E já que V. Ex^a fez uma observação sobre por que tenho mencionado essa questão, em particular no que diz respeito ao seu Partido, é porque recentemente tenho dito de público, a imprensa tem publicado, que a única razão pela qual eu estava fazendo esses comentários era, como disse alguém hoje, para me promover às expensas do seu Partido. Eu não preciso do seu Partido para me promover e não tenho nenhum interesse em me promover. O que estou pedindo é uma reflexão mais aprofundada dos candidatos do seu Partido, da sua burocracia, do seu diretório nacional e da sua militância sobre questões que acredito seja razoável serem colocadas agora, principalmente em um Partido que tem todas as condições legítimas de vir a assumir a responsabilidade pela gestão da coisa pública a partir de janeiro de 2003.

Isso não será resolvido com um salto alto prematuro agora, será resolvido pelo povo brasileiro em outubro de 2002 apenas.

Agora, o que tenho dito, Senador - e não é de ouvir falar - que são encontradas no site do seu Partido coisas que são preocupantes, como, por exemplo, o Presidente de Honra do Partido, ante ontem, disse o seguinte, e corretamente: “Não somos nós – estou citando o Presidente de Honra – que temos que responder agora sobre política cambial, dívida interna,

dívida externa, Lei de Responsabilidade Fiscal e política de juros.” Ele tem razão, principalmente no que diz respeito à política cambial e juros, ninguém está cobrando que o principal Partido de Oposição comece a dizer detalhes operacionais de como pretende conduzir isso. O problema dessa citação aqui, Senador, é que, pelo menos no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e às dívidas interna e externa, o seu Partido, por meio do seu diretório nacional - que presumo tenha alguma representatividade, porque foi eleito como tal - através de resoluções constantes no site do Partido dos Trabalhadores, expressou-se sobre essa questão.

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, há um texto aprovado em dezembro de 2000, que diz que essa lei terá que ser radicalmente modificada. E diz mais e diz mais: “porque o preço da suposta “responsabilidade fiscal” não pode ser a irresponsabilidade social. Essa postura é fundamental para o êxito do nosso projeto em 2002.”

Vou continuar cobrando o que é exatamente essa radical modificação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que está aprovada numa resolução do Diretório Nacional do Partido.

Da mesma maneira, o senhor sabe que me envolvi naquela questão do plebiscito? E não foi sem razão, Senador, porque é site do PT. Não é notícia de imprensa. Isso aqui foi retirado do site do PT, como foi a outra. Estão publicadas as perguntas. As perguntas são muito objetivas, muito claras e muito indutoras de uma resposta. “O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública”?

A outra: “Os Governos Federal, Estaduais e Municipais de vem continuar usando parte do Orçamento para pagar a dívida externa aos especuladores”? Diz o site do seu partido - cito textualmente: “Queremos que milhões respondam a essas questões com um firme “não”!

Essas questões - isto a que chamo de insustentável ambigüidade - terão que ser resolvidas de alguma maneira. Já ouvi declarações - tímidas, é bem verdade - de alguns dizendo: “Olha, não é, na verdade, a posição do partido”. Mas resolução de Diretório Nacional levo a sério. Espero que haja uma nova resolução nacional, se essa não é a posição do Partido, dizendo que não é isso, que não é bem assim, que não foi isso. O Presidente do Partido, Deputado José Dirceu, no dia 1º de junho do ano passado, apresentou formalmente um projeto de decreto legislativo para conferir um caráter oficial a esse plebiscito - isso está no site do PT também, não foi a imprensa que o disse; esta lá, está disponível.

Essas questões, em algum momento, de alguma forma, de alguma maneira terão que ser elucidadas, explicitadas, em benefício do País e, com toda franqueza, a meu juízo, em benefício da própria Oposição.

Precisamos, no Brasil, de uma Esquerda não anacrônica; precisamos de olhar o Brasil adiante. Que não haja idéias dessa natureza. Responder a questões simplórias, de maneira simplória, não resolve as questões complexas como as que temos pela frente.

Digo isso porque atribuo a essas questões uma certa importância, quando há um partido organizado, estruturado, com uma longa e meritória história neste País, que toma decisões do seu diretório nacional e as publicam. Elogio, por isso, de maneira transparente. Só que eu as leio.

Teve um colega seu que disse que só leio coisas em inglês. Diga a ele que não leio, não, Senador. Leio o site do PT também, em português - apesar de chamar-se PTNet, que o Deputado Aldo Ribeiro preferiria que se chamasse Rede PT, se fosse perguntado.

Mas, enfim, farei dois comentários sobre suas perguntas.

Sobre piso internacional de reservas, o Armínio Fraga me pediu para falar. Se V. Exª me permitir, passarei a palavra para o Armínio Fraga. Depois, tenho mais um comentário a fazer sobre uma outra matéria.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Como V. Exª sabe, a questão do piso é realmente das mais importantes. O nosso acordo de 1999 inovou, ao dar atenção a isso, justamente tendo a preocupação que V. Exª expressou. Isso veio um pouco de uma avaliação de que não é suficiente.

A inovação de reduzir o piso das reservas veio justamente da constatação de que, para se acalmar as expectativas e cumprir com o seu papel, não era suficiente um anúncio de um grande financiamento. Era preciso detalhar a operacionalização do uso desse financiamento, ao que tanto o Ministro Malan, o Ministro Martus e eu observamos. Cada um do seu ângulo - eu não estava no Governo antes -, e a importância veio a levar a essa modificação.

O piso é importante sinal, sem dúvida, e a redução que foi feita é amplamente satisfatória. A nossa estimativa, levando-se em conta a política atual de vendas de áreas e os compromissos que temos daqui até o final do ano, é a de que chegaremos ao final de dezembro com aproximadamente 28 bilhões de reservas líquidas. Portanto, uma diferença de oito com relação ao piso.

Isso é, a meu ver, suficiente, principalmente quando levamos em conta que existem outros mecanismos, se for necessário, de intervenção ligados ao uso de títulos indexados à taxa de câmbio, que cumpram o papel semelhante do ponto de vista desse instrumento.

Nesse sentido, mantivemos a nossa decisão de não intervir mais por meio de futuros. É parte do nosso compromisso e não tem, a meu ver, impacto econômico, os instrumentos são semelhantes.

A nossa preocupação, lá atrás, era com dúvidas com relação ao tamanho da nossa posição. Era um problema mais ligado à transparência. Acompanho muitos países pelo mundo - acompanhava mais de perto antes de vir para o Governo - e esse é um problema que dificultou a vida de alguns países famosos, que prefiro não mencionar, mas que tiveram problemas seríssimos nos últimos oito ou dez anos.

A dúvida leva o mercado a pensar sempre no pior, então decidimos deixar isso claro. Tenho dito, também publicamente, que não creio que essa seja uma decisão permanente, mas em algum dia, no futuro, alguém pode resolver mudar. Não vejo nenhum problema. A minha recomendação, não sendo algo que esteja em nossos planos a curto prazo, para quem venha a pensar nisso no futuro, é que seja feito de maneira transparente. Não há nenhum problema maior em se usar um instrumento ou outro, mas para nós é suficiente ter o colchão que temos no mercado à vista e a possibilidade de usar mostítulos indexados ao câmbio, até porque temos um regime de taxa de câmbio fluutuante, o que transforma a avaliação de risco do País em algo mais tranquilo, quer dizer, são os regimes de câmbio administrado que se expõem a esse tipo de contabilização: quanto falta, se se chegar a um determinado nível alguma coisa muito negativa pode acontecer.

V. Ex^a perguntou sobre compromissos de liberalização comercial e não sei se quer passar a palavra de volta ao Ministro. Não existe nenhum compromisso.

V. Ex^a mencionou, também, metas fiscais. A nossa leitura é de que o maior tônico para o crescimento é uma política fiscal responsável. Isso ajuda a reduzir a taxa de juros e recomendo a leitura de um livrinho recente do Alan Blinder e da Janeth Yelen sobre a experiência americana na década de 90: "Criação de um Círculo Virtuoso", que é o que temos que construir no Brasil.

Não há nenhuma menção à privatização, exceto ao que é antigo no nosso acordo, que são as privatizações dos bancos estaduais, essa carteira residual

que temos. Não temos as contas, aqui, dos juros internos e externos.

O SR. PEDRO MALAN – Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado.

Deixe-me fazer um comentário muito rápido sobre a sua sugestão, se entendi assim, de que houvesse uma participação mais ativa de Parlamentares ou de membros do Senado no processo de negociação. Isso é complicado, Senador. Foi negociada a dívida externa e V. Ex^a sabe que, nessas negociações, existem momentos de grande discussão, debate, tensão e não é, a meu ver, recomendável que elas sejam feitas meio on line, em tempo real, de maneira excessivamente aberta. Posso-lhe assegurar o seguinte: os negociadores brasileiros têm uma clara percepção da necessidade de defesa de interesses nacionais, uma clara percepção do que é razoável e plausível, e uma avaliação do que o Congresso Nacional esperasse tipo de conversa. Garanto que isso é levado em conta e que, quando é o caso – e fiz isso muito na negociação da dívida externa no passado –, digo que não há a menor possibilidade de eu aceitar sequer pensar em encaminhar tal coisa ao Congresso Nacional.

Então, isso já é usado normalmente e não é necessária a presença de políticas e políticos numa discussão que, a mais das vezes, é técnica. Discute-se um modelo de dinâmica de dívida. Tem-se um grupo dos vários departamentos da instituição que dizem que o modelo deles sugere um superávit primário de pelo menos "x" e nós discutimos, dissemos que não, não concordamos com aquilo e, por isso, não é uma discussão política no sentido mais politizado da palavra.

Sobre privatização, numa página que V. Ex^a mandou tem a pergunta: "Há algum compromisso de privatizar Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobras e Furnas?" A resposta é não. Não há e jamais discutiríamos isso. Temos, sim, nas nossas contas, algo que se chama o resultado da conta privatizações a serem realizadas no período menos reconhecimento de esqueletos a serem feitos no período. É um compromisso de fazer o ajuste ao longo do período, dependendo da evolução dessa diferença: privatizações/esqueletos.

As privatizações são as que achamos que vão ocorrer nesse período. Os seis bancos estaduais, que estão no programa, já em edital a maioria deles; existem empresas estaduais que estão previstas para se-

rem privatizadas por seus respectivos Estados e temos programas de venda de ações do tipo que fizemos agora: Petrobras, ações preferenciais; fizemos, antes, a Embraer.

Portanto, o que apresentamos é a estimativa do que achamos que é o resultado líquido da conta privatizações menos queletos, e há um ajuste que é feito em função do fato de que elas se materializem ou não. Mas, em nenhum momento discutimos, e não aceitaríamos discutir com o Fundo a privatização da empresa A, B ou C. Isso não é função deles, é um problema interno nosso.

Quanto à continuidade do processo de privatização, V. Exª sabe que é um compromisso deste Governo, – e não é novidade para ninguém –, nós preferimos concentrar recursos na área social e não na área de capitalização de empresas públicas.

Sobre a questão de comércio, o Armínio já falou, não tenho nenhum compromisso de comércio.

Gostaria de fazer uma retificação a um comentário que V. Exª fez. Eu disse que cerca de 2 milhões de inativos e pensionistas da União, dos Estados e dos Municípios, não é que recebem R\$40 bilhões, recebem muito mais do que isso, esse é o déficit, é a diferença entre o que recebem – não estou com o número aqui – e as contribuições dos ativos. Portanto, 2 milhões de pessoas são responsáveis por um déficit de R\$40 bilhões.

O número de pessoas que são detentoras, direta ou indiretamente, que tem como ativos o passivo do Governo, que é a dívida externa, eu diria que provavelmente é maior do que esse. Mas não tenho dados aqui para lhe afirmar. Diz o Armínio que deve ser muito maior. Essa é uma pergunta interessante.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Quer o fazer a sugestão ao Governo de estimar isso, porque constitui um dado muito significativo: quantos são aqueles que recebem os juros da dívida interna mais os juros da dívida externa para se ponderar a questão da responsabilidade de todos nós?

O SR. PEDRO MALAN – Se V. Exª levar em conta que a população economicamente ativa do Brasil, somos 75 a 76 milhões de pessoas, é interessante sua sugestão. Vamos procurar lhe dar esse número.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª se considera satisfeito?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ministro Pedro Malan, sabe V. Exª do respeito que tenho por V. Exª.

V. Exª, na última vez em que aqui estive, citou a questão da obstinação e da obsessão. Mas V. Exª sabe que o sentido daquilo que sempre, como Sena-

dor, devo perguntar, tem o objetivo de esclarecer inteiramente a verdade. Embora não seja objeto da reunião de hoje, eu não poderia deixar, hoje, de mencionar algo que, acredito, o próprio Ministro Pedro Malan, tenha o interesse em esclarecer. Por coincidência, saiu hoje no Correio Braziliense a entrevista do ex-Presidente do Banco Central, Francisco Lopes, onde ele menciona, relativamente ao episódio da operação de apoio aos Bancos Marka e FonteCindam: “Falei. Foi numa reunião do Banco Central em que ele estava presente”. O Ministro Malan estava transtornado, acho possível ter falado e S. Exª não ter ouvido. V. Exª certamente leu esse episódio e o menciono porque acredito que tenha até a vontade e disposição de esclarecê-lo perante a Comissão de Assuntos Econômicos, onde V. Exª, até me respondendo, disse que não havia sido mencionado esse assunto pelo Presidente do Banco Central a V. Exª. Como é da nossa responsabilidade sempre esclarecer, gostaria de lhe dar a oportunidade para esclarecer isso e o Presidente saberá discernir a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A pergunta está indeferida por ser impertinente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu sei que é de outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Mas se o Ministro Pedro Malan manifestar o desejo de falar sobre isso, não posso, de maneira nenhuma, cercar a palavra dele. Mas, do ponto de vista administrativo, com todo o respeito a V. Exª, está indeferida, porque não diz respeito ao motivo do convite.

Ministro Pedro Malan.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Fica a critério do Ministro; não vou obrigá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Claro!

O SR. PEDRO MALAN – Senador, vamos deixar claro. Eu nunca fugi de nenhuma responsabilidade minha e nunca tive qualquer problema em tratar a verdade, como V. Exª disse. V. Exª procura esclarecer inteiramente a verdade. Essa também é a minha obsessão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sua obstinação.

O SR. PEDRO MALAN – A minha obstinação; talvez um pouco inferior à sua e vou-lhe dizer por que

O SR. EDUARDO SUPLICY – É que V. Exª mesmo disse que obstinação é melhor que obsessão.

O SR. PEDRO MALAN – É verdade, prefiro a obstinação à obsessão. Então, obstinadamente, Senador, ao longo de dezenas de horas de presença nesta Casa, na Câmara dos Deputados, em dezenas de entrevistas à televisão, a rádios, a jornais, em dois

longos depoimentos à Justiça, em comunicações escritas à imprensa e respostas escritas à imprensa, a última vez que estive aqui passei sete horas reiterando a minha versão, que sistemática e coerentemente tenho defendido desde aquele episódio, o que quero dizer é o seguinte, Senador: não tenho nada, absolutamente nada a adicionar às dezenas de horas de depoimentos, declarações, entrevistas que foram realizadas ao longo dos últimos dois anos.

Peço a sua atenção para uma, por acaso, alguém me deu uma cópia, eu vi aqui uma das respostas do Professor Francisco Lopes, na sua entrevista ao jornal O Globo, no domingo, em que ele diz que teria, de passagem, comunicado a alguém nesta questão, e o jornalista lhe pergunta: O Ministro Malan estava presente?

Vou ler para V. Ex^a a resposta do Professor Francisco Lopes:

“Não me lembro. Na verdade, acho que foi erro meu não ter chegado diretamente ao Ministro Pedro Malan e contado, com detalhes, a operação de ajuda à BM&F. Assim, acho que eu envolveria formalmente o meu superior numa decisão que, para nós, no meio de tantos problemas, parecia um detalhe”.

De modo que não pretendo voltar a esse assunto de forma alguma. Os próprios procuradores já declararam que não encontraram nada que contrariasse a minha versão. O inquérito da Polícia Federal declarou que não encontrou nada que contrariasse a minha versão. Nenhum diretor, nenhum funcionário apareceu para dizer que sentou em uma mesa comigo e discutiu, analisou, concebeu, implementou ...

Então, Senador, agradeço a sua obsessão e peço que compreenda a minha obstinação em prol da verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Acho que foi importante V. Ex^a ter tido a oportunidade de esclarecer completamente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Mais uma vez, não é?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas sabendo que constitui dever ser obstinado nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O próximo inscrito é o Senador José Alencar. Depois teremos os Senadores José Eduardo Dutra, Leomar Quintanilha e Sérgio Machado, após o que encerraremos.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente, a minha participação vai ser muito objetiva e rápida. Até nem iria mais fazer aqui qualquer intervenção, mas, naturalmente, não poderia também deixar de cumprir

o dever de trazer aqui algumas informações que acredito possam contribuir para os debates e para o objetivo que é nosso, como já ficou claro. Não existe aqui um antagonismo entre o Senado e a Fazenda, um antagonismo entre nós e as autoridades fazendárias.

Por sinal, quero iniciar cumprimentando ou reiterando os meus cumprimentos, não só ao Ministro Malan, ao Ministro Martins Tavares, como também ao Presidente Armínio Fraga pela forma cavalheiresca com que atendem a um chamamento do Senado e com uma resistência admirável. À medida que vamos cumprindo nosso objetivo de trazer nossa contribuição, nos despedimos e vamos embora. Enquanto isso, V. Ex^a fica todo o tempo, e isso é motivo de admiração e até de agradecimento.

Tenho preocupação, Ministro Pedro Malan, porque realmente nunca houve no Brasil maior transferência de renda oriunda do setor produtivo em benefício do sistema financeiro. Isso é um fato. Aprendi, desde cedo, a aplaudir o lucro. Assim, eu aplaudo o lucro dos bancos. Mas, quando esse lucro se realiza em cima de taxas reais, hoje, de mais de 100% em determinados casos, é claro que não podemos estar tranquilos. As taxas de juros vigentes no mercado brasileiro são o maior entrave para a retomada do desenvolvimento de que precisamos urgentemente. Isso estabelece uma diferença brutal entre o nosso trabalho e o trabalho das empresas que estão sediadas nos países com os quais estamos competindo no mercado global.

Eu me refiro ao custo de capital, mesmo aquele para as empresas que têm acesso ao sistema BNDE. Isso porque essas poderão buscar recursos para investimentos na base de TJLP mais 2%, a taxa mais baixa do mercado brasileiro. Mesmo assim, essa taxa é incomparavelmente mais elevada do que aquelas que são pagas pelas empresas que competem conosco nos outros países. Isso também é um fato.

Há pouco tempo um dos jornais publicou que mais de 30% da renda dos salários mais baixos são para juros. Em determinados casos, a despesa maior da família não é com habitação, alimentação, vestuário, educação ou saúde; a despesa mais elevada é a com o pagamento de juros.

Assim, o problema do pagamento de juros, no Brasil, é seríssimo. Isso me preocupa muito. Eu fico pensando também que foram esses juros os principais responsáveis pelo estoque da dívida nacional. Não só pelo estoque da dívida das empresas como também pelo estoque da dívida pública, seja ela da esfera federal, seja ela da esfera estadual ou municipal.

Foram os juros que fizeram com que essa dívida alcançasse esses patamares.

Uma das coisas que me preocupam também, Ministro, é que há notícia – eu não tenho isso e poderia ter se buscasse na Fazenda, porque tenho certeza de que há transparência absoluta... Consta que o passivo externo líquido brasileiro alcança, hoje, 80% do PIB. Essa é uma pergunta que queria fazer a V. Ex^a. Eu sei que o serviço desse passivo externo líquido, em caso, por exemplo, da parcela relativa a dividendos que são remetidos, costuma ser superior às próprias taxas de juros vigentes no mercado internacional. Essa é uma preocupação grave. Nós sabemos, por exemplo, que o superávit primário...

Se houver alguma coisa imprópria, diga, Ministro, porque tenho o maior respeito por V. Ex^a.

O SR. PEDRO MALAN – V. Ex^a jamais fala propriedades, Senador.

O SR. – Estamos sabendo e temos discutido muito que o superávit primário... Ficamos com pena porque vemos o superávit primário e vemos as carências das demandas, por exemplo, na área de saneamento, de estradas, de educação, de saúde. Ficamos tristes. Mas ficamos ainda mais tristes quando sabemos que esse superávit primário, obtido com todo esse sacrifício, não é suficiente para mais do que um terço do déficit nominal, do déficit dos juros – do déficit provocado pelos juros. Não é pelo serviço da dívida, mas os juros. Isso significa que dois terços deles irão se acoplar à dívida e por isso ela vai continuar crescendo.

Ministro, não podemos mais fazer crescer a carga tributária que hoje já é mais de 30% do PIB. Há taxas boas, como aquelas que crescemos por exemplo de 1950 a 1980, uma média de 7% ao ano. Não que ro nem me referir àquelas dos anos 69, 70, 71, 72 e 73 que chegaram a 12%, 13% ao ano, mas aquelas de 1950 a 1980 que se situaram em torno de 7% ao ano, taxa média de crescimento. O Brasil precisa crescer a uma taxa parecida com aquela.

Se não podemos elevar a carga tributária e se continuarmos nesse crescimento de 1,5%, 2%, 2,5%, pergunto, Ministro: para onde estamos sendo levados? Porque a dívida não se paga com mágica, com milagre. Dívida se paga com dinheiro. A melhor maneira de se dar calote é parar de trabalhar. Até na economia de uma família, se o chefe da família e todos aqueles que representam o fator de trabalho da que a família cruzarem os braços e contratarem o melhor economista do mundo para administrar a dívida, eles vão dar calote. Mas se eles forem trabalhar e fizerem crescer a sua renda, poderão pagar a sua dívida.

Daí a razão pela qual, Ministro, penso que as atividades que V. Ex^a conduz, com maestria, são atividades meio. Atividade fim é o crescimento da economia. É preciso que V. Ex^a aceite, Ministro, essa nossa preocupação: colocar toda a sua inteligência, toda essa capacidade de trabalho, sua cultura, sua facilidade no mercado internacional, com o qual V. Ex^a comunica-se magistralmente, colocar tudo isso, mas, obstinadamente, em favor da retomada do crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Obrigado.

Ministro Pedro Malan. (Pausa)

O Presidente Armínio Fraga, em primeiro lugar.

O SR. PEDRO MALAN – Senador, muito obrigado, o Armínio gostaria de responder uma parte inicial, responderei depois.

O SR. ARMÍNIO FRAGA – Ele gostaria de responder tudo, mas eu di vi do.

A concordância entre nós é muito grande, Senador José Alencar, como sempre. V. Ex^a tem o bom senso de quem conhece a realidade dura da concorrência dos negócios, e isso é o que respeitamos. Não tenho a experiência que V. Ex^a tem, mas tenho alguma, e penso que é muito bom termos essa terrinha debaixo da unha.

A questão do custo/capital e do dinheiro bancário é de fato da maior importância, um desafio que temos que continuar a enfrentar. V. Ex^a falou também na transferência do setor produtivo para o setor financeiro. E aí existem uma série de questões, também vou procurar não me alongar muito, que mereceriam uma discussão.

Temos a preocupação de ter e construir um setor financeiro competitivo, para que não haja ganho de monopólio, ganhos extraordinários. Se olharmos ao longo das últimas décadas, os lucros do setor não foram extraordinários. Houve períodos muito bons, mas alguns bancos muito importantes também quebraram ao longo do caminho. Então, é um negócio arriscado. O mais importante, do nosso ponto de vista, é preservar a concorrência, porque aí o consumidor, o empresário, em última instância, vai conseguir um produto pelo custo possível.

Temos procurado auxiliar o cidadão a descobrir e a se proteger de custos excessivos, principalmente esses que afetam tanto o orçamento familiar. Temos tido o cuidado e promovido campanhas de informação para que o cidadão possa sair do cheque especial, do cartão de crédito, possa se refinanciar com o crédito pessoal que custa a metade ou menos por

mês e, com isso, no fundo, salvar a sua pele. Tem tido sucesso o projeto que faz parte de um projeto mais amplo de reduzir o chamado custo bancário, ou spread bancário, que começou há menos de dois anos, e reduziu esse custo médio, provavelmente em 40%, e hoje é a metade do que foi no pico há três anos. É um resultado que nos estimula a continuar, porque o nível é espetacularmente elevado.

Esse trabalho exige uma série de medidas, muitas das quais já foram tomadas, as que incluem aspectos de natureza legislativa, como o aperfeiçoamento de certos instrumentos. Há todo um projeto com o qual estamos inteiramente de acordo. Temos procurado, inclusive, reforçar os mecanismos para capitalizar isso, desenvolver cooperativas, microcrédito, os correspondentes bancários, isso vem barateando custo na ponta para o cidadão e também para nós pesa muito, embora em valor agregado financeiro não seja muito, chega na ponta e tem uma importância social muito grande.

A redução dos juros, de modo geral, e essa questão da dinâmica da dívida, esse jogo de dívida crescente, com os juros e a dívida crescendo realmente é algo que temos que resolver.

Se olharmos os dados de 1998 para cá, quando os Ministros aqui presentes, seguindo orientação do Presidente da República, tomaram a decisão de dar uma guinada nessa área, eu diria que os resultados são promissores também. Quer dizer, a taxa de juros real na economia que chegou a 20%, 30% nos idos de 1997, 1998, de lá para cá caiu bastante, e hoje se encontra próxima de um dígito.

A minha leitura dessa equação que V. Ex^a colocou é que tem que ser resolvida ao longo do tempo. Temos potencial para crescer a taxas semelhantes àquelas que V. Ex^a falou, per capita, a população cresce menos, a taxa geral vai crescer menos, mas não me parece absoluto pensar numa taxa de crescimento de 5% ao ano sustentável, poderia ser mais se dermos continuidade a esse esforço amplo de educação, produtividade e assim por diante. Se crescermos a 4%, 5% ao ano, com uma taxa de juros real de 8%, que é muito alta ainda, teremos uma relação dívida/PIB que vai cair com esse superávit primário. É fazer aritmética, mas cai pelo menos 1%, mais ou menos 1,5% ao ano com essas hipóteses. Então, em principio estaria resolvido esse problema. Hoje acredito, com muita convicção, que, se não fosse esse ambiente hostil interno e externo que enfrentamos hoje de choque de oferta, crise na vizinhança, crise global, estaríamos vivendo hoje já o início do que pode ser um círculo virtuoso de crescimento, queda

do juro real, que da da relação dívida/PIB, mais produtividade, mais produtividade.

Acredito que, hoje, o País está preparado para isso. Não cabe aqui um longo discurso sobre o tema, mas tem a ver com o investimento que é feito em educação, em saúde, em reduzir o custo do capital, em equilibrar as finanças do Governo. Isso tudo, a meu ver, já está aí, temos que dar continuidade às reformas para crescer ainda mais. Mas acho que um bom crescimento vamos ter, sim, com um mínimo de perseverança nas coisas básicas. O mesmo bom senso que aplicamos, bem-sucedidos, nos melhores negócios do nosso País, temos que continuar a aplicar no Governo, e não é coisa muito complicada, não. Penso que é isso que está sendo discutido aqui: um orçamento transparente, lógico; é a confiança de que não estamos nos auto-iludindo, como nos iludimos durante a década de 80, que rompeu com esse círculo virtuoso de crescimento. Creio que, tanto no aspecto micro, resolvendo essa questão do custo bancário, — e há uma verdadeira guerra contra isso; temos um leque de medidas, de propostas —, quanto no macro, estamos no caminho certo. Acho que a conjuntura é ruim, mas não podemos assustar-nos com isso; o caminho é bom.

O SR. — Ministro Pedro Malan, muito obrigado. Queria juntar-me ao Presidente Armínio Fraga e elogiar a objetividade, a clareza das suas intervenções, que trazem a experiência de um bem-sucedido homem de negócios a esta discussão. O Armínio já disse boa parte do que eu pretendia dizer, mas deixe-me tocar em duas coisas que V. Ex^a mencionou, com as quais estou de acordo. Penso que não podemos e não devemos aumentar a carga tributária, hoje, no Brasil, com a percentagem do PIB. Chegamos a um grau que me parece já no limite para um país com um nível de renda per capita como a do Brasil.

Temos uma enorme dificuldade de reduzir gastos neste País. Toda a discussão é como controlar — preocupação diária do Ministro Martus Tavares — as pressões por aumentos adicionais de gastos além do nível em que se encontram. Qual é a implicação, Senador, se um País não pode aumentar sua carga tributária com a proporção do PIB e se de frente com pleitos, demandas, expectativas diárias nos aumentos dos gastos? É aquilo que dissemos anteriormente: ou a dívida aumenta, com todas as implicações negativas a que V. Ex^a fez referência, ou a inflação vem de volta para acomodar, ex post facto, essa incompatibilidade de equacionar as duas coisas.

Há uma terceira atrocidade que considero compatível com o crescimento, como disse o Armínio: não

podemos aumentar a carga tributária com a proporção do PIB, mas, para um dado nível de gastos e aumentando-se o universo de contribuintes, fazendo com que se pague menos alíquota, quando todos pagam, considero isso um enorme estímulo aos investimentos privados. No que diz respeito a gastos, tenho insistido – e não pararei de fazê-lo – em que, embora as coisas tenham mudado um pouco no Brasil, até muito recentemente, Senador, a grande preocupação era, uma vez identificado o problema, “resolvê-lo”, aumentando-se o volume de recursos públicos destinados à sua solução.

Neste País, dedicamos muito menos atenção do que deveríamos a quatro outras dimensões, que, no conjunto, são mais importantes do que o nível e o volume dos gastos: a qualidade do gasto público; a sua eficácia e eficiência; os mecanismos de supervisão, fiscalização, transparência e combate à fraude e ao desperdício; a composição, a estrutura do gasto – algo que temos de mudar. O grande debate político que tem lugar, na verdade, no mundo – e diferentes partidos tem diferentes visões – é a ordenação de prioridades quanto ao gasto público: uns dão mais prioridade a algo do que outros, mas discute-se um volume de arrecadação e de gastos, que é mais ou menos dado por considerações gerais. Ninguém inventa, permanentemente, gastos, nem sai inventando receitas inflacionárias, receitas inexistentes, ou conta com aumentos exponenciais da dívida.

A meu ver, essa é a grande discussão brasileira, não só a econômica como também política, porque um dos elementos da discussão do gasto é a sua regressividade e progressividade. Temos dito que nos chama a atenção o fato de que tantos que se dizem, por delegação autoconferida, os verdadeiros representantes dos excluídos, dos deserdados são os mesmos que fazem as mais veementes defesas de interesses corporativistas e de privilégios, que alcançaram com base em acesso privilegiado a recursos públicos escassos. Essa outra insustentável ambigüidade e ambivalência também tem que ser discutida, e essa discussão é central para o País, para seu futuro.

Mas, Senador, ela é central para a sua preocupação com o crescimento, que é legítima. Não vamos voltar a crescer de forma sustentada, por meio de gasto público, com investimento público, com investimento de empresa pública. V. Ex^a é extremamente bem-sucedido como empresário privado e sabe que o motor de crescimento, numa economia complexa, diversificada, heterogênea como a brasileira, é o investimento privado, em parceria com o setor público, na área de infra-estrutura, com prioridades claras para o

investimento público, como se faz no PPA. Criamos essa rede Brasil Invest para atrair investimento estrangeiro, algo que está ligado ao Ministro Martus Tavares, mas o crescimento se dá com o investimento eficaz, com produtividade e com poupança alocada a esse tipo de investimento mais eficaz. Por isso, a eficiência da intermediação financeira é tão importante nesse processo.

Mas nós não estamos mais na fase, Senador, em que estivemos quando o Brasil era um País eminentemente agrícola e que tinha 2/3 da população na agricultura. Na medida em que elas se transferiam para as cidades, nos anos 40, 50, 60, como a produtividade urbana é maior que a rural, havia um crescimento por extensão, por transferência de mão-de-obra de um setor menos produtivo para um setor mais produtivo. Hoje em dia o Brasil é um País urbanizado. Oitenta e um por cento da população brasileira é urbana. Aumentou 120 milhões de pessoas. Passou de 17 para 137 milhões a população urbana no Brasil nos últimos 50 anos. Isso cria enormes problemas e desafios como sociedade. O senhor tem razão quando diz: “Sem crescimento não há solução”. Estamos de acordo: sem crescimento sustentado ao longo do tempo. Porque estou seguro que o senhor haveria de concordar comigo que um surto de crescimento de um ou dois anos, que se dissolve depois em aceleração inflacionária, desequilíbrios fiscais, não é solução para o problema do Brasil. O que nós queremos é um crescimento que seja sustentado por muitos e muitos anos afrente e acompanhado de aumento de produtividade e tecnologia, do tipo que o senhor conseguiu na sua empresa e é a razão do seu sucesso. Eu sempre disse: a inflação sob controle e o crescimento sustentado não são fins em si mesmo. Eles são meios para que um país possa fazer aquilo que importa. E qualquer política econômica digna desse nome quer melhorar as condições de vida da maioria da população. Acho que nós estamos todos de acordo com isso. Só que é preciso suprir a idéia que ainda existe no Brasil, qual seja, a de que aqui de Brasília um grupinho de pessoas pode decidir a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto da economia brasileira, implementá-la de Brasília. O Brasil hoje é um País por demais complexo para isso, Senador. Talvez houvesse uma época, há 50, 60, 70 anos, que isso fosse uma hipótese. Mesmo aí tenho dúvidas. Hoje não é mais. Hoje isso depende de milhões de decisões de investimento de empresário, milhões de decisões de consumo de consumidores, milhões de decisões de poupança de poupadores, tanto aqui como no exterior. Portanto, não é algo que esteja ao

sabor, ao alvitre de um Governo decidir: “nós vamos crescer pelos próximos dez anos pelo menos “x” por cento ao ano”. Mas no geral o senhor sabe que eu compartilho na sua preocupação de que sem crescimento sustentado é difícil equacionar, principalmente os problemas sociais que nos atormentam e continuarão conosco por várias administrações, vamos falar com franqueza.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador José Alencar tinha mais alguma coisa a dizer ou não?

O SR. JOSÉ ALENCAR – Não, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Obrigado.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Exceto pelo fato de que o Ministro não fez alusão ao passivo externo líquido. Eu queria saber se é verdade que ele gira em torno de 80% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – É de 80%.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Já que voltamos ao assunto, quanto esse passivo externo líquido demanda de divisas?

O SR. MINISTRO (Martus Tavares) – A dívida externa líquida total do setor público e privado é em torno de 40% do PIB. Nós temos que fazer uma estimativa do valor do investimento estrangeiro aqui no Brasil e aí tentar estimar algum tipo de fluxo.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Algumas pessoas podem pensar que não tem a menor importância essa minha pergunta, mas o passivo externo líquido, como todo mundo sabe, inclui não só a dívida externa brasileira, pública e privada, mas também os investimentos externos diretos menos os investimentos diretos nossos e menos o dinheiro que está no Tesouro. Esse é o passivo.

Mas há uma notícia - pergunto para saber - de que ele hoje se situa em torno de 80% do PIB e que, sobre ele, sobre esses 80% do PIB, há uma demanda para servir esses recursos de juros, no que diz respeito à dívida - e isso demanda divisas para remessa de juros - e também de dividendos, porque a nossa Lei, a Lei 6.404, estabelece em relação aos dividendos o piso mas não o máximo. Ela não estabelece o máximo. Então, é óbvio que uma empresa pode pagar até 100% dos lucros, e que os acionistas dessas empresas - que aqui fazem investimentos - estão lá fora, residem lá fora e querem os rendimentos lá fora. Então, essa é a razão pela qual eu fico pensando que, na minha opinião, esse é um fator que agrava o nosso

quadro. Eu não estou dizendo que o Governo é o culpado. Eu estou dizendo que o Governo tem que se mobilizar para consertar isso, porque ou o Brasil muda isso ou ele não vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Nobre Senador José Alencar, o Dr. Arminio Fraga deseja responder.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Sr. Senador, na realidade, é o passivo externo líquido e o número me parece ser menor do que os 80. Eu não creio que sócio de capital estrangeiro, aqui, no Brasil, chegue a 40% do PIB. Nós, inclusive, estamos, agora, neste momento, fazendo um censo do capital estrangeiro no Brasil - é o segundo. Foi feito um há 5 anos atrás e vamos ter uma estimativa mais atualizada, inclusive com decomposição no setor. Nós temos uma radiografia desse elemento. A contrapartida disto, no fundo, é o déficit que temos em conta corrente. De uma maneira ou de outra, ele gera um aumento de passivo líquido, seja pelo investimento ou seja pelo endividamento. No investimento, há uma vantagem que contra - com relação ao endividamento - que é uma certa flexibilidade. Tipicamente, os ciclos de investimentos são muito longos. Eles respeitam os ciclos de atividade econômica. Quando não há lucro, não há remessa. Isto, então, é algo que, também, nos facilita a sua administração mas, de qualquer maneira, a minha leitura e convicção disto é que nós, enquanto País em desenvolvimento, podemos e devemos lançar mãos de alguma poupança externa para complementar a nossa. Acho que o importante é quanto - não é razoável que seja demais e é importante que o financiamento seja um financiamento a longo prazo.

A leitura que faço do nosso quadro, hoje - esta é a pergunta de V. Ex^a - é que nós, ao longo do tempo, iremos ter um déficit em conta corrente que vai cair no gradualmente, justamente para não permitir um crescimento exponencial desse passivo externo - embora isto, hoje, faça sentido mas não pode ocorrer para sempre - e que o investimento direto, também, vai cair gradualmente mas que tudo isto está gerando mais investimento e mais produtividade, aqui, no Brasil e a nossa economia irá crescer e, com o tempo, vai ter condições de conviver com isto. Eu não creio que isto seja algo que pague num dia. Por exemplo: o investimento, tipicamente, gera reinvestimento e eu acho que nós, aqui, no Brasil, estamos no início de um ciclo de investimento. Então, não teria uma preocupação com relação à tendência. Eu acho que a tendência será de queda gradual mas é algo que, sem dúvida, deve ser acompanhado.

Se nós olharmos o ciclo de países que se desenvolveram ao longo da sua história, este não é um número grande. Desde que ele seja administrado sem o uso de dívida a curto prazo e sem um tamanho exagerado, não há problemas mas temos que ficar de olho. E temos que ficar de olho, também, para ver se estamos investindo e não consumindo. Se estivermos consumido será, também, ruim.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) - Obrigada a V. Exª

Antes de conceder a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, quero lembrar a V. Exªs. que nós estamos reunidos, aqui, ininterruptamente, há mais 5 horas.

Com a palavra, o nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Presidente do Banco Central, Srªs. e Srs. Senadores, nesta altura do campeonato, não há muito o que perguntar mas eu gostei da intervenção do Ministro. Acho que S. Exª está ficando cada vez mais político, no sentido grandioso da palavra político. Eu acho que isto, inclusive, acaba incentivando as especulações em torno de uma possível candidatura e eu não vejo nenhum problema. Objetivamente, o Sr. Ministro Pedro Malan é o candidato dos sonhos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e é o candidato dos sonhos de alguns setores das elites brasileiras. Se S. Exª vai ou não ser candidato, isso depende muito menos de declarações peremptórias de que não vai ser do que da própria evolução da conjuntura política. Se a conjuntura apontar para a viabilidade eleitoral, acho que ele poderá ser candidato, sem nenhum problema. E garanto, Ministro, que, se V. Exª vier a ser candidato, não lembrarei as declarações tão categóricas feitas por V. Exª de que não seria.

Como entendo que a intervenção de V. Exª foi talvez a mais política das últimas que ouvi, abordarei alguns aspectos de natureza política. Primeiramente, ao responder a intervenção do Senador Ademir Andrade, ao contestar as afirmações dele de que os resultados foram pífios no período de 1993 a 2001, V. Exª citou resultados do período de 1982 a 1993 e disse que esses, sim, eram pífios. Quero apenas registrar que quase todas as forças políticas, sociais e partidárias que apoiavam e davam sustentação aos governos de 1982 a 1993 também dão sustentação ao Governo do qual V. Exª tem a honra de participar.

V. Exª tem-se especializado em pinçar frases, palavras do site do PT, de declarações de Lideranças do PT, para tentar estabelecer uma possível falta de

definição ou estabelecer constrangimentos. Vamos lá, analisemos a expressão "mudança radical da Lei de Responsabilidade Fiscal". E V. Exª dita: "O que é essa mudança radical?"

Ela foi expressa não só nas emendas que defendemos no Congresso como no documento apresentado a partir de uma reunião de prefeitos do PT e entregue às autoridades econômicas. Um dos pontos contra o qual centrei mais fogo aqui no Senado era aquele artigo que reza: é proibido aumento de despesa permanente sem o correspondente aumento permanente de receita, entendendo como tal a instituição de novos impostos ou aumento de alíquotas. Em debate com o Ministro Martus Tavares, eu defendia que isso era um absurdo, porque seria limitar a ação dos governantes sem levar em consideração o crescimento e sem levar em consideração a boa indenização da máquina arrecadadora.

Felizmente, nesse caso, de comum acordo, já desrespeitamos a Lei de Responsabilidade Fiscal quando votamos o salário mínimo de R\$180,00. Lembremos que um dos lastros para viabilizar o aumento do salário mínimo para R\$180,00 foi exatamente a aprovação da Lei do Sigilo Bancário, que possibilitava à Receita Federal atacar sonegadores. Naquela ocasião, fizeram-se avaliações sobre aumento de receita. Portanto, houve um aumento permanente de receita que contribuiu para viabilizar um aumento permanente de despesa, sem que fossem aumentados impostos, seja pela criação de imposto novo, seja por aumento de alíquotas. Isso passou até despercebido, mas foi uma violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo menos nos termos fundamentalistas defendidos quando ela foi aprovada.

Outro ponto levantado também pelo documento dos prefeitos era com relação à possibilidade de renegociação daquelas dívidas de Estados e Municípios, que não está sendo proposta pela Oposição nem pelo PT. O Senador José Alencar acabou de ser elogiado pelo Dr. Armínio Fraga e tem um projeto de resolução aqui nesta Casa que possibilita que o comprometimento da receita líquida daqueles contratos dos Estados venha a ser rebaixado. Então, talvez o Ministro queira pinçar a palavra radical para tentar passar a impressão de que queremos revogar a lei.

O mesmo vale para a ruptura com o receituário do FMI. Ora, entendemos que hoje a OMC é quase que um organismo de reprodução de interesses de países centrais. Nem por isso estamos propondo que saíamos da OMC. Cada vez mais, a ONU está desmoralizada do ponto de vista diplomático. Ela apenas referenda os interesses dos Estados Unidos, o

país xerife do mundo, mas nem por isso estamos dizendo que sairemos da ONU. No entanto, dizer que queremos romper com esse receituário ortodoxo do FMI não tem absolutamente nada de radical, até porque a crítica ao receituário ortodoxo do FMI - que vale em qualquer momento e lugar para qualquer país, desde a China à Cochinchina, como também vale para o Brasil - vem sendo feita por setores liberais da economia do mundo. Nós continuamos com a crítica de que esse receituário do FMI, sempre aceito pelos Partidos que assinam os contratos, já está desmoralizado. Lembremo-nos de que a Rússia, quando quebrou, já vinha aplicando o receituário do FMI há pelo menos seis meses.

Vamos a outro ponto levantado pelo Ministro. O Ministro referiu-se ao site do PT. O Ministro sabe que as perguntas não foram formuladas pelo PT, que a campanha não foi iniciada pelo PT, só que brigar com a CNBB é ruim, principalmente para quem poderá, mesmo negando, vir a ser candidato. Então, como é ruim brigar com a CNBB, vamos bater no PT. O Ministro sabe muito bem que o PT apoiou a proposta de mobilização em torno da discussão da questão da dívida, e é lógico que uma proposta de mobilização e perguntas que porventura venham a ser feitas num plebiscito dessa natureza não têm a ver, necessariamente, com a política que um Partido, ao chegar ao Governo, vai implantar, até porque, quanto àquela pergunta três, em condições normais, eu votaria contra, mas votei "sim" também. V. Ex^a fez referência aos votos da burocracia. Contudo, é lógico que não teremos, de antemão, as linhas gerais. A nossa posição em relação à dívida já está explicitada no que diz respeito aos contratos, etc. Mas não teremos uma posição clara em relação, por exemplo, à dívida externa, até porque não sabemos hoje qual é o seu perfil real em relação à dívida pública, em relação à parte privada. Não sabemos também se esse Governo, ao longo do ano e pouco de mandato que falta cumprir, não fará o que já foi feito neste País, que é estatizar a dívida externa. Como não sabemos o que acontecerá, não temos a obrigação de estabelecer definições tão claras.

Todavia, o importante nesse debate quanto à dívida e quanto ao FMI é a questão da crescente dependência da nossa economia em relação aos humores da economia internacional. O Ministro disse que 80% do nosso déficit em conta corrente está sendo financiado com investimentos estrangeiros. Esta é atípica situação em que quase ficamos "correndo atrás do próprio rabo", porque parte desses investimentos estrangeiros que cobrem hoje o déficit em conta cor-

rente vem sob a forma de compra de ativos. E a desnacionalização da nossa economia - não só do ponto de vista de empresas estatais, mas também de empresas que eram privadas e que foram desnacionalizadas, tais como as de autopeças, eletrodomésticos e outras - também introduz um desequilíbrio estrutural na nossa conta corrente, porque empresas que antes produziam e lucravam em reais, a partir do momento em que foram desnacionalizadas, têm que converter esses reais em dólares e mandá-los para fora. Então, o Ministro diz que o problema está resolvido porque o déficit em conta corrente é financiado principalmente pelo investimento externo; na verdade, essa solução vale a curto prazo, mas também contribui para irrigar esse déficit em conta corrente do ponto de vista estrutural, a médio e a longo prazo.

Ainda com relação à questão da dívida, eu gostaria de fazer uma pergunta. Basicamente, houve quatro grandes ciclos de endividamento na história do Brasil. Todos eles geraram para a nossa economia, para a infra-estrutura, alguma base, na qual se sustentou o próprio desenvolvimento da economia, para dar saltos de desenvolvimento, desde o período Getúlio Vargas, passando pelo Governo de Juscelino Kubitschek, até chegar no período dos Governos militares. Digo isso para não dizer que estou defendendo os militares, como já fizeram com o Lula.

Questões políticas à parte, o período de endividamento do período militar pelo menos contribuiu para a formalização de uma infra-estrutura que possibilitou ao Brasil dar um salto de crescimento.

Será que o ciclo de endividamento decorrente da política de juros só resultará naquilo que é tão elogiado, ou seja, na resolução dos fundamentos da economia? Na verdade, não entendo sequer que sejam fundamentos da economia, mas da contabilidade.

Embora o Ministro sempre negue, pelas afirmações de vários Ministros publicadas nos jornais, vê-se a estabilidade como um fim em si mesmo. É lógico que S. Ex^a. nega isso, mas além de nós, outros Ministros acabam também afirmando a mesma coisa. É claro que esse fato pode estar relacionado à disputa internado PSDB, mas sabemos, por exemplo, que o Ministro José Serra, às vezes, afirma isso, embora não o faça com as mesmas palavras que eu.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Senador José Eduardo Dutra, por favor, conclua.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Concluirei, Sr. Presidente.

Chama minha atenção a postura que o Governo e o Ministro têm assumido. Quando as condições econômicas estão favoráveis, afirmam que são os responsáveis; mas, quando a situação começa a piorar e precisam do voto do Congresso Nacional, vêm com discurso quase catastrofista de que deve-se apoiar as solicitações, haja vista as crises localizadas.

Estamos discutindo a renovação do acordo firmado com o FMI e o Brasil assinou um acordo com o FMI em 1998.

Tenho aqui a entrevista do Presidente do jornal Folha de S. Paulo, publicada em 27 de abril de 2000, de quando houve a decisão do pagamento antecipado dos 10,2 bilhões do acordo anterior para os organismos internacionais, tanto para o FMI quanto para o Banco de Compensações Internacionais (BIS)* e o Banco do Japão. Esse pagamento estava previsto para junho e outubro de 2000 e foi feito em abril do mesmo ano. O Presidente do jornal Folha de S. Paulo enfatizou que: “A política é nossa. Tivemos tanto êxito na política cambial, na recuperação da economia brasileira, que nos antecipamos e vamos pagar esses US\$10 bilhões. Significa que a situação cambial do Brasil ficou muito mais sólida e nós podemos, de todas as maneiras, honrar os nossos compromissos muito antes do que era imaginado.”

Farei uma pergunta sem nenhuma intenção política e desejo realmente saber sua resposta: se as condições do acordo eram tão favoráveis e se não tivesse ocorrido a antecipação do pagamento de 10,5 bilhões, estaríamos em situação melhor hoje e, talvez, não fosse necessário refazer o acordo? A impressão que deu é a de que estávamos com a bola toda e, como havia dinheiro sobrando, antecipamos o pagamento que deveria ser feito junho e outubro para abril. Gostaria de saber se há alguma avaliação sobre a realização dessa antecipação ou a manutenção do cronograma de pagamento.

Por último, faço uma pergunta ao Dr. Armínio Fraga. O acordo que está sendo apresentado como preventivo realmente terá esse efeito? Pergunto isso a partir do câmbio, pois, no dia em que o acordo foi anunciado, houve a queda do dólar em 1,7%. Entretanto, retornamos a mesma marcha batida da queda do real. Em 02 de agosto, quando foi anunciado o acordo, o dólar, na compra, foi cotado a US\$2,4869. Hoje, já fechou a US\$2,5132, segundo o jornal Folha de S. Paulo. Houve uma alta de 0,72%, atingindo a maior cotação desde o fechamento, em 16 de julho.

Esses sinais, que o mercado continua dando, são sinais de que, apesar desse acordo preventivo,

precisaremos de algo a mais para que o efeito Argentina não venha a afetar, de forma tão drástica, a economia brasileira? Não sei se passei do tempo previsto, mas sou o penúltimo orador.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – V. Ex^a é o antepenúltimo.

Concedo a palavra inicialmente ao Ministro Martus Tavares.

O SR. MARTUS TAVARES – Responderei um ponto das observações do Senador José Eduardo Dutra, no que diz respeito, evidentemente, à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gostaria imensamente de estar comemorando o apoio da Oposição, em particular do PT, a esse importante projeto de lei aprovado no Congresso Nacional. No entanto, não posso fazê-lo. Apesar do projeto ter sido aprovado com número de votos suficiente para aprovar uma emenda constitucional – mais de três quintos dos votos – tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, não contou com nenhum voto do PT. Isso teria sido muito bom e seria uma forma e uma oportunidade para marcar uma posição concreta e objetiva sobre o que pensa a respeito da responsabilidade fiscal. No entanto, isso não ocorreu.

Em relação à posição de votação, V. Ex^a mencionou, de fato, um destaque que foi apresentado e também foi oportunidade de debate sobre o que significava a margem de expansão e o avanço da base da arrecadação tributária e se isso poderia ser considerado aumento de arrecadação etc. Esse debate ocorreu, e evoluímos ao longo desse processo.

V. Ex^a mencionou que o aumento do salário mínimo, dado em 1^o de abril deste ano, não contou com o amparo completo do que está estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Discordo inteiramente. Foi realizada uma avaliação do ponto de vista jurídico pela Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Consultoria Jurídica do Palácio do Planalto. Esse entendimento passou depois, evidentemente, pelo próprio Congresso. Sendo assim, não creio que tenha havido nenhuma flexibilidade em termos de interpretação do que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aproveito a oportunidade para reforçar a compreensão em torno desse ponto, e diria que ele deve ser lembrado, com o todo o rigor que V. Ex^a está expondo aqui, na interpretação do texto da Lei de Responsabilidade Fiscal e no debate que, sem dúvida, ocorrerá, quando o Orçamento chegar ao Congresso.

Quando discutirmos novamente a proposta orçamentária, a questão do salário mínimo, a questão de elevação do salário dos servidores e outros problemas surgirão. Portanto, é importante estarmos todos vigilantes quanto à compreensão do que está determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não posso concordar, de forma alguma, com essa compreensão que foi dada.

Gostaria de reforçar um ponto. Se, por um lado, não podemos contar, quando da tramitação da Lei de Responsabilidade Fiscal, como o apoio da Bancada do PT, por outro lado, fico contente em ver que há administradores estaduais, como é o caso do Governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT*, que tem feito uma administração calcada no princípio da responsabilidade fiscal. Infelizmente, registro que essa compreensão de um fato tão real – como disse anteriormente –, ou seja, a limitação, a restrição orçamentária é tão real quanto este copo d'água que está aqui à minha frente, é concreto e objetivo, não é algo da cabeça de ninguém, não é algo que está associado a nenhum tipo de ideologia. O Governador Zeca do PT compreendeu isso desde cedo, está fazendo e tem feito esforço excepcional nessa direção e eu diria que está colhendo os frutos. Já consegue fazer investimentos no Estado do Mato Grosso do Sul. Eu gostaria que, de fato, a compreensão do aspecto positivo da Lei de Responsabilidade Fiscal fosse mais disseminada em todos os níveis de Governo que são administrados pela Oposição. Seria muito bom para o País, para nós também, consolidarmos a base de um crescimento sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Senador José Eduardo Dutra, acho que V. Ex^a sabe o quanto eu prezo esses nossos debates aqui, apesar de, com frequência, estarmos com visões distintas. Eu queria que V. Ex^a soubesse o respeito que eu tenho pelo seu trabalho de Parlamentar e Senador. Vou evitar comentários sobre essa questão de candidaturas, tão logo esse assunto seja resolvido eu espero que nós possamos falar mais, sem que V. Ex^a tenha essas preocupações na sua cabeça.

Eu quero partir do ponto em que o Ministro Martus Tavares terminou. Senador, se a resolução do diretório nacional do seu Partido tivesse apenas dito que é preciso mudar alguns aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal e mesmo se usasse, assim num arroubo retórico, “mudança radical”, eu diria que é um arroubo retórico, e tal. Mas o problema ali – vou lhe dizer com franqueza – é que falam em mudança radical

e dizem a razão: é porque a responsabilidade fiscal não pode ter como preço a irresponsabilidade social, dando a entender que é necessário escolher – e eu já vi várias outras declarações e artigos que posso lhe dar depois, de próceres de seu Partido, dizendo que este Governo, ao enfatizar a responsabilidade fiscal, deixou de lado e assumiu uma porção irresponsável no plano social, o que é uma inverdade. Pelas análises de boa-fé – vou excluir as de má-fé, as movidas por claros e explícitos propósitos políticos –, nenhum Governo, na história deste País, alocou, destinou uma parcela tão grande dos recursos e custeio e investimento do Governo Central para a área social como o Governo Fernando Henrique Cardoso. Nós estamos dispostos a receber quem V. Ex^a quiser, que delegação V. Ex^a queira do seu Partido, para sentar conosco, mostrar os dados, nós mostramos os dados, nenhum Governo na história deste País alocou tanto. A Saúde, o Ministério da Saúde, uma área fundamental para o Brasil, hoje representa cerca de 40% do total dos recursos de custeio e investimento do Orçamento federal. Nós temos que brigar com os outros vinte e tantos Ministros pelos 60% que sobram. Se nós adicionarmos à Saúde os outros Ministérios da área social – educação, reforma agrária, a parte de assistência do INSS, não o pagamento de benefícios –, 60% a 65% dos gastos de custeio e investimento do Orçamento do Governo Federal são destinados a essa área social. Em nenhum outro Governo na história deste País eles cresceram tanto, nenhum outro Governo na história deste País criou as condições para que eles continuassem crescendo no futuro, com o Fundef, com a PEC da Saúde, com as emendas, com as vinculações e, portanto, é absolutamente injusta, incorreta essa acusação que se faz. E mais grave: é inadequada a relação inversa entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social. Os países que foram capazes de organizar as suas finanças foram os países mais capazes de lidar responsabilmente com seus problemas sociais.

É claro, V. Ex^a sabe muito bem, melhor do que eu, que, como o Brasil é um País de enormes carências na educação, na saúde, em outras áreas sociais, sempre haverá espaço para um discurso irado sobre o que resta por fazer. E é verdade, resta muito por fazer, mas eu acho que é inaceitável que se negue o fato. Nós estamos hoje, em qualquer desses indicadores, melhor do que estávamos há seis, sete, oito anos atrás, embora ainda distantes de onde queremos e aonde podemos chegar. Eu acho que faz parte do jogo político alguém dizer, como já ouvi dezenas de vezes, que este Governo não fez nada pelo social,

que esqueceu o social. É mentira. Mas faz parte do jogo e do debate político. Aliás, isso está no mesmo texto em se que diz que o objetivo central é inviabilizar o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Com relação à ruptura com o Fundo, a expressão utilizada pelo Deputado Aloizio Mercadante em sua entrevista ao jornal O Globo há dois meses não foi “romper com o receituário do Fundo Monetário Internacional”. A pergunta do jornalista foi muito clara, muito precisa, e S. Ex^a respondeu: “o programa do Partido propõe a ruptura com o Fundo Monetário Internacional”. Não era com o receituário. Pode ser que tivesse em mente a palavra receituário. A única coisa que disse é que não precisava explicar a mim. O debate não é comigo. Explique à sociedade o que é ruptura com o FMI, que, diga-se de passagem, não é uma instituição monolítica, como parece, vista de fora, com uma única e exclusiva receita para vários países. Nós brasileiros modificamos, inúmeras vezes, os programas com o Fundo. Fomos o primeiro país a introduzir o conceito de déficit operacional, no início dos anos 60, fomos o primeiro país a utilizar o resultado primário; fomos o primeiro país a retirar de programas com o Fundo o crédito doméstico líquido como critério de desempenho na área monetária. Fizemos várias inovações, discutindo tecnicamente. Não há problema em fazê-lo novamente. Não nos sentimos, em nenhum momento, desiguais, quando nos sentamos para discutir seja com a alta administração seja com o corpo técnico. É importante que o Brasil se perceba como tal em vez de um eterno coitado ao qual são impostas regras do exterior contra a sua vontade.

Com relação ao plebiscito, Senador, já escrevi um longo artigo a respeito do assunto – chama-se “PT Saudações” –, no qual expliquei longamente minha posição e repeti todas essas questões. No texto digo que não é correta a visão de que foi algo organizado pela CNBB e pelo Papa. E cito vários exemplos. Estão todos no site do PT, juntamente com artigos de vários líderes expressivos e ações concretas, como a apresentação de decreto legislativo ao Congresso Nacional, que fizeram chegar às minhas mãos. E não vou mudar, a não ser que evidências concretas sejam apresentadas em termos de mudança de posição, até que se modifique, por meio de decisão do Diretório Nacional do Partido, que continua lá. É preciso que milhões respondam a essas três perguntas com um decidido “não”. É uma decisão do Diretório Nacional do seu Partido.

Quanto à terceira pergunta, desejo fazer justiça. O projeto de decreto legislativo do presidente José

Dirceu realmente não faz menção à dívida interna. Ela foi introduzida posteriormente. Meu comentário a respeito é que o tema é preocupante, pois significa que a ala moderada do Partido é justamente aquela da qual o Partido depende para apresentar-se ao escrutínio público de forma crível e confiável ao exercício do poder, no âmbito federal, não foi capaz de prevalecer sobre ou tras alas e correntes dentro do Partido na definição de sua posição oficial. E mesmo ainda na condução geral do processo, apesar de o PT de ter a condição hegemônica entre as inúmeras correntes oposicionistas do País. A questão da dívida interna, que é um absurdo, irresponsável, foi colocada lá. E não posso acreditar que tenha sido com a oposição do PT. E, se fosse, eu pergunto no meu artigo: nas instruções dadas pelo diretório nacional, desconheço uma para que a resposta à terceira pergunta ao invés de “não” fosse “sim”, ou que a militância ou a burocracia do Partido se abstivesse. Isso não aconteceu. E foi 95%, como disse Paulo Nogueira Batista* – eleições típicas de países africanos e antigos regimes socialistas –, “não” às três perguntas, com uma evidente e claríssima participação do Partido. Portanto, não é razoável dizer que era um problema da CNBB e que o PT provavelmente surfou na onda. Envolveu-se, esteve empenhadíssimo, e precisa resolver a questão, a meu juízo, em benefício do País. E, permita-me dizer com toda a franqueza, é importante que a questão seja do próprio Partido, a maneira pela qual é visto. E V. Ex^a sabe a importância que atribuo ao fato de o Brasil ter uma esquerda não-anacrônica, não-antiga. E o PT possui todas as condições de ser uma esquerda não-anacrônica e não-antiga. E não anacronismo envolve uma decisão clara sobre estas questões que ainda estamos esperando.

Quanto à pergunta sobre os quatro grandes ciclos de endividamento do passado, que todos deixaram algo factível, uma indústria, é verdade, e que este aqui não teria deixado uma obra. Eu penso que existem coisas feitas por esse processo de investimento, esse aumento do passivo externo líquido a que se fez referência aqui, e que significaram o aumento da produtividade média da economia brasileira. Tenho dito que o Brasil hoje produz uma gama muito mais variada de bens e serviços, com um nível tecnológico mais elevado e de maneira descentralizada. É uma economia mais competitiva e isso importa não ter uma planta industrial que se diga: olha, essa planta aqui foi construída com o endividamento. A economia brasileira hoje é mais moderna, mais competitiva do que era no passado, e essa integração é parte disso.

Se V. Ex^a me permite, antes de chegar na sua última pergunta, eu gostaria de fazer dois comentários muito rápidos. Eu não faço discurso catastrofista, nunca fiz, como também nunca fiz discurso ufanista. Aliás, os jornalistas que me conhecem sabem que eu sempre me recusei categoricamente a usar a palavra quando me perguntam se eu estou otimista ou pessimista em relação à situação. Eu digo que eu me recuso a usar essas palavras, porque o mundo é por demais complexo para permitir essa binária e maniqueísta divisão entre otimistas de um lado e pessimistas de outro. Portanto, nunca fiz discurso catastrofista nem ufanista e nem pretenho fazê-lo. Eu procuro chamar a atenção para o fato de que o mundo mudou nessa direção e não foi para melhor, o que tem algumas implicações.

Eu peço perdão por ter feito algum gesto meio desabusado quando V. Ex^a repetiu que eu acredito que a estabilidade é um fim em si mesmo. Eu desafio quem quer que seja, nos meus sete anos e meio ou oito anos de Presidente do Banco Central e Ministro da Fazenda, a citar algum artigo, alguma palestra, algum vídeo, alguma entrevista em rádio, em televisão, em jornal ou artigo em que eu tenha dito que a estabilidade era um fim em si mesmo. Ao contrário, V. Ex^a encontrará todas as vezes o argumento: a estabilidade não é um fim em si mesmo, é um meio para que outros objetivos mais importantes possam ser alcançados. Des de 1993, repetindo em 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e agora, pela última vez, e vou continuar dizendo, enquanto se repete essa lengalenga de que este Governo tem um samba de uma nota só, um monocórdio, um monotônico, só se preocupa com a estabilidade. Nunca foi assim, e nós dissemos. Eu penso que está mostrado nas nossas ações e também nos nossos discursos.

Eu responderei a sua última pergunta sobre o pagamento antecipado. É verdade, nós antecipamos para abril o pagamento daquela linha de reserva suplementar que vencia, se não em engano, no final do terceiro trimestre. Por que o fizemos, Senador? Por uma razão simples. Não era um recurso de longo prazo que nos foi emprestado a uma taxa de juros baixíssima, com o prazo de quarenta anos. É um recurso de relativamente curto prazo, para enfrentarmos emergências e dificuldades, que tem um custo que aumentava em 50 pontos básicos, 0,5% a cada seis meses de não pagamento. Então, já que era um empréstimo do qual não estávamos mais necessitando, tínhamos dado já a virada, a economia estava crescendo em 4,5% ao ano, com retomada de investimentos, tínhamos a clara percepção de que havíamos superado a

crise, nós decidimos antecipar o pagamento. Foi uma decisão puramente técnica. Não tinha sentido ficar retendo aqueles recursos, que não eram tão baratos quanto pareciam, porque o propósito que nos levou a sacá-lo já havia sido resolvido ou superado. Essa é a razão, não existe outra. Não havia razão para continuar pagando um custo adicional. Ninguém pega um cheque especial e fica pagando um empréstimo sem precisar do recurso.

Desculpe por ter me estendido demais, mas eu queria que V. Ex^a entendesse, Senador. Eu tenho um enorme respeito por V. Ex^a e espero que nós possamos continuar amigavelmente discutindo questões, ainda quando discordemos. Eu respeito V. Ex^a como político, como Parlamentar, neste País.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Senador Dutra está satisfeito?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu fiz uma pergunta.

O SR. MINISTRO MALAN – A pergunta foi se a prevenção dará certo. Eu ia responder também a questão da antecipação, mas a resposta seria idêntica à do Ministro.

Creio que sim. É impossível prever o que vai acontecer. A leitura que temos hoje é a de que estamos com um reforço que, em cenários mais adversos, nos permitirá navegar as turbulências com o menor custo possível e cenários bons nos dá a credibilidade para antecipar uma arrancada de crescimento. Mas não tenho bola de cristal para saber para que lado as coisas vão. Hoje há um certo pessimismo no ar, as coisas são transitórias e creio que, com o tempo, isso irá se dissipar e essa linha adicional vai nos ajudar com toda certeza. Aliás, é uma opção. Temos a opção de sacar, se for do nosso interesse, o que é positivo, não tem a meu ver nenhum custo. Até mencionei antes, discutindo a questão do custo do ajuste – gosto muito de me referir ao de 1999 –, que para mim o custo foi negativo. Teria sido uma recessão brutal, caso não tivéssemos nos ajustado e recebido esse apoio. Mas a idéia é torcer para que os problemas desapareçam e não seja preciso recorrer a esse colchão.

É o que dá para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Tenho respeito aos colegas, não vou me estender. Quero apenas fazer um rápido comentário em relação ao Ministro Martus Tavares.

Há uma tradição no nosso Partido: de um modo geral os nossos administradores agem com absoluta

responsabilidade fiscal. O fato de termos levantado questionamento em relação à tramitação da lei não significa que defendamos a irresponsabilidade fiscal.

Com relação à questão do salário mínimo, por mais que haja pareceres – até porque tinha que se encontrar uma fórmula de viabilizar aquilo que é o entendimento político do Congresso –, o debate que tivemos aqui a respeito, não me lembro o número do artigo, mas é aquele que trata do aumento de despesas, o que viabilizou o aumento do salário mínimo, uma parte eram recursos decorrentes de um aperfeiçoamento da arrecadação e que, portanto, não se enquadrava naquilo que draconianamente era estabelecido na lei: só pode considerar aumento permanente de receita aquilo que for decorrente de novos impostos ou aumento de alíquotas. Como o entendimento político era que tinha que se aumentar o salário mínimo, manda-se os advogados encontrar a saída jurídica depois.

Não vou continuar o debate com o Ministro Malan, mas apenas quero registrar que não é uma discussão de a facção do partido prevalecer neste ou naquele momento.

Nas deliberações do nosso congresso, essa questão da dívida externa foi a voto no congresso do PT, que tinha uma posição de não pagamento da dívida externa, que era extremamente minoritária, e uma posição que defendia a priori suspensão do pagamento da dívida externa, que foi derrotada no Congresso. Então, essa é a deliberação do nosso partido, é a resolução do nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Qual é a deliberação? Qual foi a que venceu?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Defendeu-se o estabelecimento de uma renegociação da dívida externa, dentro desse aspecto que levantei – que acho que infelizmente o Ministro não teve tempo de tocar – da extrema dependência. Porque a dívida externa é discutida dentro do cerne da nossa relação com o capital internacional. Não é uma discussão de dívida como dívida pela dívida. Entendemos, e o exemplo que dei da questão do déficit em conta corrente e o desequilíbrio estrutural, que é decorrente da desaceleração da nossa economia, está relacionada com essa dívida externa, e colocamos como uma possibilidade de se estabelecer uma renegociação, mas sem definir a priori que vai suspender ou que não vai pagar. É a resolução do nosso congresso, que tenho certeza que o Ministro leu, até porque na ocasião ele disse que leu todas as teses, coisa que poucos petistas fizeram, ler todas as teses que concorreram ao congresso do PT.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Ministro quer dizer alguma coisa?

O SR. PEDRO MALAN – Não, obrigado. É sempre um prazer ouvi-lo. Continuo, se me permite, a impertinência de uma sugestão: acho que faria bem ao seu partido procurar deixar essas coisas absolutamente claras.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vamos deixar claro para o eleitorado no ano que vem.

O SR. PEDRO MALAN – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha e, em seguida, o Senador Sergio Machado, último debatedor.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eminentes Ministros Mar- tus Tavares e Pedro Malan, Sr. Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, quem fala por último num debate edificante como este corre o risco de ser repetitivo, mas leva a vantagem de ter várias das suas dúvidas equacionadas em respostas oferecidas a perguntas anteriormente formuladas.

Serei objetivo, não só pelo adiantado da hora, mas justamente porque várias dessas questões que eu imaginava apresentar foram já amplamente debatidas aqui. Gostaria somente de acrescentar que eu também, como brasileiro, gostaria muito que o Brasil não precisasse recorrer ao FMI, em nenhum momento, para buscar auxílio para a satisfação de suas obrigações. Isso demonstraria uma situação financeira saudável, o que não é o caso.

Mas considero importante a existência de um organismo como o FMI para que países em situação como a do Brasil possam se socorrer para satisfazer as suas obrigações, porque não fora isso acredito que o País teria que impor a sua população um sacrifício muito maior.

Acho o relacionamento com o FMI é interessante, principalmente quando se menciona que ele faz exigências. Não conheço nenhuma pessoa física ou jurídica que empreste dinheiro sem fazer exigências. É claro que elas têm que fazer exigências.

Gostaria de dizer, Ministro Malan, que a equipe econômica que V. Ex^a tão bem e tão brilhantemente comanda está investida do mais alto espírito público e de patriotismo quando comparece às discussões com o FMI procurando extrair dali uma melhor condição para o Brasil, e, conseqüentemente, para o povo brasileiro. Cumprimento V. Ex^a e sua equipe por isso.

Gostaria de, objetivamente, fazer três indagações rápidas. O acordo com o FMI vai permitir que a economia brasileira se fortaleça o suficiente para não

se mostrar frágil diante da turbulência das economias externas, como é o caso da Argentina? O País também se fortaleceria economicamente para resolver seus problemas internos, como o da crise energética? E, por último, sobre os juros, Ministro, que têm sido objeto de tanta discussão, que têm contribuído, e muito, para a concentração de renda que experimentamos no País, gostaria de saber quais as perspectivas que podemos alimentar e em quanto tempo poderemos ver o viés da tendência dos juros voltar a ser descendente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Com a palavra, o Ministro Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Senador, agradeço as suas palavras, sempre tão amáveis. Vou responder parte de suas indagações e, com a sua permissão, o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, responderá a outra parte.

Primeiro a pergunta-chave: se esse acordo vai permitir o fortalecimento da economia brasileira para responder a essa turbulência por que passamos. Pensamos que sim, embora deva dizer com toda a franqueza que quando da entrevista coletiva que demos à imprensa na semana passada, foi feita a pergunta se esse acordo significava tornar o Brasil invulnerável ao contexto internacional. A minha resposta, com toda a franqueza, foi de que não existe invulnerabilidade total em relação às turbulências, mas que achávamos que contribuía para reduzi-la significativamente.

Não sei se V. Ex^a estava presente quando eu estava respondendo a uma pergunta do Senador Paulo Hartung – aliás, acho que me esqueci de responder – mencionei que, na inexistência desse acordo, é muito provável que tivéssemos uma redução maior da taxa de crescimento do Produto, uma maior taxa de desemprego, uma maior taxa de inflação, uma menor taxa de investimento, um maior risco soberano do Brasil em termos de percepção no mercado internacional de capitais. Portanto, como disse o Armínio Fraga, ele é uma espécie de seguro, que acreditamos ter sido bem aplicado e que contribui para alterar um pouco as percepções sobre a nossa capacidade de enfrentar essa turbulência.

Temos que enfrentar e superar a crise de energia com as medidas que estão sendo tomadas: essa admirável resposta da sociedade brasileira em termos de redução do consumo; a expansão dos investimentos, que estão tendo lugar em várias formas de energia a curtíssimo prazo; aceleração de obras hidroelétricas em construção, as termo e as a gás; as resoluções de problemas regulatórios que estão sen-

do equacionados, é claro que esperamos uma hidrologia que não seja tão madrastra, como foi a do período recente. Foi uma pena o que aconteceu, o Governo não tem como se eximir de culpa. Houve problemas de coordenação e de comunicação dentro do Governo. Absolutamente destituída de sentido, dada a complexidade da questão, essa busca por um indivíduo responsável ou culpado, esse número de agências e órgãos e de questões era de tal ordem que houve um problema de comunicação e de coordenação. No momento, estava-se transitando de um velho modelo de desenvolvimento estatal público para um modelo privado público. Mas vamos superar essa crise.

Sobre taxa de juros, o Dr. Armínio Fraga gostaria de fazer um comentário.

O SR. ARMÍNIO FRAGA – Um pouco na linha do que respondi ao Senador José Alencar, acredito que estamos construindo as bases para uma trajetória de médio e longo prazo declinante, é muito difícil prever as próximas semanas ou meses, mas, se olharmos para trás, há uma tendência de essa trajetória se consolidar.

Tivemos, durante um longo período, taxas de juros medidas, em termos reais, altíssimas, superiores a 20%, em momentos de crise, chegando a 40%. Vivemos agora uma crise combinada grave, uma taxa de juros real próxima a 10%. É uma evolução favorável.

Há essa componente mais básica que, a meu ver, depende da perseverança na responsabilidade, na transparência e na eficiência do Governo – no fundo é isso que determina o piso dos juros na economia, aumento da poupança interna – temos que acoplar esse outro projeto de redução do custo do capital no Brasil, que é o que afeta a taxa de juros na ponta. Temos também tido resultados bastante favoráveis, mas ainda não satisfatórios. Temos que continuar nesse mutirão de medidas, de propostas e de políticas. Vejo isso também como algo perfeitamente factível. O diagnóstico é claro, entendemos de onde vem isso e estamos procurando metodicamente atacar cada um desses pontos.

Os sinais são favoráveis, temos que acompanhar de perto. É uma missão importante a cargo do Governo que vem sendo levada de forma disciplinada. Publicamos todo mês um relatório sobre o assunto, até como forma de nos expormos a críticas e a sugestões. Isso tem sido positivo até o momento.

É absolutamente inviável desenvolver o País sem sucessos nestas duas tarefas: na redução do prêmio de risco país – não creio que seja possível desenvolver o País sem isso – e no investimento num siste-

ma financeiro e de capitais que realmente diminua o risco do poupador e diminua o custo do capital para aqueles que querem investir. É todo um conjunto, mas ficaremos em cima disso até resolvermos.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Senador Leomar Quintanilha deseja fazer mais alguma observação?

Estou satisfeito, Sr. Presidente. Só quero cumprimentar os eminentes debatedores e lhes agradecer pela inestimável contribuição que trazem a esta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O último inscrito é o Senador Sérgio Machado, a quem concedo a palavra.

O SR. SÉRGIO MACHADO – O último tem a vantagem de que não precisa perguntar praticamente nada.

Para mim, foi muito interessante este debate, porque saímos da discussão técnica e acabamos num debate político. Isso é muito interessante para a sociedade, já que é exatamente o momento em que temos de definir a agenda que deverá ser discutida por todos os Partidos políticos no próximo ano. A população, a partir de uma discussão profunda da agenda, pode efetivamente encontrar o seu caminho e escolher a melhor estrada.

Este é um bom momento para se discutirem os problemas estruturais brasileiros, porque todos os Partidos se julgam em condições de ganhar a próxima eleição. Sendo assim, é hora de se discutirem algumas questões estruturais que vão afetar este e os futuros Governos.

Gostaria de tratar rapidamente de duas questões. Sabemos que o Orçamento é o equilíbrio entre necessidade, ambição e recursos. Eu queria saber se os necessitados e os programas sociais serão poupados desse novo ajuste de 3,5%.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Ministro Pedro Malan e para o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Estamos discutindo muito a questão do símbolo que o Brasil está passando na dívida de 50% do PIB. Sabemos que a maioria dos países do G-7 tem uma dívida bem acima de 50% do PIB e que, no entanto, não existe essa ansiedade, visto que eles administram bem esse problema, sem que haja tam bém uma taxa de crescimento de 5%, 6% ou 7% – e são poucos os países do mundo que têm essa taxa.

Em relação à dívida do Brasil, a meu ver, a grande questão é a mudança do perfil, o grande esforço que o Governo está fazendo no que diz respeito ao prazo de amortização. O grande problema do Brasil não é o tamanho da dívida, mas sim a forma com que

estamos amortizando essa dívida. A mudança do perfil depende fundamentalmente da credibilidade dos fundamentos da economia brasileira.

Dessa forma, eu gostaria que o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, fizessem algumas considerações sobre o que existe nos países do G-7, nos países avançados, onde ninguém discute o fato de a dívida estar chegando a 100% do PIB e de essa ser uma questão que inviabiliza um país.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – A primeira pergunta é dirigida ao Ministro Martus Tavares; a segunda, ao Ministro Pedro Malan. Eventualmente, o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, poderá responder.

O SR. MARTUS TAVARES – Esse ponto é, de fato, importante, porque é mais uma oportunidade de explicitarmos o que temos feito, por orientação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nessa quadra – vamos dizer assim – em que vivemos, em que temos necessidade de manter superávites primários elevados. Não podemos dizer que fazer 3% de superávit é algo simples. Evidentemente, isso não é simples e impõe sacrifício. No entanto, na medida em que isso é feito com responsabilidade e com critério, atenuam-se, evidentemente, todos os efeitos que se poderiam imaginar a priori.

Desde 1998, quando criamos o programa de estabilidade fiscal, e por três anos consecutivos, em 1999, em 2000 e, agora, em 2001, já estamos fazendo superávit em torno de 3% do PIB. Agora, acabamos de elevar a meta de superávit para 2002 para 3,5% do PIB. É um pouco mais do que estávamos fazendo. No entanto, a base já era, de fato, elevada. Portanto, educamo-nos também ao longo desses anos e aprendemos a estabelecer os critérios e as prioridades.

Isso se soma, evidentemente, a todo o esforço que temos feito na área de planejamento, usando planejamento estratégico e os princípios de estabelecer prioridades previamente. Nos últimos três anos, conseguimos compatibilizar ajuste fiscal com responsabilidade social – aí, sim, na linha do que o Ministro Pedro Malan estava explicitando. Aqui, não há uma divergência. Ao contrário, a nossa experiência mostra que é perfeitamente possível atender os objetivos da política fiscal e, ao mesmo tempo, manter compromissos com a responsabilidade social. Temos feito isso, e vamos repetir novamente no Orçamento de 2002. Então, por orientação do Presidente, o Orçamento será elaborado preservando-se a área social, os que receberam recursos adicionais a partir do Fun-

do da Pobreza, que também não sofrerá nenhum tipo de ajuste. Isso é absolutamente importante.

Mais ainda, todo esse estabelecimento de critérios de prioridades se soma ao fato de que nada desse esforço adicional está sendo feito mediante aumento de carga tributária sobre a sociedade. Efetivamente, aqui se trata de um esforço para dentro do Governo, onde estamos procurando compatibilizar a necessidade de uma meta fiscal adicional com os compromissos sociais.

Então, assim como fizemos nos últimos três anos, vamos fazer, sempre, claro, contando com o Congresso Nacional. O Orçamento vai vir para o Congresso e, não tenho dúvida, será aprovado com essas condições macroeconômicas.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Ministro Pedro Malan, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO MALAN - Senador Sérgio Machado, agradeço a pergunta. O senhor tem toda razão. Lembro-me de que, quando da inclusão dos critérios de acesso à União Europeia, os critérios de Maastricht, havia três países, que me lembro bem, Itália, Bélgica e Grécia, que tinham uma relação de dívida/PIB de 115% ou 120%. O senhor está lembrado que o limite lá estabelecido foi de 60%. No entanto, foram aceitos - Itália e Bélgica, em um primeiro momento; Grécia, no ano passado - com o compromisso de que estariam os outros membros acompanhando a gradual trajetória de redução dos cerca de 100% na direção dos 60%, que eram o objetivo compartilhado. Os três vêm caminhando nessa direção e têm de convencer aos outros de que a trajetória é continuada e sustentável – o Japão passou agora de 100% do PIB também, e olhe que é um PIB de algo em torno de US\$5 trilhões, ou seja, ultrapassou 100% do PIB a sua dívida.

Isso apenas nos chama a atenção para a sua importância – a nossa terminou, no ano passado, em 51%. Aparentemente, à primeira vista, por comparações internacionais – a dos Estados Unidos é de mais de 60% - ela não é elevada. O problema é que ela tem um prazo mais curto e um custo mais elevado. Mas veja que, ao longo desses últimos anos, exatamente por conta dos nossos esforços nessa área de estabilidade macroeconômica, temos conseguido um gradual alongamento do prazo dessa dívida. Por exemplo, a LTN: temos hoje referências de 6, 12, 18 e 24 meses. Era impensável, em meados dos anos 90, que isso tivesse lugar. A LFT tem referência já de cinco anos. A NTN - C, a nota do Tesouro Nacional "C", tem referência de longo prazo de 3, 5, 10, 20 e 30 anos. Na dívida externa, temos papéis de 2,3,5,7,10,20,30

e 40 anos, o que só foi possível, ao longo dos últimos anos, por conta desse nosso esforço. A nossa dívida imobiliária tem hoje um prazo médio de quase três anos. No auge da crise hiperinflacionária, era de um par de meses, ou alguma coisa assim. Ela dava a cada par de meses ou três, no máximo.

Então, com esse alongamento do prazo e com a possibilidade de, se tivermos persistência - a obstinação a que fez referência Senador Eduardo Suplicy -, continuarmos e haver uma queda da taxa de juros, o custo do carregamento dessa dívida, temos todas as condições de mostrar que esse problema é administrável ao longo do tempo. Não imediatamente, de um ano para outro, mas ele é perfeitamente administrável se nós persistirmos - o que é a minha esperança, de que sejamos capazes de persistir.

O SR. ARMÍNIO FRAGA – No caso desses países europeus, eles geraram superávites primários enormes. Parece-me que a Itália chegou a 5% ou 6%. A Bélgica também. Depois, na medida em que foram ganhando a confiança dos seus poupadores e da sociedade como um todo, foi possível uma redução nos juros e criou-se um círculo virtuoso sensacional.

Eu repito o que disse mais cedo aqui: temos de sair desse time dos países de alto risco. Isso custa caríssimo e requer uma certa disciplina, mas, depois que se chega lá, adquire-se, inclusive, uma certa flexibilidade e começa-se a pensar em políticas anticíclicas, saindo-se dessa situação extremamente desconfortável de ser um país de alto risco.

Acredito que isso seja possível. A infraestrutura da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Reforma da Previdência, das finanças estaduais, da reforma do sistema financeiro é muito boa. É só uma questão de administrar isso, fazer uma síntese fina, aprovar mais alguns complementos, peço nova e tal, e, a meu ver, vamos chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – O Senador Sérgio Machado deseja mais algum esclarecimento? (Pausa.)

Quero franquear a palavra aos membros da Mesa - o Ministro Pedro Malan, o Ministro Martus Tavares, Dr. Armínio Fraga -, no caso de desejarem fazer algum comentário final.

O SR. ARMÍNIO FRAGA – Se ria bom que o nosso Líder resumisse e agradecesse a todos os Senadores.

O SR. PEDRO MALAN – Por delegação do Ministro Martus Tavares e do Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, eu gostaria de agradecer sinceramente ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador Lúcio Alcântara,

pela oportunidade que nos deu, e a todos os Senadores que acompanharam os debates e reiterar, mais uma vez, que nós viremos a esta Comissão quantas vezes forem necessárias, porque não nos furtamos a nenhum tipo de debate.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Quero agradecer, em nome da Comissão, aos seus membros, inclusive os que permaneceram até o fim, após seis horas de reunião. Creio que o debate foi extre-

mamente útil e esclarecedor. Cumprimos com a nossa finalidade, e os Ministros e o Presidente do Banco Central demonstraram a sua franqueza, a maneira clara e aberta como tratam esse assunto.

Então, queremos agradecer a todos. Declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 23h15min.)

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE
Nº 226, DE 2001

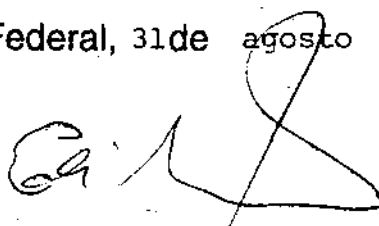
PUBLIQUE-SE
Em 31/08/01
Leopoldo

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **LUCINARA COUTINHO DE QUEIROZ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência.

Senado Federal, 31 de agosto de 2001.



Senador EDSON LOBÃO
Presidente Interino

pela oportunidade que nos deu, e a todos os Senadores que acompanharam os debates e reiterar, mais uma vez, que nós viremos a esta Comissão quantas vezes forem necessárias, porque não nos furtamos a nenhum tipo de debate.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) – Quero agradecer, em nome da Comissão, aos seus membros, inclusive os que permaneceram até o fim, após seis horas de reunião. Creio que o debate foi extre-

mamente útil e esclarecedor. Cumprimos com a nossa finalidade, e os Ministros e o Presidente do Banco Central demonstraram a sua franqueza, a maneira clara e aberta como tratam esse assunto.

Então, queremos agradecer a todos. Declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 23h15min.)

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 226, DE 2001

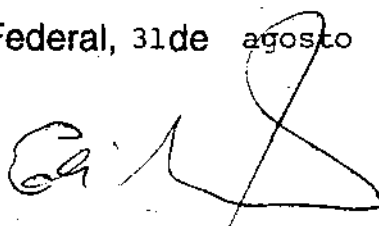
PUBLIQUE-SE
Em 31/08/01
Leopoldo

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **LUCINARA COUTINHO DE QUEIROZ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar _ AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência.

Senado Federal, 31 de agosto de 2001.



Senador EDSON LOBÃO
Presidente Interino